



CONGRESSO NACIONAL

ANAIIS DO SENADO FEDERAL

ATAS DA 72ª SESSÃO À 75ª SESSÃO DA
2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA

VOLUME 32 Nº 17
9 DE MAIO A 13 DE MAIO

SENADO FEDERAL
SECRETARIA ESPECIAL DE EDITORAÇÃO E PUBLICAÇÕES
SUBSECRETARIA DE ANAIS.
BRASÍLIA – BRASIL
2008

VOLUMES NÃO PUBLICADOS DOS ANAIS DO SENADO FEDERAL

1919, 1920, 1927 a 1930, 1936, 1937, 1949 a 1952, 1963, 1964 e 1966.

Anais do Senado / Senado Federal, Subsecretaria de Anais. – 1823-.
Brasília, Senado Federal, Subsecretaria de Anais, 1823-
v. ; 27 cm.
Quinzenal.

Volumes anteriores a 1977 publicados sob numerações próprias, com periodicidade irregular. Editado pela Diretoria de Anais e Documentos Parlamentares no período de 1950-1955; pela Diretoria de Publicações no período de maio de 1956 a 1972 e pela Subsecretaria de Anais a partir de 1972.

Variações do título: Annaes do Senado do Império do Brazil, 1826-1889. Annaes do Senado Federal, 1890-1935. Anais do Senado Federal, 1946-

1. Poder legislativo – Anais. I. Brasil. Congresso. Senado Federal, Subsecretaria de Anais.

CDD 341.2531
CDU 328(81)(093.2)

**Senado Federal
Subsecretaria de Anais - SSANS
Via N 2, Unidade de Apoio I.
CEP - 70165-900 – Brasília – DF – Brasil.**



SENADO FEDERAL

COMISSÃO DIRETORA

(2007-2008)

PRESIDENTE	Senador GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN)
1º VICE-PRESIDENTE	Senador TIÃO VIANA (PT-AC)
2º VICE-PRESIDENTE	Senador ÁLVARO DIAS (PSDB-PR)
1º SECRETÁRIO	Senador EFRAIM MORAIS (PFL-PB)
2º SECRETÁRIO	Senador GERSON CAMATA (PMDB-ES)
3º SECRETÁRIO	Senador CÉSAR BORGES (PFL-BA)
4º SECRETÁRIO	Senador MAGNO MALTA (PR-ES)

SUPLENTE DE SECRETÁRIO

1º Senador	PAPALÉO PAES (PSDB-AP)
2º Senador	ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB-SE)
3º Senador	JOÃO VICENTE CLAUDINO (PTB-PI)
4º Senador	FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA)

COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 53ª LEGISLATURA (por Unidade da Federação)

Bahia

Minoria-DEM - Antonio Carlos Júnior* (S)
Bloco-PR - César Borges*
PDT - João Durval**

Rio de Janeiro

Bloco-PRB - Marcelo Crivella*
Maioria-PMDB - Paulo Duque* (S)
Bloco-PP - Francisco Dornelles**

Maranhão

Maioria-PMDB - Lobão Filho* (S)
Maioria-PMDB - Roseana Sarney*
PTB - Epitácio Cafeteira**

Pará

Minoria-PSDB - Flexa Ribeiro* (S)
PSOL - José Nery* (S)
Minoria-PSDB - Mário Couto**

Pernambuco

Minoria-DEM - Marco Maciel*
Minoria-PSDB - Sérgio Guerra*
Maioria-PMDB - Jarbas Vasconcelos**

São Paulo

Bloco-PT - Aloizio Mercadante*
PTB - Romeu Tuma*
Bloco-PT - Eduardo Suplicy**

Minas Gerais

Minoria-PSDB - Eduardo Azeredo*
Maioria-PMDB - Wellington Salgado de Oliveira* (S)
Minoria-DEM - Eliseu Resende**

Goiás

Minoria-DEM - Demóstenes Torres*
Minoria-PSDB - Lúcia Vânia*
Minoria-PSDB - Marconi Perillo**

Mato Grosso

Minoria-DEM - Gilberto Goellner* (S)
Bloco-PT - Serys Slhessarenko*
Minoria-DEM - Jayme Campos**

Rio Grande do Sul

Bloco-PT - Paulo Paim*
PTB - Sérgio Zambiasi*
Maioria-PMDB - Pedro Simon**

Ceará

PDT - Patrícia Saboya*
Minoria-PSDB - Tasso Jereissati*
Bloco-PC DO B - Inácio Arruda**

Paraíba

Minoria-DEM - Efraim Morais*
Maioria-PMDB - José Maranhão*
PTB - Carlos Dunga** (S)

Espírito Santo

Maioria-PMDB - Gerson Camata*
Bloco-PR - Magno Malta*
Bloco-PSB - Renato Casagrande**

Piauí

Minoria-DEM - Heráclito Fortes*
Maioria-PMDB - Mão Santa*
PTB - João Vicente Claudino**

Rio Grande do Norte

Maioria-PMDB - Garibaldi Alves Filho*
Minoria-DEM - José Agripino*
Minoria-DEM - Rosalba Ciarlini**

Santa Catarina

Bloco-PT - Ideli Salvatti*
Maioria-PMDB - Neuto De Conto* (S)
Minoria-DEM - Raimundo Colombo**

Alagoas

Minoria-PSDB - João Tenório* (S)
Maioria-PMDB - Renan Calheiros*
PTB - Fernando Collor**

Sergipe

Maioria-PMDB - Almeida Lima*
Bloco-PSB - Antonio Carlos Valadares*
PSC - Virgínio de Carvalho** (S)

Amazonas

Minoria-PSDB - Arthur Virgílio*
PDT - Jefferson Peres*
Bloco-PT - João Pedro** (S)

Paraná

Bloco-PT - Flávio Arns*
PDT - Osmar Dias*
Minoria-PSDB - Alvaro Dias**

Acre

Maioria-PMDB - Geraldo Mesquita Júnior*
Bloco-PT - Sibá Machado* (S)
Bloco-PT - Tião Viana**

Mato Grosso do Sul

Bloco-PT - Delcídio Amaral*
Maioria-PMDB - Valter Pereira* (S)
Minoria-PSDB - Marisa Serrano**

Distrito Federal

Minoria-DEM - Adelmir Santana* (S)
PDT - Cristovam Buarque*
PTB - Gim Argello** (S)

Tocantins

Bloco-PR - João Ribeiro*
Maioria-PMDB - Leomar Quintanilha*
Minoria-DEM - Kátia Abreu**

Amapá

Maioria-PMDB - Geovani Borges* (S)
Minoria-PSDB - Papaléo Paes*
Maioria-PMDB - José Sarney**

Rondônia

Bloco-PT - Fátima Cleide*
Maioria-PMDB - Valdir Raupp*
Bloco-PR - Expedito Júnior**

Roraima

Bloco-PT - Augusto Botelho*
Maioria-PMDB - Romero Jucá*
PTB - Mozarildo Cavalcanti**

Mandatos

*: Período 2003/2011 **: Período 2007/2015

ÍNDICE TEMÁTICO

	Pág.		Pág.
ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL			
Comunicação a todos os municípios com mais de vinte mil habitantes que vence em 30 de junho de 2008, a prorrogação anteriormente aprovada do prazo para a aprovação de seu plano diretor urbano. Senador Flexa Ribeiro.	405	Comemoração dos 120 Anos da promulgação da Lei Áurea no Brasil e da Abolição da Escravatura. Senador Cristovam Buarque.....	272
ATUAÇÃO PARLAMENTAR			
Justificativas pela ausência de Sua Excelência dos trabalhos da Casa, no dia 12 de maio de 2008. Senador Geraldo Mesquita Júnior.	216	Comemoração dos 120 Anos da promulgação da Lei Áurea no Brasil e da Abolição da Escravatura. Senador Mozarildo Cavalcanti.....	275
BANCO			
Testemunho sobre atuação da bancada do Piauí em torno da incorporação do Banco do Estado do Piauí ao Banco do Brasil. Senador Paulo Paim.....	138	Comemoração dos 120 Anos da promulgação da Lei Áurea no Brasil e da Abolição da Escravatura. Senadora Rosalba Ciarlini.....	277
CALAMIDADE PÚBLICA			
Registro da audiência ocorrida ontem no Gabinete do Ministro da Integração Nacional, com Senadores do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina, objetivando tratar da situação de emergência dos municípios atingidos pelo ciclone extratropical. Senador Paulo Paim.	138	Comemoração dos 120 Anos da promulgação da Lei Áurea no Brasil e da Abolição da Escravatura. Senador Paulo Paim.	279
Indignação pela falta de providências do Governo Federal para os prejuízos causados pelas enchentes no Rio Grande do Norte e questionamento sobre a liberação de recursos ao Estado. Senadora Rosalba Ciarlini.....	219	Apelo ao Senador Paulo Paim por seu pronunciamento referente a homenagens feitas aos 120 anos da promulgação da Lei Áurea no Brasil. Aparte ao Senador Paulo Paim. Senador Arthur Virgílio... ..	283
DISCRIMINAÇÃO RACIAL			
Comemoração dos 120 Anos da promulgação da Lei Áurea no Brasil e da Abolição da Escravatura. Senador José Sarney.....	264	Apelo ao Senador Paulo Paim por seu pronunciamento referente a homenagens feitas aos 120 anos da promulgação da Lei Áurea no Brasil. Aparte ao Senador Paulo Paim. Senador Renato Casagrande.	284
		Comemoração dos 120 Anos da promulgação da Lei Áurea no Brasil e da Abolição da Escravatura. Senador Aloizio Mercadante.....	307
		Comemoração dos 120 Anos da promulgação da Lei Áurea no Brasil e da Abolição da Escravatura. Senador Eduardo Suplicy.	309
		Comemoração dos 120 Anos da promulgação da Lei Áurea no Brasil e da Abolição da Escravatura. Senador Mão Santa.....	313
		Comemoração dos 120 Anos da promulgação da Lei Áurea no Brasil e da Abolição da Escravatura. Senador César Borges.	320
		Registro do lançamento da campanha “Preconceito, Discriminação Zero” e reflexão a respeito de teses de Florestan Fernandes. Senador Paulo Paim.....	422
		Considerações ao discurso proferido pelo Senador Paulo Paim com relação as teses de Florestan Fernandes, no lançamento da campanha	

	Pág.		Pág.
na "Preconceito, Discriminação Zero". Aparte ao Senador Paulo Paim. Senador Eduardo Suplicy..	425	Cobranças ao Governo Federal pela conclusão das obras inacabadas no Piauí e no Brasil. Senador Mão Santa.....	21
Considerações sobre o transcurso dos 120 anos da abolição da escravatura no Brasil. Senador Flávio Arns.....	436	Discurso sobre os escândalos do Governo Lula e sua relação com as Organizações Não Governamentais. Senador Heráclito Fortes.....	47
Apoio ao Senador Flávio Arns por seu pronunciamento em consideração ao transcurso dos 120 anos da abolição da escravatura. Aparte ao Senador Flávio Arns. Senador Paulo Paim.....	437	Considerações sobre a visita da Ministra Dilma Rousseff ao Senado, e sobre o dossiê dos gastos do Governo Fernando Henrique. Senador Heráclito Fortes.....	47
EDUCAÇÃO		Considerações ao discurso proferido pelo Senador Heráclito Fortes com relação ao dossiê dos gastos do Governo FHC. Aparte ao Senador Heráclito Fortes. Senador João Pedro.	48
Análise da situação dos jovens no Brasil e no mundo e a importância de investir-se cada vez mais em educação. Senador Paulo Paim.	147	Considerações ao discurso proferido pelo Senador Heráclito Fortes com relação ao dossiê dos gastos do Governo Fernando Henrique Cardoso. Aparte ao Senador Heráclito Fortes. Senador Mário Couto.	51
Reflexão sobre a importância da Educação Infantil. Senadora Rosalba Ciarlini.....	415	Considerações ao discurso proferido pelo Senador Heráclito Fortes com relação ao dossiê dos gastos do Governo Fernando Henrique Cardoso. Aparte ao Senador Heráclito Fortes. Senador Mão Santa.	51
Defesa de uma revolução na educação do País. Senador Cristovam Buarque.....	420	Observações sobre a questão do dossiê vazado da Casa Civil e solicitação do comparecimento da Ministra Dilma Rousseff à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania do Senado, para explicações sobre a elaboração e vazamento de dossiê sobre gastos do ex-Presidente Fernando Henrique Cardoso. Senador Arthur Virgílio.	52
FORÇAS ARMADAS		Considerações ao discurso proferido pelo Senador Arthur Virgílio, com relação ao dossiê dos gastos do Governo Fernando Henrique Cardoso. Aparte ao Senador Arthur Virgílio. Senador João Pedro.	54
Advertência sobre o sucateamento das Forças Armadas. Senador Expedito Júnior.....	345	Considerações ao discurso proferido pelo Senador Arthur Virgílio, com relação ao dossiê dos gastos do Governo Fernando Henrique Cardoso. Aparte ao Senador Arthur Virgílio. Senador Heráclito Fortes.....	59
Apoio ao Senador Expedito Júnior por seu pronunciamento referente ao sucateamento das Forças Armadas. Aparte ao Senador Expedito Júnior. Senador Epitácio Cafeteira.	347	Comentários sobre as manchetes dos jornais do dia 09 de maio de 2008, a respeito do vazamento do dossiê sobre gastos do Governo do ex-Presidente Fernando Henrique, pela Casa Civil. Senador Mário Couto.	134
Saudação ao novo gerente do Programa Calha Norte, o senhor Brigadeiro Roberto Medeiros Dantas, e considerações a respeito. Senador Expedito Júnior.....	419	Considerações sobre os Ministros gaúchos Tarso Genro, da Justiça, e Dilma Rousseff, da Casa Civil, referidos em pronunciamentos, no Plenário do Senado. Senador Paulo Paim.....	138
GOVERNO FEDERAL		Críticas a incoerência do Governo Federal por assumir posições contraditórias às que defen-	
Considerações sobre o vazamento de informações dos gastos no Governo Fernando Henrique Cardoso. Senador João Pedro.....	14		
Discurso em defesa da ministra Dilma Rousseff, sobre o vazamento de informações dos gastos no Governo Fernando Henrique Cardoso. Aparte ao Senador João Pedro. Senador Paulo Paim.....	15		
Reflexão sobre as denúncias feitas sobre o vazamento de informações dos gastos no Governo do Fernando Henrique Cardoso. Aparte ao Senador João Pedro. Senador Heráclito Fortes.....	15		
Avaliação do depoimento da Ministra Dilma Rousseff perante a Comissão de Serviços de Infra-Estrutura do Senado. Senador Mão Santa.	21		
Comentários ao artigo do jornal O Estado de S.Paulo, intitulado "O engodo do PAC e da Ministra". Senador Mão Santa.....	21		

Pág.	Pág.		
dia quando estava na oposição. Senador Papaléo Paes.....	209	Negra do Estado do Rio Grande do Sul (CODENE/RS). Senador Paulo Paim.....	138
Críticas a tentativa do Governo em intimidar a oposição com a ameaça de publicação de dossiês. Senador Mário Couto.....	227	Homenagem ao trabalho que os veículos de comunicação do Senado Federal - TV, Rádio e Jornal - estão realizando sobre os 120 anos da Assinatura da Lei Áurea. Senador Paulo Paim.....	147
Considerações ao Senador Mário Couto por seu pronunciamento sobre a tentativa do Governo em intimidar a oposição com a ameaça de publicação de dossiês. Aparte ao Senador Mário Couto. Senador Alvaro Dias.....	229	Homenagem pelo transcurso, em 24 de abril, do Dia Internacional do Jovem Trabalhador. Senador Paulo Paim.....	147
Considerações ao Senador Mário Couto por seu pronunciamento a tentativa do Governo em intimidar a oposição com a ameaça de publicação de dossiês. Aparte ao Senador Mário Couto. Senador Mão Santa.....	229	Homenagem ao veículo de comunicação do Senado Federal, e sua matéria sobre os 120 anos da Assinatura da Lei Áurea. Aparte ao Senador Paulo Paim. Senador Mozarildo Cavalcanti.....	148
Considerações sobre a matéria do jornal <i>A Crítica</i> , de Manaus, sobre a ausência governamental e o esquecimento das populações daquele Estado. Senador Arthur Virgílio.....	231	Homenagem ao veículo de comunicação do Senado Federal, e sua matéria sobre os 120 anos da Assinatura da Lei Áurea. Aparte ao Senador Paulo Paim. Senador Mão Santa.....	149
Apoio à convocação do ex-secretário de Controle Interno da Casa Civil, José Aparecido Nunes Pires, e de André Eduardo da Silva Fernandes, assessor de Alvaro Dias, para prestar depoimento à Comissão Parlamentar de Inquérito – CPI, dos Cartões Corporativos. Senador Romero Jucá.....	231	Homenagem ao dia da enfermeira e congratulação ao Professor Márcio Mascarenhas, líder do Conselho Regional de Enfermagem da universidade do Centro de Ensino Unificado de Teresina - CEUT. Senador Mão Santa.....	175
Solicitação da transcrição da matéria “Juiz decreta fim da Ágora”, publicado pelo Correio Brasileiro, de 9 de maio de 2008. Senador Mário Couto. ...	363	Homenagem à siderurgia brasileira através da USIMINAS e, em especial, ao Engenheiro Rinaldo Campos Soares, que durante dezoito anos presidiu a referida empresa. Senador Eduardo Azeredo. ...	355
Manifestação de solidariedade à Ministra Marina Silva, na oportunidade de seu pedido de demissão do Ministério do Meio Ambiente. Senador Eduardo Suplicy.....	398	Homenagem aos abolicionistas brasileiros que encerraram 350 anos das mais tristes páginas da história. Senador Marcelo Crivella.	412
Manifestação de solidariedade à Ministra Marina Silva, na oportunidade de seu pedido de demissão do Ministério do Meio Ambiente. Senador Magno Malta.....	398	Homenagem pelo transcurso dos 17 anos do Tribunal de Justiça de Roraima. Senador Romero Jucá.	438
Manifestação de solidariedade à Ministra Marina Silva, na oportunidade de seu pedido de demissão do Ministério do Meio Ambiente. Senador Mão Santa.	400	HOMENAGEM PÓSTUMA	
Críticas à concessão de terras públicas pelo Governo Federal acima de 2.500 hectares, sem a anuência do Congresso Nacional, e à elevada carga tributária no País. Senador Mão Santa.....	405	Voto de Pesar pelo falecimento do Vereador Messias do Carmo Leite e seu filho Leandro Vieira Leite. Senador Arthur Virgílio.....	52
HOMENAGEM		Homenagem à memória do ex-Senador Artur da Távola, falecido no dia 9 de maio de 2008, e faz leitura de publicação de autoria do jornalista Luiz Paulo Horta, do O Globo, a respeito do papel do ex-Senador Artur da Távola na difusão da chamada música erudita. Senador Marco Maciel.....	175
Homenagem ao Dia das Mães, felicitando todas as mães do Brasil. Senador Mozarildo Cavalcanti. .	60	Voto de Pesar pelo falecimento do ex-Senador e jornalista Paulo Alberto Monteiro de Barros, conhecido como Artur da Távola. Senador Arthur Virgílio.....	211
Homenagem ao Dia das Mães. Senador Paulo Paim.....	138	Voto de Pesar pelo falecimento do ex-Senador e jornalista Paulo Alberto Monteiro de Barros, conhecido como Artur da Távola. Senador Pedro Simon. .	214
Homenagem aos 20 anos do Conselho de Participação e Desenvolvimento da Comunidade			

	Pág.		Pág.
Voto de Pesar pelo falecimento do ex-Senador e jornalista Paulo Alberto Monteiro de Barros, conhecido como Artur da Távola. Senador Alvaro Dias.....	215	relativo a envio de informações pelo Ministro de Estado da Saúde. Senador Magno Malta.....	387
Voto de Pesar pelo falecimento do ex-Senador Artur da Távola. Senadora Rosalba Ciarlini.	219	Parecer nº 415, de 2008, da Mesa do Senado Federal, sobre o Requerimento nº 1.448, de 2007, em que são solicitadas informações, nos termos do art. 50, § 2º da Constituição Federal, combinado com os arts. 215, I, a, 216 e 217 do Regimento Interno do Senado Federal, ao Ministro de Estado da Justiça, recorrendo, caso se faça necessário, ao Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana (CDDPH) e ao Ministério Público do Estado do Pará, em face do princípio da colaboração entre os Poderes, sobre a situação da menor detida em Abaetetuba, no Pará, em cela com 20 homens. Senador Magno Malta.	387
Voto de Pesar pelo falecimento do ex-Senador Artur da Távola. Senador Romero Jucá.	231	Parecer nº 416, de 2008, da Mesa, sobre o Requerimento nº 11, de 2008, que requer que o Sr. Ministro de Estado de Minas e Energia providenciasse junto à Agência Nacional de Energia Elétrica, no estrito prazo constitucional, estudos sobre os limites do setor elétrico de suprir a demanda por energia para os próximos anos. Senador Efraim Moraes....	389
Voto de pesar pelo falecimento do ex-Senador Bello Parga. Senadora Roseana Sarney.....	359	Parecer nº 417, de 2008, da Mesa do Senado Federal, sobre o Requerimento nº 188, de 2008, que requer informações ao Ministro da Saúde, Senhor José Gomes Temporão, referentes ao Hospital Regional do Oeste do Pará. Senador Gerson Camata.	389
Apoio à homenagem ao ex-Senador Bello Parga feita pela Senadora Roseana Sarney. Aparte à Senadora Roseana Sarney. Senador Epitácio Cafeteira.	359	Parecer nº 418, de 2008, da Mesa do Senado Federal, sobre o Requerimento nº 219, de 2008, que solicita, nos termos do § 2º do art. 50 da Constituição Federal, combinado com o art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal, sejam prestadas informações pelo Ministro de Estado do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior. Senador Gerson Camata.....	390
Apoio à homenagem ao ex-Senador Bello Parga feita pela Senadora Roseana Sarney. Aparte à Senadora Roseana Sarney. Senador José Agripino.....	360	Parecer nº 419, de 2008, da Mesa do Senado Federal, sobre o Requerimento nº 220, de 2008, que requer informações sobre a quantidade de pedidos de titularização de propriedades rurais em tramitação nas superintendências regionais do Incra. Senador Tião Viana.....	391
PARECER		Parecer nº 420, de 2008, da Mesa do Senado Federal, sobre o Requerimento nº 226, de 2008, que solicita, nos termos do § 2º do art. 50 da Constituição Federal, combinado com o art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal, sejam prestadas informações pelo Ministro de Estado das Relações Exteriores. Senador Alvaro Dias.....	392
Parecer nº 410, de 2008, (da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional), que encaminha ao Senado o nome do Senhor João Batista Cruz, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Especial do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil em Santa Lúcia. Senador Papaléo Paes.....	365	Parecer nº 421, de 2008, da Mesa do Senado Federal, sobre o Requerimento nº 278, de 2008, que objetiva obter do Ministro de Estado da Defesa, informações sobre investimentos realizados, pela Infraero, nos aeroportos de Congonhas, Guarulhos e Salvador. Senador Tião Viana.....	393
Parecer nº 411, de 2008 (da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional), que submete à deliberação do Senado a escolha da Senhora Marília Sardenberg Zelner Gonçalves, Ministra de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Especial do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixadora do Brasil junto à República da Eslováquia. Senador Antonio Carlos Valadares.....	370		
Parecer nº 412, de 2008 (da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional), que submete à deliberação do Senado a escolha do Senhor Antonio Luis Espinola Salgado, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de embaixador do Brasil junto à República Islâmica do Irã. Senador Antonio Carlos Valadares.....	372		
Parecer nº 413, de 2008, da Mesa do Senado Federal, sobre o Requerimento nº 709, de 2007, da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, que requer a realização da semana do Idoso, constante de uma Sessão Solene no Plenário. Senador Efraim Moraes.	386		
Parecer nº 414, de 2008, da Mesa do Senado Federal, sobre o Requerimento nº 1.285, de 2007,			

Pág.		Pág.
	Parecer nº 422, de 2008, da Mesa do Senado Federal, sobre o Requerimento nº 282, de 2008, que solicita ao Senhor Ministro de Estado da Educação, informações sobre folhas de pagamento das universidades federais relativas ao pessoal permanente, temporário e terceirizados do ano de 2007. Senador Efraim Morais.	
393	Parecer nº 423, de 2008, da Mesa do Senado Federal, sobre o Requerimento nº 283, de 2008, que solicita ao Senhor Ministro de Estado do Planejamento Orçamento e Gestão, informações sobre folhas de pagamento das universidades federais relativas ao pessoal permanente, temporário e terceirizados no ano de 2007, o quantitativo de pessoal, o valor da folha de pagamento e o salário médio, e a relação de gastos com pesquisa científica e tecnológica no mesmo período. Senador Efraim Morais.	
	Parecer nº 424, de 2008, da Mesa do Senado Federal, sobre o Requerimento nº 313, de 2008, que solicita ao Senhor Ministro de Estado das Minas e Energia que preste informações sobre “a possibilidade de construção, na região amazônica, das chamadas “usinas a fio d’água”. Senador Efraim Morais.	
394	Parecer nº 425, de 2008, da Mesa do Senado Federal sobre o Requerimento (SF) nº 330, de 2008, que solicita, de acordo com o art. 216, do Regimento Interno do Senado Federal, combinado com o que dispõe o art. 50, § 2º, da Constituição Federal, informações ao Ministro das Relações Exteriores acerca do significado da adesão formal do Brasil à Declaração Universal dos Direitos das Nações Indígenas. Senador Gerson Camata.	
	Parecer nº 426, de 2008, da Mesa do Senado Federal, sobre o Requerimento nº 348, de 2008, que requer, com fundamento no art. 50, 2º da Constituição Federal, sejam solicitadas ao Ministro de Estado da Defesa informações sobre matéria veiculada na Revista “Isto É”, de 26 de março de 2008, págs. 40 e 41, intitulada: “O Brasil na Academia da Repressão”, a escola de Infantaria Fort Benning, conhecida como “School of the Américas (SOA)”, possibilitando o intercâmbio entre militares americanos e colegas da América Latina na formação de repressores. Senador Magno Malta.	
396	Parecer nº 427, de 2008, da Mesa do Senado Federal, ao Requerimento nº 365, de 2008, que requer, ao Ministro da Justiça, informações da Polícia Federal, acerca da dimensão do tráfico de mulheres do Amazonas para casas de prostituição em garimpos na região de fronteira. Senador Tião Viana.	
397		
	PEDOFILIA	
	Comentários sobre os trabalhos de Comissão Parlamentar de Inquérito - CPI da Pedofilia. Senador Magno Malta.	398
	POLÍCIA	
	Comemoração dos 199 anos de criação da Polícia Militar do Distrito Federal. Senador Marcelo Crivella.	412
	POLÍTICA AGRÍCOLA	
	Elogios à postura dos Deputados Pepe Vargas e Henrique Fontana, que defendem o setor vinícola brasileiro. Senador Paulo Paim.	138
	Denúncia da restrição de participantes no leilão que se realizará nas Bolsas de Mercadorias do Brasil, de aproximadamente 80 mil toneladas de arroz do estoque regulador do Governo, que visa dar equilíbrio ao mercado interno de arroz, tendo em vista a sua elevação de preço. Senador Arthur Virgílio.	227
	POLÍTICA CULTURAL	
	Enaltecimento à revista <i>Isto É</i> pelo esforço de oferecer uma coletânea de gramática em fascículos. Senador Geraldo Mesquita Júnior.	216
	POLÍTICA DE DESENVOLVIMENTO	
	Considerações sobre o Programa de Aceleração ao Crescimento - PAC. Senador Jarbas Vasconcelos.	221
	Congratulações ao Senador Jarbas Vasconcelos por seu oportuno discurso referente ao Programa de Aceleração ao Crescimento - PAC. Aparte ao Senador Jarbas Vasconcelos. Senadora Kátia Abreu.	222
	Congratulações ao Senador Jarbas Vasconcelos por seu oportuno discurso referente ao Programa de Aceleração ao Crescimento - PAC. Aparte ao Senador Jarbas Vasconcelos. Senador Alvaro Dias.	223
	Considerações ao discurso do Senador Jarbas Vasconcelos referente ao Programa de Aceleração ao Crescimento - PAC. Aparte ao Senador Jarbas Vasconcelos. Senador Sérgio Guerra.	223
	Críticas ao Programa de Aceleração ao Crescimento - PAC. Senador Mão Santa.	245

	Pág.		Pág.
Congratulações ao Senador Mão Santa por seu pronunciamento sobre o Programa de Aceleração ao Crescimento - PAC. Aparte ao Senador Mão Santa. Senador Mário Couto.	248	Registro de entrevista do Ministro Guido Mantega falando sobre o Fundo Soberano, que é um fundo com reservas estrangeiras em dólar, com o objetivo de apoiar empreendimentos brasileiros fora do País e estabelecer gestão adequada a reservas internacionais. Senador Renato Casagrande.	366
Divulgação da Política do Desenvolvimento Produtivo (PDP), lançado pelo Presidente Lula, e questionamentos sobre quatro pontos relativos ao referido plano. Senador Osmar Dias.	342	Comentários sobre o alcance do pacote de incentivos e renúncia fiscal para o setor exportador brasileiro. Senador José Agripino.	401
Considerações sobre o lançamento, pelo Presidente Lula, da Política do Desenvolvimento Produtivo (PDP). Senadora Ideli Salvatti.	343	Manifestação de apoio ao Senador José Agripino por seu pronunciamento referente a fiscalização para o setor exportador brasileiro. Aparte ao Senador José Agripino. Senador Arthur Virgílio.	402
POLÍTICA DE TRANSPORTES		Manifestação de apoio ao Senador José Agripino por seu pronunciamento referente a fiscalização para o setor exportador brasileiro. Aparte ao Senador José Agripino. Senador Gilberto Goellner.	404
Registro da designação de Sua Excelência como relator do Projeto de Lei do Senado 594, de 2007, de autoria do Senador Gilvam Borges, que aplica penas mais drásticas aos condutores de veículos que abusarem do álcool, das drogas e da velocidade. Senador Geovani Borges.	340	POLÍTICA ENERGÉTICA	
POLÍTICA DO MEIO AMBIENTE		Apelo pela suspensão do procedimento licitatório da Usina Hidrelétrica de Jirau. Senador Alvaro Dias.	407
Elogios ao Decreto que instituiu o Programa de Regularização Ambiental e Agrária nos Municípios do Estado de Mato Grosso, denominado Mato Grosso Legal. Senador Gilberto Goellner.	248	POLÍTICA EXTERNA	
Registro da notícia sobre a saída da Ministra do Meio Ambiente, Marina Silva. Senador Pedro Simon.	349	Comentários sobre a grave situação dos brasileiros que tentam ingressar ilegalmente na Guiana Francesa. Senador Geovani Borges.	137
Comentários a respeito da saída da Ministra do Meio Ambiente, Senadora Marina Silva. Senador Gilberto Goellner.	417	Defesa de acordo internacional entre o Brasil e a França para atendimento médico na Guiana aos habitantes do Município do Oiapoque/AP. Senador Papaléo Paes.	347
Considerações ao discurso proferido pelo Senador Gilberto Goellner a respeito da saída da Ministra do Meio Ambiente, Senadora Marina Silva. Aparte ao Senador Gilberto Goellner. Senador Expedito Júnior.	418	POLÍTICA FUNDIÁRIA	
POLÍTICA ECONÔMICO FINANCEIRA		Crítica ao Presidente Lula pela concessão de 90 mil hectares de terras da Amazônia a uma empresa multinacional. Senador Pedro Simon.	26
Considerações sobre o grau de investimentos financeiros feitos pelo Brasil, ponderando que a conquista se deve, também, aos dois presidentes que o antecederam. Senador Jarbas Vasconcelos.	221	Defesa da anuência do Congresso Nacional para concessão de terras públicas com área superior a dois mil e quinhentos hectares. Senador Pedro Simon.	349
Considerações ao discurso proferido pelo Senador Jarbas Vasconcelos referente aos investimentos feitos pelo Brasil. Aparte ao Senador Jarbas Vasconcelos. Senador Arthur Virgílio.	225	Considerações ao discurso preferido pelo Senador Pedro Simon, referente a concessão de terras públicas. Aparte ao Senador Pedro Simon. Senador Inácio Arruda.	352
Apoio ao discurso proferido pelo Senador Jarbas Vasconcelos referente aos investimentos feitos pelo Brasil. Aparte ao Senador Jarbas Vasconcelos. Senador José Agripino.	225	Considerações ao discurso proferido pelo Senador Pedro Simon, referente a concessão de terras públicas. Aparte ao Senador Pedro Simon. Senador Mão Santa.	352

	Pág.	VII	Pág.
POLÍTICA INDIGENISTA			
Comentários sobre os conflitos entre arrozeiros e índios na reserva Raposa Serra do Sol, no Estado de Roraima. Senador João Pedro.....	14		
Críticas ao posicionamento do Partido dos Trabalhadores – PT, sobre a demarcação das terras da reserva Raposa Serra do Sol, em Roraima. Senador Mozarildo Cavalcanti.....	20		
Críticas ao Governo Lula e sua posição sobre os índios no Brasil. Senador Mão Santa.....	21		
Críticas ao Governo Lula e sua gestão na Política Indigenista. Aparte ao Senador Mão Santa. Senador Mozarildo Cavalcanti.....	22		
Reflexão sobre as questões que envolvem a reserva indígena Raposa Serra do Sol, em Roraima. Senador Mozarildo Cavalcanti.....	60		
Congratulações ao Senador Mozarildo Cavalcanti pelo seu pronunciamento sobre as questões que envolvem a reserva indígena, Raposa Serra do Sol, em Roraima. Aparte ao Senador Mozarildo Cavalcanti. Senador Mário Couto.....	64		
Manifestação sobre as declarações do General Luiz Gonzaga Schroeder sobre a Declaração Universal dos Direitos dos Povos Indígenas. Senador Arthur Virgílio.....	231		
POLÍTICA PARTIDÁRIA			
Considerações a respeito do Partido Trabalhista Brasileiro - PTB. Senador Mozarildo Cavalcanti.....	409		
POLÍTICA SALARIAL			
Cobrança de edição de uma Medida Provisória com o fim de reajustar os soldos dos militares. Senador Expedito Júnior.....	345		
Considerações ao discurso do senador Expedito Júnior com relação aos reajustes dos soldos dos militares. Aparte ao Senador Expedito Júnior. Senador Mão Santa.....	346		
Referência aos pleitos dos ex-servidores dos ex-Territórios e do Distrito Federal. Senador Papaléo Paes.....	347		
PRESIDENTE DA REPÚBLICA			
Citação de diversas matérias publicadas pela imprensa com críticas a posicionamentos adotados pelo Presidente Lula. Senador Mozarildo Cavalcanti. .	178		
Apoio ao Senador Mozarildo Cavalcanti por seu pronunciamento referente a atuação do Govern		no Lula. Aparte ao Senador Mozarildo Cavalcanti. Senador Arthur Virgílio.....	179
		Apoio ao Senador Mozarildo Cavalcanti por seu pronunciamento referente a atuação do Governo Lula. Aparte ao Senador Mozarildo Cavalcanti. Senador Mário Couto.....	181
		Apoio ao Senador Mozarildo Cavalcanti por seu pronunciamento referente a atuação do Governo Lula. Aparte ao Senador Mozarildo Cavalcanti. Senador Mão Santa.....	182
PREVIDÊNCIA SOCIAL			
		Apelo para agilização da votação na Câmara do projeto que concede aos benefícios da Previdência Social, reajuste idêntico ao do salário mínimo. Senador Mário Couto.....	227
PRIVATIZAÇÃO			
		Considerações sobre a privatização da Companhia Vale do Rio Doce. Senador Pedro Simon. .	26
		Apoio e considerações ao discurso proferido pelo Senador Pedro Simon, com referencia a privatização da Companhia Vale do Rio Doce. Aparte ao Senador Pedro Simon. Senador Heráclito Fortes..	31
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO			
		Projeto de Decreto Legislativo nº 54, de 2008, (nº 505/2008, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à Fundação Semeador para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, na cidade de Santana, Estado do Amapá.	336
		Projeto de Decreto Legislativo nº 55, de 2008, que convoca plebiscito sobre a mudança do fuso horário do Estado do Mato Grosso do sul para igualá-lo ao de Brasília. Senador Valter Pereira. ...	328
PROJETO DE LEI DA CÂMARA			
		Projeto de Lei da Câmara nº 50, de 2008 (nº 4.378/2001, na Casa de origem), que denomina a BR-232, no Estado de Pernambuco, Rodovia João Lyra Filho no trecho entre Recife e São Caetano e Rodovia Luiz Gonzaga no trecho entre São Caetano e Parnamirim.	6
		Projeto de Lei da Câmara nº 51, de 2008 (nº 5.288/2001, na Casa de origem), que acrescenta art. 36-A à Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, disciplinando a publicidade, nos meios de comu-	

	Pág.		Pág.
nicação social escrita, dos anúncios de venda de veículos usados.....	8	zembro de 1989, e a alínea e do inciso II do art. 49 da Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997, com vista a destinar recursos do Fundo Especial exclusivamente para a saúde. Senador Expedito Júnior.....	326
Projeto de Lei da Câmara nº 52, de 2008 (nº 2.374/2003, na Casa de origem), que dispõe sobre o dever de notificação em caso de necessidade de ações preventivas, de socorro, assistenciais ou recuperativas na área de defesa civil e dá outras providências.....	9	REGIMENTO INTERNO	
Projeto de Lei da Câmara nº 53, de 2008 (nº 5.669/2005, na Casa de origem), que denomina Hospital Universitário Dr. Antônio Alves Duarte o Hospital o Hospital Universitário Federal da Grande Dourados, localizado em Dourado, Estado de Mato Grosso do Sul.....	11	Solicitação que os pareceres referentes às Medidas Provisórias em deliberação sejam repassados com pelo menos 24 horas de antecedência. Senador Arthur Virgílio.....	399
Projeto de Lei da Câmara nº 54, de 2008 (nº 6.816/2006, na Casa de origem), que confere ao Município de Corumbá, no Estado de Mato Grosso do Sul, o título de capital do Pantanal.....	12	Apoio à argumentação do Senador Arthur Virgílio e registra que alguns relatores são designados na hora da deliberação da medida provisória, o que impossibilita a distribuição do parecer com antecedência. Senador Romero Jucá.....	399
Projeto de Lei da Câmara nº 55, de 2008 (nº 7.310/2006, na Casa de origem), que institui o Dia Nacional da Arte da Ikebana-Sanguetsu.....	12	Repúdio a que, mais uma vez, sete medidas provisórias empurram a pauta. Senador Mário Couto.	400
Projeto de Lei da Câmara nº 56, de 2008 (nº 615/2007, na Casa de origem), que institui o Dia Nacional do Engenheiro Ambiental.....	13	REQUERIMENTO	
PROJETO DE LEI DO SENADO		Requerimento nº 571, de 2008, que requer Voto de Pesar pelo falecimento do Vereador Messias do Carmo Leite, e seu filho Leandro Vieira Leite, ocorrido no dia 7 de maio de 2008, na rodovia BR-174 (Manaus/Presidente Figueiredo). Senador Arthur Virgílio.....	14
Projeto de Lei do Senado nº 185, de 2008, que acrescenta o parágrafo 6º no art. 26 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para obrigar a exibição de filmes e audiovisuais de produção nacional nas escolas da educação básica. Senador Cristovam Buarque.....	146	Requerimento nº 572, de 2008, que requer Voto de Aplauso à RÁDIO PANORAMA, da cidade de Itacoatira-AM, pelos seus 20 anos de fundação. Senador Arthur Virgílio.....	14
Projeto de Lei do Senado nº 186, de 2008, que insere parágrafo 3º no art. 79 da lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para dispor sobre a avaliação na educação indígena. Senador Cristovam Buarque.....	146	Requerimento nº 573, de 2008, que requer Voto de Aplauso aos veículos de comunicação do Senado Federal – TV, Rádio e Jornal – pelas belas matérias relacionadas aos 120 anos da assinatura da Lei Áurea. Senador Paulo Paim.....	172
Projeto de Lei do Senado nº 187, de 2008, que insere o § 5º no art. da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para instituir a aplicação de teste vocacional no ensino médio. Senador Sérgio Zambiasi.....	324	Requerimento nº 574, de 2008, que tendo sido designado pelo Excelentíssimo Senador Jayme Campos, Presidente da Comissão Temporária Externa, criada pelo Requerimento nº 193 de 2008, para participar de diligências nos dias 14 a 16 de maio, no Estado de Mato Grosso, em visita aos Municípios de Alta Floresta e Sinop, para verificar in loco , o risco ambiental em que vivem os 36 municípios relacionados pelo Instituto Nacional de Pesquisa Espacial – INPE, em seu mapa do “desmatamento”. Requer a necessária autorização para o desempenho da referida missão. Senador Gilberto Goellner.....	172
Projeto de Lei do Senado nº 188, de 2008, que altera a Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000, para dispor sobre a adoção de legenda em filmes nacionais e em exposições de peças teatrais. Senador Flávio Arns.....	325	Requerimento nº 575, de 2008, requer que seja considerada como missão política, ausência de Sua Excelência dos trabalhos da Casa no dia 15 de maio, quando, na qualidade de Presidente	

Pág.	Pág.
da Comissão Temporária Externa criada pelo Re- querimento nº 193/2008, estará participando de diligências, no Estado de Mato Grosso, em visitas aos Municípios de Cuiabá, Alta Floresta e Sinop. Senador Jayme Campos.	172
Requerimento nº 576, de 2008, que requer Voto de Pesar pelo falecimento do engenheiro- agrônomo Vicente Haroldo de Figueiredo Moraes, cientista pioneiro em pesquisas sobre a seringueira da Amazônia. Senador Arthur Virgílio.....	173
Requerimento nº 577, de 2008, que requer Voto de Aplauso, pelo transcurso do 35º aniversá- rio de criação da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária – EMBRAPA e dos seus 33 anos de atuação na Amazônia, pela Embrapa Amazônia Occidental. Senador Arthur Virgílio.....	173
Requerimento nº 578, de 2008, que requer Voto de Pesar pelo falecimento da pesquisadora bra- sileira Edith Susana Elisabeth Fanta e pela grande contribuição que ofereceu às pesquisas antárticas, e apresentação de condolências à sua família. Sen- ador Cristovam Buarque.....	174
Requerimento nº 579, de 2008, que requer Voto de Pesar pelo falecimento do ex-Senador Ar- thur da Távola. Senador Pedro Simon.....	210
Requerimento nº 580, de 2008, que requer Voto de Pesar pelo falecimento do Senador Arthur da Távola, (Paulo Alberto Monteiro de Barros) ocor- rido no rio de Janeiro, no dia 9 de maio de 2008. Senador Arthur Virgílio.....	210
Requerimento nº 581, de 2008, que requer a realização de Sessão Solene Especial destinada a homenagear a memória do intelectual e ex-senador Artur da Távola. Senador Arthur Virgílio.....	215
Requerimento nº 582, de 2008, que requer homenagens pelo falecimento do Ex-Senador Pau- lo Alberto Artur da Távola Moretzsohn Monteiro de Barros, ocorrido no dia 09 de maio, na cidade do Rio de Janeiro. Inserção em ata de Voto de profundo Pesar; apresentação de condolências: - ao Partido Social Democracia Brasileira; - ao Partido da Social Democracia Brasileira. Senador Marco Maciel.....	215
Requerimento nº 583, de 2008, que requer Voto de Pesar pelo falecimento, no dia 9 de maio de 2008, do jornalista, escritor, ex-deputado e ex-sena- dor Arthur da Távola, aos 72 anos, de insuficiência cardíaca, bem como apresentação de condolências à sua esposa, Miriam Ripper, e aos filhos Leonardo, Eduardo e André. Senador Eduardo Suplicy.	333
Requerimento nº 584, de 2008, que requer, nos termos regimentais, licença dos trabalhos desta Casa no dia 15 de maio de 2008, quando Sua Ex- celência estará em viagem cumprindo missão da	
Subcomissão Temporária para Acompanhar a Crise Ambiental na Amazônia (CMACAA). Senador Flexa Ribeiro.....	334
Requerimento nº 585, de 2008, que requer, que seja inserido em ata Voto de Pesar pelo faleci- mento do ex-Senador Bello Parga e, nos termos do art. 221, incisos I e/ou II, apresentação de condolên- cias aos familiares. Senadora Roseana Sarney.....	360
Requerimento nº 586, de 2008, que requer, de acordo com as tradições da Casa, homenagens pelo falecimento do ex-Senador Maranhense Bello Parga: Inserção em ata de um Voto de profundo Pesar; apresentação de condolências à família e ao Estado. Senador Arthur Virgílio.....	360
Requerimento nº 587, de 2008, que requer Voto de Aplauso à Embraer, vitoriosa empresa aere- nática brasileira, fabricante de aeronaves de qua- lidade, que passou a oferecer ao mundo exemplos de excelência em conduta administrativa, modelo que acaba de ser copiado pelas gigantes Boeing e Airbus. Senador Arthur Virgílio.....	360
Requerimento nº 588, de 2008, que requer Voto de Aplauso ao jornalista Tarcísio Holanda e à TV Câmara, pelo lançamento do documentário em vídeo “Memórias de Tarcísio, Repórter”. Senador Arthur Virgílio.	361
Requerimento nº 589, de 2008, que requer Voto de Pesar pelo falecimento do empresário An- tonio Carlos Rodrigues Lima, Presidente da As- sociação das Indústrias e Empresas de Serviços do pólo Industrial de Manaus (AFICAM). Senador Arthur Virgílio.	361
Requerimento nº 590, de 2008, que requer Voto de Aplauso ao casal amazonense Cristian Aguilera e Carla Yael, pela adição de oito crianças já crescidas, registradas como filhos. Senador Ar- thur Virgílio.	362
Requerimento nº 591, de 2008, que solicita informações ao Senhor Ministro da Secretária-Geral da Presidência da República sobre os gastos com diárias do assessor especial da Presidência, senhor Marco Aurélio Garcia. Senador Arthur Virgílio.	362
Requerimento nº 592, de 2008, que requer, que tenha tramitação em conjunto as seguintes matérias: o Projeto de Lei da Câmara nº 39, de 2006; o Projeto de Lei da Câmara nº 3, de 2005, e o Projeto de Lei do Senado nº 209, de 2002, por versarem sobre o mesmo assunto. Senador Gilberto Goellner.	363
Requerimento nº 593, de 2008, que requer a tramitação conjunta dos Projetos de Lei do Senado nº 72, de 2007 e nº 102, de 2007, complementa-	

	Pág.		Pág.
res, por tratarem de assuntos correlatos. Senador Antonio Carlos Júnior.....	363	ções, bem como seu retorno ao Senado. Senador Tião Viana.....	367
SENADO FEDERAL			
Pedido de revisão sobre a questão das medidas provisórias, inclusive abolindo-as do texto constitucional. Senador Marco Maciel.....	175	Considerações sobre a demissão da Ministra Marina Silva e sua atuação no exercício de suas funções, bem como seu retorno ao Senado. Senadora Ideli Salvatti.....	367
Elogios ao Jornal do Senado, pelo brilhante trabalho sobre a História da Abolição da Escravatura. Senadora Rosalba Ciarlini.....	219	Considerações sobre a demissão da Ministra Marina Silva e sua atuação no exercício de suas funções, bem como seu retorno ao Senado. Senador José Agripino.....	368
Comentários sobre o depoimento da Ministra Dilma Rousseff no Senado. Senador Arthur Virgílio..	231	Considerações sobre a demissão da Ministra Maria Silva e sua atuação no exercício de suas funções, bem como seu retorno ao Senado. Senador Arthur Virgílio.....	368
Apelo aos líderes para que seja incluído na Ordem do Dia o Projeto de Lei da Câmara nº 67, de 2005, que trata da afixação da alíquota da Cide incidente sobre a gasolina de aviação. Senador Sérgio Zambiasi.....	365	Registro do encaminhamento de requerimentos à Mesa, no dia 13 de maio de 2008. Senador Arthur Virgílio.....	370
Apelo aos Senadores do Governo para que venha ajudar a oposição a aprovar o nome do Embaixador João Batista Cruz, pela questão ecológica. Senador Efraim Moraes.....	365	TELECOMUNICAÇÕES	
Registro do pedido de demissão da Ministra Marina Silva, que estava desenvolvendo um trabalho com objetivo de promover a preservação, a conservação, a recuperação do meio ambiente. Senador Renato Casagrande.....	366	Defesa de restrições à propaganda de bebidas alcoólicas nas emissoras de televisão e rádio. Senador Geraldo Mesquita Júnior.....	216
Considerações sobre a demissão da Ministra Maria Silva e sua atuação no exercício de suas fun-		Apoio ao Senador Geraldo Mesquita Júnior por seu pronunciamento referente à propaganda de bebidas alcoólicas nas emissoras de televisão e rádio. Aparte ao Senador Geraldo Mesquita Júnior. Senadora Rosalba Ciarlini.....	217

Ata da 72ª Sessão Não Deliberativa, em 9 de maio de 2008

2ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura

*Presidência dos Srs. Garibaldi Alves Filho, Mão Santa,
Geovani Borges e Paulo Paim*

(Inicia-se a Sessão às 9 horas e 4 minutos)

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Havendo número regimental, declaro aberta a sessão do Senado da República do Brasil desta sexta-feira, 9 de maio de 2008, às 9h04, coordenada pela competente Drª Cláudia Lyra.

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – A Presidência recebeu o **Ofício S/14, de 2008** (nº 180/2008, na origem, da Prefeitura Municipal de Quatro Barras – PR, encaminhando ao Senado Federal, cópia da manifestação daquela Prefeitura sobre o Relatório nº 974/2007, da Controladoria-Geral da União, relativa a inspeção proveniente do 23º sorteio do Programa de Fiscalização a partir de sorteios públicos.

A matéria vai à Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – A Presidência recebeu o **Ofício nº 327, de 2008**, da Câmara Municipal de Jaguariúna – SP, encaminhando manifestação sobre projeto de lei que dispõe sobre a organização das atividades de comunicação social eletrônica.

O expediente vai à Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, e, em cópia, ao Conselho de Comunicação Social.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – A Presidência recebeu correspondência encaminhando manifestação acerca do veto presidencial apostado ao **Projeto de Lei da Câmara nº 6, de 2002**.

O expediente será juntado ao processado da referida matéria, que volta à Secretaria de Coordenação Legislativa do Congresso Nacional, onde aguarda inclusão em pauta para apreciação do Veto.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Sobre a mesa, ofícios de Ministros de Estado que passo a ler.

São lidos os seguintes:

OFÍCIOS DE MINISTRO DE ESTADO

- **Nº 7/2008, de 30 de abril último**, do Ministro Chefe da Secretária-Geral da Presidência da República, encaminhando informações em resposta ao Requerimento nº 66, de 2008, do Senador Arthur Virgílio;
- **Nº 8/2008, de 30 de abril último**, do Ministro Chefe da Secretária-Geral da Presidência da República, encaminhando informações em resposta ao Requerimento nº 78, de 2008, do Senador Arthur Virgílio;
- **Nº 78/2008, de 28 de abril último**, do Ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, encaminhando informações em resposta ao Requerimento nº 81, de 2008, do Senador Arthur Virgílio;
- **Nº 118/2008, de 2 do corrente**, do Ministro do Planejamento, Orçamento e Gestão, encaminhando informações em resposta ao Requerimento nº 141, de 2008, do Senador Magno Malta;
- **Nº 119/2008, de 2 do corrente**, do Ministro do Planejamento, Orçamento e Gestão, encaminhando informações em resposta ao Requerimento nº 77, de 2008, do Senador Arthur Virgílio; e
- **Nº 198/2008, de 30 de abril último**, do Ministro da Integração Nacional, encaminhando informações em resposta ao Requerimento nº 83, de 2008, do Senador Arthur Virgílio.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – As informações foram encaminhadas, em cópia, aos Requerentes.

Os requerimentos vão ao Arquivo.

Sobre a mesa, avisos de Ministros de Estado que passo a ler.

São lidos os seguintes:

AVISOS DE MINISTROS DE ESTADO

- nº 80/2008, de 28 de abril último, do Ministro de Minas e Energia, encaminhando informações em resposta ao Requerimento nº 58, de 2008, do Senador Arthur Virgílio;
- nº 130/2008, de 30 de abril último, do Ministro da Fazenda, encaminhando informações em resposta ao Requerimento nº 171, de 2008, do Senador Heráclito Fortes;
- nº 146/2008, de 28 de abril último, do Ministro da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, encaminhando informações em resposta ao Requerimento nº 72, de 2008, do Senador Arthur Virgílio;
- nº 147/2008, de 28 de abril último, do Ministro da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, encaminhando informações em resposta ao Requerimento nº 10, de 2008, do Senador Alvaro Dias; e
- nº 349/2008, de 29 de abril último, do Tribunal de Contas da União, encaminhando informações complementares em resposta ao Requerimento nº 661, de 2006, do Senador Alvaro Dias.]]

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – As informações foram encaminhadas, em cópia, aos Requerentes.

Foi juntada cópia das informações referentes ao **Requerimento nº 171, de 2008**, ao processado do Projeto de Resolução nº 5, de 2008.

Os Requerimentos vão ao Arquivo.
Sobre a mesa, ofício que passo a ler.

É lido o seguinte:

Of. nº 59/2008 – CCT

Brasília, 6 de maio de 2008

Senhor Presidente,

Cumprimentando-o atentamente, tenho a honra de dirigir-me a Vossa Excelência para comunicar que por meio do Of. nº 69/07 – PJ de 20 de junho de 2007, o Doutor Ricardo Caldeira Pedroso, Promotor de Justiça do Ministério Público do Estado de São Paulo, transmitiu-nos que persistiam problemas relacionados à Fundação Sociedade Comunicação, Cultura e Trabalho, objeto do Projeto de Decreto Legislativo (PDS) nº 104, de 2007, que aprovou a outorga de concessão para explorar serviço de radiodifusão de sons e imagens, na cidade de Mogi das Cruzes, no Estado de São Paulo.

A esse respeito, e para os fins que Vossa Excelência julgue conveniente, esclareço que enviei ao digníssimo Doutor Ricardo Caldeira Pedroso, por meio do Of. nº 38/2008 – CCT, de 2 de abril do corrente, a informação de que devido ao fato de sua correspon-

dência ter chegado nesta Casa fora do tempo hábil para suspensão da tramitação do projeto em tela, foi reconhecido como correto o Ato do Poder Concedente, baseado nos elementos disponíveis nos autos.

Naquela oportunidade informei, ainda, que após promulgado o Decreto Legislativo nº 154, de 2007 no **DOU** de 8-8-2007, seção 1, página 2, é que foi registrado o recebimento da correspondência do digníssimo Promotor de Justiça, com data de 10 de agosto de 2007, bem como a determinação pelo arquivamento do processo, considerado regimentalmente concluso.

Atenciosamente, – Senador **Wellington Salgado de Oliveira**, Presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática.

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO PROMOTORIA DE JUSTIÇA CÍVEL DE SÃO BERNARDO DO CAMPO

Rua 23 de Maio, 107 - Vila Teresa - CEP 09606-000
São Bernardo do Campo/SP - Fone/Fax: (11) 4122-4622

São Bernardo do Campo, 20 de junho de 2007.

Ofício nº. 69/07 – 10º PJ

Ref.: Inquérito Civil nº. 59/04

Prezado(a) Senhor(a):

Pelo presente, expedido nos autos do Inquérito Civil em epígrafe, que trata da **FUNDAÇÃO SOCIEDADE COMUNICAÇÃO CULTURA E TRABALHO**, informo a Vossa Excelência o quanto segue.

Nos termos do Ofício nº. 1998/2007, do Ministério das Comunicações, cópia em anexo, há em curso o processo nº. 53000.031683/2003, que trata do pedido de outorga da referida Fundação para a execução de serviços de radiodifusão de sons e imagens, com fins exclusivamente educativos. A concessão foi outorgada por meio do Decreto de 13 de abril de 2005, cujo ato fora encaminhado à Deliberação do Congresso Nacional.

Assim sendo, informo a Vossa Excelência que, embora aprovadas as alterações estatutárias da referida entidade, não houve o registro do novo estatuto em razão de irregularidades das atas em questão, conforme expediente anexo.

Aproveito o ensejo para renovar a Vossa Excelência protestos de elevada estima e distinta consideração.


RICARDO CALDEIRA PEDROSO
Promotor de Justiça

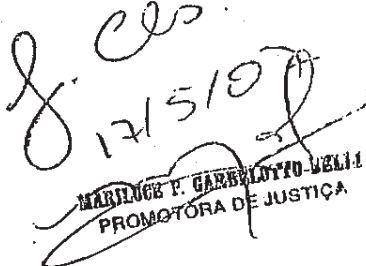
SENADO FEDERAL
Praça dos Três Poderes,
Brasília/DF – CEP 70165-900

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
SECRETARIA DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA
DEPARTAMENTO DE OUTORGA DE SERVIÇOS
 Esplanada dos Ministérios – Bloco “R” – 3º andar - anexo oeste - sala 300 – 70044-900 – Brasília/DF
 Fone: (61) 311-6890 – Fax: (61) 311-6617

Ofício nº ~~1998~~ 1998/2007/CGLO/DEOC/SC/MC

Brasília, 14 de Maio de 2007.

À Senhora
 Mariluce Pardi Garbelotto Belli
 Promotora de Justiça de Fundações
 Promotoria de Justiça Cível de São Bernardo do Campo
 Rua 23 de Maio nº 107 – Vila Teresa
 São Bernardo do Campo - SP
 09606-000

J. C. P.
 17/5/07

 MARILUCE P. GARBELOTTO BELLI
 PROMOTORA DE JUSTIÇA

Assunto: Informação acerca de processos

Ref.: Ofício nº 27/07 – 10ª PJ, Procedimento nº 59/04 (Doc. MC nº 53000.025419/2007)

Senhora Promotora,


1. Relativamente a solicitação de esclarecimento acerca dos Processos nºs 53000.031683/2003, e 53000.031681/2003, da **Fundação Sociedade Comunicação Cultural e Trabalho**, temos a informar o que segue.


a) Processo nº 53000.031683/2003: trata-se de pedido de outorga da referida fundação, para executar o serviço de radiodifusão de sons e imagens, com fins exclusivamente educativos, no Município de Moji das Cruzes, Estado de São Paulo. A concessão foi outorgada por meio do Decreto de 13 de abril de 2005, publicado no Diário Oficial da União de 14 subsequente, cujo ato foi encaminhado à deliberação do Congresso Nacional, nos termos do art. 223, § 3º, da Constituição Federal;

b) Processo nº 53000.031681/2003: trata-se de pedido de outorga da referida entidade, para executar o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, com fins exclusivamente educativos, no Município de São Vicente, Estado de São Paulo, o qual se encontra nesta Secretaria de Comunicação Eletrônica, aguardando análise.

6. Ante o exposto, colocamo-nos à disposição de V.Exa. para dirimir quaisquer esclarecimentos que se fizerem necessários.

Atenciosamente,


CARLOS ALBERTO FREIRE RESENDE
 Secretário de Serviços de Comunicação Eletrônica
 Substituto

Recebido em: 17, 05, 07

BRUNO MOSCHINI
 Oficial de Promotoria
 Matrícula nº 4209

PRIMEIRO OFICIAL DE REGISTRO DE IMÓVEIS E ANEXOS. DE SÃO BERNARDO DO CAMPO

Processo 003/05-RI

MM. Juiz de Direito e Corregedor Permanente,

Em cumprimento ao r. despacho de fls. 192, apresento a Vossa Excelência, muito respeitosamente, as seguintes informações:

A ata que teve o registro cancelado não apenas alterava o estatuto da Fundação, mas também tratava da eleição do seu conselho administrativo, sendo a definição dos conselheiros e o registro do ato em que ocorreu a eleição necessários.

Como o cancelamento foi do registro e não do título, essa definição pode ser feita por novo registro da ata de 6 de janeiro de 2004, desde que sanadas as deficiências anteriores, ou seja, esteja autorizada pelo nobre Ministério Público e seja apresentada completa.

No entanto, para isso é necessário determinar qual das versões da ata de 6 de janeiro 2004 é a correta, haja vista que versões da mesma ata, uma apresentada neste Registro (fls. 39/46) e outra posteriormente perante o nobre Ministério Público (fls. 72/78), não guardam consonância também quanto aos conselheiros. Assim, na ata apresentada neste Registro o Sr. Antonio Carlos Fon é indicado como conselheiro (fls. 41, n.º 17), mas não aceita o encargo e é substituído pelo Sr. Olavo Orlando de Souza (fls. 42), por indicação do instituidor (fls. 33), e na versão posteriormente apresentada ao nobre Ministério Público o Sr. Antonio Carlos Fon é igualmente indicado, mas não declina da função (fls. 76, n.º 17).

Observa-se ainda que as atas deverão ser coerentes quanto aos conselheiros, assim, se a efetiva ata de eleição de 6 de janeiro de 2004, ratificada e que passou a integrar a ata da assembléia de 13 de janeiro de 2006 (fls. 143), é a que é apresentada nas folhas seguintes (fls. 150/158), há incoerência com a ata posterior de 11 de março de 2006 (fls. 160/167), já que às fls. 153 o Sr. Antonio Carlos Fon declina da função e o Sr. Olavo Orlando de Souza é indicado como conselheiro, e na ata de 11 de março de 2006 o Sr. Antonio Carlos Fon integra o Conselho Administrativo (fls. 166, n.º 12) e o Sr. Olavo Orlando de Souza é indicado como suplente (fls. 161, n.º 2).

Portanto, este oficial entende, com o mais absoluto respeito e acatamento, que para a completa regularização da Fundação será necessário também definir os conselheiros e suplentes eleitos, registrando-se a ata efetiva de eleição ou nova ata

PRIMEIRO OFICIAL DE REGISTRO DE IMOVEIS E ANEXOS DE SÃO BERNARDO DO CAMPO

Outrossim, informo que, embora a completa qualificação das atas somente poderá ocorrer com a apresentação das vias originais, acompanhadas das listas de presença, editais de convocação que atendam o art. 28 do Estatuto e documentos nelas referidas, já é possível observar que em ambas as versões da ata de 6 de janeiro de 2004 os Srs. Tsukassa Isawa, Sérgio Aparecido Nobre e Carlos Alberto Grana são, respectivamente, *Primeiro Tesoureiro, Segundo Tesoureiro e Primeiro Secretário* (fls. 77 e 83), mas na ata de 11 de março de 2006 são indicados como ocupando outros cargos: *Primeiro Secretário, Primeiro Tesoureiro e Segundo Tesoureiro* (fls. 166).

Nota-se ainda que nos cabeçalhos dos documentos e nas consolidações do Estatuto está sendo indicado o endereço da Fundação como sendo Travessa Monteiro Lobato n.º 95, mas no edital e na ata é indicado o endereço da sede como tendo outro número predial (Travessa Monteiro Lobato n.º 76).

Finalmente, esclareço que, quando dos registros, na ata de 13 de janeiro de 2006 será aposta a informação de que o registro da ata não abrange a alteração do estatuto nela aprovada (fls. 96 e 99/102) e que, quando do registro da ata de 11 de março de 2006, esta será registrada sem ressalva e em conjunto com o estatuto nela alterado, por já contar com a aprovação do nobre Ministério Público (fls. 187/190).

Respeitosamente,

São Bernardo do Campo, 27 de junho de 2006

André de Azevedo Palmeira
Oficial de Registro

Ofício nº 38705-SAJ

Em 23 de novembro de 2005.

Ao Senhor

MARCELO BECHARA DE SOUZA HUBAIXA
Consultor Jurídico do Ministério das Comunicações
BRASILIA - DF

Assunto: Outorga de concessão à Fundação Sociedade Comunicação Cultural e Trabalho.

Caríssimo Consultor Jurídico,

Reenvio-me à Exposição de Motivos nº 95, de 14 de março de 2005, que versa sobre projeto de decreto que outorga concessão à Fundação Sociedade Comunicação Cultural e Trabalho para executar serviço de radiodifusão de sons e imagens, com fins exclusivamente educativos, no Município de Moji das Cruzes, Estado de São Paulo, publicado no Diário Oficial da União de 14 de abril de 2005.

Sobre o assunto, e uma vez que o encaminhamento do respectivo processo ao Congresso Nacional encontra-se sobrestado em face do Ofício nº 656, de 17 de março de 2005, do Senhor Juiz de Direito da Corregedoria Permanente de São Bernardo do Campo, que relata irregularidades havidas em alteração do estatuto da Fundação em apreço, encareço de Vossa Senhoria a urgente manifestação a respeito.

Atenciosamente,

BETO FERREIRA MARTINS VASCONCELOS
Subchefe-Adjunto para Assuntos Jurídicos
da Casa Civil da Presidência da República

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – O ofício que acaba de ser lido vai à publicação.

Sobre a mesa, projetos recebidos da Câmara dos Deputados que passo a ler.

São lidos os seguintes:

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 50, DE 2008
(Nº 4.378/2001, na Casa de origem)

Denomina a BR–232, no Estado de Pernambuco, Rodovia João Lyra Filho no trecho entre Recife e São Caetano e Rodovia Luiz Gonzaga no trecho entre São Caetano e Parnamirim.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º A BR–232, no Estado de Pernambuco, fica denominada da seguinte forma:

I – Rodovia João Lyra Filho, no trecho entre Recife e São Caetano;

II – Rodovia Luiz Gonzaga, no trecho entre São Caetano e Parnamirim.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

PROJETO DE LEI ORIGINAL Nº 4.378, DE 2001

Denomina Rodovia Luiz Gonzaga a BR–232 – estrada integrante do Plano Nacional de Viação, aprovado pela Lei nº 5.917, de 10 de setembro de 1973.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º A BR – 232, rodovia integrante do Plano Nacional de Viação, aprovada pela Lei nº 5.917, de 10-9-73, que liga o sertão do Araripe a capital pernambucana, ficará denominada “Rodovia Luiz Gonzaga”.

Art. 2º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Justificação

Luiz Gonzaga nasceu lá Onde o vento encosta o cisco, a fazenda Caiçara, terras do Barão de Exu, a três léguas da cidade de Novo Exu, Pernambuco, aquela mesma onde até Kid Morengueira, o rei do gatilho, teria de se abaixar para não pegar uma sobra do bang-bang da guerra entre famílias. Mas o único exú que baixou no terreiro de Luiz Gonzaga foi mesmo o musical. O seu pai, Januário, era cabra do barão, homem de confiança, capaz de se armar de bacamarte para defender o latifúndio do barão.

Januário consertava sanfonas. E, além disso, era um dos mais respeitados sanfoneiros da região.

O menino Luiz acompanhava Januário por todas as suas andanças para animar os forns e bailes nos pés de serra. Era doido pra meter os dedos no fole e, na primeira chance que teve, já mostrou intimidade, conseguindo fazer uma zoadinha bastante razoável no instrumento. A mãe, Dona Santana, deu um tremendo cascudo, não queria nada saber de filho seu metido com sanfona.

O pai de Gonzagão seria imortalizado em uma de suas músicas: “Respeita Januário”, onde um amigo adverte: “Luiz respeita Januário!/Tu pode ser famoso/Mas teu pai é mais tihoso/ e com ele ninguém vai...” Aliás, toda uma série de músicas de Luiz Gonzaga evoca os tempos em que vivia no pé da serra de Exú observando o trabalho no campo, brincando nos forros, perdido nos matos. Apesar de todo um tempero de linguagem bem urbana; a música de Luiz Gonzaga é bastante nostálgica. Canta quase sempre o paraíso perdido de um tempo e de um mundo (o sertão) que não voltam mais.

Mas, até Gonzagão chegar no baião, muitas águas rolaram. Ele passou 10 anos no Exército, morou uns tempos em Minas Gerais e acabou aterrissando no Rio de Janeiro, onde se virava tocando em boates, botequins, praças, casas noturnas e até na zona. Tocava valsas, fosca e tangos nos bares cariocas. Não dava muito ibope.

O primeiro sucesso foi “Vira e Mexe”, um xamego que estourou nas paradas, no ano de 1941. O xamego é chorinho urbano com pimenta rítmica nordestina. Mas o grande ataque do cangaceiro do baião ocorreu mesmo no momento em que se juntou ao cearense Humberto Teixeira, para dar à música nordestina um toque mais urbano: A viola, o pandeiro, o botijão e rebeca do baião tradicional foram substituídos pelos acordeão, o triângulo e a zabumba. O baião ficou mais simples, mais dançável, mais urbano, na sua rítmica frenética, de pulsação percussiva e energia esfuziante. Eu vou mostrar pra vocês como se dança o baião: cadência da viola dos repentistas e toada de cego na mesma pancadaria.

Com a energia musical do baião de Luiz Gonzaga até lista telefônica virava leira de música. E ainda por cima ele tinha em Humberto Teixeira um craque como tenista. Os dois fizeram juntos “Asa Branca”, “Juazeiro”, “Mangaratiba”, “Xanduzinha”. Com sua incrível intuição musical, Luiz Gonzaga fazia arranjos capazes de deixar Júlio Medaglia ou Rogério Duprat babando de inveja. Armado apenas pela sanfona e pela intuição musical, Luiz Gonzaga era capaz de criar climas, atmosferas, espaços de ritmo e harmonia, em suma, narrar só com o som da sanfona, fazer teatro, cinema e música só no resfolego da sanfona. Em “Mangara-

tiva”, por exemplo, ele reproduz o balanço/solavanco de um trem com a sanfona.

Gonzagão teve ainda um grande parceiro no médico Zé Dantas. Com ele fez “Cintura Fina”, “ABC do Sertão”, “Algodão”, “Vozes da Seca”. É com Zé Dantas que unta sensibilidade para os problemas sociais começa a se insinuar na música de Luiz Gonzaga. A música que Gonzagão mais gostava é “Triste Partida” (de Patativa do Assará). Mas não é certamente aí no “protesto” que está o melhor de sua música. O melhor de Luiz Gonzaga está no ritmo endiabrado do baião, na verde narrativa (herança do côco e dos repentistas, na intuição musical dos arranjos, no impagável senso de humor: Eu sou valente/sou pernambucano/quando me zango/boto a mão no cano/aperto o dedo/sai logo o tutano” de “Cortando o Pano”).

No ápice do Tropicalismo perguntaram a Caetano Veloso quem era o gênio da música popular brasileira. Caetano não teve dúvidas: Luiz Gonzaga. Felizmente, em um país onde se desrespeita, sistematicamente, tudo o que é precioso, a sua voz está registrada em discos. Vai ficar boiando no ar. É o Brasil, é absurdo, mas tem (ou pelo menos tinha) um ouvido musical que não é normal.

Se, nos anos 50, Luiz “Lua” Gonzaga foi o “Rei do Baião”, nos anos 60 ele caiu no esquecimento. Voltou brilhar na mídia e junto aos jovens depois que, no comecinho dos anos 70, Caetano Veloso gravou “Asa Branca”. Isto, no exílio londrino. Quando voltou acompanhado por Gilberto Gil, Caetano não perdeu oportunidade de dizer que “Lua era um dos pais da música brasileira, fonte inesgotável para muitas viagens sonoras”.

Gonzagão reconhecia o apoio dos influentes Caetano e Gil. Um dia, num especial de TV, ele contou: “Eu estava numa discoteca quando ouvi unia voz que chorava “Asa Branca”. Era um lamento triste, tão triste que me arrancou lágrimas dos olhos. Fui ver o que era E vi um disco de Caetano, gravado em Londres (Caetano Veloso, Famous/Philips – 1971). A capa mostrava o artista barbudo e cabeludo, envolto numa capa de pele. Minha emoção foi incontrolável. Chorei como um menino”.

Daí em diante, tornou-se chique regravar Luiz Gonzaga e seu vastíssimo repertório. Os nordestinos que invadiram a música brasileira no final dos anos 70 – Alceu, Elba Ramalho, Fagner e muitos mais – não se cansaram de cultivar o mestre Lua.

Sorte da música brasileira. Hoje, quem for a alguma loja de música vai encontrar em catálogo bons discos do artista. Dois deles, em parceria com jovens intérpretes: “Gonzagão e Fagner” (BMG – Ariola, 1988) e “Forró do Gonzagão” (com os convidados especiais:

Gal Costa, Alceu Valença, Jorge de Altinho, Chico Anysio, Gonzaguinha, Fagner e Elba Ramalho). Os outros são: “Vou Te Matar de Cheiro” (Copacabana, 1989); “Danado de Bom” (RCA-84); “Sanfona de Macho” (RCA-85) e “Forrobodó Cigano – Instrumental” (Copacabana-89).

Hoje está sendo entoado o coro dos anjos com suas maravilhosas canções, levando para o Céu, aquilo que deixou nas pautas das partituras que montou na terra.

Cantando os lamentos da “Asa Branca”, da “Triste Partida” ou as Louvações à Padre Cícero e a Nossa Senhora da Penha, enaltecendo os feitos de heróis, fazendo hinos à natureza, ao País, à região nordestina e a Pernambuco, ele imortalizou o seu talento, dando um exemplo de dignidade profissional. Não se alienou e não se descaracterizou; pelo contrário: fortaleceu suas raízes a ponto de sofrer durante longo período a discriminação da calça especializada que via no seu repertório e no seu estilo, coisas que consideravam superadas. Felizmente, o tempo soube ser sábio e mostrou que a pureza da sua música retratava o sentimento nacional no que havia de mais nobre.

Rei do Baião, Luiz Gonzaga o “Lua”, aquele que representa para o Brasil o exemplo do quanto um artista popular pode ser importante para formação cultural de sua terra, principalmente quando ele canta a alma do povo.

Gonzagão, o artista, o cantador, o homem. Tudo nele se confunde a partir do comportamento, da conduta e da seriedade profissional. Exemplo de ontem, de hoje e de sempre, Luiz Gonzaga ai está com a sua força maior da poesia popular e do sentimento do povo.

Gonzagão, o pacifista de Exu que fez pousar sobre aquela terra a “Asa Branca” da paz que gerou a prosperidade.

Do fole de oito a cento e vinte baixos, “Lua”, o herdeiro de Januário, tomou-se Rei. Rei aqui e lá fora, onde os entendidos da música, como na França e Inglaterra, entoam as notas melodiosas de “Asa Branca” com o povo assoviando nas ruas o solfejo da música símbolo da região nordestina.

O “Lua” dos forrós de pé-de-serra do Araripe, não deixou de ser o cantador do Nordeste quando enfrentou os microfones da Rádio Nacional; os palcos iluminados do Centro Sul e as câmaras do círculo eletrônico da Televisão. Cinquenta anos se passaram. Depois de tocar e cantar por meio século para o Brasil e para o mundo foi tocar e cantar para Deus e para os anjos.

Aqui na terra, deixou sua voz; suas poesias, sua sanfona branca; seus discos e fitas; seu acervo e, sobretudo, Paz em Exu.

Não morreu porque é imortal. Luiz Gonzaga, o Rei do Baião, jamais morrerá.

Deixou também muita saudade para todos os brasileiros – seus irmãos – e para o resto do mundo...

Dar o nome da BR-232, que liga o Cais ao Araripe, a Luiz Gonzaga, é por demais justo. Ele teve grande participação no desenvolvimento econômico do País, principalmente, contando a Construção das estradas para escoar o Progresso do Brasil.

Há pouco tempo, Luiz Gonzaga foi escolhido pela população do nosso querido Estado de Pernambuco, como a Personalidade do Século. Um prêmio de reconhecimento de todo o povo pernambucano a um dos seus filhos mais talentosos e ilustres.

Sala das Sessões, 27 de março de 2001. – Deputado **Gonzaga Patriota**, PSB – PE.

(À Comissão de Educação, Cultura e Esporte.)

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 51, DE 2008

(Nº 5.288/2001, na Casa de Origem)

Acrescenta art. 36-A à Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, disciplinando a publicidade, nos meios de comunicação social escrita, dos anúncios de venda de veículos usados.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Esta Lei acrescenta dispositivo à Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, que dispõe sobre a proteção do consumidor e dá outras providências, disciplinando a publicidade, nos meios de comunicação social escrita, dos anúncios de venda de veículos usados.

Art. 2º A Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, passa a vigorar acrescida do seguinte art. 36-A:

“Art. 36-A. Nos anúncios de venda de veículos automotores usados, publicados nos meios de comunicação social escrita, será obrigatório informar, de maneira clara e objetiva, além das características do veículo e o preço de venda, o ano de fabricação, o modelo, a placa e o número do chassi.”

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

PROJETO DE LEI ORIGINAL Nº 5.288, DE 2001

Regulamenta anúncios vinculados nos meios de comunicação, sobre a venda de automóveis usados.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Os anúncios de oferta de venda de veículos publicados em jornais, revistas, e ou classificados deverão constar além das características do veículo, número do chassi, ano de fabricação e do modelo, bem como o número da placa.

Art. 2º A não observância do disposto no artigo anterior, implicará em multa ao órgão de publicação de 1.000 a 10.000UFIR, por cada anúncio.

Parágrafo único. Em caso de reincidência a multa será aplicada em dobro.

Justificação

Conforme observado no Código de Defesa do Consumidor, todos os cidadãos brasileiros têm o direito de se informar e direito as informações para não ocorrerem em risco de enganabilidade, determinado neste código. E em embasado nos diversos problemas referentes à comercialização e ao mau uso de elementos que venham a levar todo aquele que por ventura tenha necessidade de procurar mediante vinculação sobre a forma de anúncios a compra ou venda de veículos automotores de qualquer ramo ou espécie, salientando que existem diversas fraudes que freqüentemente se valem dos meios de informações jornalísticos para obter lucros ilícitos facultando em erro milhares de brasileiros todos os dias, meses e anos desde muito tempo.

O projeto que vislumbro se definirá na regulamentação desse tipo de anúncio vinculados em jornais de todo o país ao qual se regulamentaria e se obrigaria a inserção do número do chassi do veículo por ano, placa e modelo quando da venda desses veículos para que assim as partes interessadas na compra pudessem ter o direito de informar-se em órgão competente as restrições veiculares ou mesmo a própria existência do bem tendo em vista também as diversas fraudes acoetidas em nome de diversas montadoras como já é de nosso conhecimento a muito tempo e que todo dia são aplicadas fraudes por empresas de má fé.

Sala das Sessões, 5 de setembro de 2001. – **Pompeo de Mattos**, Deputado Federal Vice-Líder da Bancada – PDT.

LEGISLAÇÃO CITADA

ANEXADA PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA

LEI Nº 8.078, DE 11 DE SETEMBRO DE 1990

Dispõe sobre a proteção do consumidor e dá outras providências.

Art. 36. A publicidade deve ser veiculada de tal forma que o consumidor, fácil e imediatamente, a identifique como tal.

Parágrafo único. O fornecedor, na publicidade de seus produtos ou serviços, manterá, em seu poder, para informação dos legítimos interessados, os dados fáticos, técnicos e científicos que dão sustentação à mensagem.

.....
(Às Comissões de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática; de Assuntos Econômicos; e de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle.)

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 52, DE 2008

(Nº 2.374/2003, na Casa de Origem)

Dispõe sobre o dever de notificação em caso de necessidade de ações preventivas, de socorro, assistenciais ou recuperativas na área de defesa civil e dá outras providências.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Esta Lei versa sobre informações de prestação obrigatória aos órgãos competentes de defesa civil, sua natureza, procedimentos para seu suprimento, medidas de segurança preventivas para minimizar os riscos e reduzir a ocorrência de acidentes e desastres, e penalização pelo descumprimento das disposições legais, em todo o território nacional.

Art. 2º As pessoas físicas ou jurídicas, públicas ou privadas, ficam obrigadas a notificar os órgãos competentes de defesa civil:

I – previamente, de quaisquer atos por elas praticados no curso de seus empreendimentos ou atividades que impliquem potencialmente a necessidade de ações preventivas, de socorro, assistenciais ou recuperativas na área de defesa civil;

II – imediatamente, das situações anormais decorrentes de seus empreendimentos ou atividades que possam causar danos pessoais, materiais ou ambientais à comunidade.

Art. 3º Os órgãos competentes de defesa civil poderão requerer às pessoas físicas ou jurídicas, públicas ou privadas, informações técnicas acerca de procedimentos, instalações e equipamentos que possam ocasionar, em razão de eventos adversos, naturais ou provocados pelo homem, danos pessoais, materiais ou ambientais à comunidade.

§ 1º Na hipótese de as informações prestadas na forma do caput deste artigo não serem suficientes, ficam os órgãos competentes de defesa civil autorizados a proceder a vistorias, testes e medições para a

obtenção dos dados necessários ao planejamento das ações de defesa civil.

§ 2º Os custos decorrentes das vistorias, testes e medições realizados pelos órgãos competentes de defesa civil, na forma do § 1º deste artigo, serão cobertos pelas pessoas físicas ou jurídicas, públicas ou privadas, responsáveis pelos empreendimentos ou atividades em questão.

§ 3º Os órgãos competentes de defesa civil ficam responsáveis pelo sigilo das informações obtidas na forma deste artigo que se caracterizam como sigilo industrial ou militar.

Art. 4º Além do disposto no art. 2º desta Lei, ficam obrigadas a promover as medidas necessárias à segurança de suas instalações, bem como a dar conhecimento delas aos órgãos competentes de defesa civil, as pessoas físicas ou jurídicas, públicas ou privadas, responsáveis pelos seguintes empreendimentos ou atividades:

I – usinas hidroelétricas, termelétricas e nucleares;

II – diques e barragens destinados à regularização de cursos d'água;

III – depósitos de munições e explosivos;

IV – refinarias, destilarias e bases de distribuição de combustíveis;

V – outros que vierem a ser relacionados pelos órgãos competentes de defesa civil.

Parágrafo único. O disposto neste artigo não exclui outras exigências de segurança estabelecidas por legislação específica.

Art. 5º Os órgãos responsáveis pelas rodovias e ferrovias em que se realize transporte regular de cargas perigosas estabelecerão, em conjunto com os órgãos competentes de defesa civil, planos para atendimento de situações de emergência relacionadas a esse transporte.

Art. 6º Sem prejuízo de outras cominações legais, o descumprimento do disposto nesta Lei sujeitará os infratores ao pagamento de multa, imposta pelo órgão competente de defesa civil, na forma e nos valores definidos pela regulamentação desta Lei.

Art. 7º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

PROJETO DE LEI ORIGINAL Nº 2.374, DE 2003

Dispõe sobre o dever de notificação em caso de necessidade de ações preventivas, de socorro, assistenciais ou recuperativas na área de defesa civil e dá outras providências.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º As pessoas físicas ou jurídicas, públicas ou privadas, ficam obrigadas a notificar os órgãos competentes de defesa civil:

I – previamente, de quaisquer atos por eles praticados no curso de seus empreendimentos ou atividades que impliquem potencialmente a necessidade de ações preventivas, de socorro, assistenciais ou recuperativas na área de defesa civil;

II – imediatamente, das situações anormais decorrentes de seus empreendimentos ou atividades que possam causar danos pessoais, materiais ou ambientais à comunidade.

Art. 2º Os órgãos competentes de defesa civil poderão requerer às pessoas físicas ou jurídicas, públicas ou privadas, informações técnicas acerca de procedimentos, instalações e equipamentos que possam ocasionar, em razão de eventos adversos, naturais ou provocados pelo homem, danos pessoais, materiais ou ambientais à comunidade.

§ 1º Na hipótese das informações prestadas na forma do **caput** deste artigo não serem suficientes, ficam os órgãos competentes de defesa civil autorizados a proceder vistorias, testes e medições para a obtenção dos dados necessários ao planejamento das ações de defesa civil.

§ 2º Os custos decorrentes das vistorias, testes e medições realizadas pelos órgãos competentes de defesa civil, na forma do § 1º, serão cobertos pelas pessoas físicas ou jurídicas, públicas ou privadas, responsáveis pelos empreendimentos ou atividades em questão.

§ 3º Os órgãos competentes de defesa civil ficam responsáveis pelo sigilo das informações obtidas na forma deste artigo, que se caracterizam como sigilo industrial ou militar.

Art. 3º Além do disposto no art. 1º desta Lei, as pessoas físicas ou jurídicas, públicas ou privadas, responsáveis pelos empreendimentos ou atividades enumeradas neste artigo, ficam obrigadas a promover as medidas necessárias à segurança de suas instalações, bem como a dar conhecimento das mesmas aos órgãos competentes de defesa civil:

I – usinas hidroelétricas, termelétricas e nucleares;

II – diques e barragens destinados à regularização de cursos d'água;

III – depósitos de munições e explosivos;

IV – refinarias, destilarias e bases de distribuição de combustíveis;

V – outros, que vierem a ser relacionados pelos órgãos competentes de defesa civil.

Parágrafo único. O disposto neste artigo não exclui outras exigências de segurança estabelecidas por legislação específica.

Art. 4º Os órgãos responsáveis pelas rodovias e ferrovias em que se realize transporte regular de cargas perigosas estabelecerão, em conjunto com os órgãos competentes de defesa civil, planos para atendimento de situações de emergência relacionadas a este transporte.

Art. 5º Sem prejuízo de outras cominações legais, o descumprimento ao disposto nesta Lei sujeitará os infratores ao pagamento de multa, imposta pelo órgão competente de defesa civil, na forma e nos valores definidos pela regulamentação desta Lei.

Art. 6º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

Este projeto de Lei era de autoria do ex-Deputado e amigo Jair Meneguelli. Por ser considerado de extrema importância para o País, que o estou reapresentando nesta Casa. É que existe uma lacuna na legislação brasileira em relação ao dever de notificar os órgãos competentes de defesa civil em casos de ações ou fatos que potencialmente gerem a necessidade de medidas preventivas, de socorro, assistenciais ou recuperativas, no âmbito da competência desses órgãos. Ademais, não obstante haver certas exigências legais relacionadas a setores específicos, não há uma obrigação geral de que os empreendimentos ou atividades que apresentem grau ou significado de periculosidade para a comunidade mantenham planos de segurança conhecidos dos órgãos competentes de defesa civil.

Essa lacuna dificulta mais a atuação da defesa civil que, já pela sua própria natureza de seu trabalho, trata no seu cotidiano com imprevistos e situações de calamidade derivadas de eventos extremamente adversos, naturais ou provocados pelo homem. Algumas vezes, tais situações adversas resultam de atos previsíveis praticados no curso de empreendimentos ou atividades que, se notificadas previamente, poderiam, se não evitar totalmente, pelo menos amenizar as consequências danosas à comunidade.

Mesmo nos casos de acidentes, em que não há possibilidade de notificação prévia, é fundamental que a defesa civil esteja plenamente informada acerca de procedimentos, instalações e equipamentos envolvidos na ocorrência, de forma a poder tomar as medidas de proteção necessárias. Fatos como o vazamento de oleoduto da Petrobrás, seguido de explosão e incêndio,

em Cubatão, anos atrás, ou do recente vazamento de óleo na Baía de Guanabara, ou ainda do episódio da explosão do depósito de munições da Marinha, no Rio de Janeiro, demonstram a importância da existência de um sistema permanente de informações, que capacite os órgãos competentes de defesa civil para agir de forma rápida e eficiente.

Sempre que os dados fornecidos não sejam suficientes, deve-se assegurar aos órgãos competentes de defesa civil, ainda, a prerrogativa de requerer informações técnicas adicionais, bem como efetuar vitórias, testes e medições que se fizerem necessárias ao planejamento de suas ações.

Determina a nossa Constituição Federal, em seu art. 21, inciso XVIII, que compete à União “planejar e promover a defesa permanente contra as calamidades públicas, especialmente as secas e as inundações”. Por outro lado, o art. 22 da Carta Magna, em seu inciso XXVIII, fixa a competência da União para legislar sobre defesa civil. Amparado, pois, nestas disposições, propomos aqui que a lei federal imponha o dever de notificação em caso de necessidade de ações na área de defesa civil.

Na plena convicção de que a iniciativa se constitui em aperfeiçoamento oportuno e conveniente para o ordenamento jurídico federal, esperamos poder contar com o valioso apoio dos nobres Pares em favor de sua aprovação nesta Casa.

Sala das Sessões, 29 de outubro de 2003. – Deputado **Sandro Mabel**.

(À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.)

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 53, DE 2008
(Nº 5.669/2005, na Casa de Origem)

Denomina Hospital Universitário Dr. Antônio Alves Duarte o Hospital Universitário da Universidade Federal da Grande Dourados, localizado em Dourados, Estado de Mato Grosso do Sul.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O Hospital Universitário da Universidade Federal da Grande Dourados, localizado na cidade de Dourados, no Estado de Mato Grosso do Sul, passa a denominar-se Hospital Universitário Dr. Antônio Alves Duarte.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

PROJETO DE LEI Nº 5.669, DE 2005

Denomina Hospital Universitário Doutor Antônio Alves Duarte o Hospital Universitário da Universidade Federal da Grande

Dourados, localizado em Dourados, Estado do Mato Grosso do Sul.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O Hospital Universitário da Universidade Federal da Grande Dourados, localizado na cidade de Dourados, no Estado do Mato Grosso do Sul, passa a denominar-se Hospital Universitário Dr. Antônio Alves Duarte.

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

O presente Projeto de Lei denomina o Hospital Universitário da Universidade da Grande Dourados de Hospital Universitário Dr. Antônio Alves Duarte, em reconhecimento ao pioneirismo e extraordinários serviços prestados à população de Dourados/MS, como um dos primeiros médicos a exercer suas atividades naquele município.

Nascido em 19 de novembro de 1903 em Natividade do Carangola, Estado do Rio de Janeiro, colou grau em Medicina pela Universidade Federal de Minas Gerais em 1931.

Exerceu atividade médica nas cidades de Carmo da Mata, Minas Gerais e em Lavras, passando por Rio Verde e, finalmente, radicando-se em Dourados, Estado do Mato Grosso do Sul.

Nesta cidade praticou intensamente a atividade de clínica geral e foi o primeiro cirurgião da região de Dourados o que lhe permitiu construir grande reputação.

Ao todo, foram trinta e cinco anos atuando nessa área. Paralelamente, deu grandes passos na vida política iniciando sua carreira como vereador, passando à vice-prefeito por duas vezes, substituto legal na chefia do município em várias ocasiões e, por fim, deputado estadual.

Faleceu, em acidente automobilístico, no quilômetro 80 da BR-163, após a cidade de Coxim, Mato Grosso, em pleno exercício da profissão, no dia 29 de janeiro de 1982 às nove horas da manhã. No trágico acidente vieram a falecer sua esposa Dona Isabel Pinheiro Duarte, seu sobrinho Ataliba Pinheiro Rodrigues Junior, de treze anos à época, a Senhora Maria José Amorim e sua neta Luciene Coutinho de Lara, estas duas últimas vítimas, cidadãs que foram acolhidas pelo nobre Dr. Antônio Alves Dutra que as levaria até um ponto próximo. A única sobrevivente do trágico acidente foi a filha Lisie que dormia no maleiro do carro.

Na condição de médico e homem público, este ilustre cidadão lutou brava e ativamente pelo desenvolvimento do município, colaborando para a construção da história de uma importante região do nosso País.

A marca de suas vidas, a profissional e a política, foi e continua sendo lembrada como uma caminhada persistente em favor do próximo e em favor do crescimento do Estado do Mato Grosso do Sul que tão bem o acolheu.

A apresentação deste Projeto de Lei manifesta o reconhecimento ao vasto e profícuo trabalho do Doutor Antônio Alves Duarte. Para tanto e frente á relevância deste cidadão que por quatorze cidades foi condecorado com Títulos de Cidadania Honorária.

Para dar continuidade a este processo de ampliação da dignidade da região e do desenvolvimento dos setores de educação superior e saúde iniciados com o título de Universidade Federal da Grande Dourados, recentemente conquistado pelo povo desta região e pelos representantes políticos ativos na seara política federal, contamos com o apoio dos ilustres pares, nesta casa, para a rápida aprovação e transformação desta proposição em norma legal a fim de que possamos comemorar esta imensa conquista e oferecer às 38 municipalidades que compõem a região da Grande Dourados, com seus quase 800 mil habitantes, nosso sonhado Hospital Universitário Doutor Antônio Alves Duarte.

Sala das Sessões, 19 de julho de 2005. – Deputado **Geraldo Resende**.

(Á Comissão de Educação, Cultura e Esporte.)

PROJETO DE LEI DA CAMARA Nº 54, DE 2008

(Nº 6.816/2006, na casa de origem)

Confere ao Município de Corumbá, no Estado de Mato Grosso do Sul, o título de capital do Pantanal.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O Município de Corumbá, no Estado de Mato Grosso do Sul, fica declarado capital do Pantanal.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

PROJETO DE LEI ORIGINAL Nº 6.816, DE 2006

Confere ao Município de Corumbá, no Estado do Mato Grosso do Sul, o título de “capital do Pantanal”.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O Município de Corumbá, no Mato Grosso do Sul, fica declarado “capital do Pantanal”.

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

Corumbá, Município de Mato Grosso do Sul, está localizado a 418 quilômetros da capital do Estado, Campo Grande. Maior cidade do Estado em extensão, possui uma área de 65.165, 8km², que abrange 60% do Pantanal sul-mato-grossense e 37% do Pantanal brasileiro. É a principal cidade às margens do Rio Paraguai.

A cidade foi fundada em 21 de setembro de 1778 e ao longo da história alternou momentos de prosperidade e crise, como, por exemplo, quando foi invadida na Guerra do Paraguai. Da época de grande prosperidade, Corumbá guarda preciosos registros como seus belos casarões e sobrados em estilo europeu, tombados em 1992 pelo Patrimônio Histórico Nacional.

O turismo é uma das suas principais atividades já que a maior parte do município está ocupada pelo Pantanal. Consolidou-se na década de 80 e mudou a economia da cidade. A infra-estrutura turística modificou a paisagem urbana com a construção de hotéis, pousadas, barco-hotel, restaurantes, bares e outros estabelecimentos necessários para melhor atender o turista. É a única cidade da região que possui aeroporto internacional.

Em Corumbá está localizada a Estrada Parque Pantanal. São 120 quilômetros de passeio com a sensação de se estar em um zoológico natural, a céu aberto, sem grades separando público e animais.

Por tudo isso, a cidade é considerada pelos corumbaenses como a capital do Pantanal.

Espero, portanto, o apoio dos meus ilustres pares para a aprovação deste Projeto de Lei, que ora submeto à Câmara dos Deputados.

Sala das Sessões, 28 de março de 2006. – Deputado **Vander Loubet**, PT/MS.

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 55, DE 2008

(Nº 7.310/2006, na casa de origem)

Institui o Dia Nacional da Arte da Ikebana-Sanguetsu.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica instituído, no Calendário de Eventos Nacionais, o Dia Nacional da Arte da Ikebana-Sanguetsu, com a finalidade de difundir e celebrar a cultura dos arranjos florais, como elementos de harmonização e embelezamento dos ambientes e da convivência.

Art. 2º O Dia Nacional da Arte da Ikebana-Sanguetsu será comemorado anualmente em 23 de setembro.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação

PROJETO DE LEI Nº 7.310- , DE 2006**Institui o Dia Nacional da Arte da Ikebana-Sanguetsu.**

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica instituído, no Calendário de Eventos Nacionais, o Dia da IkebanaSanguetsu, com a finalidade de difundir e celebrar a cultura dos arranjos florais, como elementos de harmonização e embelezamento dos ambientes e da convivência.

Art. 2º O Dia da Ikebana-Sanguetsu será comemorado anualmente em 23 de setembro.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

Baseada na filosofia desenvolvida por Mokiti Okada, seu patrono, a Arte da IkebanaSanguetsu representa uma nova forma de tratar as diversas situações antagônicas que se apresentam em nosso cotidiano.

A Ikebana-Sanguetsu, arte de harmonizar as diferentes formas e cores por meio de arranjos florais, é importante instrumento de revitalização das energias gastas em decorrência das atribulações a que todos os cidadãos das grandes cidades encontram-se expostos. Dessa maneira, a arte contribui para que a sociedade alcance dias de paz e de equilíbrio.

Dessa forma, a Ikebana-Sanguetsu apresenta-se como importante instrumento no combate às graves consequências do desrespeito às Leis Naturais, verificadas na agricultura, na medicina, na saúde, na educação, na arte, no meio ambiente, na política, na economia, e em todos os demais campos da atividade humana.

O propósito da Filosofia de Mokiti Okada é despertar a humanidade, alertando-a para essa triste realidade. Ela cultiva o espiritualismo e o altruísmo, faz o homem crer na sua capacidade de evoluir e ensina que existem espírito e sentimento não só no ser humano, mas também nos animais, nos vegetais e nos demais seres.

Seu objetivo final é reconduzir a humanidade a uma vida concorde com a Lei da Natureza e construir uma nova civilização, alicerçada na verdadeira saúde, na prosperidade e na paz.

Sala das Sessões, 11 de julho de 2006. – Deputado **Rodrigo Maia, Líder do PFL.**

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 56, DE 2008

(Nº 615/2007, na casa de origem)

Institui o Dia Nacional do Engenheiro Ambiental.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica instituído o Dia Nacional do Engenheiro Ambiental a ser comemorado, anualmente, no dia 31 de janeiro, em todo o território nacional.

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Câmara dos Deputados, 30 de Abril de 2008. – **Arlindo Chinaglia**, Presidente.

PROJETO DE LEI ORIGINAL Nº 615, DE 2007**Institui o Dia Nacional do Engenheiro Ambiental.**

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica instituído o Dia Nacional do Engenheiro Ambiental a ser comemorado, anualmente, no dia 31 de janeiro, em todo o território nacional.

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

Há de se instituir um dia para prestigiar tão importante profissão, sobretudo porque a história recente tem sido marcada pelo descaso com meio ambiente.

Acreditamos que o tema é oportuno e se apresenta como mais uma importante ferramenta na busca pela solução dos principais problemas que a humanidade enfrenta hoje – a chamada “crise ambiental”. Ela surgiu em decorrência de três fatores diretamente relacionados: o aumento populacional, o aumento da demanda de recursos naturais e o aumento da poluição ambiental. Os dados são alarmantes e o resultado disso são os inúmeros problemas que degradam os meios aquático, terrestre e atmosférico. O engenheiro ambiental surge como mais um aliado na exploração racional dos nossos recursos naturais e na defesa do meio ambiente.

Os primeiros profissionais Engenheiros Ambientais do Brasil foram diplomados em 31 de janeiro de 1997, no Estado do Tocantins, conforme informação do MEC. Depois dessa, já foram formadas mais 11 (onze) turmas.

No Brasil já são 106 (cento e seis) instituições, entre universidades e faculdades, que ministram o Curso de Engenharia Ambiental. O Estado do Tocantins é referência para todo o País.

Entendemos que tais profissionais, em virtude de sua relevância, devem ser lembrados, por isso apresentamos este projeto de Lei, criando o Dia Nacional do Engenheiro Ambiental, a ser comemorado em todo o Brasil no dia 31 de janeiro de cada ano, por entendermos que foi nesse dia que o Brasil teve seu primeiro profissional graduado em Engenharia Ambiental.

Sala das Sessões, 29 de março de 2007. – Deputada **Nilmar Ruiz.**

(À Comissão de Educação, Cultura e Esporte.)

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Os projetos que acabam de ser lidos serão publicados e remetidos às Comissões competentes.

Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 571, DE 2008

Requer VOTO DE PESAR pelo falecimento do Vereador Messias do Carmo Leite, e seu filho Leandro Vieira Leite, ocorrido no dia 7 deste mês de maio de 2008, na rodovia BR-174 (Manaus/Presidente Figueiredo).

REQUEIRO, nos termos do art. 218, do Regimento Interno, a inserção em ata, de Voto de Pesar pelo falecimento do Vereador Messias do Carmo Leite e seu filho Leandro Vieira Leite, ocorrido no dia 7 deste mês de maio de 2008, em acidente de automóvel, na rodovia BR-174 (Manaus/Presidente Figueiredo).

Requeiro, ainda, que este Voto de Pesar seja levado ao conhecimento de sua família, bem como à Câmara Municipal da cidade de Presidente Figueiredo.

Justificação

Trágico acidente de automóvel, ocorrido por volta das 15 horas do dia 7 deste mês de maio, ceifou a vida do valoroso Vereador Messias do Carmo Leite, da cidade de Presidente Figueiredo, e de seu filho Leandro Vieira Leite, deixando ainda seriamente ferida a noiva deste, Rejane Barroso Duarte, a quem faço votos de que se recupere o mais rapidamente possível. Messias do Carmo, que tinha 54 anos de idade, estava no exercício do seu quarto mandato na Câmara Municipal de Presidente Figueiredo, num atestado da reiterada confiança que a população nele depositava. O filho, de 27 anos de idade, tinha o exemplo do pai e poderia vir a ser seu seguidor na vida pública. Ambos, portanto, fazem jus à homenagem póstuma que ora requeiro.

Sala das Sessões, 9 de maio de 2008. – Senador **Arthur Virgílio**, – Líder do PSDB – Senador **João Pedro**.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – A Presidência encaminhará o voto de pesar solicitado.

O requerimento que acaba de ser lido vai ao Arquivo.

Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 572, DE 2008

Requer VOTO DE APLAUSO à RÁDIO PANORAMA, da cidade de Itacoatiara-AM, pelos seus 20 anos de fundação.

Requeiro, nos termos do art. 222, do Regimento Interno, e ouvido o Plenário, que seja consignado, nos anais do Senado, Voto de Aplauso à Rádio Panorama, da

cidade de Itacoatiara-AM, por seus 20 anos de fundação, comemorados no dia 13 de abril deste ano de 2008.

Requeiro, ainda, que o Voto de Aplauso seja levado ao conhecimento da Diretoria da emissora e, por seu intermédio, a todos que com ela colaboram.

Justificação

No dia 13 de abril deste ano de 2008, uma das emissoras de rádio de maior audiência no interior do Amazonas, a Rádio Panorama, da pujante cidade de Itacoatiara, completou seu 20º aniversário de fundação. São 20 anos prestando excelentes serviços à comunidade, seja no plano do entretenimento, seja no da informação, fazendo jus, portanto, à homenagem que ora proponho.

Sala das Sessões, 9 de maio de 2008. – Senador **Arthur Virgílio**, Líder do PSDB.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Nos termos do art. 222, § 1º, do Regimento Interno, o requerimento será despachado à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Há oradores inscritos.

Ontem, não pôde usar da palavra o representante do Estado do Amazonas, porque houve muitos oradores e S. Ex^a cedeu gentilmente seu lugar a outros Senadores, mas convidamos, hoje, o representante do Partido dos Trabalhadores do grandioso Estado do Amazonas, Senador João Pedro, a fazer uso da tribuna nesta sexta-feira.

João Pedro tem se caracterizado como um líder de idéias avançadas e rejuvenescidas do Partido dos Trabalhadores, inspiradas na sua origem de defesa da ética, o que está faltando no seu Partido e no Brasil todo.

O seu Partido tem nomes bons. No meu Piauí mesmo, eu confesso, vocês têm um interessante candidato a Prefeito, um homem honrado, um médico que eu conheço há longo tempo – inclusive disputei o Governo do Estado com ele em 1994 – um grande líder, um extraordinário líder, um homem de grande caráter; foi um extraordinário Secretário e Deputado Federal.

O SR. JOÃO PEDRO (Bloco/PT – AM) – Nosso Deputado Federal.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – V. Ex^a também está nesse time dos virtuosos do Partido dos Trabalhadores.

O SR. JOÃO PEDRO (Bloco/PT – AM. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Obrigado, Sr. Presidente Mão Santa.

Sr^{as} e Srs. Senadores, na realidade, não só o nosso Deputado, o PT tem muitos militantes valorosos, virtuosos, que orgulham a militância política no Brasil. Tenho muito orgulho do meu Partido. É verdade que temos erros nessa caminhada, mas tenho muito orgulho do Partido dos Trabalhadores.

Sr. Presidente, o noticiário de ontem à noite divulgou essa conexão das informações já com nomes: um servidor da Casa Civil e, possivelmente, um servidor do Senado. É preciso que se esclareça essa situação do Sr. André, que não sei se tem uma ligação formal. Inclusive, a CPI, Senador Paulo Paim, deve convocar os dois servidores para que os membros da Comissão discutam isso. Esse Sr. André parece-me que é do Tribunal de Contas da União e que tem uma relação com o gabinete do Senador Alvaro Dias. É preciso saber se ele é servidor ou está prestando serviço para o gabinete, se está nos quadros do Senado da República. É preciso esclarecer isso! A CPI precisa fazer esse debate, precisa fazer esse esclarecimento.

Quanto ao próprio Senador Alvaro Dias, o nosso colega, não quero fazer nenhuma acusação precipitada, como já foi feito contra a Ministra Dilma.

Ainda bem que o Senado travou um debate de quase dez horas com a Ministra Dilma. O Brasil assistiu esse debate, acompanhou-o, e não tenho dúvida da postura de S. Ex^a como Ministra de Estado.

Agora, a Polícia Federal – é preciso confirmar todo esse noticiário – divulga informações sobre os dois funcionários, do computador de um para o computador de outro. Essa conexão veio para cá, para o Senado da República. Nós precisamos esclarecer, e esclarecer agora, sem a Ministra Dilma, porque S. Ex^a já prestou os seus esclarecimentos aqui no Senado, em debate olho no olho, frente a frente com todos os Senadores. Temos, então, um dado novo, e a CPI precisa ouvir os dois servidores: este, que não sei se é servidor do Senado – inclusive, o Senador Alvaro Dias precisa esclarecer a relação desse servidor com o seu gabinete, pois ele o freqüenta –, e o servidor da Casa Civil.

Então, penso que os esclarecimentos vão clareando toda essa polêmica de dossiê.

Concedo um aparte a V. Ex^a, Senador Paulo Paim, que o solicitou primeiro.

O Sr. Paulo Paim (Bloco/PT – RS) – Senador João Pedro, faço um aparte a V. Ex^a, porque, da mesma forma transparente como V. Ex^a traz esse assunto ao Plenário, eu agora dava uma entrevista sobre o mesmo tema. Terminei-a e percebi que V. Ex^a estava na tribuna. Toda a Casa sabe da minha ligação respeitosa e carinhosa com a Ministra Dilma. Eu a conheço há mais de 35 anos. Ela participou da minha primeira disputa eleitoral sindical, e sei do seu compromisso com a verdade, com os fatos, na construção de um país melhor para todos. Um dia antes de ela ser ouvida na CPI, fui entrevistado por essa mesma emissora que mencionei agora. Eu disse o seguinte...

O SR. JOÃO PEDRO (Bloco/PT – AM) – Quero dizer que ouvi a entrevista de V. Ex^a pelo rádio.

O Sr. Paulo Paim (Bloco/PT – RS) – Eu disse: “Conheço a Ministra; tenho certeza de que ela sairá, depois desse debate na Comissão, muito mais respeitada, muito mais conhecida, porque é uma grande gestora, competente, preparada, qualificada. A Ministra é que nem pão: quanto mais amassa, mais cresce.” Então, para mim, o resultado não foi nenhuma surpresa. Mas, hoje pela manhã, me perguntaram sobre essas informações que vieram de um funcionário do Tribunal de Contas, lotado na Casa Civil, para um outro colega seu, de nome André, do Senado. Conforme o próprio Senador, chegaram às suas mãos aqueles documentos. Perguntaram-me: “Não complica mais a situação da Ministra?” Eu acho exatamente o contrário! O que nós queremos saber, uma vez que havia documentos sigilosos no Palácio, é como um funcionário – aí, sim, de forma, para mim, irresponsável – desloca esses documentos para o Senado. Que interesse teria a Ministra nesses fatos? A Ministra não teria interesse nenhum. O que a Ministra disse ao longo do debate para o qual foi convidada na Comissão de Infra-estrutura? Ela disse: “O que há é um banco de dados, inclusive correspondendo à expectativa criada pela CPI, que nós vamos remeter no momento em que for convocado, até quem sabe numa sessão secreta.” Bom, se alguém, fazendo um jogo que não interessava, com certeza absoluta, ao Palácio, ao Governo, resolve publicar os documentos, são eles que têm de explicar da onde vieram e por que publicaram. Os fatos que estão aí, para mim, não são novos. O único fato novo é que agora se sabe o nome de quem imprimiu e para onde mandou. São esses dois nomes que V. Ex^a levanta muito bem: um é André e sei que o outro é um funcionário do Tribunal de Contas lotado na Casa Civil. Eles vão ter de responder por que fizeram com que esses documentos viessem a ser publicados pela imprensa. Quero cumprimentar V. Ex^a. Tenho convicção de que, a partir desse fato, fica mais uma vez claro que a Ministra não teve nenhuma atitude de divulgar dados dos ex-Presidentes da República, como os do agora citado ex-Presidente Fernando Henrique Cardoso.

O SR. JOÃO PEDRO (Bloco/PT – AM) – Muito obrigado, Senador Paulo Paim. Concedo um aparte ao Senador Heráclito Fortes.

O Sr. Heráclito Fortes (DEM – PI) – Agradeço a V. Ex^a a oportunidade de fazer um aparte, Senador João Pedro. V. Ex^a tem tido posições firmes. Podemos até discordar de algumas delas, mas V. Ex^a tem mostrado uma honestidade de propósitos que todos nós devemos respeitar. A minha pergunta é se V. Ex^a acha que esse vazamento do ex-assessor do Ministro José Dirceu tem participação do Ministro José Dirceu.

O SR. JOÃO PEDRO (Bloco/PT – AM) – De forma alguma. A tinta tem de ser...

O Sr. Heráclito Fortes (DEM – PI) – Pois é. Eu quero ir exatamente nessa linha. Ledo engano de quem quiser jogar lixo atômico em quem já deixou função de Governo. Sabemos todos nós que, para a maioria das pessoas, Senador Paim, a gratidão é a esperança do favor futuro. No primeiro dia, Senador João Pedro, em que esse caso estourou, eu disse aqui que era fogo amigo. Já está provado que é. Agora, é preciso saber onde está o lança-chamas, que é alimentado e motivado exatamente por colegas de V. Ex^a que não concordam com a candidatura eventual da Ministra, agora já lançada oficialmente pelo Líder de V. Ex^a, o Senador Romero Jucá, que passou a ser o pai da candidatura, oficialmente, a partir de agora. Mas eu quero chamar a atenção para um fato. Veja bem – o Senador Mão Santa diz sempre “Atentai bem” –: a *Folha de S. Paulo* de domingo, 6 de abril, traz uma matéria, assinada pelo Leonardo Souza, que diz: “Dossiê começou a ser montado logo depois do carnaval.” Vou chegar ao ponto, Senador Paim: “Da reunião participaram a secretária-executiva da Casa Civil, Erenice Alves Guerra, o Secretário de Administração, Norberto Temóteo Queiroz, o secretário de Controle Interno, José Aparecido Nunes Pires, a chefe-de-gabinete de Erenice, Maria de La Soledad Castrillo, que também responde pela Dilog (Diretoria de Logística), e o responsável pela Dirof (Diretoria de Orçamento e Finanças), Gilton Saback Maltez. Na segunda-feira seguinte, 11 de fevereiro, segundo arquivo digital gerado dentro da Casa Civil, ao qual a Folha teve acesso, os trabalhos de desarquivar os documentos do arquivo morto e lançá-los nas planilhas paralelas começaram a ser feitos nas dependências da Dilog.” Senador João Pedro, cautela e caldo de galinha são recomendados numa questão como essa. Esse fato é mais grave do que V. Ex^a possa imaginar. Aliás, as grandes crises no País, historicamente, são geradas por traidores. Conterrâneo de Paulo Paim, Getúlio Vargas suicidou-se por traição. Jango caiu por traição. Jânio renunciou por traição. Traição é um fato histórico inerente ao poder. Só que os motivos geralmente são ideológicos. Os traidores, os vazadores querem chegar ao poder. Neste caso, atente bem para o que estou dizendo: além das questões ideológicas, há por trás disso questões financeiras, questões econômicas, ONGs, fundos de pensão. V. Ex^a preste bem atenção no que estou lhe dizendo: cautela e caldo de galinha não fazem mal a ninguém. É um conselho de amigo. Os fatos estão começando a clarear, vão-se avolumando, fique bem V. Ex^a consciente disso, à medida que este processo de definição eleitoral se aproxima. De forma que esse é apenas o começo, meu caro Senador.

Como, além da importância de Senador, V. Ex^a tem a importância de ser aqui dentro a pessoa mais ligada ao Presidente Lula, eu lhe sugiro: o homem é dono da palavra guardada e é escravo da palavra anunciada (Eclesiastes, 10). Muito obrigado.

O SR. JOÃO PEDRO (Bloco/PT – AM) – Obrigada, Senador Heráclito Fortes. Eu gostaria de consultar a Mesa dos trabalhos acerca do meu tempo. Eu sei que há vários Senadores para falar.

Quero dizer aos dois Senadores que me apartearam, Heráclito Fortes e Paulo Paim, primeiro...

O SR. PRESIDENTE (Geovani Borges. PMDB – AP) – Senador João Pedro, V. Ex^a tem vinte minutos e já usufruiu treze minutos; restam sete minutos. Mas siga o exemplo do Senador Mão Santa, deixo V. Ex^a à vontade para a conclusão do seu pronunciamento.

O SR. JOÃO PEDRO (Bloco/PT – AM) – Está bem. É que eu tenho um pronunciamento escrito acerca dessa discussão sobre Roraima e quero deixar nos Anais do Senado a minha opinião sobre esse debate.

Senadores que me apartearam, eu não tenho dúvida, está muito claro esse processo todo, até porque a Ministra Dilma, como Chefe da Casa Civil, respondeu a um documento do Senado, provocado pelo eminente Senador Arthur Virgílio, solicitando informações sobre gastos nos cartões corporativos. E ela fala – e isso ficou claro no debate com a Ministra Dilma – que desde 2005 a Casa Civil vem se organizando para responder às auditorias nas contas da Presidência da República. Ela respondeu ao Senado da República.

Ou seja, banco de dados existe, a questão é quem roubou. E agora a investigação está mostrando que houve, sim, já há o nome do servidor, o computador do servidor. Perdão, não sei se é um servidor do Senado, mas ele frequenta o gabinete, o Sr. André, do Tribunal de Contas da União.

Então, nós estamos nos aproximando. A vinda da Ministra Dilma e a investigação vão mostrar fatos palpáveis, cristalinos acerca dessa discussão.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, o Brasil volta-se hoje para Raposa Serra do Sol, em Roraima, por conta dos incidentes que envolvem a desocupação de terras indígenas por parte dos plantadores de arroz, e a devolução delas aos seus legítimos e históricos donos. É condenável que empresários inescrupulosos afrontem a determinação do Governo brasileiro com atentados contra a vida de brasileiros que há séculos habitam a Amazônia. Mais preocupante ainda é a constatação de que detentores de cargos públicos que deveriam zelar pelo cumprimento da lei estejam incitando a participação em ações violentas contra os índios e delas participando. Isso é condenável, Sr. Presidente.

Todos nós sabemos que se trata de uma questão delicada. De um lado, estão os indígenas, os primeiros habitantes do Brasil, os primeiros habitantes da Amazônia, que, como é do conhecimento de todos nós, são vítimas de extermínio e do escravismo desde os primeiros momentos da colonização européia. Ou não é verdade? Ou não é verdade, Srs. Senadores?

O Sr. Mozarildo Cavalcanti (PTB – RR) – Senador João Pedro...

O SR. JOÃO PEDRO (Bloco/PT – AM) – Senador Mozarildo, eu peço licença, mas eu tenho que ler o meu pronunciamento. Estou na primeira lauda, e o Presidente já me chamando a atenção.

O Sr. Mozarildo Cavalcanti (PTB – RR) – Se V. Ex^a democraticamente quiser que eu o aparteie...

O SR. JOÃO PEDRO (Bloco/PT – AM) – A história registra que, ao menos, 1,5 milhão de índios foram massacrados a cada século do pós-Descobrimento.

O Sr. Mozarildo Cavalcanti (PTB – RR) – Democraticamente, se V. Ex^a quiser me dar o aparte, estou pedindo.

O SR. JOÃO PEDRO (Bloco/PT – AM) – A população indígena do Brasil está reduzida, hoje, a aproximadamente quinhentos mil índios...

O Sr. Mozarildo Cavalcanti (PTB – RR) – A 740 mil, conforme o IBGE.

O SR. JOÃO PEDRO (Bloco/PT – AM) – Aumentou o número.

O Sr. Mozarildo Cavalcanti (PTB – RR) – São dados oficiais.

O SR. JOÃO PEDRO (Bloco/PT – AM) – Do outro lado, estão brasileiros que se dedicam ao agronegócio e que, por meio da violência explícita ou velada, ampliam suas plantações e criações de gado sobre terras de domínio das populações tradicionais.

O Sr. Mozarildo Cavalcanti (PTB – RR) – E os outros 458 familiares que moram lá?

O SR. JOÃO PEDRO (Bloco/PT – AM) – Sr. Presidente, por favor. Senador Mozarildo, por favor. V. Ex^a é um médico...

O Sr. Mozarildo Cavalcanti (PTB – RR) – V. Ex^a não vai me dar o aparte?

O SR. JOÃO PEDRO (Bloco/PT – AM) – Não, não vou dar. A sua indisciplina me...

Que fique bem claro que esse não é um problema apenas de Raposa Serra do Sol, uma vez que conflitos desse gênero ocorrem em toda a Amazônia. Certamente que esse tipo de apropriação ocorreu em razão da ausência ou convivência de setores do Estado, ao longo dos séculos, ou facilitada por ambas as situações.

O que o Estado faz hoje em Raposa Serra do Sol e em outras terras indígenas demarcadas ou em

processo de demarcação ou ainda na legitimação jurídica dos quilombolas ou das reservas extrativistas é simplesmente garantir o direito de existência de povos que sobreviveram às práticas e ideologias motivadas apenas pela exploração dos recursos humanos e naturais em benefício do lucro fácil e farto.

Penso que é hora de o País pagar essa horrorosa dívida que acumula com os negros e com os índios do nosso País.

Nunca mais haverá momento para ampliá-lo.

Não é o Brasil que quer passar uma borracha sobre esse débito histórico. É a própria humanidade que não suporta mais erros e equívocos que comprometam a convivência plural, diversa, tolerante, sem preconceito e democrática entre as pessoas e povos.

Parabenizo, por isso, o Governo do Presidente Lula, pela determinação de concluir o processo de desocupação da Raposa Serra do Sol, por plantadores de cereais, que há alguns anos se arrastava. Esse processo vem, mais ou menos, por 20 anos, Sr. Presidente. Parabenizo os índios que, nesses longos anos, se utilizaram dos meios legais, como a mobilização da sociedade em benefício dessa causa, para reconquistar suas terras e, assim, terem asseguradas as referências culturais e materiais que lhes permita existir como pessoas, como etnias e como brasileiros. Os índios de Roraima são índios brasileiros, Sr. Presidente.

(Interrupção do som.)

O SR. JOÃO PEDRO (Bloco/PT – AM) – Lamento e condeno a incompreensão daqueles que teimam em não devolver bens que foram obtidos por meios que, após longo processo judicial, foram considerados ilegais.

O uso de arma de fogo por esse tipo de gente contra os índios só reforça a minha convicção de que o Governo e a Justiça precisam agir rapidamente para impedir que a violência se sobreponha ao bom senso – falta bom senso, inclusive, para algumas pessoas compreenderem esse processo, Sr. Presidente – , e para que a Amazônia seja salva dos que querem vê-la como terra arrasada, sem lei e sem ordem, para que possam usufruir das suas riquezas sem distribuí-las com as suas populações.

Sr^{as} e Srs. Senadores, V. Ex^{as} sabem perfeitamente que o capital tem a capacidade de se adaptar às multirrealidades.

Não será a devolução da Raposa Serra do Sol aos seus legítimos donos que acabará com a produção de grãos ou com a economia de Roraima. Não será com a definição, Sr. Presidente, que vai acabar com a economia.

Se for equilibrada, sim. Mas V. Ex^a não tem nenhum equilíbrio para fazer esse debate.

Não tem. Então, é melhor V. Ex^a ouvir. Por favor.

Sr. Presidente, garanta-me a palavra.

V. Ex^{as} sabem perfeitamente que o capital tem a capacidade de se adaptar às multirrealidades. O Brasil ainda tem mais de 900 milhões de hectares de terras disponíveis para a agricultura. Roraima, certamente.

(Interrupção do som.)

O SR. JOÃO PEDRO (Bloco/PT – AM) – Eu gostaria que V. Ex^a me desse mais alguns minutos para eu concluir isso aqui. Sei que incomoda alguns ouvidos, mas preciso registrar isso. É o jogo democrático.

Roraima certamente tem outras terras para grandes plantações de soja, milho e arroz. Eu estou dizendo: Roraima tem terras, Sr. Presidente, para plantar arroz, milho e soja e respeitar os povos indígenas. Precisamos ter a grandeza de reconhecer que é possível, sim, naquele território, compatibilizarmos os direitos indígenas, as terras indígenas, a cultura indígena, o direito das etnias indígenas e o arroz, a soja e a pecuária. É possível, Senador Gim, fazer tudo isso. O que não dá é escondermos que grupos encapuzados atacaram os índios nesses últimos dias com armas de fogo.

Sr. Presidente, ontem mesmo, no lançamento do Programa Amazônia Sustentável, o Presidente Lula recomendava àqueles que imaginam os índios atrelados a interesses forasteiros que visitassem os quartéis de São Gabriel da Cachoeira, para constatar o ânimo, a experiência e o empenho dos guerreiros indígenas na defesa das fronteiras do nosso Brasil. São Gabriel da Cachoeira é um Município amazonense, na fronteira do Brasil com a Colômbia e a Venezuela, com 90% da sua população composta por índios. Os jovens indígenas se destacam entre os melhores guerreiros da selva. Em muitos lugares da Amazônia, são os índios que se impõem como sinal da presença brasileira, mesmo, em muitos casos, sob a ausência dos serviços e equipamentos sociais do Estado brasileiro.

O Presidente Lula decidiu sobre uma questão que demorou, em decorrência da complexidade e até mesmo de vontade política, mais de 20 anos para ser resolvida, Sr. Presidente. Os índios resistem na luta, porém dentro dos limites impostos pelas leis do País. Evidentemente que se tratou sempre de uma demanda tensa, conflituosa e com momentos radicalizados. Não tenho conhecimento de que nesse litígio os índios tenham recorrido, de modo sistemático, a armas de fogo e táticas de guerrilha para recuperar suas terras. Recorrem, sim, à Justiça, ao Governo e à sociedade, para que compreendessem que eles precisavam de suas terras para continuar existindo como brasileiros,

pertencentes a uma etnia que habita a Reserva Raposa Serra do Sol há vários séculos.

Sr. Presidente, quero deixar o restante destas páginas do meu pronunciamento para que sejam publicadas. Solicito a V. Ex^a que o meu discurso seja inserido nos Anais da Casa.

Espero que o Supremo Tribunal Federal, já que há uma ação no Tribunal, se manifeste do ponto de vista da sociedade brasileira, do ponto de vista de um Estado democrático, do ponto de vista do respeito aos povos indígenas do nosso País. Seis milhões de índios existiam no Brasil quando os europeus chegaram aqui, no início do século XVI.

Seis milhões!

E é preciso que hoje o Estado brasileiro tenha uma relação democrática, respeitosa, um olhar antropológico, um olhar de quem pode, sim, conviver com diferenças culturais dentro do País.

Um olhar de quem pode, sim, conviver com diferenças culturais dentro do País. Este é o desafio: convivermos com os índios, com os europeus, com os negros.

Espero que o Supremo decida com esse olhar; um olhar no presente, mas um olhar no futuro. Não estou aqui, não venho aqui para defender o arroz. Estou aqui fazendo este pronunciamento para defender a dignidade e a história dos povos indígenas do Brasil.

É isso, Sr. Presidente, o que tinha a dizer acerca desse debate que penso o Senado deve travar. O Senado representa os Estados, representa a sociedade. Espero que possamos compreender a magnitude e a importância do respeito aos povos indígenas.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

SEGUE, NA ÍNTEGRA, PRONUNCIAMENTO DO SR. SENADOR JOÃO PEDRO.

O SR. JOÃO PEDRO (Bloco PT – AM Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, o Brasil volta-se hoje para Raposa Serra do Sol, em Roraima, por conta dos incidentes que envolvem a desocupação de terras indígenas, por parte dos plantadores de arroz, aos seus legítimos e históricos donos. É condenável que empresários inescrupulosos afrontem a determinação do Governo brasileiro com atentados contra a vida de brasileiros que há séculos habitam a amazônia. mais preocupante ainda é a constatação de que detentores de cargos públicos, que deveriam zelar pelo cumprimento da lei, estejam incitando e participando de ações violentas contra dos índios. isso é condenável!

Todos nós sabemos que se trata de uma questão delicada. De um lado, estão os indígenas, os primeiros habitantes do Brasil, que, como é do conhecimento de

todos nós, são vítimas de extermínio e do escravismo desde os primeiros momentos da colonização européia. A história registra que ao menos um milhão e meio de índios foram massacrados a cada século do pós-descobrimento. A população indígena do Brasil está reduzida hoje a aproximadamente 500 mil pessoas.

Do outro lado, estão brasileiros que se dedicam aos agronegócios e que, por meio da violência explícita ou velada, ampliam suas plantações e criações de gado sobre terras de domínio das populações tradicionais (que fique claro que esse não é um problema apenas da Raposa Serra do Sol, uma vez que conflitos desse gênero ocorrem em toda a Amazônia). Certamente que esse tipo de apropriação ocorreu em razão da ausência ou convivência de setores do Estado ao longo dos séculos, ou facilitada por ambas situações.

O que o Estado faz hoje em Raposa Serra do Sol e em outras terras indígenas demarcadas ou em processo de demarcação, ou ainda na legitimação jurídica dos quilombolas ou das reservas extrativistas, é simplesmente garantir o direito de existência de povos que sobreviveram às práticas e ideologias motivadas apenas pela exploração dos recursos humanos e naturais em benefício do lucro fácil e farto. Penso que é hora de o País pagar essa horrosa dívida que acumula com os negros e com os índios. Não haverá, nunca mais, momento para ampliá-la.

Não é o Brasil que quer passar uma borracha sobre esse débito histórico; é a própria humanidade que não suporta mais erros e equívocos que comprometam a convivência plural, diversa, tolerante, sem preconceito e democrática entre as pessoas e povos.

Parabenizo, por isso, o Governo do Presidente Lula pela determinação de concluir o processo de desocupação da Raposa Serra do Sol por plantadores de cereais, que se arrastava há alguns anos. Parabenizo os índios que, nesses longos anos, se utilizaram dos meios legais, como a mobilização da sociedade em benefício dessa causa, para reconquistar suas terras e, assim, terem assegurado as referências culturais e materiais que lhes permitem existir como pessoas, como etnias e como brasileiros.

Lamento e condeno a incompreensão daqueles que teimam em não devolver bens que foram obtidos por meios que, após longo processo judicial, foram considerados ilegais. O uso de arma de fogo por esse tipo de gente contra os índios só reforça a minha convicção de que o Governo e a Justiça precisam agir rápido para impedir que a violência se sobreponha ao bom senso, e para que Amazônia seja salva dos que querem vê-la como terra arrasada, sem lei e sem ordem, para que possam usufruir das suas riquezas sem distribuí-las com as suas populações.

Sr^{as} e Srs. Senadores, V. Ex^{as} sabem perfeitamente que o capital tem a capacidade de se adaptar às mutirealidades. Não será a devolução da Raposa Serra do Sol aos seus legítimos donos que acabará com a produção de grãos ou com a economia de Roraima. O Brasil ainda tem mais de 900 milhões de hectares de terras disponíveis para a agricultura. Roraima, certamente, tem outras terras para grandes plantações de soja, milho e arroz.

Já os índios, sem suas terras, estarão condenados a uma vida sem sentido, sem referências históricas, sem referências culturais e sem meios de sobrevivência dignos. Se não exergamos nem reconhecemos a importância da diversidade étnica e cosmológica dos povos indígenas, então não podemos nos vangloriar de que somos um País plural. A devolução da Raposa Serra do Sol está embasada no princípio de que o Brasil é uma nação que se fundamenta na convivência harmoniosa das diversas etnias que o compõe; e que cada uma delas tem o direito de viver conforme a sua visão de mundo. É isso que se pode definir como brasilidade.

Ontem mesmo, no lançamento do programa Amazônia Sustentável, o Presidente Lula recomendava àqueles que imaginam os indígenas atrelados a interesses forasteiros que visitassem os quartéis de São Gabriel da Cachoeira, para constatar o ânimo, a experiência e empenho dos guerreiros indígenas na defesa das fronteiras amazônicas. São Gabriel da Cachoeira é um Município amazonense, na fronteira do Brasil com a Colômbia e a Venezuela, com 90% da sua população composta por índios. Os jovens indígenas se destacam entre os melhores guerreiros de selva. Em muitos lugares da Amazônia, são os indígenas que se impõem com sinal da presença brasileira, mesmo, em muitos casos, sob a ausência dos serviços e equipamentos sociais do Estado brasileiro.

O Presidente Lula decidiu sobre uma questão que demorou, em decorrência da complexidade e até mesmo de vontade política, mais de vinte anos para ser resolvida. Os índios resistiram na luta, porém, dentro dos limites impostos pelas leis do País. Evidentemente que se tratou sempre de uma demanda tensa, conflituosa e com momentos radicalizados. Não tenho conhecimento de que, nesse litígio, os índios tenham recorrido, de modo sistemático, a armas de fogo e táticas de guerrilha para recuperar suas terras. Recorem, sim, à Justiça, ao Governo e à sociedade para que compreendessem que eles precisavam de suas terras para continuar existindo como brasileiros pertencentes a uma etnia que habita a reserva Raposa Serra do Sol há vários séculos.

A devolução dessa reserva aos índios implicará a recuperação de rios, igarapés, solos e florestas que foram degradados pela garimpagem, pela criação de gado e pela agricultura predatórias. Tais medidas se constituem um benefício para toda a sociedade brasileira, que, neste momento, empenha-se na correção de políticas públicas que não levaram em conta a proteção de ecossistemas relevantes para manutenção da habitabilidade do planeta.

Aliás, é importante destacar que, nessa questão, o próprio capitalismo reformula seus conceitos e práticas produtivas para se adequar à realidade imposta por fenômenos naturais e sociais derivados dos erros que cometeu como processo civilizatório a partir da chamada cultura ocidental. Nem a humanidade nem o planeta suportam mais a exploração danosa da natureza e dos recursos humanos. Não há mais espaço para degradação do solo, os rios, da floresta, da qualidade do ar, nem para a degradação da vida.

Por tudo isso, estou aqui para exigir que os Poderes da República garantam a devolução das terras da Raposa Serra do Sol aos seus legítimos donos, e para pedir à sociedade brasileira que se mantenha vigilante na condução desse processo, para evitar que os valores repúblicanos sejam vilipendiados. Ao Supremo apelo para que faça valer a justiça.

Era o que eu tinha a dizer.

Muito obrigado.

Durante o discurso do Sr. João Pedro, o Sr. Mão Santa, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Geovani Borges.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PTB – RR)

– Sr. Presidente,...

O SR. PRESIDENTE (Geovani Borges. PMDB

–AP) – O Senador João Pedro, do Amazonas, requereu que o seu pronunciamento fosse considerado como lido, na íntegra.

V. Ex^a será atendido na forma regimental.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PTB – RR)

– Sr. Presidente, o Senador João Pedro citou-me nominalmente, como não tendo equilíbrio. Então, pelo art. 14, peço a palavra para me defender.

O SR. PRESIDENTE (Geovani Borges. PMDB –

AP) – V. Ex^a terá a palavra por cinco minutos.

Senador Mozarildo Cavalcanti, do PTB de Roraima.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PTB – RR).

Para uma explicação pessoal. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, diferentemente do que pensa o Senador João Pedro, sou um homem de equilíbrio, sim. Sou médico, aprendi a ter equilíbrio, inclusive em situações difíceis. Agora, com o que eu não consigo

conviver é com mentiras. Porque, primeiro, havia cinco milhões de índios. Quem contou? Quem contou? O IBGE existia? Segundo, falar do meu Estado como se o conhecesse. Nunca foi lá. Não conhece nada de Roraima! Fala por ouvir dizer! Diz aqui, de maneira distorcida, no esquema da inquisição,...

O Sr. João Pedro (Bloco/PT – AM) – Estou falando do Brasil, Senador! Estou falando do Brasil!

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PTB – RR) – ...que a briga é contra arroteiros e índios. É mentira de novo!

Lá existem 458 moradores, 458 famílias que moram ali há centenas de anos. Quanto aos índios que estão lá, a grande maioria, se ele estuda Antropologia, sabe que veio do Caribe. Eles foram expulsos pelos espanhóis, mas nem por isso deixam de ser brasileiros. Vêm da Guiana Inglesa, nem por isso os estamos desterrando. Agora, pregar esse ódio que vem pregando o PT... E é o PT mesmo. Tanto é o PT que o povo de Roraima não elegeu um Deputado Estadual do PT; que o povo de Roraima derrotou o Presidente Lula no primeiro e no segundo turnos, por causa dessas distorções e dessas mentiras.

Na Raposa Serra do Sol, não existem só arroteiros – seis ou oito arroteiros; é uma só etnia indígena que pensa de um jeito só. Isso está provado por trabalho do Senado Federal, pelo trabalho da Câmara Federal, por trabalho da Justiça Federal de Roraima. No entanto, esse esquema “ongueiro” marxista ultrapassado teima em impor um ponto de vista que não é verdade, Sr. Presidente!

Então, quero dizer aqui ao Senador João Pedro que ele deveria respeitar as opiniões divergentes. E ninguém mais do que eu, ninguém mais do que o Senador Augusto conhece essa questão. Eu me criei foi no meio dos índios, eu nasci lá em Roraima. E não sou defensor de arroteiro, mas também não sou acusador de arroteiro, não! Os arroteiros são necessários para o meu Estado, pois produzem 25% do PIB do Roraima. O Brasil está sem arroz, e os arroteiros de Roraima sendo expulsos. Mas não são só os arroteiros, não; são 458 famílias, segundo a Funai, saindo de cidades, Senador Geovani, desterrados por um Governo que, realmente, tem uma visão ultrapassada de um comunismo de antes do Muro de Berlim e da Cortina de Ferro.

É isto que realmente é preciso dizer: o PT é o responsável por essa situação. Dizer que há décadas está sendo demarcado? Sim! Há décadas está sendo feita uma empulhação, comandada por ONGs como o CIR, que recebe milhões de reais por mês do Governo Federal; a Urihi, que recebe milhões do Governo Federal; a Diocese de Roraima. São essas ONGs que

comandam a demarcação dessas terras. E nós temos que debater, sim; e vou debater aqui todas as vezes em que for necessário.

Estive ontem com a Presidente do Supremo Tribunal Federal, levamos a documentação. O laudo em que se baseia essa demarcação é falso. Já fizeram isso com Roraima quando tiraram 4,5 milhões hectares para a reserva ianomâmi, e nós engolimos calados, embora seja também uma outra mentira, um outro embuste. Agora estão querendo fazer com a Raposa Serra do Sol. E criando – o que é pior – um ódio intra-étnico, porque lá há cinco etnias, que não se cheiram: uns são católicos, outros são evangélicos, outros nem são evangélicos, nem católicos, não têm os mesmos costumes. E esses antropólogos “ongueiros” teimam em impor essa situação.

Mas confio que o Supremo está acima dessas ideologias ultrapassadas e vai demarcar – demarcar, sim; demarcar judicialmente – essa área de maneira que se pacifique o Estado de Roraima e que não venham aqui pessoas ler assuntos sobre Roraima sem conhecer Roraima.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Geovani Borges. PMDB – AP) – Concedo a palavra ao Senador Mão Santa – o nosso Senador mais democrático quando preside às sessões do Senado Federal –, em permuta com o Senador Marconi Perillo.

Com a palavra V. Ex^a, Senador Mão Santa, do PMDB do Piauí.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Senador Geovani Borges, que preside esta sessão de sexta-feira, Sr^a e Srs. Parlamentares, brasileiras e brasileiros aqui presentes, este é o melhor Senado deste País, em 183 anos. Nunca dantes “verdes mares bravios navegados”, como diziam os literatos portugueses desde Camões. O nosso Presidente diz: “nunca antes”. Então, “nunca dantes”, ou “nunca antes” do Luiz Inácio, este Senado se reunia às sextas-feiras com um debate claro. Nem nas segundas-feiras. E aqui estamos todos nós, com temas autênticos. Está ali Mozarildo Cavalcanti.

Há certas coisas, meu Presidente Luiz Inácio, que eu não entendo. Na história do mundo, somos os pais da Pátria. Foi assim que se formou o Senado. E eu não entendo uma coisa, Senador Pedro Simon – V. Ex^a entende e compreende a coisa, e engrandece este Senado; V. Ex^a é o único que se está igualando a Rui Barbosa, que teve 32 anos de mandato; a V. Ex^a, o povo gaúcho já lhe concedeu 32 anos de Senado. Senador Gim Argello, não entendo como vocês que são do PTB, de Getúlio, apóiam o Governo – eu sou testemunha apenas -, e, há cinco anos, Mozarildo Ca-

valcanti, do PTB, denuncia essas ONGs, as corruptas, as que prestam serviços internacionais. Eu não entendo... Ô Gim Argello, diga a Cafeteira, seu Líder.

Outro dia, falou-se em Franklin Delano Roosevelt. Eles entendem pouco: o Vice-Presidente pedindo o terceiro mandato de Luiz Inácio. Que ridículo! Mas mais ridículo ainda foi ele mostrar a ignorância dele. Eu sabia que ele era um homem que tinha muito dinheiro. Dizia que Franklin Delano Roosevelt tinha sido três vezes presidente dos Estados Unidos e que, então, Luiz Inácio deveria ser três vezes aqui. A ignorância dele é que Franklin Delano Roosevelt foi quatro! Ainda morreu, e a viúva dele elegeu o Truman. Mas era em guerra. Mas eu não compreendo, porque Franklin Delano Roosevelt disse (e ele não sabe): “Toda pessoa que eu vejo é superior a mim em alguma coisa. E, nesse particular, eu procuro aprender”. Por que Luiz Inácio não chama Mozarildo Cavalcanti, que é do PTB, que é coligado, e sabe tudo sobre Roraima? Tudo, tudo, tudo! Só Deus sabe mais que o Mozarildo – e eu dou meu testemunho. Nós já vamos para o sexto ano aqui, e eu dou meu testemunho de que foi o primeiro que denunciou essas ONGs. Aí o Heráclito pegou o trem e fez a CPI das ONGs, que é muita falcatrua, é muita imoralidade, é muita corrupção! Ele já denunciava esse problema. A metade do Estado é dividido. É índio? Não tem mais negócio de índio. Eu que sei História aqui. Queria que fizessem o exame aqui que fazem na faculdade para os estudantes. Eu sei História. Esse negócio de índio acabou! Acabou! Acabou! Não precisamos mais desse negócio de índio, não! Aqui tinha índio, tinha branco, tinha negro, que veio da África, tem os orientais. E o amor uniu e misturou. Nós somos é brasileiras e brasileiros. Acabou essa palhaçada aí! São umas ONGs querendo dizer que tomam conta dos índios. Os pobres estão morrendo, doentes, estão contrabandeando os minérios. Só é isso. E as ONGs garantindo? Estão nada. Aqui, há trinta anos, passou o índio mais esperto do que todos nós, um tal de Juruna. Isso não tem mais nada. Disso não existe mais nada, não.

Ô Pedro Simon, os Estados Unidos. Nós só somos mais novos do que eles oito anos, para os que não sabem. Lá foi em 1492, e nós, 1500. Gim Argello, olha, eu ando por aí com a minha Adalgisinha. Mozarildo, fico em hotel barato, caro, mas eu compro excursão, para aprender mesmo. Aí eu não caí num negócio de ver índio? Negócio de carnaval, eu gostava de dançar com as indiazinhas, que eram bonitas. Eu disse: “Eu vou ver esse negócio de índio”.

Olha, excursão. Acordamos cedo. Ô jornalista e psicólogo Antonio Carlos Ferro Costa, que está ali, testemunha da experiência. Psicologia. Aí eu compre

essa excursão. Aí eu cheguei. Pobre. Eu nunca tive mensalão. Minha mãe, terceira franciscana, não me ensinou a roubar. E o seguinte. Eu digo que eu tenho um ritmo, Senador Mozarildo, quando eu viajo com a Adalgisinha: ou a gente faz um almoço bom ou um jantar com vinho. Eu digo: nós vamos para essa excursão aí. Ninguém compra com negócio de almoço em hotel cinco estrelas não. Nós vamos lá, comemos um cachorro-quente e, de noite, nós vamos tomar um vinho aí... Aí eu fui: pegamos, pagamos aquela excursão de americano, bem ali. Tudo é malandragem, tem mais nada no mundo. Com a tecnologia, isso acabou: acabou a escravidão, acabou a capitania hereditária nos governos. É uma evolução. A globalização hoje: não tem mais ninguém, todo mundo sabe tudo, todo mundo ama todo mundo, todo mundo tem... O Mozarildo disse que a índia mais velha casou foi com um branco e teve filho como o quê. Que rolo! Não tem mais negócio. Está lá. Ele deu o nome dela, o marido, os filhos, o diabo, tá tudo um rolo só.

Aliás, quem estudou História já sabia, não é? Tem branco com índio, dá o mameluco, e tal. É essa confusão de raça. Não tem mais! Tem brasileiros e brasileiras. Isso, sim, que somos nós todos. Uma Pátria só. Rui Barbosa disse: "A Pátria é a família amplificada". A Pátria não é ninguém, somos todos nós. Por isso é que Rui Barbosa está ali.

Mas, Mozarildo, aí eu fui. Aí, chegamos lá, na hora do almoço, todo mundo tinha comprado o almoço e entrou no hotel. Eu sai de mão dada com a Adalgisa e fomos comer um cachorro-quente. Antes, tinha um índio. Mas olha: o índio era mais forte do que o Gim Argello: cabeludo – viu? – o índio, todo pintado, cocar, flecha, índio. E ali botou a tenda dele, e haja gente a comprar flecha, pintura de índio, apito de índio, essas coisas, tanga de índio, e todo mundo... E aí entrou todo mundo lá, e eu fiquei do lado de fora andando com a Adalgisa. Aí o índio olhou assim e não viu ninguém: foi buscar um carrão daqueles grandes, parou lá, aí pegou aquelas bugigangas de índio tudinho que ele estava vendendo e enganando todos nós turistas. Aqueles carros americanos são grandões, tirou um baú e colocou aquilo tudo. E o índio saiu guiando. Eu disse: "Ah, é?" E depois eu fui lá. Pagamos para ver a taba de índio, a maloca. Era índio com óculos, índio de relógio. Ah! Não tem mais nada. Então, a nossa solidariedade, Mozarildo.

Luiz Inácio, convide o Mozarildo, que é seu aliado, que é do PTB. Franklin Delano Roosevelt: "Toda pessoa que eu vejo a mim é superior num assunto. E, nesse particular, eu aprendo com ele. Ó Luiz Inácio, eu entendo pouco de Roraima, V. Ex^a muito menos, porque eu tenho muitos quilômetros de estudo – sobre

a natureza e a História do Brasil eu sei tudo. Então, convide o Mozarildo.

O Sr. Mozarildo Cavalcanti (PTB – RR) – Senador Mão Santa, V. Ex^a me permite?

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Pois não, Senador. Estou preocupado com V. Ex^a, como médico, porque há seis anos o senhor está enfurecido aqui. Outro dia o Mário disse: é a ira da revolta, da verdade. V. Ex^a é aquele que um líder da minha geração diz: "Se és capaz de tremer de indignação por uma injustiça em qualquer lugar do mundo, és um companheiro". Che Guevara lhe cascou esse companheiro, e o senhor está tremendo de indignação. Agora estou preocupado em V. Ex^a ter um infarto, porque o senhor aí com a verdade e não é auscultado pelo Presidente da República, que o Partido de V. Ex^a apóia.

V. Ex^a tem a palavra.

O Sr. Mozarildo Cavalcanti (PTB – RR) – Senador Mão Santa, eu quero agradecer a solidariedade de V. Ex^a, suas palavras generosas, mas eu quero fazer algumas retificações. Primeiro, eu não sou aliado do Presidente Lula. Não sou! Sou oposição ao Presidente Lula. O meu Partido apóia o Presidente Lula; eu não. E não apóio porque eu aprendi a fazer diagnóstico, como V. Ex^a, e fiz o diagnóstico claro: o Presidente Lula não quer pessoas que falem a verdade. O Presidente Lula não quer companheiros; quer subalternos. Ele gosta de falar de companheiro, não é? Ele quer subalternos. Eu nunca aprendi a ser subalterno. Eu gosto de ser igual. Aprendi na maçonaria a ser igual. Agora, subalterno, nunca. Não sou aliado do Presidente Lula. E não adianta gastar argumento com o Presidente Lula nesse tema não, porque ele está dominado. Está dominado. Aliás, como V. Ex^a sempre diz, ele não estuda as questões. Se ele estudasse, ele tinha o relatório da Comissão Externa do Senado, que ele encomendou através do Deputado Aldo Rebelo; ele tinha o relatório da Comissão Temporária Externa da Câmara, que ele recebeu – o Senador Delcídio disse isso aqui ontem. Mas ele não está interessado nisso não. Roraima para ele tem pouco eleitor, mas, por isso mesmo, em Roraima ele perdeu; e perdeu nos dois turnos, e cada habitante nordestino de Roraima hoje está pedindo nos seus Estados para votarem contra o PT e contra Lula, porque eles não ouvem as pessoas de Roraima, porque eles mentem. Nem os índios querem isso. Hoje já está se criando lá um ódio intra-étnico de brancos contra índios, pois eu conheço pessoas que dizem que não dão mais carona para índio, porque "índio é que tem direito a tudo". Então, esse ódio quem está criando, Senador Mão Santa, é o Presidente Lula. Não adianta dizer que é esse Ministro da Justiça, Tarso Genro; não adianta dizer que é essa Ministra sonhadora, que está no

mundo da lua, Marina Silva. Não. É o Presidente Lula. Assessor meu que erra, o culpado sou eu, porque, se ele errar e continuar meu assessor, eu sou o culpado. Errando um assessor meu, eu ponho para rua. E por que é que ele não põe? Obrigado, mas queria colocar principalmente esta ressalva: eu não sou aliado desse Presidente imperador.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Olha, eu apenas continuo preocupado com V. Ex^a. V. Ex^a clama, luta pelos mais fracos, por uma justiça de distribuição de terra e do trabalho. V. Ex^a – eu ainda sou médico – tem que andar aí com um Isordil, um negócio desses. Mas, Pedro Simon... Ô Pedro Simon, Pedro, Pedro... Paim, me ceda o Pedro Simon um instante. Pedro Simon, abra o Livro de Deus. V. Ex^a sabe, não precisa, está na cabeça de V. Ex^a, terceiro franciscano. Francisco, o santo, foi o que mais se aproximou de Cristo. Está lá: “Se alegrai, se exultai com os seus irmãos na vitória. Chora. Seja solidário nos momentos da dificuldade”. Luiz Inácio, eu quero aconselhar o Luiz Inácio. A citação é do Livro de Deus. Olha, acaba esse negócio de estar cacarejando aí. Isso não existe. Essas obras não existem. Esse negócio de fazer política antecipada, Vossa Excelência está desmoralizando a justiça. Não pode. A justiça é uma inspiração divina, Luiz Inácio. Deus entregou as leis a Moisés. O filho de Deus não tinha uma tribuna, uma televisão, não tinha o nosso amigo ali, Alípio, focalizando, mas ele bradava nas montanhas: “Bem-aventurados os que têm fome e sede de justiça”.

Vossa Excelência está desmoralizando a justiça. A própria Ministra disse que era comício. Ela que disse. E Vossa Excelência lançando candidato. O direito é igual para todos, como tanto Rui Barbosa pregou. Se nós formos fazer isso, prendem. Prenderam injustamente o prefeito escolhido pelo povo de Roraima.

Então, está errado! Vossa Excelência dá mau exemplo. Vossa Excelência foi ao interior do Ceará e disse “Olha, esse juizinho não meta o bico aqui em política, não. Se ele meter, ele tem de largar esse lugar de juizinho e se candidatar a vereador, porque ele vai perder as eleições.” O juizinho era Marco Aurélio, do Supremo Tribunal Federal. Isso não pode estar certo. Respeito é bom; exemplo arrasta.

Pedro Simon, então, ele devia deixar de estar aí cacarejando no Piauí, no Amazonas, e ficar solidário com o seu Estado. O ciclone arrasou lá. Tem duzentas e tantas cidades sofrendo, com desabrigados. Que é do Presidente? Lá em Santa Catarina, está cacarejando, com a “cacrejadora-mor” dele por aí.

Pedro Simon, eu estava aqui... Heráclito Fortes, fiquei orgulhoso de V. Ex^a, quando V. Ex^a impediu que aquela sessão fosse a mais vergonhosa da história

do Senado. Dar mimo para a Ministra, publicamente, numa Comissão, se vangloriar? Ó Adelmir! Adelmir vai ser cidadão piauiense na segunda-feira. Ele já é do Município de Uruçuí. Adelmir, quando se vangloria, porque a Ministra veio aqui e demorou.

Em 1536, Pedro Simon, depois que a zorra das capitâncias hereditárias não deu certo, Dom João III resolveu colocar uma unidade de comando, uma unidade de direção, e o Governador-Geral Tomé de Souza. Ele permitiu uma câmara municipal. Pedro Simon, sabe como se chamava a câmara municipal em 1536? Câmara dos Bons. E ele tinha lá – o nome não era ministro – o ouvidor-mor, que via os problemas e fazia justiça; o corregedor-mor; o provedor-mor, que angariava os fundos financeiramente; e ele tinha o capitão-mor, que era o ministro da guerra, vamos dizer. E eles iam à Câmara Municipal. Em 1536! E o próprio Tomé de Souza foi. Pedro II vinha, deixava coroa e cetro e vinha ouvir. Ele é que era o Poder Moderador. Agora, vem uma Ministra e toca fogo. Em 1536! Isso é anormalidade democrática.

Agora, sou do Piauí. Heráclito, o comportamento de V. Ex^a foi brilhante, inteligente. Seria a mais vergonhosa página, o avacalhamento de um Senador presentear publicamente, numa sessão, um mimo para a Ministra. Então, está aqui o *Estadão de S. Paulo*. Olha, esse jornal combateu todas as ditaduras, toda prepotência: “O engodo do PAC e da Ministra”.

Ô Pedro Simon, a Ministra se saiu muito mal. Esse negócio do José Agripino, ele tinha que... Shakespeare: “Não tem bem, nem mal; o que vale é a interpretação”. Permite-me, a Ministra gaguejou, não soube soletrar uma palavra que qualquer mobral sabe: mo-ni-to-rar.

Eu sou médico e psicólogo. Ela saiu-se tão mal que se perdeu. E mais: eu fui quase trucidado aqui por esse Partido quando citei *Mein Kampf*, galinhas cacarejadoras. Ela se perdeu lá, porque ela buscou a figura da galinha, de Leonardo Boff, o vô de galinha, vô curto. Eu só estou analisando como psicólogo, o vô curto de Leonardo Boff. Vô da águia é o nosso, é o da verdade, é o da democracia.

Eu não sei se o José Agripino, mas uma mentira repetida se torna verdade. É o Goebbels. Olha, o Heráclito denunciou lá. No Piauí, tudo foi mentira. Está aqui a ZPE, que eu quero pedir. Vem da Câmara. Vamos votar esta ZPE. Vamos votar a ZPE.

O Sr. Pedro Simon (PMDB – RS) – Permite, Senador?

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Vou permitir e vou dizer, mas eu vou dizer do Piauí. Ontem eu vim aqui, Jayme Campos, contestar que aquilo tudo é obra fantasiosa. A Rainha Vitória já dizia que o papel aceita tudo.

E isso... PAC, PAC. Que PAC? Que novidade, Pedro Simon? Meu Juscelino já fez as metas. Eram 30. A meta 101. João Paulo dos Reis Velloso, no período revolucionário, fez o primeiro PND e o segundo PND. Quem se esquece de “mãos à obra”? Quem se esquece de que esse Governo fala mal da herança? A herança é deles mesmos. Quem não se esquece da PPP? Não é partido, não; é aquela parceria público-privada. Passaram cacarejando aí. Que é da PPP? Enterraram e agora surgiram com o PAC.

O PAC, ô Mozarildo, é um “programa de aceleração de comunicação”. É a mídia: Pá! Pá! Pá! Mas a verdade vem. Sou do Piauí e aprendi com o caboclo que é mais fácil tapar o sol com a peneira do que esconder a verdade.

A verdade está aqui no jornal *O Estado de S. Paulo*: “O engodo do PAC e da Ministra.”

(Interrupção do som.)

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Nós nos orgulhamos muito do jornal *O Estado de S. Paulo* pela sua história, pela sua vida, pela sua verdade.

Informa **O Estado de S. Paulo**:

...das 9 horas que durou o depoimento, mentindo despreocupadamente sobre as obras do PAC, que Senadores oposicionistas, como Heráclito Fortes, do Piauí, Tasso Jereissati, do Ceará, Kátia Abreu, de Goiás, demonstraram irrefutavelmente que nunca saíram do papel.

[...]

Ninguém cobrou da Ministra, com a severidade necessária, que dos R\$17,2 bilhões destinados ao PAC este ano, só R\$1,9 bilhão foi empenhado – e só ínfimos R\$13,7 milhões foram efetivamente gastos no primeiro quadrimestre.

É um artigo longo. Ô meu amigo Alípio, bote grandão aqui: “O engodo do PAC e da ministra.” Essa é a verdade.

Pedro Simon, veja V. Ex^a, que busca a verdade: “*Ritmo da indústria cai em todo o País*”. Bote bem grande aí, Alípio. Olhem aí. Aumentam os empregos, mas esse Governo nunca fala dos que estão desempregados, dos empresários que pagam 76 impostos e estão fechando suas empresas. Contem as carteiras que entram e as carteiras que saem. Essa é uma prova aritmética elementar. A mentira tem pernas curtas, Luiz Inácio.

“*Ritmo da indústria cai em todo o País*”. O IBGE, do Governo, Mozarildo. O IBGE trouxe a verdade, como a verdade foi trazida...

(Interrupção do som.)

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – ... pelo militar Augusto Heleno. Até o nome: Augusto. Vem à tona. Dizem: “Empregamos tantos”. Mas e os desempregados? E as firmas que estão falindo por este País, que tem a mais perversa carga de tributos?

Pedro Simon, nós nos rebelamos contra os portugueses, rolaram pescoços... Quem não tem saudade de Tiradentes? Mozarildo, a Globo fez uma novela, *O Quinto dos Infernos*, falando do imposto; agora são dois quintos dos infernos. São 40%, e 10% mais são dados aos banqueiros. E quem é a mãe dos banqueiros? A Dilma é a mãe do PAC! E a dos banqueiros? Não, não são as nossas esposas, não; são eles mesmos. Mãe dos banqueiros.

O Itaú e o Bradesco estão brigando para ver quem ganha mais dinheiro no mundo. Estão brigando e enganando os velhinhos, os aposentados, com defeitos visuais, com hipermetropia, que chamamos de vista cansada, e fizeram uns contratos de empréstimo consignado. E os velhinhos não podem pagar mais! Estão sofrendo, não têm dinheiro para comprar. Há uns até que, pela honra, estão fugindo da vida em suicídio.

Está ali o Paim, querendo resgatar e apagar essa nódoa da nossa sociedade: o fator redutor previdenciário.

(Interrupção do som.)

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – É para terminar, não é?

Eles pagaram 35 anos com contrato, que o Governo não obedece. Pagaram para aposentarem-se com dez salários mínimos, e estão recebendo quatro; com cinco, e estão recebendo dois. Essa é a verdade!

Aí, Luiz Inácio, na sua fala fácil, vem cacarejar e diz: “Eu não devo mais ao FMI, aos bancos internacionais”. Eu, Presidente da República, deveria lá, mas pagaria aos velhinhos, aos aposentados, aos funcionários públicos, que, por mais de uma década, estão sem aumento.

Então, essa é a realidade, e essas as nossas palavras aqui para contestar. Cadê a ZPE do Piauí, Heráclito? Está aqui, passou na Câmara, vamos aprovar, mas ela vai caducar daqui a pouco mais de cem dias, se o Governo do PT não fizer um programa, se não liberar os terrenos. E nós encravamos, acreditando nesse orçamento, os recursos necessários para o Porto de Luís Correia, que foi iniciado no Governo de Epitácio Pessoa.

A estrada de ferro está parada, os tabuleiros estão parados no Piauí. Tem uma ponte que eles levam oito anos fazendo, quando, no mesmo rio, eu fiz uma em noventa dias, e o Heráclito, no mesmo rio, em cem dias. O pré-metrô de Alberto, o Hospital Universitário,

A Transcerrado, a ponte de Luzilândia. Eu pediria aqui a Sua Excelência o Presidente da República o que é fácil: vamos terminar as obras inacabadas.

(Interrupção do som.)

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Eu queria apenas dizer: “Presidente Luiz Inácio, os aloprados estão mentindo, os aloprados estão lhe enganando. Vá, urgentemente, socorrer os irmãos do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina, e vamos terminar as obras paradas no Estado do Piauí, que são mais de trinta, mais de quinhentas neste País”. Essas são as nossas palavras.

E vamos enterrar a corrupção, porque está aí o Tribunal de Contas da União, que disse que, em 33% das obras, há corrupção. E é uma vergonha, Heráclito Fortes. A maioria está em Santa Catarina, e o Piauí ganhou medalha de prata na corrupção de suas obras, porque o Governo de lá é do PT.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR MÃO SANTA EM SEU PRO-NUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

JORNAL O ESTADO DE S. PAULO	DIAS/MÊS/ANO 9 mai. 08	DOCUMENTO REFERE	A QUE SE Notas e Informações	CADERNO: A	PÁGINA: 3
--	----------------------------------	----------------------------	------------------------------------	----------------------	---------------------

O engodo do PAC e da ministra

Quem, como nós, teve oportunidade de acompanhar, pela televisão, do primeiro ao último minuto, o depoimento de 9 horas da ministra da Casa Civil, Dilma Rousseff, à Comissão de Infra-Estrutura do Senado, na terça-feira, tem razões de sobra para discordar da interpretação predominante na imprensa de que o seu desempenho foi um sucesso – a menos que isso signifique, no caso, capacidade de enganar e sair incólume. Na realidade, ao tratar do tema que ocupou 90% do tempo da sessão, o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), do qual, segundo o presidente Lula, a ministra é “mãe”, ela deixou claro que o filho é um dos mais robustos engodos que um governo já tentou impingir aos brasileiros. Por sinal, a quase total omissão, nos jornais de ontem, das embromações da ministra sobre a marcha triunfal do programa revela a que níveis alarmantes chegou o definhamento do senso crítico neste país hipnotizado pelos recordes de popularidade do titular da República.

É o que lhe permite, fechando o círculo vicioso, alardear como proeza em pedra e cal a contrafação do PAC. E é o que permite à sua

ministra, como fez no Senado, exibir fantasiosos mapas de um Brasil em obras – o advento de um salto quântico em matéria de energia, transporte e comunicações. Mas ela não teria estado tão à vontade para confundir se não compartilhasse com o chefe de uma parcela, ao menos, da proverbial sorte que o protege. A sorte da ministra, anteontem, sentou-se ao seu lado antes mesmo do início de sua exposição preliminar. Foi quando o senador José Agripino Maia, do DEM do Rio Grande do Norte, produziu, quem sabe, a mais desastrosa intervenção de sua carreira – o equivalente a entregar à ministra um revólver apontado contra si próprio. O senador insinuou que ela talvez viesse a mentir no depoimento, da mesma forma que mentira quando esteve presa no regime militar, como lembrou numa entrevista.

A enormidade deu azo a que Dilma falasse dos padecimentos que sofreu durante três anos de cativeiro, o que pôs abaixo seja lá o que a oposição imaginava usar contra ela a propósito do dossiê dos gastos palacianos no primeiro governo Fernando Henrique, confecciona-

do na Casa Civil. Como se sabe, esse, e não o estado de coisas do PAC, foi o motivo principal da convocação conseguida pelos oposicionistas, na terceira tentativa, graças a um cochilo da base do governo naquela comissão temática. Senhora da situação – com adversários assim, para que aliados? – a ministra disse o que bem entendeu sobre a origem e a finalidade do “banco de dados” – e passou o resto do tempo, mais de 90% das 9 horas que durou o depoimento, mentindo despreocupadamente sobre as obras do PAC, que senadores oposicionistas como Heráclito Fortes, do Piauí, Tasso Jereissati, do Ceará, e principalmente Kátia Abreu, de Goiás, demonstraram irrefutavelmente que nunca saíram do papel.

A senadora Kátia Abreu não foi contestada pela mãe da criança quando mostrou que esta permanece na incubadora: com ou sem PAC, os investimentos públicos permanecem estagnados há mais de uma década em 0,9% do PIB. Ninguém cobrou da ministra, com a severidade necessária, que dos R\$ 17,2 bilhões destinados ao PAC este ano, só R\$ 1,9 bilhão foi empenhado – e só ínfimos R\$ 13,7 milhões foram efetivamente gastos no primeiro quadrimestre. Enquanto isso, fazendo doção da legislação eleitoral, Lula passeia pelo País lançando pedras fundamentais – ou seja, inaugurando intenções –, na companhia da “mãe do PAC”, que certa vez chamou um desses factóides de “comício”, num memorável ato falho. A oposição também poderia ter inquirido a ministra sobre a confissão de fracasso embutida numa sua declaração, dias atrás, em Santa Catarina. “O que trava o PAC é a qualidade dos projetos que nós herdamos”, queixou-se. “Nós não herdamos nem na área de energia, nem de logística, isso vale para rodovia, ferrovia, aeroportos.”

A culpa, portanto, é do governo anterior. Mas um detalhe parece ter escapado à reclamante: o governo anterior era já o do presidente Lula, no seu primeiro mandato. (O PAC foi lançado em janeiro de 2007.) E no primeiro mandato, a ministra de Minas e Energia, setor do qual a gestora do PAC afirma em alto e bom som nada ter herdado, era a mesmíssima Dilma Rousseff a quem Lula atribuiu “uma capacidade de gerenciamento impecável”.

Nunca antes na história deste país se viu engodo dessas proporções.

O SR. PRESIDENTE (Geovani Borges. PMDB – AP) – Senador Mão Santa, parabeno V. Ex^a pela eloquência, pela paixão com que se pronuncia na tribuna desta Casa do Senado Federal.

Concedo a palavra ao Senador Pedro Simon, por permuta com o Senador César Borges.

Em seguida falará o Senador Heráclito Fortes, por permuta com o Senador Jarbas Vasconcelos.

Convido o Senador Mão Santa para retornar à Presidência da Mesa, porque tenho um compromisso inadiável.

O Sr. Geovani Borges, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Mão Santa.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – É com grande honra que vamos continuar os trabalhos.

O Senador Geovani Borges estava muito regimentalista, colocando tempo.

Convidamos para usar da palavra aquele que, sem dúvida nenhuma, engrandece o Brasil, a democracia e o Senado da República, um gaúcho que é, sem dúvida nenhuma – a democracia fala em Cícero, mas felizes somos nós que não precisamos citar Senadores de outras pátrias, de outras histórias –, o verdadeiro homem, casado com a ética, com a decência, que representa o povo que aqui está: Pedro Simon.

Pedro Simon, a nossa maneira é diferente. Não lhe cedi o aparte porque vi que o Senador estava muito regimentalista e eu quero dizer que V. Ex^a está acima de qualquer regimento. As leis nasceram para servir o homem, e a vida de V. Ex^a é servir aos homens e mulheres do Brasil. V. Ex^a pode usar da palavra pelo tempo que achar conveniente.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu realmente tinha solicitado um aparte a V. Ex^a e, antes de entrar no meu pronunciamento, vou falar sobre o aparte que eu queria fazer a V. Ex^a.

Não há como deixar de reconhecer um aspecto muito importante, além de todas as suas qualidades, de todo o seu patriotismo e a sua garra: V. Ex^a está marcando uma posição muito importante nesta Casa. V. Ex^a é o grande responsável por este debate que, graças a Deus, estamos fazendo, saindo da rotatividade de medida provisória e de não sei mais o quê. Estamos debatendo os problemas da vida brasileira e do mundo. V. Ex^a estabeleceu a norma que já não tínhamos mais: sexta-feira e segunda-feira. V. Ex^a está aqui às 13 horas e 30 minutos de segunda-feira e às 8 horas e 30 minutos de sexta-feira, telefonando, como telefonou para mim e para muitos outros Senadores:

“Olha, vamos lá para o Senado”. Isso está sendo uma realidade.

As pessoas me dizem que gostam muito de assistir, pela televisão, às sessões de sexta-feira e de segunda-feira porque elas fogem daquele debate que, de certa forma, está cansando: PSDB; PT; Lula; Fernando Henrique; as ONGs de um lado; as ONGs do outro lado; os cartões privados de um lado; os cartões privados do outro lado... Estamos discutindo os problemas da realidade brasileira. V. Ex^a tem esse mérito. V. Ex^a marcará essa história.

E já disse alguém que – e eu digo também – a única coisa de que eu não gostei de Lutero foi o fato de ele abrir a dissidência com a Igreja Católica. Mas Lutero, quando chegou lá e viu a compra de cadeira no céu para a construção do Vaticano, tinha razão no seu protesto. Podia ter feito tudo o que fez e ficado na Igreja Católica e não dividi-la, como dividiu. Mas que os argumentos dele eram profundamente sérios e corretos eram!

V. Ex^a é isto: V. Ex^a veio e desbravou. Nós estamos andando atrás de V. Ex^a, cumprindo nossa parte até por obrigação. Se V. Ex^a não o estivesse fazendo, nós não estaríamos. Se V. Ex^a não tivesse, ontem, antes de sair daqui, insistido comigo, se V. Ex^a não tivesse, hoje de manhã, me acordado para dizer “vá lá”, eu, talvez, não teria vindo – e acho que muitos dos que estão aqui também. Esse mérito eu quero dar a V. Ex^a, com muita alegria.

Nós somos amigos de muita intimidade. V. Ex^a tem qualidades e defeitos. Não é defeito, mas é da característica de V. Ex^a exagerar nos elogios a seus amigos. Mas não sou nada do que V. Ex^a disse. Mas sou, sim, como V. Ex^a, preocupado com a verdade e em debater as grandes causas de nosso País. Eu tenho grande orgulho de nossa amizade, do carinho que nós temos e vejo o esforço que V. Ex^a vem fazendo neste grande debate na história do Brasil.

Hoje vou falar, Sr. Presidente, e tenho falado... Eu vou deixar para segunda-feira a continuação do debate que fiz nesta Casa sobre a Floresta Amazônica, sobre o projeto que votamos aqui que trata das terras que o Governo Federal concede por 40 anos, renováveis por mais 40. Consegui apresentar uma emenda, que foi aprovada, por unanimidade, na Câmara e no Senado, e o Lula vetou e fez a primeira concessão: 95 mil hectares por 40 anos. O procurador entrou em juízo, e a desembargadora acatou, mandou suspender a entrega, dizendo que tinha que cumprir a Constituição, que manda ouvir o Congresso antes de fazer a entrega, e a lei, que tinha sido vetada.

Fiz aqui um apelo ao Ministro Tarso para que convencesse o Lula a aceitar o pedido da desembar-

gadora e mandasse a lei para cá, para que o Lula não fique na história, para que, daqui a 40, 50 anos, nossos filhos e os dele não digam: foi o Lula, lá em 2008, que deu a primeira concessão – 90 mil hectares – para uma empresa. Foi ali que começou a universalização da Amazônia.

O que o Lula fez? Recorreu da decisão da desembargadora, foi para o Supremo, e, para surpresa minha, embora eu reconheça que é decisão e que tenho que respeitar, o Ministro do Supremo acatou, e o Presidente Lula vai assinar a primeira entrega dos 90 mil hectares, começando aqui, pelo Presidente Lula, a universalização da Amazônia.

Mas eu não vou falar deste assunto agora. Eu só estou falando porque eu quero desabafar, porque saiu no jornal de hoje. Eu quero desabafar a minha mágoa com o Presidente Lula e a minha mágoa com o Ministro Tarso, pois eu mandei um ofício para ele. Não tive resposta, mas fiquei na expectativa de que ia acontecer alguma coisa. E o que aconteceu foi isto: o Lula recorreu da decisão da desembargadora, foi para o Supremo, ganhou na Presidência do Supremo. E eu lamento, com todo o respeito. E vai começar.

Eu vou dizer aqui – e quero fotografia –, quero conclamar aqui: começou a internacionalização da Amazônia, com o Lula entregando para uma empresa 95 mil hectares de terra lá na Amazônia, o que pode ser prorrogado por mais 40 anos – são 80. Essa empresa para quem ele vai entregar pode fazer um entendimento com uma multinacional, de onde tiver; pode pegar o empréstimo que quiser e pode dar como garantia essas terras. Vai pegar empréstimo lá fora, de qualquer multinacional, e dar como garantia essas terras.

E sobre isso o meu querido Presidente do Supremo não parou para pensar: despachou. E o Presidente Lula marcou o seu nome. Está na biografia dele. Meus filhos, meus netos, os netos dele vão dizer: tudo começou quando o Presidente Lula começou a internacionalização da Amazônia.

O Sr. Mozarildo Cavalcanti (PTB – RR) – Senador Pedro Simon, V. Ex^a disse que vai discutir este assunto na segunda-feira. Portanto, eu vou deixar também para fazer comentário na segunda-feira, mas eu não poderia deixar de me congratular com V. Ex^a. Eu tenho dito sempre que V. Ex^a, embora seja um gaúcho, é, acima de tudo, um brasileiro e um amazônida de primeira linha. V. Ex^a conhece a Amazônia e defende a Amazônia como poucos amazônidas, inclusive. Quero dizer que V. Ex^a merece – e vou propor ao Governador do meu Estado – a mais alta comenda do Estado, que é a do Forte São Joaquim, porque realmente essa defesa da Amazônia precisa ser feita por brasileiros como V. Ex^a, que estão acima de qualquer suspeita, porque, quan-

do somos da Amazônia e a defendemos que não o viés ortodoxo aí da linha do Presidente Lula, somos chamados de conservadores, direitistas. Parabéns! Na segunda-feira, quero participar do debate com V. Ex^a.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – De coração, muito obrigado.

Sr. Presidente, V. Ex^a permite, presidindo este trabalho, nesta manhã de sexta-feira, que a gente aborde aqui com tranqüilidade grandes temas desta Nação. Tenho pretendido fazer isso. Falei sobre a Amazônia, sobre os gaúchos do Rio Grande do Sul percorrendo o Brasil e hoje quero falar num assunto que, de certa forma, está esquecido.

Vamos reconhecer que a Vale do Rio Doce – ou com o novo nome, A Nossa Vale – é uma empresa vitoriosa. É. Temos orgulho dela. Temos. Não pretendemos... Pelo amor de Deus pretender alguém imaginar que passe pela minha cabeça mexer na Vale ou na sua privatização. Ela vai muito bem. Está ótima. E fico feliz. Mas tenho que voltar a analisar aqui, Sr. Presidente, o que aconteceu lá na privatização, quando estivemos nesta tribuna, quando debatemos, quando até, no nosso debate, um Ministro caiu, renunciou, mas este assunto merece ser analisado, porque, num momento, a história vai julgá-lo.

Lembro-me, Sr. Presidente, de todas as insinuações, de todas as evidências e as dúvidas que foram levantadas à época sobre a avaliação e a modelagem para o leilão daquela que foi chamada “a jóia da coroa”: a Vale do Rio Doce. Todos os jornais, todas as revistas semanais noticiaram a possível participação do Governo na montagem do Consórcio Brasil, por intermédio do Sr. Ricardo Sérgio de Oliveira, então Diretor do Banco do Brasil.

Olhem a **Veja** da época:

Propina na privatização

Ricardo Sérgio de Oliveira, o homem dos fundos de pensão, ex-caixa da campanha do tucanato, e a história dos R\$15 milhões pedidos ao consórcio que comprou a estatal Vale do Rio Doce. Dois ministros confirmam a história: R\$15 milhões na Vale.

Telespectadores, é a *Veja* de 8 de maio de 2002. Essa revista eu trouxe a esta tribuna, debati, analisei, pedi informações ao Governo, fiz o que podia fazer. Não adiantou.

Quem não se lembra do tal “limite da irresponsabilidade”, expressão utilizada pelo mesmo Executivo na montagem de um dos leilões afinal confirmados pelo martelo do leiloeiro?

“Limite da irresponsabilidade”. Estamos chegando ao limite da irresponsabilidade, e mesmo assim foram até o fim.

O brilhante jornalista Elio Gaspari, pelo qual eu tenho um respeito e um carinho muito grande, falava, não em privatização, privatária. Privatária! E o Sr. Joseph Stiglitz, ex-Vice-Presidente do Banco Mundial, insuspeito, portanto, foi ainda mais longe. Chamou o processo, Presidente, de propinização. Propinização: estatizar a propina, e não privatização.

Portanto, num cenário como este, não se pode dizer que os preços mínimos são apenas uma referência para o mercado cuja competitividade cuidaria de estabelecer os preços reais. Ou seja, o tamanho dos ágios com privatária e propinização, não há competição.

Como eu disse, o preço mínimo e o modelo formal de privatização da Vale foram elaborados pela Merrill Lynch, empresa norte-americana – longe de mim –, sem uma investigação mais apurada, qualquer tipo de suspeição.

Acontece, meu querido Presidente, que o método de avaliação utilizado em todas as privatizações envolve aspectos puramente subjetivos nas montagens do cenário. E, como se sabe, o subjetivismo é contraditório e caminha de mãos dadas.

O método utilizado para avaliação da Vale e das demais empresas estatais privatizadas dentro do Programa Nacional de Privatização do Governo passado foi chamado de fluxo de caixa descontado. Abro aspas: fluxo de caixa descontado.

Em termos bastante simplificados, são definidos cenários possíveis para a atividade desenvolvida pela empresa por um número de anos e antecipado o possível fluxo de caixa a partir da projeção das receitas e das despesas. Ou seja, meus irmãos, mostra-se um cenário que leva em conta diversos componentes como projeções macroeconômicas: taxa de juros, mercado de matéria-prima, mercado dos produtos acabados, entre outros, projeta-se ano a ano o que se espera acontecer no futuro e antecipa-se para o presente a diferença entre as receitas e as despesas da empresa.

Esse é, na nossa vista, grosso modo, o valor atual da mesma empresa. É diferente da avaliação através das quantificações materiais e financeiras do patrimônio atual da empresa.

Ora, cenários futuros podem ser imaginados, dependendo da ótica do avaliador, que pode ser mais ou menos otimista, ou, quem sabe ainda, que pode buscar elementos mais ou menos pessimistas, dependendo de eventuais interesses.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Senador Pedro Simon, desculpe interrompê-lo, mas, pela importância do pronunciamento e pela importância

do que V. Ex^a significa, o nosso importante Líder democrata desta Casa vai presidir a sessão. (Pausa.)

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – É com grande honra para mim que continuo a ouvir a palavra do Senador Pedro Simon.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Eu me emociono com a presença de V. Ex^a, Sr. Presidente. Disse muito bem o Senador Mão Santa: a presença de V. Ex^a, nesta sexta-feira, aqui é motivo que honra o nosso Congresso e mostra que V. Ex^a está realizando um trabalho excepcional, Sr. Presidente, e está tendo vitórias positivas. E nós confiamos muito no trabalho de V. Ex^a. A atitude firme de V. Ex^a, por exemplo, com relação às medidas provisórias; a atitude firme de V. Ex^a com relação à medida e à forma com que veio a Ministra depor aqui, e V. Ex^a sentado ali, assistindo. E nós sabemos que, naquele grande movimento, além do prestígio que merecia a Ministra, foi a sua presença a garantir a tranquilidade. Tenho certeza de que a sua presença foi um grande fator para que o debate se desse em níveis elevados. À margem de qualquer discussão de “a” ou de “b”, o debate se manteve nos níveis que a Casa merece.

Ora, cenários futuros, repito – e repito porque é importante –, podem ser imaginados, dependendo da ótica do avaliador, que pode ser mais ou menos otimista, quem sabe buscando elementos mais ou menos pessimistas, dependendo dos interesses. Volto a repetir: por exemplo, o cenário mundial para um determinado produto não é dos melhores, assim, serão utilizados indicadores de avaliação que pressionarão para baixo as receitas da empresa, ou podem-se gerar cenários que potencializem as despesas dessa mesma empresa, que as matérias-primas que ela utiliza, por exemplo, tenham preços ascendentes no futuro.

Para cada empresa privatizada foram realizadas duas avaliações independentes. Se as avaliações apresentassem uma diferença acima de um percentual determinado, contratava-se um terceiro avaliador.

Ora, para empresas estatais de tamanho tão significativo poderia se esperar que esse percentual fosse ultrapassado em muitos casos. Não foi o que aconteceu. Foram poucos os eventos em que se necessitou contratar uma terceira avaliação.

Essa análise deve ser feita com profundo levantamento do que aconteceu.

Por que em tão poucas, quase nenhuma, privatizações foi necessária uma terceira avaliação?

Dizem muitos que os economistas são especialistas em projetar passado.

Olha, ao longo da minha vida pública, eu tenho analisado muito a presença dos economistas. Eu tenho um carinho muito grande pelos economistas, mas tam-

bém acho que muitas vezes os economistas servem para o que a gente quer.

Na época do Delfim, eu me lembro muito bem, desde o que se achava o milagre brasileiro. Eu nunca me esqueço, lá no Rio Grande do Sul, meu Presidente, quando se disse que o Delfim era o rei do milagre brasileiro, os Estados Unidos atravessavam uma crise. Os Deputados da Arena diziam que tinham mandado um requerimento ao Embaixador dos Estados Unidos aqui no Brasil para que convidasse o Delfim para orientar os americanos sobre como sair da crise. Economista tem para tudo.

Dizem muitos, Sr. Presidente, que os economistas são especialistas em projetar o passado. Há, inclusive, uma brincadeira que dá conta de que o camelo é um cavalo projetado por uma equipe de economistas. E deu no que deu.

Um presidente americano disse, certa vez, que gostaria de contratar, meu querido Mão Santa, um economista maneta, com um só braço. É que, toda vez que ele pedia uma orientação para o seu assessor econômico, tinha uma resposta: “Bem, por um lado, pode ser isso; por outro lado, pode ser o contrário”. Ele queria, portanto, um economista maneta, que tivesse um lado único, que não pudesse dizer os dois lados.

Tenho dúvida se um possível e aparente desvirtuamento no valor do preço mínimo da Vale tenha ocorrido por erro de avaliação econômica. Tudo indica que os economistas da Merrill Lynch seguiram orientações eminentemente políticas. A construção de cenários parece ter-se encaminhado por decisões que fogem à ciência econômica, que se aproximaram dos interesses envolvidos no resultado do leilão.

É impossível que os economistas da Merrill Lynch sejam tão incompetentes a ponto de desconhecerem situações óbvias de projeção de mercados. Como eles calcularam os fluxos de caixa, descontados ou antecipados, relativos a um número significativo de anos e chegaram a um valor menor que o lucro atual da empresa em apenas três meses? Eles chegaram a um valor de quanto custaria a privatização da Vale a um custo menor que o faturamento de apenas três meses, meu querido Paim.

Erro de cálculo? Uso de indicadores inadequados? Problema do método de avaliação? Montagens incorretas de cenários? Orientação política direcionada? Má-fé? A pergunta está no ar.

Por problemas na montagem de cenários, não se considerou devidamente a emergência do mercado chinês para o consumo do aço, por exemplo. E olhem que, àquela altura, os dados de que aconteceria uma

explosão de desenvolvimento na China já estavam indicados. Não que se chegaria ao milagre fantástico que está aí, mas estavam indicados. Por problemas de método de avaliação, não se levaram em consideração reservas de minérios que, mantido o consumo da época, dariam para mais quatrocentos anos – quatro séculos! – de atividades da Vale! Repito: um estoque de minério que entrou no negócio por valor zero! Pelo mesmo motivo, não se deram conta de minerais os mais estratégicos para o futuro da humanidade. Futuro, e não passado. Dariam para quatrocentos anos as reservas.

Repito: eu não estou discutindo, neste discurso, a privatização da Vale, que já foi feita. Nem os seus lucros atuais e futuros que, por todos os motivos possíveis, espero sejam cada vez maiores. A Vale é, hoje, a nossa grande empresa multinacional. Tínhamos a Varig, que o Governo ajudou a enterrar. Temos a Vale. Desejo, inclusive, que as aquisições de outras empresas de mineração do mundo pela Vale sirvam para engrandecer ainda mais a nossa empresa, mas que não se corra o risco, com isso – e quero chamar atenção para isto aqui, meus queridos Senadores –, de transferência futura das decisões para outros países. A Vale é brasileira e assim tem de continuar, brasileira, apesar de todos os interesses internacionais que ainda pairam sobre as suas atividades.

Reforço: o que me traz à tribuna neste momento não é analisar a privatização no sentido de tentar qualquer coisa em contrário, mas tenho reiterado a minha preocupação, quando se noticia, com o devido louvor aos novos lançamentos da Vale. O controle acionário da mineradora foi vendido, ainda assim com ágio, por pouco mais de R\$3,3 bilhões. Isso também sem contar os incentivos dados aos compradores para aquisição da empresa, por esse preço.

Para se ter uma idéia, somente nos últimos cinco anos, os lucros líquidos da Vale chegaram a R\$55 bilhões. Repito: os lucros dos últimos cinco anos da Vale chegaram a R\$55 bilhões! Sr. Presidente, ela foi vendida por R\$123,3 bilhões, dinheiro dado pelo BNDES. Dinheiro dado pelo BNDES!

Como explicar ao povo brasileiro, verdadeiro proprietário da Vale, essa diferença entre os cenários projetados e a realidade observada? Profissionais do setor diziam, naquele final de década, que o patrimônio da Vale estaria próximo dos R\$100 bilhões. Naquela época, na época em que ela foi privatizada, os técnicos diziam que o patrimônio valeria R\$100 bilhões. Foi vendida por R\$123,3 bilhões. Nos últimos cinco anos, o lucro foi de R\$55 bilhões.

Se as decisões que levaram ao preço mínimo não se orientaram apenas por critérios econômicos; se decisões políticas determinaram a construção dos cenários, no sentido de subestimar o preço mínimo para o leilão, então, nada mais lógico que submeter o preço mínimo da Vale a uma investigação política.

Como se trata de recursos públicos, de todos os brasileiros, cabe ao Congresso Nacional a missão constitucional de proceder à reta investigação sobre as decisões que orientaram a avaliação da então Companhia Vale do Rio Doce.

Como se deu a avaliação? Sob que orientação? De quem? Segundo que interesses? Foi uma privatização nos melhores moldes, ou foi uma “privataria”, como definido pelo jornalista Élio Gaspari? A venda do controle acionário da Vale foi orientada segundo critérios moldados pela ética, ou, como na definição de Stiglitz, o que ocorreu foi uma “propinização”? Caso afirmativo, quem foram os responsáveis? Como ressarcir o povo brasileiro pelas possíveis perdas na subestimação do preço da empresa?

Repito pela milésima vez: não estou propondo a reestatização da Vale, pelo amor de Deus! Não estou propondo que se faça qualquer questão que complique o futuro da Vale; pelo amor de Deus! O que estou afirmando é que o Congresso Nacional não pode permanecer omissos sobre um assunto que já motivou inúmeras ações ao Judiciário, no sentido de que se investigue, com maior clareza, como se deu o processo de privatização da Vale do Rio Doce.

Não se pode atribuir a tamanha diferença entre o lucro projetado e o real objetivado apenas a uma possível incompetência – eles foram incompetentes! – política e administrativa da empresa nos seus tempos de estatal. Afinal – vamos esclarecer aqui porque é muito importante –, a Companhia Vale do Rio Doce foi administrada durante longo tempo pelo Sr. Eliezer Batista, respeitado pelo próprio mercado como dos mais competentes profissionais do setor, a quem se atribuía a honraria de ser chamado “o engenheiro ferroviário que ligou a Vale ao resto do mundo”. Então, a Vale não estava sendo orientada por pessoas incompetentes e incapazes; o grande líder empresarial Eliezer Batista estava no seu comando.

O melhor instrumento de investigação para que o Congresso cumpra o seu dever é talvez criar até uma Comissão Parlamentar de Inquérito. O lucro da Vale do último ano demonstra muito bem a importância da empresa para o País e para o povo brasileiro. Não há como passar ao largo de todo o processo que levou à sua privatização. Esse é um papel que cabe consti-

tucionalmente ao Congresso Nacional. Não há outra instituição mais legítima do que o próprio Congresso. Somos eleitos democraticamente para representá-lo no que tange ao que lhe pertence por lei, lei que foi concebida e votada neste mesmo Congresso Nacional.

Que os lucros da Vale sejam cada vez maiores nos anos que ainda virão. O nosso orgulho será também crescente na mesma ou em melhores propostas que serão feitas. Mas, com base no método utilizado para cálculo de seu preço mínimo para leilão, quanto maior esse lucro, maior a desconfiança de que foram desvirtuados os cenários que abrigaram a sua avaliação. Essa mesma desconfiança será dissipada somente quando todas as dúvidas que ainda pairam sobre o processo de alienação da Vale forem devidamente esclarecidas.

Ora, Sr. Presidente, digo-lhe com toda sinceridade, eu poderia lembrar aqui a manifestação do Senador Wellington Salgado, por Minas Gerais, no caso do recebimento de *royalties* pelos locais onde se encontram as matérias-primas. Locais que dormem sobre sagradas riquezas e acordam, muitas vezes, com profundas crateras e montanhas decepadas. Vão-se lucros bilionários e ficam retribuições relativamente diminutas.

Os números falam por si. Referem-se ao percentual que cada empresa paga para poder retirar as riquezas minerais do solo. Diamantina é exemplo dos mais ilustrativos, a começar pelo nome. Quanto a população local recebe pela extração? Apenas 0,2% do faturamento líquido das empresas que exploram os seus minérios. Diamantina, em Minas Gerais, fica com apenas 0,2% do faturamento das empresas que exploram a riqueza mineral.

No caso do minério de ferro, enquanto a Austrália cobra das empresas 5 a 7,5% do valor da mina, no Brasil, o percentual é de 2% do faturamento líquido. Mas, como eu disse, esse não é o tema central do meu discurso. O que me move neste dia é o questionamento do valor estimado pela empresa americana de avaliação para o leilão da Companhia Vale do Rio Doce.

Olha, Sr. Presidente, é interessante observar que os personagens principais que advogaram essa idéia de que os preços mínimos são apenas referência, muitos deles se deslocaram para importantes diretorias das empresas privatizadas ou para as empresas compradoras, principalmente bancos e financeiras, após os longos leilões.

História que parece se repetir depois dos leilões.

Agora mesmo, os jornais mostram que o BNDES, gestor de nosso programa de privatização, acaba de conceder um limite de crédito no valor de R\$7,3 bilhões – o maior financiamento já concedido pelo BNDES: R\$7,3 bilhões! – para a Vale do Rio Doce.

Ora, poderia constituir uma decisão normal para uma empresa do porte da Vale. Mas o que chamou a atenção, e isso tem causado constrangimento ao próprio corpo técnico do BNDES, é que – prestem atenção, meus irmãos! – exatamente o negociador pelo banco desse empréstimo de R\$7,3 bilhões, o diretor que negociou o empréstimo, tomou posse como diretor de planejamento estratégico da Vale logo após assinar o contrato. Quer dizer, esse mesmo funcionário trabalhou pela liberação do empréstimo de R\$7,3 bilhões, como diretor do banco, e pulou para o outro lado da administração para administrar o dinheiro na Vale.

Eu sou um admirador e acho que o Lula acertou nas duas vezes: os dois presidentes da Vale, o anterior e o atual, são duas pessoas por quem eu tenho muito carinho, por quem eu tenho o maior respeito. Eram do grande grupo dos economistas que acompanharam a luta sempre com denodo, paixão, amor. O Lessa e o Coutinho, um melhor que o outro, na competência e na dignidade. E acho que o Presidente do BNDES, por quem eu coloco a minha vida como garantia da sua seriedade, algumas providências ele tem que tomar.

Essa história, por exemplo, que está acontecendo agora com um tal Deputado aí. Dizem que foi um funcionário que saiu do gabinete do Deputado lá da Força Sindical para ir para a direção do banco, e foi ele que deu o dinheiro. Claro que não passa pela cabeça de ninguém que o presidente do banco tenha alguma coisa com isso. Mas está na hora de tomar algumas providências.

Acho que o banco, meu querido presidente, meu amigo, meu irmão, assino pela sua dignidade, pela sua seriedade, pela sua credibilidade, pelo seu respeito, o senhor não tem nada que ver, mas o senhor é o presidente. A imagem do BNDES está atravessando um momento muito delicado, e é importante que você tome providência. Tome providência, já, para fazer alguma coisa.

O Sr. Heráclito Fortes (DEM – PI) – Senador Simon, os seus pronunciamentos aqui feitos, principalmente nas sextas-feiras, são verdadeiras aulas para o País, pela sua experiência e, acima de tudo, porque V. Ex^a se aprofunda no tema que traz à tribuna com fatos históricos, não vem do improviso. Daí por que esses pronunciamentos feitos por V. Ex^a têm tido repercussão seguida na imprensa. V. Ex^a mostrou as

duas Vale: a estatizada e a privatizada. A estrutura da Vale estatal era um mastodonte. Pesada. Um verdadeiro abrigo para candidatos derrotados, colocados nos seus conselhos, nas suas diretorias. E esse mastodonte não andava; dava prejuízos ao País, seguidamente. Eu não discuto a maneira como foi feita a privatização, porque não conheço. Mas venho pelo resultado que V. Ex^a mesmo reconhece: a dimensão internacional que a Vale do Rio Doce tomou. Como brasileiros, não podemos desconhecer o grande salto que a empresa deu, sendo respeitada no mundo inteiro por competitividade e estando entre as maiores. V. Ex^a tem absoluta razão. Eu não queria estar na pele do Dr. Luciano Coutinho, neste momento. Nós nos conhecemos. Até onde o conheço, é um homem sério; um idealista e não um carreirista. Soube esperar seu tempo. Ocupou funções, saiu de funções. É um professor respeitado e acreditado no Estado de São Paulo. Vamos a duas etapas. A primeira delas refere-se ao episódio envolvendo um diretor do BNDES, tirado do aparado partidário e colocado naquele órgão, que, no uso do exercício do cargo, começa a fazer política da pior espécie e da pior qualidade. E aí o que é triste de se ver, Senador Simon, é o envolvimento desse diretor com suspeitas de corrupção, com beneficiamento a prefeituras e liberação de projetos de finalidade duvidosa, e, acima de tudo, a farra do boi que acontece neste País, Senador Pedro Simon, com as ONGs. Não existe um setor na administração brasileira atual que não tenha uma ONG a respaldar militantes, facções partidárias, pelo menos até onde nós chegamos até agora. É lamentável que, cada dia mais, eu tenha convicção de que a CPI das ONGs é oportuna e que foi justa, Senador Garibaldi Alves, a sua prorrogação. Na questão da transferência do diretor do BNDES para a Vale, eu queria apenas raciocinar com V. Ex^a. O BNDES é acionista da Vale do Rio Doce, é responsável pela sua gestão. Não conheço o diretor, não conheço as circunstâncias, mas estou apenas falando em tese. Será que a transferência do diretor do BNDES para a Vale não foi feita exatamente para que, em nome do banco, que é acionista, ele fiscalize as ações da empresa? É uma questão que precisa ser avaliada. Estou falando em tese, porque nós tivemos em outros casos, inclusive do Banco do Brasil, diretores deslocados para essas companhias, para essas empresas grandes, das quais participam. Eu não conheço o diretor, não conheço o caso, mas quero apenas levantar essa questão. Porque acho difícil o Dr. Luciano Coutinho, neste caso no qual ele tem uma ingerência direta, diferentemente das futuri-

cas do seu diretor, ele participar de um ato menos nobre, num deslocamento que não fosse de interesse do banco. Estou sendo até advogado do diabo, porque sou opositorista, mas eu quero fazer justiça a um homem com quem nós convivemos e pelo qual eu tenho respeito. Até para mostrar que neste Brasil nem tudo está perdido. Muito obrigado.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Eu agradeço a V. Ex^a. Primeiro, não vamos colocar a figura do presidente nesta questão. O presidente não tem nada a ver com isso. Em segundo lugar, veja como V. Ex^a tem um espírito grande: V. Ex^a é dos Parlamentares mais duros nesta tribuna e muitas vezes nas críticas. No entanto, agora V. Ex^a vem a mim, que considera uma pessoa imparcial, quando está certo, quando está errado, me chamar a atenção para um fato. Será que eu não estou errado? Será que esse diretor não deu o dinheiro e está lá na Vale para cuidar como é que o dinheiro vai ser aplicado? Se for isso, eu venho a esta tribuna pedir, por amor de Deus, mil desculpas porque eu estava muito errado. Mas V. Ex^a que disse há pouco tempo que é ONG de um lado, que é outra coisa de outro lado, que as questões são de uma irregularidade total, de repente, está apresentando uma proposta. Nós estamos diante de um caso espetacular. O homem deu um empréstimo de R\$7,3 bilhões e, ao mesmo tempo, é colocado lá, para ver como é que o dinheiro vai ser aplicado. É uma questão. Se isso for adotado como princípio e como norma, nós teremos diretores do banco nas várias empresas que contraírem empréstimos do BNDES. Eu não acredito, mas, de qualquer maneira, é uma proposta realmente importante.

O Sr. Heráclito Fortes (DEM – PI) – Há uma diferença. A Vale é sócia.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Pode ser que a Presidência do BNDES venha e nos diga: “Olha, aconteceu isso sim, não queria dizer, mas já que apareceu, veio a público, sim. Nós demos um empréstimo tão grande quanto esse, de R\$7,5 bilhões, e o cidadão saiu daqui e foi pra lá para ver como esse dinheiro é aplicado”.

Até hoje, não vi nenhum exemplo desse, mas, se for assim, vamos analisar. Mas acho muito difícil, Senador.

O Sr. Heráclito Fortes (DEM – PI) – Senador Simon, eu volto a lhe dizer: a minha preocupação e cautela é com...

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – É que V. Ex^a é tão duro e tão áspero em algumas críticas, e, de repente, V. Ex^a vem em uma perspectiva de preocupação e com uma cautela, que eu acho sensacional.

O Sr. Heráclito Fortes (DEM – PI) – Preocupado com V. Ex^a.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Eu admiro V. Ex^a.

O Sr. Heráclito Fortes (DEM – PI) – Preocupado com a biografia de V. Ex^a, e menos com a minha. A minha, eu não tenho de preservar. A de V. Ex^a, sim, porque V. Ex^a é um homem que participou da história deste País. E eu queria apenas levantar essa questão, até porque o BNDES é sócio da Vale do Rio Doce.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Mas eu volto a dizer o seguinte: eu acredito que V. Ex^a fez uma afirmativa muito importante. Acho que é mais uma tese que está colocada em jogo.

O Sr. Heráclito Fortes (DEM – PI) – Exatamente.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Quem sabe o presidente vem nos ver, e eu terei de vir aqui e dizer: “Olha, eu peço desculpas. Houve uma contradição. Está lá no contrato que deram 7 bilhões”. Mas esse Senador sai daqui e vai lá para ver como é que o dinheiro vai ser aplicado.

O Sr. Heráclito Fortes (DEM – PI) – Eu não conheço, Senador Simon,...

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Se acontecer isso, eu venho aqui dizer: “Que coisa fantástica!”.

O Sr. Heráclito Fortes (DEM – PI) – Não conheço os detalhes.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Nem eu.

O Sr. Heráclito Fortes (DEM – PI) – Não conheço os detalhes, mas estou levantando...

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – O que eu conheço é a opinião pública, a manifestação de várias pessoas, estranhando esse fato.

Agora, V. Ex^a levanta um ponto e, por isso, eu volto a dizer: “Manifeste-se o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social”. Se for o que diz o ilustre Senador, eu volto a esta tribuna para pedir desculpas. Olha, foi um gesto muito importante.

O Sr. Heráclito Fortes (DEM – PI) – A mesma coisa eu farei, Senador Simon, e vou me aprofundar nesse fato, se descobrir daqui para hoje ainda ou segunda-feira...

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Concorde com V. Ex^a somente se isso não for de boca para boca. Se foi essa a decisão que eles tomaram, deve estar em alguma ata, por exemplo, a ata que deu o dinheiro. E o senhor fulano de tal vai lá para ser diretor, para acompanhar. Deve ter alguma coisa escrita. Concorde V. Ex^a?

O Sr. Heráclito Fortes (DEM – PI) – Concorde. Até porque...

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Não pode ser de boca pra boca.

O Sr. Heráclito Fortes (DEM – PI) – Sim.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – E se tiver essa coisa escrita, eu vou ler aqui e vou pedir desculpas.

O Sr. Heráclito Fortes (DEM – PI) – Até porque, veja bem, a minha outra dúvida é se o BNDES, como acionista, não tem direito também a participar da direção da Vale. Estou falando em tese.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Bom, se for isso, o homem devia ser outro e não o que deu dinheiro.

O Sr. Heráclito Fortes (DEM – PI) – Sim. V. Ex^a tem razão.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Se for isso, o problema é dar um outro nome e não o cara que deu R\$7,3 bilhões, depois ir lá para administrar os R\$7 bilhões.

O Sr. Heráclito Fortes (DEM – PI) – V. Ex^a tem absoluta razão. Não estou defendendo esse cidadão porque não o conheço. Estou falando...

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Nem eu.

O Sr. Heráclito Fortes (DEM – PI) – Estou falando, única e exclusivamente, da participação do BNDES na diretoria do banco.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Gostei muito do seu pronunciamento. Gostei.

O Sr. Heráclito Fortes (DEM – PI) – Muito obrigado.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Achei V. Ex^a oportuno. Até fico magoado comigo mesmo. Como é que eu não me dei conta disso? Vai ver ele está lá em nome do BNDES para ver a aplicação do dinheiro.

O Sr. Heráclito Fortes (DEM – PI) – Tribute isso ao zelo que tenho por V. Ex^a.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Olha, eu fico emocionado.

E estou dizendo aqui: “Meu presidente, se V. Ex^a mostra, lá no documento que foi um empréstimo de R\$7,3 bilhões... Adendo: o Sr. Fulano de Tal sai daqui, vai lá para, em nome do banco,...”. Não é o ideal, mas já é alguma coisa. Não devia ser ele, mas já é alguma coisa. Se tiver isso no documento que deu o dinheiro, eu venho para esta tribuna ler. Tomará que seja!

O Sr. Heráclito Fortes (DEM – PI) – V. Ex^a me desculpe, mas é o zelo que tenho pela biografia de

V. Ex^a, que eu acompanho de maneira emocionada e admirada, ao longo do tempo.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – E eu agradeço a gentileza de V. Ex^a.

Além disso, uma questão muito importante aqui. Foi num debate – V. Ex^a não era Senador ainda, parece até que acompanhou – no plenário. Os ministros vieram debater aqui no plenário. Foi uma discussão célebre, em que um ministro terminou pedindo a renúncia, aqui no Senado Federal, do cargo que ele tinha no ministério.

Havia a versão corrente, durante o programa da privatização da Vale, que havia acordos prévios entre as empresas avaliadoras, o BNDES, que era o gestor do programa, e os pretendentes na aquisição das empresas. Que os leilões, em muitos casos, nada mais eram do que formalizações, de combinações costuradas antes de os leiloeiros baterem o martelo.

A CPI do Congresso Nacional, em 1993, que procurou investigar as primeiras privatizações detectou um ajuste prévio entre compradores, vendedores, gestores e avaliadores.

O leilão da Vale parece que não fugiu à regra. Era voz corrente no Brasil, à época, que a empresa de mineração seria arrematada pelo consórcio Valecon, liderado pelo Sr. Antônio Ermírio de Moraes, com a participação dos principais Fundos de Pensão, como a Previ, do Banco do Brasil, a Funcep, da Caixa Econômica Federal e a Petros, da Petrobras. Isto era voz corrente: “Quem vai ganhar a Vale é o Sr. Antônio Ermírio de Moraes; um dos maiores empresários brasileiros, de maior conhecimento da matéria, da maior responsabilidade, e os Fundos já estavam acertados”. Esta era a voz corrente. Peguem os jornais da época, e as manchetes todas diziam que o Grupo Votorantim ganharia.

Pouco tempo antes do leilão, os mesmos Fundos de Pensão mudaram de lado e se juntaram ao Consórcio Brasil, tendo à frente o Sr. Benjamin Steinbruch, que arrematou, enfim, a Vale. A imprensa deu conta, nobre Senador, na época, de que o consórcio vencedor, embora tamanho envolvimento, foi criado em cinco semanas, e concluído um mês antes da eleição. Estava resolvido. A Votorantim e o grupo fechado, um mês antes criou-se uma empresa, criou-se um consórcio, tendo à frente o Sr. Benjamin Steinbruch, criado cinco semanas e concluído um mês antes da eleição. E ele ganhou.

Insistiu-se muito para ter uma palavra – inclusive eu – do Sr. Antônio Ermírio de Moraes. Ele não falou. À época, não entendi; depois, entendi. O grupo do Sr.

Antônio Ermírio de Moraes é um grupo fantástico, enorme, potente. Ele não podia entrar numa briga dessa, porque já estava resolvida. Ele tinha outras expectativas e outras questões a serem analisadas. Mas, olha, houve uma série de reuniões.

Na direção, um ministro chamou os representantes, que estavam lá, dos Fundos de Pensão, e foi aí que saíram as célebres palavras: “Nós estamos no limite da irresponsabilidade”. E os Fundos de Pensão, que estavam fechados com a Votorantim, criaram esse grupo do Sr. Benjamin Steinbruch.

Lembro-me de que, na época, quando privatizaram a Vale, vim a esta tribuna e debati muito, muito, muito. O argumento era um, Senador: “Nós temos as maiores reservas de minério, das maiores ou a segunda no mundo inteiro, mas não temos capacidade”. Então, o que tem acontecido, no Brasil, é que não há momento em que não se descubra uma nova reserva de minério, disso, daquilo; descubra-se, coloca-se uma laje; reconhece-se a propriedade; faz-se o alvará, mas, fica-se esperando. E há dezenas ou centenas de reservas que já foram localizadas, já foram reconhecidas, já foram registradas, que já estão ali, com a inscrição em cima, registrada no nome da Vale. E o argumento que se tinha era: “Mas a Vale não tem dinheiro! O que adianta dormirmos em cima do minério e não acontecer nada?” Então, privatizaram a Vale.

Mas, Senador Heráclito, eu dizia o seguinte: vão privatizar a Vale, eu concordo. Mas assim como o Governo, agora, está querendo criar uma nova Petrobras, porque a Petrobras, hoje, é uma empresa de economia mista –, o Governo é majoritário, mas eles juntos, porque é sócio –, então, ele quer criar uma nova empresa, uma nova Petrobras, em que será estatal toda a reserva de pré-sal. Que essa camada toda seja de propriedade do Estado, porque o Governo acha que é um fato novo, dizem que são reservas fantásticas e que vão mudar a história do Brasil. Então, que fique com a propriedade. Correto!

À época, eu dizia o seguinte: vão privatizar a Vale, tudo bem. Mas vamos criar uma empresa. A Vale não está fazendo nada em relação a essas reservas. Estão ali registradas, com uma placa. E essa empresa que vamos criar ficaria com os alvarás. E poderia negociar com a Vale e com quem quisesse, alvará por alvará, e não entregaria todo esse capital, todo o subsolo do Brasil de presente para a Vale. Eu acho que tinha mais do que lógica, tinha mais do que lógica. A Vale privatizaria. As empresas que estavam cuidando da mineração, etc e tal, continuariam, tudo bem! Mas

as reservas, que não tinham nada, seriam de propriedade da nova empresa que a União criaria. Olha que houve um debate bonito! Recebi apoio de jornalistas, comentaristas, economistas, mas o Governo não quis nem tomar conhecimento, Sr. Presidente. Fizemos a convocação de uma reunião na Comissão, e disseram: “É, vamos pensar, não sei o quê...”. Mas não aconteceu nada; lamentavelmente, não aconteceu nada!

Encerro, Sr. Presidente, mostrando que minha preocupação é com fatos que considero importantes. E essa é uma questão que trago à tona, ao mesmo tempo em que volto a repetir: orgulho-me da posição que a Vale tem, hoje, no Brasil e no mundo.

Sou um solitário torcedor para que vá cada vez melhor. E não me passa pela cabeça voltar atrás. Acho que a essa empresa temos de, cada vez mais, dar mais força, mais capacidade e mais poder para que vá adiante mundo afora. É claro que temos de ter o cuidado, lá pelas tantas, no meio das várias aquisições, não terminamos, o Brasil perder o controle do capital nacional e a empresa se transformar numa multinacional, em que o controle não seja isso. Afora isso, tudo o que eu puder fazer para ajudá-la, eu faço.

Agora, esclarecer essa questão que trouxe aqui é a hora, passado o tempo. Quando já está esclarecido, muita gente pensava: “O Lula vai assumir e vai estatizar”. As privatizações eram um medo que se tinha. Muita gente dizia: “Não, o Lula vai voltar atrás, vai estatizar a Vale, vai estatizar várias empresas”. Hoje, isso está superado. Está claro que o Lula – até é uma coisa interessante, eu acho que uma análise deve ser feita, quando a imprensa está anunciando agora, que, das ligações do Presidente Fernando Henrique, uma semana depois da eleição do Lula, com a Embaixadora americana no Brasil, em que ela informava, depois de conversar com o Presidente, que o Governo americano poderia ficar tranquilo que o Lula seria um bom aliado, que a sua política econômica seria positiva e que não traria nenhum percalço com relação a mudanças irresistíveis nos seus rumos. Acho que isso está positivo, mas acho que essa questão pode ser analisada, Sr. Presidente.

Muito obrigado a V. Ex^a.

**DOCUMENTOS A QUE SE REFERE
O SR. SENADOR PEDRO SIMON EM SEU
PRONUNCIAMENTO.**

(Inseridos nos termos do art. 210, inciso I, §2º, do Regimento Interno.)

FOLHA ONLINE

www.folha.com.br

Sexta-feira, 02 de maio de 2008



TV PANASONIC
42"

A PARTIR D

Notícias | Especial | Serviço | Galeria | Erramos | Colunas | Fale conosco | Atendimento ao assinante | Grupo
Em cima da hora | Ambiente | Bichos | Brasil | Ciência e Saúde | Comida | Cotidiano | Dinheiro | Educação | Equilí

dinheiro



[Comunicar erros](#)



[Enviar por e-mail](#)



[Imprimir](#)

24/04/2008 - 18h56

Lucro da Vale cai 55,8% no trimestre e atinge R\$ 2,253 bilhões

da Folha Online

Atualizada às 19h26

A Companhia Vale do Rio Doce anunciou lucro líquido de R\$ 2,253 bilhões no primeiro trimestre, um resultado 55,8% inferior ao resultado registrado em idêntico período de 2007. O número frustra expectativas de alguns analistas do setor financeiro, que projetavam ganhos em torno de R\$ 4,5 bilhões para a gigante do setor de mineração.

A receita bruta da Vale totalizou R\$ 14,549 bilhões, um decréscimo de 12,5% sobre o primeiro trimestre do ano passado. O Ebitda (lucro antes juros, impostos, depreciação e amortização) foi de R\$ 6,431 bilhões, um número 25,7% inferior ao registrado no balanço dos primeiros três meses de 2007.

O faturamento da Vale teve impacto principalmente da desvalorização da moeda americana. No balanço, a Vale estima um impacto de R\$ 1,840 bilhões devido à variação cambial. Também concorreu para a queda na receita a variação no preços dos metais, que teve um impacto negativo de R\$ 793 milhões, segundo a contabilidade da empresa.

A variação cambial e monetária também teve forte influência no lado financeiro nos resultados da Vale. O chamado resultado financeiro líquido foi negativo (despesas financeiras superiores a receitas) em R\$ 2,056 bilhões, quase dez vezes o resultado negativo contabilizado no primeiro trimestre do ano passado.

Níquel e alumínio

No balanço, a diretoria da Vale também chama a atenção para o desempenho negativo das vendas de níquel e alumínio. O segmento de minerais não-ferrosos (que inclui níquel, cobre, alumínio entre outros) responde por 40,6% da geração de caixa.

A receita com o níquel somou R\$ 3,27 bilhões, um número 45,1% inferior ao contabilizado no balanço do ano passado. A empresa justifica a cifra por uma queda (29%) no preço médio do mineral, bem como à redução de 7% no volume vendido.

Outro mineral com desempenho negativo foi o alumínio. A empresa apurou uma receita de R\$ 62 milhões, que é R\$ 207 milhões menor que o primeiro trimestre do ano passado, também pelo efeito do preço médio menor.

A receita com os minerais ferrosos (minério de ferro, pelotas, manganês), por sua vez, somou R\$ 7,260 bilhões, um crescimento de 6,6%.

Carta ao leitor

As privatizações e o interesse público

VEJA publica nesta edição uma reportagem em que, pela primeira vez, se exibem evidências testemunhais de que houve um pedido de pagamento de comissão de 15 milhões de reais durante o processo de privatização da Companhia Vale do Rio Doce, em 1997. A história se soma a outra manobra, revelada também por VEJA, em 1998, em que autoridades ligadas ao processo de privatização do sistema telefônico atuaram com empenho pessoal excessivo no erguimento de consórcios para a disputa. Os bastidores da operação foram depois revelados ao país através de um grampo telefônico instalado no BNDES. Os dois casos têm diversos pontos em comum. O mais flagrante é a participação decisiva nos dois episódios de um mesmo alto funcionário do Banco do Brasil, Ricardo

Comemoração da venda da Vale na Bolsa do Rio de Janeiro

Sergio de Oliveira, de reputada eficiência como arrecadador de recursos para campanhas políticas dos tucanos. A exploração política, mais previsível a ser feita tomando como base as revelações da reportagem de VEJA será o questionamento do acerto das privatizações.

É preciso reafirmar que não existe nenhum argumento racional contra o resultado das privatizações feitas nos últimos sete anos. Elas têm relação estreita com a modernização do país. Com a transferência das telecomunicações ao setor privado, foram entregues em quatro anos mais telefones aos brasileiros do que o modelo estatal conseguiu instalar em trinta. O governo vendeu as teles estatais por 22 bilhões de reais. Quatro anos depois elas já investiram no país 96 bilhões de reais e recolheram aos cofres do governo outros 80 bilhões de reais em impostos. A privatização dos bancos estaduais fechou a torneira de corrupção, desperdício e de realimentação inflacionária que sangrava o Brasil havia décadas. Ao deixar à iniciativa privada aquilo que ela administra melhor que o Estado, o governo FHC prestou enorme serviço ao interesse público.

A história de um pedido de comissão na privatização da Vale e as queixas de Benjamin Steinbruch sobre o comportamento de Ricardo Sérgio, o homem que falava grosso na Previ

Eduardo Dinégue

O governo tucano realizou duas megaprivatizações em seu primeiro mandato. Em 1997, vendeu a Companhia Vale do Rio Doce. O grupo comprador entregou ao governo um cheque de 3,3 bilhões de reais, o maior já assinado no Brasil em todos os tempos. Em 1998, o governo dividiu o sistema Telebrás em doze companhias e vendeu-as em leilão. A operação gerou para o Tesouro Nacional a quantia de 22 bilhões de reais. Foi a terceira maior privatização do mundo na área de telefonia. Como se vê, os dois processos de venda têm em comum uma coleção de números gigantescos. Mas há outras semelhanças. No início do ano passado, o ex-senador Antonio Carlos Magalhães fez uma acusação pesada a respeito da privatização das teles. Segundo ACM, teria havido irregularidade na venda de uma delas. Ele contou que o consórcio Telemar, que explora a telefonia fixa em dezesseis Estados, do Rio de Janeiro ao Amazonas, teria feito um acerto para pagamento de 90 milhões de reais para levar o negócio. A

acusação nunca foi comprovada. Agora, ficou-se sabendo que pedido semelhante de comissão pode ter ocorrido também no processo de venda da Vale. O valor é menor, 15 milhões, mas a história é igualmente grave. Nos dois casos, as denúncias recaem sobre uma mesma pessoa: o ex-diretor do Banco do Brasil Ricardo Sérgio de Oliveira, que atuou no passado como um dos arrecadadores de fundos do alto tucanato.

A informação do novo pedido de dinheiro tem como origem o empresário que liderou a compra da Vale e se tornou presidente do conselho de administração da companhia, Benjamin Steinbruch, do grupo Vicunha, que hoje controla a Companhia Siderúrgica Nacional, um colosso com faturamento anual de 3,3 bilhões de reais. Depois de arrematar a Vale, Steinbruch andou se queixando do comportamento ético de Ricardo Sérgio e contou a história a mais de um interlocutor. O pedido de dinheiro teria sido o preço cobrado por Ricardo Sérgio, sempre segundo o relato feito por Steinbruch a terceiros, para que fosse montado em torno dele, Steinbruch, o consórcio que venceu o leilão.

VEJA conversou com dois empresários que ouviram o relato de Steinbruch. "Ele me disse que se sentia alvo de um ataque", conta um dos empresários. O outro, que trabalha no setor financeiro, diz algo semelhante: "Naquele tempo, Benjamin andava por aí feito barata tonta, sem saber se pagava ou não", afirma. Na semana passada, VEJA obteve depoimentos formais que confirmam a história. A particularidade desses depoimentos é que eles são dados por expoentes da política brasileira. Um deles é de Luiz Carlos Mendonça de Barros, que presidiu o BNDES durante o processo de venda da Vale, e depois assumiu o Ministério das Comunicações. Acabou perdendo o emprego quando estourou o escândalo das fitas da privatização das teles. A outra autoridade é o ministro da Educação, Paulo Renato Souza. Ambos são tucanos.

As versões de Mendonça de Barros e Paulo Renato são semelhantes. E chamam a atenção para aspectos significativos da conversa de Benjamin Steinbruch. De acordo com o relato do ex-ministro Luiz Carlos Mendonça de Barros, Steinbruch visitou-o em seu apartamento e, no escritório usado para leitura, disse-lhe ter combinado o pagamento de uma comissão para Ricardo Sérgio. A comissão seria uma espécie de "remuneração" pelo traba-

lho que o diretor do Banco do Brasil teve para reunir os fundos de pensão estatais em torno de seu consórcio. Steinbruch contou que vinha sendo pressionado para pagar o que devia, os 15 milhões. Mendonça de Barros não lembra se eram 15 milhões de reais ou de dólares. "Mas naquele tempo não fazia diferença por causa da cotação, que era próxima", diz o ex-ministro. Essa revelação foi feita a Mendonça de Barros por Benjamin Steinbruch em 1998, cerca de um ano após a privatização da Vale. Ao ser informado sobre a cobrança de comissão, Mendonça de Barros quis ficar longe da história. "Ô Steinbruch, eu não quero me envolver nesse assunto. Não é da minha área", disse o ex-ministro a Steinbruch. Dias depois, durante uma audiência, Mendonça de Barros relatou o episódio ao presidente Fernando Henrique. Conforme relatou a VEJA na semana passada, ouviu como resposta o seguinte: "Eu não sei nada disso e acho que você fez muito bem em não se envolver nesse assunto". FHC não se lembra de ter mantido essa conversa com Mendonça de Barros. "Não

INFORMEI O PRESIDENTE DA REPÚBLICA

Na quinta-feira da semana passada, VEJA esteve no escritório do ex-ministro das Comunicações Luiz Carlos Mendonça de Barros para ouvi-lo a respeito do tema central desta reportagem. Eis a entrevista:

Veja — Temos a informação de que o senhor foi procurado pelo empresário Benjamin Steinbruch após o processo de privatização da Vale do Rio Doce e ele fez ao senhor uma queixa. O senhor pode relatar essa conversa?

Mendonça de Barros — Eu era ministro das Comunicações na ocasião desse encontro, ocorrido em 1998. Benjamin Steinbruch pediu para falar comigo e eu o recebi em casa, aqui em São Paulo. Ele veio me dizer que es-

tava enfrentando muitas dificuldades dentro da Vale do Rio Doce. A empresa havia sido privatizada e entregue a um consórcio de investidores, inclusive estrangeiros. Nesse grupo, ele era a peça central. Mas, segundo seu relato, havia uma grande divergência entre os sócios sobre a forma de administrar a Vale. Steinbruch contava inicialmente com o apoio do fundo de pensão dos funcionários do Banco do Brasil, o Previ, para gerir o negócio. Mas perdeu essa parceria. Na conversa, o empresário queria que eu interferisse para resolver um problema gerencial.

Veja — Qual foi sua reação?

Mendonça de Barros — Disse a ele que, na condição de ministro das Co-

municações, cujo escopo não inclui remuneração, não fazia sentido algum eu me envolver no debate. No meu cargo, não tinha sequer legitimidade para isso. De mais a mais, tratava-se de um problema privado. E foi aí que ele me contou a história da comissão.

Veja — O senhor pode ser mais específico?

Mendonça de Barros — Não sei com que objetivo o empresário me contou a história, mas ele disse que teria se comprometido com um pagamento de comissão para que o consórcio da Vale, que ele liderou, fosse organizado.

Veja — O pagamento da comissão era para quem?

me recorde de ter mantido esse diálogo”, comentou na sexta-feira passada FHC por meio de um assessor.

Paulo Renato ouviu o depoimento de Steinbruch durante um almoço pedido pelo ministro e ocorrido também em 1998. Paulo Renato queria que a Vale do Rio Doce patrocinasse um programa do governo. Na versão do ministro da Educação, Benjamin Steinbruch contou-lhe que Ricardo Sérgio pediu dinheiro em nome de tucanos. De acordo com Paulo Renato, Steinbruch não especificou quem seriam esses tucanos. “Nem me disse, tampouco eu perguntei”, afirma o ministro. De acordo com Paulo Renato, Steinbruch lhe disse ter checado se Ricardo Sérgio falava mesmo em nome de tucanos. Como foi feita a checagem? Steinbruch, segundo Paulo Renato ouviu do

empresário, fez chegar uma consulta ao presidente Fernando Henrique. “Como resposta, segundo suas palavras, Steinbruch ouviu que o governo não tinha nada a ver com aquilo e que ele não deveria pagar.” Ao ouvir a história, o ministro da Educação informa que não tomou nenhuma atitude de ordem prática, como avisar a Polícia Federal, por exemplo, ou o Ministério Público. E ele explica o fundamento de sua decisão: “Quando Steinbruch me contou o que se passara, referia-se a um assunto resolvido. Ele não pagou nada. Portanto, do ponto de vista da administração pública ou do PSDB, não fui informado da ocorrência de crime”, afirma Paulo Renato.

Paulo Renato e Mendonça de Barros não se recordam do mês em que essa conversa ocorreu. Ricardo Sérgio fi-

cou no governo até novembro daquele ano e não foi afastado do cargo que ocupava no Banco do Brasil num processo isolado. Continuou a despachar normalmente. Acabou demitido naquele mesmo ano, após o vazamento das fitas da privatização das teles.

Mendonça de Barros — Ele me citou o nome do Miguel Ethel e do Ricardo Sérgio.

Veja — *Ele falou em valores?*

Mendonça de Barros — Falou em algo como 15 milhões de reais. Ou dólares, não me lembro. Mas naquele tempo não fazia diferença em função da cotação, que era próxima.

Veja — *Steinbruch pagou a comissão ou teria de pagar?*

Mendonça de Barros — Ele me disse apenas que tinha se comprometido com isso.

Veja — *E qual foi sua reação?*

Mendonça de Barros — Eu disse assim:

“Ô Steinbruch, eu não quero me envolver nesse assunto. Não é da minha área”.

Veja — *Segundo relato de Steinbruch, Ricardo Sérgio falou com ele em nome pessoal ou de terceiros?*

Mendonça de Barros — Esses detalhes eu não sei.

Veja — *O que o senhor fez com essa informação?*

Mendonça de Barros — Informei quem deveria informar: o presidente Fernando Henrique. Durante um encontro para tra-

tar de outros assuntos, falei que fui procurado pelo Benjamin.

Veja — *O que disse o presidente ao ser informado do pedido de comissão?*

Mendonça de Barros — O presidente falou: “Eu não sei nada disso e acho que você fez muito bem em não se envolver nesse assunto”.

Veja — *O senhor tratou desse assunto com o Ricardo Sérgio?*

Mendonça de Barros — Não.

Veja — *Ricardo Sérgio teve um papel importante na privatização da Vale?*

Mendonça de Barros — Ele foi um dos articuladores do consórcio do Benjamin.

Saiu no mesmo pacote de afastamentos que levou Mendonça de Barros e o presidente do BNDES, André Lara Resende. Na semana passada, VEJA procurou o ex-diretor Ricardo Sérgio e o entrevistou sobre a acusação de que teria pedido propina na privatização da Vale. Eis um trecho da conversa:

Veja — *A revista VEJA publicará em sua próxima edição a informação de que o empresário Benjamin Steinbruch esteve com algumas pessoas, entre as quais dois ministros de Estado, e contou que o senhor lhe teria pedido dinheiro durante o processo de privatização da Vale do Rio Doce. Isso aconteceu?*

Ricardo Sérgio — É mentira grosseira e leviana. Se ele (Benjamin Steinbruch) lhe falar isso, sai preso da reunião. Vou junto com a polícia e o prendo. Não acredito que ele tenha falado isso.

Veja — *Não estou dizendo ao senhor que ele falou isso para mim, mas para outras pessoas.*

Ricardo Sérgio — É mentira.

Veja — *O que o senhor está desmentindo: que ele tenha dito isso a quem quer que seja ou que o senhor tenha pedido dinheiro a ele?*

Ricardo Sérgio — Que eu tenha pedido dinheiro a ele. Isso é mentira. Se ele falou isso para alguém, cometeu um ato irresponsável.

Veja — *O senhor nunca tratou desse assunto com ele, nem durante nem após o processo de privatização da Vale do Rio Doce?*

Ricardo Sérgio — Não tratei, não pedi dinheiro. A resposta é não.

VEJA também procurou o empresário Benjamin Steinbruch para entrevistá-lo sobre a história da comissão. De-

pois de ser apresentado ao conteúdo da reportagem, o empresário declarou o seguinte: “Não houve nenhum pagamento que não observasse as regras da lei e do edital. Eu não admitiria nenhuma coisa diferente. Não ando por caminhos tortos”. Perguntado em seguida não sobre o pagamento, mas sobre a existência de um pedido de propina, Steinbruch respondeu diferente: “Não vou fazer comentários a respeito desse assunto”.

A privatização da Vale do Rio Doce tinha uma importância econômica inegável, mas representava também um marco político. Afinal, o governo estava colocando à venda não uma estatal qualquer, mas a Vale, considerada, ao lado da Petrobras, um símbolo de empresa

estatal eficiente. O Palácio do Planalto queria que o leilão fosse igualmente simbólico, modelar. E surgiu uma preocupação quando ficou claro que apenas um consórcio, liderado pelo empresário Antônio Ermírio de Moraes, da Votorantim, um dos maiores grupos empresariais do Brasil, se formara para comprar a companhia. Sem concorrência, o preço da Vale poderia não alcançar o mesmo patamar que decorreria de uma disputa acirrada entre adversários no leilão. Tomou-se, então, no governo, a decisão de organizar um segundo consórcio, ou seja, resolveu-se fabricar concorrência, criar uma disputa para elevar ao máximo o valor da venda da Vale.

Até o início de 1997, ano do leilão.

ELE FALAVA EM NOME DE TUCANOS

Na segunda-feira da semana passada, o ministro da Educação, Paulo Renato Souza, recebeu VEJA em seu apartamento, em São Paulo. O ministro foi apresentado à história central desta reportagem — a de que o empresário Benjamin Steinbruch teria procurado autoridades do governo Fernando Henrique para contar que o então diretor do Banco do Brasil Ricardo Sérgio de Oliveira havia pedido dinheiro a ele durante o processo de privatização da Vale do Rio Doce. Após o relato, e informado de que ele, ministro, teria sido uma dessas autoridades, Paulo Renato concedeu a seguinte entrevista.

Veja — *O que o senhor tem a declarar sobre essa história?*

Paulo Renato — Eu procurei Benjamin Steinbruch para obter da Vale do Rio Doce patrocínio para um programa do ministério. Na oportunidade, almoçamos juntos. No encontro, o empresário me disse ter sido procurado por alguém durante o processo da privatização da Vale do Rio Doce.

Veja — *Quando foi esse seu encontro com Steinbruch?*

Paulo Renato — Em 1998.

Veja — *Steinbruch falou em valores?*

Paulo Renato — Falou. Disse que lhe pediram algo como 15 milhões de reais.

Veja — *O empresário citou o nome de*

reuniam-se em torno de Antônio Ermírio e ele, Benjamin Steinbruch. Em fevereiro daquele ano, ocorreu uma cisão. Steinbruch não gostou de saber que Ermírio estava negociando uma parceria com a sul-africana Anglo American, a maior mineradora do mundo. Com receio de ficar em posição secundária no consórcio, Steinbruch rompeu com Ermírio e se desligou do grupo, levando consigo o Bradesco. Foi aí que entrou em cena o diretor do Banco do Brasil, Ricardo Sérgio, que havia recebido do Palácio do Planalto a instrução de montar um segundo consórcio. O empresário escolhido para liderá-lo foi justamente Benjamin Steinbruch. Batizado de Consórcio Brasil, foi concedido em cinco semanas e concluído um mês antes do leilão.

Steinbruch atraiu uma meia dúzia de bancos e empresas para seu lado, mas foi Ricardo Sérgio quem deu ao grupo o gás necessário para enfrentar a disputa com o grupo liderado por Antônio Ermírio. O segredo dessa força tem nome. Chama-se fundo de pensão das estatais. Graças a Ricardo Sérgio, ficaram com Steinbruch três dos maiores fundos de pensão. O fundo dos empregados do Banco do Brasil (Previ), o fundo de pensão dos funcionários da Caixa Econômica Federal (Funcef) e o fundo de pensão dos empregados da Petrobras (Petros), além de outros menores. Os fundos estatais entraram com 39% do capital da Vale privatizada. Para isso, investiram 834 milhões de reais na compra. A cobrança de propina teria sido feita para remunerar essa tarefa. Foram ne-

quem estaria por trás do pedido de dinheiro?

Paulo Renato — Citou.

Veja — *E quem é?*

Paulo Renato — Ricardo Sérgio.

Veja — *De acordo com o relato do empresário, ficou claro se Ricardo Sérgio falava em nome próprio ou em nome de alguém?*

Paulo Renato — De acordo com o Benjamin, Ricardo Sérgio pediu dinheiro alegando estar agindo em nome de tucanos.

Veja — *O empresário disse ao senhor que tucanos são esses em nome dos quais Ricardo Sérgio havia falado?*

Paulo Renato — Nem me disse, tampouco eu perguntei.

cessários apenas cinco minutos para que o Consórcio Brasil arrematasse o equivalente a 41,73% das ações da Vale. A estatal foi vendida com um ágio de 20% sobre o preço mínimo. Steinbruch foi nomeado presidente do conselho de administração da Vale, cargo que ocupou até maio de 2000, quando foi afastado por decisão dos sócios.

Ricardo Sérgio não caiu de pára-quedas no chamado ninho tucano. Ele foi apresentado a José Serra e a Fernando Henrique Cardoso pelo ex-ministro Clóvis Carvalho. Em 1990, José Serra candidatou-se a deputado federal e não tinha dinheiro para fazer a campanha. Clóvis Carvalho destacou quatro pessoas para ajudá-lo na coleta. Um deles era Ricardo Sérgio. Em 1994, Serra se candidatou ao Senado por São Paulo, e Ricardo Sérgio voltou a ajudá-lo como coletor de fundos de campanha. A última disputa da qual Serra participou foi para a prefeitura de São Paulo, em 1996. Depois, o senador não mais concorreu em nenhuma outra eleição, até a deste ano. Ricardo Sérgio também foi uma das pessoas acionadas para arrecadar contribuições para a campanha presidencial de Fernando Henrique Cardoso, em 1994. O mesmo aconteceu na reeleição de FHC, em 1998. Na função de coletor de contribuições eleitorais, Ricardo Sérgio era muito bem-sucedido.

Veja — *O senhor saberia dizer por que Benjamin lhe contou essa história?*

Paulo Renato — Não sei. Segundo sua conversa, entendi que a comissão seria dividida entre algumas pessoas, mas a parte do Ricardo Sérgio não havia sido paga. De acordo com seu relato, ao ouvir que Ricardo Sérgio falava em nome de tucanos ele foi checar.

Veja — *Checar com quem?*

Paulo Renato — Com o presidente da República. Por meio de um emissário, me disse ter feito contato com Fernando Henrique. Como resposta, ainda segundo suas palavras, escutou que o governo não tinha nada a ver com aquilo e que ele não deveria pagar.

Tome-se a campanha de José Serra para o Senado, em 1994. Coube a Ricardo Sérgio conseguir uma doação milionária do empresário Carlos Jereissati, do grupo La Fonte e um dos donos da Telemar. Jereissati é amigo de Ricardo Sérgio desde os anos 70. A pedido de Ricardo Sérgio, Jereissati lhe entregou o equivalente a 2 milhões de reais. "Foram quatro ou cinco prestações, não me lembro exatamente", afirmou Jereissati a VEJA. Na lista oficial de doadores do Tribunal Regional Eleitoral de São Paulo não há registro de doação desse valor feita por Jereissati a Serra em 1994. Constam três doações de empresas do grupo La Fonte: uma no dia 11 de julho, de 15 000 reais, outra em 9 de agosto, de 30 000 reais, e uma terceira em 27 de setembro, de 50 000 reais. Ou seja, os 2 milhões saíram do cofre de Jereissati e não chegaram ao registro oficial das arrecadações de Serra. Outro exemplo da eficiência arrecadatária de Ricardo Sérgio. Em 1998, ele teve uma conversa com os sócios do consórcio Telemar e obteve a segunda maior doação da campanha da reeleição de FHC. De acordo com os dados do Tribunal Superior Eleitoral, o Itaú foi o maior doador daquele ano, com 2,6 milhões de reais. Dois sócios da Telemar, o grupo Inepar e o La Fonte, deram juntos 2,5 milhões.

Como é natural na formação das equipes de governo, pessoas que trabalham nas campanhas acabam sendo convidadas a ocupar postos na administração pública. A qualidade do cargo está relacionada à importância do correligionário, mas leva em conta a formação profissional e o passado do candidato ao emprego. Ricardo Sérgio, de 56 anos, é economista, com pós-graduação na Fundação Getúlio Vargas. Atuou no mercado financeiro e tem experiência internacional. Morou dois anos em Nova York, trabalhando pelo Citibank. O convite para o cargo em Brasília veio de Clóvis Carvalho. José Serra endossou a escolha. Foi indicada para Ricardo Sérgio a diretoria da área internacional e comercial do Banco do Brasil. Ele começou a trabalhar em 1995 e era o único diretor não escolhido pelo presidente do banco, Paulo César Ximenes. No dia-a-dia, o diretor mantinha uma atuação de espectro amplo. No Palácio do Planalto, costumava resolver problemas com o

ex-secretário-geral da Presidência da República Eduardo Jorge Caldas Pereira, com quem falava sobre política. Na Previ, não apenas orientava decisões como também nomeou um dos pilares da instituição, o responsável pela direção de investimentos. O escolhido

foi João Bosco Madeiro da Costa, com quem havia trabalhado na iniciativa privada. A intimidade dos dois era tão grande que costumavam tratar-se por "boneca" ao telefone.

No mercado financeiro é comum dizer que alguns dos maiores negócios do país passam pela mesa da direção de um grande banco, mas todos os grandes negócios são levados à Previ. Com um patrimônio de cerca de 35 bilhões de reais para investir, o fundo sempre tem dinheiro disponível para um bom negócio. E a dupla Ricardo Sérgio—Bosco ficou conhecida por não perder oportunidades de fazer negócio com empresas, como foi o caso da Construtora Norberto Odebrecht, que recorreu à Previ para arrumar o dinheiro necessário à finalização da Costa do Sauípe, um complexo hoteleiro localizado no litoral norte da Bahia. A

Previ colocou ali mais de 250 milhões de reais. Eles também faziam investimentos mais ambiciosos, criando a empresa para depois emprestar o dinheiro. Foi o que aconteceu na privatização da Vale, quando Ricardo Sérgio decidiu que a Previ seria parceira de Steinbruch. Os principais fundos estatais fizeram o mesmo. Foi isso, e só isso — como se fosse pouco deslocar uma massa de dinheiro dos fundos para fortalecer este ou aquele consórcio —, que decidiu o leilão. Repita-se: os fundos investiram 834 milhões de reais na compra da Vale do Rio Doce.

Aconteceu o mesmo no leilão da Tele Norte Leste, adquirida em 1998 pelo consórcio Telemar. Naquele caso, Ricardo Sérgio e Bosco começaram as negociações e fecharam um primeiro acordo para integrar o consórcio formado pelo Banco Opportunity e pela operadora italiana Stet. Depois, iniciaram a transação para que a Previ desse suporte a outro consórcio, o que acabou vencendo a disputa. É interessante

notar os pontos de semelhança entre as duas operações. Os dois consórcios foram criados por desejo do governo. Ambos foram formados à última hora — e a base financeira dos grupos é o dinheiro dos fundos das estatais. Mais um ponto em comum nos dois casos é que os personagens envolvidos nas transações atuaram em harmonia numa primeira fase. Steinbruch e Ricardo Sérgio se davam muito bem e trocavam elogios profissionais. Só quando a Vale já era sua Steinbruch começou a se sentir desconfortável com Ricardo Sérgio. No caso da Telemar, todos também se entendiam às mil maravilhas. Carlos Jereissati, integrante do consórcio vencedor, foi convidado a participar do negócio num jantar em que estavam Ricardo Sérgio e o ex-ministro Mendonça de Barros. Tudo desandou após a vitória no leilão.

As fitas divulgadas em 1998 caíram como uma bomba. As gravações registram as conversas mantidas em torno da formação dos consórcios que disputaram a compra da Telemar. O grampo estava colocado no Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), no Rio de Janeiro. Fica claro que o governo se dividiu. Um grupo liderado por Ricardo Sérgio passou a trabalhar em favor do consórcio Telemar. Outro grupo, integrado pelo presidente do BNDES, André Lara Resende, e por Mendonça de Barros, trabalhou para evitar que a Telemar vinguisse e que levasse a melhor o consórcio organizado em torno do Opportunity e dos italianos. Em uma das conversas grampeadas, Ricardo Sérgio disse a Luiz Carlos Mendonça de Barros a frase mais sugestiva de irregularidade no processo de privatização. “Estamos no limite da irresponsabilidade”, afirmou

o diretor do banco, ao relatar que acabara de conceder uma carta de fiança altíssima a um dos consórcios.

Quando Ricardo Sérgio foi afastado do governo, em 1998, Bosco também acabou sendo afastado. Tempos depois, descobriu-se que o diretor Bosco trabalhava com empenho não apenas para fazer negócios mas também na administração do próprio patrimônio. Até entrar no governo, em 1996, era sócio de duas padarias e uma pizzaria. Possuía em Brasília uma casa de 700 000 reais e um apartamento. Oficialmente, esses são os imóveis pertencentes ao ex-diretor da Previ. Mas, no Rio de Janeiro, Bosco foi flagrado morando numa casa de 700 000 reais localizada na Barra da Tijuca, que não estava em seu nome. O imóvel pertence a uma empresa chamada Hill Trading Investments, cujo endereço é uma caixa postal num paraíso fiscal. A primeira versão apresentada por Bosco ao ser procurado por VEJA, dois anos atrás, foi dizer que o imóvel era de um amigo, a quem pagava aluguel. Mudou a versão em seguida: afirmou que a casa pertencia a um empresário. Mais tarde prometeu “regularizar tudo em dez dias”. “Compro a casa e passo para meu nome”, garantiu na ocasião. Algo semelhante aconteceu com o patrimônio de assessores de Bosco e com o de Ricardo Sérgio (veja reportagem a seguir). De acordo com os dados da Receita Federal, nos quatro anos em que esteve no governo, Ricardo Sérgio conseguiu um aumento patrimonial maior que nas três décadas em que trabalhou no mercado financeiro, conforme aquilo que ele declarou ao Fisco. Sua passagem pelo governo foi de fato uma experiência bem-sucedida. ■

Foi uma tempora

Em três décadas de mercado financeiro, Ricardo Sérgio nunca ganhou tanto dinheiro quanto na época em que passou pelo governo

Policarpo Junior

O economista Ricardo Sérgio de Oliveira, 56 anos, é a negação viva do que se supunha ser uma certeza — a de que grandes empresários ou disputados executivos não gostam de trabalhar no governo porque, com os salários raquíticos pagos pelo serviço público, eles acabam perdendo dinheiro. Com Ricardo Sérgio de Oliveira, que ocupou a posição de diretor da área internacional do Banco do Brasil entre 1995 e 1998, aconteceu algo diferente. Antes de ingressar no governo, o economista trabalhou por dezessete anos no Crefisul, então sócio do Citibank, e, no auge de uma carreira bem-sucedida, chegou a ser vice-presidente de investimentos do Citi, em Nova York, função que ocupou durante dois anos. VEJA teve acesso às declarações de renda de Ricardo Sérgio e também às de suas duas companhias — a RMC, corretora de valores, e a Planefin, empresa de consultoria. Cruzando-se os dados, constata-se que, ao aceitar atuar no governo, Ricardo Sérgio fez um grande negócio.

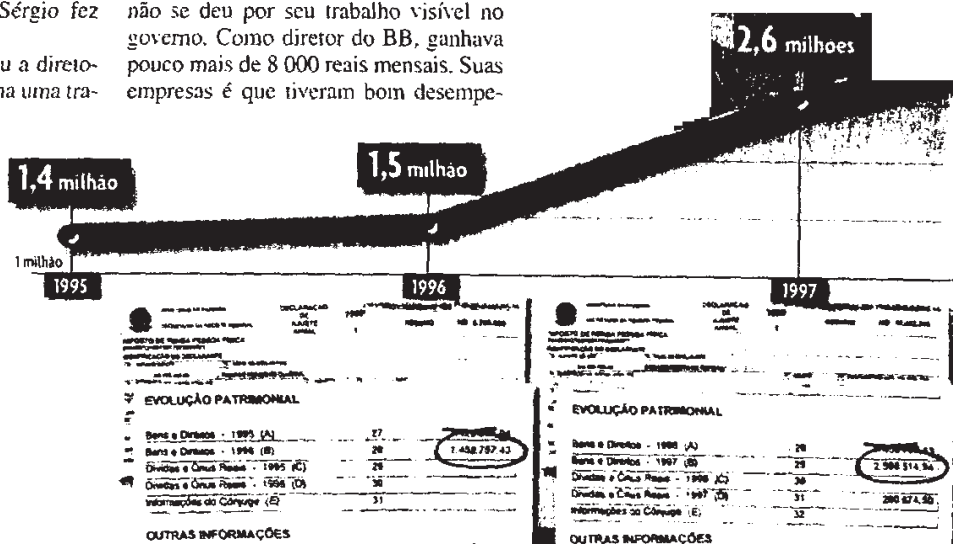
Em 1995, quando assumiu a diretoria do BB, Ricardo Sérgio tinha uma tra-

jetória de sucesso no mercado financeiro e seu patrimônio pessoal declarado era de 1,4 milhão de reais. Naquela época, o economista vivia num apartamento confortável em São Paulo e já era dono da Planefin e sócio da RMC. Ao virar funcionário público, ele se afastou dos negócios pessoais e entregou a administração de suas empresas à esposa, Elizabeth, e aos dois sócios, Henrique Molinari e José Stefanos Gringo. Em novembro de 1998, quando deixou o cargo de diretor do Banco do Brasil, enredado no escândalo da privatização das teles, Ricardo Sérgio estava mais rico. Seu patrimônio pessoal, conforme informam suas declarações de renda, pulou de 1,4 milhão de reais para 3,3 milhões de reais. Ou seja: seus bens somavam mais que o dobro de tudo aquilo que havia conseguido acumular em três décadas atuando no mercado financeiro. Nos anos seguintes, em 1999 e 2000, seu patrimônio seguiria ascendendo, até bater na casa dos 4 milhões de reais — mas isso é outra história.

O enriquecimento de Ricardo Sérgio não se deu por seu trabalho visível no governo. Como diretor do BB, ganhava pouco mais de 8 000 reais mensais. Suas empresas é que tiveram bom desempe-

O salto de 200%

O patrimônio pessoal declarado de Ricardo Sérgio quase triplicou em cinco anos (em reais)



da de ouro

no. A RMC, por exemplo, percorria uma trajetória discreta no mercado de ações — mas de 1997 em diante começou a dar pulos impressionantes. Nesse ano, seu faturamento foi de 4,2 milhões de reais, passou para 12,2 milhões em 1998 e atingiu 21,9 milhões em 1999.

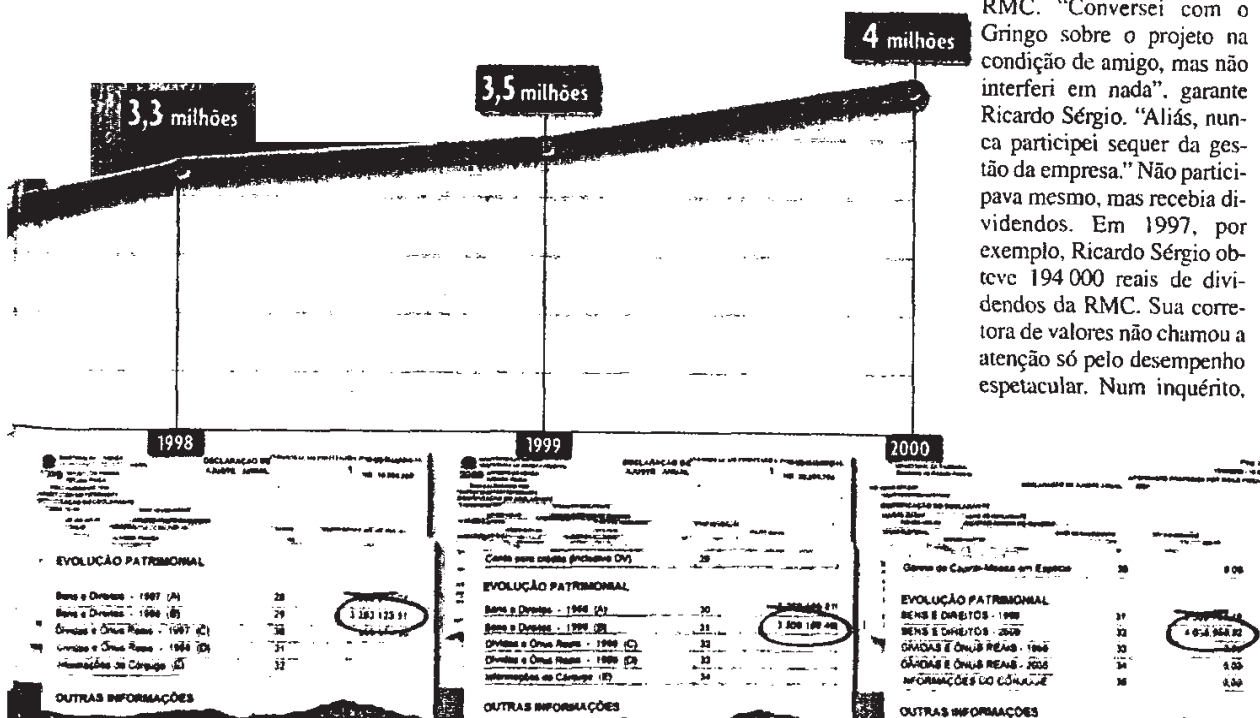
No auge, a RMC chegou a ser a sexta maior corretora do país em número de contratos negociados no ranking da Bolsa de Mercadorias & Futuros (BM&F). A Planefin também entrou em fase áurea.

Em 1996, a consultoria tinha faturamento anual de apenas 60 000 reais, o que mal dava para pagar o salário dos funcionários. Dois anos depois, a Planefin, então sob a administração da esposa de Ricardo Sérgio, se transformara numa empresa potente e vigorosa, já faturava seu primeiro milhão de reais — e começava a render e distribuir lucros a seu dono.

As declarações de renda do economista mostram que o crescimento de seu patrimônio se deveu ao recebimento de lucros e dividendos da RMC e da Planefin. O que chama a atenção é a intensidade com que os negócios de suas companhias passaram a se cruzar com os negócios públicos — especialmente com o dinheiro movimentado pelos fundos de pensão, área em que a influência de Ricardo Sérgio era notória. A RMC, por exemplo, além de explodir nas bolsas, aventurou-se no mercado imobiliário e teve muito sucesso. Em 1998, a empresa associou-se a uma construtora, a Ricci, e lançou o projeto de erguer um complexo de edifícios em São Paulo. E logo encontrou comprador: a Previ, fundo de pensão dos funcionários do Banco do Brasil, que adquiriu as duas primeiras torres, ainda na planta, por 62 milhões de reais. A Previ também se interessou em comprar até os terrenos onde os prédios seriam construídos. Pagou mais 10,8 milhões.

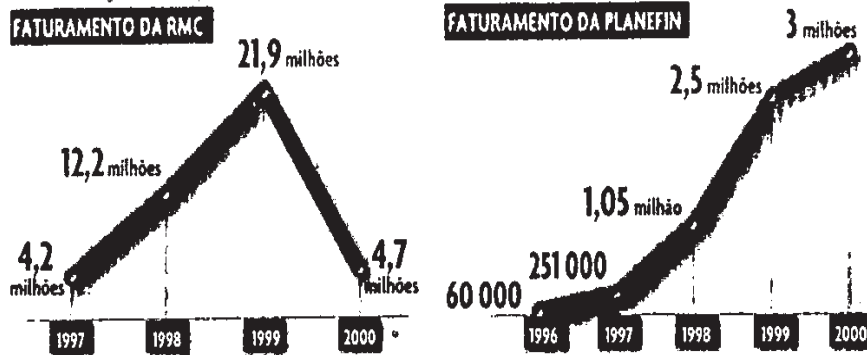
Ricardo Sérgio desempenhou papel especial na operação. Como homem de governo, ele tinha força sobre os fundos de pensão, entre eles a Previ, a primeiríssima a manifestar interesse no negócio. Como empresário, era dono de um terço da RMC. E qual era sua ligação com a construtora Ricci? O dono da construtora, José Stefanos Gringo, era, ao mesmo tempo, sócio de Ricardo Sérgio na

RMC. “Conversei com o Gringo sobre o projeto na condição de amigo, mas não interferei em nada”, garante Ricardo Sérgio. “Aliás, nunca participei sequer da gestão da empresa.” Não participava mesmo, mas recebia dividendos. Em 1997, por exemplo, Ricardo Sérgio obteve 194 000 reais de dividendos da RMC. Sua corretora de valores não chamou a atenção só pelo desempenho espetacular. Num inquérito,



O faturamento das empresas de Ricardo Sérgio

Observe que a receita de seus negócios cresceu significativamente depois que ele foi para o governo, em 1995 (em reais)



a Comissão de Valores Mobiliários (CVM) responsabilizou a RMC por operações fraudulentas no mercado. E as principais vítimas das fraudes foram os fundos de pensão. “Não conheço esse inquérito, até porque, como já disse, nunca participei da gestão da empresa”, afirma Ricardo Sérgio.

Fundos de pensão e conexões exóticas são uma constante nos negócios de Ricardo Sérgio. Outro exemplo. Em 1999, quando seu faturamento não parava de crescer, a Planefin comprou metade de dois prédios por 11 milhões de reais, um no Rio de Janeiro e outro em Belo Horizonte. O vendedor foi um fundo de pensão, a Petros, que pertence aos funcionários da Petrobras. As outras duas metades dos prédios foram compradas pela Consultatum, empresa que pertence a um amigo de Ricardo Sérgio, o engenheiro Ronaldo de Souza. O mais curioso é que, feito o negócio, os dois trocaram procurações. Ricardo Sérgio brindou o engenheiro com uma procuração para administrar sua parte dos prédios. E o engenheiro retri-

buiu, dando a Ricardo Sérgio uma procuração para o mesmo fim. Por quê? Apenas um pacto entre dois amigos, diz Ricardo Sérgio. “Se eu morrer, ele toma conta. Se ele morrer, eu tomo conta.” A mesma lógica fez com que Ricardo Sérgio recebesse procuração para administrar outra companhia de Ronaldo de Souza — que está instalada num paraíso fiscal, as Ilhas Virgens Britânicas.

Em sua ascendente trajetória, a Planefin conseguiu excelentes negócios, que nem estavam dentro de sua especialidade. Chegou a trabalhar para a Operate, uma subsidiária do grupo La Fonte, o mesmo que integra a Telemar, aquele célebre consórcio montado por Ricardo Sérgio que arrematou uma coibida parcela das teles. Além dessa ligação, vale lembrar que o grupo La Fonte pertence ao empresário Carlos Jereissati, amigo de Ricardo Sérgio. A Operate contratou a Planefin para um serviço de consultoria. Por esse serviço, Ricardo Sérgio recebeu, já descontado

o imposto de renda, 1,8 milhão de reais. VEJA conversou com Ricardo Sérgio para entender a natureza do serviço. Deu-se o seguinte diálogo:

Veja — Que tipo de serviço a Planefin prestou?

Ricardo Sérgio — Vou perguntar ao Carlinhos (refere-se a Carlos Jereissati). Se ele me autorizar a dizer, não tem problema.

Veja — Que tipo de serviço a Planefin costuma prestar?

Ricardo Sérgio — Consultoria financeira.

Veja — O contrato com a Operate é para esse fim?

Ricardo Sérgio — Era para viabilidade de internet.

Veja — Internet?

Ricardo Sérgio — É, esse negócio de web.

E assim, prestando uma consultoria sobre esse negócio de web, Ricardo Sérgio de Oliveira ganhou mais 1,8 milhão de reais. ■

Durante o discurso do Sr. Pedro Simon, o Sr. Mão Santa, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Garibaldi Alves Filho, Presidente.

Durante o discurso do Sr. Pedro Simon, o Sr. Garibaldi Alves Filho, Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Paulo Paim.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Passo a palavra, de imediato, ao nobre Senador Heráclito Fortes.

Este seria este o momento de eu falar, mas como fiz uma permuta com o Senador Paulo Duque, usarei da palavra após V. Ex^a, Senador Heráclito Fortes.

O SR. HERÁCLITO FORTES (DEM – PI. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, é o momento de o Governo fazer uma reflexão sobre os últimos fatos. Todos são testemunhas, e o Senador Pedro Simon o é ainda mais, porque, quando estourou esse caso dossiê, eu disse a ele alto e bom som – e depois eu disse a mesma coisa da tribuna do Senado – que se tratava de uma ação de fogo amigo e que o Governo tinha, imediatamente, de procurar o lança-chamas da discórdia palaciana. Mostrei evidências de vazamentos anteriores, inaugurados com aquele caso emblemático do cachorrinho da Primeira-Dama do País, que saiu do Palácio da Alvorada numa Kombi e, ao chegar à Granja do Torto, já havia um aparato de imprensa para registrar o fato. Esqueceram todos que aquele cachorrinho se perderia nas dimensões daquele carro e que, se a imprensa não tivesse sido previamente avisada, jamais o fato teria sido noticiado.

Depois tivemos a simbologia da estrela nos jardins do fundo do Palácio, que aparece fotografada de um ângulo onde só era possível fazê-lo quem tivesse acesso às dependências privadas da Presidência da República e, portanto, ao primeiro andar do Palácio.

Vazamento em governos, Senador Arthur Virgílio, a História está aí para contar. São vários. Getúlio foi traído, Jânio foi traído, Jango foi traído. Só que as traições antigamente, ou até então, eram motivadas por questões ideológicas ou por desejo de se chegar ao poder. Ninguém se beneficiou mais, Senador Arthur Virgílio, de vazamento de informações do que quem está atualmente no poder, ou seja, o Partido dos Trabalhadores. O PT vivia à cata de militantes ocultos nas administrações federais, estaduais e municipais que lhe dessem munições para massacrar impiedosamente os seus adversários. Construí vários dossiês que destruíram reputações. Depois, ficou provado e comprovado

que tudo não passava de um jogo político leviano. Só que agora os fatos são diferentes.

Além de toda a conotação de ideologia e de vontade de chegar ao poder, tem-se, por detrás de tudo isso, Senador Arthur Virgílio, uma disputa que envolve interesses financeiros inconfessáveis. Não há um escândalo neste Governo que não tenha a respaldá-lo ONGs, fundos de pensão ou estatais. Vejam os fatos e eles irão comprovar o que digo. Nesse fato mesmo envolvendo BNDES e Deputados Federais, já começa a sair debaixo do tapete a liberação de recursos para as organizações não-governamentais. Se nós examinarmos as CPIs, com as quais convivemos nesses últimos seis, sete anos no Congresso Nacional, em todas elas vamos ver a mobilização de ONGs, de fundos de pensão e de estatais. Daí por que essa disputa de fogo amigo a cada dia se torna mais perigosa, pelo simples fato de não estar motivada apenas por questões ideológicas e desejo de ascensão ao poder.

Senador Mário Couto, eu não tenho nenhuma dúvida de que o ritmo de vazamento... O Senador Romero Jucá, com sua autoridade de Líder do Governo, fez, anteontem, o lançamento oficial da Dr^a Dilma Rousseff como candidata a Presidente da República, com apoio, naturalmente, do seu Partido, o PMDB. Foi um lançamento, Senador Pedro Simon, que terá repercussão, porque não foi qualquer um, foi o Líder do Governo e que pertence ao Partido do Movimento Democrático Brasileiro. Ora, Romero, pela condição de Líder, freqüente o Palácio e, evidentemente, sabe, com a sua perspicácia política, captar os rumores e os desejos de quem ocupa, no momento, o poder.

O Governo, ontem, Senador Mário Couto, a quem parabenejo pela nova missão, que será árdua mas honrosa, de liderar a Minoria nesta Casa – minoria que, paradoxalmente, é maioria –, tentou massacrar a Oposição, baseado nos fatos versados pela imprensa sobre a participação da Ministra Dilma Rousseff no depoimento no Senado da República.

Achei exagerada a tentativa de endeusá-la, porque poderiam ter ficado apenas com a consciência e com a garantia de que ela aqui, na Casa, cumpriu o seu papel de gestora pública, mas o ufanismo, o sapato alto que tomou conta de alguns vai fazer mal ao Governo, porque foi uma ressaca de apenas 24 horas.

O que se vê é que, se praticamente foi positiva a presença da Sr^a Ministra, em termos concretos e objetivos, Senador Arthur Virgílio, foi um fracasso: a Ministra mentiu com relação ao dossiê e omitiu fatos que motivaram a sua convocação, mostrou que o PAC é quase sempre uma peça de ficção, em que se confundem recursos orçamentários tradicionais com o tão

sonhado, cantado e aludido projeto de desenvolvimento do País, o PAC.

Um fato passou despercebido dada a euforia da Base do Governo. Ninguém percebeu um detalhe muito simples: em determinado momento, a nossa Colega, Líder do PT nesta Casa, no desejo não só de servir, mas de mostrar serviço à Ministra, perguntou-lhe quanto havia de recursos públicos e de recursos privados no PAC. Ou o PAC é uma confusão que nem os governistas entendem, ou a Líder não está preparada para defender o Governo e o PAC, como tenta fazer tanto aqui, porque o que havia de mais simples – e as planilhas mostravam – é saber o que é de privado e o que de público nesse processo.

Senador Paulo Paim, ninguém se preocupou em abrir as planilhas. E eu tive a honra de receber – o que considero uma deferência –, das mãos da Ministra, uma planilha sobre os recursos para o meu Estado.

Ninguém se preocupou em ver o percentual daquela listagem de obras, o que estava realmente feito ou em andamento. No Piauí, para decepção minha, a grande maioria ainda é formada por peças de ficção: projetos, concorrência por fazer, estudo de obras, pedra e cal, quase nada.

Pois bem, o Governo chegou ao limite de, ontem, o Presidente da República, de maneira aberta e publicamente, dizer que tinha orgulho do depoimento da Ministra no Senado. O Presidente está numa fase que tudo pode dizer e nada acontece. Mas deveria ter-se acutelado pelo cargo e pela pompa da sua posição de mandatário da República, até porque, se há um dia que não se pode dizer que é um dia excepcional e extraordinário, é aquele em que um Ministro de Estado vem a esta Casa prestar depoimento, até porque, numa democracia, tem de se tornar rotina. E se não foi, deve-se ao fato de a Ministra, já que estava consciente de toda a verdade que afirmou, ter demorado sessenta dias para vir a esta Casa.

Acredito que, se S. Ex^a tem ouvido menos a sua tropa de choque, os aloprados ou candidatos à "alopragem", e tem-se pautado pelo sentimento inclusive, de dever a cumprir e tivesse vindo a esta Casa no tempo exato, talvez tudo isso – quem sabe – pudesse ter sido uma página virada. E não seria. Por quê? Porque os fatos são mais graves do que se tenta passar à opinião pública.

Negar a existência do dossiê é querer abraçar-se com a mentira, porque o próprio Palácio, por diversas vezes, concorda e afirma a sua existência, evidentemente não com o nome de dossiê.

Pode-se dar o nome que quiser, mas a verdade é que as reuniões existiram, inclusive com a participa-

ção do Secretário de Controle Interno, que hoje está sendo acusado.

O Governo tenta ser ágil na defesa dos seus erros. Em vez de reconhecê-los e corrigi-los, parte para aquela tese de que "já que estamos no banco dos réus, queremos companhia". O que é um erro. Um governo que se especializou, no passado, em combater, de maneira intransigente, corrupção e corruptos, gerando vítimas, hoje, se consola apenas na defesa dos que enlameiam o seu Governo.

O Presidente Lula mesmo já absolveu, já perdoou e já enalteceu vários envolvidos em escândalos nos seus dois governos. Daí por que esses fatos começam a virar rotina no País sem que haja uma mobilização de indignação da opinião pública, como se o brasileiro já tivesse perdido o sentimento do asco e do nojo sobre a malversação dos recursos públicos.

O Sr. João Pedro (Bloco/PT – AM) – Senador Heráclito.

O SR. HERÁCLITO FORTES (DEM – PI) – Concedo um aparte ao Senador João Pedro, com o maior prazer.

O Sr. João Pedro (Bloco/PT – AM) – Senador Heráclito Fortes, V. Ex^a é uma liderança importante da Oposição e faz algumas observações acerca do debate realizado com a Ministra Dilma e eu gostaria só de complementar para ficar mais clara, por exemplo, a observação do Presidente Lula quanto ao desempenho da Ministra Dilma. Afinal de contas, o Presidente Lula elogiou sua Ministra, mas foi mais além, e aí eu pedi o aparte para dizer que o Presidente Lula elogiou o Senado da República, o debate. Então, público foi o elogio ao desempenho da Ministra, mas pública também, e no mesmo contexto, foi a postura da Oposição. E o Presidente disse mais: se os próximos debates forem nessa linha, que se façam debates outros. ou seja, o Presidente elogiou a Oposição, elogiou o debate, elogiou a discussão, as dez horas... Não sei se V. Ex^a ficou as dez horas, mas foram dez horas de debate. E o debate foi esclarecedor. Não tem sapato alto, não tem nada disso. Não foi a base do Governo, foi a opinião pública, foram os articulistas, eles tiveram uma opinião sobre o debate. E V. Ex^a é um homem de oposição, tem de conviver com a opinião do debate. O debate começou com duas questões levantadas: a primeira, pelo Líder Arthur Virgílio, quando – penso que hoje não tem art. 14, Senador Arthur Virgílio – levantou e, de pronto, a Ministra atendeu e se dispôs a discutir a questão do dossiê. E mudou o rumo do debate quando foi feita uma analogia muito infeliz de atribuir aquele debate ali, olho no olho, a um posicionamento da Ministra lá em 2003 em relação à tortura e à mentira. Então, foi uma analogia muito infeliz. Foi

muito infeliz essa analogia pelo significado do debate, pelo conteúdo da discussão. Mas ganhou o Senado, ganhou a República, foi esclarecedor, Senador Heráclito Fortes. Foi esclarecedor. Não tem dossiê. Tem banco de dados, sim. Agora, nós precisamos discutir um fato novo. Tem um computador, tem um servidor da Casa Civil e tem um computador e tem o gabinete de um Senador. Precisamos ver isso. Por que chegou aqui no Senado? O Seu André, que é consultor aqui do Senado, da Secretaria da Mesa Diretora... Nós temos de ver isso. E por que saíram do gabinete, de dentro do Senado, para a imprensa, dados da Presidência da República. Eu penso que esse é um fato novo. Nós precisamos é esclarecer isso.

O SR. HERÁCLITO FORTES (DEM – PI) – Quais foram os dados?

O Sr. João Pedro (Bloco/PT – AM) – Os dados que imprensa divulgou.

O SR. HERÁCLITO FORTES (DEM – PI) – Do dossiê?

O Sr. João Pedro (Bloco/PT – AM) – Roubado. Foram informações... Isso a Ministra Dilma confirmou.

O SR. HERÁCLITO FORTES (DEM – PI) – Mais um dossiê?

O Sr. João Pedro (Bloco/PT – AM) – Imprecisões, uma coisa para desqualificar a República, desqualificar a Presidência, tentar desqualificar o ex-Presidente Fernando Henrique Cardoso. Isso foi esclarecedor. A Ministra Dilma esclareceu isso. Então, nessa postura nós não podemos passar a mão, não. E eu espero que V. Ex^a não faça isso.

O SR. HERÁCLITO FORTES (DEM – PI) – Tem toda a razão.

O Sr. João Pedro (Bloco/PT – AM) – Nós temos os dois computadores e os dois técnicos. Acho que é importante ouvi-los, para esclarecer de vez. Mas a Ministra Dilma, Senador Heráclito Fortes, foi muito esclarecedora nos procedimentos republicanos adotados na Casa Civil em relação aos gastos da Presidência da República. Eu não tenho dúvidas disso.

O Sr. Mário Couto (PSDB – PA) – Permita-me um aparte, Senador?

O SR. HERÁCLITO FORTES (DEM – PI) – Eu quero apenas partir da seguinte premissa: se não há dossiê, o que vazou? O que veio da Casa Civil para esse computador que V. Ex^a fala: peça de ficção ou fatos concretos? Acusava o ex-Presidente da República ou não? Com que objetivo ou intenção? Se nós abrirmos os jornais, nós vamos ver que a própria Ministra Dilma, em declarações a entidade em que esteve reunida em uma mesa-redonda disse que o Governo não vai apanhar sozinho; vai se preparar para enfrentar a Oposição nessa CPI. Daí por que, meu caro Senador

João Pedro, a questão está clara. Não há nenhuma ilegitimidade de um assessor do Senado, que serve a um Senador da República, receber informações sobre irregularidades no Governo. Eu pergunto a V. Ex^a: é culpado o ex-Ministro José Dirceu por isso? Vamos ser claros. Esse servidor estava a serviço do Ministro José Dirceu?

V. Ex^a há de convir que o que envolve isso, esses episódios, não são as questões passadas, mas as questões futuras. Será que o Ministro José Dirceu tem poder, dois ou três anos depois, para influir e para monitorar esse servidor?

O Sr. João Pedro (Bloco/PT – AM) – O servidor André estava a serviço do ex-Ministro José Dirceu? É isso?

O SR. HERÁCLITO FORTES (DEM – PI) – Não, o funcionário do Palácio.

O Sr. João Pedro (Bloco/PT – AM) – Não, estou falando do servidor do Senado. Estou falando do André. Ele está a serviço de quem?

O SR. HERÁCLITO FORTES (DEM – PI) – Não conheço o funcionário André, mas ele está a serviço do Senador Alvaro Dias, que é oposição e que é Senador do PSDB.

Não tenho procuração para defender o Senador Alvaro Dias, mas o que V. Ex^a faria se recebesse uma denúncia dessa natureza? Divulgaria ou não? Ficaria calado? Agora, acho que, se há erro, ou acerto, ele foi de quem vazou. Depende da ótica de quem analisa esse fato. O que se precisa examinar é se o senhor vazador o fez por indignação ou se o fez a serviço de alguém que pertence, evidentemente, ao seu próprio governo. Esse fato, Senador, é mais grave do que se pode examinar. Partindo-se dessa premissa, chegaremos rapidamente à conclusão de que o Palácio do Planalto transformou-se numa autêntica tábua de pirulito, onde os vazamentos ocorrem e continuarão ocorrendo.

O Sr. João Pedro (Bloco/PT – AM) – Senador Heráclito...

O SR. HERÁCLITO FORTES (DEM – PI) – Pois não.

O Sr. João Pedro (Bloco/PT – AM) – ...não seria prudente aguardarmos as duas investigações? Além disso, a CPI está trabalhando e já há data marcada para os sub-relatores e o relator apresentarem os seus relatórios. Não seria prudente a Polícia Federal concluir a sua investigação, além da própria comissão administrativa, que, no âmbito do Ministério, está apurando? Foram eles que detectaram os dois técnicos, os dois computadores, essa comunicação ilegal e irresponsável que aconteceu. Então, acho que é prudente nós aguardarmos a Polícia Federal. Eu confio muito.

O SR. HERÁCLITO FORTES (DEM – PI) – Este debate é importante e quero apenas fazer uma pergunta a V. Ex^a: qual Polícia Federal? Aquela que o Ministro Tarso Genro disse que não iria apurar nada?

O Sr. João Pedro (Bloco/PT – AM) – Só existe uma. A Polícia Federal é republicana.

O SR. HERÁCLITO FORTES (DEM – PI) – Aquele que o Ministro Tarso Genro afirmou que não apuraria?

O Sr. João Pedro (Bloco/PT – AM) – Não podemos também, neste debate, tentar desqualificar uma polícia que serve à Nação.

O SR. HERÁCLITO FORTES (DEM – PI) – Não, quem desqualificou não fui eu, não; quem desqualificou foi o Ministro Tarso Genro, que extrapolou as suas atribuições e disse que a Polícia Federal não iria apurar. Vamos botar as coisas nos seus devidos lugares. Eu, aqui, apenas estou reproduzindo o que disse o Ministro da Justiça do Brasil, o mesmo Ministro que maltratou e expulsou do Brasil os cubanos e negou, até o último momento, o seu gesto e os seus atos. Não fui eu. Estou apenas trazendo fatos históricos.

Temos de saber, Senador João Pedro, qual foi o objetivo do funcionário, do Partido de V. Ex^a, militante histórico, ao fazer esse vazamento. Não vamos tampar o sol com a peneira. Que motivo moveu esse homem a fazer isso? Aliás,...

O Sr. João Pedro (Bloco/PT – AM) – Os dois. O André...

O SR. HERÁCLITO FORTES (DEM – PI) – Quanto ao André, nós já sabemos. O André serve a um Senador da Oposição e cumpriu o seu papel.

O Sr. João Pedro (Bloco/PT – AM) – Nós temos de ouvir os dois.

O SR. HERÁCLITO FORTES (DEM – PI) – O André não traiu ninguém. O André cumpriu o seu papel.

O Sr. João Pedro (Bloco/PT – AM) – Precisamos saber como isso chegou à revista *Veja*, que foi a revista que...

O SR. HERÁCLITO FORTES (DEM – PI) – É um fato...

O Sr. João Pedro (Bloco/PT – AM) – É preciso saber. A investigação vai chegar a isso.

O SR. HERÁCLITO FORTES (DEM – PI) – Senador, da mesma maneira que o Partido de V. Ex^a, quando era Oposição, enchia não só a *Veja*, mas também a imprensa nacional de notícia contra governos. A história é sempre essa. Não vamos fugir do foco central da questão. Por que o funcionário traiu? Por que ajudou André a cumprir o seu papel? Por que deu o direito ao Senador Alvaro Dias de denunciar ao País o fato? Não vamos condenar a revista *Veja* pelo fato de divulgar um assunto dessa importância, porque, se foi divulgado,

é porque o fato existia. O que nós precisamos saber é o que motivou o funcionário, militante do seu Partido, militante histórico, a fazer denúncia. Decepção? Revolta? Descontentamento porque uma candidata que não é do seu agrado foi lançada à Presidência da República? Qual foi o motivo que gerou esse ato?

Segundo: é um ato isolado? Vem mais coisa aí? V. Ex^a concorda que foi o Ministro José Dirceu, por ele ter servido ao Ministro? Dois, três ou quatro anos depois? O velho Ulysses Guimarães, que me ensinou muito na vida, dizia que para muitos, gratidão é a esperança do favor futuro.

Tem um caso clássico aí. No início do Governo Lula, quando eram disputados os fundos de pensão, ficou estabelecido que essa seria uma área intocável do então poderoso Gushiken. José Dirceu, na época, o homem forte do Governo, conseguiu ficar com um deles, situado no Rio de Janeiro. Dois meses depois, o seu indicado já estava a serviço do Gushiken, que era o homem forte do setor.

Ora, se as traições acontecem quando você tem a caneta na mão, imagine quando você deixa o poder. Fique certo, meu caro amigo, que o vazador está servindo a quem está no âmago do poder, a quem tem aspirações futuras. Não jogue esse lixo atômico no passado. O Dr. José Dirceu é um homem hoje envolvido em causas financeiras, em questões nobres.

Hoje mesmo, a notícia do jornal é de que ele assinou um milionário contrato com a Coca-Cola. Quero ver se, na sua próxima chegada à ilha, não vai, naturalmente, levar uma caixinha desse saboroso líquido para o velho companheiro Fidel.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Senador Heráclito...

O SR. HERÁCLITO FORTES (DEM – PI) – Em seguida, Senador Mão Santa.

A questão é outra. É preciso saber a serviço de quem o funcionário vazou a informação, e o Governo, se tiver juízo, vai examinar quantos vazadores estão em volta, porque esse é um processo que está apenas no começo. Pau que dá em Chico dá em Francisco. Todo aquele procedimento usado no passado, quando éramos governo e os senhores oposição, está acontecendo hoje no sentido inverso. Mas naquele tempo os vazamentos, repito, eram de natureza política, ideológica e desejo de poder; agora, todos eles têm um motivo de origem inconfessável, que envolve recursos públicos.

Concedo o aparte ao Senador Mário Couto e, em seguida, a V. Ex^a, Senador Mão Santa.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Cede logo a mim, porque eu vou viajar!

O Sr. Mário Couto (PSDB – PA) – Senador Heráclito Fortes, primeiro, quero parabenizar o discurso e o raciocínio de V. Ex^a, fazendo uma análise dos fatos que são notícia nos últimos dias nesta Pátria querida, o Brasil. Senador, quando a Ministra esteve aqui, neste Senado, prestando esclarecimentos, logo no início, esqueceu-se de responder ao questionamento do Senador Arthur Virgílio. Até que foi um esquecimento perdoável, cobrado por mim, depois. E fiz a pergunta à Ministra, até emocionado, por ver a Ministra falar dos tempos de ditadura, em que foi presa. Emocionou-me, e parti até para elogiar a Ministra. Depois, perguntei a ela e lhe disse que ela teria, naquele momento, uma grande oportunidade para, de uma vez por todas, esclarecer esse fato, se era banco de dados, se era dossiê, quem fez, quem não fez, por que foi feito. E ela ratificou e disse que, mais uma vez, ia dizer à Nação que não era dossiê, era banco de dados. E disse coisas que, naquele momento, se não me convenceram totalmente, me deixaram na dúvida. Quarenta e oito horas depois de o Governo comemorar a vinda da Ministra – e o Presidente Lula, eufórico –, a notícia de que realmente é um dossiê, de que realmente vazou de dentro da Casa Civil e de mais detalhes que deixam a Nação com um profundo ponto de interrogação. José Dirceu vem novamente aparecendo nas questões do Governo. E vou usar esta tribuna para falar daqui a pouco. Primeiro, nobre Senador Heráclito, a Ministra faltou com a verdade e agora tem de mim uma profunda decepção. Estou decepcionado com a Ministra. Até então, a Ministra tinha ganho de mim toda a afirmação de que ela tinha uma postura muito digna. Hoje não digo a mesma coisa, faltou com a verdade. Mentir pressionado por uma ditadura, se perdoa; mas mentir numa democracia é imperdoável, Senador, imperdoável. Não há mais o que questionar. O dossiê é dossiê mesmo. Foi feito para intimidar a Oposição, e não há mais nada o que questionar. É só afirmar isso diante dos depoimentos dos culpados, que não têm outra alternativa senão confirmar. Quero parabenizar V. Ex^a. Daqui há pouco farei meu pronunciamento em relação a esse episódio.

O SR. HERÁCLITO FORTES (DEM – PI) – Meu caro Senador João Pedro, fiquei muito feliz quando ouvi hoje as afirmativas do Presidente Lula para estimular os Ministros que venham sempre ao Congresso. Não condenei, em nenhum momento, a posição do Presidente Lula com relação aos elogios que fez ao Congresso, mas acho que o Presidente Lula teria que transformar em prática as suas palavras, dizendo à Ministra Dilma que voltasse imediatamente ao Senado, Senador Mário Couto, para refazer ou para esclarecer o que, 24 horas após o seu debate aqui, veio à tona, para restabelecer

a verdade, para, humildemente, prestar esclarecimento e mostrar onde errou ou onde não foi precisa.

Era o mínimo que faltava, Senador Mário Couto, a quem agradeço o aparte.

Em segundo lugar, quero lembrar a V. Ex^a *en passant* os casos de dossiês patrocinados pela Oposição quando V. Ex^a bem sabe a atuação do Partido.

Quem não se lembra do dossiê do Alcení Guerra, que foi trucidado, afastado da vida pública, depois retornou? Do dossiê de Ibsen Pinheiro quem não se lembra? E do próprio dossiê contra o então Presidente Collor, que hoje – felizmente, como somos um País de pouca memória, e o esquecimento é forte, é uma tônica –, apóia o Governo de V. Ex^a? De forma que essa é uma prática que já existia, foi criada e foi gerada nos momentos de Oposição em que os opositores faziam-nos acreditar que o discurso da moralidade administrativa era verdadeiro, como também dos sentimentos.

Quem não se lembra, Senador João Pedro, da vinda ao Brasil e a este Congresso de José Bové, aquele simplório líder francês que combatia os transgênicos e que veio a esta Casa numa visita de protesto à adesão do Brasil a determinada prática? Foi esmurrado, empurrado. Hoje, como será que o Partido dos Trabalhadores vai encontrar com José Bové? A traição aos princípios, defendidos quando Oposição, está aí a toda prova.

Meu caro Senador, vou encerrar minhas palavras, apenas alertando que o que dá para rir dá para chorar. Questão de peso e medida, problema de hora e de lugar. Feliz Billy Blanco quando se inspirou e fez essa canção.

Senador João Pedro, apenas a ponta do *iceberg* começa a aparecer no cenário da política brasileira. O lançamento da candidatura da Ministra é o motor de toda essa geração de informações. Mas V. Ex^a foi feliz e preciso num fato: a Oposição, não que seja incompetente, mas é impotente para ter acesso a determinados fatos. Os fatos só chegam à Oposição por intermédio dos vazadores, que traem a confiança dos governos a que servem.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Senador Heráclito, do Piauí.

O SR. HERÁCLITO FORTES (DEM – PI) – Com o maior prazer. Vou só concluir a frase: dos governos a que servem, na perspectiva de servir ou de se credenciar para governos futuros na prática da perpetuação do poder.

Senador Mão Santa.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Senador Heráclito, “um quadro vale por dez mil palavras”. Mozarildo, foi Confúcio. Ô, Alípio, focaliza aqui: “Engodo do PAC

da Ministra”, *Estado de S. Paulo*. “Engodo do PAC da Ministra”. Só o fim: “Nunca antes na história deste País se viu engodo dessas proporções”. Leiam *O Estado de S. Paulo*: “O engodo do PAC e da Ministra”. Aprendi, ô, Paim, com Abraham Lincoln, que fez as campanhas defendendo os negros lá: “este país não pode ser metade livre e metade escravo”. Ele disse também: nós conseguimos enganar poucos por muito tempo e muitos por pouco tempo, mas ninguém pode enganar todo o mundo por todo o tempo. Esse PAC, para mim, é um programa de aloprados cacarejadores. É só mentira. E eu queria dizer o significado dessa reunião... Ali temos presentes duas bravas mulheres – Deputadas Marília Pinto e Aurelina Medeiros –, que vieram aqui pedir socorro ao Presidente da República para que acabe com aquela política indígena caótica que está preocupando o Estado de Roraima.

O SR. HERÁCLITO FORTES (DEM – PI) – Solidarizo-me com as Deputadas visitantes e quero, por dever de justiça, dizer que o Senado todo conhece essas questões que envolvem terras indígenas em Roraima por meio da luta permanente do Senador Mozarildo. Eu testemunho mais pelo fato de ser Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional e de vê-lo lutando por esta causa há muito tempo. Portanto, por dever de justiça, faço este registro.

Senador Mão Santa, com relação ao PAC, para finalizar, digo apenas: o PAC me parece muito com o Wakamoto. O Wakamoto, Senador Eurípedes, V. Ex^a se lembra e o Senador Pedro Simon também, foi um remédio de origem japonesa lançado no Brasil no final da década de 50. Foi, talvez, a maior campanha publicitária de que o Brasil teve conhecimento àquela época: uma japonesa de quimono, pelas ruas das grandes cidades, aquelas lanternas japonesas bonitas, cada lanterna representando uma letra. E havia o Wakamoto em todas as farmácias do Brasil.

O Wakamoto – o Senador Simon se lembra bem – servia para prisão de ventre e diarreia, para dor, para excesso de vigor e para indisposição, para queda e nascimento de cabelo. Foi uma campanha fantástica. O Wakamoto batia todos os recordes de venda nas farmácias brasileiras.

De repente, os estoques começaram a encalhar, a renovação não foi feita. Um ano depois, viam-se nas farmácias as embalagens envelhecidas pelo tempo, amarelando, e o estoque de Wakamoto dando prejuízo aos farmacêuticos. Aquilo que servia para tudo neste País, Senador Paulo Paim, a realidade e o tempo mostraram que não servia para nada.

Espero que o PAC não seja o Wakamoto do povo brasileiro; espero que o PAC saia desta fase de pura

enganação, de palanques montados para se criarem perspectivas, e de realidade pouca.

Quero dizer, Senador Simon, que tenho inveja quando vejo companheiros fazer apologia do PAC. Para o Piauí – repito e insisto em repetir –, o PAC é como a linha do horizonte: você sabe que existe, vê, mas nunca alcança; quanto mais tenta se aproximar, mais distante fica. E isso não é bom para nós, isso não é bom para o Brasil.

Ministra Dilma, cuidado com os vazadores, eles estão por todo lugar. Se for o José Dirceu, mude metade do governo, porque o José Dirceu, quando poderoso, foi quem fez este governo atual, foi quem construiu este governo atual.

Então, Ministra Dilma, se for verdade, cuidado até com a sua própria sombra.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Passamos a palavra ao Senador Arthur Virgílio, Líder do PSDB, por permuta com o Senador Francisco Dornelles.

O SR. MÁRIO COUTO (PSDB – PA) – Sr. Presidente, inscreva-me para falar pela Liderança da Minoria.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – V. Ex^a será atendido na forma regimental.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, antes de entrar no mérito do pronunciamento que pretendo oferecer à Casa e à Nação na manhã de hoje, eu faço, em conjunto com o Senador João Pedro, do meu Estado, requerimento de voto de pesar pelo falecimento do Vereador Messias do Carmo Leite e de seu filho, muito jovem, Leandro Vieira Leite, ocorrido no dia 7 deste mês de maio de 2008, na Rodovia BR-174, Manaus–Presidente Figueiredo, que precisa ser urgentemente cuidada pelo Governo Federal.

E cito, Sr. Presidente, já agora, com alegria, a presença no Senado Federal, na manhã de hoje, de quatro Deputados do PSDB de Roraima, Senador Mozarildo, Deputados com assento na Assembléia Legislativa daquele Estado: a Deputada Marília Pinto, filha do saudoso companheiro e amigo Governador Ottomar Pinto; a Deputada Aurelina Medeiros, ex-Secretária de Agricultura do Estado; o Deputado Ivo Som e o Deputado Zé Reinaldo.

Sr. Presidente, de maneira muito tranqüila, eu passo a fazer algumas observações sobre essa questão que, infelizmente, está na ordem do dia, está na pauta das preocupações do País, até pela legalidade ou ilegalidade a envolvê-la: essa questão do dossiê.

Em primeiro lugar, Sr. Presidente, eu gostaria muito de fazer aqui o intróito. O momento mais feliz – e o resto da sessão, na Comissão de Serviços de Infra-Estrutura, ficou refém daquele primeiro momento – foi quando a Ministra Dilma pôde falar do seu passado de bravura. E foi um passado de bravura. E eu me sinto com muita legitimidade para, se ela propuser um debate na Associação Brasileira de Imprensa – e lá seria o foro adequado –, nós discutirmos quem fez mais pela democracia: ela ou eu, ela ou V. Ex^a, Senador João Pedro, ela ou aqueles que, optando pelo caminho de não pegar em armas, lutaram por teses bem concretas, como, por exemplo, anistia, mobilização pela instalação de uma Assembléia Nacional Constituinte, eleição direta para governo de Estado, eleição direta para Presidente da República. A opção das pessoas corajosas como a Ministra Dilma, diferentemente da opção de pessoas corajosas outras que optaram pelo caminho da organização das massas e não pelo confronto, impossível e inviável, com o Exército brasileiro, essa opção dela fracassou. Fato. Ponto. A nossa se revelou acertada ao longo do tempo. Nós construímos as condições para que o Brasil tivesse hoje a democracia sólida de que desfruta.

E eu estava pensando, de maneira egoística não, porque eu penso em mim e em todos aqueles que, como eu, feito formiguinha, trabalhamos vinte e um anos da ditadura para derrubá-la, dentro das possibilidades que tínhamos. O MDB, que ela desdenhava por ser um partido do sim – e a Arena seria o partido do “sim, senhor”, segundo as linguagens mais sectárias, mais radicais – para mim era um espaço de luta, o espaço do Parlamento, o espaço da Ordem dos Advogados do Brasil, o espaço da CNBB, qualquer instituição que nos permitisse uma brecha de participação e de atuação na luta por democracia. Isso tudo um segmento mais sectário da esquerda desdenhava. Dizia que fazíamos que coonestação do regime.

Eu participei – e aí já como diplomata profissional –, participei aqui, do Centro Brasil Democrático, fachada legalizada do Partido Comunista Brasileiro. Quantas formações políticas se concluíram no Cebrad, que se espalhou pelo Brasil inteiro, pelo Brasil todo!

Fiquei meditando após todo aquele episódio e fiquei imaginando: será que eu devo este meu mandato de Senador mais à Ministra Dilma do que ela deve a mim a posição dela de Ministra? Eu digo de novo, sem vaidade, porque não estou falando... Falo no meu nome, mas eu poderia falar no nome do Senador Pedro Simon, eu poderia falar no nome do Senador Mário Covas, eu poderia falar no nome do meu pai, que foi cassado, como Mário Covas foi cassado, eu poderia falar no nome de todos aqueles que acreditaram que

era para se aproveitar a brecha do MDB, que era para se aproveitar a brecha da OAB, aproveitar a brecha da CNBB. E aí, eu próprio – repito, não é egoísmo – não tenho nenhuma dúvida de que fiz mais pelo retorno aos quadros da democracia do que a Ministra Dilma. Ou seja, ela deve muito mais o Ministério que exerce hoje a mim do que eu devo a ela o direito de estar aqui, nesta tribuna, falando o que eu quiser de quem eu quiser, protegido por garantias constitucionais que são típicas de um regime democrático.

Se todos tivessem feito a opção dela, simplesmente a ditadura talvez estivesse aí até hoje. Perdi muitos amigos que optaram pelo caminho da luta armada. E é óbvio que eu não posso nunca compactuar com a figura da tortura. Certa vez me indispus com o Deputado Jair Bolsonaro por causa de um adversário, o Deputado José Genoíno, até porque eu não posso, não trabalho com essa categoria. Não posso trabalhar com essa categoria.

A mentira na ditadura era tão legítima, Senador João Pedro, que temos o fato emblemático da prisão de Vladimir Herzog, o Vlado Herzog. Todos os que foram presos, daquilo que a loucura do General Ednardo D’Ávila e do General Sílvio Frota supunha de que havia uma base comunista na TV Cultura – havia comunistas, mas não havia uma base comunista na TV Cultura de São Paulo... A loucura é que eles torturavam não para cada torturado dizer o que sabia; eles torturavam para que os torturados assinassem aquilo que eles já tinham como *script*, delineado para ser assinado pelos torturados. Eles perguntavam: “Seu nome?”; “Fulano de tal”. “É do Partido Comunista?” Se dissesse que não, choque elétrico; se dissesse que sim, pergunta seguinte. Mostravam, pasmem V. Ex^{as} – recordar é viver –, o retrato do Governador Paulo Egídio Martins, da Arena, e diziam: “Este aqui é comunista?” Aí, se respondesse: “Não, o Governador não é comunista”, choque elétrico nele de novo. Tinha de dizer que o Governador Paulo Egídio tinha ligação com o Partido Comunista. Mostravam o retrato do José Mindlin, empresário da Metal Leve, empresário bem-sucedido, que tinha ligação com homens de esquerda que faziam política cultural, entre os quais Vlado Herzog, que não pertencia ao Partido Comunista e que, inclusive, era crítico de Fidel Castro, era crítico da União Soviética, como era crítico de Salazar e era crítico de Franco. Ele não aceitava ditadura nem de Esquerda nem de Direita. Vlado Herzog era isso.

Então, o que queriam, na verdade, Ednardo e sobretudo Sílvio Frota era derrubar àquela altura o General Geisel, que vinha com a sua incipiente proposta de redemocratização do País. Mas era o que se tinha àquela altura. O Deputado Alberto Goldman compre-

endeu isso, o Deputado Aírton Soares compreendeu isso. Certa vez, foram todos os Deputados paulistas a uma recepção com a presença de Geisel, contra a orientação da Direção Nacional do MDB. Foram todos lá, porque eles tinham tido uma conversa privada com o Governador Paulo Egídio, e o Governador Paulo Egídio dizia: “Não há outra razão para estarem tentando me atingir – chegaram a torturar PMs de São Paulo –, se não quisessem atingir o General Geisel, para atingir a política de abertura.

Foi um momento difícil. Todos aqueles que foram presos mentiram. Vlado Herzog não mentiu. “É comunista?”. “Não.” “Colabora com o Partido Comunista?”. “Não.” “Dá dinheiro para o Partido Comunista?”. “Não.” “Lê o jornal *Voz Operária*?” “Eventualmente.” “Reconhece José Mindlin como comunista?”. “Não.” “Reconhece como comunista Paulo Egídio Martins?” “Obviamente que não.” E foi torturado por oito horas. Faleceu oito horas depois. E montaram aquela farsa nojenta: um homem que tinha 1,68m de altura foi mostrado pendurado por uma tirinha que não agüentava o corpo dele – acredito –, e de joelhos. Bastava ele levantar que acabaria o tal enforcamento. Bastava levantar.

Já concedo o aparte a V. Ex^a.

Vlado Herzog foi assassinado friamente, e sua morte foi muito importante. Mas eu dizia que todos mentiram, e todos mentiram sem prejudicar ninguém, porque acabaram sabendo, pelo cochicho que saía das enxovias e ia para as pessoas certas, o que já tinham dito os torturados nos depoimentos. E houve alguns que foram depor no DOI/CODI, como, por exemplo, o jornalista Marco Antônio Rocha, que não foram torturados. Ele admitiu tudo, inclusive coisas que não eram verdade – ele mentiu. Admitiu tudo, sabendo que seria absolvido na Justiça Militar, que, àquela altura, já começava a esboçar uma reação contra essa linha dura do Regime, por meio de militares honrados, militares dignos, que começaram a estabelecer um desejo de retorno aos quadros do Estado de Direito, a partir do Superior Tribunal Militar.

Vlado Herzog, com as suas convicções de homem que acreditava nas transformações do mundo pela via de uma política cultural, não mentiu e morreu.

Eu digo isso – e vou ouvir o Senador João Pedro –, porque eu gostaria de dizer, com base nessa convicção que tenho de que a opção que fizemos foi correta, que o resultado do debate com a Ministra seria outro. Aceitaria fazer esse debate com ela onde ela quisesse – na TV Cultura, na TV Câmara, na TV Senado – para saber quem foi mais importante, Senador Simon, se ela ou V. Ex^a, para o restabelecimento da democracia; se ela ou Ulysses Guimarães; se todos aqueles companheiros... Alguns eu perdi, companheiros meus de

escola, que morreram, generosamente doaram suas vidas, mas estavam errados; a postura correta não era aquela. Aquele caminho poderia levar, quem sabe, até ao estabelecimento de uma outra ditadura, mas se fosse vitorioso, e não poderia sê-lo. Nós estávamos certos, nós estávamos corretos, nós conduzimos este País à democracia, nós devolvemos a cidadania política ao Sr. José Dirceu; nós devolvemos a cidadania política à Ministra Dilma Rousseff – o Presidente Lula, inclusive, como líder sindical bravo que foi –; nós devolvemos a cidadania a todos aqueles que erraram ao enveredarem pelo caminho da luta armada, até porque era inviável se derrotar a força estabelecida do Exército Brasileiro àquela altura.

É um outro nível de discussão. Este é o intróito, Senador Paim. Eu pediria a V. Ex^a que tolerasse um pouco no tempo, porque quero ouvir o Senador João Pedro.

O SR. PRESIDENTE (Paulo. Paim. Bloco/PT – RS) – Terei a mesma tolerância que eu tive com os outros Senadores.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Muito obrigado, Senador. Depois vou arrazoar sobre a questão do dossiê, mas eu estava com essas coisas entaladas na garganta e sinto-me com muita legitimidade para falar sobre isso, porque, no episódio com o Deputado Bolsonaro, eu disse: “Não posso aceitar que V. Ex^a discuta tortura. Eu não posso aceitar”. O homem foi feito para tudo. O homem foi feito para traír e ser traído; ganhar dinheiro, perder dinheiro; ganhar eleição, perder eleição; ganhar empresa, perder empresa; ganhar emprego, perder emprego. Ele foi feito para tudo. Ele foi feito até para suicidar-se, se quiser; ele foi feito para matar, se for criminoso; ele foi feito para morrer, se for vítima; mas ele não foi feito para ser torturado. O homem não pode ser torturado. O ser humano não pode. Essa é uma conquista da nossa cidadania, embora ainda não observada de pronto, porque, se eu tenho certeza que esses dois monstros paulistas estão sendo protegidos até pela notoriedade que os cerca, não sei se não está sendo torturado esse outro reles, esse outro monstruoso estuprador de Brasília, que é um homem pobre. No Brasil, pobre costuma ser torturado na prisão. Rico costuma não ficar na prisão. Pobre costuma ser torturado na prisão.

Senador João Pedro, ouço V. Ex^a antes de entrar no cerne do meu pronunciamento.

O Sr. João Pedro (Bloco/PT – AM) – Senador Arthur Virgílio, tenho consciência de que o pronunciamento de V. Ex^a, como já antecipou, tem dois momentos, e faço o aparte neste intróito em que V. Ex^a faz uma análise das formas de luta da resistência. Quero dizer que temos uma convivência, uma relação política,

uma relação de amizade no nosso Estado. V. Ex^a tem legitimidade. V. Ex^a faz parte do contingente de brasileiros e de brasileiras que resistiram a todo o processo da ditadura, dos 24 anos, dos 22...

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Graças a Deus, só 21.

O Sr. João Pedro (Bloco/PT – AM) – Dos 21 anos, mas, principalmente, desse momento emblemático de 1968, 69, 70, 73, 74, da guerrilha do Araguaia, de 1972 a 1975...

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – O ano de 1975 foi emblemático. Foi quando eles viram que a abertura vinha e resolveram dar tudo para fechar.

O Sr. João Pedro (Bloco/PT – AM) – Em 1976 caem os dirigentes na Lapa. Em dezembro de 1976, era Presidente o General Ernesto Geisel, e caem os dirigentes na Lapa, em São Paulo. Então, esse período foi muito particular. Quero dizer novamente que V. Ex^a tem legitimidade, faz parte dos homens que não se calam, faz parte desse contingente, das mulheres que não calam, de uma parte dos membros deste Congresso Nacional que não se calou, que enfrentou o momento mais duro. Por sinal, estamos chegando a junho e vamos comemorar, em 2008, o ano de 68, com o povo nas ruas, a inesquecível Passeata dos Cem Mil. Desde ontem, no mundo, há manifestações comemorando o fim da Segunda Guerra Mundial. Então, V. Ex^a faz uma análise, e quero aproveitar para dizer a minha opinião – e parece que há uma discordância aí – das formas de se enfrentar a ditadura. V. Ex^a contextualizou corretamente. Mas, naquele período – e falo com tranquilidade –, as formas de luta eram tão poucas que, para defender a liberdade, na minha modesta opinião, valeu. Valeu! E só poderia ser naquele momento, 1969, 1970. Foram essas lutas duras que levaram nosso povo, porque é um contexto só, a 1984, pedindo eleições diretas, e à transição que foi feita para chegar aonde chegamos; para chegar, inclusive, a este debate que aconteceu com a Ministra Dilma. Inclusive uma geração de resistência, da qual V. Ex^a faz parte, ao lado dessa grande mulher, a Ministra Dilma Rousseff. Então é um contexto muito bonito, rico, de um grande aprendizado, em que cabem as avaliações, as discordâncias, perfeitamente. Mas valeram a pena todas as formas de luta para chegarmos aonde chegamos. E V. Ex^a merece esse destaque como um dos brasileiros que não se calam. Ali no final dos anos 70, 80, estivemos juntos, lá nas ruas da nossa querida Manaus e, às vezes, correndo, porque a polícia estava ali bem próxima.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Levando tiro! Levando tiro até! Levando tiro! O episódio da Igreja São Sebastião foi um dos fatos mais lamen-

táveis que, infelizmente... Se tivesse ocorrido em São Paulo, teria sido um escândalo! Como foi em Manaus, teve uma repercussão menor. Mas foi um episódio de imensa brutalidade.

Mas quando divirjo – e divirjo fundamente da opção, da forma de luta, que se me afigurava inviável –, digo que foi tão duro optar pela luta armada quanto não optar por ela, mergulhar naquele marasmo aparente de organizar pequenos companheiros e buscar pequenos fatos e pequenos espaços na imprensa, pequenos artigos em jornal.

Quando o Deputado José Genoino esteve em Manaus, ainda clandestino, eu já tinha uma coluna no jornal e pude recebê-lo com um artigo que lhe dava as boas-vindas. Parecia pouco, mas era o que eu tinha, era do que eu dispunha.

Quando o Presidente Lula foi processado pela Lei de Segurança Nacional, eu já era político, e V. Ex^a ainda pensava, tinha toda essa vocação, ainda viria atrás, mas estava no julgamento. Eu fui o único político do Estado presente ao julgamento do Lula naquele momento em que as fotos que tiravam da gente não eram fotos dos jornais, porque nada se publicava àquela altura; eram fotos dos órgãos de segurança.

Mas não quero aqui negar a generosidade dos que se entregaram de corpo e alma, sobretudo de corpo, àquela luta. Lembro do meu querido Paulinho Massa e da Lenita, que não sobreviveram. Lembro do Renato Tapajós, paraense, com família amazonense muito tradicional, os Tapajós; um cineasta inteligente, brilhante, que foi torturado brutalmente e sobreviveu, está aí levando a sua vida. Lembro do Maurício Lindoso, que foi torturado e sobreviveu.

O Sr. João Pedro (Bloco/PT – AM) – Tomazinho Meireles.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Tomazinho Meireles, um símbolo para nós do Amazonas, que não resistiu; a brutalidade foi demasiada. Mas o fato é que é um tempo que, por mim, não volta.

Muito obrigado, Senador João Pedro, pelo fraterno aparte.

Entro, então, no cerne da parte que mais provocará divergências aqui.

Primeiro, vi com muita alegria, Senador Heráclito Fortes, o estímulo que o Presidente dá à presença dos seus Ministros aqui. Queria aquele padrão Jobim: há a denúncia e, horas depois, o Ministro está aqui para dizer o que quer, o que tem e o que não tem para dizer.

Tenho um requerimento, que não consegui ver votado até hoje, convocando a Ministra à Comissão de Justiça, para que ela fale especificamente do dossiê. Parece-me que lá, Senador Pedro Simon – e seu voto será muito importante –, é o local azado, correto,

para se tirar essa dúvida. Não é para se usar a maioria para esvaziar a sessão, mas para dizermos: Muito bem, a Ministra veio aqui, se portou bem, foi brilhante, foi segura, por que não voltar à Comissão de Justiça, atendendo à convocação de um Senador, respaldada pela unanimidade, se Deus quiser, daquela Comissão? Está aí há semanas. Espero que tenha sido para valer o aceno de que a Ministra pode voltar. E agora, já que o dossiê volta à ordem do dia, está na hora de tirarmos essa verdade a limpo, custe o que custar, até o final.

Eu gostaria de fazer um histórico. Antes de mais nada, a Polícia Federal está nesse caso – e no começo era peremptório o Ministro Tarso Genro dizendo que a Polícia Federal não iria entrar no caso –, por exigência das oposições brasileiras.

Em segundo lugar, quero lembrar – e aqui tenho reportagem de Leonardo de Souza, da sucursal de Brasília da *Folha de S. Paulo* – o episódio da montagem do dossiê – insisto: dossiê! –, a participação da Secretária Executiva da Casa Civil, Erenice Alves Guerra; do Secretário de Administração, Norberto Temóteo Queiroz; do Secretário de Controle Interno, José Aparecido Nunes Pires, o tal que já está conhecido, que já está famoso, que já está notório, o primeiro a ser descoberto; da Chefe de Gabinete de Erenice, Maria de la Soledad Castrilho, que também responde pela Dilog, Diretoria de Logística; e do responsável pela Dirof, Diretoria de Orçamento e Finanças, Sr. Gilton Saback Maltez. Muito bem, esse foi o grupo de trabalho que foi tirado, e vamos ver outra verdade que está na minha cabeça. Minha verdade não é a verdade absoluta. Não sou o dono da verdade. Eu vou falar aqui das minhas verdades.

A denúncia da *Folha de S. Paulo* é que a compilação desses dados começou durante o período carnavalesco, precisamente, não em resposta a mim, não em resposta ao requerimento que fiz, até porque os dados não me foram repassados. Isso deixa a Ministra Chefe da Casa Civil passível... E nós estamos estudando a possibilidade jurídica de um processo por crime de responsabilidade, porque ela não repassou os dados a mim, que tinha sido o Senador que, com a aprovação do Congresso, a ela pediu os dados referentes não ao período Fernando Henrique – ela foi contraditória outra vez –, mas sim ao período Lula, de 2003 até a data que eu estava vivendo. A Casa Civil não negou essas reuniões carnavalescas, e aí nós temos que ver exatamente qual foi o papel que cada um desses membros desse grupo de trabalho executou.

A Ministra, em fevereiro, disse – e pode ter sido uma bravata, pode ter sido uma verdade – a empresários em reunião do Iedi, Instituto de Estudos para o Desenvolvimento Industrial, órgão ligado ao grande

empresariado paulista, que o Governo não ia apanhar sozinho, “já vi as denúncias de irregularidades no uso de cartões corporativos pelo Governo Lula”.

Ela disse: “Estamos nos preparando, porque haveria irregularidades no Governo Fernando Henrique”. Era sinal de que estava sendo montado, intelectualmente, um dossiê. Eu quero saber, portanto, qual é o perfil de cada cidadão.

No meio de todo aquele tumulto, de todos aqueles festejos que cercaram a presença da Ministra Dilma aqui na Casa, eu disse a ela que tinha um palpite. E até tratei a Ministra com a cortesia que ela merece e com a qual será tratada quando vier; e ela certamente virá à Comissão de Justiça; ela tem absoluto caráter forte para isso. Eu disse a ela: “Ministra, em homenagem ao Dia das Mães, vou falar da minha intuição feminina; ela me diz que a Dr^a Erenice Guerra, sua assessora principal, sua secretária-executiva, não fica no governo até final deste mandato. É uma opinião minha. Vamos ver!” O dossiê está aí, o vazamento se deu. E como foi mencionado o nome do Senador Alvaro Dias, eu vou dar minha opinião sobre isso.

Vamos, então, discutir aquela questão de Suprim *versus* dossiê. Eu quero ser bem didático. O Suprim, ele sim, compõe a figura de um banco de dados como eu entendo que seja um banco de dados; ele coloca tudo por ordem cronológica. O dossiê “prostitui” a ordem cronológica e retira os dados que ele julga possam denegrir alguém. No caso, Dona Ruth Cardoso, que recebeu, depois, um gentil telefonema da Ministra.

A desordem cronológica, as caixas-altas, o fato de que não se mencionavam nomes, mas se mencionava o nome de dona Ruth Cardoso, especificamente, em caixa-alta inclusive, esses fatos mostram a caracterização de um dossiê, sim, e não de um banco de dados geral, como aquele que sugere, Senador Mário Couto, o Suprim.

Tenho algumas verdades dentro de mim. Primeira, o dossiê existe. E tanto existe que foi vazado. E tanto existe que temos a demonstração da diferença entre a ordem cronológica do Suprim e a desordem cronológica daquilo que não pode ser outra coisa a não ser o dossiê. Se quiserem chamá-lo de aeronave espacial, podem chamá-lo, mas é um dossiê.

A Ministra Dilma negou peremptoriamente, dizendo que se tratava de um crime, que o crime foi perpetrado contra ela. O Ministro Tarso Genro, o que me assombrou – tenho relações pessoais com o Ministro Tarso Genro acima do bom; é uma das figuras com as quais eu mais me sinto aproximado do ponto de vista pessoal neste Governo –, disse: “Não faz mal. É normal ter dossiê. Pode ter dossiê”. E eu pergunto: como é normal ter dossiê preparado por quem detém os dados,

por quem está no Governo, contra adversários que não detêm os dados, que não estão no Governo? Se isso não é, no mínimo, uma grande covardia política, não sei que nome eu daria a esse tipo de boi. Mas vazou. O quê? Vazou que era um dossiê. Vazou que visava denegrir a imagem de dona Ruth Cardoso.

Já temos o primeiro nome: José Aparecido Nunes Pires. E começa essa discussão menor: indicado por José Dirceu, fogo amigo. Isso me interessa muito pouco.

Interessa-me o fato nº 01: existe um dossiê; interessa-me o fato nº 02: foi composto na Casa Civil; interessa-me o fato nº 03: vazou o dossiê da Casa Civil. Aí, vazou para o funcionário André. O Senador Heráclito Fortes disse: “Não preciso ouvir o André”. O Senador João Pedro disse: “É preciso ouvir o André”. Eu acho que, para mim, não é a figura mais importante o Sr. André, mas se querem ouvi-lo, que o ouçam. Não vejo por que não ouvir.

Vamos ao Senador Alvaro Dias. Disse o Senador que recebeu, há poucos dias, há poucos momentos, a autorização do Sr. André para que ele pudesse dizer que havia sido feita a comunicação com o gabinete dele.

Eu não vejo que esteja aí o mais importante, porque, sinceramente, se bate nas minhas mãos um dossiê, eu corro para a tribuna e denuncio logo. Eu sempre digo que a diferença entre mim e um jornalista é que o jornalista tem que ter respeito pela fonte, se é um bom jornalista. Eu não sou jornalista, não tenho que ter respeito por fonte nenhuma. Então, todo mundo que manda para mim alguma coisa eu denuncio no ato. Uma vez, havia um colega meu, Deputado, de Partido, que disse que tinha almoçado com assessores do Ministro José Dirceu e que estavam preparando um dossiê contra mim. Dossiê contra mim é de morrer de rir mesmo. Eles acabarão ficando com pena e depositando algum dinheiro na minha conta. Mas, aí, o Deputado disse: “Eu almocei com eles e eu espero que você não conte para ninguém. Guarde com você e não me cite”. Eu digo: pelo amor de Deus, eu vou homenagear você agora; agora, vou homenagear você e vou contar isso agora. Eu digo: olhe, você contou para a pior pessoa. Eu sou o ouvido mais furado que existe.

Digo: Presidente, pela ordem, deputado fulano de tal, meu companheiro de partido, almoçou ontem com uma turma ligada hoje ao Ministro José Dirceu e eles disseram que estavam vasculhando minha vida. É bom vasculharem a minha vida mesmo, até para aprenderem uma lição de decência. O deputado, inclusive, não ficou muito por aqui. Eu digo: não estou nem aí se é do meu partido, se não é; eu detono o que chegar nas minhas mãos, por norma, por norma minha. Eu não

vejo importância nenhuma em se dizer: olha, tenho o dossiê e divulgar.

O que está em jogo agora é: a Ministra falou a verdade? Não falou. Ela disse que não havia dossiê e, para os empresários, admitiu que havia. Disse que não havia o dossiê, e o dossiê está aí, vazado por um membro do grupo de trabalho chefiado pela Dr^a Erenice Guerra, que funcionou no período carnavalesco. Um membro já está aí: José Nunes Pires.

Eu gostaria ainda de dizer que o Sr. Pires vai falar. Recomendo duas coisas a todos: cautela e senso de verdade, porque não há hipótese de ele não falar. Na vida pública brasileira, no estágio de segurança atingido pela democracia brasileira, não há hipótese de uma verdade não vir à tona. Não adianta tentar estabelecer falsas ilações ou falsas conclusões. Virá à tona. O Sr. Pires, que no começo não falou, até porque mal começou a ser citado, já disse ontem pela TV Globo, se não me engano, “eles podem ter plantado coisas”. Ele vai ter que dizer “eles” quem? Quem são “eles”? A defesa até o momento do Sr. Pires é de que alguém foi no computador dele e lá plantou. “Alguém” quem? Não vão me dizer agora que foi o Presidente Fernando Henrique que se fantasiou de dragão da República para entrar na sala do Sr. Pires para plantar um dossiê contra ele próprio e contra a sua mulher.

Vamos ser verossímeis, vamos ser coerentes, vamos ser conseqüentes.

O Sr. Pires vai aceitar o papel de bode expiatório do dossiê? Não sei. Acho que não vai. Acho que não deve. E, ainda que ele queira aceitar esse papel, o nível de capacidade investigativa que atingiu a imprensa brasileira derrubará qualquer falácia por terra. Eu disse isso com a segurança de quem, perante a Ministra, disse: “Ministra, a Dr^a Erenice está por um fio”. Ontem, eu disse, desta tribuna, que via por horas o início do desvendamento dessa farsa. Eu via por horas que essa história do vazamento e de feitura estava por horas, enfim.

Vejo ainda uma lacuna que deve ser esclarecida pela Ministra. Preferiu-se falar, naquele momento, em PAC, quando eu preferia falar... Eu sei que lá era lugar de PAC, mas eu preferi falar em dossiê. E falei sobre dossiê o tempo que pude, com a Ministra. Mas ela disse do parecer do General Félix.

Eu sou amigo pessoal do General Félix. É uma figura correta. É um militar aplicado, digno. Agora, o General Félix não formula jurisprudência jurídica neste País. O General Félix não substitui, por exemplo, o Supremo Tribunal Federal nem o Superior Tribunal de Justiça. O que o General Félix diz juridicamente tem tanto valor quanto o que eu possa proferir daqui juridicamente. Eu não firmo jurisprudência nem ele. En-

tão, quem diz o que é ou não sigiloso não é o General Félix, até porque ele está sujeito às mesmas leis que saem de órgãos que “jurisprudenciam”: as supremas Cortes do País.

Eu ainda gostaria de dizer que o caso está aí – e já concedo o aparte a V. Ex^a Senador João Pedro. O caso está aí. Eu tenho o convite, a convocação, melhor dizendo, à Ministra, até porque a Constituição exige assim. Tenho tanta convicção de que ela virá que, se eu pudesse, eu faria cortesmente um convite. Não acredito que a Ministra vá dizer que não virá à Comissão de Justiça depois de ter sido tão saudada por brilhantes na Comissão de Infra-Estrutura. Não acredito. Ela deverá dizer: “Ah, vou! O Senador Arthur Virgílio está me convocando, foi tão cortês comigo, tão delicado, não haverá de ser diferente o comportamento dele”. Virá, e aí para tratar exclusivamente de dossiê. Claro que se alguém da Comissão de Justiça quiser falar sobre PAC também pode, porque eu não estou aqui para censurar ninguém. Lutei a vida toda contra censura.

Mas, muito bem...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Senador Arthur Virgílio, eu só vou fazer um apelo...

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Sim, estou no fim e já concedo o aparte.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – O Senador João Pedro pede um aparte, que ele seja muito rápido. Seu tempo...

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Eu estou no fim. Tem mais três opiniões, inclusive vou ouvir o Senador João Pedro, Senador Paim.

Eu volto a dizer. Fogo amigo: Dirceu *versus* Dilma, isso não me importa. Importam-me as contradições da Ministra e importa-me o fato de a Ministra – e essa é a minha convicção – não ter falado a verdade na Comissão de Infra-Estrutura. Ela teve todas as razões de fazer como fizeram os jornalistas da TV Cultura que, com muita sabedoria e para proteger companheiros, mentiram perante o DOI-Codi e a boçalidade do General Ednardo D’Ávila. Ela fez muito bem em mentir perante a ditadura, mas eu quero ter a certeza – e a minha convicção é de que ela não foi veraz – de que ela não mentiu perante a democracia e perante uma comissão do Senado Federal.

Tenho uma opinião, minha opinião: Erenice Guerra chefiou a feitura do dossiê e sua posição no governo é insustentável. Dilma – se estou certo na primeira premissa – sabia de tudo. Se eu não estou certo – e ela pode vir esclarecer isso aqui – e se eu me convencer de que ela está certa, eu dou a mão à palmatória. Não quero falsos culpados; não sou caçador de bruxas. Não sou macarthista. Quero a verdade – e aí já não é minha opinião –, quero a verdade. Eu quero saber se

estou certo ou não. Eu quero a Ministra Dilma na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania da Casa. Eu quero a verdade esclarecida tintim por tintim, ponto por ponto, item por item, adendo por adendo, para que esse fantasma do dossiê não fique povoando as dúvidas dos democratas brasileiros.

Senador João Pedro, com muita honra, concedo o aparte a V. Ex^a.

O Sr. João Pedro (Bloco/PT – AM) – Senador Arthur Virgílio, não houve discordância na primeira parte do discurso de V. Ex^a. Vamos para a segunda parte do discurso de V. Ex^a – serei rápido, Presidente Paim. Primeiro: tenho um discurso em minha memória, feito pelo Presidente do Partido de V. Ex^a, lá na CPI, o Senador Sérgio Guerra. Veja o que disse o Senador Sérgio Guerra, Presidente do PSDB, lá na CPI: “Este debate é pequeno”. “Este debate [lá na CPI, discutindo cartão corporativo] é pequeno. Nós temos outras tarefas. Quem? O Congresso Nacional”. Eu quero colocar isso no debate de V. Ex^a. Até porque V. Ex^a foi o primeiro Senador que mudou o eixo da convocação. De pronto, a Ministra Dilma acatou a questão de ordem de V. Ex^a. Não foi nem questão de ordem; foi uma ponderação extremamente politizada, de que ela deveria falar imediatamente sobre o dossiê. E nós tivemos um dia inesquecível. Foram 10 horas, e V. Ex^a ainda não está convencido. Quero chamar a atenção de V. Ex^a – V. Ex^a que é um Senador firme, teimoso, no bom sentido. A Nação ficou convencida desse debate sobre o dossiê – a Nação, a sociedade. Então, eu gostaria de fazer-lhe esta ponderação: por que voltar? A Ministra Dilma confrontou-se olho no olho. V. Ex^a, inclusive, foi um dos Senadores que mais interpelaram a Ministra. Foram 10 horas de um debate esclarecedor. Há mais um elemento sobre o qual eu quero falar. A Casa Civil montar um banco de dados não é crime. Crime foi a manipulação de fora da Casa Civil. E aí, mais uma vez, isso parou no gabinete de um membro do nosso Senado da República. Então, não é crime o que a Ministra fez. O que a Ministra fez qualifica o trabalho da Casa Civil, até porque era desorganizado; não existia banco de dados lá. Aliás, o nosso Governo foi auditado três vezes. Há uma outra ponderação. V. Ex^a é um homem de Oposição. Mas eu o conheço. V. Ex^a também é um homem ponderado. V. Ex^a foi Prefeito, Deputado Federal, Ministro, Líder de Partido, e pesa o currículo de V. Ex^a. Não tenho de dizer isso aqui, mas o currículo de V. Ex^a diz que V. Ex^a é um homem ponderado. Penso que não tem por que a Ministra Dilma voltar; foram mais de 10 horas de debate. E essas 10 horas que aconteceram lá na Comissão de Infra-Estrutura foram esclarecedoras, sob o ponto de vista dessa discussão. Muito obrigado.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Muito obrigado, Senador.

O Sr. Heráclito Fortes (DEM – PI) – Senador Arthur Virgílio, V. Ex^a me permite?

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Pois não.

O Sr. Heráclito Fortes (DEM – PI) – Quero colaborar com o Senador João Pedro, por quem tenho uma admiração profunda e, para mim, a pior coisa é ver o Senador João Pedro informar erradamente aos seus admiradores, nos quais me incluo.

O Sr. João Pedro (Bloco/PT – AM) – Obrigado.

O Sr. Heráclito Fortes (DEM – PI) – O Globo *Online* mostra, aqui, o seguinte: “Você acredita na inocência da Ministra Dilma, no caso do dossiê sobre as despesas do Governo Fernando Henrique?” Até agora, 1.322 participantes. “SIM”, 32; e “NÃO”, 66. Então, ela não convenceu a Nação. Em segundo lugar, queria, apenas reavivar a memória da fábrica de dossiês que era a Oposição que hoje é Governo: o Dossiê do Ibsen Pinheiro, feito para atender a membro do PT – aliás, alguns até colegas nossos; não quero culpá-los por isso – e gerado por esta extraordinária figura de homem público, tão cantada e decantada pelo PT: Waldomiro. Só para citar. A prática que tinha o Partido dos Trabalhadores, quando Oposição, em lidar com dossiês. O Waldomiro, àquele época, cometeu o crime de inflar o valor de R\$1 mil para R\$1 milhão. Só para registro histórico, Senador Arthur Virgílio, com os meus agradecimentos.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Obrigado, Senador Heráclito.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS. *Fazendo soar a campanha.*) – A Presidência faz um apelo ao Senador Arthur Virgílio, para que conclua.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Sintetizarei a resposta, Senador Paim. Agradeço a V. Ex^a pela prorrogação do tempo.

O Senador Heráclito responde bem ao Senador João Pedro quando mostra já uma enquete – não é uma pesquisa, mas uma enquete – do Globo *Online*, e, parece-me que ficou bem estabelecida aí a diferença entre o convencimento da inocência da Ministra *versus* – e isso preponderou – a solidariedade, de amplo segmento da Nação, a quem foi torturado pelo regime militar. Isso sim; isso sem dúvida.

Respondo ainda ao Senador João Pedro, para encerrar, dizendo que eu concordo: “O debate é pequeno”. Por isso, eu queria encerrá-lo logo; e encerrá-lo sem dúvidas. E se ele é pequeno, a Ministra deve colaborar para encerrarmos logo esse debate, vindo mais uma vez ao Congresso. Ela disse que viria. Ela disse: “Virei quantas vezes se faça necessário com-

parecer ao Congresso”. Propôs comparecer de quatro em quatro meses àquela Comissão. Tudo isso eu anotei e observei. Muito bem. A Ministra acatou a minha sugestão, mas se contradisse.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Senador João Pedro, se eu permitir mais um aparte todo mundo vai chiar comigo.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Se contradisse, e não esgotou o assunto. Por isso a minha insistência. Lá, optou-se por falar de PAC, e a Ministra deixou dúvidas no ar, enormes, que estão cada vez mais densas, estampadas no grande noticiário nacional.

Muito bem. Disse o Senador João Pedro, e com acerto parcial, pelo menos: “Crime é a manipulação”, e de fatos. Os dados do Suprim – que já havia, sim, no Governo anterior – são o banco de dados que constituem obrigação de qualquer governo trabalhar com eles. Usá-los, pinçando, sem ordem cronológica, aquilo que pudesse, por exemplo, denegrir a imagem da Primeira-Dama do Governo anterior, isso é ruim. Essa é uma manipulação que, a meu ver, configura um crime junto com a feitura do dossiê.

“Não existia banco de dados no Governo Fernando Henrique”. Existia. Agora, eu tenho orgulho, Senador João Pedro: não há registro de um gesto de perseguição, durante os oito anos de Presidência do Presidente Fernando Henrique, a quem quer que seja do Partido de V. Ex^a, ou a quem quer que seja neste País. Foram oito anos de absoluto respeito às liberdades democráticas.

Eu era Ministro, Senador Paim, e o Deputado Greenhalgh foi lá, sem me pedir audiência; eu era Ministro. E aí o Deputado Greenhalgh, que é um querido amigo, teve de esperar. Não ficou zangado, não. Ele voltou para a Câmara, e eu, por brincadeira com ele, mandei um carro da Presidência e um militar buscá-lo. Eu disse: “Ele tem de vir de qualquer jeito. Se está indo um militar com um carro da Presidência, ele tem de vir”. Ou seja, sempre fui de dialogar com os meus adversários, e não passou pela minha cabeça nada parecido, haja vista o tratamento que o Presidente Fernando Henrique deu, de enorme discricção àquele episódio – no começo tentaram dele fazer uma especulação política –, da morte do meu ex-colega de Câmara, Prefeito Celso Daniel. Absoluta discricção, absoluta correção no tratamento de algo que não deveria ser transformado em moeda eleitoral.

Muito bem. Discordo quanto a não precisar voltar, porque acho que ela precisa voltar de uma vez só. Volta a CCJ e acaba com isso de uma vez, porque a verdade vai aparecer. Na vida pública brasileira, hoje, não se sustenta a inveracidade; ela não se sustenta. A verdade aparece, porque tem uma imprensa fustigan-

do. O jornal tal deu, o outro jornal vai complementar, a televisão “A” começou, a televisão “B” entra na concorrência natural. A verdade aparece. Então, estamos com o dossiê na ordem do dia. E se o tema é pequeno, como eu acho que é pequeno, como o Senador João Pedro acha que é pequeno, como o meu Presidente Sérgio Guerra acha que é pequeno, que a Ministra dê a ele o tratamento de uma coisa pequena mesmo, e que venha de uma vez, sem mais tergiversações e, aqui, mostre as suas razões, porque nós temos de ter, não sei por que nós temos de ter não sei se dez horas, mas o tempo necessário para que ela não fique em dúvida, culpada ou inocente, para que nós não fiquemos atormentados pela dúvida, porque a minha preocupação, volto a dizer, Senador Paim – agora encerro mesmo –, é com o Estado de direito.

Eu quero saber que tenho adversários leais, que não são capazes de manipular dados para forjar falsas verdades. É isso que quero saber. Então, estou cheio de dúvidas e muito bem armado para uma discussão que pretendo travar. Uma discussão que pretendo travar com muita abertura com a Ministra, com a mesma delicadeza da outra vez, mas desta vez especificamente sobre um caso que está na ordem do dia. Há o dossiê, confeccionado na Casa Civil e vazado de lá. E, a partir daí, para onde ele foi. Se batesse nas minhas mãos, eu viria para a tribuna, para comentá-lo.

Era o que eu tinha a dizer.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Passo a palavra, de imediato, como já havia anunciado, ao Senador Mozarildo Cavalcanti.

Em seguida, como Líder, falará o Senador Mário Couto.

O último Senador inscrito será este Senador, sem prejuízo do Senador José Maranhão.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PTB – RR. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, Sr^{as} Senadoras, inicialmente eu quero fazer uma homenagem especial às mães. Domingo é o Dia das Mães, então não poderia, como bom filho que me considero, deixar hoje de homenagear minha mãe, que, aos 84 anos, Senador Mário Couto, mora em Belém; ela foi para Belém inclusive para permitir que eu pudesse estudar, juntamente com os meus irmãos. E duas irmãs lá moram por causa disso, são mães também, por isso quero homenageá-las. Eu desejo homenagear minha esposa, que é mãe de três filhos; minhas filhas, que são mães também. Então aproveito para homenagear todas as mães do Brasil, especialmente aquelas mães aflitas que estão

lá na Raposa Serra do Sol: as índias, as mestiças e as não-índias. Portanto, homenagear todas essas mães, as mães de toda Roraima, especialmente aquelas mães que estão sofrendo lá na Raposa Serra do Sol.

Vieram aqui duas mães que estão ali, duas Deputadas Estaduais de Roraima: a Deputada Aurelina e a Deputada Marília Pinto, que estavam comigo na comissão e que também viram lá na Reserva, junto comigo, a aflição de quantas mães, sob a ameaça de serem desterradas, expulsas, com centenas de policiais militares, da Força Nacional, armados até os dentes, cumprindo ordem de quem? Do “ministro da injustiça”.

Então, eu homenageio essas mães valorosas que estão lá sofrendo, defendendo o seu palmozinho de terra, morando em uma cidade que é centenária, aproveitando para cumprimentar, também, todas as mães do Brasil: as mães índias, negras, orientais, de pele clara, enfim, as mães do Brasil! Todos temos um amor profundo pelas mães.

E para melhor homenageá-las, leio um poema curto do poeta Mário Quintana:

Mãe... São três letras apenas
As desse nome bendito:
Também o céu tem três letras
E nelas cabe o infinito
Para louvar a nossa mãe,
Todo bem que se disser
Nunca há de ser tão grande
Como o bem que ela nos quer
Palavra tão pequenina,
Bem sabem os lábios meus
Que és do tamanho do CÉU
E apenas menor que Deus!

Com esse poema, homenageio todas as mães do Brasil, especialmente a minha mãe, menos, é lógico, a mãe do PAC.

Sr. Presidente, quero vir novamente e infelizmente, digo infelizmente porque ainda não foi solucionada a questão que aflige o nosso Estado e aqui estão quatro Deputados do nosso Estado que compõem a Comissão da Assembléia Legislativa e têm-me acompanhado nesse trabalho de monitoramento, de diagnóstico e de sugestão para solucionarmos o problema da Raposa Serra do Sol: a Deputada Marília Pinto, a Deputada Heloísa Medeiros, o Deputado Ivo, o Deputado José Reinaldo, o Assessor da Assembléia, Fernando Éder e aqui não puderam estar presentes o Deputado Damosiel Lacerda de Alencar e o Deputado Ionilson, que compõem a referida Comissão.

Quero registrar para todo o Brasil que estamos trabalhando, o Senado Federal, através da minha pes-

soa, designado pela Comissão de Relações Exteriores – e aqui está o nosso Presidente Heráclito Fortes –, mas com o apoio da Assembléia para dar o exemplo ao Poder Executivo, que faz essas medidas no meu Estado sem ouvir o Governador, sem ouvir a Assembléia, sem ouvir ninguém do Estado, em uma verdadeira intervenção federal.

Nós, do Senado Federal, buscamos uma parceria com a Assembléia Legislativa para dar o exemplo ao Senhor Presidente Lula de que estamos em uma federação. Que a União, esse ente enigmático, não existe sem os Estados e os Municípios. É a união dos Estados e Municípios que representa a União. Então, não pode o Governo Federal ser o poder imperial que é no Governo Lula.

Sr. Presidente, quero dar notícias ao Brasil, primeiro que essa reserva indígena malfadada, mal demarcada pelo Presidente Lula está *sub judice*, isto é, o Supremo vai decidir se mantém a decisão absurda do Governo Federal, que não ouviu ninguém, não ouviu o Senado através da sua Comissão Temporária Externa, que produziu um laudo adequado; que não ouviu a Câmara dos Deputados, que produziu um laudo idêntico, não ouviu ninguém de boa-fé. Então, o Supremo, atendendo uma ação do Governo do Estado, suspendeu essa expulsão, esse verdadeiro desterro das pessoas de lá até que julgasse o mérito das ações que estão lá. Senador Heráclito Fortes, são mais de 30 ações: do Governo do Estado, minhas, do Senador Augusto Botelho, de sociedades indígenas, de índios que moram lá e que não querem a demarcação dessa maneira, de pequenos produtores.

E aqui há uma outra falácia desse movimento, dito indigenista, que é composto aí por uma meia dúzia de antropólogos que quer simplificar essa questão como sendo a briga de seis, oito arroteiros contra os índios. Primeiro é preciso se dizer que são 458 famílias. Portanto, multiplique isso por pelo menos cinco ou seis pessoas. Quantas pessoas estão sendo desterradas de lá? E os arroteiros também não são brasileiros? Foram do Rio Grande do Sul, do Paraná para lá por conta própria, adquiriram aquelas terras já de pessoas que tinham uma cadeia de dominação adequada, titulada; investiram seus recursos, prepararam uma área que está na borda dessas reservas depois de todas as expansões que foram feitas.

E o Governo Federal teima em desrespeitar os sentimentos dos índios que não querem essa demarcação. Só houve um grupo de índios, que é do Conselho Indígena de Roraima, que, por coincidência, Senador Paim, é uma ONG que recebe cerca de R\$8 milhões por ano do Governo Lula. Só houve a Ajuri, que é ou-

tra ONG, que recebe mais ou menos isso do Governo Lula para atender também às comunidades indígenas. Só houve a Diocese de Roraima, que é outra ONG que recebe dinheiro do Governo Federal para atender às comunidades indígenas.

Senador Maranhão, V. Ex^a, que é um orçamentista, se esse dinheiro que vai para essas ONGs atenderem os índios em termos de saúde fosse aplicado, os índios de Roraima não adoeceriam nunca. Só que esse dinheiro é desviado para isto: fazer movimentos de invasão, de atos arbitrários, de vender uma imagem negativa das pessoas de Roraima, porque esse movimento “ongueiro” rotula o pequeno criador, a que ele chama logo de fazendeiro – e o fazendeiro é o matador; todo fazendeiro, portanto, é rotulado assim –; o madeireiro, que, mesmo trabalhando dentro da lei, é também um devastador, um matador; e o seringueiro. E aí, para dar visibilidade a essas teses, fabricam mártires: Chico Mendes, Irmã Dorothy. Não estou defendendo os assassinos, não; pelo contrário, vamos, dentro da lei, puni-los e adequadamente. Agora, também não vamos usar os métodos utilizados na época da Inquisição para fabricar mártires e acusar hereges de bruxos.

Nós queremos um País que tenha paz; nós queremos um País em que todos sejam respeitados, como manda a Constituição: “Que todos sejam iguais perante a lei”. Que não tenhamos cidadãos de primeira, de segunda e de terceira classes. Nós podemos ajudar muito mais os índios se tirarmos esses gigolôs de índios da jogada; podemos ajudar muito mais os índios se o Governo Federal assumir, de fato, o papel de tutor dos índios. Ou de tutor ou de assistente dos índios... E, para isso, o Governo Federal tem órgãos. A Funasa, infelizmente, é um antro de ladroagem. Não funciona.

O Sr. Mário Couto (PSDB – PA) – Um aparte, Senador Mozarildo.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PTB – RR) – Logo em seguida. Com muito prazer, Senador Mário Couto.

O Exército brasileiro está em todas as fronteiras de toda a Região Amazônica. Por que, em vez de fazer convênio com ONG picareta, não se faz convênio com o Exército, que tem médico, que tem enfermeiro, que tem odontólogo, que tem o sentimento da nacionalidade; que não está lá para vender o País?... Mas não! O que se faz são com essas ONGs! No caso da Raposa Serra do Sol, nós e os Deputados Estaduais que estamos aqui. Ontem, o Senador Augusto também fez um pronunciamento brilhante aqui. Estivemos com o Presidente do Supremo Tribunal Federal, levando a ele nossa documentação: a documentação da Comissão Temporária Externa – a primeira do Senado

– depois das duas emissões que fizemos junto com a Assembléia, para que o Supremo tenha elementos adequados para refletir. E eu tenho certeza de que o Supremo vai, dentro da lei, rever essa demarcação e fazer uma demarcação judicial justa.

Ou, então, como pede a ação mais recente do Governo do Estado, com entrada no dia 8: ela pede o recebimento pelo eminente relator da presente ação, com os documentos que a instruem, sendo, ao final, julgados procedentes os pedidos, para declarar a nulidade da Portaria nº 534, de 2005, que foi a segunda portaria que demarcou a Raposa Serra do Sol de maneira equivocada, baseada num laudo antropológico falso, fraudulento e criminoso; e do Decreto Presidencial sem número, de 15 de abril de 2005, que a homologou, assim como de todos os processos administrativos que lhes deram fundamento jurídico, eis que desrespeitado, dentre outros, o devido processo legal, pelo que não se prestam qualquer desses atos a processos administrativos a produzir efeitos jurídicos válidos, de modo a tornar sem efeito a homologação da terra indígena Raposa Serra do Sol, com a conseqüente invalidação do registro da recitada área indígena perante o Cartório de Registro de Imóveis da Comarca, se já houver ocorrido; determinar que a eventual e futura demarcação que venha a ocorrer seja precedida, necessariamente, e procedida em ilhas por ser intempestivo à segurança nacional e à integridade ao território do País, com a exclusão de área de 150 quilômetros referente à faixa de fronteira (art. 20, § 2º, da Constituição Federal); seja reconhecida a exclusão em qualquer demarcação de terras indígenas, especialmente da Raposa Serra do Sol, das seguintes áreas: área de fronteira, até que seja ouvido o Conselho de Defesa Nacional sobre o tema e no perímetro por ele estabelecido; a sede dos Municípios Uiramutã, Normandia e Pacaraima, que são os três Municípios atingidos pela Reserva, em atenção ao pacto federativo, no que se incluem o Lago do Caracaranã, as Vilas Água Fria, Surumu, Socó e Pereira, ou Surumu, como é também conhecida, Mutum, e as respectivas áreas de expansão, inclusive dos Municípios referidos; os imóveis com propriedade ou posse anterior a 1934, isto é, quando nós ainda éramos Amazonas – títulos anteriores a 1934 –, e as outras tituladas pelo Incra antes da Carta de 88; os imóveis situados na faixa de fronteira (art. 20, § 2º, da Constituição Federal); as rodovias estaduais e federais, e as respectivas faixas de domínio; as plantações de arroz irrigadas no extremo sul, na borda da sobredita área indígena; as áreas destinadas à construção da hidrelétrica do Cotingo – aliás, um projeto de decreto legislativo de minha autoria, aprovado no Senado Federal,

que está na Câmara dos Deputados aguardando a sua aprovação. Aprovado, portanto, o Governo poderá construir uma hidrelétrica que vai suprir de energia o Estado de Roraima sem ficar dependente apenas da Venezuela, como é hoje; o Parque Nacional do Monte Roraima – aqui é interessante comentar: existe um parque nacional demarcado, Senador Paim, e foi incluído na reserva indígena. Um caso único no Brasil: um parque nacional ecológico, do Monte Roraima, que é um símbolo para o País todo, foi incluído na reserva indígena –; outras áreas que venham a ser consideradas fora do alcance previsto no art. 231, *caput*, da Constituição Federal; que eventual nova demarcação seja condicionada à prévia manifestação do Conselho Nacional, mormente quanto à extensão da reserva.

Levando-se em consideração as questões alusivas à segurança nacional e à integridade territorial do País, que determine à União que se abstenha de demarcar qualquer outra área no território do Estado de Roraima, a qualquer título, ou seja, indígena, ambiental, etc, sob pena de inviabilizar a sustentação econômica e social desse novel ente federativo. A citação da União, na pessoa do Advogado-Geral da União, Sr. José Antonio Toffoli...

Enfim, Sr. Presidente, é uma outra ação que o Governo entra, agora de maneira mais objetiva, pedindo o quê? A anulação dessa demarcação que foi feita criminosamente, fraudulenta. O laudo antropológico, Senador Paim, foi assinado... um motorista fez o papel de um geólogo, outro motorista fez o papel de um engenheiro agrônomo, então como é que um documento falso, mentiroso, pode gerar direitos? Não pode. É evidente que não pode.

Sr. Presidente, nós concluímos, e foi aqui assinado por mim e pelos seis Deputados Estaduais, o relatório da última viagem designada pela Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional em que nós não só sintetizamos os outros procedimentos como sugerimos a modificação que achamos cabível fazer sem complicação maior, que poderia ser feita até, Senador Paim, por decreto do Presidente Lula. Não precisava nem ocupar o Supremo. Se o Presidente Lula tivesse mais bom senso, fosse mais bem aconselhado, tivesse um pouco de apego à verdade, ele faria um novo decreto reformando a demarcação, como ele fez com a Reserva Baú, no Pará. Era só seguir o exemplo. Ele excluía o que, Senador Paim? Trezentos e vinte mil hectares de 1.740.000.

O que significa isso? Tirar as cidades, tirar essas propriedades com título anterior a 1984, as rodovias e os prédios públicos. Nada mais do que isso! Mas, não. Tem que preponderar a vontade de um setor que se

diz dono da verdade e, ao modelo da Inquisição, quem dele divergir é herege. Quem divergir é, portanto, um bandido que merece ser queimado na fogueira.

Eu ouvi hoje, aqui, um Senador falar sobre o meu Estado como se o conhecesse. Nunca foi nem lá. Falou dos índios do meu Estado como se os conhecesse mais do que eu, que – como se diz lá no linguajar indígena – desde curumim, isto é, desde menino vivia brincando com os índios. E depois, como médico, atendia a todos aqueles índios, lá. Então, não estou aqui tomado por paixão, não. Estou tomado, aqui, pela verdade. Eu quero é a verdade dos fatos!

O nosso Estado, que já tem 35 reservas demarcadas, não está brigando porque é a primeira reserva que se demarca, não. Eu até quero – espero que a TV Senado possa captar, mesmo que minimamente – aqui mostrar esse mapa. Esta área avermelhada, parecida com a cor do PT, é reserva indígena. Toda esta área é reserva indígena. Área Yanomami, área São Marcos, área Raposa Serra do Sol e outras áreas indígenas cercando todo o Estado de Roraima. Então, não é brincadeira, não. O que se está fazendo com o Estado de Roraima é um arbítrio, é uma intervenção federal, é uma federalização de um Estado membro da Federação.

O Governo Federal parece que não engoliu que a Constituinte de 88 transformou Roraima de Território Federal em Estado e está, novamente, transformando Roraima num território federal. Agora será um território federal indígena, talvez. Agora eu pergunto: a quem serve isso? A quem serve isso?

Uma coisa admirável é que Roraima sequer é a Unidade da Federação que tem maior população indígena, Senador Maranhão! A maior população indígena está no Amazonas, a segunda está no Mato Grosso e a terceira está em Roraima. No entanto, Roraima tem o dobro ou mais que o dobro de reservas indígenas que tem o Amazonas e Mato Grosso. Por que será? Eu, como homem da ciência, gosto de perguntar por que as coisas acontecem. Deve haver algum motivo.

Aí você olha o mapa das reservas minerais do Estado de Roraima. É casado exatamente com o das reservas indígenas. Será que não é essa a explicação, Senador Heráclito Fortes? Será que não é essa a explicação? Porque o que estão querendo impor lá na Reserva Raposa Serra do Sol é realmente de desconfiar. Além de um atentado à soberania nacional... Porque essa reserva está encaixada entre a Venezuela e a Guiana, dois países que têm conflito de terras, dois países que têm problemas seriíssimos no que tange a drogas, descaminho de minerais e outros ilícitos...

Lá, o Exército Brasileiro, para construir um pelotão de fronteira, uma unidade militar, teve que ir para a Justiça, Senador Maranhão, porque o CIR, que é o dono dessa história, entrou com uma ação, e o Ministério Público, que parece confundir seu papel de fiscal da lei com o de advogado exclusivo dos índios, representou contra o Exército.

Ora, onde nós estamos? Então não pode ter Forças Armadas? Temos uma área territorial de 1,7 milhão de hectares, talvez maior do que a Paraíba, Senador Maranhão. Quantos hectares têm a Paraíba?

O Sr. José Maranhão (PMDB – PB) – Cinquenta.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PTB – RR) – Cinquenta quilômetros quadrados? Então, maior do que a Paraíba! E onde, colocado onde? No meio do País? Não, na fronteira, numa fronteira distante.

Então, quero dizer que, realmente, nós temos muita confiança que o Supremo vai resolver essa questão, porque o Supremo realmente tem os elementos para julgar com a verdade. Nós não estamos aqui defendendo arroteiros somente, não. Eu defendo os arroteiros, sim, pois são brasileiros que estão lá produzindo, que produzem 25% do PIB do Estado de Roraima, e num momento em que o Brasil está passando por uma escassez de arroz. Eu defendo, sim. Mas defendo também as outras 458 famílias que estão lá, que são funcionários públicos, pequenos criadores, que criam trinta reses ou plantam dois hectares de roça... Defendo todos eles, como defendo os índios também. Defendo os índios que estão lá e não concordam com o pensamento xiita do CIR. Defendo até o CIR, por ter essa posição xiita, porque ele foi abandonado pelo Governo Federal e foi catequizado pelo Padre Jorge D'Alben para ter essa postura guerrilheira. Eu defendo também a posição deles. Eles estão equivocados, mas têm o direito de fazê-lo. Agora, tem que estar subordinado à lei. Por que prendem o fazendeiro que teve sua fazenda invadida e se defendeu e não prendem os índios que estão bloqueando as estradas que dão vazão à produção de arroz?

Estamos perdendo a nossa produção de arroz porque os índios bloquearam as estradas. E a Polícia Federal não faz nada, porque o xerife, o “ministro da injustiça” não manda fazer isso. É preciso que a Justiça mande fazer.

Agora eu quero, Senador Paim, antes de encerrar, ler algumas coisas que me deixam realmente pasmo. Está na *Folha On Line*: “Lula diz que é obrigação do governo manter a paz e harmonia em Roraima”. Ora, até que enfim ele descobriu isto, que é obrigação do

Governo manter a paz e a harmonia em Roraima, porque é só o que ele não tem feito. Ele só tem levado a desarmonia e a guerra para Roraima.

Então, espero realmente que o que ele disse aqui tenha fundamento, que isso fique na cabeça dele mesmo e não desapareça agora, no final de semana. Ele tem obrigação, sim, ele é responsável. Ele, o Presidente Lula, é responsável pelo que está acontecendo e pelo que vier a acontecer no meu Estado.

Graças ao bom povo de Roraima, ele perdeu lá, Senador Maranhão. Ele perdeu lá no primeiro turno e no segundo turno. Perdeu no segundo turno, quando nem fizemos campanha, porque o Governador Ottomar já tinha sido eleito no primeiro turno, eu já havia sido eleito, os Deputados Federais e Estaduais já tinham sido eleitos e não houve campanha no segundo turno. A pisa foi maior. Ele perdeu mais feio. Por quê? Porque o povo não agüenta a forma como ele trata o povo de Roraima. Ele trata mal mesmo. Ele não gosta de Roraima. Ele foi de novo, pela décima vez, ao Amazonas, e não foi a Roraima. Ele mandou o xerife, o “ministro da injustiça” lá para prender e se confraternizar com os índios do CIR.

Há outra notícia interessante no *JB on line*: “Governo militariza área indígena nas fronteiras”. Ora, ele descobriu agora que precisa ter unidades militares em fronteiras delicadas, com a Guiana, com a Venezuela, com o Suriname, com a Colômbia. Sua Excelência descobriu agora? E o pior, Senador Maranhão, Senador Paulo Paim, é que Sua Excelência descobriu, mas, na verdade, isso é uma mentira, pois Sua Excelência não vai fazer essa militarização, não. É verdade que precisa, mas é mentira que Sua Excelência vai fazer. Por que é mentira que Sua Excelência vai fazer? Porque não há nenhum estudo. Está aqui: o General Comandante da Brigada de Roraima disse: “*Antes de novos pelotões, o Exército espera solução para atuais unidades*”. Sabe por que, Senador Maranhão? Porque estão passando fome lá. Não têm assistência nenhuma, são verdadeiros heróis abandonados nos pelotões de Surucucus, Auaris, sobrevivendo por heroísmo, sucateados.

O Presidente Lula diz essa mentira de que vai criar as unidades, que eu não acredito, não. Isso é conversa fiada para boi dormir. Como há esse clamor pela segurança nacional, Sua Excelência disse que vai criar essas unidades.

Mas o Conselho Indígena de Roraima, já se diz, é contra novos pelotões. Quer dizer, o dono da terra indígena diz que é contra novos pelotões, e o General Comandante diz: Antes de pensarmos em novos

pelotões, vamos dar condições às atuais unidades militares existentes.

Eu quero, antes de conceder um aparte ao Senador Mário Couto, dar um exemplo ilustrativo, Senador Maranhão. Veja bem, vou citar aqui o nome. Uma índia, dona Cacilda Brasil, tem mais de 80 anos de idade. Ela era casada com um não-índio, um homem de pele clara, não sei quanto de DNA indígena ele tinha. O certo é que o filho dela é claro.

Pois ela agora está neste dilema. Ela pode permanecer lá na reserva, que é numa comunidade comandada pelo CIR, mas o filho não pode. Ela não pode ir com o filho para lá, porque o CIR não deixa. Então, pergunto: em que país estamos?

Há 740 mil índios no Brasil, segundo o último censo do IBGE. Sabe quanto por cento do território nacional está demarcado para reserva indígena? Treze por cento do território nacional. Não há ninguém que tenha maior latifúndio. Dizer que os índios atuais precisam dessa história de terra para andar é conversa fiada. Só acredita quem não conhece índio como eu conheço. Só acredita quem conhece índio pela televisão ou de conversa fiada de filme de antropólogo. Os nossos índios lá... O Vice-Prefeito do Município de Pacaraima é índio; a Prefeita de Uiramutã, que está no miolo dessa reserva, é neta de índio; o Vice-Prefeito dela é um índio; o Prefeito de Normandia, outro Município atingido, é índio. Os índios são policiais militares, professores. Eles não querem voltar àquele tempo dos índios que estavam na praia quando Pedro Álvares Cabral chegou, não. Quem quer isso são os gigolôs de índios, essas ONGs que ganham dinheiro às custas dos índios. Então, a D^a Cacilda – está aqui um exemplo – é uma índia que casou com um não-índio e não pode levar o seu filho para dentro da comunidade indígena.

Então, esse é o *apartheid* que se quer criar no Brasil, um *apartheid* interétnico e intra-étnico. Ao invés de costurarmos uma convivência pacífica, estamos fazendo a discórdia.

Senador Mário Couto, ouço V. Ex^a e peço desculpas pela demora em conceder-lhe o aparte.

O Sr. Mário Couto (PSDB – PA) – Nada, Senador. Primeiro, quero parabenizar V. Ex^a pelo pronunciamento e pela postura, principalmente. Senador, eu, aqui, estou admirando V. Ex^a e os Deputados e Deputadas Estaduais do seu Estado. Quando se quer resolver um problema grave, gravíssimo de um Estado, deve-se tomar atitudes como a que V. Ex^a e os Deputados e Deputadas estão tomando: unirem-se, procurarem as autoridades, para mostrar a realidade dos fatos. Os Deputados e Deputadas mostram o desejo que têm de

solucionar esse problema grave, mostram o amor que têm pela sua terra. Digo isso a V. Ex^a porque pouco vejo esse tipo de ação: Deputados e Deputadas se reunirem, virem a Brasília, junto com o Senador, e fazerem uma ação desse tipo. Por isso, eu quero aqui, de viva voz, parabenizá-los. Que sirva de exemplo para outras Assembléias deste País. Que se unam e que possam, independentemente de cor partidária, trabalhar pelo seu Estado, como S. Ex^{as} estão fazendo neste momento, junto com esse competente e operoso Senador Mozarildo. Quero lhe dizer o seguinte, Senador: há muita gente que tenta passar por índio neste País. Tenta. Às vezes, nem se vestir de índio sabem. Nem se vestir de índio sabem, Senador. É impressionante. Para usar as terras com tranquilidade, pegar os direitos que o índio tem. Eu duvido que o Estado de V. Ex^a esteja criando problema com os verdadeiros índios. Não está. Está criando com aqueles que tentam se passar por índio, e isso tem que acabar neste País. Então V. Ex^a está indo exatamente de encontro ao problema. Parabéns a V. Ex^a pela postura e parabéns pela postura aos Deputados e Deputadas da Assembléia Legislativa do seu Estado!

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PTB – RR)
– Senador Mário Couto, quero agradecer a V. Ex^a o aparte e falar do ponto em que V. Ex^a tocou sobre se fazer de índio.

O Deputado Aldo Rebelo publicou um artigo recente em que dizia que costumava visitar permanentemente a área do Monte Pascoal, lá na Bahia, e encontrava sempre um casal de índios, pois assim estavam paramentados, de quem comprava artesanatos e a comidinha que eles mesmos faziam. E, na última vez que ele foi, estava só a mulher, não estava o marido. E ele perguntou: “cadê o seu esposo?” E ela respondeu: “ah, ele cansou dessa profissão de índio. Foi para a roça, foi plantar”. Então, quer dizer, índio virou profissão.

Quero também, para terminar, Senador Paim, pedindo um pouquinho de colaboração de V. Ex^a, dizer que nós todos de Roraima estamos cansadíssimos disso. Embora médico e treinado para enfrentar sofrimentos e para assistir ao sofrimento dos outros, tenho sofrido demais com isso, porque, se há uma coisa que me faz sofrer é a mentira, é a injustiça, é, sobretudo, a falta de amor ao próximo.

Estou, Srs. Senadores, olhem, com um *holter*. Sabem por quê? Porque meu coração saiu do ritmo normal. Em vez de estar batendo em ritmo de samba-canção, está batendo em ritmo de frevo, porque, inclusive, a última viagem que fiz para lá, me fez não chorar,

porque a gente, como homem, é muito mal treinado para não chorar, porque vontade tive.

Quando eu vi aquelas pessoas que atendi como médico, pessoas idosas que vi jovens ainda, realmente me cortou o coração.

Quero dizer que, embora sofrendo esse estresse – porque, na verdade, isso é um estresse –, vou vencê-lo e tenho fé em que nós vamos vencer essa batalha criada, infelizmente, não por ações nossas, Senador Paim, pois, infelizmente, o Congresso Nacional é dominado pelo Poder Executivo, infelizmente. Tenho certeza de que, se dependesse só da nossa deliberação aqui, essa situação estaria resolvida, mas como não depende e como o Governo Federal tem muitos mecanismos poderosos para impedir... Está querendo interferir até no Supremo. Está querendo interferir até no Supremo, mas no Supremo ele não vai conseguir, não. Tenho certeza de que vamos vencer. Não é uma vitória que vai ser só minha ou dos Deputados Estaduais ou do Governador Anchieta.

Aliás, o Presidente Lula ontem falou mal do Governador porque o Governador não foi à solenidade do lançamento do Programa Amazônia Sustentável, dizendo que ele não estava indo porque estava ressentido com a questão de Roraima. Ora, ele tem que respeitar o Governador. O Governador representa o povo de Roraima, embora tenha sido eleito como Vice – foi eleito como Governador o Ottomar – no primeiro turno. E foi eleito sabe como? Com os votos dos índios. O Prefeito de Pacaraima que estão querendo vender como o bandido da história foi eleito lá em Pacaraima por uma maioria de eleitores que são índios. Ele foi eleito pelos índios. Então, os índios de Roraima pedem respeito.

Os índios de Roraima pedem que o Presidente Lula vá lá, mande alguém da sua confiança mesmo, uma pessoa que não seja carimbada ou tachada ou que, digamos assim, tenha um estigma e um pensamento formado.

Quero encerrar, pedindo a V. Ex^a que considere como parte integrante do meu pronunciamento o relatório de acompanhamento feito por mim e pelos Deputados Estaduais e as matérias jornalísticas que eu li.

Muito obrigado.

**DOCUMENTOS A QUE SE REFERE O
SR. SENADOR MOZARILDO CAVALCANTI
EM SEU PRONUNCIAMENTO.**

(Inseridos nos termos do art. 210, inciso I e o § 2º, do Regimento Interno.)

RELATÓRIO

ACOMPANHAMENTO DAS AÇÕES DE RETIRADA DOS BRASILEIROS NÃO- ÍNDIOS DA RESERVA INDÍGENA RAPOSA SERRA DO SOL EM RORAIMA

PELO SENADO FEDERAL

SENADOR MOZARILDO CAVALCANTI

PELA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RORAIMA

DEPUTADA ESTADUAL AURELINA MEDEIROS

DEPUTADO ESTADUAL IONILSON SAMPAIO

DEPUTADO ESTADUAL IVO SOM

DEPUTADA ESTADUAL MARÍLIA PINTO

DEPUTADO ESTADUAL SARGENTO DAMOSIEL

DEPUTADO ESTADUAL ZÉ REINALDO

Boa Vista, 18 de abril de 2008

SUMÁRIO

1. Apresentação	3
2. Antecedentes	4
3. Atuação das Comissões Externas do Senado Federal e da Assembléia Legislativa do Estado de Roraima	9
3.1 Aspectos Relevantes do Primeiro Relatório (maio de 2005)	10
3.2 Aspectos Relevantes do Segundo Relatório (setembro de 2007)	13
4. A Operação Upatakon III e a Repercussão no Senado Federal	19
5. Considerações sobre a Expulsão, o Deslocamento Forçado e o Reassentamento das Famílias Residentes na Terra Indígena	27
6. Ameaças à Soberania Brasileira na Região e Questões de Defesa Nacional	36
7. Considerações Finais	43
8. Anexos	46
8.1 Mapas	47
8.2 Gráficos e Tabelas	50
8.3 Matérias Jornalísticas	53

1 APRESENTAÇÃO

O Senador Mozarildo Cavalcanti, na condição de representante do Senado Federal, por indicação da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, e os Deputados Estaduais Aurelina Medeiros, Ionilson Sampaio, Ivo Som, Marília Pinto, Sargento Damosiel e Zé Reinaldo, integrantes da Comissão Especial Externa da Assembléia Legislativa do Estado de Roraima, na missão de acompanhar o processo de retirada da população não-índia de terras da Reserva Raposa Serra do Sol, no mês de abril de 2008, consolidaram o presente relatório.

O Senador Mozarildo Cavalcanti foi designado pelo Presidente do Senado Federal, após indicação de seu nome pela Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, por força da aprovação do Requerimento nº 13, de 2008-CRE, para representar o Senado Federal e acompanhar as ações desenvolvidas na Operação Upatakon III da Polícia Federal.

A Comissão Especial Externa da Assembléia Legislativa do Estado de Roraima (ALE-RR), criada por meio da Resolução nº 011/08, tem por objetivo acompanhar o Senador Mozarildo Cavalcanti nas questões da desocupação da área indígena Raposa Serra do Sol.

O relatório ora apresentado consolida informações, valendo-se de documentos produzidos pela Comissão desde sua criação inicial, em 2005, e de visitas e investigações realizadas, no período de 14 a 18 de abril deste ano. sobre as questões que envolvem o processo de demarcação da Reserva Indígena Raposa Serra do Sol. Este documento traz, portanto, uma rápida visão dos antecedentes à edição do Decreto de 15 de abril de 2005, que homologou a Reserva; um histórico da atuação das comissões externas do Senado Federal e da Assembléia Legislativa de Roraima. Inclui, ainda, descrição da operação Upatakon III da Polícia Federal e sua repercussão no Senado da República; reflexões sobre a soberania e a defesa nacional e, por fim, as considerações finais da Comissão sobre o cenário atual, após visita às comunidades locais e contatos com lideranças.

2 ANTECEDENTES

Com uma área de aproximadamente 22 milhões hectares, o Estado de Roraima originou-se da transformação, por meio de dispositivo da Constituição Federal de 1988 (art. 14 do ADCT), do então Território de Roraima.



Roraima, hoje, compõe-se de quinze Municípios, três dos quais estão situados na região chamada Raposa Serra do Sol (Pacaraima, Uiramutã e Normandia). O Estado limita-se ao Norte com a Venezuela e República da Guiana; ao Sul, com o Estado da Amazonas; ao Leste, com a República da Guiana e o Estado do Pará; e a Oeste, com o Estado do Amazonas e a Venezuela. A Terra Indígena Raposa Serra do Sol, objeto desse relatório, tem limites com a Venezuela e a Guiana.

Com relação às discussões sobre a reserva, data de 1971 a primeira reunião visando à demarcação da Terra Indígena Raposa Serra do Sol. Posteriormente, entre 1984 e 1989, foram criados, pelo Governo Federal, vários grupos de trabalho que produziram relatórios, com uma série de análises antropológicas e propostas de demarcação.

Em 1992, meses após a edição do Decreto nº 22, de 1991, que regulamentou a demarcação de terras indígenas no Brasil, a Funai criou grupo técnico que elaborou relatório, aprovado pelo Ministro da Justiça. Segundo informações coletadas pela Comissão Externa e pelo Senador Mozarildo Cavalcanti, ao ouvir, em 2005, o Senhor Hamilton Gondim (que conduziu a perícia judicial sobre a demarcação da Reserva Raposa Serra do Sol), há inúmeras controvérsias com relação ao laudo apresentado, no relatório, pelos técnicos:

Por que, primeiro, o grupo técnico não apresentou à Funai um relatório circunstanciado? (...) Por que esse relatório foi assinado única e exclusivamente por um membro do grupo: pela antropóloga Maria Guiomar. Segundo, o resumo do relatório, como é exigido, não foi publicado no Diário Oficial do Estado. Essa é uma verdade absoluta e, portanto, não obedece ao que manda o Decreto. Terceiro, não há nenhuma representatividade do grupo técnico-institucional criado pela Funai. (..) Finalmente, o relatório apresentado à Funai está completamente comprometido, porque tem várias peças elaboradas por ONGs, organizações não-governamentais, como é o caso do CIMI e do CIR, e não faz análise alguma, não tem uma única palavra que estude o reflexo social e econômico dessa demarcação para o Estado de Roraima.

Assim, segundo o perito, o processo de análise e o grupo institucional criado em 1992 compuseram uma verdadeira farsa, e em consequência, não se pode afirmar que existiu um relatório do grupo nomeado.

Em 1995, o Ministro Nelson Jobim assumiu o Ministério da Justiça e, imediatamente, condenou o Decreto de 1991 por inconstitucionalidade, editando, então, o Decreto nº 96, que estabeleceu maiores exigências para demarcação de terras e permitiu o contraditório.

Apesar dessas novas determinações, em 1998, o então Ministro da Justiça Renan Calheiros editou a Portaria nº 820, que, com base no relatório aprovado, demarcou a terra indígena, suscitando contestações judiciais.

Em 1999, Senador Mozarildo Cavalcanti, os Deputados Luciano Castro e Suely Campos e pelo indígena Caetano Raposo, deram entrada ao pedido de liminar e passaram a ser assistentes simples na Ação Popular impetrada pelos advogados Silvino Lopes, Alcides Lima e Hitler Lucena contra a Portaria nº 820, de 1998.

Também em 1999, o Governo de Roraima impetrou mandado de segurança no Superior Tribunal de Justiça (STJ) com pedido de anulação da Portaria. No ano seguinte, foi concedida liminar parcial a esse mandado. Em 2002, contudo, o STJ nega o pedido do mandado de segurança.

Os parlamentares, assistentes da Ação Popular, então, em 2004, argumentaram o surgimento de fatos novos para convencer o Juiz a deferir o pedido de liminar. Citaram a “gravíssima crise” que se estabeleceu no Estado de Roraima, com “desastrosos desdobramentos políticos, institucionais, econômicos e sociais”.

O Supremo Tribunal Federal suspendeu, então, a Portaria nº 820/98. O Executivo, contudo, em lamentável e esdrúxula manobra jurídica, editou a Portaria nº 534, que substituiu a Portaria nº 820, com o objetivo de induzir a perda de objeto das ações impetradas. Como decorrência, o Supremo Tribunal Federal, imediatamente, declarou a perda superveniente do objeto das ações contestatórias de demarcação existentes, sem considerar que a nova portaria amparava-se nos mesmos pressupostos fáticos e legais da anterior, ampliando ainda a área da reserva.

Cabe observar que, além de ter sido embasada no mesmo relatório duvidoso, a Portaria nº 534, de 13 de abril de 2005, do Ministério da Justiça, foi alvo de controvérsias de caráter jurídico: nela, foram identificadas ambigüidades e inconstitucionalidades. O art. 4º, III, da Portaria, por exemplo, parece ignorar que “a República Federativa do Brasil é formada pela união indissolúvel dos Estados e

Municípios e do Distrito Federal”. Pergunta-se, então, como a portaria do Ministério pode pretender definir os limites de um Município? O que se diz, então, do Município de Uiramutã, que teria sido reduzido pela Portaria?

De 2005 aos dias atuais, o Governo de Roraima, as entidades representativas dos diversos grupos indígenas, inclusive daqueles que foram excluídos das áreas, impetraram inúmeras ações com o propósito de reverter a homologação e o processo de desocupação da área pelos não-índios.

A despeito de toda a controvérsia em torno dos equívocos da homologação, em 2007, o Governo Federal determinou o início das medidas de exclusão, indenização e reassentamento da população não-índia da reserva demarcada. De fato, em agosto daquele ano, o início da operação denominada Upatakon III foi denunciada pelo Senador Mozarildo Cavalcanti na tribuna do Senado, e logo no mês de setembro o senador foi designado para acompanhar os procedimentos da operação, representando o Senado Federal.

Em março de 2008, em face das dificuldades e protestos encontrados na região, o Governo determinou à Polícia Federal que finalmente desse início às medidas de retirada da população não-índia da área.

Assim, como consequência da grave crise resultante dessa determinação do Governo, o Estado de Roraima ingressou com uma ação cautelar, com pedido de liminar, tendo como objetivo “impedir a retirada das pessoas não-índias da Reserva Indígena Raposa Serra do Sol”. No dia 9 de abril, o Supremo Tribunal Federal deferiu, por unanimidade, a cautelar e a operação Upatakon III foi suspensa.

Importa observar que, de acordo com a Secretaria Judiciária do Supremo Tribunal Federal, só na naquela Corte Suprema existem dezessete ações

que dizem respeito à homologação da Portaria nº 534, de 2005, e o processo de expulsão da população não-índia da Reserva Raposa Serra do Sol.

À guisa de informação complementar, apresentamos abaixo quadro relacionando processos, relacionados às terras indígenas em Roraima, em tramitação no Supremo Tribunal Federal.

Processo	Nº	Data	Requerente	Requerido
Ação Cautelar	582	30/12/2004	Francisco Mozarildo de Melo Cavalcanti	União e MPF
Ação Cautelar	736	15/04/2005	Maria Suely Silva Campos	União e Pres. da República
Ação Cautelar	734	15/04/2005	Francisco Mozarildo de Melo Cavalcanti	União
Petição	3388	20/04/2005	Augusto Affonso Botelho Neto Francisco Mozarildo de Melo Cavalcanti	União
Ação Cautelar	755	02/05/2005	Sociedade de Defesa dos Índios Unidos Norte RR SODIUR	União
Ação Cautelar	788	16/05/2005	Governo de Roraima	União e FUNAI
Petição	3405	20/05/2005	Alcides da Conceição Lima Filho	União e FUNAI
Ação Cautelar	861	08/07/2005	FUNAI e MPF	Município de Pacaraima
Ação Civil Originária	804	30/08/2005	Márcio Henrique Junqueira Pereira Governo de Roraima	Pres. da República
Ação Civil Ordinária	808	14/09/2005	Jaqueline Magalhães Lima	União e FUNAI
Ação Cautelar	1086	25/01/2006	Francisco Mozarildo de Melo Cavalcanti	União
Ação Civil	903	12/07/2006	Município de Pacaraima	União
Petição	3710	21/08/2006	Francisco Mozarildo de Melo Cavalcanti	FUNAI e INCRA
Petição	3714	22/08/2006	Sociedade de Defesa dos Índios Unidos Norte RR SODIUR	União e FUNAI
Petição	3721	24/08/2006	Ivalcir Centenaro	União, FUNAI e CIR
Petição	3726	29/08/2006	Espólio de Joaquim Ribeiro Peres	União, FUNAI e CIR
Ação Cautelar	1374	15/09/2006	Newton Tavares	União e FUNAI
Ação Civil Originária	931	15/09/2006	Newton Tavares	União e FUNAI
Petição	3742	18/09/2006	Ivo Barili	União, FUNAI e CIR
Petição	3744	19/09/2006	Paulo Cesar Justo Quartiero	União, FUNAI e CIR
Petição	3744	19/09/2006	Paulo Cesar Justo Quartiero	União, FUNAI e CIR
Petição	3750	21/09/2006	Sociedade de Defesa dos Índios Unidos Norte RR SODIUR	União e FUNAI

Processo	Nº	Data	Requerente	Requerido
Petição	3750	21/09/2006	Sociedade de Defesa dos Índios Unidos Norte RR SODIUR	União e FUNAI
Ação Civil Ordinária	936	28/09/2006	Nelson Massami Itikawa	União, FUNAI e INCRA
Petição	3762	04/10/2006	Nelson Massami Itikawa	União, FUNAI e CIR
Petição	3763	04/10/2006	Genor Luiz Faccio	União, FUNAI e CIR
Petição	3764	05/10/2006	Domicio de Souza Cruz	União, FUNAI e INCRA
Petição	3779	25/10/2006	Napoleão Antonio Zeolla Machado	União, FUNAI e INCRA
Ação Cível Ordinária	974	13/12/2006	Governo de Roraima	União
Ação Civil Originária	1035	25/06/2007	Governo de Roraima	União
Petição	4040	26/06/2007	Espólio de Célia Adames de Souza	União, FUNAI e Outros
Petição	4041	26/06/2007	Espólio de Célia Adames de Souza	União, FUNAI e Outros
Ação C	1794	06/09/2007	Governo de Roraima	FUNAI
Ação Caut.	1866	09/11/2007	Genor Luiz Faccio	União e FUNAI
Ação Caut.	1867	09/11/2007	Paulo Cesar Justo Quartiero	União e FUNAI
Ação Cautelar	1868	09/11/2007	Paulo Cesar Justo Quartiero	União e FUNAI
Ação Cautelar	1869	09/11/2007	Olga Silva Fortes	União e FUNAI
Petição	4231	12/12/2007	Raimundo de Jesus Cardoso Sobrinho	União, FUNAI e INCRA
Ação Caut.	2009	07/04/2008	Governo de Roraima	União
Ação Cautelar	2014	10/04/2008	União	Gov. de Roraima

3 ATUAÇÃO DAS COMISSÕES EXTERNAS DO SENADO FEDERAL E DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RORAIMA

O Senador Mozarildo Cavalcanti, pelo Senado Federal, e a Comissão Especial Externa, da Assembléia Legislativa do Estado de Roraima, realizaram três missões conjuntas para o acompanhamento das ações do Governo Federal no que concerne à Terra Indígena Raposa Serra do Sol.

O Senado Federal constituiu comissões externas por meio dos Requerimentos nº 529, de 2003, e nº 349, de 2005, das quais o Senador Mozarildo foi presidente. A primeira dessas comissões realizou o acompanhamento de casos de

demarcação e conflito envolvendo reservas indígenas em todo o País. A segunda cuidou do quadro imediato após o decreto de homologação da Reserva Indígena Raposa Serra do Sol pelo Presidente da República. Ambas produziram relatórios, apresentados ao Senado, que registraram a percepção dos Senadores sobre os grandes problemas relacionados à demarcação de terras indígenas e a conflitos nessas áreas.

Da missão realizada no período de 09 a 23 de abril de 2008, constituída em virtude do Ofício SF nº 478/2008 do Presidente do Senado Federal, resultou o presente relatório, que consolida também a experiência das ações anteriores e o relato das iniciativas decorrentes do início da operação Upatakon III.

Nas três oportunidades, os membros das comissões foram pessoalmente à Reserva Raposa Serra do Sol, analisaram documentos, ouviram representantes das várias partes interessadas – indígenas, agricultores residentes, lideranças locais, autoridades estaduais e federais – e realizaram audiências públicas em Roraima e em Brasília. Foram produzidos dois relatórios, que consubstanciam um estudo detalhado das características do Estado de Roraima e do processo histórico que resultou na homologação da Reserva Raposa Serra do Sol. Ilustram, ainda, a situação dos índios e demais residentes na região, assinalam o risco da demarcação contínua da área e apresentam recomendações às autoridades federais sobre o processo demarcatório.

3.1 Aspectos Relevantes do Primeiro Relatório (maio de 2005)

Entre as recomendações apresentadas pela primeira Comissão, destacam-se as propostas de caráter nacional e as específicas ao caso de Terra Indígena Raposa Serra do Sol. Como propostas de caráter nacional, convém assinalar:

- a oitiva do Conselho de Defesa Nacional, de acordo com o art. 91, § 1º, inciso III, da Constituição Federal (CF);
- a elaboração de lei regulamentando o art. 20, § 2º, da Carta Magna, sobre faixa de fronteira;
- o apoio a proposta de emenda à Constituição estipulando a intervenção do Senado no processo homologatório;
- a edição de lei federal sobre processo demarcatório, regulamentando a matéria.

Nesse sentido, a Comissão entende que é chegado o momento de participar de forma mais intensa do processo demarcatório, e uma das formas mais eficazes de se alcançar tal intuito é aprovar legislação que, substituindo o Decreto nº 1.775, de 8 de janeiro de 1996, venha a estabelecer um procedimento administrativo de demarcação de terras indígenas mais justo e razoável, atendendo a todos os atores envolvidos de forma equânime e respeitando os sagrados princípios constitucionais que regem a matéria.

No que diz respeito especificamente à situação da Reserva Raposa Serra do Sol, o primeiro relatório propôs que fossem excluídas as áreas necessárias à exploração econômica; as sedes do Município de Uiramutã e das vilas de Água Fria, Socó, Vila Pereira e Mutum, e respectivas zonas de expansão; as estradas estaduais e federais presentes na área (RR-171, RR-407, RR-319, BR-433, BR-401), permitindo-se, nelas o livre trânsito; a unidade de conservação ambiental Parque Nacional Monte Roraima; as áreas tituladas pelo Incra (excepcionalmente) e aquelas referentes a imóveis com propriedade ou posse anterior ao ano de 1934; a faixa de 15 quilômetros ao longo da fronteira do Brasil com a Guiana e a Venezuela.

A Comissão, em sua primeira missão, entendeu ser importante que o Conselho de Defesa Nacional fosse convocado para, por força do que dispõe o art. 91, §1º, inciso III, da Constituição Federal, opinar sobre o efetivo uso das áreas localizadas na faixa de fronteira (art. 20, §2º, da CF/88).

O relatório acrescentou que deveriam ser resguardadas da demarcação áreas que poderiam causar à região graves problemas de ordem política, econômica e social, bem assim as que violem atos jurídicos perfeitos e ofereçam risco potencial à defesa das fronteiras. No que diz respeito às áreas tituladas pelo Incra e àquelas com posse ou propriedade anterior ao ano de 1934, a visita da Comissão *in loco* constatou que tais glebas são ocupadas legitimamente há muitas gerações, fato que descaracteriza a “ocupação indígena tradicional” exigida pelo texto constitucional, razão pela qual a sua exclusão é medida imperativa.

Não obstante a polêmica em torno da demarcação da Reserva e as recomendações produzidas pela primeira Comissão, em 15 de abril de 2005, decreto do Governo Federal homologou “a demarcação administrativa, promovida pela Fundação Nacional do Índio (Funai), da Terra Indígena Raposa Serra do Sol, destinada à posse permanente dos grupos indígenas Ingarikó, Makuxi, Patamona, Taurepang e Wapixana, nos termos da Portaria nº 534, de 13 de abril de 2005, do Ministério da Justiça.”

A demarcação se deu em área contínua, de modo que os chamados “não-índios” residentes na região, muitos há mais de três gerações e um século de ocupação mansa e pacífica, deveriam ser, nos termos da portaria, “extruídos” – como se ali intrusos fossem – da área da terra indígena, em prazo razoável, não superior a um ano, a partir da data de homologação da demarcação administrativa por decreto presidencial.

A portaria proíbe “o ingresso, o trânsito e a permanência de pessoas ou grupos de não-índios dentro do perímetro ora especificado, ressalvadas a presença e a ação de autoridades federais, bem como a de particulares especialmente autorizados, desde que sua atividade não seja nociva, inconveniente ou danosa à vida, aos bens e ao processo de assistência aos índios” (art. 5º). Foram

excluídos da área da Terra Indígena Raposa Serra do Sol, de acordo com o art. 4º da portaria:

I – a área do 6º Pelotão Especial de Fronteira (6º PEF), no Município de Uiramutã (RR);

II – os equipamentos e instalações públicos federais e estaduais atualmente existentes;

III – o núcleo urbano atualmente existente da sede do Município de Uiramutã (RR);

IV – as linhas de transmissão de energia elétrica; e

V – os leitos das rodovias públicas federais e estaduais atualmente existentes.

Ao tomarem ciência da homologação da área da terra indígena de forma contínua e excludente, não como recomendado pelo Senado no primeiro Relatório, de 2004, e prevendo os problemas que dali adviriam, os Senadores Augusto Botelho, Mozarildo Cavalcanti e Wirlande da Luz apresentaram o Requerimento nº 349, de 2005, para a criação de nova Comissão Temporária Externa Raposa/Serra do Sol, o qual foi aprovado. A Comissão destinou-se “a acompanhar e avaliar os desdobramentos decorrentes do processo de demarcação administrativa da Terra Indígena Raposa Serra do Sol, localizada nos Municípios de Normandia, Paracaima e Uiramutã, no Estado de Roraima, em função do Decreto de 15 de abril de 2005, bem como apresentar, ao Senado, relatório dos fatos observados”.

3.2 Aspectos Relevantes do Segundo Relatório (setembro de 2007)

O segundo relatório da Comissão Externa do Senado Federal trouxe uma avaliação dos fatos e dos impactos da demarcação da forma como se dera. Daquele documento, convém destacar o registro do desprezo por parte do Governo Federal para com as recomendações do relatório da primeira Comissão; os protestos dos habitantes de Roraima –inclusive de índios que viviam em Raposa Serra do Sol – contra a forma como se deu a demarcação e a conseqüente

expulsão das famílias consideradas “não-índias” que viviam na região; e as falhas, contradições e nulidades do processo demarcatório, inclusive para com as irregularidades do laudo antropológico que fundamentava o início do processo.

A Comissão também vislumbrou as conseqüências da demarcação. De acordo com o segundo relatório, o Decreto homologatório de 15 de abril de 2005 conseguiu produzir ou potencialmente produzirá, se mantido, várias conseqüências negativas no Estado de Roraima e para sua comunidade índia e não-índia. Como projeção desses efeitos, o relatório aponta impactos econômicos, fundiários, populacional e de defesa.

No que concerne ao impacto econômico, o relatório sinalizava que, em Roraima, uma das principais atividades econômicas é o plantio de arroz e, entre as áreas mais propícias para tal cultivo, estão as que circunscrevem a Terra Indígena Raposa Serra do Sol. No Município de Normandia, por exemplo, a produção de arroz alcançou o patamar de 29 mil toneladas de grãos em 2002, enquanto no Município de Pacaraima, a produção atingiu, em mesmo período, 38 mil toneladas. Além do arroz, destaca-se a produção de gado em Normandia e Pacaraima, que se aproxima de 33 mil cabeças de gado em cada município.

Também a supressão de boa parte das áreas de plantio, concorrente com a não previsão de área de expansão do Município de Uiramutã e extinção das vilas presentes na área indígena, apontam cenário de carência econômica e impacto na qualidade de vida das comunidades índias e não-índias locais.

Não se pode negligenciar que as atividades econômicas mencionadas têm se revelado como grande parceira no desenvolvimento humano indígena, inclusive incentivando projetos de produção agrícola indígena própria. Igualmente, não se pode desprezar a subjetividade e a deliberação coletiva de etnias indígenas no sentido de participarem mais ativamente dos benefícios da cultura não-índia, como meios de transporte, tecnologia de produção, conforto

doméstico, infra-estrutura escolar e sanitária, entre outros incrementos que alteram positivamente o índice de desenvolvimento humano das populações indígenas.

O Estado brasileiro sempre abandonou as comunidades indígenas e ignorou suas opções e estratégias de vida. O Decreto Presidencial de 15 de abril e a Portaria nº 534, de 13 de abril, mais uma vez comprovam o desrespeito à opção indígena, negligenciando posições distintas, como a dos Ingarikós, que pretendem certo distanciamento da vida não-índia, e a de grupos makuxis e wapixanas, que buscam maior integração. Assim, questiona-se quem foram os beneficiados: teria sido parte da população makuxi que optou por laços mais estreitos com a Igreja católica, por meio do Conselho Indigenista Missionário (CIMI) e Conselho Indígena de Roraima (CIR)? E a outra parte? Resta-lhe apenas a opção do protesto?

O fato é que, excetuando o disposto do art. 4º, V, da Portaria nº 534, de 2005, que excluiu da demarcação os leitos das rodovias públicas federais e estaduais atualmente existentes, as conseqüências econômicas para a população roraimense como um todo, e para certas tribos em particular, são desastrosas.

Já sobre o impacto fundiário, o segundo relatório assinalou ser inegável o caos provocado pelo decreto homologatório da Terra Indígena Raposa Serra do Sol. Primeiramente, da forma como foi imposta a demarcação, simplesmente inviabiliza-se a organização fundiária de Municípios como Uiramutã, Pacaraima e Normandia.

Esse efeito, observou-se à época, corresponde ao inverso pretendido pela comunidade política e produtora do Estado de Roraima. Em vez de serem transferidas propriedades da União para o Estado de Roraima, aumenta-se a terra federal. Dessa forma, o Estado de Roraima não possui autonomia sequer sobre metade de seu território, em clara ofensa aos mandamentos constitucionais

e ao pacto federativo. Tal situação pode ser visualizada conforme segue no quadro a seguir:

DISCRIMINAÇÃO	ÁREA (ha)	%
TERRAS PÚBLICAS FEDERAIS DESTINADAS	14.257.800,00	63,94
Projetos de assentamentos	1.241.579,12	5,57
Unidades de conservação	2.329.857,00	10,45
Reservas indígenas	10.398.390,00	46,63
Terras do Ministério da Defesa	25.725,47	0,12
Áreas tituladas	262.248,41	1,18
TERRAS PÚBLICAS FEDERAIS NÃO DESTINADAS	5.800.000,00	26,01
Dentro da faixa de fronteira de 150 km	4.000.000,00	17,94
Fora da faixa de fronteira	1.800.000,00	8,07
TERRAS PÚBLICAS ESTADUAIS DESTINADAS	1.033.529,93	4,63
APA DO BAIXO RIO BRANCO	1.207.650,07	5,42
SUPERFÍCIE ESTADUAL	22.298.980,00	100,00

Não se pode negar que, em Roraima, muitas terras são tradicionalmente ocupadas pelos índios e merecem estar sob seu domínio, seguindo conquista histórica assinalada em norma constitucional. Entretanto, boa parte do que é definido como “terra tradicionalmente ocupada” não corresponde à realidade, tendo em vista os confusos e irregulares procedimentos burocráticos da União. Os títulos dominiais validamente emitidos há mais de uma geração são manifestamente ignorados e, como conseqüência, aos ocupantes de boa-fé em áreas transformadas em terras indígenas, somente restará o recebimento de indenização por suas benfeitorias, nos termos do art. 231, § 6º, da CF. Registra-se, a esse respeito, que os depoimentos colhidos em Roraima apontam na direção das dificuldades de proprietários de boa-fé receberem até mesmo o correspondente às benfeitorias.

Em se tratando do impacto populacional, a demarcação criou sentimento de extrema instabilidade nas vilas de Água Fria, Socó, Vila Pereira e Mutum, que é habitada por índios, descendentes de índios e de não-índios, gente humilde, digna e que mantém vínculo profundo com o local. Por certo, essas pessoas nunca fizeram jus à pecha de “invasores”, entre outros adjetivos ofensivos

e, com a demarcação, possivelmente terão de sair para formar favelas em Boa Vista. Contrariamente aos rizicultores e pecuaristas, que possuem meios de se defenderem, as pessoas das vilas possuem poucas perspectivas e, seguramente, não terão guarida da União.

Essas previsões evidenciaram-se, desde que começou o deslocamento forçado das populações “não-indígenas”, o que provoca um impacto social significativo no Estado.

Finalmente, no que concerne aos impactos sobre Defesa Nacional, registre-se que o processo demarcatório atendeu em grande medida ao solicitado para a defesa da integridade territorial local. Afinal, o Decreto nº 4.412, de 7 de outubro de 2002, garante às Forças Armadas liberdade de trânsito e acesso, instalação e manutenção de unidades e de equipamentos de fiscalização, bem como implantação de programas e projetos de controle e proteção de fronteira. Essa liberdade de atuação é extremamente necessária para a defesa nacional em local que pode servir de via de combate em disputa territorial entre Venezuela e Guiana, bem como de fluxo de contrabando de pedras preciosas. Importa observar que, na área da Terra Indígena Raposa Serra do Sol há abundantes reservas minerais, entre eles diamante, zinco, ouro, caulim, ametista, cobre, diatomito, barito e molibdênio.

O segundo relatório ressalta, contudo, a defesa não se constitui, entretanto, na ação militar propriamente dita, pois as ameaças ao território nacional não se reduzem à ação armada manifesta e, mesmo diante de tais ações, a reação e manutenção de nossa integralidade depende de pluralidade de fatores ínsitos na sociedade civil.

Destaca, ainda, que a supressão de Vila de Mutum traria de grande dano à manutenção de nossa defesa, pois a Vila é separada da Guiana por apenas um rio e, inclusive, há intensa atividade no local: guianenses se abastecem de alimentos e outros gêneros em Mutum, por travessia de balsa, enquanto

brasileiros exploram minerais em território guianense e vice-versa. Há registros de que diamantes extraídos no Brasil são contabilizados como recursos minerais da Guiana. A área em questão é riquíssima em diamantes e não há, por parte da Guiana nem do Brasil, vigilância adequada, entre outros fatores de instabilidade. A ausência de urbanização em Mutum causará, seguramente, enfraquecimento do controle e pode constituir foco de instabilidade futura.

Outro impacto significativo, que se reflete de forma perversa em todos os setores vitais do Estado de Roraima, diz respeito à drástica redução na área total desta Unidade da Federação. Segundo dados do IBGE/IBAMA/ITERAIMA, as terras no Estado estão assim distribuídas: 0,76% de terras de ONGs; 1,22% de áreas do Exército; 7,83% de terras alagadas e montanhosa; 24,8% de Unidades de Conservação; 8,05% de terras livres e 57,33% de terras indígenas.

Como recomendações, a Comissão elegeu como prioritárias:

- reforçar as recomendações do relatório da Comissão Temporária Externa sobre Demarcação de Terras Indígenas, criada pelo Requerimento nº 529, de 2003, no que diz respeito à Reserva Raposa Serra do Sol;
- apoiar o Projeto de Decreto Legislativo nº 192, de 2005, que *susta o Decreto do Presidente da República, de 15 de abril de 2005, sem número, que homologa a demarcação administrativa da Terra Indígena Raposa Serra do Sol, no Estado de Roraima.*

Não obstante as recomendações constantes dos dois relatórios mencionados, e apesar de não ter indenizado, nem reassentado os proprietários identificados pela FUNAI na área da reserva, o Governo Federal ordenou o início da retirada dos ocupantes não-índios da reserva.

Assim, a Polícia Federal, no dia 27 de março de 2008, deu início à operação Upatakon III, motivando novamente a mobilização da Comissão de Relações Exteriores do Senado Federal e da Assembléia Legislativa do Estado de Rondônia e a formação de nova comissão, cujo trabalho resultou nas conclusões do presente relatório consolidado.

4 A OPERAÇÃO UPATAKON III E A REPERCUSSÃO NO SENADO FEDERAL

A partir do Decreto de homologação em 15 de abril de 2005, começou o processo de deslocamento forçado das famílias consideradas não-índias que viviam na área da terra indígena, muitas ali residindo há mais de cem anos. Outro Decreto¹, sem número, editado na mesma data, criou um comitê gestor “para coordenar a implementação das ações de competência dos órgãos federais no Estado de Roraima e elaborar, em articulação com os governos estadual e municipais, plano para o desenvolvimento sustentável do Estado”.

No final de 2006, a Funai realizou, com apoio do Incra, vistorias para avaliação do valor das benfeitorias, após o que as primeiras famílias de residentes na terra indígena e consideradas “não-índias” começaram a ser convocadas por edital, para receberem suas indenizações.

Segundo o Ofício nº 270/AER-Boa Vista/FUNAI/2007, de 25 de setembro de 2007, encaminhado ao Senador Mozarildo Cavalcanti, o processo de indenização somente iniciou-se com a Portaria nº 449/PRES, de 12/04/2006 (um ano após a publicação do Decreto homologatório). As indenizações prosseguiram com as portarias nº 848, de 07/07/06; nº 1402, de 10/11/06; nº 128, de 23/02/07; e nº 375, de 14/05/07, resultando num processo de mais de um ano.

¹ Diário Oficial da União de 18/04/2005

O citado Ofício informou que, até aquele momento, 142 famílias expulsas (40,8 % do total) ainda não haviam sido indenizadas.

Os que não concordaram com as indenizações as tiveram depositadas em juízo e aguardam o julgamento de seus recursos. Mas a Funai não informou, em seu Ofício, se os casos de depósito em juízo figuram entre os 198 indenizados.

A Funai não possibilitou aos expulsos o acompanhamento do processo de vistoria e avaliação das benfeitorias, não lhes esclareceu os critérios de julgamento, e não lhes permitiu o acesso aos laudos de vistoria e avaliação, em demonstração de total arbitrariedade e falta de transparência.

Dezenas de famílias acabaram iludidas pelo processo indenizatório, obrigadas a deixar suas casas com a promessa de serem reassentadas. Em verdade, foram-lhes destinadas pelo Incra áreas e condições que não lhes permitiam subsistência mínima de qualidade.

Em agosto de 2007, o Senador Mozarildo Cavalcanti foi informado que estaria prestes a ser desencadeada a Operação Upatakon III, da qual participariam, em apoio à Funai, a Polícia Federal, o Exército Brasileiro e outros órgãos federais para a retirada das famílias residentes na área demarcada. Planejava-se uma verdadeira operação de guerra, empregando-se equipamentos e pessoal como se houvesse um inimigo a ser neutralizado. De fato, no que concerne à Defesa Nacional, a iniciativa do Governo federal colocaria as Forças Armadas a atuar contra brasileiros.

A Upatakon III foi então denunciada no Plenário do Senado e, embora inicialmente as autoridades federais negassem a operação, acabaram tendo que admiti-la. Após a denúncia feita pelo Senador Mozarildo Cavalcanti, com repercussão perante a opinião pública nacional, a referida Operação foi adiada.

Atendendo ao Requerimento nº 815, de 12 de julho de 2007, do Senador Mozarildo Cavalcanti, o Senado Federal aprovou, em 05 de setembro de 2007, a criação da segunda Comissão Temporária Externa, composta de três senadores, destinada a acompanhar a retirada de moradores não-indígenas da Terra Indígena Raposa Serra do Sol. O Senador Mozarildo Cavalcanti foi designado para acompanhar a situação no Estado. Nesse trabalho, contou com o apoio de Comissão Especial Externa da Assembléia Legislativa do Estado, criada em 19 de setembro de 2007, constituída pelos Deputados Estaduais Aurelina Medeiros, Ionilson Sampaio, Ivo Som, Marília Pinto, Sargento Damosiel e Zé Reinaldo.

Juntamente com o Senador Mozarildo Cavalcanti, a Comissão se deslocou para diferentes áreas do Estado, sendo acompanhada por servidores dos Poderes Legislativos federal e estadual, um representante da Agência Brasileira de Inteligência (ABIN), um oficial do Exército Brasileiro, o Secretário de Estado do Índio, além de representantes da imprensa local.

Nessa ocasião, foram realizadas diversas reuniões com autoridades e lideranças locais para discutir o problema. Foram realizadas, também, visitas às localidades situadas na área indígena em questão e ao assentamento Nova Amazônia.

Ressalte-se que, na reunião realizada com aproximadamente 60 assentados excluídos da Terra Indígena Raposa Serra do Sol, o Senador e os membros da comissão tomaram conhecimento dos problemas do processo de assentamento. Os assentados reclamaram da demora do Incra, em liberar os créditos de implantação, e da Funai em efetuar o pagamento de indenizações. É conveniente observar que, em abril de 2008, a situação continua praticamente inalterada.

Na audiência, o representante dos arroteiros manifestou a insatisfação dos produtores com a avaliação das benfeitorias feitas pela Funai,

afirmando que, em alguns casos, não cobre 5% dos investimentos realizados, e que, por isso, não estão eles dispostos a deixar a área.

As lideranças indígenas manifestaram seu descontentamento com a expulsão dos residentes da área. Criticaram, também, aqueles que acreditam que os índios querem viver de pesca e caça, afirmando que só querem participar do desenvolvimento do País. Expressaram, em termos gerais, o interesse no retorno dos residentes expulsos e o receio de que os índios venham a ser deslocados em virtude da atuação de grandes mineradoras, que, acredita, têm interesses na exploração das jazidas existentes. Por fim, disse que é contra a extinção dos municípios cujas sedes se encontram estranguladas pelas áreas destinadas às reservas (Reservas Serra do Sol e São Marcos).

Os representantes dos assentados reiteraram as denúncias acerca das condições desumanas em que se encontram desde que foram expulsos da reserva. Registraram, também, que há expulsos da reserva que não foram contemplados com lotes em nenhum assentamento, apesar de existirem vagas ociosas. Reclamaram do descaso das autoridades federais (Funai e Incra) com a implementação das promessas, de indenização justa e de assentamento efetivo, anteriormente feitas. Criticam ainda o fato de não lhes ser permitida, no futuro, a titulação definitiva do lote que lhes foi destinado.

A Superintendência Regional do Incra em Roraima informou, por meio do Ofício/SR25/G/RR/nº 015/07, de 26 de setembro de 2007, que 131 famílias foram reassentadas, a maioria no Projeto de Assentamento (PA) Nova Amazônia.

Informações obtidas junto a técnicos que atuam no processo indicam a inadequação das terras do PA Nova Amazônia para agricultura familiar, representada pela falta de infra-estrutura adequada: condições das estradas, a falta de energia elétrica, saneamento básico, acesso a água para irrigação e consumo humano.

Os solos ácidos exigirão investimentos em correção com calcário, incompatíveis com os valores disponíveis nas linhas de crédito para a agricultura familiar. Segundo o mapa dos níveis de exigência das terras para aplicação de fertilizantes corretivos, elaborado pelo Instituto de Terras de Roraima (ITERAIMA), a área do PA Nova Amazônia está situada em terras

com altas exigências de fertilizantes e calagem para manutenção e correção de seu estado nutricional².

A maioria dos reassentados ainda não recebeu do Incra a Declaração de Aptidão (DAP) do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), requisito fundamental para o acesso aos recursos de crédito rural desta fonte de financiamento.

Tal atraso na concessão do crédito é agravado pelo fato de, em outubro, iniciar-se, na região, o período seco. Ainda que os recursos sejam liberados, o plantio assim realizado, fora da época ideal, resultará em perdas na produção e provável endividamento dos assentados.

O atropelo do Governo Federal na implementação da desocupação da área da Raposa Serra do Sol é resultado da lentidão e atraso no início das ações. É evidente que a primeira providência deveria ser a identificação das áreas destinadas ao reassentamento das famílias a serem expulsas (antes mesmo da vistoria e avaliação das benfeitorias). Em seguida, deveria o Governo ter provido estas áreas com a infra-estrutura necessária à sua habitação³ e ocupação produtiva. Casas com energia elétrica e água potável deveriam ter sido construídas antes de essas famílias serem expulsas de suas moradias.

² Diagnóstico do Estado de Roraima: Subsídio à elaboração de projetos específicos para transferência das terras da União para o Estado. Itirama, março de 2005. Disponível em: http://www.rr.gov.br/investidor/DIAGNOSTICO_DO_ESTADO_DE_RORAIMA.pdf

³ Somente em outubro de 2007 foi realizada a primeira licitação para construção de 150 casas no Projeto de Assentamento Nova Amazônia. O edital de licitação não informava o valor do investimento.

Aspecto das condições de moradia de assentado no PA Nova Amazônia

Paralelamente, deveria o Governo ter procedido ao credenciamento das famílias (via emissão da DAP/Pronaf) para recebimento do crédito rural (independentemente dos valores indenizados) e da assistência técnica e extensão rural, imprescindíveis à retomada da sua condição de produtores rurais.

5 CONSIDERAÇÕES SOBRE A EXPULSÃO, O DESLOCAMENTO FORÇADO E O REASSENTAMENTO DAS FAMÍLIAS RESIDENTES NA TERRA INDÍGENA

O que se tem percebido no processo de expulsão dos residentes na Terra Indígena Raposa Serra do Sol é um total descaso, por parte das autoridades federais, para com aqueles brasileiros que ali vivem há gerações. Sob o argumento de defesa de uma causa indígena com a qual nem mesmo a maioria dos índios da região se identifica, o Governo Federal tem promovido ações autoritárias, descompromissadas com os roraimenses e que violam direitos inerentes à pessoa humana.

O processo de demarcação da Terra Indígena Raposa Serra do Sol foi eivado de vícios de origem, técnicos e legais. E a expulsão dos brasileiros que lá se encontram produzirá máculas econômicas e, sobretudo, sócio-culturais que afetarão gerações de brasileiros. Assiste-se mesmo ao estabelecimento de diferenciações entre brasileiros baseadas em critérios pseudo-científicos, uma verdadeira política de segregação.

Apenas aqueles que não conhecem a realidade das populações de nossa região é que podem cogitar reverter um processo de integração cultural construído por séculos de convivência. A realidade é que se busca criar

diferenças que não existem, e inibir o desenvolvimento de um tecido social fruto da miscigenação entre os chamados brancos e os indígenas, que produziu o caboclo amazônida.

Fomenta-se, ainda, o conflito. Convém observar que não se trata de um conflito entre índios e não-índios, mas sim de uma tentativa, por parte do Governo Federal e de grupos privados, de promover a discórdia entre brasileiros que ali vivem pacificamente há gerações. A consequência óbvia é a desagregação social e familiar, e o atrito entre as pessoas da região.

Constata-se, de fato, o que se constatou foram práticas de deslocamento forçado, mediante as quais famílias são retiradas de suas casas e lançadas em áreas sem infra-estrutura nem condições mínimas para a reconstrução de uma vida digna, sem que lhes houvesse sido assegurado o direito a indenização justa, tampouco o direito a qualquer forma de intervenção no respectivo processo judicial, que peca por uma total falta de transparência.

O comportamento das autoridades federais tem-se revelado questionável, até mesmo pela maneira como conduz a operação UPATAKON III, denunciada pelo Senador Mozarildo Cavalcanti no Plenário do Senado Federal. Preparou-se uma milionária operação de guerra, que utilizaria as Forças Armadas contra os mesmos cidadãos que elas deveriam proteger. A iniciativa mostrou-se tão absurda, que até mesmo altos oficiais das Forças Armadas questionaram o emprego dos militares nessas ações.

Para investigar atuação dos órgãos federais, o Senador Mozarildo Cavalcanti e os Deputados Aurelina Medeiros, Ionilson Sampaio, Ivo Som, Marília Pinto e Zé Reinaldo, componentes da Comissão Externa da Assembléia Legislativa de Roraima, visitaram área da Reserva no dia 17 de abril. Nessa visita, tiveram a oportunidade de verificar a situação e manter contato com diversas lideranças locais.

Verificou-se que as forças policiais encontram-se posicionadas, com barreiras montadas nas vias de acesso ao Município de Pacaraima, conforme mostra a figura abaixo.

Instalada na Vila Surumu, e com a justificativa de desarmar a população, a Polícia Federal tem revistado as pessoas que transitam na área, apesar de o Supremo Tribunal Federal ter determinado a suspensão da operação na área.

A população de índios e caboclos residentes da Vila Surumu, visitada na ocasião, em vários relatos, confirmaram que, apesar da determinação judicial de suspensão da desocupação da reserva, os habitantes não-índios continuam a ser pressionados por servidores da Funai a deixarem a área da Reserva.

Uma delimitação física, formada por troncos dispostos na estrada no centro da Vila, simboliza a situação de divisão que marca o vilarejo, separando o grupo que se associa ao Conselho Indígena de Roraima (CIR) na defesa da retirada dos não-índios do restante da população, favorável a sua permanência na Reserva.

Em contato mantido com o prefeito da Pacaraima, Senhor Paulo César Quartiero, foi possível colher informações sobre todo o processo de mobilização da comunidade local, desde a chegada das primeiras tropas da Polícia Federal. O Senhor Quartiero informou que transferiu a administração municipal para a Vila Surumu, com o objetivo de acompanhar de perto as ações da Polícia e a mobilização da população local.

Ainda de acordo com o Senhor Quartiero, o CIR induz alguns indígenas a pressionarem pessoas não-índias residentes a abandonarem suas casas e saírem da Reserva. Segundo ele, por essa razão, faz-se necessário resistir à pressão e conscientizar a população sobre seus direitos.

O Senador Mozarildo Cavalcanti e os membros da Comissão Externa da Assembléia Legislativa de Roraima reuniram-se com a comunidade na sede da Prefeitura para ouvir as lideranças locais. Nessa ocasião, comprometeram-se a continuar a luta pelo reconhecimento do direito dos brasileiros não-índios de permanecerem na Reserva Raposa Serra do Sol.

Após a reunião na Sede, o Senador Mozarildo e a Comissão Externa receberam, entre outros documentos, uma lista de reivindicações de uma das associações representativas da população local, cujo teor transcrevemos abaixo.

Reivindicação dos moradores do Distrito do Surumu, no sentido de buscar um entendimento em relação à situação de conflito na Raposa Serra do Sol

1. Retirada imediata da Polícia Federal e da Força nacional das reservas indígenas São Marcos e Raposa Serra do Sol, afinal de contas, aqui residem brasileiros trabalhadores, e não bandidos.
2. Seja desmembrada da Raposa Serra do Sol a área do Distrito do Surumu e toda a área produtiva de arroz existente no interior da reserva.
3. Antes da decisão do STF, sejam realizadas audiências públicas, sendo uma em Pacaraima, uma no Surumu, uma no Uiramutã e a quarta em Normandia, com o objetivo de ouvir o povo indígena a respeito da revisão da demarcação e homologação da reserva Raposa Serra do Sol.
4. Que as propostas apresentadas nessas audiências sejam encaminhadas às duas Casas Legislativas do País, e que após a discussão sejam votadas, tanto na Câmara dos Deputados, como no Senado;
5. Que durante o processo de revisão, todos os indígenas não-residentes na sede do Distrito sejam devolvidos para suas respectivas comunidades, até que saia a decisão final.

Distrito do Surumu, 17 de abril de 2008

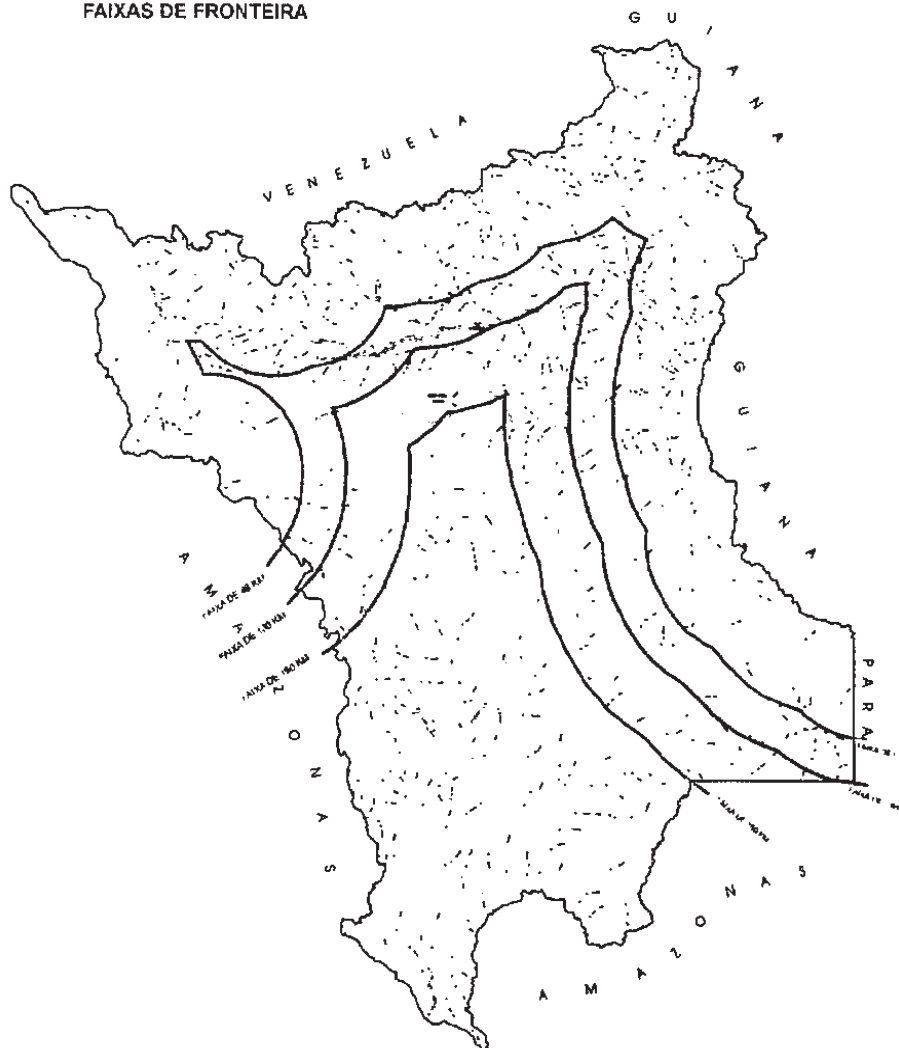
Cleocy de Oliveira Barros

Vice-Presidente da Associação de Moradores do Distrito do Surumu

Reafirme-se que a totalidade da área indígena encontra-se em faixa de fronteira, conforme mapa abaixo. Ademais, trata-se de região rica em jazidas minerais. Pergunta-se, portanto, sobre o real interesse em ver longe de território estratégico pessoas que poderiam representar a primeira linha de ocupação brasileira em uma das poucas regiões de fronteira onde há real

perigo de conflito envolvendo nações vizinhas. É preciso indagar também a respeito dos reais interesses que motivariam a expropriação de famílias trabalhadoras, sob o argumento de que estas impediriam a preservação dos usos, costumes e tradições de comunidades indígenas com as quais convivem harmonicamente há séculos.

ESTADO DE RORAIMA
FAIXAS DE FRONTEIRA



GOVERNO DO ESTADO DE RORAIMA
INSTITUTO DE TERRAS E COLONIZAÇÃO DE RORAIMA
DIRETORIA DE COLONIZAÇÃO

Pergunta-se, outrossim, por que brasileiros são proibidos de circular na região, enquanto se toleram organizações com financiamento estrangeiro atuando junto a comunidades indígenas, muitas vezes, como presença alternativa à do Estado. Parece-nos estranho o estabelecimento dessas diferenças.

Por que, de fato, o Governo Federal tem realizado essas ações à revelia dos Governos estadual e municipais e, mesmo, dos próprios cidadãos roraimenses? Afinal, parece que as autoridades federais simplesmente não reconhecem a existência do Estado de Roraima, nem sequer dos anseios das populações que ali vivem.

Quais foram as ações do Comitê Gestor⁴ e por que não elaborou o plano de desenvolvimento sustentável do Estado, conforme atribuído pelo seu Decreto criador, há mais de dois anos?

E como ficarão os índios que se encontram na área da reserva, a depender apenas da assistência da Funai? Sem a presença do Estado e dos municípios, quem proverá essas comunidades com educação, saúde e serviços essenciais? Tomemos como exemplo a situação de abandono a que foram relegados os Yanomami, diante da incapacidade dos órgãos federais de preencher as lacunas abertas com a exclusão do Estado e dos Municípios.

Finalmente, pergunta-se qual a real preocupação com a condição humana dessas pessoas que foram expulsas de seus lares, tiveram o rumo de suas vidas radical e subitamente alterado, e viram-se abandonadas por um Governo que lhes negou uma existência digna, justa e perfeita.

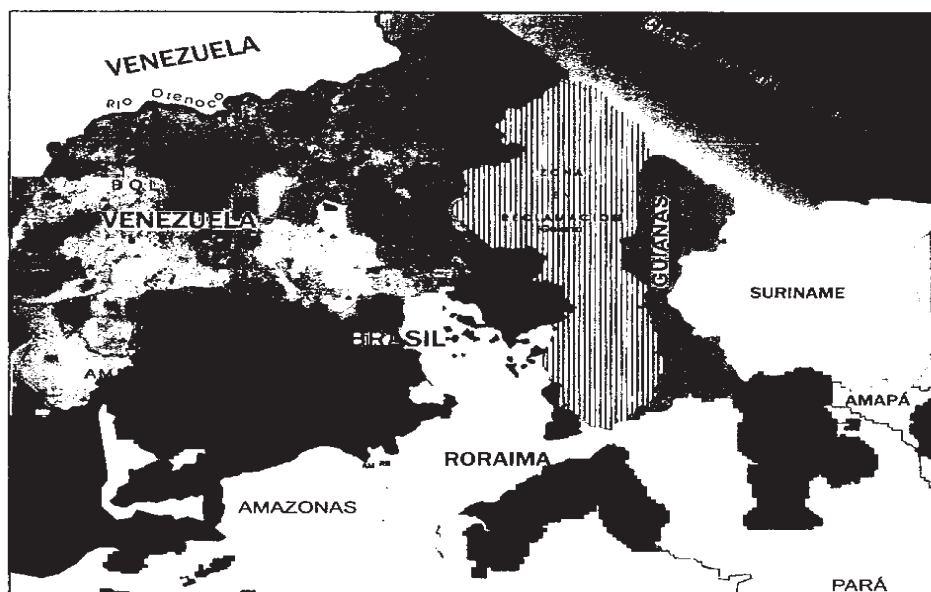
Pergunta-se, ainda: quem manterá a ordem e a paz na área em que os grupos étnicos não se entendem? A Polícia Federal? A Guarda Nacional?

⁴ Segundo o Decreto, de 15 de abril de 2005, o Comitê Gestor teria 30 integrantes, titulares (19) e suplentes (11), representantes de 15 diferentes ministérios, podendo ainda incorporar *representantes de outros órgãos da administração pública, de entidades privadas, de organizações não-governamentais, de conselhos e de organizações locais para o acompanhamento ou participação dos trabalhos.*

6 AMEAÇAS À SOBERANIA BRASILEIRA NA REGIÃO E QUESTÕES DE DEFESA NACIONAL

Um aspecto que deve ser considerado sobre a situação da Terra Indígena Raposa Serra do Sol é que não se trata de um acontecimento isolado, mas de medida compreendida dentro da política indigenista atual do Governo Federal. No que concerne à soberania brasileira na Amazônia e aos aspectos de Defesa Nacional, essa política desperta significativa preocupação.

Primeiramente, convém assinalar que a criação da Reserva e sua demarcação em área contínua cria uma área indígena na fronteira do Brasil com a Venezuela e a Guiana, países cujas relações têm sido marcadas por risco latente de conflito militar. As Reservas Raposa Serra do Sol e Yanomami formam agora um cinturão indígena ao longo de toda a fronteira norte, leste e oeste do Estado de Roraima. Ora, com a retirada dos brasileiros não-índios da região, a ocupação daquela área, sem dúvida medida estratégica para garantir a soberania brasileira, fica comprometida. Fica comprometida principalmente se pensarmos na posição estratégica do Estado de Roraima, conforme pode-se ver no mapa abaixo.



Para agravar a situação, alguns grupos já falam em autodeterminação daqueles povos indígenas de Roraima e mesmo na criação de um Estado indígena autônomo. Nesse sentido, setores interessados da comunidade internacional têm defendido essa autodeterminação dos povos indígenas, aí incluídos os de Roraima, como se aqueles brasileiros não o fossem.

Cite-se a Declaração dos Povos Indígenas, aprovada pela Assembléia Geral das Nações Unidas (ONU), em 13 de setembro de 2007. O documento, que teve votos contrários de Estados Unidos da América, Canadá, Austrália e Nova Zelândia, contra 143 votos favoráveis e 11 abstenções, recomenda medidas que assegurem o direito de participação política dos índios, acesso à terra e aos recursos tradicionais, e preservações do território.

Vejamos, por exemplo, o art. 3 da Declaração, que atesta que “os povos indígenas têm direito à livre determinação” e que “em virtude desse direito devem determinar livremente sua condição política e perseguir seu desenvolvimento econômico, social e cultural”. Já o art. 4 propõe que, “no exercício de seu direito de livre determinação”, os povos indígenas têm direito mesmo “à autonomia e ao autogoverno em questões relacionadas com seus assuntos internos e locais, assim como a dispor dos meios para financiar suas funções autônomas”. Ainda tratando de governo próprio, o art. 5 garante aos indígenas o direito a “conservar e reforçar suas próprias instituições econômicas, políticas e sociais”.

A Declaração também condena a discriminação contra os indígenas e propõe a adoção de medidas assegurando a participação dos índios na formulação de políticas voltada para essa população. Reconhece, portanto, o direito dessas etnias de decidir sobre seu desenvolvimento econômico, social e político. Seriam cerca de 370 milhões de indígenas vivendo em mais de 70 países, segundo a ONU.

Preocupa-nos, outrossim, o art. 30, que proíbe “o desenvolvimento de atividades militares nas terras e nos territórios dos povos indígenas, a menos que justificadas por ameaça importante ao interesse público e com a concordância dos povos indígenas interessados”. Assim, nossas Forças Armadas estariam indo de encontro à referida Declaração ao fixarem-se em áreas de reserva indígena? E como fica essa questão diante do art. 31, que atribuiu aos povos indígenas o direito de “manter, controlar, proteger e desenvolver seu patrimônio”? Há mesmo a previsão de “cooperação internacional” para garantir esses direitos. Até que ponto isso pode vir, em futuro não tão distante, a desencadear ações internacionais para a defesa dos interesses de autodeterminação dos povos indígenas que vivem no Brasil, cremos ser uma questão da mais alta relevância para a defesa da nossa soberania.

A ONU tenta, ainda, com essa medida, levantar uma discussão de “responsabilidade histórica” dos povos do mundo para com os grupos indígenas, o que é perigoso em países onde esses grupos foram integrados à comunidade nacional, como é o caso do Brasil. O Secretário-Geral da Organização, Ban Ki-Moon, chegou mesmo a afirmar que o documento é “uma forma de os países membros da ONU e os povos indígenas se reconciliarem com passado doloroso e seguir em frente para avançarem na garantia dos direitos humanos, justiça e desenvolvimento para todos”. Em nota lida pela porta-voz do Secretário-Geral durante a cerimônia de aprovação da Declaração, conclama-se a sociedade civil a “pressionar pela inclusão dos índios nas políticas públicas”.

Em 2006, a Declaração dos Povos Indígenas foi adotada pelo Conselho de Direitos Humanos da ONU. No entanto, três países africanos (Botsuana, Namíbia e Nigéria) questionaram os princípios de autodeterminação, relacionados à territorialidade. O argumento era de que isso poderia enfraquecer a integridade ou a unidade política de nações.

Mesmo não sendo um marco legal obrigatório, cabendo aos países decidir se cumprem as recomendações, a Declaração já é sinal de movimentos internacionais por uma maior autonomia das populações indígenas, podendo mesmo ser usada futuramente para questionar os direitos brasileiros sobre grandes extensões da Amazônia e do Estado de Roraima em particular.

A Organização dos Estados Americanos (OEA) segue também a linha defendida pela ONU, tendo defendido constantemente a autodeterminação dos indígenas americanos. É provável que o Brasil, membro de ambas as organizações, se veja impelido, mais cedo ou mais tarde, a inclinar-se a tais manifestações da comunidade internacional e ver ameaçados seus interesses, inclusive de soberania sobre a Amazônia.

Não é de hoje que se fala em maior autonomia, quando não independência, das chamadas “nações indígenas”. Assim era o discurso internacional pelos Yanomami, discurso este que ganha força à medida que se vislumbra um despreparo do governo brasileiro para lidar com o tema.

Também não são poucas as organizações não-governamentais que vêm atuando “pela causa indígena” em Roraima e na Amazônia como um todo. Enquanto muitas dessas organizações são bem-intencionadas e fazem um trabalho relevante, há outras tantas cujos reais interesses passam longe do apoio e proteção aos povos indígenas. Um problema grave no Brasil é a total falta de controle do Estado sobre essas ONGs. Alerta-se, assim, para os riscos à nossa Defesa Nacional da atuação de certas organizações em nosso território, contra os interesses brasileiros e sem qualquer controle por parte do poder público, quando não com apoio financeiro deste.

As mesmas organizações que circulam livremente no território brasileiro e têm ingerência sobre nossas comunidades indígenas vão a fóruns internacionais denunciar o Brasil por ineficácia e ineficiência no trato da questão indígena. Também, defendem um discurso de separação entre índios e brasileiros, como se aqueles não fizessem parte incontestemente de nosso povo. E, aos poucos, vão angariando simpatia da opinião pública internacional e apoio de governos pela autodeterminação de nossas comunidades indígenas, com risco de separá-las do território nacional e criar-lhes um país independente. Trata-se uma preocupação constante de todos aqueles que vivem a questão indígena no Brasil e constatarem a atuação de certas organizações não-governamentais.

É importante, nesse sentido, ressaltar a atuação do Conselho Indigenista de Roraima (CIR) que, nos últimos anos, vem recebendo montante elevado de recursos do Governo Federal para a atuação junto às comunidades indígenas de Roraima. De acordo com a tabela a seguir, verifica-se que os recursos transferidos à entidade, entre os anos de 2003 e 2007, perfazem um total de quase 39 milhões de reais.

RECURSOS RECEBIDOS PELO CIR (2003-2008)

Ano	Empenhado	Liquidado	Pago	Restos a Pagar Inscritos	Restos a Pagar Pagos
2003	7.758.889,50	7.758.889,50	6.700.000,00	1.085.689,50	-
2004	7.380.490,37	7.380.490,37	5.676.846,46	2.789.333,41	1.703.643,91
2005	7.809.339,03	7.809.339,03	7.576.018,26	683.676,57	231.895,00
2006	8.788.857,28	8.788.857,28	8.755.130,98	1.094.041,57	30.126,00
2007	10.242.500,34	10.242.500,34	10.207.500,34	139.026,07	-
2008*	2.696.528,62	-	-	-	-
Totais	44.676.605,14	41.980.076,52	38.915.496,04		

* Previsão de acordo com os autógrafos da LOA 2008.

Fonte: CIAFI

Outro ponto que não pode ser ignorado sobre o tema diz respeito ao crescente fluxo de brasileiros que atravessam para o território de países vizinhos para explorar recursos minerais do outro lado da fronteira. A Guiana, por exemplo, não tem restrições ao garimpo em seus rios fronteiriços com o Brasil, o que acaba levando brasileiros a explorar nossas riquezas supostamente a partir do lado guianense. Muitas vezes, porém, essa exploração é feita ilegalmente do lado brasileiro. Como não há qualquer controle do processo por nossas autoridades, a produção acaba sendo escoada e legalizada como se guianense fosse, em prejuízo do Estado e da sociedade brasileiros. Vamos ficar de olhos fechados para a questão? Quantos brasileiros não preferem emigrar ou trabalhar – inclusive ilegalmente – em países vizinhos, onde encontram melhores condições? Esse é outro problema de segurança nacional.

Ao tratarmos de segurança nacional, reiteramos que Roraima encontra-se em região de eventual conflito do outro lado de suas fronteiras. As disputas territoriais entre Venezuela e Guiana podem repercutir, especialmente em caso de confrontação armada entre os dois países, alcançando mesmo o território brasileiro. Difícil lidar com a situação se, ao longo de toda a

fronteira, a soberania brasileira estiver limitada pelas restrições de nossa política indigenista. Mais difícil ainda se, ao longo da fronteira, não existirem assentamentos urbanos para garantir nossos direitos sobre aquele território.

O caso em tela, portanto, não diz respeito à desocupação de uma reserva indígena e ao reassentamento de brasileiros considerados não-índios em outras áreas. O que está se fazendo é desocupar a fronteira com dois países que têm litígio, rica em minerais e onde há, para agravar a situação, registro de atividades do narcotráfico. Isso não pode ser percebido com a simplicidade de quem só “ouve falar do assunto”, sendo levado a crer que a ação é apenas para defender uma minoria de índios. Sabemos que a maioria dos índios da região não quer a desocupação, e cenários de conflito interno, inclusive envolvendo as Forças Armadas e autoridades policiais, são cada vez mais plausíveis.

Por todas essas questões, achamos pertinente que seja acionado o Conselho de Defesa Nacional (CDN). Afinal, de acordo com a Constituição, em seu § 1º do art. 91, compete ao CDN, “propor os critérios e condições de utilização das áreas indispensáveis à segurança do território nacional e opinar sobre seu efetivo uso, especialmente na faixa de fronteira e nas relacionadas com a preservação e a exploração dos recursos naturais de qualquer tipo” e “estudar, propor e acompanhar o desenvolvimento de iniciativas necessárias a garantir a independência nacional e a defesa do estado democrático”.

Ora, o que foi testemunhado em Roraima requer apreciação criteriosa do CDN. A soberania brasileira naquela área está ameaçada, os direitos e garantias fundamentais de brasileiros e brasileiras que vivem na região são violados, e as autoridades federais que deveriam gerir a questão mostram-se ineptas e descompromissadas com os interesses mais nobres.

Diante de todas essas questões relativas à Defesa Nacional, a pergunta que permanece é: vamos reagir somente quando esta crise chegar a

proporções tais que já não teremos mais qualquer condição de defesa dos interesses nacionais?

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A homologação da Reserva Indígena Raposa Serra do Sol e a conseqüente expulsão das populações não-índias ali residentes têm conseqüências não só de caráter socioeconômico, mas também atinentes à Segurança e Defesa Nacional do Brasil.

Em termos de violações aos direitos humanos, o que se percebe, com a expulsão dos não-índios, configura atitude arbitrária patrocinada pelo Estado, que deveria estar empenhado em promover a justiça e o combate à desigualdade na região. A realidade do povoamento da área, com altos índices de miscigenação, evidencia a impossibilidade de diferenciar índios e não-índios. De fato, com a expulsão da população não-índia, tem-se a separação de famílias miscigenadas e desagregação do núcleo familiar.

Assim, em um cenário em que é significativa a presença da população cabocla, o que fazer com famílias constituídas por caboclos e índios? Essa é uma realidade que não recebeu a devida atenção das autoridades federais. A medida, portanto, afronta o disposto no *caput* do art. 5º da Constituição Federal, que estabelece:

Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade (...).

A diferenciação entre índios e não-índios, sobretudo em um ambiente de população miscigenada não condiz com o princípio da igualdade e promove a negação da condição de brasileiros.

A expulsão dos não-índios afronta, ainda, a dignidade da pessoa humana, os valores sociais e a livre iniciativa. Não se pode ignorar o direito à propriedade e ao trabalho de pessoas que se encontram há gerações na área atualmente demarcada, com posse mansa e pacífica, e que da exploração daquela terra fazem seu meio de vida.

Há, ainda, o risco de abandono das comunidades indígenas que permanecerem na Reserva. Sem a presença dos brasileiros não-índios, os indígenas ficam sem a perspectiva de integração socioeconômica da qual já desfrutavam. E sem a presença do Estado e dos municípios, ficariam sem amparo de serviços básicos.

A expulsão dos não-índios da Reserva e a extinção dos municípios que ali estão localizados produzirão outros impactos para o Estado de Roraima, entre eles a formação de favelas em cidades como Boa Vista. Afinal, muitas famílias que se encontravam, há gerações, na área atualmente demarcada como reserva, ao perderem seu meio de subsistência, serão obrigadas, em curto prazo, a migrar para as cidades, onde, muitas vezes, não encontrarão condições de emprego e vida dignas. Serão, possivelmente, retirados de seu meio tradicional e forçados a migrar para os núcleos urbanos, onde poucas condições de subsistência lhes são dadas.

No que diz respeito à Segurança e à Defesa Nacional, importante reiterar que A Terra Indígena Raposa Serra do Sol encontra-se em faixa de fronteira, fazendo limite com a Venezuela e a Guiana. Merece, conforme se depreende dos argumentos apresentados, atenção mais acurada das autoridades públicas e um planejamento específico para a defesa da região. Esse planejamento requer não só o estabelecimento das Forças Armadas ao longo da fronteira, mas também a ocupação da área por brasileiros, tanto na condição de colonos, quanto como integrantes de núcleos urbanos. Isso garantiria maior presença de nacionais em uma área sensível.

A localidade também merece atenção por estar contígua a área de litígio entre Venezuela e Guiana, de modo que eventual conflito entre os dois países fatalmente repercutiria em território brasileiro. Preocupa, assim, a extinção dos núcleos urbanos em virtude da expulsão da população não-índia da área demarcada.

Outro aspecto digno de cuidados, sob a perspectiva da Defesa Nacional, é a possibilidade de aumento da circulação de estrangeiros na área da reserva. Nesse sentido, missionários, pesquisadores e outros grupos vinculados a organizações não-governamentais teriam, efetivamente, maiores condições de circular em uma área sem o controle das autoridades públicas brasileiras. Assim, os brasileiros são expulsos da região, mas nada é feito no que concerne aos estrangeiros, muitos dos quais avocam para si a defesa dos interesses dos grupos indígenas da reserva.

Outrossim, identifica-se o risco do fomento a processo de autodeterminação desses grupos, apoiados por organizações internacionais e seus discursos em defesa dos povos indígenas, que, na verdade, ameaçam a integridade nacional do Brasil. É fato que riscos à soberania do País na região se evidenciam.

Boa Vista, 18 de abril de 2008

Senador MOZARILDO CAVALCANTI

Deputada Estadual AURELINA MEDEIROS

Deputado Estadual IONILSON SAMPAIO

Deputado Estadual IVO SOM

Deputada Estadual MARÍLIA PINTO

Deputado Estadual SARGENTO DAMOSIEL

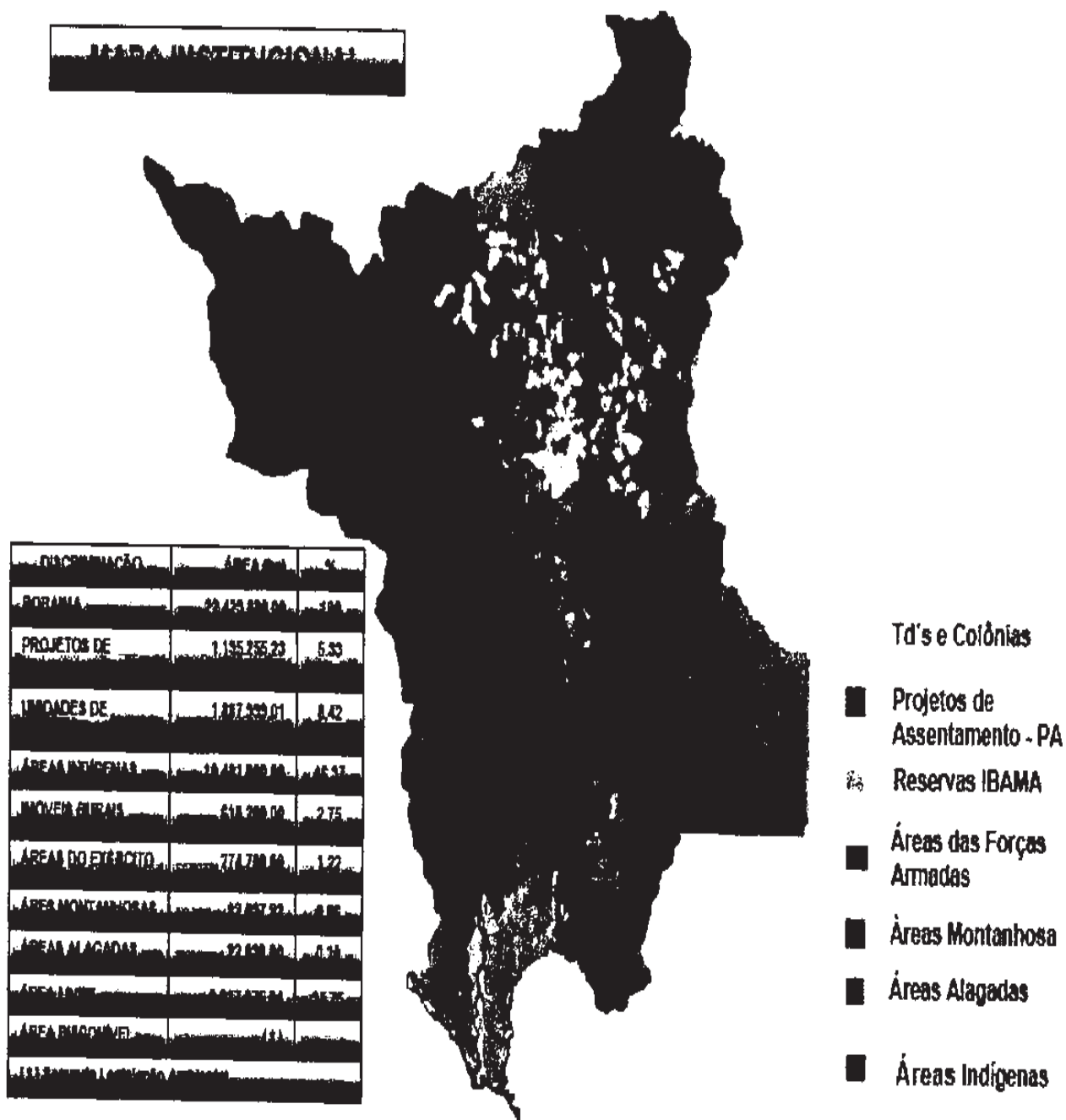
Deputado Estadual ZÉ REINALDO

8. ANEXOS


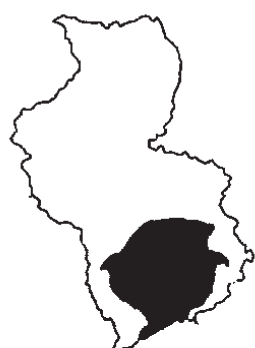





8.1 MAPAS

- **I – Recursos Minerais e Terras Indígenas no Estado de Roraima**
- **II – Mapa Institucional do Estado de Roraima**

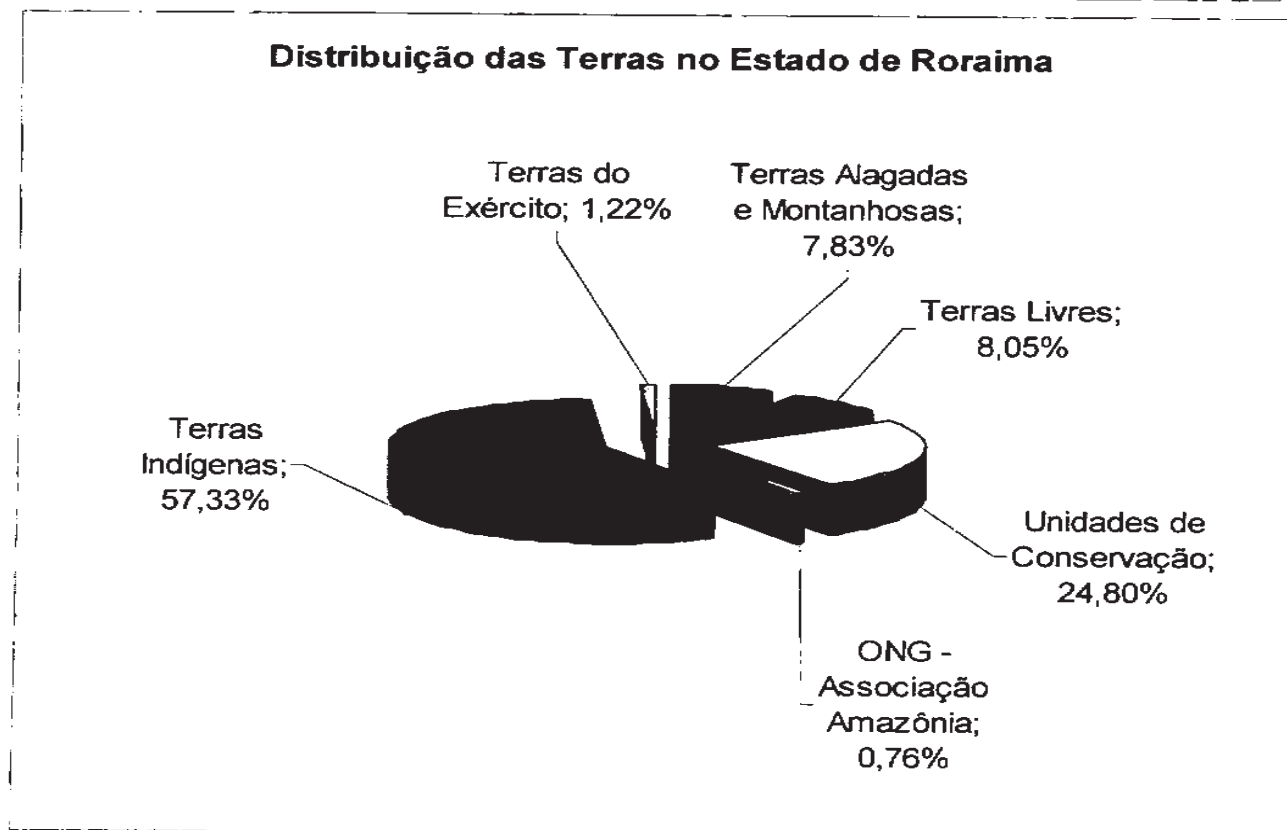
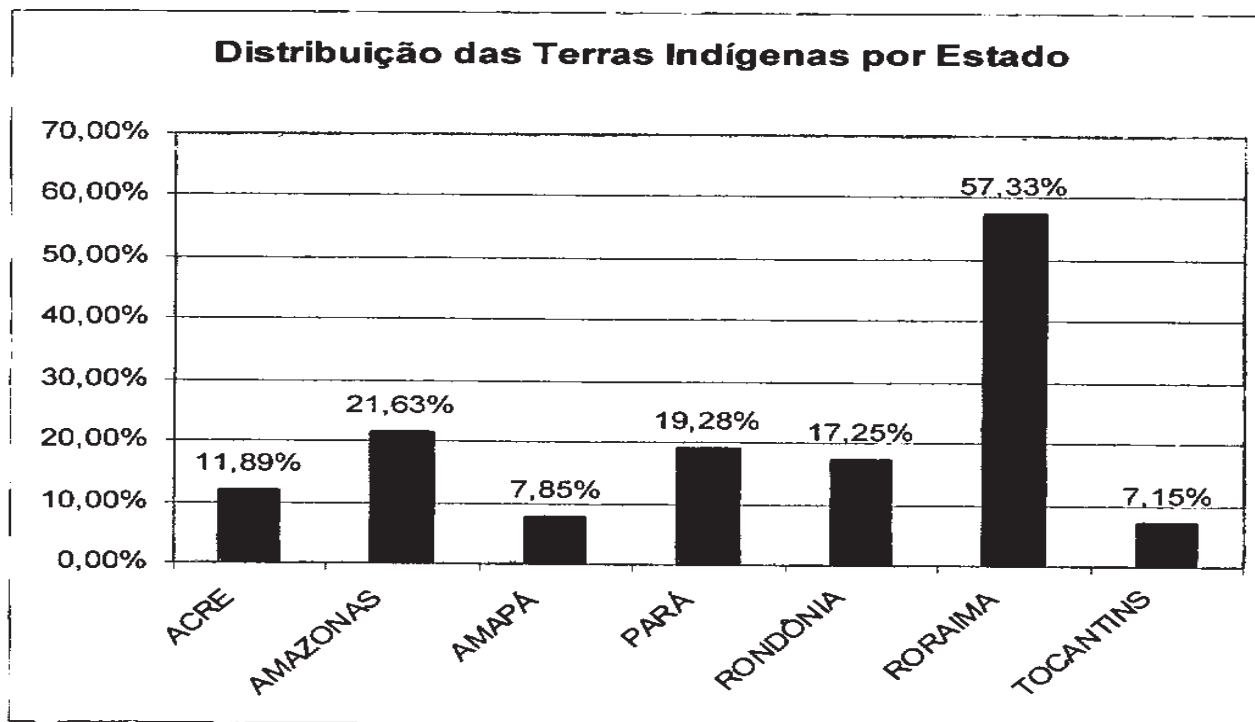
Anexo II – Mapa Institucional do Estado de Roraima



Anexo III – Evolução da demarcação da Terra Indígena Raposa Serra do Sol

1917		1984	
			
1917 – Lei 941 120.000 ha		Raposa – FUNAI 347.040 ha	
1984		1984	
			
Maturuca / Serra do Sol – FUNAI 721.690 ha		SURUMU – FUNAI 455.610 ha	
1985	1987		1993
			
Ingarikó – FUNAI 90.000 ha	XUNUNUETAMU – FUNAI 53.510 ha		Raposa / Serra do Sol 1.678.800 ha

8.2 GRÁFICOS E TABELAS



Áreas Indígenas em Roraima

Fonte: FUNAI



Fonte: IBGE-1998



Fonte: ISA-Instituto Sócio-Ambiental/2000



8.3 MATÉRIAS JORNALÍSTICAS

Recuo em Roraima

Há um retrocesso na política de demarcação de terras

[Editorial do jornal Folha de S.Paulo, deste sábado, 19 de abril de 2008]

O debate sobre a questão indígena no Brasil recuou pelo menos duas décadas. O direito dos índios à terra tradicionalmente ocupada, tão líquido e certo que terminou consagrado no artigo 231 da Constituição de 1988, volta a ser questionado - de modo mais acintoso pelo comandante militar da Amazônia, general Augusto Heleno.

Oficiais militares da ativa devem obediência a seus superiores na cadeia de comando, em cujo ápice se encontra o presidente da República, comandante-em-chefe das Forças Armadas. Ao se insurgir contra uma política de governo, o general se aproxima perigosamente da insubordinação e deveria receber punição apropriada.

Na raiz desse retrocesso está a Terra Indígena Raposa Serra do Sol. Ela teve sua homologação, último passo administrativo para o reconhecimento, decretada pela Presidência da República em 2005. Militares, políticos roraimenses e fazendeiros argumentam contra a demarcação contínua e a extensão da reserva, de 17.475 km². Seria terra demais para uma população de 15 mil a 17 mil ingaricós, macuxis, patamonas, taurepangues e uapixanas. Metade da superfície de Roraima ficaria com ela imobilizada, o que alegadamente devolveria o estado à condição de Território.

Localizada em faixa de fronteira, a terra indígena impediria as Forças Armadas de zelar pela soberania nacional na região, ponderam os adversários da reserva tal como homologada. Por fim, a retirada de plantadores de arroz inviabilizaria 6% da economia roraimense. Uma demarcação em "ilhas" resolveria a questão e afastaria o risco de conflito.

Não resta dúvida de que a terra indígena no nordeste de Roraima é grande, pois equivale a cerca de 80% de Sergipe. Isso representa, porém, menos de 8% do território de Roraima; apenas somando outras 31 terras indígenas no Estado obtêm-se os 46% de sua superfície reservada. Nos outros 54% cabem Rio de Janeiro, Espírito Santo e Alagoas, onde vivem 22 milhões de pessoas. Roraima não chega a 400 mil habitantes, segundo o IBGE.

O argumento da perda de soberania tampouco resiste ao exame desapassionado. Terras indígenas são da União e acessíveis às Forças Armadas, como assegura o artigo 4º do decreto de homologação. No mesmo estado e também na fronteira fica a área ianomâmi homologada em 1992, seis vezes maior, que nem por isso se tornou uma nação independente.

Os arroteiros ampliaram as lavouras quando o processo de demarcação já estava em curso. Como não são proprietários legítimos da terra, só as benfeitorias podem ser indenizadas, compromisso já assumido pelo governo. Ao resistir à desocupação por meios violentos, penetram ainda mais fundo na ilegalidade.

É imperioso resistir a esse retrocesso. Espera-se que o Supremo Tribunal Federal, quando julgar o mérito de dezenas de ações pendentes contra Raposa Serra do Sol, reafirme decisões anteriores e mantenha a integridade da terra indígena.

GLOBO, 30 de Abril de 2008

Procurador-geral defende demarcação da Raposa

Antonio Fernando discorda do general Heleno sobre a reserva;
Supremo deve decidir sobre polêmica em maio

BRASÍLIA. O procurador-geral da República, Antonio Fernando de Souza, enviou ao Supremo Tribunal Federal (STF) um parecer defendendo a legalidade da demarcação contínua da reserva indígena Raposa Serra do Sol, em Roraima, feita pelo governo. O documento vai instruir uma das dezenas de ações que tramitam no tribunal contestando o tipo de demarcação da área. A ação sobre a qual Antonio Fernando se manifestou foi proposta há três anos pelos senadores Augusto Botelho (PT) e Mozarildo Cavalcanti (PTB), ambos de Roraima.

O relator do tema, Carlos Ayres Britto, disse que dará seu voto sobre o tema até o fim da semana que vem. Ele calcula que o assunto seja julgado em plenário até o fim de maio. A decisão dos ministros do tribunal deverá pôr um ponto final no impasse sobre a reserva indígena. No início do mês, o STF suspendeu uma operação da Polícia Federal que retiraria da área produtores rurais até que seja julgada a forma de demarcação da reserva. Caso a Corte concorde com o procurador-geral, a desocupação da área será autorizada.

- Estou redigindo meu voto aos poucos. Não fiz ainda o arremate porque estava esperando o parecer do procurador-geral. É possível que até o final de maio resolvamos esse assunto tão importante - anunciou Ayres Britto.

"A preocupação (do general) não parece procedente"

Antonio Fernando rebateu as declarações feitas há duas semanas pelo general Augusto Heleno, comandante militar na Amazônia, que criticou a política indígena do governo: "A preocupação que vem sendo externada por comandante militar não parece, com as vênias devidas, procedente. De há muito são demarcadas áreas indígenas em faixa de fronteira, sendo exemplo recorrente o da área ianomâmi, toda ela em faixa de fronteira, em território de 10 milhões de hectares, objeto de portaria declaratória firmada, no início da década de 90, pelo então ministro da Justiça Jarbas Passarinho, eminente integrante das nossas Forças Armadas".

O principal argumento dos parlamentares é o de que a forma de demarcação fere o princípio federativo, pois uma área originalmente do estado de Roraima passaria a ser de domínio da União. Para Antonio Fernando, "a alegação de ofensa ao equilíbrio federativo e à autonomia de Roraima está divorciada da realidade". Ele lembrou que a reserva representa pouco mais de 7% do território estadual. Também ponderou que, desde antes da criação do estado, o local "conta com numerosos grupos indígenas".

Na ação, os parlamentares alegaram que as terras da reserva são ricas em minerais e que a região tem valor estratégico de fronteira e, como reserva, a atuação das Forças Armadas poderia ser limitada. Antonio Fernando explicou que reservas indígenas são de responsabilidade do governo federal e, com a demarcação, "o estado brasileiro não perde a capacidade de atuação no interior da área indígena".

O procurador afirmou que o ministro da Defesa, Nelson Jobim, quando foi ministro da Justiça, no governo Fernando Henrique, "afirmou que a localização de áreas indígenas em faixa de fronteira não inviabiliza o seu reconhecimento como tal".

Os parlamentares apontaram na ação supostas falhas técnicas do processo de homologação, o que também foi rebatido por Antonio Fernando.

Matérias Locais

FONTE BRASIL

Upatakon 3

O que era esperado aconteceu - ou começou a acontecer - no domingo, 30. A Polícia Federal com ordem de "despejo" foi à área Raposa Serra do Sol retirar sob acusações de arbitrariedade e truculência, moradores e produtores que vivem há dadas na região. O Exército, por não concordar com a desocupação de área extensa de fronteira, não participou da missão.

Em vão

No lado dos poderes constituídos, foram poucas as vozes que se levantaram. A maioria dos políticos lembrou que o governador Anchieta Júnior tentou em vão uma saída diplomática para a situação, mas encontrou barreiras junto aos fazendeiros que não aceitam o valor de

suas indenizações e ainda aguardam decisão judicial.

Ingerência

Nesse ponto, o governo ou as autoridades tinham dois caminhos: aceitar a decisão do governo federal em desocupar a área passivamente ou ficar protestar ao lado dos moradores e produtores que acusam ingerência estrangeira na região.

Coincidentemente, as missões de ONGs como o CIR e o Cimi são recheadas de europeus branquelos, uns com formação em geologia e outros em biologia.

Histórico

Falando em CIR e Cimi, pontes foram queimadas ontem durante a operação Upatakon. Há um histórico de acusações contra as duas ongs em Roraima, de utilizarem esse tipo de terrorismo. Num desses episódios, pai e filho não-Índios morreram queimados dentro do carro que atravessa uma ponte incendiada.

Ocorrido há 12 anos, até hoje a Polícia Federal não desvendou esse crime.

De longe

Meia cá, meio lá, o governo do estado não emitiu nenhuma nota oficial sobre o andamento da operação Upatakon 3. No site governamental, o assunto sequer foi abordado.

Protesto

Em Brasília, o senador Mozarildo Cavalcanti protestou contra operação

"Congelada"

Na área de conflito, o deputado federal Márcio Junqueira, única autoridade estadual presente, acusou ontem a policiais federais de agirem com truculência e arbitrariedade. Ele lembrou uma promessa do ministro Tarso Genro de que a missão de retirada na RSS estava "congelada".

Ou uma ou outra

Das duas, uma: ou o ministro não tem moral junto aos seus subordinados da PF ou ele fez jogo de cena com os deputados roraimenses.

Acesso proibido

Preso de manhã e solto à noite, o prefeito de Pacaraima, Paulo César Quartiero, dificilmente deve voltar à área de conflito na RSS. A Polícia Federal montou barreiras nas estradas de acesso e PC é visto como baderneiro.

Bomba

Durante a confusão na RSS, estilhaços de uma bomba lançada ainda não se sabe por quem, atingiram mão e olhos do filho de Paulo César Quartiero. O rapaz se encontra hospitalizado em Boa Vista.

Mozarildo protesta contra operação da PF

O senador Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR) disse, nesta segunda-feira (31), que a Polícia Federal está realizando uma "operação truculenta" para a retirada de cidadãos brasileiros da reserva indígena Raposa/Serra do Sol, no norte de Roraima, próximo às fronteiras com a Venezuela e Roraima. Ele apelou ao ministro da Justiça, Tarso Genro, para que seja respeitada a "dignidade humana" de cerca de 300 famílias de não-índios moradores da reserva.

De acordo com o parlamentar petebista, é falso afirmar que essas pessoas são grandes plantadores de arroz e comerciantes, Mozarildo disse que se tratam, em sua maioria, de "pessoas pobres que residem há muito tempo na área, homologada pelo governo em abril de 2005.

Quando da demarcação, havia ali 458 famílias, das quais 160 foram indenizadas (em valores considerados muito baixos) para saírem das terras que ocupavam e receberam a promessa de serem reassentadas. Entretanto, só 90 famílias teriam recebido novas terras.

- ConteSiamOS essa demarcação desde o iníbio, po.rque lá tem mais minério do que índios. Queríamos urna solução pacífic~ mas o presidente Lula não honrou as sugestões apresentadas por comissões do Senado e da Câmara dos Deputados - queixou-se.

...~

Segundo o senador, agora o governo está pagando caro por mal-sucedidas operações de retirada. As duas anteriores teriam custado R\$ 1 milhão e R\$ 1,2 milhão, respectivamente. A estimativa para a atual já estaria em R\$ 4 milhões.

- Enquanto isso, faltam recursos para o combate à den!;,1Ue e à febre amarela - cobrou, anunciando sua disposição em acompan~ar a operação da PF como membro da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE).

JORNAL FOLHA DE BOA VISTA

Matérias sobre conflitos na região da fronteira

Exército venezuelano impera na fronteira com Brasil e Guiana

29/12/2007

Na região das fronteiras entre Brasil e Guiana, a presença militar e governamental da Venezuela é intensa, ao contrário do lado brasileiro e do guianense, afirmou uma reportagem do jornal Folha de S.Paulo deste sábado.

O ímpeto armamentista do presidente Hugo Chávez já preocupa as Forças Armadas brasileiras. Em setembro, o Comando Militar da Amazônia chegou a investigar se aconteceram pousos de aviões militares da Venezuela no Brasil. O fato foi descartado pela investigação.

Na fronteira com a Venezuela, brasileiros enfrentam a fila de carros e caminhões para abastecerem no posto de gasolina da PDVSA. Lá a gasolina é vendida a R\$ 0,70 o litro. Mas, não é pelo preço que os brasileiros enfrentam as longas filas: no município de Pacaraima (RR), o último antes da Venezuela, não tem nenhum posto. Para abastecer do lado brasileiro é preciso percorrer 220 km de distância e chegar a Boa Vista.

Em novembro, o Exército da Venezuela destruiu duas dragas da Guiana usadas na mineração de ouro, gerando um conflito diplomático entre os dois países. A Venezuela reivindica dois terços do território guianense, em uma área dominada pelo garimpo.

Força militar da Venezuela domina fronteira com Brasil

Folha Online

Reportagem publicada na **Folha de S.Paulo** ([íntegra](#) disponível para assinantes do UOL e do jornal) mostra que na região das fronteiras entre Brasil e Guiana, a presença militar e governamental da Venezuela é ostensiva, em contraste com o vazio que se vê do lado brasileiro e do guianense.

Entre 11 e 20 de dezembro, a **Folha** percorreu a região das três fronteiras. Entrou nas selvas da Venezuela e da Guiana, localizou garimpeiros brasileiros atuando de forma irregular e chegou também ao local em que o Exército da Venezuela destruiu, em novembro, duas dragas da Guiana usadas na mineração de ouro, gerando um conflito diplomático entre os dois países.

Ao percorrer cerca de 500 km no interior da Venezuela, a partir da fronteira em Roraima, a Folha passou por nove barreiras do Exército venezuelano, sendo oito na rodovia (de asfalto impecável). Nessas barreiras, ao menos cinco militares armados revistam carros e conferem documentação, principalmente passaporte.

O ímpeto armamentista do presidente Hugo Chávez já preocupa as Forças Armadas brasileiras, que consideram o avanço militar chavista uma ameaça à estabilidade regional. Segundo os militares, não há necessidade de temor de uma investida venezuelana.

A Venezuela em marcha-à-ré (segundo Sarney) **03/12/2007**

A Venezuela vive "um retrocesso" político na opinião do senador José Sarney, que não é de dar palpite para suprir falta de assunto. Aproveitou o momento adequado para a definição. Não que estivesse devendo a declaração, mas provavelmente não queria perder a oportunidade. Mas no Brasil, suas palavras poderiam ganhar outro sentido. O reparo crítico do ex-presidente à situação venezuelana foi feito em discurso na 7ª Conferência Anual da América Latina (no Conselho das Américas), em Nova York.

Sarney foi insuspeito, pelo menos até o presidente Lula desafiar uma parcela poderosa da opinião nacional ao apontar na Venezuela mais "excesso de democracia" do que ameaça às instituições (os poderes absolutos pedidos emprestado pelo presidente Hugo Chávez). O presidente do Brasil carregou na dose porque, se a democracia é demasiada na Venezuela, vai acabar mal. Não há excesso de democracia (ou escassez) que não se volte contra ela. Quando um governo alega que há mais democracia do que o necessário, é melhor desconfiar. Lula disse daquela forma ambígua por não conseguir ficar calado.

O senador Sarney foi o primeiro presidente civil depois de 20 anos de presidentes militares, sem Constituição democrática (no caso, democracia de menos). Pegou firme e alertou: a compra de armas feita por Chávez pode gerar uma "corrida armamentista" e ameaçar o equilíbrio das relações entre as nações "do continente mais pacífico da face da Terra" -- (a América do Sul).

Não foi a primeira vez que Sarney recorreu à contundência ao se referir ao lado truculento de Chávez, mas declarou-se a favor do veto do Brasil ao ingresso da Venezuela no Mercosul. Transpôs a linha que, em tese, passou a separá-lo da posição de Lula. Sarney não o faria por leviandade. Sabia o que estava dizendo, e a quem se dirigia. A preliminar para o ingresso no Mercosul é o compromisso com os meios de refazer e sustentar a democracia no continente em que ela sempre vem mais como visitante do que como habitante. Principalmente a liberdade de imprensa, que é a alma da democracia, como o século 20 demonstrou em escala universal, até prova em contrário.

Sarney tem sido firme em repelir os arreganhos de Chávez. Dá como exemplo para ingresso no Mercosul a disposição para a economia de mercado, como meio e fim inseparáveis das liberdades políticas. Em outro almoço em Nova Iorque (com executivos e empresários), retirou o véu que encobre a questão da Guiana com a Venezuela. Na avaliação de Sarney, o país de Chávez "não está se armando para invadir o Brasil nem os Estados Unidos". E pergunta: "por que não a Guiana?". Mas, como é deste mundo, Sarney defendeu também a posição que deixou Lula a descoberto fora da Venezuela: "o presidente disse o que tinha de dizer". Aos bons entendedores, meia palavra basta. Em relação a qualquer dos dois.

Chávez e a 'Zona en Reclamación'

6 de março de 2008

Hiram Reis e Silva

A Guiana Essequiba, 'Território Esequibo', ou como os venezuelanos a apelidaram - 'Zona en Reclamación' (Zona em Disputa), é a região do Planalto das Guianas, compreendida entre o rio Cuyuni e o rio Essequibo (159.500 km²), representando aproximadamente 66% do território da República Cooperativa da Guiana considerada pela Venezuela como parte

integrante de seu território e cuja soberania reclama a nível internacional, através do acordo de Genebra de 17 de fevereiro de 1966.

HISTÓRICO

Em 1620, os holandeses construíram numa ilha denominada Essequibo, o Forte Kijkoveral, que seria o centro da administração da Companhia das Índias Ocidentais. Em 1648, o Rei da Espanha através do Tratado de Munster reconheceu as colônias da Companhia ao longo da costa Sul-Americana.

Os conflitos Europeus, sobremaneira as Guerras Napoleônicas, fizeram com que as colônias da Guiana ficassem sucessivamente sob controle britânico e francês; após a derrota de Napoleão, porém, a Holanda retomou o controle de suas colônias americanas.

No início do século XIX, os agricultores ingleses enfrentaram grandes prejuízos econômicos e, em função desses, muitos tiveram de hipotecar seus bens aos agentes financeiros holandeses. O movimento para que a colônia se tornasse uma possessão inglesa tomou corpo, e foi efetivado formalmente em 1814, com a assinatura do Tratado de Londres.

Sob controle britânico, as colônias foram unidas como Colônia da Guiana Britânica em 1831. A Venezuela, nesse período, tornara-se República, separando-se da Colômbia e o Brasil tornou-se independente de Portugal. A partir destas mudanças políticas, novas diretrizes administrativas foram criadas, especialmente na Guiana Britânica, que iniciou uma determinada exploração e ocupação das regiões do interior, demandando o reconhecimento de suas fronteiras. Neste contexto, aparece a figura de Schomburgk, dando início à contenda entre Espanhóis e a Guiana Britânica.

LINHAS DE SCHOMBURGK

Robert Schomburgk foi contratado para definir as fronteiras da Guiana Britânica e, para tal, chegou à região em 1835. Como resultado de suas expedições, elaborou um mapa da Guiana e formalizou a proposta britânica que serviu de base para as negociações a respeito das linhas de fronteira entre Guiana, Venezuela, Brasil e Suriname. Os especialistas venezuelanos e brasileiros criticaram com veemência a maneira como essa questão foi decidida.

Schomburgk propôs como fronteira com a Venezuela a linha que sai de Amacuro até a boca do Cuyuni, seguindo o divisório de águas do Cuyuni e do Mazaruni até o Roraima, e dali descendo o Cotingo, Surumu e Tacutu. Esta linha ficou conhecida como a Linha Schomburgk.

ACORDO DE GENEBRA

No princípio da década de 60, com o governo do People's Progressive Party (PPP) da Guiana se empenhando sistematicamente para a independência, a Venezuela manifestou preocupação em relação à questão do Essequibo, considerando que o debate a respeito do assunto já não se limitaria apenas à Grã-Bretanha. A independência da Guiana significaria

o reconhecimento das atuais fronteiras por todos os países que reconhecessem o novo Estado.

A Grã-Bretanha insistia que a demanda venezuelana não procedia, e que tudo fazia parte de um processo eleitoral, do então candidato, Raul Leoni ao governo venezuelano visando a influenciar as eleições. Logo que Leoni assumiu a presidência, o Congresso Nacional aprovou, em fevereiro de 1965, um novo mapa oficial do país onde a área do Essequibo passou a constar oficialmente como 'Zona en Reclamación' e os correios passaram a utilizar, nas correspondências internacionais, um selo com o novo mapa e a frase: "hacia la reconquista de la Guyana Esequiba", e as nacionais: "Guyana Esequiba es Venezolana", provocando protestos do governo inglês.

A Grã-Bretanha propôs, em Genebra, uma Comissão mista que estudaria um plano de desenvolvimento econômico para a Guiana Britânica, de 1966 a 1972, somado a um projeto de cooperação econômica entre os dois países que renunciariam, por 30 anos, as reclamações por demandas territoriais.

A Venezuela não aceitou a sugestão britânica e propôs o congelamento por um prazo de 10 anos e que um ano antes de esgotado este interregno, fosse submetido à arbitragem. O resultado da proposta britânica e venezuelana originou o 'Acordo de Genebra' firmado em 17 de fevereiro de 1966.

O Acordo tentava encontrar uma solução através de uma comissão mista de limites, que teria um prazo de quatro anos para encontrar uma saída adequada à disputa territorial. Após esse prazo, se não houvesse uma solução de consenso, o fórum decisório seriam as Nações Unidas.

Em 1966, a Venezuela ocupou militarmente a Ilha de Ancoro. O Laudo de 1899 dividia a ilha entre os dois países e continua ocupada nestes últimos 42 anos apesar dos veementes protestos da Guiana.

Em 1968 ocorreu a 'Insurreição de Rupununi', na qual fazendeiros e camponeses, à frente de um movimento separatista, que contava com apoio não-declarado do governo venezuelano, ocuparam instalações governamentais, bloquearam estradas e mataram e feriram policiais da Guiana. A Força de Defesa da Guiana agiu prontamente fazendo com que os insurretos, que não contaram com o esperado apoio das Forças Armadas Venezuelanas, refugassem-se na Venezuela sem opor resistência.

Mas o que realmente concorreu para o fracasso das operações foi a decisiva atitude do governo brasileiro, que ordenou uma imediata mobilização da Força Terrestre na área da fronteira e a concentração de aviões de combate na região de Boa Vista - RR.

Em 1970, o 'Protocolo de Porto Espanha' congelava as pretensões venezuelanas por 12 anos, um ano antes de vencer o prazo, a Venezuela decidiu invocar o 'Acordo de Genebra' e propor resolver a questão na ONU. Desde 1983, a Venezuela aceitou continuar debatendo a questão procurando encontrar uma solução pacífica conforme especifica o artigo 33 da Carta da ONU. Desde 1989, ambos os países mantêm conversações sem, no entanto, apresentar qualquer solução para o impasse.

DEMANDAS ATUAIS

A Assembléia Nacional Venezuelana aprovou, no dia 13 de março de 2006, o projeto do presidente Hugo Chávez que modificava a bandeira da Venezuela acrescentando uma oitava estrela, estrela essa que era um tributo à contribuição da província da Guiana por sua luta pela independência no século XIX. Chávez disse na ocasião que: \"Las ocho estrellas están ahora flameando al viento de Venezuela, las siete estrellas originales y la octava que Simón Bolívar decretó en Angostura como símbolo de la estrella de la victoria\". O Exército venezuelano, comungando com os mesmos sentimentos de Chávez, reporta em sua página oficial na Internet e nos mapas de suas Divisões os limites internacionais do país agregando a Guiana Essequiba.

Em novembro de 2007, o exército venezuelano destruiu duas dragas da Guiana que eram utilizadas para o garimpo do ouro na região da fronteira. Até hoje não se sabe se as dragas revolviavam os sedimentos do rio Cuyuní, que fica em território guianense, ou do rio Wenamú, que divide os dois países. Ninguém ficou ferido, mas o episódio chamou a atenção para a contenciosa tríplice fronteira entre Brasil, Venezuela e Guiana.

FORÇAS ARMADAS

A Força Armadas da Venezuela tem um efetivo de 56.000 militares, 190 tanques, 6 fragatas, 2 submarinos, mais de 90 aeronaves de combate e mais de 20 helicópteros de ataque, enquanto a Guiana tem 1600 homens, 3 lanchas de patrulha e nenhum avião de combate. O enorme desequilíbrio militar nos leva a inferir que, em caso de conflito, a Guiana contará com apoio de outros países no confronto.

ESTABILIDADE POLÍTICA AMERICANA

Hoje, a Venezuela, aproveitando-se da inépcia da política externa brasileira, procura assegurar uma posição política hegemônica na América Latina. A disputa pela 'Zona en Reclamación' parece, no momento, ter sido relegada a um plano secundário. Porém, os grupos chamados de pró-essequibanos, com apoio velado das autoridades venezuelanas, proliferam e ganham cada vez mais simpatizantes cujo objetivo final é a recuperação da região de Essequibo.

A conquista da região pela Venezuela levantaria velhas questões sobre limites em toda Sul-América. A Colômbia tem velhas pendências territoriais contra a Venezuela de modo que, se a Venezuela atacasse a Guiana, a Colômbia encontraria justificativa para reivindicar seus antigos limites com a Venezuela. O Peru, por sua vez, poderia reavivar sua questão fronteiriça com o Equador e nem mesmo o Brasil ficaria de fora já que sobre a Questão do Pirara, até hoje, pairam dúvidas quanto à lisura da forma com que foi conduzida.

Porta aberta para Chávez

E também para o contrabando de gasolina, drogas e armas na fronteira da Venezuela

Rodrigo Rangel, de Pacaraima (PR) e Santa Elena de Uairén (Venezuela)

A cidade de Pacaraima, no extremo norte de Roraima, está debruçada sobre a fronteira entre o Brasil e a Venezuela. Apenas 12 quilômetros separam um pelotão do Exército brasileiro de um esquadrão de cavalaria do Exército de Hugo Chávez, do lado de lá. A convivência entre militares brasileiros e venezuelanos é pacífica. Tem até jogo de futebol. Mas uma dose de desconfiança contaminou a zona de fronteira desde que Chávez iniciou sua escalada armamentista, há cerca de três anos. Os militares brasileiros vivem com a sensação de que, a qualquer momento, um gesto belicoso do líder venezuelano – ainda que nem seja contra o Brasil – possa alterar a rotina de paz e tranquilidade da região. “Temos de estar sempre alertas”, diz o comandante do pelotão brasileiro, tenente Alexandre Silva, que acaba de chegar à unidade. Falar sobre a Venezuela exige cautela dos oficiais brasileiros. É preciso se policiar para não melindrar a tropa vizinha e afetar o bom convívio. O cuidado é o mesmo do outro lado. “Nós temos uma relação fraterna”, afirma o capitão Johnnie Arévalo Vargas, comandante do Escamoto 5102, como é chamado o esquadrão venezuelano baseado à beira da rodovia que corta a fronteira. A desconfiança mútua não está nas palavras. Está no ar, o tempo todo.

Desde 2005, o governo Hugo Chávez, na Venezuela, começou a fazer compras maciças de equipamentos militares. A primeira investida venezuelana foi a compra de 100 mil fuzis de assalto Kalashnikov AK-103 e AK-104, fabricados na Rússia. Depois a Venezuela acertou com a Espanha a encomenda de oito navios de guerra, parte de um negócio de 1,2 bilhão de euros. Na China, Chávez foi buscar radares móveis. O pacote bélico de Chávez inclui ainda helicópteros, submarinos, mísseis terra-ar. A aquisição mais valiosa foi feita em julho de 2006: 24 caças Sukhoi, aviões de guerra russos, mais poderosos e modernos que qualquer outro na América do Sul (leia o quadro da página 48). De acordo com o último relatório do Stockholm International Peace Research Institute (Sipri), instituto sueco dedicado ao monitoramento de gastos militares, a Venezuela foi, em 2006, pelo segundo ano consecutivo, o país da América do Sul que mais aumentou gastos militares: 20% em termos reais.

Os investimentos de Chávez em armamentos ainda não chegaram ao Escamoto. Ainda assim, os venezuelanos parecem mais bem armados e equipados que os brasileiros. Eles usam fuzis AK, melhores e mais resistentes que os Parafals dos brasileiros, em serviço desde a década de 60. Possuem ainda metralhadoras Uzi e bazucas, que fazem questão de exibir nas cerimônias conjuntas que as duas tropas realizam quase mensalmente no marco de fronteira, com hasteamento de bandeira e execução dos hinos nacionais. No Forte Roraima, sede do Escamoto, repousam quatro tanques de combate. Há diferença também no efetivo. São 180 homens no quartel venezuelano, enquanto no pelotão brasileiro servem 60.

No quartel venezuelano, à primeira pergunta de ÉPOCA sobre Chávez, o capitão Arévalo trata logo de exibir subordinação absoluta. Volta-se para uma fotografia do presidente na parede e bate continência. “É nosso comandante-em-chefe”, diz. A ascendência de Chávez sobre a força é visível nos menores detalhes. As fardas estão sendo trocadas, porque a padronagem do tecido camuflado era americana. É preciso seguir não só as ordens, mas também a ideologia do presidente. “Estamos comprometidos com o desenvolvimento que o

presidente quer”, afirma Arévalo. Sobre os objetivos militares de Chávez, o capitão desconversa. Diz apenas que sua tropa está sempre de prontidão. “Se houver uma necessidade (militar), estamos preparados para ela”, afirma, diante de um imenso óleo sobre tela com a imagem do Monte Roraima, símbolo da fronteira, com um tanque em posição de combate no sopé.

A “necessidade” a que Arévalo se refere pode estar bem próxima daquele ponto da fronteira – e isso tem causado preocupação entre comandantes militares brasileiros na região. Desde o século XIX, a Venezuela reivindica quase a metade do território da antiga Guiana Inglesa, hoje República Cooperativa da Guiana. A área aparece em todos os mapas políticos da Venezuela como “zona em reclamación”. De tempos para cá, têm crescido os rumores de que Chávez estaria planejando uma ofensiva militar para anexá-la de fato. Na leitura reservada de oficiais brasileiros, o enfraquecimento político de Chávez, exposto pela derrota que sofreu em dezembro no plebiscito que poderia lhe conferir mandatos sem limite, pode levá-lo a criar uma “causa” que una o país. Uma ofensiva contra a Guiana poderia, hipoteticamente, ser essa causa. E seria relativamente fácil, pois o poder de fogo guianense é quase nulo. O país, que se tornou independente da Inglaterra em 1966, nem sequer tem força aérea contra os Sukhois venezuelanos.

A ameaça chama a atenção das forças brasileiras principalmente porque a área em litígio é contígua à fronteira com o Brasil. Há pouco mais de um mês, a Força Aérea Brasileira ampliou e reformou uma pista de pouso na comunidade indígena de Serra do Sol, município de Uiramutã, Roraima, encravada na tríplice fronteira com Guiana e Venezuela. Oficialmente, a reforma foi feita para permitir vôos do Correio Aéreo Nacional. Mas ter uma pista em condições de uso na região é uma necessidade estratégica para o caso de um ataque da Venezuela à Guiana – situação que fatalmente colocaria o Brasil na obrigação de agir para, pelo menos, evitar que o conflito contamine nosso território.

“Temos uma companhia lá na região”, diz o capitão Arévalo ao ser indagado sobre o conflito territorial. O batalhão a que ele está subordinado é o mesmo que detém a incumbência de cuidar da fronteira contestada. Pelo menos no mapa da área de jurisdição da unidade, o pedaço de território da Guiana já foi anexado. Em novembro, a Guiana acusou soldados da Venezuela de fazer uma operação contra garimpos dentro de seu território.

A concentração militar de dois países não inibe o festival de desmandos naquele pedaço da fronteira norte do Brasil. Nas duas margens da rodovia que liga Pacaraima a Santa Elena de Uairén, a cidadezinha venezuelana mais próxima, um emaranhado de picadas e estradas de chão serve a quem quer driblar os órgãos de fiscalização com postos de controle instalados à beira do asfalto. Do lado brasileiro, há postos da Secretaria da Receita, Vigilância Sanitária e Polícia Federal. Do lado venezuelano, além de agentes da aduana, homens da Guarda Nacional e do Exército são encarregados de fazer a fiscalização. Às margens da pista venezuelana, cartazes com a foto de Chávez sorridente, a desejar boas-vindas, têm ao fundo as estradas usadas pelos contrabandistas e traficantes. Elas fazem ziguezague pelas planícies de savana, típicas da região. Aquele pedaço da fronteira é rota conhecida do crime organizado. “Por ali entram drogas e armas contrabandeadas que chegam pelo Caribe venezuelano e acabam indo para as favelas do Rio de Janeiro ou de São Paulo”, afirma um oficial do Exército brasileiro com experiência na região. Um sinal de que o controle não funciona: a Polícia Federal nem tem estatísticas sobre apreensões de

drogas e armas por ali. Tudo passa ao largo.

O contrabando é escancarado. Santa Elena de Uairén é uma zona franca. Por lá proliferam lojas que vendem de tudo, de bebidas a eletroeletrônicos de última geração. É uma versão venezuelana dos mercados paraguaios de Ciudad del Este, destino predileto dos contrabandistas do Brasil. No domingo 9 de dezembro, as ruazinhas de Santa Elena estavam tomadas por s brasileiros. A professora de Educação Física Luciett Araújo de Oliveira, de 27 anos, saiu de Manaus com o namorado para comprar em Santa Elena. A maioria vem de Boa Vista, a apenas 250 quilômetros de distância. “Vale a pena, as coisas aqui são baratas”, diz Luciett. Uma máquina fotográfica digital de qualidade sai a 833 mil bolívares, a inflacionada moeda venezuelana. Isso é o equivalente a R\$ 340, metade do preço cobrado nas lojas brasileiras.

Os que querem passar legalmente pela fronteira têm de limitar suas compras a R\$ 600, valor da cota estabelecida pela Receita. Em meio à multidão ávida por comprar nas ruas de Santa Elena, surge um senador da República: Augusto Botelho (PT-RR). “Estou dentro da cota, viu?”, diz. Com a mulher, o filho e a nora, ele chegara a Santa Elena na véspera. Sua caminhonete Toyota Hilux já estava abarrotada. O senador comprou impressora, aparelho de DVD, liquidificador, árvore de Natal e mais um punhado de bugigangas. Diante da reportagem, ensaiou um discurso: “Isso aqui acaba com a economia de Boa Vista. Só num dia como hoje, os brasileiros estão deixando aqui mais ou menos R\$ 500 mil. É dinheiro que poderia ser gasto do nosso lado da fronteira”.

Os contrabandistas, a exemplo dos traficantes de drogas e armas, passam incólumes – principalmente à noite – pelas estradinhas alternativas que margeiam a rodovia principal. “De vez em quando o Exército põe piçarra para evitar que essas estradas sejam usadas, mas outras são abertas”, diz o prefeito, Francisco Roberto do Nascimento, do PT.

Outro problema daquele pedaço da fronteira é o contrabando de combustível. De domingo a domingo, carros de passeio em frangalhos e caminhões com placas brasileiras se enfileiram na fronteira para comprar gasolina ou diesel do lado venezuelano. Eles compram o barato combustível da Venezuela, um dos maiores produtores de petróleo do mundo, por R\$ 0,65. Revendem em Boa Vista, por R\$ 1,80. Sob o olhar das autoridades, de um lado e de outro.

Venezuela enviará missão a Guiana para discutir suposta invasão da Efe, em Georgetown **30/11/2007**

Uma delegação de funcionários venezuelanos viajará à Guiana na próxima semana para discutir duas supostas incursões de militares da Venezuela no país, informou nesta quinta-feira (29) o chanceler guianense, Rudy Insanally.

O ministro disse que a delegação venezuelana deverá apresentar um relatório sobre o mais recente incidente. No dia 15 de novembro, um general venezuelano conduziu 36 soldados armados pelo rio Cuyuni (na fronteira a leste da Venezuela).

No território de Esequibo, na fronteira entre os dois países, os militares destruíram duas dragas utilizadas para a extração de ouro, pertencentes a guianenses, segundo Insanally.

Além disso, o governo da Guiana espera que a Venezuela apresente um relatório sobre o assassinato de um guianense de 29 anos, dia 6 de outubro, em Parasram Persaud.

"Falei ontem [na quarta] com o chanceler da Venezuela, Nicolás Maduro, e ele me prometeu que a delegação chegará no início da próxima semana com um relatório. Vamos conversar sobre o incidente, mas também sobre nossas amplas relações", disse Insanally.

A Venezuela negou que soldados venezuelanos tenham entrado nas águas territoriais de Guiana. O objetivo da operação teria sido acabar com as extrações ilegais de ouro na fronteira.

Os dois países mantêm uma disputa pelo território de Esequibo, de 159.500 quilômetros quadrados, em discussão na ONU.

Venezuela denuncia cobertura tendenciosa na imprensa dos EUA Efe, em Washington

O embaixador venezuelano em Washington, Bernardo Álvarez, denunciou nesta quinta-feira a "terrível" cobertura de seu país na imprensa americana, e acusou os jornais de publicarem dúzias de editoriais e artigos de opinião negativos só este mês.

Um dos editoriais, publicado dia 15 de novembro pelo jornal "Washington Post", afirmava que a aprovação da reforma constitucional proposta pelo presidente da Venezuela, Hugo Chávez, completaria sua transformação num autocrata.

"A Venezuela está a ponto de sucumbir a uma ditadura que isolará e atrasará o país, talvez durante décadas", disse o editorial do "Post", intitulado "O golpe de Chávez".

Álvarez discordou. Para ele, mesmo que no domingo seja aprovada em referendo a reforma proposta por Chávez, que permitiria sua reeleição indefinida, ele ainda teria que ser reeleito nas urnas.

Além disso, lembrou que no Reino Unido o primeiro-ministro pode se reeleger "quantas vezes quiser". E destacou o caso de Franklin D. Roosevelt, que foi eleito presidente dos Estados Unidos quatro vezes consecutivas (1933-1945).

O embaixador acrescentou que diferentes artigos voltaram a especular com um possível confisco da propriedade privada na Venezuela caso seja aprovada a reforma constitucional. Mas isso nunca aconteceu desde que Chávez assumiu o poder, em fevereiro de 1999, observou.

A cobertura negativa, segundo o diplomata, poderia ser fruto de uma mentalidade da Guerra Fria ainda viva. "Às vezes dá a impressão de que pode haver uma campanha para gerar um conjunto de acusações sem sentido", comentou.

A sua única preocupação com o referendo de domingo é de que grupos "muito radicais" provoquem desestabilizações. "O importante é preservar a paz e que as mudanças aconteçam", disse. E ressaltou que o governo de Chávez respeitará a decisão do povo venezuelano se o "não" vencer no referendo.

Guiana afirma que Venezuela destruiu máquinas em seu território

Efe, em Georgetown, Guiana

O ministro das Relações Exteriores guianense, Rudy Insanally, afirmou neste domingo que tropas da Venezuela entraram em águas territoriais da Guiana e destruíram duas dragas usadas na extração de ouro, informou a imprensa local.

As duas máquinas teriam sido destruídas no rio Cuyuni, que separa os dois países, na quinta-feira.

Insanally disse que uma investigação militar determinou que soldados venezuelanos entraram em águas territoriais da Guiana e destruíram as duas dragas, sem que até agora se tenha recebido uma explicação diplomática adequada por parte de Caracas.

De acordo com a investigação, cerca de 40 soldados venezuelanos destruíram as duas máquinas de extração de ouro. Não havia pessoas trabalhando com as dragas no momento do incidente.

Na sexta-feira, o embaixador da Venezuela em Guiana, Darío Morandy, negou que soldados venezuelanos tenham entrado nas águas territoriais de Guiana.

Insanally já tinha apresentado na quinta-feira uma "queixa formal" na qual protestou contra as incursões em território guianense de soldados do país vizinho.

O diplomata venezuelano afirmou que a operação foi realizada para acabar com as extrações ilegais de ouro na fronteira da Venezuela com Guiana.

"A Venezuela está protegendo todos os recursos naturais, por isso temos que expulsar os mineiros ilegais da região", afirmou Morandy, que sustentou que o objetivo da operação era proteger o meio ambiente.

Um militar de alta patente das Forças de Defesa da Guiana afirmou que um contingente de soldados venezuelanos, com apoio aéreo de um helicóptero, destruiu as duas dragas localizadas em território guianense.

Os Tambores da Guerra

Por Eliane Cantanhêde 17/03/2007 às 17:10 O fator Guiana

Isso cria, ou pelo menos projeta, uma divisão do continente em dois blocos, um pró-EUA (seja quem for o presidente) e outro pró-Chávez (mais do que pró-Venezuela). E aí entra um fator delicado: a Guiana.

Na avaliação da inteligência militar brasileira, Chávez é tão direto no seu discurso belicoso contra Bush ("el diablo") porque precisa de um "inimigo externo" para mobilizar o

patriotismo -ou o bolivarianismo- interno. Mas, se tentar passar da palavra à ação, não será contra Washington nem mesmo contra a vizinha Colômbia. E por que não contra a Guiana?

Chávez está armando ostensivamente a Venezuela, recorrendo à Rússia como seu grande fornecedor, mas não tem, nem terá, munição (no sentido literal) para enfrentar o poderio bélico da maior potência econômica e militar do planeta, atacando Washington ou sua protegida Colômbia. Se quiser dar uma demonstração de força, poderá ser via indireta. A Guiana é um prato feito.

O pretexto: a Venezuela reivindica até hoje cerca de 60% do território do vizinho. O motivo real: a Guiana recebe vultosas ajudas dos EUA (além do Canadá e do Reino Unido) e, em contrapartida, é generosa ao oferecer espaço e condições para treinos e operações militares americanas -bem ali, na fronteira com o Brasil e com a Venezuela. O Brasil não gosta e há anos observa.

Chávez vai além -teme a possibilidade de uma base militar americana nas suas barbas. Estejam ou não delirando os estrategistas brasileiros, o fato é que Chávez tem dado demonstrações de que não está brincando. Qualquer que seja a brincadeira, o Brasil vai acabar metido nela, por ar, por terra, e não apenas pela diplomacia.

E o pior: Tivemos oito anos para nos armarmos e treinarmos à altura da Venezuela, e nem FHC ou Lula acordaram para essa urgência, apesar dos repetidos alertas das forças armadas brasileiras.

Guiana acusa Venezuela de invadir seu território

No *Estadão* deste sábado:

Por Reinaldo Azevedo

O ministro das Relações Exteriores da Guiana, Rudy Insanally, convocou o embaixador venezuelano em Georgetown, Dario Morandy, para dar explicações sobre uma suposta invasão territorial seguida de ataque a uma zona de garimpo ocorrida anteontem por tropas venezuelanas na fronteira entre os dois países. Morandy disse que a ação ocorreu do lado venezuelano da fronteira.

De acordo com Insanally, 36 soldados venezuelanos, apoiados por helicópteros, usaram explosivos C-4 para destruir duas dragas de garimpo de ouro num rio perto da fronteira. As embarcações foram destruídas e ninguém ficou ferido. O governo da Guiana enviou ontem soldados para investigar o caso. Não ficou claro se o incidente ocorreu no Rio Cuyuni ou no Rio Wenamu. Os investigadores utilizarão um aparelho de GPS para comprovar a invasão territorial venezuelana.

O embaixador venezuelano negou que seus soldados tenham invadido o país vizinho. Segundo ele, a operação de três dias, que deve terminar hoje, buscava prender garimpeiros venezuelanos, guianeses e brasileiros que agem ilegalmente na região. “Os soldados tentavam expulsar cerca de 200 famílias que realizavam mineração ilegal no território da Venezuela”, disse Morandy, ressaltando que os dois países “são bons vizinhos e não vão brigar por esse caso”.

A explicação do venezuelano, no entanto, não convenceu o governo guianense. “Não há

justificativa”, afirmou Insanally.
Leia mais [aqui](#)

Força militar da Venezuela domina fronteira com Brasil Presença de Exército e governo de vizinho contrasta com vazio em Roraima e na Guiana

Hudson Corrêa e Alan Marques

Enviados Especiais à Venezuela, à Guiana e ao Norte do Brasil

Brasileiros da fronteira dizem que são obrigados a abastecer seus veículos na Venezuela, pois o posto mais perto fica em Boa Vista

Na região das fronteiras entre Brasil e Guiana, a presença militar e governamental da Venezuela é ostensiva, em contraste com o vazio que se vê do lado brasileiro e do guianense.

Entre 11 e 20 de dezembro, a Folha percorreu a região das três fronteiras. Entrou nas selvas da Venezuela e da Guiana e localizou garimpeiros brasileiros atuando de forma irregular.

A reportagem chegou também ao local em que o Exército da Venezuela destruiu, em novembro, duas dragas da Guiana usadas na mineração de ouro, o que gerou um conflito diplomático entre os dois países.

Ao percorrer cerca de 500 km no interior da Venezuela, a partir da fronteira em Roraima, a Folha passou por nove barreiras do Exército venezuelano, sendo oito na rodovia (de asfalto impecável) que dá acesso a Caracas, capital da Venezuela, a 1.350 km da fronteira.

Nessas barreiras (as alcabalas), que incluem escritório e alojamento, ao menos cinco militares ficam na pista. Armados de fuzis, revistam carros e conferem documentação, principalmente passaporte.

Do lado brasileiro, após sair da Venezuela, é preciso percorrer 200 km, na rodovia BR-174, sem qualquer barreira de fiscalização, para encontrar um posto de gasolina. A situação criou dependência do combustível venezuelano fornecido na fronteira pela estatal PDVSA.

Preocupação

O ímpeto armamentista do presidente Hugo Chávez já preocupa as Forças Armadas brasileiras, que consideram o avanço militar chavista uma ameaça à estabilidade regional.

Em setembro, o Comando Militar da Amazônia chegou a investigar se aconteceram pousos de aviões militares da Venezuela no Brasil. A investigação descartou a invasão. Hoje não há, segundo os militares, temor de uma investida venezuelana.

Em Santa Elena de Uairén, primeira cidade da Venezuela após a fronteira, a Folha foi ao quartel do exército venezuelano. O comandante, capitão Johnnie Arevalo, se negou a dar entrevista e avisou a reportagem para não ir a áreas de garimpo sem autorização do comando em Porto Ordaz (a 700 km): "Se pegarem vocês, eles [militares] te prendem". O capitão tinha acabado de apreender um Kadet brasileiro sem os bancos traseiros, que levava centenas de latinhas de cerveja. O militar reclamou, aos dois policiais federais brasileiros que acompanhavam a Folha, da invasão de brasileiros para fazer contrabando: "Eles [brasileiros] abandonam os carros e correm para o mato, atravessam a fronteira", reclamou.

O Exército brasileiro não considera iminente um conflito entre Guiana e Venezuela, que reivindica dois terços do território guianense. O litígio ocorre numa área dominada pelo garimpo que reúne brasileiros, venezuelanos e guianenses num frenético movimento de dragas e barcos no rio Cuyuni, na mata amazônica.

Dragas

A Folha esteve no local onde, em 15 de novembro, um general venezuelano e 36 soldados destruíram, com helicóptero e explosivos, duas dragas que garimpavam no rio, segundo a Guiana. Numa margem fica a Venezuela, na outra, a Guiana.

O líder da comunidade indígena de San Martin de Turumbang, Reinaldo Rodrigues, 42, afirmou que as dragas operadas por pelo menos seis garimpeiros da Guiana trabalhavam no rio no lado da Venezuela.

A Folha verificou que uma das dragas, cuja carcaça ainda estava parcialmente fora da água, estava naufragada do lado da Guiana. A Venezuela alega que os garimpeiros invadiram seu território. O governo da Guiana afirma que foi o Exército venezuelano que entrou em território guianense.

No local, está situada a área indígena de San Martin de Turumbang, de 5.000 hectares, em território da Venezuela, que reúne 860 índios envolvidos na mineração do ouro.

Do lado da Guiana, há acampamentos de garimpeiros brasileiros e guianenses às margens do rio. A reportagem não localizou os guianenses que estavam nas dragas afundadas -que, segundo Rodrigues, extraíam até 2 kg de ouro por dia, sem recompensar os índios e causando dano ambiental. Segundo ele, o Exército da Venezuela avisou que faria o ataque, e os garimpeiros fugiram antes.

O Exército da Venezuela controla a ilha de Anacoco, próxima ao local do ataque. Do lado da Guiana, não há fiscalização ou estradas. Os garimpeiros, incluindo brasileiros, chegam lá por meio da floresta.

As dragas possuem máquinas que sugam a areia do leito. A água que vem junto é liberada do outro lado da embarcação e a areia, retida em um depósito, pois pode conter ouro.

Humilhação

De volta ao marco zero da fronteira com a Venezuela, brasileiros relatam que sofrem humilhação. Às 10h de uma manhã de sábado, a fila de carros e caminhões brasileiros chega a 200 m. O posto de gasolina, da PDVSA venezuelana, situado logo após a linha de fronteira, deveria ter aberto às 8h.

O gerente do posto explica que os militares venezuelanos ainda não chegaram, e só eles podem autorizar a entrada de carros no posto. Lá a gasolina é vendida a R\$ 0,70 o litro. A 250 km, dentro da Venezuela, o valor despenca para até R\$ 0,04.

Não é pelo preço que o caminhoneiro Adão Francisco de Jesus, 55, está há um dia parado em frente ao posto com seu caminhão à espera de abastecer na fronteira. Jesus precisa entrar no país vizinho com uma carga de madeira, mas está com o tanque vazio. Assim como outros caminhoneiros e turistas, ele não pode abastecer no Brasil, no município de Pacaraima (RR), porque essa cidade, a última antes da Venezuela, não tem nenhum posto. Abastecer do lado brasileiro, só a 220 km de distância, em Boa Vista.

Para fugir à fila do posto da PDVSA, a única possibilidade era procurar um local de venda clandestina, como em uma borracharia em Pacaraima, onde a mesma gasolina venezuelana é vendida a R\$ 1,70 o litro.

"Isso é uma humilhação", diz Jesus. Segundo ele, os militares do Exército cobram propina para permitir o abastecimento na fronteira e a passagem do caminhão pela rodovia venezuelana. A reportagem não constatou pagamento nem cobrança de propina -nas barreiras, os militares só pediam chocolates.

	: Cidades :
Página Inicial	09-05-2008 - TAMANHO DA FONTE [a] [ã] [ä]
Últimas Notícias	
Especiais	CIR é contra novos pelotões
Edição Impressa	Da Redação
Opinião	A decisão anunciada na quarta-feira, pelo presidente Lula da Silva (PT), de instalar cinco novos pelotões de fronteira em terras indígenas, incluindo a reserva Raposa Serra do Sol, é bem-vista pelo comandante da 1ª Brigada de Infantaria de Selva, general Elieser Girão Monteiro.
Política	
Parabólica	
Cidades	Mesmo sem ter informações oficiais, o general Monteiro afirmou que o aumento do efetivo militar em terras indígenas é "oportuno e existe planejamento para isso". Em Roraima existem seis Pelotões de Fronteira localizados em Pacaraima, Surucucu, Auaris, Normandia, Uiramutã e Bonfim.
Social	
Variedades	
Polícia	Para o coordenador do Conselho Indígena de Roraima (CIR), Dionito Souza, os pelotões já existentes na Raposa Serra do Sol são suficientes. "O que temos já é de bom tamanho, porque ali os indígenas ajudam a fiscalizar o nosso país. Ali se pode trabalhar tranquilamente a soberania nacional sem impedimento ao nosso Exército Brasileiro", contestou.
Esportes	
Serviços	
Denúncias	
Fale conosco	No últimos 23 anos o projeto Calha Norte decidiu vivificar a Amazônia, ocupando o vazio militar e civil na região. Antes do projeto, existiam 13 Pelotões de Fronteira do Exército na Amazônia, após o Calha Norte, esse número subiu para 28, ou seja, mais que o dobro.
Expediente	

Conforme o ministro da Defesa, Nelson Jobim, os pelotões devem ser construídos preferencialmente na região Norte, na área da reserva Raposa Serra do Sol, vizinha à Guiana e Venezuela. "Isso é o mínimo para uma implantação imediata. Mas será preciso instalar muito mais pelotões porque a área é muito rarefeita", explicou.

Ainda de acordo com Jobim, ficou acertado em uma reunião com o presidente Lula, o ministro da Justiça, Tarso Genro, e o comandante do Exército, Enzo Peri, que será apresentado o plano de criação dos pelotões dentro de no máximo 40 dias. "E a instalação é para acontecer em seis meses", afirmou Jobim.

O governo também decidiu que vai inserir um artigo 4º no decreto 4.412, de outubro de 2002, que "dispõe sobre a atuação das Forças Armadas e da Polícia Federal nas terras indígenas". O Planalto quer deixar bem claro que não há empecilho de nenhuma natureza para a entrada, ocupação e operação do Exército nas áreas indígenas.

O Brasil não vai aceitar, por exemplo, a recomendação da Declaração dos Povos Indígenas, aprovada nas Nações Unidas (ONU), em setembro do ano passado, dizendo que será preciso autorização do Conselho Nacional de Defesa para o envio de tropas para as reservas. O Brasil assinou a declaração, apesar de o texto falar em "auto-determinação" para os territórios indígenas. Estados Unidos, Canadá, Austrália e Nova Zelândia não aprovaram o texto da ONU.

Antes de novos pelotões, Exército espera solução para atuais unidades

Da Redação

O Governo Federal anunciou anteontem a construção de novos pelotões de fronteira na Amazônia, alguns deles na reserva Raposa Serra do Sol. O comandante da 1ª Brigada de Infantaria de Selva, general Eliezer Monteiro, entende que antes de novas instalações, devam ser equacionadas pendências de unidades já implantadas.

O general disse não ter a exata noção do que venha ser a notícia publicada pela imprensa. Informou que várias outras unidades – pelotões de fronteira, quartéis, batalhões, brigadas de infantaria de selva e logísticas – ainda estão em fase de implantação. Disse ainda que o Exército é consciente da importância de concluir estas instalações e unidades.

General Monteiro: "Temos necessidades básicas na Guarnição de Boa Vista"

O general afirmou que a Amazônia é muito grande e merece ser ocupada melhor. Mas, argumenta que a ocupação militar é apenas um componente que caracteriza a necessidade de manutenção da soberania territorial. "O componente maior é a presença do povo. O desenvolvimento não é somente na área de segurança, na área de defesa".

Conforme o comandante, as unidades militares são instaladas em locais estratégicos. Roraima já tem seis pelotões na faixa de fronteira. Outros que venham a ser instalados precisarão de retaguarda. "Um pelotão do Exército na Amazônia precisa de infra-estrutura da Força Aérea, com pista de pouso, aeroportos, aviões. A decisão de implantar um pelotão requer preocupação ampla", comentou.

Faz tempo que lideranças militares em todo o país reclamam da defasagem tecnológica e de equipamentos. Mais intrigantes são as queixas contra o diminuto orçamento que inibe a atualização ou reciclagem profissional deixando as Forças Armadas em situação de penúria.

Ainda assim, o comandante da 1ª Brigada defende a ampliação da estrutura. Argumentou que toda ação voltada ao aumento da capacidade de defesa é benéfica à impostação da autoridade. Desta forma, a chegada de novas frações na fronteira será bem-vinda na medida em que houver apoio completo aos setores de pessoal, de material e de instalações. "Não tenho a exata noção do que vem a ser o que foi publicado hoje, mas temos necessidades básicas a serem atendidas aqui na guarnição de Boa Vista".

Angustiadados com a situação que enfrentam devido ao bloqueio de estradas, destruição de cercas e ameaças, entre produtores de Roraima é freqüente a citação ou pedido de intervenção do Exército como forma de pacificar regiões conflagradas. Agora, em diversas oportunidades os arrozeiros reivindicam a presença do EB para manter a ordem.

Conforme o general, pedido para intervenção do Exército pode ser feito por qualquer cidadão brasileiro ou de qualquer dos três poderes. Todos são submetidos ao ministro da Defesa e ao presidente da República, a quem cabe dar a ordem de emprego da força.

“A presença do Exército numa área como a Raposa Serra do Sol tem que ser como força de pacificação. Somente este motivo justificaria a nossa presença e caso esta ação da Polícia Federal com a Força Nacional de Segurança tivesse algum problema. Acredito que eles estão cumprindo a missão deles. É preciso agora uma solução para o processo judicial porque talvez seja a chave de todas as respostas para o retorno do clima de paz e de tranqüilidade pública na região da Raposa Serra do Sol”, declarou o general Monteiro. (C.P)

Notícias

07.05.2008

Governo de Roraima é “anti-indígena”, afirma dirigente de Conselho

O coordenador geral do Conselho Indígena de Roraima (CIR), o macuxi Dionito José de Souza, reagiu às declarações do governador José de Anchieta Júnior, que definiu hoje (6) como ato “terrorista” a entrada de índios e a construção de barracos em propriedade do arrozeiro Paulo César Quartiero.

“Um governo desse não tem política para todos os povos que lá existem. Eu vejo ele muito anti-indígena, desrespeitoso e discriminador”, criticou Souza.

Segundo o dirigente do CIR, a ação dos índios não pode ser qualificada como invasão.

“Ele [Quartiero] tem fazenda mas não tem terra. A terra é da União, que foi dada aos povos indígenas. Por isso os índios estão trabalhando para construir suas casas. Estamos ocupando nossa terra já que o governo federal demarcou e homologou. Ali é nosso e não podemos ficar sem trabalhar”, justificou.

Ontem (5), dez índios foram baleados por funcionários de arrozeiros, quando ocupavam parte da fazenda Depósito, de propriedade do líder dos produtores e prefeito de Pacaraima, Paulo César Quartiero.

O líder indígena vai se reunir hoje (6) com a ministra do Supremo Tribunal Federal (STF) Carmem Lúcia. O objetivo é levar argumentos de que a demarcação da reserva em área contínua não representa risco à soberania nacional e informações sobre a produção agrícola e pecuária das comunidades.

A corte vai julgar nas próximas semanas ações que contestam a demarcação da Raposa Serra do Sol e definir se os produtores de arroz podem ou não permanecer nas fazendas da região. O grupo se negou a deixar a área, como previa o decreto de homologação de 2005, sob alegação de que as indenizações oferecidas foram baixas e as ações para reassentamento ruins.

O CIR já entregou documentos a cinco ministros e pretende encaminhar aos demais antes de os processos irem ao plenário, em data a ser agendada pelo presidente do STF, ministro Gilmar Mendes.

Conselho Indígena de Roraima

CONHEÇA OS CRAQUES DO BRASILEIRO ANTES QUE ELES ARRUMEM AS MALAS PARA A EUROPA.

CRISE FUNDIARIA

Mais pelotões na Amazônia

Lula pede ao ministro da Defesa estudos com o objetivo de aumentar o número de militares em terras indígenas nas fronteiras

Leonel Rocha
Da equipe do Correio

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva solicitou ontem ao ministro da Defesa, Nelson Jobim, estudos para acelerar a instalação de novos pelotões nas terras indígenas da Amazônia que estão na fronteira do Brasil com países vizinhos à região Norte. A decisão foi a alternativa encontrada pelo governo para reduzir a tensão entre a cúpula militar e setores do governo que defendem a manutenção das áreas indígenas demarcadas em terras contínuas nas fronteiras. Hoje o Exército já mantém alguns pelotões em terras indígenas. Mas em número insuficiente para garantir, segundo os militares, a soberania da região.

O ministro Jobim garantiu que nos próximos dias o presidente Lula irá editar uma nova medida provisória determinando que as Forças Armadas tenham unidades militares dentro de terras indígenas situadas nas fronteiras. "É para dizer claramente uma coisa fundamental: terra indígena é terra brasileira; terra indígena é terra de propriedade da União Federal com usufruto indígena; terra indígena é compatível com a soberania nacional. Os índios integram a nação. Não há nação indígena, não há povos indígenas. Existem brasileiros que são indígenas", argumentou o ministro.

A MP irá alterar o Decreto 4.412, de outubro de 2002, que "dispõe sobre a atuação das Forças Armadas e da Polícia Federal nas terras indígenas", para reafirmar que não há impedimento para ocupação e operações militares do Exército nas reservas. "Temos alguns pontos em que a presença é mais rarefeita, caso de Roraima e junto ao Amapá. Na parte noroeste do Amazonas, o que precisamos é criar postos novos e alterar a logística de deslocamento com a construção de pistas de concreto na

Amazônia", disse Jobim, que quer aumentar o número de pistas de cimento para a Aeronáutica.

Recados

O número de novos soldados ainda não foi definido, mas os comandantes militares preparam um levantamento que deverá ser apresentado ao ministro em até um mês. "Temos obrigação de apresentar um projeto de crescimento da presença militar na Amazônia. Depois, teremos um prazo de execução, que depende de recursos, mas a idéia é termos um plano completo em 90 dias", informou Jobim.

Durante o lançamento do Plano Amazônia Sustentável (PAS), o presidente mandou recados aos militares e, sem citar o nome, chamou de bravatas as declarações feitas há cerca de um mês pelo comandante militar da Amazônia, general Augusto Heleno Pereira, de que a política indigenista brasileira é "caótica". O presidente também criticou o governador de Roraima, José de Anchieta Júnior, que não compareceu à solenidade de lançamento do Plano Amazônia Sustentável (PAS), lançado ontem pelo governo. "Não está presente o governador de Roraima por problemas que vocês estão acompanhando pela imprensa. Deve ser por isso", disse Lula.

Ontem o ministro Carlos Ayres Brito, do STF, negou pedido da AGU para que a PF iniciasse uma operação para desarmar os fazendeiros. A PF ouviu ontem Paulo Cezar Quartiero, prefeito de Pacaraima, preso junto com seu filho e seis funcionários, acusados de atirar contra os índios que ocuparam a Fazenda Depósito na segunda-feira.

Governo militariza área indígena nas fronteiras

Objetivo é acalmar Forças Armadas e manter soberania

Karla Correia

brasil

Em meio à polêmica envolvendo a cizânia entre os governos federal e do Estado de Roraima em torno da reserva Raposa/Serra do Sol, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva tomou duas providências. Lançou, ontem, programa prevendo R\$ 1 bilhão em crédito a projetos de reflorestamento e recuperação de áreas degradadas na região e anunciou que as Forças Armadas irão ocupar as áreas destinadas aos índios localizadas em zonas de fronteira, como forma de defender a soberania nacional.

Ao mesmo tempo, defendeu a política indigenista do governo, condenando o que, em sua avaliação, é um "antagonismo desnecessário" na questão da demarcação de terras indígenas na região Norte do país.

Sem citar o nome do comandante militar da Amazônia, general Augusto Heleno, que recentemente atacou as ações de proteção à população indígena da União, principalmente a demarcação reservas em áreas contínuas, Lula afirmou que, ao contrário de estabelecer uma ameaça à soberania do país, as reservas indígenas nas fronteiras são elemento de defesa da integridade nacional.

- Quem, um dia, ousou dizer que os nossos índios faziam o País correr o risco de perder a sua soberania, porque eles estão em lugares, muitos deles, fronteiriços com o Brasil - questionou o presidente, em solenidade de lançamento do Plano Amazônia Sustentável (PAS).

Investimentos

Os recursos previstos no plano, que reúne várias iniciativas já implementadas pelo governo na região amazônica, virão do Orçamento Geral da União e dos fundos constitucionais. De acordo com a ministra do Meio Ambiente, Marina Silva, as ações se concentrarão em áreas de grande tensionamento social, como a reserva Raposa/Serra do Sol.

A crise na reserva colocou em posições contrárias o governo federal e o governador de Roraima, José de Anchieta Filho, que não compareceu à solenidade de que participaram todos os demais governadores de Estados da região amazônica. Anchieta questiona a criação de desocupação da reserva, que tenta retirar os arroteiros do local. O caso aguarda

JB Online :: Governo militariza area indígena nas fronteiras

decisão do Supremo Tribunal Federal (STF).

O ministro da Defesa, Nelson Jobim, afirmou que ampliar a presença militar nas áreas de fronteira e dentro de reservas indígenas.

- Nos próximos meses vai haver crescimento exponencial da presença das Forças Armadas na região Amazônica –assegurou

O ministro se reuniu, ontem, com comandantes do Exército e Aeronáutica para discutir a elaboração de um plano nesta direção. Segundo ele, o estudo levará 90 dias para ficar pronto - será apresentado ao presidente Lula antes de entrar em execução

Em relação ao conflito entre não-índios e indígenas dentro da Reserva Raposa/Serra do Sol, em Roraima, Jobim afirmou que as terras em disputa são da União.

- É para dizer claramente: terra indígena é terra brasileira, terra indígena é de propriedade da União afetada a usufruto indígena, e compatível com a soberania nacional. Os índios integram a nação brasileira, não há nações ou povos indígenas, existem brasileiros que são indígenas – salientou.

Segundo o ministro da Justiça, Tarso Genro, os detalhes do decreto ainda não foram definidos. Negou que a decisão tenha sido provocada pela pressão das Forças Armadas, especialmente do Exército, após as críticas do comandante militar na Amazônia. (Com Folhapress e ABr)

[09/05/2008] 02 01

■ ■ ■

Viaja Mais Melhor Idade
É o Governo Brasileiro incentivando o turismo. Aproveite agora!

Área de mineração
Empregos na área de mineração. Cadastre currículo no Zap Empregos.

Lula diz que é obrigação do governo manter a paz e a harmonia em Roraima

RENATA GIRALDI

da Folha Online, em Brasília

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva disse nesta quinta-feira que a "obrigação" do governo federal é "manter a paz e a harmonia" na reserva indígena Raposa/Serra do Sol (RR). Na área, arrozeiros e indígenas disputam as terras e vários conflitos armados foram deflagrados nos últimos dias.

Lula avisou que aguarda o julgamento do STF (Supremo Tribunal Federal) e que qualquer que seja a decisão deve ser cumprida.

"Nós agora temos obrigação de manter a paz e a harmonia lá dentro, a Polícia Federal e Força Nacional de Segurança vai ficar lá. Nós vamos esperar que a Suprema Corte se manifeste", afirmou o presidente, após solenidade no Palácio do Planalto.

O presidente do STF (Supremo Tribunal Federal), Gilmar Mendes, disse que pretende colocar as ações relativas à Raposa/Serra do Sol em votação até junho. Assim que a Corte decidir sobre o tema, avisou o presidente, a ordem devem ser seguida por todos sem distinção.

"Quando ela [a Suprema Corte] se manifestar, não cabe a nós ficarmos reclamando ou aplaudindo. O resultado da Suprema Corte vale para o governo, para os índios, para os brancos, para o governador, deputados e para todos nós. Estou muito tranquilo", disse o presidente.

Segundo Lula, o governo tomou as providências que deveria em relação à reserva indígena. "O governo brasileiro tomou todas as providências que tinha para tomar em Roraima. Nós fizemos um pacote, mandamos agora uma medida provisória [que define a regularização de terras na região] para resolver as terras de Roraima", disse ele.

Sem reclamar, como fez anteriormente em mais de uma ocasião o ministro Tarso Genro (Justiça), da decisão liminar que suspender a ação da PF na reserva para a retirada dos arrozeiros. O presidente apenas mencionou a ação cautelar.

"Qual é a nossa posição? Na medida que a Polícia Federal ia cumprir a decisão do governo para desalojar os arrozeiros e vem um processo para Suprema Corte", ressaltou.

Endereço da página:

<http://www1.folha.uol.com.br/folha/brasil/tat96u39f969.shtml>

Links no texto:

Conflito em reserva paralisa aulas em escolas indígenas de Roraima

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – V. Ex^a será atendido da forma regimental.

Como Líder da Minoria, por cinco minutos, passo a palavra ao nobre Senador Mário Couto; em seguida, enfim, ao nobre Senador José Maranhão, que está, pacientemente, esperando aí há cerca de quatro horas. Mas vou chamá-lo em seguida.

O SR. MÁRIO COUTO (PSDB – PA. Pela Liderança da Minoria. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, antes de começar, quero que V. Ex^a me tire uma dúvida regimental. Lógico que – tenho certeza de que V. Ex^a está acostumado – a Minoria tem cinco minutos para falar diariamente; mas, quando as sessões não têm Ordem do Dia, as de segunda e de sexta-feira, parece-me que a Minoria tem o direito de 20 minutos.

Procure ver com os assessores se a minha afirmação é verdadeira ou se ela é falsa. Se for falsa...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Senador Mário Couto, é claro que esta Presidência terá com V. Ex^a a tolerância que teve com todos os Senadores. Mas, quando há Ordem do Dia, depois da Ordem do Dia, os Líderes falam por 20 minutos. Não tendo Ordem do Dia, inclusive na segunda e na sexta, os Líderes têm direito somente a cinco minutos. E os oradores inscritos têm direito 20 minutos. Mas é praxe nesta Casa, sendo na segunda e na sexta, ser tolerante com os cinco minutos destinados à Liderança. V. Ex^a pode ter certeza de que terei essa tolerância.

O SR. MÁRIO COUTO (PSDB – PA) – Sr. Presidente, continuo na dúvida. Continuo na dúvida. Acho que, na segunda-feira e na sexta-feira, nós temos 20 minutos. Mas não há problema, vamos tirar a dúvida.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Apenas lhe informei o que a assessoria aqui me passou do Regimento, agora. Segundo a assessoria...

O SR. MÁRIO COUTO (PSDB – PA) – Não há problema. Não há problema nenhum, principalmente com V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Tenho certeza disso.

O SR. MÁRIO COUTO (PSDB – PA) – Srs. Senadores, venho a esta tribuna, nesta tarde de sexta-feira, para comentar o que a TV Globo e os jornais de todo o País colocam hoje como manchete principal.

Fui eu, Presidente e meu prezado suplente Demetrius, que me escuta nesta tarde de sexta-feira, fui eu quem fez o requerimento convocando, Senador Maranhão, a Ministra para vir falar sobre dossiê na Comissão de Infra-Estrutura. Fiz, naquela Comissão, amparado no Regimento e na Constituição Federal.

Quando o requerimento passou, foi aprovado na Comissão, houve uma reação de preocupação fulminante da Base do Governo. Queriam até que o Presi-

dente recorresse ao Plenário para que a maioria do Governo, naquela ocasião, pudesse derrubar o meu requerimento. Não queriam de jeito nenhum deixar a Ministra vir, de jeito nenhum.

Não pode. Não deve. A Ministra não vai. Se for, não vai responder sobre dossiê. Essa era a tona da fala do Governo, do seu Líder e de toda a Base do Governo.

De repente, vai a Ministra à Comissão. Perguntada pelo Líder Arthur Virgílio, não respondeu se podia falar sobre o dossiê. Perguntada por mim, disse que não tinha problema, que falaria tranqüilamente sobre o dossiê. Aí, eu disse a mim mesmo: essa Ministra merece os meus elogios. Qual é o problema de vir ao Senado falar sobre dossiê? Qual o problema? Melhor para o Governo. Esclarece a dúvida da sociedade brasileira. Não vejo motivos para não falar. E a Ministra falou, respondeu a minha pergunta. Disse que não era dossiê, que ela ia ratificar novamente que aquele documento não era dossiê, que a Casa Civil, os funcionários da Casa Civil não fizeram nenhum dossiê. E eu achei a Ministra, naquela ocasião, muito segura do que falava, muito segura do que falava.

Hoje, eu amanheci com uma profunda decepção com a Ministra. Profunda decepção. Apareceu – desculpem o trocadilho – o Aparecido para mostrar a realidade dos fatos. Será... Olhe o que eu vou dizer agora desta tribuna! Será que esse José Aparecido não vai se tornar um Roberto Jefferson da vida? Esse rapaz vai ter que falar. Ou ele vai assumir a culpa sozinho? Ou foi ele, da sua cabeça, que pinçou do banco de dados a confecção de um dossiê que a Ministra e o Governo teimam em dizer que é banco de dados?

Isso é muito natural. Depois de um vazamento que atinge o Governo, que atinge a candidata do Presidente da República à Presidência da República, o que eles podem pensar? Vamos ter que sair pela tangente. Vamos dizer que isso aí é um banco de dados. Vamos negar até a morte que isso não é um dossiê. Nós não podemos cair no conto do dossiê. Tanto que a Ministra afirmou que o Governo não ia apanhar sozinho. Palavras da própria Ministra.

Mas o José Aparecido já confessou: foi dossiê. A Ministra faltou aqui, nesta Casa, na Comissão de Infra-Estrutura, com a verdade. A Ministra não falou a verdade.

Ministra, mentir ao ser torturada é perdoável; mentir numa democracia é imperdoável a uma Ministra. O dossiê foi feito propositalmente para intimidar a minoria, uma minoria tão massacrada pelo Governo nesta Casa. A Ministra, que se diz democrata, que se disse torturada pela ditadura militar, a favor e na defesa da democracia brasileira, o Presidente Lula, que defendeu

tanto a democracia brasileira! Quantas vidas, quanto suor, quantas lutas em favor desta democracia?! A democracia que todos nós queremos!

Quando se prepara um dossiê para intimidar; quando se prepara um dossiê para fechar de uma vez por todas aquilo que é a maior defesa da maioria, que é a CPI, quando se faz isso para arquivar uma CPI que apurava os cartões corporativos, os gastos do Governo Lula, é a volta da ditadura.

Quantas vezes foram apresentados requerimentos nesta CPI, pedindo que a Ministra viesse até esta Casa?! Sabem quantas vezes foi aprovado requerimento? Nenhuma! Sabem por quê? Porque o Governo tem maioria nesta Casa, porque esta maioria é submissa ao Governo, porque esta maioria – a maioria dela – visa aos seus interesses próprios, não olha para o seu País, não olha para aqueles que precisam da voz de cada um aqui, nesta Casa, em defesa da sociedade, do bem estar da sociedade. Visam estar bem politicamente, trocam cargos, devem favores e, devendo favores, têm que se ajoelhar aos pés do rei, fazem o que ele quer, cumprem com as suas determinações e abalam a democracia.

Vi com meus próprios olhos, participei de uma CPI do apagão aéreo. Fiz questão de participar. Foram muitas vidas perdidas, Senador, muitas vidas! E saí de lá com uma profunda decepção. Foi preparado um relatório que provava a culpa de um diretor que meteu a mão nos cofres públicos, deixou a condição aérea deste País estraçalhada, ao ponto de desentendimento geral, ao ponto de colidirem aviões e de matar, matar e matarem. Este rapaz foi acusado, comprovadamente, de que devia aos cofres públicos um mar de corrupções; e esse rapaz foi inocentado. Rasgaram o relatório do Senador Demóstenes Torres, um dos mais preciosos relatórios que vi em minha vida, e jogaram no lixo.

Se querem a volta da Ministra nesta Casa, tem que passar pela CCJ. Se for por meio da CPI, não passa. É onde o Governo tem a maioria.

Criou-se aqui, nesta Casa, um pelotão chamado pelotão de choque do Presidente da República, como se fosse uma tropa de elite, para defender o Presidente e trocar favores.

Quero ver agora se a Ministra continua chamando isso de dossiê. E o Ministro da Justiça, que devia dar o exemplo a este País, disse que não tem problema nenhum. Não é crime. Não tem problema nenhum quando se faz um dossiê para intimidar uma CPI. E será que essa divulgação não foi proposital, logo para intimidar? Eu tenho as minhas dúvidas. O momento político que vivemos está muito parecido com a novela da Globo, Sr. Presidente.

Essa novela que está em cartaz, chamada “Duas Caras”. Olhe o título da novela: “Duas Caras”. Lá existe um senhor chamado Juvenal Antena, que é candidato a vereador de uma favela no Rio de Janeiro, e ele usa cristaladamente o poder da intimidação para fazer o que quer. O Governo, eu acho, se inspirou nessa novela Duas Caras e usa o mesmo método de intimidação para fazer o que quer.

Sr. Presidente, faço hoje o meu primeiro pronunciamento como Líder da Minoria neste Senado. Acabei de dar uma entrevista para o jornal *O Estado de S. Paulo*. Eu dizia à repórter que vou ser duro como sempre nesta tribuna em favor da democracia brasileira. Eu não tenho dúvida nenhuma, Presidente, de que serei lutador para que esta Casa seja independente, para que esta Casa saia das ordens da Presidência da República; para que esta Casa possa viver seus dias de democracia, podendo legislar; para que não seja tirado desta Casa o direito de legislar, como tiram. E, quando se tira, Presidente, o direito de uma casa legislativa de legislar, está-se implantando uma ditadura política.

Terão que passar pelo meu cadáver, Presidente. Terão que passar pelo meu cadáver, se continuarem tentando implantar uma ditadura neste País.

Há um Deputado do Partido dos Trabalhadores que fala em terceiro mandato, sistematicamente. Não sabe esse cidadão o mal que ele está fazendo à Nação brasileira. Não sabe ele. E eu tenho certeza absoluta: só o faz porque é instruído por alguém; não teria a coragem de fazê-lo sozinho e não sabe o mal que está cometendo à Nação brasileira. Com o intuito de servir ao rei, com o intuito de agradar ao rei, ele fala em terceiro mandato.

Sr. Presidente, desço desta tribuna na certeza de que estarei sempre ao lado do povo brasileiro, daqueles que são massacrados, daqueles que têm consciência de que esta Nação precisa de muita coisa. Não sou daqueles que torcem para não dar certo. Torço para dar certo.

Mas eu queria ver neste País, Presidente, em vez de dossiê, eu queria ver neste País a saúde funcionando. Eu queria ver a violência diminuindo. Eu queria ver as estradas brasileiras. Ainda há pouco, subiu um Senador para externar os seus pêsames pela morte de um vereador da sua cidade, do seu Estado, por causa de uma rodovia cheia de buracos; a morte do vereador e do seu filho.

Eu queria ver os portos, aeroportos, ferrovias, educação neste País! Era isso que eu queria ver; não era dossiê! Não era a tentativa de se implantar uma ditadura neste País.

O que eu vejo é uma dúvida muito grande, é um ponto de interrogação dos trabalhadores brasileiros jovens, que estão recebendo migalhas para sobreviver.

Ai de quem tem coragem de falar mal do Bolsa-Família! Ninguém tem coragem de falar mal do Bolsa-Família. Ninguém é contra o Bolsa-Família. Mas o que a sociedade brasileira quer mesmo, de verdade, é trabalhar, é saúde, é segurança, é ferrovia, é rodovia, é infra-estrutura. É isso que a sociedade brasileira quer. Ela não quer dossiê, ela não quer intimidação, ela não quer ditadura, ela não quer imposição.

Eu desço desta tribuna, Presidente, agradecendo a V. Ex^a por ter me dado um tempo a mais.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Quero dizer a V. Ex^a que foi mais do que justo, até porque V. Ex^a me alertou que é o seu primeiro pronunciamento como Líder da Minoria. É praxe na Casa conceder um tempo a mais. E eu fui tolerante com todos. Por isso, eu lhe dei mais três minutos.

O SR. MÁRIO COUTO (PSDB – PA) – Digo a V. Ex^a que o Governo usa de todas as artimanhas para desmoralizar a Minoria. Olhem, por exemplo, o que disse a um repórter a Ministra Dilma Rousseff.

Dilma repetiu – olhem como ela tenta dizer que não é dossiê, que não tem nada, que está tudo calmo – que a polêmica sobre os gastos com cartões corporativos...

Eu fui o primeiro Senador, desde o ano passado, a denunciar os cartões corporativos. Até perguntei se, no Palácio onde mora o Presidente da República, havia muito daquele bichinho chamado centopéia, e me perguntam o porquê. Porque eu li numa nota fiscal do Palácio, onde mora o Presidente da República, uma aquisição de 300 meias e 100 sapatos para mulheres. E eu perguntei se lá havia alguma centopéia para calçar tanto. Gastos supérfluos! Milhões e milhões e milhões de brasileiros.

Outro dia, recebi um *e-mail*, entre milhares que recebo, dizendo assim: “Se você tem pretensões políticas, deveria falar menos do Presidente da República”. Eu respondi: “Caro companheiro, eu não falo do Presidente da República. Eu defendo a minha Nação. O dinheiro gasto com cartões corporativos é seu, é do povo brasileiro”.

O Brasil, dos países emergentes, dos países em desenvolvimento, os seus filhos e filhas são os que mais pagam impostos no mundo. Vou citar só um exemplo de como é tirado dinheiro do bolso do brasileiro.

A classe média está achatada. A classe média paga tudo neste País, tudo! Do PIB, 38% são arrecadados com impostos. São 38% com imposto! Sabem quanto paga o Chile, o povo chileno? O povo brasi-

leiro, dos 100% do PIB, paga 38% em arrecadação de imposto. Sabem quanto se paga no Chile, quanto paga o chileno? Só 5%. Esse dinheiro é nosso, aquele dinheiro que é gasto no cartão corporativo.

Denunciei muitas vezes – felizmente, veio à tona, e montou-se a CPI – que o Governo esconde, que o Governo faz qualquer negócio, que o Governo monta dossiê, que o Governo intimida a Oposição, que o Governo não deixa a Oposição, de maneira alguma, chegar aos gastos da Presidência da República.

Digam-me. Diga-me, Presidente. É bom que o povo brasileiro reflita, e que nós, Parlamentares, possamos ir para as nossas casas refletindo. Se não deixam o Legislativo fiscalizar o Executivo, o que nós estamos fazendo aqui? Qual é o nosso papel? O instrumento legal de fiscalização é a CPI. Esse é o instrumento legal. Mas não deixam se apurar absolutamente nada. Nada! Ainda mais gastos pessoais.

Nem quero falar em corrupção. Só quero perguntar ao povo brasileiro, sinceramente. Nada contra o Lula. Nada. Pessoa simpática, pessoa que é popular. Nada contra ele. Agora, me responda, povo brasileiro, aqueles que acham que estou falando demais, me digam: quantos ministros já foram acusados – e comprovados – de corrupção no Governo Lula? Quantos? Quantos saíram? Quantos secretários saíram? Quantos? O que aconteceu com eles? Foram punidos?

José Dirceu volta à cena! Pensei que José Dirceu estava arquivado por um tempo. Volta à cena! Quem divulgou o dossiê era secretário do José Dirceu. Volta à cena o José Dirceu. O que aconteceu? Nada, absolutamente nada.

E temos que zelar aqui, meu caro suplente Demétrius, por esta democracia, que tem que voltar a ser. Vou brigar muito por isso, Senadores. Muito! Quero poder fiscalizar o Governo aqui, por meio de CPIs. A Minoria vai ter que ter esse poder de fiscalizar. A Constituição permite e manda. Não podemos rasgar a Constituição nesta Casa! Não podemos!

Por isso, Sr. Presidente, neste meu primeiro pronunciamento, saibam V. Ex^a, os Senadores e o povo brasileiro: lutarei, custe a minha própria vida, pela democracia, pela liberdade, pelo direito e por aqueles que mais precisam, como os aposentados brasileiros, que estão aí desprezados.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – A Presidência, antes de chamar o Senador Geovani Borges, informa à Casa que o Senador Garibaldi Alves Filho designa a Senadora Lúcia Vânia como Relatora-Revisora da **Medida Provisória nº 411, de 2007** (Projeto de Lei de Conversão nº 9, de 2008).

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Ainda, permita-me, Senador Geovani, informar que recebi da TV Senado um documento, que comunico à Nação. A TV Senado, numa homenagem aos 120 anos da abolição não concluída, programou um documentário cujo título é “A Chama da Liberdade”, que vai ao ar, neste sábado, às 16h30min e às 21h30min; e, no domingo, às 11h30min e às 22h.

Também a Rádio Senado apresentará, no próximo fim de semana, um especial dos 120 anos da abolição não concluída. O *Jornal do Senado* terá um encarte especial com oito páginas, na segunda-feira, dia 12, sobre a Abolição da Escravatura. Será uma reconstituição histórica dos fatos da época, 13 de maio de 1888.

Cumprimento aqui todo o Sistema de Comunicação do Senado e toda a equipe do *Jornal do Senado*. Lembro ainda que, a partir das 22 horas de hoje, o encarte já estará disponível na Internet.

De imediato, convido o nobre Senador Geovani Borges para fazer uso da palavra, por 20 minutos, com a devida tolerância que tive com todos os outros Senadores e Senadoras.

O SR. GEOVANI BORGES (PMDB – AP. Pronuncia o seguinte discurso.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, única colônia remanescente na América do Sul, a Guiana Francesa também é o único pedaço da Comunidade Européia fora da Europa.

Por muito tempo, o desgarrado território europeu não passou de uma insalubre colônia penal, tornada célebre pelo ex-presidiário que se fez escritor, Henry Charrière, que transformou o relato de sua ousada fuga da temida Ilha do Diabo, uma ilha presídio rodeado por águas infestadas por tubarões, no *best-seller* Papillon.

Na década de 60, a proximidade com a linha do Equador fez a colônia ser escolhida para sediar uma base francesa de lançamento de foguetes, na cidade de Kourou, dando ao território relevância estratégica e atraindo uma leva de peões brasileiros para sua construção.

Depois vieram os garimpos. E a prostituição. E o fato é que até hoje um grande número de brasileiros, sobretudo da minha região, tentam ilegalmente a sorte e os salários em euro da colônia.

É fácil entender, Sr. Presidente, esse movimento migratório: a Guiana Francesa é território francês. Caiena, a capital, fica a menos de 200 quilômetros do Oiapoque, no Amapá. Por isso, milhares de brasileiros vivem em Caiena. Estima-se que cinqüenta mil brasileiros estejam por lá. Gente que atravessou a fronteira em busca de oportunidades. Quase todos os dias, bra-

sileiros que estão ilegalmente na Guiana Francesa são detidos pela polícia e mandados de volta ao Brasil.

Recentemente, o famoso jornal francês *Le Monde*, um dos mais importantes da Europa, denunciou que os brasileiros são “caçados” pela imigração francesa: “Chegam em levadas, em busca de ouro ou bicos, para alimentar as famílias no Brasil. São expulsos, mas voltam, ameaçados por doenças e morte, por bala perdida ou golpe de facão”.

O *Libération*, outro jornal da França, publicou que as empresas que empregam trabalhadores ilegais serão obrigadas a bancar a expulsão dos brasileiros: “Os brasileiros são empurrados pela falta de perspectivas no Brasil e pela possibilidade de receber em euro. Como sua entrada não é oficial, ficam sujeitos a condições desumanas”.

Pois bem. O único meio de sair do Brasil para a Guiana e Suriname é pegar uma catraia, uma canoa movida a motor, que sai de madrugada do porto do Oiapoque e viaja a noite toda. De dia, a embarcação pára, e os clandestinos se escondem nas montanhas da região. Prosseguem à noite e chegam na manhã seguinte ao canal de Maowe, em Caiena. Muitos trabalham por 90 dias sem nada receber. Mas, se reclamam, são denunciados como ilegais. A moeda forte e a ilusão de bons salários atraem brasileiros incautos na busca de melhoria de vida. Todavia, a prostituição e o tráfico de mulheres têm sido uma rotina.

A situação tensa na região fronteiriça ao Brasil é delicada para a diplomacia brasileira. As autoridades de cada país são soberanas. Imigrantes brasileiros nas Guianas submetem-se à legislação local. Mas chega um momento, como este que narrarei a V. Ex^{as}, em que se faz imperiosa uma tomada de posição governamental.

Há 21 dias, precisamente no dia 17 de abril, uma brasileira, imigrante ilegal na Guiana Francesa, foi vitimada pela polícia francesa (a Gendarmerie), enquanto navegava no rio Oiapoque em uma catraia. Isso aconteceu em Maná, próximo ao garimpo Reginá, cerca de 400 km de Saint George, na Guiana Francesa.

A brasileira estava com outros cerca de 30 brasileiros imigrantes ilegais, por volta das 19h, horário local, no último dia 17 de abril, quando foram abordados pela polícia francesa, fortemente armada de pistolas e escopetas. Com medo, os brasileiros começaram a pular da catraia, buscando fugir para uma das margens do rio. A brasileira, certamente devido à falta de iluminação, nadou em direção à Guiana e foi atingida pelas hélices do barco dos policiais franceses.

O que há de mais cruel, Sr. Presidente, é que os demais brasileiros foram impedidos pelos policiais franceses de ajudar a brasileira ferida, que morreu e cujo

corpo foi encontrado quatro dias depois, em avançado estado de decomposição.

Pior ainda: a polícia francesa içou o corpo do mangue com uma espécie de arpão, amarrou-o com cordas a um barco e o arrastou boiando até a margem francesa do rio. De lá, conduziu-o para Caiena, onde o corpo – pasme, Sr. Presidente – ainda se encontra, em uma geladeira, aguardando liberação do governo francês.

Dado os requintes de crueldade e a recorrência desses crimes, fomos ontem à audiência no Ministério das Relações Exteriores – eu, o Governador do Amapá, Waldez Góez, do meu Estado; o Deputado Estadual Paulo José (Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa do Estado), a quem rendo as minhas homenagens pela sua dedicação, que passou praticamente 48 horas sem dormir e foi *in loco* verificar o que ocorreu, pegou o avião e veio imediatamente para Brasília para participar dessa audiência; o Deputado Jurandil Juarez, Coordenador da nossa Bancada federal; as Deputadas Fátima Pelaes e Dalva Figueiredo e o Deputado Davi Alcolumbre.

Lá, relatamos o fato e apresentamos fotografias terríveis do resgate do corpo da brasileira, quando a polícia francesa parecia carregar um troféu, sorrindo e mostrando com os dedos em “V”, de vitória.

Eu tenho uma foto aqui que eu gostaria que a câmera, se possível, desse um *close*, Sr. Presidente, para que o nosso País e o mundo inteiro tomem conhecimento do “V” da vitória. E vou mostrar rapidamente aqui as fotografias do corpo sendo arrastado, boiando por esse rio fronteiro. Mais um *close*, para que o Brasil tome conhecimento. Outra foto, rapidamente; mais outra foto aqui, Sr. Presidente, que vai fazer parte deste nosso pronunciamento, em anexo.

A nossa brasileira – queria que se desse um *close* especial; infelizmente, eu tenho que mostrar isso ao Brasil inteiro e ao mundo – arpoada, como se fosse um animal. Esta aqui tem mais detalhes. Quero pedir desculpas ao Presidente, porque eu queria mostrar em *slides*, mas regimentalmente eu teria que solicitar com certa antecedência, e não foi possível. Eu não posso protelar essa denúncia para o Brasil inteiro.

As imagens, de tão chocantes, levaram a Embaixadora Maria Edileuza Fontenele Reis, Diretora do Departamento da Europa, Ministério de Relações Exteriores, a uma emoção muito forte. Sensibilizada, a Embaixadora assegurou que vai convocar uma reunião para o próximo dia 26 de maio, este mês, com a participação do Itamaraty, Assembléia Legislativa do Amapá, Bancada Federal do Amapá e representantes da Embaixada da França, que servirá de preparação para uma reunião que está marcada para ocorrer em

Caiena, Guiana Francesa, em 12 de junho, no próximo mês.

Uma das propostas, inclusive apresentada na reunião pelo Deputado Paulo José à Embaixadora, é a criação de um escritório regional do Itamaraty no Oiapoque. Mas tenho absoluta certeza de que a hábil e competente diplomacia brasileira haverá de negociar uma saída pacífica e nada traumática, a fim de conciliar os interesses dos dois países e impedir a caça de pobres ribeirinhos, cujo único pecado é desejar uma vida melhor.

Reconhecemos a soberania dos povos, mas entendemos que é necessário buscar uma alternativa negociada para quando a geografia deságua na história.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Senador Geovani Borges, convido V. Ex^a a assumir a Presidência, para que eu possa fazer também meu pronunciamento. Então, prorrogo a sessão por mais trinta minutos.

O Sr. Paulo Paim deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Geovani Borges.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente Geovani Borges, que preside a sessão, vou tentar ficar exatamente no meu tempo.

O SR. PRESIDENTE (Geovani Borges. PMDB – AP) – Senador Paulo Paim, V. Ex^a dispõe de 20 minutos, além do tempo necessário para complementar o seu pronunciamento.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Muito obrigado, Senador Geovani Borges.

Senador Geovani Borges, por uma questão de justiça, deixando bem claro que eu não levo os debates desta Casa, de interesse dos Estados, pelo viés político-partidário, quero fazer um esclarecimento.

Dirijo-me ao nosso querido Estado do Piauí para dizer que se conseguimos, nesta semana, aprovar a incorporação do Banco do Estado do Piauí (BEP) ao Banco do Brasil, via Projeto de Resolução nº 58, foi um trabalho articulado pelo Governador do Estado, pelo Secretário da Fazenda, Antonio Neto, mas também pelos três Senadores do Estado do Piauí. Refiro-me aos Senadores João Vicente, Mão Santa e Heráclito Fortes, com quem travei uma longa conversa sobre essa situação. Foi graças a essa articulação, que favoreceu um Governo que é do Partido dos Trabalhadores, mesmo sendo o Senador Heráclito Fortes do DEM, o Senador Mão Santa, do PMDB, e o Senador João Vicente, do

PTB. Faço este esclarecimento porque foi noticiado no jornal *Meio Norte* que o trabalho foi específico de uma pessoa. Então, para que fique transparente, à luz da verdade, eu, que participei de toda a articulação, faço esse esclarecimento, porque se não fosse a Bancada do Piauí – neste caso liderada pelo Senador Heráclito Fortes –, não teria acontecido essa movimentação muito importante para aquele Estado, o Piauí. Repito: o Senador Heráclito Fortes, o Senador Mão Santa, o Senador João Vicente, o Sr. Antonio Neto e o Governador, conseqüentemente.

Feito este esclarecimento, e colocando os fatos à luz da verdade, Sr. Presidente, eu não poderia também, nesta manhã – comuniquei a todos que eu seria o último a usar da palavra, porque estava presidindo –, deixar aqui as minhas considerações e o meu depoimento em relação aos dois Ministros gaúchos, que foram tão questionados no plenário no dia de hoje.

Em primeiro lugar, farei algumas considerações em relação ao Ministro Tarso Genro e a questão Raposa Serra do Sol.

Sr. Presidente, tenho no Ministro Tarso Genro um grande quadro, não somente do Rio Grande, mas também do Brasil. Tivemos a alegria de disputar as eleições há cinco anos; o Ministro Tarso Genro era, então, candidato a Governador, e eu a Senador. Elegi-me para o Senado, e, durante a campanha, fizemos uma grande parceria. Viajei muito pelo Estado do Rio Grande do Sul na companhia do hoje Ministro Tarso Genro. Sei da sua capacidade, sei da sua competência e sei da sua honestidade. Então, ninguém tenha dúvida de que a minha posição, neste Plenário, nem sempre é concordância com o Governo. Mas tenho vindo à tribuna para elogiar o Governo em tudo aquilo que eu entendo correto, certo, adequado e bom para o meu País, como na questão dos aposentados, em que fiz o bom debate, e apresentei inclusive dois projetos, aqui aprovados e encaminhados para a Câmara dos Deputados. Por isso, sinto-me com toda a autoridade em dar este depoimento aqui, deixando clara a minha posição, pelo brilhante trabalho feito pelo Ministro Tarso Genro junto ao Ministério da Justiça.

A Ministra Dilma, que também conheço há mais de 35 anos – militei com a Ministra Dilma e com o Ministro Tarso Genro. Lembro-me disso como se fosse hoje – não tem como eu não dar este depoimento, Presidente Geovani –: eu era metalúrgico em uma empresa chamada Forja Sul. Na época, foi ela e seu esposo, Carlos Araújo, que me procuraram, junto com outro militante, este do PT, e ele do PDT, para me convidar para me candidatar à Presidência do Sindicato dos Metalúrgicos de Canoas. Claro que dali para frente se estabeleceu com a Ministra Dilma uma relação de respeito,

de carinho, porque fui conhecendo a sua história; uma história bonita, de uma mulher lutadora que, com certeza, às vésperas do Dia das Mães, eu tenho o dever de homenagear na tribuna deste Senado.

Quero dizer também que, quando me perguntaram se a Ministra se sairia bem na Comissão de Infra-Estrutura, onde daria o depoimento, eu disse: Tenho a absoluta certeza de que a Ministra vai responder na área correspondente ao PAC; e quando for também perguntada sobre o caso dos cartões, responderá com a mesma capacidade e com a mesma competência.

E disse mais: A Ministra entrará como uma grande mulher, e sairá como um gigante, pelo seu potencial de gestora, administradora e também político.

Ninguém tenha dúvida de que a Ministra Dilma é, sim, competente, em todas as áreas, inclusive na área política. Não errei no prognóstico. Falei isto na segunda-feira, e ela foi responder na quarta-feira. Só não interferi lá, na Comissão, porque, tanto o Líder Romero Jucá como a Líder Roseana Sarney disseram-me que não havia necessidade, porque a Ministra estava indo muito, muito bem, e que ela estava cansada, depois de nove horas de debate. Mas, se ela for convocada num outro momento a vir a esta Casa, podem ter a certeza de que estarei lá, sentado, na primeira fila, fazendo o bom debate.

Tenho plena confiança na Ministra. Se alguém me perguntar, como já perguntaram para alguns, se eu botaria a mão no fogo pela Ministra Dilma, quero dizer, aqui, que, com certeza absoluta, eu botaria. Conheço a história, a vida dessa mulher. É uma mulher que, com certeza, representa o que há de melhor do povo brasileiro. E eu diria mais: podemos ter, neste País, milhões de pessoas honestas, sérias, competentes, mas podem ter a certeza de que a Ministra Dilma estará sempre entre aquelas que merecem esses elogios. Então, que não fique qualquer dúvida em relação a minha posição, ao carinho e ao respeito que tenho pela Ministra Dilma, e, por extensão, também ao Ministro Tarso Genro. Claro que com a Ministra Dilma eu tive uma maior convivência, porque são mais de 35 anos que acompanho a vida dessa guerreira, dessa lutadora, dessa mulher que está sendo tão questionada neste momento. Talvez um pouco demais, com todo o respeito – e a Oposição sabe que eu respeito muito a Oposição, e ela tem que fazer o seu papel político num País como o nosso, um País machista, um País que discrimina, sem sombra de dúvida, os fatos e a verdade, principalmente mulher, negro e índio –, porque ela é questionada 24 horas por dia, porque o Presidente Lula teve a ousadia de já anunciar que uma mulher é candidata à Presidência da República.

Então, fica aqui, Ministra Dilma, um beijo carinhoso em sua mão, no seu rosto, como uma homenagem a todas as mães e a todas as mulheres do nosso País.

Sr. Presidente, ...

O SR. PRESIDENTE (Geovani Borges. PMDB – AP) – Eu gostaria de fazer minhas as suas palavras também ao prestar uma homenagem à Ministra Dilma, extensiva a todas as mães do nosso querido Brasil. Acho que é uma homenagem justa, com a qual me solidarizo, na qualidade de Presidente desta sessão.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Muito obrigado, Presidente Geovani.

Este meu depoimento não foi pela primeira resposta que ela deu. Uma mulher que ficou três anos na cadeia, torturada, mutilada e que permaneceu fiel às suas causas, às suas origens, à sua história, ao nosso povo e à liberdade. Pode haver formas diferentes de luta, mas essa é a forma mais sofredora. Ter batido de frente com a ditadura e ter mostrado toda a sua resistência, a sua persistência pela causa não é para qualquer cidadão. É preciso ter muita fibra.

Respeito aqueles que atuaram de forma diferente. Eu, mesmo, Sr. Presidente, não fui torturado, nunca fui preso. No máximo, fui interrogado, mas ninguém me tocou a mão. Então, não posso dizer. Mas calculem os senhores o que é uma mulher, durante três anos, sob tortura, ficar fiel às causas que ela sempre defendeu de interesse da liberdade e da justiça de todo o povo brasileiro.

Sr. Presidente, depois desse rápido depoimento, que eu não poderia deixar de fazer, quero falar um pouquinho do meu Estado. Em primeiro lugar, quero cumprimentar os dois Senadores do Rio Grande: Senador Zambiasi e Senador Simon pela reunião que tiveram, nesta semana, no gabinete do Ministro de Integração Nacional, junto também com a Senadora Ideli Salvatti, em que solicitaram ao Ministro Geddel, que, efetivamente, houvesse investimentos no Rio Grande e em Santa Catarina devido ao ciclone que lá passou, levando de roldão milhares de casas nesses dois Estados. Na oportunidade, o Ministro Geddel levantou a possibilidade de avançarmos numa cifra em torno de R\$100 milhões para atender aos dois Estados atingidos de forma tão forte por esse ciclone.

Só no Estado do Rio Grande do Sul, Sr. Presidente, entre as dezenas de Municípios que sofreram com a tempestade estão a cidade de Riozinho, Mampituba, Tramandaí, Rolante, Caraá, Taquara, Três Forquilhas, Itati, Maquiné, Alvorada, Santo Antonio da Patrulha, Três Cachoeiras, D. Pedro de Alcântara, Osório e praticamente toda a grande Porto Alegre.

Eu espero, Sr. Presidente, que efetivamente consigamos fazer com que as populações gaúcha e cata-

rinense recebam esse aporte de recursos do Governo Federal, como também entendo que os outros Estados, onde porventura venha a acontecer qualquer tipo de catástrofe como essa, devam também ser atendidos pelo Governo Federal e naturalmente pelo Governo do seu Estado.

A segunda questão, Sr. Presidente, veja que hoje vim à tribuna só para elogiar – elogiei a postura do Ministro Tarso Genro, elogiei a postura da Ministra Dilma –, e neste momento quero elogiar a postura de dois Deputados do Rio Grande do Sul, o Deputado Pepe Vargas e o Deputado Henrique Fontana.

Eu sou da região de Caxias do Sul, que é a terra do vinho, e o setor vinícola brasileiro, não só lá de Caxias do Sul, do meu Rio Grande, e de toda a região da Serra, todo o setor vinícola brasileiro tem enfrentado a concorrência de vinhos importados, com pouca forma de resistir a isso que chamo uma concorrência desleal.

É preciso que seja estudada uma maior proteção para o setor. Estou me referindo aqui a toda a produção de vinho nacional, principalmente se verificarmos que, em 2002, os vinhos brasileiros detinham 51,5% do mercado interno; hoje, detêm somente 25,7%. Os vinhos brasileiros perderam a metade da concorrência no mercado interno. Por isso, cumprimento os Deputados Pepe Vargas e Henrique Fontana, que foram juntos ao Ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, Miguel Jorge, pedir providências. Foi uma reunião importante com a presença de produtores de vinho, onde ficou acertado que será encaminhada uma agenda do setor para que o Governo possa avaliar as medidas propostas. Os produtores estão preocupados também com o fato de que já estamos com um excedente de 35 a 40 milhões de litros de vinho. Precisamos, de fato, de medidas mais protetoras, que garantam o resultado positivo da produção nacional do nosso vinho.

Como estou resumindo, peço a V. Ex^a que considere esse pronunciamento na íntegra.

O SR. PRESIDENTE (Geovani Borges. PMDB – AP) – V. Ex^a será atendido na forma regimental.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Obrigado, Senador Geovani, que preside a sessão.

Quero também, Senador Geovani, dizer que hoje o Codene, no Rio Grande do Sul – Conselho de Participação e Desenvolvimento da Comunidade Negra – completa 20 anos.

A comunidade negra organizada do meu Estado fará, amanhã, uma grande festa de aniversário, no auditório Dante Barone, da Assembléia Legislativa do Estado, em Porto Alegre.

Aproveitamos também para registrar que a homenagem ao Codene não será somente a mim. Eu serei homenageado e vou receber um troféu por ser o autor do Estatuto da Igualdade Racial, mas o Senador Simon, que é de outro partido. E quero deixar bem clara essa posição, e procuro não dar a meus pronunciamentos só meio cunho na disputa político-partidária, como V. Ex^a fez muito bem da tribuna, defendendo os interesses do seu Estado e mostrando verdadeiro crime cometido contra uma brasileira e V. Ex^a foi lá e mostrou aqui as fotos com muita propriedade. Mas, como havia dito, também será homenageado o Senador Pedro Simon, porque há vinte anos foi S. Ex^a quem criou o Codene, no Rio Grande do Sul.

Sr. Presidente, esses conselhos são muitos importantes porque permitem que, efetivamente, haja um processo de diálogo muito grande entre a sociedade organizada e o próprio Governo com as outras entidades do nosso Estado.

O primeiro Presidente desse conselho foi o companheiro Gustavo Paiva, já falecido. Por isso, falo aqui em nome do Codene fazendo uma homenagem a ele. Ainda naquela época, a comunidade negra sonhava com políticas públicas que incluíssem descendentes dos negros escravizados. No Rio Grande, temos uma bela história, que é a história dos Lanceiros Negros. Foram guerreiros de uma cavalaria chamada Cavalaria do Fronte, uma cavalaria que estava sempre à frente da batalha e lhes foi prometida a liberdade, com o fim da guerra, pelo poder imperial.

Terminou a guerra, era antes da abolição da escravatura, e foram massacrados depois de estarem desarmados. O Codene representa essa luta de um povo que busca a integração do nosso Estado e, às vezes, dizem, Sr. Presidente, que o Sul é a região mais preconceituosa. Quero dizer que não é bem assim, até porque nós elegemos o primeiro Deputado Federal negro, Carlos Santos; elegemos o primeiro Governador negro, Alceu Collares. Alceu Collares foi um longo período Deputado; depois foi Governador, depois voltou a ser Deputado. E o Rio Grande do Sul também elegeu, queiramos ou não, o único Senador negro que temos aqui no Senado, que é esse que vos fala neste momento.

Por isso quero, nesta oportunidade, deixar um forte abraço ao Codene e a todos aqueles que lutam pela liberdade, pela justiça, pelos negros, brancos e índios, em todos os segmentos.

Sempre digo que a luta contra o preconceito é uma luta de todos os homens de bem, não importa se é negro, se é branco, se é índio ou – como gostam alguns, em algumas regiões, do termo – mestiço. Quero dizer que independente da cor da pele, independente

da origem, da procedência, todos os homens de bem têm que ser contra qualquer tipo de preconceito.

Por fim, Senador Geovani, fiz aqui um pronunciamento longo que fala sobre a juventude do nosso País. Claro que não vou poder fazer os comentários que eu gostaria, por exemplo, da importância da Conferência da Juventude, recentemente realizada aqui em Brasília, que reuniu líderes dos jovens de todo País.

Agradeço a tolerância de V. Ex^a, mas deixarei para outro dia esse pronunciamento, porque acho devo pronunciá-lo na íntegra, fazendo uma homenagem a toda a juventude brasileira.

Por isso, termino dizendo que deixo junto à Mesa – e peço que V. Ex^a a considere lido na íntegra nos Anais – uma homenagem que faço hoje ao Dia das Mães, que será neste fim de semana.

Se V. Ex^a me der mais dois minutos, eu terminaria com essa pequena homenagem às mães do nosso País.

O SR. PRESIDENTE (Geovani Borges. PMDB – AP) – Como vai homenagear as mães brasileiras, vou dar a V. Ex^a três minutos.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Muito obrigado, Senador Geovani.

Diz o poema:

Que coisa incrível deve ser essa troca de confidências e carinhos que acontece enquanto pequenas sementes germinam no aconchego do ventre que as embala, tornando-as companheiras e cúmplices por 9 meses.

Desde o primeiro instante a voz dela deve soar como música aos ouvidos daquela pequena criaturinha, seu carinho e seu amor devem ser uma benção para seu coraçãozinho em formação ainda e ao ouvi-la pronunciar seu nome todo o resto deve passar a fazer sentido.

Ela o carrega, ela traz o para o nosso convívio e ela segue acompanhando seus primeiros sons, seus passos, suas traquinagens, seu primeiro dia na escola, seu caderno com os deveres da escola, um maravilhoso e incomparável desenho feito para o Dia das Mães!

Depois ela segue vendo-o sair para se divertir com os amigos, com as amigas, preocupa-se a que horas irá voltar e a mãe não dorme enquanto não tem certeza que ele vai chegar seguro em casa.

Mais tarde, acompanha sua formatura, seu casamento e volta a ser mãe quando seus netos insistem em chamá-la de vovó! Mas ela é, em todos os aspectos, a criatura mais indecifrável que Deus criou. Ela é o próprio amor em forma de MÃE.

Então, eu faço essa pequena leitura de um poema que é uma homenagem a todas as mães.

Muito obrigado, Sr. Presidente, Senador Geovani.

SEGUEM, NA ÍNTEGRA, PRONUNCIAMENTOS DO SR. SENADOR PAULO PAIM.

O SR. PAULO PAIM (Bloco PT – RS. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, quero registrar a audiência ocorrida ontem a tarde no Gabinete do Ministro da Integração Nacional, com Senadores do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina, com o objetivo de tratar da situação de emergência dos municípios atingidos pelo ciclone extratropical.

Lamentavelmente não pude estar presente, mas quero agradecer à Senadora Ideli Salvati e aos Senadores Pedro Simon e Sérgio Zambiasi por defenderem, também em meu nome, a liberação de recursos para a recuperação dessas municipalidades.

Faço um agradecimento também ao Ministro Geddel Vieira Lima por demonstrar preocupação com a situação e apontar caminhos viáveis para uma breve solução do problema.

Na oportunidade acenou com a viabilidade de uma liberação no montante de R\$100 milhões, alterando uma medida provisória que já está no Congresso Nacional, para atender os dois estados da Região Sul.

Só Estado do Rio Grande do Sul vários municípios já decretaram estado de emergência: Riozinho; Mampituba; Tramandaí; Rolante; Caraá; Taquara; Três Forquilhas; Itati; Maquiné; Alvorada; Santo Antônio da Patrulha; Três Cachoeiras; Dom Pedro de Alcântara e Osório.

Esperamos, nas próximas semanas, contar também com o apoio da Casa Civil e da Presidência da República na solução dessa grave situação.

Era o que eu tinha a dizer.

Muito obrigado.

O SR. PAULO PAIM (Bloco PT – RS. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, quero registrar aqui os 20 anos do Conselho de Participação e Desenvolvimento da Comunidade Negra do Estado do Rio Grande do Sul (CODENE/RS).

Amanhã a comunidade negra organizada do meu Estado estará em festa e celebrará a data de aniversário do Conselho no auditório Dante Barone, na Assembléia Legislativa do Estado, em Porto Alegre.

Aproveitamos também para registrar a homenagem que receberemos por nossa luta em prol das causas raciais, pela autoria do Estatuto da Igualdade Racial.

Infelizmente não poderemos estar lá, mas nosso coração e força pelas lutas que abraçamos andam sempre lado a lado.

Sr^{as} e Srs. Senadores, o movimento negro, na década de 70, teve um grande avanço em nosso País.

Surgiram várias organizações negras, clamando por justiça social e contra o preconceito e racismo da sociedade brasileira.

No final dessa década, o povo brasileiro sonhava com a volta da democracia.

Os movimentos sociais emergiam rapidamente e o movimento negro também crescia de Norte a Sul do País exigindo justiça de uma sociedade excludente, especialmente no que diz respeito à população negra.

No início da década de 80, os negros, mais fortalecidos por suas organizações, começam a pensar em se organizar de forma a exigir verdadeiramente políticas públicas para o povo negro, em nível estadual.

Surgem, então, os primeiros Conselhos de Participação e Desenvolvimento da Comunidade Negra nos Estados.

No Rio Grande do Sul, o Decreto que criou o Codene foi o de número 32.813/88. Isso no Governo de nosso Senador Pedro Simon, também um homenageado.

Posteriormente esse Decreto foi transformado na Lei 11.901/03.

O Conselho está vinculado à Secretaria de Justiça e Desenvolvimento Social do Estado e tem como principal objetivo desenvolver estudos relativos à condição da Comunidade Negra e à sua emancipação plena na sociedade sócio-econômica, política e cultural.

O povo negro gaúcho, há anos vinha lutando para ter presença em espaço institucional para exigir seus direitos da cidadania a pleno título.

O CODENE, desde sua criação, foi estruturado com a presença de conselheiros da sociedade civil e conselheiros governamentais das secretarias estaduais.

Desde o início a luta não foi fácil, pois a sociedade em geral afirmava que o preconceito e o racismo contra os negros não existia, pois nosso país foi alicerçado com base na democracia racial.

O primeiro presidente desse Conselho foi o companheiro Gustavo Paiva, já falecido.

Já naquela época a comunidade negra sonhava com políticas públicas que incluíssem os descendentes de negros escravizados.

O CODENE foi o produto da inspiração de um grupo de idealistas do movimento negro que buscavam uma nova frente de luta contra as discriminações, num espaço de articulação de ações voltadas ao desenvolvimento e à emancipação do povo negro.

Atualmente, no CODENE/RS há cinco comissões atuando em prol das políticas públicas que a comunidade negra tanto almeja: educação, cultura, saúde, juventude e religiosidade.

A partir das propostas oriundas dessas comissões é que o CODENE dialoga e questiona o estado brasileiro a respeito das ações afirmativas para o povo negro.

Sr^{as} e Srs. Senadores, aqui faço um alerta: quando o Estatuto da Igualdade Racial for aprovado na Câmara dos Deputados e sancionado pelo presidente Lula, será um instrumento não só para o CODENE do RS, mas também para todos os Conselhos estaduais e municipais de nosso País, para que os brasileiros busquem verdadeiramente ações concretas de políticas públicas, visando a cidadania plena dos afro-brasileiros.

Finalizo com votos de muito sucesso ao Codene/RS. Parabéns por esses vinte anos de ações positivas, buscando uma sociedade sem discriminações e sonhando com um país igualitário, justo e fraterno.

Era o que eu tinha a dizer.

Muito obrigado.

O SR. PAULO PAIM (Bloco PT – RS. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr Presidente, Sr^{as} e Srs Senadores, o setor vinícola brasileiro tem enfrentado a concorrência de vinhos importados com poucas armas.

É preciso que seja estudada uma maior proteção para o setor. Principalmente se olharmos que em 2002 os vinhos brasileiros detinham 51,1% do mercado interno e hoje apenas 25,7%.

Quero parabenizar os Deputados Pepe Vargas e Henrique Fontana que defenderam o setor junto ao Ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior – Miguel Jorge.

Em reunião ocorrida, também, com a presença dos produtores de vinho ficou acertado que será encaminhada uma agenda do setor para que o governo possa avaliar as medidas propostas.

Os produtores estão preocupados também com o fato de que já estamos com um excedente de 35 a 40 milhões de litros de vinho.

Precisamos de fato, medidas mais protetivas.

Por fim quero dizer que sou um aliado nesta luta.

Era o que eu tinha a dizer.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Geovani Borges. PMDB – AP) – Somando às suas palavras, Senador Paulo Paim, essa bonita homenagem que faz ao Dia das Mães, antes de encerrar esta Sessão, eu gostaria de homenagear, através de Dona Cícera Pinheiro Borges, minha genitora, minha mãe, que, neste momento deve estar ligada lá na Sky, mãe de 17 filhos. Somos 10 filhos vivos, hoje. Senador Gilvam Borges também deve estar comungando deste pensamento. Digo a ela que, em seu nome, quero homenagear a todas as mães brasileiras. E, em nome, também de minha esposa, mãe do Rafael, meu filho mais velho, do Júnior, o mais novo – Geovani Júnior.

Homenageando todas as mães brasileiras, a Presidência vai encerrar a presente sessão, convocando para a próxima segunda-feira às 14h30min.

O SR. PRESIDENTE (Geovani Borges. PMDB – AP) – Declaro encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 14 horas e 23 minutos.)

Ata da 73ª Sessão Não Deliberativa, em 12 de maio de 2008

2ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura

*Presidência dos Srs. Garibaldi Alves Filho,
Papaléo Paes, Geraldo Mesquita Júnior e Mão Santa*

(Inicia-se a sessão às 14 horas)

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP) – Havendo número regimental, declaro aberta a sessão. Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB – AC) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP) – Pela ordem, com a palavra V. Ex^a.

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB – AC. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Quero me inscrever para uma breve comunicação assim que for possível.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP) – V. Ex^a está inscrito para uma comunicação inadiável.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP) – A Presidência lembra às Sr^{as} e aos Srs. Senadores que o Senado Federal está convocado para uma sessão especial a realizar-se amanhã, às dez horas, destinada a comemorar os 120 anos da Abolição da Escravatura, de acordo com os **Requerimentos n^{os} 48 e 376, de 2008**, dos Senadores Cristovam Buarque, Paulo Paim, Aloizio Mercadante e outros Srs. Senadores.

Lembro ainda que usarão da palavra os líderes ou quem S. Ex^{as} indicarem.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP) – A Presidência recebeu o **Ofício n^o 221/2008**, do Presidente da Câmara Municipal de Caicó-RN, encaminhando manifestações sobre o Projeto de Lei de Conversão n^o 8, de 2008.

O expediente será juntado ao processado da referida matéria, que se encontra na Ordem do Dia da sessão de amanhã.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP) – A Presidência recebeu o **Ofício n^o 411/2008**, do Presidente da Câmara Municipal de Assis-SP, encaminhando manifestações sobre o Projeto de Lei de Conversão n^o 14, de 2008.

O expediente será juntado ao processado da referida matéria, que se encontra na Ordem do Dia da sessão de amanhã.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP) – A Presidência recebeu manifestações sobre o Projeto de Lei de Conversão n^o 13, de 2008, das seguintes entidades:

- **Ofício n^o 29/2008**, do Presidente da Câmara Municipal de Júlio de Castilhos, Estado do Rio Grande do Sul;
- **Ofício n^o 377/2008**, do Presidente da União dos Legislativos da Fronteira Oeste; e
- **Ofício n^o 1.027/2008**, da Federação Nacional de Hotéis Restaurantes, Bares e Similares.

Os expedientes serão juntados ao processado da referida matéria, que se encontra na Ordem do Dia da sessão de amanhã.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP) – O Senhor Presidente da República adotou, em 8 de maio de 2008, e publicou no dia 9 do mesmo mês e ano, a Medida Provisória **n^o 426, de 2008**, que “Altera o Anexo I da Lei n^o 11.134, de 15 de julho de 2005, para aumentar o valor da Vantagem Pecuniária Especial – VPE, devida aos militares da Polícia Militar do Distrito Federal e do Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal”.

Nos termos dos §§ 2^o e 7^o do art 2^o da Resolução n^o 1, de 2002-CN, fica assim constituída a Comissão Mista incumbida de emitir parecer sobre a matéria:

Senadores

Titulares	Suplentes
Bloco da Minoria (DEM/PSDB)	
José Agripino (DEM)	Jayme Campos (DEM)
Kátia Abreu (DEM)	Raimundo Colombo (DEM)
Arthur Virgílio (PSDB)	Alvaro Dias (PSDB)
Marconi Perillo (PSDB)	Marisa Serrano (PSDB)

Bloco de Apoio ao Governo (PT/PR/PSB/PCdoB/PP/PRB)

Ideli Salvatti (PT)	Inácio Arruda (PCdoB)
João Ribeiro (PR)	Marcelo Crivella (PRB)
Renato Casagrande (PSB)	Francisco Dornelles (PP)

PMDB (Maioria)

Valdir Raupp	Almeida Lima
Wellington Salgado de Oliveira	Leomar Quintanilha
Valter Pereira	Neuto de Conto

PTB

Epitácio Cafeteira	Sérgio Zambiasi
--------------------	-----------------

PDT

Jefferson Péres	Osmar Dias
-----------------	------------

*** PSOL**

José Nery	
-----------	--

* Rodízio nos termos da Resolução nº 2, de 2000-CN.

Deputados**Titulares****Suplentes****Bloco (PMDB/PT/PP/PR/PTB/PSC/PTC/PTdoB)**

Henrique Eduardo Alves-PMDB	Carlos Willian-PTC
Maurício Rands-PT	Vinícius Carvalho-PTdoB
Mário Negromonte-PP	Edinho Bez-PMDB
Luciano Castro-PR	Beto Faro-PT
Jovair Arantes-PTB	Benedito de Lira-PP
Hugo Leal-PSC	José Carlos Araújo-PR

Bloco (PSDB/DEM/PPS)

José Aníbal-PSDB	Ronaldo Caiado-DEM
Antonio Carlos Magalhães Neto-DEM	Arnaldo Jardim-PPS
Fernando Coruja-PPS	Bruno Rodrigues-PSDB
Bruno Araújo-PSDB	José Carlos Aleluia-DEM

Bloco (PSB/PDT/PCdoB/PMN/PAN)

Renildo Calheiros-PCdoB	Rodrigo Rollemberg-PSB
Márcio França-PSB	Vieira da Cunha-PDT

***PHS**

Miguel Martini

Também de acordo com a Resolução nº 1, de 2002-CN, fica estabelecido o seguinte calendário para a tramitação da matéria:

- Publicação no **DO**: 9-5-2008
- Designação da Comissão: 12-5-2008(SF)
- Instalação da Comissão: 13-5-2008
- Emendas: até 15-5-2008 (6 dias após a publicação)
- Prazo na Comissão: 9-5-2008 a 22-5-2008(14º dia)
- Remessa do processo à CD: 22-5-2008
- Prazo na CD: de 23-5-2008 a 5-6-2008 (15º ao 28º dia)
- Recebimento previsto no SF: 5-6-2008

– Prazo no SF: de 6-6-2008 a 19-6-2008 (42º dia)

- Se modificado, devolução à CD: 19-6-2008
- Prazo para apreciação das modificações do SF, pela CD: de 20-6-2008 a 22-6-2008 (43º ao 45º dia)
- Regime de urgência, obstruindo a pauta a partir de: 23-6-2008 (46º dia)
- Prazo final no Congresso: 7-7-2008

* Rodízio nos termos da Resolução nº 2, de 2000-CN.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP) – Sobre a mesa, ofício do Primeiro Secretário da Câmara dos Deputados que passo a ler.

É lido o seguinte:

OF. Nº 130 /08/PS-GSE

Brasília, 08 de maio de 2008

Assunto: Encaminha autógrafo de Projeto de Lei sancionado

Senhor Primeiro-Secretário,

Comunico a Vossa Excelência, para os devidos fins, que o Projeto de Lei nº 4.089, de 1998 (nº 39/02 no Senado Federal), o qual “Dispõe sobre a efetivação de ações de saúde que assegurem a prevenção, a detecção, o tratamento e o surgimento dos cânceres do colo uterino e de mama, no âmbito do Sistema Único de Saúde – SUS”, foi sancionado pelo Excelentíssimo Senhor Presidente da República e convertido na Lei nº 11.664, de 29 de abril de 2008.

2. Na oportunidade, remeto a essa Casa uma via dos autógrafos do referido projeto, bem como cópia da mensagem e do texto da lei em que se converteu a proposição ora encaminhada.

Atenciosamente, – Deputado **Osmar Serraglio**, Primeiro-Secretário.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP) – O expediente que acaba de ser lido será juntado ao processado do Projeto de Lei da Câmara nº 39, de 2002.

O ofício que acaba de ser lido vai à publicação. Sobre a mesa, aviso que passo a ler.

É lido o seguinte:

- Aviso nº 13, de 2008 – CN (nº 41/BCB-Presi, na origem, do Presidente do Banco Central do Brasil), encaminhando ao Congresso Nacional as Demonstrações Financeiras referentes ao 1º trimestre de 2008, conforme determina o art. 118 da Lei nº 11.514, de 13 de agosto de 2007 (Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2008).

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP)

– O expediente que acaba de ser lido vai à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

Será feita comunicação à Câmara dos Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP)

– Sobre a mesa, projetos que passo a ler.

São lidos os seguintes:

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 185, DE 2008

Acrescenta o parágrafo 6º no art. 26 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para obrigar a exibição de filmes e audiovisuais de produção nacional nas escolas da educação básica.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Acrescenta o parágrafo 6º ao art. 26 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para obrigar a exibição de filmes e audiovisuais de produção nacional nas escolas da educação básica:

“Art. 26. Os currículos do ensino fundamental e médio devem ter uma base nacional comum, a ser complementada, em cada sistema de ensino e estabelecimento escolar, por uma parte diversificada, exigida pelas características regionais e locais da sociedade, da cultura, da economia e da clientela.

.....

 § 6º A exibição de filmes de produção nacional constituirá componente curricular complementar integrado à proposta pedagógica da escola, sendo a sua exibição obrigatória por no mínimo duas horas mensais.”

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

A arte deve ser parte fundamental do processo educacional nas escolas. A ausência de arte na escola, além de reduzir a formação dos alunos, impede que eles, na vida adulta, sejam usuários dos bens e serviços culturais; tira deles um dos objetivos da educação que é o deslumbramento com as coisas belas. O cinema é a arte que mais facilidade apresenta para ser levada aos alunos nas escolas. O Brasil precisa de sala de cinema como meio para atender o gosto dos brasileiros pela arte e ao mesmo tempo precisa usar o cinema na escola como instrumento de formação deste gosto.

O Brasil precisa criar o gosto pelo cinema e ampliar a indústria cinematográfica. Ela é uma fatia fundamental de nossa cultura e parte visível no exterior. Até hoje, esse apoio tem se dado por meio de financiamento quase sempre público, que é necessário, mas tem sido insuficiente e instável: depende da boa vontade do governo do momento para abrir mão de impostos e de empresários optarem pelo uso de incentivos fiscais, e sempre é feito em valores insuficientes e beneficiando os grupos mais articulados. Esta alternativa de financiamento decorre da baixa frequência ao cinema, limitado a um número muito pequeno de brasileiros com algum grau de educação e de poder aquisitivo.

A única forma de dar liberdade à indústria cinematográfica é criar uma massa de cinéfilos que invadam nossos cinemas, dando uma economia de escala à manutenção da indústria cinematográfica. Isso só acontecerá quando conseguirmos criar uma geração com gosto pelo cinema, e o único caminho é a escola.

A maneira, nos parece, é oferecer cinema às crianças na escola, desde os seus primeiros anos escolares. É com esse objetivo que este projeto de lei determina a inclusão da assistência a audiovisuais ao longo da educação básica.

Sala de comissões, 12 de maio de 2008. – Senador **Cristovam Buarque**.

(À Comissão de Educação, Cultura e Esporte, em decisão terminativa.)

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 186, DE 2008

Insere parágrafo 3º no art. 79 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para dispor sobre a avaliação na educação indígena.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O art. 79 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, passa a vigorar acrescido do seguinte § 3º:

“Art. 79. A União apoiará técnica e financeiramente os sistemas de ensino no provimento da educação intercultural às comunidades indígenas, desenvolvendo programas integrados de ensino e pesquisa.

.....

 § 3º Os processos de avaliação educacional respeitarão as particularidades culturais das comunidades indígenas.” (NR)

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

A avaliação diferenciada das escolas por estado, como alguns designa, traria o absurdo de criar a diferenciação na qualidade da escola de acordo com a riqueza ou pobreza do Estado. Se fazem parte de um mesmo universo cultural, não há porque haver diferenciação de critério na definição da qualidade escolar, por estado ou região, mesmo que haja diferença no conteúdo ensinado. O mesmo não se justifica no caso da população indígena, que tem características próprias de língua e costumes.

A população indígena no Brasil é estimada entre 350 mil e pouco mais de 700 mil, conforme os diferentes critérios utilizados. São mais de duas centenas de povos, falantes de cerca de 180 línguas. Essa diversidade representa uma das maiores riquezas de nosso patrimônio cultural. Todavia, há muito pouco tempo, após séculos promovendo massacres, espoliação e aculturação contra os indígenas, o Estado começou a mudar seus valores e atitudes, mediante a criação de leis e organismos que buscam respeitar os direitos desses povos de preservar suas culturas e de permanecer nas terras que tradicionalmente ocupam.

Nesse processo, a Constituição de 1988 representou um avanço, ao reconhecer, entre outros direitos conferidos aos povos indígenas, o de preservar sua organização social, costumes, línguas, crenças e tradições (art. 231). Para tanto, assegurou a essas comunidades a utilização de suas línguas maternas e de processos próprios de aprendizagem na oferta do ensino obrigatório (art. 210, § 2º).

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), por sua vez, prevê a oferta de educação intercultural às comunidades indígenas, bem como a criação de programas integrados de ensino e pesquisa, com os objetivos de: 1º) proporcionar aos índios, suas comunidades e povos, a recuperação de suas memórias históricas; a reafirmação de suas identidades étnicas; [e] a valorização de suas línguas e ciências; 2º) garantir aos índios, suas comunidades e povos, o acesso às informações, conhecimentos técnicos e científicos da sociedade nacional e demais sociedades indígenas e não-índias (art. 78, I e II).

Tais programas, que devem ser planejados com audiência das comunidades indígenas, visam, ainda, fortalecer as práticas socioculturais e a língua materna de cada comunidade indígena; manter programas de formação de pessoal especializado, destinado à educação escolar nas comunidades indígenas; desenvolver currículos e programas específicos, neles incluindo os conteúdos culturais correspondentes às respectivas comunidades; elaborar e publicar sistematicamente material didático específico e diferenciado (art. 79, § 2º, I a IV).

Ora, diante dessas prescrições e do esforço empreendido pelos educadores para que a instituição escolar respeite a diversidade cultural dessas comunidades,

não se sustenta a tese de que os estabelecimentos de ensino e os estudantes indígenas devam ser submetidos aos mesmos processos de avaliação das demais escolas e alunos. É preciso criar procedimentos avaliativos que considerem as particularidades de cada comunidade indígena. Fatores como a relação entre as línguas maternas e a portuguesa e a importância da oralidade de cada cultura devem ser respeitados e levar à elaboração, pelas autoridades competentes, de avaliações específicas.

O projeto de lei que ora apresento tem por objetivo alterar a LDB, de forma a prever que os processos de avaliação educacional respeitem as particularidades dos diferentes povos indígenas.

Em face do exposto, peço apoio dos Senhores Congressistas para a aprovação deste projeto de lei.

Sala das Sessões, 12 de maio de 2008. – Senador **Cristovam Buarque**.

(Às Comissões de Direitos Humanos e Legislação Participativa; e de Educação, Cultura e Esporte, cabendo à última decisão terminativa.)

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP) – Os projetos que acabam de ser lidos serão remetidos às Comissões competentes.

Sobre a mesa, ofício que passo a ler.

É lido o seguinte:

Ofício nº 54/2008 – GLDBAG

Brasília, 12 de maio de 2008

Senhor Presidente,

Nos termos regimentais, indico a Senadora Ideli Salvatti como membro titular, em substituição ao Senador João Pedro na Comissão Parlamentar Mista de Inquérito criada com a finalidade de investigar o uso do Cartão de Pagamento do Governo Federal – CPGF (cartões corporativos) por integrantes da Administração Pública Federal, denominados ecônomos.

Aproveito a oportunidade para apresentar a Vossa Excelência, protestos de estima e consideração. – Senadora **Ideli Salvatti**, Líder do PT e do Bloco de Apoio ao Governo.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP) – O ofício que acaba de ser lido vai à publicação e será feita a substituição solicitada.

Passamos à lista dos oradores.

Concedo a palavra ao nobre Senador Paulo Paim, por permuta com o Senador Sibá Machado.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador) – Sr. Presidente, quero, na verdade, no dia de hoje, em primeiro lugar, fazer uma homenagem. Vou encaminhar a V. Ex^a um voto de louvor à TV Senado, ao **Jornal do Senado** e também à Rádio Senado pelo brilhante trabalho que

estão fazendo, Senador Mesquita Júnior, em relação aos 120 anos da abolição não conclusa.

Neste fim de semana, a TV Senado, por quatro vezes, exibiu o documentário “Chama da Liberdade”, que conta a verdadeira história da participação do negro na formação do povo brasileiro, mostrando ali que o negro foi raptado na África, vendido aqui como animal, foi um guerreiro, um lutador, e por isso a chama da liberdade, pela busca da liberdade. Muitos fugiam das fazendas e tentavam voltar nadando em direção à sua pátria mãe África.

Enfim, Sr. Presidente, o voto de louvor que vou encaminhar à Mesa está chegando aqui, neste momento, e eu inclusive quero ver se conseguimos votá-lo amanhã. É um voto de louvor à TV Senado, ao **Jornal do Senado**, à Rádio Senado, enfim, aos meios de comunicação do Senado pelo brilhante trabalho que fizeram.

Vou tomar a liberdade de pedir ao Presidente da Casa, Senador Garibaldi, que remeta esse DVD, esse compacto, às emissoras de televisão de todo o País, para que reproduzam lá. É uma bela obra, Senador Mozarildo Cavalcanti, que fala só dos fatos reais, da importância daqueles momentos tão sofridos, mas que contribuíram muito para a formação do povo brasileiro, ou seja, a saga da nação negra.

Sr. Presidente, vou ler aqui meu requerimento, dentro do meu tempo regimental, para que V. Ex^a o coloque em votação se assim entender. Diz o seguinte: “Nos termos do art. 222, requero voto de aplauso aos veículos de comunicação do Senado Federal, todos, TV, rádio, agência e jornal, pelas belíssimas matérias, impecáveis, relacionadas aos 120 anos da abolição não conclusa”.

O Jornal do Senado tratou o tema com muita criatividade, e tenho a edição aqui na minha mão, Senador Mão Santa. É como se os jornalistas da Casa estivessem no dia 14 de maio de 1888, comentando a votação do dia anterior aqui no Senado. O Jornal do Senado veiculou, no dia 14 de maio de 1888, a matéria sobre a assinatura da Lei Áurea. A reportagem demonstrou a importância que esse veículo de comunicação possui, sobretudo, no decorrer de mais de um século.

A matéria nos remete a uma reflexão crítica sobre a verdadeira abolição, ou melhor, sobre o início de uma abolição que até o momento não foi finalizada.

A TV Senado apresentou um documentário especial sobre a escravidão no Brasil – eu assisti ao documentário quatro vezes no fim de semana –, chamado a “Chama da Liberdade”, que faz uma avaliação histórica sobre a questão racial no Brasil. O Especial abordou assuntos relativos às leis que regeram o período da escravatura no País. O Senado aparece como instrumento legislativo para decidir, deliberar sobre a situação dos negros e a prática escravista.

Os veículos de comunicação do Senado Federal representam o fortalecimento do Direito Constitucional à informação e, sobretudo, primam pelo exercício da

cidadania, apresentando os embates ocorridos durante séculos, aqui, no Congresso Nacional.

Pelos motivos expostos é que me sinto no dever de apresentar esse requerimento pelo belo trabalho de comunicação desempenhado pelos veículos do Senado Federal.

Quero aqui aplaudir o seu corpo de funcionários que realizaram essa pesquisa e que também tratam do momento atual e do momento futuro no complemento do trabalho feito pela rádio, pela TV e também pelo jornal.

O Sr. Mozarildo Cavalcanti (PTB – RR) – Permite V. Ex^a um aparte?

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Ouço o Senador Mozarildo Cavalcanti.

O Sr. Mozarildo Cavalcanti (PTB – RR) – Senador Paim, eu gostaria de pedir permissão para subscrever junto com V. Ex^a esse pedido e realmente também endossar plenamente as palavras de V. Ex^a quanto às matérias que a TV Senado, a Rádio Senado, e agora o **Jornal do Senado** produziram sobre essa questão. Inclusive eu vi nessa matéria do jornal referência aos maçons – e amanhã eu pretendo falar, indicado pelo meu Partido – e quero ressaltar aqui que uma das decisões que a maçonaria tomou naquela época foi a de que qualquer cidadão, para ser maçom, tinha de libertar seus escravos, se os tivesse. Se não os tivesse, não poderia adquiri-los. Foi uma decisão tomada pela Maçonaria, naquela época, que passou entre outros maçons, como os que foram referidos (Joaquim Nabuco, Gonçalves Ledo e outros) como condição para trabalhar nas lojas. O Ceará foi vanguardeiro, o Rio Grande do Norte. Creio que uma loja de Mossoró foi a primeira. Então, como maçom, tenho orgulho de dizer que a nossa instituição tomou, dentro de sua doutrina, como norma, o fato de que maçom nenhum poderia ter escravos.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP) – Permita-me, Senador Paulo Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Pois não.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP) – V. Ex^a pode encaminhar à Mesa?

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Assim o farei.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP) – Para que possamos tomar as providências no sentido de atendermos sua solicitação. Ao mesmo tempo, peço permissão a V. Ex^a para subscrevê-lo, em conjunto com o Senador Mozarildo.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Assinaremos em conjunto.

É importante nesse jornal, pela pesquisa feita pelos profissionais da Casa, fazermos uma leitura, neste dia que antecede o dia 13, dos grandes defensores da Abolição. Falo de Joaquim Nabuco, Rui Barbosa, Castro Alves, André Rebouças, José do Patrocínio, Luiz Gama e Tobias Barreto.

É importante lembrarmos que Joaquim Nabuco era branco, que Rui Barbosa era branco. Conforme está aqui também inúmeros outros tinham essa visão e eram brancos. Havia também negros como André Rebouças, José do Patrocínio, Luiz Gama e Tobias Barreto, numa demonstração de que a luta contra o preconceito é de todos, é de brancos e negros, homens de bem que sonham com um País melhor para todos.

Por isso, Presidente, pedirei também que a cópia do **Jornal do Senado** seja inserido, na íntegra, ao meu pronunciamento.

Confesso aos senhores que procurei a Secretaria-Geral da Mesa e disse que abriria mão da minha fala no dia de amanhã para que o documentário *Chama da Liberdade* fosse passado na íntegra. Foi-me informado que, como ele dura mais ou menos 30 minutos, ficará à disposição em uma comissão para aqueles que quiserem assisti-lo. Assim, poderei usar o meu tempo amanhã para falar dessa data histórica que são os 120 anos da Abolição.

Sr. Presidente, aproveito a oportunidade para fazer esse comentário hoje porque amanhã, dia 13 de maio, centenas de intelectuais, repito, homens e mulheres dos mais variados matizes ideológicos assinarão um documento que levarão ao Supremo Tribunal Federal. Vejam os senhores que, 120 anos depois, temos de ir ao Supremo para que não sejam derrubadas as ações afirmativas, simplesmente isso. Se o Supremo derrubar a decisão tomada espontaneamente em universidades particulares e federais, não teremos a possibilidade de um ProUni, por exemplo, de uma política de cotas adotadas espontaneamente por muitas universidades – mais de setenta universidades.

Então, vejam como é difícil a vida para a comunidade negra neste País: 120 anos depois, temos que ir ao Supremo Tribunal Federal entrar com um arrazoado para ser anexado ao processo pedindo que, pelo menos, deixem as universidades que assim entenderem adotar uma política de cotas, como o ProUni.

Eu nem vou falar aqui do Estatuto da Igualdade Racial. Mas, mais uma vez, vou homenagear o Senado Federal, a Casa que aprovou, pela primeira vez, a política de cotas. E alguém pode pensar que era do Abdias, da Benedita ou do Paim. Não. Era do ex-Presidente desta Casa, José Sarney. O ex-Presidente desta Casa, José Sarney, foi que aprovou, pela primeira vez, nesta Casa, a política de cotas. Daí, a proposta foi remetida para a Câmara dos Deputados, e eu a introduzi no Estatuto da Igualdade Racial, que também foi aprovado pelo Senado Federal, por unanimidade, mas que, infelizmente, está na Câmara dos Deputados há, mais ou menos, três anos.

Então, mais uma vez, Sr. Presidente, eu estou elogiando a atitude do Senado Federal. A comunidade negra, Senador Mão Santa, pode saber que esta Casa está na vanguarda a respeito desse tema. Não porque nós estamos aqui. Bem antes de eu chegar a

esta Casa, o Senado Federal já era vanguarda nesse tema; e continua sendo. Não há uma política sequer, séria e responsável, de interesse da comunidade negra que o Senado Federal não tenha aprovado. Já aprovou, praticamente, todas. Existem algumas apresentadas por Senadores que estão tramitando de forma natural, mas todas com parecer favorável.

Senador Mão Santa.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Senador Paulo Paim, nós gostaríamos de nos associar às homenagens à edição do **Jornal do Senado**, à cobertura da televisão e do rádio e ao Presidente Marco Maciel. Na última sessão, tivemos um debate qualificado sobre homens que engrandeceram este País. E eis que ele trouxe à tona o nome de Joaquim Nabuco, cuja morte vai completar cem anos. Eu até participei, mostrando a valia dele e a nossa, que estamos aqui e fazemos Oposição, Senador Geraldo Mesquita. Ele foi solidário, mas, no momento de maior grandeza do Parlamento, ficou sozinho como Senador, defendendo os escravos...

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Joaquim Nabuco.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Foi tão especial que ele voltou para o Pernambuco. Não conseguiu se reeleger e não conseguiu trabalho, porque eles eram jornalistas e os jornais eram dos poderosos; ele também não conseguia causas no âmbito do direito porque os poderosos eram escravagistas. Então, ele foi reconhecido em Londres, onde publicou o livro *O Abolicionista*. O primeiro na América do Sul que o valorizou foi o Chile, depois Portugal; a França também. Mas o livro dele fez com que o Ceará libertasse os escravos quatro anos antes da Abolição – Mossoró e cidades nordestinas. Então, temos essa grandeza. Queremos cumprimentá-lo. Amanhã, mais uma vez, sob a liderança de Paulo Paim, o Martin Luther King do Brasil, estaremos revivendo esse dia de glória, enaltecendo a mulher que, ao ficar por um breve período comandando o país, pois o seu pai estava em Milão tratando da saúde. Ela, com a independência, com a sensibilidade de mulher, sancionou a lei feita aqui da Abolição da Escravatura; não só essa, mas a do Ventre Livre, a do Sexagenário e a Lei Áurea. E o povo jogou flores para ela, como joga hoje para nós. Por onde nós passamos, nós recebemos cumprimentos, pedidos de autógrafos, beijos, porque nós representamos aquela oposição que Hoover, que Rui Barbosa soube fazer, que Joaquim Nabuco soube fazer. Não Oposição aos erros dos governos, mas estando com ele quando há campanhas belas como a que V. Ex^a inicia de recuperação do salário injusto dos velhinhos aposentados do nosso Brasil.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Muito obrigado, Senador Mão Santa.

De fato, Joaquim Nabuco – recorro, mais uma vez, ao **Jornal do Senado** – foi o grande porta-voz dos abolicionistas; Rui Barbosa, e aqui conta-se um pou-

co da história dele que, desde estudante, já estava na luta pela liberdade dos escravos; Castro Alves, o poeta dos escravos e da liberdade; nós podíamos falar dos irmãos Rebouças, verdadeiros gênios da arquitetura, eram engenheiros e também dedicaram a vida a esta causa; José do Patrocínio está aqui também com destaque, junto, como eu dizia antes, de Luiz Gama e Tobias Barreto. Mas, Sr. Presidente, eu vou falar, amanhã, um pouco mais sobre a importância dessa data.

E quero, no dia de hoje, que V. Ex^a considere este pronunciamento que faço, falando da importância da nossa juventude, que, com certeza absoluta, não é preconceituosa, não é racista; é essa juventude que tem fortalecido o ProUni. É essa juventude que tem fortalecido a política de cotas nas universidades, dizendo, Sr. Presidente, que o dia 24 de abril é o Dia Internacional do Jovem Trabalhador.

Aproveito esta oportunidade para lembrar que, ainda no final do ano passado, tivemos aqui em Brasília a 7^a Conferência Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente e da Juventude, organizada pela Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República, em parceria com o Conanda. Naquele encontro, a grande preocupação foi definir estratégias para que medidas políticas na área socioeducativa e convivência familiar fossem implementadas. O foco da conferência foi concretizar direitos humanos da criança e do adolescente, um investimento obrigatório para nossa juventude.

Sr. Presidente, nesta conferência, constaram como delegados jovens de todo o País; assim, podemos destacar que as decisões foram de suma importância para toda a nossa juventude.

Ao falar sobre jovens, não poderíamos deixar de lembrar o Estatuto da Criança e do Adolescente, de que participei do debate cuja grande articuladora foi a Deputada Rita Camata. Foi com o olhar no Estatuto da Criança e do Adolescente que apresentei depois o Estatuto do Idoso, Senador Geraldo Mesquita Júnior, que hoje, graças a Deus, é lei e demonstra toda a sua importância para a nossa terceira idade.

E foi com esse olhar inspirado no Estatuto da Criança e do Adolescente que eu apresentei o Estatuto da Igualdade Racial, que esta Casa aprovou, e eu espero que a Câmara aprove antes do fim do ano, pois tenho esperança de que ele seja promulgado no dia 20 de novembro.

Quando faço essas referências, eu quero demonstrar que crianças e idosos acabam sendo fonte de inspiração para todos nós na busca de uma sociedade em que ninguém seja discriminado por motivo algum, seja por idade, por orientação sexual, por religião, por procedência, por origem, pela cor da pele, enfim.

Neste documento, Sr. Presidente, eu faço uma série de comentários sobre a violência contra a nossa juventude. Infelizmente, são dados que eu tenho

de relatar nesta véspera do dia 13 de maio: de cada dez jovens assassinados, oito são negros, em uma demonstração, cada vez maior, da importância de nós trabalharmos nesta Casa para construir oportunidades para todos.

Neste pronunciamento, eu destaco a importância do Fundep, que é um fundo de investimento para o ensino técnico profissionalizante, que visa permitir que jovens brancos, negros, índios tenham acesso a formação profissional para disputar o mercado de trabalho. O projeto está pronto para ser votado e já tem parecer favorável. Uma vez aprovado, gerará em torno de R\$6,7 bilhões para investimento nessa área.

Sr. Presidente, como o meu tempo está terminando, eu queria que V. Ex^a considerasse na íntegra o pronunciamento em que faço uma análise da situação dos jovens não só no Brasil, mas também no mundo, e falo da importância de investirmos, cada vez mais, em educação. Aqui, não poderia ser diferente, dou um destaque fundamental ao ProUni. O Prouni, que entendo ser um programa fundamental do Governo Federal, cria diversas universidades federais e novos *campi*, amplia, de forma muito significativa, o número de vagas na educação superior, avança na educação pública e gratuita e no combate às desigualdades regionais.

Quando eu digo que amplia o campo universitário, Senador Marco Maciel, é porque ninguém tem dúvida de que inúmeras universidades estavam quase falidas. O ProUni, quando entra com essas vagas abertas, acaba contribuindo para que eles possam pagar as dívidas junto à União, fortalecendo essas universidades e ampliando novos *campi* dessas mesmas entidades. Por isso, na conclusão, quero dizer que será muito triste, mas muito triste mesmo, se o Supremo Tribunal Federal vier a decidir contra o ProUni.

Tenho aqui documentos também do Tales de Castro, vice-Presidente da União Nacional dos Estudantes – UNE. Ele relata, em seu *site*, a importância da educação e valoriza o ProUni como instrumento fundamental para a formação da nossa juventude.

Como o meu tempo terminou, e eu havia me comprometido, já na semana passada, de manter os vinte minutos, agradeço a V. Ex^a e peço que considere, na íntegra, o meu pronunciamento que fala da juventude brasileira e dá também uma visão da situação da juventude em nível internacional, nos cinco continentes.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.
Muito obrigado.

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE O
SR. SENADOR PAULO PAIM EM SEU PRONUNCIAMENTO.**

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

ASSINADA A LEI ÁUREA

O Brasil está livre do trabalho escravo. Na tarde de ontem, a Princesa Isabel sancionou a lei que pôs fim a mais de 300 anos de escravidão. Conforme o senador Sousa Dantas, havia no país 600 mil escravos. Levantamento do Império mostra que, no ano passado, eram mais de 700 mil. A Lei João Alfredo, mais chamada de Lei Áurea, foi aprovada em tempo recorde na Câmara dos Deputados e no Senado, apesar dos protestos dos poucos parlamentares contrários à abolição. Calcula-se que cerca de 5 mil pessoas se concentraram diante do

Paço da Cidade, para acompanhar a solenidade de assinatura. O povo irrompeu em aplausos quando o deputado Joaquim Nabuco, de uma sacada, comunicou que não havia mais escravos no Brasil. Em uma das janelas, Dona Isabel foi aclamada pelos manifestantes.

O Imperador Dom Pedro 2º, que se encontra gravemente enfermo em Milão, na Itália, onde se submete a tratamento de saúde, ainda não sabe da sanção da lei. Por meio do telégrafo, a notícia já chegou à várias províncias do País e nações americanas e européias. Pág. 3

Leis que antecederam a abolição nem sempre provocaram resultados práticos

Em 1845, surgiu a lei que previa sanções contra o tráfico de escravos. Em 1871, foi adotada a Lei do Ventre Livre, que dava liberdade aos filhos de escravos nascidos a partir da sua edição, mas os manteve na tutela dos seus senhores até os 21 anos. E em 1885 garantiu-se liberdade aos que completassem 60

anos, com a obrigação de prestar serviços, a título de indenização ao senhor, por três anos. Essas medidas, porém, não trouxeram os resultados esperados, pois a contrapartida geralmente exigida inviabilizava seu cumprimento ou a lei era simplesmente desrespeitada. Pág. 2

Câmara dos Deputados votou o projeto em dois dias

O Projeto de Lei nº 1 foi aprovado em apenas dois dias pela Câmara dos Deputados. A decisão em tempo recorde só foi possível graças ao esforço da bancada antiescravagista – liderada pelo pernambucano Joaquim Nabuco – e à ajuda do presidente da Casa, deputado Barão de Lucena. “Precisamos apressar a passagem do projeto, de modo que a libertação seja imediata”, defendeu Nabuco aos colegas. **Pág. 4**

No Senado, apenas dois senadores se manifestaram contra

Ontem, domingo, o Senado do Império aprovou a proposta que extinguiu o trabalho escravo no Brasil. Dois senadores se manifestaram contra a iniciativa: o Barão de Cotegipe – advertindo que no futuro haverá grave perturbação da ordem no Brasil – e Paulino de Sousa. Defendendo a proposta, Sousa Dantas disse que a abolição constitui o maior acontecimento da história do Brasil e tomará a Nação mais próspera. **Pág. 5**

Campanha envolveu monarquistas e republicanos

O abolicionista Joaquim Nabuco relata que o movimento pelo fim do trabalho servil no país concentrou-se inicialmente em clubes, lojas maçônicas, associações, cafés e jornais, e só aos poucos estendeu-se à população. Nesse período, que durou de 1879 a 1884, diz ele, “os abolicionistas combateram sós, entregues aos seus próprios recursos”. Só mais tarde, discursos nas tribunas, artigos e poemas nos jornais ajudaram a pressionar o Império para que fosse extinta a escravidão. Os republicanos, praticamente todos eles, eram abolicionistas, mas nem todo defensor do fim do trabalho escravo preferia a República.

Joaquim Nabuco, Ruy Barbosa e Castro Alves são grandes nomes do abolicionismo, que contou também com negros ilustres, como André Rebouças, José do Patrocínio, Luís Gama e Tobias Barreto. Luís Gama chegou a ser vendido, aos dez anos, como escravo, e se transformou em símbolo do movimento em São Paulo. **Pág. 6**



Escravidão foi abolida no Ceará quatro anos atrás

No Ceará a escravidão acabou há quatro anos. A iniciativa reforçou o sentimento abolicionista em províncias como Amazonas, Pernambuco, Bahia, Goiás, Piauí, Rio de Janeiro, São Paulo, Rio Grande do Sul e Paraná. Foi Mossoró, em 1883, a primeira cidade a pôr fim ao trabalho servil. **Pág. 8**

Primeiros registros da resistência negra são de 1575

Os primeiros relatos de resistência à escravidão são de 1575, quando o Império recebeu, da Bahia, notícias de negros fugitivos. Inicialmente, eles se refugiavam em mocambos, espécie de acampamento. As comunidades de fugitivos

passaram, depois, a ser chamadas de quilombos; o mais conhecido deles foi o dos Palmares, que pôde ter abrigado mais de 20 mil pessoas em 1670. A resistência foi um dos fatores que levaram à abolição da escravatura. **Pág. 7**

Uma primeira tentativa de proibir o tráfico de negros

Com poucos efeitos práticos, a Lei Eusébio de Queiroz, a do Ventre Livre e a dos Sexagenários antecederam a Lei Áurea

Em 7 de novembro de 1831, a Câmara dos Deputados promulgou uma lei que proibia o tráfico de escravos africanos. O texto, resultado de acordo do Brasil com a Inglaterra, estabelecia que todos os escravos que entrassem no território ou portos do Brasil vindos de fora ficariam livres. Porém, o último desembarque de escravos africanos no país só ocorreria em 1855, no litoral de Pernambuco.

Os 14 anos entre a intenção e a realidade foram a sobrevida daquilo que José Bonifácio de Andrada e Silva chamou de “cancro mortal que ameaçava os fundamentos da nação”. O ato de 1831 foi um primeiro passo, mas ineficaz. A turbulência política em várias províncias impediu que o governo central fizesse cumprir a lei durante as duas décadas seguintes.

Só com a pressão política e militar inglesa o cenário se modificou. Em 1845, o Parlamento em Londres aprovou lei (o Bill Aberdeen) que dava à Marinha inglesa o direito de aprisionar navios negreiros, mes-

mo em águas territoriais brasileiras, e julgar seus comandantes.

O governo brasileiro não resistiu à pressão e o ministro da Justiça de Dom Pedro 2º, Eusébio de Queiroz, enviou projeto ao Parlamento que determinava a apreensão de navios que traficassem escravos. A Lei nº 581, de 4/9/1850, conhecida como Lei Eusébio de Queiroz, considerava criminosos o dono do navio, o capitão e seus subordinados, além do pessoal em terra que participasse do comércio ilegal.

Para burlar a lei, fazendeiros incentivaram o tráfico interno, tirando escravos de áreas em que a agricultura decaía, como os engenhos de açúcar do Nordeste, para as lavouras de café no Centro-Sul. Mas foi aprovado, em 1854, a Lei Nabuco de Araújo (ministro da Justiça), que previa sanções para as autoridades que encobrissem o contrabando de escravos.

Com o fim do tráfico, progressivamente os imigrantes europeus começaram a substituir a mão-de-obra servil.

Ordem do dia de hoje, segunda-feira, 14 de maio de 1888, às 11h

Terceira dita da proposta da Câmara dos Deputados n. 42, de 1887, aprovando a pensão de 1\$4000 diários aos menores irmãos do 2º sargento do Corpo Militar da Polícia da Corte Antonio Nery de Oliveira Araújo, para que votou-se dispensa de interstício.

Segunda dita do projeto do Senado letra S de 1887 determinando que a disposição do parágrafo 1º do artigo 1º do Decreto nº 3.300, de 9 de outubro, não é aplicável ao ministro do Supremo Tribunal de Justiça que exercesse já semelhante cargo e tivesse mais de 72 anos de idade.

Lei dos Sexagenários foi fruto de acordo político

Muita negociação política entre liberais e conservadores foi necessária para que a Câmara dos Deputados aprovasse outro projeto antiescravagista enviado pelo governo imperial à Assembléia Geral. Sancionada pelo Imperador Dom Pedro 2º com o nº 3.270, em 28 de setembro de 1885, a Lei dos Sexagenários também ficou conhecida como Saraiva-Cotegipe, em referência aos dois chefes do gabinete ministerial do Império, o liberal conselheiro Saraiva e o conservador (e mulato) Barão de Cotegipe, que deram apoio à medida.

Na verdade, a iniciativa é do ano anterior, 1844, proposta pelo senador Sousa Dantas, então chefe de gabinete. Muito mais abrangente, ao fixar os 60 anos como idade limite para

o escravo, não prevendo qualquer tipo de indenização aos proprietários, o projeto foi violentamente torpedeado pelos escravocratas no Parlamento, a ponto de causar a queda do gabinete e a dissolução da Assembléia Geral.

A lei sancionada no ano seguinte continha diversas normas para regular a extinção gradual do elemento servil. Eram libertados os escravos que completassem 60 anos, com a obrigação de prestar serviços, a título de indenização ao senhor, pelo prazo de três anos. O maior de 65 anos ficava liberado de tais trabalhos.

A crítica dos abolicionistas à lei era aos limitados efeitos práticos, pois os poucos que chegavam a essa idade já não tinham condições de garantir seu sustento.

FESTEJOS POPULARES COMEMORATIVOS DA ABOLIÇÃO

DERBY - CLUB

SEXTA-FEIRA - 18 DO CORRENTE

Expediente

Esta edição especial reproduz os principais episódios relacionados à abolição da escravatura no Brasil. O formato adotado simula o que poderia ser uma edição do *Jornal do Senado* publicada em 14 de maio de 1888, dia seguinte ao da assinatura da Lei Áurea. Naquele período, o Senado não possuía nenhuma publicação jornalística. Os textos foram elaborados com base nos Anais do Senado e da Câmara dos Deputados, jornais e revistas da época e livros de estudiosos do movimento abolicionista.

Créditos das fotos:
Pág. 1: Museu Histórico Nacional; Rugendas/Fund. Joaquim Nabuco
Pág. 2: Rugendas/Fund. Joaquim Nabuco
Pág. 3: Museu Imperial; Reprodução/Ceraldo Magela
Pág. 4: Cedi/Câmara dos Deputados
Pág. 5: Flickr; Arquivo Senado Federal; Reproduções/Arquivo Fotográfico JS

Dom Pedro 2º defendeu a Lei do Ventre Livre

Nasceu da vontade de Dom Pedro 2º o projeto da Lei do Ventre Livre, elaborado pelo gabinete conservador do Visconde do Rio Branco em 27 de maio de 1871. Em sua Fala do Trono, dias antes, na abertura do ano legislativo, o imperador antecipara que “considerações da maior importância aconselham que a reformada legislação sobre o estado servil não continue a ser uma aspiração nacional indefinida e incerta”.

Por vários meses, deputados dos partidos Conservador e Liberal discutiram a proposta. Quatro meses depois, em 28 de setembro, transformou-se na Lei nº 2.040, assinada por Dona Isabel. Os defensores dessa lei afirmavam que ela, juntamente com a proibição do tráfico negreiro, assegurava a extinção gradual da escravidão. Já os defensores de escravos acusa-

vam o governo de querer provocar uma crise econômica.

As controvérsias foram desproporcionais aos seus efeitos práticos. A lei deu liberdade aos filhos de escravos nascidos a partir daquela data, mas os manteve sob a tutela dos seus senhores até os 21 anos.

Segundo essa norma, os filhos menores ficariam “em poder e sob a autoridade dos senhores de suas mães”, os quais deveriam criá-los até os 8 anos. Nessa idade, o senhor optava entre receber do Estado indenização de 600 mil réis ou de utilizar-se dos serviços do menor até 21 anos.

— A verdade é que a lei, ao libertar os bebês, estabeleceu ao mesmo tempo que até os 21 anos eles permaneceriam em poder do senhor. Na prática, até essa data, continuavam escravos — analisou Joaquim Nabuco.

Fig. 6: Fund. Joaquim Nabuco; BL; Reproduções/Arquivo Fotográfico JS
Fig. 7: Rugendas/Fund. Joaquim Nabuco
Fig. 8: Rugendas/Fund. Joaquim Nabuco; Cristiano Jr.

Jornal do Senado Federal
Raça dos Três Poderes – Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar – 70165-920 Brasília (DF)
www.senado.gov.br/jornal
jornal@senado.gov.br
Tel.: 0800 61-2211
Fax (61) 3311-3137

Diretor do Jornal do Senado:
Ravi Emerich
Edição: Eduardo Leão
Coordenação de texto: José do Carmo Andrade
Redação: Janaína Araújo, Paula Amenta, Sílvia Guedes, José do Carmo Andrade
Pesquisa histórica: José do Carmo Andrade e Eliana Lucena
Diagramação: Bruno Bazílio, Henrique Eduardo Lima de Araújo, Iracema F. da Silva e Sérgio Luiz Gomes da Silva
Revisão: Eny Junia Carvalho e Adolfo do Amaral Almeida
Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo e Humberto Costa Lima
Arquivo fotográfico: Ana Volpe, Joaquim Nabuco, Ceraldo Magela

Princesa Isabel assina a Lei Áurea

Texto possui apenas dois artigos e já está em vigor tanto na Corte como nas províncias

Desde a tarde de ontem, dia 13, está extinto em todo o Brasil o trabalho escravo, prática das mais cruéis e condenáveis que foi permitida legalmente no país por mais de 300 anos. Menos de três horas depois da aprovação do projeto pelo Senado do Império, a Princesa Regente Dona Isabel, com uma pena de ouro ofertada pelo povo, sancionava em solenidade no Paço da Cidade a já chamada Lei Áurea.

É opinião generalizada que a Pátria se tornou realmente livre com o ato que retirou o Brasil da condição de única nação do Ocidente que ainda explorava o elemento servil. Estima-se que mais de 600 mil negros foram beneficiados pela lei.

Poucas vezes nos seus 62 anos de funcionamento a Assembléa Geral produziu uma lei com extraordinária rapidez como a que acaba de emancipar os escravos. Foram só seis dias de tramitação da mensagem, não obstante a tentativa dos parlamentares antibolicionistas de imporem obstáculos à adoção de urgência para a matéria. Nos debates na Câmara e

no Senado se enfrentaram, quer defendendo, quer atacando o projeto, alguns dos maiores tribunos do país.

Sorriso e lágrimas

A fisionomia da Princesa Regente, sempre expressando contentamento pelo ato que acabava de assinar, às vezes dava ares de preocupação, em virtude da gravidade do estado de saúde de seu augusto pai, que está em tratamento na cidade italiana de Milão,

sob os cuidados de três dos melhores médicos europeus.

Confiante em que o Senado aprovaria a proposta nesse domingo, Dona Isabel, que se encontrava em Petrópolis, dirigiu-se de trem de ferro logo após o meio-dia para o Rio de Janeiro. Acompanhada de seu esposo, o Conde d'Eu, e dos ministros do Império, Costa Pereira, o de Agricultura, Rodrigo Silva, Sua Alteza chegou ao Paço por volta das 14 horas, recebendo demorados aplausos do público.

Coube a uma comissão de senadores, tendo à frente Sousa Dantas, entregar à Princesa Regente o autógrafo do projeto, cujo tex-

to foi transformado numa verdadeira peça de arte pelo conhecido calígrafo Leopoldo Heck. Na oportunidade, Dantas felicitou Dona Isabel "por caber-lhe a glória de assinar a lei que apaga dos nossos códigos a nefanda mácula da escravidão, como já lhe coube a de confirmar o decreto que não permitiu nascerem mais cativos no Império (a Lei do Ventre Livre)".

Falando em seguida, sem conter as lágrimas, Dona Isabel declarou:

— Seria o dia de hoje um dos mais belos de minha vida, se não fosse saber estar meu pai enfermo. Deus permitirá que ele nos volte para tornar-se, como sempre, útil à nossa Pátria.

Participaram da cerimônia, na Sala do Trono, senadores, deputados, ministros, magistrados, embaixadores e outras personalidades, além de gente do povo que, em verdadeiro delírio, invadiu o palácio. Em frente ao edifício,

na Praça Dom Pedro 2º, cerca de 5 mil pessoas se aglomeravam. A multidão irrompeu em ruidosas aclamações quando o deputado Joaquim Nabuco, de uma sacada do Paço,

comunicou ao povo que não havia mais escravos no Brasil. Chamada pelos cidadãos que se concentravam diante do palácio, Dona Isabel surgiu na sua janela, tendo, mais uma vez aclamada pelos manifestantes.

Dom Pedro 2º ainda não foi informado

O Imperador Dom Pedro 2º, que se encontra em Milão, na Itália, onde se submete a tratamento de saúde, ainda não pôde ser informado da lei que banuiu de nosso país o regime de escravidão. Transcrevemos, a respeito, os seguintes telegramas:

Milão, 12 - O estado de S.M. o Imperador apresenta uma pequena melhora. Os fenômenos cerebrais cessaram após delírio intenso. Agora está em plena integridade de suas faculdades mentais. Atribui-se esse resultado à aplicação de gelo na cabeça e às injeções hipodérmicas de cafeína, prescritas pelo Dr. Semmola. É esperado o dr. Charcot.

Milão, 13 - O estado de S.M. o Imperador apresenta progressivas melhoras, conforme o boletim dos médicos assistentes. Os Drs. Charcot, Semmola, e Giovani declaram em boletim que a febre tem declinado quase totalmente e que o estado nervoso do Augusto enfermo é calmo.

Bandas animam festejo nas ruas

Concebida para abolir de forma imediata e incondicional o elemento servil no País, a mais importante e mais humana norma legal já adotada pelo Brasil, e que recebeu o número 3.353, contém apenas dois dispositivos:

"Artigo 1º É declarada extinta a escravidão no Brasil.

"Artigo 2º Revogam-se as disposições em contrário".

Assim que a Câmara recebeu o texto - na terça-feira dia 8 - das mãos do ministro Rodrigo Silva, o deputado Joaquim Nabuco, lançando mão de recurso regimental, solicitou ao presidente daquela Casa, deputado Henrique Pereira de Lucena, a designação imediata da comissão especial que daria o parecer transformando a mensagem em projeto. Sob os protestos do deputado conservador Andrade Figueira, o parecer foi acolhido pela Câmara no mesmo dia 8, seguindo-se, nos dias 9 e 10, a discussão e aprovação.

Da mesma forma agiu o Senado, nomeando em 11 de maio a comissão especial, cujo parecer foi votado no mesmo dia. Ontem, dia 13, ocorreu a aprovação final, mediante votação simbólica. Pessoas que se encontravam nas galerias jogaram flores no Plenário. Apenas dois senadores se manifestaram contrários à matéria: o Barão de Cotegipe e Paulino de Sousa. Quando o Senado concluiu a deliberação sobre a proposta, chegava ao Plenário a notícia de que alguns fazendeiros

fluminenses já estavam libertando seus escravos.

Soar de sinos

Em razão da grande concentração de pessoas na praça, só com muita dificuldade as cartuagens que levavam a comissão de senadores e o presidente do Ministério, senador João Alfredo, conseguiram chegar às portas do Paço, sob aplausos dos manifestantes. Na ocasião, soaram os sinos das igrejas do Rio, três delas situadas perto do palácio: as de São José, de Nossa Senhora do Carmo e da Capela Imperial.

Depois de sancionada a lei, intensificaram-se os festejos e passeatas pelas ruas do Rio de Janeiro, em meio a bandas de música e espocar de foguetes. Ao entrar na Rua do Ouvidor, após deixar o Paço, o veterano abolicionista Sousa Dantas foi carregado nos braços do povo.

Pena será exposta

A pena de ouro com que a Princesa Regente assinou o decreto da abolição da escravatura ficará exposta a partir do dia 21 de maio no salão do jornal *O Paiz*. A pena, que tem no dorso 43 brilhantes, traz a seguinte inscrição: "A D. Isabel, a redentora, o povo agradecido", e tem no lado oposto o número e a data da Lei Áurea.

A campanha de subscrição popular iniciada por aquele diário logo recebeu a adesão da *Revista Ilustrada*.

Abolição repercutiu nas províncias e no estrangeiro

O milagre da ciência e da técnica neste final do século 19, de que é exemplo o telégrafo, com a ajuda dos cabos submarinos, fez com que a notícia da abolição chegasse rapidamente à maioria das províncias brasileiras e à grande parte das nações americanas e européias.

Habitantes de São Paulo, Santos, Campinas, Salvador, Recife, Vitória, Belém, Ouro Preto, Fortaleza e outras cidades saíram às ruas em procissões cívicas, não faltando bandas de música e fogos. À noite, edifícios públicos e particulares da capital paulista foram iluminados.

Das capitais das províncias e do exterior chegam a toda hora ao Rio telegramas de congratulações. Em Buenos Aires, foi decretado feriado a próxima quinta-feira, para grande festejo cívico em honra do Brasil livre. O Senado argentino e a corporação acadêmica telegrafaram a Dona Isabel, felicitando-a.

Câmara discute e vota fim da escravidão em dois dias

Aprovação do projeto em tempo recorde só foi possível graças ao esforço da bancada antiescravagista, com apoio do presidente da Casa

A Princesa Imperial Regente Isabel enviara à Assembléia Geral, na terça-feira 8 de maio de 1888, a proposta determinando o fim da escravidão no País. Dois dias depois, o projeto já estava aprovado em segundo turno, e seguia para o Senado.

A aprovação se deu em tempo recorde, graças ao esforço da bancada antiescravagista – liderada pelo pernambucano Joaquim Nabuco – e com a ajuda do presidente da Casa, Henrique Pereira de Lucena, o Barão de Lucena (PE). O ministro da Agricultura, deputado Rodrigo Augusto da Silva, que foi o portador da mensagem, leu o sucinto texto de apenas dois artigos.

Urgência

Terminada a leitura, o Plenário irrompeu em ruidosas manifestações, segui-

do pelas galerias. Joaquim Nabuco era um dos mais emocionados.

– A escravidão ocupa o nosso território, oprime a consciência nacional e é pior do que o estrangeiro pisando no território da Pátria. Precisamos apressar a passagem do projeto, de modo que a libertação seja imediata – propôs Nabuco, sugerindo a criação

de uma comissão especial e a dispensa de todos os prazos e interstícios para que a lei pudesse ser votada pela Câmara no dia seguinte. Andrade Figueira, deputado pelo Rio de Janeiro e líder da bancada antiabolição, protestou, sem sucesso, contra a tentativa de acelerar a tramitação.

– Qualquer que sejam as impaciências para converter em lei a proposta do governo, acho que é preciso colocar acima de tudo a legalidade dos atos do Parla-

mento – esbravejou o representante dos fazendeiros fluminenses, acusando os abolicionistas de rasgar o Regimento da Câmara.

O Barão de Lucena submeteu à votação o requerimento, aprovado pelo Plenário da Câmara, por ampla maioria. Dispensados diversos prazos e exigências regimentais, menos de três horas após a leitura do projeto a comissão especial criada para analisar o assunto já apresentava parecer favorável em Plenário. Na quinta-feira, dia 10, com 83 votos favoráveis e apenas 9 contrários, o projeto recebeu aprovação final dos deputados.

16:000\$000

LOTERIAS DE S. PAULO

1ª DA 133ª

EXTRACÇÃO

AMANHÃ AMANHÃ

IMPRETERIVELMENTE.

No século 16 já havia escravos no Brasil

Há quem diga que os primeiros negros foram trazidos ao Brasil entre os anos de 1516 e 1526, mas somente com o desenvolvimento do cultivo da cana no Nordeste cresceu significativamente a demanda por negros escravos. É difícil avaliar com precisão o volume do tráfico externo para o Brasil durante os três séculos e meio de duração do trabalho escravo. A maioria dos estudiosos estima a vinda de aproximadamente 3,5 milhões.

Os escravos trazidos ao Brasil pertenciam a dois grupos de língua e cultura distintas: o dos sudaneses, encontrados nas regiões mais ao norte do litoral africano, e os bantos, nas áreas ao sul do Equador.

Figueira acusa governo de ceder a "apopléticos"

O deputado Andrade Figueira, da Província do Rio de Janeiro, apontou a "intervenção dos poderes públicos na solução de um assunto eminentemente social", ao acusar o governo imperial de ceder às pressões da imprensa e dos "apopléticos" da abolição ao enviar o projeto de lei.

Entre poucos aplausos e seguidos gritos de "não apoiado", Andrade Figueira reverberou o sentimento da bancada de proprietários rurais de seu estado.

- Que necessidade tão urgente é esta quando o problema tem sua solução natural nas leis de 1871 [Ventre Livre] e 1885 [Sexagenários]? Com a sua intervenção, os poderes públicos não fizeram mais do que comprometer a marcha do problema, produzindo uma agitação estéril, promessas enganadoras, pesares dolorosos - acusou o deputado, em referência à expectativa de emancipação de escravos criada pelas leis anteriores. Para Figueira, a estratégia governamental de emancipação gradual enganou os proprietários.

Rodrigo Silva: toda a sociedade quer a abolição

O portador do projeto de lei que acabou com a escravidão no Brasil, deputado e ministro da Agricultura Rodrigo Silva, reagiu da tribuna às críticas de Andrade Figueira à decisão do governo imperial de apresentar a proposta. Segundo o ministro, em todas as democracias o poder público tem o dever de interferir na solução de problemas sociais como o do elemento servil.

- Não havia um só órgão respeitável, desses que formam o sentimento de um povo e a opinião de uma nação, que não estivesse empenhado nesta cruzada. Se observamos esta agitação pacifista por toda a parte, poderíamos, aceitando o poder, cruzar os braços e deixar que a revolução decretasse a libertação dos escravos? - questionou o deputado.

Rodrigo Silva citou a defesa da abolição pela Igreja, academias, tribunais e famílias. Até mesmo, disse, "os próprios interessados na manutenção da propriedade escrava davam diariamente exemplos os mais admiráveis de abnegação, libertando os seus escravos incondicionalmente".

Uma pequena, mas crucial, emenda de redação

Graças ao zelo legislativo e à experiência de ministro do Supremo Tribunal de Justiça (STJ) do deputado baiano Barão de Araújo Góes, o projeto de lei que acaba com a escravidão pôde entrar em vigor imediatamente após ser sancionado pela Princesa Isabel. Araújo Góes conseguiu apoio do Plenário para inserir pequena e crucial emenda de redação ao Artigo 1º do texto original. Onde se lia "é declara-

da extinta a escravidão no Brasil", o deputado acrescentou "desde a data desta lei". O deputado contestou as acusações de que a alteração seria "inútil".

- É uma necessidade indeclinável em face da legislação, porque a lei não pode vigorar na Corte senão oito dias e nas províncias senão três meses depois de publicada. É necessário que o prazo que se exige para a Corte seja o mesmo para todo o Império.

Projeto é ameaça à ordem pública, diz Alfredo Chaves

Um dos nove deputados que votaram contra a extinção da escravatura, Alfredo Chaves dirigiu seus ataques ao ministro Rodrigo Silva, que para ele apresentou o projeto "sem nenhuma razão de estado", cedendo a pressões e ignorando os direitos dos proprietários rurais.

- O projeto é uma ameaça iminente à ordem pública, porque não se tomaram precauções para garantir a sociedade contra essa classe de cidadãos novos que a ela são atirados, sem os meios,

de proverem a sua subsistência - disse o deputado escravagista, em referência ao número de 600 mil escravos que ainda existiam no país.

Para o deputado, o governo imperial caiu em contradição ao apresentar o projeto apenas três anos depois da Lei do Ventre Livre, que fixava critérios de reparação aos senhores de escravos, além de estabelecer as condições em que o fim completo do regime servil se daria no país.

O Gabinete Dantas, que esteve no poder de 6 de junho 1884 a 5 de maio de 1885, e levantamento realizado em 1887 forneceram dados estatísticos sobre a população escrava no Brasil nos últimos anos:

1873:
1.541.348 escravos

1883:
1.211.946 escravos

1887:
723.419 escravos

A classificação, por idade, dos 723.419 escravos matriculados no levantamento de 1887 é a seguinte:

Menores de 30 anos:
195.726 escravos

De 30 a 40 anos:
336.174 escravos

De 40 a 50 anos:
122.097 escravos

De 50 a 55 anos:
40.600 escravos

De 55 a 60 anos:
28.822 escravos

BACHAREL DUPONCHEL

LECCIONA

todas as matérias do curso preparatório.

Cartas no escriptorio desta redacção

RESIDENCIA EM NITHEROY

93 RUA NOVA 93

O domingo da vitória no Senado

Proposta foi aprovada ontem, em sessão extraordinária, sem dificuldade

As atenções da Corte se voltaram, no sábado e no domingo, 13 de maio, para o Senado do Império, onde se processava a discussão final do Projeto de Lei nº 1 da Câmara dos Deputados, que baniu de forma imediata e incondicional a escravidão no território brasileiro. A proposta foi aprovada sem dificuldades pela Casa. Apenas dois senadores, os conservadores, João Maurício Wanderley, o Barão de Cotegipe (BA), e Paulino de Sousa (RJ), o Segundo Visconde do Uruguai (RJ), se posicionaram contra a iniciativa.

Logo após a leitura da proposta na sessão do último dia 11, pelo 1º vice-presidente do Senado, Antônio Cândido da Cruz Machado, que exerceia a Presidência da Casa, o líder do liberalismo abolicionista, senador Manuel Pinto de Sousa Dantas (BA), solicitou que fosse nomeada a comissão

especial de cinco membros destinada a dar o parecer sobre o projeto.

A solicitação foi acolhida sem debate e Cruz Machado nomeou para compor o colegiado os senadores Sousa Dantas, Affonso Celso (pai), o Visconde de Ouro Preto (MG), Jerônimo José Teixeira Júnior (RJ), José Antônio Correia da Câmara (RS) e Alfredo Eschagnolle Taunay (SC).

A comissão apresentou imediatamente o parecer, destacando que a proposta continha “providência urgente, por inspirar-se nos mais justos e imperiosos intuitos” e satisfazia “a mais e mais veemente aspiração nacional”.

Aprovação

No sábado dia 12, durante a segunda discussão, Cotegipe fez longo pronunciamento contrário à proposta, que foi aprovada domingo, dia 13, em sessão extraordinária.

Na direção dos trabalhos da Casa, o senador Cruz Machado designou a comissão que levaria o projeto ao Paço e que foi composta pelos membros da comissão que ofereceu o parecer e ainda por outros nove senadores.

O senador e presidente do Conselho de Ministros João Alfredo (PE) comunicou, então, ao Plenário da Casa que Sua Alteza a Princesa Regente receberia às 3 horas da tarde, no Paço da Cidade, a comissão de senadores que levaria o decreto da Assembléia Geral declarando extinta a escravidão no Brasil.

“A lei reconhece como propriedade e matéria tributável o escravo”

“A verdade é que vai haver uma perturbação enorme no País durante muitos anos, o que não verei talvez, mas aqueles a quem Deus conceder mais vida, ou que forem mais moços, presenciarão.”

A previsão sombria foi feita pelo senador Barão de Cotegipe, ao desferir críticas ao projeto da abolição.

Para o senador, “ninguém acreditará no futuro que se realizasse com tanta precipitação e tão poucos escrúpulos a transformação que vai aparecer”.

A principal crítica de Cotegipe se referia ao fato de que a proposta não previa indenização aos proprietários de escravos.

Afirmando que a propriedade sobre o escravo era uma criação do direito, ele enfatizou que “a Constituição, a lei civil, as leis eleitorais, as leis de fazenda, os impostos etc., tudo reconhece como propriedade e matéria tributável o escravo, assim como a terra”.

Com a abolição, segundo Cotegipe, estaria se decretando que no país “não há propriedade, que tudo pode ser destruído por meio de uma lei sem atenção nem a direitos adquiridos nem a inconvenientes futuros”.

— Entendo que grandes males vão surgir dessa medida, que convém que sejam, o quanto antes, tomadas providências em benefício não só da lavoura, como também dos que vão ser libertados.

“Medida arriscadíssima para a ordem social e econômica da Nação”

Repetindo argumentos do Barão de Cotegipe e do deputado Andrade Figueira contra a abolição, o senador Paulino de Sousa (RJ) afirmou que a proposta era “inconstitucional, antieconômica e desumana”, porque deixaria “expostos à miséria e à morte os inválidos, os enfermos, os velhos, os órfãos e crianças abandonadas da raça que quer proteger”.

Apontando o projeto da abolição como algo “arriscadíssimo para a ordem social e econômica da Nação”, o senador criticou também o “trânsito pressuroso” da matéria na Casa. Na sua avaliação, o elemento servil era o “único trabalho organizado em quase todo o País,

que não podia ser tão rápida e subitamente suprimido”.

Paulino disse que, para a emancipação dos escravos das colônias francesas, a partir de 1848, foi observado um prazo de

dois meses, contados da promulgação do ato, e garantido fundo para indenização aos proprietários.

- Devo dizer que iludem-se ou querem iludir-se os que acreditam remover uma grande dificuldade com esta lei da abolição do elemento servil; pelo contrário, é agora que recressem, com a desorganização do trabalho e com a entrada de 700 mil indivíduos não preparados pela educação e pelos hábitos da liberdade anterior para a vida civil, as contingências previstas para a ordem econômica e social.

“Não há perigo algum. Esta lei vale por uma nova Constituição”

Contestando os senadores Paulino e Cotegepe, o senador Sousa Dantas (BA) afirmou da tribuna que a abolição não marcará no Brasil “uma época de miséria, de sofrimentos e de penúria”.

Dantas manifestou a convicção de que “o desaparecimento de 600 mil criaturas escravas”, em vez de produzir “a nossa ruína”, tornará o Brasil mais próspero, graças ao trabalho livre.

- Não há, portanto, perigo algum, e até onde a minha voz, a minha responsabilidade, a confiança que eu possa inspirar aos meus concidadãos, até onde a minha experiência dos negócios, o meu estudo de todos os dias me puderem dar alguma autoridade, eu direi desta cadeira a todo o Brasil que nós, hoje, vamos constituir uma nova Pátria, que esta lei vale por uma nova Constituição - sustentou.

Sousa Dantas declarou ainda que a votação proposta representava o maior acontecimento da história do País, e, ao concluir, recitou estes três pequenos versos do século 13:

*“O’ libertad!
Luz del dia!
Tu me guia”.*

Acordo quase unânime garante “força moral e prestígio” à decisão

Em resposta aos argumentos de que a abolição deverá acarretar transtornos, o senador Manuel Francisco Correia (PR) afirmou que “não se extirpa do organismo social um cancro secular sem que perturbações se operem”.

Mas o senador conservador disse acreditar na “cicatriz de uma ferida” que nunca mais será aberta, possibilitando então a “prosperidade da Pátria”.

- É grande fortuna para o Império que a lei possa ser promulgada, revestida de força moral e do prestígio que lhe dá o acordo refletido e quase unânime de ambas as parcialidades políticas - finalizou.

PROGRAMMA
DAS
GRANDES REGATAS
NA
Enseada de Botafogo
EM HOMENAGEM Á
ABOLIÇÃO

Sabbado 19 de maio de 1888

ÁS 1 1/2 DA TARDE EM PONTO

Uma luta social, política e econômica

Campanha pelo fim da escravidão no país envolveu monarquistas e republicanos

A abolição da escravatura foi um processo secular resultante de mobilizações sociais – inclusive dos próprios negros –, morais, políticas e econômicas. Da assinatura da Lei Eusébio de Queirós, que proibiu o tráfico negreiro, já se passaram 38 anos de intensa campanha abolicionista que se finda agora com a Lei Áurea.

Com exemplos europeus de abolição da mão-de-obra escrava, por um bom tempo, o processo da crítica abolicionista no Brasil concentrou-se em espaços como clubes, lojas maçônicas, associações, cafés e jornais e, aos poucos, estendeu-se à população.

Essa foi, segundo o abolicionista Joaquim Nabuco, a primeira fase do movimento pelo fim da escravidão, entre 1879 a 1884, quando “os abolicionistas combateram sós, entregues aos seus próprios recursos”.

Mais tarde, discursos nas tribunas, artigos e poemas em jornais brasileiros e estrangeiros e a forte pressão sobre o Império fizeram ruir de vez a escravidão.

No geral, todos os republicanos mostravam-se abolicionistas, mas nem todos os que lutaram pela libertação dos escravos preferem a República. Monarquistas como André Rebouças e Joaquim Nabuco têm sido incansáveis nessa luta pelo fim da escravidão. Muitos outros são defensores ferrenhos da mesma causa, entre eles Ruy Barbosa, José do Patrocínio e Tobias Barreto. Já falecidos, Luís Gama e Castro Alves também não podem ser esquecidos nessa batalha.

Mesmo os republicanos tiveram maneiras diferentes de pensar a abolição. O Congresso exprimiu por um bom tempo o pensar dos paulistas que não adotavam a solução geral e totalmente libertadora.

A proposta era que o problema fosse resolvido gradualmente, conforme o interesse de cada província, aceitando o princípio da indenização, reconhecendo o que alguns chamam de “o direito do homem sobre o homem”.

Mas a forte pressão social e moral e a redução do interesse econômico pelo negro, que com o tempo passou a apresentar custo maior que a mão-de-obra livre competitiva, culminaram com a aceitação dos parlamentares pela abolição total dos ainda escravos.

Um pouco antes da proibição do tráfico negreiro, o preço do escravo já subia no mercado com a previsão de que não seriam mais trazidos negros para o Brasil.

Essa alta manteve-se até 1880 em especial pela forte demanda da lavoura cafeeira. Agora, quando se assina a Lei Áurea, boa parte da mão-de-obra escrava já foi substituída.

Grandes defensores da abolição

Joaquim Nabuco

Diplomata, historiador, jurista, jornalista e político, Joaquim Nabuco foi o maior porta-voz do abolicionismo parlamentar. Sua campanha antiescravocrata na Câmara dos Deputados começou em 1878. Fundou a Sociedade Antiescravidão Brasileira, o que mostra sua luta veemente pelo fim do trabalho servil. Ele apresentou projeto de lei em 1880 propondo o fim da escravidão a partir de 1890, com indenização dos proprietários, o que provocou choque com os

mais radicais, que sempre exigiam a abolição imediata e sem que houvesse qualquer paga aos senhores de escravos. Três anos mais tarde, em Londres, o maçom Joaquim Nabuco escreveu *O Abolicionismo*, em que defende a abolição legalista, imediata e não mais com indenizações.

Ruy Barbosa

Escolhido para redigir o Projeto Danzas, precursor da Lei dos Sexagenários em 1885, tornando livre todos os escravos com idade igual ou superior a 65 anos, Ruy Barbosa também destacou-se entre os defensores do abolicionismo.

Seu texto não foi aprovado pela Câmara porque propunha a liberdade dos escravos a partir dos 60 anos, sem que houvesse indenização aos proprietários, o que causou grande revolta dos senhores. Foi aprovada então a Lei Saraiva-

Cotegipe, muito menos abrangente.

Iniciou sua carreira política como deputado na Bahia em 1878. Desde os tempos de estudante participou ativamente nas campanhas de combate à escravidão e o faz por meio das associações abolicionistas, da imprensa e da tribuna.

Castro Alves

O "Poeta dos Escravos e da Liberdade" fez de seus versos palavras fortes na luta pela abolição da escravatura. Nascido em Muritiba (BA), em 1847, Antônio Frederico de Castro Alves morreu aos 24 anos, muito antes da assinatura da Lei Áurea.

Em 1868, em um gesto de coragem, fez a apresentação pública, em uma comemoração cívica onde estavam diversos senhores de escravos, do poema *Tragédia no mar*, que depois passou a ser chamado

de *O navio negro*.

A obra é uma crítica feroz do republicano Castro Alves aos maus-tratos a que eram submetidos os negros, desde sua captura até a sua utilização desumana nos latifúndios. Um clássico, o poema foi escrito quando ele tinha apenas 21 anos.

Abolicionistas negros

José do Patrocínio

Entre os abolicionistas negros, José do Patrocínio foi incansável até os segundos que antecederam a assinatura da Lei Áurea. Para o jornalista, filho de mãe escrava e de um vigário, "a propriedade escrava é um roubo duplo".

Natural do Rio de Janeiro, tornou-se muito cedo um articulista famoso. Depois de conhecer a Princesa Isabel, fundou o jornal *A Gazeta da Tarde* e passou a ser chamado de O Tigre da Abolição. Ao lado de André Rebouças, criou em 1883 a Confederação Abolicionista.

André Rebouças

Filho de um advogado mulato autodidata e da filha de um comerciante, o engenheiro baiano André Rebouças engajou-se no movimento abolicionista ao lado de defensores da causa como Joaquim Nabuco.

Monarquista, muito ligado ao Imperador Dom Pedro 2º, a partir de 1872 dedicou-se integralmente à abolição da escravatura, ajudando a criar a Sociedade Brasileira contra a Escravidão e a Confederação Abolicionista. Publicou diversos artigos em jornais contra o trabalho servil, propondo sempre a conciliação entre as classes.

Luís Gama

O advogado e jornalista Luís Gonzaga Pinto da Gama era filho de um fidalgo português e da africana Luísa Maheu, de Nagô, que diversas vezes foi preso por estar envolvida com insurreições de escravos.

Nascido em 1830, Luís Gama teria sido vendido como escravo, de forma ilegal, pelo seu pai, aos 1º anos. Foi um símbolo do movimento pela abolição em São Paulo, tendo sido responsável pela libertação de mais de mil escravos cativos. Morreu em 1882, seis anos antes da assinatura da Lei Áurea.

Tobias Barreto

Jum dos principais nomes do condoreirismo, escola literária da poesia brasileira marcada pela temática social e defesa de idéias igualitárias, Tobias Barreto, assim como Castro Alves, fez de alguns de seus temas armas para o combate à escravidão.

Além de poeta, Tobias Barreto é filósofo, crítico e jornalista. Sergipano, ele se declara o "mestiço de Sertão". Em 1868, publicou o poema *A Escravidão*. De 1871 a 1881, viveu em Escada, em Pernambuco, cidade que teve de deixar após ter alforriado todos os escravos que pertenciam a seu sogro.

Resistência começou no século XVI

Primeiros registros de escravos
fugitivos são de 1575, na Bahia

Os africanos escravizados no Brasil não demoraram muito para dar início aos movimentos de fuga e formação de acampamentos armados que, além de servirem de moradias, eram principalmente centros de resistência e contribuíram para o fim do trabalho escravo no país.

Ainda no século 16, por volta de 1575, o Império já recebia notícias da movimentação de escravos fugitivos na Bahia.

Inicialmente eles se reuniram no que se chamou de mocambo, espécie de acampamento militar e moradia dos negros de língua bantu da África Central e Centro-Occidental.

Em 1588 foi publicado regimento que estabelecia "punição exemplar" para os fugitivos. Nos quase quatro séculos de escravi-

dão no Brasil, houve grande enfrentamento de tropas do governo e perseguições determinadas pelos senhores dos escravos, que contavam com o trabalho dos capitães-do-mato.

As capitânicas de Sergipe e da Bahia foram tomadas por mocambos no início do século 17. Na Paraíba, em 1691, se formou o Quilombo do Cumbe, combatido em 1731.

No Rio de Janeiro, os primeiros registros são de 1625. No século seguinte, os mocambos surgiram em Cabo Frio, Campos dos Goitacazes e Saquarema.

O século 18 foi de expansão dos grupos negros, quando a denominação mocambo foi substituída por quilombo. No Maranhão, as tropas atacaram grupos que se reuniam entre os rios Gurupi e Turiaçu no início dos anos 1700.

Nas capitânicas do Rio Negro e do Grão-Pará, as comunidades negras também recebiam militares desertores e índios. Há registros de fugitivos em outras regiões da Floresta Amazônica, assim como nas capitânicas do Espírito Santo e de Minas Gerais.

Na segunda metade do século 18, as denúncias contra os quilombos surgem no Rio Grande do Sul, em Mato Grosso e Goiás.

Muitos desses grupos foram desenvolvendo ao longo dos anos relações com as comunidades locais. A própria Princesa Isabel, às vésperas de assinar a Lei Áurea, já havia acolhido e hospedado mais de mil fugitivos.

População de Palmares pode ter ultrapassado 20 mil pessoas

As maiores comunidades de fugitivos de toda a América concentraram-se na região açucareira de Pernambuco e de Alagoas. Vários núcleos de povoamento de negros fugitivos formaram o Quilombo dos Palmares, que pode ter abrigado mais de 20 mil pessoas por volta de 1670. Os registros indicam sua fundação em 1597.

Localizado na serra da Barriga, Zona da Mata alagoana, o quilombo resistiu por mais de um século a fortes combates de tropas do governo colonial.

As invasões holandesas no Brasil, entre 1624 e 1654, interferiram na rotina dos engenhos e, com isso, ajudaram a fuga dos negros e a formação dos núcleos de

povoamento do quilombo, sendo Macaco, Subupira, Zumbi e Tabocas os principais.

Mas a expulsão dos holandeses do Nordeste brasileiro fez aumentar a necessidade de mão-de-obra para os engenhos e, por isso, os proprietários de terras e o governo colonial deram início a numerosas caçadas e ataques a Palmares para recapturar os fugitivos.

Os líderes negros de maior representatividade foram Ganga Zumba e seu sobrinho Zumbi, que acabou assassinado. Foram mais de 18 as expedições realizadas até que se conseguisse acabar definitivamente com o Quilombo de Palmares, por volta de 1710.

Outra forte ação negra aconteceu na Revolta dos Malês, de 25 a 27 de janeiro de 1835, quando centenas de escravos africanos aderiram ao Islã lutaram nas ruas de Salvador contra tropas de cavalaria e milícias.

Os malês queriam o fim do catolicismo, que lhes era imposto, assassinar os brancos e confiscar seus bens e o direito de praticar o islamismo.

O governo conseguiu impedir os ataques aos quartéis de Salvador. Nos confrontos ocorridos, morreram sete integrantes das tropas oficiais e 70 negros. Outros 281 foram presos.

Navios negreiros, navios de horrores

No poema *O navio negreiro*, Castro Alves relata os horrores que sofriam homens, mulheres e crianças nos navios que os transportavam da África para o Brasil. Arrancados da terra natal, eram submetidos a toda sorte de doenças, maus-tratos, fome e frio na travessia do Atlântico.

O quadro é também descrito, em 1813, por Dom João VI, que, no alvará de 24 de novembro daquele ano, determina a adoção de “humanitárias provi-

dências” contra “o tratamento duro e inhumano que, no transitó dos portos africanos para os do Brasil, soffrem os negros, chegando a tal extremo a barbaridade e sordida avaréza de muitos dos mestres das embarcações que os conduzem (...)”

Segundo o alvará, esses mestres, “seduzidos pela fatal ambição de adquirir fretes, e de fazer maiores ganhos, sobrecarregão os navios, admitindo nelles muito maior numero de negros do que podem

convenientemente conter; faltando-lhes com alimentos necessarios para a subsistencia delles, não só na quantidade, mas até na qualidade, por lhes fornecerem generos avariados e corruptos, que podem haver mais em conta; resultando de hum tão abominavel trafico, que se não pode encarar sem horror e indignação manifestarem se enfermidades; que, por falta de curativo e conveniente tratamento, não tardão a fazerem-se epidemicas e mortais”.

Alvará determinou

“espaço aos cativos para se moverem e respirar”

Para minimizar a situação cruel a que eram submetidos os negros a bordo dos navios negreiros, alvará de 24 de novembro de 1813, de Dom João VI, determinava uma série de condutas:

Entre as providências, estava a limitação do número de negros transportados, “dando-se aos cativos espaço para se moverem e respirar”. Também deveria ter um tiro de carga para fiscalizar a lotação e a propriedade dos escravos. As

caravelas que saíam para o Brasil carregavam, em média, de 500 a 700 negros.

Todos os navios negreiros precisavam ter um “cirurgião-perito” e uma enfermaria aparelhada. A mortalidade dos escravos não poderia passar de 3%, mas o percentual chegava a 10%, em média.

Além disso, deveria haver fiscalização sanitária da tripulação e dos escravos, para evitar a transmissão de moléstias, assim como dos alimentos,

que precisavam oferecer variedade e qualidade.

Os navios, conforme o alvará, teriam de apresentar condições de salubridade, asseio e ventilação, o que, pelo número excessivo de escravos a bordo, não ocorria.

Ceará acabou com a escravidão há 4 anos

Medida repercutiu intensamente na Corte e estimulou o abolicionismo em outras províncias

Nas duas últimas décadas, a idéia de libertação dos escravos foi aos poucos se irradiando para o interior do Brasil, motivando vários segmentos da sociedade, desde simples jangadeiros e donos de barcas no Nordeste, que se recusavam a participar do transporte de cativos, a jornalistas, poetas, escritores e políticos que abraçaram a causa com entusiasmo. Na Província cearense, o fim da escravidão foi proclamado há quatro anos. O Ceará assumiu, no dia 25 de março de 1884, a responsabilidade histórica de proclamar a extinção do trabalho escravo em todo o seu território. A iniciativa pioneira repercutiu intensamente na Corte e nas províncias, reforçando os movimentos que já começavam a tomar corpo em outras partes do país, como Amazonas, Bahia e Paraíba.

A grande festa da abolição no Ceará reuniu a população da capital, na Praça Castro Carreira. Canhões da Fortaleza de Nossa Senhora de Assunção reboaram e os sinos repi-

caram. Um grande desfile atravessou a cidade antiga, desde a Rua 1^o de Março até o passeio público.

Victor Hugo

Em meio às manifestações, o presidente da Província, Sátiro de Oliveira Dias, declarou em tom solene: "Para a glória imortal do povo cearense e em nome e pela vontade desse mesmo povo, proclamo ao país e ao mundo que a província do Ceará não possui mais escravos".

O abolicionista José do Patrocínio, que se encontrava em Paris dias antes do banimento da escravidão no Ceará, enviou carta ao escritor Victor Hugo comunicando que uma província brasileira estava prestes a ser considerada liberta do cativo. Ele pedia ao poeta uma palavra de animação, um conselho, que servisse de encorajamento ao Imperador Dom Pedro 2^o, no sentido de engajar-se na campanha pela abolição.

O grande pensador francês, na resposta a Patrocínio, considerou "grande novidade" o gesto dos cearenses e reforçou que com a iniciativa libertadora "a

barbárie recua e a civilização avança".

Embora a luta final tenha se dado na cidade de Fortaleza, foi no interior da província, na pequena vila de Aracape, que logo depois se chamaria Redenção, que a Sociedade Cearense Libertadora liderou a primeira grande campanha pela abolição.

Os jangadeiros também tiveram papel decisivo no processo cearense de abolição da escravidão. Em 27 de janeiro de 1881, tendo à frente Francisco José do Nascimento, conhecido como "Dragão do Mar", os jangadeiros firmaram sua posição: "No porto do Ceará não se embarcam mais escravos!". Com esta atitude, eles conseguiram de fato abolir o tráfico de escravos na província.

Assim como ocorria no Ceará, a luta pela abolição agregou não apenas figuras de expressão nas províncias e na Corte. Militares recusavam-se a perseguir escravos fugidos; mascates ajudavam na distribuição dos panfletos a favor da abolição; ferroviários escondiam negros nos trens ajudando-os nas fugas.

Reparação aos ex-escravos precisa ser discutida

Não faltaram discursos de abolicionistas como Joaquim Nabuco, José do Patrocínio, Luís Gama e Ruy Barbosa defendendo a necessidade de oferecer oportunidades para integrar os ex-escravos à sociedade. A grande dívida para com os escravos libertos deve ser saldada, para que se possa construir uma sociedade justa e igualitária.

Neste momento em que o Brasil comemora a assinatura da Lei Áurea, alguns abolicionistas colocam em foco a preocupação diante do quadro ainda nebuloso que envolve as consequências de um processo que

era inevitável diante de séculos de domínio sobre as populações negras, e que não foram contempladas com nenhum tipo de compensação.

Em razão disso, é lícito prever que a pauta de debates do Parlamento, neste final do século 19, deverá incluir propostas visando contemplar, de alguma forma, os ex-escravos e seus descendentes. É possível até que essa discussão não tenha fim na próxima década e termine se estendendo pelo século 20, mas deve-se ter em vista que a reparação que precisa ser

atribuída aos ex-escravos e sua gente não se confunde com qualquer tipo de vida, por representar, também, um legítimo direito.

Ao longo da luta pela abolição foram discutidas propostas nesse sentido, como a criação de colônias agrícolas para os libertos, a desapropriação de terras não exploradas e o desenvolvimento da agricultura. É mister que se estudem ainda outras formas de reparação, como oportunidade de emprego na cidade e acesso à educação, conferindo dignidade ao indivíduo.

Mossoró se destaca como cidade pioneira

A força do movimento abolicionista logo atingiu Mossoró, que abraçou a causa com entusiasmo – especialmente a Loja Maçônica 24 de Junho. A cidade comemorou em grande evento, no dia 30 de setembro de 1883, o fim da escravidão. Naquela ocasião, o líder da Sociedade Libertadora Mossoroense, Joaquim Bezerra da Costa Mendes, fez uma declaração histórica.

– Mossoró está livre: aqui não há mais escravos!.

O exemplo dessa cidade passou a ser seguido por comunidades do interior da Província do Rio Grande do Norte. Açú libertou seus escravos em 24 de junho de 1885; depois Carnaúba, em 3º de março de 1887; e, logo a seguir, Triunfo, em 25 de maio de 1887. Natal não possuía mais escravos no

início deste ano.

No Piauí, em 1870, o jornalista David Moreira Caldas iniciou ardorosa campanha abolicionista pela imprensa, fundando o jornal *Oitenta e Nove*, que em sua primeira edição, de 1º de fevereiro de 1873, “profetizou” a proclamação da república brasileira no centenário da Revolução Francesa, no próximo ano, ou seja, em 1889.

Movimento abolicionista se espalhou pelas províncias

A Sociedade Emancipadora Amazonense, fundada em 1870, cumpriu papel decisivo na campanha libertadora na Província do Amazonas. A 24 de abril de 1884, a Assembleia Provincial autorizou o governo a despendar 300 contos com alforrias. A 24 de maio foi reconhecido oficialmente que Manaus não tinha mais escravos.

Em Pernambuco, a luta contou com os nomes de José Mariano, João Ramos, Comes de Matos e outros que criaram o Clube do Cupim. O movimento conseguiu minar a força dos escravocratas. As barcas pernambucanas também apoiaram a fuga de escravos.

Na Província da Bahia, o movimento ganhou a adesão da imprensa de Salvador, que decidiu não mais publicar anúncios de fuga, compra e venda de escravos. Pessoas simples, como Manoel Roque, negro e operário, e personalidades, como Castro Alves, deram grande força ao movimento que começou a se articu-

lar em 1870.

Em Goiás, o movimento chegou a causar conflitos, mas nos meses que antecederam a assinatura da Lei Áurea a escravidão estava quase extinta em toda a província. No Rio de Janeiro, houve embates violentos, em especial em áreas onde a lavoura cafeeira se expandiu. A mobilização cresceu em meados de 1870. Nesse ano, um grupo de parlamentares lançou campanha pela abolição da escravatura. No final de 1887, já ocorriam alforrias espontâneas em toda a província.

Em São Paulo, diversas cidades libertaram seus escravos no ano passado. Em São Carlos, o fim do cativo foi proclamado em dezembro. No Rio Grande do Sul, o movimento comemorou a libertação da capital em 1884. Com um número menor de escravos, em relação às demais províncias, o Paraná também se engajou na luta, e antes da lei, cidades como Porto de Cima já estavam livres da escravidão.

SEGUE, NA ÍNTEGRA, PRONUNCIAMENTO DO SR. SENADOR PAULO PAIM

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs Senadores, hoje eu falo a vocês, meus colegas de Parlamento, sobre uma parcela muito importante da nossa população, a juventude.

Com os acontecimentos envolvendo os aposentados do nosso país e minha agenda um tanto apertada, não pude me manifestar antes mas, quero me reportar ao dia 24 de abril, Dia Internacional do Jovem Trabalhador.

Quero, na verdade, abrir um pouco o foco, falando sobre o contexto geral que envolve a juventude.

No final do ano passado aconteceu, em Brasília, a 7ª Conferência Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente, organizada pela Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República (SEDH/PR) em parceria com o Conanda (Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente).

Naquele encontro a grande preocupação foi definir estratégias para que medidas políticas nas áreas sócio-educativas e convivência familiar sejam implementadas.

O foco da Conferência foi “Concretizar Direitos Humanos de Crianças e Adolescentes: Um Investimento Obrigatório”

Segundo a presidente do Conanda e subsecretária da Secretaria Especial dos Direitos Humanos da SEDH, Carmen Oliveira, esta Conferência difere das outras por ter caráter deliberativo e não indicativo. Aquilo que foi decidido comporá ações que o governo, Conanda e sociedade civil terão que colocar em prática.

Fato interessante foi que a Conferência contou com um número maior de delegados adolescentes (chegando à cerca de 25% do total das delegações).

Isso é muito bom, pois trazer os jovens para o debate é perguntar diretamente às pessoas interessadas, aquilo que pode e deve ser feito em benefício das mesmas.

Ao falar sobre os jovens, não podemos deixar de lembrar do Estatuto da Criança e do Adolescente.

O **Correio Braziliense** realizou, em meados do ano passado, uma série de reportagens que diziam respeito ao Estatuto.

Começaram chamando a atenção para os direitos constantes da lei, entre eles: que todas as crianças e adolescentes devem ser tratados com dignidade e tem direito a viver com a família em uma relação de respeito e compreensão.

Tem direito também à oferta e qualidade de ensino e da mesma forma no que diz respeito ao sistema de saúde. O lazer, o esporte e a cultura também devem

estar ao alcance de todos, independente da renda dos pais ou do endereço onde moram.

Bem, nessa série de reportagens, foi apurado, e não é surpresa para nós, que a realidade é bem diferente do que deveria ser.

As crianças estão expostas à violência e grande parte delas não tem acesso a quase nada.

Na capital do nosso país, as distorções são visíveis, os indicadores de qualidade de vida assustam. A primeira reportagem mostrou a diferença entre duas regiões administrativas do Distrito Federal.

No lago sul, cada Km² é ocupado por 153 habitantes enquanto que o número de moradores por Km² em Taguatinga, é de 2 mil.

Em termos de violência, Planaltina, outra região, sofreu, em 2006, com 65 homicídios, em Samambaia foram 33 assassinatos, no Guará foram nove homicídios.

Essas três cidades tem praticamente o mesmo número de habitantes, mas a realidade que cada uma vive difere das outras.

O especialista em violência e maus-tratos a criança e ao adolescente, Julio Jacobo Waiselfiz, explicou ao jornal que, *“em muitos aspectos a violência está ligada à baixa distribuição de renda e a miséria que muitas vezes mostram a cara do lugar”*

Em outro momento, o jornal abordou os aspectos que dizem respeito à aplicação do ECA e às medidas punitivas e sócio-educativas para reintegração dos jovens na sociedade.

Ficou bem evidenciado que as delegacias para jovens infratores que atuam no Distrito Federal, por exemplo, e no resto do Brasil deve ser a mesma coisa, não são nada diferentes da Papuda, o presídio onde ficam os presos com mais idade.

As condições da maioria desses centros são precárias, as celas são pequenas, sobrecarregadas e não tem condições adequadas de higiene. Infelizmente, muitas vezes são os próprios infratores que causam danos ao local, mas fato é que a ressocialização, que consta como obrigatória na Lei, não acontece.

Os jovens não contam com medidas que os auxiliem a retornar para a sociedade em melhores condições emocionais do que ingressaram nos centros de detenção. Afirmando que só saem uma vez para pegar sol, para comer e depois voltam para a cela.

Nessas condições não tem jeito do jovem ser socializado. Fugindo do que consta do ECA a tendência é de que os jovens se tornem mais violentos e voltem a cometer infrações.

A advogada do Centro de Defesa do Direito da Infância (CEDECA), Clímene Quirido, comentou que “

...os regimes de internação, liberdade assistida e semi liberdade hoje não tem muito de sócio-educativo”

As punições continuam sendo aplicadas e ainda são o meio utilizado como “tratamento corretivo” aos jovens infratores.

O fato é que, segundo o ECA, antes de adotar medidas severas, os jovens deveriam receber advertência, ou ainda fazer a reparação de danos ou prestar serviços.

Sr. Presidente, nós precisamos recuperar os nossos jovens. É como diz a poesia de Luciano Ribeiro que consta do site Juventude Rural:

Eu não quero apenas estar aqui
E viver cada dia sem me exaurir
Quero ter forças para sempre seguir
Sempre lutar, nunca desistir

Eu sou jovem, tenho que agir
Revoltar-me, mas também evoluir
E em tempo que está por vir
Não deixar o passado se repetir

Quero mudanças, irei proferir
E quem não quiser me ouvir
Desculpe-me: falarei o que sentir

Vamos viver um novo tempo, um novo
existir ...

Dizem que somos Estrelinhas, não importa, o que realmente queremos é o brilho da transformação!

Existem projetos muito bons que vem sendo implementados pelo Governo e que são voltados para a juventude, um deles é o Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania (PRONASCI).

Consta do site do Ministério da Justiça que, “entre os principais eixos do Pronasci destacam-se, a valorização dos profissionais de segurança pública; a reestruturação do sistema penitenciário; o combate à corrupção policial e o envolvimento da comunidade na prevenção da violência.

Além dos profissionais de segurança pública, o Pronasci tem também como público-alvo jovens de 15 a 29 anos à beira da criminalidade, que se encontram ou já estiveram em conflito com a lei; presos ou egressos do sistema prisional; e ainda os reservistas, passíveis de serem atraídos pelo crime organizado em função do aprendizado em manejo de armas adquirido durante o serviço militar.

Para o desenvolvimento do Programa, o governo federal investirá R\$ 6,707 bilhões até o fim de 2012”

Esse programa, Senhoras e Senhores Senadores, une iniciativas da área de segurança com políticas sociais, e voltando seu foco para a juventude, cumpre um importante papel pois ao apostar nos jovens estamos gerando chances de termos um novo futuro para nosso país.

Uma das ações do PRONASCI é viabilizar a construção de 187 novos presídios e unidades correccionais onde os jovens infratores serão abrigados.

O interessante é que nessas instituições haverá escolas, laboratórios de informática, cursos de capacitação profissional e fábricas com o intuito de garantir emprego aos detentos.

Essa é uma forma de separar os jovens e não deixá-los em convívio com outros infratores mais velhos em cárceres comuns, mudando o cenário de suas vidas, fazendo com que deixem de ser reféns das consideradas “escolas de bandidagem”

O objetivo é recuperar os jovens, principalmente, aqueles da periferia, que não tem oportunidade de estudar e encontrar emprego, dando a eles um rumo positivo, com possibilidades de saída da criminalidade.

O PRONASCI foi implementado, de início, em 50 municípios que apresentavam grande índices de violência, mas até o final do mandato do Governo Lula, ele será ampliado para todo o Brasil.

Precisamos refletir também sobre o que disse o diretor-executivo da ONG Viva Rio, em entrevista concedida ao jornal **O Globo** : “*O programa é importante e tem o foco correto. Mas, para ter impacto ele precisa entrar no sistema educacional brasileiro Os jovens precisam ser assimilados pelas escolas públicas depois que deixam as unidades. Quando retornam ao sistema educacional, com mais ou menos 19 ou 20 anos, acabam encontrando dificuldades, pois não existe uma metodologia própria para lidar com essas pessoas*”

Senhor Presidente,

O Ministério da Justiça apresentou dados que fazem parte da versão final do PRONASCI, que mostram que a cada hora, pelo menos sete jovens entre 18 e 29 anos ingressam no sistema prisional brasileiro.

Senhores, isso acontece a cada hora do nosso dia. Eu fico espantado diante de números dessa ordem.

O percentual de jovens que entram na prisão é 58% (68,4 mil por ano) maior do que os que saem (43,2 mil por ano).

A Secretaria Geral da Presidência da República, diz que, dos 50,5 milhões de jovens brasileiros entre 15 e 29 anos, 4,5 milhões são considerados “em estado de risco”.

E vocês sabem porquê? Entre as principais razões estão o fato de que eles não tem o ensino fundamental e estão fora das escolas e desempregados.

O índice de analfabetismo entre os jovens que estão na prisão é de 15%, são 36 mil jovens.

Programas do tipo do PRONASCI são fundamentais para que possamos dar uma injeção de ânimo para aqueles que estão sem perspectiva de futuro.

Aliás, eles não tem um presente, porque o momento deles é tão amargo que mais parece um pesadelo e não uma vida de fato, com dignidade, com possibilidades reais de construir sua identidade.

O Governo está preocupado com essa situação e aponta a consolidação desse Programa para 2010. Da mesma forma está buscando a inclusão dos jovens em programas oficiais.

Nós temos entre vários exemplos, o PROINFO, que coloca a tecnologia ao alcance de todas as escolas públicas; o Projovem, Programa Nacional de Inclusão de Jovens: Educação, Qualificação e Ação Comunitária.

Esse programa “é componente estratégico da Política Nacional de Juventude, do Governo Federal. Foi implantado em 2005,...

E seus destinatários são jovens de 18 a 24 anos que terminaram a quarta série, mas não concluíram a oitava série do ensino fundamental e não têm vínculos formais de trabalho.

Aos participantes, o ProJovem oferece oportunidades de elevação da escolaridade; de qualificação profissional; e de planejamento e execução de ações comunitárias de interesse público”

Temos que mencionar também que várias Instituições estão engajadas em criar programas voltados para a juventude, tentando dar ao jovem condições de desenvolver seu potencial.

É assim com o projeto *Um mundo Melhor* que vem sendo desenvolvido pelo Fundo Nacional das Nações Unidas (UNICEF) em parceria com a BT Global Services, uma empresa que trabalha com soluções para as telecomunicações.

Esse programa, lançado em 08 de abril, em uma escola de São Paulo, poderá beneficiar 10 mil adolescentes de baixa renda, que moram em São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Salvador e Fortaleza.

Trata-se de um programa que busca a inclusão através do treinamento desses jovens para que saibam utilizar ferramentas de comunicação como a internet, o rádio, a fotografia e o vídeo.

Sabendo usá-las, os estudantes poderão, por exemplo, criar e divulgar campanhas visando melhorias na educação, para suas escolas e também comunidades, com políticas públicas que as beneficiem.

As escolas que irão participar do programa vão receber computadores, câmeras digitais, e outros equipamentos importantes para a implementação dos trabalhos, Eles terão também um site exclusivo para falar das vivências que estão experimentando com o projeto.

O Sr. Luis Alvarez que é presidente da BT para Europa, Oriente Médio, África e América Latina, disse

que se trata de um projeto global, que começou em 2007, com 18 mil estudantes de 27 escolas da África do Sul, e foi um grande sucesso.

Suas palavras foram: “*Esperamos a mesma coisa no Brasil. Esperamos que a transformação que a tecnologia proporciona seja uma grande oportunidade para os jovens e as comunidades onde eles vivem.*”

A representante do Unicef no Brasil, Marie-Pierre Poirier disse: “*Temos objetivos específicos e o fundamental desse projeto é desenvolver conhecimento, boas práticas e segredos de sucessos, construindo em conjunto um banco de metodologias para que isso seja colocado à disposição de outras escolas e comunidades. Nossa proposta é também ter um impacto nas políticas públicas de educação no Brasil*”

Um dos objetivos do Milênio, meus nobres colegas, é “alcançar o ensino primário universal” A taxa de frequência líquida na educação primária, que considera apenas crianças de 7 a 10 anos foi de 78% em 1992, quase 90% em 2002 e o objetivo é alcançar 100% até 2015, segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE/PNAD).

Não está incluída nesta estatística a população rural dos estados de RO, AC, AM, RR, PA e AP.

Aliás, e se falarmos na realidade de quem mora no campo? Eles tem uma experiência muito diversa de quem vive na cidade.

E aí enfatizo a importância de valorizarmos o campo, o desenvolvimento sustentável, a agropecuária, as comunidades ribeirinhas, os sem-teto, os sem-terra.

Dados do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira e do MEC nos mostram que das 2,2, milhões de pessoas, entre 15 e 17 anos, que residem no campo, 34% não frequentam a escola.

Também segundo o levantamento, 29,8% dos adultos são analfabetos. Em relação às crianças entre 10 e 14 anos, 23% estão na série adequada à sua idade. Na cidade o registrado são 47%.

Precisamos alterar a realidade da população rural.

O Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE), lançado pelo Ministério da Educação, olha de forma atenta para a educação em nosso país, ele pensa as mudanças que precisam ser feitas.

Esse programa é uma série inédita de medidas objetivas de intervenção no sistema educacional brasileiro, com previsão do aporte necessário de recursos e da cobrança de resultados.

O ProUni, outro importante programa do governo federal, “cria diversas universidades federais e novos campi, amplia de forma muito significativa o número de

vagas na educação superior, interioriza a educação pública e gratuita e combate as desigualdades regionais”

O Governo afirma que “Todas estas ações vão ao encontro das metas do Plano Nacional de Educação, que prevê a presença, até 2010, de pelo menos 30% da população na faixa etária de 18 a 24 anos na educação superior, hoje restrita a 12%”

Muitos jovens também estão engajados na luta pela educação ao alcance de todos.

Conforme consta do site do PT “O movimento estudantil no ano passado pautou boa parte de seus debates pelo Plano de Reestruturação e Ampliação das Universidades Federais apresentado pelo governo federal.

O Reuni colocou uma nova perspectiva para as universidades brasileiras, debatendo o acesso ao ensino superior e a necessidade que existe de ampliar as estruturas nas instituições federais”

Tales de Castro, vice-Presidente da União Nacional de Estudantes (UNE) relata em um artigo ao site Juventude do PT que “...*Se faz urgente o nosso debate sobre educação popular Uma educação que além de garantir o acesso e a permanência nas universidades, possa desconstruir alguns conceitos presentes em nossa formação. Educação popular é a democratização da universidade em todos os níveis, principalmente na participação massiva e igualitária da comunidade universitária na definição dos rumos que a universidade deve tomar E, mais do que isso, educação popular é fazer com que todo conhecimento produzido na universidade, seja produzido de forma a estabelecer diálogo com as demandas sociais presentes na contradição da nossa sociedade.*”

É, Sr. Presidente, os jovens estão se mobilizando. A Secretaria Nacional de Juventude do PT, a Secretaria Nacional de Mulheres do PT e a Secretaria Nacional de Formação Política realizaram entre os dias 18 a 21 de abril o I Seminário de Mulheres Jovens do PT, em parceria com a Fundação Perseu Abramo e a Fundação Friedrich Ebert, em São Paulo.

Entre os eixos do Seminário estava o “reconhecimento da mulher jovem como sujeito político”

Fico satisfeito ao ver a juventude fazendo esse movimento positivo no sentido de tomar frente no cenário social do nosso país.

Sr^{as} e Srs. Senadores, é muito importante destacar a 1ª Conferência Nacional de Juventude, que foi lançada em 5 de setembro de 2007 pelo Presidente Lula Ela aconteceu em etapas, primeiro em nível municipal, depois estadual e entre 27 e 30 de abril, ela foi levada a termo em nível nacional, em Brasília.

Tratou-se de um espaço onde o poder público e a sociedade conversaram sobre questões que dizem

respeito aos desafios impostos ao segmento juvenil e as propostas do Governo para responder as suas necessidades.

O Brasil conta hoje com mais ou menos 50 milhões de jovens. Na Conferência participaram especialistas no tema e vários jovens. O evento contou com a participação de praticamente todos os Órgãos do Governo. O Presidente Lula também se fez presente.

O caderno de propostas da 1ª Conferência Nacional da Juventude foi resumido em 69 resoluções e, entre estas, 22 foram eleitas prioritárias e serão um marco para políticas públicas.

A proposta mais votada defende o reconhecimento e a aplicação pelo Poder Público das resoluções do 1º Encontro Nacional de Juventude Negra (Enjune).

Alguns jovens do Rio Grande do Sul estiveram em meu Gabinete falando das reivindicações mais importantes e urgentes para a juventude.

A educação e o trabalho foram as demandas centrais, seguidas, entre outras, pela cultura, sexualidade e saúde, participação política e meio ambiente.

O Rio Grande do Sul focou sua pauta principalmente no trabalho.

A redução da carga horária também foi levantada como proposta prioritária para eles. Eles lembraram a campanha nacional das centrais sindicais e confederações de trabalhadores pela aprovação da PEC 393/01 que construímos em parceria com o senador Inácio Arruda, de redução da jornada de trabalho das atuais 44 horas semanais para 40 horas sem redução salarial. Campanha esta que tem o apoio oficial da CNBB.

Eu admiro os jovens e acredito na força deles, eles estão pontuando suas demandas.

Nós temos, de fato, Senhoras e Senhores Senadores, essa questão difícil de enfrentar, a do desemprego, que entre os jovens é ainda mais grave Se pegarmos dados do IBGE de 1989 a 1998, veremos que em 1989, havia 1 milhão de jovens desempregados. Em 1998, esse número pulou para 3,3 milhões O desemprego juvenil cresceu três vezes mais que o aumento do desemprego da população em geral. O índice de aumento foi de 194,8%.

Em 2006, a BBC Brasil informava que mundialmente, entre os jovens, de 15 a 24 anos, havia 88,2 milhões de desempregados, isto é, 47,4% do total.

A Organização Internacional do Trabalho apresentou, naquela ocasião, um relatório sobre a questão do desemprego no mundo e os números mostraram que a população entre 15 e 24 anos registra o maior índice de desemprego.

Eles salientaram que em relação as pessoas com mais idade, os jovens corriam três vezes mais risco de enfrentar o desemprego.

E arranjar um emprego continua sendo uma batalha difícil para os nossos jovens porque existe ainda o problema da escassez de mão de obra qualificada.

Lembram que noutra dia eu falava nesta Tribuna sobre isto e que o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) havia registrado em 2007, um déficit de 193 mil vagas de pessoal qualificado?

Pois é, meus caros, temos uma proposta muito importante para dar educação profissional aos nossos jovens, preparando-os para o mercado de trabalho.

Eu falo do FUNDEP, a PEC 24/2005, que é uma fonte segura de financiamento, não somente para manutenção das escolas profissionalizantes, mas, principalmente, para sua expansão e desenvolvimento.

Sr. Presidente, nós temos diante de nós um quadro de violência, de desemprego e de dificuldades de acesso à educação que atingem em cheio a juventude brasileira.

A violência, como falei no início deste pronunciamento é um dos problemas graves que temos que enfrentar. Nós falamos do quanto os jovens da periferia são atingidos por ele.

Agora, não pensem que a violência está apenas rondando esses jovens. Nós temos sido pegos de surpresa diante de vários atos violentos praticados por jovens de classe média.

Temos o exemplo daqueles que atearam fogo no índio Galdino que dormia numa parada de ônibus.

No ano passado, em Brasília, um grupo de jovens começou a aterrorizar trabalhadores de restaurantes e de bares, que ao se dirigirem para os pontos de ônibus eram alvejados com ovos. E dizem que descarregar extintor de incêndio nos outros também era uma prática comum.

Que tipo de diversão mórbida é essa? O que é que está acontecendo com os nossos jovens?

E a empregada doméstica, Sirley Carvalho, que foi espancada com socos e pontapés por cinco jovens da classe média também em uma parada de ônibus?

Li uma ponderação do escritor Roberto Crema que me tocou muito. Ele diz: *“Espiritualidade é uma consciência não-dual, uma consciência de participação da parte no Todo, que na essência é o amor e que na prática é a solidariedade.*

Eu pergunto: em sua consciência... você colocaria fogo no seu próprio corpo?

Se você se sente não-separado do outro... você jogaria fogo em alguém que está dormindo num banco?”

Bem, acho que precisamos fazer uma grande reflexão sobre a nossa relação enquanto seres humanos, sobre a educação em nosso país, e não somente

a educação formal, mas a educação espiritual, sobre o suporte familiar das nossas crianças e adolescentes, sobre a triste realidade das drogas na vida dessas pessoas.

Creio, como Cora Coralina disse: *“Acredito nos jovens à procura de caminhos novos abrindo espaços largos na vida”*

Faço questão de enfatizar a importância que a educação tem na vida de alguém. Ela começa no seio familiar, quando uma criança deve se sentir amada, acolhida, parte integrante de uma família.

Famílias que vivem uma realidade de extrema miséria, certamente tem mais dificuldades de oferecer uma ambiente dessa natureza para seus filhos o que não significa que muitas famílias não enfrentem a pobreza unidas e consigam fazer do amor o sustentáculo de sua sobrevivência.

Frisei outro dia, a importância de se estender o ensino a toda população brasileira, aos mais velhos também, a fim de que a cara da família brasileira possa ser modificada e a reestruturação comece da base. Pais e avós que estudam são um excelente exemplo para os jovens.

É importante também que os pais ensinem seus filhos sobre princípios básicos de educação, como respeito às diferenças, solidariedade, diálogo familiar franco e aberto, dificuldades impostas pela conjuntura, força de vontade e coragem para realizar a superação.

O ambiente familiar é muito importante, mas é lógico que as escolas tem papel fundamental no desenho que vai ser formado em cada personalidade de cada criança que lhes é confiada.

Educar no sentido de informar, de incluir, de conscientizar, de fortalecer o hábito da leitura, pode dar as nossas crianças um norte para suas vidas, uma base sólida para seu agir.

Infelizmente, Sr^{as} e Srs. Senadores, as famílias e as escolas tem um grande adversário que traz dores muito profundas prá dentro de casa e da escola também. Ele consegue se sobrepor à dedicação que muitos pais tem para com seus filhos desde a mais tenra idade.

Esse adversário é cruel, é astuto, e muitas vezes letal. Ele é conhecido por muitos nomes; maconha, cocaína, LSD, êxtase e por aí vai Mas, ele pode e deve ser enfrentado. Ele exige ações conjuntas para ser derrubado e não há como se omitir nesta guerra.

Não adianta Senhoras e Senhores Senadores, o melhor caminho que temos a percorrer é dar estudo aos nossos jovens, é dar emprego a eles, é oferecer portas que se abram o mais rápido possível para a

garantia de uma vida promissora, que seja atraente aos seus olhos, mas de forma saudável e não que os derrube como a droga faz.

Para você que é jovem e que está me escutando neste momento eu repito as palavras de um escritor que talvez você conheça. É Fernando Pessoa.

Talvez as palavras soem um pouco pomposas para o seu gosto, mas pense bem naquilo que está na alma da mensagem.

Ele diz: *“Para ser grande, sê inteiro: Nada te exagere ou exclui. Sê todo em cada coisa. Põe o quanto és no mínimo que fazes, assim como, em cada lago a lua toda brilha por que alta vive”*

Eu insisto com você: Seja inteiro em tudo que fizer, coloque o melhor de si junto a sua família, aos seus amigos, no seu trabalho, nos seus estudos, com a pessoa que você gosta. Seja sempre aquilo que existe de melhor em você.

Você pode dar o melhor de si, isso só fará bem a você e aos outros, afinal somos mesmo parte de um grande Todo!

Era o que tinha a dizer.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP) – Muito obrigado, Senador Paulo Paim. V. Ex^a será atendido regimentalmente.

Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 573, DE 2008

Nos termos do Art. 222 do Risf, requeiro Voto de Aplauso aos veículos de comunicação do Senado Federal – TV, Rádio e Jornal – pelas belas matérias relacionadas aos 120 anos da assinatura da Lei Áurea.

Justificação

O **Jornal Senado** veiculou no dia 14 de maio de 1888, a matéria sobre a assinatura da Lei Áurea. A reportagem demonstrou a importância que este veículo de comunicação possui, sobretudo no decorrer de mais de um século. A matéria nos remete também a uma reflexão crítica sobre a verdadeira abolição, ou melhor, sobre o início de uma abolição que até o momento não foi finalizada.

A TV Senado apresentou documentário especial sobre escravidão no Brasil, o documentário chamado “A chama da liberdade”, fez uma avaliação histórica sobre a questão racial no Brasil. O especial abordou assuntos relativos às leis que regeram o período de escravatura no país. O Senado aparece como instrumento legislativo na decisão de libertar negros e mulatos da prática escravista.

Os veículos de comunicação do Senado Federal representam o fortalecimento do direito constitucional

à informação e, sobretudo, primam pelo exercício da cidadania, apresentando os embates ocorridos sobre a política no Congresso Nacional.

Pelos motivos expostos, é que me sinto no dever de apresentar este requerimento pelo belo trabalho de comunicação desempenhado pelo Senado Federal e aplaudir o seu corpo de funcionários que realizam esse ofício com excelente qualidade e técnica.

Sala das Sessões, 12 de maio de 2008. – Senador **Paulo Paim**, Senador **Papaléo Paes**.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP) – A Presidência encaminhará o voto de aplauso solicitado.

O requerimento que acaba de ser lido vai ao Arquivo.

Sobre a mesa, requerimentos que passo a ler.

São lidos os seguintes:

REQUERIMENTO Nº 574, DE 2008

Senhor Presidente,

Tendo sido designado pelo Excelentíssimo Sr. Senador Jayme Campos, Presidente da Comissão Temporária Externa, criada pelo Requerimento nº 193 de 2008, para participar de diligências nos dias 14 a 16 do corrente mês, no Estado de Mato Grosso, em visita aos Municípios de Alta Floresta e Sinop, para verificar **in loco**, o risco ambiental em que vivem os 36 municípios relacionados pelo Instituto Nacional de Pesquisa Espacial – INPE, em seu mapa do “desmatamento”. Requeiro, nos termos do art. 55, III, da Constituição Federal, e do art. 40, § 1º, inciso I, do Regimento Interno, a necessária autorização para o desempenho da referida missão.

Sala das Sessões, 12 de maio de 2008. – Senador **Gilberto Goellner**.

REQUERIMENTO Nº 575, DE 2008

Requeiro, nos termos do art. 40, inc. II alínea c, do Regimento Interno, seja considerada como missão política minha ausência dos trabalhos da Casa no dia 15 de maio, quando na qualidade de Presidente da Comissão Temporária Externa criada pelo Requerimento nº 193/2008, estarei participando de diligências, no Estado de Mato Grosso, em visitas aos Municípios de Cuiabá, Alta Floresta e Sinop.

Sala das Sessões, 12 de maio de 2008. – Senador **Jayme Campos**.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP) – Os requerimentos que acabam de ser lidos vão à publicação e serão votados oportunamente.

Sobre a mesa, requerimentos que passo a ler.

São lidos os seguintes:

REQUERIMENTO Nº 576, DE 2008

Requer Voto de Pesar pelo falecimento do engenheiro-agrônomo Vicente Haroldo de Figueiredo Moraes, cientista pioneiro em pesquisas sobre a seringueira da Amazônia.

Requeiro, nos termos do art. 218, do Regimento Interno, a inserção em ata, de Voto de Pesar pelo falecimento ocorrido em Manaus, no dia 25 de abril de 2008, do engenheiro-agrônomo Vicente Haroldo de Figueiredo Moraes, cientista pioneiro em pesquisas sobre a seringueira da Amazônia.

Requeiro, ademais, que esse Voto de Pesar seja levado ao conhecimento dos familiares do Dr. Vicente e à Direção da Embrapa Amazônia Ocidental, da qual foi pesquisador.

Justificação

O engenheiro-agrônomo Vicente Haroldo de Figueiredo Moraes, falecido no dia 25 de abril último, foi um dos cientistas pioneiros na pesquisa da seringueira da Amazônia. Ele dedicou-se ao controle do chamado mal-das-folhas, principal praga da seringueira, além de ter se dedicado à produção de clones resistentes, que tornou viável a heveicultura na região. O Dr. Vicente deixa esposa, quatro filhos e quatro netos. Entre os filhos, uma, Larissa, é engenheira-agrônoma e, como o pai, dedica-se à área de fisiologia vegetal.

Sala das Sessões, 12 de maio de 2008. – Senador **Arthur Virgílio**, Líder do PSDB.

REQUERIMENTO Nº 577, DE 2008

Requer Voto de Aplauso, pelo transcurso do 35º aniversário de criação da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária – EMBRAPA e dos seus 33 anos de atuação na Amazônia, pela Embrapa Amazônia Ocidental.

Requeiro, nos termos do art. 222, do Regimento Interno, e ouvido o Plenário, que seja consignado, nos **Anais** do Senado, Voto de Aplauso à Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária – EMBRAPA, pelo transcurso do seu 35º aniversário de criação e pelos seus 33 anos de atuação na Amazônia, pela Embrapa Amazônia Ocidental.

Requeiro, ainda, que o Voto de Aplauso seja levado ao conhecimento do Diretor-Presidente da homenagem, Dr. Sílvio Crestana, e ainda da Chefe-Geral da Embrapa Amazônia Ocidental, Dra. Maria do Rosário Lobato Rodrigues.

Justificação

A Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária – EMBRAPA comemorou no último dia 6 de maio de 2008, seu 35º aniversário de criação. Nesse curto período de existência, a empresa é detentora de notável acervo de realizações, podendo ser proclamada como uma das mais notáveis iniciativas do Governo da República. Ela é, sem dúvida, a grande responsável pelo êxito do agronegócio no Brasil. Na retaguarda, suas pesquisas, em diferentes áreas, contribuíram para o aumento da produtividade agrícola e a excelência da pecuária no Brasil.

No meu estado e na Amazônia, a empresa registra 33 anos de bons serviços prestados ao setor.

Ali atua a Embrapa Amazônia Ocidental, integrando a rede de centros de pesquisa da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária – EMBRAPA. Nesses 33 anos, dedicou-se a ações destinadas a viabilizar soluções para o desenvolvimento sustentável do espaço rural com foco no agronegócio, por meio da geração, adaptação e transferência de conhecimentos e tecnologias, em benefício dos diversos segmentos da sociedade, na busca de melhor qualidade do meio ambiente.

Atualmente, a unidade possui 267 empregados, dos quais 59 são pesquisadores (27 com nível de mestrado e 32 com nível de doutorado), 17 analistas com curso superior completo e/ou com mestrado e 191 assistentes de pesquisa (administrativo, técnicos de laboratórios, técnicos agrícolas, operadores de máquinas e veículos, operários rurais, entre outros).

Para fortalecer as suas atividades de pesquisa e desenvolvimento, a Embrapa Amazônia Ocidental estabelece parcerias com instituições governamentais, universidades brasileiras e internacionais, empresas públicas e privadas, organizações não governamentais e com os produtores, com objetivo de complementar as competências em projetos multidisciplinares:

Infra-Estrutura e Ações de Pesquisa – a sede da Embrapa Amazônia Ocidental está localizada na Rodovia AM-10, km 29, zona rural, em Manaus/AM. Também possui 5 campos experimentais onde são desenvolvidas pesquisas com alternativas sustentáveis de uso da terra como fruticultura tropical, piscicultura, silvicultura e agro-silvicultura, cultivos anuais, horticultura, cultivos agroindustriais, plantas medicinais, manejo florestal, entre outros.

Treinamento e Capacitação de Agentes Técnicos e Produtores – anualmente, a Embrapa Amazônia Ocidental por meio de ações de difusão e transferência de conhecimentos e tecnologias (dias de campo, cursos, palestras, eventos técnicos, etc.), promove a capacitação de agentes técnicos e de produtores, vi-

sando ao aperfeiçoamento das atividades produtivas no meio rural. Em 2007, a Unidade ofereceu 795 horas de cursos diversos, 18 dias de campo para transferência de tecnologias, 89 horas de palestras técnicas e implantou e avaliou 47 Unidades de Observação e Demonstrativas, entre outros eventos.

Principais Resultados de Pesquisa e de Transferência de Tecnologias – a unidade lançou e recomendou, ao longo do tempo de sua existência no Amazonas, como resultado de suas pesquisas, 4 cultivares de mandioca, 1 de macaxeira, 12 cultivares clonais de guaraná, 8 cultivares de banana, 4 cultivares de arroz e 3 de milho para várzea. Encontra-se em processo de organização de registro para lançamento mais 4 cultivares de guaraná e 1 cultivar de banana que será lançada nacionalmente em outubro de 2008, cujo processo de proteção já foi aprovado pelo Ministério da Agricultura, Abastecimento e Pecuária. Também esta previsto até o final de 2008 o lançamento de 5 cultivares de cupuaçu.

Nos últimos 3 anos (2005, 2006 e 2007) apresentou 13 metodologias científicas e recomendou 9 práticas/processos agropecuários. Nos últimos 3 anos, a Unidade ofereceu ainda: 2.114 horas de cursos e 214 horas de palestras para os públicos afins.

Por tudo isso e pelos notórios serviços à melhoria da agricultura e da pecuária, a Embrapa e a Embrapa Amazônia Ocidental são merecedoras do Voto de Aplauso que proponho ao Senado da República.

Sala das Sessões, 12 de maio de 2008 – Senador **Arthur Virgílio**, Líder do PSDB.

REQUERIMENTO Nº578, DE 2008

Pelo falecimento da pesquisadora brasileira Edith Susana Elisabeth Fanta e pela grande contribuição que ofereceu às pesquisas antárticas, requeiro, nos termos do art. 218, combinado com o art. 220 do Regimento Interno e de acordo com as tradições da Casa, inserção em ata de Voto de Profundo Pesar e apresentação de condolências à sua família.

Justificação

A Comunidade Científica Antártica brasileira e internacional está de luto, entristecidos com o falecimento da Dr^a Edith Fanta, bióloga, professora associada da Universidade Federal do Paraná, membro do Comitê Nacional de Pesquisas Antárticas, representante do Brasil na área de Ciências da Vida no comitê Permanente de Ciências da Vida do SCAR (**Scientific Committee on Antarctic Research**), Diretora Científica

do **Commission for the Conservation of Marine Living Resources**. Ela desenvolveu seus estudos na área de morfologia, comportamento e fisiologia de peixes e assuntos ambientais. Participou do Programa Antártico Brasileiro desde o seu início, além de outros vários comitês internacionais, inclusive o comitê internacional do Ano Polar Internacional (IPY – **Internacional Polar Year**), sempre defendendo a relevância da ciência antártica brasileira, motivo pelo qual o seu falecimento representa uma grande perda para a comunidade científica brasileira e internacional. Mais que ninguém, vestiu a camisa do Programa Antártico Brasileiro, tendo um papel relevante junto ao Proantar. Na verdade, sua primeira expedição à Antártica ocorreu em 1982, junto aos poloneses que possuem sua estação de pesquisa próxima à Estação Antártica Comandante Ferraz. Ela teve um papel importante na consolidação dos estudos antárticos de ciências da vida no contexto do Proantar.

A Dr^a Edith Fanta era uma das líderes nacionais na ciência antártica, coordenadora de projetos brasileiros do API, desenvolveu pesquisas relacionadas à ecologia e fisiologia de peixes antárticos, contribuindo significativamente para os avanços científicos nesta área, mas também para a conservação dos recursos naturais na região polar sul. Contribuiu de maneira expressiva para a formação de recursos humanos no Brasil, formando diversos mestres e doutores em assuntos antárticos brasileiros.

Durante todos estes anos de serviço à ciência nacional, multiplicou o amor pela ciência antártica entre a comunidade científica brasileira, respeito e relevância daquele continente da América do Sul e em especial ao Brasil. Dedicou sua vida a pesquisa à antártica e à projeção do Brasil internacionalmente.

A Comunidade Científica Antártica, consternada, recebeu com tristeza a notícia de seu falecimento, às 17 horas de ontem, 7 de maio, ironicamente, no dia em que as pesquisas antárticas estavam sendo apresentadas em Seminário especial no Senado Federal, no Auditório do Interlegis. Este Ano Polar Internacional e a pesquisa desenvolvida por sua equipe durante este período, representa o auge de seu esforço ao longo de todos estes anos.

Sala das Sessões, – Senador **Cristovam Buarque**.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP) – A Presidência encaminhará os votos solicitados.

Os requerimentos que acabam de ser lido vão ao Arquivo.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP)

– Senador Mão Santa.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, quis Deus V. Ex^a estar aí presidindo, V. Ex^a que é médico; portanto, um general da saúde.

Hoje é o Dia da Enfermeira. Então, lembrar, lembrar, porque, Mozarildo Cavalcanti, atentai bem: não se faz festa, desfile, homenagem à enfermeira. Nunca vejo. Mas, na hora do sofrimento e da dor, todos nós temos nela o alívio, a solidariedade, o amor, a obstinação, a dedicação. Na hora da alegria, ninguém se lembra; nunca vi homenagem, nunca vi desfile, nunca vi medalhas, nunca vi parabéns. Mas, na hora do sofrimento e da dor, o bicho bom é enfermagem e a enfermeira.

Sei que o mundo todo tem, e isso foi inspirado um dia em Florence Nightingale, na guerra da Criméia; o Brasil teve a nossa Ana Néri, e, no meu Piauí, como não poderia passar em branco, o Ceut comemora o Dia do Enfermeiro amanhã. Eu queria parabenizar o seu líder, Professor Márcio Mascarenhas, que é o líder do Coren, da universidade, do Ceut, que comemora o Dia do Enfermeiro.

Não poderíamos deixar de fazer uma homenagem especial que traduz a enfermeira que sobe à tona, esta mulher guerreira, honesta e corajosa de que todos nós temos saudades no Senado: Heloísa Helena.

Heloísa Helena, receba os nossos aplausos do Senado, simbolizando que nós nos orgulhamos.

Nós não precisamos buscar Florence Nightingale na Inglaterra, nem Ana Néri no Rio de Janeiro. Nós temos, na nossa geração, essa mulher guerreira, altiva, que tão bem representa o estoicismo da classe da enfermagem no nosso Brasil.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP)

– Muito obrigado, Senador Mão Santa.

Somo-me a V. Ex^a nas suas homenagens. Nós, como médicos, Senador Mozarildo, Senadora Rosalba, que também estava aqui presente,...

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Permita-me, acabei de receber... Para você ver como é isso, e V. Ex^a está presidindo. V. Ex^a tem sensibilidade e um coração de reconhecimento. Romeu Tuma está hospitalizado – olha como é imediato –, e a nossa encantadora e ágil secretária trouxe o telefonema dele. Sensibilizado, ele disse que vive este momento: está nos braços da enfermeira, embora eu saiba que ele confia é nos braços das professoras de azul e branco, na professora normalista que é a esposa dele, que ele arrumou para viver por toda a vida.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP)

– Muito obrigado, Senador Mão Santa.

Estendemos, da Mesa, nossos parabéns a todos os enfermeiros e a todas as enfermeiras do País.

Concedo a palavra ao nobre Senador Marco Maciel, que fará uso da palavra como orador inscrito, por permuta com o Senador Paulo Duque.

O SR. MARCO MACIEL (DEM – PE. Pronuncia o seguinte discurso. Com revisão do orador.) – Sr. Presidente, venho à tribuna nesta tarde para dois registros.

O primeiro, Presidente Senador Papaléo Paes, diz respeito ao falecimento do ex-Deputado e ex-Senador Paulo Alberto Monteiro de Barros, Artur da Távola, pseudônimo que ele usava não somente no exercício das suas atividades intelectuais e culturais, mas de igual forma na atividade política.

Tive oportunidade de conviver durante longo período com Artur da Távola e aprendi, desde cedo, a admirá-lo. Ainda que estivéssemos, às vezes, em campos opostos, como, por exemplo, no plebiscito presidencialismo *versus* parlamentarismo – ele era parlamentarista e eu, presidencialista –, sempre nos entendíamos e apreciei-lhe a cultura, o talento, a inteligência.

Quero ler um pequeno trecho de autoria do jornalista Luiz Paulo Horta, de *O Globo*, a respeito de Artur da Távola, sobretudo do papel que ele teve para uma maior difusão da chamada música erudita. Diz Luiz Paulo Horta:

“Um dos aspectos da atuação cultural de Paulo Alberto foi o seu amor pela música clássica.

Começou como um interesse profundo, transformou-se num hobby, mas, a partir de um determinado momento, ele pôs a serviço da música os seus dons notáveis de comunicador”.

Prossigo lendo mais uma frase do artigo:

“Ele era didático sem vulgarizar, e trazia para o assunto uma soma de paixão e de conhecimento. Por causa dele, muita gente deve ter deixado de achar que a música clássica é uma coisa “erudita”, para eruditos”.

Gostaria de apresentar meus sentimentos de pesar à viúva, D. Miriam, com quem Anna Maria e eu algumas vezes estivemos juntos em eventos sociais; também a toda sua família e às instituições que integrou, não somente o Senado Federal, a Câmara dos

Deputados, mas uma série de outras culturais e cívicas do Estado de seu nascimento, o Rio de Janeiro.

Lamentamos muito o seu falecimento.

Há uma expressão latina que diz: *Eheu! Fugaces labuntur anni*. Ou seja: “Ai de nós, fugazes correm os anos”. O tempo corre muito rápido e, assim, foi rápida a passagem de Artur da Távola entre nós.

O segundo registro, Sr. Presidente, diz respeito à momentosa questão das chamadas medidas provisórias.

Conseguimos, semana passada, na quinta-feira, aprovar uma série de matérias, posto que a pauta do Senado não estava trancada pela existência de medidas provisórias. É importante dizer, Sr. Presidente, que, ao mesmo tempo em que a Câmara e o Senado conseguiram votar praticamente quase todas as medidas provisórias que estavam trancando a pauta, logo a seguir, o Presidente da República já havia baixado quatro outras, o que significa dizer que novamente a pauta do Senado está trancada e, ao mesmo tempo, muito em breve, igualmente vai acontecer na Câmara dos Deputados.

O Senado tem oito medidas provisórias sobre as quais terá que se pronunciar e a Câmara, nove. É importante destacar que, dessas quatro medidas provisórias que baixou o Chefe do Poder Executivo, duas são de abertura de crédito extraordinário. Há uma grande polêmica sobre se o Chefe do Poder Executivo possui tais poderes. Tanto isso é verdade que tramita uma ADIN no Supremo Tribunal Federal; a decisão está prestes a ocorrer e tudo indica que o Supremo tende a não acolher o uso da medida provisória para abertura de crédito extraordinário.

Muitas vezes, ademais o Presidente da República baixa medidas provisórias sem que estejam caracterizados os pressupostos de urgência e relevância.

Qual é a conseqüência disso? É que tanto a Câmara quanto o Senado não conseguem votar projetos de iniciativa parlamentar, inclusive propostas de emendas constitucionais, e outras de iniciativa do Supremo Tribunal Federal, dos tribunais superiores, impedindo assim que o Congresso possa ter sua agenda legislativa. O Congresso não possui mais a sua agenda legislativa. Estamos praticamente circunscritos a votar medidas provisórias.

Outro fato que também impede a existência da nossa agenda é que, além das medidas provisórias, os vetos passaram também a ter a sua tramitação sobrestada, porque se adotou com relação aos vetos o mesmo procedimento que se adota com as medidas provisórias, ou seja, trancamento de pauta. Como os

vetos são apreciados em sessão conjunta, isto é, do Congresso Nacional, Câmara e Senado reunidos, isso faz com que tenhamos mais de mil vetos pendentes de apreciação, muitos dos quais de Governos anteriores: 1994, 1995 etc.

Isso tudo nos faz dizer que convém que reexaminemos a questão das medidas provisórias. Pode parecer algo radical o que vou afirmar, mas estou chegando à conclusão de que é a única saída. Devemos aprovar emenda expungindo do texto constitucional o instituto das medidas provisórias. Por quê?

Por vários motivos. O Presidente já tem – e isso não somente na Constituição de 1988, mas também nas anteriores, já havia essa prerrogativa de o Poder Executivo de encaminhar matérias reputadas relevantes em regime de urgência constitucional, limitando a tramitação das matérias em 90 dias, ou seja, 45 dias em cada uma das duas Casas. É, aliás, o que preceitua o § 1º do artigo 64 da Constituição.

Então, isso obviamente já dá ao Presidente poderes – quando isso lhe convier – para mandar projetos com a chamada urgência constitucional.

As medidas provisórias autorizam o Poder Executivo a praticamente legislar sobre todas as matérias. Tenho aqui uma tabela que demonstra que as medidas provisórias têm uma abrangência maior do que os decretos-leis durante a vigência do AI-5, do chamado período revolucionário, que no seu art. 55, dizia:

Art. 55. O Presidente da República, em casos de urgência ou de interesse público relevante, e desde que não resulte em aumento de despesa, poderá expedir decretos com força de lei, sobre as seguintes matérias:

I – segurança nacional;

II – finanças públicas; e

III – criação de cargos públicos e fixação de vencimentos.

Só esses três pontos. E mais:

§ 1º Publicado o texto, que terá vigência imediata (assim como acontece com a medida provisória), o Congresso Nacional o aprovará ou rejeitará, dentro de sessenta dias, não podendo emenda; se nesse prazo não houver deliberação, o texto será tido como aprovado.

§ 2º A rejeição do decreto-lei não implicará a nulidade dos atos praticados durante a sua vigência.

Os decretos-leis tinham um universo, como se vê, muito reduzido de matérias que podiam ser objeto de

natureza extraordinária. Já as medidas provisórias, com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 32, de 2001, têm uma ampla abrangência. Isso significa dizer que o Congresso não tem mais a sua agenda.

Sabemos – e isso não começou agora – que há muito tempo cabe ao Congresso o poder de elaborar leis. E também que a democracia reside praticamente na soberania popular. Os que aqui chegam são eleitos para que possam exercer o papel de parlamentar; deputados federais ou senadores da República, com a incumbência de promover a elaboração de leis, a sua alteração, a sua revogação – e não somente leis ordinárias e complementares, mas também emendas constitucionais. Essa atividade não está sendo exercitada, pela pleora de medidas provisórias que perturbam o andamento das atividades tanto da Câmara – insisto – quanto do Senado Federal.

Verifica-se, sem muita dificuldade, que, além de a medida provisória ser um instrumento que limita muito o papel do Congresso Nacional, temos sido lenientes quando autorizamos que se legisle praticamente sobre todo e qualquer assunto. Algumas são de nenhuma relevância e sem nenhuma urgência. É bom lembrar, como disse há pouco, que a tarefa de elaborar leis é do Congresso Nacional, Poder exercido em nome do povo e que caracteriza haver no País uma verdadeira democracia, posto que representação popular é sinônimo de democracia.

Isso não é algo que se opere apenas no Brasil. Sabemos que, já em 1215, na Inglaterra, no tempo do rei João Sem Terra, ficou estabelecido que não é possível legislar sem ser por meio dos representantes do povo. Inclusive, não se podia aumentar ou criar tributos sem o assentimento do parlamento. Cunhou-se naquela ocasião uma expressão que dizia: “Nenhuma taxaço sem representação”. *No taxation without representation*. Isso vem da Inglaterra desde o Séc. XIII. Está na essência da própria função legislativa.

As medidas provisórias estão contribuindo igualmente para afetar a harmonia e a independência dos Poderes e geram um contencioso com o próprio Executivo. Desse contencioso, há um deslocamento que culmina com a propositura de Ação Direta de Inconstitucionalidade, o que em nada está concorrendo para o fortalecimento das instituições, para a governabilidade.

Precisamos gerar nesta Casa uma consciência cívica sobre a importância da instituição e do seu papel como Poder Legislativo, ou seja, como Casa da representação. O Congresso Nacional não tem monopólio da iniciativa de elaborar as leis; em alguns casos, além

do Poder Executivo, o Poder Judiciário possui também a prerrogativa de propor projetos de leis.

Sr. Presidente, se fizermos um levantamento, vamos verificar que há mais de 50 proposições na Ordem do Dia ainda sem apreciação há vários meses, por conta das medidas provisórias. A Ordem do Dia do Senado para a sessão de amanhã contém 81 itens pendentes de apreciação.

Tempos atrás, fiz um levantamento, de julho até dezembro do ano passado, e verifiquei que, em muitos e muitos meses desse período, as sessões deliberativas não o foram, pela existência de medidas provisórias trancando pauta, paralisando a atividade do Senado Federal, produzindo conseqüências graves no que diz respeito ao interesse público e ao bom andamento das atividades do Congresso Nacional, do processo de elaboração das leis essenciais ao desenvolvimento do nosso País.

Portanto, Sr. Presidente, precisamos rever essa questão de medidas provisórias. Trata-se de instituto importado da Itália, que pratica um regime diferente do nosso. A Itália é, desde o pós-guerra, desde 1946, parlamentarista. E a medida provisória no Parlamento italiano se chama *provvedimenti provvisori con forza di legge*. Depois migrou também para a Espanha, com o título de *decreto-legge*, decreto-lei.

Ocorre que uma coisa é a medida provisória no sistema parlamentarista, outra coisa é a medida provisória no que diz respeito ao sistema presidencialista, produzindo uma paralisia da atividade do Legislativo por conta do trancamento das pautas, o mesmo, como disse, se aplicando por extensão aos vetos que são apostos pelo Poder Executivo.

Sr. Presidente, está na hora de gerarmos uma consciência na Casa para que possamos retirar do texto da Constituição as chamadas medidas provisórias. O País vive plena estabilidade institucional, o Executivo dispõe de meios para legislar em caráter de emergência e, inclusive, em caráter de urgência sem que haja necessidade de se recorrer às famigeradas medidas provisórias.

Concluo, portanto, as minhas palavras, fazendo votos de que possamos pensar a questão das medidas provisórias sob uma nova ótica. Ou seja, no sentido de eliminá-las do contexto da Constituição e criar condições para que tanto Câmara dos Deputados como o Senado Federal possam funcionar correta e adequadamente.

Muito obrigado a V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP)
– Obrigado, Senador Marco Maciel.

Concedo a palavra ao Senador Mozarildo Cavalcanti. S. Ex^a, como orador inscrito, terá 20 minutos para o seu pronunciamento.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PTB – RR. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, senhores telespectadores da TV Senado que nos assistem neste momento, senhores ouvintes da Rádio Senado, não há dúvida de que o regime democrático pode ter muitas falhas – e realmente tem –, mas, com certeza, não se inventou, até hoje, nenhum regime melhor do que o democrático. Nem a monarquia absolutista, nem a monarquia parlamentarista, nem os governos teocráticos, nenhum deles pode se comparar à democracia.

Mas o fundamento da democracia, que veio lá da Grécia antiga, foi justamente aquele de representar a população, aquele de limitar o poder dos reis nas monarquias parlamentaristas. O Parlamento surgiu exatamente para isso, para que, naquela época, os nobres, aí compreendidos os senhores feudais, os condes, os viscondes, os barões, etc, e o povo em geral, que pagava os impostos aos reis, pudessem, por intermédio desses representantes, opinar sobre como os reis gastavam o dinheiro que eles pagavam. Depois veio a figura do Judiciário, para tirar também das mãos do rei aquela capacidade de também julgar as pessoas.

Então, evoluímos para o modelo moderno, que é justamente o da tripartição dos Poderes. Isto é, o Poder, num país democrático, é exercido por três Poderes: o Poder Executivo, representado, no caso do Brasil, pelo Presidente da República, num sistema presidencialista; o poder representativo do povo, que, no Brasil, é exercido pela Câmara dos Deputados e pelo Senado Federal; e o Poder Judiciário, que não só aplica e interpreta as leis que nós, do Poder Legislativo, aprovamos, e também as que, infelizmente, o Poder Executivo edita, mas também serve para dirimir dúvidas quanto às matérias legais, para aplicar as penalidades previstas nas leis e nunca, para, evidentemente, nenhum dos três Poderes ter o direito de exercer a tarefa que a outro é atribuída pela Constituição.

Nós, do Senado e da Câmara dos Deputados, que compomos o Poder Legislativo, não temos o direito de executar obras, de fazer PACs, de fazer tantas outras coisas que o Poder Executivo faz, como não temos o direito também de aplicar a justiça. Nós fazemos as leis, modificamos as leis, atualizamos as leis de acordo com o clamor popular.

Preocupa-me muito, Senador Arthur Virgílio, Senador Mão Santa, a posição atual do Presidente Lula. Vou ler a introdução de um artigo publicado no jornal **O Globo** de ontem, do jornalista Merval Pereira, intitulado “Lula ‘se acha’”:

São Tomás de Aquino considerava a soberba a raiz de todos os pecados. Na política, ela leva à arrogância e ao abuso do poder, é o contrário do espírito democrático. O Presidente Lula, do alto de uma crescente arrogância alimentada pelos recordes de popularidade, está “se achando”, como dizem os mais jovens: se acha em condições de dar palpite sobre tudo, de decretar quem merece perdão e quem merece críticas, e, sobretudo e mais perigoso, se acha com poderes para escarnecer da legislação vigente no país. Na sexta-feira, em Salvador, chegou a dizer um palavrão em público – e não é a primeira vez – criticando a lei eleitoral que dificulta suas viagens pelo país. Em verdadeiros comícios políticos para lançamentos de obras do PAC, ele finge ensinar ao povo como deve se comportar para não ferir a lei eleitoral.

Também outro artigo importante, publicado na revista *Época*, também datada de ontem, da jornalista Ruth de Aquino, sob o título “O risco do culto à personalidade”. Diz o texto:

Nunca deu certo a idolatria. O Brasil vive hoje uma polarização. Quem ousa criticar Lula é chamado de “pig” (partido da imprensa golpista), de tucano e direitista reacionário. Quem dá algum crédito aos acertos do presidente é acusado de não enxergar um palmo à frente do nariz. Todo mundo perde nessa disputa de patrulhas. Amizades azedam. O raciocínio se embota, o debate emburrece. Mas a maior vítima do personalismo de Lula acabará sendo ele próprio.

Antes, porém, o povo.

Não vou ler a matéria toda.

Senador Arthur Virgílio, vou já lhe conceder o aparte, com muito prazer. Antes, porém, quero ler mais algumas “pérolas” (entre aspas), porque, para mim, são verdadeiros pecados mortais que estão sendo cometidos pelo Presidente Lula contra a democracia, de que ele se gaba tanto de ter lutado para construir.

Matéria do jornal **O Estado de S. Paulo** do dia 10 de maio, com o título “Lula critica ‘dificuldades’ que

TCU impõe a obras”, diz o seguinte: “Na Bahia, presidente diz que o órgão ‘quase que governa o País’ e que ‘no Brasil se parte do pressuposto de que todo mundo é ladrão”.

Ele estava reclamando porque o TCU, obviamente, está acompanhando de perto as obras do PAC, como tantas outras obras que o TCU acompanha.

Algum tempo antes, o Presidente Lula, na época da reforma do Judiciário – e foi publicado na revista **Veja** de 30 de abril de 2003 –, num discurso fora de tom, como já é praxe, Senador Geraldo Mesquita, propôs abrir a “caixa-preta” do Judiciário. O Presidente da República, o Chefe do Poder Executivo, referindo-se ao Poder mais importante que temos, que é o Judiciário, fala desse jeito. Fala do TCU, fala do Poder Judiciário, de maneira recorrente.

Recentemente, o Ministro Marco Aurélio ousou dar sua opinião sobre os comportamentos do Presidente Lula nessa questão. Com o título “Lula diz que o Judiciário não deve meter o nariz no Executivo e alfineta Mello”, a matéria diz o seguinte:

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva criticou ontem à noite o Judiciário e alfinetou o presidente do TSE (Tribunal Superior Eleitoral), Marco Aurélio Mello, por questionar o programa Territórios da Cidadania, lançado nesta semana. Mello afirmou que o lançamento do programa num ano eleitoral poderia ser contestado judicialmente.

Antes de prosseguir, quero ouvir o Senador Arthur Virgílio e, depois, o Senador Mário Couto.

Antes de ouvir o Senador Arthur Virgílio e, depois, o Senador Mário Couto, é preciso lembrar que ele já atacou o TCU, atacou o Judiciário e também atacou o Legislativo recentemente. Antigamente, ele dizia que a Câmara tinha trezentos picaretas; agora, quando não estava sendo aprovado o Orçamento, porque foi mal encaminhado pelo Governo e mal conduzido pelo Governo, ele disse que ficava abismado de ver que só ele queria trabalhar e que o Congresso não trabalhava.

Concedo a palavra ao Senador Arthur Virgílio.

O Sr. Arthur Virgílio (PSDB – AM) – Senador Mozarildo, de fato, o Presidente Lula precisaria fazer um uso melhor do seu capital de popularidade. Essa popularidade é devida a dois fatores, basicamente: aos programas de compensação social, que ele herdou do Governo passado, unificou no Bolsa-Família e ampliou na base, atendendo mais pessoas, e se deve, claro, além disso, ao bom momento da economia brasileira. Este bom momento foi construído também a partir de

Itamar Franco, passando pelos oito anos de reformas e de estabilidade econômica de Fernando Henrique e pela boa gestão econômico-financeira do Governo dele no primeiro mandato. Neste segundo mandato, eu diria que o próprio grau de investimento pela Standard & Poor’s já veio numa hora em que há uma certa deterioração do quadro externo na economia, déficit externo de volta. Há o fantasma dos gastos públicos sempre muito acima do crescimento do Produto Interno Bruto, o que torna insustentável o quadro ao longo do tempo. Mas veio. Veio como veio o do Peru. O Peru mereceu de uma das três principais agências o grau de investimento. O Brasil mereceu de uma das três principais agências; as outras duas se manifestarão quando entenderem que o Brasil está cuidando melhor dos seus gastos públicos e quando o Brasil demonstrar, de novo, preocupação com reformas estruturais. Esse é o fato. E grau de investimento é uma coisa que vai e que vem. Se, de repente, se descontrolar a situação econômica, o grau de investimento é retirado pela própria Standard & Poor’s. Muito bem. O Presidente, então, acumula um bom capital político graças ao seu passado, graças à sua militância: ele milita esses votos o dia inteiro como se estivesse eternamente em campanha – onde ele menos fica é no seu gabinete, em Brasília. Com isso, ele se acha no direito – em todos que praticam corrupção no Governo dele, ele passa a mão na cabeça – de sair anistiando, como fez com Severino Cavalcanti, anistiando todo mundo que caiu em desgraça perante à opinião pública. Ele se acha no direito de dizer que estava havendo precipitação no episódio desse casal Nardoni e Carolina Jatobá – que, não tenho dúvida alguma, praticou o mais abjeto dos crimes que se possa conceber numa mente humana pervertida. Então, o Presidente está, diz muito bem a jornalista Ruth de Aquino – eu estou inclusive pedindo, mais adiante, que a Mesa acolha, nos Anais, o inteiro teor do artigo que ela fez para a revista **Época** desta semana –, brincando com fogo, porque vai consumindo o seu capital político. E, amanhã, porventura havendo uma crise na economia, isso lhe será cobrado muito duramente. E ele terá, então, se esvaído como se fosse numa banca de jogo. Ele está jogando, só que a mesa, em vez de ser de bacará ou de *black jack*, a mesa é ficar dizendo essas coisas sobre tudo e sobre todos, e mais essa arrogância que vemos que é parte inerente deste Governo. É um Governo que precisa, portanto, aterrissar. E agora que nós estamos, inclusive, com o grau de investimento da Standard & Poor’s, é preciso oferecer um governo à nação, gestão, programas sérios. Observe o jornal **O Globo**. O jornal **O Globo**, do

Rio de Janeiro, abriu uma sessão na página de polícia intitulada “O Dia da Morte”. Então, todos os dias lá estão as mortes mais bárbaras. As pessoas nem se chocam mais. É uma mulher que foi queimada não sei onde; a outra foi esquartejada; o outro foi assassinado com oito tiros no rosto, enfim. Falta segurança, falta saúde, falta educação. Os resultados da educação são comparáveis com os da África. É preciso, de fato, humildade, uma humildade que tem faltado. Mas é assim mesmo. Se conselho fosse bom, dizia minha avó Luísa, a gente vendia, a gente não dava. Vamos aguardar o desenvolvimento das coisas para vermos, no final das contas, se tudo vai sempre sorrir assim, ou se, um dia, o Presidente precisará... Porque já esteve muito humilde, quando esteve à beira de receber um *impeachment*, e nós aqui optamos por não ingressar com esse processo de *impeachment* no Senado Federal. Mas já esteve humilde. Quem sabe, qualquer hora, precise voltar a ser humilde, quando porventura os deuses da sorte mostrarem cores diferentes nos céus e no horizonte. Muito obrigado. Parabéns a V. Ex^a pelo pronunciamento.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PTB – RR)

– Eu é que agradeço, Senador Arthur Virgílio.

Realmente, acho que não devemos ficar só achando, já que, como diz o jornalista Merval Pereira, o “Lula ‘se acha’”, está se “achando o máximo”, não devemos ficar só achando que ele deva continuar fazendo isso, não; devemos tomar as providências penais cabíveis, porque ele está fazendo uma ação prejudicial à democracia do País, pondo em risco, portanto, a democracia e pondo em risco o que manda a Constituição: a harmonia e a independência dos três Poderes. O que ele está fazendo é ferindo o dispositivo constitucional. Não é dado a ele o direito de fazer isso, não. Temos que analisar juridicamente essa questão, porque o que ele está fazendo é uma quebra da ordem pública ao realmente desrespeitar o Congresso Nacional, ao desrespeitar o Judiciário. Isso é realmente um assunto muito sério, e não devemos apenas esperar que passe a onda popular dele, não!

Antes de passar ao Senador Mário Couto, quero ler mais alguns pontos da imprensa.

No dia 1º de outubro de 2007, no “Radar da Mídia”:

Lula deprecia o Judiciário.

Na primeira entrevista, em três anos, ao The New York Times, o presidente Lula manifestou dúvidas quanto ao envolvimento do ex-ministro e deputado cassado José Dirceu

(PT) com o mensalão: ‘Eu não acredito que haja qualquer evidência de que Dirceu cometeu o crime de que ele está sendo acusado’, foram suas palavras.

Como é possível que, sem qualquer evidência, o STF tenha indiciado Dirceu como supremo comandante da organização criminosa que atuava no Planalto e no PT?

Quer dizer, quem denunciou o Ministro José Dirceu foi o Procurador-Geral da República. O Presidente Lula precisa até ler essas coisas para ver como é o processo. E ele critica o Supremo dessa forma, publicamente.

Mais à frente, outra matéria publicada na Folha Online: “Oposição diz que críticas de Lula ao Judiciário revelam estilo ditatorial do presidente”.

No **O Globo Online** “Lula critica intromissão do Judiciário no Executivo”. Mas que intromissão? Ao defender programas sociais do Governo, Lula disse que seria bom que o Judiciário “metesse o nariz apenas nas coisas dele”, porque o Ministro Marco Aurélio de Mello criticou que esses programas, tanto o PAC quanto os Territórios de Cidadania, poderiam ser questionados na Justiça Eleitoral.

Ora, novamente, no dia 29 de fevereiro “Lula diz que Judiciário não deve meter o nariz no Executivo e alfineta Mello”.

“Lula abre polêmica com Judiciário”, no Zero Hora.com.

“Em discurso, Lula faz novas críticas ao Judiciário”.

“Presidente volta a defender mudança do Judiciário”, quando, na época da reforma, falou sobre a caixa-preta.

E, finalmente, na época da reforma: “Controle externo opõe Lula a Corrêa”.

Quero dizer, Sr. Presidente, que até emitir a sua opinião o Presidente da República deve e pode em certos momentos, mas ele é o Presidente da República. Ele é o Presidente de um Poder e tem que ter para com os outros Poderes o respeito que a Constituição exige. Não pode ficar atacando o Poder Legislativo. À época, ele não era Presidente e disse que havia 300 picaretas. Agora, disse recentemente que só ele queria trabalhar e que os Deputados e Senadores não queriam, porque não aprovavam o Orçamento.

Agora, mais recentemente, porque o Tribunal no Pará, o Tribunal do Júri, cumprindo a lei, absolveu um fazendeiro acusado de mandar matar a irmã Do-

rothy, ele disse que isso mancha a imagem do Brasil no exterior.

E o Ministro Gilmar Mendes criticou ontem a afirmação do Presidente Lula de que a absolvição do fazendeiro mancha a imagem do Brasil no exterior. Ele, inclusive, faz um paralelo ao dizer que, quando se absolveu a polícia de Londres por matar aquele brasileiro lá em Londres, a imagem da Inglaterra não foi manchada. É a lei. O que acontece? Se não queremos que haja possibilidade de um segundo júri, vamos fazer uma lei acabando com possibilidade do segundo júri. A lei existe, e o tribunal do Pará nada mais fez do que utilizá-la.

Se houve manipulação dos jurados, cabe o Ministério Público ir atrás, e não ao Presidente se aproveitar de um fato que está na lei, em que foi cumprida a lei, jogando uma pecha ruim no tribunal do Pará, dizendo que manchou o nome do Brasil.

O Presidente precisa, efetivamente, se inteirar mais do que é ser Presidente da República.

Isso que ele está fazendo, repito, é uma afronta à Constituição.

Ouço o Senador Mário Couto.

O Sr. Mário Couto (PSDB – PA) – Senador Mozarildo, V. Ex^a faz, na tarde de hoje, um belo pronunciamento. Fez uma coleção de assuntos que o Presidente Lula vem questionando ultimamente. Senador, há uma tática usada pelo Partido dos Trabalhadores há muito, que é a tática da intimidação. Quando se está com uma popularidade crescente, como disse o Senador Arthur Virgílio agora, algumas práticas, como Bolsa-Família, práticas para ver o aspecto social próximo das eleições, enfim, uma série de... E tenho provas de tudo que eu falo, Senador.

Não falo nada aqui nesta Casa sem ter provas. V. Ex^a, então, mostra agora que a popularidade do Presidente, em função dessas questões, que ameaça inclusive o futuro do país, porque estamos viciando uma mão-de-obra jovem... Não se sabe o que mais tarde pode acontecer com essa mão-de-obra. Mas nós não podemos, e ficamos engessados por não poder criticar a fundo esse aspecto, por ele ser social, e vir de encontro àqueles que precisam. E aí o Presidente sabe de tudo isso, Senador. Quando ele emprega o PT, é lógico, com o conhecimento do Presidente, com a tática da intimidação, como fez no caso Palocci, daquele rapaz da Caixa Econômica, como está fazendo agora, no caso do José Aparecido... Quem pode questionar que a Ministra Dilma não sabia disso aí quando ela veio depor na Comissão de Infra-Estrutura, há uma duas semanas? É lógico que a Ministra faltou com a

verdade, Senador, na ansiedade de completar a tática da intimidação, chamando um dossiê de banco de dados. Isso é deprimente. Até que a Ministra se tornou simpática para mim quando começou a mostrar os questionamentos, e eu saí de lá impressionado com ela. Quarenta e oito horas depois, eu vim realmente a conhecer o seu caráter e a me decepcionar com a Ministra. Preocupado como V. Ex^a está eu também estou, além da intimidação, com a força mostrada pelo Presidente nos outros órgãos judiciários e Legislativo. Eu pergunto a V. Ex^a: se nós somos minoria nesta Casa, o Presidente tem a maioria através da troca de favores. Muitos, Senador, não sabem conviver na oposição; muitos se acostumaram com a convivência do troca-troca, a se fortalecer nas suas bases com troca-troca e não sabem conviver sendo oposição. Por isso, no Brasil, raramente se convive com o fato de que o Governo é derrotado numa Casa Legislativa. Agora, neste momento, a Câmara, nem se fala; o Senado tentando reagir, mas com minoria; as imposições das medidas provisórias, Senador, colaboram para aquilo que eu digo quase toda semana naquela tribuna: que devagar, pouco a pouco, se implanta uma ditadura política neste País. Quantas vezes V. Ex^a já viu a Minoria ganhar alguma posição em favor da sociedade aqui nesta Casa? É raridade. O Legislativo está engessado, o Judiciário tentando sobreviver e o Presidente da República mostrando claramente que está conduzindo este País na força: faz o que quer. Parabéns pela sua fala na tarde de hoje. Oxalá, tomara que o Presidente Garibaldi possa ir até o fim do seu mandato tampão pelo menos sem deixar o Presidente da República fazer o que quer desta Casa. Comungo com a sua preocupação e parabenizo V. Ex^a por ter selecionado dados importantes que, às vezes, pelo passar do tempo, nos deixam esquecidos. V. Ex^a foi buscar um por um e mostrar como é grave o quadro político nacional de hoje. Parabéns, Senador.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PTB – RR)
– Agradeço, Senador Mário Couto.

Antes de conceder um aparte ao Senador Mão Santa, quero dizer que realmente nós temos que nos preocupar com esses sintomas, não é Senadora Rosalba Ciarlini, Senador Mão Santa? Nós, que somos médicos, nos preocupamos, antes de a doença aparecer, em descobrir quando os sintomas estão presentes. E os sintomas de que se quer implantar neste País uma ditadura pela via pseudodemocrática estão muito evidentes, muito claros...

(Interrupção do som.)

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PTB – RR)

– É uma propaganda feita pelo Presidente da República, que detém uma absurda maioria de aprovação popular. Mas é bom lembrar que a maioria popular também condenou Jesus Cristo à cruz em favor de Barrabás. Absolveu Barrabás, que era um ladrão, e condenou Jesus. Essas maiorias momentâneas que às vezes não se apercebem desses detalhes podem ser altamente nocivas. E eu me preocupo com este momento de risco para a democracia.

Antes de passar a palavra a V. Ex^a, Senador Mão Santa, eu gostaria de ler rapidamente um trecho do artigo do jornalista Clóvis Rossi, cujo título é “*Conspiração*”, registrado entre aspás por ele.

O Governo, como antecipou o Presidente Lula, vai dizer, até o fim os tempos, que o dossiê sobre os gastos do casal Fernando Henrique Cardoso e Ruth Cardoso não é dossiê, mas banco de dados. [...]”

(O Sr. Presidente faz soar a campanha.)

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PTB – RR)

– E termina:

Não seria mais honesto que, ao invés deste “conspiração” estúpido, fossem tomadas providências para que funcionários do presente governo não fizessem o que eles dizem que todo mundo faz?

Na verdade, virou moda neste Governo. Se Getúlio Vargas fez alguma coisa errada, então eles podem fazer também; se Itamar Franco fez isso, podem fazer também. Então, quer dizer, para que vieram? Para consertar, para tornar ético o procedimento administrativo ou para repetir os erros do passado?

Senador Mão Santa, com muito prazer.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Senador Mozarildo, aqui lhe deram parabéns pelo seu pronunciamento. Eu quero cumprimentá-lo pela felicidade de todos os dias do seu mandato. Nunca dantes – isso veio lá de Camões; aí o Luiz Inácio diz: nunca antes. Mas eu quero dizer que o seu Estado tem um representante tão ativo e competente e quero lhe advertir do seguinte, só para ser sintético: Mitterrand escreveu um livro no final da vida. Mensagem aos governantes: os governantes – atentai bem, diz ele – devem prestigiar e fortalecer os contrapoderes. Então, é o equilíbrio, não é? Esta é a síntese, quer dizer, eu estou oferecendo ao Luiz Inácio a reflexão do estadista Mitterrand, que representa aquilo que V. Ex^a trouxe: a quebra do absolutismo. Então, estou dando de

mão beijada – ó, Luiz Inácio – a história democrática da França. Mitterrand: os governantes devem fortalecer os contrapoderes. Agora, eu quero dizer a V. Ex^a – serei breve, Geraldo – que fui o primeiro daqui, no mandato, a ir numa missão que o Presidente Sarney me deu, na Venezuela. E eu e dois Deputados Federais, então eu era o comandante da embaixada. Olhe, era um carnaval no centro de convenção. Era um simpósio sobre energia, mas a energia era para favorecer o fortalecimento da força do nosso Chávez. Eu estava lá: faixa, o diabo! E aí, Geraldo Mesquita, eu vi isso. V. Ex^a, quis Deus que estivesse aí, representa a justiça. Eu nunca vi, na história do mundo, um povo vaiar um prédio. Era o prédio do Ministério da Justiça. Papaléo, você vai me entender. Aqui não foi o Niemeyer que fez tudinho? Se eu trouxer os melhores arquitetos do Piauí – que são iguais ao Niemeyer: o Almeida, o Ibiapina, o Rezende, a Sheila –, eles vão fazer um prédio bonito, mas diferente. Isso não é lógico? Eu não tenho a minha técnica cirúrgica? E foi isso. V. Ex^a conhece Caracas? É apenas um prédio diferente. Mas ele educou o povo a parar – o taxista me parou – e vaiar. Eles vão até o prédio. Aí a Justiça toda está desmoralizada. Um menininho vaiou o prédio porque tem uma arquitetura diferente do arquiteto que fez Caracas. Então, eu vi aquilo e me aproximei, Papaléo, e quis entrar no Congresso. Acompanhado por um membro da Embaixada do Brasil. Eu era, vamos dizer, o presidente da comitiva. Os outros eram federais e eu, Senador. Aí parou lá e fui perguntar ao Coronel. Eu me apresentei como Senador do Brasil para entrar no Parlamento. O Coronel veio, deu licença, eu entrei. Aí eu vi. O que ele fez no Parlamento? Era como o nosso, bicameral. Ele juntou os dois e dividiu pela metade. Como teve a simpatia popular... Olha que eu entrei lá! Ele juntou os dois. Vamos dizer: ficaram só uns 260. Aí ficaram 220 do lado dele e uns 40 “Mãos Santa”, “Mários Couto”... Só para dizer, mas não mandam nada! Está desmoralizado. Isso nasceu por inspiração em Fidel, irradiou-se e está aí. Está aqui. E o que eles querem é isto: que este Senado, nós... Atentai bem, Luiz Inácio! Desista, isto é o Brasil. Olhe! Bote as câmeras aí! Vou pedir a essa valorosa televisão...

(Interrupção do som.)

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Os homens cinegrafistas, bacanas, focalizem as caras aqui. Não há nenhum deles! Eles estão atrás dos aloprados para vender os mensalões, as vantagens, as mordomias. Todos nós somos contra. E nós somos o quê? Nós so-

mos o povo do Brasil. Olhem aí as caras! Nós somos a história da redemocratização das forças gloriosas, representadas por Eduardo Gomes, que disse: “o preço da liberdade [democrática] é a eterna vigilância”. Olha aí. Eu peço aos cinegrafistas: focalizem as caras. Não há nenhum; estão todos aí atrás dos mensalões dos aloprados, das facilidades, da porta larga pela qual nomearam 25 mil aloprados neste Governo.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PTB – RR) – Senador Mão Santa, agradeço o aparte de V. Ex^a.

Eu gostaria, Sr. Presidente Geraldo Mesquita, que V. Ex^a me desse alguns minutos mais para concluir este pronunciamento. Porque realmente é um alerta que eu quero fazer – estou fazendo – à Nação, mas principalmente ao Congresso Nacional, ao Poder Judiciário e ao povo brasileiro de que se está urdindo de maneira muito clara, na figura do Presidente da República, o desmanche da democracia brasileira e a implantação de uma ditadura, por via até do voto, mas de uma ditadura em que só um homem, como disse o jornalista Merval Pereira, se acha o dono da verdade, o dono de tudo.

Eu quero, inclusive, aqui, Senador Geraldo Mesquita, ler um artigo do Ministro Mangabeira Unger, que agora é Ministro dele. O Ministro Mangabeira Unger, em 2003, disse o seguinte:

Mangabeira Unger responde...

(Interrupção do som.)

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Mesquita Júnior. PMDB – AC. *Fazendo soar a campanha.*) – Companheiro Senador Mozarildo Cavalcanti, V. Ex^a já falou 30 minutos. Seu discurso é de grande repercussão, de muita importância, mas peço a V. Ex^a que sintetize a conclusão, porque há oradores inscritos e devemos, sempre que possível, cumprir o Regimento.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PTB – RR) – Vou pedir a V. Ex^a, inclusive, a transcrição de todo o material, porque não dá para lê-lo. Mas quero ler uma parte da resposta do Sr. Mangabeira Unger, que agora é Ministro do Presidente Lula. Disse ele: “Quem tem caixa-preta é o Poder Executivo”. Prossegua o artigo:

Para Mangabeira, Lula pode ter falado do Judiciário “para não falar das duas caixas-pretas do Executivo”. “Uma é a autonomia do Banco Central, que é para terceirizar a política econômica a um bando de financistas, e a outra é o dinheiro da propaganda oficial, que serve para aliciar a imprensa” [e as massas], diz.

Isso foi dito pelo Ministro Mangabeira Unger, que está agora com ele lá. Peço a transcrição na íntegra do texto.

(Interrupção do som.)

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PTB – RR) – Peço também a transcrição de um artigo do Senador Marco Maciel intitulado *Duzentos anos de Judiciário independente*. S. Ex^a lembra que o Poder Judiciário, no Brasil, foi instalado com D. João VI. Portanto, em 2008, completou 200 anos.

Mais do que defender o Poder Legislativo, quero defender o Poder Judiciário, porque, no dia em que não houver Justiça neste País, mesmo que tenhamos restrições a fazer à Justiça, se não houver Justiça e esta ficar na mão de um ditador de plantão... Sabemos o que já aconteceu no passado.

As palavras do jornalista Merval Pereira precisam ser lidas e relidas. O Presidente Lula tem de parar de se achar o dono do Brasil.

E tem de respeitar a Constituição, respeitando a harmonia e a independência dos Três Poderes; dirigindo-se e manifestando-se,...

(Interrupção do som.)

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PTB – RR) – ...principalmente quando falar em público, de maneira respeitosa, para que todo mundo, desde as criancinhas até as pessoas – que ele pensa que são ignorantes – do Bolsa-Família, entendam que a democracia exige, acima de tudo, esse respeito pelas opiniões divergentes e, mais do que isso, a coexistência de um Poder Executivo, de um Poder Judiciário e de um Poder Legislativo.

Se o Presidente acha que alguma lei está errada, ele tem o direito de propor iniciativa de lei para mudá-la, e nós a aprovaremos ou não aqui. Aliás, como foi dito aqui, tudo que ele manda para cá é aprovado, quase tudo; não conseguiu aprovar, nesses últimos tempos, só a CPMF, porque nós não deixamos, Senador Geraldo Mesquita.

Então, eu quero encerrar, pedindo a transcrição desse material e deixando este alerta à Nação: cuidado com o Presidente que se acha superior a tudo.

DOCUMENTOS A QUE SE REFERE O SENADOR MOZARILDO CAVALCANTI EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inseridos nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

Radarm da mídia

SEGUNDA-FEIRA, 1 DE OUTUBRO DE 2007

Lula deprecia o Judiciário

Na primeira entrevista, em três anos, ao *The New York Times*, o presidente Lula manifestou dúvidas quanto ao envolvimento do ex-ministro e deputado cassado José Dirceu (PT) com o mensalão: "Eu não acredito que haja qualquer evidência de que Dirceu cometeu o crime de que ele está sendo acusado", foram suas palavras.

Como é possível que, sem qualquer evidência, o STF tenha indiciado Dirceu como o supremo comandante da organização criminosa que atuava no Planalto e no PT?

Por isso o procurador-geral da República, Antonio Fernando de Souza, reagiu à declaração do presidente afirmando que suas investigações são realizadas a partir de dados concretos, e não de suposições.

Sob o título *O acusador*, Janio de Freitas, em artigo para a **Folha de S. Paulo** (25.set.2007), faz uma análise das declarações de Lula. Para ele o presidente insultou o sistema investigatório e judicial brasileiro, e parece ter esquecido que é com provas obtidas por esse mesmo sistema que seu Ministro da Justiça foi ao Mônaco solicitar a extradição do banqueiro Cacciola.

Será que só no caso dos "40 associados a Lula" o sistema é leviano e inidôneo? Ressalta o articulista:

- "Além de não merecer maior crédito, porque há muito o próprio Lula já esclareceu que seu estoque de credibilidade era fabricado com bravatas e outras enganações, sua entrevista a *The New York Times* é um insulto ao sistema investigatório e judicial brasileiro, portanto ao país mesmo. Bem que mereceria um processo por falta da compostura obrigatória em um presidente. Ou, para estar na moda, digamos que da falta de decoro presidencial.

Ou seja, o Ministério Público no Brasil é incompetente e inconfiável. O procurador-geral da República é incapaz e leviano, porque denunciou sem justificativa o ex-ministro ao Supremo Tribunal Federal. E este tribunal supremo é composto de ministros irresponsáveis, porque decidiram, com base nos elementos insuficientes da denúncia, pelo processo e julgamento de José Dirceu".

Sinopse - Resumo dos Jornais**Sinopses Anteriores****03/02/2004**

- | | |
|--------------------------------|------------------------------|
| ✓ <u>Jornal do Brasil</u> | ✓ <u>Correio Braziliense</u> |
| ✓ <u>Folha de São Paulo</u> | ✓ <u>Manchetes</u> |
| ✓ <u>O Estado de São Paulo</u> | ✓ <u>Revistas</u> |
| ✓ <u>O Globo</u> | |

JORNAL DO BRASIL

- Controle externo opõe Lula a Corrêa

- Em mais um capítulo das divergências que marcam o relacionamento entre o presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, e o do Supremo Tribunal Federal, Maurício Corrêa, ambos manifestaram, ontem, opiniões contraditórias sobre a criação de um órgão de controle externo do Judiciário.

Lula defendeu a criação de um Conselho Nacional de Justiça. Corrêa contrariou invocando o argumento de que tal entidade "não responde à expectativa da sociedade, que deseja mais presteza e eficiência" da Justiça. O confronto esquentou a cerimônia de abertura do Ano Judiciário. (pág. 1 e A3)

- O governo adotará medidas preventivas destinadas a impedir que a gripe do frango atinja o país. A doença já matou 12 pessoas na Ásia e resultou no sacrifício de milhares de aves. O Ministério da Agricultura programou uma campanha de esclarecimento. Calçados de passageiros desembarcados no país sofrerão limpeza química. (pág. 1 e A)

- Num espaço aéreo infenso a leis, traficantes sobrevoam a Amazônia sem se incomodar com caças da Força Aérea Brasileira (FAB). Sabem que, no máximo, poderão receber tiros de advertência. A Lei de Abate, que permite disparos de destruição, foi aprovada pelo Congresso. Mas espera por regulamentação. (pág. 1 e A4)

- O banco JP Morgan jogou ontem para o alto o risco Brasil, que mede a confiança dos investidores estrangeiros, ao recomendar aos clientes a venda dos títulos da dívida externa. A corrida para se desfazer dos C-Bonds, papéis mais negociados no exterior, foi provocada pelo alerta de técnicos do banco: acham que a manutenção da taxa de juros em 16,5% levará o Brasil a crescer menos do que o previsto. O país seria o mais prejudicado da

América Latina por uma alta dos juros nos EUA.

O risco Brasil subiu 6,5% e o principal índice da Bolsa de Valores de São Paulo chegou a cair 2%. (pág. 1 e A18)

Lula defende controle externo do Judiciário e critica o sistema penitenciário

- [Comente a matéria](#)
- [Leia os comentários](#)
- [Envie a um amigo](#)
- [Imprimir](#)

Em seu discurso na assinatura do convênio de R\$ 50 milhões entre o governo federal e o governo capixaba para investimentos na área de segurança pública, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva fez críticas à polícia, ao Judiciário e ao sistema penitenciário. Ao falar sobre a polícia, Lula destacou que o acordo assinado nesta terça-feira - que unifica o comando das forças de segurança no Espírito Santo - obrigará todos a seguir uma política de governo.

"A Polícia Civil, a Polícia Militar, a Aeronáutica, o Exército e a Marinha têm que estar subordinadas a uma só orientação de política de governo. E nenhuma polícia pode fazer o que quer. Não é possível que a gente tenha reinados em função das polícias. Você pode ter polícias separadas. Mas o trabalho tem que ser unificado. E não que os somatórios dos defeitos faça com que o crime organizado, de forma vergonhosa, venha vencendo a polícia nesse país. Isso tem que acabar, porque o povo espera que os governos funcionem", disse Lula.

Em seu discurso, Lula disse ainda que, no dia em que a polícia tiver uma inteligência mais forte que a força bruta, não vão ocorrer mais invasões em favelas, mas operações nas coberturas dos prédios das grandes capitais do país.

O presidente fez ainda uma defesa do controle externo do Judiciário.

"Muitas vezes a Justiça não age como Justiça, cumprindo a Constituição, segundo a qual todos são iguais perante à lei. Muitas vezes, uns são mais iguais do que outros. É o que chamo de Justiça classista. É por isso que nós brigamos pelo controle externo do Judiciário. Não é meter a mão numa decisão do juiz, mas saber como funciona a caixa preta de um poder judiciário que muitas vezes se sente intocável. A sociedade brasileira precisa assumir os espaços que são de direito. Quando mais fiscalizado for, mais chances temos de acertar."

Lula também criticou a falta de controle nas penitenciárias, que permitem visitas a presos sem revista.

"Não é possível que o cidadão, para pegar um avião em qualquer lugar, tenha que passar por um raio x e, ao mesmo tempo, para visitar um preso, na maioria das cadeias brasileiras, você entre sem ter nenhum processo de revista. Como é possível que todos passem pelo raio x e um advogado não queira, quando vai visitar um preso? Nós que estamos livres temos menos privilégios do que aqueles que estão presos", disse o presidente.

Medidas do Sistema Único de Segurança Pública

Ao defender uma política única de Segurança no país, Lula anunciou seis pontos básicos do Sistema Único de Segurança Pública (Susp).

De acordo com o presidente, esses seis pontos formam uma política única de segurança que já vem sendo experimentada no Espírito Santo. Entre os destaques estão uma gestão unificada da informação e do sistema de segurança, com áreas integradas, definidas geograficamente.

A formação e aperfeiçoamento de policiais civis e militares também foram tópicos ressaltados por Lula. A valorização das perícias policiais, com o objetivo de melhorar as investigações, o trabalho de prevenção da violência e da criminalidade e a criação de controle externo ao trabalho da segurança compõem os eixos do Susp.

"Uma ação inteligente vale mais que trinta canhões nas ruas"

Para o presidente, é preciso reforçar o trabalho de inteligência da polícia para combater o crime organizado.

"Temos que trabalhar hoje com a inteligência e muitas vezes uma ação inteligente vale mais que 30 canhões nas ruas de uma cidade", afirmou.

Lula afirmou que o ministro da Justiça, Márcio Thomaz Bastos, é um maestro que precisa reger a segurança do país.

"Seu papel é o de um maestro, você não precisa ser especialista em polícia. O seu papel com o Luiz Eduardo (Soares, secretário nacional de Segurança Pública), é reger essa orquestra da segurança pública no Brasil e fazer a equipe tocar harmonicamente para combater o crime organizado."

O presidente disse ainda que as falhas das instituições responsáveis pela segurança do país não podem permitir a livre ação do crime organizado. Lula defendeu a existência de um padrão para o trabalho das entidades.

Lula diz ser possível cumprir todas as promessas de campanha

Lula afirmou que continua na fase 'Lula paz e amor'. No pronunciamento realizado no Palácio Anchieta, sede do governo do Espírito Santo, ele disse acreditar ser possível cumprir todas as promessas de campanha. "Estou numa fase de *Lula paz e amor*. Estou de bem com a vida. Acho que é possível cumprir cada coisa que falei durante as eleições. Umas serão mais fáceis e outras mais difíceis", disse.

Lula pede compreensão para aprovação das reformas

Durante o discurso, o presidente fez um apelo para a aprovação das reformas no Congresso Nacional.

"Quero dizer a todos vocês que tudo começa pelas reformas que vamos fazer. Vamos precisar de compreensão porque todas as vezes que você faz mudanças, tem gente que chora, tem gente que critica e tem gente que gosta. Você já viu algum jogador, mesmo quando faltam dois minutos e ele está jogando mal e é substituído? Ele reclama. Reforma é assim. Ou fazemos as reformas na Previdência Social ou daqui a alguns anos, não é que o funcionalismo vai receber pouco. Os estados não vão ter dinheiro para pagar nem pouco nem muito. Ou fazemos a reforma tributária ou esse país não será competitivo com outros países que não exportam impostos. Alguém vai perder? Vai. Mas é assim a vida. Se Jesus Cristo precisou ser crucificado para salvar a Humanidade, por que cada um de nós não se sacrifica um pouco para salvar esse imenso Brasil que tanto precisa de nós?", afirmou.

"Políticos brasileiros só pensam de quatro em quatro anos"

Em visita nesta terça-feira à Companhia Siderúrgica de Tubarão (CST), o presidente Luiz Inácio Lula da Silva disse ser inadmissível que um país com a capacidade tecnológica do Brasil ainda não tenha dado um salto de qualidade. Segundo ele, isso acontece porque os políticos brasileiros só pensam de quatro em quatro anos, quando tem eleição, e nunca se preocuparam em desenvolver um plano de longo prazo para tornar nossos produtos mais competitivos no mercado internacional como forma de trazer mais recursos para o país. Lula disse que os nossos governantes não pensam no Brasil como um conjunto e só iniciam obras que eles podem terminar nos seus respectivos mandatos.

CAIXA PRETA

Presidente do STF se diz "perplexo" com Lula

BRASÍLIA
(AF)

A afirmação do presidente Luiz Inácio Lula da Silva sobre a existência de "caixa-preta" no Judiciário provocou forte reação entre juízes e abriu uma crise entre os Poderes. O presidente do STF (Supremo Tribunal Federal), ministro Marco Aurélio de Mello, disse que Lula prestou desserviço ao país e deixou o Judiciário "perplexo diante do episódio". "As palavras do chefe do Poder Executivo atingem o Judiciário como um todo, desservindo à sociedade brasileira", declarou Marco Aurélio por meio de nota. "A paz social pressupõe o respeito e a harmonia entre os Poderes, prevalecendo as balizas da Constituição Federal", afirmou. Desde o início do governo de Luiz Inácio Lula da Silva, Marco Aurélio tem atacado a proposta de reforma da Previdência, particularmente a cobrança da contribuição de servidores inativos. Lula também foi criticado ontem pelos presidentes do STJ (Superior Tribunal de Justiça) e do TST (Tribunal Superior do Trabalho) e pelos dirigentes de entidades de classe da magistratura. Parte da reação foi em razão de ele ter defendido o controle externo do Judiciário como forma de combate ao crime organizado. Descortesia - O presidente da AMB (Associação dos Magistrados Brasileiros), Cláudio Baldino Maciel, disse que Lula foi "descortês" com o Judiciário e que a crítica soou como declaração de campanha política, o que seria "incompatível" com a serenidade que a sociedade espera do presidente da República. "O presidente não está mais em campanha. Ele governa o país e é titular de um Poder. Os Poderes se devem respeito recíproco, tratamento cortês". Ele ponderou que a afirmação seria fruto de uma "inadvertência" de Lula e disse acreditar que ele vá "revê-la publicamente". O presidente da Ajufe (Associação dos Juizes Federais do Brasil), Paulo Sérgio Domingues, afirmou que o Judiciário não pode ser responsabilizado pela falência da segurança pública no país. Para Domingues, o combate ao crime organizado depende principalmente de iniciativas dos outros dois Poderes da República. "São todos problemas da alçada do Executivo e do Legislativo, não do Judiciário", declarou. Domingues criticou, por exemplo, a falta de uma política de combate à lavagem de dinheiro, a falência do sistema prisional e a falta de integração entre a União e os Estados. Harmonia dos Poderes - As críticas dos presidentes do STJ e do TST foram em tom mais moderado. "O Judiciário jamais foi um Poder enclausurado", disse Nilson Naves, do STJ, para quem os julgamentos são realizados em sessões públicas. "O controle externo bate de frente com a cláusula pétrea [norma constitucional intocável] da independência e harmonia dos Poderes", disse Naves. Francisco Fausto, do TST, também comentou o controle externo, ou seja, a adoção de mecanismo de fiscalização da Justiça. "Esse controle deve ser exercido por um conselho formado por magistrados, um membro do Ministério Público e outro da Ordem dos Advogados do Brasil", afirmou Fausto. O ministro do TST disse temer a interferência do Congresso e do governo no Judiciário.

29/02/2008 - 14h21

Lula diz que Judiciário não deve meter o nariz no Executivo e alfineta Mello

da **Folha Online**

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva criticou ontem à noite o Judiciário e alfinetou o presidente do TSE (Tribunal Superior Eleitoral), Marco Aurélio Mello, por questionar o programa Territórios da Cidadania, lançado nesta semana. Mello afirmou que o lançamento do programa em ano eleitoral poderia ser contestado judicialmente.

"E de repente alguém fala que se entrarem na Justiça vai analisar. Na verdade, ele deu uma senha para o PSDB e para o DEM", disse Lula durante cerimônia de inauguração de um viaduto em Aracaju (SE).

Lula afirmou ainda que não pode mais governar se não puder lançar programa social em ano de eleição. "Se a teoria dele valer, paramos de governar país. Não posso governar em ano de eleição presidencial e não posso governar no ano que tem eleição municipal. Me pergunto quando é que vamos governar o país?"

O presidente disse que o Judiciário não deveria se intrometer no Executivo. "Seria tão bom se o Judiciário metesse o nariz apenas nas coisas dele. Iríamos criar a harmonia que está prevista na Constituição para que democracia seja garantida. [...] O governo não se mete no Legislativo e não se mete no Judiciário. Se cada um ficar no seu galho, o Brasil tem chance de ir em frente. Se cada um der palpite [nas coisas do outro], pode conturbar tranqüilidade que sociedade espera de nós", afirmou Lula.

Lula insinuou ainda que Mello tinha a pretensão de entrar na vida política. "Quem falou essa sandice [Mello]... Ele quer ser ministro da Suprema Corte ou quer ser político? Se quiser ser político, renuncie lá e se candidate a um cargo para falar as bobagens que quiser na hora que quiser", afirmou Lula.

Na cerimônia, o presidente convocou os parlamentares presentes a fazer cumprir o papel do Legislativo. "Meus companheiros deputados e senadores, eu acho que vocês têm um papel a cumprir. Mais do que apoiar o meu governo e mais do que votar contra os que votam contra, é de fazer valer o Poder Legislativo brasileiro, que faz as leis. O Poder Judiciário interpreta as leis, não faz leis. Então, é preciso que a gente reordene as instituições brasileiras para que elas funcionem cada vez mais, democráticas e cada vez mais harmoniosas."

Oposição

Lula criticou ainda a oposição por questionar na Justiça a ampliação de programas sociais, como o Bolsa Família e o Pronasci (Programa Nacional de Segurança e Cidadania).

Ele afirmou que a oposição pensou que iria derrotar o governo quando acabou com a CPMF, no ano passado. "A oposição, quando derrotou a CPMF, pensou: 'matamos o Lula, matamos o PAC da Saúde', acabamos com o PAC da Saúde'. Eles não sabem que o nordestino que não morre de fome até os cinco anos de idade, não se curva diante da truculência da oposição, seja ela de direita ou de esquerda."

"Sabemos como fazer, sabemos como enfrentar a burocracia, sabemos como articular com a oposição. Quando eu falo de oposição, falo porque fui oposição a minha vida inteira. Eu também era assim: a gente trabalha para evitar que o governo dê certo, a gente fica torcendo contra. É como um jogador de bola que está na reserva, no banco. Ele parece amigo do outro, mas ele está doidinho para o outro se machucar para ele entrar no lugar dele. A oposição fica torcendo para a gente errar", disse o presidente.

Leia mais

- [Lula critica declarações de ministro do Judiciário e parlamentares reagem](#)
- [Oposição diz que críticas de Lula ao Judiciário revelam estilo ditatorial do presidente](#)
- [Lula ironiza oposição por ir ao STF contra política social](#)
- [Oposição indica parlamentares da tropa de choque para integrarem CPI mista](#)
- [PSDB obstrui Orçamento e diz que anexo é um "escândalo"](#)
- [LIVRARIA: Série ensina inglês, espanhol e outras línguas em 15 minutos ao dia](#)

Especial

- [Leia mais sobre crise entre Poderes](#)
- [Leia cobertura completa sobre o segundo mandato do governo Lula](#)

Comentários dos leitores		▼ Oculi
▼ luiz dias (172) 11/05/2008 15h06	RIBEIRAO PRETO / SP	★★★★★ 4 opi av
<p>OLÁ PARTIDOS POLÍTICOS, OLÁ SERVIDORES DA SAÚDE, EDUCAÇÃO, SEGURANÇA. CADA SERVIDOR QUE FOR SÉRIO, HONESTO, PEDIRÁ, AO MENOS, PRA DEZ, VINTE, AMIGOS, NÃO VOTAR NO ALCKIMIM. ELE DEIXOU A EDUCAÇÃO, A SAÚDE, A SEGURANÇA, NO PIOR PATAMAR. PIOR SALÁRIO. DESESTIMULADOS. UM MÉDICO, UM DIRETOR, UM DELEGADO, GANHANDO SALÁRIO DE FOME. AO PROFESSOR, AO INVESTIGADOR, AO ESCRIVÃO, AO ENFERMEIRO, O SALÁRIO DE FOME. O CORRE CORRE EM DOIS, TRÊS EMPREGOS. FÓRA ALCKIMIM. QUE AGORA VOCÊ BEBA DO PRÓPRIO VENENO. FUNCIONÁRIOS DE SÃO PAULO, SÓ SE VOCÊS FOREM BESTAS DE VOTAR NUM CARA DESSE. SERRA, KASSAB, QUÉRCIA, MENOS RUIM PARA O SÉRVIDOR.</p>		
▼ Helena Manzione (113) 10/05/2008 20h53	SAO PAULO / SP	★★★★★ 4 opi av
<p>""O PT parece querer devorar aliado", diz Aldo. " Aí vai do aliado. Se for a "noiva rica" até sessão secreta do Senado o PT garante.</p>		
▼ O Carioca (336) 10/05/2008 19h41	LAGO SUL / DF	★★★★★ 6 opi av
<p>Concordo com o Antonio Fouto: "não há nada mais estúpido do que voto nulo".</p>		
Comente esta reportagem	Veja todos os comentários (233)	
Termos e condições		

'Instituições não podem ser subalternas ao gosto daqueles que as comandam', diz Lula

DEMÉTRIO WEBER e LEONÊNCIO NOSSA

BRASÍLIA - O presidente Luiz Inácio Lula da Silva voltou a defender mudanças no Judiciário. "As instituições existem para servir e não para serem subalternas ao gosto daqueles que as comandam", disse Lula ontem, ao discursar na solenidade de comemoração dos 181 anos do Ministério da Justiça, cuja sede em Brasília passou a se chamar Palácio Raymundo Faoro, em homenagem ao jurista morto em maio.

Lula começou a falar de improviso, mas ao tratar do Judiciário passou a ler o discurso, no qual afirmou que homenagear Faoro significa "que vivemos um tempo de mudança". O presidente prosseguiu: "Significa que estamos reafirmando, em alto e bom som: é preciso recuperar o sentido de justiça para todos. Estou convencido de que trabalhar para democratizar a Justiça e o conjunto das instituições é a melhor forma de preservar a memória de Faoro e a melhor maneira de manter vivos os ideais que orientaram e continuam orientando a luta de todos nós."

Pedidos de mudança no Judiciário têm sido freqüentes nos discursos de Lula. Em abril, ele entrou numa polêmica com a magistratura ao defender o controle externo e a abertura da "caixa-preta" da Justiça.

No mês passado, outro pronunciamento do presidente acirrou os ânimos, quando ele declarou que nem Congresso nem Judiciário, mas só Deus o impediria de fazer o Brasil ocupar um lugar de destaque.

Outra frente de atrito entre o Planalto e a Justiça é a reforma da Previdência, cuja proposta enviada pelo governo ao Congresso enfrenta forte resistência dos juizes. Isso porque a idéia do Executivo é estabelecer um regime de aposentadorias idêntico para todos os trabalhadores da iniciativa privada e do serviço público, acabando com os privilégios dos integrantes do Judiciário - que, ao parar de trabalhar, recebem em média vencimentos muito superiores aos dos demais servidores.

Aceitação - Presente à solenidade, o ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Sepúlveda Pertence disse que a proposta discutida na Comissão Especial de Reforma da Previdência da Câmara de manter a aposentadoria integral e aumentar o tempo de serviço e a idade mínima para aposentadoria poderá ser mais bem aceita na Justiça: "Alguns setores se aproveitam de uma certa insatisfação social com o funcionamento do Judiciário, que é justa, para tratar essa matéria previdenciária sem atenção aos dados institucionais decisivos para a construção de um Judiciário mais forte."

Pertence, que também preside o Tribunal Superior Eleitoral (TSE), preferiu não comentar o discurso de Lula. Sobre a reforma da Previdência, acrescentou: "Há declarações infelizes de alguns setores."

O homenageado Faoro se notabilizou pela luta em defesa da redemocratização no fim dos anos 70, quando presidiu a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB). Foi, ainda, autor de um livro clássico sobre a formação das elites nacionais - Os Donos do Poder, lançado em 1959.

Lula contou ontem que nos anos 80, quando foi preso por liderar greves no ABC Paulista, chegou a dispensar os serviços do jurista para sair da cadeia: "A causa era pequena, não precisava de um advogado da envergadura do Faoro", disse. Lembrou também ter convidado o jurista para ser seu vice na eleição de 1994 e tê-lo visitado no ano passado, já na condição de presidente eleito.

mpimpr@pr.gov.br

FOLHAONLINE

29/02/2008 - 14h21

Lula diz que Judiciário não deve meter o nariz no Executivo e alfineta Mello

da Folha Online

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva criticou ontem à noite o Judiciário e alfinetou o presidente do TSE (Tribunal Superior Eleitoral), Marco Aurélio Mello, por questionar o programa Territórios da Cidadania, lançado nesta semana. Mello afirmou que o lançamento do programa em ano eleitoral poderia ser contestado judicialmente.

"E de repente alguém fala que se entrarem na Justiça vai analisar. Na verdade, ele deu uma senha para o PSDB e para o DEM", disse Lula durante cerimônia de inauguração de um viaduto em Aracaju (SE).

Lula afirmou ainda que não pode mais governar se não puder lançar programa social em ano de eleição. "Se a teoria dele valer, paramos de governar país. Não posso governar em ano de eleição presidencial e não posso governar no ano que tem eleição municipal. Me pergunto quando é que vamos governar o país?"

O presidente disse que o Judiciário não deveria se intrometer no Executivo. "Seria tão bom se o Judiciário metesse o nariz apenas nas coisas dele. Iríamos criar a harmonia que está prevista na Constituição para que democracia seja garantida. [...] O governo não se mete no Legislativo e não se mete no Judiciário. Se cada um ficar no seu galho, o Brasil tem chance de ir em frente. Se cada um der palpite [nas coisas do outro], pode conturbar tranquilidade que sociedade espera de nós", afirmou Lula.

Lula insinuou ainda que Mello tinha a pretensão de entrar na vida política. "Quem falou essa sandice [Mello]... Ele quer ser ministro da Suprema Corte ou quer ser político? Se quiser ser político, renuncie lá e se candidate a um cargo para falar as bobagens que quiser na hora que quiser", afirmou Lula.

Na cerimônia, o presidente convocou os parlamentares presentes a fazer cumprir o papel do Legislativo. "Meus companheiros deputados e senadores, eu acho que vocês têm um papel a cumprir. Mais do que apoiar o meu governo e mais do que votar contra os que votam contra, é de fazer valer o Poder Legislativo brasileiro, que faz as leis. O Poder Judiciário interpreta as leis, não faz leis. Então, é preciso que a gente reordene as instituições brasileiras para que elas funcionem cada vez mais, democráticas e cada vez mais harmoniosas."

Oposição

Lula criticou ainda a oposição por questionar na Justiça a ampliação de programas sociais, como o Bolsa Família e o Pronasci (Programa Nacional de Segurança e Cidadania).

Ele afirmou que a oposição pensou que iria derrotar o governo quando acabou com a CPMF, no ano passado. "A oposição, quando derrotou a CPMF, pensou: 'matamos o Lula, matamos o PAC da Saúde', acabamos com o PAC da Saúde'. Eles não sabem que o nordestino que não morre de fome até os cinco anos de idade, não se curva diante da truculência da oposição, seja ela de direita ou de esquerda."

"Sabemos como fazer, sabemos como enfrentar a burocracia, sabemos como articular com a oposição. Quando eu falo de oposição, falo porque fui oposição a minha vida inteira. Eu também era assim: a gente trabalha para evitar que o governo dê certo, a gente fica torcendo contra. É como um jogador de bola que está na reserva, no banco. Ele parece amigo do outro, mas ele está doidinho para o outro se machucar para ele entrar no lugar dele. A oposição fica torcendo para a gente errar", disse o presidente.

Endereço da página:

<http://www1.folha.uol.com.br/folha/brasil/ult96u377336.shtml>

Links no texto:

Lula critica declarações de ministro do Judiciário e parlamentares reagem
<http://www1.folha.uol.com.br/folha/brasil/ult96u377310.shtml>

Oposição diz que críticas de Lula ao Judiciário revelam estilo ditatorial do presidente
<http://www1.folha.uol.com.br/folha/brasil/ult96u377310.shtml>

Lula ironiza oposição por ir ao STF contra política social
<http://www1.folha.uol.com.br/folha/brasil/ult96u377134.shtml>

Oposição indica parlamentares da tropa de choque para integrarem CPI mista
<http://www1.folha.uol.com.br/folha/brasil/ult96u377209.shtml>

PSDB obstrui Orçamento e diz que anexo é um "escândalo"
<http://www1.folha.uol.com.br/folha/brasil/ult96u376730.shtml>

Leia mais sobre crise entre Poderes
<http://search.folha.com.br/search?site=online&q=%22crise+entre+poderes%22&src=redacao>

Leia cobertura completa sobre o segundo mandato do governo Lula
<http://www1.folha.uol.com.br/folha/especial/2006/2mandato/>

FOLHAONLINE

29/02/2008 - 13h05

Oposição diz que críticas de Lula ao Judiciário revelam estilo ditatorial do presidente

RENATA GIRALDI
GABRIELA GUERREIRO
da Folha Online, em Brasília

Parlamentares de oposição e da base aliada reagiram nesta sexta-feira às declarações do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, que criticou indiretamente o ministro do STF (Supremo Tribunal Federal) Marco Aurélio Mello, que também é presidente do TSE (Tribunal Superior Eleitoral). Para a oposição, Lula revelou seu "estilo ditatorial". Os parlamentares da base governista defenderam o programa Territórios da Cidadania, que deu origem ao embate entre Lula e o presidente do TSE, Marco Aurélio Mello.

As críticas de Lula foram geradas porque o ministro se manifestou sobre o possível caráter eleitoreiro do programa "Territórios da Cidadania", lançado na última segunda-feira por Lula e questionado pela oposição.

O presidente do Senado, Garibaldi Alves (PMDB-RN), condenou a reação de Lula, que criticou o fato de o DEM e o PSDB terem ingressado com uma Adin (ação direta de inconstitucionalidade) no STF contra o programa "Territórios da Cidadania".

Pela previsão do programa, serão investidos R\$ 11,3 bilhões em 958 municípios de todo país ao longo deste ano --embora ocorram eleições municipais em outubro.

"Isso que ele [Lula] criticou é a última crítica que ele poderia fazer, poderia ter feito outras críticas mais legítimas, essa de recorrer ao Judiciário, o Congresso tem legitimidade para recorrer sempre que se sentir atingido", afirmou Garibaldi.

Em relação à divergência de Lula com o ministro, o peemedebista disse que "esse problema é entre ele [Lula] e o presidente Marco Aurélio Mello".

O líder do PSDB no Senado, Arthur Virgílio (AM), criticou a reação de Lula atribuindo ao estilo de personalidade dele. "O presidente revelou o estilo ditatorial dele. O ministro Marco Aurélio Mello está fazendo o trabalho dele", afirmou.

Porém, o líder do PT na Câmara, Maurício Rands (PE), saiu em defesa de Lula. Segundo ele, o programa não é eleitoreiro, mas necessário. "É inadmissível que alguém possa se colocar contra o programa. Não é eleitoreiro, pois os programas são decididos com antecedência e neste caso atinge áreas que precisam de política social", disse o petista.

Críticas

Em cerimônia realizada ontem em Aracaju (SE), Lula criticou a posição de Marco Aurélio, mesmo sem citar o nome do ministro. "Seria tão bom se o poder Judiciário metesse o nariz apenas nas coisas deles, o Legislativo apenas nas coisas deles, e o Executivo apenas nas coisas deles. Nós iríamos criar a harmonia estabelecida na Constituição", disse.

Na mesma solenidade, o presidente levantou mais dúvidas sobre a manifestação do ministro. "Vocês, deputados, têm imunidade, e podem perguntar se ele quer ser o ministro da Suprema Corte ou um político. Se quer ser político, que renuncie ao cargo", afirmou.

"O governo também não se mete com o poder Judiciário. Se cada um ficar no seu galho, o Brasil tem chance de ir em frente. Se cada um der palpite na vida do outro, a gente pode conturbar a tranquilidade da sociedade", reiterou Lula.

Recentemente, Marco Aurélio criticou o lançamento de programas sociais em ano eleitoral. Nesta sexta-feira, o ministro, em entrevista à rádio CBN, disse estar "perplexo" com a agressividade do presidente da República.

Endereço da página:

<http://www1.folha.uol.com.br/folha/brasil/ult96u377310.shtml>

Links no texto:

"Territórios da Cidadania"

<http://www1.folha.uol.com.br/folha/brasil/ult96u376994.shtml>

Lula critica oposição e nega que programa "Territórios da Cidadania" seja eleitoreiro

<http://www1.folha.uol.com.br/folha/brasil/ult96u376994.shtml>

Governo ignora municípios e divide verba de programa

<http://www1.folha.uol.com.br/folha/brasil/ult96u376823.shtml>

Oposição protocola ação no STF contra programa do governo federal

<http://www1.folha.uol.com.br/folha/brasil/ult96u376457.shtml>

Dilma reage à oposição e diz que governo não pode parar em razão das eleições
<http://www1.folha.uol.com.br/folha/brasil/ult96u376318.shtml>

Oposição chama programa de Lula de eleitoreiro e ameaça recorrer à Justiça
<http://www1.folha.uol.com.br/folha/brasil/ult96u375898.shtml>

Lula diz que Bolsa Família será extinto quando houver diminuição da desigualdade
<http://www1.folha.uol.com.br/folha/brasil/ult96u375824.shtml>

Leia cobertura completa sobre o segundo mandato do governo Lula
<http://www1.folha.uol.com.br/folha/especial/2006/2mandato/>

">ZERO HORA.com

01 de março de 2008 | N° 15526

Governo Federal

Lula abre polêmica com Judiciário

Ao defender programa social que havia sido questionado por ministro do Supremo Tribunal Federal, presidente afirmou que seria bom se cada poder "metesse o nariz apenas em suas coisas"

Bombardeado pela repercussão negativa de seu discurso em Aracaju na quinta-feira à noite, quando sugeriu que "seria tão bom se o Judiciário metesse o nariz apenas nas coisas dele", o presidente Luiz Inácio Lula da Silva negou, ontem, que haja crise entre os poderes.

Ao defender os programas sociais do governo, Lula fez uma crítica indireta ao ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) e presidente do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), Marco Aurélio Mello. O ministro havia afirmado que o lançamento do programa Territórios da Cidadania em ano eleitoral poderia ser contestado judicialmente.

- Ele quer ser um ministro da Suprema Corte ou político? - questionou Lula.

Ao rebater o ataque, Mello lembrou uma polêmica de abril de 2003, quando Lula cobrou a abertura da "caixa-preta" do Poder Judiciário.

- Quando estava na presidência do STF e o presidente Lula estava assumindo, ele disse que iria abrir a caixa-preta do Judiciário. Na época, respondi exigindo respeito. Reitero agora: os poderes devem ser harmônicos e independentes - afirmou Mello.

Para Tarso, presidente e ministro marcaram posições

Ontem, Lula classificou o bate-boca de "palpites" e negou que tenha feito referência a Mello.

- Quando se trata de opinião e palpite, os outros precisam concordar que outros possam dar palpite e opinião diferentes - afirmou.

O recuo de Lula ocorreu após a reação da oposição. Líder do PSDB no Senado, partido que entrou ao lado do DEM com ação no STF contra o Territórios da Cidadania (veja o quadro abaixo), Arthur Virgílio (AM) emitiu nota em que caracteriza o comportamento do presidente como "típico de um demagogo". "Ao tentar negar à oposição o direito de recorrer ao Judiciário e ao criticar esse próprio poder, o presidente deixa à mostra seu desejo de governar sozinho, sem contraponto", diz o texto.

Minimizando o conflito, o ministro da Justiça, Tarso Genro, afirmou que tanto Lula quanto Mello estavam marcando posições. O presidente do Senado, Garibaldi Alves (PMDB-RN), preferiu não se posicionar em relação à divergência.

- Esse problema é entre ele (Lula) e o presidente Marco Aurélio Mello.

Entenda o caso

- Em 25 de fevereiro, o governo federal lançou o programa Territórios da Cidadania, que reúne 135 ações de desenvolvimento regional, abrangendo 958 municípios com baixo Índice de Desenvolvimento Humano (IDH).
- Deverão ser investidos R\$ 11,3 bilhões em ações como construção de estradas e cisternas, obras de saneamento básico, ampliação de programas como Luz para Todos e Bolsa-Família.
- Questionado, o ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) e presidente do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), Marco Aurélio Mello, afirmou que o lançamento de programas sociais em ano eleitoral desequilibra a disputa. O ministro disse também que poderia analisar um eventual pedido dos partidos de oposição contra o programa.
- No último dia 26, DEM e PSDB entraram com uma ação direta de inconstitucionalidade (Adin) no Supremo Tribunal Federal (STF) contra o programa Territórios da Cidadania. Os partidos afirmam que o programa é eleitoreiro e fere princípios constitucionais.
- Na noite de quinta-feira, em Sergipe, Lula fez críticas indiretas a Marco Aurélio. Sem citar nomes, disse que, "se é para falar bobagens, o ministro do STF deveria renunciar para ser político". E afirmou que seria bom se "o Poder Judiciário metesse o nariz apenas nas coisas dele".
- Ontem, Marco Aurélio reagiu e se disse "perplexo" com as declarações de Lula. O ministro afirmou que o Poder Judiciário não quer provocar a oposição, apenas "apontar irregularidades que possam invadir a Lei Eleitoral".
- Com a polêmica instalada, Lula negou ontem que haja crise entre o Executivo e o Judiciário.

Luiz Inácio Lula da Silva, presidente da República

"Seria tão bom se o Poder Judiciário metesse o nariz apenas nas coisas dele, o Legislativo apenas nas coisas dele e o Executivo nas coisas dele."

28 de fevereiro

"Não existe crise entre poderes. Até porque cada poder tem autonomia suficiente e nós aprendemos que a sustentabilidade da democracia está em saber respeitar a autonomia de cada um."

29 de fevereiro

Marco Aurélio Mello, ministro do STF e presidente do Tribunal Superior Eleitoral (TSE)

"Enquanto eu tiver a toga sobre os ombros, cumprirei meu dever de juiz e cumprirei com espontaneidade e com uma coragem ainda maior para tornar prevacente o direito posto. Não vejo qualquer extravasamento por parte do Judiciário e fiquei perplexo com o que foi veiculado pelo presidente e com a agressividade do próprio presidente."

29 de fevereiro

[Dúvidas Frequentes](#) | [Fale conosco](#) | [Anuncie](#) - © 2000-2007 RBS Internet e Inovação - Toc

Ordem no tribunal! Lula faz um discurso fora do tom ao propor a abertura da "caixa-preta" do Judiciário

Lula: quarta referência à ligação do Poder Judiciário com o crime organizado

Poucas vezes se viu um presidente da República desferir um ataque tão duro contra outro poder como Lula ao falar do Judiciário na semana passada. Nas palavras do presidente, ditas de improviso durante solenidade em Vitória, "a Justiça não age, enquanto Justiça, no cumprimento da Constituição, que diz que todos são iguais perante a lei. Muitas vezes, uns são mais iguais do que outros, e é o que eu chamo de 'Justiça classista'. É uma Justiça que favorece uma classe". Para reforçar seu diagnóstico cáustico acerca dos homens de toga, Lula citou pela segunda vez desde que tomou posse uma frase

atribuída ao cangaceiro Lampião, o bandido que durante quase vinte anos matou e roubou, aterrorizando o sertão: "Neste país, quem tiver 30 contos de réis não vai para a cadeia". Para atualizar a referência histórica nordestina, Lula emendou, dizendo que "ainda, em muitos casos, prevalece exatamente isso". Não ficou clara qual a intenção do presidente ao enfatizar que ricos e pobres recebem tratamentos diferenciados quando acionam a Justiça. Pode ter pretendido dizer que os ricos se dão bem nos tribunais porque têm dinheiro para contratar bons advogados. Ou pode ter querido dizer que alguns juízes estariam mercadejando sentenças em troca de propina e por isso os pobres se prejudicam. Lula não explicou, mas levantou uma inconveniente nuvem de suspeitas. Antes de encerrar o discurso, pediu a abertura da "caixa-preta" do Poder Judiciário e propôs o controle externo do trabalho dos juízes para que a Justiça aja "enquanto Justiça".

A Justiça tem diversos defeitos. Ela é lenta, burocrática, sobrecarregada, detalhista. Permite que um processo banal sobre briga de vizinhos trafegue da comarca interiorana aos tribunais dos Estados e, daí, até os tribunais superiores. Os pobres vão mesmo para a cadeia em processos mal informados, enquanto os ricos protelam sua punição mesmo que sua culpa seja óbvia, porque há brechas na lei que advogados habilidosos (e bem pagos) conseguem explorar. Em seu discurso, Lula repercutiu uma espécie de senso comum, segundo o qual a Justiça tarda e falta. Mas ficou claro que o presidente não leva em conta, como deveria, o ritual do respeito mútuo entre os três poderes da República e que não tem a mais vaga idéia dos reais problemas da Justiça.

Criar "o controle externo do Judiciário", como quer Lula, é uma dessas expressões proferidas a todo instante nos debates da política. Pertence à família das frases fáceis, como "falta vontade política". São sentenças desassistidas de significado específico, mas apresentadas como um remédio para todos os males. Cada um dá a elas a interpretação que bem

entende. Sabe-se que nem Lula nem ninguém fala em tutelar as decisões dos juízes tomadas nos autos, mas o consenso acaba por aqui. Há quem defenda que os tribunais devem sujeitar-se a uma nova forma de inspeção rígida, que analise os gastos e a conduta ética e funcional dos magistrados. Há os que defendem que os sistemas de controle atuais, a corregedoria interna, o Tribunal de Contas e o Ministério Público já bastam. Esse segundo grupo argumenta que o escândalo do juiz Lalau foi descoberto por ação de uma auditoria do TCU e que, nos últimos meses, investigações internas já levaram ao afastamento de um ex-presidente do Tribunal de Justiça de Pernambuco e de um ministro do Superior Tribunal de



Justiça, ambos suspeitos de envolvimento em crimes. Ainda que se decidisse criar um órgão para vigiar os juízes, seria preciso definir critérios para selecionar os agentes controladores e, por que não, criar um sistema para fiscalizar os fiscais.

Esse sistema de vigilância sobreposta pode não levar a lugar algum, a não ser a mais despesas e a mais contratações. Além disso, não há uma relação imediata de causa e efeito entre esse tipo de controle e uma Justiça rápida, eficaz e acessível aos pobres, como Lula deseja (ele e o resto dos brasileiros). Juízes despreparados, corruptos e tribunais esbanjadores não alteram a velocidade geral dos processos nem fazem a Justiça mais ou menos acessível ao cidadão. O TRT de São Paulo estava batendo recordes de produtividade na época em que Lalau pilotava seu esquema de corrupção. O que determina a velocidade da Justiça em grande parte são as leis que regem seu funcionamento, em especial os códigos de processo.

Foi o que ficou faltando à análise de Lula. A grande responsabilidade de mudar o panorama cabe aos dois poderes poupados pelo presidente nesse discurso. O que ele dirige, o Executivo, e o Legislativo. Deputados e senadores compartilham boa parte da responsabilidade pelo que se passa nos tribunais. As principais leis que normatizam o Judiciário precisam ser atualizadas. Há dez anos se discute um projeto de reforma do Judiciário, um Estatuto da Magistratura e um novo Código de Processo Penal.

O Código de Processo Penal está em vigor desde 1941 e já tem muitos dispositivos ultrapassados. Um artigo estabelece que o preso precisa estar na presença do juiz em todas as audiências. Em São Paulo, estima-se que um terço do tempo dos policiais seja empregado na escolta de presos entre o presídio e o tribunal. É normal que os políticos errem a mão quando discursam de improviso. Por essa razão, a maioria dos marqueteiros recomenda aos governantes que evitem a linguagem coloquial. Alguns anos atrás, o próprio Lula se referiu ao Congresso Nacional como uma casa que abrigava uns "300 picaretas". Quando ocupava a Presidência, Itamar Franco quis atacar a política de juro de seu próprio governo e propôs a abertura da

"caixa-preta do Banco Central". Itamar dizia aos interlocutores que os juro se guiavam por interesses escusos dos bancos, não da sociedade, e que era necessário acabar com aquilo. O mesmo fez Lula ao falar da abertura da "caixa-preta da Justiça". Ninguém sai ganhando quando o representante de um poder começa a criticar os outros poderes. Essas discussões produzem um ruído que atrapalha a convivência harmônica entre Executivo, Legislativo e Judiciário. Além disso, afirmações como a de Lula conduzem a uma interpretação equivocada de que problemas complexos como as mazelas da Justiça têm soluções simples e um único grupo de culpados, no caso os juízes.

Há setores inteiros que poderiam ser eliminados, como a Justiça Militar, a Justiça Eleitoral e a Justiça do Trabalho. Suas funções poderiam ser absorvidas pela Justiça comum. O trabalho desses tribunais também seria dividido de forma mais racional. Atualmente, um juiz estadual julga numa semana um volume de processos que os magistrados da Justiça Militar têm um ano para resolver. O que impede as mudanças é o corporativismo. Como a Justiça funciona mal, o Brasil se tornou um dos países de maior impunidade no mundo. A população já percebeu que a Justiça não funciona – e essa percepção talvez ajude a explicar não apenas o volume da criminalidade pesada, mas também a onda crescente de pequenas infrações, da sujeira jogada no chão às pichações de muros e até mesmo o pagamento de propina ao guarda. De fato, a Justiça precisa de uma reforma de alto a baixo. Mas ela não sai sem a ajuda do Executivo e do Legislativo. Se ninguém se mexe, não adianta colocar a culpa nos juízes.



HOMENAGEM/JUSTIÇA

Em discurso, Lula faz novas críticas ao Judiciário



BRASÍLIA
(AF)

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva aproveitou a homenagem ao jurista Raymundo Faoro ontem no Ministério da Justiça para criticar, ainda que de forma indireta, o Poder Judiciário. Em discurso lido, Lula insinuou que o Judiciário é uma instituição que funciona de forma subalterna "ao gosto daqueles que as comandam". A crítica dá sequência à defesa que o governo faz do controle externo do Judiciário, mas reflete uma postura mais amena do presidente. As declarações anteriores de Lula - de que havia uma "caixa preta" no Judiciário e de que o Judiciário não o impediria de destacar o Brasil - quase resultaram em crises institucionais. "(A homenagem) significa, acima de tudo, que vivemos um tempo de mudança. Significa que estamos reafirmando em alto e bom som: é preciso recuperar o sentido de justiça para todos. É preciso voltar a acreditar que as instituições existem para servir e não para serem subalternas ao gosto daqueles que as comandam", disse Lula. E completou: "Estou convencido de que trabalhar para democratizar a Justiça e o conjunto das instituições é a melhor forma de preservar a memória de Faoro". Após a cerimônia, Pertence avaliou que o discurso de Lula foi "normal". Para ele, o mal-estar entre os Poderes se deve às "declarações infelizes" que são utilizadas para prejudicar o Judiciário na reforma da Previdência. "Há declarações infelizes de setores que se aproveitam de uma certa insatisfação social com o funcionamento do Judiciário, que é justa, para tratar essa matéria previdenciária sem atenção aos dados Institucionais dela, que são decisivos para a construção de um Judiciário forte", disse Pertence, que não quis especificar quais seriam os setores. Histórico - A troca de farpas entre Executivo e Judiciário começou no final de abril, quando Lula disse em Vitória (ES) que é preciso abrir "a caixa preta do Judiciário". "É por isso que nós defendemos há tanto tempo o controle externo do Poder Judiciário. Não é meter a mão na decisão do juiz. É pelo menos saber como funciona a caixa-preta de um Judiciário que muitas vezes se sente intocável", disse Lula na ocasião. As desavenças entre os Poderes se acirraram com o envio ao Congresso da proposta de reforma previdenciária que põe em risco as aposentadorias integrais dos juizes. Ao assumir a presidência do STF, o ministro Maurício Corrêa criticou a proposta, sob aplausos e diante de Lula. Na semana passada, Lula criou um incidente ao afirmar, em discurso improvisado na CNI (Confederação Nacional da Indústria), que nem o Congresso Nacional nem o poder Judiciário conseguirão impedi-lo de colocar o Brasil em posição de destaque.

Lula critica intromissão do Judiciário no Executivo

Plantão | Publicada em 29/02/2008 às 00h47m

Luiza Damé - Enviada especial; José Araújo - Especial para O Globo

ARACAJU - O presidente Luiz Inácio Lula da Silva atacou o Judiciário no final da noite de quinta, durante discurso de lançamento de obras do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) em Sergipe. Ao defender os programas sociais do governo, Lula disse que seria bom que o Judiciário "metesse o nariz apenas nas coisas dele". Sem citar nomes, o presidente também reagiu a declarações de ministros do Supremo Tribunal Federal (STF), que criticaram o lançamento de novos programas sociais em ano eleitoral e o aumento dos benefícios pagos pelo governo.

- É preciso perguntar a quem falou essa sandice, se ele quer ser ministro da Suprema Corte ou político. Se quer ser político, renuncie lá e se candidate a um cargo para falar as bobagens que quiser, a hora que quiser, mas não ficar se metendo nas políticas do governo federal - disse Lula.

O presidente conclamou o parlamentares da base aliada a subirem à tribuna para cobrar esclarecimentos dos membros do Judiciário que vem atacando as políticas sociais do Palácio do Planalto. O ministro Marco Aurélio Mello, por exemplo, condenou o aumento do Bolsa Família em ano eleitoral.

- Não tem um palpite meu no Legislativo. O governo não se mete no Poder Judiciário. Se cada um ficar no seu galho, o Brasil tem chance de ir em frente. Se cada um der palpite na vida do outro, a gente pode conturbar a sociedade - disse.

Lula defendeu o programa Territórios da Cidadania, lançado no início da semana em Brasília. Na quinta-feira, ele também participou de evento do programa, que reúne ações de combate à pobreza no campo, em Quixadá (CE).

- Eu vi o que significa o programa para a vida das pessoas. Ai de repente alguém fala: se entrar na Justiça, eu vou analisar. Ele deu a senha para o DEM e o PSDB - disse Lula, referindo-se à ação da oposição contra o Territórios da Cidadania.

O presidente também criticou o fato de o Supremo, em várias decisões, ter assumido o papel do Legislativo:

- Seria tão bom se o Judiciário metesse o nariz apenas nas coisas dele, o Legislativo nas coisas dele e o Executivo nas coisas dele. É preciso que a gente reordene as instituições brasileiras para que elas funcionem cada vez mais de forma harmônica.

GOVERNO

Lula critica 'dificuldades' que TCU impõe a obras

Na Bahia, presidente diz que o órgão 'quase que governa o País' e que 'no Brasil se parte do pressuposto de que todo mundo é ladrão'

Thaís Monteiro
ENVIADA ESPECIAL
POJUICA

Ao lançar mais um pacote de obras do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), desta vez na Bahia, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva criticou o Tribunal de Contas da União (TCU) e o Ministério Público pelos entraves que impõem à execução de obras a defender a mudança na lei das licitações.

"É preciso mudar. Não pode continuar do jeito que é porque, aqui no Brasil, se parte do pressuposto que todo mundo é ladrão", desabafou o presidente, justificando que, para evitar os desvios, são criadas "dificuldades" — que não envolvem nada, advertiu.

Segundo Lula, "o TCU, na verdade, quase que governa o País, porque diz que obra que pode, que obra não pode" por excesso de "Ela é um órgão auxiliar do Congresso Nacional".

Assim, o presidente afirmou que ele tem poderes para embargar as obras. "O Ministério Público tem um papel importante, porém um poder que nós lhe demos. Mas nós precisamos ver o que é bom para este país, e que é que pode facilitar a vida deste país, o que pode permitir que as coisas sejam mais ágeis".

PALAVRÃO

Repetindo o gesto das demais cerimônias a que compareceu, o presidente apelou para que to-

Ministros afirmam que apenas cumprem a lei

Ministros do Tribunal de Contas da União (TCU) reagiram, ontem, às declarações do presidente Lula em Salvador. "O tribunal cumpre o que determina a legislação. Verifica se as obras estão sendo conduzidas dentro das normas. Não exagera em coisa alguma", disse o ex-senador e ministro Guilherme Palmeira, que integra o tribunal desde 1998. "O TCU cumpre seu papel constitucional. Trabalha pelo respeito às leis e aos cidadãos", afirmou o ministro Aroldo Cedraz, ex-deputado e nomeado para o cargo em 2007.

Guilherme Palmeira afirmou ainda que o órgão sempre busca uma posição equilibrada em relação às obras que fiscaliza. "Nós dialogamos sempre, para não prejudicar obras de interesse público. Mas não podemos permitir que a população seja prejudicada por obras conduzidas fora do que determina a lei. Sempre buscamos encontrar saídas, desde que sejam legais", declarou Palmeira.

Cedraz lembrou que o TCU, órgão auxiliar do Legislativo, é parte de um modelo institucional de freios e contrapesos, sistema no qual o exercício do poder é

repartido entre órgãos independentes de tal forma que um não pode agir sem ser limitado pelos demais. "Todos temos que aprender a conviver dentro de um regime democrático."

Em setembro passado, o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) teve 23 de suas obras incluídas pelo TCU no relatório de obras públicas com indícios de irregularidades graves. A inclusão na lista, que é anual, faz com que as obras tenham seus recursos orçamentários bloqueados por determinação do Congresso. **• SOMA RECURSOS**

do estejam atentos e impacientes que as próximas eleições atrairiam obras do PAC.

Lula quase falou um palavrão no momento dos políticos que chegaram à sala pedindo que não fossem mais agidos, mas adaptou

No terceiro discurso de improviso, elogios ao Congresso

nas eleições. "Tem gente morando na miséria e não querem que a gente vá e que esperemos passar as eleições", afirmou o presidente. E, então, desabafou: "Putam... Como é que pode", ata-

cou clicando, avisando que não faz distinção política ao atender às necessidades de um município.

"É preciso que tenhamos graduação", prosseguiu o presidente, lembrando que "divida" que o governador Luciano do São Paulo Mário Alves (morto durante a festa recebida do então presidente Fernando Henrique Cardoso) "90%" do que repassou a José Serra (PSDB), que governa o Estado hoje.

"Precisamos construir uma nova lógica de gerenciamento, definindo que a disputa eleitoral tem de ser feita de forma civilizada". Lula questionou quando é que se vai ter "juízo e maturidade" para "entender que política não é a arte da desavença, tem de ser do consenso".

Após salientar que "o PAC está ensinando a meter com a máquina administrativa", o presidente se queimou na dificuldade de se pôr em prática decisões tomadas pelo governo e de se iniciar as obras, por questões burocráticas ou por ações do TCU, dos Tribunais de Conta estaduais, das ações do Ministério Público ou de quem perdeu licitação.

Lula aproveitou o terceiro discurso de improviso do dia, em Salvador, para elogiar o Congresso. Citou o presidente dos EUA, George W. Bush, que disse não conseguir aprovar nada em seu Parlamento, e afirmou que, no Brasil, aprovou 99% do que pretendia. "Só posso ser agradecido ao Congresso." **•**

COLABOROU TIAGO STACCO

O risco do culto à personalidade

NUNCA DEU CERTO A IDOLATRIA. O Brasil vive hoje uma polarização. Quem ousa criticar Lula é chamado de “pig” (partido da imprensa golpista), de tucano e direitista reacionário. Quem dá algum crédito aos acertos do presidente é acusado de não enxergar um palmo à frente do nariz. Todo mundo perde nessa disputa de patulhas. Amizades azedam. O raciocínio se embota, o debate emburrece. Mas a maior vítima do personalismo de Lula acabará sendo ele próprio.

Ruth de Aquino
é redatora-chefe
de ÉPOCA
raquino@edglobo.
com.br

Dorothy: presidente do STF critica declaração de Lula

Para Gilmar, absolvição não mancha imagem do país no exterior

• BELO HORIZONTE. O presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), ministro Gilmar Mendes, criticou a declaração do presidente Lula de que a absolvição do fazendeiro Vitalmiro Bastos de Moura, o Bida, acusado de ter mandado matar a missionária Dorothy Stang, mancha a imagem do Brasil no exterior. Para o ministro, é preciso parar

com esse tipo de consideração:

— Acompanhamos o episódio Jean Charles, que é mineiro, em Londres, e vimos o resultado das decisões judiciais e das investigações. Alguém acha que a imagem da Inglaterra ficou manchada no mundo por conta desse episódio? Acho que temos que parar com esse tipo de consideração. O resultado da condenação é que atenderia a boa imagem do Brasil? E se, de fato, essa pessoa (o fazendeiro) for inocente? Eu não disponho de dados, talvez o presidente (Lula) disponha.

Segundo o ministro, a toda hora são tomadas decisões judiciais controversas em todo o mundo. Gilmar fez em Belo Horizonte palestra para jornalistas e estudantes que participam do 3º Congresso Internacional de Jornalismo Investigativo. ■

Absolvição no PA não mancha imagem do país, diz Mendes

Presidente do STF cita caso Jean Charles e diz: 'Alguém acha que a imagem da Inglaterra ficou manchada por causa desse episódio?'

PAULO PEIXOTO
DA AGENCIA FOLHA,
EM BELO HORIZONTE

O presidente do STF (Supremo Tribunal Federal), ministro Gilmar Mendes, confrontou ontem a declaração do presidente Luiz Inácio Lula da Silva de que a absolvição do fazendeiro Vitalmiro Moura, o Bida, acusado de ser o mandante da morte da freira Dorothy Stang, prejudica a imagem do Brasil. Para o ministro, é preciso "limitar os fatos a eles próprios".

"Eu acho que temos que parar com esse tipo de consideração. Quer dizer: o resultado da condenação é que atenderia a boa imagem do Brasil? E se de fato essa pessoa for inocente? Eu não disponho de dados, talvez o presidente disponha", criticou Gilmar Mendes.

Segundo ele, decisões judiciais controversas existem em todo o mundo "a toda hora". Ele citou o caso do brasileiro Jean Charles de Menezes, morto pela polícia inglesa em Londres. Os policiais não foram a julgamento. "Os senhores viram os resultados das decisões judiciais, das investigações. Alguém acha que a imagem da Inglaterra ficou manchada no mundo por causa desse episódio?", questionou Mendes.

O presidente do STF citou também o caso do desaparecimento de uma menina inglesa em Portugal, com "informações desencontradas", cujo episódio está até hoje sem solução. "Alguém disse que a imagem de Portugal ou da Inglaterra está manchada no mundo por conta disso? Vamos limitar os fatos a eles próprios", afirmou.

Mendes também comentou debates que a absolvição trouxe à tona: o direito a um segundo julgamento ao réu condenado por mais de 20 anos e a sugestão de que o julgamento de Bida deveria ter acontecido em uma outra comarca (o chamado desaforamento), de forma a evitar pressões aos jurados.

"As pessoas só falam de desaforamento por conta do resultado, o que mostra que não é um juízo de todo objetivo. Quando houve o primeiro julgamento, ninguém reclamou quanto ao desaforamento", disse Mendes, referindo-se ao fato de Bida ter sido condenado a 30 anos no primeiro julgamento.

Quanto à questão do segundo julgamento, o presidente do STF afirmou que há muitas discussões e críticas ao modelo de processo do júri e que "há até quem defenda a supressão do júri". Mendes defendeu a discussão, disse acreditar que o assunto está no Congresso, mas

afirmou que é preciso evitar os "impulsos reformistas" quando casos como esse ocorrem.

"O importante é que a gente faça com os passos normais, racionais. Em princípio, devemos receber as decisões com tranquilidade, tanto aquela que nos fascina como aquela que nos contraria. Contra decisão judicial se recorre", disse.

O ministro afirmou não conhecer os autos do caso Dorothy, exceto que se trata de crime de mando, e que, portanto, não poderia emitir "juízo seguro". "É preciso aguardar. O tribunal vai emitir um juízo mais seguro sobre o assunto".

CASO DOROTHY STANG

GILMAR MENDES CRITICA LULA

O presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), ministro Gilmar Mendes, criticou ontem a afirmação do presidente Luiz Inácio Lula da Silva de que a absolvição do fazendeiro Vitalmiro Bastos de Moura, o Bida, "mancha a imagem do Brasil no exterior". Bida chegou a ser condenado, em janeiro de 2007, a 30 anos de prisão como mandante do assassinato da missionária Dorothy Stang. Em novo julgamento, na última terça-feira, o fazendeiro foi absolvido pelo

CRÍTICAS A LULA

O presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), ministro Gilmar Mendes, criticou ontem a afirmação do presidente Luiz Inácio Lula da Silva de que a absolvição do fazendeiro Vitalmiro Bastos de Moura, o Bida, "mancha a imagem do Brasil no exterior." O agricultor, condenado em janeiro do ano passado a 30 anos de prisão como mandante do assassinato da missionária americana Dorothy Stang, em fevereiro de 2005, foi inocentado das acusações em segundo julgamento pelo Tribunal do Júri de Belém, no Pará.

CLÓVIS ROSSI

"Conspiracionismo"

SÃO PAULO - O governo, como antecipou o presidente Lula, vai dizer, até o fim dos tempos, que o dossiê sobre os gastos do casal Fernando Henrique/Ruth Cardoso não é dossiê, mas banco de dados.

OK. Você pode chamar urubu de meu louro a vida toda, mas urubu continuará sendo urubu, e uma papelada que tem cara de dossiê, fôcino de dossiê, jeitos e trejeitos de dossiê continuará sendo dossiê.

Agora descobre-se que o autor final da papelada é José Aparecido Nunes Pires, um petista antigo, funcionário da Casa Civil, à qual foi levado por José Dirceu, notório adepto de conspirações.

A sabedoria convencional manda dizer que José Aparecido ou agiu a mando de alguém graduado ou se precipitou numa conspiração própria, típica do lulo-petismo desde que chegou ao poder. Sempre que há alguma acusação contra funcionários do governo e/ou do partido, a reação do lulo-petismo não é dizer-se inocente, mas contra-atacar acusando os outros.

Típica dessa cultura foi a reação de Lula ao mensalão, ao dizer que "o PT fez o que todo mundo faz". Nenhuma palavra para condenar o que todo mundo faz, que, no caso, é caixa dois, "coisa de bandido", segundo o então ministro da Justiça, Márcio Thomaz Bastos.

Agora, o problema foram as denúncias (comprovadas) de que funcionários graduados do governo Lula haviam usado cartões corporativos para gastos ou indevidos ou exóticos. Reação inevitável de algum palaciano: vamos demonstrar que eles "fizeram o que todo mundo faz", para o que era preciso montar um dossiê sobre gastos esquisitos do governo anterior.

Não seria mais honesto que, em vez desse "conspiracionismo" estúpido, fossem tomadas providências para que funcionários do presente governo não fizessem o que eles dizem que todo mundo faz?

crossi@uol.com.br

FREDERICO
VASCONCELOS

A invasão das câmeras

A EQUIPE DE TV chegou à casa de Agostinho dos Santos antes que a família soubesse da morte do cantor, vítima do desastre aéreo no aeroporto de Orly, em Paris, em 1973. Diante da câmera, a filha cantarolou sucessos do pai, antes de a repórter lhe transmitir a notícia e gravar o seu desespero. Um abuso indesculpável.

Anos depois, a televisão estimulava a disputa de audiência no período da tarde com programas do tipo "mundo cão". Repórteres pegavam carona em viaturas policiais e era comum a polícia chutar a porta do barraco e, a câmera de TV, cúmplice, acompanhar a invasão.

Nessa época, os grandes jornais paulistas mantinham certa "asepsia": a violência e o crime eram reservados aos chamados jornais populares. Demorou para que a imprensa de São Paulo, ao contrário da carioca, estampasse nas primei-

MERVAL PEREIRA

Lula 'se acha'

• São Tomás de Aquino considerava a soberba a raiz de todos os pecados. Na política, ela leva à arrogância e ao abuso do poder, é o contrário do espírito democrático. O Presidente Lula, do alto de uma crescente arrogância alimentada pelos recordes de popularidade, está "se achando", como dizem os mais jovens: se acha em condições de dar palpites sobre tudo, de decretar quem merece perdão e quem merece críticas, e, sobretudo e mais perigoso, se acha com poderes para escarnecer da legislação em vigor no país. Na sexta-feira, em Salvador, chegou a dizer um palavrão em público - e não é a primeira vez - criticando a lei eleitoral que dificulta suas viagens pelo país. Em verdadeiros comícios políticos para lançamentos de obras do PAC, ele finge ensinar ao povo como deve se comportar para não ferir a lei eleitoral.

Mangabeira Responde: Quem tem caixa-preta é o poder Executivo

24/04/2003 - 13h11

da Redação
em São Paulo

Quem tem caixa-preta é o Poder Executivo. Assim o professor de Direito da faculdade Harvard Roberto Mangabeira, colunista do UOL News, comentou as críticas do presidente Luiz Inácio Lula da Silva ao Poder Judiciário. Em discurso nesta semana no Espírito Santo, Lula afirmou que seria preciso abrir a caixa-preta do Judiciário. Lula ainda defendeu o controle externo para juizes.

Para Mangabeira, Lula pode ter falado do Judiciário "para não falar das duas caixas-pretas do Executivo". "Uma é a autonomia do Banco Central, que é para terceirizar a política econômica a um bando de financistas, e a outra é o dinheiro da propaganda oficial, que serve para aliciar a imprensa", diz.

"Agora mesmo, eles vão enfiar goela abaixo do país essas reformas antijurídicas e reformas caloteiras da Previdência. Não foi para isso que o Lula foi eleito, não foi para colocar panos quentes. Foi para mudar o país", diz.

Mangabeira ainda diz que Lula pode ter feito críticas ao Judiciário para "inibir o Judiciário no julgamento dos direitos adquiridos, encobrir a falta de uma política séria de Segurança Pública e desculpar a ausência de uma proposta de mudança do Judiciário que de acesso à Justiça à gente simples do país".

O professor acredita que o Brasil tem "uma sacada da frente e uma porta dos fundos". Na sacada, segundo ele, está o presidente, que age às vezes pilhéria, às vezes com choro, reclamando dos sindicatos e da globalização e pedindo comida para os pobres. Na porta dos fundos, saem sacos de ouro, não de comida, para os banqueiros", diz.

[Veja a página de Mangabeira na Universidade Harvard.](#)

SUPREMO

Duzentos anos de Judiciário independente

Marco Maciel
SENADOR E MEMBRO DA ACADEMIA
BRASILEIRA DE LETRAS

Há pouco mais de seis meses, a então presidente do Supremo Tribunal Federal, a ministra Ellen Gracie, comemorando o segundo centenário do Poder Judiciário independente de nosso país, iniciava a distribuição dos primeiros recursos extraordinários eletrônicos e via o ato “como sinônimo de rompimento com o passado e o início de uma fase de eficiência”. Anotava, também, que desde os tempos coloniais o padre Antônio Vieira já se revoltara contra a ineficiência da prestação jurisdicional.

A propósito, quase 400 anos atrás, em sermão na Capela Real de Portugal, Vieira, o “imperador da língua portuguesa”, como o cognominou Fernando Pessoa, chamava atenção para a circunstância que, na república hebréia – e em muitas outras – os tribunais e os ministros estavam às portas da cidade: “Antigamente estavam os

ministros às portas das cidades; agora estão as cidades às portas dos ministros. (...) Aqueles ministros, ainda quando despachavam mal os requerentes, faziam-lhes três mercês. Poupavam-lhes o tempo, poupavam-lhes o dinheiro, poupavam-lhes as passadas. Os nossos ministros, ainda quando vos despacham bem, fazem-vos os mesmos três danos. O do dinheiro, porque o gastais; o do tempo, porque o perdeis; o das passadas, porque as multiplicais”.

Ao fazer memória da data inaugural do Poder Judiciário independente no Brasil é inevitável reconhecer em rei dom João VI haver ele aqui concebido e executado um projeto de Estado. Também não podemos deixar de gizar a instalação dos cursos jurídicos em Olinda e São Paulo. Nas referidas faculdades, forjou-se a maioria dos estadistas do Império que tanto serviram aos três poderes e às demais instituições do país.

Destaque-se nesse travejamento inicial do Estado brasileiro, entre outras providências indispensáveis, a fundação da Casa de Suplicação do

É inevitável reconhecer em dom João VI aquele que executou um projeto de Estado

Brasil, em 1808, para substituir a Casa de Suplicação de Lisboa, instância final do julgamento dos processos judiciais. É oportuno referir, porém, que mesmo antes da promulgação da Constituição de 1891, o decreto nº 848, de 11 de outubro de 1890, baixado por Deodoro da Fonseca, na ocasião chefe do governo provisório dos Estados Unidos do Brasil, já estabelecera que o Superior Tribunal de Justiça deveria intitular-se Supremo Tribunal Federal.

Cabe salientar que a divisão tripartite de poderes idealizada por Montesquieu, às vésperas da Revolução Francesa, somente começou a ser plenamente aplicada a partir da decisão *Marbury versus Madison*, em 1803, quando John Marshall era presidente

da Suprema Corte dos Estados Unidos. Por ele foi consagrado o princípio da precedência dela na interpretação constitucional das leis votadas pelo Legislativo e aplicadas pelo Executivo.

Não foi por outra razão que o imperador Dom Pedro II, em julho de 1889, poucos meses antes da proclamação da República, designava Salvador de Mendonça para cumprir missão oficial nos Estados Unidos com a recomendação: “Estudem com todo o cuidado a organização do Supremo Tribunal de Justiça de Washington. Creio que nas funções da Corte Suprema está o segredo do bom funcionamento da Constituição americana: (...) Dêem toda a atenção a este ponto”, conforme assevera Leda Boechat Rodrigues, em seu livro *História do Supremo Tribunal Federal*.

A República atendeu a essa aspiração de Pedro II, ao adotar o modelo americano de controle jurisdicional de constitucionalidade das leis. E viu-se, mais tarde, em nosso evoluir histórico, a ampliação desse controle numa extensão que não é acompanhada por muitos outros países.

Hodiernamente, compete ao STF, de forma precípua, a guarda da Constituição. Entre as suas principais prerrogativas, está a de julgar a Ação Direta de Inconstitucionalidade, a Ação Declaratória de Constitucionalidade e a Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental, ambas concebidas pelo ministro Gilmar Mendes. E, na área penal, a competência para julgar, na hipótese de infrações penais comuns, o presidente da República, o vice-presidente da República, os membros do Congresso Nacional, os ministros de Estado e o procurador-geral da República, entre outros.

Mais do que fazer memória daquilo que fica do que passou, é oportuno celebrar também o papel que a Justiça brasileira vem oferecendo à preservação da harmonia e do equilíbrio entre os Poderes, além de seu zelo pela guarda da Constituição em seus preceitos fundantes dos valores essenciais que consolidam o autêntico estado democrático de direito, para que as instituições nacionais se enraizem no sentimento cívico do povo brasileiro.

Fiscalização e democracia

José Maurício Nolasco

PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE CONTAS DO
ESTADO DO RIO DE JANEIRO

As democracias bem-sucedidas se caracterizam por um salutar equilíbrio entre os poderes, pela manutenção de instâncias fiscalizadoras ágeis e transparentes, e por uma legislação que não fique ao sabor de interesses incompatíveis com o bem comum. Sem estes dados fundamentais, a governabilidade de qualquer Estado se perde, passando a dar espaço a conflitos de forças cegas que, a médio e longo prazo, irão tornar a gestão da coisa pública absolutamente caótica e ineficaz. Neste contexto, os tribunais de Contas exercem papel muito importante, com os seus procedimentos de auditoria, checagem e normatização de contratos.

Um trabalho dessa natureza é hoje uma referência técnica muito importante para o debate político, pois as sociedades desejam algo mais do que simples ideologias ou utopias: querem transparência, equidade e boa aplicação dos recursos públicos.

No Brasil, a fiscalização técnica preventiva feita pelos tribunais de Contas se transformou, com o decorrer dos anos, em um inestimável apoio para os governantes comprometidos com a administração eficaz, a qual está entre as principais exigências do conjunto da sociedade brasileira. Com um corpo técnico em geral diversificado e especializado, esses órgãos hoje estão preparados para verificar, com competência, editais e contratos públicos das mais variadas naturezas: das questões ambientais às de propriedade industrial, passando pela verificação de onde e como o dinheiro do contribuinte está sendo aplicado.

Aristóteles já dizia, com propriedade, que o homem afastado da política, ou seja, o que não se interessa pelas questões relevantes para a polis, das duas uma: ou é um animal ou um deus. O pensador grego tinha em mente a importância absoluta das coisas relativas à

instância pública, as quais deveriam estar à mão de todos os cidadãos, que, assim, poderiam discuti-las e aprimorá-las. Pois bem: tendo essa transparência em vista, mais do que nunca é preciso levar a cada cidadão, a cada contribuinte, a notícia de que o trabalho de um tribunal de Contas volta-se para assegurar o controle da coisa pública em vista da sua finalidade institucional.

Não importa isto dizer que não poderá ser acionado a atuar por pessoa comum, se o resultado objetivado se mostrar claramente consentâneo com o interesse público, como seria o caso de fundada suspeita de morador de certo bairro quanto à lisura de determinada obra pública sob sua observação diária.

Essa face, que constitui a verdadeira essência do poder público, fica infelizmente em geral submersa, oculta em meio a denúncias de toda a sorte. Sendo assim, cabe a nós dar visibilidade ao que é bom, ao que representa um instrumento para o cidadão, na exata medida em que é, na prática, um controle isento dos atos administrativos. E é isto

o que faz um tribunal de Contas: controle legal e soberano, assegurado constitucionalmente, com preservação de isenção relativamente à origem do ato administrativo a ser examinado. Um controle legal e consequente, sob outorga do Poder Legislativo. Um controle necessário, tendo em vista que é da natureza da democracia estabelecer, em benefício de todos, mecanismos que defendam o poder público da inserção-espúria de in-

Cabe a um tribunal de Contas controle legal e soberano, assegurado constitucionalmente

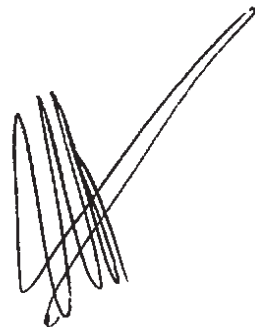
teresses menores, episódicos, compromissados em encontrar brechas de onde vão enfraquecer as instituições políticas legítimas.

Os historiadores registram que os antigos, tanto gregos como ro-

manos, apontavam que a administração do Estado deve ser exercida por diferentes instâncias, as quais serão as defensoras do interesse comum. E nisso tinham razão, pois o Estado não pode, por um lado, ser hipertrofiado com escalões intermináveis de burocratas, e por outro não pode perder de vista o fundamental princípio de subsidiariedade, que se resume ao seguinte: o Estado deve marcar presença nas vezes em que o bem comum e as leis em sua defesa correm o risco de sucumbir.

Assim, não devemos cair em um democratismo utópico sem regulação interna ou externa da coisa pública e nem numa situação em que o Estado aumente os seus tentáculos a esferas que não lhe dizem respeito.

Os tribunais de Contas contribuem, com a sua fiscalização, para manter o equilíbrio entre esses dois extremos em nosso país. Com o seu trabalho discreto, objetivo, ajudam a manter os princípios sem os quais a democracia correria o risco de se transformar num simples slogan.



Durante o discurso do Sr. Mozarildo Cavalcanti, o Sr. Papaléo Paes, suplente de Secretário, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Geraldo Mesquita Júnior.

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Mesquita Júnior. PMDB – AC) – Agradeço, Senador Mozarildo.

Concedo a palavra, de imediato, ao Senador Papaléo, por permuta com o Senador Jayme Campos. S. Ex^a dispõe de vinte minutos para o seu pronunciamento.

O SR. MÁRIO COUTO (PSDB – PA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente Geraldo Mesquita, inscreva-me para falar como Líder da Minoria. Eu lhe agradeço, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Mesquita Júnior. PMDB – AC) – Assim será feito, Senador.

O SR. PAPALÉO PAES (PSDB – AP. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, coerência é, em seu sentido mais rigoroso, a capacidade de manter-se fiel a si mesmo e aos princípios éticos e morais que balizam sua vida.

Podemos ser coerentes e reconhecer no outro, até mesmo no adversário, seus méritos e conquistas. Podemos ser coerentes e, mesmo assim, saber ceder na busca de um entendimento que seja benéfico ao povo brasileiro.

Infelizmente, a prática da coerência é pouco louvada no Brasil, chegando mesmo a ser considerada nociva para o jogo político. Essa é a conclusão a que chegamos ao fazer a retrospectiva do Governo que temos!

O Presidente Lula e seus seguidores esquecem e negam o que sempre pregaram e venderam ao povo brasileiro nas eleições passadas. Para piorar, teimam em atribuir, depois de seis anos de poder, a uma fictícia “herança maldita” os males que não conseguem erradicar.

Não faz muito tempo vivemos um episódio de uma seqüência interminável de contradições: a batalha da renovação da CPMF – em boa hora perdida pelo Governo Lula.

Criada no Governo Fernando Henrique Cardoso, por sugestão do então Ministro da Saúde, Dr. Adib Jatene, que necessitava de verba para a área, a CPMF foi, à época, duramente criticada pelos Parlamentares do PT, que se posicionaram totalmente contrários ao imposto. Quando da prorrogação da contribuição pedida e obtida por FHC, o PT votou contra. Alguns dos ilustres Parlamentares do PT, atualmente na Câmara dos Deputados e no Senado Federal, votaram contra. Na oposição, queriam a revogação da CPMF. No Governo, defenderam com unhas e dentes a contribuição contra a qual vituperavam. Estou falando de coerência.

Antes de ser Governo, Lula veio ao Congresso para barrar a CPMF. Quando candidato, ele e o PT não se cansavam de criticar o imposto CPMF. Depois de eleito, esqueceram as críticas e levantaram a bandeira da Contribuição, sob o argumento de que era imprescindível para que o Governo pudesse continuar os programas sociais, como o Bolsa-Família.

Sr^{as} e Srs. Senadores, para nossa sorte, nos últimos seis anos o Brasil tem navegado em mares de almirante. Ainda bem, para todos nós brasileiros.

Se a política traçada pela equipe de Fernando Henrique Cardoso era – e continua a ser – boa e eficaz, a reforma tributária, nunca alcançada, permanece uma necessidade!

Agora, o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva se permite dizer coisas – e ainda há pouco citou aqui o Senador Mozarildo Cavalcanti que ele fala e nem sente o que fala – do tipo: “Acho importante que os banqueiros ganhem dinheiro, porque, quando eles perdem, o povo paga”.

Sr^{as} e Srs. Senadores, lucro de banqueiro não parece tão feio agora quanto parecia quando se era oposição, e o único compromisso era com o discurso, sem qualquer engajamento com a responsabilidade de governar.

Na verdade, com promessas de mudança, o que o atual Governo fez foi consolidar – e isso fez muito bem – a política econômica iniciada com o Plano Real, ainda no Governo Itamar Franco, sob a batuta do ex-Presidente Fernando Henrique Cardoso. Foi buscar para pilotar sua política monetária um ex-presidente mundial do BankBoston e recém-eleito Deputado Federal pelo PSDB. Aparentemente, as hostes do Partido do Presidente não dispunham de pessoas capacitadas a convencer o mercado da seriedade da proposta que acabava de ganhar a eleição brasileira.

“Foi para isto que o povo brasileiro me elegeu Presidente da República: para mudar”, afirmaria o Presidente Lula logo após sua ascensão ao cargo.

Sr. Presidente, a pergunta que se pode fazer hoje é: o que realmente foi mudado? O Bolsa-Família, pelo fato de ter sido feito como a sistematização e a unificação de programas pré-existentes no Governo Fernando Henrique Cardoso? Parece-nos pouco como mudança!

A taxação das aposentadorias dos servidores públicos, apesar de ter derrotado proposta semelhante no governo anterior? Parece-nos mais uma contradição, que não mudou nada, a não ser onerar os servidores. Depois de impor taxação à aposentadoria dos servidores, o Presidente afirmou diversas vezes que não há déficit na Previdência, apenas uma questão contábil. O fato é que nessa reforma só os funcionários públicos é que pagaram o ônus. Ressalte-se que o novo regime inscrito na Constituição Federal até hoje não teve

regulamentado o funcionamento dos fundos de previdência, o que coloca os servidores em uma espécie de limbo quanto à aposentadoria a que de fato farão jus ao completar o tempo devido de contribuição.

E a recuperação da infra-estrutura do País? Estou falando de incoerência. Essa está ainda pior do que já era e, passados quase seis anos de Governo Lula, tornou-se um entrave importante para o desenvolvimento nacional, em face dos custos elevados que impõe aos nossos produtores.

Ainda estou falando de incoerências.

E o gargalo da geração de energia, Sr. Presidente? Sr^{as} e Srs. Senadores, passaram-se mais de seis anos sem que houvesse qualquer iniciativa deste Governo para mudar o que eles chamavam, antes de 2003, de “caos da energia”. Os riscos de apagão continuam e as hidrelétricas só agora começaram a sair do papel. No período de 2004 a 2006 não houve um megawatt de acréscimo na capacidade instalada no País, somadas todas as formas de geração existentes no Brasil, inclusive a importação de países vizinhos.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, é muito tempo para quem queria fazer diferente do que havia sido feito.

E por aí vai um verdadeiro rosário de mudanças não realizadas, um verdadeiro calvário para todos os que querem fazer o País crescer de fato e ver uma nova realidade, uma melhor realidade se enraizar na sociedade brasileira.

Política é a arte de saber construir compromissos para um projeto em favor do Brasil e de seu povo. Coerência é ser fiel aos princípios que nos movem nessa direção. Essa, Sr. Presidente, infelizmente, não parece ser a mola mestra do atual Governo e do PT.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Mesquita Júnior. PMDB – AC) – Há expedientes sobre a mesa, que passo a ler.

São lidos os seguintes:

REQUERIMENTO Nº 579, DE 2008

Requer voto de pesar pelo falecimento do ex-Senador Artur da Távola.

Corn fundamento no disposto nos artigos 218 e 219 do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro a Vossa Excelência a inserção em Ata de voto de profundo pesar pelo falecimento do ex-Senador Artur da Távola, ocorrido no dia 9 de maio, no Rio de Janeiro.

Justificação

Paulo Alberto Moretzsohn Monteiro de Barros, mais conhecido como Artur da Távola, filho de Paulo de

Deus Moretzsohn Monteiro de Barros e de Magdalena Koff Monteiro de Barros, nasceu em 3 de janeiro de 1936. Formou-se em Direito pela PUC do Rio, no ano de 1959. Na universidade, participou ativamente do movimento estudantil. Especialista em educação, pelo Centro Latino-Americano de Formação de Especialistas em Educação, trabalhou em programas educativos da Rádio MEC.

Em 1960, inicia a sua vida parlamentar como deputado constituinte no Estado da Guanabara, pelo PTN, onde fez oposição ao então Governador Carlos Lacerda. Teve os direitos políticos e o mandato cassados no regime militar, exilando-se na Bolívia e no Chile entre 1964 e 1968.

Foi um dos fundadores do PSDB e líder da bancada tucana durante a Assembléia Nacional Constituinte.

Como jornalista, escreveu diversos artigos em sua coluna no jornal **Última Hora, O Globo, O Dia**, entre livros.

Em 1994 foi eleito senador pelo PSDB.

Grande conhecedor da música, apresentou, entre outros, o programa “*Quem tem medo de música clássica*”, na TV Senado.

Távola era conhecido por ter uma personalidade marcante e dizia que “estava permanentemente em obras e que se ajustava a cada desafio da vida”.

é difícil defini-lo por uma única característica. Ele se mostrou, entre nós, um ser de múltiplos predicados. Escritor, poeta, profundo conhecedor da música, em todos os seus segmentos, político, jornalista.

Como escritor, foi brilhante em mais de duas dezenas de livros publicados, além de artigos e crônicas, nos principais jornais do país. Em todos eles, o enfoque principal sempre foi o ser humano. Os seus textos sempre foram o resgate dos sentimentos mais nobres da vida, como o humanismo, a solidariedade, a compaixão, a amizade e, principalmente, o amor. O grande projeto de sua própria existência sempre foi decifrar os mistérios da vida.

À família de Artur da Távola, os nossos mais profundos sentimentos de pesar pela morte deste grande homem público.

Sala das Sessões, 12 de maio de 2008. – Senador **Pedro Simon**, Senador **Romero Jucá**.

REQUERIMENTO Nº 580, DE 2008

Requer voto de pesar pelo falecimento do Senador Arthur da Távola, (Paulo Alberto Monteiro de Barros) ocorrido no Rio de Janeiro, no dia 9 de maio de 2008.

Requeiro, nos termos do art. 218, do Regimento Interno, a inserção em ata, de voto de pesar pelo fale-

cimento ocorrido no Rio de Janeiro, em 9 de maio de 2008, do ex-Senador, escritor e jornalista Paulo Alberto Monteiro de Barros, Arthur da Távola.

Requeiro, ademais, que esse voto de pesar seja levado ao conhecimento da esposa, Miriam, e, por seu intermédio, aos demais familiares.

Justificação

Deputado Estadual por dois mandatos, o advogado, formado pela PUC do seu Rio de Janeiro, honrou o Senado ao cumprir mandato em que foi um dos mais atuantes parlamentares, sempre presente, com seus discursos bem elaborados, firmes nas críticas e elegante no texto. Ele foi também, por duas vezes, Deputado Federal, Constituinte de 1988 e Líder da Bancada de um PSDB que ousadamente nascia para renovar a política brasileira.

Após cumprir seu mandato no Senado, não disputou novas eleições e passou a se dedicar à sua mais forte vocação: crônica, poesia, romance, música. Treze livros publicados, e não sei quantos mais, porventura, inéditos.

Nascido em 3 de janeiro de 1936, Arthur da Távola iniciou a vida parlamentar em 1960, elegendo-se Deputado Estadual pelo PTN. Cassado pelo regime militar, morou, entre 1964 e 1968, na Bolívia e no Chile. No regresso à Pátria, passou a usar o pseudônimo Arthur da Távola. E, com ele, ficou conhecido pelas extraordinárias crônicas que eram publicadas na última página do caderno cultural de **O Globo**. Era, então, crítico de TV, mas o que ele escrevia ia muito além, tocando invariavelmente no fundo da alma de quem as lia. À época, ainda não se falava em livros ou literatura de “auto-ajuda”, mas qualquer avaliação concluirá que os escritos de Arthur da Távola eram lições de vida, cheios de ternura e lirismo, sem jamais tocar, nem de longe, no terreno da pieguice. Não! Suas crônicas nem ao menos resvalavam no terreno da chamada “literatice”, de textos ridiculamente sentimental ou feito com palavras vãs. Arthur da Távola tinha outra grande qualidade, a de conhecedor profundo e amante da música erudita. Na TV Senado, seu programa *Quem tem medo de música clássica* vai permanecer para sempre na memória de tantos milhares que admiravam o programa. Num dos últimos programas dessa coletânea, Arthur da Távola estabeleceu paralelo entre o tratamento dado por Gounod, em sua clássica Ave Maria, e a não menos clássica Ave Maria no Morro, de Herivelto Martins, na música popular. Ambas conferem forte entonação à palavra Maria. A forma com que Távola, nesse programa, oferecia as explicações sobre a similitude que via nas duas Ave Maria foram sobretudo didática, de

fácil compreensão pelo público ouvinte. Ali brilhava o cérebro privilegiado de Arthur da Távola. Ali reluzia seu singelo jeito de tratar as palavras.

Sala das Sessões, 12 de maio de 2008. – Senador **Arthur Virgílio**, Líder do PSDB, Senador **Alvaro Dias**, Senador **Romero Jucá**.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Mesquita Júnior. PMDB – AC) – O Senador Alvaro Dias assina o requerimento de autoria do Senador Arthur Virgílio e o Senado inteiro assinaria, e assina, tais requerimentos, com maior prazer, pela honra, mas com pesar.

Concedo a palavra ao Senador Arthur Virgílio; em seguida, faculto a palavra ao Senador Pedro Simon.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM. Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, soube da morte de Artur da Távola, de Paulo Alberto Monteiro de Barros, com muita dor, mas sem surpresa.

Esse amigo tão querido, esse companheiro tão firme, esse homem público tão coerente, esse intelectual tão sofisticado, com treze obras publicadas e não sei quantas porventura ainda inéditas, estava gravemente enfermo. Fizera delicada cirurgia de coração – cirurgia esta que o fez receber sofisticado aparelho e que malogrou porque o aparelho falhou. E ele não tinha mais condições físicas de repetir a tentativa. Viveu, então, com qualidade de vida declinante, mais dois anos; menos que três, com certeza.

Portanto, sua morte não foi para mim uma surpresa, foi uma dor.

Gostaria, Sr. Presidente, de expressar um pouco do que sinto pela figura pública e pela figura humana de Artur da Távola. Antes de mais nada, ele era uma síntese muito feliz do intelectual, verdadeiramente merecedor desse nome, com o homem público exitoso, que foi duas vezes Deputado Estadual, no Rio de Janeiro – ele era então o Deputado Estadual Paulo Alberto Monteiro de Barros –; duas vezes Deputado Federal; fundador e líder do PSDB, já Artur da Távola; Senador da República, Líder do Governo do Presidente Fernando Henrique Cardoso; Presidente Nacional do meu Partido, o PSDB. Mas a feliz síntese entre alguém que conseguiu ter votos, que se elegeu inúmeras vezes, e era um intelectual irreprochável, alguém que fazia a crítica de arte com enorme sentido construtivo, alguém que escrevia esmerada e talentosamente, alguém que se marcava por ser um cronista de escol, um romancista de peso, um profundo conhecedor de música erudita e de música popular brasileira também.

Eu almoçava com meu filho do meio, o Juliano, Senador Jarbas Vasconcelos, quando soube da notícia do falecimento do Paulo Alberto. E tentei explicar ao meu filho quem era Paulo Alberto Monteiro de Barros, quem era Artur da Távola. E meu filho de 16 anos já sabia muito bem. Ele me disse não perder nenhum dos programas de música clássica que Arthur produzia para a TV Senado; ele que fazia também um programa do mesmo sentido e do mesmo valor para a Rádio Senado.

Artur se esmerava no seu estúdio...

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Peça a V. Ex^a um tempinho para concluir.

Artur se esmerava no seu estúdio improvisado, em casa, no seu próprio gabinete de trabalho como Senador, horas a fio, trocando uma frase por outra frase até que o texto estivesse perfeito aos olhos dele. E certamente muito perfeito aos olhos dos que eram seus leitores, como eu era seu leitor e tantos de nós éramos seus leitores.

Artur era uma figura doce, mas essa doçura não o impediu de enfrentar o regime de força, o regime autoritário, o regime militar. Foi pelo regime exilado no Chile e na Bolívia. Artur, portanto, era doce, mas era firme. E a sua firmeza não o fazia uma figura menos simpática do que a mais simpática das figuras humanas com as quais pudéssemos lidar.

Artur da Távola conseguia ser firme, doce, conciliador, coerente. Não era fácil resumir tudo isso numa só pessoa pública, e eu via nele muita bondade pessoal.

Quero deixar um abraço à Miriam, sua companheira, e a todos os seus familiares o meu sentimento mais profundo de pesar.

Artur vai fazer muita falta. Como homem público, a gente já o havia perdido, do ponto de vista das eleições. Ele continuava um militante do meu Partido, alguém que sempre aconselhava, que sempre tinha coisas boas para falar e coisas boas de se ouvir. Mas a figura humana, aquela da conversa interminável, aquela da conversa que sempre revelava o melhor gosto literário, o melhor gosto pelo cinema, o melhor gosto pelo teatro, a última informação sobre a música, esse Artur da Távola faz uma falta imensa.

É dever de todos homenagearmos Artur da Távola, Sr. Presidente. Eu gostaria, portanto, de dizer que algumas pessoas tinham uma legitimidade muito especial. O Governador de São Paulo, José Serra, por exemplo, era realmente muito amigo dele, amigo muito próximo, muito querido. Fez, hoje, um artigo que, eu tenho certeza, foi feito pelas próprias mãos do Serra,

não foi feito por ninguém outro, por nenhum assessor, por nenhum *ghost writer* talentoso, foi feito pelo próprio sentimento do Governador Serra. Conta passagens muito pessoais, passagens muito marcantes na vida de ambos, e eu sei do carinho que um tinha pelo outro, do respeito, do amor fraterno que ligava Serra a Artur da Távola.

Eu peço que esse artigo, publicado hoje no jornal **O Globo**, faça parte do meu discurso, na íntegra.

Ainda, Sr. Presidente, comunico à Casa que estou apresentando requerimento para realização de sessão solene especial, destinada a homenagear a memória do intelectual, Deputado Estadual, Deputado Federal, Senador Artur da Távola, por entender que aqui fazemos, numa segunda-feira, uma improvisada homenagem. Ele merece mais, ele merece todas as homenagens sempre, e merece uma sessão que dê aos seus amigos oportunidade de acorrerem do Brasil para o Senado, para aqui dissecarem o orador brilhante, o intelectual de peso, o amigo leal, o companheiro fraterno, a figura humana doce, o homem de bem, o homem íntegro. Quando vemos todo esse emaranhado de corrupção, de perfídia, de falsidades, vejo como era puro o coração de Artur da Távola.

Portanto, Senador Geraldo Mesquita, como Líder do PSDB, como Senador do PSDB, como militante tucano e como amigo muito fraterno e muito querido de Artur da Távola, juntamente com o Senador Alvaro Dias e com V. Ex^a, firmei requerimento de voto de pesar, assim como estou endereçando à Mesa requerimento de sessão solene especial. Acredito que até lá haverá muito mais serenidade para se falar de uma figura tão abrangente, de uma figura que é tão muitas. Artur da Távola era tão mais de um que conseguia, com muita honestidade, sendo Paulo Alberto, ser chamado de Artur da Távola. Geralmente quem troca de nome não é honesto, quem tem algo para temer. Artur da Távola era uma figura de pureza. Era Paulo Alberto, com muita pureza, e Artur da Távola, com muita integridade.

Na hora da sessão solene especial teremos muito mais serenidade para falar dele, já com a dor mais apascentada e, com toda a certeza, com a capacidade de lembrar das coisas boas e até divertidas que protagonizavam a convivência inesquecível com esse grande amigo.

Muito obrigado.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO EM SEU PRONCIAMENTO.

(Inserido nos termos do inciso I, § 2º, art. 210 do Regimento Interno)

O GLOBO

DATA: 12/05/2008

Paulo Alberto

JOSÉ SERRA

Um relato do Márcio Fortes, na última quinta-feira, em São Paulo, me deixou apreensivo: "Visitel o Artur da Távola no fim de semana. Ótima conversa. Mas ele está muito frágil, não vai bem. A Miriam pediu para te dizer que não deixe de ir vê-lo logo."

Planejei visitar o Paulo Alberto (Artur da Távola era o seu pseudônimo como jornalista e escritor, que ele adotou na época da ditadura) na segunda-feira seguinte. Mas a preocupação não me saiu da cabeça.

Na tarde de sexta, em viagem pelo interior de São Paulo, um assessor se aproximou com ar de más notícias. Num átimo, pressenti do que se tratava.

A partir daí, e até agora, as lembranças misturam tempo, cenários e conversas passadas.

A última vez que estive com ele, no hospital, com sua inteligência e bom humor em dia, ao lado do sofrimento físico.

Em 1963, no Rio de Janeiro, em alguma reunião onde o conheci, adversário do Lacerda, expressando-se com clareza, engraçado e boa-pinta.

No início dos anos noventa, numa salinha da liderança do PSDB na Câmara, depois da sessão do dia, somente os dois, disputando quem conhecia mais as letras de músicas do Orlando Silva.

O Zé Kéti visitando o Paulo na Embaixada da Bolívia, cantando "Diz que eu fui por aí", uma composição que não fora ainda lançada.

Em La Paz, no começo do exílio, pleno inverno, a uns 4 mil metros de altura, compartilhando com ele o quarto do hotel.

Em Santiago do Chile, na sala da sua casa, ouvindo o professor Anísio Teixeira, seu sogro, um dos maiores educadores que já tivemos, contando como estava o Brasil.

No apartamento do senador José Richa, em 1988, planejando a fundação do PSDB.

Vendo-o na TV Senado e ouvindo-o na Rádio Cultura de São Paulo, explicando, analisando e apresentando música clássica.

Quando estudante de Direito, Paulo foi diretor de um jornal da União Metropolitana dos Estudantes, "O Metropolitano", que circulava como encarte dominical do "Diário de Notícias" — e, sem exagero, precursor de um estilo novo na imprensa brasileira ao longo dos anos sessenta.

Em 1963 já era deputado e líder do PTB na Assembléia Legislativa da Guanabara.

Esse foi um ano difícil — inflação alta, inquietação militar, greves, agitação estudantil, governo hesitante — e longo: acabou, de fato, em primeiro de abril de 1964, quando o presidente Goulart foi deposto.

No exílio, Paulo instalou-se com sua família no Chile, onde fez programas de rádio e de TV, com grande sucesso. Lá nasceram dois dos

seus três filhos.

Retornou ao Brasil antes do AI-5, assumindo o jornalismo como atividade principal.

Já no final dos anos setenta, depois da anistia, retomou a atividade política. Foi eleito deputado federal em 1986 e reeleito em 1990.

Deu grandes contribuições à nova Constituição, principalmente em relação à comunicação, à liberdade de opinião e de informação.

Elegeu-se senador em 1994, vindo a ser, para mim, o melhor orador da legislatura, com improvisos que poderiam ser transcritos como textos irretocáveis: entonação agradável, idéias boas, por vezes expostas com veemência, mas sem nenhuma ira, mesmo em relação aos adversários.

Por essência, era um homem sem rancores. E um magnífico analista de pessoas e de seu comportamento, sem qualquer mordacidade.

Lembro-me que o Marcello Cerqueira, seu amigo fraterno, nos idos dos anos sessenta, dizia, divertido: "Paulinho, você é a figura síntese do IV Centenário da cidade."

O Samuel Wainer me disse, logo no começo do exílio, que achava o Paulo Alberto o político mais promissor da nova geração, e que ele chegaria a presidente da República.

Quando nos conhecemos, eu tinha 21 anos, e passei a tratá-lo como uma espécie de irmão mais velho, não pela diferença de idade, mas de sabedoria. Isto se manteve por todas estas décadas.

Talvez ninguém na vida pública tenha me conhecido tão bem, nos gestos e detalhes e, ao mesmo tempo, me aceitado tão bem.

Por isso mesmo, suas reflexões e opiniões a respeito de rumos que eu deveria tomar em cada fase de minha trajetória, ou como reagir em determinadas situações, sempre foram lúcidas e objetivas, em geral acertadas!

É evidente que a previsão do Samuel exigia uma combinação, digamos assim, de destino e circunstâncias.

Mas o Paulo teve outro problema: em relação à média da política brasileira, ele era equilibrado demais, tinha paciência de menos para cultivar bases eleitorais, avesso a factóides, e

tinha, digamos, excessiva boa-fé nas pessoas — na verdade, como dizia o Marcello, ele tinha a visão do outro, reconhecia *the otherness of the others*, uma expressão de Albert Hirschman, que não sei agora como traduzir.

Num recente jantar com amigos próximos, ao lado da fraqueza física que preocupou a todos, mostrou imensa percepção e acuidade na análise do Brasil.

Como se recordasse o verso de Fernando Pessoa, que ele mesmo costumava citar: "Estou lúcido como se estivesse para morrer."

JOSÉ SERRA é governador de São Paulo.

Senador, em 1994,
foi o melhor
orador da casa,
com discursos
irretocáveis

Era um magnífico
analista de
pessoas, sem
qualquer
mordacidade

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Mesquita Júnior. PMDB – AC) – Muito obrigado.

Parabéns pela sentida homenagem, Senador Arthur Virgílio. Perdemos um grande homem público quando se fala de uma certa dimensão, mas que permanecerá vivo na nossa memória eternamente.

Concedo a palavra aos dois subscritores, Senador Pedro Simon e Senador Alvaro Dias, caso desejem justificar o teor o requerimento.

Senador Pedro Simon com a palavra.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS. Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) – Primeiro, concordo inteiramente com o Senador líder do PSDB com que haja uma sessão especial em homenagem a Artur da Távola. Acho que ele realmente merece.

Falo aqui em uma condição muito especial, Sr. Presidente. Eu tinha uma amizade muito íntima e muito fraterna com o Artur da Távola. Amigos de longa data, ainda do tempo do velho MDB, acompanhei Artur da Távola. Os pais dele, como os meus, vieram do Líbano e, como os meus, foram se radicar no Rio Grande do Sul. Meus pais, em Caxias, e os dele, em Garibaldi e Bento Gonçalves. Dali foram para o Rio e, lá, nasceu Artur da Távola. Carioca, sim, mas também com sentimento do Rio Grande do Sul e um sentimento místico da terra libanesa, de onde seus pais vieram.

Creio que Artur da Távola era uma das pessoas diferentes que podíamos imaginar. Era uma pessoa de uma pureza, de uma bondade, de uma meiguice, de uma grandeza. Eu ficava impressionado com os discursos de Artur da Távola.

O Líder disse que, quando ele escrevia, ele alterava, modificava para que o texto ficasse perfeito. Eu vou além disso. Quando ele falava da tribuna, eu dizia a ele: "Artur, você fala, e o que você fala da tribuna, de improviso, pode-se publicar porque é perfeito. Parece que você redigiu com perfeição aquilo que você fala absolutamente de improviso."

Eu me lembro de quantas pessoas eu encontrei pelo Rio Grande do Sul que diziam: "Senador, que coisa impressionante. Eu nunca consegui ouvir um texto de música clássica. Achava horrível. Eu não entendia. Depois que aquele Senador do Rio de Janeiro criou aquele programa na TV Senado, "Quem tem medo de música clássica?", eu hoje sou um apaixonado por música clássica. Os textos em que aparece o que ele explica eu faço questão de comprar porque, depois de ele explicar, eu escuto e parece que sou um profissional, eu entendo tudo, compreendo e vibro com a beleza".

Eu fico pensando como é que o Artur da Távola conseguiu viver e sobreviver tanto tempo no Rio de Janeiro. Naquela política tão complicada, tão complexa, ele

que era de uma pureza, de uma profundidade, de uma grandeza! Ele que estava num patamar muito acima da imensa maioria da classe política brasileira! Ele era um homem de palavra, era um homem de dignidade, era um homem de ver, em qualquer pessoa, o lado bom.

Sabemos que todos têm o seu lado bom. É que geralmente nós vemos nas pessoas o lado ruim, por menor que ele seja. Mas ele era o contrário. Ele valorizava tudo e todos.

Lembro-me dos conselhos de Artur da Távola; lembro-me da conversa de Artur da Távola. Eu me lembro da análise que ele fazia dos mais variados personagens da política do Rio de Janeiro, seus amigos ou seus adversários. Ele os via, como sempre, como pessoas que fizeram muito pelo Rio de Janeiro.

Artur foi um jovem brilhante e foi cassado; foi cassado pelo pensamento, pois dizia o que sentia. Naquela época, ele era da mocidade empolgada! Estávamos a caminho de um novo Brasil! Foi para o exterior, foi para o Chile; e voltou. Jornalista, homem de rádio, para poder sobreviver, quando retornou, mudou de nome, porque os militares tinham o seu nome marcado, carimbado. De certa forma, o sobrenome de Artur da Távola ele manteve. Suas crônicas, suas poesias, seus programas de rádio. Ele conseguiu vencer ainda mais chegando a esta Casa.

Artur da Távola morreu do coração. Interessante, quando ele, à época do primeiro infarto que teve, analisava: "Olha, Pedro, quando a gente teve um problema que nem eu, a gente passa a viver como que flutuando; é um tempo a mais que a gente sabe que tem e não sabe por quanto tempo tem. Então, deve-se aproveitá-lo". É o que eu faço. É o que ele fazia.

O programa de televisão que ele tinha, eu faço um apelo à direção da TV Senado – não pode criar de novo, ele morreu –: que repita várias vezes os programas que ele fez. Repita. Porque os seus programas eram como aula. E muito mais pessoas, ainda mais agora que a TV Senado está chegando de forma aberta lá no meu Rio Grande do Sul, todos podem assistir, que se repita; é uma das formas pelas quais, para nós aqui no Senado, ele continuará a fazer um grande papel.

A coerência de Artur da Távola; a dignidade de Artur da Távola; a fidelidade aos seus princípios, às suas idéias dentro do MDB; não aceitou e saiu para criar o PSDB não por vantagens ou por qualquer outra tese, apenas por ele se sentir melhor. Mesmo no seu PSDB, ele tinha o seu debate pelas suas idéias e pelos seus princípios.

O Brasil perdeu Artur da Távola. O Brasil perdeu muito. E, na nossa galeria dos grandes homens, eu acrescento o querido nome de Artur da Távola.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Mesquita Júnior. PMDB – AC) – Agradeço ao Senador Simon.

Passo, incontinenti, a palavra ao Senador Alvaro Dias, a quem peço que, em seguida, assuma esta Presidência, para que depois, como orador, eu possa fazer uso da palavra.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR. Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, também quero, em poucas palavras, manifestar o mais profundo sentimento. A perda de Artur da Távola certamente não pode ser descrita em poucas palavras.

Senador Mão Santa, eu estava imaginando que palavra buscaria para qualificar Artur da Távola e cheguei à conclusão de que a melhor palavra para esta qualificação seria qualidade, qualidade do amigo, do amigo leal, solidário.

Confesso que Artur da Távola foi uma das razões do meu ingresso no PSDB. Com sua capacidade de articulação política, sua habilidade, manteve entendimentos que proporcionaram a minha filiação ao Partido. Ele foi seu Presidente, um dos mais destacados Presidentes, sem dúvida, da história do PSDB.

Qualidade de orador. O Senador Pedro Simon disse muito bem. O discurso de improviso de Artur da Távola era como o discurso escrito. Se o ouvíssemos pelo rádio, teríamos a impressão de estar ele lendo um texto escrito cautelosamente.

No entanto, sua capacidade de articulação verbal, sua capacidade de reflexão rápida lhe permitiam ser um erudito, um grande orador, capaz de dissertar sobre os mais variados assuntos com a mesma qualidade.

Ouvir Artur da Távola era sempre um prazer, pela forma e pelo conteúdo. A forma imbatível de quem sabe escolher as palavras adequadas para exteriorizar o pensamento; o conteúdo, irretocável, em razão do seu preparo intelectual. Um homem que gostava de arte e de música. Isso, por si só, revelava a extraordinária sensibilidade do ser humano Artur da Távola. Por mais que se possa dizer, será muito pouco diante do significado dele. Para nós, seus companheiros, para o Senado Federal, em razão da sua postura sempre digna, para o País, para a arte, para a música, para a cultura, enfim, Artur da Távola foi uma síntese do ser humano desejado para que o mundo se torne melhor.

As minhas homenagens à família, a minha solidariedade neste momento de dor. E, certamente, recolho dos ensinamentos de Artur da Távola orientação para que eu possa caminhar sempre o caminho da correção, da dignidade e da justiça.

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Mesquita Júnior. PMDB – AC) – A Presidência encaminhará o voto de pesar solicitado.

Os requerimentos que acabam de ser lidos vão ao Arquivo.

Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 581, DE 2008

Com fundamento no arts. 154, § 5º, e 199 do Regimento Interno do Senado Federal, requeremos a realização de Sessão Solene Especial destinada a homenagear a memória do intelectual e ex-senador Artur da Távola.

Justificação

Artur da Távola foi escritor, jornalista, advogado, professor e político. Um dos fundadores do PSDB, foi presidente do Partido entre 1995 e 1997, líder da bancada tucana na Assembléia Constituinte, em 1988, e líder do governo Fernando Henrique Cardoso no Senado Federal.

Artur da Távola faleceu no último dia 9 de maio, no Rio de Janeiro. O Brasil perde um grande homem, exemplo de ética, dignidade e competência, comprometido com a democracia e a justiça social.

Sala das Sessões, em 12 de maio de 2008. – Senador **Arthur Virgílio**, Líder do PSDB.

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Mesquita Júnior. PMDB – AC) – O requerimento que acaba de ser lido será votado oportunamente.

Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 582, DE 2007

Na forma do disposto no Regimento Interno e de acordo com as tradições da Casa, requeremos as seguintes homenagens pelo falecimento do Ex-Senador Paulo Alberto Artur da Távola Moretzsohn Monteiro de Barros, ocorrido no dia 09 de maio, na cidade do Rio de Janeiro.

a) inserção em ata de voto de profundo pesar;

b) apresentação de condolências:

– a Partido da Social Democracia Brasileira;

– ao Partido da Social Democracia Brasileira;

Sala das Sessões, em 12 de maio de 2008. – Senador **Marco Maciel**.

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Mesquita Júnior. PMDB – AC) – A Presidência encaminhará o voto de pesar solicitado.

O requerimento que acaba de ser lido vai ao Arquivo.

Agradeço ao Senador Alvaro. Consulto sobre a possibilidade de V. Ex^a assumir a Mesa. (Pausa.)

O Sr. Geraldo Mesquita Jr. deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Mão Santa.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – É com grande satisfação que, consultando a lista de oradores inscritos, chamamos para usar da palavra, por permuta com o Senador Paulo Duque, o Senador Geraldo Mesquita Júnior, do PMDB, do Estado do Acre.

V. Ex^a poderá usar a tribuna pelo tempo que achar conveniente, Senador.

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB – AC. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Muito obrigado, meu caro amigo, companheiro, irmão mais velho, Senador Mão Santa, que preside esta sessão.

Antes de mais nada, quero registrar que a minha ausência durante toda a semana passada nesta Casa, neste plenário, deveu-se ao fato de ter contraído uma conjuntivite “braba”, como se diz no Acre, e a minha ausência tinha o propósito de preservar os meus companheiros, evitando o contágio, mais do que a minha própria saúde. Feito o registro, eu queria dizer que, antes disso, tive o prazer e o privilégio de acompanhar o Senador Mão Santa, que, com muita gentileza me convidou para participar de um ato público na sua cidade de Parnaíba, no Piauí. E assim o fiz, retribuindo uma visita que o Senador Mão Santa havia feito, no ano passado, ao meu Estado.

Dessa feita, tive oportunidade de rever Teresina – não ia a Teresina há mais de 30 anos – e conhecer Parnaíba. O Senador Mão Santa, que canta em prosa e versos Parnaíba e o Delta do Parnaíba, sempre me dizia que era um lugar muito bonito. Quero dizer aqui que o Senador Mão Santa me enganou. Na verdade, o Delta do Parnaíba não é muito bonito; é lindo, Senador Mão Santa! É uma coisa maravilhosa aquilo ali! V. Ex^a me disse que era bonito, mas não é não. É lindo! É lindo! Fiquei extasiado. O Delta do Parnaíba, por onde passeamos e que eu não conhecia, é uma dádiva da natureza. E fez-me lembrar de outra dádiva que o povo acreano recebeu da natureza de Deus: uma floresta pujante – o rio Purus, o rio Juruá, o rio Envira, o rio Acre e tantos outros pequenos cursos d’água. Temos também nossa dádiva ali. E, andando pelo Delta do Parnaíba, percebi que Deus foi generoso

tanto com Parnaíba, com o Piauí, quanto com o meu querido Estado do Acre.

Quero agradecer, de público, a gentileza de que fui alvo, não só pelo convite do Senador Mão Santa e de Dona Adalgisa, sua esposa, mas também pelo acolhimento de todos com quem convivi por dois, três dias, naquele lugar maravilhoso, de povo simples, acolhedor, trabalhador. Em suma, adorei, Senador Mão Santa. Muito obrigado pela oportunidade que V. Ex^a me concedeu.

Eu queria, na seqüência, lançar aqui uma pergunta, Senador Mário Couto. De quem é a responsabilidade pela educação do povo brasileiro? Creio que, nas nossas cabeças, a resposta vem pronta ou, pelo menos, delineada. Seria, em primeiro lugar, do Governo em suas diversas instâncias. É verdade. Operando a máquina pública, o Governo tem a responsabilidade, eu diria, até constitucional de prover a educação do povo brasileiro, Senador Mão Santa.

Mas eu acho que essa é uma tarefa que vai além do Governo. É uma tarefa de todos nós. E eu, que não sou muito afeito a lançar elogios, vim hoje aqui, Senador Mário Couto, enaltecer a iniciativa de um órgão de imprensa. É por isso que disse há pouco que a responsabilidade, no meu entendimento, com o processo de educação do povo brasileiro vai além da responsabilidade do próprio Governo: ela alcança todos nós.

E a mídia brasileira, a imprensa brasileira, que já cumpre um papel fundamental neste País, o de informar, quando informa com um texto correto, enxuto, também participa desse processo. E mais ainda, Senador Mário Couto, quando ela agrega, quando ela acrescenta mecanismos e se coloca à disposição desse processo, ela faz um gol de placa.

Eu não conheço os proprietários da revista **IstoÉ** não conheço ninguém, não tenho a menor intimidade, Senador Mão Santa, mas eu queria aqui fazer um registro.

Há semanas, acompanho o esforço da revista **IstoÉ** de oferecer aos seus leitores um encarte, Senador Mário Couto, que, na verdade, é uma coletânea de ensinamentos, é uma gramática em fascículos. Achei fantástico isso, a tal ponto de vir aqui, hoje, à tribuna enaltecer essa iniciativa. É lógico que outras iniciativas dessa natureza já se verificaram ou se verificam de parte da mídia brasileira. O jornal **Folha de S.Paulo**, por exemplo, nas suas edições de domingo, oferece a possibilidade de aquisição de obras clássicas da literatura por preço bem acessível, por preço módico. É mais um esforço no processo de se colocarem à disposição da população brasileira instrumentos necessários para que grande parcela do povo brasileiro possa sair do analfabetismo, inclusive, e colocar o pé na estrada do

conhecimento, da educação, completando, na plenitude, sua condição de cidadão brasileiro.

Portanto, aqui, não queria deixar passar esta oportunidade de enaltecer a iniciativa da revista *IstoÉ*, por oferecer aos seus leitores, que acredito serem milhares neste País, uma verdadeira gramática brasileira. O fascículo desta semana trata dos verbos; nas semanas anteriores eram outros aspectos da nossa gramática que estavam sendo oferecidos.

Em suma, uma bela de uma iniciativa.

Abro o **Jornal do Brasil** hoje e deparo-me com uma matéria que me chamou muito a atenção: “Alcoolismo leva a União a gastar R\$33,3 bilhões”. Eu, logo que cheguei a esta Casa, apresentei um projeto tratando da questão da propaganda de bebida alcoólica nas rádios e nas televisões brasileiras. E digo mais uma vez aqui: não sou a palmatória desse assunto nem quero assumir esse papel. É aquela história: quem quiser beber que beba, Senador. Quem tiver responsabilidade para isso que o faça. Mas sempre considerei um absurdo essa prática que, como diz o **Jornal do Brasil**, faz com que o Governo brasileiro despenda mais de R\$33 bilhões no tratamento das pessoas que vão aos hospitais públicos, se tratar de uma maneira em geral, em decorrência da ingestão de bebida alcoólica, ou porque contraiu uma cirrose, ou porque se arrebitou todo em um acidente de veículo – as causas e as razões são muitas e diversas.

Pois bem, cheguei a esta Casa, apresentei um projeto que trata, primeiramente, da questão do teor alcoólico e, em segundo lugar, que proíbe e proíbe o uso das televisões e rádios brasileiras para anúncio de bebida alcoólica, por uma razão linear e muito simples: o Governo – não sou eu quem diz e esses dados eu já vinha colhendo há muito tempo e todos sabem disso – investe uma barbaridade no Sistema Único de Saúde, nos hospitais públicos, para o tratamento de pessoas que, por uma razão ou outra, adquiriram uma moléstia ou se arrebitaram toda em razão da ingestão de bebida alcoólica.

Por outro lado, dizem que o Governo arrecada muito. O imposto que as cervejarias pagam neste País talvez ultrapasse isso aqui. Não sei se ultrapassa, mas acho que é um absurdo persistirmos nessa caminhada. O Senador Mão Santa e a Senadora Rosalba, que são médicos, sabem do que estou falando. É um absurdo. Televisão e rádio neste País são instrumentos públicos cedidos à iniciativa privada a título de concessão pública e, na minha cabeça, Senadora Rosalba, não consigo sustentar a idéia de que um instrumento público, mesmo cedido à iniciativa privada, possa servir para a enxurrada de propaganda... E eu não sou puritano. Como diz o Senador Mão Santa, também tomo minha

cervejinha e não estou aqui pregando o abstinência. Não se trata disso, não.

É como digo, quem quiser beber que beba. Agora, acho um absurdo que um instrumento público possa se prestar ao papel de veículo de uma maciça e massiva campanha publicitária, empurrando garganta abaixo, da juventude brasileira principalmente, a idéia de que beber faz bem, de que beber é salutar, de que tomar uma cerveja é como estar perto da louca, que você se torna um grande atleta, que você se torna um cara cortejado pelas meninas, porque é isso que a propaganda de bebida alcoólica joga principalmente para a juventude brasileira.

Ora, quem quiser fazer propaganda faça fora da rádio e da televisão brasileira. Conseguimos isso com o cigarro. Há anos que não se vê propaganda de cigarro nas rádios e televisões brasileiras. Por que não conseguimos com relação às cervejas e outras bebidas?

Nesse fim de semana, liguei a televisão e estava lá a organização que congrega as grandes marcas de cerveja, praticamente nos dando uma lição de moral, dizendo que é antidemocrático, que não se pode privar as grandes marcas de cerveja de fazerem seu comercial. Podemos sim!. Por que não?!

E aqui confesso a minha tristeza, a minha decepção, a minha vergonha, quando vejo, ao mesmo tempo, a Câmara dos Deputados, por exemplo, retirar o regime de urgência da apreciação de um projeto que está lá, que ainda não me satisfaz, mas reduz de fato, de forma acentuada, horários e oportunidades de veiculação de propaganda de bebida alcoólica na televisão.

A Câmara parece que está cedendo à pressão do das cervejarias, porque quando eu apresentei o projeto mandaram alguns recadinhos para mim, insinuações que V. Ex^{as} devem fazer idéia. Eu fiquei estarecido quando, ao mesmo tempo, em horário nobre, as cervejarias, a partir da sua organização nacional, deram uma verdadeira lição de moral, achando-se no direito de se colocar acima do bem e do mal neste País.

A Sr^a Rosalba Ciarlini (DEM – RN) – Permite-me V. Ex^a um aparte?

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB – AC) – Com muito prazer, Senadora Rosalba.

A Sr^a Rosalba Ciarlini (DEM – RN) – Eu gostaria, Senador Geraldo Mesquita, de me associar a essa sua indignação e parabenizá-lo pelo projeto, pela sua luta, porque essa é uma luta da responsabilidade do político que zela pelo futuro do nosso País e pela vida de jovens, homens e mulheres neste País. O senhor falava nos milhões que o Brasil gasta na saúde com a recuperação daqueles que estão em tratamento do alcoolismo, mas também existe um valor, e esse é inestimável, que não conseguimos jamais aquilatar, que é

da vida que é perdida. Quantos jovens, quantos pais, quantas mães? Ontem, no Dia das Mães, quantas mães não choraram a falta do seu filho, que, muitas vezes, saiu para uma brincadeira, para um passeio, e, pela ação na direção do álcool, veio a perder a vida? Então, essa é uma ação de solidariedade, de bem-querer, ao povo brasileiro pela defesa da vida. Nós não estamos em uma campanha contra a ingestão de uma cervejinha, de uma taça de vinho. Não é isso. Nós não queremos que isso seja feito de forma irresponsável. Não estou dizendo que o jovem seja irresponsável, mas que não seja conduzido a começar a ingerir álcool – não só de jovens, mas de qualquer cidadão – de forma que não seja de muita responsabilidade. No Brasil, há o acúmulo de pontos na carteira, acontece isso e aquilo, há uma lei que proíbe a venda de bebida nas estradas, mas só poderíamos realmente evitar acidentes se houvesse uma fiscalização muito mais efetiva nas estradas, se houvesse bafômetros em todos os postos da Polícia Rodoviária, nas entradas e nas saídas das cidades. Só assim realmente poderíamos, em um trabalho educativo persistente e insistente, fazer com que os motoristas, por decisão própria, tivessem consciência de que não podem dirigir após a ingestão de álcool. Aí, sim, poderíamos salvar muitas vidas, e o Governo iria gastar muito menos para recuperar as pessoas, principalmente jovens, que ficam com seqüelas que, às vezes, são para toda a vida. Por isso, quero associar-me a essa sua luta e dizer que temos realmente de implementar ações e projetos para evitar que tantas vidas sejam perdidas e que tantos jovens sofram os efeitos do álcool.

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB – AC) – Agradeço muito o aparte a V. Ex^a, que, como médica, sabe exatamente as mazelas que temos em nosso País por conta disso.

O projeto que apresentei logo que cheguei a esta Casa está, junto com mais uns vinte, dormindo nas gavetas do Senado Federal. O projeto ao qual me refiro e do qual foi retirada a urgência para tramitação na Câmara dos Deputados é de autoria do próprio Governo Federal. Por que retirar a urgência?

Acho uma contradição o Governo, ao mesmo tempo em que proíbe o uso de bebidas alcoólicas nas estradas e nos bares que ficam às margens das rodovias, fecha os olhos para a questão da propaganda de bebidas alcoólicas na televisão e no rádio. É uma contradição! É uma hipocrisia, inclusive. O das cervejarias venceu até agora. Há quatro ou cinco anos, eles me disseram: “Nós somos fortes e não vamos permitir que isso passe.” Pelo visto, eles têm razão. Continuamos feito baratas tontas no Senado Federal e no Congresso

Nacional para regularmos um assunto que é de saúde pública neste País. Um assunto de saúde pública!

A psicóloga Josenir de Oliveira, especialista da UnB, diz aqui que a influência da propaganda é decisiva na formação do hábito da bebida em adolescentes. Ao contrário do que dizem os representantes das cervejarias. Eles dizem que a propaganda de bebida não induz a um maior consumo, que ela opera apenas na questão da concorrência, uma marca se sobrepondo à outra. Grande balela! Grande balela!

Este é um assunto, Senadora Rosalba, que precisamos tomar nas nossas mãos e resolver. E depois nós falamos que o Governo nos atropela. Nós temos cerca de vinte projetos aqui, apensados uns aos outros, passando de mão em mão, guardados nas gavetas – sai de uma gaveta, vai para outra –, e não tomamos uma decisão. Aí o Governo vem e toma uma decisão. Mandou para a Câmara dos Deputados um projeto, mas parece que, cedendo à pressão do das cervejarias, o que é um absurdo neste País, resolveu tirar o regime de urgência da tramitação do referido projeto. Eu lastimo que isso esteja acontecendo.

Conclamo esta Casa, a partir dos médicos que a compõem, que sabem, melhor do que ninguém, da responsabilidade que tem a massiva propaganda de bebida alcoólica na televisão e nos rádios brasileiros, do efeito que isso ocasiona, do estrago que isso causa no País, que tomemos este assunto nas mãos aqui no Senado Federal.

Senador Mário Couto, conclamo V. Ex^a, que é valente, que um dia desses estava brigando pelos aposentados, a nos ajudar a tomarmos nas mãos essa luta. Essa luta também é importante, é de fundamental importância, porque, além de preservar os nossos velhinhos, preservamos a juventude brasileira desses gaviões que ganham bilhões e bilhões no nosso País à custa do engodo, da enganagem, da mistificação, de jogar produtos nocivos à juventude brasileira na televisão e no rádio. Precisamos mostrar que aquilo, ao contrário do que se apresenta nas propagandas, não é algo saudável e bonito.

Portanto, quero aqui conclamar os meus pares, principalmente aqueles que são médicos e sabem da gravidade do que está acontecendo, a tirarmos esses projetos das nossas gavetas. As gavetas do Senado Federal estão entupidas: vinte projetos, pelo menos, tratam dessa questão e estão aí dormitando em nossa Casa.

Senador Mário Couto, faço um apelo a V. Ex^a. Faço um apelo ao Senador Jucá, à Senadora Rosalba, ao Senador Pedro Simon, que tem uma responsabilidade enorme nesta Casa. Vamos trazer esse assunto, Senador Pedro Simon. Nós reclamamos aqui da au-

sência de um debate sobre assuntos de fundamental importância. Se esse assunto não for de fundamental importância em nosso País, não sei mais o que é de fundamental importância, Senador Pedro Simon.

Agradeço ao Presidente da sessão pela tolerância em relação ao tempo e registro esta questão, mais uma vez, da tribuna do Senado Federal e faço votos de que, a partir da luta do Senador Jucá e de todos nós, possamos regular esse assunto com a maior presteza, porque é disso que precisa o nosso País.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Senador Geraldo Mesquita, a razão e o sentido de eu estar nesta Presidência é garantir o tempo necessário a V. Ex^a, que defende os melhores interesses do nosso Brasil.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB – RR) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Tem a palavra, pela ordem, o Senador Romero Jucá.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB – RR. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu queria, logo após a fala da Senadora Rosalba, usar da palavra pela Liderança do Governo para fazer um comunicado à Casa.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Vamos botar ordem nos trabalhos.

Senadora Rosalba, sente-se aí porque nós vamos seguir agora.

V. Ex^a quer falar pela Liderança, não é, Senador Romero Jucá? Mas há um pedido pela Liderança da Minoria que tem prioridade.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB – RR) – Eu quero falar pela Liderança após a Senadora Rosalba. Eu vou aguardar S. Ex^a...

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Mas na sua frente está o Líder da Minoria...

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB – RR) – Senadora Rosalba, então.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – ..., esse trovão, esse raio, essa luz que surgiu na Minoria, que é o Mário Couto, que, gentilmente, cede sua vez a essa beleza de mulher na política do Brasil que é a Senadora Rosalba Ciarlini.

V. Ex^a, regimentalmente, teria direito a cinco minutos, mas pode ficar à vontade e falar pelo tempo que julgar necessário.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, peço a V. Ex^a que me inscreva para falar como Líder do PSDB.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – V. Ex^a será inscrito, agora mesmo, como Líder do PSDB.

Com a palavra a Senadora Rosalba Ciarlini.

A SRA. ROSALBA CIARLINI (DEM – RN. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Senador Mão Santa, que preside esta sessão, Sr^{as} e Srs. Senadores, antes de passar ao assunto que me traz a esta tribuna, eu gostaria de me associar aos pesares desta Casa pela partida do ilustre brasileiro Artur da Távola.

O Senador Simon falava com o coração sobre o seu grande amigo. Senador Simon, não tive a honra de conhecer Artur da Távola pessoalmente, nem ele me conhecia, mas eu tinha, como milhões e milhões de brasileiros, todos os sábados e domingos, um encontro marcado com Artur da Távola. Ele entrava na nossa casa, com algo que me encantava, a música, que é a linguagem universal, e perguntava “quem tem medo da música clássica?”

Ninguém, ninguém poderia ter medo da música clássica, ainda mais com o professor, com o maestro, com aquele grande homem nos ensinando, aprimorando cada vez mais o gosto pela música.

Desejo, de coração, que ele esteja lá no Céu, ao lado de Deus, encontrando, no canto, na música, as sonatas que tanto nos ensinou neste mundo e que agora, no encontro com seus grandes mestres, com Beethoven, Mozart, Ravel, Liszt, com tantos que fizeram a música clássica em toda a história da Humanidade, possa, mais uma vez, pelas sonatas, pelas valsas, pelos minuetos, pelas partituras, descansar em paz.

Daqui podemos dizer: “Obrigada, Artur da Távola. Você foi um grande brasileiro, orgulho deste País”.

Sr. Presidente, volto novamente a tratar de um assunto referente aos estragos acontecidos não somente no meu Estado, mas na Paraíba, no Ceará, também no seu Estado, em menor proporção, em função das enchentes que atingiram a bacia do Rio Piranhas-Açu, a bacia do Rio Apodi-Mossoró, a bacia do rio Poti e de tantos outros; que atingiram também o Ceará, por meio da bacia do Jaguaribe.

Sr. Presidente, no dia 7 de abril, o Governo Federal fez uma reunião – se eu não estou enganada, foi no dia 7 de abril –, convocando os Governadores dos Estados que estavam sofrendo com o rigor das chuvas, com as enchentes para que apresentassem um relatório ao Ministério da Integração, numa reunião do Governo Federal com vários representantes dos Ministérios, para que fossem tomadas medidas emergenciais. Isso, no começo de abril.

A Governadora do meu Estado esteve aqui. Naquele momento, eram cerca de 46 Municípios já em estado de calamidade. Depois, cresceu o número, e hoje chegamos a mais de 60. A Governadora trouxe, na primeira hora, um levantamento ainda não tão fiel à necessidade, porque ruas, estradas, pontes, ponti-

lhões, enfim, os estragos tinham sido muito grandes na estrutura, principalmente na estrutura da região Mossoró-Apodi, Vale do Açu.

A necessidade, naquele momento, era de R\$98 milhões. Eu lembro que, na primeira hora, antes dessa reunião, logo que ouvimos falar das enchentes acontecendo no nosso Estado, aqui desta tribuna, aparteadas por vários Senadores, eu dizia que era naquele momento que a medida provisória era necessária, de urgência urgentíssima, para poder chegar o apoio imediato aos nossos Estados e aos nossos Municípios.

Sr. Presidente, Senador Mão Santa, a medida provisória foi editada, e nós comemoramos, apesar de sabermos que nós representantes do Congresso Nacional não podemos ficar tolhidos nas nossas ações por tantas medidas provisórias. Porém, essa era necessária, era importante.

Pois bem, já se passou um mês. E o que me fez ficar estarecida é que, na quinta-feira passada, eu soube, por informações de jornais, que o Governo Federal estava liberando recursos para os Estados e que para o meu Estado do Rio Grande do Norte... A Governadora trouxe aqui a necessidade inicial de R\$98 milhões apenas para recuperar as estruturas físicas e logísticas, sem contar o grande prejuízo da fruticultura, o prejuízo da carcinicultura, o prejuízo da área salinizada, o prejuízo da área petrolífera, pois não houve condições de se chegar aos mais de mil poços da nossa região. E o pequeno agricultor da agricultura familiar? E aquele que perdeu tudo? Além de perder as suas plantações, foi como eles me disseram: “as cercas foram ao chão”, “eu tinha um pequeno poço, e esse poço está perdido”.

Então, foram todos esses prejuízos.

Mas o Governo, segundo as notícias, informa que vai liberar R\$20 milhões. Mas vinte milhões?! Minha gente, isso é um absurdo! Isso não dá... Se fosse, com certeza, para uma TV pública, seriam todos os milhões necessários. Vinte milhões para recuperar, para fazer a reconstrução, para fazer com que os nossos Estados, os Estados nordestinos, possam retomar as suas atividades normais... E esses R\$20 milhões ainda vão pelo Governo do Estado, não vão direto aos Municípios. Eu estive no meu Estado nesse final de semana, como faço todos os finais de semana, e me encontrei com vários prefeitos dessas regiões e disse-lhes: “Prefeito, e aí, chegou alguma coisa”? Eles disseram-me: “Nada”!

Eu lembro 1985. Como médica, não tinha nenhum envolvimento político, nem filiada a partido eu era naquela época, mas eu estava na minha cidade quando houve uma grande enchente. Lembro que a Comissão de Defesa Civil Nacional, em poucos dias,

estava presente, chegando com alimentos, chegando com apoio. E na minha cidade, naquela época, o Prefeito Dix-huit Rosado, que também foi Senador, que honrou esta Casa como Senador, recebeu condições de fazer uma tricotomização no rio, porque, com aquela tricotomização, as enchentes que vieram depois já foram de menor gravidade para a cidade, que, naquela época, ficou totalmente alagada. O Senador José Agripino, que era Governador, chegou de imediato, reconstruindo as casas, as estradas.

Agora, mais de um mês se passou, e o Governo Federal, embora nós ouvimos, estamos sabendo por informações aqui e ali da liberação de R\$20 milhões... Vinte milhões, por meio do Governo, para ainda fazer convênio com Municípios! Quando é que isso vai chegar?

É como se dissessem: “Espere aí. Deixe o tempo passar. As chuvas vão parar. A água já está baixando, e o povo começa a se virar como pode”. Não é assim.

Governo foi feito para atender aos necessitados. Governo foi feito para servir e não para ser servido e, nessa hora, tem de servir ao povo mais carente do meu Estado, do Estado da Paraíba, do Estado do Ceará, do Estado de Pernambuco – Senador Jarbas, o seu Estado, com certeza, em alguma região pequena, deve ter sido atingido –, e do Estado do Piauí. O Governo foi feito para atender. Essa, sim, é uma responsabilidade intransferível. E que vá diretamente aos Municípios, porque os prefeitos estão sem poder mais assistir, porque o pouco que têm... Há Municípios que têm uma renda muito pequena, são Municípios pobres. Estão tendo, muitas vezes, que parar alguma outra atividade importante para atender à urgência.

Então, fica aqui, mais uma vez, o apelo. E não vai ser apenas um apelo. Vamos apresentar um requerimento de informações. É necessário que o Governo Federal, por intermédio de seus Ministérios, nos informe os recursos que foram liberados para cada Estado, quanto foi para cada Estado e a que se destina.

Senador Mão Santa, venho debatendo e rebatendo esse assunto, porque não paro de me indignar. Cada vez que vou ao meu Estado, que volto a essas regiões, na hora do sofrimento maior, vejo que as soluções ainda não aconteceram.

Os agricultores, o pequeno, aqueles que plantam arroz em Felipe Guerra; aquele que está isolado em Porto do Mangue, porque a ponte caiu e não pode chegar ao logradouro; os que trabalhavam, os milhares que já estão, inclusive, das grandes empresas plantadoras de banana, de manga, em férias coletivas, com aviso prévio ou que já foram demitidos.

Então, essas medidas têm que ser urgentes. Que cheguem não somente para reestruturar, para recuperar

a malha viária, para recompor as pontes, os pontilhões, mas que venham também, e principalmente, para trazer de volta os empregos. Com tanta chuva, nós não podemos ficar com a seca dos empregos.

Sr. Presidente, Srs. Senadores, eu gostaria agora, para finalizar, de fazer aqui um elogio, um reconhecimento aos que fazem o **Jornal do Senado**, ao seu Diretor, Davi Emerich, ao Editor Eduardo Leão e a toda a equipe pelo brilhante trabalho que hoje chegou às nossas mãos, a edição especial sobre a história da Abolição da Escravatura, sobre o que seria o **Jornal do Senado** se, naquela época, o **Jornal do Senado** já existisse.

Na realidade, formularam uma edição especial pesquisada tanto nos Anais do Senado quanto da Câmara dos Deputados, em livros, nos jornais da época. Trata-se realmente de trabalho brilhante, e dá uma grande contribuição para todos nós, porque um povo só será grande revivendo sua história, revivendo e reverenciando momentos importantes da nossa história que sirvam de exemplo para todos na construção de um Brasil mais forte. E assim foi com a Abolição da Escravatura, o grito da liberdade que ainda ecoa entre nós.

Então, eu gostaria de deixar aqui o reconhecimento e parabenizar todos que estiveram envolvidos nesse trabalho maravilhoso da edição especial do **Jornal do Senado** de hoje.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI)

– E eu aproveitaria para cumprimentar V. Ex^a, porque Mossoró foi uma das primeiras cidades a libertar os escravos; e o Ceará foi o primeiro Estado. Então, nossos cumprimentos.

Também gostaria de me associar e dar ao Presidente Luiz Inácio a minha experiência.

Em 1995, eu governava o Estado do Piauí. Teresina, aí sim, foi acometida de uma grande enchente pelo Rio Parnaíba, que é um rio volumoso. E, de pronto, o Governo de Fernando Henrique Cardoso mandou o Ministro Cícero Lucena, hoje Senador. E ele, de pronto, me entregou US\$5 milhões. E, de pronto, eu, Governador do Estado, e Francisco Gerardo, Prefeito do PSDB, construímos dois bairros com casas para os alagados, hoje chamados Mão Santa e Wall Ferraz.

Agradecemos o pronunciamento de V. Ex^a e vamos intercalar um orador da Liderança e um orador inscrito.

Então, vamos chamar agora uma Liderança, Mário Couto - Mário Couto está cedendo, mas aí já perdeu. O outro é um orador inscrito - Senador Jarbas Vasconcelos como orador inscrito.

V. Ex^a cedeu para um orador inscrito, Senador Mário Couto.

O Mário Couto está muito generoso como Líder da Minoria. Ele foi assim um trovão, um raio e uma luz que surgiu.

Com a palavra, como orador inscrito, o Líder do PMDB que representa o grandioso Estado de Pernambuco.

E V. Ex^a foi um extraordinário Governador e Prefeito da grandiosa Recife. V. Ex^a pode usar da palavra pelo tempo que achar conveniente. O sentido e a razão de eu estar nesta Presidência é garantir vozes como a de V. Ex^a em defesa do Brasil.

O SR. JARBAS VASCONCELOS (PMDB – PE. Pronuncia o seguinte discurso. Com revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^s e Srs. Senadores, venho hoje a esta tribuna para saudar mais um importante passo que foi dado para consolidar a estabilidade da nossa economia: a conquista da classificação do grau de investimento para o Brasil.

Trata-se de uma vitória da sociedade brasileira que deve ser comemorada. É uma consequência direta de medidas que vêm sendo tomadas desde meados da década de 1990, com o Plano Real e a Lei de Responsabilidade Fiscal – apenas para me restringir a esses dois conjuntos de medidas para estabilizar a economia, combater a inflação e modernizar a máquina pública.

São méritos, Sr. Presidente, que devem ser creditados aos ex-Presidentes da República Itamar Franco e Fernando Henrique Cardoso e ao Presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

O mérito do atual Governo, devemos reconhecer, foi ter o bom senso de não embarcar em aventuras, tanto que selecionou um tucano – o então Deputado Federal Henrique Meirelles – para comandar o Banco Central e manteve em postos-chave técnicos que integraram a equipe econômica dos governos anteriores.

Tanto isso é verdade, Sr. Presidente, que em alguns momentos e episódios o então Ministro da Fazenda Antônio Palocci chegava a praticar uma política mais ortodoxa do que a executada pelo Governo Fernando Henrique. Cardoso.

Ao contrário do que afirma o Presidente da República, não existe mágica. Foi o bom senso de uma política econômica consistente e continuada.

O Presidente da República também se equivocou quando disse, no dia último dia 30 de abril, que o grau de investimento concedido significa que o Brasil é “um país sério e mundialmente respeitado”. A seriedade foi construída lá atrás, com o Plano Real, a Lei de Res-

ponsabilidade Fiscal e tantas outras medidas, quando o PT e o Presidente trabalharam e votaram contra.

Sempre é bom lembrar – especialmente nesses tempos de memória seletiva e amnésia oportunista – que o PT foi contra e combateu tanto o Plano Real quanto a Lei de Responsabilidade Fiscal. Que bom para o nosso País que o PT tenha evoluído, tenha deixado de lado o “quanto pior”, melhor que marcou sua atuação como partido de oposição. Pena que só tenha buscado a “evolução” quando chegou ao poder.

Se o PT tivesse apoiado a estabilidade antes, como fez a maioria esmagadora da sociedade brasileira, quem sabe o Brasil estaria em condições ainda melhores. Talvez hoje nosso país tivesse uma cotação mais alta do que um “BBB Menos”.

Do lado oposto ao PT, a sociedade brasileira vestiu a camisa do combate à corrosão inflacionária, que contaminou todas as áreas da vida do país entre as décadas de 1970 e 1990.

Concordo com a tese de que uma mudança como a que ocorreu no Brasil, a partir do final de 1993, não poderia ser feita sem que alguém pagasse um preço alto. O povo brasileiro pagou esse custo elevadíssimo, mas, por outro lado, nossa sociedade se tornou intolerante com a inflação. Digo isso, Sr. Presidente, na convicção de que muito precisa ser feito, pois o Brasil ainda é uma nação em construção.

O Governo Lula precisa completar o seu dever de casa, para que o país possa realmente firmar as bases da sua estabilidade econômica, reforçando o seu potencial de crescimento e levando o Brasil a um outro patamar.

Esta agenda é conhecida de todos, mas talvez a euforia da popularidade alta tenha deixado o governo com o pecado da soberba. Em todo caso, sempre é bom destacar que o primeiro item dessa agenda é a redução dos gastos correntes do Governo Federal. A atual administração é perdulária. A cada novo recorde na arrecadação federal, mais cresce a sanha de gastar sem controle.

O segundo item, Sr. Presidente, a ser destacado são as reformas institucionais: a tributária, já em andamento, a trabalhista e a conclusão da reforma previdenciária. Nossa estrutura de tributos precisa ser simplificada e a criação de empregos deve ser desonerada.

Apesar dos avanços na política macroeconômica, o Governo Lula já deu sinais de que comunga como o chamado neopeleguismo, distanciando-se das bandeiras históricas que o PT sempre defendeu, desde a sua fundação, em favor da democracia sindical e da modernização das relações trabalhistas.

Só uma reforma trabalhista séria, desarmada de preconceitos, permitirá que o Brasil acabe com o subemprego e com o emprego informal. O sistema que aí está é excludente e ultrapassado.

E o que falar da nossa infra-estrutura precária? O Programa de Aceleração do Crescimento serve como um eficiente palanque eleitoral para o Presidente da República, mas ainda patina na baixa aplicação de recursos por parte do Governo. É por isso que alguns já chamaram de “pactóide.”

Mas não torço, como fazia o PT antigamente, pelo pior. Desejo que o PAC remova os gargalos da infraestrutura nas estradas, nos portos, nos aeroportos, na geração de energia. Como Governador de Pernambuco, nossa equipe adotou esta estratégia e o Estado é hoje um dos principais destinos de investimentos públicos e privados do Brasil.

Aliás, é bom lembrar que o PAC foi criado na primeira gestão de Fernando Henrique Cardoso com o nome de “*Brasil em Ação*”. O programa foi executado durante os oito anos do Governo anterior apresentando resultados significantes. Lamentavelmente, foi paralisado no primeiro Governo Lula, com grandes prejuízos para os projetos em execução. Perdemos um tempo precioso porque o primeiro mandato de Lula foi inexistente.

Sr. Presidente, Sr^{as} Senadoras, Srs. Senadores, a outra gigantesca pendência a ser superada pelo Brasil é a educação, que é de baixa qualidade, quer seja no ensino fundamental, quer seja na área da qualificação profissional. Atingimos o objetivo inicial de colocar as crianças e os jovens na escola. O próximo passo é oferecer uma educação de boa qualidade que sirva de diferencial na disputa pelos investimentos internacionais, como ocorre em países como o Japão, a Coreia do Sul e a Irlanda.

Exemplos nacionais bem-sucedidos existem em vários Estados, em diversos Municípios; o que se faz necessário é o Governo Federal unir essas boas experiências e definir uma política nacional bem planejada, com investimentos públicos maciços e a bem-vinda parceria com a iniciativa privada, que já começou a participar desse esforço.

A Sr^a Kátia Abreu (DEM – TO) – Senador, V. Ex^a me concede um aparte quando for possível?

O SR. JARBAS VASCONCELOS (PMDB – PE) – Agora, Senadora.

A Sr^a Kátia Abreu (DEM – TO) – Muito obrigada. Quero parabenizá-lo por seu oportuno pronunciamento. Como sempre, aliás, V. Ex^a tem mostrado essa competência, especialmente no dia de hoje. Tenho acompanhado a questão da infra-estrutura no Brasil, tenho estudado bastante essa matéria e estou extremamente

preocupada com o que está acontecendo no País. No dia 27 de março deste ano, o Tribunal de Contas da União, através do Relatório do Ministro Marcos Vileça, aprovou, por unanimidade daquele Plenário, uma auditoria nos portos do Brasil, por perigo de apagão causado pela ineficiência dos portos. Apenas para resumir e não atrapalhar o pronunciamento de V. Ex^a, a conta é muito simples: as importações e exportações têm crescido em torno de 7%. Portanto, nos próximos cinco anos, precisamos de outro Brasil portuário, para suportar as exportações e as importações, e o investimento em portos continua, nos últimos dez anos, no mesmo patamar: 0,014% do PIB. Isso é preocupante, haja vista que, para se construir um porto é preciso dois anos, no mínimo, para licenciamento ambiental e mais três, com muita eficiência, para construí-lo. Então, levamos cinco anos para construir um porto e precisaremos, daqui cinco anos, de outro Brasil portuário para não termos um apagão nos portos. Mais uma vez parabéns a V. Ex^a.

O SR. JARBAS VASCONCELOS (PMDB – PE) – Agradeço e incorporo, com alegria, o aparte de V. Ex^a, que tem se destacado em sua atuação parlamentar por sua seriedade e competência.

Senadora Kátia Abreu, eu diria que, quanto à questão da infra-estrutura, foram perdidos os quatro anos do primeiro mandato do Presidente Lula. Não é só a questão dos portos, que V. Ex^a inclusive tem abordado aqui. Os portos estão completamente estrangulados. Para um país que quer exportar e que tem necessidade de fazê-lo, os portos são tímidos e acanhados, seus acessos não existem, como não existem os aeroportos. O recente apagão aéreo continua em menor escala, em menor dimensão, mas continua; e as estradas do Brasil são precárias. O Brasil não tem ferrovias; é um País continental sem ferrovias, sem estradas, com portos insuficientes, com aeroportos degradados. E é um País que quer dar um pulo à frente, um pulo qualitativo. Esse pulo qualitativo fica marcado pela ineficiência do Governo de avançar. A crise da energia pode vir à tona a qualquer hora, a qualquer instante.

Parece-me que o Senador Alvaro Dias quer apartear.

O Sr. Alvaro Dias (PSDB – PR) – Senador Jarbas Vasconcelos, primeiramente, a exemplo do que fez a Senadora Kátia Abreu, que me antecedeu, quero dizer que é sempre bom ouvi-lo com o conteúdo e com a profundidade com que aborda os problemas nacionais mais urgentes. V. Ex^a diz do PAC aquilo que deve ser dito: o PAC, na verdade – é bom repetir sempre isso –, é a reunião dos projetos e programas já consagrados na LDO e no Orçamento da União, somando-se recursos de estatais, como a Petrobras; mais projetos de futuro

para o País, de longo prazo; e, ainda, projetos até considerados inviáveis por Governos anteriores. Soma-se tudo isso e carimba-se “PAC”, uma sigla para a publicidade. O que é concreto nisso é que é muita trovoadas para pouca chuva, ou seja, muito barulho para pouca ação e resultado. A execução é lastimável. Basta citar os números deste ano: até agora, apenas 0,07% do que estava anunciado para este ano houve de investimento. Então, é realmente uma obra do *marketing*. É claro que é um espetáculo de ficção, e nós temos é que dizer à população do País o que consideramos de verdade nisso. O Brasil não é um canteiro de obras; ao contrário, os investimentos são escassos, são limitados. O Governo tem que investir muito mais do que vem investindo. Parabéns a V. Ex^a.

O SR. JARBAS VASCONCELOS (PMDB – PE) – Senador Alvaro Dias. Agradeço a V. Ex^a. apenas eu acrescentaria o que V. Ex^a coloca com muita competência: o PAC é um conjunto de projetos velhos, antigos; projetos em andamento; projetos novos, projetos iniciados, pela metade. São poucos para serem concluídos.

Eu diria apenas que além dessa panacéia, dessa pantomima toda do Governo, há a questão eleitoral. É preciso que a Justiça Eleitoral do Brasil, a quem eu devo meu profundo respeito defina as coisas. Não adianta estar punindo um Senador, um Deputado Federal, Governador, Prefeito ou Vereador que esteja antecipando a campanha eleitoral se não pegar primeiro, o Presidente da República. O Presidente da República já foi a Pernambuco, já foi ao Piauí, já foi a Sergipe e, agora, na Bahia. Lá, inclusive, mais uma vez provocou e humilhou uma instituição, um Poder, o Tribunal de Contas da União. Ele tem feito isso.

Se isso não for campanha eleitoral eu não sei, com a experiência de Deputado estadual, de Deputado Federal, prefeito, governador, o que é campanha eleitoral no Brasil.

Ouçõ com muito prazer o nobre Senador Sérgio Guerra.

O Sr. Sérgio Guerra (PSDB – PE) – Senador Jarbas Vasconcelos, são duas considerações extremamente relevantes: a primeira, sobre política econômica, no geral; e o PAC. A comemoração da auto-suficiência brasileira de petróleo, todo mundo se lembra, foi feita como se a realização dessa auto-suficiência – que, por sinal, ainda não se deu – fosse obra do Governo Lula. Todo mundo sabe que, no assunto de petróleo, não há ação de curto prazo; as ações são sempre, compulsoriamente, de longo prazo. É claro que a quase auto-suficiência se deu por conta de um esforço de muitos anos, de muitos governos e, de uma maneira especial, do governo anterior ao atual, o Governo do Presidente

Fernando Henrique. Segundo, o PAC, como acaba de afirmar o Senador Jarbas Vasconcelos, é uma reunião de projetos começados, não começados, iniciados, interrompidos, com financiamento garantido. E ponto. Modelo semelhante ao “Brasil em Ação” do Presidente Fernando Henrique.

O SR. JARBAS VASCONCELOS (PMDB – PE)

– Eu me refiro em meu discurso.

O Sr. Sérgio Guerra (PSDB – PE) – Exatamente. Lembrava-me disso aqui o Senador Pedro Simon, inclusive. Para esses projetos havia uma denominação de projeto específico com gerente, encaminhamento, orçamento, plano e cronograma. Isso, agora, é o conceito desse PAC, que está em vigência. O grande produto disso tudo é uma grande propaganda. O conjunto da Oposição não tem nomes catalisadores aparecendo, nomes de políticos que tivessem capacidade agora de aparecer publicamente. O que aparece pelas beiradas são manifestações de políticos do Congresso Nacional, vitimados, primeiro, pela confusão que se instalou dentro do Congresso, desde que a tropa de choque do Governo passou a ganhar, no ambiente do Governo, para aqueles que sustentavam a discussão. O Líder atual do Governo é o Senador Wellington, por exemplo. O Líder anterior do Governo era o Senador Aloizio Mercadante, o qual se notabilizou pela defesa de pontos de vista que discutia normalmente com o Líder Arthur Virgílio, no tempo passado. O Senador Wellington, que é meu amigo, notabilizou-se pela forte defesa que fez no Conselho de Ética de mandatos parlamentares, com ou sem argumentos, mas sempre com um tamanho muito grande. O fato concreto é que o produto é *marketing* e propaganda, propaganda e *marketing* de um homem só, que tem tempo absurdo nos meios de comunicação, que usa esse tempo totalmente e que agora usa, com absoluta falta de cerimônia, os mecanismos da administração pública para fazer campanha política. O que o Presidente Lula tem feito nos Estados é muito mais do que a fiscalização de obras, é a campanha de candidatos do seu Governo, da sua Base, do seu Partido. Nada que nos assuste. Nada que nos preocupe. É claro que isso é um ponto de vista, na medida em que massivo, que junta ocasionalmente muitas intenções, mas não junta tantas decisões assim, porque, na hora em que o debate se instala, a população passa a refletir e, assim, vê os fatos. Venho de uma viagem rápida por países asiáticos – e V. Ex^a foi antes de mim. O ritmo do dinamismo econômico desses países é um. O ritmo do dinamismo econômico de um país como o Brasil é outro completamente diferente. Estradas são feitas em dois anos. Grandes estradas! Pontes grandiosas são realizadas em ano em meio! Eu citei para a Ministra Dilma aqui

o exemplo da BR-171, que o Senador Jarbas Vasconcelos, como político e Governador, defende há muitos anos. O Governo Fernando Henrique deixou lá o projeto. Durante quatro anos, o Governo Federal fez cinco concorrências e anulou as cinco. E essa anulação se deu porque havia uma óbvia tentativa de manipulação dessas concorrências. No Governo atual, foi instalada a nova operação com as Forças Armadas e com o batalhão de engenharia de maneira especial. O projeto e a sua execução andam a ritmo lento, como verificou, há cerca de dois ou três meses, o Senador Arthur Virgílio, que saiu de Pernambuco para a Paraíba, em um casamento de uma filha de Senador paraibano, nosso companheiro de Partido. Enfim, não tem nada do que se está dizendo aí. E essa sua denúncia última é muito grave. Pena que este País é anestesiado e não tem a compreensão exata dela. Mas, com a sua objetiva sensibilidade, ela toma destaque, que é essa de falta de consistência no pronunciamento, em geral, da Justiça Eleitoral. Está certo punir quem sai da lei eleitoral, aqui e ali – e muitos saem; está certo fazer cumprir a lei eleitoral. Mas quem menos cumpre a lei eleitoral é o Presidente da República e o seu Governo. E em torno disso, nenhuma manifestação; nenhuma, absolutamente nenhuma, ação concreta para evitar que isso continue. Vamos reagir, por ora, com os meios que temos, que são esses modestos meios parlamentares. Mas, no momento oportuno, vamos dizer isso, porque a população vai entender que não basta dar Bolsa-Família ao povo e fazer, de outro lado, a alegria dos banqueiros. É preciso melhorar o País, com infra-estrutura, que não tem; com estradas, que não são construídas; com ferrovias, que não saem do papel; com portos, que não são modernizados. O ritmo do Brasil é um ritmo completamente lento. Eu fico indignado, fico surpreendido com muita gente que defende este Governo e não tem o mínimo de tranqüilidade para confessar isso. Uma coisa são as palavras que avançam quilômetros e quilômetros; outra coisa são os fatos que não avançam nada ou não avançam quase nada, a não ser na garganta de um ou de outro mais alegre, que quer adular o Presidente, e do próprio Presidente, que quer, por muitas razões, continuar a falar para o povo, como vem falando, numa profusão de campanha eleitoral. Eu quero lhe dizer que, hoje e sempre, a palavra de V. Ex^a é pautada pela firmeza, pela objetividade e pela consciência de prioridade. Parabenizo-o pelo seu pronunciamento de hoje.

O SR. JARBAS VASCONCELOS (PMDB – PE)

– Agradeço, Senador Sérgio Guerra. V. Ex^a, com a sua lucidez e a sua competência, evidencia, mais uma vez, toda essa engrenagem do Governo, que, a rigor, funciona pela publicidade e pelas andanças de um Pre-

sidente da República que sabe se comunicar, e sabe melhor que qualquer outra pessoa.

A questão da Justiça Eleitoral é séria e grave. Não adianta a Justiça Eleitoral estar multando pré-candidatos em qualquer lugar do Brasil, nos 27 Estados da Federação, sem que antes enquadre o Presidente da República. O Presidente da República vai utilizar – já utilizou – o PAC, que se transformou num grande palanque eleitoral. Ele vai continuar nesta semana, na outra, desafiando a Justiça Eleitoral, investindo contra seus membros, investindo contra a Justiça, investindo contra o Tribunal de Contas da União, como fez em Salvador neste final de semana, no sentido de desmoralizar as instituições.

Ouçó, pela ordem, o nobre Senador Arthur Virgílio.

O Sr. Arthur Virgílio (PSDB – AM) – O Sr. Arthur Virgílio (PSDB – AM) – Senador Jarbas Vasconcelos, V. Ex^a se referiu à tão propagada autonomia em matéria de petróleo, alardeada no ano passado...

O SR. JARBAS VASCONCELOS (PMDB – PE) – Foi o nosso Senador Sérgio Guerra que chamou atenção para isso. Através da publicidade.

O Sr. Arthur Virgílio (PSDB – AM) – V. Ex^a havia dito “a quase autonomia”, enfim. Na verdade, nunca houve nem “a quase autonomia”. O Brasil produz um tipo de petróleo que não lhe serve; exporta esse petróleo e importa massivamente o tipo de petróleo que lhe é adequado. Por outro lado, o que chamaram eles de auto-suficiência foi que, em algum momento, as duas linhas se cruzaram. O Brasil estava demandando igual ao que estava exportando. Então houve, por um momento, um equilíbrio meramente contábil, meramente estatístico. Percebemos, então, que isso se devia à baixa intensidade do crescimento econômico brasileiro. Na medida em que o Brasil passou a crescer um pouco mais, inclusive, essa conta se desequilibrou. Esse é o fato. As precipitações são terríveis. Uma campanha publicitária brutal, que mereceria uma ação popular para se reaver esse dinheiro público malbaratado. A ilusão, que é algo ruim. Mais recentemente, o Presidente da ANP – não vejo que seja uma pessoa de má-fé – já anunciou algo que gerou especulação na Bolsa, com gente que ganhou e gente que perdeu dinheiro. Mais recentemente ainda, na minha cidade de Manaus, o Presidente Lula vai e declara que vai ajudar a empresa Gradiente. E isso fez com que as ações da empresa pulassem na Bolsa de Valores de R\$2,80 para R\$3,50 – 25% de aumento na última hora do pregão. Vamos supor a absoluta boa-fé do Presidente – e eu quero acreditar nela. Se ele disse a alguém “vou dar um novo discurso e vou fazer uma menção de que vou salvar a Gradiente”, um espertalhão ao lado dele ali pega o

telefone, liga para um corretor amigo, encomenda um monte de ações e fatura uma fábula naquele momento. Tratam com muita leviandade essas questões. O Brasil nunca esteve nem perto de ser auto-suficiente em petróleo. E, por outro lado, a notícia boa é vermos a conta desequilibrada em razão de um crescimento maior, crescimento que já está, de certa forma, ameaçado, outra vez, pela imprevidência em relação aos gastos públicos, que crescem desbragadamente neste Governo, pela ausência de vontade de promover reformas estruturais. Estão dormindo nos louros de algo que o Peru alcançou antes da gente que é o tal grau de investimento de uma das agências. São três principais. Uma das agências. O Peru também, uma só. Algo que vai e que volta e que, amanhã, podem perder. É apenas essa a contribuição que eu queria dar ao pronunciamento de V. Ex^a. Muito obrigado.

O SR. JARBAS VASCONCELOS (PMDB – PE) – Agradeço, Senador Arthur Virgílio.

O objetivo foi exatamente chamar a atenção, tanto é que louvei o atual Presidente e também os anteriores, Fernando Henrique e Itamar. Lula por não ter feito besteira, por não ter aplicado a política econômica que pregava o PT, senão a vaca teria ido para o brejo. Quero enaltecer isso e dizer que esse foi um processo. Isso não caiu do céu. Foram os governos anteriores que sedimentaram esse caminho para que o Brasil o tivesse conquistado, contra Lula e contra o PT, que votaram contra o Plano Real e contra a Lei de Responsabilidade Fiscal. Tivessem admitido todos esses avanços na área da estabilidade econômica, talvez o Brasil pudesse ter dado um passo muito mais importante do que o que deu neste primeiro semestre de 2008.

Ouçó, com muita honra, o nobre Senador e amigo José Agripino.

O Sr. José Agripino (DEM – RN) – Senador Jarbas, V. Ex^a costuma fazer pronunciamentos em momentos certos, oportunos. E hoje, numa segunda-feira, dia de quórum baixo, V. Ex^a pronuncia um discurso que precisa ser impresso e ser distribuído, porque é a recuperação, com muita precisão, com muito pragmatismo, com muita moderação, do quadro que nós estamos vivendo. Eu queria concordar inteiramente com V. Ex^a quando disse que o Governo Lula tem um mérito que nós todos temos que reconhecer: é ter adotado a postura de uma política de responsabilidade fiscal. Ele teve coragem de adotar superávits primários responsáveis, de gastar aquilo que, no começo, podia gastar, e de estabelecer duas premissas básicas para nortear a sua política econômica, a de metas inflacionárias e a de câmbio flutuante. Eu queria fazer um adendo só ao pronunciamento de V. Ex^a. Senador Jarbas, nós somos,

hoje, prisioneiros, reféns do preço das *commodities*. Se as *commodities* baixarem de preço, se a China baixar o nível de atividade, se o mundo empobrecer, se o mundo diminuir a escalada de crescimento o Brasil que Lula construiu naufraga, porque nós estamos prisioneiros do preço do minério de ferro, do preço da soja, do preço do milho, das *commodities* em geral, das minerais e das agrícolas. O que está acontecendo hoje, Senador Jarbas Vasconcelos, no Rio de Janeiro? O lançamento de um programa, no BNDES, de incentivo às exportações. Por quê? Por conta de um fato que o Governo não soube administrar. O Governo administra a mais alta taxa de juros do mundo e administra uma política paralela de câmbio flutuante. O dólar, hoje, está 1.65. O que aconteceu em função do dólar 1.65? Nunca se remeteu tanto lucro para o exterior como agora. Por quê? Claro, as empresas que estão ganhando reais, quando trocam por dólar, transformam isso em uma montanha de dólar, e mandam embora. Pressão por dólar. A balança comercial como é que anda? Em queda, em queda livre, porque se está importando muito, deprimindo a indústria nacional, principalmente a pequena indústria nacional, e se exportando cada vez menos, porque o custo interno é em real, o que vale pouco dólar, e o faturamento em dólar é pequeno. Então, estamos entrando em uma perigosa armadilha que nos deixa na dependência exclusiva do preço das *commodities*. Do contrário, o modelo pode naufragar, lamentavelmente. Aí, o Presidente vai ao BNDES para lançar um pacote de incentivo às exportações, quando, na verdade, o que ele deveria fazer é o que V. Ex^a coloca, é conter gasto público. Isso, sim, esse que é o remédio real, efetivo para que possamos controlar, de verdade, a economia. Essa é a panacéia, essa, sim; controlar gasto público é a panacéia. Aí, é remédio para todos os males. Agora, para não ficar aqui batendo, batendo, sujeito a incompreensões, a interpretações duvidosas, vamos continuar batendo firme aqui e mostrando, antes que seja tarde. Cadê a eficiência do Governo na saúde, Senador Jarbas Vasconcelos? Vinte e nove por cento dos brasileiros consultados disseram que o maior problema do Brasil, mais do que desemprego e segurança, é a saúde. A educação do Brasil vai muito mal; a infra-estrutura vai péssima. Tudo por conta de quê? Gasto público de má qualidade. E agora estamos prisioneiros do preço das *commodities* no plano internacional. Quero, com isso, dar uma contribuição modesta ao raciocínio que V. Ex^a construiu aqui, falando a verdade para que o Brasil nos ouça sobre o mar de rosas aparente em que estamos vivendo, que não tem nada de mar de rosas. É um mar perigoso sobre o qual temos que nos manifestar e alertar como muito bem faz V. Ex^a, a quem cumprimento pelo belo discurso que pronuncia.

O SR. JARBAS VASCONCELOS (PMDB – PE)

– O aparte de V. Ex^a enriquece o nosso trabalho, nos incentiva a aprofundar essa questão. V. Ex^a coloca com muita competência que, no Brasil, para assegurar o que conquistou – que não é uma conquista deste Governo, aconteceu neste Governo, mas passou por um processo que veio lá de trás, no qual eles, o PT e o Presidente da República, sempre votaram contra e combateram – o Governo é perdulário, gasta e gasta muito, e que deve promover reformas. Acrescentaria apenas algo à questão das reformas. Se o Presidente da República não avançar, não permitir que sua Base de Apoio avance com as reformas institucionais, promova a reforma tributária, avance com a reforma trabalhista, complemente a reforma da Previdência, não iremos para canto algum, Sr. Presidente.

Para concluir, Sr. Presidente, dizendo da minha a alegria por tê-lo como Presidente e agradecendo-lhe a benevolência, que permitiu a este orador fazer o discurso que está fazendo e ouvir tantos companheiros em seus apartes.

Mas Sr. Presidente, Sr^{as} Senadoras e Srs. Senadores, a conquista do grau de investimento se deve, portanto, a um conjunto de medidas que pode ser reduzido a apenas quatro palavras: continuidade de políticas públicas. Como gestor público, depois de passar pela Prefeitura da cidade do Recife e pelo Governo de Pernambuco, tenho a exata consciência da importância de preservar o que deu certo e aperfeiçoar o que for necessário.

A população brasileira está cada vez mais consciente de que o sucesso de projetos e programas eficientes não depende deste ou daquele governante, deste ou daquele partido. São políticas de Estado, são conquistas e patrimônios inalienáveis da sociedade.

Era o que tinha a dizer Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) –

Senador Jarbas Vasconcelos, a razão e o sentido de estar aqui nesta segunda-feira na Presidência é para garantir vozes como a de V. Ex^a que já fizeram muito pelo Brasil. V. Ex^a foi do PMDB autêntico, que redemocratizou este País.

Senador Arthur Virgílio e Senador Geraldo Mesquita, adentra o recinto o nosso Presidente de fato e de direito. Vi, sexta-feira, Pedro Simon, que é o símbolo deste Senado, dizer que comparava a minha figura a de Lutero, que reformou. Mas a nossa teoria: a abertura deste Senado da República às segundas e às sextas-feiras. Mas queria dividir isso, porque não fui só eu não. Ô Arthur Virgílio, V. Ex^a se lembra quando aqui começamos fazer este Senado funcionar, pois, em 183 anos, não funcionava às segundas e às sextas?

Era liderado por Efraim Morais, Antero Barros, Arthur Virgílio, Mão Santa e Paulo Paim, que era vice e temia qualquer represália do seu Partido.

Então, aqui nasceu a idéia de fazer funcionar os debates às segundas e às sextas-feiras.

Senador Jarbas Vasconcelos, estava ouvindo V. Ex^a atentamente e queria dar o testemunho de que eu, no PMDB, não votei em Fernando Henrique Cardoso. A primeira vez, votei em Quércia, candidato do PMDB; a segunda vez, por vizinhança, votei em Ciro Gomes. Mas, quero dizer que a equipe de FHC tinha um dos maiores valores da história democrática que acho e entendo – fui prefeito na época, como V. Ex^a, e Governador de Estado –: Pedro Malan, a quem o País deve a clarividência de levá-lo a atingir a responsabilidade fiscal, aliado a Pedro Parente e, todo mundo sabe, o Murilo Portugal. Eles reordenaram a economia do País.

E agora é uma grande satisfação ver como tudo mudou e tudo melhorou: o nosso presidente presidindo o Senado da República às segundas-feiras. Isso, em 183 anos, não ocorria.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Com a palavra, o Líder da Minoria, Mário Couto. Mas estou pressentindo que o Senador Arthur Virgílio quer usar a palavra pela ordem. Então, peço a compreensão do Senador Mário Couto.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Pois não. São dois minutos, Sr. Presidente.

É para fazer uma comunicação que julgo grave e oportuna à Casa. Fui procurado por um amigo de longa data que atua neste momento no mercado de bolsa de mercadorias. Ele me fez um rápido relato de leilão que está sendo programado para se realizar às 9 horas de amanhã, nas Bolsas de Mercadorias do Brasil, de aproximadamente 80 mil toneladas de arroz do estoque regulador do Governo. Trata-se de medida de natureza econômica que visa a dar equilíbrio ao mercado interno de arroz, tendo em vista a sua elevação de preço que ameaça sair de controle e, de certa forma, contribuir para a elevação dos índices inflacionários que a todos nos preocupa.

Na semana passada, saiu o edital, e ele obedeceu aos critérios e normas de leilões públicos, da mesma forma que ocorria em ocasiões anteriores.

Para surpresa do mercado, na última sexta-feira saiu um comunicado estabelecendo que os participantes do leilão seriam restritos. Haveria exclusividade para as indústrias de beneficiamento de arroz em

atividade e devidamente cadastradas perante a Bolsa por meio da qual pretendem realizar a operação.

Essa medida – é voz corrente no mercado – prejudica todos os demais segmentos envolvidos nessas operações das bolsas de mercadorias. Estão fora, por exemplo, os cerealistas, os atacadistas, as indústrias de alimentos, as cooperativas, todo mundo, enfim, que não tem como atividade principal o beneficiamento do arroz.

Ficou claro, no meu entendimento, que o leilão está direcionado para uns poucos que atendam a esses pré-requisitos estabelecidos.

Em função disso, solicito ao Ministro da Agricultura, que reputo um homem de bem, o Ministro Reinhold Stephanes, que tome as medidas devidas para suspender temporariamente esse leilão. Isso tudo está me cheirando a negociata. Não é meu assunto. Não entendo de setor primário, mas sou obrigado a entender de negociata porque vivo denunciando as que ocorrem neste País.

Então, o Ministro Stephanes deveria, imediatamente, suspender esse leilão para evitar mais um deboche em relação à coisa pública no Brasil.

Obrigado, Sr. Presidente.

Durante o discurso do Sr. Arthur Virgílio, o Sr. Mão Santa, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Garibaldi Alves Filho, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Agradeço a V. Ex^a.

Concedo a palavra ao Líder da Minoria, Senador Mário Couto.

O SR. MÁRIO COUTO (PSDB – PA. Pela Liderança da Minoria. Sem revisão do orador) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, acabei de ouvir, Senador Geraldo Mesquita, o pronunciamento do Senador Jarbas Vasconcelos, orador que me antecedeu.

A Oposição não tem sido omissa em aqui denunciar os gastos do Presidente Lula. Vejo, todas as semanas, os Senadores Papaléo Paes, Alvaro Dias, Arthur Virgílio e tantos outros da Oposição subirem a esta tribuna para denunciar a falta de infra-estrutura no País, como acabou de fazer o Senador Jarbas Vasconcelos, com muita propriedade, com sua inteligência singular.

Também tenho assistido a muitos e muitos pronunciamentos de Senadores. Inclusive eu os tenho feito e mostrado à Nação os gastos supérfluos do Presidente da República. Lembro-me de que, num desses momentos, vi o Senador Arthur Virgílio questionando a existência de uma possível centopéia no Palácio do Governo, em função da compra de tantos sapatos e meias.

A Oposição tem denunciado constantemente a ponto de aqui, Sr. Presidente, ser instalada a CPI dos Cartões Corporativos. Qual é a finalidade dessa CPI? Exatamente, em função de tantas denúncias dos gastos da Presidência da República com cartões corporativos, os Senadores da Oposição, na sua maioria, convocaram os Senadores para, por meio de comissão parlamentar de inquérito, apurar os gastos excessivos do Governo, depois que vieram à tona os gastos do Ministério dos Esportes, da Pesca, etc., ocasionando o pedido de demissão de uma Ministra do Governo por não ter como se defender desses gastos.

A CPI foi formada. E muitos Senadores já questionavam que seria muito difícil para a Nação sabermos, na verdade, o conteúdo desses gastos. Por quê? Porque, Senador Alvaro Dias, as informações tinham que vir do próprio Governo, e, com certeza, o Governo não iria informar aos Senadores da CPI; não iria!

Estou falando isso para mostrar à Nação que a Oposição está alerta, mas que a Oposição tem dificuldades, em função do paternalismo do Governo, em função daquilo que eu sempre chamo, aqui desta tribuna, de uma ditadura política.

Assim aconteceu, Senador Alvaro: de repente, a imprensa noticia um dossiê com o objetivo específico de intimidar a CPI dos Cartões Corporativos, os seus Senadores e enterrar, de uma vez por todas, aquela CPI.

O Governo se defende dizendo que não é dossiê. Que não é dossiê! Vem a Ministra Dilma à televisão falar a toda a Nação e dizer que é um banco de dados.

Repito: estou falando isso para mostrar à sociedade brasileira como o Governo Lula impõe as suas vontades ao Legislativo; impõe por meio de uma maioria que – repito: não digo na sua totalidade; há exceções – vive a troca de favores, a troca de cargos públicos. Não conseguem viver com independência, não conseguem defender a sociedade brasileira porque dependem de favores.

Já concedo o aparte a V. Ex^a, Senador Alvaro.

Aí se consegue, por meio de uma comissão do Senado, a Comissão de Infra-Estrutura, depois de muitos e muitos questionamentos, trazer a Ministra a esta Casa, isso porque não se conseguiu trazer a Ministra pela CPI. Vários requerimentos foram derrubados na CPI em que o Governo tem maioria e em que externava a sua vontade: “Não pode ir lá!”.

Depois que se viu encurralada e que não teria mais condições de negar a sua vinda aqui, a Ministra resolveu vir. “Vamos falar de tudo!”.

Confesso, Senador, que depois de 48 horas daquela reunião na Comissão de Infra-Estrutura, fui a minha casa questionando comigo mesmo. A Ministra, braço direito do Presidente da República, candidata à Presidência da República, mentiu. Ela mentiu, Senador Geraldo Mesquita. Quando questionada pelo Senador Arthur Virgílio, quando questionada por mim, ela não disse que tinha o dossiê. Ela mentiu. Disse que não era da Casa Civil. Mentiu. Que confiança poderemos ter, daqui para frente, nessa senhora? Disse ela que mentia pela força de uma pressão da ditadura. E aí tudo bem, Senador! Mas não disse ela que mentia numa democracia.

Assim é que age o Governo. É preciso que a sociedade tenha claro que o Governo age de uma maneira que se viu há muito tempo e que o próprio Presidente da República combateu. Pasmem, senhoras e senhores! Acho que o Presidente Lula esqueceu seus princípios! Acho que o Presidente Lula não percebe mais o que é a palavra “democracia”! Acho que o Presidente Lula, que tanto pregou respeito pelo Legislativo, esqueceu que a democracia parte daqui, que aqui está o exemplo da democracia, que aqui está o exercício da democracia! E nós – diz o Presidente – não podemos mais apurar absolutamente nada.

E qual é a tática usada? É a tática da intimidação: “Ah, vocês estão dizendo que o Governo Lula gasta muito! Então, vou intimidar. Vou buscar coisas para intimidar, para que esta CPI seja arquivada, para que a Oposição tenha receio de prolongar a sua procura e para mostrar para o povo brasileiro quanto se gasta mal neste País”. E seria até bom, seria bom para o Governo tomar a consciência devida dos gastos supérfluos, seria bom que o Governo tomasse a noção de que, se ele economizasse esses gastos, Senador Cristovam, daria para cobrir os gastos que íamos ter com os aposentados deste Brasil, já que diz o Governo que não tem dinheiro, que a Previdência é deficitária. E há quanto tempo escuto isso, Senador Cristovam! Mas, com certeza, se tivéssemos uma fiscalização adequada neste País para combater os gastos da Presidência da República, os gastos da Presidência da República em coisas desnecessárias, para evitar a corrupção que custa para o País US\$3,5 bilhões – bilhões de dólares – por ano.

Aí daria, Senador Mão Santa, para cobrir o que queremos – e o que queremos é tão pouco – para os aposentados deste País! E aí, Senador Alvaro, tinham de usar de todos os artifícios para intimidar a todos; tinha que chegar à mão de alguém esse dossiê, para

avisar a alguém que pertencesse à CPI, para que esse alguém pudesse dizer à Oposição que o Governo estava intimidando a Oposição.

Olhem, brasileiros e brasileiras, como o Governo Lula é! Aliás, todo o Brasil sabe que o PT sempre usou – sempre, Senador Alvaro – esse tipo de tarefa, de confecção de dossiê para intimidar. Esse não é o primeiro dossiê. Vejam o que aconteceu no Governo de São Paulo com o nosso Serra. E agora essa moda foi lançada neste Senado.

Presidente Garibaldi, precisamos não deixar que isso vire moda!

Sei de muitos Senadores que não gostam de CPI, que não são favoráveis à CPI ou ao número excessivo de CPI, mas ela é o instrumento que temos para fiscalizar o Governo, Presidente. Não podemos deixar de ter esse instrumento nesta Casa. Não podemos deixar, em hipótese alguma, que o Governo intimide esta Casa, e que as CPIs desta Casa sejam arquivadas por intimidação da Presidência da República.

O fato de que a Ministra mentiu está comprovado! O fato de que era dossiê está comprovado! O fato de que houve uma intimidação aqui, para o Senado, está comprovado! Esses fatos estão comprovados!

E, agora, Presidente, temos que tomar as providências.

Senador Alvaro Dias tem a palavra.

O Sr. Alvaro Dias (PSDB – PR) – Senador Mário Couto, o meu aparte de hoje não tem por objetivo abordar o tema que V. Ex^a, com brilhantismo, expõe da tribuna. Quero apenas cumprimentá-lo pela ascensão ao cargo de Líder da Minoria. É uma função importante, que só pode ser exercida com competência e eficácia, com o preparo e a coragem de V. Ex^a. Em nome do Pará, em nome de todos os brasileiros, certamente, V. Ex^a cumprirá essa missão. É preciso dizer sempre que infeliz é o país que não tem uma oposição responsável. Eu vou além: infeliz são o governo e o presidente da República que não têm uma oposição corajosa para denunciar eventuais falcatruas no seio do governo. Creio que o Presidente da República, bem-intencionado, deve agradecer à Oposição quando ela denuncia, quando ela investiga, quando ela procura fiscalizar, criticar, apontar as mazelas existentes no seu Governo. Um presidente de boa-fé, que tem boa intenção, gosta da oposição. Quem não gosta da oposição é quem tem o espírito ditatorial, a arrogância e a prepotência própria dos déspotas. Um Presidente da República como o Presidente Lula deve agradecer quando um opositor, com vigor, com contundên-

cia, com afirmação, aponta os erros do seu Governo. É nessa linha, certamente, que V. Ex^a se conduzirá na frente da Liderança da Minoria nesta Casa. Quero cumprimentá-lo e me colocar a sua disposição para os trabalhos que V. Ex^a liderará como nosso Líder da Minoria nesta Casa.

O SR. MÁRIO COUTO (PSDB – PA) – Muito obrigado, Senador Alvaro.

Senador Mão Santa tem a palavra.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Senador Mário Couto, atentai bem! Esse negócio aí, a Ministra saiu-se mal mesmo. Isso é propaganda. A Ministra se saiu mal. Ela aproveitou-se ali da boa educação, da *finesse* desse extraordinário homem público que é o José Agripino. Se o Senador José Agripino quisesse falar em seqüestro, assalto à mão armada... Mas o José Agripino é uma figura educada, fina, que enriquece o Rio Grande do Norte, o Nordeste, o Parlamento e a democracia. Mas a Ministra é tão fraca! Ô, Garibaldi. “Monitorado”: qualquer estudante do Mobral do Rio Grande do Norte, do Piauí, sabe dizer. Ela passou cinco minutos para dizer a palavra “monitorado”. Aí perdeu-se no vô da galinha e da águia. Quando eu falei em galinha, quase caiu o mundo. E ela perdeu-se ali, mostrando que o seu vô é de galinha, é vô curto, de acordo com o livro de Leonardo Boff, que está ali. E a mentira? A mentira... Esse negócio de PAC. A ignorância é audaciosa. Eu era menino e vi o Juscelino com as metas: 30 metas e depois a meta-síntese. Eu vi o período revolucionário, com o primeiro PND, o segundo PND, João Paulo dos Reis Velloso. Quem não viu Fernando Henrique em Ação Brasil: mãos à obra? E assim vai. O próprio Luiz Inácio, no primeiro Governo: a PPP. Onde estão as PPPs, Parcerias Público-Privadas? Nada. Só cacarejamento. Depois, surgiu esse PAC, que, a bem da verdade, é propaganda de aloprados cacarejadores. Tudo mentira! Está tudo parado. Não existe. Agora, eu queria o lado bom: cumprimentá-lo. V. Ex^a surgiu aí, Líder da Minoria. Ô, Garibaldi, atentai bem! V. Ex^a tem um bocado de ano de Senado. Este Senado tem 183 anos. Rui Barbosa, 32 anos. Olha, esse moço surgiu aí. Foi como um trovão, um raio, uma luz, uma explosão! Já é Líder da Minoria, que, na realidade, é a grandeza da esperança do povo do Brasil, dos aposentados sacrificados, das escolas sucateadas, das mães cujos filhos morrem de dengue. V. Ex^a, em pouco tempo, se firmou e se consolidou como um líder de perspectiva invejável não só no Pará, mas em todo o Brasil. Olhe, há uma expectativa muito grande

e uma esperança no aprimoramento da democracia, porque a democracia tem que ter oposição, e V. Ex^a é esse grandioso Líder da Oposição.

O SR. MÁRIO COUTO (PSDB – PA) – Muito obrigado, Senador Mão Santa.

Já vou descer, Sr. Presidente. Quero só alertar os nossos grandes Líderes do PSDB e do DEM, que estão ali juntinhos, e dizer a V. Ex^as, Senador José Agripino e Senador Arthur Virgílio, que a Oposição tem a obrigação e o dever, neste momento, de mostrar à Nação brasileira que não se intimidou e não vai se intimidar com as ações do Governo. É obrigação nossa, Senadores, trazer aqui, de qualquer forma, Senador José Agripino, de qualquer maneira, esse José Aparecido. Nós temos que trazê-lo, através da CPI ou através da CCJ ou através de qualquer outra comissão, para mostrar à Nação brasileira que esta Oposição é uma Oposição ética, mas que luta pelos interesses da Nação e não se intimida com dossiê, não se intimida em apurar fatos que a sociedade precisa saber e que não se vai intimidar, Sr. Presidente, de forma alguma, com a imposição do Presidente da República e de seus Ministros, quando diz que o Senado, Senador Garibaldi, é irresponsável em aprovar um projeto dos aposentados. Olhe onde chegamos, Presidente! Olhe onde chegamos, Presidente! O Ministro do Planejamento ir à imprensa e dizer que o Senado é irresponsável, porque aprovou um projeto de reajuste aos aposentados brasileiros? Um Ministro de Estado chamando de irresponsável o Senado nacional? Teria até que receber um documento de V. Ex^a, pedindo a ele que tivesse respeito a esta Casa.

Não vamos nos intimidar! Sei que não é mais nossa obrigação, porque o projeto agora está na Câmara, mas haveremos de seguir etapa por etapa desse projeto. V. Ex^a tem-nos ajudado e vai continuar nos ajudando. Esta semana temos que ir à presença do Presidente da Câmara, e não vamos aceitar que os Deputados Federais mandem arquivar esse projeto, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Senador Mário Couto.

O SR. MÁRIO COUTO (PSDB – PA) – Pois não.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Vou interrompê-lo, Senador, para dizer que, agora mesmo, tentei um contato com o Presidente da Câmara em função dessa audiência, mas S. Ex^a está no Supremo Tribunal Federal. Então, assim que S. Ex^a regresso iremos ao Presidente Chinaglia.

O SR. MÁRIO COUTO (PSDB – PA) – Já esperamos tanto! Já esperamos cinco anos! Vamos esperar mais um dia, mas não vamos aceitar, vamos aqui dar nome por nome daqueles que votarem contra esse projeto, daqueles que mostrarem a sua intenção em massacrar os aposentados deste País.

Não vamos sossegar enquanto os aposentados deste País não tiverem os seus direitos sustentados. E temos a obrigação, Sr. Presidente, como Senadores, olhar para a situação de cada homem e de cada mulher que lutaram por este País, que deram todo o seu suor por esta Nação, que criaram os seus filhos com tanta dignidade.

Esses homens e essas mulheres não podem ser usados, desprezados como copos descartáveis. Usou, não presta mais, joga fora. É a Nação, é o homem brasileiro, é a mulher brasileira! Haveremos de dedicar toda a nossa atenção, todo o nosso suor aos aposentados e aposentadas brasileiros.

Depois que V. Ex^a marcar essa audiência, voltaremos a esta tribuna com a palavra. Mas podem ter certeza, aposentados e aposentadas deste País, não nos curvaremos à imposição do Senhor Presidente da República, que acha que os aposentados não são seres humanos, que acha que os aposentados nada fizeram por este País, e, por isso, são abandonados, desprezados, estão sofrendo à míngua. Sequer um plano de saúde têm! Salários abaixo do salário mínimo! Muitos que escrevem para mim mostram quanto ganham. Pasmem, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, brasileiras e brasileiros, temos aposentados ganhando R\$180,00, R\$150,00, R\$120,00!

Sr. Presidente, eu sei que tenho o apoio de V. Ex^a e desço desta tribuna na certeza de que amanhã estaremos frente a frente com o Presidente da Câmara.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Agradeço a V. Ex^a.

Concedo a palavra ao Senador Arthur Virgílio.

V. Ex^a pede a palavra pela ordem?

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB – RR) – Havia solicitado a palavra pela Liderança já há algum tempo.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – V. Ex^a tem razão. V. Ex^a pediu a palavra pela Liderança, mas estamos fazendo aquele rodízio.

O Senador Mário Couto falou como Líder da Minoria, e agora estou anunciando o Senador Arthur Virgílio para saber se ele quer falar como orador inscrito, porque ele está inscrito e é o orador agora, de qualquer maneira: ou como orador inscrito, ou como líder.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB – RR) – Está jogando dominó nas duas cabeças.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Tanto faz dar na cabeça, como na cabeça dar: só vai dar Arthur Virgílio.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB – RR. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, o Senador Arthur Virgílio cede rapidamente para fazer uma observação. Eu iria fazer um discurso, Sr. Presidente, a respeito do Senador Artur da Távola, mas estou assinando o requerimento, proposto pelo Senador Artur Virgílio, de uma sessão especial em homenagem ao Senador Artur da Távola, que faleceu neste final de semana, deixando de luto o País, o Senado e o Rio Janeiro, a Miriam, sua esposa, seus filhos, Leonardo, André e Eduardo e todos os seus amigos. Eu me coloco entre os amigos e admiradores do Senador Artur da Távola, até porque fui o seu primeiro Vice-Líder quando ele foi Líder do Governo Fernando Henrique, e tive a felicidade de, trabalhando com ele, aprender muito com a figura generosa, a figura competente, a figura carismática, a figura comprometida com este País, uma figura do bem.

Portanto, em vez de fazer o discurso na tarde de hoje, quero apenas abraçar a família, registrar o pesar de todos nós e dizer que falarei na sessão convocada especialmente para esse fim, porque o Senador Artur da Távola merece toda nossa homenagem.

Quero aproveitar também a oportunidade, Sr. Presidente, para registrar – já tive a condição de dizer à imprensa, mas quero dizer de público – que, amanhã, na reunião da CPMI dos Cartões Corporativos, a Base do Governo apoiará a convocação do Sr. José Aparecido e do assessor André, do Senado Federal, exatamente para que se possamos inquiri-los e chegar a um entendimento sobre o que efetivamente ocorreu.

O Governo não teme o depoimento de ninguém, o Governo quer todos os fatos esclarecidos, e, portanto, a posição do Governo é muito clara: apoiar a convocação para que a CPMI possa trabalhar e averiguar todas essas questões.

Feito este registro, agradeço ao Senador Arthur Virgílio a gentileza de fazer a permuta para que eu pudesse fazer estas colocações.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Quero me associar às palavras do Senador Romero Jucá no que toca ao Senador Artur da Távola, pelo seu brilhantismo, pela maneira como ele atuou nesta Casa.

Mas não apenas pelo que ele foi como Senador, mas pelo que foi com jornalista, como compositor, pelo que representou para o Brasil, quero me associar e dizer que, atendendo ao requerimento do Senador Arthur Virgílio, que farei questão de assinar logo após a assinatura dos Líderes, vamos providenciar a sessão especial.

Com a palavra o Senador Arthur Virgílio.

V. Ex^a falará como orador inscrito e terá vinte minutos.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, trato, nesses vinte minutos, de alguns assuntos. O primeiro diz respeito à declaração recente do ilustre General do Exército Brasileiro Luiz Gonzaga Schroeder Lessa, ex-Presidente do Clube Militar.

Com a autoridade de quem já foi Comandante Militar da Amazônia, portanto conhecedor dos problemas da região, o ilustre brasileiro denuncia o que ele chama de “grave atentado à soberania brasileira, que tem o apoio ostensivo do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva e a omissão criminosa de todo o seu Governo.”

O General refere-se à *Declaração Universal dos Direitos dos Povos Indígenas*, aprovada pela ONU em setembro do ano passado e no momento no Congresso Nacional no aguardo de aprovação, para o que teria o apoio do Presidente Lula. Segundo o Militar, hoje na reserva, a Declaração, se vier a ser acolhida pelo Legislativo – e o Presidente da República apóia a tese –, significaria uma verdadeira “balcanização” da Amazônia.

Balcanização foi o termo cunhado pelos socialistas alemães do século XIX, para criticar a ação do czar da Rússia nos Bálcãs, quando este apoiou a constituição de uma pluralidade de unidades políticas pequenas, separadas e hostis, como poderia vir a ocorrer com a Amazônia. Passou a significar um modelo estabelecido por uma potência diretora em uma determinada zona, para que esta pudesse influenciar decisivamente em divisões internas para reinar. A expressão foi retomada em 1918, para qualificar o modelo de divisão estadual consagrado pelo tratado de Brest-Litovsk. Voltou a ser usada para definir a divisão estadual africana posterior à descolonização. Uma variante da “balcanização” é a chamada “libanização”, expressão usada nos anos oitenta qualificando a divisão de um Estado em muitas facções armadas hostis.

Pela importância do assunto e levando em consideração que a matéria tramita no Congresso, estou anexando a este pronunciamento a íntegra da nota do General-de-Exército Luiz Gonzaga Lessa, para que, assim, passe a constar dos Anais do Senado da República.

Sobre isso, Sr. Presidente, tenho ainda duas coisas a dizer. Uma delas é que me coloco em acordo com o que disse o General Augusto Heleno, Comandante Militar da Amazônia. Isso causou em setores da opinião pública uma certa confusão. Entendo que o General tem razão no substantivo do que disse, tanto que aqui estou a endossar a opinião de um militar da reserva. Essa é a diferença fundamental. Eu não poderia aceitar a opinião pública e política de um militar da ativa, até porque a democracia brasileira não deve coexistir com a manifestação pública ostensiva de militares da ativa.

Amanhã um militar diz: “Lula tem direito ao terceiro mandato”. Aí vem outro e diz: “Não, quero interromper este mandato dele”. O Brasil superou definitivamente essa etapa e a Constituição é que limita e determina o que deva ser a atuação dos militares, que é importante no concerto da vida pública do País.

Mas está coberto de razão o General Schroeder, como está coberto de razão, no substantivo, o General Heleno. Daí eu estar de acordo com o que diz um e outro, mas registrando, sem restrições, a opinião daquele que está como um cidadão qualquer, civil, desarmado, fora da caserna.

Em segundo lugar, digo que a demarcação feita no Governo Collor foi correta. Ela satisfaz plenamente às necessidades do povo Yanomami habitante de Roraima. A demarcação intentada e posta em prática pelo Governo atual sequer agrada à totalidade dos índios que existem em Roraima. Esta é a verdade. Não estou aqui pegando clichês, como o desordeiro que está preso. E, se é desordeiro, tem de estar preso mesmo o Prefeito que não contribui em nada para que o quadro lá serene.

Mas o fato é que a demarcação contínua de terras tão extensas para serem destinadas a índios que já estão aculturados, que já estão vivendo junto com os membros da chamada sociedade envolvente, isso prejudicando culturas ligadas ao agronegócio, agitando e tumultuando o quadro político local, não vejo, sinceramente que haja razão, que haja justiça ou justiça nisso.

Por isso, estou preocupado com o quadro de Roraima, entendendo que é essencial que nós estabeleçamos um tripé quando falamos em segurança nacional. Esse tripé é: presença militar forte nas fronteiras, presença civil forte nas fronteiras e conhecimento. Nós temos de conhecer a Amazônia para valer. E minguem os recursos para os institutos de pesquisa da região. Se é assim, nós não temos uma política de segurança nacional efetiva para aquela região.

Sr. Presidente, dou, em breves pinceladas aqui, a notícia de que as aulas da Universidade Federal do Amazonas no *campus* do Município de Humaitá retornaram à normalidade na última quinta-feira.

Os universitários, em greve que durou alguns dias, concordaram com o seu encerramento diante da promessa de cumprimento das reivindicações que originaram o movimento. Os estudantes pediam tão-somente a melhoria das condições das instalações físicas do *campus*, a maioria necessitada de reformas, além da instalação de laboratórios de pesquisa, o fim do racionamento de energia elétrica e também a melhoria da cantina. Em Humaitá, a Ufam – Universidade Federal do Amazonas – mantém os cursos de Letras, Agronomia, Ciências Agrárias, Engenharia Ambiental, Pedagogia, Biologia, Química, Matemática e Física.

São muitos cursos, todos funcionando em condições não muito boas, pelo que os alunos reivindicam também a construção do *campus* definitivo daquela cidade. Seus pedidos são corretos, nada exagerados. Humaitá é sede de uma vasta região do meu Estado, e a melhoria das condições para o ensino superior...

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Senador Arthur Virgílio, se . Ex^a me permite...

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Com muito prazer.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – ... porque os alunos da Escola Superior de Guerra já estão se retirando e eu queria dirigir-lhes uma saudação especial. Eles nos deram a honra da visita, estão, neste momento ainda, nas nossas galerias e participam de mais um ciclo de estudos da Escola Superior de Guerra.

Os nossos cumprimentos, saudações e desejo de bom aproveitamento.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Obrigado, Sr. Presidente.

A honra é igualmente minha, do meu Partido e de todos os Senadores desta Casa, pluralmente. Estejam os senhores e as senhoras alunos da Escola Superior de Guerra muito seguros do que aqui estou afirmando.

Muito obrigado pela presença tão honrosa. Muito obrigado.

Muito bem, Sr. Presidente, o que espero é que o Diretor do Campus da Ufam, em Humaitá, Professor José Duarte Alecrim, e também o Reitor da Universidade, Professor Hindenberg Frota, literalmente cumpram com o acerto que suspendeu o movimento grevista. Peço ainda que a este pronunciamento se anexe o histórico, o retrospecto da crise.

Muito bem, Sr. Presidente, eu gostaria ainda de dizer que, do Presidente Fernando Henrique Cardoso – vamos falar a verdade –, o atual Governo teve a sorte de receber o País preparado para o desenvolvimento. Mas, infelizmente, faltam ação, trabalho e decisão para levar a cabo o que hoje não passa de mero rótulo, ou seja, a aceleração do crescimento.

Para entender o Brasil de hoje nada como recorrer a um grande clássico da literatura, a estória de Lewis Carroll, que narra a incrível incursão de *Alice no País das Maravilhas*.

O Governante atual insiste em apontar o País como Nação que só agora, depois de 500 anos, viveria no melhor dos mundos, como se estivéssemos rodeados por um canteiro efetivo de boas obras, com os problemas todos resolvidos. Não estão! Nem no quimérico mundo que o Governo insiste em apregoar, sem nem se preocupar em respeitar a Lei Eleitoral. Mas do que isso até, debocha da legislação eleitoral, como registra o jornalista Ricardo Noblat, em seu *blog* do dia 7 último.

O desrespeito é notório, como na semana passada, em Manaus, onde houve mais um dos comícios eleitorais, entre muitos do que promovem o Chefe do Governo, à custa do dinheiro público. Como se o Governo não fosse o Governo do Brasil, mas o Governo de um Partido político, cercado de áulicos e adesistas de todos os lados.

Lá, o Presidente “sentenciou”: “(...) Vou eleger o meu sucessor!” – propaganda deslavada, forçando um nome para sucedê-lo no Planalto. Tudo isso em tom de pilhérias, nem sempre de bom gosto. Os comícios do Presidente usam e abusam do escárnio, da zombaria, comportamento destituído de bom senso, de ponderação, como seria natural esperar o contrário

de um Chefe de Governo. Temo que a exploração já rotineira desse lado cômico do Governo possa prosperar. Vivem rindo, como se o riso pudesse solucionar os problemas que aí estão.

No mundo de Lewis Carroll nada era real e pouco importava que nada fosse real. Havia uma rainha empenhada em mandar cortar a cabeça de quem lhe trouxesse notícias desagradáveis. No Brasil, hoje, não se chega a tanto, mas a fantasia é assemelhada.

Aqui, cria-se um plano do tipo salva-pátria, o PAC, sobre o qual, em seu depoimento na Comissão de Infra-Estrutura do Senado, a Ministra-Chefe da Casa Civil – para usar a conclusão do editorial do jornal **O Estado de S. Paulo** – apenas repetiu o que virou palavrado nos comícios semanais que o Planalto leva semanalmente aos Estados.

Diz o editorial: “O PAC nada mais é do que um dos mais robustos engodos que um governo tentou impingir aos brasileiros”.

E mais:

Por sinal, a quase total omissão, nos jornais de ontem, das embromações da Ministra” [quem diz isso é o jornal *O Estado de S. Paulo*, e eu concordo literalmente com tudo o que está dizendo o jornal neste momento] “sobre a marcha triunfal do programa revela a que níveis alarmantes chegou o definhamento do senso crítico neste País, hipnotizado pelos recordes de popularidade do titular da República.

Mais aspas para o jornal paulista:

(...) A Senadora Kátia Abreu não foi contestada pela mãe da criança – a Ministra-Chefe da Casa Civil – quando mostrou que, com ou sem PAC, os investimentos públicos permanecem estagnados há mais de uma década em 0,9% do PIB. (...) Dos R\$17,2 bilhões destinados ao PAC este ano, só R\$1,9 bilhão foi empenhado e só ínfimos R\$13,7 milhões foram efetivamente gastos no primeiro quadrimestre.

Sr. Presidente, afora o engodo do PAC, o País acompanha de perto, e contristado, esses já abusivos comícios de um só mitingueiro. O que de prático resulta dos passeios políticos do Chefe do Governo? Nada!

Deixo a definição para o editorial de **O Estado de S. Paulo**, para quem o Presidente se transformou em figura agora dedicada a passear pelo País, lançando pedras fundamentais.

Ou seja, gasta o tempo inaugurando intenções.

Aspas para o jornal **O Estado de S. Paulo**:

“O que trava o PAC é a qualidade dos projetos que nós herdamos”, queixou-se a Ministra. [Diz ela:] “Nós não herdamos nem na área de energia, nem de logística, isso vale para rodovia, ferrovia, aeroportos”.

Com essas palavras apressadas, a Ministra quis dizer que a culpa, portanto, é do governo anterior.

Escapou-lhe, porém, um fato importante:

(...) O governo anterior já era o do Presidente Lula, no seu primeiro mandato. (O PAC foi lançado em janeiro de 2007.) E, no primeiro mandato, a Ministra de Minas e Energia, setor do qual a gestora do PAC afirma em alto e bom som nada ter herdado, era a mesmíssima Dilma Rousseff a quem Lula atribui uma “capacidade gerencialmente impecável”.

E, ainda na palavra do jornal paulista, a definição que cabe aos atuais gestores da República, tal como gosta o Presidente de repetir, nos seus “nunca antes” disse ou daquilo: “Nunca antes na história deste país se viu engodo dessas proporções”.

Lamento, Sr. Presidente, esses premeditados equívocos do Governo atual, para o qual prevalece a suposição de que todos nós brasileiros somos tolos ou ingênuos. Ainda bem que este País de meras intenções permanece como no túnel descrito por Lewis Carroll, bem distante; por enquanto, do outro lado da rua.

Sr. Presidente, para encerrar, ainda trago um outro tópico, que, para mim, recai bem nesta desobriga desta segunda-feira.

Já é da rotina do Presidente da República a prática que ele repete como conduta eleitoral, ao menos três vezes por semana. Em pontos diversos do País, sobe em palanques montados com dinheiro público, desloca-se com seus protegidos, afilhados ou favorecidos, invariavelmente diz que tudo no Brasil caminha às mil maravilhas, graças, é claro, ao seu Governo, dele. Insinua que muito mais faria se não existissem a Oposição, as leis e o Tribunal de Contas da União.

Tudo isso ele faz. A Nação ouve e vê pelo rádio e pela televisão. O que há mesmo é muito engodo,

manobras ou ardis que visam a ludibriar o povo, induzindo-o a erro. Deixa uma impressão de que muito se faz em todos os Estados do País, mais do que tudo, ao longo de 500 anos.

Semana passada, não foi diferente, e o alvo foi o meu Amazonas. O Presidente esteve em Manaus e disse que estava fazendo tudo pelo povo: “Só não posso conseguir marido para as mulheres”, foi a gracinha do Presidente, ao dizer que a mulher gosta de três coisas – minimizando a mulher, desrespeitando a mulher brasileira, limitando a capacidade de sonhar da mulher brasileira. Segundo o Presidente, mulher quer casar; depois, quer ter um carro. Quer ter casa, casar, quer ter um carro e, depois, um computador.

Eu não acredito, sinceramente. Se não fosse uma gravação, Senador Mário Couto, eu não acreditaria que isso saísse da cabeça do Presidente da República.

Significa um desrespeito à esposa dele, significa um desrespeito à minha esposa, significa um desrespeito à sua esposa, significa um desrespeito às mulheres brasileiras que trabalham e que mourejam para constituir parte tão sólida do Produto Interno Bruto deste País! De repente, ele resume o universo das mulheres a quatro reivindicações: casa, marido, carro e computador. É inacreditável! “*O tempora, o mores!*”, como dizia o célebre orador romano.

Como fazedor e não pagador de promessas, o Presidente alardeou mil e uma maravilhas acerca da Amazônia e mais de mil e uma obras de seu Governo no meu Estado.

Nada confere com o real do Amazonas. Para comprovar, estou anexando a este pronunciamento matéria de página inteira da edição de 13 de abril último do jornal **A crítica**, de Manaus.

Começo pela leitura da manchete: “Ausência governamental”. “Populações esquecidas”.

Logo abaixo: “Sem INSS, Ibama, Funai, Justiça e bancos oficiais, o interior do Amazonas é um vazio institucional”.

Vamos ao levantamento de **A crítica**: “O Amazonas tem 3 milhões e 100 mil habitantes. Deles, quase metade (1 milhão e 200 mil) está excluída do acesso a financiamentos de casa própria”.

E mais: Só os Correios estão presentes em todos os 61 Municípios do Amazônia; em 52 (dos 61) não há agência do INSS; o Ibama não existe em 44 Municípios; o Banco do Amazonas não está presente em 54 Municípios; a Funai é ausente em 52; a Receita Federal não existe em 53; a Caixa Econômica não tem agências

em 57 Municípios – só tem três agências no Estado; o Banco do Brasil não existe em 43; a Embrapa inexistente em 57 dos 61 Municípios; o Incra não está presente em 50; a Justiça Federal não existe em 60.

Existe, portanto, apenas em Manaus e mais, se não me engano, em Itacoatiara ou em Parintins.

Como se vê, o Governo Federal é um grande ausente no interior do Amazonas. E não sou eu a dizer; é o Procurador-Geral do Direito do Cidadão no Amazonas, Dr. Rodrigues da Costa. Para ele, “a ausência do Governo Federal no interior do Amazonas é um atentado ao direito de exercício da cidadania, sobretudo por omissão”.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

SEGUEM, NA ÍNTEGRA, PRONUNCIAMENTOS DO SR. SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, já é da rotina do Presidente da República a prática que ele repete, como conduta (eleitoral), ao menos três vezes por semana. Em pontos diversos do País, sobe em palanques montados com dinheiro público, desloca-se com seus protegidos, afilhados ou favorecidos, e, invariavelmente, diz que tudo no Brasil caminha às mil maravilhas, graças, é claro!, ao seu Governo. E insinua que muito mais faria se não existissem a oposição, as leis nem o Tribunal de Contas da União.

Tudo isso ele faz. A Nação ouve e vê pelo rádio e pela televisão.

O que há mesmo é muito engodo, manobras ou ardis que visam a ludibriar o povo, induzindo-o a erro. Deixam a impressão de que muito se faz em todos os Estados do País, *mais do que tudo ao longo de 500 anos*.

Na semana passada não foi diferente. E o alvo foi o meu Amazonas. O Presidente esteve em Manaus e disse que estava fazendo tudo pelo povo.

Só não posso conseguir marido para as mulheres, foi a gracinha do Presidente, ao dizer que a mulher gosta de três coisas: primeiro, quer uma casa; depois, pretende casar; almeja possuir um carro e, por último, sonha com um computador.

Com um fazedor (e não pagador) de promessas, o Presidente alardeou mil e uma maravilhas acerca da Amazônia e mais de mil e uma “obras” de seu Governo no meu Estado.

Nada confere com o real do Amazonas. E para comprovar, estou anexando a este pronunciamento matéria de página inteira da edição de 13 de abril último do jornal **A Crítica**, de Manaus.

Começo pela leitura da manchete:

Ausência Governamental
POPULAÇÕES ESQUECIDAS

E logo abaixo, esta frase:

SEM INSS, IBAMA, FUNAI, JUSTIÇA E BANCOS OFICIAIS, INTERIOR DO AMAZONAS É UM VAZIO INSTITUCIONAL.

Vamos ao levantamento de **A Crítica**:

O Amazonas tem 3 milhões e 100 mil habitantes. Deles, quase metade (1 milhão e 200 mil) estão excluídos do acesso a financiamentos das casa própria.

E mais:

Só os correios estão presentes em todos os 61 municípios do Amazonas.

Em 52 (dos 61) não há agência do INSS.

O IBAMA não existe em 44 municípios.

O Banco da Amazônia não está presente em 54 municípios.

A FUNAI é ausente em 52.

A Receita Federal não existe em 53.

A Caixa Econômica não tem agências em 57 municípios. Só tem três agências no Estado.

O Banco do Brasil não existe em 43 municípios.

A Embrapa inexistente em 57 dos 61 municípios.

O INCRA não está presente em 50.

A Justiça Federal não existe em 60.

Como se vê, o Governo Federal é um grande ausente no interior do Amazonas. Não sou eu a dizer. É o Procurador Regional dos Direitos do Cidadão no Amazonas, Sr. Rodrigues da Costa.

Para ele, “a ausência do Governo Federal no interior do Amazonas é um atentado ao direito de exercício da cidadania. Sobretudo por omissão.”

Era o que tinha a dizer.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

Realidade dos Municípios

No Amazonas, a maioria das cidades do interior do Estado não conta com a presença física das instituições que integram o Governo Federal. Há um vazio gigantesco nesta área. Este é o tema da terceira reportagem da série 'Realidade dos Municípios'

Agência do INSS

Em 52 dos 61 municípios do interior do Estado não existe agência do INSS. A taxa de ausência de estrutura física do órgão nessa região é de 85,25%.

**1,5
Milhão**

de pessoas vivem no interior do AM. Número corresponde a 48,89% do total da população do Estado.

Ausência governamental

Populações esquecidas

Sem INSS, Ibama, Funai, Justiça Federal e Bancos oficiais, interior do AM é um vazio institucional

ARISTIDE FURTADO
ESPECIAL PARA A CRÍTICA

Mais de um milhão de habitantes do Amazonas não contam com os serviços do Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS) em suas cidades. A autarquia é uma das 15 instituições do Governo Federal ausentes da maioria dos 61 municípios do interior do Estado.

A omissão da União em áreas prioritárias para o exercício da cidadania como saúde, educação, financiamento de atividades produtivas, acesso à justiça, proteção ambiental e questão indígena contribui para a formação de um exército de subcidadãos no interior amazonense.

O vazio institucional deixado pelos órgãos federais na região é revelado em mapeamento elaborado pela Associação Amazonense dos Municípios e A CRÍTICA. O levantamento mostra as cidades que têm sede de órgãos e instituições como o Ibama, Basa, Ufam, Funasa, Incra, Inss, Funai, Correios, Caixa Econômica Federal, Banco do Brasil, Receita Federal, Embrapa, Ministério Público Federal, Justiça Federal e Defensoria Pública Federal.

A taxa de ausência do INSS no interior é de 85,25%. Em 52 municípios não existe agência do órgão. Para terem acesso a benefícios como aposentadoria, auxílio doença, salário maternidade, pensão por morte, os moradores desses locais precisam viajar para um dos nove postos do INSS instalados em: Tefé, Coari, Itacoatiara, Manacapuru, Maués, Parintins, Eirunepé, Benjamin Constant e Tabatinga.

O número de escritórios da Fundação Nacional do Índio (Funai) também é reduzido. O órgão não tem unidades em 52 municípios. Suas bases são em Tefé, Eirunepé, Manicoré, Parintins, Autazes, Barcelos, Juruá, Jutai e Nova Olinda do Norte. Fato preocupante levando-se em conta que das 584 terras indígenas existentes no Brasil, 30% (178 terras indígenas) estão no Amazonas, segundo dados da Fundação Estadual dos Povos Indígenas (Fepi).

O Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) é outro órgão do Governo Federal cuja estrutura física não alcança todos os municípios amazonenses. A instituição possui 17 agências no interior. E não está presente em 44 municípios.

O dado preocupa tendo em vista a extensão geográfica do Amazonas e sua cobertura vegetal. Dos 1,5 milhão de quilômetros quadrados, cerca de 1,4 milhão de quilômetros quadrados correspondem a florestas nativas, de acordo com informações do texto base 'O Estado do Amazonas e as Mudanças Climáticas', da III Conferência Estadual de Meio Ambiente.

Outro segmento que reflete a tímida presença do Governo Federal no interior do Amazonas é o de serviços bancários. O Banco do Brasil está presente em 18 municípios; Basa, em cinco; e a Caixa Econômica Federal tem quatro agências no interior. A Caixa está ausente em 93,44% dos 61 municípios do interior.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs Senadores, as palavras que leio a seguir são de um ilustre General do Exército Brasileiro, Luiz Gonzaga Schroeder Lessa, ex-Presidente do Clube Militar.

Com a autoridade de quem já foi Comandante Militar da Amazônia, portanto conhecedor dos problemas da Região, o ilustre militar denuncia o que ele chama de *grave atentado à soberania brasileira, que tem o apoio ostensivo do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva e a omissão criminosa de todo o seu Governo.*

O General refere-se à *Declaração Universal dos Direitos dos Povos Indígenas*, aprovada pela ONU em setembro do ano passado e, no momento, no Congresso Nacional, no aguardo de aprovação, para o que teria o apoio do Presidente Lula.

Segundo o militar, hoje da reserva, a Declaração, se vier a ser acolhida pelo Legislativo – e o Presidente da República apóia a tese, vai significar uma verdadeira *balcanização da Amazônia.*

“**Balcanização** foi termo cunhado pelos socialistas alemães do século XIX, para criticar a ação do czar da Rússia nos Balcãs, quando este apoiou a constituição de uma pluralidade de unidades políticas, pequenas, separadas e hostis, como poderia vir a ocorrer com a Amazônia. Passou a significar o modelo estabelecido por uma potência diretora numa determinada zona, para que esta pudesse influenciar decisivamente em divisões internas para reinar. A expressão foi retomada em 1918, para qualificar o modelo de divisão estadual consagrado pelo Tratado de Brest-Litovsk. Voltou a ser usada para definir a divisão estadual africana posterior à descolonização. Uma variante da balcanização é a chamada libanização, expressão usada nos anos oitenta qualificando a divisão de um Estado em muitas facções armadas hostis.”

Pela importância do assunto e levando em consideração que a matéria tramita no Congresso, estou anexando a este pronunciamento a íntegra da nota do General-de-Exército Luiz Gonzaga Lessa, para que, assim, passe a constar dos Anais do Senado da República.

Era o que tinha a dizer.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

SOBERANIA EM RISCO

Na surdina, sem que a Nação se aperceba da sua gravidade, esboça-se um dos maiores atentados à soberania brasileira, com o apoio ostensivo do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva e com a omissão criminosa de todo o seu governo: a balcanização da Amazônia.

A mídia, de uma maneira geral vem demonstrando pouco interesse em temas dessa natureza e no momento encontra-se focada apenas nos lamentáveis episódios que vêm ocorrendo na terra indígena Raposa – Serra do Sol e quase nenhum destaque confere à **DECLARAÇÃO UNIVERSAL DOS DIREITOS DOS POVOS INDÍGENAS**, aprovada pela Organização das Nações Unidas (ONU), em 13 de setembro de 2007.

Essa Declaração é quase o ato final de um longo e persistente processo, que nos últimos 20 anos ganhou consistência e rapidez, levado a efeito por influentes e bem estruturadas organizações não governamentais e que tem como marcos principais ao longo desse período a aprovação pela ONU da Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT) e dessa mesma Declaração pelo seu Comitê de Direitos Humanos, em 2006.

O Congresso Nacional referendou a Convenção 169/OIT sem que fossem recusados os artigos que trazem os germes da secessão territorial, pondo fim à política integracionista que desde os tempos do Marechal Rondon vinha sendo adotada pelo governo brasileiro.

A Convenção 169/OIT derrogou a de número 107 que foi julgada ultrapassada e que admitia a plena integração das comunidades indígenas no seio maior das sociedades nacionais dos diferentes países. De fato e de direito, foi instituída a política segregacionista que, em vigor e na sua plenitude, impede a incorporação dos indígenas aos diferentes estratos sociais que compõem a diversificada e multirracial sociedade brasileira e os mantém no seu primitivismo que, para algumas tribos, se situa muito próximo da Idade da Pedra. Igualmente, impede, mais do que isso, proíbe, que comunidades indígenas em estado avançado de desenvolvimento prossigam no seu saudável inter-relacionamento com populações não índias.

A FUNAI, com essa política urdida em foros alheios à cultura brasileira, parece querer construir uma miríade de zoológicos humanos para deleite da comunidade internacional e não para o bem-estar dos silvícolas brasileiros.

A Declaração Universal dos Direitos dos Povos Indígenas, de 13 de setembro de 2007, abre uma nova perspectiva jurídico-política para as comunida-

des indígenas e se constitui numa grande ameaça à soberania e integridade territorial do Brasil.

Um país com as suas dimensões, com mais da metade do seu território na região amazônica, com descomunais reservas indígenas ao longo de toda a fronteira norte-noroeste, criadas pela inépcia, irresponsabilidade e insensibilidade geopolítica dos governos passados e atual, não poderia correr o risco de aprová-la, mais do que isso, de motivar que outros países assim também procedessem, contrariando a sua longa tradição republicana de não estimular riscos desnecessários nas nossas fronteiras, particularmente na sensível Amazônia.

Atentos à sua problemática nacional os EUA, Canadá, Austrália e Nova Zelândia votaram contra a referida Declaração. A Argentina se absteve.

A longa e polêmica Declaração é um instrumento internacional que modifica a ênfase nos direitos individuais e, pela primeira vez, valoriza os “direitos humanos coletivos” e atribui às comunidades indígenas a posse do território onde vivem e dos seus recursos naturais, bem como o direito coletivo à autonomia.

Argumenta o Itamaraty, o outrora vigilante defensor da nossa integridade e hoje o esmaecido e fragilizado ator na condução da política externa brasileira, que a dita Declaração não tem força de lei, parecendo desconhecer a realidade nacional e as ameaças internacionais que se avolumam sobre a Amazônia,

Todavia, não haverá de desconhecer que está em curso todo um processo, meticulosamente urdido nos últimos 20 anos e que vem logrando expressivos êxitos, buscando alcançar como seu próximo e decisivo objetivo a transformação da referida Declaração em Convenção, também aprovada pela ONU, como claramente defendem as lideranças mais expressivas do movimento, como a socióloga Kring Kaingang, que são ouvidas e afinam os seus discursos com os agentes do MRE, hoje abertamente comprometido com essa causa internacionalista que, potencialmente, promove a dilapidação do território nacional.

As modificações introduzidas pelo Congresso Nacional no Artigo 5º da Constituição Federal, por intermédio da Emenda Constitucional nº45/2004, não deixam margem a dúvidas de que se trama e de que está em marcha um vil golpe contra a unidade nacional amparado pelo novel parágrafo 3º que estatui: “Os tratados e convenções internacionais sobre direitos humanos que forem aprovados, em cada Casa do Congresso Nacional, em dois turnos, por três quintos dos votos dos respectivos membros, serão equivalentes às emendas constitucionais.”

A transformação da Declaração em Convenção aprovada pela ONU, o que será só uma questão de

tempo, e a sua possível homologação pelo nosso Congresso (como o ocorrido com a Convenção 169/OIT) lhe dará força constitucional, conferindo às comunidades indígenas não apenas a discutida autonomia mas a autodeterminação, com todas as suas consequências nos cenários nacional e internacional. Tereamos retalhado o Brasil em 227 nações com os seus 180 diferentes idiomas distribuídos pelos troncos tupi e macro-jê. O crime contra o Brasil, a sua soberania e unidade territorial estará perpetrado.

É quase incompreensível entender o silêncio, o mutismo, a voz de alerta de expressivas e outrora vigilantes instituições da vida pública brasileira, que se mostram impotentes ou desinteressadas, lavando as mãos para o que vem ocorrendo.

Do Executivo, particularmente do Presidente da República e do Ministro das Relações Exteriores, pouco se pode esperar, pois já se comprometeram com esse processo em curso e que só serve aos interesses internacionais.

E os demais poderes – Legislativo e Judiciário – por que se mantêm calados?

Qual a razão da indiferença dos governadores de uma maneira geral e, muito em especial, daqueles que governam estados amazônicos? E o Ministério Público por que não se pronuncia face a tão grave ameaça?

Onde estão outras organizações da chamada sociedade civil que por muito menos levantam as suas vozes?

Parece que esse mundo globalizado em que vivemos, que pugna pelo arrefecimento das fronteiras, do nacionalismo, da soberania, tudo em benefício dos mais fortes, anestesiou a nossa vontade, a nossa consciência, fazendo-nos aceitar como natural a acomodação, ao invés da pronta reação, quando o interesse nacional está em jogo.

Esboça-se no horizonte uma das mais graves ameaças contra o País, que afeta diretamente a sua integridade territorial e a sua soberania e obriga as Forças Armadas, sob pena de inadmissível omissão, a saírem do seu mutismo e a se pronunciarem, fiéis à sua missão constitucional e que também é a sua própria razão de ser: a defesa da PÁTRIA.

Luiz Gonzaga Schroeder Lessa – General-de-Exército e Ex-Presidente do Clube Militar (foi Comandante Militar da Amazônia – CMA)

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs Senadores, as aulas da Universidade Federal do Amazonas, no campus de Humaitá, retornaram à normalidade na última quinta-feira. Os universitários, em greve que durou alguns dias, concordaram com o seu

encerramento, diante da promessa de cumprimento das reivindicações que originaram o movimento.

Os estudantes pediam tão somente a melhoria das condições de instalações físicas do campus, a maioria necessitada de reformas, além da instalação de laboratórios de pesquisas, fim do racionamento de energia elétrica e também melhoria da cantina.

Em Humaitá, a UFA mantém os cursos de Letras, Agronomia, Ciências Agrárias, Engenharia Ambiental, Pedagogia, Biologia, Química, Matemática e Física.

São muitos cursos, todos funcionando em condições não muito boas, pelo que os alunos reivindicam também a construção do campus definitivo naquela cidade.

Seria o atendimento das reivindicações dos acadêmicos. Seus pedidos são corretos, nada exagerados. Humaitá é sede de uma vasta região do meu Estado e a melhoria das condições para o ensino superior não pode sofrer protelações.

É o que espero do Diretor do Campus da UFA em Humaitá, Professor José Duarte Alecrim. E também ao ilustre Reitor da Universidade, Prof. Hindenberg Ordoizgoith Frota.

Encerro, pedindo a anexação a este pronunciamento do documento com o histórico das reivindicações estudantis.

Era o que tinha a dizer.

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE O
SR. SENADOR ARTHUR VIRGILIO EM SEU
PRONUNCIAMENTO.**

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

“FIM DA GREVE NA UFAM DE HUMAITÁ

Uma reunião entre acadêmicos e o diretor do Campus da Universidade Federal do Amazonas – UFAM/Humaitá, José Duarte Alecrim, na tarde desta terça-feira (06), pôs fim ao movimento grevista que já durava vários dias.

O diretor retornou de Manaus e se reuniu com líderes do movimento grevista e demais universitários trazendo a boa nova de que pelo menos parte das reivindicações dos estudantes, foram e estão sendo solucionadas.

Por volta das 16 horas desta terça-feira, após ouvirem as explicações do diretor, os grevistas decidiram por fim ao movimento, decidindo também entregar o prédio que havia sido tomado. As aulas devem ser retomadas nesta quinta-feira (08), nos dois períodos.

José Duarte Alecrim assegurou aos alunos que será instalada uma sala de estudos, a cantina será mudada, uma nova remessa de livros já está a cami-

nho, mais 15 computadores foram adquiridos para o laboratório dos alunos, além da aquisição de dois novos bebedouros.

Problemas também alegados pelos alunos como atraso na Bolsa-permanência, falta de professores e intimidação de estudantes por parte de alguns professores, segundo José Alecrim, estão sendo solucionados.

Retrospecto da Crise

Na primeira manifestação, que aconteceu de 27 a 31 de março, universitários dos cursos de Letras, Agronomia, Ciências Agrárias, Engenharia Ambiental, Pedagogia, Biologia e Química e Matemática e Física, paralisaram as atividades e pediram “esclarecimento quanto à situação física e educacional do campus universitário”, de acordo com documento protocolado na secretaria do campus de Humaitá.

Dentre as reivindicações estavam esclarecimentos quanto ao racionamento de energia elétrica, melhores instalações da cantina, divulgação do projeto da reforma das instalações, instalação de laboratórios, livros atualizados, carteira de estudante, apoio financeiro acadêmico, professores e construção do campus definitivo de Humaitá.

Segundo a direção do movimento grevista os pedidos não foram atendidos o que levou a uma nova paralisação, deflagrada no último dia 23 de abril, quando a liderança do movimento tomou as dependências da secretaria do campus, onde permaneceu até agora, segundo Deyvid Barbosa, um dos líderes da greve.

Os acadêmicos acamparam com redes e barracas no interior da UFAM. Diante da situação, o reitor Hindenberg Ordoizgoith Frota veio a Humaitá, onde por duas vezes, uma na tarde de segunda-feira (28.04) e outra na manhã de terça-feira (29.04), conversou com os acadêmicos, porém, as partes não chegaram a um acordo.

Novo documento foi entregue a Hindenberg Frota, com as reivindicações da classe acadêmica. O documento entretanto, não pôs fim ao movimento.

Em entrevista ao programa Cidade em Debate, da Rádio Vale do Rio Madeira, dois dos líderes do movimento, Douglas Marcelo e Deivys Barbosa, afirmaram na ocasião que o movimento tinha apoio da sociedade e dos comerciantes, que “estão ajudando com alimentos para os alunos que permanecem acampados”.

No último dia 03 (sábado), agentes da Delegacia de Polícia Federal de Rondônia, chegaram para investigar denúncia de furto no interior do Campus da UFAM em Humaitá. Segundo eles, entretanto, não há suspeitos.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, do Presidente Fernando Henrique Cardoso – vamos falar a verdade – o atual Governo teve a sorte de receber o País preparado para o desenvolvimento, mas, infelizmente, faltam ação, trabalho e decisão para levar a cabo o que hoje não passa de mero rótulo, ou seja, a *aceleração do crescimento*.

Para entender o Brasil de hoje, nada como recorrer a um grande clássico da literatura, a história de Lewis Carroll, que narra a incrível incursão de *Alice no País das Maravilhas*.

O Governante atual insiste em apontar o País como nação que só agora, depois de 500 anos, viveria no melhor dos mundos, como se estivéssemos rodeados de um canteiro efetivo de obras. E com os problemas todos resolvidos.

Não estão! Nem no quimérico mundo que o Governo insiste em apregoar, sem nem se preocupar com respeitar a lei eleitoral. Mais do que isso, até debocha da legislação eleitoral, como registra o jornalista Ricardo Noblat em seu blog do dia 7 último.

O desrespeito é notório. Como na semana passada, em Manaus, onde houve mais um dos comícios eleitorais, dentre os muitos que promove o Chefe do Governo, à custa de dinheiro público. Como se o Governo não fosse o Governo do Brasil, mas o Governo de um partido político, cercado de áulicos e adesistas por todos os lados.

Lá, o Presidente “sentenciou”:

(...) Vou eleger o meu sucessor!

Propaganda deslavada, forçando um nome para sucedê-lo no Planalto. Tudo isso em tom de pilhérias nem sempre de bom gosto.

Os comícios do Presidente usam e abusam do escárnio, da zombaria. Um comportamento destituído de bom senso, de ponderação, como seria natural em um Chefe de Governo.

Temo que a exploração, já rotineira, desse lado cômico, do Governo possa prosperar. Vivem rindo, como se o riso pudesse solucionar os problemas que aí estão.

No mundo de Lewis Carroll, nada era real e pouco importava que nada fosse real. Havia uma rainha empenhada em mandar cortar a cabeça de quem lhe trouxesse notícias desagradáveis.

No Brasil, hoje, não se chega a tanto, mas a fantasia é assemelhada.

Aqui, cria-se um plano do tipo *Salva-Pátria*, o PAC, com que em seu depoimento na Comissão de Infra-estrutura do Senado, a Ministra-Chefe da Casa Civil– para usar a conclusão de editorial do jornal **O**

Estado de S.Paulo – apenas repetiu o que virou pavlreado nos *comícios* semanais que o Planalto leva semanalmente aos Estados.

Diz o editorial:

(...) O PAC nada mais é do que um dos mais robustos engodos que um governo já tentou impingir aos brasileiros.

E mais:

(...) Por sinal, a quase total omissão, nos jornais de ontem, das embromações da ministra sobre a marcha triunfal do programa revela a que níveis alarmantes chegou o definhamento do senso crítico neste país hipnotizado pelos recordes de popularidade do titular da República.

Mais aspas para o jornal paulista:

(...) A senadora Kátia Abreu não foi contestada pela mãe da criança – a Ministra-Chefe da Casa Civil – quando mostrou que, com ou sem PAC, os investimentos públicos permanecem estagnados há mais de uma década em 0,9% do PIB. ...(...) Dos R\$ 17,2 bilhões destinados ao PAC este ano, só R\$ 1,9 bilhão foi empenhado – e só ínfimos R\$ 13,7 milhões foram efetivamente gastos no primeiro quadrimestre.

Senhor Presidente, afora o *engodo do PAC*, o País acompanha de perto, e contristado, esses já abusivos comícios de um só *mitingueiro*. O que de prático resulta dos passeios políticos do Chefe do Governo? Nada!

Deixo a definição para o editorial de *O Estado de S.Paulo*, para quem o Presidente se transformou em figura agora dedicada a *passear pelo País, lançando pedras fundamentais*.

Ou seja, gasta o tempo *inaugurando intenções*.

“O que trava o PAC é a qualidade dos projetos que nós herdamos”, queixou-se. “Nós não herdamos nem na área de energia, nem de logística, isso vale para rodovia, ferrovia, aeroportos.”

Com essas palavras apressadas, a Ministra quis dizer que a culpa, portanto, é do governo anterior.

Escapou-lhe, porém, um fato importante:

(,,,) o governo anterior era já o do presidente Lula, no seu primeiro mandato. (O PAC foi lançado em janeiro de 2007.) E no primeiro mandato, a ministra de Minas e Energia, setor do qual a gestora do PAC afirma em alto e bom som nada ter herdado, era a mesmíssima Dilma

Rousseff a quem Lula atribui “uma capacidade de gerenciamento impecável”.

E, ainda na palavra do jornal paulista a definição que cabe aos atuais gestores da República, tal como gosta o Presidente de repetir, nos seus “nunca antes disso ou daquilo:

(...) Nunca antes na história deste país se viu engodo dessas proporções.

Encerro, lamentando esses *premeditados equívocos* do Governo atual, para o qual prevalece a suposição de que todos nós, brasileiros, somos tolos ou ingênuos.

Ainda bem que esse País de meras intenções, permanece, como no túnel descrito por Lewis Carrol, bem distante. Por enquanto, fica do lado de lá da rua.

Era o que tinha a dizer.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR ARTHUR VIRGILIO EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

O ENGODO DO PAC E DA MINISTRA

Quem, como nós, teve oportunidade de acompanhar, pela televisão, do primeiro ao último minuto, o depoimento de 9 horas da ministra da Casa Civil, Dilma Rousseff, à Comissão de Infra-Estrutura do Senado, na terça-feira, tem razões de sobra para discordar da interpretação predominante na imprensa de que o seu desempenho foi um sucesso – a menos que isso signifique, no caso, capacidade de enganar e sair incólume. Na realidade, ao tratar do tema que ocupou 90% do tempo da sessão, o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), do qual, segundo o presidente Lula, a ministra é “mãe”, ela deixou claro que o filho é um dos mais robustos engodos que um governo já tentou impingir aos brasileiros. Por sinal, a quase total omissão, nos jornais de ontem, das embromações da ministra sobre a marcha triunfal do programa revela a que níveis alarmantes chegou o definhamento do senso crítico neste país hipnotizado pelos recordes de popularidade do titular da República.

Mas ela não teria estado tão à vontade para confundir se não compartilhasse com o chefe de uma parcela, ao menos, da proverbial sorte que o protege. A sorte da ministra, anteontem, sentou-se ao seu lado antes mesmo do início de sua exposição preliminar. Foi quando o senador José Agripino Maia, do DEM do Rio Grande do Norte, produziu, quem sabe, a mais desastrada intervenção de sua carreira – o equivalente a entregar à ministra um revólver apontado contra si próprio. O senador insinuou que ela talvez viesse a mentir no depoimento, da mesma forma que mentira

quando esteve presa no regime militar, como lembrara numa entrevista.

A enormidade deu azo a que Dilma falasse dos padecimentos que sofreu durante três anos de cativeiro, o que pôs abaixo seja lá o que a oposição imaginava usar contra ela a propósito do dossiê dos gastos palacianos no primeiro governo Fernando Henrique, confeccionado na Casa Civil. Como se sabe, esse, e não o estado de coisas do PAC, foi o motivo principal da convocação conseguida pelos oposicionistas, na terceira tentativa, graças a um cochilo da base do governo naquela comissão temática. Senhora da situação – com adversários assim, para que aliados? – a ministra disse o que bem entendeu sobre a origem e a finalidade do “banco de dados” – e passou o resto do tempo, mais de 90% das 9 horas que durou o depoimento, mentindo despreocupadamente sobre as obras do PAC, que senadores oposicionistas como Heráclito Fortes, do Piauí, Tasso Jereissati, do Ceará, e principalmente Kátia Abreu, de Goiás, demonstraram irrefutavelmente que nunca saíram do papel.

A senadora Kátia Abreu não foi contestada pela mãe da criança quando mostrou que esta permanece na incubadora: com ou sem PAC, os investimentos públicos permanecem estagnados há mais de uma década em 0,9% do PIB. Ninguém cobrou da ministra, com a severidade necessária, que dos R\$ 17,2 bilhões destinados ao PAC este ano, só R\$ 1,9 bilhão foi empenhado – e só ínfimos R\$ 13,7 milhões foram efetivamente gastos no primeiro quadrimestre. Enquanto isso, fazendo troça da legislação eleitoral, Lula passeia pelo País lançando pedras fundamentais – ou seja, inaugurando intenções -, na companhia da “mãe do PAC”, que certa vez chamou um desses factóides de “comício”, num memorável ato falho. A oposição também poderia ter inquirido a ministra sobre a confissão de fracasso embutida numa sua declaração, dias atrás, em Santa Catarina. “O que trava o PAC é a qualidade dos projetos que nós herdamos”, queixou-se. “Nós não herdamos nem na área de energia, nem de logística, isso vale para rodovia, ferrovia, aeroportos.”

A culpa, portanto, é do governo anterior. Mas um detalhe parece ter escapado à reclamante: o governo anterior era já o do presidente Lula, no seu primeiro mandato. (O PAC foi lançado em janeiro de 2007.) E no primeiro mandato, a ministra de Minas e Energia, setor do qual a gestora do PAC afirma em alto e bom som nada ter herdado, era a mesmíssima Dilma Rousseff a quem Lula atribui “uma capacidade de gerenciamento impecável”.

Nunca antes na história deste país se viu engodo dessas proporções (**O Estado de S.Paulo**, 11 de maio de 2008

Viagens de Lula pelo PAC privilegiam cidades aliadas

Entre os 27 municípios visitados, 24 são comandados por legendas governistas

Na prática, é difícil dissociar as solenidades do PAC da política; nos eventos, Lula fala menos das obras e mais sobre política nacional

Letícia Sander

Eduardo Scolese

Folha de S.Paulo, da Sucursal de Brasília

Carro-chefe do governo ao lado do Bolsa Família, o PAC (Programa de Aceleração do Crescimento) tem levado o presidente Luiz Inácio Lula da Silva a percorrer o país num roteiro que privilegia cidades governadas por partidos aliados e regiões nas quais possui as mais baixas avaliações de governo.

Em ano de eleições municipais, Lula já visitou 27 municípios para participar de solenidades do PAC: 24 deles (89%) são comandados por legendas governistas; apenas três têm prefeitos da oposição.

O programa que reúne os principais investimentos federais neste segundo mandato tem se revelado um trunfo eleitoral para Lula, embora o governo negue seu caráter eleitoral. Em 2007, o PAC levou o presidente a 14 capitais, em eventos para anunciar os investimentos para cada região.

Lula já voltou a alguns destes municípios em 2008, novamente por conta do PAC, para participar de cerimônias em que as mesmas obras voltaram à pauta. Exemplo: esteve em Campo Grande (MS) no dia 31 de julho de 2007 para lançar o PAC. Voltou lá dia 18 de março de 2008, só que, desta vez, o motivo da cerimônia era a assinatura de ordem de serviço de algumas das obras.

Situações semelhantes já ocorreram em outras capitais, como Rio de Janeiro, Fortaleza, Recife, Aracaju, Manaus, Teresina e Salvador.

É justamente nas capitais e regiões metropolitanas que o governo Lula tem os mais baixos índices de avaliação. Segundo pesquisa Datafolha do fim de março, o petista tem 49% de aprovação (ótimo e bom) nas capitais e cidades dessas regiões metropolitanas, contra 60% em cidades do interior.

Até agora, neste ano, Lula concentrou 66% de suas viagens às capitais e regiões metropolitanas, índice acima do registrado nos demais anos do governo. Em 2006, por exemplo, quando disputou a reeleição, o presidente privilegiou os municípios do interior, com 54% dos deslocamentos.

O próprio presidente já manifestou a assessores a intenção de vistoriar algumas das obras em andamento e, depois, inaugurá-las, o que poderá levá-lo a

visitar quatro vezes a mesma cidade, com finalidade semelhante: primeiro para o anúncio dos projetos (etapa vencida em 2007), depois para a assinatura de ordens de início das obras (etapa em curso), depois para a vistoria e, finalmente, para as inaugurações.

Cronograma de obras

A Presidência nega existir um caráter de “superexploração política” do PAC e afirma que os municípios onde ocorrem as solenidades são escolhidos conforme o cronograma de andamento dos projetos, e não por critérios políticos.

Na lógica do Planalto, os eventos do PAC também funcionam como uma forma de o governo prestar contas de seus atos. Sobre a disparidade entre o número de cidades de aliados e da oposição visitadas em 2008, assessores do presidente alegam que aliados têm mais prefeituras do que a oposição. Nas 100 maiores cidades do país, atualmente há 25 que são controladas pela oposição, duas com prefeitos sem partido e 74 sob o jugo governista.

Na prática, é difícil dissociar os eventos do PAC da política. Nas solenidades, as menções às obras recebem, quando muito, breves comentários de Lula. Seus discursos versam, sobretudo, sobre política nacional.

Semana passada, em Manaus, Lula avisou à oposição do alto do palanque do PAC que ele fará o próximo presidente da República. A platéia gritou: “Dilma, Dilma”. A ministra, favorita de Lula para disputar a sucessão, estava sentada ao lado do presidente, que se desculpou, ao microfone: “Vocês viram que, por cuidado, não citei nomes. Vocês [platéia] é que, de enxeridos, gritaram os nomes”.

Mesmo assim, o ministro José Múcio (Relações Institucionais) nega qualquer caráter político relacionado ao PAC. “Lula não tem feito uso político. Ele é um homem público. Não é porque é ano de eleição que ele vai parar de trabalhar”, disse. “Não há esta preocupação [de atender aos aliados].”

Lula transmitiu a seus subordinados o desejo de visitar todos os Estados até 5 de junho, quando começa a campanha para as prefeituras. Depois disso, segundo assessores, o ritmo das peregrinações pelo país deve diminuir e dar lugar a mais viagens internacionais. (12-5-08)

...

Lula dribla lei eleitoral e assegura verba para mais de 550 ações do programa

Marta Salomon

Folha de S.Paulo da Sucursal de Brasília (12-5-08)

A menos de dois meses do período em que a legislação eleitoral veta o repasse de dinheiro da União

para o início de novas obras, o presidente Lula listou mais 550 ações do PAC que terão verbas garantidas na reta final da eleição dos novos prefeitos e mesmo que as cidades não estejam com as contas em dia.

A nova relação de obras beneficiadas com repasses “obrigatórios” de recursos acompanha decreto de Lula publicado no “Diário Oficial” da União de sexta-feira. No final do ano passado, o presidente editou os dois primeiros decretos garantindo a liberação de verbas da União para 1.800 obras do PAC.

Lideram a lista obras de urbanização de favelas, saneamento básico e construção de casas. São ações com forte apelo eleitoral, não apenas na eleição de prefeitos, em outubro, como na presidencial, em 2010.

No novo pacote de projetos com garantia de repasse de verbas públicas, há também obras de construção, recuperação e conservação de rodovias, além da Ferrovia Transnordestina.

Na quarta, quando depôs ao Senado, a ministra Dilma Rousseff (Casa Civil), rebateu críticas ao ritmo das obras. “Estamos vendo o país começar sim a ser um canteiro de obras.”

Durante o depoimento, ela contou 3.432 municípios beneficiados com obras nas áreas de habitação e saneamento. O número de municípios beneficiados é maior nos Estados de Minas Gerais, Bahia, São Paulo, Rio de Janeiro e Paraíba. Em volume de dinheiro, SP lidera o ranking, seguido, com alguma distância, por Rio, Minas Gerais, Bahia e Pernambuco.

Para assegurar a liberação de verbas federais para obras do PAC, Lula mudou a legislação. Com o objetivo de garantir igualdade de condições entre candidatos, a Lei Eleitoral impede transferências voluntárias de recursos nos três meses que antecedem o pleito. Para driblar o veto, Lula obteve autorização do Congresso para escolher ações que seriam objeto de transferências “obrigatórias” de verbas.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, no início da tarde de hoje fui procurado por um amigo de longa data que atua atualmente no mercado de bolsa de mercadorias.

Ele fez um rápido relato de um leilão que está programado para ser realizado às nove horas de amanhã, nas bolsas de mercadorias de Brasil de aproximadamente 80 mil toneladas de arroz do estoque regulador do Governo.

Trata-se de medida de natureza econômica que visa a dar equilíbrio ao mercado interno de arroz tendo em vista a sua elevação de preço que ameaça sair de controle e, de certa forma, contribuir para a elevação dos índices inflacionários que tantos nos preocupa.

Na semana passada saiu o edital e ele obedeceu aos critérios e normas de leilões públicos, da mesma forma que ocorria nas vezes anteriores.

Para surpresa do mercado, na última sexta-feira saiu comunicado estabelecendo que a participação no leilão seria restrita, exclusivamente, às indústrias de beneficiamento de arroz que estejam em atividade e cadastradas na Bolsa.

Essa medida prejudica todos os demais segmentos de mercado envolvidos nessas operações das bolsas de mercadorias. Dele estão excluídos os cerealistas, os atacadistas, as indústrias de alimentos, as cooperativas, entre outras, que não tenham como atividade principal o beneficiamento de arroz.

Fica claro, no meu entendimento, que o leilão está direcionado para os poucos que atendam a esses pré-requisitos subterraneamente estabelecidos.

Solicito, então, ao Ministro da Agricultura que mande suspender temporariamente o leilão, de modo a se proceder à correção no edital e evitar mais um escândalo neste governo.

Era o que tinha a dizer.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Agradeço a V. Ex^a e concedo a palavra ao Senador Mão Santa.

V. Ex^a terá vinte minutos como orador inscrito.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Senador Garibaldi Alves, que preside esta reunião de segunda-feira, 12 de maio; Parlamentares presentes; brasileiras e brasileiros aqui e que nos assistem pelo sistema de comunicação do Senado Federal; Senador Papaléo Paes; Senador Garibaldi Alves, V. Ex^a não foi Prefeito, foi extraordinário Prefeito; não foi Governador, foi extraordinário Governador; não foi Presidente desta Casa, é extraordinário Presidente.

Senador Arthur Virgílio, dizem que a civilização começou com Sócrates. Mário Couto, ele tinha um pensamento. Ele dizia que só tem um grande mal: a ignorância; só tem um grande bem: o saber. E a ignorância que enfrentamos aí do Governo é audaciosa. Então, é esse negócio aí só de mentira, mentira, mentira, como se a mocidade de hoje não entendesse as coisas. Aten-tai bem! Olhe, as coisas não são assim, não.

Eu entendo, Mário Couto, que a sabedoria popular, aliás, os provérbios – existem até na Bíblia – não erram, não. E, lá no meu Piauí, com o povo do meio da rua, eu aprendi, Arthur Virgílio, que a mentira tem pernas curtas. Esse negócio de PAC é uma propaganda de aloprados cacarejadores. Eles pensam que a gente é ignorante. Os ignorantes estão lá. Vamos separar o joio do trigo.

Ô Luiz Inácio! Quem não se lembra de Juscelino Kubitschek? Quem, Garibaldi? Juscelino, metas: 30. Num comício: “Você vai transferir a capital?” “Vou”. Trinta e um. Metas, metas, metas. Resumiu mais. Aí ele dizia: “Cinquenta anos de desenvolvimento em cinco anos de governo”. O binômio energia e transporte. Isso sempre houve na nossa infância, Juscelino. Quem não se lembra do período revolucionário?

Ô Luiz Inácio, lá do Piauí – não são esses aloprados, não –, João Paulo Reis Velloso, I PND, II PND, os Planos Nacionais do Desenvolvimento. Aí eles saíram aí se revezando, mas tinham um planejamento e cantavam isso: I PND e II PND.

Depois, nós viemos. Quem não se lembra do Ação Brasil, de Fernando Henrique Cardoso, em seu primeiro governo? Segundo, Mãos às Obras.

Agora, o povo não é burro, não. Íamos falar em PPP. Parece até que é partido, mas não é partido, não, porque tem partido aí que a gente não sabe nem o nome. Mário Couto, V. Ex^a não estava aqui. Eu vi muito essa confusão: PPP, as Parcerias público-privadas. Era do Luiz Inácio. Onde tem alguma PPP? Foi só cacarejar. Passamos quatro anos aqui: PPP, PPP, PPP, Parceria público-privada. Tem lá no seu Marajó? Está ali o nosso ilustre, saudoso, bravo, lá de Pernambuco, o Senador Lira. Lira, tem lá esse negócio de PPP? Tem nada.

Agora surgiu o PAC, PAC, PAC – Propaganda de Aloprados Cacarejadores. Tudo mentira!

Garibaldi, eu sei que você deu muito leite para as crianças lá, foi o melhor programa de bacia leiteira, mas a sua educação também era boa. Cadê o Cristovam Buarque? Saiu, envergonhado, porque eu ia falar aqui. Ele aqui: ô, conseguimos, aqui, votamos o piso dos professores: novecentos e tanto. Eu ia até perguntar: cadê? Olhe a vergonha do PT.

É, lá no Piauí, não tem esse negócio de ciclone, de terremoto, de maremoto, mas tem o PT. “*Reitora diz que motivos políticos desvirtuam greve.*” A Uespi.

Eu sei que V. Ex^a fez uma bacia leiteira lá, deu leite para os meninos, mas quem mais fez crescer universidade no Brasil fui eu. A Uespi era pequenininha. Eu dei logo o palácio do Governador para eles, para tirar o complexo. Cedi o palácio e fui para a casa antiga governar. É o Palácio do Pirajá. Bota lá o reitor! Mas ele merecia, ele era um cabra bom. A maior expansão universitária não foi do Brasil, não, foi do mundo; foi no nosso Governo.

Garibaldi, nós sabemos as coisas para ensinar a esses meninos, que não querem aprender. Eles não vêm nem aqui. Estão aloprando por aí; cacarejando por aí. Em 1990, o MEC botou as dez melhores universidades. Atentai bem para a minha preocupação, Luiz

Inácio! Atentai bem! Das dez melhores universidades, Mário Couto, sete eram públicas e três eram privadas. Em 2000, eu era Governador do Piauí e inverteu-se: das dez melhores, três eram públicas e sete eram privadas. E das três públicas, a do Piauí estava no meio, a UESPI, que tinha 66 mil alunos, trinta e seis campos avançados, no vestibular entravam mais de doze mil e reduziu para um quarto.

Isso é para pobre. Aumentaram para rico e estou preocupado. Sou médico, doutor e fui bom mesmo. Mas, Senador Lira, atentai bem! Eu estudei em uma universidade pública. Papaléo, que vai adentrando, também estudou em uma universidade pública. Agora tem umas particulares de Medicina, no Nordeste, a quatro mil reais ao mês.

Eu não vou dizer o nome, porque o dono é até meu amigo e fica chato, mas custa quatro mil mensais, por mês. Ô, Luiz Inácio, pense, raciocine. Vossa Excelência estudou, este País era responsável, havia o Senai. Quatro mil ao mês?! Ô, Papaléo, o seu pai podia pagar quatro mil ao mês para você ser doutor? Olhem o Papaléo, o grande Senador deste País, o que está dizendo.

Eu fiz em universidade pública, fui pós-graduado em hospital público, o hospital do servidor do Estado, em cirurgia. Quatro mil por mês! Ô, Lira, ele só faz pagar mensalidade? Não, ele tem de comer, tem de morar, tem de ter roupa, tem de ter um lazerzinho com a namorada, tem de comprar livro, que é muito caro.

Então, neste País, o que está havendo? Hecatombe. Só vão se tornar doutores médicos os ricos. As escolas públicas estão se sucateando, Luiz Inácio.

“Reitora diz que motivos políticos desvirtuam greve.” A Universidade do Piauí, a Uespi, de que me vanglorio, está de greve. Primeiro, havia 36 *campi* universitários; baixaram para 18. Entravam de 13 a 14 mil no vestibular; baixaram para 3 mil, um quarto. Desde o dia 9 de março, está em greve. É o PT do Governo e o PT do Luiz Inácio. Desde 9 de março está em greve. Olha o estudante pobre: março, abril, maio... Já vai entrar no terceiro mês. Essa é a educação do Luiz Inácio. Está em greve. Olhem o jornal. E esse jornal gosta muito do Governo.

Atentai bem. O que os professores pedem? Cadê o Cristovam? Sabem o que eles pedem Papaléo? E o Cristovam cantava aqui: conseguimos e tal. O piso é o mais baixo, Garibaldi: R\$905,00. O Cristovam disse. Sabe quanto é que eles querem no Piauí, Garibaldi? Os professores da universidade, Mário Couto, estão pedindo R\$1.703,00. E o Governo do PT não arruma esse dinheiro. Arruma para mensalão, para cacarejar, para botar aloprado. Um aloprado, dos 25 mil nomeados por Luiz Inácio, com DAS-6, sabe quanto ganha,

Senador Gilberto Goellner: R\$10.448,00. Foi uma pena que saiu o pessoal que fez o curso do Exército e estava aí. Se eles tivessem ouvido isso aqui – porque ganham mais do que eles –, já tinham feito uma revolução. O Estado Maior estava aqui agora assistindo a esta sessão.

Olha, o DAS-6, que o Luiz Inácio assina e nomeia, é R\$10.448,00, pela porta larga, sem concurso, da malandragem, da traquinagem. É R\$10.448,00! O professor da Uespi, do Piauí, está pedindo... Está aqui: “Qual a proposta salarial? Eles nos apresentaram uma proposta de salário inicial do professor 20 horas de R\$1.703,00”. Atentai bem! Este é o País! Essa é a maneira como se tratam os professores. Esse é o governo do Partido dos Trabalhadores. Então, nós nos envergonhamos.

A reitora diz aqui: “Ponderamos com o Governo a possibilidade de a gente estar buscando essa melhoria salarial”. Vai para três meses, Senador Papaléo Paes. Eu governei o Estado do Piauí e não houve um dia de greve. E a Universidade era o dobro.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP. *Fazendo soar a campanha.*) – Permita-me, Senador Mão Santa, para informar que temos apenas mais oito minutos de sessão. O Senador Mão Santa tem sete minutos. Mas peço desde já a aquiescência do Senador Gilberto Goellner para que faça uso do seu tempo, se for possível, em dez minutos. Eu agradeço.

O Sr. Mário Couto (PSDB – PA) – Senador Mão Santa, V. Ex^a me permite um aparte?

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Já vou conceder o aparte.

O meu reitor da época foi Deputado Federal, foi cassado, foi para Londres, e eu o designei reitor porque ele tinha passado quase seis anos em Londres. Ele foi major do Exército. Aí eu raciocinei, Papaléo: uma vez eu fui lá, passei seis dias e já estava quase falando inglês, sabido como o quê; esse homem passou seis anos, deve ser um gênio. Aí eu o nomeei. Esse foi o meu raciocínio. Então, ele era tão bom, o professor Jônatas Nunes. Atentai bem! Aqui está o jornal, esse jornal é livre, é de um empresário poderoso, rico, e aí ele diz a verdade. E tem esse jornalista aqui, Nelito Marques, a quem eu chamo de Ibrahim Sued do Piauí – focalize aqui a cara do Nelito.

Olhe como são as coisas. Ele é sempre lembrado. Olhe aqui: ele mete o pau na Uespi hoje – uma mulher lá que não paga R\$1,7 mil para um professor. Isso é desrespeito àquela classe, a única classe a que se chama mestre, igual a Cristo.

O que diz Nelito Marques no jornal, o Ibrahim Sued nosso, sempre lembrado:

“O ex-reitor da Uespi Jônatas Nunes foi citado várias vezes pelo Dr. Cláudio Marinho, do Sebrae Nacional, em palestra esta semana no auditório do Sebrae do Piauí.”

E outra: foi lá Luiz Inácio inaugurar um hospital. Está certo, muito bom. Esse hospital começou em 1991. Papaléo, bota ano nisso. Inauguraram, todo mundo trabalhou; eu mesmo pedi ao Ministro do PMDB, o nosso Temporão, para dar dinheiro a esse povo e tal. Inauguraram. Mas é aquele negócio de trocar seis por meia dúzia. Imaginem, hoje, abriremos um pronto-socorro no Rio de Janeiro e fechamos o Miguel Couto? É o que estão fazendo lá. Abriram, é novo, tem duzentos e tantos leitos. O Estado tem um que eu construí, anexo ao Getúlio Vargas, que tem uns 130 leitos. É menor, mas é muito bom, tem *know-how*, experiência, equipe médica, é anexo ao maior hospital geral. E vão fechar um para abrir o outro! Então, não fizeram nada. Trocaram seis por meia dúzia. Entendeu? Esse é o Governo.

Nunca antes vi um Governo tão fraco. Esse negócio de distribuir dinheiro... Senador Papaléo, quero saber qual é a nota que os brasileiros e as brasileiras dão à segurança deste País. Isso aqui é uma barbárie. Não é um país, não tem civilização.

Ando bem ali, em Buenos Aires, às 4 da manhã, com a minha Adalgisa, de braços dados, não tem assalto, não tem nada. Senador Papaléo, o meu filho mais velho, Francisco Júnior, vai ao Chile e me perguntou como era. Eu disse: “Lá é civilizado. Lá todo mundo fala duas línguas, Espanhol e Inglês.” Os chilenos tinham de freqüentar a escola por oito anos obrigatoriamente. O pai de quem tinha sete ia para a cadeia, com Pinochet. Agora, são doze. Esse Ricardo Lago estabeleceu doze anos como obrigatórios.

Quando a gente chega lá, sabe o que eles dizem? “Olha, a polícia aqui não é corrupta.” Eu vi o Juca Chaves, em um programa de teatro, dizer – Mário Couto, já está dado o aparte – que a maior civilização das Américas é o Chile; a segunda, o Canadá; e, depois, os Estados Unidos. Não tem assalto, essas coisas, não. Isso é coisa daqui. Isso não existe, não. O povo é educado. Bem aí, bem aí, em Buenos Aires – a gente vai até a pé, se sair do Rio Grande do Sul.

Então, quanto à segurança, quanto é que se dá para a segurança neste País? Noberto Bobbio disse que o mínimo que o povo tem de exigir do governo é a segurança, a vida, a liberdade e a propriedade. Quanto à educação, está aqui: os professores universitários estão em greve há quase três meses no Piauí – e o Governador é do PT e tudo, que cacareja – e, segundo o jornal deles, está pedindo R\$1.703,00.

A saúde está aí. A saúde está muito boa para mim, que tenho um plano do Senado. Aqui é tão bom

que todo dia ia um cara no meu gabinete: “Não quer ir para São Paulo, não?” “Rapaz eu estou bom.” “Não, mas vamos.” Aqui está bom para quem tem plano de saúde, está bom para quem tem dinheiro. Mas, para quem está nas filas dos hospitais para fazer exames – e que não vão fazer nunca, porque vão morrer antes de terminar a fila –, está muito ruim.

E este é o País. Agora, uma coisa eles sabem fazer: propaganda, cacarejo. Aí está. O Duda de hoje ganha do Goebbels de Hitler. Essa é a verdade. Quem trabalha... Homem e mulher que trabalham – não existe isso no mundo! –, de seis meses de trabalho, cinco meses são para o Governo. São 76 impostos, e um mês é para o banco.

Se o nosso Luiz Inácio acha que é pai...

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP) – Senador Mão Santa, eu vou prorrogar a sessão até as 18 horas e 40 minutos.

Para que não haja prejuízo da palavra do Senador Gilberto Goellner, eu peço que V. Ex^a atenda à Presidência.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – E eu peço ao Luiz Inácio que socorra o Piauí. Do jeito que você está me pedindo, eu peço a ele.

Mas, olhem, um professor não pode ganhar isso. Eu vou terminar e encerrar o meu raciocínio.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP) – Muito obrigado.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Estamos aqui para ensinar mesmo, e eu, preparado. Eu era prefeitinho, aí me chamaram, me convidaram para ir à Alemanha, Gilberto Goellner. Lá na minha cidade, há uma filial da Merck Darmstadt; a pilocarpina é derivada do jaborandi. Aí eu fui. Alemão é complicado, viu, Mário Couto! Vou conceder-lhe o aparte agora. Alemão é complicado, viu, Mário Couto!

Aí botaram um intérprete, Professor Basedow. Aí, interessante, Gilberto Goellner, em todo lugar a que eu chegava – ele era diretor da Merck, poderosa; rico, diretor, químico –, ele dizia: “Professor Basedow”. Rapaz, o trânsito abria. Chegava a um restaurante: “Professor Basedow”, e recebia a melhor cadeira, a melhor mesa e a melhor comida.

No teatro: “Professor Basedow”. Eu, então, perguntei: você não é diretor da Merck Darmstadt, poderosa e rica? “Sou, mas fui professor. O título mais honroso na Alemanha é o de professor. Hoje, sou diretor químico da Merck Darmstadt, tenho muito dinheiro, mas, para eu usá-lo, tenho de dar uma aula em Heidelberg toda semana”. Isso, para manter o título lá. Aqui o professor de universidade está chorando, em greve, para ganhar R\$1,7 mil.

Ouçõ o Senador Mário Couto, Líder da Minoria.

O Sr. Mário Couto (PSDB – PA) – Quero apenas parabenizar V. Ex^a pelo belo pronunciamento. Antes de ir para minha casa, hoje, eu não poderia deixar de agradecer a V. Ex^a, primeiro, as palavras elogiosas que escreveu sobre a minha pessoa na minha revista. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – PA) – Peço a compreensão porque restam apenas 7 minutos.

(O Presidente faz soar a campainha.)

O Sr. Mário Couto (PSDB – PA) – Já vou encerrar, Sr. Presidente. Depois, por ter concedido o aparte a V. Ex^a, as palavras que me atribuiu. E quero dizer a V. Ex^a, rapidamente, que os paraenses de todo o Estado são governados, é óbvio, por uma mulher que foi Senadora e que pertence ao Partido dos Trabalhadores. Sei que o Governador do Piauí também pertence ao Partido dos Trabalhadores. Lá também estão em greve os professores, que, na semana passada, sofreram represália na rua a peso de balas de borracha, ferimentos, desordem, enfim. Isso é muito preocupante, além de ser, obviamente, uma violência como nunca aconteceu no Estado do Pará. E o pior, o que mais choca é ver a Santa Casa de Misericórdia do Estado do Pará na situação em que está. Pasmé, Senador Mão Santa! Os médicos da Santa Casa de Misericórdia também vão entrar em greve. O Pará está cheio de greves, assim como o seu Piauí. Isso é lamentável, mas são governos do PT. Meus parabéns pela tarde de hoje, pelo pronunciamento que V. Ex^a fez.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Para terminar, Papaléo, só quero fazer como em *Navio Negreiro*, de Castro Alves: Meu Deus! Meu Deus! Ó Luiz Inácio, ajude lá o seu Governador do PT a abrir a universidade dos pobres. Lembre-se de que só há um grande bem: o saber. Vossa Excelência está fechando a Universidade do Estado do Piauí.

Durante o discurso do Sr. Mão Santa, o Sr. Garibaldi Alves Filho, Presidente, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Papaléo Paes, suplente de Secretário.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP) – Obrigado, Senador Mão Santa.

Concedo a palavra ao nobre Senador Gilberto Goellner, que fará uso da palavra como orador inscrito, mas já com a sua compreensão de que o seu tempo, infelizmente, ficou reduzido.

Mas use o tempo que for necessário, Senador.

O SR. GILBERTO GOELLNER (DEM – MT. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, o que eu trago a esta tribuna é um grande projeto que, no Estado do

Mato Grosso, um decreto legislativo instituiu, o Programa Mato Grosso Legal, já apelidado de MT Legal.

Srs. Senadores, a Assembléia Legislativa do Estado de Mato Grosso aprovou o Decreto Legislativo nº 20, de 20 de abril de 2008, apresentado por Lideranças daquela Casa.

Esse Decreto Legislativo institui o Programa de Regularização Ambiental e Agrária nos Municípios do Estado de Mato Grosso, denominado Mato Grosso Legal.

O Programa Mato Grosso Legal, vinculado à Mesa Diretora da Assembléia Legislativa de Mato Grosso, tem a finalidade de promover, nos Municípios do Estado de Mato Grosso, ações e medidas governamentais e não-governamentais visando:

- a reestruturação de passivos ambientais;
- a preservação de áreas que compõem as matas ciliares e nascentes;
- a regularização fundiária das posses rurais, a obediência de direitos e deveres trabalhistas relativos à atividade rural.

Esse programa será desenvolvido por um Comitê Gestor Multidisciplinar, em regime de cooperação e parceria com o consórcio MT Regional, do Governo de Mato Grosso.

A sua gestão será integrada entre:

- o Poder Legislativo Estadual;
- o Poder Executivo Estadual;
- a Associação Mato-Grossense dos Municípios;
- a Federação da Agricultura e Pecuária de Mato Grosso;
- a Federação dos Trabalhadores da Agricultura Mato-Grossense;
- o Intermat – Instituto de Terras de Mato Grosso;
- a Secretaria Estadual do Meio Ambiente – Sema;
- as ONGs com atuação ambiental;
- o Ministério Público Estadual.

O Programa Mato Grosso Legal é inspirado em uma iniciativa realizada no Município mato-grossense de Lucas do Rio Verde, onde demonstrou ser uma experiência exitosa para a solução da crise ambiental.

O Município de Lucas do Rio Verde hoje se tornou um símbolo de toda uma experiência que está sendo feita pela Prefeitura Municipal, que reuniu os produtores rurais do seu Município e resolveu descentralizar, chamar a si a responsabilidade de colocar em ordem todas as áreas de preservação permanente, fazer

com que cada proprietário rural assuma a responsabilidade, com o auxílio e o amparo, sim, da Prefeitura Municipal – fornecimento de mudas, por exemplo, de recuperação dessas áreas de preservação permanente, junto às nascentes dos rios e a todos os córregos. O Município possui hoje mais de dois mil quilômetros de rios de excelente situação de qualidade de água e que permeiam todo o Município.

Esse Município também se tornou hoje um símbolo, um exemplo de administração pública. É um Município jovem, de apenas...

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP) – Permita-me, Senador.

O SR. GILBERTO GOELLNER (DEM – MT) – Pois não.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP) – Prorrogo a sessão por mais cinco minutos, para que V. Ex^a possa concluir o seu pronunciamento.

O SR. GILBERTO GOELLNER (DEM – MT) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

O Município de Lucas de Rio Verde hoje também é um exemplo em qualidade de vida, em saneamento básico, em qualidade de ensino e, principalmente, por ter recebido o 1º Prêmio Brasil de Meio Ambiente, fazendo com que o êxito alcançado por seu programa servisse, então, de base e de sugestão para que outros Municípios mato-grossenses e brasileiros enveredassem pelo mesmo caminho.

Em poucos anos – apenas dezenove, vinte anos –, o pioneirismo, a união e o trabalho dos desbravadores transformaram uma região isolada numa nova fronteira agrícola. Cabe dizer que é uma região de cerrado, é uma região que fica na divisa com o bioma da floresta Amazônica. A região é totalmente de cerrado e se tornou um pólo do agronegócio do Mato Grosso.

Juntamente com a iniciativa da implementação de uma terceira safra, uma safrinha, através da integração de lavoura e pecuária, no período de junho a setembro, cresceram as ações voltadas à proteção do meio ambiente.

O lançamento do Projeto Lucas do Rio Verde Legal, uma iniciativa inédita no País, que une o Poder Público, os produtores rurais, a ONG TNC (*The Nature Conservancy*) e empresas privadas, aponta novos rumos para a cadeia produtiva e será a linha mestra do desenvolvimento sustentável, atitude inovadora, já agraciada com o 1º Prêmio Brasil de Meio Ambiente, por indicar que é preciso rever paradigmas e ajustar as contas com a natureza.

O projeto reúne todas as vantagens de uma marca de qualidade, o selo verde, ao certificar que a origem

do produto, agrícola ou pecuário, segue rigorosamente todos os padrões legais das relações trabalhistas, ambientais e de biossegurança. Ou seja, uma aliança entre a produção e o meio ambiente, que garantirá bons frutos devido aos negócios ambientalmente corretos e também garantirá livre acesso aos mais exigentes mercados nacionais e internacionais.

Essa iniciativa vem no momento em que o Estado do Mato Grosso enfrenta uma grave crise ambiental, sendo objeto de ações por parte do Ministério do Meio Ambiente, que impede que aqueles Municípios que integram o bioma Amazônia possam abrir áreas para a expansão agrícola e proceder à extração seletiva de madeiras.

Isso tudo dentro da legislação vigente, pois existe um parâmetro de áreas de reservas e de áreas que podem ser usadas dentro do zoneamento socioeconômico.

Essa iniciativa vem em boa hora e acreditamos que contribuirá para dar uma nova dimensão à sistemática ambiental no Mato Grosso, por estar assentada em uma experiência regional já implantada e de pleno sucesso.

Além disso, o programa Mato Grosso Legal possibilitará que o comitê gestor, já citado, possa atuar em conjunto com os 15 consórcios intermunicipais de desenvolvimento, mapeando e viabilizando ações específicas para cada região.

Como integrante que sou da Subcomissão Temporária da Comissão do Meio Ambiente desta Casa, constituída para acompanhar a situação ambiental na Amazônia, pude analisar com mais profundidade essa crise, inclusive visitando os Estados do Pará e de Rondônia. Além disso, durante esta semana, na quinta-feira e na sexta-feira, os membros desta Comissão e da comissão externa criada no Senado visitarão o Mato Grosso, especificamente a região de Alta Floresta e Sinop, e, posteriormente, na sexta-feira, dia 16, haverá uma grande audiência pública na Assembléia Legislativa do Estado do Mato Grosso.

Assim, é importante registrar, nesta tribuna, essa grande iniciativa promovida em Mato Grosso, que é o programa Mato Grosso Legal, que, por ser inovador e objeto de uma iniciativa criada no Município que está servindo de base para que outros o copiem e, ainda, por contar com a participação dos diversos agentes públicos e privados, poderá minimizar os efeitos dessa grave crise que afeta o sistema ambiental naquelas regiões e seus reflexos sobre a economia local, seus agentes econômicos e sua população.

Era isso, Sr. Presidente, que eu gostaria de comunicar à Casa.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP) – Agradeço a V. Ex^a o cumprimento rigoroso do horário estabelecido.

Nada mais havendo a tratar, a Presidência vai encerrar os trabalhos, lembrando às Sr^{as} e aos Srs. Senadores que constará da próxima sessão deliberativa ordinária, a realizar-se amanhã, às 14 horas, a seguinte:

ORDEM DO DIA

1

PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO Nº 8, DE 2008 (Proveniente da Medida Provisória nº 410, de 2007) (Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei de Conversão nº 8, de 2008, que acrescenta artigo à Lei nº 5.889, de 8 de junho de 1973, criando o contrato de trabalhador rural por pequeno prazo; estabelece normas transitórias sobre a aposentadoria do trabalhador rural; prorroga o prazo de contratação de financiamentos rurais de que trata o § 6º do art. 1º da Lei nº 11.524, de 24 de setembro de 2007; e altera as Leis nºs 8.171, de 17 de janeiro de 1991; 7.102, de 20 de junho de 1993; 9.017, de 30 de março de 1995, 8.212 e 8.213, ambas de 24 de julho de 1991 (proveniente da Medida Provisória nº 410, de 2007).

Relator revisor: Senador Flávio Arns
(Sobrestando a pauta a partir de:
22.03.2008)

Prazo final (prorrogado): 04.06.2008

2

PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO Nº 9, DE 2008 (Proveniente da Medida Provisória nº 411, de 2007) (Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei de Conversão nº 9, de 2008, que dispõe sobre o Programa Nacional de Inclusão de Jovens -Projovem, instituído pela Lei nº 11.129, de 30 de junho de 2005; altera a Lei nº 10.836, de 9 de janeiro de 2004; revoga dispositivos das Leis nºs 9.608, de 18 de fevereiro de 1998; 10.748, de 22 de outubro de 2003; 10.940, de 27 de agosto de 2004; 11.129, de 30 de junho de 2005; e 11.180, de 23 de setembro de 2005;

e dá outras providências (proveniente da Medida Provisória nº 411, de 2007).

Relatora revisora: Senadora Lúcia Vânia

(Sobrestando a pauta a partir de: 22.03.2008)

Prazo final (prorrogado): 04.06.2008

3

PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO Nº 10, DE 2008

(Proveniente da Medida Provisória nº 412, de 2007)

(Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei de Conversão nº 10, de 2008, que dispõe sobre a prorrogação do Regime Tributário para Incentivo à Modernização e à Ampliação da Estrutura Portuária -Reporto, instituído pela Lei nº 11.033, de 21 de dezembro de 2004; e altera as Leis nºs 11.033, de 21 de dezembro de 2004; e 9.433, de 8 de janeiro de 1997 (proveniente da Medida Provisória nº 412, de 2007).

Relatora revisora: Senadora Kátia Abreu

(Sobrestando a pauta a partir de: 22.03.2008)

Prazo final (prorrogado): 04.06.2008

4

PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO Nº 11, DE 2008

(Proveniente da Medida Provisória nº 416, de 2008)

(Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei de Conversão nº 11, de 2008, que altera a Lei nº 11.530, de 24 de outubro de 2007, que institui o Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania -Pronasci (proveniente da Medida Provisória nº 416, de 2008).

Relator revisor:

(Sobrestando a pauta a partir de: 22.03.2008)

Prazo final (prorrogado): 04.06.2008

5

PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO Nº 12, DE 2008

(Proveniente da Medida Provisória nº 417, de 2008)

(Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei de Conversão nº 12, de 2008, que altera e acresce

dispositivos à Lei nº 10.826, de 22 de dezembro de 2003, que dispõe sobre registro, posse e comercialização de armas de fogo e munição e sobre o Sistema Nacional de Armas -Sinarm e define crimes (proveniente da Medida Provisória nº 417, de 2008)

Relator revisor:(

Sobrestando a pauta a partir de: 22.03.2008)

Prazo final (prorrogado): 04.06.2008

6

PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO Nº 13, DE 2008

(Proveniente da Medida Provisória nº 415, de 2008)

(Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei de Conversão nº 13, de 2008, que proíbe a venda de bebidas alcoólicas às margens de trecho rural de rodovia federal; modifica as Leis nºs 9.503, de 23 de setembro de 1997 -Código de Trânsito Brasileiro, para proibir que a pessoa que possua qualquer concentração de álcool no sangue conduza veículo automotor; e 9.294, de 15 de junho de 1996; e dá outras providências (proveniente da Medida Provisória nº 415, de 2008).

Relator revisor: Senador Francisco Dornelles

(Sobrestando a pauta a partir de: 22.03.2008)

Prazo final (prorrogado): 04.06.2008

7

PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO Nº 14, DE 2008

(Proveniente da Medida Provisória nº 413, de 2008)

(Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei de Conversão nº 13, de 2008, que dispõe sobre medidas tributárias destinadas a estimular os investimentos e a modernização do setor de turismo, a reforçar o sistema de proteção tarifária brasileiro, a estabelecer a incidência de forma concentrada da Contribuição para o PIS/Pasep e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social -Cofins na produção e comercialização de álcool; altera as Leis nºs 10.865, de 30 de abril de 2004; 11.488, de 15 de junho de 2007; 9.718, de 27 de novembro de 1998; 11.196,

de 21 de novembro de 2005; 10.637, de 30 de dezembro de 2002; 10.833, de 29 de dezembro de 2003; 7.689, de 15 de dezembro de 1988; 7.070, de 20 de dezembro de 1982; 9.250, de 26 de dezembro de 1995; 9.430, de 27 de dezembro de 1996; 9.249, de 26 de dezembro de 1995; 11.051, de 29 de dezembro de 2004; 9.393, de 19 de dezembro de 1996; 8.213, de 24 de julho de 1991; 7.856, de 24 de outubro de 1989; e a Medida Provisória nº 2.158-35, de 24 de agosto de 2001; e dá outras providências (proveniente da Medida Provisória nº 413, de 2008)

Relator revisor: Senador César Borges
(Sobrestando a pauta a partir de: 22.03.2008)

Prazo final (prorrogado): 04.06.2008

8

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 414, DE 2008

(Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal)

Discussão, em turno único, da Medida Provisória nº 414, de 2007, que constitui fonte de recursos adicional para ampliação de limites operacionais do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social -BNDES.

Relator revisor:
(Sobrestando a pauta a partir de: 22.03.2008)

Prazo final (prorrogado): 04.06.2008

9

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 27, DE 2008

(Em regime de urgência, nos termos do art. 64, § 1º da Constituição Federal)

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 353, parágrafo único, do Regimento Interno)

Projeto de Lei da Câmara nº 27, de 2008 (nº 2.105/2007, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que institui o Regime de Tributação Unificada -RTU na importação, por via terrestre, de mercadorias procedentes do Paraguai; e altera as Leis nºs 10.637, de 30 de dezembro de 2002, e 10.833, de 29 de dezembro de 2003 (Projeto do Sa-coleiro).

(Sobrestando a pauta a partir de: 09.05.2008)

(Dependendo de pareceres da Representação Brasileira no Parlamento do Mercosul

e das Comissões de Constituição, Justiça e Cidadania-CCJ, de Relações Exteriores e Defesa Nacional-CRE e de Assuntos Econômicos-CAE)

10

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 11, DE 2008

(Incluído em Ordem do Dia, nos termos do parágrafo único do art. 353 do Regimento Interno)

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 11, de 2008 (apresentado como conclusão do Parecer nº 84, de 2008, da Comissão de Assuntos Econômicos, Relator ad hoc: Senador Antonio Carlos Júnior, que aprova a Programação Monetária para o quarto trimestre de 2007.

11

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 48, DE 2003

(Votação nominal)

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 48, de 2003, tendo como primeiro signatário o Senador Antonio Carlos Magalhães, que dispõe sobre aplicação de recursos destinados à irrigação.

Pareceres sob nºs 1.199, de 2003; e 15, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania: 1º pronunciamento: Relator: Senador João Alberto Souza, favorável, com a Emenda nº 1-CCJ, que apresenta; 2º pronunciamento: (sobre a Emenda nº 2, de Plenário), Relator ad hoc: Senador João Batista Motta, favorável, nos termos de subemenda que apresenta.

12

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 5, DE 2005

(Votação nominal)

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 5, de 2005, tendo como primeiro signatário o Senador Cristovam Buarque, que altera o art. 45 da Constituição para conceder ao brasileiro residente no exterior o direito de votar nas eleições.

Parecer sob nº 1.037, de 2006, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania,

Relator: Senador Eduardo Azeredo, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CCJ (Substitutivo), que oferece.

13

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO

Nº 38, DE 2004

(Votação nominal)

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 38, de 2004, tendo como primeiro signatário o Senador Sérgio Cabral, que *altera os arts. 52, 55 e 66, da Constituição Federal, para estabelecer o voto aberto nos casos em que menciona, terminando com o voto secreto do parlamentar.*

Pareceres sob nºs 1.058, de 2006, e 1.185, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Antonio Carlos Valadares, -1º pronunciamento: (sobre a Proposta) favorável, nos termos da Emenda nº 1-CCJ (Substitutivo), que oferece; -2º pronunciamento: (sobre a Emenda nº 2, de Plenário), contrário.

14

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO

Nº 50, DE 2006

(Votação nominal)

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 50, de 2006, tendo como primeiro signatário o Senador Paulo Paim, que *inclui o art. 50A e altera os arts. 52, 55 e 66, da Constituição Federal, para estabelecer o voto aberto nos casos em que menciona, terminando com o voto secreto parlamentar.*

Pareceres sob nºs 816 e 1.186, de 2007 da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, -1º pronunciamento: (sobre a Proposta) Relator: Senador Tasso Jereissati, favorável; 2º pronunciamento: (sobre a Emenda nº 1, de Plenário) Relator ad hoc: Senador Flexa Ribeiro, pela aprovação parcial, nos termos da Subemenda-CCJ (Substitutivo), que oferece.

15

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO

Nº 86, DE 2007

(Votação nominal)

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 86, de 2007, ten-

do como primeiro signatário o Senador Alvaro Dias, que *altera o § 2º do art. 55 da Constituição Federal (determina o voto aberto para a perda de mandato de Deputados e Senadores)*

Pareceres sob nºs 817 e 1.187, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, -1º pronunciamento: (sobre a Proposta), Relator: Senador Tasso Jereissati, favorável, com a Emenda nº 1-CCJ, de redação, que apresenta; -2º pronunciamento: (sobre a Emenda nº 2-Plen), Relator ad hoc: Senador Flexa Ribeiro, favorável, com Subemenda, que apresenta.

16

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO

Nº 57, DE 2005

(Votação nominal)

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 57, de 2005, tendo como primeiro signatário o Senador Marco Maciel, que *dá nova redação ao § 4º do art. 66 da Constituição, para permitir que os vetos sejam apreciados separadamente no Senado Federal e na Câmara dos Deputados.*

Pareceres da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, sob nºs

– 779, de 2006, 1º pronunciamento (sobre a Proposta): Relator: Senador Ramez Tebet, favorável;

– 272, de 2007, 2º pronunciamento (sobre a Emenda nº 1-Plen): Relator: Senador Adelmir Santana, favorável, com a Emenda nº 2-CCJ, de redação; e

– 100, de 2008, 3º pronunciamento (em reexame, nos termos do Requerimento nº 128, de 2008), Relator Senador Adelmir Santana, ratificando seus pareceres anteriores, apresentando, ainda, as Emendas nºs 3 e 4-CCJ.

17

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO

Nº 20, DE 1999

(Tramitando em conjunto com as Propostas de Emenda à Constituição nºs 18, de 1999; 3, de 2001; 26, de 2002; 90, de 2003; e 9, de 2004)

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 20, de 1999, tendo como primeiro signatário o Senador José Roberto Arruda, que *altera o art. 228*

da Constituição Federal, reduzindo para dezesseis anos a idade para imputabilidade penal.

Parecer sob nº 478, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Demóstenes Torres, favorável à Proposta de Emenda à Constituição nº 20, de 1999, com a Emenda nº 1-CCJ, que apresenta; e pela rejeição das demais matérias que tramitam em conjunto, com votos contrários dos Senadores Sibá Machado, Eduardo Suplicy, Epitácio Cafeteira, Antônio Carlos Valadares, Pedro Simon, Romero Jucá, e das Senadoras Serys Slhessarenko, Lúcia Vânia e, em separado, do Senador Aloizio Mercadante e da Senadora Patrícia Saboya.

18

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 18, DE 1999**

(Tramitando em conjunto com as Propostas de Emenda à Constituição nºs 20, de 1999; 3, de 2001; 26, de 2002; 90, de 2003; e 9, de 2004)

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 18, de 1999, tendo como primeiro signatário o Senador Romero Jucá, que *altera a redação do art. 228 da Constituição Federal.*

19

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 3, DE 2001**

(Tramitando em conjunto com as Propostas de Emenda à Constituição nºs 18 e 20, de 1999; 26, de 2002; 90, de 2003; e 9, de 2004)

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 3, de 2001, tendo como primeiro signatário o Senador José Roberto Arruda, que *altera o artigo 228 da Constituição Federal, reduzindo para dezesseis anos a idade para imputabilidade penal.*

20

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 26, DE 2002**

(Tramitando em conjunto com as Propostas de Emenda à Constituição nºs 18 e 20, de 1999; 3, de 2001; 90, de 2003; e 9, de 2004)

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Cons-

tituição nº 26, de 2002, tendo como primeiro signatário o Senador Iris Rezende, que *altera o artigo 228 da Constituição Federal, para reduzir a idade prevista para a imputabilidade penal, nas condições que estabelece.*

21

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 90, DE 2003**

(Tramitando em conjunto com as Propostas de Emenda à Constituição nºs 18 e 20, de 1999; 3, de 2001; 26, de 2002; e 9, de 2004)

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 90, de 2003, tendo como primeiro signatário o Senador Magno Malta, que *inclui parágrafo único no artigo 228, da Constituição Federal, para considerar penalmente imputáveis os maiores de treze anos que tenham praticado crimes definidos como hediondos.*

22

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 9, DE 2004**

(Tramitando em conjunto com as Propostas de Emenda à Constituição nºs 18 e 20, de 1999; 3, de 2001; 26, de 2002; e 90, de 2003)

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 9, de 2004, tendo como primeiro signatário o Senador Papaléo Paes, que *acrescenta parágrafo ao artigo 228 da Constituição Federal, para determinar a imputabilidade penal quando o menor apresentar idade psicológica igual ou superior a dezoito anos.*

23

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 96, DE 2003**

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 96, de 2003, tendo como primeira signatária a Senadora Ideli Salvatti, que *acrescenta novo parágrafo ao artigo 73 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, para estabelecer, a partir de 2005, a regressividade da Desvinculação das Receitas da União (DRU) no cálculo da aplicação de recursos na manutenção*

e desenvolvimento do ensino de que trata o artigo 212 da Constituição Federal.

Parecer sob nº 349, de 2008, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Jefferson Peres, favorável, com as emendas nºs 1 e 2-CCJ, que apresenta.

24

SUBSTITUTIVO DA CÂMARA AO PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 57, DE 2001

Discussão, em turno único, do Substitutivo da Câmara ao Projeto de Lei do Senado nº 57, de 2001 (nº 5.270/2001, naquela Casa), que *altera o art. 36 do Decreto-Lei nº 221, de 28 de fevereiro de 1967, que dispõe sobre a proteção e estímulos à pesca e dá outras providências.*

Pareceres sob nºs 1.345 e 1.346, de 2007, das Comissões

– de Agricultura e Reforma Agrária, Relator: Senador João Durval, favorável, com as adequações redacionais propostas, e

– de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, Relator ad hoc: Senador Renato Casagrande, favorável.

25

SUBSTITUTIVO AO PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 12, DE 2000

Discussão, em turno suplementar, do Substitutivo ao Projeto de Lei da Câmara nº 12, de 2000 (nº 885/95, na Casa de origem), que *estabelece diretrizes gerais de programa nacional de habitação para mulheres com responsabilidade de sustento da família.*

Parecer sob nº437, de 2007, da Comissão Diretora, Relator: Senador Gerson Camata, oferecendo a redação do vencido.

26

SUBSTITUTIVO AO PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 6, DE 2003

Discussão, em turno suplementar, do Substitutivo ao Projeto de Lei da Câmara nº 6, de 2003 (nº 2.820/2000, na Casa de origem), que *altera os arts. 47 e 56 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro de 1971. (Dispõe sobre a administração e o conselho fiscal das sociedades cooperativas).*

Parecer sob nº 95, de 2008, da Comissão Diretora, Relator: Senador Efraim Morais, oferecendo a redação do vencido.

27

SUBSTITUTIVO AO PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 26, DE 2000

Discussão, em turno suplementar, do Substitutivo ao Projeto de Lei do Senado nº 26, de 2000, que *altera a Lei nº 9.069, de 29 de junho de 1995, para tratar do comparecimento do Presidente do Banco Central do Brasil na Comissão de Assuntos Econômicos do Senado Federal e para extinguir a obrigatoriedade de apresentação da programação monetária trimestral e a vinculação legal entre emissão de moeda e reservas cambiais.*

Parecer sob nº 66-A, de 2008, da Comissão Diretora, Relator: Senador Flexa Ribeiro, oferecendo a redação do vencido.

28

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 22, DE 2003

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 22, de 2003 (nº 5.120/2001, na Casa de origem), que *dispõe sobre as atividades das Agências de Turismo.*

Pareceres nºs 1.049 e 1.050, de 2007, das Comissões

– de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Tasso Jereissati, favorável ao Projeto com as Emendas nºs 1 a 12-CCJ, que apresenta;

– de Desenvolvimento Regional e Turismo, Relator: Senador Antonio Carlos Valadares, favorável ao Projeto e às Emendas nºs 1 a 4, 6 a 8, 11 e 12-CCJ, à Emenda nº 9-CCJ, nos termos de Subemenda; pela prejudicialidade das Emendas nºs 5 e 10-CCJ; apresentando, ainda, as Emendas nºs 13 a 18-CDR.

29

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 28, DE 2003

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 28, de 2003 (nº 5.657/2001, na Casa de origem), que *acrescenta dispositivo à Lei nº 8.906, de 4 de julho de 1994, que dispõe sobre o Estatuto da Advocacia e a Ordem dos Advogados do Brasil - OAB (prescrição em cinco anos da ação de prestação de*

contas do advogado para o seu cliente, ou de terceiros por conta dele).

Parecer favorável, sob nº 1.162, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Demóstenes Torres.

30

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 75, DE 2004

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 75, de 2004 (nº 1.071/2003, na Casa de origem), que *altera a Lei nº 10.334, de 19 de dezembro de 2001, que dispõe sobre a obrigatoriedade de fabricação e comercialização de lâmpadas incandescentes para uso em tensões de valor igual ou superior ao da tensão nominal da rede de distribuição, e dá outras providências.*

Parecer favorável sob nº 87, de 2007, da Comissão de Assuntos Econômicos, Relator: Senador Delcídio Amaral.

31

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 24, DE 2005

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 24, de 2005 (nº 4.465/2001, na Casa de origem), que *altera a Lei nº 5.917, de 10 de setembro de 1973 (inclui novo trecho na Relação Descritiva das rodovias no Sistema Rodoviário Nacional).*

Parecer favorável, sob nº 1.534, de 2005, da Comissão de Serviços de Infra-Estrutura, Relator "ad hoc": Senador Rodolpho Tourinho.

32

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 103, DE 2005

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 103, de 2005 (nº 45/99, na Casa de origem), que *veda a exigência de carta de fiança aos candidatos a empregos regidos pela Consolidação das Leis do Trabalho -CLT.*

Parecer sob nº 198, de 2006, da Comissão de Assuntos Sociais, Relator ad hoc: Senador Paulo Paim, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CAS (Substitutivo), que apresenta.

33

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 111, DE 2005

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 111, de 2005 (nº 3.796/2004,

na Casa de origem), que *dispõe sobre a Política Nacional de Orientação,*

Combate e Controle dos Efeitos Danosos da Exposição ao Sol à Saúde e dá providências correlatas.

Pareceres sob nºs 603 e 604, de 2007, das Comissões:

– de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Magno Malta, favorável, com as Emendas nºs 1 e 2-CCJ, de redação, que apresenta; e

– de Assuntos Sociais, Relator: Senador Papaléo Paes, favorável, nos termos da Emenda nº 3-CAS (Substitutivo), que oferece.

34

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 118, DE 2005

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 118, de 2005 (nº 1.153/2003, na Casa de origem), que *modifica o inciso II do caput do art. 44 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (dispõe sobre o aproveitamento de matérias cursadas em seminários de filosofia ou teologia).*

Parecer sob nº 924, de 2006, da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, Relatora: Senadora Maria do Carmo Alves, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CE (Substitutivo), que oferece.

35

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 1, DE 2006

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº1, de 2006 (nº1.696/2003, na Casa de origem), que *altera o § 2º do art. 12 da Lei nº 9.656, de 3 de junho de 1998, que dispõe sobre os planos e seguros privados de assistência à saúde (acrescenta o planejamento familiar nos casos de cobertura dos planos ou seguros privados de assistência à saúde).*

Parecer favorável, sob nº 145, de 2007, da Comissão de Assuntos Sociais, Relatora: Senadora Serys Slhessarenko.

36

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 2, DE 2006

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 2, de 2006 (nº1.984/2003, na Casa de origem), que *altera o inciso XIII do caput do art. 7º da Lei nº 9.610, de 19 de*

fevereiro de 1998 (inclui as normas técnicas como obras protegidas pela legislação dos direitos autorais).

Parecer favorável, sob nº 376, de 2006, da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, Relator: Senador Roberto Saturnino.

37

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 4, DE 2006

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 4, de 2006 (nº 4.730/2004, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que dá nova redação aos arts. 830 e 895 da Consolidação das Leis do Trabalho -CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 (dispõe sobre a autenticidade de peças oferecidas para prova no processo trabalhista e sobre o cabimento de recurso ordinário para instância superior).

Parecer favorável sob o nº 697, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator Senador Eduardo Suplicy .

38

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 11, DE 2006

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 11, de 2006 (nº 2.822/2003, na Casa de origem), que acrescenta parágrafo único ao art. 1º da Consolidação das Leis do Trabalho -CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para dispor sobre a boa-fé nas relações de trabalho.

Parecer sob nº 542, de 2006, da Comissão de Assuntos Sociais, Relator: Senador Paulo Paim, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CAS (Substitutivo), que oferece.

39

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 27, DE 2006

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 27, de 2006 (nº 819/2003, na Casa de origem), que denomina "Rodovia Ministro Alfredo Nasser" a rodovia BR-174, entre a cidade de Cáceres -MT e a fronteira com a Venezuela.

Parecer sob o nº 1.175, de 2006, da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, Relator ad hoc: Senador Mão Santa, favorável, com a Emenda nº 1-CE, que oferece.

40

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 43, DE 2006

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 43, de 2006 (nº 4.505/2004, na Casa de origem), que dispõe sobre o reconhecimento do dia 26 de outubro como Dia Nacional dos Trabalhadores Metroviários.

Parecer favorável, sob nº 926, de 2006, da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, Relator: Senador Paulo Paim.

41

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 90, DE 2006

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 90, de 2006 (nº 6.248/2005, na Casa de origem), que acrescenta o § 3º-C ao art. 30 da Lei nº 6.015, de 31 de dezembro de 1973, que dispõe sobre os registros públicos e dá outras providências (determina que cartórios de registros públicos afixem, em locais de fácil leitura e acesso, quadros contendo os valores das custas e emolumentos).

Parecer favorável, sob nº 1.163, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator ad hoc: Senador Valter Pereira.

42

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 12, DE 2007

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 12, de 2007 (nº 1.791/1999, na Casa de origem), que institui o Dia Nacional dos Surdos.

Parecer favorável, sob nº 979, de 2007, da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, Relator "ad hoc": Senador Flávio Arns.

43

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 28, DE 2007

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 28, de 2007 (nº 3.986/2004, na Casa de origem), que institui o Dia Nacional do Vaqueiro.

Parecer favorável sob o nº 722, de 2007, da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, Relator "ad hoc": Senador Valter Pereira.

44

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 30, DE 2003

(Tramitando em conjunto com o Projeto de Lei do Senado nº 306, de 2003)(Incluído em Ordem do Dia nos termos do Recurso nº 6, de 2007)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 30, de 2003, de autoria do Senador Sérgio Cabral, que *acrescenta artigos à Lei nº 8.078/90 -Código do Consumidor, obrigando a comunicação prévia da inclusão do consumidor em cadastros, bancos de dados, fichas ou registros de inadimplentes, e obrigando os fornecedores de bens e serviços a fixar data e turno para a entrega de bens e prestação de serviços.*

Parecer sob nº 288, de 2007, da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, Relator: Senador Gerson Camata, favorável ao Projeto com a Emenda nº 1-CMA, e subemenda que apresenta, e contrário ao Projeto de Lei do Senado nº 306, de 2003, que tramita em conjunto.

45

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 306, DE 2003

(Tramitando em conjunto com o Projeto de Lei do Senado nº 30, de 2003)(Incluído em Ordem do Dia nos termos do Recurso nº 6, de 2007)

Projeto de Lei do Senado nº 306, de 2003, de autoria do Senador Valmir Amaral, que *acrescenta artigo à Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor), tipificando como crime a manutenção de informações negativas sobre consumidor em cadastros, banco de dados, fichas ou registros por período superior a cinco anos.*

46

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 169, DE 2005

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do Recurso nº 7, de 2007)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 169, de 2005, de autoria do Senador Paulo Paim, que *altera dispositivo da Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003, que dispõe sobre o Estatuto do Idoso e dá outras providências.*

Parecer sob nº 459, de 2007, da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Parti-

cipativa, Relator ad hoc: Senador Flávio Arns, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CDH (Substitutivo), que oferece.

47

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 140, DE 2007-COMPLEMENTAR

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 140, de 2007-Complementar, de autoria do Senador Demóstenes Torres, que *altera o art. 1º da Lei Complementar nº 105, de 10 de janeiro de 2001, para especificar os dados financeiros não sigilosos, para fins de investigação de ilícito penal.*

Pareceres sob nºs 281 e 706, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Jarbas Vasconcelos, 1º pronunciamento (sobre o Projeto): favorável, com a Emenda nº 1-CCJ, que apresenta; 2º pronunciamento (sobre a Emenda nº 2-Plen): favorável, nos termos de Subemenda que oferece.

48

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 277, DE 2007

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do Recurso nº 9, de 2007)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 277, de 2007, de autoria do Senador Flávio Arns, que *acrescenta parágrafo único ao art. 4º da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 para definir condições de qualidade da oferta de educação escolar para crianças de cinco e seis anos de idade.*

Parecer sob nº 874, de 2007, da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, Relator: Senador Wilson Matos, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CE (Substitutivo), que oferece.

49

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 32, DE 2008

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, do Projeto de Lei do Senado nº 32, de 2008, de iniciativa da Comissão Mista Especial sobre Mudanças Climáticas, que *altera o art. 10 da Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981, que dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, para introduzir critérios*

relacionados com as mudanças climáticas globais no processo de licenciamento ambiental de empreendimentos com horizonte de operação superior a vinte e cinco anos.

50

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 33, DE 2008

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, do Projeto de Lei do Senado nº 33, de 2008, de iniciativa da Comissão Mista Especial sobre Mudanças Climáticas, que *dispõe sobre a Redução Certificada de Emissão (RCE) (unidade padrão de redução de emissão de gases de efeito estufa).*

51

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 34, DE 2008

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, do Projeto de Lei do Senado nº 34, de 2008, de iniciativa da Comissão Mista Especial sobre Mudanças Climáticas, que *dispõe sobre a concessão de subvenção à implementação de Servidão Florestal, de Reserva Particular do Patrimônio Natural e de reserva legal, e sobre a possibilidade de recebimento da subvenção na forma de abatimento de dívidas de crédito rural.*

52

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 35, DE 2008

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, do Projeto de Lei do Senado nº 35, de 2008, de iniciativa da Comissão Mista Especial sobre Mudanças Climáticas, que *altera dispositivo da Lei nº 9.427, de 26 de dezembro de 1996, para viabilizar o acesso, ao Sistema Elétrico Interligado Nacional, dos autoprodutores de energia elétrica.*

53

PARECER Nº 106, DE 2008

Discussão, em turno único, do Parecer nº 106, de 2008, da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, Relator ad hoc: Senador Flávio Arns, *concluindo favoravelmente à Indicação nº 2, de 2007, da Senadora Serys Slhessarenko, que sugere à Comissão de Direitos Humanos e Legislação*

Participativa, por seu intermédio, à Subcomissão de Trabalho Escravo, para analisar todas as matérias que tratem do tema e que se encontram em tramitação na Casa.

54

REQUERIMENTO Nº 1.302, DE 2004

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.302, de 2004, da Senadora Serys Slhessarenko, *solicitando a instituição, no âmbito do Senado Federal, da Semana de Ciência e Tecnologia, a ser celebrada anualmente no mês de outubro, com o objetivo de mobilizar a população brasileira para questões científicas.*

Pareceres favoráveis, sob nºs 448 a 451, de 2007, das Comissões de Educação, Cultura e Esporte, Relator: Senador Juvêncio da Fonseca; de Assuntos Sociais, Relator: Senador Cristovam Buarque; de Serviços de Infra-Estrutura, Relator ad hoc: Senador Eduardo Azeredo; e de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, Relator: Senador Valter Pereira.

55

REQUERIMENTO Nº 778, DE 2007

Votação, em turno único, do Requerimento nº 778, de 2007, de autoria da Senadora Kátia Abreu, *solicitando a remessa do Projeto de Lei do Senado nº 202, de 2005, à Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, uma vez que o prazo na Comissão de Assuntos Econômicos já se encontra esgotado. (Fixação e ajuste dos parâmetros, índices e indicadores de produtividade.)*

56

REQUERIMENTO Nº 882, DE 2007

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 222, § 2º, do Regimento Interno)

Votação, em turno único, do Requerimento nº 882, de 2007, do Senador Magno Malta, *solicitando a apresentação de voto de aplauso à Polícia Federal pela brilhante atuação na prisão do traficante internacional Juan Abadia, líder do cartel colombiano.*

Parecer favorável, sob nº 287, de 2008, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator ad hoc: Senador Geraldo Mesquita Júnior.

57

REQUERIMENTO Nº 914, DE 2007

Votação, em turno único, do Requerimento nº 914, de 2007, do Senador Mozarildo Cavalcanti, *solicitando a remessa do Projeto de Lei do Senado nº 312, de 2007, à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, uma vez que o prazo na Comissão de Assuntos Econômicos já se encontra esgotado. (Gestão de florestas públicas; institui o Serviço Florestal Brasileiro na estrutura do Ministério do Meio Ambiente.)*

58

REQUERIMENTO Nº 1.072, DE 2007

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 222, § 2º, do Regimento Interno)

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.072, de 2007, do Senador Arthur Virgílio, *solicitando a apresentação de voto de aplauso ao economista Alan Greenspan pelo lançamento do livro “A era da turbulência: aventuras em um mundo novo”.*

Parecer favorável, sob nº 288, de 2008, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator ad hoc: Senador Eduardo Azeredo.

59

REQUERIMENTO Nº 1.176, DE 2007

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 222, § 2º, do Regimento Interno)

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.176, de 2007, do Senador Renato Casagrande, *solicitando a apresentação de voto de louvor ao ex-Vice-Presidente norte-americano Albert Gore Junior e ao IPCC/ Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas por compartilharem o Prêmio Nobel da Paz de 2007.*

Parecer favorável, sob nº 289, de 2008, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator: Senador Cristovam Buarque.

60

REQUERIMENTO Nº 1.242, DE 2007

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.242, de 2007, do Senador Arthur

Virgílio, *solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 266, de 2007-Complementar, além da Comissão constante do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Constituição, Justiça e Cidadania. (Local do recolhimento do ISS nas operações de arrendamento mercantil)*

61

REQUERIMENTO Nº 1.428, DE 2007

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 222, § 2º, do Regimento Interno)

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.428, de 2007, do Senador Pedro Simon, *solicitando a apresentação de voto de louvor e congratulações à Senhora Cristina Fernández Kirchner, por ocasião de sua posse como Presidenta da República da Argentina.*

Parecer sob nº 290, de 2008, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator ad hoc: Senador Fernando Collor, favorável, com alterações que propõe.

62

REQUERIMENTO Nº 1.494, DE 2007

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.494, de 2007, do Senador Sérgio Zambiasi, *solicitando a tramitação conjunta do Projeto de Lei do Senado nº 86, de 2006, com o Projeto de Lei da Câmara nº 35, de 2000, que já se encontra apensado aos Projetos de Lei do Senado nºs 25, 165, 182, 242, 308 e 355, de 2003; 352, de 2004; 370, de 2005; 151 e 531, de 2007, por regularem a mesma matéria. (Propaganda de bebidas alcoólicas)*

63

REQUERIMENTO Nº 1.495, DE 2007

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.495, de 2007, do Senador Geraldo Mesquita Júnior, *solicitando a tramitação conjunta dos Projetos de Lei do Senado nºs 510, de 1999, e 505, de 2007, com o Projeto de Lei da Câmara nº 35, de 2000, que já se encontra apensado aos Projetos de Lei do Senado nºs 25, 165, 182, 242, 308 e 355, de 2003; 352, de 2004; 370, de 2005; 151 e 531, de 2007, por regularem a mesma matéria. (Propaganda de bebidas alcoólicas)*

64

REQUERIMENTO Nº 115, DE 2008

Votação, em turno único, do Requerimento nº 115, de 2008, do Senador Cícero Lucena e outros Senhores Senadores, *solicitando a criação de Comissão Temporária Externa, composta por cinco membros titulares e igual número de suplentes, para, no prazo de doze meses, acompanhar todos os atos, fatos relevantes, normas e procedimentos referentes às obras do Projeto de Integração do Rio São Francisco.*

65

REQUERIMENTO Nº 158, DE 2008

Votação, em turno único, do Requerimento nº 158, de 2008, do Senador Flexa Ribeiro, *solicitando que, sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 29, de 2003, além das Comissões constantes do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Agricultura e Reforma Agrária. (Política Pesqueira Nacional)*

66

REQUERIMENTO Nº 176, DE 2008

Votação, em turno único, do Requerimento nº 176, de 2008, do Senador Flexa Ribeiro *solicitando a tramitação conjunta do Projeto de Lei do Senado nº 303, de 2005, com os Projetos de Lei do Senado nºs 370, de 1999; 145, de 2000; e o Projeto de Lei da Câmara nº 151, de 2001, que já se encontram apensados, por regularem a mesma matéria. (Impenhorabilidade dos bens de família)*

67

REQUERIMENTO Nº 186, DE 2008

Votação, em turno único, do Requerimento nº 186, de 2008, do Senador Expedito Júnior, *solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 210, de 2007, além das Comissões constantes do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle. (Isenção do Imposto de Importação e IPI incidentes sobre CD e DVD)*

68

REQUERIMENTO Nº 199, DE 2008

Votação, em turno único, do Requerimento nº 199, de 2008, do Senador Romero Jucá, *solicitando a tramitação conjunta dos Projetos de Lei do Senado nºs 7, de 2005 e 17, de 2006-Complementar, com os Projetos de Lei do Senado nºs 129 e 183, de 2003 e 291, de 2005, que já se encontram apensados, por regularem a mesma matéria. (Faculta adesão ao SIMPLES por pessoas jurídicas que especifica)*

69

REQUERIMENTO Nº 210, DE 2008

Votação, em turno único, do Requerimento nº 210, de 2008, do Senador Aloizio Mercadante, *solicitando que sobre o Projeto de Lei do Senado nº 277, de 2004, que tramita em conjunto com os Projetos de Lei do Senado nºs 187, 2002; 44, de 2004; e 113, de 2006; além das Comissões constantes do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Assuntos Econômicos. (Planos de Saúde)*

70

REQUERIMENTO Nº 256, DE 2008

Votação, em turno único, do Requerimento nº 256, de 2008, do Senador Romero Jucá, *solicitando a tramitação conjunta dos Projetos de Lei do Senado nºs 280, de 2004; 132, 191 e 467, de 2007, com o Projeto de Lei do Senado nº 167, de 2003, que já se encontra apensado aos de nºs 210, de 2003; 75 e 323, de 2004; e 87, de 2005, por versarem sobre a mesma matéria. (Isenção de IPI em automóveis, motocicletas etc.)*

71

REQUERIMENTO Nº 352, DE 2008

Votação, em turno único, do Requerimento nº 352, de 2008, do Senador Flávio Arns, *solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 46, de 2008, além da Comissão constante do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Educação, Cultura e Esporte. (Obrigatoriedade da neutralização das emissões de gases de efeito estufa decorrentes da realização da Copa do Mundo de Futebol no Brasil, em 2014.)*

72

REQUERIMENTO Nº 358, DE 2008

Votação, em turno único, do Requerimento nº 358, de 2008, de autoria da Senadora Patrícia Saboya, *solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 24, de 2008, além da Comissão constante do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Assuntos Sociais. (Ajudas técnicas na utilização de caixas eletrônicos por portadores de deficiência visual.)*

73

REQUERIMENTO Nº 368, DE 2008

Votação, em turno único, do Requerimento nº 368, de 2008, do Senador Wellington Salgado, *solicitando a tramitação conjunta dos Projetos de Lei do Senado nºs 257 e 315, de 2005, por regularem a mesma matéria (liberdade de manifestação do pensamento e de informação).*

74

REQUERIMENTO Nº 385, DE 2008

Votação, em turno único, do Requerimento nº 385, de 2008, do Senador Flexa Ribeiro, *solicitando que, sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 59, de 2003, além das Comissões constantes do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática. (Regionalização da programação de rádio e TV)*

75

REQUERIMENTO Nº 417, DE 2008

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 222, § 2º, do Regimento Interno)

Votação, em turno único, do Requerimento nº 417, de 2008, de iniciativa da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, *solicitando a criação de um Dia Mundial de Solidariedade Parlamentar pela vida da ex-Senadora Ingrid Betancourt.*

76

REQUERIMENTO Nº 418, DE 2008

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 222, § 2º, do Regimento Interno)

Votação, em turno único, do Requerimento nº 418, de 2008, de iniciativa da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, *solicitando a criação de um Dia Mundial de Solidariedade Parlamentar pela vida da ex-Senadora Ingrid Betancourt.*

77

REQUERIMENTO Nº 423, DE 2008

Votação, em turno único, do Requerimento nº 423, de 2008, do Senador Jarbas Vasconcelos, *solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 607, de 2007, além das Comissões constantes do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Constituição, Justiça e Cidadania. (Regulamentação do exercício da profissão de Analista de Sistemas e suas correlatas, criação do Conselho Federal e os Conselhos Regionais de Informática).*

78

REQUERIMENTO Nº 474, DE 2008

Votação, em turno único, do Requerimento nº 474, de 2008, da Senadora Ideli Salvatti, *solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 51, de 2008, além das Comissões constantes do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Serviços de Infra-Estrutura (Política Nacional de Abastecimento).*

79

REQUERIMENTO Nº 475, DE 2008

Votação, em turno único, do Requerimento nº 475, de 2008, da Senadora Ideli Salvatti, *solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 51, de 2008, além das Comissões constantes do despacho inicial de distribui-*

ção, seja ouvida, também, a de Agricultura e Reforma Agrária (Política Nacional de Abastecimento).

80

REQUERIMENTO Nº 494, DE 2008

Votação, em turno único, do Requerimento nº 494, de 2008, do Senador Romero Jucá, solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 142, de 2007, além das Comissões constantes do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Assuntos Econômicos (*retribuição por serviços ambientais decorrentes de boas práticas rurais*).

81

REQUERIMENTO Nº 506, DE 2008

Votação, em turno único, do Requerimento nº 506, de 2008, do Senador Expedito Júnior, solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 260, de 2007, além da Comissão constante do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle. (*Política Nacional de Integração Lavoura-Pecuária*)

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP)

– Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 18 horas e 45 minutos.)

Ata da 74ª Sessão Especial, em 13 de maio de 2008

2ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura

Presidência dos Srs. Garibaldi Alves Filho, Paulo Paim e Cristovam Buarque

(Inicia-se a sessão às 10 horas e 52 minutos)

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Havendo número regimental, declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

A presente sessão destina-se a comemorar os 120 anos da promulgação da Lei Áurea e da abolição da escravatura, de acordo com os Requerimentos de nºs 48 e 376, de 2008, dos Senadores Cristovam Buarque, Paulo Paim, Aloizio Mercadante e outros Srs. Senadores.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Tenho a honra de registrar a presença, na Mesa Diretora dos trabalhos, do Exmº Sr. Primeiro-Ministro da Áustria, Dr. Alfred Gusenbauer, Chanceler Federal, a quem dirijo as minhas saudações, na certeza de que teremos, com a presença de S. Exª, muito o que aprender nesta troca de idéias, neste intercâmbio das experiências dos dois países.

Convido, para compor a Mesa, o Exmº Sr. Senador Cristovam Buarque, primeiro subscritor do requerimento; o Exmº Sr. Senador Paulo Paim, subscritor do requerimento; o Magnífico Reitor José Vicente, da Universidade dos Palmares. (Palmas.)

Ouviremos, agora, de pé, o Hino Nacional brasileiro, executado pelo Coral do Senado Federal.

(Procede-se à execução do Hino Nacional.)

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Convido, para compor a Mesa, o ator Milton Gonçalves. (Palmas.)

Tenho a honra de conceder a palavra ao Senador José Sarney, ex-Presidente da República. (Palmas.)

O SR. JOSÉ SARNEY (PMDB – AP. Pronuncia o seguinte discurso. Com revisão do orador.) – Sr. Presidente do Senado Federal, Senador Garibaldi Alves Filho; Exmº Sr. Primeiro-Ministro da Áustria, Alfred Gusenbauer; Senador Cristovam Buarque; Senador Paulo Paim; Reitor da Universidade dos Palmares, Professor José Vicente; Sr. Milton Gonçalves; Srªs Senadoras, Srs. Senadores; expressivos representantes de lide-

ranças negras do nosso País, que aqui se encontram; minhas senhoras e meus senhores,

Falo hoje, mais uma vez, na lembrança de uma data central da vida brasileira, e, ainda e sempre, na esperança de que saibamos resgatar todo o horror que ela quis deixar para trás. Lembramos a Abolição é não esquecer a tragédia da escravidão.

Em 13 de março de 1888, as ruas da Capital do Brasil tinham o povo em festa, na exaltação da vitória. A luta se estendera por setenta dos 300 anos de sofrimento e opróbrio da raça negra. Chegara ao fim com a libertação de 723.419 ainda escravos naquele fim de século.

A lei é singela: *é declarada extinta, desde a data desta lei, a escravidão no Brasil.* Era apenas um pequeno texto legal, mas suas palavras e alcance constituíam sangue, dor, sofrimento e luta. O texto era a soma de tantos heróis e mártires, que pela vida e pela palavra abraçaram a causa da liberdade. Já Nabuco afirmava que era só o começo de uma grande caminhada. É um clarão de liberdade, mas apenas uma porta de entrada numa imensa obra de resgate de mulheres e homens, crianças e velhos, que haviam sido escravos ou eram descendentes de escravos. Uma obra que não realizamos, que nunca realizaremos em sua plenitude – pois ficará para sempre a mancha indelével do sofrimento – mas que precisamos nos esforçar, a cada dia, todos os dias, sempre, para realizar. Tudo que for feito para discriminar favoravelmente o negro será sempre incommensuravelmente menos do que o que foi feito para discriminá-lo negativamente, e menos também do que é a discriminação que ainda sofre.

A escravidão não era apenas a falta da liberdade de ir e vir, de decidir seu destino: a escravidão era uma tortura contínua, sem limites que não fossem a morte e o desespero.

A história da escravidão africana no Ocidente é tristemente ligada a nossa história. Ela começou com as navegações portuguesas na costa da África, com a introdução do escravo negro na Europa. Descoberto o Brasil, o primeiro pensamento foi o da escravidão do indígena. O padre Manuel da Nóbrega começou o combate contra essa desgraça, combate de que foi campeão o padre Antônio Vieira. Pelo combate dos jesuítas, pela inaptidão dos índios para os grandes

esforços de nossa primeira indústria, logo vieram os negros. Já no século XVI o número de escravos negros no Brasil igualou o da população branca.

Durante todo o século XVII concorreram no Brasil a luta contra a escravidão do indígena brasileiro e a aceitação da escravidão do africano. A cana de açúcar mostrou-se o único instrumento econômico da colonização. Assentava ela no uso brutal e completo da servidão negra. Nem um vislumbre de luz pode ser encontrado. Os mercados de madeira e especiarias ficaram sempre no patamar do sonho e da fantasia. O país – os dois Estados, o do Brasil e o do Maranhão – viviam na pobreza extrema.

No *Diálogo das Grandezas do Brasil*, um dos primeiros livros brasileiros, Ambrósio Fernandes Brandão, lembra as condições de nossa miséria, e explica: “E todos, assim uns como outros, fazem suas lavouras e granjearias com escravos de Guiné, que para esse efeito compram por subido preço; e [...] o do que vivem é somente do que granjeiam com os tais escravos.”

O capitalismo incipiente, mostrou Celso Furtado, tinha um efeito perverso: era mais barato repor as “peças” – assim mesmo eram tratados, como não entes, como pedaços de equipamento – do que dar-lhes um mínimo de condição de sobrevivência; mais barato usar sem manutenção e repor depois do que com “taxa de manutenção” e prolongar a vida do “animal” – também assim eram tratados.

No Brasil, como já tinha acontecido nos Açores e em Cabo Verde, os negros se adaptaram com facilidade ao monótono trabalho do açúcar e às condições naturais. Os números são eloquentes: eram 15 mil no fim do século XVI, mais de 150 mil no fim do século XVII. Ao longo do século XVIII e até a Independência, foram trazidos talvez mais 2 milhões.

A idéia abolicionista surgiu no fim do século XVIII, e suas primeiras conseqüências foram o alvará de abolição gradual de d. José I – quer dizer, de Pombal – de 1773, o *Pennsylvania Gradual Abolition Act*, de 1780, e a proibição do tráfico pela Dinamarca em 1792 e pela Inglaterra em 1807. Nas regiões escravistas a emancipação começou 40 anos depois da revolução francesa e se concretizou em menos de sessenta anos. Um único episódio teve um rumo diferente, o da independência do Haiti, com seu heroísmo e sua tragédia.

Na Inglaterra o problema estava relacionado com a situação americana. Até à independência americana o tráfico de escravos a fortalecia. A primeira moção para proscrever a escravidão na Casa dos Comuns é de 1776. Nessa época, num dos esboços da declaração de independência, o Rei George III era acusado de

participar do tráfico. Apesar da pressão que a Inglaterra faz no começo do século XIX contra o tráfico – que a esta altura a enfraquecia – a abolição nas colônias inglesas só se dá 1833.

Nos Estados Unidos o compromisso para se fazer a sua grande Constituição passa pelo silêncio sobre a questão do negro. Esse adiamento foi pago, mais tarde, com a tragédia da guerra civil.

Na França, em 1789, a Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão cala sobre o assunto, e só em 1794 a Convenção proclama a abolição. Mas em 1801 volta a escravidão, para ser abolida definitivamente em 1848.

No Brasil, José Bonifácio pensava que o equacionamento da liberdade dos negros com sua integração completa à sociedade era uma preliminar da definição do Estado. Naqueles dias da independência, quando saiu de sua aposentadoria para fazer do Brasil uma nação e uma só nação, escreveu sua *Representação sobre a escravatura*.

Clamava que era tempo de começar a “expição de nossos crimes e pecados velhos”. E insistia: educação, amparo à maternidade e à velhice, integração econômica e social têm que acompanhar a extinção do tráfico e a libertação. Em 1825, do exílio na França, lembrava: “sem a emancipação dos atuais cativos nunca o Brasil firmará sua independência nacional e segurará e defenderá a sua liberal constituição. Sem liberdade individual não pode haver civilização, nem sólida riqueza; não pode haver moralidade e justiça, e sem estas filhas do Céu, não há nem pode haver brio, força e poder entre as nações.”

A lei de 7 de novembro de 1831, proibindo o tráfico e emancipando os africanos, nunca foi observada. Ela era clara: “*Art. 1º – Todos os escravos que entraram no território ou portos do Brasil, vindos de fora, ficam livres.*” Ela devia significar a liberdade de pelo menos metade dos escravos, naquele momento, e de mais 1 milhão trazidos antes de 1850, quando o tráfico foi contido. Mas no conjunto a legislação brasileira tinha um vazio jurídico que, literalmente, colocava os escravos fora da lei. Teoricamente quem vivia no Brasil ou era cidadão brasileiro – e portanto, sob a proteção da Constituição, não poderia ser escravizado – ou era estrangeiro ou apátrida – e a lei brasileira não podia alcançá-lo. Tão grande era a consciência da hipocrisia conveniente que nunca se mexeu na lei de 1831, pois significaria reconhecer a existência da contradição. À desfaçatez das assembleias de Bahia e Minas, que pediam a revogação da lei “para não serem obrigados a violá-la todos os dias”, somava-se, mais forte, o silêncio conveniente de magistrados e legisladores.

Senhor Presidente,

A escravidão nunca conseguiu se tornar um tema do pensamento nacional. Ao longo da colônia, ouviu-se apenas a voz dos jesuítas contra a escravidão do índio. As manifestações e, sobretudo, as violências, como as das guerras das missões, os bota-fora dos padres, os medos provocados pelas incursões dos capitães do mato e dos bandeirantes, tudo isso se passava em argumentos esporádicos, junto à corte, junto aos ministros, junto à Igreja. Não era uma discussão brasileira.

A escravidão negra, em si, era tratada com grande naturalidade, como um fato da vida. As raras vozes são exceções. Não parece haver mais que a aceitação do martírio. Os Palmares são vistos como uma ruptura da ordem, como um desafio ao Estado, não como um drama social, como uma tragédia humana. A análise de Vieira, em sua velhice de visitador na Bahia, de que a única solução para o conflito seria a “liberal e segura liberdade”, dada a impossibilidade natural do homem se conformar com a escravidão – e que levaria, lembrava, à dissolução do Estado escravocrata que era o Brasil – a análise de Vieira parecia ser só mais uma doidice do velho sonhador.

Os homens da Inconfidência Mineira não chegaram a formular o problema. Mais tarde os documentos dos Andradas, de Antônio Carlos em 1817, de José Bonifácio em 1823, nunca foram debatidos ou contestados: foram ignorados. Talvez, como levantava Nabuco, tivessem tido parte em seu ostracismo, dada a notória ligação dos vencedores de 1823 com os interesses escravagistas.

A coligação dos interesses de proprietários rurais e traficantes foi a força dominante da política brasileira. Falando do grande passo que foi a lei de 4 de setembro de 1850, Eusébio de Queirós dizia que o tráfico só acabou “pelo interesse dos agricultores, cujas propriedades estavam passando para as mãos dos especuladores e traficantes de escravos”. Essa força segurava as discussões, até mesmo no Conselho de Estado, com Nabuco de Araújo, Pimenta Bueno (a voz de Pedro II, pela emancipação gradual), Jequitinhonha, Souza Franco, Salles Torres Homem combatidos por Olinda, Paranhos, Eusébio, quando finalmente se discute a liberdade. Força que fará com que os grandes passos sejam dados pelos conservadores, com Eusébio, Rio Branco e Ouro Preto.

Feita a abolição, os negros foram tratados como um fundo de tacho, sem importância bastante para receber uma atenção especial do Estado. A República os ignorou. Quando o pensamento brasileiro se voltou para eles, com o gênio de Gilberto Freyre, constatou seu papel fundamental em nossa formação; mas demoramos

para tratar do problema da integração social, do resgate de nossa dívida, do gigantesco problema humano que alienou entre os mais pobres dos mais pobres toda uma parte dos brasileiros, tornando o branqueamento necessidade fundamental da ascensão social. O negro continuou, ao longo do tempo, sendo tratado como um não humano, como coisa, sem direitos.

Senhor Presidente:

A Abolição foi uma construção coletiva, em que se empenharam, numa união nunca vista, negros e brancos. Foi um esforço de mobilização social e popular, que empolgou o Brasil. A história da luta é simples: é a história da tentativa dos proprietários – de terra e de escravos, que tudo vinha a dar no mesmo – de impedir e adiar a emancipação; a luta do desespero contra a esperança. Vencida a batalha do tráfico, os proprietários se empenharam para impedir a abolição. Um bando de homens foi a pequena linha de frente do enorme exército preso ao eito. Seus nomes são sagrados, como se diria na oratória daquela época, e os devemos declinar com reverência: alguns tinham sido escravos, como Luís Gama; outros eram descendentes de escravos, como André Rebouças, Ferreira de Meneses, José do Patrocínio, Vicente de Sousa, Francisco Gê Acaiaba de Montezuma; outros eram brancos, como Jerônimo Sodré, Rui Barbosa, Gusmão Lobo, Nicolau Moreira, João Clapp, Antônio Prado, Castro Alves, Joaquim Serra, Ângelo Agostini, Sousa Dantas, José Bonifácio o Moço, Cristiano Ottoni, João Alfredo. Foram jornalistas, advogados, escritores, políticos.

O grande líder de todos eles foi Joaquim Nabuco. Quando chega à Câmara dos Deputados é a voz da liberdade, amada como nenhuma outra o foi em nossa história. Nabuco afirma a insuficiência da lei do 28 de setembro, a lei do Ventre Livre – por ela a escrava nascida a 27 de setembro de 1871 poderia ser mãe em 1911 de um dos chamados ingênuos, que ficaria em cativeiro provisório até 1932 – e coloca a Abolição como a questão fundamental do País.

A repercussão da mensagem de Nabuco é universal, corre mundo e, sobretudo, percorre o Brasil. No ano de 1884 a vitória parece próxima. No Ceará, onde os jangadeiros haviam tomado a iniciativa de negar o transporte dos escravos aos navios, faz-se a emancipação no dia 25 de março. A 20 de junho é a vez do Amazonas.

Enquanto isto, os liberais se haviam tornado abolicionistas. O Imperador chama Dantas para formar Ministério. Mas seu programa não satisfaz. No *pedidos* do **Jornal do Comércio**, Gusmão Lobo, como *Clarkson*, Rui Barbosa, como *Grey*, Nabuco como *Garrison*, “os ingleses”, fazem um combate diário. Do outro lado, os “clubes da lavoura” formam-se e preparam-se

para a luta armada. O projeto emancipacionista, apresentado por Dantas, não consegue passar. A Câmara é dissolvida.

Mas as iniciativas do Ceará e do Amazonas dão a partida a atos localizados de libertação. Porto Alegre, Uruguaiana, São Borja, Viamão, Conceição do Arroio, no Rio Grande do Sul; o largo de São Francisco, em São Paulo; o largo de São Francisco e a rua do Teatro, no Rio de Janeiro; a abolição avança município a município, quarteirão a quarteirão.

Chega a lei dos Sexagenários, de Saraiva, que é uma derrota enorme. Nabuco, falando em nome dos abolicionistas decepcionados, adverte que a Monarquia corre risco ao tentar impedir a Abolição: é possível que “um grande ciclone de indignação varra diante de si não só a escravidão, não só o ministério, [...] mas alguma coisa mais...”

Em 1888 desemboca todo o movimento nacional. Os proprietários paulistas, Antônio Prado à frente, tomam a iniciativa de concretizar a emancipação. A 12 de fevereiro de 1888 a cidade de São Paulo alforria seus escravos. A 1º de abril é a vez de a Princesa Isabel libertar Petrópolis. Num incidente com o chefe de polícia da capital, impopular pela repressão, cuja demissão lhe pede a Princesa, Cotegipe encontra o pretexto para deixar o governo. É chamado João Alfredo.

A 3 de maio abre-se a sessão parlamentar. A Regente é recebida com flores. A 7 de maio o ministério apresenta o programa abolicionista. No dia 8 é lido o projeto: “É declarada extinta, desde a data desta lei, a escravidão do Brasil.” Nabuco pede a dispensa de prazos. As galerias explodem.

No dia 13 de Maio, um domingo, o Senado faz uma sessão especial. A Princesa desce de Petrópolis. No Paço, sanciona a lei – que aqui está guardada como símbolo da história do Brasil no Senado, neste livro sobre a mesa está a Lei Áurea. Patrocínio ajoelha-se aos pés da Princesa. Os préstitos enchem a cidade. Machado conta no *Memorial de Aires*: “Ainda bem que acabamos com isto. Era tempo. Embora queimemos todas as leis, decretos e avisos, não poderemos acabar com os atos particulares, escrituras e inventários, nem apagar a instituição da História, ou até da Poesia.”

Sr. Presidente:

Nas primeiras páginas de *O Abolicionismo*, Joaquim Nabuco adverte: “Há [uma causa] maior, a do futuro: a de apagar todos os efeitos de um regime que, há três séculos” – hoje já são quase cinco – “é uma escola de desmoralização e inércia, de servilismo e irresponsabilidade para a casta dos senhores, e que fez do Brasil o Paraguai da escravidão.”

E prossegue:

“Quando mesmo a emancipação total fosse decretada amanhã, a liquidação desse regime daria lugar a uma série infinita de questões, que só poderiam ser resolvidas de acordo com os interesses vitais do país pelo mesmo espírito de justiça e humanidade que dá vida ao abolicionismo. Depois que os últimos escravos houvessem sido arrancados ao poder sinistro que representa para a raça negra a maldição da cor, será ainda preciso debastar, por meio de uma educação viril e séria, a lenta estratificação de trezentos anos de cativo, isto é, de despotismo, superstição e ignorância.”

Até aqui Nabuco. Já no meu Maranhão, em 1838, o negro Cosme, que chamava a si mesmo de o *Imperador das Liberdades Bentevi* e foi o grande líder da Balaiada, tinha a preocupação de “fazer uma escola, uma escola no Quilombo”, porque tinha noção de que não bastava a liberdade. O Quilombo do negro Cosme, com mais de 3.000 negros, era um caminho para a liberdade. Mas o velho Cosme sabia que é preciso libertar-se também pela educação.

Esta mesma preocupação com a educação me fez, depois de estudar com Carlos Moura e outras lideranças dos movimentos negros, acreditar na importância de uma política de cotas. Desde que entrei na política, há mais de 50 anos, tenho apoiado e participado das discussões sobre o problema do resgate da dívida com o negro. Presidente da República, há vinte anos, durante as comemorações do centenário da Abolição, criei a Fundação Palmares, que se destinava e se destina à ascensão da raça negra no nosso País. (Palmas.) Carlos Moura – aqui presente -trabalhou junto comigo na concepção do que seria esta entidade que realmente tem se firmado, a cada dia, como um ponto de referência para resgatar a nossa dívida com os negros do Brasil. Mas tinha então, como tenho, o sentimento da insuficiência de nosso esforço.

Tenho ouvido e lido com atenção todo o debate sobre o erro científico de qualquer medida que leve em consideração a raça. Gostaria que esse debate tivesse impedido a escravidão. Sabemos perfeitamente que não há fundamento biológico ou ético para a divisão racial. Sabemos perfeitamente que é preciso acabar com a divisão da sociedade brasileira. É esse justamente o nosso combate. Mas não há como negar o que aconteceu: uns foram escravos, outros fomos senhores. Uns eram negros, outros eram brancos. O trabalho de resgate não aconteceu, repito, Senhor Presidente, não aconteceu. É preciso fazê-lo.

Estou convencido de que o Brasil é uma democracia racial; e não há dúvida disso. Mas carregamos

enorme carga de preconceito. Se não temos segregação racial, a discriminação racial faz parte de nosso cotidiano, numa forma especialmente insidiosa, a discriminação encoberta, mascarada, escondida, até mesmo inconsciente. A exclusão dos negros e da comunidade negra coincide em grande parte com a dos pobres. Mas, mesmo que superpostas, elas não podem ser confundidas. Os negros, entre os pobres, são os mais pobres; entre os que não conseguem o acesso à educação, a maioria; entre os doentes, os mais graves.

A descrição dessa realidade está nos dados que coloquei na justificativa ao projeto de cotas raciais que apresentei e que o Professor Reitor José Vicente, da Universidade de Zumbi dos Palmares, conhece, porque citados em um artigo que escrevi para a revista da sua escola -; dados que pouco se alteraram nos últimos anos: segundo o doutor Ricardo Henriques, do IPEA, em 1999 os negros representavam 45% da população brasileira, mas 64% dos pobres e 69% dos indigentes. Entre os 10% mais pobres, 70% eram negros; inversamente, entre os 10% mais ricos, 85% eram brancos. Dos 1% mais pobres, 80% eram negros; entre os 1% mais ricos, 99% eram brancos. 8% dos jovens negros entre 15 e 25 anos eram analfabetos, mas somente 3% dos jovens brancos. Eram toneladas de números, todos no mesmo sentido, e cito apenas alguns.

O projeto que apresentei então tinha a virtude de ser muito simples. Em seu único artigo estabelecia uma quota mínima de 20% para a população negra no preenchimento das vagas nos concursos para investidura em cargos e empregos públicos dos três níveis do Governo, nos cursos de graduação em todas as instituições de educação superior do território nacional e nos contratos do Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior.

Chovem mundos sobre a violência que é acabar com o sistema de mérito. A nossa proposta não acabava nem tocava no sistema de mérito. Chovem mundos sobre as garantias constitucionais do caput do Art. 5º, de que todos serão iguais perante a lei e do Art. 206, que garante “a igualdade de condições para o acesso e permanência na escola”. A nossa proposta não os ofendia, ao contrário, procurava torná-los realidade. Trata-se, na frase incontornável de Rui Barbosa, de igualar os desiguais. A ação afirmativa, ou discriminação positiva, é um processo consagrado no Direito brasileiro. Está na Constituição: o artigo 170, inciso IX, dá às empresas de pequeno porte tratamento “favorecido”, o artigo 7º, inciso XX, protege o mercado de trabalho para a mulher, o artigo 227 dá “proteção especial” “à criança e ao adolescente”, e o artigo 37, inciso VIII, prevê a reserva de percentual dos cargos e empregos públicos para as pessoas portadoras de deficiência.

Vamos ao artigo 3º, dos objetivos fundamentais da República: “I – construir uma sociedade livre, justa e solidária; II – garantir o desenvolvimento nacional; III – erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais; IV – promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação”. São esses pontos coerentes, podem esses pontos se realizar ao mesmo tempo? Sim, podem. Mas podem se entendermos que a discriminação que neles é vedada é a que impede o bem de todos, se entendermos que uma discriminação positiva é simplesmente a manifestação de solidariedade e justiça do inciso I.

A Ministra Carmem Lúcia Rocha explica: “Todos os objetivos contidos, especialmente, nos três incisos acima transcritos do artigo 3º, da Lei Fundamental da República, traduzem exatamente mudança para se chegar à igualdade.” E o Ministro Marco Aurélio Melo coloca esse raciocínio como uma questão: “Qual é o fim almejado [...] senão a transformação social, com o objetivo de erradicar a pobreza, que é uma das formas de discriminação, visando-se, acima de tudo, ao bem de todos, e não apenas daqueles nascidos em berços de ouro?” Cito ainda o Ministro Joaquim Barbosa, um dos raros negros a chegar ao Supremo Tribunal Federal, que defende “que as situações desiguais sejam tratadas de maneira dessemelhante, evitando-se assim o aprofundamento e a perpetuação de desigualdades engendradas pela própria sociedade”.

Para fechar esse ponto, lembro que a Convenção Internacional sobre Eliminação de todas as Formas de Discriminação Racial diz: “Não serão consideradas discriminação racial as medidas especiais tomadas com o único objetivo de assegurar o progresso adequado de certos grupos raciais ou étnicos ou de indivíduos que necessitem da proteção que possa ser necessária para proporcionar a tais grupos ou indivíduos igual gozo ou exercício de direitos humanos e liberdades fundamentais.”

Sei que há um certo ceticismo sobre a eficácia das medidas. Mas, no caso dos Estados Unidos, nos quase quarenta anos que durou o sistema de quotas o número de negros entre os cidadãos de classe média passou de 1 para cada 15 a 1 para cada 3. (Palmas.) Sem dúvida os americanos têm muito o que avançar para chegar à igualdade entre os cidadãos postulada por Jefferson – que, como sabem, foi senhor de escravos. Entretanto os cidadãos negros exercem hoje um papel muito mais ativo no seio da sociedade norte-americana, e é muito possível que um negro seja eleito, no fim deste ano, Presidente da República.

Vejam a dramaticidade de nosso problema: só há poucos anos o Brasil tem um general negro. No nosso

Parlamento são poucos os sucessores de Montezuma, de Sales Torres Homem. No STF está solitário o Ministro Joaquim Barbosa. No Executivo, contamos nos dedos os ministros, e nenhum dos que chegamos à Presidência da República tínhamos mais que uns traços de África no DNA.

Mas a questão dos descendentes de escravo no Brasil deve ser encarada com objetividade. O grave problema é o atraso social, a promoção humana que ficou estagnada, dando aos negros uma posição de marginalidade dentro de nossa sociedade. Os números não representam abstrações. Eles significam realidades intoleráveis: a perpetuação da fome, da miséria, da ignorância, da marginalização social. O maior número de negros entre os mais pobres, os menos educados, os mais desempregados não acontece só porque descendam de pobres, de pouco educados, de desempregados: acontece principalmente porque são negros.

Senhor Presidente, são esses o sentimento, a expressão maior da minha alma, a ligação permanente que tenho com o que significa a raça negra para o Brasil. Nossa literatura passa quase que sem grandes referências negras. São poucas as heroínas negras da Literatura brasileira: Jorge Amado tem Teresa Batista Cansada de Guerra, e eu escrevi uma novela chamada Saraminda, cuja heroína é uma negra. (Palmas.)

Também, para resgatar a memória histórica, tombei a Serra da Barriga, considerei patrimônio nacional aquele lugar sagrado. E na Lei da Fundação Palmares lá está, no art. 2º, o respeito pelas terras dos quilombolas, depois consagrado na Constituição, para assegurar àquelas antigas populações e seus descendentes a propriedade de suas terras.

Nas Nações Unidas, também como Presidente da República, tive a oportunidade de proclamar que éramos um país mestiço e que nos orgulhávamos de ser o segundo país negro do mundo. Naquele tempo também recordei que, em 1961, estava nas Nações Unidas e fui uma das primeiras vozes a se levantar contra o *apartheid* na África do Sul, tanto me revoltava o que lá acontecia. E, como presidente, rompi relações culturais, políticas e esportivas com a África do Sul enquanto lá existisse o *apartheid*. (Palmas.)

Senhor Presidente,

Volto à comemoração de hoje. A Abolição é uma obra em aberto. Os 120 anos que completa hoje mostram que pouco, muito pouco, foi feito depois daquela festa inicial. Há muito, há muito o que fazer. Façamos um mea culpa. Nós não realizamos o ideal de igualdade, de justiça social. Nós ainda estamos engatinhando no pagamento de nossa dívida com os descendentes dos escravos. Temos muito o que fazer. Vamos fazê-lo.

Ao estarmos celebrando esta data, estamos também resgatando a lembrança da dívida que ainda temos com a raça negra. É para saudar essa dívida, que estamos aqui falando na abolição, mas falando, sobretudo, nos nossos compromissos com o futuro. Muito obrigado. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Quero registrar a presença, nesta sessão, do Embaixador do Brasil na Áustria, Júlio Cezar Zelnner Gonçalves (Palmas.); dos Conselheiros do Tribunal de Contas do Rio Grande do Norte, à frente o Presidente-Conselheiro Paulo Roberto Chaves Alves e o Conselheiro Tarcísio Costa; e ainda a presença do Presidente da Associação Nacional dos Tribunais de Contas do Brasil, Conselheiro Victor Faccioni, ex-Deputado Federal.

Registro a presença do Procurador José Augusto Peres, que também está entre nós, assim como presença do Sr. Primeiro-Ministro da Áustria, Dr. Alfred Gusenbauer.

Cumprimento os Embaixadores representantes do Corpo Diplomático e demais representantes que aqui estão, bem como os autores que subscreveram a solicitação para esta sessão solene: Senador Cristovam Buarque e Senador Paulo Paim. Cumprimento o Magnífico Reitor da Unipalmares José Vicente e o grande ator Milton Gonçalves.

Digo, como disse o Presidente José Sarney no final de seu pronunciamento, que estamos reunidos hoje não apenas para celebrar a passagem dos 120 anos da Lei Áurea, mas também porque temos a obrigação premente, Sr^{as} e Srs. Senadores, Sr^{as} e Srs. Deputados Federais, de, neste momento simbólico, fazer uma detida reflexão sobre a chaga histórica da escravidão em nosso País e seus reflexos na construção de nossa sociedade.

Nos últimos 120 anos, nossos irmãos negros alforriaram-se, mas as condições práticas de exercício amplo da cidadania nem sempre lhes foram garantidas.

Deram-lhes, Sr^{as} e Srs. Senadores, uma liberdade formal, abstrata, mas negaram-lhes, por muitas vezes, uma inserção efetiva e digna no seio de nossa sociedade.

Não há dúvidas de que temos o dever, indelegável e urgente, de promover a igualdade racial em nosso País.

Este Parlamento, do alto de sua condição representativa e legisladora, não pode se eximir do seu papel absolutamente central e decisivo no processo de afirmação e inserção definitiva da comunidade negra brasileira.

Temos de dar continuidade, minhas senhoras e meus senhores, ao processo da abolição, deixando-o numa situação definitiva, conclusa e absolutamente irreversível.

Desde que o Senador João Alfredo Corrêa Oliveira, na chefia do Gabinete Ministerial, notabilizou-se por ser o responsável pela promulgação da Lei assinada pela Princesa Isabel, o Parlamento brasileiro afirmou-se como o lugar preferencial de discussão e proposição legislativa para a proteção aos direitos dos ex-escravos.

Aliás, figura central no processo de abolição da escravatura, a Princesa Isabel merece nossas homenagens por sua decisão segura e histórica. Fez a história que hoje celebramos, e é também para ela, como membro de uma minoria, as mulheres, e como primeira Senadora do Brasil, que dedicamos a liberdade e a possibilidade de igualdade que há 120 anos foi possibilitada aos escravos brasileiros – eu olhei para a Senadora Rosalba Ciarlini porque ela foi a primeira Senadora do Rio Grande do Norte.

Ao falar da Princesa Isabel, devo lembrar sua origem austríaca, Sr. Primeiro-Ministro. Ela é neta da arquiduquesa Dona Leopoldina da Áustria e, portanto, uma legítima Habsburgo.

E em homenagem ao Chanceler da Áustria, Alfred Gusenbauer, que nos deixa lisonjeados com a sua presença, agradeço à Áustria por essa importante contribuição, por esse legado que ela nos deixou, sobretudo para a abolição da escravatura.

Desde que ingressei no Senado Federal, Sr^{as} e Srs. Senadores, pude testemunhar e participar de inúmeros debates sobre o tema da igualdade racial.

Agora, na qualidade de seu Presidente, a despeito do pouco tempo de meu mandato, comprometo-me a ser um incansável e obstinado defensor da ampliação e consecução dessa causa que compartilho com todo o povo brasileiro.

Atualmente a nossa luta e, sobretudo, a luta do Senador Paulo Paim, esse Senador sempre combativo em defesa das minorias, tem como objetivo a aprovação definitiva do Estatuto da Igualdade Racial, aprovado por unanimidade no Senado federal e ora em tramitação na Câmara dos Deputados.

Não tenham dúvidas os senhores e as senhoras de que o pleno funcionamento do Estatuto vai significar um marco na luta pela igualdade racial no Brasil.

Em verdade, os preceitos por ele abrangidos não se esgotam na letra fria da lei.

O arcabouço jurídico apresentado pelo Estatuto, meus senhores e minhas senhoras, possibilitará a construção de políticas públicas que introduzam a questão da paridade racial não de forma solta e conflituosa, mas com mecanismos democráticos e

inclusivos que explicitem e busquem a harmonia social e coletiva no plano nacional.

Ressalto o papel do Estatuto, meus caros Senadores, ressalto como ele já foi amplamente debatido e aprovado neste Senado, ressalto que agora apenas falta a chancela da Câmara dos Deputados.

Daqui desta tribuna, peço aos Deputados e às nobres Deputadas que não poupem esforços para a aprovação célere e tempestiva desse magnânimo projeto. (Palmas.)

Todo o País aguarda, com ansiedade e esperança, a sua plena validação.

Meus senhores e minhas senhoras, é verdade, ninguém pode negar, ninguém pode tapar o sol com a peneira como diz o nosso povo, é verdade que ainda existe racismo no Brasil.

Na vida social, no pequeno cotidiano de nossas existências, o preconceito racial se apresenta de uma maneira sórdida, muitas vezes sob o manto das aparências.

Cabe a nós lutar, permanentemente, contra essa nódoa que insiste em nos humilhar, que insiste em maltratar cidadãos e irmãos brasileiros.

Para que a reflexão sobre a igualdade de raças e para que a importante lembrança sobre os 120 anos de promulgação da Lei Áurea estejam presentes sempre em nossa memória, por isso mesmo, o Senado Federal está promovendo uma série de ações, para as quais gostaria de contar com a presença de todos os senhores. Valho-me aqui, inclusive, de publicação organizada pelo gabinete do Senador Cristovam Buarque – nem pedi licença a S. Ex^a para divulgá-la –, que contém uma série de iniciativas...

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (PDT – DF) – Cento e dez.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PSDB – RN) – Cento e dez iniciativas que estão tramitando ou nesta Casa, ou no Senado Federal, visando, cada vez mais, a fazer com que os negros tenham seu papel reconhecido na sociedade brasileira, para que possamos, então, minhas senhoras e meus senhores convidados, ter o coroamento de tudo isso que está acontecendo hoje, no Senado, após a palavra brilhante do Senador José Sarney, ex-Presidente da República, que teve um papel importantíssimo na consolidação dos direitos da raça negra no Brasil, conforme todos sabemos e conforme S. Ex^a teve oportunidade de relatar com a emoção de homem público que viveu, lutou, enfrentou muitos desafios, mas que teve como um dos maiores deles a luta, justamente para extirpar a discriminação contra o negro no Brasil. (Palmas.)

Para coroar tudo isso, será feita a abertura da exposição fotográfica Fluxo e Refluxo, de Pierre Verger, que poderá ser visitada no Salão Branco do Congresso Nacional até o dia 13 de junho.

Também no final do dia de hoje, na Biblioteca Acadêmico Luiz Viana Filho, será inaugurada a Exposição Abolição no Parlamento Brasileiro e lançada a obra História do Senado do Brasil.

Ao finalizar estas palavras, que depois serão sucedidas pelas palavras do nosso Primeiro-Ministro da Áustria – porque S. Ex^a tem ainda compromissos, inclusive com o Presidente da República; será recebido por Sua Excelência, o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, e, depois, homenageado com um almoço no Itamaraty –, quero agradecer a presença de todos e dizer que a sessão vai prosseguir. Vamos ouvir aqui a palavra dos autores, dos subscritores desse Requerimento: Senador Cristovam Buarque, Senador Paulo Paim, Senador Aloizio Mercadante e todos aqueles que vão expressar sua emoção, seu entusiasmo e seu compromisso com a luta pela raça negra e sua presença extraordinária na vida do nosso País.

Ditas essas palavras, tenho a honra de conceder a palavra, neste instante, pedindo a compreensão dos outros oradores, em face dos compromissos do Sr. Primeiro-Ministro da Áustria, tenho a honra de conceder a palavra, neste exato instante, ao Primeiro-Ministro Chanceler Federal Dr. Alfred Gusenbauer.

Com a palavra S. Ex^a. (Palmas.)

SEGUE NA ÍNTEGRA, TRADUÇÃO DO PRONUNCIAMENTO DO SR. PRIMEIRO-MINISTRO CHANCELER FEDERAL DA ÁUSTRIA, ALFRED GUSENBAUER,

O SR. PRIMEIRO-MINISTRO ALFRED GUSENBAUER – Obrigado pela cordial saudação e pelo convite para falar no plenário do Senado.

Primeira visita de um Chefe de Estado austríaco ao Brasil.

Alegra-me o fato de que as boas relações, cada vez mais intensas, entre a Áustria e o Brasil também envolvam o Congresso Brasileiro e o Parlamento Austríaco.

As relações entre a Áustria e o Brasil alcançaram hoje um patamar inédito, tanto no campo político quanto no econômico, cultural e interpessoal.

Essas estreitas relações encontram expressão também na criação de grupos parlamentares de amizade em ambos os lados. O presidente do grupo de amizade no Parlamento austríaco, Deputado Dr. Andreas Schieder, encontra-se presente.

Aguardo com grande expectativa o encontro que terei com S. Ex^a o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, logo após a minha visita ao Senado.

Fico particularmente satisfeito em poder visitar o Congresso neste dia histórico, no qual há 120 anos foi promulgada esta lei tão importante para o Brasil e o seu povo.

Em especial porque a “Lei Áurea” foi assinada por uma brasileira de ascendência austríaca, a Princesa Isabel, neta de Dona Leopoldina de Habsburgo, a primeira imperatriz brasileira.

Desse modo, duas mulheres de origem austríaca – Dona Leopoldina e Dona Isabel – puderam dar uma contribuição decisiva para a história do Brasil.

Hoje é particularmente importante que nossos países empreendam grandes esforços em prol da dignidade humana, na luta contra injustiças, contra o racismo e a intolerância.

Tanto o Brasil quanto a Áustria estabeleceram como meta dar sua contribuição para que as desigualdades sociais entre grupos populacionais e entre nações sejam erradicadas.

Para concluir, expressei minha convicção de que esta nossa visita ao Congresso contribuirá para intensificar a realização de visitas mútuas e a colaboração em nível parlamentar.

Gostaria ainda de acrescentar que uma viagem à Áustria sempre vale a pena. Para os amantes do futebol em especial no mês que vem, quando, junto com a nossa vizinha Suíça, seremos anfitriões do campeonato europeu de futebol de 2008.

Com a “Lei Áurea” foram lançados os fundamentos de um Brasil moderno. Foi um outro austríaco, o famoso escritor judeu Stefan Zweig, que, em seu exílio no Brasil, previu um futuro brilhante para este país. Minha visita ao Brasil convence-me de que o futuro do vosso país já começou. Um bom futuro. Um futuro no qual poderemos realizar muitas coisas juntos.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Quero, nesse instante, agradecer mais uma vez, a presença do Primeiro-Ministro da Áustria, e reafirmar os nossos propósitos de colaboração deste Parlamento com as instituições legislativas...

Recebi, aqui, uma advertência em boa hora. Eu estava, ao mesmo tempo, lidando com duas línguas.

Quero pedir licença ao Sr. Primeiro-Ministro porque tenho de, inclusive, dar início a outra reunião que será realizada neste Senado e que tem como escopo a luta contra a violência, solenidade essa que será realizada sob os auspícios do Poder Legislativo e do Ministério Público, estando aqui presentes vários Procuradores.

V. Ex^a receba os meus cumprimentos e as minhas desculpas por não poder acompanhá-lo, mas vou designar uma comissão, neste instante, composta pela Senadora Rosalba Ciarlini e pelo Senador Mozarildo Cavalcanti, para acompanhar V. Ex^a até a saída do nosso prédio.

Agradeço a todos os integrantes da comitiva e ao Sr. Embaixador.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Solicito ao Senador Cristovam Buarque que dê continuidade aos trabalhos desta sessão, tendo em vista que eu vou ter de cumprimentar, ainda, o nosso Primeiro-Ministro e participar de um seminário sobre corrupção no Brasil – evidentemente, contra a corrupção.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Sr. Presidente, o Senador Cristovam vai falar agora.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Então, como o Senador Cristovam é o próximo orador inscrito, o Senador Paulo Paim vai ter de presidir a sessão.

Paulo Paim, não me crie mais problemas além dos que eu tive aqui.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Senador Garibaldi, permita-me, sem quebrar o protocolo, dizer que estão presentes o Frei David e o Carlos Moura. Frei David e Carlos Moura querem entregar-lhe um documento, antes que V. Ex^a saia, o qual será encaminhado, hoje à tarde, ao Presidente do Supremo Tribunal Federal. Em seguida, eu assumo, então, a Presidência, conforme fui convidado por V. Ex^a.

Por favor, Frei David e Secretário-Geral da CNBB, Carlos Moura, para entregar o documento que vai ser encaminhado, hoje à tarde, também ao Supremo Tribunal Federal.

O Sr. Garibaldi Alves Filho, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Paulo Paim.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Convido o Secretário-Geral da CNBB, Carlos Moura, assim como o Frei David, que é o coordenador do Educafro e tem levado essa luta das cotas e do Estatuto por todo o País, a sentarem-se à mesa conosco.

De imediato, concedo a palavra ao Senador Cristovam Buarque.

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB – AC) – Senador Paim, por gentileza, peço minha inscrição para falar nesta sessão especial.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Será assegurada a V. Ex^a a palavra.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (PDT – DF. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente da Mesa, Senador Paulo Paim, Sr. Presidente do Senado, Senador Garibaldi Alves Filho, Srs. Embaixadores, muito especialmente os Embaixadores de países africanos, os quais eu cumprimento, Sr^{as} e Srs. Senadores, e quero fazer uma referência especial ao Senador Mozarildo Cavalcanti, pelo papel que a Maçonaria brasileira, entidade à qual ele pertence, teve na libertação dos escravos – um cumprimento especial a todos aqueles daquele tempo –, Sr^{as} e Srs.

Deputados, meu caro Reitor e amigo José Vicente e, muito especialmente, Carlos Moura, não apenas por ele próprio, por sua luta, mas pelos 20 anos, que hoje comemoramos, da Fundação Palmares, a escravidão durou, no Brasil, 150 mil dias aproximadamente. Durante 150 mil dias, ao longo desse período, dez milhões de africanos, alguns vindos da África, outros nascidos aqui, sofreram a mais brutal forma de tratamento possível, que foi a escravidão nos moldes como vivenciada na América, uma escravidão ainda pior do que a escravidão vivida em tempo anterior, no período medieval, a escravidão chamada doméstica.

Hoje faz 43.830 dias que nós fizemos a abolição da escravatura, do regime escravocrata. Portanto, para 150 mil dias de escravidão, nós temos 43 mil de liberdade. É ainda um tempo muito curto da história deste País. A história ainda é muito mais, quase quatro vezes mais, identificada com a escravidão do que com a abolição. E essa abolição foi um luta muito longa de escravos e de não-escravos para conseguir, um dia, que o que hoje parece óbvio fosse realizado, porque nada de óbvio havia nas classes dirigentes deste País em relação à abolição, tanto que a própria palavra só surge no vocabulário político, por uma pequena minoria, já nos anos 1850. Até aí era tudo camuflado, como ainda hoje camuflado é o racismo.

No dia 03 de maio, quando a Princesa Isabel fez a abertura dos trabalhos do Parlamento de 1888 – e pela primeira vez a Coroa fala explicitamente da necessidade de resolver o problema –, a palavra “abolição” não foi usada nem a palavra “escravidão”. Dizia-se “o sistema servil”; “o elemento servil”. Não se dizia escravidão; não se dizia abolição, tal como hoje se tenta esconder o racismo não falando esta palavra; tal como até hoje se tenta esconder o racismo não falando a palavra “negro”, com toda a beleza que esta representa.

De qualquer maneira, naquele 03 de maio, a Princesa Isabel abriu a porta para que o Parlamento – onde os Senadores eram vitalícios, nomeados; onde os Deputados eram eleitos por formas esdrúxulas – começasse a discutir seriamente a idéia do fim do sistema escravocrata.

Do dia 3 de maio ao dia 7 do mesmo mês, a lei foi elaborada pelo governo. Lembrem-se de que o governo de então era do Partido Conservador, o Partido que, ao longo da história, havia defendido a escravidão. E, no dia 7, a lei entrou no Parlamento pela Câmara dos Deputados.

E aí surge forte, vigorosa, a figura de Joaquim Nabuco, que já vinha lutando, desde a sua juventude, pela abolição, mas que aqui, no Parlamento, teve a competência, inclusive regimental, de evitar que se conseguisse postergar, protelar, adiar o projeto que vinha do governo. Queriam adiar por anos e anos, como hoje,

aqui, nós temos, pelo menos, 110 projetos de lei, que visam a completar a abolição, que estão sendo adiados há anos. Através de truques, jogadas, manipulações regimentais, consegue-se jogar para adiante, adiante, adiante e adiante, a forma de tentar completar a abolição. Mesmo assim, Joaquim Nabuco e outros conseguiram, entre o dia 7 e o dia 12, fazer todo o processo, que hoje nós tomamos anos e anos. Em cinco dias, o projeto, daqui de dentro, chega à Princesa Isabel.

Tive o cuidado, desde o ano passado, quando fizemos aqui uma solenidade, de ir ver as Atas dos debates que aqui ocorreram naquele período. A partir daí, preparei um pequeno folheto, em que confronto os discursos de Joaquim Nabuco e de alguns escravocratas e os analiso. E, para minha surpresa, são muito parecidos com os de hoje. Muda o rococó da linguagem; muda a maneira como se fala. Mas, aqui, o que se via é que os que não eram a favor da abolição não tinham coragem de dizer isso. O que é que eles diziam? “Não é hora ainda de fazer a abolição”. “A lavoura não vai continuar funcionando se nós abolirmos a escravidão”. “Queremos abolir a escravidão [eles diziam], mas não ainda. Precisamos nos preparar com mais cuidado para isso”. Alguns chegavam a dizer que “ainda não era tempo de fazer abolição, porque os escravos não estavam preparados para a liberdade”. Há um discurso que diz: “É em nome do humanismo que eu defendo a escravidão, para que os escravos não passem fome nem fiquem ao relento”. E Joaquim Nabuco dizia: “Não temam, porque, livres, encontram o seu caminho. Mas se estão tão preocupados com isso, façamos, junto com a abolição, a reforma agrária e a reforma da instrução pública no Brasil, que nenhum ex-escravo vai precisar de apoio para sobreviver”.

Naquele momento, Joaquim Nabuco era um dos poucos que dizia, com firmeza, que a abolição não estaria completa só com a Lei Áurea. Que era preciso, sim, completá-la, colocando todas as crianças na escola e dando terra a todos os trabalhadores. É dele, sobretudo, a explicitação de que aquela causa não pertencia a um partido. Ler os discursos de Joaquim Nabuco, que estão aqui, é de dar orgulho ao ver um homem dizer: “Eu e o meu Partido passamos a história lutando pela abolição e perdemos a chance. Agora vai ser o Partido Conservador que vai levar isso para a realidade”.

Mais que isso: o chefe de governo, João Alfredo, era seu inimigo político em Pernambuco, havia manipulado a eleição de 1884 para que ele perdesse. E, mesmo assim, ele teve a firmeza de dizer: “Não importa quem vai assinar a lei, não importa o partido no poder. O que importa é acabar a vergonha da escravidão”. E ele dizia, com toda a clareza: “Meu Partido, os Liberais, perdeu a chance de fazer o que a história queria”.

Creio que isso lembra muitos de nós, hoje, quando não tomamos certas medidas que poderiam ajudar a, mais rapidamente, completar a abolição, de que são prova esses 110 projetos de lei que circulam no Congresso, de partidos diferentes, na Câmara e no Senado, e que a gente deixa que se adie por tanto tempo.

A abolição foi feita. E o Presidente Sarney tem razão ao dizer que talvez tenha sido o mais importante gesto ou, eu até diria, o único gesto realmente próximo de revolucionário na História do Brasil. De lá para cá, só acomodamentos.

Mesmo assim, foi uma abolição incompleta; absolutamente incompleta; totalmente insuficiente. E a prova é a situação hoje em que vivem os negros brasileiros. Alguns dizem: “Não é por serem negros, é por serem pobres”. Mas são negros e vivem na pobreza. E o fato de que a pobreza, no Brasil, tem a cor negra é uma das provas de que a abolição não foi completada. O que a gente pode dizer é que colocamos muitos brancos vivendo em situações iguais às que viviam os negros de antes da abolição. Mas não foi completada a abolição.

Precisamos fazer com que mude o discurso, que diz: “Hoje, queremos educar todas as crianças, mas ainda não há dinheiro. Queremos que os negros entrem nas universidades, mas não pelas cotas. Queremos, sim, que professor ganhe muito bem, mas ainda não é tempo”. Ou também aqueles que dizem: “Nos queremos que os professores ganhem bem, trabalhem bem”; e os professores dizem: “Mas trabalhar bem, não”.

Nós precisamos completar a abolição. Completar a abolição é fazer com que não haja mais filas nos hospitais deste País. Completar a abolição é fazer com que não haja desemprego, e, se houver algum, que a pessoa não passe fome por causa do desemprego. Completar a abolição é a gente conseguir que todos tenham direito a um endereço, a um lugar onde morar, a um pequeno pedaço da terra, dos 8,5 milhões de quilômetros quadrados que tem este País; e que, nesse lugar, a pessoa receba o apoio necessário para que esse endereço seja transformado em uma moradia: com água potável, esgoto e coleta de lixo. Completar a abolição hoje é a gente conseguir que a Amazônia seja permanentemente conservada e sirva às gerações futuras. Senão fizermos isso, não estaremos completando a abolição. Completar a abolição é oferecer cultura a todos, tanto para que se pratique como para que se usufrua dela. Completar a abolição é acabar com a violência, que cai, sobretudo, sobre os negros pobres das periferias das cidades, onde se pode dizer que, hoje, sofrem tiros no lugar das chicotadas dos pelourinhos de antigamente. Completar a abolição é garantir os direitos dos nossos índios, obviamente respeitando a nacionalidade brasileira.

Porém, sem respeitar os direitos dos índios, vamos precisar de nova Princesa Isabel para fazer outra lei, a lei de proteção. Completar a abolição é garantir que qualquer criança brasileira, ao nascer, não importa a raça, a cidade onde nasce, a renda de seus pais, terá chance igual à de todos. Nenhuma criança ter menos chance que outra é completar a abolição. Completar a abolição também, no mundo de hoje, é não ficarmos alheios aos problemas do resto do mundo. No mundo global de hoje, completar a abolição é olhar para a África e saber em que podemos ajudar para que os povos africanos melhorem sua condição de vida. E, sobretudo, completar a abolição é fazer com que a escola dos filhos da senzala seja a mesma escola dos filhos da casa grande, traduzindo para hoje, que a escola do filho da senzala seja a mesma escola do filho do condomínio, que a escola do filho do trabalhador seja a mesma escola do filho do patrão.

Por incrível que pareça, nesses últimos tempos em que circulo o Brasil dizendo isso, estou absolutamente convencido de que encontro tanto descrédito como encontravam os que defendiam a abolição naquele tempo. As pessoas não achavam possível um Brasil sem escravidão. As pessoas, Deputado Pedro, não acreditam que é possível escola igual para pobre e para rico. Façamos uma pequena reflexão e veremos que muitos de nós não acreditamos nisso, e até imaginamos que é uma frase de efeito, uma demagogia. Claro que não é possível hoje, mas é possível e necessário começar já, e saber que leva 10, 15, 20 anos, como levou quase 12 anos para fazer Itaipu, como leva anos para construir uma fábrica, uma casa. A construção da escola igual para todos vai levar anos, mas não pode ser adiada nem um dia. (Palmas.)

O nome da abolição hoje é escola igual para todos. Naquele tempo, era preciso libertar os braços; agora, é preciso libertar os cérebros, mas os cérebros são libertados pela educação: a educação em casa, a educação na mídia, a educação na rua e, sobretudo, a educação na escola. Hoje, completar a abolição significa pagar bem, e muito bem, aos nossos professores e exigir bem, e muito bem, dedicação e formação dos professores. Isso é completar a abolição. Completar a abolição, hoje, é garantir que, enquanto a escola não é igual para todos, os negros terão cotas para entrar na universidade. Esse é o nome da abolição hoje. (Palmas.)

O Senador Paulo Paim e eu – creio que posso me adiantar porque foi algo que decidimos há algum tempo – queremos, hoje, coerentes com a idéia de que é preciso completar a abolição, propor ao Senado que, de hoje até o dia 13 de maio de 2009, tenhamos um ano inteiro para refletir sobre como completar a abolição. (Palmas.)

Um ano de reflexões, intelectuais, sim, para entender como se faz, mas, sobretudo, um ano de ações políticas para conseguir com que leis como as que estão aqui sejam aprovadas, com que leis outras que não entraram aqui sejam aprovadas, com que leis que ainda não foram preparadas sejam elaboradas.

Por isso, Senador Paulo Paim, concluo dizendo que hoje comemoramos 43.830 dias da abolição, mas hoje ainda é o ponto de partido para um Brasil sem escravidão de nenhuma forma, sem racismo de nenhuma forma. Hoje é o ponto de partida da nossa luta para completar aquilo que nossos antepassados, nesta Casa, não conseguiram.

Um abraço para cada um e para cada uma. Não peço que saiam daqui comemorando os 120 anos, mas que saiam daqui pensando como faremos para enfrentar o desafio de, daqui para frente, completarmos a abolição. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Esta Presidência, antes de chamar a Senadora Rosalba Ciarlini, a próxima oradora inscrita, registra rapidamente, Senador Cristovam Buarque, que os Senadores Heráclito Fortes, Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado Federal; José Nery, do PSOL, Presidente da Subcomissão do Trabalho Escravo; Marconi Perillo, Presidente da Comissão de Serviços de Infra-Estrutura; e João Pedro estão em missão oficial, neste momento, percorrendo seis países da África. Assim, S. Ex^{as} pediram que eu registrasse a sua não-presença justificada e, ao mesmo tempo, o seu compromisso, por telefone, de lá, nos países africanos, onde visitarão as respectivas casas legislativas, pedirem a aprovação de moções de apoio à política de cotas, bem como o seu apelo para que o Supremo mantenha a posição firme de apoio à política de cotas e que o Senado e a Câmara a aprovem. (Palmas.)

Está aqui o manifesto, na mesma linha, que vou encaminhar ao Supremo.

Não poderia também deixar de registrar a mensagem do companheiro Abdias Nascimento, que é um ícone para todos nós que lutamos pela causa da comunidade negra. Mas, antes de ler a mensagem, convido a poetisa Elisa Lucinda, que no encerramento declamará uma bela poesia para todos, para fazer parte da Mesa. (Palmas.)

Senador Cristovam Buarque, permita que eu faça uma leitura rápida da mensagem do ex-Senador Abdias Nascimento e sua esposa:

Senhores Senadores Paulo Paim e Cristovam Buarque, bom dia.

Impossibilitados de estarmos aí com vocês na sessão especial sobre os 120 anos da Abolição, eu e meu marido, Abdias Nascimen-

to, queremos comunicar ao plenário reunido, a todos os participantes e em especial aos senadores proponentes da sessão, a nossa plena solidariedade e a nossa presença inabalável de espírito.

No dia em que será apresentado ao Supremo Tribunal Federal o Manifesto à Nação em defesa das políticas de inclusão, assinado até o momento por 644 pessoas entre intelectuais, artistas, entidades da sociedade civil e diversos nomes destacados da nação brasileira, esta sessão no Senado vem engrandecer a luta pela efetiva abolição da escravatura a que Abdias Nascimento dedicou sua vida, inclusive seu mandato no Senado Federal.

Estendemos, então, nossa saudação fraterna aos bravos senadores e a todos os integrantes do movimento negro, que protagonizaram essa luta, e igualmente a todos aqueles que o apoiaram, de uma ou de outra maneira, ao longo desses 120 anos [essa bela caminhada do povo negro].

O movimento social afro-brasileiro vem definindo o 13 de maio como dia de reflexão sobre o verdadeiro significado das transformações que a proposta abolicionista no Brasil pretendeu e daquelas que efetivamente conseguiu e não conseguiu alcançar.

A figura de Zumbi dos Palmares nos lembra, sempre, que o protagonista dessa abolição é o povo negro deste País, que nunca deixou de lutar por um Brasil de justiça e de igualdade.

Nossos abraços e muito Axé!
Abdias Nascimento (Palmas.)
Grande Abdias Nascimento!

Neste momento, passo a palavra à Senadora Rosalba Ciarlini. (Pausa.)

S. Ex^a não se encontra presente.

De imediato, passo a palavra ao Senador Mozarildo Cavalcanti, pela Liderança do PTB.

Neste momento, passo a Presidência ao primeiro signatário do requerimento de realização desta Sessão Solene, o nobre e querido Senador Cristovam Buarque, que me convidou para fazermos esta série de manifestações em relação aos 120 anos, tanto na Comissão de Direitos Humanos como na Comissão de Educação.

Uma salva de palmas a S. Ex^a. (Palmas.)

O Sr. Paulo Paim, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Cristovam Buarque.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. PDT – DF) – Com a palavra o Senador Mozarildo Cavalcanti.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PTB – RR. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Exm^o Sr. Presidente desta sessão, Senador Cristovam Buarque, que muito honra esta sessão ao presidi-la; Senador Paulo Paim, que é um símbolo dessa luta, e o foi não apenas na Câmara dos Deputados como é aqui no Senado Federal; Reitor José Vicente, em nome de quem cumprimento os demais componentes da Mesa; Sr^{as} e Srs. Senadores; Sr^{as} e Srs. Deputados; senhoras e senhores; dirijo-me também a todo o povo brasileiro, que nos assiste por meio da TV Senado e nos ouve pela Rádio Senado, especialmente aos negros e às negras do Brasil: quero dizer que me emocionei, no início da fala do Senador Cristovam, quando S. Ex^a fez menção ao papel histórico que teve a Maçonaria na libertação dos escravos no Brasil, em todo o processo da abolição. Tenho realmente uma honra muito grande, por esse viés, de participar e lutar pelos direitos dos negros no Brasil. Como ficou claro nos discursos dos que me antecederam, muito ainda há por fazer, mas pior seria se não tivéssemos feito nada até aqui.

Também quero dizer que, embora com a pele clara, minha bisavó paterna era negra total – se é que se pode dizer “negro total” ou “não-total” –; portanto, esse meu cabelo um pouco encaracolado tem a ver com essa descendência, da qual muito me orgulho.

Neste dia 13 de maio, há 120 anos, a Princesa-Regente, Dona Isabel – coincidentemente, portanto, uma mulher – assinou, no lugar de seu pai, o Imperador D. Pedro II, a Lei nº 3.353, a Lei Áurea, a lei que deu a libertação aos escravos no Brasil, a lei que aboliu o trabalho escravo em nosso País. Uma lei extremamente simples, Sr. Presidente, como simples, aliás, deveriam ser todos os diplomas legais.

São apenas dois artigos.

Art. 1^o É declarada extinta desde a data desta lei a escravidão no Brasil;

Art. 2^o Revogam-se as disposições em contrário.

Quero aqui fazer, fora do contexto do que está escrito, uma observação. Se podemos exaltá-la por ser simples demais, temos de lamentar, porque ela deveria ter outros artigos, para dizer como iam ficar os negros depois de libertos. O que fazer com os setecentos e poucos mil negros que, a partir dali, estavam coercitivamente libertados? Nada foi previsto na lei, não havia um plano, não havia nada. Não havia obrigação, portanto, nem da parte do Estado, nem da parte dos ex-senhores ou da sociedade civil, para com os milhares de negros que, a partir daquele momento,

estavam libertados. Libertados, como disse o Senador Cristovam Buarque, os braços, mas presos totalmente quanto a como viver dali para frente. Sequer tinham – nessa lei isso não estava previsto –, por exemplo, um palmo de terra para exercerem a agricultura, na qual a maioria deles era experto.

É claro que muitas análises e considerações podem ser feitas a respeito da Lei Áurea. E algumas dessas análises e considerações, possivelmente, cuidariam de diminuir sua relevância. Pode-se alegar, por exemplo, que ela nada mais representou que o coroamento de um processo. Um processo que já vinha bastante maduro, iniciado, na verdade, ainda em 1808, quando o Reino Unido declarou ilegal o tráfico de escravos. Ora, o Reino Unido se notabilizou no mundo, exatamente por fazer o tráfico de escravos. Mas, em 1808, houve essa decisão do Reino Unido de combater, de forma muito forte, o tráfico de escravos.

Com isso, teve início esse processo aqui no Brasil, pelo menos. Um processo que teve continuidade, em nosso território, com uma série de eventos: a Lei Eusébio de Queirós, de 1850, por meio da qual o Brasil também declarava, como Nação soberana, a ilegalidade do tráfico; a volta ao País de milhares de escravos libertados, para combater na Guerra do Paraguai, entre 1864 e 1870; a Lei do Ventre Livre, promulgada pelo Visconde do Rio Branco, em 1871, que fez livres os filhos de escravos nascidos a partir daquele momento; e a Lei dos Sexagenários, de 1885, a Lei Saraiva-Cotegipe, que beneficiou os negros com mais de 65 anos.

E quero fazer outro comentário. Nessa edição do **Jornal do Senado**, que é comemorativa, diz-se que apenas dois Senadores, naquela sessão, puseram-se contrários à Lei Áurea, e um deles foi o Barão de Cotegipe. Mas por quê? Porque ele justamente questionou isso: que se estava libertando os escravos, mas não se estava dizendo nada na lei a respeito de como eles iam ficar; que não se estava dizendo sequer que direito ia ter o escravo liberto a partir daquele momento.

A inspirar tantas conquistas, a pregação abolicionista, que se tornou ainda mais forte a partir da década de 1870, teve entre seus expoentes políticos intelectuais do mais elevado estofado, como Joaquim Nabuco e José do Patrocínio. São figuras dessa estirpe que criam, em 1880, a Sociedade Brasileira contra a Escravidão, o fórum de propagação do pensamento antiescravista.

Sob tal perspectiva, Sr. Presidente, a Lei Áurea seria, então, apenas a consequência natural de um conjunto de fatos que se impunham de forma quase avassaladora, amparados na solidez e na inevitabilidade de um bom ideal.

Não deixa de ser verdade. Mas também é verdade, Sr^{as} e Srs. Senadores e senhores e senhoras que hoje abrilhantam esta sessão, que, naquele 13 de maio de 1888, ainda havia 700 mil escravos em nosso País; 700 mil seres humanos que continuavam a ser submetidos às mais odiosas humilhações; 700 mil seres humanos que ganharam, naquele dia, a condição de cidadãos livres.

Falo em cidadãos livres, e isso nos conduz a outra questão seguidamente levantada, com bastante propriedade: a forma cruel como os escravos foram jogados, de uma hora para outra, no mercado de trabalho.

É evidente que não estavam preparados para enfrentar os desafios da vida em sociedade. E não lhes foram proporcionados os meios para fazer frente à nova situação. Não lhes foi assegurado o acesso à educação, sequer a primária. Não lhes foi oferecida qualquer formação profissional. Não lhes foi garantido algum pequeno pedaço de terra, em que pudessem exercer a função de lavrador, como já disse, a que tantos deles estavam acostumados. Enfim, a abolição da escravatura não se fez acompanhar de qualquer medida de apoio aos recém-libertos.

Pelo contrário, Sr. Presidente! O que se viu, por parte do Estado, foi uma política de incentivo à imigração, principalmente de cidadãos europeus. Quer dizer, ao mesmo tempo em que se libertaram os negros escravos, o Estado brasileiro fez uma campanha intensa de imigração de europeus. E os imigrantes – sem condená-los –, por menos preparados que fossem, é claro que competiam em vantagem com os negros mal saídos da escravidão.

Os resultados desse processo se fazem sentir até hoje. De um lado, houve o chamado “branqueamento” da sociedade brasileira. Se os negros e pardos, na época do movimento abolicionista, representavam mais de 60% da população, logo viram essa participação reduzida a pouco mais de 40%. E somente agora, em 2008, os negros e pardos voltam a representar mais de 50% da população brasileira.

Por outro lado, os negros logo se deram conta de que, mesmo livres, continuavam a ser desiguais. Tinham menos oportunidades, fosse no campo educacional, fosse no campo social, fosse no campo profissional. Seguiam ocupando os níveis inferiores da pirâmide de renda e ali haveriam de ficar por muito tempo.

Os números que demonstram essa situação, Sr^{as} e Srs. Senadores, Sr^{as} e Srs. Deputados e ilustres convidados, são do conhecimento de todos nós. O último Censo, por exemplo, detectou que, 112 anos depois de extinta a escravidão, a taxa de analfabetismo dos negros ainda era mais de duas vezes superior à dos brancos.

De modo, Sr. Presidente, que têm fundamento algumas críticas dirigidas ao nosso processo abolicionista – e V. Ex^a abordou, com muita propriedade, o que se tem por fazer daqui para frente. Primeiro, por ter sido tardio. Segundo, por não ter oferecido aos negros libertos as oportunidades que seriam justas e necessárias.

Mas isso não quer dizer, de jeito algum, que não devamos saudar o 13 de maio com grande entusiasmo. Afinal, “antes tarde do que nunca”. Pior seria se tivéssemos demorado ainda mais para extinguir a chaga da escravidão. E não havia pouca gente que não defendesse a postergação dessa data. Havia muita gente poderosa que defendia essa postergação.

E não demoramos ainda mais, na verdade, por conta de um fator ao qual nossa história, em minha opinião, não dá a devida dimensão.

Refiro-me, senhoras e senhores, ao importantíssimo papel desempenhado pela Maçonaria em todo o processo de abolição da escravatura.

Eu conversava, ainda há pouco, com o ilustre ator Milton Gonçalves, que é maçom, sobre o papel da maçonaria. E aqui está a Senadora Rosalba Ciarlini. Mossoró foi a primeira cidade, no Brasil, a libertar seus escravos. Quem os fez, Senador Cristovam? Os maçons. O Ceará, em seguida. Quem o fez? Os maçons. A maçonaria adotou como lema que, para ingressar na ordem, o maçom não poderia ter escravos; e, se os tivesse, teria que libertá-los. E isso antes da Lei Áurea, muito antes da Lei Áurea. Todos esses vultos que citei aqui foram maçons. E eu me honro muito disso.

Desde o começo, a maçonaria posicionou-se ao lado da razão e do humanismo. Não apenas como uma entidade, mas também pela ação individual dos seus integrantes. Foi, como disse, a exigência: “quer ser maçom? Não pode ter escravos. É maçom? Tem que libertar os escravos”.

Eusébio de Queirós, Ministro da Justiça responsável pela lei que acabou definitivamente com o tráfico negreiro intercontinental, era maçom. O Visconde do Rio Branco, que promulgou a Lei do Ventre Livre, era maçom. Também pertenciam à maçonaria, Sr. Presidente, figuras-chave do movimento abolicionista: Joaquim Nabuco e José do Patrocínio. E era maçom igualmente o Barão de Cotegipe, aquele que, conforme reafirma a edição do *Jornal do Senado*, patrocinou a Lei dos Sexagenários e, entretanto, na hora da votação da Lei Áurea, argumentou contrariamente, posicionando-se contrariamente porque não via, acompanhado na lei, o *day after* para os negros.

Todos eles, e muitos outros maçons que o tempo não me permite citar, foram fundamentais para a libertação dos escravos. De modo que, se hoje podemos comemorar 120 anos da Lei Áurea, seria injusto

se não louvássemos a participação desses notáveis brasileiros no processo que a tornou possível.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, em nosso País – e isso é inegável –, ainda não atingimos, plenamente, os idéias da igualdade racial. Mas os valores da maçonaria, aqueles mesmos que inspiraram a pregação abolicionista – humanismo, democracia, justiça social, liberdade, igualdade, fraternidade, aperfeiçoamento intelectual –, podem e devem continuar a nos inspirar, para que esse objetivo seja alcançado no mais curto espaço de tempo.

Quero, portanto, Sr. Presidente, ao encerrar a minha fala, homenagear todos os negros e negras do Brasil, e dizer que a maçonaria continua, sim, a luta por essa transformação social que ainda precisa ser feita.

Tenha certeza, Senador Paulo Paim, tenha certeza, Senador Cristovam Buarque, que fez essa referência, de que nós trabalhamos, muitas vezes em silêncio demais, outras vezes de maneira discreta, que é confundida como se fosse secreta – e eu sou dos maçons que acho que devemos fazer o contrário. Estamos no século XXI, temos que ser uma sociedade mais aberta. Não temos nada para esconder, nada para esconder. Toda a nossa história, desde o início da nossa instituição, foi sempre a de combater as tiranias, sejam de que ordem fosse, sempre foi a de combater o despotismo, sempre foi a de combater o sectarismo. Portanto, vamos continuar nessa luta, Senador Cristovam, Senador Paim, meu caro Reitor. Podem contar com a maçonaria, porque estaremos de pé e à ordem para cumprir mais essa tarefa.

Muito obrigado. (Palmas.)

O SR PRESIDENTE (Cristovam Buarque. PDT – DF) – Passo a palavra à Senadora Rosalba Ciarlini, que representa neste Senado o Rio Grande do Norte e, em particular, Mossoró, que disputa com Redenção, no Ceará, o título de primeira cidade no País a abolir a escravidão.

É um bom campeonato esse, Senadora!

A SR^a ROSALBA CIARLINI (DEM – RN. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Exm^o Sr. Cristovam Buarque, que preside os trabalhos; Senador Paulo Paim, que subscreveu o requerimento de realização desta sessão solene; Reitor José Vicente, da Universidade dos Palmares; Sr. Carlos Moura, Secretário-Geral da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil; Frei David; Sr^a Elisa Lucinda, que nos encanta com a sua poesia e com a sua arte; Sr^{as} e Srs. Senadores; convidados; minhas senhoras e meus senhores; nenhum povo será forte, nenhuma nação construirá um grande futuro sem reverenciar, recordar e refletir os fatos que marcaram a sua história.

O 13 de maio de 1888, da Princesa Isabel, a Redentora, é o 13 de maio da doação da liberdade. É o 13 de maio da vitória-cidadã de um povo.

Foi o coroamento da luta que pôs fim a mais de 300 anos de escravidão, que rompeu as correntes que aprisionaram em três séculos mais de três milhões e 600 mil negros africanos que, segundo o historiador Afonso Taunay, com menor margem de erro, lá em meados do século XVIII, chegou a superar a população livre. No ano de 1660, eram 74 mil brancos para uma população de 110 mil negros.

Luta de Resistência, iniciada em 1575, quando, na Bahia, foram notícia as primeiras fugas de escravos, que, desde então, se intensificaram, formando os refugiados seus acampamentos, os “quilombos”, dos quais o de Palmares, o mais conhecido, liderado por Zumbi, chegou a abrigar mais de vinte mil fugitivos escravos.

A Lei Áurea foi o coroamento da luta solidária, que teve voz nas maçonarias, nos clubes, nos jornais, nos cafés, chegando às tribunas da Câmara e do Senado e estendendo-se à população.

Foi a maçonaria, Sr. Presidente, que, através da Loja Maçônica 24 de Junho, na minha Mossoró, no meu Rio Grande do Norte, abraçou a causa abolicionista, que o povo defendeu com entusiasmo, formando a Sociedade Libertadora Mossoroense, liderada por Joaquim Bezerra Mendes, e que, em 30 de setembro de 1883 – portanto, quase cinco anos antes da Lei Áurea –, proclamou a abolição da escravatura.

Em um telegrama, Senador Mozarildo, o nosso Senador maçom, em um telegrama ao Imperador afirmou: “Senhor Imperador, Mossoró está livre. Aqui não há mais escravos!”

E, assim, Mossoró se fez a primeira cidade a libertar seus escravos, demonstrando o espírito pioneiro do Rio Grande do Norte. Seu exemplo foi seguido por Açú, em 1885, e pelas cidades de Caraúbas e Triunfo, em 1887, já tendo, em 1884, o movimento abolicionista se expandido pelo Ceará, sendo Redenção a pioneira cidade cearense a abolir a escravatura, e daí seguindo para Brasil afora.

O 30 de setembro de 1883, Dia da Liberdade, é celebrado em nossa cidade como data magna, a data maior.

Aos festejos que ocorrem todos os meses de setembro, foi acrescentado um grande espetáculo teatral ao ar livre: O Auto da Liberdade, o maior do País, envolve um elenco, entre artistas e figurantes, que já chegou a dois mil participantes, participantes de toda a cidade, das escolas, das universidades, das associações, dos conselhos comunitários, da maçonaria e clubes de serviço. Que já foi dirigido por grandes nomes do teatro

brasileiro, como Amir Haddad, Gabriel Vilela, Fernando Bicudo e no norte-rio-grandense João Marcelino.

Iniciado no período que administrei a cidade, o espetáculo continua, a cada ano, revivendo a história para que as novas gerações de hoje e do amanhã jamais se esqueçam de valorizar e defender a liberdade.

A Abolição foi luta da liberdade que motivou o líder abolicionista Joaquim Nabuco, seguido pela grande maioria da Câmara dos Deputados e do Senado, que, em tempo recorde – apenas dois dias, Sr^{as} e Srs. Senadores – votou e aprovou a Lei João Alfredo, conhecida como Lei Áurea.

Luta de liberdade que Castro Alves cantou nos seus versos abolicionistas; que entusiasmou Rui Barbosa e os ilustres negros José do Patrocínio, André Rebouças, Tobias Barreto e Luís Gama (símbolo abolicionista de São Paulo), entre tantos outros.

Sr^{as} e Srs. Senadores, ouviu-se o clamor da Liberdade. Há 120 anos se fez a abolição. E cabe a todos nós jamais deixar calar os seus ecos.

Em 1884, antes da Lei Áurea, já dizia o nobre Joaquim Nabuco: “Acabar com a escravidão não nos basta. É preciso destruir a alma da escravidão!” Portanto, não podemos arrefecer a luta libertária. Hoje, a nossa luta é por novas liberdades.

Liberdade que passa, Sr. Presidente, Senador Cristovam, pelos caminhos da educação, com ensino de qualidade, inclusão social pelo conhecimento, no combate ao analfabetismo, a ignorância que escraviza e nega as oportunidades do grande futuro das nossas crianças de jovens.

Liberdade pelo direito ao trabalho digno. “Liberdade sem o trabalho não pode salvar este País da bancarrota social nem tampouco merece o nome liberdade: é escravidão da miséria”, palavras de Joaquim Nabuco.

Liberdade na luta pelo direito à saúde. Quantos hoje se sentem escravizados ao lhes serem negados o remédio, a consulta, os cuidados à sua saúde, a defesa da vida?

Liberdade da paz no combate à violência e à impunidade.

Liberdade na defesa da ética e moral na política, no trato e zelo das questões públicas.

Liberdade que se constrói na defesa dos direitos da criança, do adolescente, na luta das mulheres por igualdade, no respeito aos da 3ª idade.

Liberdade no combate a qualquer tipo de discriminação e preconceito.

Liberdade que construímos com justiça social, no campo e na cidade.

Liberdade que construímos, não com a consciência branca nem tampouco somente negra, nem tampou-

co parda ou amarela, mas com a consciência igual, de todos, de todas as cores, como é o povo brasileiro.

“Liberdade, liberdade, abre as asas sobre nós, e que a voz da igualdade seja sempre a nossa voz...”. É o refrão do samba-enredo da Imperatriz Leopoldinense, de 1989, a nos recordar sempre o nosso glorioso passado de 13 de maio de 1888, e que seja inspiração constante para o presente e o futuro do nosso Brasil.

Viva a liberdade!

Muito obrigada. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. PDT – DF) – Agradecendo à Senadora Rosalba Ciarlini, passo a palavra ao Senador Paulo Paim, que é um dos representantes da raça negra que orgulha muito este Senado.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Senador Cristovam Buarque, que preside a sessão e companheiro de tantas e tantas jornadas – e esta é uma delas, dos 120 anos da Abolição; Exm^o Sr. Reitor José Vicente, da Universidade Zumbi dos Palmares, permitam-me dizer, rapidamente, que eu não estive lá mas assisti pela tevê, a uma data histórica: 126 negros sendo formados na Universidade Zumbi dos Palmares. Com certeza, o maior evento de toda América Latina, de alunos negros. O Senador Cristovam, muito mais feliz do que eu, eu diria, esteve lá e acompanhou ao lado do Presidente Lula aquele magnífico momento.

Eu tomaria a liberdade, Senador Cristovam, de pedir à Universidade Zumbi dos Palmares e ao seu Reitor uma grande salva de palmas nos 120 anos da Abolição da Escravatura (Palmas.), porque, efetivamente, foi um momento belíssimo!

Quero também, neste momento, dirigir-me ao Frei David. Frei David, V. Revm^a é um ícone para todos nós. Eu diria que tenho dois ícones: Abdias e V. Revm^a, pela militância, pela causa, pela luta. V. Revm^a recentemente teve um problema seriíssimo – permita-me dizer – de coração. Ficou afastado um longo período devido a doença, mas voltou com a mesma garra de um guri, como a gente fala lá no Rio Grande. Voltou com a mesma garra de um moleque, voltou com a mesma garra de um Zumbi, de um filho de Dandara e Zumbi. Por isso, Frei David e vitória no Supremo, uma salva de palmas. (Palmas.) O manifesto que V. Revm^a apresentou aqui ao Presidente sei que vai entregar hoje à tarde.

Carlos Moura, representa aqui a CNBB. Meu amigo Carlos Moura, eu lembro ainda a Assembléia Nacional Constituinte: eu, Deputado na época, Carlos Moura, Caó, Edmilson, Benedita da Silva, ajudamos a escrever aquele capítulo que diz que todo crime de racismo é inafiançável e não prescreve. Em seguida, aprovamos a Lei Caó, da qual tive a alegria de ser o Relator, mas, em seguida, criamos a Fundação Pal-

mares, por obra principalmente de V. S^a. E, hoje, a Fundação Palmares é uma realidade.

Eu estou meio metido a pedir palmas. Eu não posso deixar de pedir palmas para o nosso grande Carlos Moura. E viva a Fundação Palmares! (Palmas.)

Quero, também, me dirigir à poetisa Elisa Lucinda – eu a chamo aqui de poetisa, mas, além de poetisa, você é atriz porque eu sempre a vejo na televisão com um brilhantismo enorme.

Faço uma homenagem, Frei David – uma homenagem de coração mesmo – a todos os artistas, a todos os atores que assinaram o Manifesto para que as cotas e o Estatuto da Igualdade Racial sejam uma realidade.

Eu considero um crime de lesa-pátria, de lesa-humanidade, assinar um Manifesto contra o ProUni! (Palmas.)

Todo o Brasil está nos vendo neste momento. Como é que alguém... Desculpe-me, meu amigo. Eu ouvia tantos discos teus e confesso que não ouço mais. Não adianta. Eu acabo dizendo aquilo que não queria dizer. Desculpe-me, Caetano Veloso. Eu gostava tanto de ouvir as tuas músicas, mas não ouço mais. (Palmas.) Desculpe-me. Desculpe-me, porque assinar um Manifesto contra o ProUni? Só eu sei – na vila, no bairro, lá onde está o nosso povo, a nossa gente, onde está o povo negro – a importância de um ProUni, a possibilidade de os pobres chegarem à universidade.

Estou aqui me cuidando para não falar muito, por isso vou voltar ao meu texto.

Embora doa em muitos, tenho algo a dizer, minha querida Pietá, meu querido Pedro Wilson, eu havia tomado nota disso – estavam aqui conosco também o Relator Antônio Roberto e o Presidente da Comissão, que é o Santana. Está na Câmara dos Deputados o Estatuto da Igualdade Racial. É um estatuto singelo, que não contempla tudo o que gostaríamos, inclusive, muitas das redações ali colocadas vão na linha autorizativa. Trata-se apenas de um passo a mais para que este País tenha, em sua legislação, o que chamamos de políticas afirmativas.

Hoje alguém me perguntava o que eu achava que a Câmara poderia fazer nos 120 anos da abolição. Sugeriria dois gestos. O primeiro deles: está pronto para ser votado um projeto, está na mesa do Presidente – já falei com o Presidente Arlindo Chinaglia, e ele já o colocou em pauta –, já temos tudo pronto para assegurar a anistia definitiva ao grande Almirante negro João Cândido. Como seria bom se a Câmara votasse amanhã ou quarta-feira esse projeto! Nós já votamos aqui há muito tempo o projeto da ex-Senadora e Ministra Marina Silva. Seria muito bom que a Câmara também o aprovasse – sei que o Presidente Arlindo tem essa disposição, já pautou a matéria. Aprová-lo será um gesto belíssimo.

Tenho dito o seguinte aos Deputados – e o faço porque conheço bem o Senado da República –: com alterações ou não, votem o Estatuto antes de novembro. Remetam-no de volta para o Senado da República, que nós votaremos o Estatuto antes de novembro para sancioná-lo com o Presidente no dia 20 de novembro, a data do grande Zumbi dos Palmares.

Só quero que a Câmara vote esse projeto. Com alteração ou sem alteração, o Senado o apreciará em seguida – e estou falando aqui em nome do Senado da República. Se acharem necessário alterá-lo, que o façam – sei que, para alterá-lo, há inúmeras dificuldades na Câmara. Claro que gostaríamos que o texto aqui aprovado fosse o ideal, mas se, como está, eles já não querem votar, calculem se a gente tivesse feito o texto ideal! Isso fica para a reflexão de todos.

O Senador Cristovam sugeriu – ele vai pedir e vou assinar com ele – que todos os pronunciamentos desta sessão sejam publicados em separata. Então, vou deixar aqui a mensagem da CNBB de apoio ao Estatuto, de apoio à política de cotas, mostrando como é importante debatermos os 120 anos da abolição não-conclusa – o manifesto, eu já apresentei.

Queria, rapidamente, dizer para vocês algo sobre esses dados que às vezes eu coloco – alguns me dizem, inclusive em universidades: “Paim, dói tanto isso! Por que tu falas?”. Falo porque tenho de falar. Acho que ninguém tem o direito de negar a nossa história e o que o nosso povo sofreu. E vou dizer de novo: o Brasil, infelizmente, foi a última nação do mundo a abolir a escravidão dos brancos sobre as mulheres e homens negros.

A partir de 1530, o País absorveu cerca de 40% do total de africanos trazidos como escravos para a América. Por isso é que somos a nação mais negra fora da África.

Como sabemos, os filhos do continente africano foram vítimas de séculos e séculos de tráfico negreiro, de escravidão e de maus tratos. Milhões de pessoas foram transportadas como carga nos chamados navios negreiros. Empilhadas, sem conseguir se mover, sem conseguir se alimentar, muitas se jogavam ao mar, sonhavam em voltar nadando à pátria-mãe, em nome da liberdade.

Milhões de pessoas foram retiradas de seus lares, separadas de suas famílias, obrigadas a deixar para trás suas origens, seus costumes, suas crenças. Essas pessoas foram violentadas, torturadas e assassinadas, eram tratadas nos navios como animais.

Quantos negros não foram vítimas do banzo? Alguém me perguntou o que é banzo. É depressão, peleia com greve de fome, suicídio por saudade de sua terra.

Cento e vinte anos depois da abolição, o que vemos hoje? Nossa gente continua a ser morta, nossa gente continua a ser massacrada.

Hoje, a cada dez jovens que são assassinados, oito são negros. Atualmente, o risco de um homem negro morrer por causas externas é 70% maior do que o mesmo risco associado a um homem branco. De um modo em geral, o risco de morte por homicídio é maior na população negra, independentemente do gênero. Cento e vinte anos depois da abolição, a nossa gente continua sofrendo!

O atlas brasileiro não mostra que, apesar do aumento da expectativa de vida dos brasileiros, ainda existe uma grande desigualdade se compararmos essa expectativa entre os negros com aquela que se verifica entre os que não são negros.

De acordo com o último levantamento, uma pessoa negra nascida em 2000 viverá em média 5,3 anos menos que uma pessoa branca. Cento e vinte anos atrás, muitas eram as crianças negras que nasciam mortas ou que não sobreviviam em razão dos maus tratos aplicados à criança e à mãe. Hoje, apesar de a mortalidade infantil ter diminuído de forma considerável, as crianças negras de até um ano de idade apresentam possibilidade 66% maior que as brancas de morrerem antes de um ano de vida, 66%!.

No mundo do trabalho não é diferente. Cento e vinte anos depois da assinatura da Lei Áurea, a grande maioria da nossa gente continua da mesma maneira, ocupando os mesmos postos de trabalho do passado.

Quase não vemos afro-brasileiros em postos considerados de primeiro escalão. Podemos verificar isso no Executivo, no Legislativo, no Judiciário e mesmo na área privada. Pesquisa do Ibope divulgada este fim de semana mostra que apenas 3,5% dos cargos executivos são ocupados por negros; os brancos ocupam 94% – estou me referindo, inclusive, à área privada. Cargos de gerência ocupados por negros são apenas 17%, contra 81% dos cargos ocupados por brancos; cargos de supervisão: 17%, contra 80%.

Com a abolição, os negros precisavam ingressar no mercado de trabalho, mas, sem qualificação, como aqui já foi dito, estavam entre os desempregados ou entre aqueles que emprestavam sua força de trabalho para serviços pesados.

Cento e vinte anos depois, o que mudou?

Os negros são assalariados, mas não têm direito aos mesmos postos e aos mesmos salários daqueles que não são negros. Nem vou dar os dados, mas estudo feito pela Universidade Federal do Rio de Janeiro demonstra que, em média, os negros e negras ganham, como salário, praticamente a metade do que é pago para um homem não-negro. A taxa entre os pobres e negros é 48,99%.

No ano passado, a Fundação Seade divulgou estudo feito em São Paulo que diz o seguinte: um negro tem quatro vezes mais dificuldade que um branco para conseguir um posto de trabalho. Ainda segundo a fundação, o desemprego também é maior entre os negros: 18,1% entre os desempregados, comparados com 13,2%.

Senhores, se olharmos para trás, veremos que a nossa gente, depois de 13 de maio de 1888, alcançou a liberdade, mas não alcançou direitos. Cento e vinte anos após essa data, nossa gente continua, em grande parte, fora dos bancos escolares, fora das universidades.

Em 2001, a taxa de analfabetismo no Brasil era de 12,4%. Desse total, 18,2% foram registrados entre a população negra, 7% entre os não-negros. Em média, os brancos apresentam em torno de sete anos de estudo; os negros, em torno de 4,7 anos.

No acesso ao ensino superior, a situação da população negra ainda é pior. Dados do IPEA indicam que, do total de universitários brasileiros, 97% ainda são brancos, 2% são negros e 1% descendente de orientais – isso ocorre 120 anos depois da abolição.

Há 120 anos, os negros libertos não tiveram direito à terra, ao contrário das políticas adotadas para os imigrantes europeus, que receberam terras e ferramentas. Aos negros era proibido, inclusive, comprar terra, mesmo que tivessem dinheiro. E esta é a pergunta que faço hoje: os senhores que estão assistindo à TV Senado conhecem algum negro fazendeiro? Alguém me disse que a estatística seria, talvez, de menos de 1% – eu chegaria a dizer: quem sabe é meia dúzia de pessoas?!

Isso tem explicação. Quando eu era estudante, lá no interior do meu Rio Grande do Sul, eu notava que nenhum negro tinha grandes terras. Só depois fui perceber por quê: as terras foram passadas de pai para filho, e aos negros não foi dada a oportunidade de terem acesso a ela, nem de comprá-la.

Passaram-se 120 anos. Podemos lembrar aqui dos negros quilombolas. Atualmente, existe no Brasil em torno de 5 mil comunidades quilombolas; dessas, 1.218 estão certificadas, mas sabem quantas têm titularidade definitiva de sua terra? Somente 92. De 5 mil comunidades quilombolas, somente 92 têm título definitivo da terra.

Há 120 anos, os negros foram libertos, mas não tiveram direito à nada, nem sequer à moradia. Cento e vinte anos após, o que vemos? A maioria da nossa gente, na verdade, mora em comunidades carentes e nas favelas. Dados do Ipea indicam que os negros são maioria entre os pobres, e os indigentes chegam a ser 70%. A proporção de negros abaixo da linha da indigência, do total da população do País, é, sem sombra de dúvida, mais do que o dobro daqueles que não são negros.

Há 120 anos, nossas crianças, adultos e idosos eram usados no trabalho pesado. Desde a assinatura da Lei Áurea, nossa gente sempre teve os mais baixos salários. Cento e vinte anos depois, o que mudou? Em 2005, o Dieese mostrou que, em todas as regiões do País, o salário pago aos afro-brasileiros em relação àqueles que não são negros, como eu dizia antes, é em torno de 50%. E onde está comprovado que existe hoje trabalho escravo, pode-se ver que grande parte das crianças são negras.

Meus amigos e minhas amigas, sei – e os senhores vão concordar comigo – que não adianta somente levantar esses dados, ma é importante falarmos do mundo real do povo brasileiro. Há 120 anos, poucos eram os negros reconhecidos pelo seu papel na história do País. Cento e vinte anos depois, isso não mudou. Se questionarmos sobre os heróis negros, vamos citar aqui, talvez, Zumbi dos Palmares, Chica da Silva, mas pouca gente conhece a belíssima história de Chica da Silva e de Zumbi dos Palmares. Se citarmos Aleijadinho, Machado de Assis, Lima Barreto, Chiquinha Gonzaga, Pixinguinha e tantos outros, muitos até dirão: “Eu até os conheço, mas quem sabe se eles são negros?” A história não se refere a isso. As referências para a criança negra praticamente desapareceram.

Eu sempre digo, Senador Cristovam: eu estava de novo lá, voltando no tempo por meio de imagens da memória, como se fosse um filme, no interior da cidade em que nasci, Caxias do Sul. Eu procurava referências para minha caminhada nos livros; procurava referências, minha querida atriz, no cinema, na televisão, e não encontrava.

Há 120 anos, a voz dos nossos ancestrais sempre ressoou como se fosse batida de tambor. Sabemos que a liberdade dos negros teve, na época, um grande cunho econômico. Por isso, os abolicionistas venceram os escravocratas. Porém, 120 anos após a abolição, ainda existem os que pensam como os escravocratas de antigamente. Frei David, hoje, hoje, hoje – e está aqui por escrito – hoje, após 120 anos da abolição, V. Ex^a vai ter de ir ao Supremo Tribunal, vai ter de ir à Suprema Corte pedir para que o Supremo não se manifeste contra o ProUni e contra as cotas.

Tudo isso que li é para mostrar em que País estamos vivendo. Cento e vinte anos depois, um projeto bonito como o ProUni, um projeto de cotas, muitas universidades, sem lei, adotam espontaneamente e democraticamente as medidas, mas 79 universidades poderão ser proibidas de dar acesso aos negros. Então, que liberdade é essa? Que País é este? Por isso, Frei David, eu tinha de falar de tudo isso, voltando 120 anos e lembrando o momento atual.

Quero, aqui, dar um abraço carinhoso – e, se pudesse, eu daria um beijo – em cada um destes: em todos os intelectuais, artistas e militantes que assina-

ram este Manifesto Pró-Cotas, referente ao ProUni. Vou pedir que o Manifesto, que já entregamos ao Presidente Garibaldi, fique nos Anais da Casa, para que, um dia – quem sabe daqui a 100 anos, quando cada um de nós já estiver nas pradarias do Universo –, as pessoas fiquem sabendo quem era a favor e quem era contra o ProUni, a política de cotas, a inclusão do negro no mercado de trabalho e, também, a educação.

Termino, dizendo: é triste, mas, ainda hoje, 120 anos depois, existem aqueles que se mostram contra as políticas afirmativas; pessoas que não têm vergonha – desculpem-me a expressão – de usar seu nome, para pregar, de forma velada e mentirosa, o racismo e o preconceito. Uns agem como os antigos feitores, que eram pagos pelos seus senhores para impedir que os negros tivessem direitos a bens e serviços, como a educação, tão fundamental.

Infelizmente, isso é fruto da história do nosso País. O que vemos? Nós todos ficamos aqui a debater e somos obrigados a admitir o poder da elite conservadora deste País. Eles conseguem manter seu poder, sua vontade há séculos, mas isso, podem crer, não tira nossa força. Ao contrário, faz-nos pensar, cada vez mais, em como fazer o bom debate e enfrentar aqueles conservadores que são iguais aos escravocratas do passado.

Nesse contexto, quero aqui destacar a belíssima cobertura feita pelo Senado da República – eu conversava agora com nosso reitor, que me pedia, inclusive, cópias do jornal. O Senado da República fez um documentário belíssimo, assim como a rádio, chamado: *A chama da liberdade*. *A Chama da Liberdade*, realizada pelo Senado da República e por toda sua equipe, merece aqui os meus parabéns.

Eu gostaria muito de pedir ao Presidente da Casa, Senador Garibaldi, que remetesse esse documentário, feito pela equipe do Senado e pelo *Jornal do Senado*, para todos os Estados, para todas as escolas, para todos os meios de comunicação. Faço um apelo: Publiquem-no! De graça. O Senado não vai cobrar, porque esse documentário, realizado pela TV Senado, conta a verdadeira história do povo negro.

O povo negro não era servil, o povo negro nunca foi covarde, o povo negro sempre foi guerreiro, lutou e morreu pela liberdade. (Palmas.)

Não digam mais, na sala de aula, que o negro foi covarde e que, por isso, ficou sob os grilhões da escravidão. Morreram aos milhares, aos milhões na busca da liberdade tão sonhada.

Sr. Presidente, sabemos que é preciso mudar muita coisa neste País; sabemos que é preciso ser alterada, em primeiro lugar, a forma de pensar e de ver as coisas. Por isso, aproveitamos este momento para provocar, mais uma vez, nosso Senado da República. Seria muito bom se lançássemos uma campanha cha-

mada: “Preconceito e discriminação zero.” Acreditamos que será uma nova forma de lutarmos por todos aqueles que hoje estão à margem da sociedade.

Neste ano em que completamos 120 anos da abolição inconclusa, queremos que a campanha “Preconceito, Discriminação Zero” seja liderada pelo Senado e, claro, acompanhada pelo Executivo e pelo Judiciário.

Permitam-me dar destaque, mais uma vez, para o Senado, pois esta Casa tem aprovado todas as pautas do povo negro, por unanimidade e sem grande dificuldade. Todas as pautas que o povo negro pediu o Senado aprovou. A Câmara, infelizmente, não correspondeu, ainda, à expectativa de todos nós.

Ninguém diga que essa é uma questão somente de alguns Senadores negros. Aqui, não. Aqui, essa é uma causa de brancos e negros, todos comprometidos com a igualdade e com a liberdade.

Lembro – eu nem estava no Senado – que a primeira política de cotas que o Senado aprovou foi obra do ex-Presidente Sarney. Ela foi remetida para a Câmara e eu, ingenuamente, entendi que aquela Casa queria aprová-la e a introduzi no Estatuto da Igualdade Racial. Até hoje ela está lá. Por isso, muito cuidado devemos ter para que a Câmara acompanhe esse pique do Senado, que não é de hoje.

Meu texto é longo e não vou fazer toda a sua leitura, porque outros querem falar.

Senador Cristovam, tenho acompanhado com muito carinho, confesso que com muito carinho, a caminhada, nos Estados Unidos, do candidato dos democratas, Barack Obama.

Li seu livro, chamado *A audácia da Esperança*, em que ele diz: “Não existe uma América branca e uma América negra, uma América latina e uma América asiática: existem os Estados Unidos da América.”

Como seria bom se, um dia, cada um de nós pudesse vir à tribuna e dizer: “Não existe o Brasil dos brancos, dos negros ou dos índios. Existem os brasileiros.”

Na minha cidade, Caxias do Sul, há um *slogan* recente que acho lindo, que diz: “Uma vez imigrante, para sempre brasileiro!”

Como seria bom, Senador Cristovam, não termos de vir à tribuna do Senado, da Câmara ou de qualquer local, com esses dados, com esses números. Não pensem vocês que não fico triste, pelo carinho que tenho por todos os homens de bem, brancos e negros.

No meu Estado, somente 10% são negros e 90% são brancos, mas fui eleito Deputado Federal por cinco vezes e Senador da República com 2,2 milhões de votos. Eles sabiam, quando lá me apresentei, que eu viria para cá, como disse o Senador Mesquita, não para defender coisas, mas para defender causas. A causa do povo negro está no sangue de todos nós, brancos e negros que sonhamos com uma Pátria justa e libertária.

Eu não poderia vir aqui para falar diferentemente, por isso faço um apelo neste encerramento. Eu poderia falar o que está aqui escrito, mas faço um apelo aos meus colegas da Câmara dos Deputados.

Pietá e Pedro Wilson, aqui presentes, como seria bom se aprovássemos o PL nº 73, da Deputada Eunice Lobão. O projeto não é de nossa origem e trata da política de cotas.

Como seria bom, meu nobre e querido Relator Antônio Roberto, que está aqui presente. Relator Antônio Roberto, quero falar com liberdade: V. Ex^a é negro? Não é negro, mas faz a defesa do Estatuto da Igualdade Racial de uma forma linda, singela, grandiosa e solidária. Meu nobre Relator do Estatuto, Antônio Roberto, se dependesse de V. Ex^a, tenho certeza de que o Estatuto seria aprovado nesta semana. Por isso, uma salva de palmas para o nosso Relator do Estatuto da Igualdade Racial. (Palmas.)

V. Ex^a merece esta singela homenagem deste Senador negro.

Quando falo em combate a todo tipo de discriminação, isso significa lutar não somente pela história das nossas raízes, do nosso povo, do povo negro, mas lutar por todos, lutar para que ninguém seja discriminado pela cor da pele, seja branco, negro ou índio, lutar para que ninguém seja discriminado por ser deficiente ou não, lutar para que, um dia, o nosso povo tenha acesso do jardim de infância à universidade. Lutar pela igualdade e pela liberdade é querer que não haja nenhuma discriminação, como a religiosa. Por que discriminar os evangélicos? Por que discriminar as religiões de matriz africana? Por que discriminar a livre orientação sexual? Por que discriminar alguém por idade? Por que discriminar alguém por gênero?

Tenho um outro projeto, que a Senadora e ex-Governadora do Rio, Benedita, também apresentou, propondo que 20 de Novembro seja feriado nacional.

Sabem como vejo o 20 de Novembro? Vejo o 20 de Novembro como um dia de reflexão contra todo tipo de preconceito. Que seja um dia para discutirmos o preconceito contra os negros, contra os índios, contra os brancos, contra os pobres, contra as mulheres, contra as crianças, contra os idosos, para refletirmos a respeito da livre orientação sexual, das religiões, das pessoas com deficiência, de todo tipo de preconceito. O 20 de Novembro já é feriado em 267 cidades, que o têm como um dia de reflexão a respeito de todo tipo de preconceito, não só contra o negro.

Quero que o 20 de Novembro, na simbologia maior do grande Zumbi dos Palmares, seja um dia para refletirmos sobre políticas públicas e, naturalmente, o combate a todo tipo de preconceito.

Prometi ao Frei David, Senador Renato Casagrande, que leria somente a conclusão, em letras garrafais, de um manifesto entregue hoje ao Supremo,

assinado por 400 intelectuais, entre eles artistas. O manifesto tem 30 páginas e sua conclusão diz:

Esse é o quadro, Srs. Ministros, que temos diante de nós. Está na mão de V. Ex^{as} não apenas o destino das centenas de milhares de estudantes que, graças às políticas de inclusão, conseguiram o sonho do ingresso na universidade. Está na mão de V. Ex^{as}, Ministros (e sei que muitos estão assistindo a este pronunciamento), a decisão da possibilidade ou não de darmos continuidade às medidas que fizeram este País começar a ajustar suas contas com o seu passado escravista e o seu presente discriminatório, rumo a um futuro sem injustiças e concretamente democrático.

Para as suas mãos se voltam os olhos de milhões de brasileiros cheios de esperança num País mais justo, mais solidário que, com base nos princípios constitucionais, se afirme materialmente contra desigualdades incompatíveis com o Estado democrático de direito.

O Sr. Arthur Virgílio (PSDB – AM) – Senador Paim, permite-me um aparte?

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Eu concedo o aparte ao Senador Arthur Virgílio. O Senador Casagrande também já tinha pedido.

Esse é um apelo feito ao Supremo Tribunal Federal que eu não tinha como não ler, Frei David, no encerramento da minha fala.

O Sr. Arthur Virgílio (PSDB – AM) – Senador Paim, eu gostaria muito de me pronunciar nesta sessão, mas vejo que temos muitos oradores, ainda, e eu deverei presidir uma reunião da minha Bancada dentro de minutos. Eu gostaria apenas de dizer que compreendo a sua emoção. V. Ex^a se move pela emoção sem perder a razão, e essa é uma das qualidades que o fazem admirado e respeitado por aliados e adversários seus nesta Casa. Quero registrar que quando eu examino a Lei Áurea, é óbvio que olho o seu alcance social enorme e suponho a luta que se travou, àquela altura, em torno dela, sem desconhecer os interesses econômicos que eram um esboço do sistema capitalista de produção, a precisar de assalariados e, ao mesmo tempo, portanto, sendo essas forças levadas a entender que era preciso se liberar aquela mão-de-obra para outros momentos. Obviamente, se formos fazer a crônica daquela época, vamos ver o contingente de desempregados, o contingente de deserdados, enfim, muitos trocaram um brutal horror por outro horror. A injustiça era muito patente. Eu dizia ainda agora a um dos nossos companheiros da Mesa que sou exatamente fruto dessa miscigenação: tenho um avô negro, meu avô era negro. Tenho dois irmãos – minha irmã é loira – que são bem caboclos

mesmo do meu Estado. O meu avô saiu do interior de Pernambuco e foi para o Amazonas; passou 19 anos como Juiz e chegou à desembargadoria. Certa vez, o meu avô estava no jardim da casa dele regando as plantas, e chega um advogado do Rio de Janeiro, que lhe disse: “Ô neguinho, eu vim do Rio de Janeiro” – à época era muito chegar em Manaus vindo do Rio de Janeiro – “e gostaria de ser recebido pelo Desembargador.” Respondeu-lhe o meu avô: “Está falando com ele”. O advogado disse-lhe: “Deixa de brincadeira, negão. Vai lá e chama o teu patrão”. O meu avô foi. Subiu, colocou paletó e gravata, e mandou que ele entrasse. Quando ele se viu diante do meu avô, tomou um susto danado, e se desculpou. Meu avô lhe disse: Não tem de se desculpar. Eu sou negro mesmo.” Enfim, para o meu avô, àquela altura, isso representou uma vitória. Ele era o único negro, e assumidamente negro, Desembargador no Estado, num Colegiado que dava orgulho, pela decência de todos os seus membros. Portanto, é uma luta que merece toda a minha solidariedade, seja por essas lembranças, que são imemorais, seja pelo fato de vermos que não é coincidência o fato de, no Brasil, termos negros densamente colocados em favelas, termos menos diplomas universitários nas mãos de negros, termos menos negros dirigindo empresas de grande porte neste País. Diria que temos, aqui, uma situação de discriminação racial que, se é menos aguda que nos Estados Unidos, ela é mais sibilina, ela é menos sincera até, o que dificulta um acordo. Não estou aqui a pregar separações, mas, sim, a não fugir das verdades que me assaltam a cabeça. Portanto, como aqui discutimos a Lei Áurea, quero não desconhecer o fato econômico, mas gostaria de dizer que foi uma grande conquista. Eu brincava há pouco com o Senador Mercadante na Comissão de Assuntos Econômicos dizendo que, se eu fosse negro e fosse do Parlamento, estaria, àquela altura, na posição de liderado do José do Patrocínio; se eu fosse considerado branco num País onde não se sabe quem é branco – enfim, deveríamos todos ter orgulho da nossa vinculação com os índios e com os negros –, eu seria o Parlamentar liderado por Joaquim Nabuco. O fato é que, àquela altura, o Brasil se dividiu em dois: os que tinham lucidez de olhar o futuro: os abolicionistas; e os que se aferravam a uma odiosa ferramenta do passado. Parabéns a V. Ex^a. É uma honra muito grande ter participado desta sessão num aparte precisamente ao seu discurso. Muito obrigado.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Muito obrigado, Senador Arthur Virgílio.

Concedo o aparte ao Senador Casagrande.

O Sr. Renato Casagrande (Bloco/PSB – ES) – Muito obrigado, Senador Paulo Paim. Primeiro, quero parabenizá-lo pelo pronunciamento, pelo profundo

conhecimento e pela grande emoção, demonstrando, claramente, o vigor e a veracidade de sua luta aqui nesta Casa. Mas gostaria também de deixar a posição do Partido Socialista Brasileiro nesta data em que comemoramos os 120 anos da promulgação da Lei Áurea, e também reconhecer a importância daquele ato – um ato conquistado, não um ato concedido, mas um ato conquistado –, com a proibição do tráfico, com a Lei do Ventre Livre, até chegarmos até à abolição da escravatura, por diversos interesses, mas o que importa é que foi uma conquista dos democratas, dos libertários, dos negros, que lutavam e morriam naquela época. Cento e vinte anos depois temos o que comemorar, mas ainda verificamos no dia-a-dia, nos estudos, nos levantamentos feitos as desigualdades presentes em nosso País, nas oportunidades que faltam a todos, especialmente aos afros-descendentes, aos negros. Comemoramos, lembramos, mas também reconhecemos que temos ainda políticas específicas a serem adotadas para a população negra neste País, que precisa ter a consideração do Congresso Nacional, já relatadas em diversos projetos por V. Ex^a desta tribuna. Parabéns, e obrigado pela oportunidade.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Senador Casagrande, agradeço a V. Ex^a.

Resta a mim, agora, encerrar, deixando muito claro à comunidade negra deste País que por isso estamos aqui, neste 13 de maio, há cento e vinte anos da Abolição. Temos clareza, como disse o grande Abdias, no documento que aqui li: “A liberdade do povo negro é fruto de uma luta centenária”, e conquistamos a liberdade.

O que estamos também a refletir aqui neste momento é o *day after*, como muitos dizem, ou seja, o dia depois. Entendemos que a situação, Senador Cristovam, como V. Ex^a descreveu muito bem, da comunidade negra ainda – e todos os dados estão aí – demonstram que, infelizmente, a discriminação é muito forte, é muito grande. Por isso, lutamos pelas políticas afirmativas, pelas políticas de cotas e pelo Estatuto da Igualdade Racial.

Terminaria dizendo: vida longa aos abolicionistas de ontem e de hoje!

Viva a liberdade e a igualdade de oportunidades!

Preconceito e discriminação zero!
Muito obrigado a todos. (Palmas.)

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR PAULO PAIM EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

Para assinar o manifesto e ver quem assina acesse: www.manifestopelascotas.net

120 ANOS DE ABOLIÇÃO INCONCLUSA

MANIFESTO EM DEFESA DA JUSTIÇA E CONSTITUCIONALIDADE DAS POLÍTICAS DE INCLUSÃO. (Texto para adesões)

Exmo. Sr. Ministro Presidente do Supremo Tribunal Federal

A EFERVESCÊNCIA DAS COTAS NO BRASIL DO SÉCULO XXI

Aos 120 anos da declaração da abolição da escravatura, vivemos uma verdadeira efervescência na luta pela inclusão étnica e racial no ensino superior brasileiro: ...

... dezenas de universidades já estão implementando sistemas de cotas, bônus ou diferentes modalidades de ações afirmativas, enquanto várias outras estão em processo de discussão de seus projetos.

Podemos afirmar que nos últimos cinco anos avançamos mais nas políticas de inclusão de negros no ensino superior do que foi alcançado em todo o século XX.

Já temos atualmente uma rica e complexa história, ainda que incompleta, para contar ao mundo.

Não o mito de uma democracia racial que nunca tivemos, mas um processo concreto de luta para que a mestiçagem aconteça

materialmente, tendo como base a igualdade racial,...

... após um século inteiro de exclusão dos negros e dos indígenas do ensino superior e, em geral, das riquezas de um país que a eles deve sua riqueza material e cultural.

Podemos agora iniciar inclusive um diálogo horizontal e uma troca de experiências com outros países que também encontraram seus próprios caminhos de superação do racismo, da discriminação e da segregação, como a Índia, os Estados Unidos, a África do Sul e a Malásia.

E, como nesses outros países, o nosso processo é ainda incompleto, imperfeito em vários aspectos e ainda exposto a fortes reações conservadoras.

A primeira expressão clara, na esfera pública, de uma demanda por políticas de ação afirmativa específicas para os negros no Brasil surgiu na Convenção Nacional do Negro Brasileiro, realizada em 1945 e 1946, que apresentou um "Manifesto à Nação Brasileira".

As reivindicações desse Manifesto foram publicadas no jornal *Quilombo*, dirigido pelo extraordinário intelectual, artista e político brasileiro Abdias do Nascimento, juntamente com o também grande intelectual e acadêmico Guerreiro Ramos.

Em sua primeira edição, publicada no Rio de Janeiro no dia 9 de dezembro de 1948, a página três do jornal incluía uma coluna, repetida em todas as edições subseqüentes, intitulada Nosso Programa.

Alí se lia: “Trabalhar pela valorização e valoração do negro brasileiro em todos os setores: social, cultural, educacional, político, econômico e artístico”.

Para atingir esses objetivos, o Manifesto à Nação Brasileira apresentou cinco proposições. A terceira foi assim definida:...

... **“lutar para que, enquanto não for tornado gratuito o ensino em todos os graus, sejam admitidos brasileiros negros, como pensionistas do Estado, em todos os estabelecimentos particulares e oficiais de ensino secundário e superior do país, inclusive nos estabelecimentos militares”.**

O que o “Manifesto à Nação Brasileira” propunha era uma ação afirmativa que se fundamentava na reparação dos danos causados pelo racismo da república brasileira, a qual havia decretado a igualdade formal sem oferecer nenhuma política concreta que ajudasse a superar a desigualdade fundante da condição sofrida pelos negros como cidadãos livres após 1889, ...

... **que reconhecesse as terras dos quilombos e todas as formas de organização e produção (inclusive cultural e religiosa) que os escravizados constituíram em suas práticas de resistência e lutas por libertação.**

Pelo contrário, a linha de cor foi logo mobilizada diante dos fluxos de imigrantes europeus na ilusão – racista – de resolver o enigma – deixado em herança pela escravidão – da construção do “povo brasileiro” pelo seu branqueamento.

Outro marco importante na longa luta pelas cotas e outras formas de inclusão racial foi a *Marcha Zumbi dos Palmares Contra o Racismo, pela Cidadania e a Vida*, que congregou em Brasília 50 mil negros no dia 20 de novembro de 1995.

No documento entregue ao Presidente da República no dia da marcha foi incluída, nas reivindicações sobre a educação, políticas compensatórias no ensino superior e na pesquisa, a seguinte demanda:...

... **“Desenvolvimento de ações afirmativas** para o acesso dos negros aos cursos profissionalizantes, à universidade e às áreas de tecnologia de ponta”.

Na verdade, foram necessários mais de 50 anos para que o ponto três do programa do jornal negro *Quilombo* começasse a se transformar em política de Estado para o ensino superior:...

... **o Programa Universidade para Todos - ProUni**, iniciado em 2005, e também o sistema de cotas nas universidades públicas, que oferecem bolsas pelo menos para uma parcela dos nossos cotistas,...

... **são herdeiros diretos daquela proposta** e de sua renovação prática por parte de um dos mais generosos movimentos brasileiros, aquele dos pré-vestibulares populares.

Foram os pré-vestibulares populares que começaram a fazer o que se transformou no

ProUni, constituindo a base social que concretiza a demanda pelas cotas.

Ou seja, foram os pré-vestibulares populares que concretamente mostraram que, com políticas concretas de inclusão racial, a mestiçagem pode começar enfim a constituir-se efetivamente, deixando de ser a retórica que encobre a discriminação de cor.

Essas políticas públicas constituem a base sobre a qual o Brasil pode se transformar em uma referência global extremamente positiva.

A difusão das ações afirmativa é fruto de uma luta histórica e uma extraordinária mobilização social que produziu uma efervescência de debates em ambientes políticos e acadêmicos em todas as regiões do país.

A colocação das cotas nas pautas de votações das Universidades brasileiras implicou mobilização, pressão, articulação e produção intelectual de idéias,...

... argumentos, modelos e propostas de como promover a igualdade étnica e racial no ensino superior, em uma intensidade sem paralelo em nenhuma década passada da história do Brasil.

Foi a essa luta histórica, protagonizada pelo movimento negro, que levou o Estado Brasileiro a iniciar, durante a III Conferência Mundial Contra o Racismo ocorrida em Durban, na África do Sul, de 31 de agosto a 8 de setembro de 2001, a adoção de medidas de ações afirmativas para as população negra.

Entre as Universidades, as primeiras a instituírem cotas para negros, em 2002, foram Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) e a Universidade Estadual do Norte Fluminense (UENF), não por iniciativa própria, mas por meio de uma lei aprovada em 2001 na Assembléia Estadual do Rio de Janeiro.

Mais uma vez foi decisivo o trabalho do movimento negro, dos pré-vestibulares e outros setores, não apenas na proposição da Lei, mas também em todas as audiências públicas e debates internos que aconteceram nas duas Universidades.

A partir daí outras universidades passaram a adotar cotas. Em 2003, a Universidade de Brasília tornou-se a primeira instituição federal de ensino superior a aprovar cotas para negros e a primeira também a tomar essa decisão exclusivamente com base na autonomia acadêmica, a partir de uma proposta apresentada em 1999.

Desde 2003, a luta pelas cotas vem crescendo a ponto de alcançar dimensão nacional.

Ainda em 2003, a Universidade Federal do Paraná (UFPR) e a Universidade Federal de Alagoas (UFAL) aprovaram as cotas.

Logo a seguir, em 2004, a Universidade Federal da Bahia (UFBA) também aderiu ao sistema.

No Sul do país, a UFPR em 2003 e a UFSCAR em 2006, a UFRGS, a UFSM e a UFSC em 2007 aprovaram políticas de ação afirmativa,

contrariando o estereótipo de que os estados meridionais seriam especialmente racistas.

Na verdade, como haveremos de enfatizar, a maior reação às cotas se dá no triângulo Rio – São Paulo – Minas Gerais.

Começando então com duas universidades em 2002, em 2007 já tínhamos mais de 50, entre federais, estaduais, autarquias municipais e CEFETs com mecanismos de acesso privilegiado para alunos negros, indígenas e/ou oriundos da escola pública.

A luta pelas cotas é uma explosão de criatividade e seus resultados positivos para a produção de conhecimento e ampliação dos saberes científicos e artísticos estão ainda no começo.

Junto com os novos estudantes negros e indígenas surgem novos temas de pesquisa, demandas por novos currículos e também por mais professores negros.

Afinal, não somente os saberes africanos, afro-brasileiros e indígenas foram excluídos das nossas universidades, que sempre reproduziram apenas os saberes europeus em uma relação claramente neocolonial, mas o conjunto dos docentes e pesquisadores sempre tem sido exclusivamente branco.

A porcentagem média dos docentes negros das universidades públicas mais importantes do país não passa de 1%.

Assim, o grande movimento atual pelas cotas conduz inevitavelmente a duas metas, já vislumbradas: que as medidas de

inclusão de negros e índios possam ocorrer em todas as universidades públicas (daí a existência do Projeto de Lei 73/1999, que torna obrigatória as cotas em todas as universidades federais);...

... e que esse processo de ações afirmativas não se limite apenas à graduação, mas que a igualdade racial possa chegar aos espaços onde a exclusão é ainda maior: na pós-graduação, na docência e na carreira de pesquisa.

Salta à vista a variedade de modelos e a imaginação ativada nessas propostas de cotas. Salvo o sistema estadual paranaense, que foi pensado de maneira unificada, praticamente não há duas universidades que adotem o mesmo sistema de cotas.

A multiplicidade das propostas atesta a motivação das pessoas em tentar encontrar uma solução própria, adaptada à realidade da discriminação, do racismo e da exclusão racial da região em que se encontra cada universidade.

As dezenas de comissões e grupos de trabalho que foram criados nas universidades de norte a sul do país fazem lembrar as dezenas de associações e confederações abolicionistas que surgiram, numa explosão de criatividade e capacidade associativa, em todos os estados brasileiros na década de oitenta do século XIX.

Esse movimento atual pelas cotas, de dimensão realmente nacional, já marca um episódio maior na luta por justiça social na história do Brasil.

Guardadas as devidas proporções (pois se trata de um movimento absolutamente pacífico e baseado estritamente no convencimento mediante o debate racional nos espaços públicos), é equivalente, em entusiasmo e energia,...

... ao movimento de consolidação da Constituição na Índia, aos movimentos pelas ações afirmativas nos Estados Unidos e ao movimento de Verdade e Reconciliação que mobilizou a África do Sul com a queda do *apartheid*. Atualmente, já contamos com mais de 20 mil cotistas negros cursando a graduação em dezenas de universidades do país.

Paralelamente a esse grande movimento de inclusão racial nas universidades públicas, funciona desde 2005 o ProUni, que abre as portas das universidades privadas para jovens de baixa renda, com uma porcentagem, entre eles, de negros, mediante um sistema de bolsas do Ministério da Educação.

Somente em três anos o ProUni já alocou 440.000 bolsas e conta com 310.000 alunos, assim distribuídos segundo a classificação do IBGE: brancos -142.275; pardos - 98.494; pretos - 39.128; amarelos - 6.318; indígenas - 903; não-informados - 22.961.

Se juntarmos os dois movimentos de abertura do ensino superior para estudantes pobres e para não-brancos, as cotas nas universidades públicas e o ProUni serão capazes de mobilizar, em um lustro, ...

... quase meio milhão desses estudantes que ingressarão no mercado de trabalho ou na pós-graduação com uma

esperança pessoal e familiar quase sem paralelo na história da comunidade negra brasileira.

RESSENTIMENTO E NEGATIVIDADE: AS REAÇÕES CONTRA AS POLÍTICAS DE COTAS PARA NEGROS NAS UNIVERSIDADES

A hipocrisia daqueles que pretenderam que o Brasil se transformasse – do dia para a noite – de último grande país escravocrata em exemplo mundial de harmonia racial e dos que hoje, na mesma linha, declaram que séculos de escravidão não deixaram nenhuma herança “racista” em nosso País se desenvolve a partir de uma série de falácias históricas, sociológicas e políticas.

No plano histórico, escamoteia-se o duro e dramático trabalho e as lutas do movimento negro e outros movimentos anti-racistas para construir um novo e material horizonte de igualdade racial.

Ignoram-se até as dificuldades que a própria retórica da harmonia racial encontrou para afirmar-se.

No nível sociológico e antropológico, usam-se as falácias do discurso do racismo biológico para negar a existência do racismo ao invés de reforçar a luta contra essa monstruosidade que a racionalidade moderna produziu:...

... a existência de movimentos anti-racistas e de leis de repressão da discriminação racial não se baseia no reconhecimento da existência das raças, mas na necessidade de combater as discriminações geradas por esse pensamento que se pretende científico.

Enfim, no nível político, eles cometem uma tríplice impostura:

i) dizem que no Brasil apenas existe uma questão social, ou seja, ignoram a correlação sistemática que todos os estudos estatísticos indicam entre linhas de cor e curvas da pobreza, bem como que as cotas promovem também os outros segmentos de população discriminados pelo atual sistema de acesso ao ensino superior;

ii) afirmam o mérito como único critério republicano, o que é duplamente falso: porque uma sociedade democrática sabe que o mérito deve ser um ponto de chegada e não um ponto de partida e é exatamente nessa medida que a democracia será sempre mais estável e mais próspera; porque toda política de desenvolvimento do conhecimento implica em sistemas de cotas (bolsas!) justamente destinadas a promover a excelência pelo subsídio a determinados segmentos de população;

iii) reivindicam o pacto republicano, mas ignoram que tal pacto não é algo dado, mas um algo que precisamos construir para avançarmos nas conquistas democráticas.

Como em 2006, fomos de novo surpreendidos, no dia 28 de abril passado, com mais um Manifesto intitulado 113 Cidadãos Anti-Racistas Contra as Cotas Raciais, entregue a esse Supremo Tribunal Federal em apoio à ADIN impetrada pela Confenen e pelo Partido dos Democratas.

Trata-se na verdade de uma versão requeentada do Manifesto "Todos são Iguais na

República Democrática”, entregue ao Congresso Nacional no dia 30 de maio de 2006 pelas mesmas pessoas.

Primeiro, definamos exatamente quem são os tais 113 cidadãos que exigem a expulsão de 440 mil estudantes negros e pobres das universidades brasileiras.

Apesar de se apresentarem como “intelectuais da sociedade civil, sindicalistas, empresários e ativistas dos movimentos negros e outros movimentos sociais”, são basicamente acadêmicos: 80 deles são professores universitários e pesquisadores, dos quais apenas um é negro.

Trata-se, na verdade, de uma parte da elite acadêmica branca centrada no eixo Rio - São Paulo.

Nem nos dias de *apartheid* as universidades da África do Sul eram tão segregadas como são hoje as nossas.

O pior é que esse grupo sequer fala pela maioria dos professores das suas instituições.

Se esses cidadãos pretendem barrar um processo de inclusão racial no ensino superior brasileiro, não representam de modo algum nossa multiplicidade de cores: dos 113, apenas dez são não-brancos; oito negros e dois auto-declarados mestiços.

O discurso dos adversários das cotas não se caracteriza exatamente pela coerência.

Primeiro, quando as cotas são constituídas a partir de uma lei estadual - aprovada por quase a unanimidade dos representantes do povo - sancionada pelo Governo do Estado do Rio de Janeiro, os adversários defendem a autonomia universitária e recorrem à Justiça;...

... quando essas medidas são adotadas por conselhos universitários no uso de sua autonomia, eles novamente recorrem à Justiça. Dizem reconhecer que os negros são discriminados - portanto, identificáveis -, mas afirmam que não é possível identificá-los para fins de ação afirmativa.

Argumentam enfaticamente que raça não existe, mas defendem a "democracia racial" (?) e a "miscigenação", ou seja, a mistura das mesmas raças que sustentam não existirem.

Ao mesmo tempo, negam que a miscigenação é uma multiplicidade de cores, de conhecimentos, de possibilidades criativas.

Dizem que a educação é a solução, mas não se engajam com o mesmo vigor nas campanhas pela melhoria do ensino público e se mobilizam contra a democratização do ensino superior.

Os detratores das cotas ainda reque-ntam a matéria sensacionalista dos gêmeos que foram identificados diferentemente pela comissão da UnB.

Seu argumento é frágil, pois esconde o principal: independentemente do equívoco da comissão em relação a dois candidatos, o fato é que essa universidade já conta com 3000

estudantes cotistas em pleno processo de formação e sem nenhuma crise constatada.

E mesmo que tivesse acontecido uma dúzia de incidentes como esse, ainda assim a porcentagem de erros das cotas na UnB como política pública continua baixíssima.

As políticas de ação afirmativa destinadas a pessoas pobres e/ou de grupos sociais historicamente discriminados (negros, indígenas, etc.) são importantes medidas de democratização dos direitos e também das instituições, pois reconhecem a importância da diversidade, ...

... que não é somente diversidade de cores, mas também de diferenças, culturas, visões de mundo, pontos de vista, preocupações de pesquisa e criatividade, fundamentais ao desenvolvimento de qualquer sociedade.

Os discursos abstratos dos contrários às ações afirmativas, de que as cotas e o PROUNI ferem o princípio do mérito e racializam a sociedade, carecem de base empírica, pois os dados concretos nos mostram que na realidade brasileira as ações afirmativas constituem uma parte importante e essencial do processo de universalização dos direitos e democratização das instituições.

O conceito de cotas com que operamos no Brasil é a idéia de um piso, de uma presença mínima de negros em uma sala de aula que historicamente os tem muito poucos.

Aos percentuais de vagas para negros estabelecidos nas diversas experiências de

políticas cotas em funcionamento nas mais de 50 universidades que as adotaram devemos somar os candidatos negros que costumam freqüentar os cursos.

Dessa forma, é de se esperar que a maioria dos cursos comece a contar com um porcentual de negros maior do que o estabelecido pela política de cotas.

Como medida de ação afirmativa, o papel das cotas é acelerar o processo de igualdade racial que, no caso brasileiro, provavelmente não será alcançada nem sequer após um século de cotas, dada a gigantesca desigualdade no ensino superior hoje existente.

Em 1885, quando caiu o gabinete Dantas e com ele o projeto mais favorável ao abolicionismo, Prudente de Moraes, com sua tendência mais de centro, propôs que as províncias progressistas avançassem a seu modo no caminho da abolição sem esperar por São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais,...

... onde se concentravam os escravocratas que controlavam os dois gabinetes conservadores pós-Dantas, a saber, Saraiva e Cotegipe.

Curiosamente, a maior reação ao movimento pró-cotas, iniciado em 1999, está concentrada ainda hoje nas universidades mais importantes desses mesmos três estados escravocratas do século XIX.

Em oito anos de lutas pelas cotas, vemos a repetição do padrão reacionário das elites do triângulo do café-com-leite.

O CONCEITO DE RAÇA E AS POLÍTICAS DE INCLUSÃO

“Apenas 5% da variação genômica humana ocorre entre as chamadas ‘raças’.

Ademais, somente 0.01% do genoma humano varia entre dois indivíduos. Em outras palavras, toda a discussão racial gravita em torno de 0,0005% do genoma humano!

Por outro lado, mesmo não tendo o conceito de raças pertinência biológica alguma, ele continua a ser utilizado, *qua* construção social e cultural, como um instrumento de exclusão e opressão.

Independente dos clamores da *genética* moderna de que a cor do indivíduo é estabelecida apenas por um punhado de genes totalmente desprovido de influência sobre a inteligência, talento artístico ou habilidades sociais do indivíduo e talvez a principal fonte de preconceito”.

“Tendo em vista a nova capacidade de se qualificar objetivamente, por meio de estudos genômicos, o grau de ancestralidade africana de cada indivíduo, pode a *genética* definir quem deve se beneficiar das cotas universitárias e demais ações afirmativas?

***Prima facie* poderia parecer que sim, mas a nossa resposta é um enfático NÃO! (...) Não compete à *genética* fazer prescrições sociais.**

A definição sobre quem deve se beneficiar [dessas medidas] deverá ser resolvida na *esfera política*, levando em conta a

história do país, o sofrimento de seus vários segmentos e análises de custo e benefício”.

Essa é a conclusão de um estudo intitulado “*Pode a genética definir quem deve se beneficiar das cotas universitárias e demais ações afirmativas?*” (publicado na revista *Estudos Avançados*, v. 18, n. 50, p. 31-50, 2004, grifos nossos).

Como podemos constatar, os próprios geneticistas compreendem que o debate sobre cotas é de competência da esfera política, que deve levar em conta a história do país e o papel dos preconceitos e discriminações com base nas diferenças físicas na produção e reprodução das desigualdades.

Independente das conclusões da genética, no Brasil a cor é, histórica e socialmente, um elemento de hierarquização.

No mesmo sentido, asseverou o ex-ministro Maurício Corrêa: “A noção de racismo – ao contrário do que equivocadamente sustentado na presente impetração não se resume a um conceito de ordem estritamente antropológica ou biológica projetando-se, ao contrário, ...

... numa dimensão abertamente cultural e sociológica, além de caracterizar, em sua abrangência conceitual, um indisfarçável instrumento de controle ideológico, de dominação política e de subjugação social” (BRASIL. Supremo Tribunal Federal. Hábeas Corpus n. 82424-2. Rio Grande do Sul. Paciente: Siegfried Ellwanger. Impetrante: Wener Cantalício e outra. Impetrado: Superior Tribunal de Justiça. Relator

Ministro Moreira Alves. Disponibilizado pela Cordenadoria de Análise de jurisprudência do STF. Brasília, 2003).

Segundo o ministro Gilmar Mendes “o conceito jurídico de racismo não se divorcia do conceito histórico, sociológico e cultural” (idem).

Ressalte-se ainda o entendimento da Ministra Hellen Gracie: “Portanto quando se fala em preconceito de raça e quanto a tanto se referem a Constituição Federal e a lei, não se há de pensar em critérios científicos para defini-la – que já sabemos não os há – mas,...

... **na percepção do outro como diferente e inferior,** revelada na atuação carregada de menosprezo e no desrespeito a seu direito fundamental à igualdade. Trata-se do preconceito feito ação” (idem).

AS COTAS SÃO CONSTITUCIONAIS

A Constituição de 1988, com base no pluralismo, valor fundamental para o surgimento e a preservação das sociedades democráticas, marca um significativo avanço para a efetividade dos direitos dos brasileiros pertencentes a grupos tradicionalmente excluídos.

Por diversos de seus dispositivos, a Lei Maior rompe com o *mito da democracia racial*, assegurando o direito à diferença, ao reconhecer e valorizar as especificidades étnico-raciais, sociais, religiosas e culturais dos povos que compõem o Brasil.

Em relação à igualdade, nosso sistema constitucional, priorizando os direitos fundamentais e a dignidade da pessoa humana,

estabeleceu a isonomia não somente em sentido formal, mas também em sentido material (art. 3º, inciso III).

O constituinte, ancorado nos princípios fundadores da República, reconheceu o profundo quadro de injustiças que atrelam o país ao atraso e estabeleceu objetivos fundamentais a serem alcançados pelo Estado por meio de ações que se consubstanciem em políticas públicas de promoção da cidadania.

Neste sentido, atentemos ao que diz a doutrina mais abalizada: "A definição jurídica objetiva e racional da desigualdade dos desiguais, histórica e culturalmente discriminados,...

... é concebida como uma forma para se promover a igualdade daqueles que foram e ... bem como para corrigir os efeitos presentes da discriminação praticada no passado, tendo por objetivo a concretização do ideal de efetiva igualdade de acesso a bens fundamentais como a educação e o emprego" (Gomes, Joaquim Barbora. In: Ação Afirmativa & Princípio Constitucional da Igualdade. O Direito como forma de transformação social. A experiência dos Estados Unidos. Rio de Janeiro: Renovar, 2001).

Por derradeiro temos ainda: "Pode-se afirmar, sem receio de equívoco, que se passou de uma igualização estática, meramente negativa, no que se proíbe a discriminação, para uma igualização eficaz, dinâmica, já que os verbos 'construir', 'garantir', 'erradicar' e 'promover' implicam, em si, mudança de ótica, ao denotar 'ação'.

Não basta não discriminar. É preciso viabilizar – e encontrar, na Carta da República, base para fazê-lo – as mesmas oportunidades.

Há de ter-se como página virada o sistema simplesmente principiológico. A postura deve ser, acima de tudo, afirmativa.

E é necessário que essa seja a posição adotada pelos nossos legisladores. [...]. É preciso buscar-se a ação afirmativa.

A neutralidade estatal mostrou-se nesses anos um grande fracasso; é necessário fomentar-se o acesso à educação [...].

Deve-se reafirmar: toda e qualquer lei que tenha por objetivo a concretude da Constituição Federal não pode ser acusada de inconstitucionalidade" (Cf. Mello, Marco Aurélio. *Óptica Constitucional – A igualdade e as Ações Afirmativas*. In: *Revista latino americana de Estudos Constitucionais*, v. 01, Belo Horizonte Del Rey, 2003, p 11-20).

Essas ações, que são erigidas pelo próprio sistema normativo, para se tornarem legítimas, devem estar revestidas na proporcionalidade.

Nesse cenário, elementos como sexo, raça, credo religioso, dentre outros, podem servir de base ao *discrímén* na esfera normativa, desde que haja equivalência e equilíbrio entre a norma e seus fins.

Por isso, o legislador, ao criar as políticas de cotas, buscou dar efetividade aos objetivos estabelecidos na própria Constituição,

consagrando o conteúdo jurídico, democrático e também afirmativo da igualdade.

Em relação ao princípio do mérito, devemos ressaltar que o mesmo vem sendo apregoado pelos adversários das cotas como uma idéia abstrata e autônoma, desvinculada de qualquer causalidade social, a flutuar num *vácuo histórico*. Essa idéia está a merecer reformulação drástica e urgente.

As universidades que adotaram cotas buscam levar em consideração a história dos atores envolvidos na corrida imposta pelo vestibular.

Tanto assim é que estes certames vêm passando por reformulações, buscando levar em consideração, como critérios plúrimos de ingresso na universidade, o mérito de trajetória, ou seja, os dados históricos dos candidatos às vagas oferecidas pelas instituições de ensino superior.

Isso implica, em um primeiro momento, assimilar o caráter substantivo do princípio da igualdade, para, a seguir, privilegiar o mérito objetivo.

Ressalte-se ainda que os estudantes promovidos pelas políticas de inclusão precisam alcançar os padrões objetivos de avaliação estabelecidos pelas universidades.

Nesse sentido é que as cotas estão em perfeita sintonia com o mérito descrito no artigo 208 V da Constituição.

Não podemos perder de vista que o Brasil é signatário da Convenção Internacional sobre a Eliminação de Todas as Formas de

Discriminação Racial (Decreto nº 65.810 - de 8 de dezembro de 1969), ...

... a qual estabelece em seu artigo 4º:
"Não serão consideradas discriminações racial as medidas especiais tomadas com o único objetivo de assegurar o progresso adequado de certos grupos raciais ou étnicos ou indivíduos que necessitem da proteção que possa ser necessária para proporcionar a tais grupos ou indivíduos igual gozo ou exercício de direitos humanos e liberdades fundamentais,...

... contanto que tais medidas não conduzam, em conseqüência, á manutenção de direitos separados para diferentes grupos raciais e não prossigam após terem sido alcançados os seus objetivos".
onde existem universidades que implementaram essas políticas de inclusão.

CONCLUSÃO

Esse é o quadro, Senhores Ministros, que temos diante de nós. Está nas mãos de Vossas Excelências não apenas o destino das centenas de milhares de estudantes que, graças às políticas de inclusão, conseguiram o sonhado ingresso na universidade.

Está nas mãos de Vossas Excelências a decisão que possibilitará ou não a continuidade das medidas que fizeram este país começar a ajustar contas com seu passado escravista e seu presente discriminatório, rumo a um futuro sem injustiças e concretamente democrático.

Para as Vossas mãos se voltam os olhos de milhões de brasileiros cheios de esperança num Brasil mais justo, mais solidário, que, com base nos princípios constitucionais, se afirma materialmente contra desigualdades incompatíveis com o Estado Democrático de Direito.

Brasília, 13 de maio de 2008.

120 anos de "abolição" da escravatura

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. PDT – DF) – Quero lembrar às Sr^{as} e aos Srs. Senadores que ainda temos sete oradores inscritos e 44 minutos, no máximo, para encerrar a sessão, porque começarão os trabalhos normais do Senado. Teremos dois convidados que falarão ao final: a poetisa Elisa Lucinda e o Frei David. Peço que, se for possível, reduzam o tempo.

Chamo à tribuna o Senador Aloizio Mercadante, que é um dos autores do requerimento que deu origem a esta sessão.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Bom-dia a todos.

Quero, inicialmente, saudar José Vicente, Reitor da Universidade Zumbi dos Palmares; o Frei David, que honra esta Casa, com sua longa luta e representação da CNBB; a poeta, sempre poeta, Elisa Lucinda, essa alegria exuberante, que, seguramente, vai nos encantar nesta manhã; saúdo ainda Carlos Moura, ex-Presidente da Fundação Palmares e Secretário-Geral da CNBB; saúdo os nossos queridos Senadores Paulo Paim e Cristovam Buarque, que, comigo, são autores desta mais do que justa referência histórica nesta sessão que estamos realizando.

Começaria dizendo, Sr^{as} e Srs. Senadores e todos aqueles que nos acompanham nesta data histórica, que, em 13 de maio de 1888, a Princesa Isabel assinou uma lei que tem um dos textos mais simples e diretos de que se tem notícia na história do Brasil.

Tenho, inclusive, em meu gabinete, um texto de próprio punho de Joaquim Nabuco – por sinal, acho que foi o Senador Cristovam quem trouxe o original de Pernambuco. Sempre, quando estamos negociando uma lei mais complexa, remeto-me a ela, porque, em apenas três linhas e dois artigos:

Art. 1º É declarada extinta desde a data desta Lei a escravidão no Brasil”

Art. 2º Revogam-se as disposições em contrário.

E, com essa simplicidade, tivemos, seguramente, a lei de maior alcance social da nossa História.

Trata-se, a partir da conquista dessa lei, de uma longa luta, de uma complexa luta que dividiu e ainda divide profundamente a sociedade brasileira.

Trata-se de uma luta contra o racismo e a escravidão, que, de certa forma, sintetiza e simboliza o combate a todas as formas de desigualdade e exclusão que marcam e marcaram a estrutura social brasileira.

Essa luta não foi e não é fácil. Relativamente à escravidão, é preciso que se considere que ela penetrou em todos os meandros da vida social no Brasil. Não eram apenas os grandes latifundiários e barões do café e do açúcar que tinham escravos. Os comerciantes e

burocratas urbanos também os tinham em quantidade. Inclusive padres e igrejas tinham os seus. Há relatos de que negros alforriados e mesmo escravos também possuíam seus escravos. A escravidão penetrava com muita profundidade em todas as relações sociais em nossa sociedade.

Assim, foi preciso muito para chegar até aquele texto singelo. Foi preciso que Zumbi dos Palmares, martirizado em 20 de novembro de 1695, data em que se celebra o Dia da Consciência Negra, desse a sua vida por uma liberdade efêmera. Foi necessário que figuras do porte de José de Patrocínio, Joaquim Nabuco, Luis Gama e Rui Barbosa se dedicassem, durante anos, à difícil causa da abolição. Foi preciso que, ao longo de décadas, se digladiassem esses lutadores em torno do tema. Foi preciso que a Inglaterra pressionasse fortemente, insistentemente, recorrentemente, o Império brasileiro. Foi necessário que Castro Alves bradasse:

Senhor Deus dos desgraçados!
Dizei-me vós, Senhor Deus,
Se eu deliro... ou se é verdade
Tanto horror perante os céus?!...

Contudo, tal luta não se encerrou com a Lei Áurea, embora esse texto legal seja seu grande marco. As desigualdades raciais, de classe, regionais e de gênero permanecem e precisam ser continuamente combatidas. A luta dos negros e de todos os excluídos permanece tão atual como nos tempos da causa abolicionista. E é uma luta de todos nós.

Como bem afirmou o historiador José Murilo de Carvalho:

A batalha da abolição, como perceberam alguns abolicionistas, era uma batalha nacional. Esta batalha continua hoje e é tarefa da nação. A luta dos negros, as vítimas mais diretas da escravidão, pela plenitude da cidadania, deve ser vista como parte desta luta maior. Hoje, como no século XIX, não há possibilidade de fugir para fora do sistema. Não há quilombo possível, nem mesmo cultural. A luta é de todos e é dentro do monstro.

Pois bem, esse monstro, o monstro do racismo e da desigualdade, é muito forte e resiste com unhas e dentes afiados a todas as tentativas de combate aos privilégios e às injustiças que maculam a nossa sociedade.

Tal resistência é diretamente proporcional aos esforços que são feitos para tornar a estrutura social brasileira mais equânime e justa.

Assim, hoje em dia não faltam apologistas da desigualdade que criticam as políticas sociais do Go-

verno Lula, como o Bolsa Família e o ProUni, que vêm diminuindo notavelmente as assimetrias sociais no Brasil, e, acima de tudo, o sistema de quotas para afro-descendentes nas universidades, destinado a dar oportunidades aos que nunca as tiveram em razão de sua cor.

Mas o monstro não é apenas feroz e resistente. Ele é também muito ardiloso. Jamais mostra sua feia cara. Tenta disfarçar-se com a máscara de argumentos aparentemente racionais, justos e bem-intencionados, os famosos argumentos da perversidade, futilidade e ameaça. De fato, esses são os argumentos básicos que, de acordo com Albert O. Hirschman, os conservadores utilizam para criticar políticas que podem introduzir mudanças progressistas na ordem social.

Como tais políticas perseguem, em geral, objetivos nobres, os conservadores não podem a elas se opor frontalmente. É necessário desqualificá-las. Assim, tenta-se mostrar que elas produzem efeitos inversos aos pretendidos (argumento da perversidade); ou que elas não têm resultados (argumento da futilidade); ou ainda que tais políticas põem em risco outras conquistas (argumento da ameaça). No caso das políticas de combate ao racismo, particularmente o sistema de quotas, os apologistas da desigualdade argumentam que tal sistema cria identidades e conflitos raciais que antes não existiam, dada a miscigenação racial brasileira (argumento da perversidade), que as quotas não vão dar resposta adequada às desigualdades raciais e sociais (argumento da futilidade), e que tal política, ao criar animosidade entre negros e brancos no Brasil, acabará por comprometer conquistas sociais e raciais importantes (argumento da ameaça).

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores e demais convidados, é inacreditável que no Brasil do início do século XXI ainda se use o surrado argumento da miscigenação e da “democracia racial” para tentar criticar a implantação de políticas sérias de combate ao racismo. Esses apologistas, requentando idéias mal digeridas de Gilberto Freyre, argumentam que, como no Brasil, ao contrário de outros países, como os Estados Unidos, a colonização se deu com grande miscigenação de raças, não há possibilidade objetiva de diferenciar a origem racial de indivíduos e segmentos sociais. Portanto, o racismo é uma impossibilidade objetiva no Brasil, já que aqui não há raças distinguíveis.

Ora, os cientistas que lidam com pesquisas do genoma humano fizeram, há alguns anos, uma descoberta fascinante: as diferenças genéticas presentes nas populações africanas são mais amplas e profundas do que as diferenças genéticas que há entre as populações da África e as populações de outras regiões do Planeta (Europa, por exemplo). Assim, alguns

geneticistas hoje afirmam que as raças, tal como as entendemos, simplesmente não existem.

A noção de raça não teria qualquer base científica e objetiva, nem no Brasil nem em qualquer outra região do Globo. Nem em país miscigenado nem em país de baixa miscigenação, pois a raça humana é, dentro dessa perspectiva, por si, bastante miscigenada e geneticamente indistinguível, a não ser por detalhes genômicos irrelevantes.

A grande e fundamental miscigenação teria ocorrido há dezenas de milhares de anos no continente africano.

Entretanto, daí não segue que não exista racismo. Trata-se de dois fenômenos distintos. Uma coisa é a conformação objetiva das raças; e outra, de natureza diferente, é o racismo. O racismo é um processo social e cultural (no sentido antropológico do termo) que diz respeito à percepção subjetiva negativa que um determinado grupo social tem ou pode ter de outro. Nesse processo essencialmente histórico e cultural, fatos objetivos e científicos são irrelevantes. É certo que, no Brasil, a miscigenação dos, assim digamos, distintos fenótipos da raça humana tornou mais complexa e difícil a construção dessas percepções. Mas não as impediu. Lembre-se, de novo, que o Brasil foi o último país a abolir a escravidão e que tal prática marcou profundamente a nossa estrutura social.

Manifestações de racismo ocorrem a todo o momento no Brasil, e as estatísticas confirmam que os afro-descendentes (ou aqueles que são percebidos como tal, já todos os seres humanos são, a rigor, afro-descendentes) ocupam, de um modo geral, as posições inferiores em nossa estrutura social. Assim, os brancos que não têm instrução ou menos de um ano de instrução representam apenas 11,8% do total, ao passo que os negros nas mesmas condições representam mais do dobro: 26,2%. Ao mesmo tempo, os negros, que somam cerca de 45% da população brasileira, representam 64% dos pobres do Brasil e 69% dos indigentes.

O fato de que nos lembremos, individualmente, de políticos, juizes e lideranças negros confirma tal inferioridade, pois costumamos recordar as exceções, e não a regra.

Essa notável desigualdade entre as raças no Brasil só pode ser explicada pelo racismo, ideologia ativa e poderosa que impede a ascensão dos negros na nossa sociedade excludente e profundamente injusta.

Neste momento em que comemoramos 120 anos da Abolição, creio ser relevante recordar uma grande obra de um notável brasileiro. Refiro-me à *Integração do Negro na Sociedade de Classes*, de Florestan Fernandes. Essa obra, publicada em 1965, representa mudan-

ça de paradigma no entendimento das diferenças raciais no Brasil e da relação dessas diferenças com a construção de uma sociedade capitalista. Florestan, com rigor empírico e teórico, demonstra como a sociedade de classes brasileira criou e cria barreiras à ascensão social do negro e reproduz, em seu interior, a arcaica ordem racial herdada do regime escravagista.

É uma característica de nossa estrutura social moderna a reprodução de traços arcaicos patrimonialistas e escravagistas, tanto na política quanto nas relações sociais. Nisso, não há nada de surpreendente. O que surpreende é que, 120 anos após a Lei Áurea, ainda haja gente disposta a fazer a apologia do monstro a que se referia José Murilo de Carvalho. E com argumentos tão fracos e inconsistentes. Castro Alves, se vivo estivesse, com certeza bradaria de novo: “*Se deliro ou se é verdade...*”.

Sr. Presidente, nesta data, temos ainda pouco a comemorar. Somos um a sociedade extremamente desigual, tanto do ponto de vista social quanto do ponto de vista racial. Mas podemos nos orgulhar de estamos implantando políticas sérias e conseqüentes de combate às desigualdade sociais e raciais. Estamos, finalmente, no rumo histórico correto.

Tais políticas não pertencem a este Governo. Pertencem à sociedade brasileira e, num sentido mais profundo, à democracia brasileira.

Por isso, a melhor homenagem que podemos prestar neste dia aos negros e excluídos do Brasil é apoiar e fortalecer essas políticas de inclusão.

Não se trata somente de compensar os negros brasileiros pelo horror do seu passado escravista, mas de reunir brancos e negros, pobres e ricos, no futuro radioso de uma democracia efetivamente racial e social, que ainda precisa ser construída com apoio de todos.

E, ao final desse longo e difícil processo, que começou, há 120 anos, e que não findará tão cedo, a Lei Áurea fará sentido, e seremos todos, de todas as raças, livres da escravidão.

Portanto, todo apoio à política de cotas.

Espero que esse manifesto, tão oportuno quanto relevante, possa clamar junto ao Supremo Tribunal Federal; e que esse dia, essa reflexão dos 120 anos da abolição possa, definitivamente, também contribuir para que mantenhamos essas políticas.

Quero terminar, lembrando as palavras de Joaquim Nabuco, que escreve:

Que é o abolicionismo.

A obra do presente e a do futuro

[...]

A luta entre o abolicionismo e a escravidão é de ontem, mas há de prolongar-se

muito, e o período em que entramos há de ser caracterizado por essa luta.

Cento e vinte anos depois, viva Joaquim Nabuco!

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. PDT – DF) – Olhando a lista de inscritos e as presenças, passo a palavra ao Senador Eduardo Suplicy.

O SR. EDUARDO SUP LIC Y (Bloco/PT – SP. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Meu caro Presidente, Senador Cristovam Buarque, cumprimento a Sr^a Gladys, que, em momentos importantes dos trabalhos de V. Ex^a, muitas vezes o acompanha, e isso é algo muito bonito.

Cumprimento o Reitor José Vicente, da Universidade da Cidadania Zumbi dos Palmares (Unipalmares). Ainda ontem, mais uma vez, estive presente a uma bonita cerimônia em que V. S^a e sua Universidade enalteciam, pela arte, pela música e também pelas palavras, com a presença do Ministro da Igualdade Racial neste País, Edson Santos, a forma como estamos avançando na direção da maior igualdade entre todos.

Sr. Carlos Moura, Secretário-Geral da Confederação Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB); caro Frei David; querida Elisa Lucinda, poetisa e atriz, nesses 120 anos da abolição da escravidão, as desigualdades raciais, de classe, regionais e de gênero permanecem e precisam ser permanentemente combatidas. A luta do negro e de todos os excluídos, em especial, aqui enfocada com muito vigor pelo Senador Paulo Paim, permanece tão atual como nos tempos da causa abolicionista e é uma luta de todos nós.

Embora curto, o texto “É declarada extinta, desde a data desta lei, a Escravidão no Brasil. Revogam-se as disposições em contrário” contém duas frases que mudaram nosso futuro, e seus reflexos são discutidos até hoje. Com o fim da escravidão, o País entrou em nova fase, embora não tão igualitária como gostaríamos.

O Senador Paulo Paim elogiou – e quero também fazê-lo – o programa Reportagem Especial, do Jornal, da Rádio e da TV Senado, que apresentou uma retrospectiva do processo de abolição da escravidão no Brasil, mostrando como vivem atualmente as comunidades negras no País, além de ter apresentado filmes sobre o assunto. Ao lado dessa, inúmeras outras homenagens têm ocorrido no Brasil, inclusive as de iniciativa da Sociedade Afro-Brasileira de Desenvolvimento Sócio Cultural (Afrobras) e da Universidade da Cidadania Zumbi dos Palmares (Unipalmares), entre outras.

O Brasil é a terra da integração, mas ainda com enormes abismos que separam negros, brancos, pardos e índios de forma visível e invisível. Agora que chegamos ao pós 120 anos de abolição da escravatura, essa

integração coloca o Brasil no centro do debate, em que seu impasse étnico transformou-se no indicador para levar o País ao futuro como nação civilizada.

Na verdade, a abolição da escravidão no Brasil foi resultado de diversos movimentos sociais, políticos, econômicos e legais ocorridos no cenário nacional e mundial. Alguns já foram destacados, mas farei um breve histórico.

Em 1772, o julgamento do escravo fugitivo Somerset abre precedente, para que a Justiça britânica não mais apóie a escravidão.

Em 1792, o Haiti, primeiro país a proibir a escravidão, tem sua legislação abolicionista revogada por Napoleão Bonaparte, em 1802.

Em 1807, o Parlamento Britânico aprova o Abolition Act, que proíbe o tráfico de escravos na Inglaterra.

Em 1810, o Tratado de Aliança e Amizade entre Portugal e Inglaterra estabelece a abolição gradual da escravidão e delimita as possessões portuguesas na África como as únicas que poderiam continuar o tráfico.

Em 1823, José Bonifácio apresenta uma representação, na Assembléia Constituinte, sobre a abolição da escravatura e a emancipação gradual dos escravos; o Chile aprova lei que proíbe a escravidão.

Em 1826, a Inglaterra impõe ao Governo brasileiro o compromisso de decretar a abolição do tráfico em três anos.

Em 1831, a Lei Feijó proíbe o tráfico e considera livres todos os africanos introduzidos no Brasil a partir dessa data. A lei foi ignorada e chamada popularmente de “lei para inglês ver”.

Em 1845, é aprovada a Slave Trade Suppression Act (Bill Aberdeen), que proíbe o comércio de escravos entre a África e a América.

Em 1850, a Lei Eusébio de Queirós proíbe o comércio de escravos para o Brasil.

Em 1854, a Lei Nabuco de Araújo previa sanções para as autoridades que encobrissem o contrabando de escravos; é decretado o fim da escravidão na Venezuela e no Peru.

Em 1865, com o fim da Guerra de Secessão nos EUA (1861–1865), o Presidente Lincoln declara extinta a escravidão em todo o território norte-americano.

Em 1869, Portugal torna ilegal a escravidão, mas já havia decretado a liberdade dos escravos em seus territórios desde 1854.

Em 1871, a Lei do Ventre Livre concede liberdade aos filhos de escravos nascidos a partir daquela data, mas os mantêm sob a tutela dos seus senhores até os 21 anos.

Em 1880, o pernambucano Joaquim Nabuco apresenta à Câmara um projeto de lei, propondo a abolição da escravidão com indenização até 1890 e cria a Fundação da Sociedade Brasileira contra a Escravidão e seu jornal, *O Abolicionista*.

Em 1884, houve a extinção da escravidão no Ceará.

Em 1885, a Lei Saraiva–Cotegipe concede liberdade aos escravos com mais de 60 anos.

E, finalmente, a Lei Áurea, de 1888, extinguiu definitivamente a escravidão no Brasil.

O jornal *O Abolicionista*, de Joaquim Nabuco, e a *Revista Ilustrada*, de Ângelo Agostini, serviram de modelo a outras publicações do gênero. E por aí se desenvolveu uma extraordinária campanha.

Mas ainda hoje, Sr. Presidente, continuamos a ver as conseqüências dos dados que foram aqui mostrados, inclusive por V. Ex^a, de maneira completa, Senador Paulo Paim.

Considerando as observações no sentido de que temos de concluir a sessão até as 14 horas e de que ainda vamos ouvir os convidados – quero muito ouvir a poesia de Elisa Lucinda; ia até citá-la, mas prefiro ouvir sua própria voz –, requeiro, Sr. Presidente, que considere como lido tudo que eu havia preparado.

Quero ressaltar um aspecto que aqui está contido, que diz respeito aos diversos projetos de lei da Câmara e do Senado para extinguir o trabalho escravo. Eles já estão citados, e quero, da mesma maneira como V. Ex^a, pedir o empenho do Congresso Nacional, para que esses projetos sejam efetivamente examinados, inclusive a Proposta de Emenda à Constituição do Senador Ademir Andrade que ainda...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Trata do trabalho escravo.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Refere-se à possibilidade de o Governo desapropriar área onde for constatado o trabalho escravo. Por nós, já foi aprovada no Senado Federal. Que isso possa ser examinado logo na Câmara!

Gostaria ainda de dizer, Sr. Presidente, o que o filósofo professor da Universidade Católica de Louvain e da Universidade de Harvard Philippe Van Parijs costuma dizer: o grande avanço da humanidade no século XIX foi a abolição da escravidão; no século XX, foi o sufrágio universal; e, no século XXI, será o direito de todas as pessoas terem uma renda básica como direito à cidadania.

Quero ressaltar que, ao lado da universalização das boas oportunidades de educação para todos os meninos, para todas as meninas, para todos os jovens, para os adultos que, sobretudo, quando crianças, não tiveram a boa oportunidade de educação, ao lado da

reforma agrária, da universalização da boa qualidade dos serviços de saúde pública, do estímulo ao micro crédito, das cooperativas, e assim por diante, tenho a convicção de que a renda básica de cidadania – que já é lei –, que deverá ser instituída por etapas em nosso País, constituirá um dos instrumentos que muito contribuirão para que haja efetiva igualdade de direitos em nosso País.

Meus cumprimentos e toda a força para a continuidade da sua luta, Senador Paulo Paim e Senador Cristovam Buarque!

SEGUE, NA ÍNTEGRA, PRONUNCIAMENTO DO SR. SENADOR EDUARDO SUPPLY.

O SR. EDUARDO SUPPLY (Bloco/PT – SP. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, comemoramos no dia 13 de maio os 120 anos da abolição da escravidão no Brasil. Mas, as desigualdades raciais, de classe, regionais e de gênero permanecem e precisam ser continuamente combatidas. A luta do negro e de todos os excluídos permanece tão atual como nos tempos da causa abolicionista, e é uma luta de todos nós.

O texto que aboliu a escravidão no Brasil, embora curto, estabelece: “É declarada extinta desde a data desta Lei a Escravidão no Brasil. Revogam-se as disposições em contrário”, contem duas frases que mudaram o nosso futuro e cujos reflexos são discutidos até hoje. Com o fim da escravidão, o país entrou numa nova fase, embora não tão igualitária como gostaríamos.

Essa data foi lembrada no programa *Reportagem Especial*, do Jornal, da Rádio e da TV Senado, que apresentou uma retrospectiva do processo de abolição da escravatura no Brasil e mostrou como vivem atualmente as comunidades negras no país, além de apresentar filmes sobre o assunto. Ao lado desta, inúmeras outras homenagens ocorrem em todo o Brasil como: A Afrobras – Sociedade Afro-Brasileira de Desenvolvimento Sócio Cultural – e a Universidade da Cidadania Zumbi dos Palmares – Unipalmares – realizam inúmeros debates sobre o assunto.

O Brasil é a terra da integração, porém com enormes abismos que separam negros, brancos, pardos e índios de forma visível e invisível. Agora que chegamos ao pós 120 anos de abolição da escravatura essa integração coloca o Brasil no centro do debate, em que seu impasse étnico transformou-se no indicador levar o país ao futuro como nação civilizada.

Na verdade, a abolição da escravidão no Brasil foi resultado de diversos movimentos sociais, políticos, econômicos e legais, ocorridos nos cenários nacional e mundial, entre os quais podemos destacar:

1772 – O julgamento do escravo fugitivo Somerset abre precedente para que a Justiça britânica não mais apóie a escravidão;

1792 – O Haiti, primeiro país a proibir a escravidão, tem a sua legislação abolicionista revogada por Napoleão em 1802;

1807 – O Parlamento britânico aprova o “Abolition Act”, que proibia o tráfico de escravos na Inglaterra;

1810 – O Tratado de Aliança e Amizade entre Portugal e Inglaterra estabelece a abolição gradual da escravidão e delimita as possessões portuguesas na África como as únicas que poderiam continuar o tráfico;

1823 – José Bonifácio, na Assembléia Constituinte, apresenta uma representação sobre a abolição da escravatura e a emancipação gradual dos escravos; O Chile aprova lei que proíbe a escravidão;

1826 – A Inglaterra impõe ao governo brasileiro o compromisso de decretar a abolição do tráfico em três anos;

1831 – A Lei Feijó proíbe o tráfico e considera livres todos os africanos introduzidos no Brasil a partir desta data. A lei foi ignorada e chamada popularmente de “lei para inglês ver”;

1845 – É aprovada a “Slave Trade Suppression Act (Bill Aberdeen) que proíbe o comércio de escravos entre a África e a América;

1850 – A Lei Eusébio de Queiroz proíbe o comércio de escravos para o Brasil;

1854 – A Lei Nabuco de Araújo previa sanções para as autoridades que encobrissem o contrabando de escravos; é decretado o fim da escravidão na Venezuela e no Peru;

1865 – Com o fim da Guerra de Secessão nos EUA (1861-1865), o Presidente Lincoln declara extinta a escravidão em todo o território norte americano;

1869 – Portugal torna ilegal a escravidão, mas já havia decretado a liberdade dos escravos em seus territórios desde 1854;

1871 – A Lei do Ventre Livre concede liberdade aos filhos de escravos nascidos a partir desta data, mas os mantém sob a tutela dos seus senhores até atingirem os 21 anos;

1880 – O deputado Pernambucano Joaquim Nabuco apresenta à Câmara um Projeto de Lei propondo a abolição da escravidão com indenização até 1890 e cria a Fundação da Sociedade Brasileira contra a Escravidão e o seu jornal “O Abolicionista”;

1884 – Extinção da escravidão no Ceará;

1885 – A Lei Saraiva – Cotegibe concede liberdade aos escravos com mais de 60 anos;

1888 – A Lei Áurea extingui definitivamente a escravidão no Brasil.

O jornal *O Abolicionista*, de Joaquim Nabuco, e a revista *Ilustrada*, de Ângelo Agostini, serviram de modelo a outras publicações do gênero. Advogados, artistas, intelectuais, jornalistas e políticos engajaram-se no movimento e arrecadaram fundos para pagar cartas de alforria. A Igreja Positivista do Brasil, de Miguel Lemos e Raimundo Teixeira Mendes, também teve atuação destacada na campanha abolicionista, condenando a escravidão no país como uma forma bárbara e atrasada de organizar o trabalho e tratar os seres humanos.

No Recife, os alunos da Faculdade de Direito mobilizaram-se pela causa, ocasião em que fundaram uma associação abolicionista que contou com a participação de Plínio de Lima, Castro Alves, Rui Barbosa, Aristides Spínola e Regueira Costa, entre outros. Em São Paulo, destacou-se o trabalho do ex-escravo Luís Gama, advogado e um dos maiores defensores da causa abolicionista, responsável diretamente pela libertação de mais de mil cativos.

Por outro lado, é importante que mudemos as estatísticas atuais sobre o tema. Como por exemplo, a do Ibope, em parceria com o Instituto Ethos, realizada em 2007, que mostra que os negros ocupam apenas 3,5% dos cargos de chefia como executivo e 17% como gerentes, conforme matéria de capa publicada no Jornal "Folha de São Paulo, de 11 de Maio de 2008, pág. B-1, considerado que os afro-descendentes são 49,5% da população do país. Na mesma matéria consta que para as mulheres negras, a situação é ainda mais cruel, já que elas sofrem duplo preconceito. De acordo com o levantamento em questão não chega a 0,5% a porcentagem de mulheres afro-descendentes em cargos executivos.

É preciso que tenhamos uma política de educação básica e superior de qualidade voltada para os afros-descendentes e nesta esteira gostaria de parabenizar o trabalho da Universidade da Cidadania Zumbi dos Palmares, que tive o prazer de presenciar a colação de grau da primeira turma de universitários no mês passado.

Em 1902, o afro-descendente Rodrigues Alves assumiu a Presidência da República. No entanto, foi exatamente na gestão dele que o Brasil começou a pôr em prática um programa visando europeizar-se de vez. Apesar disso, os descendente dos antigos escravos buscaram a auto-afirmação e a inclusão social por meio de suas práticas culturais.

Em contrapartida, observamos no Governo do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva a criação da Seppir (Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial) no dia 21 de março de 2003, data comemorativa do Dia Internacional pela Eliminação

da Discriminação Racial. A criação dessa Secretaria representou o reconhecimento das lutas históricas do Movimento Negro Brasileiro e tem como missão estabelecer iniciativas contra as desigualdades raciais no País e a construção de uma política de governo voltada aos interesses reais da população afro-descendente e de outros segmentos étnicos discriminados.

A assinatura da Lei Áurea representou o fim do direito de propriedade de uma pessoa sobre a outra, acabando com a possibilidade de possuir legalmente um escravo no Brasil. No entanto, ainda hoje persistem situações que mantêm o trabalhador sem possibilidade de se desligar de seus patrões. Há fazendeiros que, para realizar derrubadas de matas nativas para formação de pastos, produção de carvão para a indústria siderúrgica, preparo do solo para plantio de sementes, entre outras atividades agropecuárias, contratam mão-de-obra utilizando os contratadores de empreitada, os chamados "gatos". Eles aliciam os trabalhadores, servindo de fachada para que os fazendeiros não sejam responsabilizados por esse crime.

Mais de 1,8 milhão de pessoas já assinaram o **abaixo-assinado eletrônico** e outras milhares firmaram o documento em papel pedindo a aprovação da Proposta de Emenda Constitucional (PEC) 438/2001, de autoria do Senador Ademir Andrade, que determina o confisco da terra onde for constatada a exploração de trabalho escravo no Brasil. infelizmente, a proposta está parada desde agosto de 2004, na Câmara dos Deputados, onde foi aprovada em primeiro turno. A referida emenda já foi aprovada pelo Senado Federal.

As fiscalizações do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) bateram recorde em número de pessoas libertadas do trabalho escravo em 2007, com 5.877 trabalhadores em 197 fazendas. Trabalho escravo e degradante está cada vez mais em destaque no noticiário nacional. Enquanto isso, no Congresso Nacional, a maioria das 16 principais matérias ligadas ao combate à escravidão continua há mais de dois anos sem tramitar, fora das pautas de plenários e comissões ou aguardando designação de relatores. Nove projetos estão na Câmara e sete no Senado.

Da mesma forma como intelectuais uniram-se no passado em torno da causa abolicionista, é necessário que hoje todos nos unamos para a aprovação desses Projetos de Leis e políticas públicas que combatam essa forma de escravidão.

Tenho a convicção que dentre os passos que contribuirão significativamente para promover a igualdade de todos é a implementação da Lei 10.835/2004, felizmente já aprovada e sancionada pelo Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, que estabelece a Renda Básica de Cidadania-RBC, como direito de toda e qualquer

pessoa, não importa a sua origem, raça, sexo, idade, condição civil ou mesmo socioeconômica de participar da riqueza da nação através de uma renda que, na medida do possível, atenderá às necessidades vitais de cada cidadão.

A RBC será instituída por etapas, a critério do Poder Executivo, começando pelos mais necessitados, como o faz o Programa Bolsa Família. É importante a universalização da oportunidade de educação para todas as meninas e meninos, jovens e para os adultos que não tiveram o acesso quando eram jovens; bem como a expansão do bom atendimento do serviço público de saúde e a realização da reforma agrária; do microcrédito; das formas cooperativas de produção até a RBC para que logo possamos dizer que finalmente o Brasil resgatou o direito dos que foram arrancados de sua terra natal para se tornarem escravos em nosso País.

Era o que eu tinha a dizer.

Muito obrigado.

Durante o discurso do Sr. Eduardo Suplicy, o Sr. Cristovam Buarque, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Paulo Paim.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Obrigado, Senador Eduardo Suplicy. Agradeço a V. Ex^a, em nome do Senador Cristovam Buarque e de todos aqueles homens e mulheres, brancos e negros, que lutam pela liberdade e pela justiça e o que nós chamamos muito – não é, Senador Cristovam? – de igualdade de oportunidades.

Agora, com satisfação, passo a palavra ao Senador Mão Santa; em seguida, falará o Frei David.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Presidente Paim, serei bem breve.

Senador Paulo Paim, há tantas autoridades ilustres que eu poderia esquecer algum nome, o que, mesmo sendo involuntariamente, seria imperdoável. Assim, parlamentares presentes, encantadoras senhoras, meus senhores, brasileiras e brasileiros aqui presentes e que nos assistem pelo sistema de comunicação, Senador Paim, quero saudar a todos na pessoa de V. Ex^a. V. Ex^a, para nós do Brasil, é o nosso Martin Luther King. (Palmas.)

Professor Cristovam, tem-se que ter sinceridade para falar. Eu, em nenhum momento, vivi o que é pre-conceito. Nunca tive, não tenho e não vou ter.

Vou dizer por que, professor Cristovam. Professor... Olha, só o professor é chamado de mestre. Não se chama o presidente de mestre; não se chama o

banqueiro de mestre, senador, empresário rico; só professor. Igual a Cristo, o Mestre.

O melhor professor da minha cidade, onde nasceu Evandro Lins e Silva, onde nasceu João Paulo dos Reis Velloso, o melhor Ministro da história deste País – fez o I PND, foi o farol e a luz do período revolucionário –, o melhor professor da minha cidade era assim, simpático como o Eurípedes – só tinha uns quilinhos a mais, o Eurípedes está meio magro –, era o professor José Rodrigues da Silva.

Naquele meu tempo, Cristovam, a educação era boa; tinha um tal de exame de admissão, que eu não sei como se acabou. O exame de admissão era uma das coisas do Brasil. Está aí, Cristovam: a gente fazia; se não passava, tinha uma tal de segunda época, mas a gente sabia escrever.

Meu pai também era professor, de matemática. O professor José Rodrigues era de português. Olha, estudei muito, fiz um bocado de cursos por aí – Medicina, pós-graduação, depois na Fundação Getúlio Vargas –, mas esse professor José Rodrigues não me sai da mente. No exame de admissão, estava elegante, de branco – os professores eram elegantes mesmo! Eu me lembro do meu pai, dos colegas, do inspetor de ensino –, aí, ele olhou assim e, como era amigo do meu pai, disse – tinha ditado, não tinha um ditado? – puxou: “Vou botar ‘Meu Pai, escrito por Humberto de Campos’, na dissertação e tudo.

Mas quero dizer que, aos onze, aos dez anos e meio, se fazia exame de admissão – já tinha isso. Mas a imagem... Sou o caçula. A minha irmã, que é hoje professora, Maria Cristina, o meu irmão Paulo, que você conhece, a minha irmã Ieda, todos já tinham estudado com o professor José Rodrigues e ele era como o Paim aqui: todo mundo admira, todo mundo respeita e todo mundo segue.

E vou contar um fato, porque isso já foi. O *Jornal do Senado* tem toda a história, todo mundo sabe isso aqui, que fomos retardatários na independência, fomos o último país. Todo mundo sabe, e isso está bem escrito, não sei de quem foi a idéia de o *Jornal do Senado* reviver.

E, esse negócio de liberdade, a gente não devia nem, Suplicy... Por que isso? Olha que Deus deu o recado. Ungiu um líder: “Vá libertar o meu povo!”. Aí, Moisés tomou coragem, não quis saber das dificuldades, se tinha faraó, se tinha exército de faraó, se tinha Mar Vermelho, se tinha seca, fome, bezerro de ouro. Ele foi libertá-lo. Então, esse conceito de liberdade é muito anterior, é de Deus, é divino. Não tem mais. Nós fomos retardatários, o que nos envergonha.

Mas voltaria à minha cidade. Quando João Paulo dos Reis Velloso era Ministro, eu era Deputado Estadual,

bem novinho, e o Governador do Estado, que foi Senador, era Lucídio Portella, irmão de Petrônio Portella. Conhece, Suplicy? Era austero, e eu era o vice-líder. A cidade toda foi buscar o filho-ministro, João Paulo dos Reis Velloso. Formou-se uma passeata, mais ou menos às 10h30, pois ele ia ver uma ponte que nos liga, o Piauí, ao Maranhão, Rio Parnaíba e tal. Aí, Paim, eu ia conversando, Deputado novo, com o Governador e, de repente, João Paulo dos Reis Velloso – que guiou, que iluminou a revolução, em 15, 20 anos de mando, nenhuma indignidade, nenhuma imoralidade, nenhuma corrupção. Ainda hoje vai ter um fórum nacional, o Presidente Luiz Inácio vai... – de repente, Suplicy, ele disse: “Pára! Pára! Pára!” Eu fiquei assim... Um bocado de carro, a cidade toda tinha ido buscar o filho-ministro... Era a casa do Professor José Rodrigues. Aí, ele parou, ficou todo mundo – às 10h30 no Piauí o sol é forte, a gente é forte, o povo –, e eu o acompanhei. Aí, eu vi a gratidão, o respeito a esse professor. Foi ele que foi a luz, que deu encaminhamento a esses Reis Velloso. Todos são de grande família.

Então, é isso que eu quero dizer. Esses foram grandes. O maior daqui foi Nabuco. Daí, temos que compreender a grandeza disso. Atentai bem! Nabuco, Suplicy, ficou solitário aqui, solitário para defender as liberdades dos negros. Essa é a oposição que Rui Barbosa soube fazer quando os militares ganharam a República e quiseram continuar. Suplicy, ofereceram o cofre, o Ministério da Fazenda, e ele disse: “Não troco as trouxas de minhas convicções pelo Ministério”. Essa é a oposição que nós estamos fazendo aqui.

Paim sofre mais do que Nabuco! Olha que ele não está aí solitário, porque nós, independentes, o estamos apoiando; nós, independentes, tentamos resgatar uma vergonha tão grande e tão imoral, como foi resgatada a liberdade dos negros: os velhinhos aposentados estão sendo roubados no nosso Governo e no nosso País! A lei foi feita. Eles pagaram por dez salários mínimos e estão recebendo quatro. Eles pagaram por cinco, com contrato, para, na sua velhice, terem liberdade, tranqüilidade e dignidade, mas estão lhes pagando dois, ô Suplicy!

Está aí o Nabuco, que foi tão solitário, que ele não... É diferente. O Paim está mais ungido por Deus. Ele foi por Pernambuco. Os poderosos eram contra ele, e ele não se rendeu. Ele foi grande na Inglaterra quando escreveu o livro *O Abolicionismo*, que irradiou. Foi respeitado no Chile, em Portugal, na França. O livro fez os cearenses libertarem os escravos antes de todos. Um jangadeiro, apelidado de Dragão do Mar, Francisco Nascimento, fazia greve de não trazer os escravos dos navios grandes para a praia nas peque-

nas embarcações. Mas eles cumpriram, os Nabuco, e dão coragem à nossa luta.

A liberdade que Deus determinou a Moisés foi conseguida. Agora, nós precisamos da igualdade e da fraternidade. Essa é a nossa luta. E a igualdade – está aí o professor –, nós só vamos ter igualdade quando oferecermos aos nossos irmãos o saber. Alguém disse antes de mim – Sócrates – que só tem um grande bem, o saber; e só tem um grande mal, a ignorância.

Professor Cristovam, então, para sermos decantados, nós temos de garantir a liberdade. E a liberdade já foi; eles já a fizeram. Nós temos de garantir a igualdade e a fraternidade de todos.

Que entendamos: esta Pátria, como disse Rui, não é ninguém, somos todos nós, é a família amplificada. Que aqui não se fale em negro, índio, branco e oriental. Só se fale em brasileiras e brasileiros.

A Pátria é essa família amplificada! (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Passo a palavra, de imediato, como já havia sido anunciado pelo Senador Cristovam, ao Frei David.

A seguir, a nossa poetisa Elisa Lucinda fará o encerramento, com uma bela poesia. Estão todos na expectativa.

O SR. FREI DAVID DOS SANTOS – A todos os ouvintes, aos que assistem à TV e aos presentes, digo três coisas rápidas.

Primeiro, gostaria de pedir ao Senador que registrasse nos Anais da Casa uma contribuição de um dos maiores constitucionalistas do Brasil, o grande Fábio Konder Comparato, que fez esta justificação para ser entregue hoje ao Supremo Tribunal Federal, mostrando que as cotas são constitucionais. Peço, então, que seja colocado nos Anais da Casa.

Segundo, todos aqueles que estão nos vendo e os demais Senadores bons, sangue bom, gente boa, que querem nos ajudar nessa luta, podem entrar no *site* www.manifestopelascotas.net, e ali assinar a favor desse processo, dessa defesa que vamos entregar, daqui a pouquinho, às 18 horas.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Frei David, permita-me dizer que recebo já o documento –, só para dizer, é do Fábio Konder Comparato –, e vou encaminhá-lo ao Supremo Tribunal Federal.

O SR. FREI DAVID DOS SANTOS – Excelente! Muito bom! Muito bom mesmo!

E um último ponto. Em nome de todos os presentes que compõem a Mesa, faço um apelo ao coração dos nossos irmãos membros do partido DEM.

Tenho certeza de que vocês amam o meu povo negro, vocês, Senadores, e vocês, Deputados do partido DEM. Se vocês amam realmente o povo negro, peço a vocês, de coração, que retirem o processo contra

as cotas, no Supremo, com que vocês entraram; que retirem o processo contra o ProUni; que retirem o processo contra as terras de quilombo. Vocês entraram, no Supremo Tribunal, contra o meu povo negro. Provem que vocês amam nosso povo negro.

Também, irmãos do DEM, na Câmara dos Deputados, três comissões aprovaram, por unanimidade, o Projeto nº 73/99, a favor das cotas nas universidades públicas. Três comissões, por unanimidade! Vocês, do DEM, lideraram um manifesto e, assim, o projeto, que vinha direto para o Senado, foi engavetado. E está engavetado há dois anos.

Por amor à causa de Deus, por amor ao povo negro, por amor aos excluídos, peço à Presidência do DEM, peço aos meus irmãos Senadores do DEM, peço aos nossos irmãos Deputados do DEM que revejam

humildemente essa posição e nos amem. Provem que vocês querem um Brasil integrado e não o negro eternamente fora dos direitos normais de justiça!

Eu não aceito, 120 anos depois, que 97% do povo afro não tenha conseguido entrar nas universidades. Eu não aceito saber que em todas as universidades federais do Brasil nem 1% dos professores são negros. Não é esse o Brasil que eu amo e não é esse o Brasil que eu quero ver construído nesta Nação. Peço a vocês solidariedade e justiça ao meu povo negro.

Obrigado. (Palmas.)

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE O
SR. FREI DAVID DOS SANTOS EM SEU PRO-
NUNCIAMENTO.**

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

Brevíssima nota sobre a constitucionalidade da reserva de cotas para o ingresso de negros na Universidade

Fábio Konder Comparato

Doutor honoris causa da Universidade de Coimbra

Doutor em Direito da Universidade de Paris

Professor Titular da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo

O sistema constitucional brasileiro não compreende apenas o princípio da igualdade formal ou isonomia, mas também o da igualdade substancial de condições de vida.

Os pressupostos de fato na aplicação de um e outro desses princípios fundamentais são, como se sabe, opostos. Assim, enquanto a isonomia ou igualdade perante a lei supõe, para ser aplicada, a inexistência de desigualdades e diferenças relevantes de condição de vida entre pessoas ou grupos sociais, a igualdade aplica-se, exatamente, quando existem tais desigualdades ou diferenças.

Convém distinguir a desigualdade da diferença. A primeira é criada no curso da vida social, e estabelece uma relação de superior a inferior, no tocante a respeito ao respeito à dignidade humana. Ela é, portanto, rigorosamente imoral e inconstitucional. Já as diferenças dizem respeito à condição biológica das pessoas (a diferença de gênero, por exemplo), ou ao seu patrimônio cultural, como no caso das comunidades étnicas ou religiosas. As diferenças, assim caracterizadas, devem ser respeitadas e protegidas, como formas de expressão da dignidade humana.

Temos, pois, que o pressuposto da isonomia é uma igualdade de fato a ser respeitada, ao passo que o objetivo a princípio da igualdade substancial de condições de vida é a eliminação das desigualdades existentes, a ser efetivada por meio de políticas públicas ou programas de ação estatal. Essa duplicidade de regimes jurídicos corresponde, na verdade, à distinção feita por Aristóteles, no livro *V da Ética a Nicômaco*, entre justiça comutativa ou contratual e justiça distributiva ou proporcional.

Na Constituição Federal de 1988, o princípio da igualdade substancial é enunciado no art. 3º, inciso III, *verbis*.

“Constituem objetivos fundamentais de República Federativa do Brasil”:

III - “erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais.”

A própria Constituição desenvolve esse princípio no sistema de direitos econômicos, sociais e culturais, mencionados no art. 6º e explicados nos título de ordem

econômica social. Com efeito, os direitos econômicos, sociais e culturais têm como titulares os grupos sociais carentes ou desfavorecidos, e visam justamente a eliminação dessas desigualdades.

Temos, assim, que todo o direito do trabalho, cujas normas fundamentais acham-se inscritas nos arts. 7º e seguintes, representa uma aplicação do princípio inscrito no art. 3º - III, da superação das desigualdades e condições básicas de vida; no caso, uma compensação da chamada hipossuficiência dos trabalhadores diante dos empresários.

Aliás, até mesmo dentro do direito do trabalho, a Constituição estabelece uma proteção especial de certos trabalhadores, como se vê pela soma do art. 7º - XX: proteção do mercado de trabalho da mulher, mediante incentivos específicos.

Outras disposições constitucionais referentes ao princípio da igualdade substancial de condições de vida devem ser referidas, como, por exemplo:

- 1) Usucapião privilegiados de pequena áreas urbanas e rurais (arts. 183 e 191).
- 2) Tratamento favorecido e diferenciado às empresas de pequeno porte (arts. 170 - IX e 179).
- 3) Apoio e estímulo ao cooperativismo (art. 174 , 2º e 4º)
- 4) A garantia de um salário mínimo de benefício mensal á pessoa portadora de deficiência e ao idoso que comprovem não possuir meios de prover à própria manutenção ou de tê-la provida por sua família (art.203 - V).
- 5) Prioridade absoluta dos direitos da criança e do adolescente, quando em concorrências em direito de outras pessoas (art. 227).

Em todas essas disposições constitucionais, como se vê, objetiva-se em proteger o mais fraco ou o mais pobre, mediante a outorga de direitos especiais. Trata-se, sempre, de aplicar o princípio geral da busca de uma igualdade de condições básicas de vida, objetivando a constrição de uma sociedade livre, justa e solidária (art. 3º - I).

Insista-se no fato de que entre o princípio da igualdade formal e o da igualdade substancial não existe o menor atrito ou incompatibilidade, exatamente porque os seus pressupostos de aplicação são diversos. É mesmo possível que a isonomia venha corrigir algum excesso ou abuso na aplicação do princípio da igualdade substancial. Por exemplo, quando se estabelece uma distinção descabida entre titulares do mesmo direito social ou econômico.

Em conclusão, afirmo que a idéia de se criar um sistema de favorecimento especial aos negros para o acesso à universidade enquadra-se, perfeitamente, no sistema constitucional brasileiro, que contempla o princípio da busca de uma erradicação da pobreza e da marginalização social. A eventual inconstitucionalidade poderá advir, tão só, de uma imperfeita ou abusiva formulação da regra, no caso concreto.

Fábio Konder Comparato

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Neste momento, convido para ocupar a tribuna a poetisa Elisa Lucinda, que vai declamar um poema de sua autoria, “Notícias da Colônia”.

A SR^a ELISA LUCINDA – Ilustres Parlamentares, representantes do povo brasileiro, hoje, eu vinha para cá e me lembrava de umas palavras do meu pai, o ilustre baiano-capixaba Dr. Lins dos Santos Gomes, que dizia assim: “Minha filha, preparo vocês para poder passar em qualquer alfândega do mundo sem bagagem. Se perderem a bagagem, não há problema, porque está tudo aqui”. Ele sabia que a revolução se daria pelo saber.

O Senador Cristovam Buarque, que me convidou para honrar este dia aqui, sabe que tem em mim uma aliada na revolução educacional que propõe ao País, que considero a única forma real de libertação.

Eu queria pedir licença à Mesa para ler outra coisa, além desse poema. Pode ser? É um livro de prosa que vou publicar, chamado *Só de Sacanagem*. É a primeira vez que vou dizê-lo em público. Chama-se “Amigas brancas, Ricas e com Gravadores”. Esta é uma historinha, uma prosa poética:

Era domingo e um sol lindo iluminava dando doçura a Avenida Paulista. O mesmo sol dava romantismo à paisagem mercantilista fazendo brilhar as barracas com suas bugigangas artesanais (...). [Eu resolvi passear. Comprei, comprei, comprei]. Então caí dentro: escolhi caminhos de mesa – de todas as cores, azul, verde, amarelo, branco, rosa; vinte panos de prato (...), toalhas de linho bordado, e ali fiquei por uns quarenta minutos, rindo, comentando com minha amiga, imaginando que gracinha que minha casinha ia ficar. Ah, embora pareça óbvio, tinha esquecido de dizer: a alegria também estava. Na farra do consumo, olhávamos satisfeita a vendedora; uma senhora loura com cabelos arquitetados pela arte datada dos bobs. Quando lhe devo? Perguntei tirando da bolsa um cheque e apaixonada pelas trinta peças que eu tinha adquirido a preço de feira. Trezentos e quarenta, ela me respondeu, mas... não aceitamos cheques.

Nossa! A senhora achou que eu ia pagar em dinheiro uma conta dessas? Poxa, perdi quarenta minutos aqui, escolhendo, por que você não me avisou antes? E agora?

A senhora de bobs me explicou que há cinco meses não recebiam mais cheques e me indicou os caixas eletrônicos do outro lado da rua. Sem reclamar, fomos. Era domingo, dia de paz.

Eu e a Geovana ainda de mãos dadas à alegria comentávamos a atitude da mulher e eu estranhava, porque sempre fazia compras ali com cheques, sem problemas, mas, em todo caso, se o assunto era esse, vamos pagar em cash, e não se discute. No caminho compramos mais algumas coisas em outras barracas e com cheque. Dinheiro em punho, voltando do banco, cantarolando; Geovana me deixa na barraca e vai comprar outras coisas.

Pronto, eu disse sorrindo para a mulher, e ela, sorridente também, já imaginava o que faria com aquele dindin, que não era pouca coisa para uma compra só. Vamos conferir? Eu vou separando as peças e você vai marcando no seu caderninho. Eu disse ok.

- Doze guardanapos de linho?
- Certo.
- Cinco toalhas de mesa?
- Confere.

Nesse momento em meio a conferência, uma freguesa também loura, também afeita a bobs, pergunta à minha vendedora enquanto acariciava uma bela toalha de linho para banquetes: – Posso dar um cheque para o fim do mês? Meus olhos largaram imediatamente o papel e foram encontrar os lábios da vendedora unidos desenhando nitidamente o “p” do “pode”. Diante do flagrante meus olhos enquadraram os olhos dela, miravam como setas incandescentes a boca daquela senhora, a boca cerrada com a palavra “pode” doida para sair dali, mas fora impedida pelo meu espanto. Congelou, e eu prossegui. Não pode, né? A senhora não aceita cheque, né? E ela paralisada naquela óbvia preparação da pronúncia dessa bilabial que eu tanto conheço, dessa bilabial danada que é a letra “p”. (Ela não sabia que eu conheço palavra há muito tempo. Sou do babado das palavras, sei quando uma está para sair de uma boca, sei quem ela é e de onde elas vêm, eu manjo palavra, minha senhora). Mas ela tentou desesperada uma saída, usando o mesmo “p”, aproveitando a posição dos lábios: Passa aqui depois querida, ela responde dissimulada à freguesa nova.

Foi pior, em um segundo compreendi tudo. Aquilo chicoteou o ar e trouxe o navio negreiro, meus avós, meu país massacrado pela loucura, pela insanidade do preconceito. Não houve pensamento mais; em lugar dele as lágrimas se apresentaram num lamento profundo de ser brasileira, trabalhadora, ho-

nesta e discriminada por aquela ..., hoje, em pleno século XXI, na avenida mais civilizada do país! Isso durou os segundos de uma eternidade. Chorando eu disse baixinho e fundo como faca – Eu vou te dar um flagrante agora! Você me discriminou! (...), você me discriminou! E chorava uma lágrima veterana, como se, em séculos, ainda nada tivesse mudado. Como se meu pai não tivesse me prevenido que o Brasil é doentinho, coitado, dessa praga retrógrada, que atrasa muito a terra da gente. E sofria como se meu pai não tivesse me avisado que isso doía, como se não tivesse me ensinado a transformar isso. – Não, minha querida, você está entendendo errado, não é nada disso. Não é? E dirigia-se à freguesa cúmplice, que completava: – É (falava pausadamente como um adulto imbecil se dirigindo imbecil a uma criança mais imbecil ainda). – Nós somos até meio parentes, não é?

Meu coração era um passarinho muito machucadinho de asas violentamente arrancadas que sangrava muito lá dentro, mas no portão desse mesmo coração uma leoa implacável não perdoará.

E as duas continuavam.

– É... Isso... Lembra aquela hora? Quando eu falei que era pra você dar uma volta, que você...

A música, a velha musiquinha da mentira com seu tom que não engana ninguém, nem o mais limitado dos mortais, provocou meu instinto primitivo e disparei lâminas.

– Eu entendo de teatro e vocês duas estão péssimas! Minha senhora, lamento dizer, mas a senhora se comprometeu. Vou esperar minha amiga, que é minha testemunha, porque ouviu você me dizer que não aceitava cheque, e eu vou te processar. Peguei o dinheiro da carteira em prantos, quase esfregando na cara dela, dizendo: aqui ó, perdeu, não quero mais sua mercadoria! Meu dinheiro é muito limpo e não te interessa também. Ela, desesperada, ainda tentava reverter inútil: O que é isso? Você está levando a coisa para um lado que não tem nada a ver.

E a freguesa cúmplice, tentando se bandear pro meu lado, me sussurrando com uma intimidade que nunca tivemos.

– Sua boba, ela não ia aceitar o meu cheque não!

Virei as costas pra aquele teatrinho de última categoria, que não conseguiria pauta

nem no salão da paróquia lá de Taquari, onde nasci, porque o padre Mazega jamais aprovaria uma arte tão precária e canastra. De costas para a banca, de frente pra rua e óculos escuros, soluçava pra dentro, muda e dolorida. Na cabeça desrespeitada e tonta, oscilavam os pensamentos: ora eu era uma socióloga cheia de argumentos e politicamente corretíssima, ora uma menininha abandonada e castigada demais pela brutalidade da intolerância, ora uma celebridade chamando a imprensa, fazendo estardalhaço, cercada de advogados bonitões, ora uma brutamontes com idéias hitchcocknianas de mistério, vingança e morte. Era assim o cinema de minha cabeça, e eu fazia todos os papéis.

De costas para a tenda, esperava ansiosa por Geovana, minha testemunha. Ela era minha única testemunha e não podia demorar tanto. Meus ouvidos ainda escutaram a voz de uma outra vizinha de feira aproximar-se por trás de minha antagonista e informar excitada e advertidamente: “Ela é a mulher de Tony Ramos!” Ao que minha vendedora com o capacete louro marcado pela memória dos bobs exclamou: “Eu não sabia...”.

A revolta piorava com força, e, graças a Deus, o sol descortinava Geovana sorridente a me avistar na calçada; seu sorriso se desmanchou diante do retrato de pranto na minha cara. Pensou que eu tinha sido assaltada, que alguém levava meu dinheiro. De todos os personagens, quem recebeu minha amiga foi a menina desamparada; tinha oito anos e dizia, segurando no braço de uma enquanto apontava pra cara da outra: – Você não se lembra, Geovana, que ela disse que eu não podia comprar com cheque? Que ela não aceitava?

– Lembro. A testemunha disse sincera, como sob juramento e como se fosse minha mãe. A lamentável mulher ainda tentou balbuciar outra desculpa esfarrapada demais, mas não deixei. Ninguém escapará do terror do simbólico: o espírito de um Osama Bin Laden junguiano tomou conta de mim e dos meus sentidos e lancei a bomba:

– A senhora nunca mais vai vender com cheque pra ninguém. Estará sendo vigiada, investigada e jamais saberá, pois mandarei minhas amigas brancas, ricas e com gravadores. Farão compras caras, virão te visitar. Eu vou te processar!

O sol, que a tudo viu e que nos iluminará,
pôs a se pôr pra não chorar. (Palmas.)

Essa foi para você, Zé Vicente.

Agora, vou finalizar.

O que mais gosto de fazer, senhores, com o meu trabalho, como uma negra brasileira, é um recorte dentro do cotidiano, onde tudo acontece, para dizer o que tenho a dizer e para transformar, e a palavra é minha espada.

Eu estava tomando banho, passando óleo no meu corpo, que é um costume da minha avó, Elisa Lucinda, e tive esta viagem:

NOTÍCIAS DA COLÔNIA

Venho de uma linhagem de negros fortes.

Penso nisso enquanto passo óleo-extrato de pêssego na perna.

Toco a definição da musculatura de modo a quase vê-la.

Não falo de beleza.

Não é egóica a viagem.

Sou nesse momento um documento histórico.

O pensamento, como não tem motivo para deter-se, se atira ao mapa das etnias, se lança ao território das origens, visita os ingredientes do mestiço caldeirão.

Sinto então, no peito, a coragem dos portugueses nos oceanos imprevisíveis, na aventura do incalculável.

Herdei deles, além dessas palavras na minha língua, o destemor dos altos mares, olhar visionário que sustenta, que gera forças para as batalhas das águas da alegria e para as batalhas das difíceis águas dos pesares.

Mas uma tribo de índios e uma nação de negros dá resistência potente ao fundo do tacho.

É a parte mais perto do fogo e trepida em mim de tal modo seu calor, que toda a filosofia que trago está ancorada neste selvagem.

Daí a intuição no barro de todos os afetares,

daí o amor de filha e devota da natureza,

daí meu gosto pelo cheiro de mato e pelo fogo ardendo na fogueira levando às tardes a categoria de perfume só por causa do fogueiro de lenha.

Ao chegar nas massagens dos pés, os dedos lambuzam os tornozelos, e me assalta a

memória dos acorrentados, humanos deuses, oriundos da nação da liberdade.

O sangue daquele navio é dos meus antepassados, os que passaram antes de mim e se misturaram aos outros, se deitaram com os outros e por isso estou aqui.

Sou herdeira dos sobreviventes!

Como albatroz que sobrevoa o navio negro e empresta as suas asas a Castro Alves, vejo eu agora o crime que manchou no mar de Yemanjá o cruel da humanidade.

Quatrocentos anos de covardíssima guerra!

Uma coisa sem nome.

Se o mundo não considera este horror também um holocausto é porque ainda considera o povo negro de segunda categoria.

Não é, não é. (Palmas.)

Ó erro crasso,

ó injustíssimo engano,

ó sangrento equívoco,

estou aqui na claridade dos azulejos pensando nisso enquanto os olhos essenciais sobem num movimento rotativo ao ventre.

Aquele que guarda as gerações que me precederam e de onde brotam meus infinitos da continuação da vida.

O ventre agora livre que já foi nome de lei quando não era.

Não faz calor e a passagem do líquido dourado passa pelo diafragma arrepiando a pele e aquecendo o plexo.

Respiro fundo.

Unto os seios de negra e as mamas das amas de leite.

O leite dado de graça e com amor aos filhos dos donos da mercadoria humana, aos frutos dos algozes.

O leite não absolve os inocentes porque eles não são culpados.

Penso nisso e as mãos sobem aos ombros,

deslizam para os braços e se concentram na nuca.

A fumaça quente da ducha faz nuvem de vapor ocultando os ladrilhos.

Nossa, a avó de minha mãe era índia pegada a laço!

É ela agora quem me olha, me chama ao rio, me ensina o nome de todos os seus peixes, garante minha parte sereia, renova meus ciclos com as luas, eu vou ficando muito chateada

com as trapalhadas dos dominadores e seu tesão pelos dominados.

Vejo o susto, o estupro e também vejo o amor entre as classes.

É certo que pode-se muito pouco contra um poder ereto.

Fecho o frasco do líquido.

Curiosamente não uso, neste momento, água de colônia nenhuma.

Não lavo as mãos, deixo que o unguento penetre nelas unguindo-as como uma doce gratidão pelas nações que construíram e que ainda hoje limpa os chãos dos palácios.

Saio do banheiro pisando sobre as minhas pernas fortes.

Sou um documento histórico do que aconteceu antes de existir na minha memória.

O desejo traiu o poder e seus argumentos porque ninguém é melhor que ninguém na cama da história. (Palmas.)

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – A Presidência agradece muito à poetisa Elisa Lucinda e diz que seu documento lido será encaminhado, na forma regimental, pela Casa.

Meus cumprimentos pela poesia e pelo próprio documento.

A SR^a ELISA LUCINDA – Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – O Sr. Senador César Borges enviou discurso à Mesa, alusivo ao presente evento, para ser publicados na forma do disposto no art. 203 do Regimento Interno.

O SR. CÉSAR BORGES (Bloco/PR – BA. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr Presidente, Sr^{as} e Srs Senadores, hoje, quando se completam os 120 anos da Abolição da Escravatura, o IBGE está divulgando o seu Mapa da Distribuição Espacial da População Negra, com base em dados do Censo 2000.

Esses dados serão melhor detalhados com a divulgação completa do trabalho, mas algumas conclusões já foram divulgadas hoje pela imprensa.

A pesquisa deve confirmar algumas informações que todos já sabem, algumas das quais muito me orgulham, como a alta percentagem de negros na população do meu estado e, particularmente, em Salvador.

Mas essas informações demográficas, relacionadas às informações históricas, podem explicar muito da nossa realidade social e econômica atual e serve de oportunidade para nos fazer pensar sobre os graves problemas que enfrentamos.

Por exemplo, as áreas apontadas no mapa do IBGE como de maior ocorrência da população negra corresponde às mesmas áreas em que a ocupação

territorial foi feita pelo trabalho escravo (Maranhão, Zona da Nordeste, Recôncavo Baiano e larga porção do Sudeste).

Na Bahia, em algumas cidades, este índice chega a 85% da população.

Segundo os pesquisadores, há ainda maior coincidência entre a alta concentração de população negra (negros e pardos auto-declarados ao IBGE) e os portos que atuaram como receptores de escravos: São Luís (MA), Salvador (BA), Recife (PE) e Rio de Janeiro (RJ).

Justamente por isto, o jornal *Folha de S. Paulo* deu o título de “Negro ainda vive em região do porto”, na reportagem de hoje, que trata desse trabalho do IBGE.

Ora, se nós levarmos em conta que o Maranhão é o Estado mais pobre do nosso País; que Recife e o Rio de Janeiro enfrentam a violência social dos que não têm acesso aos bens de consumo; vamos entender que a comemorada Emancipação dos Escravos ainda não ocorreu, justamente porque onde a população negra está mais concentrada, maior é a desigualdade social.

Sr^{as} e Srs. Senadores, não devemos nos conformar com isto. O País precisa se mobilizar contra a desigualdade. E aí temos uma relação causal: a desigualdade entre brancos e negros leva à desigualdade regional, porque mais pobres são as regiões onde a parcela da população negra é mais representativa.

Eu gostaria de lembrar o grande abolicionista Joaquim Nabuco, que, na sua obra de memórias chamada “Minha Formação”, cunhou a frase que, de certa maneira, resume todo o seu pensamento. Disse Nabuco: “A escravidão permanecerá por muito tempo como característica nacional do Brasil”.

A escravidão não foi um problema só do Brasil – ontem assisti ao filme *Amazing Grace*, sobre a luta na sociedade inglesa pela abolição da escravatura. Mas foi só no Brasil e no império português que ele resistiu, porque o Brasil foi o último País a abolir a escravidão; por isto, seus traços, como vaticinou Nabuco, ainda permanecem.

É também Nabuco, na sua obra *O Abolicionista*, quem defendeu a entrega de terras para os negros libertados, no que seria o primeiro protótipo de ação afirmativa em nosso país ou, pelo menos, de uma ação de reparação.

E vejam que até hoje nosso País se debate nesta questão, mesmo quando se propõem ações afirmativas razoáveis, nem um pouco radicais, como aquelas inscritas no Estatuto da Igualdade Racial, do qual tive orgulho de ser um dos Relatores.

Sr^{as} e Srs. Senadores, quando venho pedir aos brasileiros providências contra a desigualdade entre brancos e negros no País, venho porque sei que, desenvolvendo as áreas mais carentes do Brasil, estaremos também fazendo um País racialmente mais justo.

Quando venho pedir aos brasileiros por políticas que combatam a desigualdade entre brancos e negros, venho também com o orgulho de representar um Estado que nunca se conformou com a escravidão.

Venho aqui em nome de uma herança deixada por Castro Alves, por Rui Barbosa, por André Rebouças, este um engenheiro negro reconhecido e admirado na sua época, todos eles líderes abolicionistas, atuando lado a lado com nomes como o próprio Nabuco, Tobias Barreto e Luis Gama.

Nem os baianos nem os negros baianos se conformaram e se conformam com esta situação. Os primeiros sinais de resistência à escravidão também foram localizados no meu Estado da Bahia, quando o Império recebeu notícias de negros fugitivos, ainda em 1575.

Outra forte ação negra aconteceu na Revolta dos Malês, de 25 a 27 de janeiro de 1835, quando centenas de escravos africanos adeptos do Islã lutaram nas ruas de Salvador contra tropas de cavalaria e milícias.

Nos confrontos ocorridos, morreram sete integrantes das tropas oficiais e 70 negros. Outros 281 foram presos. Portanto, a Bahia pela sua origem e formação cultural, herança da raça negra, sempre esteve como um Estado pioneiro nessa luta que ainda é atual.

Claro que a abolição da escravatura foi um processo secular resultante de mobilizações sociais, morais, políticas e econômicas, e envolveu trabalho de brasileiros de todas as regiões. Mas é preciso que a Abolição continue. Seu processo não está encerrado.

Hoje, quando comemoramos um feito histórico, os 120 anos da abolição da escravatura no País, é importante se fazer uma justiça histórica à Lei Áurea, que foi aprovada em tempo recorde na Câmara e no Senado e foi o instrumento legal indispensável para o resgate da liberdade da raça negra no Brasil.

Como sabemos, as Leis anteriores à Lei Áurea, tais como a que abolia o tráfico de escravos, a Lei do Ventre Livre e a dos Sexagenários tiveram pouco efeito prático na condição do negro no Brasil. Foi daí que surgiu a expressão “para inglês ver”, porque se faziam leis contra a escravidão que nunca saíram do papel, apenas para responder às pressões políticas e militares da Inglaterra.

Entretanto, mesmo com a Lei Áurea, os negros sofrem mais com baixos salários, constituem maioria entre os desempregados, têm os menores índices de educação, necessitam de programas específicas de saúde.

Portanto, a abolição precisa prosseguir. Vamos continuar de onde a Lei Áurea parou. Vamos aprovar o Estatuto da Igualdade Racial!

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS)

– Antes de encerrar esta sessão, a Presidência informa ao Plenário que será exibido, na próxima quinta-feira, dia 15, às 9h, na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, o documentário “A Chama da Liberdade”, produzido pela TV Senado, lembrando os 120 anos da abolição da escravatura. Esse documentário foi muito elogiado por todos aqui, neste plenário.

Queremos ainda convidar todos os presentes para a abertura oficial da exposição fotográfica de Pierre Verger “Fluxo e Refluxo, Brasil/África”, que será realizada no Salão Branco do Senado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Informo também que o nobre Senador Inácio Arruda estava inscrito, tem um belo pronunciamento a fazer, mas, devido ao nosso horário, S. Ex^a falará no segundo momento, quando abirmos a sessão da Casa na parte da tarde.

Senador Inácio Arruda, V. Ex^a abriu mão, para que nossa poetisa pudesse também usar seu tempo.

Senador Cristovam, esta Presidência, mais uma vez, quer cumprimentar V. Ex^a. E me permita que eu o cumprimente na pessoa da sua esposa, Gladys Pessoa de Vasconcelos Buarque, que ficou todo o tempo aqui, acompanhando cada detalhe desta sessão.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – O Sr. Senador César Borges enviou discurso à Mesa, alusivo ao presente evento, para ser publicados na forma do disposto no art. 203 do Regimento Interno.

O SR. CÉSAR BORGES (Bloco/PR – BA. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr Presidente, Sr^{as} e Srs Senadores, hoje, quando se completam os 120 anos da Abolição da Escravatura, o IBGE está divulgando o seu Mapa da Distribuição Espacial da População Negra, com base em dados do Censo 2000.

Esses dados serão melhor detalhados com a divulgação completa do trabalho, mas algumas conclusões já foram divulgadas hoje pela imprensa.

A pesquisa deve confirmar algumas informações que todos já sabem, algumas das quais muito me orgulham, como a alta percentagem de negros na população do meu estado e, particularmente, em Salvador.

Mas essas informações demográficas, relacionadas às informações históricas, podem explicar muito da nossa realidade social e econômica atual e serve de oportunidade para nos fazer pensar sobre os graves problemas que enfrentamos.

Por exemplo, as áreas apontadas no mapa do IBGE como de maior ocorrência da população negra corresponde às mesmas áreas em que a ocupação territorial foi feita pelo trabalho escravo (Maranhão, Zona da nordestina, Recôncavo Baiano e larga porção do Sudeste).

Na Bahia, em algumas cidades, este índice chega a 85% da população.

Segundo os pesquisadores, há ainda maior coincidência entre a alta concentração de população negra (negros e pardos auto-declarados ao IBGE) e os

portos que atuaram como receptores de escravos: São Luís (MA), Salvador (BA), Recife (PE) e Rio de Janeiro (RJ).

Justamente por isto, o jornal *Folha de S. Paulo* deu o título de “Negro ainda vive em região do porto”, na reportagem de hoje, que trata desse trabalho do IBGE.

Ora, se nós levarmos em conta que o Maranhão é o Estado mais pobre do nosso País; que Recife e o Rio de Janeiro enfrentam a violência social dos que não têm acesso aos bens de consumo; vamos entender que a comemorada Emancipação dos Escravos ainda não ocorreu, justamente porque onde a população negra está mais concentrada, maior é a desigualdade social.

Sr^{as} e Srs. Senadores, não devemos nos conformar com isto. O País precisa se mobilizar contra a desigualdade. E aí temos uma relação causal: a desigualdade entre brancos e negros leva à desigualdade regional, porque mais pobres são as regiões onde a parcela da população negra é mais representativa.

Eu gostaria de lembrar o grande abolicionista Joaquim Nabuco, que, na sua obra de memórias chamada “Minha Formação”, cunhou a frase que, de certa maneira, resume todo o seu pensamento. Disse Nabuco: “A escravidão permanecerá por muito tempo como característica nacional do Brasil”.

A escravidão não foi um problema só do Brasil – ontem assisti ao filme *Amazing Grace*, sobre a luta na sociedade inglesa pela abolição da escravatura. Mas foi só no Brasil e no império português que ele resistiu, porque o Brasil foi o último País a abolir a escravidão; por isto, seus traços, como vaticinou Nabuco, ainda permanecem.

É também Nabuco, na sua obra *O Abolicionista*, quem defendeu a entrega de terras para os negros libertados, no que seria o primeiro protótipo de ação afirmativa em nosso país ou, pelo menos, de uma ação de reparação.

E vejam que até hoje nosso País se debate nesta questão, mesmo quando se propõem ações afirmativas razoáveis, nem um pouco radicais, como aquelas inscritas no Estatuto da Igualdade Racial, do qual tive orgulho de ser um dos Relatores.

Sr^{as} e Srs. Senadores, quando venho pedir aos brasileiros providências contra a desigualdade entre brancos e negros no País, venho porque sei que, desenvolvendo as áreas mais carentes do Brasil, estaremos também fazendo um País racialmente mais justo.

Quando venho pedir aos brasileiros por políticas que combatam a desigualdade entre brancos e negros, venho também com o orgulho de representar um Estado que nunca se conformou com a escravidão.

Venho aqui em nome de uma herança deixada por Castro Alves, por Rui Barbosa, por André Rebouças, este um engenheiro negro reconhecido e admirado na sua época, todos eles líderes abolicionistas, atuando

lado a lado com nomes como o próprio Nabuco, Tobias Barreto e Luis Gama.

Nem os baianos nem os negros baianos se conformaram e se conformam com esta situação. Os primeiros sinais de resistência à escravidão também foram localizados no meu Estado da Bahia, quando o Império recebeu notícias de negros fugitivos, ainda em 1575.

Outra forte ação negra aconteceu na Revolta dos Malês, de 25 a 27 de janeiro de 1835, quando centenas de escravos africanos adeptos do Islã lutaram nas ruas de Salvador contra tropas de cavalaria e milícias.

Nos confrontos ocorridos, morreram sete integrantes das tropas oficiais e 70 negros. Outros 281 foram presos. Portanto, a Bahia pela sua origem e formação cultural, herança da raça negra, sempre esteve como um Estado pioneiro nessa luta que ainda é atual.

Claro que a abolição da escravatura foi um processo secular resultante de mobilizações sociais, morais, políticas e econômicas, e envolveu trabalho de brasileiros de todas as regiões. Mas é preciso que a Abolição continue. Seu processo não está encerrado.

Hoje, quando comemoramos um feito histórico, os 120 anos da abolição da escravatura no País, é importante se fazer uma justiça histórica à Lei Áurea, que foi aprovada em tempo recorde na Câmara e no Senado e foi o instrumento legal indispensável para o resgate da liberdade da raça negra no Brasil.

Como sabemos, as Leis anteriores à Lei Áurea, tais como a que abolia o tráfico de escravos, a Lei do Ventre Livre e a dos Sexagenários tiveram pouco efeito prático na condição do negro no Brasil. Foi daí que surgiu a expressão “para inglês ver”, porque se fazia leis contra a escravidão que nunca saíram do papel, apenas para responder às pressões políticas e militares da Inglaterra.

Entretanto, mesmo com a Lei Áurea, os negros sofrem mais com baixos salários, constituem maioria entre os desempregados, têm os menores índices de educação, necessitam de programas específicas de saúde.

Portanto, a abolição precisa prosseguir. Vamos continuar de onde a Lei Áurea parou. Vamos aprovar o Estatuto da Igualdade Racial!

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Com isso, encerro a presente sessão.

Um abraço a todos!

Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 14 horas e 15 minutos.)

Ata da 75ª Sessão Deliberativa Ordinária, em 13 de maio de 2008

2ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura

Presidência dos Srs. Garibaldi Alves Filho, Efraim Moraes, Jefferson Peres,
Inácio Arruda, Antonio Carlos Júnior e Mão Santa.

(Inicia-se a Sessão às 14 horas e 19 minutos)

É o seguinte o registro de comparecimento.

SESSÃO DELIBERATIVA ORDINÁRIA ÀS 14:00 HORAS

Período : 13/5/2008 07:40:54 até 13/5/2008 21:00:39

Partido	UF	Nome	Pres	Voto	Partido	UF	Nome	Pres	Voto
DEM	DF	ADELMIR SANTANA	X	X	DEM	TO	KÁTIA ABREU	X	
PMDB	SE	ALMEIDA LIMA	X		PMDB	MA	LOBÃO FILHO	X	X
Bloco-PT	SP	ALOIZIO MERCADANTE	X	X	PSDB	GO	LÚCIA VÂNIA	X	X
PSDB	PR	ALVARO DIAS	X	X	Bloco-PR	ES	MAGNO MALTA	X	
DEM	BA	ANTÔNIO CARLOS JUNIOR	X	X	PMDB	PI	MÃO SANTA	X	X
Bloco-PSB	SE	ANTÔNIO CARLOS VALADARES	X	X	Bloco-PRB	RJ	MARCELO CRIVELLA	X	
PSDB	AM	ARTHUR VIRGÍLIO	X	X	DEM	PE	MARCO MACIEL	X	X
PTB	PB	CARLOS DUNGA	X	X	PSDB	PA	MÁRIO COUTO	X	X
Bloco-PR	BA	CÉSAR BORGES	X	X	PSDB	MS	MARISA SERRANO	X	X
PDT	DF	CRISTOVAM BUARQUE	X	X	PTB	RR	MOZARILDO CAVALCANTI	X	X
Bloco-PT	MS	DELÍDIO AMARAL	X		PMDB	SC	NEUTO DE CONTO	X	X
DEM	GO	DEMÓSTENES TORRES	X		PDT	PR	OSMAR DIAS	X	X
PSDB	MG	EDUARDO AZEREDO	X	X	PSDB	AP	PAPALÉO PAES	X	X
Bloco-PT	SP	EDUARDO SUPLYC	X	X	PDT	CE	PATRICIA SABOYA	X	
DEM	PB	EFRAIM MORAIS	X	X	PMDB	RJ	PAULO DUQUE	X	
DEM	MG	ELISEU RESENDE	X	X	Bloco-PT	RS	PAULO PAIM	X	X
PTB	MA	EPITÁCIO CAFETEIRA	X	X	PMDB	RS	PEDRO SIMON	X	X
Bloco-PR	RO	EXPEDITO JÚNIOR	X	X	DEM	SC	RAIMUNDO COLOMBO	X	X
Bloco-PT	RO	FÁTIMA CLEIDE	X	X	PMDB	AL	RENAN CALHEIROS	X	X
PTB	AL	FERNANDO COLLOR	X	X					
Bloco-PT	PR	FLÁVIO ARNS	X	X	Bloco-PSB	ES	RENATO CASAGRANDE	X	X
PSDB	PA	FLEXA RIBEIRO	X	X	PMDB	RR	ROMERO JUCÁ	X	X
Bloco-PP	RJ	FRANCISCO DORNELLES	X	X	DEM	RN	ROSALBA CIARLINI	X	X
PMDB	RN	GARIBALDI ALVES FILHO	X	X	PMDB	MA	ROSEANA SARNEY	X	X
PMDB	AP	GEOVANI BORGES	X		PSDB	PE	SÉRGIO GUERRA	X	X
PMDB	AC	GERALDO MESQUITA JÚNIOR	X	X	PTB	RS	SÉRGIO ZAMBIASI	X	X
PMDB	ES	GERSON CAMATA	X	X	Bloco-PT	MT	SERYS SLHESSARENKO	X	X
DEM	MT	GILBERTO GOELLNER	X	X	Bloco-PT	AC	SIBÁ MACHADO	X	X
PTB	DF	GIM ARGELLO	X		PSDB	CE	TASSO JEREISSATI	X	X
Bloco-PT	SC	IDELI SALVATTI	X	X	Bloco-PT	AC	TIÃO VIANA	X	X
Bloco-PCdoB	CE	INÁCIO ARRUDA	X	X	PMDB	RO	VALDIR RAUPP	X	
PMDB	PE	JARBAS VASCONCELOS	X	X	PMDB	MS	VALTER PEREIRA	X	X
DEM	MT	JAYME CAMPOS	X	X	PSC	SE	VIRGINIO DE CARVALHO	X	
PDT	AM	JEFFERSON PÉRES	X	X					
PDT	BA	JOÃO DURVAL	X	X					
Bloco-PR	TO	JOÃO RIBEIRO	X	X					
PSDB	AL	JOÃO TENÓRIO	X						
PTB	PI	JOÃO VICENTE CLAUDINO	X	X					
DEM	RN	JOSÉ AGRIPIANO	X	X					
PMDB	PB	JOSÉ MARANHÃO	X	X					
PMDB	AP	JOSÉ SARNEY	X						

Compareceram: 73 Senadores

O SR. PRESIDENTE (Jefferson Péres. PDT – AM) – Havendo número regimental, declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. PRESIDENTE (Jefferson Péres. PDT – AM) – Sobre a mesa, projetos que passo a ler.

São lidos os seguintes:

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 187, DE 2008

Insera o § 5º no art. 36 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para instituir a aplicação de teste vocacional no ensino médio.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O art. 36 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, passa a vigorar acrescido do seguinte § 5º:

“Art. 36.
.....
.....

§ 5º É obrigatória a aplicação de teste vocacional aos estudantes do ensino médio, assegurada a sua gratuidade aos matriculados em escolas públicas. (NR)”

Art. 2º Esta Lei entra em vigor no ano letivo subsequente ao da data de sua publicação.

Justificação

Os estudantes do ensino médio, em sua maioria, encontram-se em uma idade de incertezas e descobertas. São adolescentes e jovens adultos cujas personalidades e visões de mundo apenas começam a se consolidar. Muitos ainda não trabalham. Outros têm seus primeiros empregos, geralmente não qualificados e obtidos no mercado informal.

Nesse contexto, a vocação profissional da maior parte desses estudantes, inclusive dos concluintes do nível médio, é marcada por dúvidas e hesitações. Essa situação dificulta a busca de ofícios que possam adequar-se às inclinações e potencialidades de cada um. Ao mesmo tempo, leva um amplo contingente de estudantes a opções equivocadas no prosseguimento de seus estudos.

A pouca maturidade desses jovens associa-se a influências questionáveis de familiares e amigos, bem como a informações superficiais sobre as carreiras, na difusão do conhecido fenômeno das sucessivas trocas de cursos no nível superior. Além de tumultuar a vida acadêmica dos estudantes, essa indecisão prejudica

o planejamento das instituições de ensino e tira a vaga de outros candidatos, o que é particularmente grave na universidade pública, na qual a disputa pelo acesso aos cursos de graduação é, em geral, acirrada.

Faço referência também, como justificativa desta minha iniciativa, os dados constantes no **site** do Instituto Longhi, conforme a publicação na Seção “Empregos & Oportunidades”, do jornal **Zero Hora**, edição do dia 15 de abril de 2007, em que afirma que “a troca de curso até o segundo ano da faculdade pode chegar a 70 % dos alunos”.

A aplicação, em caráter obrigatório, de testes vocacionais aos alunos do ensino médio pode contribuir significativamente para modificar esse quadro, pois, de posse de dados mais consistentes sobre os diversos cursos e carreiras, bem como de informações sobre seus reais pendores, os estudantes ficarão mais capacitados a fazer suas escolhas.

Apresento, assim, esta proposição, que altera a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), para instituir a obrigatoriedade dos testes vocacionais no ensino médio.

Cumpra ressaltar que o projeto assegura a gratuidade dos testes vocacionais nas escolas públicas. Já o momento mais adequado para a aplicação dos testes deve levar em consideração a proposta pedagógica das redes de ensino e das escolas, razão pela qual preferi omitir qualquer indicação a esse respeito na proposição.

Em suma, tenho forte convicção de que a universalização dos testes vocacionais no ensino médio orientará melhor nossos jovens em suas escolhas acadêmicas e profissionais.

Ante o exposto, espero contar com o apoio de meus Pares para a aprovação deste projeto de lei.

Sala das Sessões, 13 de maio de 2008. – Senador **Sérgio Zambiasi**.

LEGISLAÇÃO CITADA

LEI Nº 9.394, DE 20 DE DEZEMBRO DE 1996

Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.

O Presidente da República Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

.....

SEÇÃO IV **Do Ensino Médio**

.....

Art. 36. O currículo do ensino médio observará o disposto na Seção I deste Capítulo e as seguintes diretrizes:

I – destacará a educação tecnológica básica, a compreensão do significado da ciência, das letras e das artes; o processo histórico de transformação da sociedade e da cultura; a língua portuguesa como instrumento de comunicação, acesso ao conhecimento e exercício da cidadania;

II – adotará metodologias de ensino e de avaliação que estimulem a iniciativa dos estudantes;

III – será incluída uma língua estrangeira moderna, como disciplina obrigatória, escolhida pela comunidade escolar, e uma segunda, em caráter optativo, dentro das disponibilidades da instituição.

§ 1º Os conteúdos, as metodologias e as formas de avaliação serão organizados de tal forma que ao final do ensino médio o educando demonstre:

I – domínio dos princípios científicos e tecnológicos que presidem a produção moderna;

II – conhecimento das formas contemporâneas de linguagem;

III – domínio dos conhecimentos de Filosofia e de Sociologia necessários ao exercício da cidadania.

§ 2º O ensino médio, atendida a formação geral do educando, poderá prepará-lo para o exercício de profissões técnicas. (Regulamento)

§ 3º Os cursos do ensino médio terão equivalência legal e habilitarão ao prosseguimento de estudos.

§ 4º A preparação geral para o trabalho e, facultativamente, a habilitação profissional, poderão ser desenvolvidas nos próprios estabelecimentos de ensino médio ou em cooperação com instituições especializadas em educação profissional.

(À Comissão de Educação, Cultura e Esporte, em decisão terminativa.)

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 188, DE 2008

Altera a Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000, para dispor sobre a adoção de legenda em filmes nacionais e em exibições de peças teatrais.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O art. 17 da Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000, passa a vigorar acrescido dos seguintes parágrafos:

Art. 17.

§ 1º As distribuidoras de obras cinematográficas ou videofonográficas para exibição em salas de cinema, e os promotores de peças teatrais e demais obras cenográficas são obrigados a legendar as obras exibidas ou a oferecer interpretação do texto correspondente em linguagem compreensível aos portadores de deficiência auditiva.

§ 2º A obrigação prevista no § 1º estende-se a todos os filmes comercializados para exibição, exceto:

I – os destinados à divulgação de músicas;

II – os de peças publicitárias;

III – os de curta metragem, conforme disposto em regulamento;

IV – os exibidos em caráter não comercial ou em festivais e mostras competitivas.

§ 3º Os locais que disponham de mais de uma sala de exibição oferecendo simultaneamente a mesma obra poderão limitar a exibição da cópia legendada a apenas uma sala.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor cento e vinte dias após a data de sua publicação.

Justificação

Dados divulgados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, a partir do Censo realizado em 2000, indicam que aproximadamente seis milhões de pessoas apresentavam alguma ou grande dificuldade permanente de ouvir, numa população total estimada, à época, em 170 milhões de habitantes.

Mesmo para aquelas pessoas surdas dotadas de habilidades de leitura labial, o acompanhamento de filmes nacionais e peças de teatro, pela própria natureza das exibições, é atividade deveras dificultosa, o que justifica a intenção de atualizar-se o ordenamento jurídico existente, no sentido de que essas pessoas também tenham seus direitos à cultura e ao laser respeitado.

Como a inclusão social desses cidadãos também passa pelo acesso pleno à informação cultural, a obrigatoriedade de inserir legendas ou prover a apresentação com o texto correspondente ao espetáculo, auxiliará as pessoas com deficiência auditiva a melhor aproveitar as manifestações culturais do País, incentivando-as ao comparecimento nos cinemas e no teatro. Ademais, a promoção da melhoria na qualidade de vida para as pessoas com deficiência é tarefa do governo e da sociedade, que freqüentemente implica

em mudanças razoavelmente simples, mas de grande impacto para os que delas se beneficiam tal o caso do mérito da presente proposição.

Cumpra ainda destacar que o mérito da matéria já foi abordado com propriedade pela Câmara dos Deputados, mediante o Projeto de Lei nº 4.176, de 2004, que infelizmente acabou por ser arquivado ao final da última legislatura. Ao seu autor, Deputado Luiz Antonio Fleury, confere o crédito da iniciativa, de propor a adoção de legenda em filmes nacionais e em exposições de peças teatrais.

Do exposto, e na certeza de estar contribuindo para com o processo de inclusão social de alguns milhões de brasileiros, solicito aos nobres colegas a aprovação deste projeto de lei, nos termos em que o apresento enriquecido pelos aprimoramentos porventura decorrentes.

Sala das Sessões, 13 de março de 2008. – Senador **Flávio Arns**.

LEGISLAÇÃO CITADA

LEI Nº 10.098 DE 19 DE DEZEMBRO DE 2000

Estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências.

.....
 Art. 17. O Poder Público promoverá a eliminação de barreiras na comunicação e estabelecerá mecanismos e alternativas técnicas que tornem acessíveis os sistemas de comunicação e sinalização às pessoas portadoras de deficiência sensorial e com dificuldade de comunicação, para garantir-lhes o direito de acesso à informação, à comunicação, ao trabalho, à educação, ao transporte, à cultura, ao esporte e ao lazer.

(À Comissão de Educação, Cultura e Esporte, em decisão terminativa.)

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 189, DE 2008

Altera o art. 7º da Lei nº 7.990, de 28 de dezembro de 1989, e a alínea e do inciso II do art. 49 da Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997, com vistas a destinar recursos do Fundo Especial exclusivamente para a saúde.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O art. 7º da Lei nº 7.990, de 28 de dezembro de 1989, passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 7º O valor do **royalty**, previsto no contrato de concessão para extração de petróleo ou gás natural, que representar cinco por cento da produção, será distribuído conforme os seguintes critérios:

I – quando a lavra ocorrer em terra ou em lagos, rios, ilhas fluviais e lacustres:

a) setenta por cento aos estados onde ocorrer a produção;

b) vinte por cento aos municípios onde ocorrer a produção;

c) dez por cento aos municípios que sejam afetados pelas operações de embarque e desembarque de petróleo e gás natural, segundo critérios estabelecidos pela Agência Nacional de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis – ANP.

II – quando a lavra ocorrer na plataforma continental:

a) trinta por cento aos Estados onde ocorrer a produção;

b) trinta por cento aos municípios onde ocorrer a produção e suas respectivas áreas geoeconômicas;

c) dez por cento aos municípios que sejam afetados pelas operações de embarque e desembarque de petróleo e gás natural, segundo critérios estabelecidos pela Agência Nacional de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis – ANP;

d) vinte por cento ao Ministério da Marinha, para atender aos encargos de fiscalização e proteção das áreas de produção;

e) dez por cento para constituição do Fundo Especial, para aplicação exclusivamente em saúde, a ser distribuído entre todos os Estados, Territórios e Municípios;” (NR)

Art. 2º A alínea e do inciso II do art. 49 da Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997, passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 49.

.....

II–

.....

e) sete inteiros e cinco décimos por cento para constituição do Fundo Especial, para aplicação exclusivamente em saúde, a ser

distribuído entre todos os Estados, Territórios e Municípios;

..... (NR)

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data da sua publicação.

Justificação

A Constituição Federal determina que o provimento de serviços de atendimento à saúde da população é competência concorrente da União, dos Estados e dos Municípios.

Entretanto, o que se observa é que o Poder Público tem falhado nesse seu dever constitucional, pois os serviços públicos de saúde têm deixado a desejar, principalmente no provimento de cuidados à população carente. A melhoria desses serviços requer mais recursos do que os que vêm sendo aplicados.

A carência de recursos para a saúde tem-se agravado nos estados e municípios de todo o País. É preciso, pois, destinar mais recursos financeiros para esse serviço de interesse público, com vistas a aliviar o sofrimento da população carente, sem, no entanto, aumentar ainda mais a carga tributária, atualmente um verdadeiro fardo para a sociedade. E a União tem que fazer a sua parte, contribuindo com os esforços dos outros Entes Federativos.

Entendemos que o caminho mais viável é destinar receitas patrimoniais da União – que não são tributos – para reforçar o caixa do sistema de saúde. As mais significativas dessas receitas são os *royalties* pela exploração de petróleo e de gás natural. As Leis nº 7.990, de 28 de dezembro de 1989, e nº 9.478, de 6 de agosto de 1997, prevêm a destinação de recursos para um Fundo Especial, para distribuição entre todos os Estados, territórios e municípios, mas não especificam a forma de aplicação. O Projeto que ora apresentamos propõe que os valores apurados pelo Fundo sejam aplicados exclusivamente em saúde.

No ano de 2007, o Fundo Especial arrecadou R\$576 milhões. Não é muito, se considerarmos as carências de saúde em nível nacional. Mas o Fundo poderá alcançar um montante muito maior em futuro próximo, se considerarmos o potencial dos gigantes campos de petróleo recém-descobertos em nossa plataforma continental. A aprovação do presente Projeto de Lei permitirá que a União contribua de forma mais incisiva para o provimento de serviços de atendimento à saúde de nossa população.

O Projeto também tem o propósito de aprimorar a técnica legislativa, haja vista que o art. 7º da Lei nº 7.990, de 1989, altera artigo da Lei nº 2.004, de 1953, que foi posteriormente revogada pela Lei nº 9.478, de 1997.

Em face do exposto, peço aos Excelentíssimos pares que apóiem a proposição que ora apresento.

Sala das Sessões, 13 de maio de 2008. – Senador **Expedito Júnior**

LEGISLAÇÃO CITADA

LEI Nº 7.990, DE 26 DE DEZEMBRO DE 1989

Art. 7º O art. 27 e seus §§ 4º e 6º, da Lei nº 2.004, de 3 de outubro de 1953, alterada pelas Leis nºs 3.257, de 2 de setembro de 1957, 7.453, de 27 de dezembro de 1985, e 7.525, de 22 de julho de 1986, passam a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 27. A sociedade e suas subsidiárias ficam obrigadas a pagar a compensação financeira aos Estados, Distrito Federal e municípios, correspondente a 5% (cinco por cento) sobre o valor do óleo bruto, do xisto betuminoso e do gás extraído de seus respectivos territórios, onde se fixar a lavra do petróleo ou se localizarem instalações marítimas ou terrestres de embarque ou desembarque de óleo bruto ou de gás natural, operados pela Petróleo Brasileiro S.A. – PETROBRAS, obedecidos os seguintes critérios:

I – 70% (setenta por cento) aos Estados produtores;

II – 20% (vinte por cento) aos municípios produtores;

III – 10% (dez por cento) aos municípios onde se localizarem instalações marítimas ou terrestres de embarque ou desembarque de óleo bruto e/ou gás natural.

.....
§ 4º É também devida a compensação financeira aos Estados, Distrito Federal e municípios confrontantes, quando o óleo, o xisto betuminoso e o gás forem extraídos da plataforma continental nos mesmos 5% (cinco por cento) fixados no **caput** deste artigo, sendo 1,5% (um e meio por cento) aos Estados e Distrito Federal e 0,5% (meio por cento) aos Municípios onde se localizarem instalações marítimas ou terrestres de embarque ou de-

sembarque; 1,5% (um e meio por cento) aos municípios produtores e suas respectivas áreas geoeconômicas; 1% (um por cento) ao Ministério da Marinha, para atender aos encargos de fiscalização e proteção das atividades econômicas das referidas áreas de 0,5% (meio por cento) para constituir um fundo especial a ser distribuído entre os Estados, Territórios e municípios.

.....
 § 6º Os Estados, Territórios e municípios centrais, em cujos lagos, rios, ilhas fluviais e lacustres se fizer a exploração de petróleo, xisto betuminoso ou gás, farão jus à compensação financeira prevista no **caput** deste artigo.”

LEI Nº 9.478, DE 6 DE AGOSTO DE 1997

Art. 49. A parcela do valor do *royalty* que exceder a cinco por cento da produção terá a seguinte distribuição:

I – quando a lavra ocorrer em terra ou em lagos, rios, ilhas fluviais e lacustres:

a) cinquenta e dois inteiros e cinco décimos por cento aos Estados onde ocorrer a produção;

b) quinze por cento aos municípios onde ocorrer a produção;

c) sete inteiros e cinco décimos por cento aos municípios que sejam afetados pelas operações de embarque e desembarque de petróleo e gás natural, na forma e critério estabelecidos pela ANP;

d) 25% (vinte e cinco por cento) ao Ministério da Ciência e Tecnologia, para financiar programas de amparo à pesquisa científica e ao desenvolvimento tecnológico aplicados à indústria do petróleo, do gás natural e dos biocombustíveis;

II – quando a lavra ocorrer na plataforma continental:

a) vinte e dois inteiros e cinco décimos por cento aos Estados produtores confrontantes;

b) vinte e dois inteiros e cinco décimos por cento aos municípios produtores confrontantes;

c) quinze por cento ao Ministério da Marinha, para atender aos encargos de fiscalização e proteção das áreas de produção;

d) sete inteiros e cinco décimos por cento aos municípios que sejam afetados pelas operações de embarque e desembarque de petróleo e gás natural, na forma e critério estabelecidos pela ANP;

e) sete inteiros e cinco décimos por cento para constituição de um Fundo Especial, a ser distribuído entre todos os Estados, Territórios e municípios;

f) 25% (vinte e cinco por cento) ao Ministério da Ciência e Tecnologia, para financiar programas de amparo à pesquisa científica e ao desenvolvimento tecnológico aplicados à indústria do petróleo, do gás natural e dos biocombustíveis.

§ 1º Do total de recursos destinados ao Ministério da Ciência e Tecnologia serão aplicados, no mínimo, 40% (quarenta por cento) em programas de fomento à capacitação e ao desenvolvimento científico e tecnológico das regiões Norte e Nordeste, incluindo as respectivas áreas de abrangência das Agências de Desenvolvimento Regional.

§ 2º O Ministério da Ciência e Tecnologia administrará os programas de amparo à pesquisa científica e ao desenvolvimento tecnológico previstos no caput deste artigo, com o apoio técnico da ANP, no cumprimento do disposto no inciso X do art. 8º, e mediante convênios com as universidades e os centros de pesquisa do País, segundo normas a serem definidas em decreto do Presidente da República.

LEI Nº 2.004, DE 6 DE AGOSTO DE 1997

Dispõe sobre a Política Nacional do Petróleo e define as atribuições do Conselho Nacional do Petróleo, institui a Sociedade Anônima, e dá outras providências.

(Às Comissões de Assuntos Sociais; e de Assuntos Econômicos, cabendo à última a decisão terminativa.)

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 55, DE 2008

Convoca plebiscito sobre a mudança do fuso horário do Estado do Mato Grosso do Sul para igualá-lo ao de Brasília.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º É convocado plebiscito, a ser realizado no Estado do Mato Grosso do Sul, entre a população diretamente interessada, para decidir sobre a pertinência da alteração do fuso horário do Estado, hoje fixado pela hora de Greenwich “menos quatro horas”, para a hora de Greenwich “menos três horas”.

Parágrafo único. A população diretamente interessada é a de todos os municípios do Estado do Mato Grosso do Sul.

Art. 2º O resultado do plebiscito considerará a soma de todos os votos dos municípios envolvidos na votação, dentro do Estado, e será considerado aprovado ou rejeitado por maioria simples.

Art. 3º O Presidente do Congresso Nacional dará ciência da aprovação deste ato convocatório ao Tribunal Superior Eleitoral para os efeitos previstos no art. 8º da Lei nº 9.709, de 1998.

Art. 4º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

Pretende-se, com este projeto, permitir a aplicação de um dos mecanismos de democracia direta previstos na Constituição Federal: o plebiscito.

Trata-se de matéria regulamentada pela Lei nº 9.709, de 18 de novembro de 1998, que, em seu art. 2º, o define juntamente com o referendo como “consultas formuladas ao povo para que delibere sobre matéria de acentuada relevância, de natureza constitucional, legislativa ou administrativa”.

Pelo texto do § 1º do art. 2º da citada lei, “o plebiscito é convocado com anterioridade a ato legislativo ou administrativo, cabendo ao povo, pelo voto, aprovar ou denegar o que lhe tenha sido submetido”.

O que se pretende, portanto, é consultar a população do Mato Grosso do Sul sobre a mudança de fuso horário do Estado, pelas razões a seguir apresentadas.

A hora legal no Brasil, definida pelo Decreto nº 2.784, de 18 de junho de 1913, se divide em quatro fusos horários distintos. O Estado do Mato Grosso do Sul enquadra-se no terceiro fuso, hora de Greenwich “menos quatro horas”, enquanto a maior parte do País enquadra-se no segundo, hora de Greenwich “menos três horas”, conhecida também como horário de Brasília.

Muitas proposições legislativas têm sido apresentadas no Congresso Nacional, para mudança no Decreto nº 2.784, de 1913. A mais bem sucedida acaba de ser sancionada. Trata-se de projeto apresentado pelo Senador Tião Viana que, transformado na Lei nº 11.662, de 24 de abril de 2008, reduziu em uma hora os fusos horários do Estado do Acre, de parte do Estado do Amazonas e do Estado do Pará.

Com a divulgação desse resultado, a população de MS resgatou antiga discussão que levou o então Senador Itálvio Coelho a propor equiparação de horário através do PLS nº 243/1977 de 1º-11-1977.

A retomada desse debate estimulou-me a apresentar o presente projeto de decreto legislativo, com a finalidade de permitir que a população diretamente interessada seja chamada a se manifestar sobre a redução de uma hora no fuso horário do Estado do Mato Grosso do Sul.

Acredito que a adequação é importante eis que, conforme levantamento realizado pela Federação das Indústrias de Mato Grosso do Sul (FIEMS), a diferença de fuso horário impacta negativamente o setor produtivo, em síntese, pelas seguintes razões: (1º) a defasagem cronológica em relação ao Distrito Federal e a São Paulo importa em custos adicionais para as empresas locais, notadamente com encargos trabalhistas e fiscais; (2º) a diferença não contribui para a integração e interação econômica com outros estados, especialmente com São Paulo, que é o maior parceiro comercial de MS; (3º) como MS consome apenas 1,1% da energia nacional, não haveria qualquer impacto no setor elétrico.

A propósito, vale lembrar, que nas regiões limítrofes com outros Estados já se pratica, ainda que oficiosamente, o horário de Brasília, tudo para minimizar parte desses prejuízos econômicos.

Contudo, embora pessoalmente seja favorável à mudança, acredito que alteração de tamanha envergadura não possa ser implantada sem o respaldo popular.

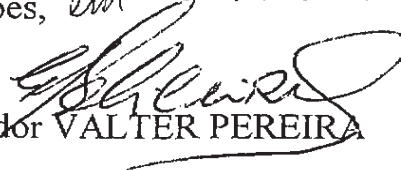
Dada à repercussão da medida na vida de todos os cidadãos do Estado, não é admissível adotá-la pela vontade exclusiva do legislador.

Afinal, a matéria é controvertida e, como tal, exige decisão coletiva. Por isso, sopesando todos os argumentos favoráveis e contrários, é preciso saber se a maioria da população tem interesse nessa alteração e quer se sujeitar ao período de adaptação.

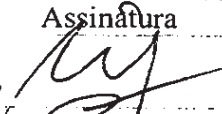
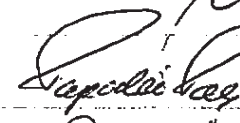
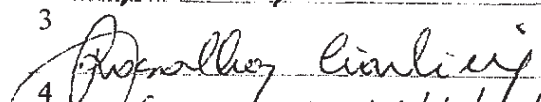
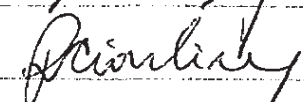
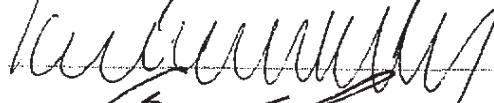
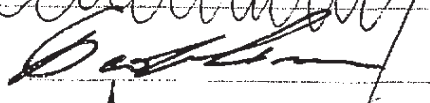

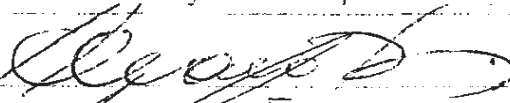
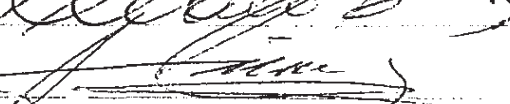
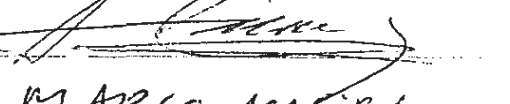
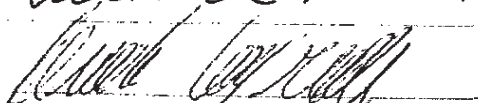
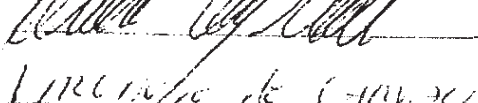
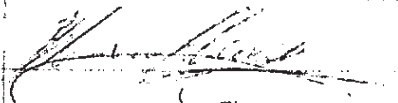
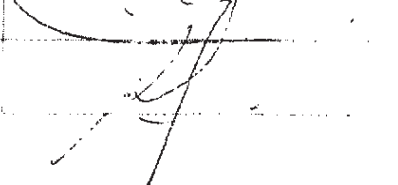
Forte nesses motivos, estou convicto de que antes de submeter projeto de alteração do fuso horário à apreciação do Senado Federal, a realização de um plebiscito é a medida mais democrática. A partir da resposta a essa consulta, aí sim poderemos adotar uma medida que esteja em consonância com a vontade do povo.

Por todas essas razões solicito aos meus pares a aprovação desta proposta de Decreto Legislativo, para que a consulta possa ser submetida à população sulmatogrossense.

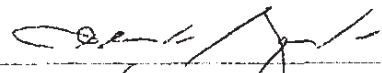




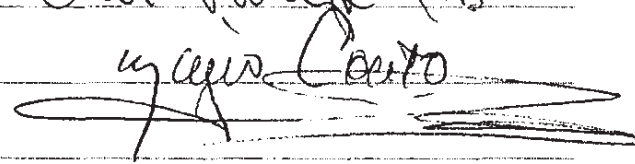


Sala das Sessões, em 13 de maio de 2008


Senador VALTER PEREIRA

PDS de Plebiscito sobre Alteração do Fuso Horário em MS

	Nome	Assinatura
1	GIM ARGELLO	
2	Tapuleio Soares	
3		
4		JARBAS VASCONCELOS
5		PEDRO SIMON
6	Mariano	Mariano
7		
8	ALVARO DIAS	
9	HELMIR SANTANA	
10		MARCO MACIEL
11		CASAGRANDE
12	LIROUPO DE CARVALHO	
13	ROSEANA SURINEY	

PDS de Plebiscito sobre Alteração do Fuso Horário em MS

	Nome	Assinatura
14	EDUARDO AZEREDO	
15	JOSÉ CARLOS PEREIRA	
16	Vitoriano	TIAO VIANA
17		Leandro Guerra
18		JOSE AGRIPINO
19		
20		DOMINGOS <small>FRANCISCO DOMINGOS</small>
21	Osvaldo	Carlos Guerra P.O. - PB
22		Ygor Couto
23	JOSÉ CARLOS PEREIRA	
24		FRANCISCO DOMINGOS
25	FRANCISCO DOMINGOS	
26	Miguel	Flávio Amis
27		João Vitor
28	João Vitor	Fernando Calhaz
29	João Vitor	João Vitor
30	Antônio	Antônio

LEGISLAÇÃO CITADA

LEI Nº 9.709, DE 18 DE NOVEMBRO DE 1998

Regulamenta a execução do disposto nos incisos II e III do art. 14 da Constituição Federal.

O Presidente da República, faça saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º A soberania popular é exercida por sufrágio universal e pelo voto direto e secreto, com valor igual para todos, nos termos desta Lei e das normas constitucionais pertinentes, mediante:

- I – plebiscito;
- II – referendo;
- III – iniciativa popular.

Art. 2º Plebiscito e referendo são consultas formuladas ao povo para que delibere sobre matéria de acentuada relevância, de natureza constitucional, legislativa ou administrativa.

§ 1º O plebiscito é convocado com anterioridade a ato legislativo ou administrativo, cabendo ao povo, pelo voto, aprovar ou denegar o que lhe tenha sido submetido.

§ 2º O referendo é convocado com posterioridade a ato legislativo ou administrativo, cumprindo ao povo a respectiva ratificação ou rejeição.

Art. 3º Nas questões de relevância nacional, de competência do Poder Legislativo ou do Poder Executivo, e no caso do § 3º do art. 18 da Constituição Federal, o plebiscito e o referendo são convocados mediante decreto legislativo, por proposta de um terço, no mínimo, dos membros que compõem, qualquer das Casas do Congresso Nacional, de conformidade com esta Lei.

Art. 4º A incorporação de Estados entre si, subdivisão ou desmembramento para se anexarem a outros, ou formarem novos Estados ou Territórios Federais, dependem da aprovação da população diretamente interessada, por meio de plebiscito realizado na mesma data e horário em cada um dos Estados, e do Congresso Nacional, por lei complementar, ouvidas as respectivas Assembléias Legislativas.

§ 1º Proclamado o resultado da consulta plebiscitária sendo favorável à alteração territorial prevista no *caput*, o projeto de lei complementar respectivo será proposto perante qualquer das Casas do Congresso Nacional.

§ 2º À Casa perante a qual tenha sido apresentado o projeto de lei complementar referido no parágrafo anterior compete proceder à audiência das respectivas Assembléias Legislativas.

§ 3º Na oportunidade prevista no parágrafo anterior, as respectivas Assembléias Legislativas opinarão, sem caráter vinculativo, sobre a matéria, e fornecerão ao Congresso Nacional os detalhamentos técnicos concernentes aos aspectos administrativos, financeiros, sociais e econômicos da área geopolítica afetada.

§ 4º O Congresso Nacional, ao aprovar a lei complementar, tomará em conta as informações técnicas a que se refere o parágrafo anterior.

Art. 5º O plebiscito destinado à criação, à incorporação, à fusão e ao desmembramento de Municípios, será convocado pela Assembléia Legislativa, de conformidade com a legislação federal e estadual.

Art. 6º Nas demais questões, de competência dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, o plebiscito e o referendo serão convocados de conformidade, respectivamente, com a Constituição Estadual e com a Lei Orgânica.

Art. 7º Nas consultas plebiscitárias previstas nos arts. 4º e 5º entende-se por população diretamente interessada tanto a do território que se pretende desmembrar, quanto a do que sofrerá desmembramento; em caso de fusão ou anexação, tanto a população da área que se quer anexar quanto a da que receberá o acréscimo; e a vontade popular se aferirá pelo percentual que se manifestar em relação ao total da população consultada.

Art. 8º Aprovado o ato convocatório, o Presidente do Congresso Nacional dará ciência à Justiça Eleitoral, a quem incumbirá nos limites de sua circunscrição:

- I – fixar a data da consulta popular;
- II – tornar pública a cédula respectiva;
- III – expedir instruções para a realização do plebiscito ou referendo;

IV – assegurar a gratuidade nos meios de comunicação de massa concessionários de serviço público, aos partidos políticos e às frentes suprapartidárias organizadas pela sociedade civil em torno da matéria em questão, para a divulgação de seus postulados referentes ao tema sob consulta.

Art. 9º Convocado o plebiscito, o projeto legislativo ou medida administrativa não efetivada, cujas matérias constituam objeto da consulta popular, terá sustada sua tramitação, até que o resultado das urnas seja proclamado.

Art. 10. O plebiscito ou referendo, convocado nos termos da presente Lei, será considerado aprovado ou rejeitado por maioria simples, de acordo com o resultado homologado pelo Tribunal Superior Eleitoral.

Art. 11. O referendo pode ser convocado no prazo de trinta dias, a contar da promulgação de lei ou adoção de medida administrativa, que se relacione de maneira direta com a consulta popular.

Art. 12. A tramitação dos projetos de plebiscito e referendo obedecerá às normas do Regimento Comum do Congresso Nacional.

Art. 13. A iniciativa popular consiste na apresentação de projeto de lei à Câmara dos Deputados, subscrito por, no mínimo, um por cento do eleitorado nacional, distribuído pelo menos por cinco Estados, com não menos de três décimos por cento dos eleitores de cada um deles.

§ 1º O projeto de lei de iniciativa popular deverá circunscrever-se a um só assunto.

§ 2º O projeto de lei de iniciativa popular não poderá ser rejeitado por vício de forma, cabendo à Câmara dos Deputados, por seu órgão competente, providenciar a correção de eventuais impropriedades de técnica legislativa ou de redação.

Art. 14. A Câmara dos Deputados, verificando o cumprimento das exigências estabelecidas no art. 13 e respectivos parágrafos, dará seguimento à iniciativa popular, consoante as normas do Regimento Interno.

Art. 15. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 18 de novembro de 1998; 177º da Independência e 110º da República. – **FERNANDO HENRIQUE CARDOSO** – **Renan Calheiros**.

DECRETO Nº 2.784, DE 18 DE JUNHO DE 1913

Vide Decreto nº 4.264, de 2002

Determina a hora legal.

O Presidente da República dos Estados Unidos do Brasil, faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a resolução seguinte:

Art. 1º Para as relações contratuais internacionais e comerciais, o meridiano de Greenwich será considerado fundamental em todo o território da República dos Estados Unidos do Brasil.

Art. 2º O território da República fica dividido, no que diz respeito á hora legal, em quatro fusos distintos:

a) o primeiro fuso, caracterizado pela hora de Greenwich “menos duas horas”, compreende o arquipélago Fernando de Noronha e a ilha da Trindade;

b) o segundo fuso, caracterizado pela hora de Greenwich “menos três horas”, compreende todo o litoral do Brasil e os Estados interiores (menos Mato Grosso e Amazonas), bem como parte do Estado do Pará delimitada por uma linha que, partindo do monte Grevaux, na fronteira com a Guyana Francesa, vá seguindo pelo álveo do rio Pecuary até o Javary, pelo álveo deste até o Amazonas e ao sul pelo leito do Xingú até entrar no Estado de Mato Grosso: (Vide Lei nº 11.662, de 2008)

c) terceiro fuso, caracterizado pela hora média de Greenwich “menos quatro horas”, compreenderá o Estado do Pará a W da linha precedente, o Estado do Mato Grosso e a parte do Amazonas que fica a E de uma linha (círculo máximo) que, partindo de Tabatinga, vá a Porto Acre; (Vide Lei nº 11.662, de 2008)

d) quarto fuso, caracterizado pela hora de Greenwich “menos cinco horas”, compreenderá o território do Acre e os cedidos recentemente pela Bolívia, assim como a área a W da linha precedentemente descrita. (Vide Lei nº 11.662, de 2008)

Art. 3º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 18 de junho de 1913, 92º da Independência e 25º da República. – **Hermes R. Da Fonseca**, – **Pedro de Toledo**.

(À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.)

O SR. PRESIDENTE (Jefferson Péres. PDT – AM) – Os projetos que acabam de ser lidos vão às Comissões competentes.

Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 583, DE 2008

Requeiro nos termos dos artigos 218, inciso VII e 221 do Regimento Interno do Senado Federal inserção em ata de voto de pesar pelo falecimento, na última sexta-feira, 9 de maio do corrente, do jornalista, escritor, ex-deputado e ex-senador Arthur da Távola, aos 72 anos, de insuficiência cardíaca, bem como apresentação de condolências à sua esposa, Miriam Ripper, e aos filhos Leonardo, Eduardo e André.

Justificação

A música erudita perde um dos seus mais efusivos aliados, o jornalista, escritor, ex-deputado e ex-senador Arthur da Távola. Homem de vocação renascentista Arthur da Távola não deixou que a política pusesse fim à sua veia artística. Mesmo como senador ele apresentava na TV Senado o programa *Quem tem medo de música Clássica*. Seus fãs também podiam ouvi-lo na Rádio Senado onde apresentou vários programas: *Música Erudita e seus Mestres*; *Músicas do Brasil e*, mais recentemente, *Crônicas Musicais*.

Artur da Távola era o pseudônimo do carioca Paulo Alberto Moretzsohn Monteiro de Barros, nascido em 3 de janeiro de 1936. Formou-se em Direito em 1959, mas seu envolvimento com o movimento estudantil o levou, já no ano seguinte, a ser eleito Deputado Constituinte pelo Estado da Guanabara. Reeleito em 1962 ingressou no PTB. Cassado pelo regime militar, exilou-se na

Bolívia e Chile entre 1964 e 1968. Ao retornar, adotou o pseudônimo de Artur da Távola e começou a escrever sobre televisão no jornal **Última Hora**. “Artur da Távola foi a primeira pessoa a fazer crítica de televisão a sério no Brasil”, recordou o cineasta Zelito Viana.

Ao longo da vida, publicou 23 livros e comandou programas de jornalismo e música clássica no rádio e na TV. Atualmente, dirigia a rádio Roquette Pinto, que passou por reformulação sob seu comando. “Era um craque em tudo o que se metia: rádio, TV, música, jornalismo, política... Ele fez uma revolução na Roquette Pinto. Agora abriu-se um buraco”, lamenta o jornalista Sérgio Cabral.

Pensador independente deixou o Senado em 2003, mas se manteve referência respeitada. Com seu caráter humanista não descansou de trabalhar pela democratização do país em defesa da cultura. Tanto é que o meio cultural sente a perda do crítico: “Sempre o admirei pela coragem de suas posições políticas e pelas crônicas inesquecíveis que assinou, fazendo análises precisas, inteligentes e argutas das nossas novelas”, disse a novelista Glória Perez.

“Ele emprestou sua cultura para que a TV brasileira não se tornasse um subproduto”, lembrou a atriz Christiane Torloni. “Seu papel foi de grande importância cultural no rádio e TV da nossa cidade. Como político, manteve-se sempre coerente com seus ideais democráticos”, disse o autor de novelas Manoel Carlos.

“Sua trajetória de escritor, jornalista e político sério dedicado às melhores causas são exemplo a ser observado com muita atenção por todos que desejem uma vida pública séria e limpa”, comentou o presidente da Academia Brasileira de Letras, Cícero Sandroni.

Para mostrar um pouco da alma deste político, escritor e poeta termino este requerimento com uma de suas poesias, que retratam o que se passava na alma e no coração de Arthur da Távola:

Coisas que a vida ensina depois dos 40
Amor não se implora não se pede não se espera...

Amor se vive ou não.

Ciúmes é um sentimento inútil. Não torna ninguém fiel a você. Animais são anjos disfarçados, mandados à terra por Deus para mostrar ao homem o que é fidelidade.

Crianças aprendem com aquilo que você faz, não com o que você diz.

As pessoas que falam dos outros pra você, vão falar de você para os outros. Perdoar e esquecer nos torna mais jovens. Água é um santo remédio.

Deus inventou o choro para o homem não explodir.

Ausência de regras é uma regra que depende do bom senso. Não existe comida ruim, existe comida mal temperada. A criatividade caminha junto com a falta de grana. Ser autêntico é a melhor e única forma de agradar. Amigos de verdade nunca te abandonam.

O carinho é a melhor arma contra o ódio.

As diferenças tornam a vida mais bonita e colorida. Há poesia em toda a criação divina.

Deus é o maior poeta de todos os tempos.

A música é a sobremesa da vida.

Acreditar, não faz de ninguém um tolo. Tolo é quem mente. Filhos são presentes raros.

De tudo, o que fica é o seu nome e as lembranças a cerca de suas ações. Obrigada, desculpa, por favor, são palavras mágicas, chaves que

abrem portas para uma vida melhor

O amor... Ah, o amor...

O amor quebra barreiras, une facções, destrói preconceitos, cura doenças...

Não há vida decente sem amor!

E é certo, quem ama, é muito amado.

E vive a vida mais alegremente...

Sala das sessões, 13 de maio de 2008. – Senador **Eduardo Matarazzo Suplicy**.

O SR. PRESIDENTE (Jefferson Péres. PDT – AM) – A Presidência encaminhará o voto de pesar solicitado.

O requerimento que acaba de ser lido vai ao Arquivo.

Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 584, DE 2005

Requeiro, nos termos regimentais, licença dos trabalhos desta Casa no dia 15 de maio de 2008, quando estarei em viagem cumprindo missão da Subcomissão Temporária para Acompanhar a Crise Ambiental na Amazônia (CMACAA).

Sala das Sessões, 13 de maio de 2008. – Senador **Flexa Ribeiro**

O SR. PRESIDENTE (Jefferson Péres. PDT – AM) – O requerimento que acaba de ser lido vai à publicação e será votado oportunamente.

O SR. PRESIDENTE (Jefferson Péres. PDT – AM) – O Senhor Presidente da República adotou, em 9 de maio de 2008, e publicou no dia 12 do mesmo mês e ano, a **Medida Provisória nº 427, de 2008**,

que “Acrescenta e altera dispositivos na Lei nº 5.917, de 10 de setembro de 1973, que aprova o Plano Nacional de Viação, reestrutura a VALEC – Engenharia, Construções e Ferrovias S.A., encerra o processo de liquidação e extingue a Empresa Brasileira de Planejamento de Transportes – GEIPOT, altera as Leis nºs 9.060, de 14 de junho de 1995, e 11.297, de 9 de maio de 2006, e dá outras providências”.

Nos termos dos §§ 2º e 7º do art 2º da Resolução nº 1, de 2002-CN, fica assim constituída a Comissão Mista incumbida de emitir parecer sobre a matéria:

Senadores

Titulares

Suplentes

Bloco da Minoria (DEM/PSDB)

José Agripino (DEM)	Jayme Campos (DEM)
Kátia Abreu (DEM)	Raimundo Colombo (DEM)
Arthur Virgílio (PSDB)	Álvaro Dias (PSDB)
Marconi Perillo (PSDB)	Marisa Serrano (PSDB)

Bloco de Apoio ao Governo
(PT/PR/PSB/PCdoB/PP/PRB)

Ideli Salvatti (PT)	Inácio Arruda (PCdoB)
João Ribeiro (PR)	Marcelo Crivella (PRB)
Renato Casagrande (PSB)	Francisco Dornelles (PP)

PMDB (Maioria)

Valdir Raupp	Almeida Lima
Wellington Salgado de Oliveira	Leomar Quintanilha
Valter Pereira	Neuto De Conto

PTB

Epitácio Cafeteira	Sérgio Zambiasi
--------------------	-----------------

PDT

Jefferson Péres	Osmar Dias
-----------------	------------

* PSOL

José Nery

¹ Rodízio nos termos da Resolução nº 2, de 2000-CN.

Deputados

Titulares

Suplentes

Bloco (PMDB/PT/PP/PR/PTB/PSC/PTC/PTdoB)

Henrique Eduardo Alves-PMDB	Carlos Willian-PTC
Maurício Rands-PT	Vinícius Carvalho-PTdoB
Mário Negromonte-PP	Edinho Bez-PMDB
Luciano Castro-PR	Beto Faro-PT
Jovair Arantes-PTB	Benedito de Lira-PP
Hugo Leal-PSC	José Carlos Araújo-PR

Bloco (PSDB/DEM/PPS)

José Aníbal-PSDB	Ronaldo Caiado-DEM
Antonio Carlos Magalhães Neto-DEM	Arnaldo Jardim-PPS
Fernando Coruja-PPS	Bruno Rodrigues-PSDB
Bruno Araújo-PSDB	José Carlos Aleluia-DEM

Bloco (PSB/PDT/PCdoB/PMN/PAN)

Renildo Calheiros-PCdoB	Rodrigo Rollemberg-PSB
Márcio França-PSB	Vieira da Cunha-PDT

*PRB

Léo Vivas

Também de acordo com a Resolução nº 1, de 2002-CN, fica estabelecido o seguinte calendário para a tramitação da matéria:

- Publicação no DO: 12-5-2008-Ed. Extra
- Designação da Comissão: 13-5-2008(SF)
- Instalação da Comissão: 14-5-2008
- Emendas: até 18-5-2008 (6 dias após a publicação)
- Prazo na Comissão: 12-5-2008 a 25-5-2008(14º dia)
- Remessa do processo à CD: 25-5-2008
- Prazo na CD: de 26-5-2008 a 8-6-2008 (15º ao 28º dia)
- Recebimento previsto no SF: 8-6-2008
- Prazo no SF: de 9-6-2008 a 22-6-2008 (42º dia)
- Se modificado, devolução à CD: 22-6-2008
- Prazo para apreciação das modificações do SF, pela CD: de 23-6-2008 a 25-6-2008 (43º ao 45º dia)
- Regime de urgência, obstruindo a pauta a partir de: 26-6-2008 (46º dia)
- Prazo final no Congresso: 10-7-2008

² Rodízio nos termos da Resolução nº 2, de 2000-CN.

O SR. PRESIDENTE (Jefferson Péres. PDT – AM) – Sobre a mesa, ofícios que passo a ler.

São lidos os seguintes:

OF/LID/Nº 130/2008

Brasília, 13 de maio de 2008

Assunto: **Indicação de membro para Comissão Mista**

Senhor Presidente,
Indico a Vossa Excelência o Deputado Alexandre Silveira – PPS/MG, como titular, em substituição

ao meu nome, para integrar a Comissão Mista destinada a proferir parecer à MP nº 426/2008, que “altera o Anexo I da Lei no 11.134, de 15 de julho de 2005, para aumentar o valor da Vantagem Pecuniária Especial – VPE, devida aos militares da Polícia Militar do Distrito Federal e do Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal”.

Atenciosamente, – Deputado **Fernando Coruja**, Líder do PPS.

OF/LID/Nº 131/2008

Brasília, 13 de maio de 2008

Assunto: Indicação de membro para Comissão Mista

Senhor Presidente,

Indico a Vossa Excelência o Deputado Alexandre Silveira – PPS/MG, como titular, em substituição ao meu nome, para integrar a Comissão Mista destinada a proferir parecer à MP nº 427/2008, que “acrescenta e altera dispositivos na Lei no 5.917, de 10 de setembro de 1973, que aprova o Plano Nacional de Viação, reestrutura a VALEC – Engenharia, Construções e Ferrovias S.A., encerra o processo de liquidação e extingue a Empresa Brasileira de Planejamento de Transportes – GEIPOT, altera as Leis nºs 9.060, de 14 de junho de 1995, e 11.297, de 9 de maio de 2006, e dá outras providências”.

Atenciosamente, Deputado **Fernando Coruja**, Líder do PPS.

OF Nº 153/2008/GAB

Brasília, 12 de maio de 2008

Senhor Presidente,

Tenho a honra de dirigir-me a Vossa Excelência, a fim de indicar como suplente o Deputado Vicentinho (PT – SP) em substituição ao Deputado Vignatti (PT – SC) na Comissão Parlamentar de Inquérito, com a finalidade de investigar o uso do Cartão de Pagamento do Governo Federal – CPGF (Cartões Corporativos) por integrantes da Administração Pública Federal, denominados ecônomos.

Atenciosamente, – Deputado **Maurício Rands**, Líder do PT.

Ofício nº 55/2008 – GLDBAG

Brasília, 13 de maio de 2008

Senhor Presidente,

Nos termos regimentais, indico o Senador Flávio Arns como membro titular, em substituição ao Senador Sibá Machado, na Comissão Parlamentar de Inquérito destinada a apurar a liberação, pelo Governo Federal de recursos públicos para organizações não governamentais – ONG e para Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público – OSCIP.

Aproveito a oportunidade para apresentar a Vossa Excelência, protestos de estima e consideração. – Senadora **Ideli Salvatti**, Líder do PT e do Bloco de Apoio ao Governo

O SR. PRESIDENTE (Jefferson Péres. PDT – AM) – Serão feitas as substituições solicitadas.

Sobre a mesa, ofício do Presidente da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle que passo a ler.

É lido o seguinte:

Ofício nº 27/2008–CMA

Brasília, 8 de maio de 2008

Senhor Presidente,

Comunico a Vossa Excelência a indicação do Senador Geovani Borges para compor a Subcomissão Temporária sobre o Gerenciamento de Resíduos Sólidos, no âmbito da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, como suplente, em substituição ao Senador Gilvam Borges.

Aproveito a oportunidade para renovar meus protestos de apreço e consideração.

Cordialmente, – Senador **Leomar Quintanilha**, Presidente da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle.

O SR. PRESIDENTE (Jefferson Péres. PDT – AM) – O ofício que acaba de ser lido vai à publicação.

Sobre a mesa, projeto recebido da Câmara dos Deputados que passo a ler.

É lido o seguinte:

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 54, DE 2008

(Nº 505/2008, na Câmara dos Deputados)

Aprova o ato que outorga permissão à Fundação Semeador para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, na cidade de Santana, Estado do Amapá.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere à Portaria nº 372, de 12 de julho de 2007, que outorga permissão à Fundação Semeador para executar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, com fins exclusivamente educativos, na cidade de Santana, Estado do Amapá.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

MENSAGEM Nº 638, DE 2007

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do art. 49, inciso XII, combinado com o § 3º, do art. 223, da Constituição, submeto à apreciação de Vossas Excelências, acompanhado de Exposição de Motivos do Senhor Ministro de Estado das Comunicações, o ato constante da Portaria nº 372, de 12 de julho de 2007, que outorga permissão à Fundação Semeador para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, com fins exclusivamente educativos, no Município de Santana, Estado do Amapá.

Brasília, 28 de agosto de 2007. – **Luiz Inácio Lula da Silva**.

Brasília, 19 de julho de 2007

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

1. Encaminho a Vossa Excelência o Processo nº 53000.006064/2002, de interesse da Fundação Semeador, objeto de permissão para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, com fins exclusivamente educativos, no Município de Santana, Estado do Amapá.

2. De acordo com o art. 14, § 2º, do Decreto-Lei nº 236, de 28 de fevereiro de 1967, e com o art. 13, § 1º, do Regulamento de Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, com a redação que lhe foi dada pelo Decreto nº 2.108, de 24 de dezembro de 1996, não dependerá de edital a outorga para a execução de serviço de radiodifusão com fins exclusivamente educativos.

3. Cumpre ressaltar que o pedido encontra-se devidamente instruído, de acordo com a legislação aplicável, demonstrando possuir a entidade as qualificações exigidas para a execução do serviço.

4. Esclareço que, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal, o ato de outorga somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, para onde solicito seja encaminhado o referido ato, acompanhado do processo correspondente.

Respeitosamente,

PORTARIA Nº 372, DE 12 DE JULHO DE 2007

O Ministro de Estado das Comunicações, no uso de suas atribuições, em conformidade com o art. 13, § 1º, do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, com a redação que lhe foi dada pelo Decreto no 2.108, de 24 de dezembro de 1996, e tendo em vista o que consta do Processo Administrativo nº 53000.006064/2002, do PARECER/MC/CONJUR/MBH/Nº 0010 – 1.07/2007 e da NOTA/MC/CONJUR/JSN/Nº 0672 – 1.07/2007, resolve:

Art. 1º Outorgar permissão à Fundação Semeador, com sede no Município de Macapá, Estado do Amapá para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, com fins exclusivamente educativos, no Município de Santana, Estado do Amapá.

Parágrafo único. A permissão ora outorgada reger-se-á pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subseqüentes, regulamentos e obrigações assumidas pela outorgada em suas propostas.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do artigo 223, § 3º, da Constituição.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. – **Hélio Costa**, Ministro de Estado das Comunicações.

PARECER/IVIC/CONJUR/MBH/

Nº 0010 – 1.07/2007

PROCESSO Nº: 53000.006064/2002

Lenta: Outorga de permissão. Exploração do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, com fins exclusivamente educativos. É dispensável a licitação para a outorga de serviços de radiodifusão com fins exclusivamente educativos – art. 13, § 1º do Decreto nº 52.795/63. Observância da legislação de regência. Os presentes autos estão devidamente instruídos. Não há óbice ao deferimento do pedido.

I – Do Relatório

1. Trata-se de requerimento formulado pela Fundação Semeador, com sede no Município de Macapá, Estado do Amapá, objetivando lhe seja outorgada permissão para executar o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, com finalidade exclusivamente educativa, no Município de Santana, Estado do Amapá, mediante a utilização do canal 206E, disponível no Plano Básico de Distribuição de Canais da referida localidade.

2. O pedido foi objeto de análise pela Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica deste Ministério, nos termos da Informação nº 484/2007/CONEN/CGLO/DEOC/SC, que encaminhou o feito a esta Consultoria Jurídica (fls. 181/183).

3. É o relatório.

II – Do Preenchimento dos Requisitos Exigidos para a Habilitação

4. Da análise da documentação carreada aos autos, verifica-se que a entidade requerente no que permite às modificações de seu quadro diretivo foi

devidamente autorizada a proceder às mesmas, nos termos do Parecer desta Consultoria, constante do Processo nº 53000.011931/2005-12. Considerando que a documentação apresentada pelos novos sócios está em conformidade com a legislação de radiodifusão, nada obsta o deferimento do pleito neste aspecto.

5. Desse modo, a nova composição do quadro diretivo da Fundação Semeador passará a ser:

TITULAR	CARGO
Jefri José Braga Hippolity	Presidente
Ruth Sousa Hippolity	Vice-Presidente
Marcio Alexandre da Rocha Pinheiro	1º Secretário
Quezia dos Santos Souza de Almeida	2º Secretária
Geová Pinheiro Borges	1º Tesoureiro
Jeandre Sousa Hippolity	2º Tesoureiro
Jefri Sousa Hippolity	Diretor Administrativo
Ingred Pinheiro Borges	Diretora Técnica
Maria Lúcia Da Silva Pires	Diretora de Educação

6. Com relação aos demais documentos mencionados na Informação nº 484/2007/CONEN/CGLO/DEOC/SC (fls. 181/183) – documento de Balanço Patrimonial e declaração dos limites previstos no Decreto nº 236/67 – em substituição, a entidade apresentou o Inventário Patrimonial (fls. 172) e a Declaração dos limites fixados pelo artigo 12 do Decreto-Lei nº 236, de 28 de fevereiro de 1967, foi apresentada com a seguinte redação (fls. 150):

“... a entidade não participa da direção de outra executante do mesmo tipo de serviço de radiodifusão, no município onde se pretende instalar a estação, nem de quaisquer empresas de radiodifusão, em outros municípios, em excesso aos limites fixados no artigo 12 do Decreto-Lei nº 236, de 28 de fevereiro de 1967, caso a entidade venha a ser contemplada com a outorga.”

7. Não se vislumbra, contudo, qualquer impossibilidade para o deferimento do pedido de outorga, tendo em vista o preenchimento das demais condições e a possibilidade de juntada a posterior de tais documentos.

8. Examinadas as peças que constituem os autos do presente processo, o pedido, sua documentação e os fundamentos jurídicos que determinaram a postura de deferimento adotada pelo DOS/SSCE/MC, conclui-se, igualmente, pelo deferimento do postulado, ressaltando que, de acordo com o 1º do artigo 13 do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795/63, com a redação dada pelo Decreto nº 2.108/96, “é dispensável a licitação para execução de serviços de radiodifusão com fins exclusivamente educativos”.

III – Da Regularidade do Procedimento de Outorga

9. Conforme demonstrado acima, a documentação instrutora referente à entidade e seus diretores está completa, a concessão da outorga pretendida não implicará descumprimento dos limites fixados pelo Decreto-lei nº 236/67 e pela Portaria Ministerial nº 651/99, consoante de sua diretoria, restando, portanto, caracterizada a legalidade e a regularidade do presente procedimento.

10. Da análise empreendida, verificou-se que os fundamentos jurídicos que determinaram o presente julgamento e a decisão final do Departamento de Outorga de Serviços foram baseados na observância estrita da legislação pertinente.

11. Vale ressaltar, por pertinente, que, nos termos da Informação nº 484/2007/CONEN/CGLO/DEOC/SC (fls. 181/183), outras entidades manifestaram interesse na execução do serviço ora em análise para a localidade em questão: a Fundação Rádio e TV Educativa Desafio, Processo nº 53000.058791/2006; a Fundação Nelson Castilho, Processo nº 53000.045075/2005; a Fundação Educativa Diário do Amapá, Processo nº 53620.000022/1996; a Fundação Cultural e Assistencial Água Viva, Processo nº 53000.005849/2005 e a Prefeitura Municipal de Santana, Processo nº 53720.000229/2002. Todavia, depreende-se do parágrafo único do artigo 7º do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, que:

“Art. 7º (...)

Parágrafo único – Terão preferência para execução de serviços de radiodifusão as pessoas jurídicas de direito público interno, inclusive universidades”.

12. Assim, concorre para o serviço em questão uma entidade que possui preferência legal. No entanto, conforme consta da referida Informação de fls. 181/183, para essa localidade existem dois canais desocupados no Plano Básico de Distribuição de Canais, a saber, os canais 206E e 219E, motivo pelo qual, o canal 219E poderá ser disponibilizado à Prefeitura Municipal de Santana.

13. Assim, considerando a natureza jurídica do presente ato e o fato de a legislação de regência da matéria não ter estabelecido qualquer critério de desempate a ser aplicado às outras pretendentes a presente outorga, deve o Ex^{mo} Sr. Ministro de Estado das Comunicações, no exercício da sua competência discricionária, adotando apenas o critério de conveniência e oportunidade, escolher a entidade que, no seu

entender, melhor atenderá ao interesse público e ao fim previsto na legislação pertinente.

IV – Da Conclusão

14. Estando cumpridas as praxes processuais no que se refere à análise técnico-jurídica da matéria, proponho o encaminhamento dos autos, acompanhados de minutas dos atos próprios Exposição de Motivos e Portaria à consideração do Ex^{mo} Senhor Ministro de Estado das Comunicações, autoridade competente para conhecer e decidir do pedido.

15. Posteriormente, a matéria deverá ser apreciada pelo Congresso Nacional, consoante dispõe o § 3º do art. 223 da Constituição, para que o ato de outorga possa produzir seus efeitos legais.

16. É o Parecer, que ora submeto à apreciação do Ex^{mo} Senhor Ministro de Estado das Comunicações.

Brasília, 3 de janeiro de 2007. – **Marcelo Bechara de S. Hobaika**, Consultor Jurídico.

(À Comissão de Ciência, Tecnologia Inovação, Comunicação e Informática em decisão terminativa)

O SR. PRESIDENTE (Jefferson Péres. PDT – AM) – O **Projeto de Decreto Legislativo nº 54, de 2008**, que acaba de ser lido, tramitará com prazo determinado de quarenta e cinco dias, de acordo com o art. 223, § 1º, da Constituição Federal.

A Presidência comunica ao Plenário que, nos termos do Parecer nº 34, de 2003, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, aprovado pelo Plenário em 25 de março de 2003, e da Resolução nº 1 de 2007 do Senado Federal, o Projeto lido será apreciado terminativamente pela Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, onde poderá receber emendas pelo prazo de cinco dias úteis, nos termos do art. 122, II, “b”, combinado com o art. 375, I, ambos do Regimento Interno.

O SR. PRESIDENTE (Jefferson Péres. PDT – AM) – A Presidência recebeu diversas manifestações referentes à **Proposta de Emenda à Constituição nº 13, de 2003**, que, nos termos do art. 263 do Regimento Interno, foram reunidas em processo especial e encaminhadas, juntamente com o processado da referida matéria, à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

O SR. PRESIDENTE (Jefferson Péres. PDT – AM) – A Presidência recebeu o **Ofício nº S/15, de 2008** (nº 259/2008, na origem), do Ministério Público de Contas do Estado do Rio Grande do Sul, encaminhando estudos em CD sobre a aplicação de recursos vinculados à manutenção e ao desenvolvimento do ensino, naquele Estado.

A matéria vai à Comissão de Educação, Cultura e Esporte.

O SR. PRESIDENTE (Jefferson Péres. PDT – AM) – A Presidência recebeu, da Federação dos Trabalhadores

em Transportes Rodoviários no Estado do Rio Grande do Sul e da Secretaria da Justiça e Direitos Humanos do Estado da Bahia, manifestações sobre a política de reajuste de benefícios pagos pela Previdência Social.

Os expedientes serão juntados ao processado do **Projeto de Lei do Senado nº 58, de 2003**, que volta à Comissão de Assuntos Sociais.

O SR. PRESIDENTE (Jefferson Péres. PDT – AM) – A Presidência lembra às Senhoras e aos Senhores Senadores que o Senado Federal está convocado para uma sessão especial a realizar-se amanhã, às 10 horas, em homenagem aos 60 anos de criação do Estado de Israel, de acordo com o **Requerimento nº 397, de 2008**, do Senador Adelmir Santana e outros Senhores Senadores.

Lembra, ainda, que usarão da palavra os Líderes ou quem Suas Excelências indicarem.

O SR. PRESIDENTE (Jefferson Péres. PDT – AM) – A Presidência comunica ao Plenário que a Comissão Diretora do Senado Federal, em sua 3ª Reunião, realizada em 6 de maio de 2008, aprovou o Requerimento nº 430, de 2008, de tramitação conjunta dos Projetos de Lei do Senado nºs 98, de 2002, 503, de 2003, 60, de 2008, e 96, de 2008 – Complementares.

Os Projetos de Lei do Senado nºs 98, de 2002, 503, de 2003, 60, de 2008 e 96, de 2008 – Complementares, voltam à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

É a seguinte a decisão da Comissão Diretora.

DECISÃO

A Comissão Diretora do Senado Federal, no uso de sua competência prevista no inciso VI do art. 98, combinado com o art. 258, ambos do Regimento Interno do Senado Federal, resolve deferir o Requerimento nº 430, de 2008, de autoria da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania – CCJ, de tramitação conjunta dos Projetos de Lei do Senado nºs 98, de 2002, 503, de 2003, 60, de 2008, e 96, de 2008 – Complementares.

Senado Federal, 6 de maio de 2008.

The image shows several handwritten signatures in black ink, likely belonging to the members of the Commission of Constitution, Justice and Citizenship mentioned in the text. The signatures are written in a cursive style and are arranged in a roughly horizontal line.

O SR. OSMAR DIAS (PDT – PR) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE) – Sr. Presidente, peço a palavra para uma comunicação inadiável.

O SR. PRESIDENTE (Jefferson Péres. PDT – AM) – Com a palavra, pela ordem, para pedirem pela ordem, os Senadores Osmar Dias, Expedito Júnior, Inácio Arruda e Mão Santa.

O SR. OSMAR DIAS (PDT – PR. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Presidente, no meu caso, eu peço duas autorizações a V. Ex^a. Primeiro, peço que me autorize a falar em nome da Liderança do PDT; segundo, como Presidente em exercício, que me conceda a palavra, oportunamente, para usá-la como Líder do PDT.

O SR. PRESIDENTE (Jefferson Péres. PDT – AM) – Está concedida, Senador.

Concedo a palavra ao Senador Expedito Júnior.

O SR. EXPEDITO JÚNIOR (Bloco/PR – RO. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu gostaria de me inscrever para uma comunicação inadiável.

O SR. PRESIDENTE (Jefferson Péres. PDT – AM) – Está inscrito para uma comunicação inadiável.

O SR. EXPEDITO JÚNIOR (Bloco/PR – RO) – Sr. Presidente, a comunicação inadiável...

O SR. PRESIDENTE (Jefferson Péres. PDT – AM) – Concedo a palavra ao Senador Inácio Arruda.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu também solicito a V. Ex^a autorização para falar para uma comunicação inadiável.

O SR. PRESIDENTE (Jefferson Péres. PDT – AM) – O Senador Expedito Júnior já estava registrado.

O SR. EXPEDITO JÚNIOR (Bloco/PR – RO) – Pois é, eu gostaria apenas de saber se há prioridade para a comunicação inadiável ou para a inscrição pela Liderança.

O SR. PRESIDENTE (Jefferson Péres. PDT – AM) – Abre um orador inscrito, depois, alternadamente, comunicação inadiável, outro orador inscrito e assim sucessivamente.

O SR. EXPEDITO JÚNIOR (Bloco/PR – RO) – Eu sou o primeiro inscrito para uma comunicação inadiável

O SR. PRESIDENTE (Jefferson Péres. PDT – AM) – O Senador Osmar Dias pediu pela Liderança do PDT. Concedido.

Como não há nada no Regimento que diga o que é prioritário, se falar pela Liderança ou para uma comunicação inadiável – o Regimento é omissivo –, falará o Senador Osmar Dias primeiro, pela Liderança, não

pelo fato de ser pela Liderança, mas porque pediu pela ordem antes de V. Ex^a, Senador Expedito Júnior.

O SR. EXPEDITO JÚNIOR (Bloco/PR – RO) – Está certo. Eu sou o segundo inscrito?

O SR. PRESIDENTE (Jefferson Péres. PDT – AM) – Perdão, Senador Mão Santa.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Para uma comunicação inadiável.

O SR. PRESIDENTE (Jefferson Péres. PDT – AM) – Para uma comunicação inadiável.

Então, o primeiro orador inscrito é o Senador Geovani Borges.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Para uma comunicação inadiável também? Não, como inscrito.

O SR. PRESIDENTE (Jefferson Péres. PDT – AM) – Concedo a palavra ao Senador Geovani Borges. Em seguida, falará o Senador Osmar Dias.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Como Líder. Então, eu falarei para uma comunicação inadiável.

O SR. EXPEDITO JÚNIOR (Bloco/PR – RO) – Chegou um requerimento do Partido da República dando-me oportunidade de falar pela Liderança do PR?

O SR. PRESIDENTE (Jefferson Péres. PDT – AM) – V. Ex^a quer...

O SR. EXPEDITO JÚNIOR (Bloco/PR – RO) – Chegando o requerimento, eu faço a troca e passo, já, a inscrição para o Senador Mão Santa.

O SR. PRESIDENTE (Jefferson Péres. PDT – AM) – Mas não altera a ordem.

O SR. EXPEDITO JÚNIOR (Bloco/PR – RO) – Eu sei, mas facilito a situação do Senador Mão Santa.

O SR. PRESIDENTE (Jefferson Péres. PDT – AM) – Ah, sim, para ajudar o Senador Mão Santa?

O SR. EXPEDITO JÚNIOR (Bloco/PR – RO) – Isso.

O SR. PRESIDENTE (Jefferson Péres. PDT – AM) – Ainda não chegou o expediente, Senador.

O SR. EXPEDITO JÚNIOR (Bloco/PR – RO) – Então, vou manter a minha inscrição.

O SR. PRESIDENTE (Jefferson Péres. PDT – AM) – Concedo a palavra ao Senador Geovani Borges.

O SR. GEOVANI BORGES (PMDB – AP. Pronuncia o seguinte discurso.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, 42 mil pessoas morrem, por ano, vítimas de acidentes de trânsito no Brasil; 24 mil pessoas morrem em razão de acidentes nas estradas; 13 mil morrem no local do acidente e 11 mil são feridas gravemente e morrem posteriormente.

Ocorrem, pelo menos, 723 acidentes por dia nas rodovias pavimentadas brasileiras. São, em média, 30 acidentes por hora ou um a cada dois minutos. Sesenta e cinco pessoas morrem, por dia, em virtude de acidentes nas estradas.

O automóvel é a marca de nosso tempo. Poder se deslocar rapidamente para qualquer destino, a qualquer tempo, é uma liberdade fantástica, uma conquista da tecnologia do século passado. Porém, como toda liberdade, seu exercício implica responsabilidade.

Com efeito, a partir do final da década de 1940, terminada a guerra mundial e iniciado um período de prosperidade inédita, o número de automóveis começou a aumentar acentuadamente nos países mais ricos e também nas nações periféricas, como o Brasil. Mas esse crescimento da frota automobilística mundial teve uma conseqüência trágica: a grande mortalidade em acidentes de trânsito.

Nos países mais desenvolvidos, logo se estabeleceram regras civilizatórias para a responsabilização civil e penal dos culpados por acidentes. No Brasil, no entanto, essa relação entre liberdade e responsabilidade custa a ser compreendida.

Tendemos a pensar que as leis são feitas para os outros e que obedecer regras é coisa de “trouxas”. É por isso que muitos de nós, brasileiros, fazemos uso tão errado da liberdade possibilitada pelo automóvel, ao dirigir irresponsavelmente. É por isso que fazemos do trânsito, em nossas ruas e estradas, um dos mais violentos do mundo, e do acidente, uma das principais causas de mortalidade no País.

Embora nada seja mais precioso que a vida e nada mais irreparável que a morte, devemos considerar, também, as perdas humanas não-fatais, causadas pela selvageria de nossa indisciplina. A Associação Nacional de Transportes Públicos estima os dispêndios anuais com acidentes em R\$28 bilhões, entre gastos com socorro e tratamento de vítimas, além da queda de produção com afastamentos do trabalho.

Há ainda mais, Sr^{as} e Srs. Senadores, muito mais: o atendimento a acidentados do trânsito sobrecarrega o Sistema Único de Saúde (SUS), segundo estudo do Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas (Ipea). Para se ter uma idéia, os gastos com acidentados são muito superiores – na verdade, quase quatro vezes – àqueles despendidos com as vítimas da violência criminal, pois, em 2004, a despesa com vítimas de agressões chegou a R\$200 milhões e, no mesmo ano, o SUS gastou com os acidentados no trânsito R\$769 milhões.

Como se já não tivéssemos, nos sistemas públicos, problemas com doenças infecto-contagiosas e degenerativas, ainda contribuímos, com nossa irresponsabilidade, para ocupar leitos hospitalares com seqüelas de acidentes evitáveis!

O que nos deve causar revolta, mesmo, muito mais do que essa nossa cultura do “jeitinho” e da permissividade quanto a pequenas violações dos regu-

lamentos em geral – e do trânsito em particular –, é a insistência de algumas pessoas em dois hábitos especialmente perniciosos. O primeiro é o de desprezar a recomendação, absolutamente lógica e necessária, de não dirigir após a ingestão de certa quantidade de bebida alcoólica ou do uso de substância causadora de efeito semelhante. O estado alterado de consciência e o embotamento da atenção incapacitam a pessoa à operação de máquinas muito mais simples – e menos perigosas – do que um automóvel.

Todo mundo sabe que dirigir embriagado é assumir o risco de causar acidentes muito graves, com a possibilidade de levar muita gente à morte ou à incapacitação. É preciso combater arduamente essa prática. Por que ainda há tanta gente pretensiosa a ponto de se julgar capaz de dirigir normalmente, tendo-se excedido na bebida ou na droga?

A resposta, como para tantos males do Brasil, está na impunidade, Sr. Presidente.

Mas o segundo hábito, extremamente repugnante, é essa mania de fazer das vias urbanas e das estradas verdadeiras pistas de competição de velocidade, com os tais “pegas” ou “rachas”, conforme o nome que tenham em cada região. Compreendo que esses hábitos anti-sociais tenderão a desaparecer à medida que desenvolvermos, pela educação, uma cultura de maior respeito pelo próximo e pela vida.

Essa mudança cultural virá certamente, mas até lá precisaremos de meios fortes de dissuasão, como penalidades graves para os condenados por esse tipo de conduta, já que constituem crimes previstos na Lei de nº 9.503, o Código de Trânsito Brasileiro.

De fato, em setembro deste ano, vamos comemorar o 11º aniversário da promulgação do Código, elaborado e discutido neste Congresso Nacional a partir da consciência da necessidade, mais que evidente já àquela época, de uma nova e rigorosa ordenação de nossos sistemas de licenciamento e vistoria de veículos e de habilitação e responsabilização de condutores.

No entanto, passados mais de dez anos, constatamos que as penas ali previstas parecem não ser suficientes para dissuadir todas as pessoas de praticar direção insegura, seja pelo uso do álcool além de limites razoáveis ou uso de drogas, seja pelo abuso de velocidade nos “pegas”.

É por esse motivo, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadoras, que estou exultante por ter sido escolhido Relator do Projeto de Lei nº 594, de 2007, de autoria do Senador Gilvam Borges, que altera o art. 303, e acrescenta os arts. 302-A, e 303-A, inseridos na parte penal do Código de Trânsito, no sentido de tipificar mais detalhadamente as conseqüências de cada um desses delitos e a eles aplicar penas mais drásticas.

No caso de o acidente causado por uma dessas condições resultar, a terceiro, incapacidade para o exercício de suas ocupações, perigo de morte, debilidade permanente de membro, sentido ou função, ou ainda precipitação de trabalho de parto, será cominada pena de reclusão, de 2 a 6 anos, multa e suspensão de habilitação; caso o acidente cause incapacidade permanente para o trabalho, enfermidade incurável, perda de membro, sentido ou função, deformidade permanente ou abortamento, a pena prevista passa a ser de reclusão por quatro a doze anos, multa e suspensão de habilitação; finalmente, caso resulte morte, reclusão de seis a vinte anos, multa e suspensão de habilitação.

Vejam, bem, Sr^{as} e Srs. Senadores, a Lei vigente diz que se você matar alguém no trânsito, por estar dirigindo embriagado, ou por estar promovendo “pega”, está sujeito à detenção de dois a quatro anos.

Na prática, com um bom advogado, a pena termina se restringindo ao pagamento de uma cesta básica mensal.

O que propõe esse Projeto de Lei do Senador Gilvam Borges, é muito mais grave: é cadeia mesmo, de seis a vinte anos, mais multa e suspensão de carteira de habilitação!

Sei que muitos, descrentes, poderão dizer que medidas penais severas são ineficazes quando há muitas formas de pessoas de posses adiarem o cumprimento da pena por meio da impetração de recursos em cima de recursos. Mas isto vai mudar! O Brasil vai mudar! Assim que alguns desses criminosos forem efetivamente condenados e receberem punições graves, o efeito-exemplo logo se fará presente na cabeça dos jovens que prestam exame para habilitação e ingresam na vida de motorista.

E, a partir do momento em que os motoristas virem os transgressores rigidamente punidos, vão dirigir conscientes de que o automóvel é uma máquina feita para aproximar distâncias e nunca, jamais, para ceifar vidas ou promover seqüelas incapacitantes e definitivas a outro ser humano.

O SR. PRESIDENTE (Inácio Arruda. Bloco/PCdoB – CE) – O Sr. Presidente faz soar a campainha.

O SR. GEOVANI BORGES (PMDB – AP) – Sr. Presidente, gostaria da generosidade do tempo para concluir o meu pronunciamento.

O SR. PRESIDENTE (Inácio Arruda. Bloco/PCdoB – CE) – V. Ex^a tem mais dois minutos.

O SR. GEOVANI BORGES (PMDB – AP) – Agradeço. Será o suficiente para concluir o pronunciamento.

Todo pai e toda mãe sabem que educar é dizer “não”. Educar é impor limites e punir o erro. É este “não”

pedagógico, com a força da lei, que o Projeto de Lei nº 594, de 2007, vai impor aos assassinos do asfalto.

Regimentalmente, agradeço a generosidade de V. Ex^a.

Muito obrigado!

Arruda.

Durante o discurso do Sr. Geovani Borges, o Sr. Jefferson Peres, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Inácio Arruda.

O SR. PRESIDENTE (Inácio Arruda. Bloco/PCdoB – CE) – Nós é que agradecemos a V. Ex^a por haver cumprido rigorosamente o tempo regimental.

Concedo a palavra ao Senador Osmar Dias, pela Liderança do Partido Democrático Trabalhista, PDT. Em seguida, falará o Senador Expedito Júnior.

O SR. OSMAR DIAS (PDT – PR. Pela Liderança do PDT. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, está em toda a imprensa, hoje, no noticiário nacional, a divulgação da chamada Política de Desenvolvimento Produtivo (PDP), ou Política Industrial, lançada pelo Presidente da República, Presidente Lula.

Neste curto espaço de tempo de que disponho, quero destacar quatro pontos do programa para levantar algumas dúvidas, já que teremos de votar tudo isso em forma de medida provisória, mais uma vez. Mas a questão não é por ser sob a forma de medida provisória, porque isso já foi debatido, já foi discursado e continua como sempre foi. Ou seja: continuamos tendo de votar as medidas provisórias, e, pelo jeito, isso não vai mudar mesmo. Então, para não perder tempo, quero destacar quatro pontos que trago como dúvidas e questionamentos ao tomar conhecimento das medidas anunciadas, os quais deixo ao Governo, pois, com certeza, eles serão aqui levantados durante os debates das medidas provisórias que teremos de votar para aprovar a Política Industrial do Governo Lula.

Primeiro ponto: está prevista uma desoneração tributária, fiscal e de subsídios de R\$21,4 bilhões. Se temos uma reforma tributária tramitando na Câmara dos Deputados, se essa reforma tributária, segundo o Presidente, será aprovada na Câmara dos Deputados no primeiro semestre, para, depois, ser aprovada no Senado no segundo semestre, por que essa antecipação em propor uma desoneração tributária e fiscal e lançar um programa se estamos discutindo a reforma tributária? Por que não tornar mais abrangente e acelerar esse processo da discussão da reforma tributária para atingir todos os setores da economia e não apenas o setor industrial? Será que o Governo abriu mão da reforma tributária? Será que ele desistiu? Será que ele não acredita que a reforma tributária será aprovada

para propor, às vésperas da votação na Câmara dos Deputados do projeto de reforma tributária, encaminhado pelo próprio Governo, uma desoneração apenas para um segmento da economia, a indústria? E os outros segmentos, vão continuar trabalhando com a carga tributária que massacra o setor produtivo e os trabalhadores?

Esta é uma primeira questão: desistiu ou não da reforma tributária o Governo? Temos de saber quando formos votar aqui as medidas provisórias.

Segundo ponto: há, para um segmento, da tecnologia da informação e da comunicação, apenas e tão-somente para esse segmento, segundo pude ler e apreender dessa leitura, uma desoneração previdenciária. Ou seja, a parte patronal paga 20% de INSS na folha de pessoal. Pela proposta, todas as empresas que trabalham com tecnologia da informação e da comunicação teriam uma desoneração previdenciária da ordem de 50%; isto é, deixariam de pagar 20% para pagar 10%. E, aqui, deixo um questionamento pior ainda: quem vai arcar com o passivo da Previdência no futuro?

É claro que, se a parte patronal é desonerada, está isenta de pagar 50% do que deve pagar, com a redução de 20% para 10%, ficará um buraco de 10%, que representa a construção de um passivo para o futuro. E esse passivo para o futuro vai ser pago por quem? É uma questão que quero deixar, porque é importante.

A Previdência vive com um rombo, vive com problemas para pagar as aposentadorias. Já se diz que, dentro de muito pouco tempo, a Previdência não conseguirá pagar as aposentadorias dos trabalhadores. Portanto, se estamos falando em tirar dinheiro da Previdência para incentivar um segmento apenas – um apenas – na folha, que seria o da tecnologia da informação e da comunicação, todos os outros trabalhadores, de todos os outros segmentos, estarão financiando essa desoneração. É uma questão que deixo também.

E a outra é a seguinte: o Governo está falando em quatro metas.

Sr. Presidente, peço mais dois minutos para encerrar. Aliás, é o que tenho direito.

O SR. PRESIDENTE (Inácio Arruda. Bloco/PCdoB – CE) – V. Ex^a tem mais dois minutos.

O SR. OSMAR DIAS (PDT – PR) – O Governo fala em elevar, até 2010, o investimento fixo para 21% do PIB. É bom. Os investimentos privados em pesquisas e desenvolvimento, para 0,65% do PIB. É pouco. Tinha que ser pelo menos 1% do PIB. Aumentar a participação brasileira nas exportações mundiais para 1,25%

do comércio mundial e em cerca de 10% no número de micro e pequenas empresas.

São metas que podem ser alcançadas até 2010, acredito. Mas como o Governo vai fazer para resolver um problema? Com esse crescimento, como fica o problema da infra-estrutura? O Governo está prevendo investimentos nos portos, nas rodovias, nas ferrovias, nos aeroportos? O Governo está prevendo investimentos na área de sanidade, exatamente para atender às exigências dos importadores? O Governo está prevendo a infra-estrutura nos portos e a redução dos custos do frete marítimo, que hoje estão muito altos e que tiram praticamente o nosso poder de competir, de concorrer?

Deixo essas perguntas e mais uma, Sr. Presidente. Está na cara que o Governo quer aqui promover o crescimento na área de tecnologia e de conhecimento, mas onde está o compatível investimento em capacitação da mão-de-obra que será absorvida pelo crescimento da indústria de conhecimento e de tecnologia? Se vai haver crescimento de 10% de microempresas e se vai haver crescimento das empresas de tecnologia e de desenvolvimento científico, tanto é que estão tendo uma redução de 50% da carga previdenciária para que cresçam e invistam, onde está o programa do Governo, do tamanho desse crescimento, para capacitar mão-de-obra e colocar nessas empresas?

Sr. Presidente, já existe um problema sério nessa área. Em Curitiba, as empresas não estão conseguindo mão-de-obra qualificada na área de informática. Atualmente, sobram 2.500 vagas em Curitiba por falta de pessoal capacitado. O Governo fala em aumentar investimento nas empresas, mas não investe no ser humano, no trabalhador.

São os quatro questionamentos que deixo para que essa política industrial possa obter sucesso. Além de outros que Senadores que virão à tribuna aqui deixarão para se somar a esses quatro que eu deixo.

Agradeço, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Inácio Arruda. Bloco/PCdoB – CE) – Agradeço a V. Ex^a, Senador Osmar Dias.

Concedo a palavra à Senadora Ideli Salvatti. Em seguida, eu a concederei ao Senador Expedito Júnior.

A SR^a IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, venho à tribuna para tratar do mesmo assunto que o Senador Osmar Dias acabou de abordar.

O Senador Inácio Arruda, que preside a sessão neste momento, também esteve ontem, no Rio de Janeiro, na sede do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (Bndes), quando o Presidente

Lula, dez Governadores, praticamente a maioria de seus Ministros e representantes de todos os setores produtivos do Brasil acompanharam muito atentamente o lançamento da Política de Desenvolvimento Produtivo no País. Várias metas foram apresentadas e medidas anunciadas, para que o Brasil pudesse dar, cada vez mais, solidez e sustentabilidade ao crescimento que já estamos apreciando.

O Senador Osmar Dias faz questionamentos pertinentes e responsáveis no sentido de esclarecer algumas questões que merecem mesmo um aprofundamento.

Senador Inácio Arruda, é interessante que, desde ontem, temos ouvido a repercussão do lançamento dessa Política de Desenvolvimento Produtivo. O que mais ouvi, sob a ótica crítica, foi que, talvez, nada disso fosse necessário se o Governo Federal cortasse gastos, enxugasse a máquina, reduzisse custos. Isso seria mais do que suficiente para dar conta de tudo. Já vivenciamos época em que o Estado mínimo era a bandeira máxima; infelizmente, com o Estado mínimo, com demissões de servidores, com redução, com privatização, não houve política efetiva de desenvolvimento produtivo.

Aliás, ontem, na solenidade, ficou bastante claro o que diziam o Presidente Lula e vários outros que no evento se pronunciaram. Fizeram referência ao ex-Ministro Reis Velloso, que os acompanhava muito atentamente – aliás, S. Ex^a estava sentado na fileira atrás de onde eu estava e, inúmeras vezes, aplaudia solitariamente, porque, talvez, muito mais do que boa parte daquela platéia, entendesse do que se falava em termos de desenvolvimento, em termos de políticas estruturantes para desenvolver o setor produtivo do País.

Reiteradas vezes, dizem: “Vai cortar gastos. Tem de cortar gastos. Tem de diminuir gastos”. Pergunto, Senador Inácio Arruda: que gastos querem que cortem? Que gastos? Que gasto efetivamente o Governo Lula vem fazendo? Para haver desenvolvimento, é preciso estradas, é preciso portos, é preciso aeroportos, é preciso ferrovias, é preciso educação, é preciso pesquisador. Ou seja, como vai dar conta de proporcionar sustentabilidade sem dar as condições para que o País se desenvolva? Com o Estado mínimo, como já vivenciamos? Não será, não tenho nenhuma dúvida de que não será.

Existe outra discussão – esta, sim, tem um viés ideológico indiscutível – de que determinados gastos poderiam não ser feitos. “Para que pagar bolsa-família para onze milhões de famílias no Brasil?”, já escutei isso. “Já não está na hora de parar com isso? Já não chegou o momento de estancar essa verdadeira san-

gria nos cofres públicos?” Mais uma vez, está comprovado que a política de distribuição de renda, por meio da recuperação do salário mínimo, do Bolsa-Família, de uma série de políticas adotadas, é que tem dado sustentação, inclusive, ao aumento do consumo, ao mercado interno e ao crescimento econômico.

Há a história de se dizer: “Não, está muito bom, está muito bem, com essa Política de Desenvolvimento Produtivo, mas tem de cortar gastos, tem de cortar gastos”. Quero que quem fala que temos de cortar gastos diga que gasto tem de ser cortado, para podermos fazer o debate franco, Senador Inácio Arruda, olho no olho, porque, por trás desse “cortar gasto”, há muito do contrário a uma política efetiva de atuação do Estado como indutor e, principalmente, como distribuidor da renda. Então, que venha a público o gasto que esses... Há toda essa insistência em estabelecer o corte do gasto público como algo imprescindível para o desenvolvimento. Todos nós queremos que a máquina pública seja eficiente e, o máximo possível, adequada às necessidades do País. Mas que venham a público dizer qual é o gasto que querem que seja cortado!

Queria aqui realçar que, na Política de Desenvolvimento Produtivo, apresentada ontem, existem quatro metas. São metas – como foi dito ontem, e tenho esta convicção – absolutamente exequíveis, que podem ser efetivamente praticadas nesses próximos três anos. São elas: a ampliação do investimento fixo, que significa passar hoje de 17,6% do Produto Interno Bruto (PIB), ou seja, de algo em torno de R\$450 bilhões, para 21% do PIB, R\$620 bilhões; a elevação do gasto privado em pesquisa e em desenvolvimento, de 0,51% do PIB para 0,65%, ou seja, de R\$11,9 bilhões para R\$18,2 bilhões; a ampliação das exportações, para uma participação maior nas exportações mundiais, de 1,18% para 1,25% – R\$160 bilhões já é muito; comparativamente com o que exportávamos há cinco ou seis anos, já demos um grande salto, mas há a possibilidade de chegarmos a 2010 com R\$208 bilhões –; e a dinamização das nossas micro, pequenas e médias empresas, principalmente para a exportação. Essas macrometas são absolutamente factíveis. Podem ser executadas e o serão, não tenho a menor dúvida, até porque haverá recursos do Bndes, desoneração e incentivos para diversos setores.

Quanto à questão da articulação, devo dizer que todos os programas que vêm sendo apresentados e implementados pelo Presidente Lula estão interconectados. Não existiria essa Política de Desenvolvimento Produtivo, sem que antes já não estivesse em andamento o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) – exatamente esse mais de meio bilhão de reais que está sendo investido em energia, em estradas, em

saneamento, em habitação – e também o Programa de Desenvolvimento da Educação (PDE), com novas universidades, com novas escolas técnicas, com uma série de investimentos imprescindíveis para que haja a qualificação e a preparação da população brasileira e para que se possa atender a toda a demanda, inclusive profissional, que vai ocorrer com a ampliação do crescimento. Também ocorreu, recentemente, o anúncio do Programa de Ciência e Tecnologia, com R\$40 bilhões previstos para serem investidos, a fim de que haja o acompanhamento e o incentivo para o setor que dinamiza os setores produtivos.

Por isso, não tenho dúvida de que a Política de Desenvolvimento Produtivo será efetivamente um sucesso, porque as metas a serem alcançadas são possíveis de serem realizadas em três anos.

Para deixar aqui registrado que a coisa foi feita para andar, lembro que a Política foi anunciada ontem e que, hoje – acabei de sair do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior –, o Ministro Miguel Jorge terminou de instalar o Fórum de Competitividade da Cadeia Produtiva Têxtil e de Confecções. Vinte e cinco setores foram escolhidos. Todos terão o fórum de competitividade instalado, exatamente para que as medidas possam ser monitoradas, acompanhadas, aperfeiçoadas e, inclusive, ampliadas, conforme os resultados forem sendo implementados.

O primeiro fórum foi exatamente o do setor têxtil e de vestuário, pelo compromisso e pela importância que esse setor tem. É um setor que emprega aproximadamente 1,7 milhão de pessoas, sendo que mais de 70%, quase 80%, são mulheres. É o setor que mais oferece a primeira oportunidade de emprego. Portanto, é um setor que será muito bem aquinhoado, monitorado, acompanhado pelo Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior.

Saímos da instalação do Fórum de Competitividade com essa confirmação, com essa convicção por parte de todos que estavam presentes – representantes da Associação Brasileira da Indústria Têxtil, vários representantes empresariais e de trabalhadores. Houve a participação, inclusive, da Frente Parlamentar Mista de Defesa da Indústria Têxtil e de Confecções, que o Deputado Rodrigo Rocha Loures, do Paraná, e eu coordenamos no Senado e na Câmara dos Deputados. Por isso, para nós foi motivo de grato reencontro a reunião de trabalho; tudo desenha para que ela seja produtiva.

A instalação do Fórum de Competitividade da Cadeira Produtiva Têxtil e de Confecções é algo que nos anima a obter, em curto e médio espaço de tempo, um resultado como o que está obtendo atualmente a construção civil. Agora, a construção civil está se

desenvolvendo, crescendo, gerando emprego e renda e atuando de forma capital em todos os cantos deste País. Tudo isso foi fruto de inúmeras ações desenvolvidas pelo Fórum de Competitividade, criado há quase dois anos e meio, coordenado pelo Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, para tratar especificamente desse setor.

Então, tenho a convicção de que, no setor têxtil e de vestuário, também haverá resultados extremamente positivos no próximo período.

Portanto, mais do que ninguém – por ter estado presente, ontem, ao lançamento da Política de Desenvolvimento Produtivo, com o Presidente Lula, com todos os Ministros, com vários Governadores, com todas as lideranças empresariais e de trabalhadores, mas também por ter estado hoje no Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior –, tenho a convicção de que essa é mais uma política desencadeada em nosso País para consolidar o crescimento, a distribuição de renda e a geração de emprego, que o Presidente Lula está tão obstinado a concretizar até o final do seu segundo mandato, em 2010.

Muito obrigada, Sr. Presidente Inácio Arruda.

O SR. PRESIDENTE (Inácio Arruda. PCdoB – CE) – Eu que agradeço a V. Ex^a, Senadora Ideli Salvatti.

Concedo a palavra, para uma comunicação inadmissível, ao Senador Expedito Júnior.

O SR. EXPEDITO JÚNIOR (Bloco/PR – RO. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Senador Inácio Arruda, Sr^s e Srs. Senadores, volto à tribuna para falar sobre as Forças Armadas. Os militares já estão prestes a receber o próximo contracheque sem o reajuste dos soldos. Depois de mais de seis meses de negociação, o aumento só ficou no anúncio oficial, e, se a MP não sair até o dia 15, não haverá tempo para o crédito neste mês.

Sr. Presidente, a maioria dos Senadores, nesta Casa, tem trabalhado contra o envio exagerado de medidas provisórias, mas não tenho dúvida de que a votação de uma medida provisória como essa, que está sendo esperada e cobrada pelos Senadores da base e da oposição, geraria um conforto.

Vim a esta tribuna reiteradas vezes para alertar sobre a defasagem da remuneração dos militares. Mas é preciso que o Governo envie a mensagem ao Congresso Nacional o mais rápido possível.

A proposta que foi noticiada não é a ideal, pois os militares terão de esperar ainda até 2010 para receberem, então, a totalidade dos novos patamares dessa remuneração. Mas não há mais como ficar adiando esse assunto, Sr. Presidente. Portanto, inicio o meu pronunciamento fazendo um apelo ao Presidente Lula para que dê um fim a essa angústia em que vivem as

famílias militares e envie logo essa mensagem que estamos esperando no Congresso Nacional.

Quero ainda alertar que, superada essa discussão emergencial sobre a remuneração dos militares, o Congresso Nacional precisará voltar a atenção para outra questão fundamental nesse campo. Falo do sucateamento das Forças Armadas e da necessidade urgente de iniciarmos um trabalho de reaparelhamento do aparato bélico das três Armas.

Há uma importância simbólica para a tropa em relação ao reaparelhamento das Forças Armadas. Com ela, estaremos sinalizando para a valorização da carreira militar, contendo, assim, a evasão de oficiais e sargentos que vem ocorrendo, além de atrair novos quadros de pessoal para as Forças Armadas. Ou seja, não é só pela remuneração que os profissionais militares encontrarão maior satisfação no trabalho, mas também pelas condições dignas e apropriadas de trabalho.

Hoje, o que se observa é que sucessivos governos não enxergam as Forças Armadas como instituição da maior importância, dando ênfase a políticas que pouco se importam com o domínio do território nacional. Há um total sucateamento das instituições que integram as nossas Forças Armadas.

O fato é, Sr. Presidente, que temos um território cuja extensão corresponde a 47% da América do Sul. O Brasil é o 5º maior país do mundo, com um vastíssimo território contínuo. São mais de 8.500 quilômetros de costa e mais de 15.000 quilômetros de fronteiras terrestres, com dez dos doze países continente.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Senador Expedito Júnior, V. Exª vai me permitir, é um debate qualificado e eu quero ajudar o Luiz Inácio. Atentai bem V. Exª: olha o nosso líder do PCdoB, ele sabe muito História. Atentai bem! V. Exª sabe mesmo por que Pedro II caiu? Pedro II era um homem muito bom, um estadista. Quando estavam lá no velório dele, os franceses disseram: “Se a gente tivesse um rei desses, nunca tinha feito a República”. Sabe por quê, Inácio? Você se lembra da Guerra do Paraguai, não é? Havia a milícia do Imperador, aí surgiu o Exército, com dinheiro inglês. Ficaram fortes, e, realmente, quando eles voltaram, o salário estava defasado. Eis a verdade. O Deodoro, o Floriano e todos estavam com um salário, Luiz Inácio, igual ao de agora. Essa é a história. O Deodoro era do Ministério da Guerra, era ministro do Pedro II. Atentai bem, Inácio: leve lá ao Luiz Inácio. Eu sou oficial da reserva, eu tenho isso. Fui ao Recife para o aniversário do meu irmão e encontrei um capitão dos portos, que tinha sido da Parnaíba, Piauí, que eu tinha condecorado. Aí, começamos a conversar. Sabe quanto está ganhando um capitão dos portos no Recife? Olha,

Expedito Júnior, a perplexidade, não é? Imagine um general! Quatro mil e pouco. Ele somou o negócio, e só vive porque a mulher dele tem patrimônio, porque ele fica no negativo. Então, Luiz Inácio, o Deodoro derrubou o governo – ele era ministro do Pedro II – foi por problema salarial. Olha, está muito defasado o salário. Atentai bem, Luiz Inácio – estou lhe ajudando –, os governos dos Estados só têm até o DAS-4; o Governo Federal tem 5 e 6. O DAS-6 recebe R\$10.448,00. Um general está recebendo R\$4 mil. Vou dar um quadro que vale por dez palavras, que talvez salve o Luiz Inácio. Presidente, eu estava ali, no aeroporto do Rio de Janeiro, aí chegou um general: “Oh! Senador Mão Santa!” – esse negócio da TV Senado. Aí começou a conversar, Senador Expedito Júnior. E sabe o que ele disse? A festa mais bonita que existia – ele, general reformado, mostrou lá o contracheque – era aquela da espada para o cadete: era o pai passando para o filho. Ele disse: “Há muito tempo que não assisto a um pai passar a espada para o filho, porque eles estão desmotivados”. E sei o que significa isso. Recentemente, formei uma filha médica. A vibração, o encantamento de eu pegar o meu anel e botar nela. Então, os militares, atentai para isso – V. Exª é um homem inteligente e vai lá contar isso para o Luiz Inácio –, há muito não se vê um general passando a espada para o seu filho, porque eles estão orientando para os filhos seguirem carreiras mais rendosas. Olha a trabalhadeira, olha ali a Bandeira... Eles que fizeram, com a orientação republicana de Auguste Comte, positivista, e botaram: “Ordem e Progresso”. E esse progresso, nós devemos a eles, que seguraram essa Bandeira e esse lema.

O SR. EXPEDITO JÚNIOR (Bloco/PR – RO) – Agora, Senador Mão Santa, imagine o salário dos servidores dos ex-Territórios!

Vejo aqui o Senador Papaléo, que tem defendido muito os servidores dos ex-Territórios. Há um acordo nesta Casa, pelo qual o Senador Romero Jucá assumiu o compromisso conosco, dos ex-Territórios, inclusive liderado pelo Presidente Sarney, de que junto com o aumento que viria agora para os servidores militares estariam incluídos também os servidores dos ex-Territórios.

Papaléo, estaremos aqui para cobrar isso do Líder do Governo, Senador Romero Jucá.

Nos anos 70, Sr. Presidente, concluindo aqui o meu pronunciamento, tínhamos usinas modernas que fabricavam blindados. Mas elas foram destruídas, totalmente destruídas.

Temos projetos arrojados, como o Submarino Nuclear, mas precisamos voltar a ter um parque industrial bélico à altura da nossa extensão territorial.

Precisamos traçar uma política consistente de reaparelhamento militar.

O Brasil requer uma Marinha adequadamente dimensionada e equipada, apta a executar efetivamente o seu dever, como e quando for demandado pela vontade nacional.

Na Marinha, menos da metade dos navios de combate está em condições de uso. Ela necessita de recursos e meios indispensáveis para que possa atuar na vigilância e proteção dos nossos interesses e de nossa soberania.

Sobre a Força Aérea, a situação é crítica: não é possível que, das 719 aeronaves da FAB, apenas 267 estejam voando, enquanto 220 aeronaves se encontrem “em manutenção”. As demais 232 aeronaves estão no chão, pasmem, por falta de recursos para compra de peças!!!

No Brasil, a demora na liberação de recursos para os programas...

O Sr. Epitácio Cafeteira (PTB – MA) – V. Ex^a me permite um aparte?

O SR. EXPEDITO JÚNIOR (Bloco/PR – RO) – Se o Presidente permitir, com certeza, Senador.

O Sr. Epitácio Cafeteira (PTB – MA) – Estou preparando um pronunciamento sobre exatamente este tema: as aeronaves da Força Aérea. Não se faz manutenção, porque custa caro. Então, deixamos de ter uma aeronave que voa para termos uma sucata. Parabéns a V. Ex^a por tratar desse assunto! Pretendo tratar especificamente da questão da Aeronáutica. Nós temos pouquíssimas aeronaves em condições de funcionamento.

O SR. EXPEDITO JÚNIOR (Bloco/PR – RO) – Agradeço o aparte de V. Ex^a.

No Brasil, a demora na liberação dos recursos para os programas de reaparelhamento é tão grande que os projetos, quando ficam prontos, já estão defasados, como revelou o relatório do Brigadeiro Juniti Saito aos membros da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional da Câmara dos Deputados.

Hoje, nossos países vizinhos investem maciçamente no reequipamento de suas Forças Armadas, como é o caso da Venezuela.

É obviamente necessário que o Brasil também reequipe suas Forças Armadas para que elas possam dar conta da gigantesca tarefa de preservar nossa soberania, inclusive com ações comuns com nossos múltiplos vizinhos e parceiros sul-americanos.

A condução de uma política de defesa nacional eficaz precisa ser uma prioridade da Nação brasileira, principalmente em razão das questões ligadas às nossas fronteiras em regiões críticas, como as vizinhas ao território controlado pelas Farc, ou as terras

destinadas a reservas indígenas ao longo de nossa fronteira amazônica norte. Mas, infelizmente, não é isso que temos visto nos últimos anos. A reunião das três Armas sob o comando do Ministério da Defesa parece que apenas serviu para subtrair a importância das Forças Armadas no quadro institucional do Estado brasileiro. E a conseqüência preocupante dessa falta de prestígio aparente...

(Interrupção do som.)

O SR. EXPEDITO JÚNIOR (Bloco/PR – RO) – Vou concluir, Sr. Presidente.

...a partir da reunião das três Armas em um único Ministério é que passou-se a subtrair também a prioridade na distribuição dos recursos indispensáveis a sua atuação.

Devo alertar que, na minha visão, a criação do Ministério da Defesa deve ser encarada como um meio de racionalizar o comando militar da Nação, não como um modo de diminuir nossa tropa.

Se for assim, a permanecer essa aparente política de desprestígio das Forças Armadas, com atenção do Ministério da Defesa mais destacada para os aeroportos brasileiros e a crise aérea, melhor seria retornar aos antigos ministérios separadamente, que era um modelo que funcionava adequadamente.

Deixo este pronunciamento como um pedido de atenção e alerta ao Governo, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Inácio Arruda. Bloco/PCdoB – CE) – Agradeço a V. Ex^a, Senador Expedito Júnior.

Senador Sibá Machado, V. Ex^a tem a palavra, pela ordem.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, peço a V. Ex^a a minha inscrição pela Liderança do Governo para o primeiro momento antes da Ordem do Dia.

O SR. PRESIDENTE (Inácio Arruda. Bloco/PCdoB – CE.) – V. Ex^a está inscrito.

O SR. EDUARDO AZEREDO (PSDB – MG) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Inácio Arruda. Bloco/PCdoB – CE) – Também está inscrito o Senador Eduardo Azeredo, já com a documentação da Liderança aqui na Mesa.

Aguardamos a documentação do Senador Sibá Machado, pela Liderança.

Concedo a palavra ao Senador Papaléo Paes, como orador inscrito. O próximo inscrito é o Senador Pedro Simon.

O SR. PAPALÉO PAES (PSDB – AP. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ia fazer um aparte ao Senador Expedito Júnior sobre a questão levantada

a respeito dos servidores dos ex-Territórios e do ex-Distrito Federal, o Rio de Janeiro, mas, respeitando o tempo que lhe faltava, que era pouco, abdiquei do aparte. Mas quero responder agora ao Senador Expedito Júnior.

Realmente, temos uma responsabilidade muito grande com os servidores dos ex-Territórios e do ex-Distrito Federal, Rio de Janeiro, que são servidores que, pela lei, têm o mesmo direito – refiro-me principalmente aos policiais militares – de reajuste dado aos servidores policiais militares do Distrito Federal; esse reajuste é extensivo a todos os ex-Territórios e ao ex-Distrito Federal, o Rio de Janeiro.

É lamentável vermos que essa lei não está sendo cumprida pelo Governo, e quando foi concedido há um mês – mais precisamente no dia 1º de abril – um reajuste para os policiais militares do Distrito Federal, Brasília, sem ser extensivo como a lei manda, tivemos uma promessa do Senador Romero Jucá, como Líder do Governo nesta Casa, de que quando houvesse o reajuste das Forças Armadas os policiais militares dos ex-Territórios e do ex-Distrito Federal o Rio de Janeiro, teriam esse reajuste, teriam a compensação; ou seja, seria uma compensação, sim, e os direitos viriam nesse decreto.

Tomamos conhecimento de que parece que vai haver uma falta de cumprimento de compromisso. Mas, dia 16, fiquei um pouco mais esperançoso, porque, quando soube disso, vim, fiz a denúncia e cobre o Líder do Governo.

Imediatamente ouvimos o Senador Romero Jucá se comprometendo, mais uma vez, e o Presidente José Sarney, que capitaneou isso, mais uma vez se comprometendo. E, por isso, temos ainda esperança.

Mas, vamos ficar atentos, Senador, e cobrar aquilo que é de direito dos servidores policiais desses Estados e ex-Territórios. E logicamente queria dizer que na política não se precisa assinar nada. O bom político cumpre com a sua palavra.

Então, por isso, considero o Senador Romero Jucá, como Líder do Governo, cumpridor de palavras. Quero fazer esse registro.

Mas, Sr^{as} e Srs. Senadores, vou falar um pouco do meu Estado, da questão com a Guiana Francesa.

O Estado do Amapá faz fronteira com a Guiana Francesa.

Podemos dizer que, historicamente, há boa relação entre o Brasil e este departamento ultramarino componente da República Francesa e, como tal, representado na Assembléia e no Senado franceses.

E, para ser objetivo, faço questão de trazer à Casa preocupação nossa, em particular, e do Governador Waldez Góes, do Estado do Amapá, em relação

ao que se passa com alguns habitantes do Município do Oiapoque.

Quando esses habitantes do extremo norte do nosso País procuram assistência médica do lado do território guianense, não lhes é prestado esse atendimento, pois as autoridades locais alegam que não existe reciprocidade no campo da assistência social.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, em novembro de 2005, a Casa, por minha solicitação, encaminhou os Requerimentos de Informações que receberam os números 1.251 e 1.252, sendo o primeiro ao Ministro das Relações Exteriores, Embaixador Celso Amorim, e o segundo ao Sr. Ministro de Estado da Previdência Social à época, o Sr. Nelson Machado. A matéria de ambos refere-se, especificamente, ao grande número de brasileiros residentes na França e na Guiana Francesa que necessitam, muitas vezes, assistência no campo da Previdência Social.

E o questionamento referia-se à existência de encaminhamento, no âmbito do ministério, no sentido de que o Governo brasileiro venha a realizar Acordo Internacional de Previdência Social com a França.

O Ministério da Previdência Social, em atendimento ao meu Requerimento de nº 1.252, respondeu à solicitação do Senado Federal que, de forma direta, entre outras informações, nos disse:

“Em 24 de novembro de 2005, a Divisão de Assistência Consular do Itamaraty solicitou deste ministério minuta de texto de acordo padrão para início de negociação com a Guiana Francesa, estabelecendo, todavia, que se tratava de iniciativa interna do Departamento de Comunidades Brasileiras no Exterior, que fará contato com representantes do Governo francês.”

Esta resposta, de certa forma, nos deu esperança de uma solução para o problema vivenciado pelos brasileiros, sobretudo os amapaenses que vivem e visitam a Guiana Francesa.

Mas é de se lamentar que, até a presente data, o Ministro das Relações Exteriores, que recebeu o Requerimento da Casa em 2005, já mencionado, e que recebeu reiteração através do Ofício do Senado Federal nº 164, de 7 de fevereiro de 2006, não respondeu a solicitação de informação, como se o assunto não fosse de importância e de interesse para os brasileiros que vivem e visitam a França e a Guiana Francesa.

Sr. Presidente, faço questão de trazer o assunto ao Plenário pois, no dia 12 de junho próximo, será realizada uma reunião da Comissão Mista Trans-Fronteiriça Brasil-França, na cidade de Caiena, na Guiana Francesa, para tratar de uma pauta, que entre outros assuntos tratará dos seguintes:

1 – Construção da ponte rodoviária sobre o rio Oiapoque;

2 – projeto de instrumento sobre circulação de pessoas, bens e serviços;

3 – cooperação transfronteiriça no combate ao garimpo clandestino, pesca ilícita, imigração irregular e na proteção ao meio ambiente;

4 – estímulo ao ensino do idioma português na Guiana Francesa, uma vez que, do lado brasileiro, o ensino da língua francesa tem sido intensificado;

5 – cooperação educacional;

6 – criação de uma Academia Franco-Brasileira de Biodiversidade;

7 – cooperação entre as administrações do Parque Nacional Amazônico da Guiana e do Parque Nacional Montanhas do Tumucumaque;

8 – cooperação entre o Instituto Pasteur e instituições de saúde do Estado do Amapá;

9 – cooperação nas áreas militar e de defesa;

10 – temas econômicos e comerciais, como, por exemplo, a mosca da carambola, que prejudica as exportações.

Todos esses itens são importantes, mas entendo que é fundamental que se dê uma resposta às reivindicações dos brasileiros que pedem atendimento de saúde no serviço público da Guiana Francesa.

Quero pedir ao Sr. Ministro da Previdência Social, Sr. Luiz Marinho, e ao Ministro das Relações Exteriores, Embaixador Celso Amorim, que coloquem a matéria do acordo de negociação no campo da Previdência Social com a Guiana Francesa em pauta, pois o assunto não é de hoje e providências devem ser tomadas.

O Governo Lula tem que justificar esse índice de popularidade à luz de trabalho em prol das reivindicações dos brasileiros, afinal de contas, essa é uma questão de Estado que passa por decisão administrativa do Poder Executivo.

Então, Sr. Presidente, é importante essa mensagem para nós, que vivemos no Amapá, e, conseqüentemente, para o País inteiro, que tem o Estado do Amapá como fronteira com a Guiana, mais especificamente o município do Oiapoque.

É uma necessidade absoluta que tratemos desse assunto de uma forma séria e que possamos concluir as intenções já bem anteriores. Para isso, nós já contamos com a decisiva ação do Governador do Estado do Amapá Waldez Góes. Tenho certeza absoluta de que contamos com o apoio de toda a bancada federal e de toda a bancada estadual no sentido de propiciarmos essas melhorias de relacionamentos, importantes relacionamentos, na área social principalmente, entre o Brasil e França, mais especificamente entre Brasil e Guiana Francesa.

Quero agradecer a V. Ex^a e dizer que o Amapá aguarda que as autoridades federais, principalmente o Presidente da República Luiz Inácio Lula da Silva, atuem ativamente no sentido do atendimento dessa reivindicação do Estado do Amapá, do Governador do Estado, dos Senadores, dos Deputados Federais, dos Deputados Estaduais, enfim, uma reivindicação que é da comunidade amapaense.

Isso será muito importante não só para a nossa terra, mas para o Brasil.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Inácio Arruda. Bloco/PCdoB – CE) – Agradeço a V. Ex^a, Senador Papaléo Paes. V. Ex^a faz um pronunciamento muito oportuno. O Amapá está na fronteira do nosso País com a Guiana Francesa, e é importante que se estabeleça um grau forte de relacionamento entre o Amapá e a Guiana Francesa.

Convido para fazer uso da palavra o Senador Pedro Simon, do Rio Grande do Sul.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Fico muito feliz, Sr. Presidente, em encontrar V. Ex^a na Presidência. É uma coincidência que muito me honra.

O SR. PRESIDENTE (Inácio Arruda. PCdoB – CE) – É um prazer ouvi-lo.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – O assunto que vou abordar também diz respeito a V. Ex^a e à tradição do seu Partido, que defende nossa história.

Estive nesta tribuna falando sobre florestas públicas, sobre o projeto que foi enviado a esta Casa, sobre a emenda que foi aprovada nesta Casa e na Câmara dos Deputados, mas que foi vetada pelo Presidente. O Presidente fez uma concessão de floresta pública de 93 mil hectares; o promotor recorreu; o juiz local não aceitou; o promotor recorreu a Brasília; a desembargadora aceitou; e a matéria foi ao Supremo. Antes da decisão do Supremo, vim a esta tribuna fazer um apelo para que o Governo, em vez de recorrer da decisão da desembargadora, enviasse a esta Casa um projeto no qual cumprisse a Constituição e voltasse atrás no veto.

O problema todo diz respeito à concessão de florestas públicas pelo prazo de até quarenta anos – leia-se “floresta amazônica”. Quem pode se habilitar? Empresas que tenham sede e administração no País. Reparem: para se habilitar à concessão dessas florestas públicas, podem apresentar-se empresas que tenham sede no País. Por isso é que votamos, no governo passado, uma lei que estranhei muito, na qual a empresa nacional não tinha mais que ser empresa localizada no País. Não, a empresa nacional, hoje, não precisa ter capital nacional, basta estar localizada no Brasil. Então, qualquer empresa estrangeira monta

uma filial no Brasil, institui essa filial no Brasil e é empresa nacional.

A lei que o Presidente mandou a esta Casa é para as empresas que se habilitarem à concessão de terras pelo prazo de quarenta anos, renováveis por mais quarenta anos. A empresa que obtém essa concessão pode dar como garantia para os empréstimos que conseguir, inclusive junto a entidades estrangeiras, a propriedade, a terra onde estão as florestas.

Reparem o que dispõe o art. 49, inciso XVII, da Constituição Federal:

Art. 49. É da competência exclusiva do Congresso Nacional:

(...)

XVII – aprovar, previamente, a alienação ou concessão de terras públicas com área superior a dois mil e quinhentos hectares.

Isso está na Constituição. O Presidente da República mandou um projeto de lei de concessão de florestas. De certa forma, até nem precisaria haver esse artigo, porque já está na Constituição, mas nós o colocamos, acrescentamos uma emenda repetindo a Constituição, e o Presidente vetou. O Presidente vetou!

O que diz o Presidente?

O texto aprovado pelo Congresso Nacional se contrapõe ao princípio apontado no inciso VIII do art. 2º, que diz: “A garantia de condições estáveis e seguras que estimule investimentos de longo prazo no manejo, na conservação e na recuperação das florestas”; uma vez que determina sistemática de submeter o Plano Anual de Outorga Florestal ao Congresso Nacional, o que vincula sua aprovação, inclusive, a contingências políticas de curto prazo, além de criar novos processos administrativos para a tramitação da matéria.

O Presidente vê no Congresso Nacional uma atuação, mesmo que, em matéria constitucional, de contingência política, de despreocupação com a tese da grande realidade brasileira.

Repito: o Congresso votou, o Presidente vetou. E sabemos, Sr. Presidente, que, além das medidas provisórias, sobre o que se fala muito, neste Congresso – e aí é só o Congresso o responsável –, há uma lacuna tremenda. O Presidente veta, e a matéria fica na gaveta. Há mais de 800 vetos que estão parados não sei há quanto tempo.

Além de todas as medidas provisórias do Presidente, além de toda a autonomia que Sua Excelência tem para fazer o que quer, votamos, pouquíssimas leis são aprovadas, e várias dessas leis aprovadas são vetadas. O Congresso, por incompetência e – eu diria – até por irresponsabilidade, não analisa esses vetos,

que ficam na gaveta. De seis em seis meses, faz-se uma votação extraordinária no Congresso Nacional, em que se votam 20, 30, 40 vetos sem ler, sem discutir, sem falar. E a Liderança encaminha para os Senadores e para os Deputados uma sugestão: para se colocar um “x”, não um “sim”; geralmente, é um “sim”, para se aprovar o veto.

Então, o Presidente vetou nossa emenda, que exige que, para florestas públicas, as concessões têm de passar pelo Congresso. Vetou, e a matéria está na gaveta. Não há mais o que fazer. Apelei, daqui, dramaticamente: “Senhor Presidente, aceite a decisão da desembargadora. A desembargadora está dizendo que tem de passar pelo Congresso. Não fique, Senhor Presidente, com a responsabilidade de fazer a concessão!”. Agora, o Presidente fez a concessão de 82 mil hectares para uma empresa. Só o Presidente é o responsável. Digo: “Não faça isso, Presidente! Divida essa responsabilidade com o Congresso Nacional!”.

Recorreu o Presidente da sábia decisão da desembargadora. É uma concessão, em Rondônia, de 95 mil hectares. O Ministério Público entrou com ação para suspender a licitação. O juiz de Rondônia negou. O Ministério Público recorreu ao Tribunal Federal da Primeira Região. A Desembargadora Selene Maria de Almeida sustou o processo de licitação em todos os termos, dizendo o seguinte:

A exigência de apresentação da matéria sub judice é do Congresso Nacional, pois a norma constitucional não faz distinção da existência, seja para concessão ou alienação. Além disso, a concessão da floresta é também uma espécie de concessão dominial [exatamente como previsto na Constituição].

Por isso, esta é a decisão da Desembargadora, Dr^a Selene:

O risco de dano irreparável ou de difícil reparação está presente com a previsão da abertura de envelope para o dia 10 de janeiro passado, e o procedimento licitatório deverá estar em vias de conclusão. O bem objeto da ação popular faz parte do patrimônio e da soberania nacionais, sendo certo que a utilização do domínio público deverá ser feita na forma da Constituição.

É premente [dizia a Desembargadora] a necessidade de se assegurar a competência do Congresso Nacional para participar desse complexo processo de concessão do domínio público, visando proteger os bens ambientais e territórios brasileiros.

Por uma questão de defesa dos interesses nacionais e de fidelidade ao País e, dada a urgência da decisão no caso, reconheço a verossimilhança do direito invocado e defiro a antecipação da tutela recural para sustar o processo de licitação [sustar o processo de licitação da Floresta Nacional do Jamari] até que o Serviço Florestal Brasileiro obtenha autorização prévia do Congresso Nacional, conforme determina o art. 49, inciso XVII, da Constituição da República.

Foi nesse momento que falei desta tribuna, Sr. Presidente. Fiz um apelo, inclusive, ao ilustre Ministro da Justiça, Tarso Genro: “Fala com o Presidente, aceite a decisão da Desembargadora. Aceite-a! Mande o projeto para esta Casa. Garanto – e esta Casa tem vários exemplos nesse sentido – que o aprovaremos, na Câmara e no Senado, com urgência urgentíssima. Faça isso. Em vez de recorrer ao Supremo, aceite a decisão!”. Não.

Uma das manchetes dos últimos jornais foi ocupada por um jovem bem-apegoado, brilhante, inteligente. Achei sua entrevista competentiíssima. Afirma a imprensa, no fim de semana, que ele é candidato a Ministro do Supremo Tribunal Federal. Até achei muito interessante ele dizer que, quando era criança, ele queria ser o segundo Pelé, mas, como ele avançou no tempo e não deu para o futebol, ele entrou na área jurídica e disse que queria ser Presidente da República – disse isso lá atrás, não agora. E, agora, o nome dele está a caminho, porque dizem que é muito amigo do Presidente da República. Foi advogado do PT em vários processos, é Advogado-Geral da União e candidato ao Supremo. Foi ele quem recorreu.

O Senhor Lula deveria ter aceitado o que a Desembargadora disse e deveria ter mandado para esta Casa o projeto, que seria aceito por unanimidade. São 93 mil hectares! Senador Tião Viana, diga-me de coração: V. Ex^a, como Presidente da República, faria uma entrega de 93 mil hectares?

A Constituição diz que tem de ser ouvido o Congresso Nacional. Não é muito melhor ouvir o Congresso Nacional, dividir essa responsabilidade com o Congresso Nacional?

Reparem: ele deu 93 mil hectares; amanhã, serão mais 100 mil hectares e mais não sei quanto! Daqui a algum tempo, não sei quantos milhares de hectares o Sr. Lula vai entregar! E, quando falarem, no futuro, sobre o período da internacionalização da Amazônia, se a internacionalizarem – se Deus quiser, isso nunca vai acontecer! –, alguém vai dizer: “Foi lá no período do Lula. Foi quando o Lula deu 93 mil hectares para aquela empresa, vetando o pedido de o Congresso ser ouvido! Foi ele quem começou”.

Em vez de aceitar o apelo que, com humildade, fiz desta tribuna, o ilustre Advogado-Geral do União recorreu. As alegações do Advogado-Geral da União são as mesmas do veto – parece até que o mesmo fez as duas coisas. O Advogado-Geral da União orientou o Presidente para vetar a matéria, e o Advogado-Geral da União fez o recurso contra o pedido da Desembargadora, dizendo: “Não se pode confundir concessão florestal com concessão dominial”. Essa é uma questão fantástica! Olhem o perigo para onde vou caminhar; existe até a figura de um homem que acho formidável, que é o Presidente do Supremo, mas tenho de discutir. Foi dito: “Não se confunda concessão florestal com concessão dominial”. O Ministro Gilmar Mendes, Presidente do Supremo Tribunal Federal, atendeu à Advocacia-Geral da União (AGU). Vejam como o Advogado-Geral da União está no caminho para ir para o Supremo: o que ele falou, o Presidente do Supremo aceitou. E suspendeu. Há quatro dias, houve a execução da decisão proferida pela Desembargadora Selenia Maria de Almeida.

Meus irmãos do Brasil, prestem atenção: estamos caminhando num fio de arame sem sombra. E olhem que são o Advogado-Geral da União, o Presidente do Supremo e a Desembargadora. Eu, com muita humildade, fico com a Desembargadora.

Diz da diferença entre concessão florestal e concessão dominial e reforça a possibilidade de multiplicação de medidas liminares em demandas que contenham o mesmo objetivo. Ora, esse não é o direito líquido e certo, do cidadão brasileiro que procura o Judiciário, de obter liminares em questões juridicamente controversas.

Meu querido Presidente do Supremo, achei seu pronunciamento, na hora em que assumiu o Supremo, nota mil. Tenho acompanhado seus pronunciamentos desde que assumiu a Presidência e acho que são nota mil. Mas eu, um rábula, humilde, sem competência, peço-lhe perdão, Presidente do Supremo, peço-lhe perdão, futuro membro do Supremo, Advogado-Geral da União, mas fico com a decisão da Desembargadora. Fico com a decisão da Desembargadora, num momento crucial para o País reafirmar sua soberania nacional sobre a Amazônia brasileira, sobre as riquezas que estão aí.

Alguém falou, até não sei qual foi o Ministro, que não importa onde está a Vale do Rio Doce; os minérios do subsolo são todos brasileiros; é tudo propriedade nacional. A atuação do Presidente da República, coadjuvado na área jurídica do Executivo pela Advocacia-Geral da União, perigosamente...

Ah, não saia, Sr. Presidente! Não saia, Sr. Presidente! É que eu estava me dirigindo ao Presidente,

mas, pelo menos, V. Ex^a fique sentado ali. Fique sentado ali.

O Sr. Inácio Arruda (Bloco/PCdoB – CE) – Também fico com a Desembargadora.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Gostei de ver: o nobre e querido Senador do Ceará, como não poderia deixar de ser, disse, com todas as letras, que fica com a Desembargadora, como eu.

Perigosamente, o Presidente tenta excluir o Congresso Nacional da decisão sobre o destino da região. Tenta excluir o Congresso Nacional da decisão sobre o destino da Nação.

O Sr. Inácio Arruda (Bloco/PCdoB – CE) – V. Ex^a me concede um aparte, Senador?

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Com o maior prazer, concedo-lhe o aparte.

O Sr. Inácio Arruda (Bloco/PCdoB – CE) – Senador Pedro Simon, considero o tema da maior relevância. Quero dizer que eu ainda estava na Câmara quando essa matéria começou a tramitar, e uma das reuniões mais importantes foi feita para elaborar uma das emendas que tratavam dessa proteção. É uma espécie de seguro. Não vamos impedir a concessão. Quer fazer concessão? Vamos fazer concessão, mas há um seguro: o Congresso Nacional.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – É claro!

O Sr. Inácio Arruda (Bloco/PCdoB – CE) – A Deputada Vanessa Grazziotin, do Estado do Amazonas, trabalhou intensamente com muitos setores e com o Governo. Não foi só uma ação isolada da Câmara e do Senado, do Congresso Nacional, o que, por si só, já resolveria o problema, mas trabalhamos com o próprio Governo, mostrando que aquela emenda era necessária por que respondia à Constituição Brasileira. E Câmara e Senado aprovaram a emenda, que em seguida foi, lastimavelmente, vetada pelo Presidente da República. E nos encontramos, agora, nessa situação, quer dizer, o seguro, que é o Congresso Nacional, está praticamente impedido de tomar parte nessa decisão significativa de concessão de florestas. Praticamente, territórios, espaços de territórios serão concedidos por um prazo largo, por 40 anos, suscetíveis de renovação. Trata-se de situação grave, que precisa de um exame detalhado pelo Supremo Tribunal Federal. Liminarmente, o Presidente do Supremo já se pronunciou, mas acho que S. Ex^a tem tempo mais do que suficiente para, com seu Colegiado, examinar, com a cautela necessária, aquilo que diz a Constituição e que foi assentado na decisão do Congresso Nacional, pelas duas Casas, de aprovar a emenda que defendia a Constituição Brasileira. Por isso, não há como não ficar ao lado da nossa Desembargadora, meu caro Pedro Simon. Obrigado pelo aparte.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – V. Ex^a não calcula a emoção com que recebo seu aparte. Quando V. Ex^a largou a Presidência, com todo o carinho que tenho pelo 1º Secretário, fiquei preocupado, porque eu estava me dirigindo a V. Ex^a, e, para mim, era muito importante sua manifestação. Mas V. Ex^a, agora, vai para o plenário e me faz esse aparte, que é muito importante. É muito importante, porque é um elemento novo que tenho a obrigação de acrescentar.

Apresentamos a emenda aqui, no Senado. Foi o autor da emenda, que, aprovada por unanimidade, chegou à Câmara. Eu sabia que tinha sido aprovada, mas eu não sabia o que V. Ex^a está dizendo agora, que houve uma reunião, houve uma decisão, houve um debate, houve uma consulta ao Executivo, houve o entendimento de que ela era importante. Repare bem! Isso é fundamental. Esse é um fato novo. Não é apenas que a votamos aqui, não! A emenda foi votada no Senado, por unanimidade, e foi para a Câmara. Diz o Senador Arruda que se debateu na Câmara, que se ouviu o Executivo, que se chegou ao consenso de que a emenda deveria ser aprovada. E foi aprovada por unanimidade na Câmara. E é vetada pelo Presidente. É um aspecto sério.

Aí vem o projeto: são 93 mil hectares. A Promotora recorre. Vem para Brasília, e a Desembargadora diz: “Tem de ser ouvido o Congresso Nacional”. Faço um apelo: Presidente, pelo amor de Deus! Ministro Tarso, pelo amor de Deus, fale com o Presidente! Em vez de recorrer da decisão da Desembargadora para o Supremo, aceite a tese e envie para o Congresso Nacional.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Senador Pedro Simon...

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Nós vamos aceitar por unanimidade. Vem o Advogado-Geral da União, candidato a Ministro, recorre em liminar.

Vamos deixar muito claro: o Presidente do Supremo não deu uma decisão final. Aliás, agradeço a V. Ex^a, porque V. Ex^a fez um reparo. Eu estava cometendo um erro. O Presidente apenas, como o recurso não foi dirigido ao Supremo, mas a S. Ex^a, o Presidente, alegou, no mérito, na hora do pleno do Supremo, que deveria ser deferido.

Concedo um aparte ao Senador Mão Santa.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Senador Pedro Simon, V. Ex^a fica bem aí na tribuna, com Rui Barbosa ali em cima. E nosso Efraim está ali. Atentai bem, Presidente Efraim! Rui Barbosa está ali. Digo, às vezes, que a ignorância é audaciosa. Olha, ele, que está ali, disse que só há um caminho, uma salvação: a lei e a justiça. Governei o Piauí e enfrentei esses problemas. O que há de gente, de multinacional, querendo fazer

falcatrua! Mas a lei é clara, isso está na Constituição, aquela que Ulysses beijou em 05 de outubro de 1988. Desobedecer à Constituição é rasgar a Bandeira do Brasil. Isso eu já vi e não dá certo. Diz-se que são 2,5 mil hectares. Tião Viana, vá ensinar ao Luiz Inácio o seguinte: entendo de Nordeste, como o nosso Arruda aqui, e, em Petrolina, o que há de pessoas brasileiras com seis hectares, cultivando fruticultura e ganhando a vida com dignidade! Então, isso aí dá para 20 mil famílias brasileiras. Ô Tião Viana, atentai bem! Vá, agora, e diga ao Luiz Inácio: “É um aloprado que o está enganando. Eu sou gente boa, tenho o aval do Pedro Simon e do Mão Santa”. A Constituição diz 2,5 mil hectares. Há falcatrua no meio disso. Então, Tião Viana, está com V. Ex^a levar essa discussão, que nasceu desse homem, que é a reprodução – S. Ex^a o está revivendo e representando – de Rui Barbosa na nossa Casa.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Muito obrigado, muito obrigado, Senador.

Vamos ser claros, vamos ser claros: o Presidente da República, agora, age, no processo de concessões de florestas, sem a prévia autorização do Congresso Nacional. Está, assim, agindo como se não existisse o inciso XVII do art. 49 da Constituição, ou seja, como se não houvesse a Constituição. Agora, a tese do Governo é a de que – repare, pelo amor de Deus, Senador, qual é a tese do Governo! – concessão de floresta pública não é concessão de terra pública. Ou seja, em síntese, para o Governo, a floresta existiria mesmo sem a terra e o espaço. É fantástico! É fantástico!

A Desembargadora Federal Selene Maria de Almeida, que concedeu liminar para suspender o processo de licitação de 95 mil hectares de floresta em Rondônia, bem esclareceu a questão. Fala a Desembargadora: “São bens imóveis o solo e tudo quanto lhe foi incorporado, natural ou artificialmente. Por isso [ainda segundo ela], a concessão de floresta é uma espécie de concessão dominial – da terra, portanto”. Mas isso me parece óbvio: afinal, existe alguma floresta sem solo correspondente? Existe, no Brasil ou em algum lugar do mundo, uma floresta que não está em cima do solo? Como é que se vai conceder flores-ta e não o solo?

Aceitar a tese do Governo e da Advocacia-Geral da União de separar terra e floresta significaria aceitar o absurdo de que a floresta poderia ser concedida a uma pessoa física ou jurídica e de que a terra poderia ser concedida à outra. Assim, o primeiro concessionário poderia explorar do tronco das árvores para cima, enquanto o segundo poderia usar o solo para plantar, exercer atividades pecuárias, pesquisar as riquezas, inclusive as minerais.

Quando a Desembargadora menciona “que o imóvel é o solo e tudo o que nele for incorporado, natural ou artificialmente”, remete-nos, imediatamente, a outro instituto jurídico, a outro princípio jurídico aplicado desde os tempos do Direito do Império Romano: “O acessório segue a sorte do principal”. Ou seja: a floresta somente poderá ser concedida dentro das regras aplicáveis ao uso do solo.

Se a área de terra a ser concedida contiver mais de 2,5 mil hectares, a concessão precisa vir ao Congresso, o Congresso precisa decidir. Logo, a concessão de um acessório seu, a terra, deverá seguir a sorte do principal e também ser submetida ao Legislativo.

Pela tese do Governo, o Congresso deve aprovar eventuais concessões de áreas de desertificação progressiva, de sertão pouco aproveitável, mas não da Floresta Amazônica. Não podemos fazer nada.

O absurdo é óbvio. As maiores riquezas – subsolo, jazidas minerais, a biodiversidade, que desperta a cobiça internacional –, tudo isso não mereceria o exame do Congresso Nacional. O Executivo pode entregá-las a quem quiser, inclusive a empresas com capital externo.

Por isso, meus irmãos, temos de interferir nessa discussão.

É atribuição privativa do Congresso Nacional, conforme o inciso XI do art. 49 de nossa Constituição: “Zelar pela preservação de sua competência legislativa em face da atribuição normativa dos outros Poderes”. Parece óbvio. Mas, nesses últimos tempos, nem mesmo o óbvio tem sido respeitado!

É a isso que conclamamos V. Ex^{as}, ao meu irmão Presidente e a meus companheiros do Senado. Chamei a atenção também do querido amigo da Justiça, Ministro Tarso Genro. De nada adiantou. O Governo Federal recorreu e mantém o firme desejo de ferir a soberania nacional, de descumprir a Constituição, de acocorar o Congresso Nacional – o que não é novidade e não acontece por acaso.

Não quero que o Presidente Lula entre para a história logo ali adiante como o iniciador efetivo da entrega da Amazônia aos interesses internacionais.

Que os **Anais** do Senado Federal deste dia sejam o testemunho para os historiadores do amanhã que o Presidente Lula vai tomar a decisão: ou passa para a história como quem passou por cima do Congresso e iniciou a entrega da Amazônia, ou tenha a coragem de reconhecer que houve um equívoco, e que esse equívoco ele pode sanar – eu espero.

Não sou daqueles, meu querido Senador Arruda, que quanto pior, melhor. Não sou daqueles que estou torcendo para que as coisas dêem errado. Como um bom cristão, tenho rezado, e muito, para que Deus

aconselhe o Presidente Lula. Não sou daqueles que acham que o Governo tem errado em tudo; não, ele tem acertado, e muito. Tem acertado muito, reconheço isso, mas que não se deixe levar pela paixão de quem acha que tudo está certo, que tenha calma para reflexão e que faça as reflexões necessárias.

O nosso brilhante Advogado Geral da União, que, segundo vi na sua biografia, realmente é brilhante e excepcional, mas eu, daqui, lhe digo, meu prezado jovem: “Nesta, V. Ex^a está equivocado”. E me atrevo a dizer não sei o quê, embora eu reconheça: o Presidente do Supremo, agindo como Presidente, tomou uma decisão na forma de liminar. Eu me atrevo a dizer que, duvido, na hora de examinar o mérito ele fique nesta tese: de que só se está entregando 90 mil hectares de floresta, mas a terra é nossa. Não. Nada custa ao Presidente Lula. Até porque eu digo aqui antecipadamente: voto pela concessão dos 90 mil hectares, mas quero votar. Quero saber para quem é; quem é que vai ganhar; quais são os compromissos dele, pois não se tem idéia.

(O Sr. Presidente faz soar a campanha.)

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Em todo esse processo não se sabe para quem foi concedida a terra e o que esses cidadãos vão fazer; o que essa empresa é; quem são os coordenadores dessa empresa? O Senado não sabe, a Câmara não sabe de coisa alguma! Isso nós vamos querer saber, não vou negar, para votarmos depois. Ainda é tempo; ainda é tempo.

Sou da Bancada do Governo, mas não me considero um homem de Governo; sou uma pessoa independente. Hoje, eu me considero um cidadão que busco, dentro da minha consciência poder ajudar, mas com a independência de votar. O Senador Arruda é um homem da Bancada do Governo e diz e vai além do que eu disse, porque S. Ex^a conhece e participou mais do que eu. Aqui no Senado, votamos a emenda sem ouvir o Executivo. Mas, lá na Câmara, votou-se a emenda depois de ouvir o Executivo.

(O Sr. Presidente faz soar a campanha.)

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – E a Constituição está ali, abra-a:“(…) mais de 2.500 hectares, tem-se de ouvir o Congresso Nacional”. Agora, dizer que não se está concedendo a terra, porque a terra é nossa, está-se concedendo a exploração da floresta, 40 anos mais 40 anos de prorrogação, e se pode pegar com essas terras um dinheiro externo, dando como garantia a terra, ora, Sr. Presidente! Presidente Lula, tenha a modéstia de dizer que é um equívoco.

Meu querido Senador Arruda, se V. Ex^a me permite – a nossa tranquilidade permite –, tente falar com o Ministro Tarso ou com Presidente Lula. Essa exposição que V. Ex^a faz aqui... Peço pelo amor de Deus: fale com tranquilidade, como membro da Bancada, fale com o Ministro Tarso e com o Presidente Lula, exponha a eles essas questões.

É claro. O Presidente está tão empolgado, agora que o Brasil é membro... O Brasil está dando garantias, porque somos um país em que o mundo inteiro pode aplicar aqui, porque tem certeza de que não damos calote e que somos os que pagam certo a dívida externa. É um título bom. Não ganho nada com isso, mas é um título bom.

Mas eu não sei.

Volto a dizer o que já disse duas vezes, e vou dizer pela terceira: eu tive mágoa quando o Frei Betto deixou de ser conselheiro do Presidente. Quando fui cobrar dele, ele disse: “Mas eu não tenho mais o que fazer. Porque eu sei que estava criando um constrangimento, porque havia uma diferença entre o que eu pensava e o que a maioria das pessoas que estavam ao redor pensavam”. Aí eu disse: “Mas por isso mesmo você tinha que ficar”. Ele respondeu: “Mas eu não ajudava mais”.

Olhe, meu Presidente, quando fui Governador do Estado do Rio Grande do Sul, quando fui Ministro da Agricultura, quando fui Líder do Governo Itamar aqui, em todas as oportunidades que tinha responsabilidade de decidir, fiz questão de colocar ao meu lado pessoas que pensavam diferente de mim, que eram sérias, competentes, responsáveis, mas que tinham pensamento e maneira de agir diferentes do meu. Sempre fazia questão de ouvir o pensamento dessas pessoas. Isso é muito bom.

Triste daquele que chega ao governo e se assessorada aqueles que batem palmas, que dizem: “Formidável, maravilha”. Geralmente, ele não tem condições. Ele tem de ter um eco para ver. Eu quero saber o que há de errado. O que eles disserem eu quero saber. Para eu poder ver. Poder discordar. Mas pelo menos eu sei.

V. Ex^a, companheiro Arruda, poderá fazer um grande e importante papel. Leve ao Presidente, leve para ele, leia com ele o Acórdão, a decisão da Desembargadora. Leia com ele a interpretação do Presidente do Supremo, que, embora tenha sido a favor, entrou nessa medida, mas não dá a entender que, na conclusiva, diz a mesma coisa.

Pode parecer muito simples, mas essa é daquelas medidas que marcam. Nós temos na nossa vida medidas que são o dia-a-dia, o feijão-com-arroz. Mas tem um momento na nossa vida em que as questões

marcam. Por exemplo, quando saiu na imprensa que o Fernando Henrique estava privatizando tudo. E veio para cá uma lei tirando da Constituição o monopólio da Petrobras, para ficar só na lei, mas não no monopólio. Eu gritei desta tribuna: “Não, não. Nós não vamos aprovar”. Disseram: “Não, mas não sei o quê”. Aí o Fernando Henrique mandou para nós a carta onde ele fazia o juramento, dizendo que não mexeria nem na Petrobras, nem no Banco do Brasil, nem...

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. DEM – PB)
– Na Caixa Econômica Federal.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – E Caixa Econômica.

Essa matéria com relação ao Presidente Lula marca. Se for aprovada, daqui a seis, sete, oito, dez anos, foram noventa mil quilômetros quadrados nessa aqui, mais ali, mais ali, mais lá, daqui a dez anos, não sei quantos milhares de hectares estarão entregues a empresas de fora. Quando é que isso começou? Começou no Lula, quando o Lula não aceitou uma emenda unânime do Congresso, não leu o artigo da Constituição, derrubou inclusive recurso no Supremo, e fez a concessão sozinho.

Reparta conosco, Presidente. Reparta conosco. Deixa dizerem que foi uma medida de todo o povo brasileiro, pelo Presidente e pelo Congresso Nacional.

Estou recebendo agora. Não estou entendendo. O senhor me perdoe, Presidente, mas não entendi. Minha assessoria me entregou agora. Espero que não tenha nada a ver com meu pronunciamento. E não sei se há veracidade. Está na Folha on line:

Ministra Marina Silva entrega pedido de demissão a Lula

A ministra Marina Silva (Meio Ambiente) entregou nesta terça-feira o seu pedido de demissão ao presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

As integrantes de sua equipe, que ela reuniu hoje de manhã, a Ministra disse que não existe a possibilidade de recuar e permanecer no cargo, que ocupa desde o primeiro dia do primeiro mandato de Lula.

Marina vinha entrando em conflitos com outros ministérios, como a Casa Civil e a Agricultura, em casos e questões que opõem proteção ambiental a interesses econômicos.

Não sei, Sr. Presidente. Só quero dizer que gosto muito da Ministra Marina. Esse caso das florestas é um caso que eu cobre da Ministra Marina. Em várias votações aqui, cobre da Ministra Marina. Mas uma vez vi uma manifestação e parei para pensar. A manifestação dizia que a Ministra Marina estava tendo

uma luta muito dura no Ministério. Eram posições antagônicas. De um lado, o meio ambiente – e cá entre nós, reconheço os exageros, principalmente algumas ONGs que estão lá adiante –, e de outro, os interesses do Governo. Dizia-se que ela estava em uma luta tremenda: algumas coisas ela ganhava, outras ela tinha que conceder. A última notícia que eu tinha é que a Marina só não saía do Ministério porque era candidata a Prêmio Nobel da Paz. Porque estava num crescendo a sua ação, a sua atuação, a sua competência era tal, que ela estava colhendo assinaturas para ser candidata a Prêmio Nobel da Paz. E não ficava bem para o Governo tirar uma Ministra que estava sendo candidata ao Prêmio Nobel da Paz.

Eu não sei o que está acontecendo. Não sei. Deus me perdoe, eu não sei. A Ministra Marina tem muitas qualidades. E tem defeitos. O que me deixa assustado é que, se a Ministra sair, a mim parece que não é pelos defeitos. Não acredito que a Ministra Marina esteja saindo por algum de seus equívocos. Eu não sei. Mas recebo qualquer posição da Ministra Marina com muito carinho e com muito afeto.

Marina e Heloísa Helena são duas mulheres que eu considerava fantásticas, duas colegas aqui, e eu era apaixonado pelos seus desempenhos. Marina, mulher analfabeta até sua mocidade, criada nos confins, pegou a doença, mercúrio no sangue, e essa doença a veio levando, entre a vida e a morte, durante um tempo enorme. E que depois de gente é que foi tirar o curso de alfabetização, foi se formar e ser essa líder que foi.

E Heloísa Helena, que é uma das mulheres mais fantásticas que conheci ao longo de minha vida. Heloísa deveria estar aqui. Não está. E agora vem a Marina. Posso garantir, tomara que não seja verdade, mas, se ela vier, eu a recebo de braços abertos. Estaremos recebendo. E este Congresso estará crescendo. Se ela sair, que me perdoe o Presidente Lula, seu Governo estará perdendo.

Muito obrigado.

Durante o discurso do Sr. Pedro Simon, o Sr. Inácio Arruda, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Efraim Morais, 1º Secretário.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. DEM – PB)
– Agradeço a V. Ex^a.

Concedo a palavra, pela Liderança da Minoria, ao nobre Senador Eduardo Azeredo.

V. Ex^a dispõe de cinco minutos, com a costureira tolerância desta Mesa e desta Presidência.

O SR. EDUARDO AZEREDO (PSDB – MG. Pela Liderança da minoria. Sem revisão do orador.) – Sr.

Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, uma das principais áreas da economia brasileira é a siderurgia. Gostaria de aqui homenagear a siderurgia brasileira, através de uma das empresas mais importantes do meu Estado e do País, a Usiminas. E vou fazê-lo prestando homenagem ao engenheiro Rinaldo Campos Soares, que, depois de 18 anos, deixa a presidência da Usiminas, com uma história que se funde com a da própria empresa. Na direção, ele ajudou a consolidar o maior complexo de aços planos da América Latina, formado por duas grandes siderúrgicas – a Usiminas e a Cosipa – e mais 14 empresas.

Formado no curso de Engenharia e Metalurgia da Escola de Minas do Ouro Preto e com título de Doutor em Metalurgia pela Universidade de Paris, Rinaldo começou sua trajetória na Usiminas em 1971, como assessor do Departamento de Engenharia Industrial.

Digo que sua história se confunde com a da empresa, porque, menos de 20 anos depois, em 1990, foi escolhido para presidir a siderúrgica e, já no primeiro ano de sua gestão, deparou com o desafio de conduzir a privatização da Usiminas e, a partir daí, as novas etapas de expansão e desenvolvimento da empresa.

V. Ex^{as} devem lembrar que a Usiminas deu início ao bem-sucedido processo de privatização na área siderúrgica no Brasil, com leilão realizado em outubro de 1991. Naquela ocasião, um plano de metas foi traçado, envolvendo investimentos de US\$2,1 bilhões – o maior volume já realizado por uma siderúrgica brasileira. Os resultados trouxeram a otimização da produção, a atualização tecnológica, sem esquecer a proteção ambiental. Ou seja, paralelamente à adaptação da livre-iniciativa, a Usiminas estabeleceu prioridades para seu posicionamento no mercado siderúrgico de forma competitiva e sustentável.

Rinaldo Campos Soares foi o único diretor de uma ex-estatal que continuou no período pós-privatização. Conseguir tomar uma empresa que, embora tivesse um gigantesco potencial – que seu desenvolvimento posterior, aliás, confirmou –, estava, na época, endividada, com o parque industrial necessitando de atualização e com limitações importantes nos investimentos, na atuação comercial e na gestão, e transformá-la em uma das maiores empresas siderúrgicas do mundo, com um valor de mercado estimado, no final de 2007, em R\$27,5 bilhões, com uma receita líquida, no primeiro trimestre de 2008, de R\$3,6 bilhões, e um lucro líquido, no mesmo período, de R\$646 milhões.

A empresa, aliás, obteve o “grau de investimento” antes do Brasil e é a única siderúrgica das Américas a ser relacionada no Índice de Sustentabilidade Dow Jones. Foi também uma das primeiras siderúrgicas do mundo a receber, já em 1996, a norma internacio-

nal ISO14001, por suas ações de proteção ao meio ambiente.

Em 1993, a Usiminas inaugurou a Galvanização Eletrolítica, com investimentos de US\$228 milhões.

Em 1999, dentro desse Plano de Otimização da Produção, a Usiminas investiu US\$852 milhões em dois projetos: a nova linha de tiras a frio e a criação da Unigal, capacitando-se para atender também à demanda da produção automobilística crescente no Brasil.

No mesmo ano, a Usiminas inaugurou a mais moderna linha de laminação a frio do País, com capacidade para produzir um milhão de toneladas/ano de aços laminados.

Esses investimentos, feitos na primeira década da gestão de Rinaldo Soares, propiciaram a formação do Sistema Usiminas, um conjunto de empresas ligadas à produção, ao beneficiamento, ao transporte e à distribuição de produtos siderúrgicos.

Privatizada, Soares multiplicou os lucros da Usiminas e a transformou em modelo de eficiência.

Caros colegas Senadores e Senadoras, a década atual também se tem mostrado promissora para a Usiminas e para o desenvolvimento do País e da siderurgia nacional.

Em 2005, alguns acontecimentos foram particularmente importantes: a conclusão do fechamento de capital da Cosipa, que se tornou subsidiária integral da Usiminas; a estréia na bolsa espanhola Latibex; a parceria estratégica com o Grupo Techint na América Latina, para controle da Argentina Siderar, da venezuelana Sidor e da mexicana Hylsamex. A nova empresa tem capacidade instalada de 12 milhões de toneladas/ano. Em 2005, também houve o lançamento do Plano de Expansão para 2015, com o objetivo de expandir a produção e modernizar as usinas.

A atuação de Rinaldo Soares, Sr^{as} e Srs. Senadores, foi fundamental para que a Usiminas consolidasse a integração da Cosipa. Ele também foi o responsável pela recuperação da Usiminas Mecânica e pela aquisição do controle acionário de diversas outras empresas ligadas ao negócio do aço.

Em 2006, a Usiminas assinou novo acordo de acionistas, importante para o fortalecimento de suas estruturas.

Em 2007, como já tive oportunidade de anunciar nesta tribuna, o conselho administrativo da Usiminas aprovou investimento de US\$2 bilhões na expansão da usina de Ipatinga, na região central de Minas. A grande Ipatinga, que compõe também Coronel Fabriciano e Timóteo, tem mais de 500 mil habitantes. Essa expansão vai permitir aumentar a produção em 2,2 milhões de toneladas de aço por ano. As operações terão início entre 2010 e 2011. A unidade de Ipatinga

também vai receber uma nova coqueira, com capacidade para produzir 750 mil toneladas de carvão siderúrgico por ano.

A Usiminas ainda tem planos para injetar US\$2,7 bilhões para aumentar sua capacidade de produção – investimentos que, em princípio, devem ser feitos na unidade de Cubatão, no litoral paulista. Esses recursos vão permitir a expansão em três milhões de toneladas de aço por ano.

Ao todo – já caminho para o encerramento do meu discurso, Sr. Presidente –, o Sistema Usiminas anunciou, em 2007, investimentos de até US\$9 bilhões para os próximos anos. Já agora, em 2008, a Usiminas finalizou a aquisição de importantes áreas de minério de ferro em Itaúna, Minas Gerais, que darão à empresa melhores condições de fornecimento de matéria-prima para continuidade de sua fundamental atuação na siderurgia brasileira.

Caros colegas, para quem ainda não sabe, a partir de sua criação, em 1962 – com capital japonês da Nipon Steel e estatal do Governo Federal, na sua maioria –, a Usiminas praticamente construiu a cidade de Ipatinga, por meio de investimentos em educação, saúde, moradia, cultura, meio ambiente e esporte. Em sua gestão, Rinaldo Soares, que agora se afasta da presidência da empresa, depois de 18 anos, intensificou esse processo. Hoje, Ipatinga tem IDH de 0,806 – superior à média nacional, que é de 0,792.

A consolidação da Usiminas na liderança do mercado interno de aços planos e a intensificação de sua atuação socialmente responsável, seu apoio à cultura, deram a Soares, um mineiro tranquilo de Divinópolis, a condição de um dos principais executivos do País.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, depois de 18 anos na presidência da Usiminas, Rinaldo Soares transfere agora a direção da empresa a outro metalurgista, Marco Antônio Castello Branco, executivo mineiro de grande preparo pessoal e que, após dirigir a Vallourec&Mannesmann, em Belo Horizonte, estava agora na direção mundial de tubos a quente da *holding* Vallourec na França.

Temos certeza de que ele dará continuidade aos projetos de expansão da Usiminas, uma empresa que orgulha os mineiros e os brasileiros.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Durante o discurso do Sr. Eduardo Azevedo, o Sr. Efraim Morais, 1º Secretário, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Garibaldi Alves Filho, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Agradeço a V. Ex^a.

Sr^{as} e Srs. Senadores, como prometi a todos, estou aqui à disposição desde as 16 horas, para iniciarmos a Ordem do Dia.

Acontece que não tivemos condições de iniciar a reunião de Liderança, porque muitos Líderes faltaram.

Então, consulto as Lideranças se, na impossibilidade do acordo até agora, votaríamos apenas a indicação das autoridades – pelo menos até agora, já que não houve acordo.

Seria, Líder José Agripino, a escolha da Sr^a Marília Sardenberg Zelner Gonçalves, Ministra da Segunda Classe do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixadora do Brasil junto à República da Eslováquia.

Por outro lado, também, a indicação do Presidente da República, submetendo à deliberação do Senado a escolha de Antonio Luis Espinola Salgado, Ministro da Segunda Classe da carreira de diplomata para ser Embaixador do Brasil junto à República do Irã.

Recebemos mais três indicações para deliberação do Senado, uma delas, a do Sr. João Batista Cruz, Ministro de Segunda Classe da carreira de Diplomata do Quadro Especial do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil em Santa Lúcia.

Outra é a de Carlos Antônio da Rocha Paranhos, indicado para ser Embaixador do Brasil junto à República da Geórgia e à República do Uzbequistão. E outra, a de Raul de Taunay, indicado para ser Embaixador do Brasil junto à República do Zimbábue e à República de Malauí.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (DEM – RN. Pela Ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, esclareço a V. Ex^a que há a praxe, como V. Ex^a sabe, de, lidas as medidas provisórias, durante três sessões, se buscar o entendimento. Nós estamos no transcurso, hoje, do primeiro dia de sessão deliberativa em busca desse entendimento, que é a praxe da Casa a busca do entendimento.

Mas nós estamos de acordo, e até conversava com o Senador Alvaro Dias, que vai manifestar opinião em nome do PSDB, de nós votarmos dois Embaixadores hoje e votarmos três amanhã. É a proposta que faço a V. Ex^a, tendo em vista que amanhã é o segundo dia de busca de entendimento na questão das medidas provisórias. É a proposta que faço aos Líderes e à Casa.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Eu consulto o Líder do PSDB, Senador Alvaro Dias.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR. Pela ordem. Sem revisão do orador) – Sr. Presidente, o PSDB con-

corda com a sugestão do Senador José Agripino e se manifesta favoravelmente a ela. Portanto, apenas as votações por ele referidas no dia de hoje.

O SR. RENATO CASAGRANDE (Bloco/PSB – ES) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Consulto o Senador Renato Casagrande, Líder do PSB.

O SR. RENATO CASAGRANDE (Bloco/PSB – ES. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, V. Ex^a convocou uma reunião agora, às 14h30, mas nós não tivemos condições de realizá-la. De fato, há a praxe da Casa: três sessões de debate para que se possa entrar em votação. De qualquer maneira, é fundamental que nós possamos, além de votarmos as indicações dos Embaixadores, sejam dois, sejam três, mas que a gente possa tentar fazer de novo uma reunião de Líderes amanhã, com V. Ex^a, para buscarmos um entendimento. O Senador José Agripino me disse que não teve nenhuma dificuldade – foi por questão de agenda.

Então, vamos, novamente, tentar fazer a reunião amanhã, para buscar um entendimento com relação a essas medidas provisórias, que são oito que estão trancando a pauta.

O SR. EPITÁCIO CAFETEIRA (PTB – MA) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Com a palavra o Líder Epitácio Cafeteira.

O SR. EPITÁCIO CAFETEIRA (PTB – MA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, o PTB concorda em que votemos as autoridades indicadas que estão na pauta, até para votarmos todas as autoridades que estão sob nosso exame.

De forma que concordamos, e acho importante que, na próxima reunião de Líderes, todos estejam lá, para não ficarmos apenas alguns resolvendo. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Aproveito a oportunidade e faço um apelo aos Líderes para que, amanhã, possamos estar juntos, lá na Presidência, às 14h30, para uma reunião sobre a pauta.

Senador José Agripino, V. Ex^a concorda?

O SR. JOSÉ AGRIPINO (DEM – RN) – Sr. Presidente, eu concordo. Agora, apenas quero lembrar a V. Ex^a que, amanhã, tem reunião da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania que vai tratar de uma série de assuntos importantes, inclusive a questão dos precatórios.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Mas será à tarde?

O SR. JOSÉ AGRIPINO (DEM – RN) – Essa reunião irá até mais tarde. Então eu acho temerário marcar uma reunião para as 14h30. V. Ex^a deveria marcar para um pouco mais à frente, às 15 horas ou 15 horas e poucos minutos, de modo que os Líderes possam comparecer.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Então, vamos marcar, de acordo com a lembrança e a ponderação de V. Ex^a, para as 15 horas. Está certo?

O SR. JOSÉ AGRIPINO (DEM – RN) – Pode ser. De minha parte, ok.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Fica definida esta reunião, Senador Jefferson Péres?

O SR. JEFFERSON PÉRES (PDT – AM) – Sr. Presidente, da parte do PDT, nenhuma objeção a que se votem até todas as autoridades hoje.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Obrigado.

Senadora Ideli Salvatti, Líder do PT.

A SR^a. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Sr. Presidente, pela impossibilidade de comparecer à reunião marcada, inclusive na hora em que cheguei a reunião estava sendo desfeita; mas, da nossa parte, estamos de pleno acordo com a votação das autoridades.

Seria muito importante se tivéssemos a possibilidade de construir o acordo para votar alguma outra matéria, principalmente das medidas provisórias que estão trancando a pauta. Na semana passada, conseguimos uma janela e votamos matérias relevantes, importantes. E, tão logo consigamos nova janela, deveremos votar mais uma outra série de matérias. Inclusive, se amanhã for aprovada, na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, a PEC dos Precatórios, poderemos fazer a votação pelo menos de duas PECs, a da DRU e a dos Precatórios na próxima janela que construirmos para as votações.

O SR. EPITÁCIO CAFETEIRA (PTB – MA) – Sr. Presidente, o PTB concorda.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Agradeço a V. Ex^a. Foi uma boa janela a da semana passada, examinamos 29 matérias. Poderíamos tentar dar continuidade a essa escalada para votação de matérias.

Senador Dornelles, V. Ex^a quer nos brindar com a sua palavra?

O SR. FRANCISCO DORNELLES (Bloco/PP – RJ) – Só para dizer que há concordância plena nossa, do PP, com todas as decisões tomadas por V. Ex^a sobre esse problema da votação.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Agradeço a V. Ex^a.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE) – Sr. Presidente, V. Ex^a também conta com o apoio do PCdoB.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – O PCdoB também concorda.

Então, só faço um apelo ao Senador José Agripino para ser três a dois. Em vez de duas escolhas hoje, serem três hoje e duas escolhas de autoridade amanhã. O Senador Dornelles já concordou de serem três hoje e duas amanhã.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (DEM – RN) – De acordo, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Agradeço.

O SR. EFRAIM MORAIS (DEM – PB) – Sr. Presidente, só uma dúvida, para a qual peço o esclarecimento de V. Ex^a: quantas medidas provisórias há trancando a pauta?

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Oito medidas provisórias trancam a pauta hoje. Amanhã completará o segundo dia de leitura.

O SR. EFRAIM MORAIS (DEM – PB) – E já com o prazo no limite.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – O prazo é 4 de junho.

O SR. EFRAIM MORAIS (DEM – PB) – Todas?

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Todas têm o mesmo prazo.

O SR. EFRAIM MORAIS (DEM – PB) – O que fica claro é que o Governo não tem o que reclamar sobre não se votar matéria aqui, porque a responsabilidade pela não votação das matérias é das medidas provisórias, que têm origem no Governo.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – É, nós já dissemos isso muitas vezes e vamos dizer agora de novo, da grande responsabilidade que o Governo tem, fazendo com que as matérias possam se acumular na pauta, trancando a pauta. Mas também queríamos dizer que há possibilidade de votar ou por acordo, ou, a partir de amanhã, se garantindo um quórum para a votação.

O SR. EFRAIM MORAIS (DEM – PB) – Lembrando que o Governo tem maioria e quórum nesta Casa.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Pelo menos deveria ter, não é?

O SR. EFRAIM MORAIS (DEM – PB) – Mas tem, pelos números, sim.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Vamos começar a Ordem do Dia, mas eu queria pedir a compreensão de todos, porque a Senadora Roseana vai nos falar a respeito do desaparecimento do Senador Bello Parga, que foi um colega nosso,

que deixou uma grande lacuna; homem que militou aqui algum tempo, era suplente do Senador Alexandre Costa; maranhense, foi Presidente da CPI do Sistema Financeiro.

Então, com a palavra a Senadora Roseana.

A SR^a ROSEANA SARNEY (PMDB – MA. Pronuncia o seguinte discurso. Com revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Sr^s e Srs. Senadores, é o pesar que me traz a esta tribuna hoje, onde venho registrar a morte do honrado ex-Senador Luís Carlos de Bello Parga, figura humana ímpar, político exemplar, intelectual de bagagem sólida, amigo de todas as horas e companheiro na seara política. Um brasileiro maranhense nota 10.

O Senador Bello Parga soube engrandecer e honrar o Maranhão. Toda a sua história registra a valorização da cultura e do conhecimento, a humilde curiosidade de aprender sempre e o absoluto respeito pela condição humana.

Marcou sua presença em todos os postos que ocupou – no Senado, na Presidência ou na Diretoria de bancos, no jornalismo, na Academia Maranhense de Letras.

Fez poesia para expor legítimas indignações com o errado, com as carências, com as desigualdades. Modernista na juventude, com outros jovens intelectuais maranhenses, criou a revista *Ilha*, para ser farol de um pensamento brasileiro, de veias maranhenses, mas conectado com as grandes e pungentes questões mundiais.

Ele era assim: um brasileiro cidadão do mundo. Apaixonado conhecedor de Shakespeare, impecável tradutor de inglês, pacífico e conciliador, Bello Parga sabia ter firmeza para não ceder a abusos e desrespeitos de qualquer ordem. Foi um homem íntegro. Amigo querido, que hoje faz o Maranhão de luto e deixa o nosso universo político mais pobre.

Assim, aqui desta tribuna – de onde ele defendeu, por exemplo, o voto facultativo ou normas para as eleições de suplentes –, rendo esta pequena homenagem ao Senador Bello Parga.

O Sr. Epitácio Cafeteira (PTB – MA) – V. Ex^a me permite um aparte?

A SR^a ROSEANA SARNEY (PMDB – MA) – Pois não, Senador Epitácio Cafeteira.

O Sr. Epitácio Cafeteira (PTB – MA) – Nobre Senadora Roseana Sarney, o Bello Parga, nosso colega aqui no Senado e amigo pessoal, sempre foi um homem de bom diálogo com todas as correntes políticas do Maranhão. Faz uma falta grande para nós, maranhenses, porque, na realidade, honrou o mandato que exerceu. Parabéns a V. Ex^a! Quero subscrever qualquer medida que V. Ex^a sugira.

A SR^a ROSEANA SARNEY (PMDB – MA) – Muito obrigada, Senador.

Registro aqui minhas saudades e meus sinceros pêsames a sua querida família: Paula, a companheira de toda a vida, aos filhos, Júnior e Janaína, netos e todos que lhe queriam bem.

Amigo Bello Parga, você dignificou a arte de viver e fazer política. Fará falta ao Maranhão e ao Brasil.

Muito obrigada.

O Sr. José Agripino (DEM – RN) – Permite-me um aparte, Senadora Roseana?

A SR^a ROSEANA SARNEY (PMDB – MA) – Pois não.

O Sr. José Agripino (DEM – RN) – Senadora Roseana, fui colega e amigo do Senador Bello Parga. Encaminhei à Mesa um registro, um voto de pesar em meu nome, no do Senador Arthur Virgílio, em nome dos nossos partidos, democratas e tucanos, pelo falecimento do ex-companheiro Bello Parga, com quem convivi. V. Ex^a sabe que morei no Maranhão. Sou potiguar, mas morei três anos e meio no Maranhão, onde tenho bons amigos. Tenho intimidade com a terra maranhense e convivi aqui com o Senador Bello Parga, homem de parcos cabelos brancos e óculos fundo de garrafa. Com aquele andarzinho rápido, ele, apesar do aspecto físico frágil, estava sempre atento aos fatos e era muito cuidadoso no trato da coisa pública. Acompanhava, aqui e acolá, por informação de amigos comuns, a situação de saúde de Bello Parga e sabia que a idade, que para ele tinha avançado, já lhe guardava certas reservas no campo da saúde. Hoje, recebi, pela manhã, a triste notícia do seu falecimento. Quero, na pessoa de V. Ex^a, que tão bem representa o Estado do Maranhão, manifestar as minhas condolências pessoais e as condolências do meu partido, que fiz chegar à Mesa, através do voto de pesar que encaminhei em meu nome, em nome do meu partido, em nome do Senador Arthur Virgílio e em nome dos tucanos, que fazem nesta Casa a bancada de 27 Senadores.

A SR^a ROSEANA SARNEY (PMDB – MA) – Muito obrigada, Senador Agripino. Agradeço-lhe as homenagens ao Senador Bello Parga, que as merece, e o povo maranhense também será sempre grato a esse voto de pesar encaminhado por V. Ex^a e por todos os partidos da Casa.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Sobre a mesa, requerimentos que passo a ler.

São lidos os seguintes:

REQUERIMENTO Nº 585, DE 2008

Requeiro, nos termos do art. 218 do Regimento Interno, seja inserido em Ata Voto de Pesar pelo falecimento do ex-Senador Bello Parga e, nos termos do art. 221, incisos I e/ou II, apresentação de condolências aos familiares.

Justificação

Luís Carlos Bello Parga nascido em São Luís, no dia 20 de dezembro de 1928, bancário, formado em Contabilidade pela Escola Técnica Federal, foi Senador da República no período de 1996 a 2003, exercendo um mandato totalmente voltado para a defesa dos interesses do Estado do Maranhão. No Maranhão ocupou os cargos de Presidente do Banco do Estado, Diretor do Banco do Nordeste do Brasil, Presidente da Companhia de Desenvolvimento Mineral do Maranhão e Superintendente Regional do Banco do Brasil.

Sala das Sessões, 13 de maio de 2008. – Senadora **Roseana Sarney**.

REQUERIMENTO Nº 586, DE 2008

Senhor Presidente,

Requeremos, nos termos do art. 218 do Regimento Interno e de acordo com a tradição da Casa, as seguintes homenagens pelo falecimento do ex-Senador Maranhense Bello Parga:

- a) inserção em ata de um voto de profundo pesar;
- b) apresentação de condolências à família e ao estado.

Sala das Sessões, 13 de maio de 2008. – Senador **José Agripino**, Líder do Democratas – Senador **Arthur Virgílio**, Líder do PSDB.

REQUERIMENTO Nº 587, DE 2008

Requer Voto de Aplauso à Embraer, vitoriosa empresa aeronáutica brasileira, fabricante de aeronaves de qualidade, que passou a oferecer ao mundo exemplos de excelência em condução administrativa, modelo que acaba de ser copiado pelas gigantes Boeing e Airbus.

Requeiro, nos termos do art. 222, do Regimento Interno, e ouvido o Plenário, que seja consignado, nos **Anais** do Senado, Voto de Aplauso à Embraer, vitoriosa empresa aeronáutica brasileira. Seu modelo de gestão operacional e administrativa acaba de ser copiado pelas gigantes Boeing e Airbus. As duas poderosas empresas mundiais adotaram o modelo de terceirização seguido pela Embraer.

Requeiro, ainda, que o Voto de Aplauso seja levado ao conhecimento da homenageada.

Justificação

O jornal **O Estado de S.Paulo** registra, em seu caderno “Negócios”, a implantação, pelas poderosas Boeing e Airbus, do modelo de gestão operacional e administrativa que contribuiu significativamente para o êxito da empresa brasileira: a terceirização de parte significativa de sua produção, dentro de modelo de parceria de riscos. A Embraer, como escreve a pesquisadora Zil Miranda (autora de **O Vôo da Embraer, a competitividade brasileira na indústria de alta tecnologia**), foi uma vitoriosa inovação. A empresa de São José dos Campos, hoje também em Gavião Peixoto, foi pioneira na chamada parceria de riscos, na década de 90. Esse tipo de inovação foi fundamental para o grande vôo da Embraer. De fato, as companhias aéreas preferem, por exemplo, adquirir um avião dotado de trem de pouso de marca reconhecida mundialmente e comprovadamente de qualidade. E assim também em outros itens. Agora, a Boeing e a Airbus copiam o modelo brasileiro, para driblar a concorrência. Por isso, a Embraer é merecedora deste Voto de Aplauso do Senado da República.

Sala das Sessões, 13 de maio de 2008. – Senador **Arthur Virgílio**, Líder do PSDB.

REQUERIMENTO Nº 588, DE 2008

Requer Voto de Aplauso ao Jornalista Tarcísio Holanda e à TV Câmara, pelo lançamento do documentário em vídeo “Memórias de Tarcísio, Repórter”.

Requeiro, nos termos do art. 222, do Regimento Interno, e ouvido o Plenário, que seja consignado, nos **Anais** do Senado, Voto de Aplauso ao Jornalista Tarcísio Holanda e à TV Câmara, pelo lançamento, no dia 13 de maio de 2008, do documentário em vídeo “Memórias de Tarcísio, Repórter”.

Requeiro, ainda, que o Voto de Aplauso seja levado ao conhecimento dos homenageados.

Justificação

O excelente trabalho jornalístico que a TV Câmara realiza, paralelamente ao noticiário acerca das atividades plenárias e de comissões daquela Casa, contribui fortemente para perenizar fatos que passaram a integrar a história política do Brasil. É o caso do documentário em vídeo, editado também em DVD, com o depoimento de um dos mais competentes e respeitáveis jornalistas

brasileiros, Tarcísio Holanda. Ele, que é originário do Ceará, passou pelo Rio e, com a transferência da Capital para o Planalto Central, veio para Brasília e aqui continuou no exercício da atividade jornalística, com análises acuradas do dia-a-dia, incluindo os momentos de obstrução à democracia e, também, os grandes acontecimentos, que engrandecem o Parlamento. O documentário deveria ser repassado às nossas universidades e, quem sabe, distribuído também às escolas de ensino médio. Seu conteúdo é um registro vivo que faz, e ensina, esse correto jornalista. Por isso, ele é merecedor do Voto de Aplauso que requeiro ao Senado da República, extensivamente à TV Câmara, pela oportuna iniciativa.

Sala das Sessões, 13 de maio de 2008. – Senador **Arthur Virgílio**, Líder do PSDB – Senador **José Agripino**.

REQUERIMENTO Nº 589, DE 2008

Requer Voto de Pesar pelo falecimento do empresário Antonio Carlos Rodrigues Lima, Presidente da Associação das Indústrias e Empresas de Serviços do Pólo Industrial de Manaus (AFICAM)

Requeiro, nos termos do art. 218, do Regimento Interno, a inserção em ata, de Voto de Pesar pelo falecimento ocorrido no dia 13 de maio de 2008, do empresário Antonio Carlos Rodrigues Lima, Presidente da Associação das Indústrias e Empresas de Serviços do Pólo Industrial de Manaus (ARCAM).

Requeiro, ademais, que esse Voto de Pesar seja levado ao conhecimento dos familiares do empresário e à direção da Suframa.

Justificação

Registro, com tristeza, o falecimento, ocorrido esta manhã, do Presidente da Associação das Indústrias e Empresas de Serviços do Pólo Industrial de Manaus (AFICAM), empresário Antonio Carlos Rodrigues Lima. Conheci o Dr. Antonio Carlos, dinâmico empresário do Pólo Industrial de Manaus. Trabalhador e dotado de grande poder de iniciativa, ele foi eleito Presidente das empresas que ali operam, cargo em que se revelou como intransigente defensor do Pólo. A infausta notícia leva-me a requerer este Voto de Pesar ao Senado da República.

Sala das Sessões, 13 de maio de 2008. – Senador **Arthur Virgílio**, Líder do PSDB.

REQUERIMENTO Nº 590, DE 2008**Requer Voto de Aplauso ao casal amazonense Cristian Aguilera e Carla Yael, pela adoção de oito crianças já crescidas, registradas como filhos.**

Requeiro, nos termos do art. 222, do Regimento Interno, e ouvido o Plenário, que seja consignado, nos **Anais** do Senado, Voto de Aplauso ao casal amazonense Carla Yael e Cristian Aguilera, pelo gesto de adotar oito crianças, já crescidas, registradas como filhos (adotivos), formando uma família feliz que vive em harmonia.

Requeiro, ainda, que o Voto de Aplauso seja levado ao conhecimento dos homenageados.

Justificação

Há gestos que transmitem apreço humano e forte aconchego. Um exemplo pode ser localizado na capital do meu estado, onde o casal Carla Yael e Cristian Aguilera adotou oito crianças já crescidas, registrando-as como filhos (adotivos). Hoje, eles formam uma família que vive feliz e oferecendo exemplos vivos à sociedade. As adoções ocorreram ao longo de três anos. Primeiro, eles adotaram Rebeca, de 9 anos; a seguir, Gonzalo, de 7; Tiago, de 6; Elena, de 14; Felipe, de 12; André, de 11; Lara, de 8; e Luiz, de 6. No Dia das Mães, este ano, Carla disse a um jornal de Manaus: “Já não preciso de presentes; ganhei o que mais desejava na vida. E vejo agora que nada é melhor no mundo do que o amor de mãe, que sempre dedico aos meus filhos”. Ela e Cristian são merecedores do Voto de Aplauso que proponho ao Senado da República.

Sala das Sessões, 13 de maio de 2008. – Senador **Artrur Virgílio**, Líder do PSDB.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – A Presidência encaminhará os votos solicitados.

Os requerimentos que acabam de ser lidos vão ao Arquivo.

Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 591, DE 2008**Solicita informações ao Sr. Ministro da Secretária-Geral da Presidência da República sobre os gastos com diárias do assessor especial da Presidência, senhor Marco Aurélio Garcia.**

Senhor Presidente,

Com fundamento no art. 50, § 2º, da Constituição Federal, combinado com o art. 216, inciso I, do Regimento Interno, requeiro que, ouvida a Mesa, sejam solicitadas as seguintes informações ao Sr. Ministro da Secretária-Geral da Presidência da República sobre os gastos com diárias do assessor especial da Presidência, senhor Marco Aurélio Garcia:

1. Qual o valor pago a título de diárias ao assessor especial da Presidência da República, Senhor Marco Aurélio Garcia, desde 2004 até a presente data?

2. Discriminar as viagens para as quais foram pagas essas diárias, relacionando período e objetivo de cada uma dessas viagens.

3. Qual o papel desempenhado pelo assessor Marco Aurélio Garcia em cada uma dessas viagens?

Justificação

A revista **ISTOÉ Dinheiro**, em sua edição de 14 de maio do corrente, publicou nota intitulada “Papéis trocados”, na qual informa que “há algo curioso na condução da política externa”. Segundo a nota, “é gente do próprio Itamaraty que avisa”.

A nota mostra que o Senhor Marco Aurélio Garcia, assessor internacional da Presidência, consumiu R\$185 mil, apenas em diárias, desde 2004.

Assim, o presente requerimento pretende confirmar as informações publicadas pela revista **ISTOÉ**, assim como esclarecer os motivos das viagens para as quais foram pagas essas diárias.

Sala das Sessões, 13 de maio de 2008. – Senador **Arthur Virgílio**, Líder do PSDB.

LEGISLAÇÃO CITADA**CONSTITUIÇÃO FEDERAL**

.....
Art. 50. A Câmara dos Deputados e o Senado Federal, ou qualquer de suas comissões, poderão convocar Ministro de Estado para prestar, pessoalmente, informações sobre assunto previamente determinado, importando crime de responsabilidade a ausência sem justificação adequada.

§ 2º As Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal poderão encaminhar pedidos escritos de informação aos Ministros de Estado, importando crime de responsabilidade a recusa, ou o não-atendimento no prazo de trinta dias, bem como a prestação de informações falsas.

REGIMENTO INTERNO

Subseção II

**Dos Requerimentos de Informações
(Const., art. 50, § 2º)**

Art. 215. São escritos os requerimentos não referidos no art. 214 e dependem de votação por maioria simples, presente a maioria da composição do Senado, salvo os abaixo especificados:

I – dependentes de decisão da Mesa:

a) de informação a Ministro de Estado ou a qualquer titular de órgão diretamente subordinado à Presidência da República (Const., art. 50, § 2º);

Art. 216. Os requerimentos de informações estão sujeitos às seguintes normas:

I – serão admissíveis para esclarecimento de qualquer assunto submetido à apreciação do Senado ou atinente a sua competência fiscalizadora;

Art. 217. O requerimento de remessa de documentos equipara-se ao de pedido de informações.

(À Mesa para decisão.)

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – O requerimento que acaba de ser lido será despachado à Mesa para decisão, nos termos do art. 216, III, do Regimento Interno.

Sobre a mesa, requerimentos que passo a ler.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 592, DE 2008

Nos termos do art. 258 do Regimento Interno, requeiro tenham tramitação em conjunto as seguintes matérias: o Projeto de Lei da Câmara nº 39, de 2006; o Projeto de Lei da Câmara nº 3, de 2005, e o Projeto de Lei do Senado nº 209, de 2002, por versarem sobre o mesmo assunto.

Sala das Sessões, 13 de maio de 2008. – **Gilberto Goellner**.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – O requerimento que acaba de ser lido será publicado e incluído em Ordem do Dia oportunamente.

Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 593, DE 2008

Senhor Presidente,

Nos termos do art. 258, do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro a tramitação conjunta dos Projetos de Lei do Senado nº 72, de 2007 e nº 102, de 2007, complementares, por tratarem de assuntos correlatos.

Justificação

Objetivando dar maior racionalidade e celeridade ao exame das proposições que dispõem sobre o Sistema Financeiro Nacional e a organização do Banco Central, estamos requerendo sua tramitação conjunta.

Entendemos, assim, que a análise sobre os referidos projetos pelas comissões técnicas desta Casa, na forma como estamos agrupando, será factível, devendo se processar de maneira adequada, em consonância com a importância de tratamento exigida para a avaliação da matéria.

Sala das Sessões, 13 de maio de 2008. – Senador **Antonio Carlos Júnior**.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – O requerimento que acaba de ser lido será despachado à mesa para decisão.

O SR. MÁRIO COUTO (PSDB – PA) – Pela ordem, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Pela ordem, com a palavra, o Senador Mário Couto.

O SR. MÁRIO COUTO (PSDB – PA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem para fazer um breve registro sobre assunto de interesse nacional.

Sr^{as} e Srs. Senadores, o jornal **Correio Brasileiro**, em sua edição de 9 de maio do corrente, publicou matéria intitulada “Juiz decreta fim da Ágora”, informando que o Sr. Juiz da 6ª Vara Cível de Brasília determinou a extinção da Associação para Projetos de Combate à Fome (Ágora).

Caso V. Ex^{as} não se recordem, a Ágora é uma entidade ligada ao Sr. Mauro Dutra, amigo do Presidente Lula. Tão amigo que, em 2001, o Presidente Lula passou o final de ano na casa dele, em Búzios.

Enfim, essa entidade, a Ágora, ligada ao amigo do Presidente Lula, foi fechada por suspeitas de fraudes em convênios com o Poder Público para capacitação profissional.

Sr. Presidente, peço que a matéria acima citada seja considerada na íntegra como parte deste meu pronunciamento, para que fique, assim, registrada nos Anais do Senado Federal.

Muito obrigado, Presidente.

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE O
SR. SENADOR MÁRIO COUTO EM SEU
PRONUNCIAMENTO.**

(Inserido nos termos do inciso I, § 2º, art. 210 do Regimento Interno.)

Juiz decreta fim da Ágora

MARCELO ROCHA

DA EQUIPE DO CORREIO

O juiz Aiston Henrique de Sousa, da 6ª Vara Cível de Brasília, determinou a extinção da Associação para Projetos de Combate à Fome (Ágora), entidade ligada a Mauro Dutra, amigo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, e investigada pela CPI das ONGs do Senado. São atribuídas à associação irregularidades na administração de recursos públicos destinados a programas de capacitação profissional.

A medida judicial é da última terça-feira. O magistrado analisou ação de dissolução de sociedade proposta pelo Ministério Público do Distrito Federal. No pedido, os promotores sustentaram que a Ágora descumpriu a legislação do terceiro setor ao remunerar seus diretores, emitir R\$ 887 mil em notas fiscais frias e fugir de seu objetivo estatutário, que seria promover estudos e projetos para combater a fome.

A Promotoria de Defesa de Tutela de Fundações e Entidades de Interesse Social alegou na ação, protocolada em 2004, que os dirigentes da associação não tinham capacidade administrativa e contábil para gerir recursos públicos. A decisão dos promotores foi respaldada por auditoria realizada pela Secretaria de Fazenda do DF, que apontou a existência de notas frias emitidas para comprovar despesas.

Formação

Segundo os relatórios do Ministério Público, entre 1997 e 1998, a organização recebeu em torno de R\$ 4,6 milhões da Secretaria do Trabalho do DF para promover cursos de formação profissional. O Ministério Público afirmou que, mesmo recebendo recursos federais, a entidade não dispunha de prestações de contas constantes, como deveria ser feito. Os promotores denunciaram ainda que os dirigentes da entidade, entre eles Mauro Dutra, fizeram manobras jurídicas para ter contratos com o poder público sem licitação e obter isenções tributárias, mesmo sem atender o requisito de não remunerar os sócios.

Outras acusações pesam contra a Ágora. Ela recebeu R\$ 7 milhões do Ministério do Trabalho para implantar o Programa Consórcio Social da Juventude no DF e Entorno. Há suspeitas de irregularidade na execução do convênio. Um milhão de reais em gastos teriam ficado sem comprovação.

Ligado a políticos petistas locais e do PT nacional, Dutra foi o único dirigente da Ágora apontado como responsável pelas irregularidades. Sua ligação com o Palácio do Planalto deu dimensão ao caso. Em 2001, quando ainda era candidato, Lula passou o final de ano na casa do empresário, em Búzios (RJ).

No final do ano passado, o Ministério da Justiça havia cassado o registro de Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (Oscip) da Ágora. Segundo o ministério, a partir da instauração de ações pelos promotores, o Departamento de Justiça, Classificação, Títulos e Qualificação (Dejus), responsável pela fiscalização das Oscips, notificou a Ágora para que explicasse seu envolvimento nas irregularidades. A entidade não acatou nenhuma das citações. Dutra não foi localizado ontem pela reportagem do Correio para comentar o assunto.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – V. Ex^a será atendido, nos termos regimentais.

O SR. SÉRGIO ZAMBIASI (PTB – RS) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Senador Sérgio Zambiasi, a palavra fica com V. Ex^a.

O SR. SÉRGIO ZAMBIASI (PTB – RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Muito obrigado, Presidente Garibaldi Alves.

Eu gostaria de fazer um apelo a V. Ex^a e aos líderes para que possamos incluir na Ordem do Dia um projeto que já está aqui pronto, desde outubro do ano passado, para ser votado em plenário. Trata-se do Projeto de Lei da Câmara nº 67, de 2005. Na realidade, é um projeto que tramita no Congresso desde 2003. É um apelo que nos faz, especialmente e principalmente, o Sindicato Nacional das Empresas de Aviação Agrícola, Presidente.

Esse projeto trata da fixação da alíquota da Cide incidente sobre a gasolina de aviação, que deveria atender à mesma lógica aplicada ao querosene, pois as finalidades desses dois combustíveis são as mesmas. E, acima de tudo, essa equalização atende especialmente à aviação agrícola.

No Rio Grande do Sul, nós temos boa parte da nossa agricultura pulverizada por aviação agrícola, mas seguramente atende também ao Estado do Amazonas, do nosso querido Senador Jefferson Péres e de tantos outros companheiros, onde as distâncias são muito grandes e utilizam-se pequenos aviões movidos a pistão – esses aviões utilizam gasolina de aviação e não querosene.

Então, o objetivo é corrigir uma injustiça e atender, de um lado, o turismo, e, de outro lado, as emergências em Estados como o Amazonas e, no meu Estado, a questão da aviação agrícola, e se corrigir uma injustiça que vem já há alguns anos, fazendo-se essa equalização.

O apelo é para que, na reunião de líderes, possa se colocar na Ordem do Dia e possamos votar esse projeto e atender, portanto, a essa demanda que ajuda no desenvolvimento nacional.

Muito obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Senador Sérgio Zambiasi, V. Ex^a será atendido.

Eu já autorizei a Dr^a Claudia e pedi a ela que incluía na Ordem do Dia esse projeto, na forma do Regimento, claro.

O SR. SÉRGIO ZAMBIASI (PTB – RS) – Presidente Garibaldi, com certeza, o setor da aviação

agrícola brasileira será muito grato a V. Ex^a, e também o turismo que utiliza pequenos aviões também vai agradecer-lhe muito por esse gesto.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Passa-se à

ORDEM DO DIA

Item extrapauta:

MENSAGEM Nº 60, DE 2008

(Escolha de Chefe de Missão Diplomática)

Mensagem nº 60, de 2008 (nº 153/2008, na origem), pela qual o Presidente da República submete à deliberação do Senado a escolha do Senhor *João Batista Cruz*, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Especial do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil em Santa Lúcia.

Concedo a palavra ao Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Papaléo Paes, para a leitura do parecer da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relatora: Rosalba Ciarlini.

PARECER Nº 410, DE 2008-CRE

O SR. SENADOR PAPALÉO PAES (PSDB – AP. Para leitura do parecer.) – O Presidente da República encaminha ao Senado o nome do Sr. Senhor *João Batista Cruz*, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Especial do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil em Santa Lúcia.

Concluída a votação na CRE, S.Ex^a obteve 19 votos favoráveis, nenhum voto contrário, nenhum em branco, nenhum nulo, nenhuma abstenção.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Em discussão o parecer. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Antes de passarmos à votação da matéria, quero fazer um apelo aos Senadores para que compareçam ao plenário a fim de iniciarmos a votação, que será procedida por escrutínio secreto.

Portanto, faço um apelo às Sr^{as} e aos Srs. Senadores para que venham ao plenário votar essa matéria.

Vamos abrir o painel.

(Procede-se à votação.)

O SR. EFRAIM MORAIS (DEM – PB) – Sr. Presidente, faço um apelo. É importante essa mensagem do Sr. João Batista Cruz, mas é bom fazer o apelo ao

Governo. Acho que a questão da Ministra Marina Silva está deixando o plenário um pouco vazio por parte do Governo. Então, é bom que se faça um apelo aos Senadores do Governo para que venham ajudar a oposição a aprovar o nome do Embaixador João Batista Cruz. A questão é ecológica.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Faço minhas as palavras de V. Ex^a, até porque V. Ex^a tem prestígio junto aos Senadores do Governo. Peço que compareçam ao plenário.

Senador Aloizio Mercadante.

O SR. EPITÁCIO CAFETEIRA (PTB – MA) – Sr. Presidente, o PTB recomenda o voto “sim”.

A SR^a IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Sr. Presidente, eu gostaria de fazer um apelo para que os parlamentares, Senadores e Senadoras do PT e do Bloco de Apoio, compareçam ao plenário para votar. A votação é nominal e secreta; portanto, a presença de todos é imprescindível para que alcancemos o quórum. Faço mais um apelo para que todos venham ao plenário votar.

O SR. RENATO CASAGRANDE (Bloco/PSB – ES) – Sr. Presidente, V. Ex^a pode me conceder a palavra?

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Com a palavra, o Senador Renato Casagrande.

O SR. RENATO CASAGRANDE (Bloco/PSB – ES. Pela ordem. sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, muito obrigado.

Primeiro, ainda sem saber os desdobramentos da decisão da Ministra, quero registrar com tristeza o pedido de demissão da Ministra Marina Silva. Não temos detalhes do fato, mas reconhecemos que a Ministra estava – e está – desenvolvendo um trabalho que tinha o objetivo claro de promover a preservação, a conservação, a recuperação do meio ambiente, buscando um modelo de desenvolvimento sustentável, Sr. Presidente.

Então, quero aqui fazer o registro da nossa tristeza e preocupação, porque essa área é muito sensível. No momento em que o Brasil cresce muito, é fundamental que a área ambiental também atue muito, para que não nos desequilibremos.

O Brasil tem problemas sérios com relação a desmatamento e empobrecimento do solo, mas tem também muitas alternativas, uma vez que ainda há uma grande área com florestas. Nós temos 50% do nosso território com florestas e um programa de biocombustível excepcional.

Então, o Brasil tem pontos negativos na área ambiental, mas, até pelo atraso do nosso processo de crescimento, nós temos ainda como desenvolver e estabelecer um modelo de desenvolvimento para que possamos manter e preservar parte dos nossos recursos naturais.

E nós queremos fazer esse registro aqui no Senado Federal.

O segundo registro, Sr. Presidente, é que o Ministro Guido Mantega acabou de dar uma entrevista falando sobre o Fundo Soberano, que é um fundo com reservas estrangeiras em dólar, que tem o objetivo de apoiar empreendimentos brasileiros fora do País e também de estabelecer uma gestão mais adequada das nossas reservas internacionais.

Então, o Brasil está pensando em estabelecer, em implantar um Fundo Soberano.

Eu quero só anunciar ao Plenário – já disse isso aqui, já me pronunciei a respeito, mas acho que este é o momento adequado para o anúncio – que, em fevereiro, apresentei ao Senado Federal uma proposta de criação do Fundo Soberano. São diversas as fontes de recursos, mas a principal fonte é o excedente das reservas internacionais. Nós estamos chegando a US\$200 bilhões de reservas internacionais.

Esses recursos serão aplicados em títulos do Tesouro americano. E acho que nós já temos segurança. Uma parte dessas reservas pode ser utilizada na composição de um fundo para que possamos ter mais rentabilidade e possamos fazer investimentos em empresas brasileiras no exterior.

Assim, fiz uma proposta de criação do Fundo Soberano. O Governo, na minha avaliação, pode utilizar a proposta que eu apresentei no Senado para que, por meio dela, possamos efetivamente estabelecer e ajustar a proposta que o Governo desejar.

Fico feliz com a decisão do Governo de constituir o Fundo Soberano, mas espero que o Governo considere efetivamente a proposta que apresentamos no Senado, que é a da constituição do Fundo Soberano. O Ministro disse que a fonte desse fundo será a das reservas internacionais, e essa é a fonte principal que eu coloquei na proposta de criação do Fundo Soberano que tramita na Casa desde fevereiro, dependendo naturalmente do Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos designar um Relator e o Senado ser protagonista desse debate.

Quero fazer o registro desse fato importante que o Governo Federal toma e de que o Governo pode aproveitar a proposta que apresentamos aqui no Senado, Senador Garibaldi Alves, Senador José Agripino, Líder dos Democratas e todos os Senadores aqui presentes.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Agradeço a V. Ex^a.

Quero lembrar que a votação está se desenvolvendo para deliberar sobre a escolha do Sr. João Batista Cruz, Ministro de 2^a Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Especial do Ministério das

Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil em Santa Lúcia.

O SR. TIÃO VIANA (Bloco/PT – AC) – Sr. Presidente, peça a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Concedo a palavra pela ordem ao Senador Tião Viana.

O SR. TIÃO VIANA (Bloco/PT – AC. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Caro Presidente Garibaldi, Sr^{as} e Srs. Senadores, nós temos a informação, veiculada pela imprensa, da renúncia da condição de Ministra de Estado do Meio Ambiente da nossa Senadora Marina Silva.

Eu quero só externar que, seguramente, a Ministra Marina Silva é das pessoas que representam um patrimônio da história política brasileira, da mais elevada responsabilidade no exercício da função de Ministra de Estado. Humilde ao ponto de saber que a função de Ministro de Estado pertence ao Governo. Ela contribuiu com todo o esforço e com toda a grandeza que pôde para que a política de meio ambiente, no Governo do Presidente Lula, pudesse ser honrada e alcançar os resultados que alcançou. E entendeu, por razões dela mesma, que seria hora da sua renúncia da condição de Ministra de Estado e do seu retorno à função de Senadora da República. Porque ela é um patrimônio também do Senado Federal brasileiro.

Então, é uma decisão absolutamente normal, tomada pela Ministra Marina Silva por razões que ela saberá dizer no momento oportuno à sociedade brasileira. Em nada isso significa qualquer tipo de instabilidade da relação dela com o Governo do Presidente Lula. Não subtrai absolutamente nada o seu respeito para com o Presidente Lula, com o Governo que ela defende e que, eu tenho certeza, continuará a defender. Mas é uma prerrogativa dela como pessoa, como agente público, entender que seria a hora de um retorno à sua atividade de Senadora da República.

Então, a Ministra Marina Silva, no seu tempo, dará as explicações que a motivaram a entender que chegou o momento de afastamento da função de Ministra de Estado do Meio Ambiente.

Nós, do Estado do Acre, que S. Ex^a representa no Senado Federal, só temos a dizer que a Ministra simboliza, de maneira integral, orgulho, referência de vida, de modelo de vida pública para todos nós. Portanto, é um patrimônio da história do Acre, da Amazônia, da política contemporânea brasileira. Sai de cabeça erguida, honrando cada segundo do seu exercício da condição de Ministra de Estado e, seguramente, contará com a ótima acolhida dos nossos Senadores e Senadoras porque S. Ex^a é uma pessoa necessária à vida política brasileira neste momento.

Entendeu, por razões pessoais, que seria a hora do seu afastamento da condição de Ministra. E nós só temos o dever de respeitá-la, dar-lhe boas-vindas, manter o mais absoluto e integral respeito por S. Ex^a, agradecer-lhe por tudo o que fez e – sei – continuar fazendo pelo Brasil.

A SR^a IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Com a palavra, pela ordem, a Senadora Ideli Salvatti.

A SR^a IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, creio que todos nós, aqui no plenário do Senado, fomos surpreendidos com a notícia do pedido de afastamento da Ministra Marina Silva e seu retorno ao Senado.

Busquei obter algum tipo de informação junto ao Ministro José Múcio, segundo o qual há ainda uma tentativa de convencimento da Ministra Marina para que S. Ex^a permaneça à frente desse importante cargo que exerce há quase cinco anos e meio.

Portanto, seja qual for a decisão final da Ministra Marina, se reconsiderar ou não e decidir retornar ao Senado, nós, da Bancada do PT, a acolheremos de braços abertos pelo trabalho que ela já desenvolveu neste Senado da República, pelo patrimônio que é, que muito nos orgulha, como petista, como mulher, como Liderança política proeminente de todo o nosso País.

É claro que, se a Ministra Marina mantiver a decisão de renúncia, de afastamento do cargo do Ministério, e voltar ao Senado, nós, da Bancada do PT, ficaremos muito tristes, não obviamente com a chegada da Ministra Marina, que muito nos alegrará, mas com a perda de um grande companheiro, que, nesses cinco anos e meio, tem sido uma pessoa imprescindível na Bancada, que é o Senador Sibá Machado.

Então, nós gostaríamos de deixar o registro dessa perplexidade que todos nós estamos sentindo com a notícia, que chegou há poucos minutos. Eu gostaria de fazer votos e desejar que, se for possível, haja uma reconsideração da Ministra Marina, e que S. Ex^a possa continuar exercendo o trabalho que exerceu até agora, reconhecido nacional e internacionalmente à frente do Ministério do Meio Ambiente.

Então, era isso, Sr. Presidente, que eu gostaria de deixar em nome da Bancada do PT.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM.) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Concedo a palavra ao Senador José Agripino, Líder do DEM. Em seguida, ao Senador Líder do PSDB.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (DEM – RN. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu estou lendo nos noticiários da *Internet* a notícia que nos surpreende a todos da demissão da Ministra Marina Silva. Eu convivi com S. Ex^a no mandato passado, durante bons anos. Tenho por S. Ex^a um apreço especial. Somos adversários políticos – ela é PT e eu sou Democratas –, mas tenho um apreço pessoal e um respeito especial pela Ministra Marina, que é uma mulher de origem humilde, de caráter, de formação rígida, de opinião e que merece o respeito do povo do Brasil.

Pode-se até divergir dos pontos de vista dela. Isso é outra questão. Podemos até estar em campos ideológicos apartados. Essa é outra questão. No entanto, do ponto de vista da consideração pela brasileira Marina da Silva, eu aqui quero manifestar, em meu nome pessoal, o aplauso pelo desempenho de S. Ex^a como Ministra, discreta, mas eficiente, defendendo seus pontos de vista, com os quais posso concordar ou não, mas respeitando a coerência de seus pontos de vista e aplaudindo a sua presença séria, honesta, proba à frente do Ministério do Meio Ambiente.

Estaremos aqui à espera de S. Ex^a, que vai reassumir o seu mandato de Senadora, lamentando que isso nos prive do convívio também agradável do Senador Sibá Machado, com quem tenho uma relação pessoal positiva.

A S. Ex^a, em nome do meu Partido, as melhores boas-vindas.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Agradeço a V. Ex^a.

Com a palavra o Senador Arthur Virgílio, Líder do PSDB.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, sou amigo pessoal da Ministra Marina Silva e tenho orgulho de dizer que, com poucas discordâncias, que foram explicitadas devidamente da tribuna da Casa, encontrei momentos de enorme convergência com as políticas preconizadas para a Amazônia por S. Ex^a, inclusive indo à tribuna, de maneira muito acalorada, para defender propostas do Ministério do Meio Ambiente por entender que elas tinham lógica, tinham razão de ser. Sustentei ao lado de outros companheiros um debate de mais de oito horas certa vez aqui na Casa, quando se tratava da lei que concedia trechos da floresta amazônica para exploração, dentro do conceito do desenvolvimento sustentável; do manejo, portanto.

Para muitos, isso parecia privatização da floresta. Para mim, não; para mim, era uma tentativa válida de organização da pressão para que a pressão não fosse em todos os lugares, para que a pressão fosse localizada nas áreas permitidas e que, portanto, os

órgãos de Estado pudessem tomar conta das áreas não permitidas, fiscalizando-se, obviamente, para que não houvesse excessos nas áreas permitidas, a exploração se fazendo de acordo com o preconizado em lei.

Entendi que era realista isso, que era pragmático. Vejo que o Governo Federal, o Governo do Presidente Lula, perde o concurso de uma figura pública de excelente nível; mulher correta, séria, convicta, que desfrutava de um nome internacional bastante positivo. O Governo terá que explicar muito bem a saída da Ministra Marina Silva para o exterior, numa hora em que o mundo está de olhos na Amazônia e de olhos no nosso papel diante do fenômeno do aquecimento global.

Devo dizer a V. Ex^a que acolhemos de braços abertos a Ministra, que reassume o seu mandato e que, certamente, da tribuna explicará as razões pelas quais tomou essa decisão, lamentando a perda do convívio com o Senador Sibá Machado, que, para mim, sempre foi uma figura do melhor trato, do melhor nível, uma figura corajosa na defesa das suas convicções, um homem correto, um homem de bem, que, ao longo desse período em que exerceu o seu mandato de Senador – longo período em que sua suplência foi agraciada com o exercício do mandato –, aqui mereceu, de minha parte, sempre acatamento, sempre respeito. Mantinha, mantenho e sei que manterei com o Senador Sibá Machado relações pessoais privilegiadas. Em todos os momentos, nós nos entendemos à base da sinceridade, à base da boa fraternidade, à base da boa ligação de amazônida para amazônida.

Portanto, imagino que a Ministra dará a sua explicação pública, mas, sobretudo, quero dar um testemunho de que, de minha parte – não estou sequer falando como Líder neste momento, porque, em algum momento, houve divergências na minha Bancada em relação às políticas fundamentais que a Ministra defendia e defende para a Amazônia –, mas, de minha parte, entendo que ela foi uma boa Ministra, como sempre foi uma excelente Senadora. Eu a recebo de braços abertos, sabendo que a Ministra haverá de trazer para o Senado, desta vez, toda essa experiência, que, por tantos anos, acumulou no Ministério. Isso haverá de ser útil para o desempenho do seu mandato de Senadora. Ela já era uma boa Senadora antes e que haverá de ser uma Senadora mais madura ainda, tendo passado pelo crivo de exigente experiência ministerial.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Vou abrir o painel para comunicar o resultado desta votação.

(Procede-se à apuração.)

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Votaram SIM 42 Srs. Senadores; e, NÃO, 06. Houve uma abstenção.
Total: 49 votos.

Aprovado o nome de João Batista Cruz para exercer o cargo de Embaixador do Brasil em Santa Lúcia.

Será feita a devida comunicação ao Senhor Presidente da República.

O SR. EDUARDO AZEREDO (PSDB – MG) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Pela ordem, com a palavra o Senador Eduardo Azeredo.

O SR. EDUARDO AZEREDO (PSDB – MG. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, passado o processo de votação, quero apenas registrar o trabalho do Embaixador João Batista Cruz, que é do meu Estado, Minas Gerais, e que, seguramente, poderá fazer um trabalho bom, experiente, nessa região toda do Caribe pela qual ele vai responder.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – **Item extrapauta:**

MENSAGEM Nº 67, DE 2008

(Escolha de Chefe de Missão Diplomática)

Mensagem nº 67, de 2008 (nº 178/2008, na origem), pela qual o Presidente da República submete à deliberação do Senado a escolha da Sr^a *Marília Sardenberg Zelter Gonçalves*, Ministra de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Especial do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixadora do Brasil junto à República da Eslováquia.

Concedo a palavra ao Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Antonio Carlos Valadares, para a leitura do parecer da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator *ad hoc*: Senador Jarbas Vasconcelos.

PARECER Nº 411, DE 2008-CRE

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE. Para leitura do parecer.) – Concluída a votação, procedeu-se à contagem dos votos, apurando-se o seguinte resultado: votos favoráveis 14; votos contrários, nenhum; votos em branco, nenhum; abstenções, também nenhuma.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – As Sr^{as} e os Srs. Senadores já podem votar. Está aberto o painel.

(Procede-se à votação.)

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Concedo a palavra, pela ordem, ao Senador Arthur Virgílio.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Aproveito o transcorrer da votação para anunciar a V. Ex^a que estou encaminhando à Mesa dois requerimentos.

Um deles convida, nos termos regimentais, os Srs. Luciano Coutinho e Elvino Lima Gaspar, respectivamente Presidente e Diretor do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES, para, em audiência pública, prestarem esclarecimentos aos Senadores da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle sobre as denúncias de desvio de verbas do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, conforme investigação realizada pela Polícia Federal por meio da chamada “Operação Santa Tereza”.

Imagino que não haverá razão para, desta vez, a Comissão obstaculizar algo que é do maior interesse público. Afinal de contas, seria uma desatenção com a Minoria se de outra forma procedesse a direção da Comissão.

O outro requerimento, Sr. Presidente, fundamentado no art. 50, § 2º da Constituição, combinado com o art. 216, inciso I, do Regimento Interno, requer as seguintes informações ao Sr. Ministro Chefe da Secretaria-Geral da Presidência da República sobre os gastos com diária do Assessor Especial da Presidência Sr. Marco Aurélio Garcia.

São as seguintes perguntas:

1) Qual o valor pago, a título de diárias, ao Assessor Especial da Presidência da República de 2004 até a presente data?

2) Que discrimine as viagens para as quais foram pagas essas diárias relacionando o período e o objetivo de cada uma delas.

3) Qual o papel desempenhado pelo Assessor Marco Aurélio Garcia em cada uma dessas excursões.

Encaminho à Mesa este requerimento e comunico a V. Ex^a que o outro está sendo endereçado à direção da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor, Fiscalização e Controle.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. EXPEDITO JÚNIOR (Bloco/PR – RO) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Pela ordem, com a palavra o Senador Expedito Júnior.

O SR. EXPEDITO JÚNIOR (Bloco/PR – RO) – Só para registrar, Sr. Presidente, que, na votação anterior, gostaria de ter votado com a orientação do meu Partido.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Mas o voto é secreto, Senador Expedito Júnior.

O SR. EXPEDITO JÚNIOR (Bloco/PR – RO) – Por isso mesmo eu falei que gostaria de ter votado com a orientação do meu Partido.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Votaram SIM 39 Srs. Senadores; e, NÃO, 06. Não houve abstenção.

Total: 45 votos.

Está aprovado no nome de Marília Sardenberg Zelner Gonçalves para exercer o cargo de Embaixadora do Brasil junto à República da Eslováquia.

Será feita a devida comunicação ao Senhor Presidente da República.

O SR. RENATO CASAGRANDE (Bloco/PSB – ES. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, peço que registre o meu voto, por favor.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – V. Ex^a será atendido.

A SR^a ROSEANA SARNEY (PMDB – MA. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, também quero registrar o meu voto.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – V. Ex^a será atendida, Senadora Roseana, nos termos do Regimento.

O SR. GILBERTO GOELLNER (DEM – MT. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Da mesma forma, peço que registre o meu voto favorável.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – V. Ex^a será atendido, nos termos do Regimento.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (PDT – DF. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, da mesma forma, peço que seja registrado o meu voto favorável.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Será registrado em Ata. Agradeço a V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – **Item extrapauta:**

MENSAGEM Nº 69, DE 2008

(Escolha de Chefe de Missão Diplomática)

Mensagem nº 69, de 2008 (nº 191/2008, na origem), pela qual o Presidente da República submete à deliberação do Senado a escolha do Senhor *Antonio Luis Espinola Salgado*, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República Islâmica do Irã.

Vamos abrir o painel para a votação.

Concedo a palavra ao Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Antonio Carlos Valadares, para a leitura do parecer da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator *ad hoc*: Senador Mozarildo Cavalcanti.

PARECER Nº 412, DE 2008-CRE

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE. Para leitura de parecer.) – Sr. Presidente, a indicação do nome do Sr. Antonio Luis Espinola Salgado obteve a aprovação da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional pela unanimidade dos membros presentes.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Em discussão o parecer. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação o parecer.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores já podem votar. (Pausa.)

Trata-se da escolha do Sr. Antonio Luis Espinola Salgado para o cargo de Embaixador do Brasil junto à República do Irã.

(Procede-se à votação.)

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Pela ordem, com a palavra o Senador Flexa Ribeiro.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, solicito a V. Ex^a registrar o meu voto favorável à Mensagem nº 67, de 2008, da Embaixadora Marília Sardenberg.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – A Ata registrará o pedido de V. Ex^a, nos termos regimentais.

Senador Mão Santa, V. Ex^a já votou?

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Já.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Com a palavra o Senador Eduardo Suplicy.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu gostaria de registrar o meu voto “Sim” para a indicação do Embaixador João Batista Cruz para a Embaixada do Brasil em Santa Lúcia; também para a indicação da Embaixadora Marília Sardenberg para a Eslováquia e, ainda, para a indicação do Embaixador Antonio Luis Espinola Salgado para o Irã, em processo de votação, justificando a minha ausência nas duas primeiras em virtude da cerimônia no Palácio do Planalto pelos 120 anos da Abolição da Escravatura.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – A Ata também registrará o pedido de V. Ex^a, nos termos regimentais.

Com a palavra o Senador Eliseu Resende.

O SR. ELISEU RESENDE (DEM – MG. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, apenas para registrar a minha intenção de voto, porque não pude estar presente nas duas últimas votações.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – A Ata registrará o pedido de V. Ex^a, nos termos regimentais.

Sr^{as} e Srs. Senadores, vou abrir o painel, já que os oradores não estão despontando hoje, não estão aparecendo para aproveitar este tempo da votação, este intervalo. Há um silêncio hoje como nunca houve nesta Casa. (Pausa.)

(Procede-se à apuração)

MENSAGEM Nº 69, DE 2008 (ESCOLHA DE CHEFE DE MISSÃO DIPLOMÁTICA)

Sr. ANTONIO LUIS ESPINOLA SALGADO, PARA EXERCER O CARGO DE EMBAIXADOR DO BRASIL JUNTO À REPÚBLICA DO IRÃ.


Num.Sessão: 1	Num.Votação: 3	Abertura: 13/5/2008 17:10:16
Data Sessão: 13/5/2008	Hora Sessão: 14:00:00	Encerramento: 13/5/2008 17:17:18

Partido	UF	Nome do Senador	Voto
DEM	DF	ADELMIR SANTANA	Votou
Bloco-PT	SP	ALOIZIO MERCADANTE	Votou
PSDB	PR	ALVARO DIAS	Votou
DEM	BA	ANTÔNIO CARLOS JUNIOR	Votou
Bloco-PSB	SE	ANTÔNIO CARLOS VALADARES	Votou
PSDB	AM	ARTHUR VIRGÍLIO	Votou
PTB	PB	CARLOS DUNGA	Votou
Bloco-PR	BA	CÉSAR BORGES	Votou
PDT	DF	CRISTOVAM BUARQUE	Votou
PSDB	MG	EDUARDO AZEREDO	Votou
Bloco-PT	SP	EDUARDO SUPLYCY	Votou
DEM	PB	EFRAIM MORAIS	Votou
DEM	MG	ELISEU RESENDE	Votou
PTB	MA	EPITÁCIO CAFETEIRA	Votou
Bloco-PR	RO	EXPEDITO JÚNIOR	Votou
Bloco-PT	RO	FÁTIMA CLEIDE	Votou
PTB	AL	FERNANDO COLLOR	Votou
PSDB	PA	FLEXA RIBEIRO	Votou
PMDB	RN	GARIBALDI ALVES FILHO	Votou
PMDB	AC	GERALDO MESQUITA JÚNIOR	Votou
DEM	MT	GILBERTO GOELLNER	Votou
Bloco-PT	SC	IDELI SALVATTI	Votou
Bloco-PCdoB	CE	INÁCIO ARRUDA	Votou
PMDB	PE	JARBAS VASCONCELOS	Votou
DEM	MT	JAYME CAMPOS	Votou
PDT	AM	JEFFERSON PÉRES	Votou
PDT	BA	JOÃO DURVAL	Votou
Bloco-PR	TO	JOÃO RIBEIRO	Votou
PTB	PI	JOÃO VICENTE CLAUDINO	Votou
DEM	RN	JOSÉ AGRIPINO	Votou
PMDB	PB	JOSÉ MARANHÃO	Votou
PMDB	MA	LOBÃO FILHO	Votou
PSDB	GO	LÚCIA VÂNIA	Votou
PMDB	PI	MÃO SANTA	Votou
DEM	PE	MARCO MACIEL	Votou
PSDB	PA	MÁRIO COUTO	Votou

Partido	UF	Nome do Senador	Voto
PTB	RR	MOZARILDO CAVALCANTI	Votou
PMDB	SC	NEUTO DE CONTO	Votou
PDT	PR	OSMAR DIAS	Votou
PMDB	RS	PEDRO SIMON	Votou
DEM	SC	RAIMUNDO COLOMBO	Votou
PMDB	AL	RENAN CALHEIROS	Votou
Bloco-PSB	ES	RENATO CASAGRANDE	Votou
PMDB	RR	ROMERO JUCÁ	Votou
DEM	RN	ROSALBA CIARLINI	Votou
PMDB	MA	ROSEANA SARNEY	Votou
PTB	RS	SÉRGIO ZAMBIASI	Votou
Bloco-PT	AC	SIBÁ MACHADO	Votou
Bloco-PT	AC	TIÃO VIANA	Votou
PMDB	MS	VALTER PEREIRA	Votou

Presidente: GARIBALDI ALVES FILHO

Votos SIM : 41
 Votos NÃO : 09 Total : 50
 Votos ABST. : 00


 Primeiro-Secretário

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Votaram SIM 41 Srs. Senadores; e, NÃO, 09. Não houve abstenção.

Total: 50 votos.

Fica aprovada, portanto, a escolha do Sr. Antonio Luis Espinola Salgado para o cargo de Embaixador do Brasil junto à República do Irã.

A comunicação será feita ao Senhor Presidente da República.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Está encerrada a Ordem do Dia.

São os seguintes os itens adiados:

1

PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO Nº 8, DE 2008

(Proveniente da Medida Provisória nº 410, de 2007)

(Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei de Conversão nº 8, de 2008, que acrescenta artigo à Lei nº 5.889, de 8 de junho de 1973, criando o contrato de trabalhador rural por pequeno prazo; estabelece normas transitórias sobre a aposentadoria do trabalhador rural; prorroga o prazo de contratação de financiamentos rurais de que trata o § 6º do art. 1º da Lei nº 11.524, de 24 de setembro de 2007; e altera as Leis nºs 8.171, de 17 de janeiro de 1991; 7.102, de 20 de junho de 1993; 9.017, de 30 de março de 1995, 8.212 e 8.213, ambas de 24 de julho de 1991 (proveniente da Medida Provisória nº 410, de 2007).

Relator revisor: Senador Flávio Arns
(Sobrestando a pauta a partir de: 22.03.2008)

Prazo final (prorrogado): 04.06.2008

2

PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO Nº 9, DE 2008

(Proveniente da Medida Provisória nº 411, de 2007)

(Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal.)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei de Conversão nº 9, de 2008, que dispõe sobre o Programa Nacional de Inclusão de Jovens – Projovem, instituído pela Lei nº 11.129, de 30 de junho de 2005; altera a Lei nº 10.836, de 9 de janeiro de 2004; revoga dispositivos

das Leis nºs 9.608, de 18 de fevereiro de 1998; 10.748, de 22 de outubro de 2003; 10.940, de 27 de agosto de 2004; 11.129, de 30 de junho de 2005; e 11.180, de 23 de setembro de 2005; e dá outras providências (proveniente da Medida Provisória nº 411, de 2007).

Relatora revisora: Senadora Lúcia Vânia

(Sobrestando a pauta a partir de: 22.03.2008)

Prazo final (prorrogado): 04.06.2008

3

PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO Nº 10, DE 2008

(Proveniente da Medida Provisória nº 412, de 2007)

(Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei de Conversão nº 10, de 2008, que dispõe sobre a prorrogação do Regime Tributário para Incentivo à Modernização e à Ampliação da Estrutura Portuária – Reporto, instituído pela Lei nº 11.033, de 21 de dezembro de 2004; e altera as Leis nºs 11.033, de 21 de dezembro de 2004; e 9.433, de 8 de janeiro de 1997 (proveniente da Medida Provisória nº 412, de 2007).

Relatora revisora: Senadora Kátia Abreu

(Sobrestando a pauta a partir de: 22.03.2008)

Prazo final (prorrogado): 04.06.2008

4

PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO Nº 11, DE 2008

(Proveniente da Medida Provisória nº 416, de 2007)

(Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal.)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei de Conversão nº 11, de 2008, que altera a Lei nº 11.530, de 24 de outubro de 2007, que institui o Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania – Pro-nasci (proveniente da Medida Provisória nº 416, de 2008).

Relator revisor:

(Sobrestando a pauta a partir de: 22.03.2008)

Prazo final (prorrogado): 04.06.2008

5

PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO Nº 12, DE 2008*(Proveniente da Medida Provisória nº 417, de 2007.)**(Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal.)*

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei de Conversão nº 12, de 2008, que altera e acresce dispositivos à Lei nº 10.826, de 22 de dezembro de 2003, que dispõe sobre registro, posse e comercialização de armas de fogo e munição e sobre o Sistema Nacional de Armas – Sinarm e define crimes (proveniente da Medida Provisória nº 417, de 2008)

Relator revisor:

(Sobrestando a pauta a partir de: 22.03.2008)

Prazo final (prorrogado): 04.06.2008

6

PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO Nº 13, DE 2008*(Proveniente da Medida Provisória nº 415, de 2007)**(Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal.)*

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei de Conversão nº 13, de 2008, que proíbe a venda de bebidas alcoólicas às margens de trecho rural de rodovia federal; modifica as Leis nºs 9.503, de 23 de setembro de 1997 – Código de Trânsito Brasileiro, para proibir que a pessoa que possua qualquer concentração de álcool no sangue conduza veículo automotor; e 9.294, de 15 de junho de 1996; e dá outras providências (proveniente da Medida Provisória nº 415, de 2008).

Relator revisor: Senador Francisco Dornelles

(Sobrestando a pauta a partir de: 22.03.2008)

Prazo final (prorrogado): 04.06.2008

7

PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO Nº 14, DE 2008*(Proveniente da Medida Provisória nº 413 de 2007)**(Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal.)*

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei de Conversão nº 13, de 2008, que dispõe sobre medidas tributárias destinadas a estimular os investimentos e a modernização do setor de turismo, a reforçar o sistema de proteção

tarifária brasileiro, a estabelecer a incidência de forma concentrada da Contribuição para o PIS/Pasep e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social – Cofins na produção e comercialização de álcool; altera as Leis nºs 10.865, de 30 de abril de 2004; 11.488, de 15 de junho de 2007; 9.718, de 27 de novembro de 1998; 11.196, de 21 de novembro de 2005; 10.637, de 30 de dezembro de 2002; 10.833, de 29 de dezembro de 2003; 7.689, de 15 de dezembro de 1988; 7.070, de 20 de dezembro de 1982; 9.250, de 26 de dezembro de 1995; 9.430, de 27 de dezembro de 1996; 9.249, de 26 de dezembro de 1995; 11.051, de 29 de dezembro de 2004; 9.393, de 19 de dezembro de 1996; 8.213, de 24 de julho de 1991; 7.856, de 24 de outubro de 1989; e a Medida Provisória nº 2.158-35, de 24 de agosto de 2001; e dá outras providências (proveniente da Medida Provisória nº 413, de 2008)

Relator revisor: Senador César Borges

(Sobrestando a pauta a partir de: 22.03.2008)

Prazo final (prorrogado): 04.06.2008

8

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 414, DE 2008*(Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal.)*

Discussão, em turno único, da Medida Provisória nº 414, de 2007, que constitui fonte de recursos adicional para ampliação de limites operacionais do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES.

Relator revisor:

(Sobrestando a pauta a partir de: 22.03.2008)

Prazo final (prorrogado): 04.06.2008

9

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 27, DE 2008*(Em regime de urgência, nos termos do art. 64, § 1º da Constituição Federal.)**(Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 353, parágrafo único, do Regimento Interno.)*

Projeto de Lei da Câmara nº 27, de 2008 (nº 2.105/2007, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que institui o Regime de Tributação Unificada – RTU na importação, por via terrestre, de mercadorias procedentes do Paraguai; e altera as Leis nºs 10.637, de 30 de

dezembro de 2002, e 10.833, de 29 de dezembro de 2003 (Projeto do Sacoleiro).

10

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 11, DE 2008**

(Incluído em Ordem do Dia, nos termos do parágrafo único do art. 353 do Regimento Interno.)

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 11, de 2008 (apresentado como conclusão do Parecer nº 84, de 2008, da Comissão de Assuntos Econômicos, Relator ad hoc: Senador Antonio Carlos Júnior), que *aprova a Programação Monetária para o quarto trimestre de 2007*.

11

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 48, DE 2003**
(Votação nominal)

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 48, de 2003, tendo como primeiro signatário o Senador Antonio Carlos Magalhães, que *dispõe sobre aplicação de recursos destinados à irrigação*.

Pareceres sob nºs 1.199, de 2003; e 15, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania: 1º pronunciamento: Relator: Senador João Alberto Souza, favorável, com a Emenda nº 1-CCJ, que apresenta; 2º pronunciamento: (sobre a Emenda nº 2, de Plenário), Relator ad hoc: Senador João Batista Motta, favorável, nos termos de subemenda que apresenta.

12

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 5, DE 2005**
(Votação nominal)

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 5, de 2005, tendo como primeiro signatário o Senador Cristovam Buarque, que *altera o art. 45 da Constituição para conceder ao brasileiro residente no exterior o direito de votar nas eleições*.

Parecer sob nº 1.037, de 2006, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Eduardo Azeredo, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CCJ (Substitutivo), que oferece.

13

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 38, DE 2004**
(Votação nominal)

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 38, de 2004, tendo como primeiro signatário o Senador Sérgio Cabral, que *altera os arts. 52, 55 e 66, da Constituição Federal, para estabelecer o voto aberto nos casos em que menciona, terminando com o voto secreto do parlamentar*.

Pareceres sob nºs 1.058, de 2006, e 1.185, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Antonio Carlos Valadares, – 1º pronunciamento: (sobre a Proposta) favorável, nos termos da Emenda nº 1-CCJ (Substitutivo), que oferece; – 2º pronunciamento: (sobre a Emenda nº 2, de Plenário), contrário.

14

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 50, DE 2006**
(Votação nominal)

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 50, de 2006, tendo como primeiro signatário o Senador Paulo Paim, que *inclui o art. 50A e altera os arts. 52, 55 e 66, da Constituição Federal, para estabelecer o voto aberto nos casos em que menciona, terminando com o voto secreto parlamentar*.

Pareceres sob nºs 816 e 1.186, de 2007 da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, – 1º pronunciamento: (sobre a Proposta) Relator: Senador Tasso Jereissati, favorável; 2º pronunciamento: (sobre a Emenda nº 1, de Plenário) Relator *ad hoc*: Senador Flexa Ribeiro, pela aprovação parcial, nos termos da Subemenda-CCJ (Substitutivo), que oferece.

15

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 86, DE 2007**
(Votação nominal)

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 86, de 2007, tendo como primeiro signatário o Senador Alvaro Dias, que *altera o § 2º do art. 55 da Constituição*

Federal (determina o voto aberto para a perda de mandato de Deputados e Senadores).

Pareceres sob nºs 817 e 1.187, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, – 1º pronunciamento: (sobre a Proposta), Relator: Senador Tasso Jereissati, favorável, com a Emenda nº 1-CCJ, de redação, que apresenta; – 2º pronunciamento: (sobre a Emenda nº 2-Plen), Relator *ad hoc*: Senador Flexa Ribeiro, favorável, com Subemenda, que apresenta.

16

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO

Nº 57, DE 2005

(Votação nominal)

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 57, de 2005, tendo como primeiro signatário o Senador Marco Maciel, que *dá nova redação ao § 4º do art. 66 da Constituição, para permitir que os vetos sejam apreciados separadamente no Senado Federal e na Câmara dos Deputados.*

Pareceres da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, sob nºs

– 779, de 2006, 1º pronunciamento (sobre a Proposta): Relator: Senador Ramez Tebet, favorável;

– 272, de 2007, 2º pronunciamento (sobre a Emenda nº 1-Plen): Relator: Senador Adelmir Santana, favorável, com a Emenda nº 2-CCJ, de redação; e

– 100, de 2008, 3º pronunciamento (em reexame, nos termos do Requerimento nº 128, de 2008), Relator Senador Adelmir Santana, ratificando seus pareceres anteriores, apresentando, ainda, as Emendas nºs 3 e 4-CCJ.

17

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO

Nº 20, DE 1999

(Tramitando em conjunto com as Propostas de Emenda à Constituição nºs 18, de 1999; 3, de 2001; 26, de 2002; 90, de 2003; e 9, de 2004)

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 20, de 1999, tendo como primeiro signatário o Senador José Roberto Arruda, que *altera o art. 228 da Constituição Federal, reduzindo para dezesseis anos a idade para imputabilidade penal.*

Parecer sob nº 478, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Demóstenes Torres, favorável à Proposta de Emenda à Constituição nº 20, de 1999, com a Emenda nº 1-CCJ, que apresenta; e pela rejeição das demais matérias que tramitam em conjunto, com votos contrários dos Senadores Sibá Machado, Eduardo Suplicy, Epitácio Cafeteira, Antônio Carlos Valadares, Pedro Simon, Romero Jucá, e das Senadoras Serys Slhessarenko, Lúcia Vânia e, em separado, do Senador Aloizio Mercadante e da Senadora Patrícia Saboya.

18

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO

Nº 18, DE 1999

(Tramitando em conjunto com as Propostas de Emenda à Constituição nºs 20, de 1999; 3, de 2001; 26, de 2002; 90, de 2003; e 9, de 2004)

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 18, de 1999, tendo como primeiro signatário o Senador Romero Jucá, que *altera a redação do art. 228 da Constituição Federal.*

19

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO

Nº 3, DE 2001

(Tramitando em conjunto com as Propostas de Emenda à Constituição nºs 18 e 20, de 1999; 26, de 2002; 90, de 2003; e 9, de 2004)

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 3, de 2001, tendo como primeiro signatário o Senador José Roberto Arruda, que *altera o artigo 228 da Constituição Federal, reduzindo para dezesseis anos a idade para imputabilidade penal.*

20

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO

Nº 26, DE 2002

(Tramitando em conjunto com as Propostas de Emenda à Constituição nºs 18 e 20, de 1999; 3, de 2001; 90, de 2003; e 9, de 2004)

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 26, de 2002, tendo como

primeiro signatário o Senador Iris Rezen-
de, que *altera o artigo 228 da Constituição
Federal, para reduzir a idade prevista para
a imputabilidade penal, nas condições que
estabelece.*

21

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 90, DE 2003**

*(Tramitando em conjunto com as Propostas de
Emenda à Constituição nºs 18 e 20, de 1999;
3, de 2001; 26, de 2002; e 9, de 2004)*

Primeira sessão de discussão, em primei-
ro turno, da Proposta de Emenda à Constituição
nº 90, de 2003, tendo como primeiro signatário
o Senador Magno Malta, que *inclui parágrafo
único no artigo 228, da Constituição Federal,
para considerar penalmente imputáveis os
maiores de treze anos que tenham praticado
crimes definidos como hediondos.*

22

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 9, DE 2004**

*(Tramitando em conjunto com as Propostas de
Emenda à Constituição nºs 18 e 20, de 1999;
3, de 2001; 26, de 2002; e 90, de 2003)*

Primeira sessão de discussão, em primei-
ro turno, da Proposta de Emenda à Constituição
nº 9, de 2004, tendo como primeiro signatário
o Senador Papaléo Paes, que *acrescenta pa-
rágrafo ao artigo 228 da Constituição Federal,
para determinar a imputabilidade penal quando
o menor apresentar idade psicológica igual ou
superior a dezoito anos.*

23

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 96, DE 2003**

Proposta de Emenda à Constituição nº
96, de 2003, tendo como primeira signatária a
Senadora Ideli Salvatti, que *acrescenta novo
parágrafo ao art. 73 do Ato das Disposições
Constitucionais Transitórias, para estabelecer,
a partir de 2005, a regressividade da Desvin-
culação das Receitas da União (DRU) no cál-
culo da aplicação de recursos na manutenção
e desenvolvimento do ensino de que trata o
artigo 212 da Constituição Federal.*

24

**SUBSTITUTIVO DA CÂMARA AO
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 57, DE 2001**

Discussão, em turno único, do Substitutivo
da Câmara ao Projeto de Lei do Senado nº 57,
de 2001 (nº 5.270/2001, naquela Casa), que
*altera o art. 36 do Decreto Lei nº 221, de 28 de
fevereiro de 1967, que dispõe sobre a proteção
e estímulos à pesca e dá outras providências.*

Pareceres sob nºs 1.345 e 1.346, de
2007, das Comissões

– de Agricultura e Reforma Agrária, Re-
lator: Senador João Durval, favorável, com as
adequações redacionais propostas, e

– de Meio Ambiente, Defesa do Consumi-
dor e Fiscalização e Controle, Relator *ad hoc*:
Senador Renato Casagrande, favorável.

25

**SUBSTITUTIVO AO
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 12, DE 2000**

Discussão, em turno suplementar, do
Substitutivo ao Projeto de Lei da Câmara nº
12, de 2000 (nº 885/95, na Casa de origem),
que *estabelece diretrizes gerais de programa
nacional de habitação para mulheres com res-
ponsabilidade de sustento da família.*

Parecer sob nº 437, de 2007, da Comis-
são Diretora, Relator: Senador Gerson Camata,
oferecendo a redação do vencido.

26

**SUBSTITUTIVO AO
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 6, DE 2003**

Discussão, em turno suplementar, do Subs-
titutivo ao Projeto de Lei da Câmara nº 6, de 2003
(nº 2.820/2000, na Casa de origem), que *altera os
arts. 47 e 56 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro
de 1971. (Dispõe sobre a administração e o con-
selho fiscal das sociedades cooperativas).*

Parecer sob nº 95, de 2008, da Comis-
são Diretora, Relator: Senador Efraim Moraes,
oferecendo a redação do vencido.

27

**SUBSTITUTIVO AO
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 26, DE 2000**

Discussão, em turno suplementar, do
Substitutivo ao Projeto de Lei do Senado nº 26,

de 2000, que altera a Lei nº 9.069, de 29 de junho de 1995, para tratar do comparecimento do Presidente do Banco Central do Brasil na Comissão de Assuntos Econômicos do Senado Federal e para extinguir a obrigatoriedade de apresentação da programação monetária trimestral e a vinculação legal entre emissão de moeda e reservas cambiais.

Parecer sob nº 66-A, de 2008, da Comissão Diretora, Relator: Senador Flexa Ribeiro, oferecendo a redação do vencido.

28

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 22, DE 2003

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 22, de 2003 (nº 5.120/2001, na Casa de origem), que *dispõe sobre as atividades das Agências de Turismo*.

Pareceres sob os nºs 1.049 e 1.050, de 2007, das Comissões

– de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Tasso Jereissati, favorável com as Emendas nºs 1 a 12 – CCJ, que apresenta; e

– de Desenvolvimento Regional e Turismo, Relator: Senador Antonio Carlos Valadares, favorável com as Emendas nºs 1 a 4, 6 a 8, 11 e 12-CCJ, à Emenda nº 9-CCJ, nos termos de Subemenda; pela prejudicialidade das Emendas nºs 5 e 10-CCJ; apresentando, ainda, as Emendas nºs 13 a 18-CDR.

29

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 28, DE 2003

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 28, de 2003 (nº 5.657/2001, na Casa de origem), que *acrescenta dispositivo à Lei nº 8.906, de 4 de julho de 1994, que dispõe sobre o Estatuto da Advocacia e a Ordem dos Advogados do Brasil – OAB (prescrição em cinco anos da ação de prestação de contas do advogado para o seu cliente, ou de terceiros por conta dele)*.

Parecer favorável, sob nº 1.162, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Demóstenes Torres.

30

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 75, DE 2004

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 75, de 2004 (nº 1.071/2003,

na Casa de origem), que altera a Lei nº 10.334, de 19 de dezembro de 2001, que *dispõe sobre a obrigatoriedade de fabricação e comercialização de lâmpadas incandescentes para uso em tensões de valor igual ou superior ao da tensão nominal da rede de distribuição, e dá outras providências*.

Parecer favorável sob nº 87, de 2007, da Comissão de Assuntos Econômicos, Relator: Senador Delcídio Amaral.

31

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 24, DE 2005

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 24, de 2005 (nº 4.465/2001, na Casa de origem), que altera a Lei nº 5.917, de 10 de setembro de 1973 (inclui novo trecho na Relação Descritiva das rodovias no Sistema Rodoviário Nacional).

Parecer favorável, sob nº 1.534, de 2005 da Comissão de Serviços de Infra-Estrutura, Relator *ad hoc*: Senador Rodolpho Tourinho.

32

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 103, DE 2005

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 103, de 2005 (nº 45/99, na Casa de origem), que *veda a exigência de carta de fiança aos candidatos a empregos regidos pela Consolidação das Leis do Trabalho – CLT*.

Parecer sob nº 198, de 2006, da Comissão de Assuntos Sociais, Relator *ad hoc*: Senador Paulo Paim, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CAS (Substitutivo), que apresenta.

33

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 111, DE 2005

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 111, de 2005 (nº 3.796/2004, na Casa de origem), que *dispõe sobre a Política Nacional de Orientação, Combate e Controle dos Efeitos Danosos da Exposição ao Sol à Saúde e dá providências correlatas*.

Pareceres sob nºs 603 e 604, de 2007, das Comissões:

– de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Magno Malta, favorável, com as Emendas nºs 1 e 2-CCJ, de redação, que apresenta; e

– de Assuntos Sociais, Relator: Senador Papaléo Paes, favorável, nos termos da Emenda nº 3-CAS (Substitutivo), que oferece.

34

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 118, DE 2005

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 118, de 2005 (nº 1.153/2003, na Casa de origem), que *modifica o inciso II do caput do art. 44 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (dispõe sobre o aproveitamento de matérias cursadas em seminários de filosofia ou teologia)*.

Parecer sob nº 924, de 2006, da Comissão de Educação, Relatora: Senadora Maria do Carmo Alves, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CE (Substitutivo), que oferece.

35

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 1, DE 2006

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 1, de 2006 (nº 1.696/2003, na Casa de origem), que *altera o § 2º do art. 12 da Lei nº 9.656, de 3 de junho de 1998, que dispõe sobre os planos e seguros privados de assistência à saúde (acrescenta o planejamento familiar nos casos de cobertura dos planos ou seguros privados de assistência à saúde)*.

Parecer favorável, sob nº 145, de 2007, da Comissão de Assuntos Sociais, Relatora: Senadora Serys Slhessarenko.

36

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 2, DE 2006

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 2, de 2006 (nº 1.984/2003, na Casa de origem), que *altera o inciso XIII do caput do art. 7º da Lei nº 9.610, de 19 de fevereiro de 1998 (inclui as normas técnicas como obras protegidas pela legislação dos direitos autorais)*.

Parecer favorável, sob nº 376, de 2006, da Comissão de Educação, Relator: Senador Roberto Saturnino.

37

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 4, DE 2006

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 4, de 2006 (nº 4.730/2004,

na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que *dá nova redação aos arts. 830 e 895 da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 (dispõe sobre a autenticidade de peças oferecidas para prova no processo trabalhista e sobre o cabimento de recurso ordinário para instância superior)*.

Parecer favorável sob o nº 697, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator Senador Eduardo Suplicy .

38

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 11, DE 2006

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 11, de 2006 (nº 2.822/2003, na Casa de origem), que *acrescenta parágrafo único ao art. 1º da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para dispor sobre a boa-fé nas relações de trabalho*.

Parecer sob nº 542, de 2006, da Comissão de Assuntos Sociais, Relator: Senador Paulo Paim, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CAS (Substitutivo), que oferece.

39

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 27, DE 2006

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 27, de 2006 (nº 819/2003, na Casa de origem), que *denomina “Rodovia Ministro Alfredo Nasser” a rodovia BR-174, entre a cidade de Cáceres – MT e a fronteira com a Venezuela*.

Parecer sob o nº 1.175, de 2006, da Comissão de Educação, Relator *ad hoc*: Senador Mão Santa, favorável, com a Emenda nº 1-CE, que oferece.

40

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 43, DE 2006

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 43, de 2006 (nº 4.505/2004, na Casa de origem), que *dispõe sobre o reconhecimento do dia 26 de outubro como Dia Nacional dos Trabalhadores Metroviários*.

Parecer favorável, sob nº 926, de 2006, da Comissão de Educação, Relator: Senador Paulo Paim.

41

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 90, DE 2006

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 90, de 2006 (nº 6.248/2005, na Casa de origem), que *acrescenta o § 3º-C ao art. 30 da Lei n.º 6.015, de 31 de dezembro de 1973, que dispõe sobre os registros públicos e dá outras providências (determina que cartórios de registros públicos afixem, em locais de fácil leitura e acesso, quadros contendo os valores das custas e emolumentos)*.

Parecer favorável, sob nº 1.163, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator *ad hoc*: Senador Valter Pereira.

42

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 12, DE 2007

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 12, de 2007 (nº 1.791/1999, na Casa de origem), que *institui o Dia Nacional dos Surdos*.

Parecer favorável, sob nº 979, de 2007, da Comissão de Educação, Relator *ad hoc*: Senador Flávio Arns.

43

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 28, DE 2007

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 28, de 2007 (nº 3.986/2004, na Casa de origem), que *institui o Dia Nacional do Vaqueiro*.

Parecer favorável sob o nº 722, de 2007, da Comissão de Educação, Relator *ad hoc*: Senador Valter Pereira.

44

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 30, DE 2003

*(Tramitando em conjunto com o Projeto de Lei do Senado nº 306, de 2003)
(Incluído em Ordem do Dia nos termos do Recurso nº 6, de 2007)*

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 30, de 2003, de autoria do Senador Sérgio Cabral, que acrescenta artigos à Lei nº 8.078/90 – Código do Consumidor, obrigando a comunicação prévia da inclusão do consumidor em cadastros, bancos de dados, fichas ou registros de inadimplentes, e obrigando os fornecedores de bens e serviços

a fixar data e turno para a entrega de bens e prestação de serviços.

Parecer sob nº 288, de 2007, da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, Relator: Senador Gerson Camata, favorável ao Projeto com a Emenda nº 1-CMA, e subemenda que apresenta; e contrário ao Projeto de Lei do Senado nº 306, de 2003, que tramita em conjunto.

45

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 306, DE 2003

*(Tramitando em conjunto com o Projeto de Lei do Senado nº 30, de 2003)
(Incluído em Ordem do Dia nos termos do Recurso nº 6, de 2007)*

Projeto de Lei do Senado nº 306, de 2003, de autoria do Senador Valmir Amaral, que acrescenta artigo à Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor), tipificando como crime a manutenção de informações negativas sobre consumidor em cadastros, banco de dados, fichas ou registros por período superior a cinco anos.

46

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 169, DE 2005

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do Recurso nº 7, de 2007)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 169, de 2005, de autoria do Senador Paulo Paim, que altera dispositivo da Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003, que dispõe sobre o Estatuto do Idoso e dá outras providências.

Parecer sob nº 459, de 2007, da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, Relator *ad hoc*: Senador Flávio Arns, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CDH (Substitutivo), que oferece.

47

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 140, DE 2007-COMPLEMENTAR

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 140, de 2007-Complementar, de autoria do Senador Demóstenes Torres, que altera o art. 1º da Lei Complementar nº 105, de 10 de janeiro de 2001, para especificar os

dados financeiros não sigilosos, para fins de investigação de ilícito penal.

Pareceres sob nºs 281 e 706, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Jarbas Vasconcelos, 1º pronunciamento (sobre o Projeto): favorável, com a Emenda nº 1-CCJ, que apresenta; 2º pronunciamento (sobre a Emenda nº 2-Plen): favorável, nos termos de Subemenda, que oferece.

48

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 277, DE 2007

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do Recurso nº 9, de 2007)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 277, de 2007, de autoria do Senador Flávio Arns, que acrescenta parágrafo único ao art. 4º da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 para definir condições de qualidade da oferta de educação escolar para crianças de cinco e seis anos de idade.

Parecer sob nº 874, de 2007, da Comissão de Educação, Relator: Senador Wilson Matos, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CE (Substitutivo), que oferece.

49

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 32, DE 2008

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, do Projeto de Lei do Senado nº 32, de 2008, de iniciativa da Comissão Mista Especial sobre Mudanças Climáticas, que *altera o art. 10 da Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981, que dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, para introduzir critérios relacionados com as mudanças climáticas globais no processo de licenciamento ambiental de empreendimentos com horizonte de operação superior a vinte e cinco anos*

50

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 33, DE 2008

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, do Projeto de Lei do Senado nº 33, de 2008, de iniciativa da Comissão Mista Especial sobre Mudanças Climáticas, que *dispõe sobre a Redução Certificada de Emissão (RCE) (unidade padrão de redução de emissão de gases de efeito estufa).*

51

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 34, DE 2008

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, do Projeto de Lei do Senado nº 34, de 2008, de iniciativa da Comissão Mista Especial sobre Mudanças Climáticas, que *dispõe sobre a concessão de subvenção à implementação de Servidão Florestal, de Reserva Particular do Patrimônio Natural e de reserva legal, e sobre a possibilidade de recebimento da subvenção na forma de abatimento de dívidas de crédito rural.*

52

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 35, DE 2008

Primeira sessão de discussão em primeiro turno, do Projeto de Lei do Senado nº 35, de 2008, de iniciativa da Comissão Mista Especial sobre Mudanças Climáticas, que *altera dispositivo da Lei nº 9.427, de 26 de dezembro de 1996, para viabilizar o acesso, ao Sistema Elétrico Interligado Nacional, dos autoprodutores de energia elétrica.*

53

PARECER Nº 106, DE 2008

Discussão, em turno único, do Parecer nº 106, de 2008, da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, Relator *ad hoc*: Senador Flávio Arns, concluindo favoravelmente à Indicação nº 2, de 2007, da Senadora Serys Slhessarenko, que *sugere à Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, por seu intermédio, à Subcomissão de Trabalho Escravo, para analisar todas as matérias que tratem do tema e que se encontram em tramitação na Casa.*

54

REQUERIMENTO Nº 1.302, DE 2004

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.302, de 2004, da Senadora Serys Slhessarenko, *solicitando a instituição, no âmbito do Senado Federal, da Semana de Ciência e Tecnologia, a ser celebrada anualmente no mês de outubro, com o objetivo de mobilizar a população brasileira para questões científicas.*

Pareceres favoráveis, sob nºs 448 a 451, de 2007, das Comissões de Educação, Relator: Senador Juvêncio da Fonseca; de Assuntos Sociais, Relator: Senador Cristovam Buarque; de Serviços de Infra-Estrutura, Relator *ad hoc*: Senador Eduardo Azeredo; e de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, Relator: Senador Valter Pereira.

55

REQUERIMENTO Nº 778, DE 2007

Votação, em turno único, do Requerimento nº 778, de 2007, iniciativa da Senadora Kátia Abreu, *solicitando a remessa do Projeto de Lei do Senado nº 202, de 2005, à Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, uma vez que o prazo na Comissão de Assuntos Econômicos encontra-se esgotado. (Fixação e ajuste dos parâmetros, índices e indicadores de produtividade.)*

56

REQUERIMENTO Nº 882, DE 2007

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 222, § 2º, do Regimento Interno.)

Votação, em turno único, do Requerimento nº 882, de 2007, do Senador Magno Malta, *solicitando a apresentação de voto de aplauso à Polícia Federal pela brilhante atuação na prisão do traficante internacional Juan Abadia, líder do cartel colombiano.*

Parecer favorável, sob nº 287, de 2008, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator *ad hoc*: Senador Geraldo Mesquita Júnior.

57

REQUERIMENTO Nº 914, DE 2007

Votação, em turno único, do Requerimento nº 914, de 2007, do Senador Mozarildo Cavalcanti, *solicitando a remessa do Projeto de Lei do Senado nº 312, de 2007, à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, uma vez que o prazo na Comissão de Assuntos Econômicos já se encontra esgotado.*

58

REQUERIMENTO Nº 1.072, DE 2007

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 222, § 2º, do Regimento Interno.)

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.072, de 2007, do Senador Arthur

Virgílio, *solicitando a apresentação de voto de aplauso ao economista Alan Greenspan pelo lançamento do livro “A era da turbulência: aventuras em um mundo novo.”*

Parecer favorável, sob nº 288, de 2008, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator *ad hoc*: Senador Eduardo Azeredo.

59

REQUERIMENTO Nº 1.176, DE 2007

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 222, § 2º, do Regimento Interno.)

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.176, de 2007, do Senador Renato Casagrande, *solicitando a apresentação de voto de louvor ao ex-Vice-Presidente norte-americano Albert Gore Junior e ao IPCC/ Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas por compartilharem o Prêmio Nobel da Paz de 2007.*

Parecer favorável, sob nº 289, de 2008, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator: Senador Cristovam Buarque.

60

REQUERIMENTO Nº 1.242, DE 2007

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.242, de 2007, do Senador Arthur Virgílio, *solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 266, de 2007-Complementar, além da Comissão constante do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Constituição, Justiça e Cidadania.*

61

REQUERIMENTO Nº 1.428, DE 2007

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 222, § 2º, do Regimento Interno)

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.428, de 2007, do Senador Pedro Simon, *solicitando a apresentação de voto de louvor e congratulações à Senhora Cristina Fernández Kirchner, por ocasião de sua posse como Presidenta da República da Argentina.*

Parecer sob nº 290, de 2008, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator *ad hoc*: Senador Fernando Collor, favorável, com alterações que propõe.

62

REQUERIMENTO Nº 1.494, DE 2007

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.494, de 2007, do Senador Sérgio Zambiasi, *solicitando a tramitação conjunta do Projeto de Lei do Senado nº 86, de 2006, com o Projeto de Lei da Câmara nº 35, de 2000, que já se encontra apensado aos Projetos de Lei do Senado nºs 25, 165, 182, 242, 308 e 355, de 2003; 352, de 2004; 370, de 2005; 151 e 531, de 2007, por regularem a mesma matéria. (Propaganda de bebidas alcoólicas.)*

63

REQUERIMENTO Nº 1.495, DE 2007

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.495, de 2007, do Senador Geraldo Mesquita Júnior, *solicitando a tramitação conjunta dos Projetos de Lei do Senado nºs 510, de 1999, e 505, de 2007, com o Projeto de Lei da Câmara nº 35, de 2000, que já se encontra apensado aos Projetos de Lei do Senado nºs 25, 165, 182, 242, 308 e 355, de 2003; 352, de 2004; 370, de 2005; 151 e 531, de 2007, por regularem a mesma matéria. (Propaganda de bebidas alcoólicas.)*

64

REQUERIMENTO Nº 115, DE 2008

Votação, em turno único, do Requerimento nº 115, de 2008, do Senador Cícero Lucena e outros Senhores Senadores, *solicitando a criação de Comissão Temporária Externa, composta por cinco membros titulares e igual número de suplentes, para, no prazo de doze meses, acompanhar todos os atos, fatos relevantes, normas e procedimentos referentes às obras do Projeto de Integração do Rio São Francisco.*

65

REQUERIMENTO Nº 158, DE 2008

Votação, em turno único, do Requerimento nº 158, de 2008, do Senador Flexa Ribeiro, *solicitando que, sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 29, de 2003, além das Comissões constantes do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Agricultura e Reforma Agrária. (Política Pesqueira Nacional)*

66

REQUERIMENTO Nº 176, DE 2008

Votação, em turno único, do Requerimento nº 176, de 2008, do Senador Flexa Ribeiro *solicitando a tramitação conjunta do Projeto de Lei do Senado nº 303, de 2005, com os Projetos de Lei do Senado nºs 370, de 1999; 145, de 2000; e o Projeto de Lei da Câmara nº 151, de 2001, que já se encontram apensados, por regularem a mesma matéria. (Impenhabilidade dos bens de família.)*

67

REQUERIMENTO Nº 186, DE 2008

Votação, em turno único, do Requerimento nº 186, de 2008, do Senador Expedito Júnior, *solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 210, de 2007, além das Comissões constantes do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle. (Isenção do Imposto de Importação e IPI incidentes sobre CD e DVD)*

68

REQUERIMENTO Nº 199, DE 2008

Votação, em turno único, do Requerimento nº 199, de 2008, do Senador Romero Jucá, *solicitando a tramitação conjunta dos Projetos de Lei do Senado nºs 7, de 2005 e 17, de 2006-Complementar, com os Projetos de Lei do Senado nºs 129 e 183, de 2003 e 291, de 2005, que já se encontram apensados, por regularem a mesma matéria. (Faculta adesão ao SIMPLES por pessoas jurídicas que especifica.)*

69

REQUERIMENTO Nº 210, DE 2008

Votação, em turno único, do Requerimento nº 210, de 2008, do Senador Aloizio Mercadante, *solicitando que sobre o Projeto de Lei do Senado nº 277, de 2004, que tramita em conjunto com os Projetos de Lei do Senado nºs 187, 2002; 44, de 2004; e 113, de 2006; além das Comissões constantes do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Assuntos Econômicos. (Planos de Saúde)*

70

REQUERIMENTO Nº 256, DE 2008

Votação, em turno único, do Requerimento nº 256, de 2008, do Senador Romero Jucá, *solicitando a tramitação conjunta dos Projetos de Lei do Senado nºs 280, de 2004; 132, 191 e 467, de 2007, com o Projeto de Lei do Senado nº 167, de 2003, que já se encontra apensado aos de nºs 210, de 2003; 75 e 323, de 2004; e 87, de 2005, por versarem sobre a mesma matéria. (Isenção de IPI em automóveis, motocicletas etc.)*

71

REQUERIMENTO Nº 352, DE 2008

Votação, em turno único, do Requerimento nº 352, de 2008, do Senador Flávio Arns, *solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 46, de 2008, além da Comissão constante do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Educação, Cultura e Esporte. (Obrigatoriedade da neutralização das emissões de gases de efeito estufa decorrentes da realização da Copa do Mundo de Futebol no Brasil, em 2014.)*

72

REQUERIMENTO Nº 358, DE 2008

Votação, em turno único, do Requerimento nº 358, de 2008, de autoria da Senadora Patrícia Saboya, *solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 24, de 2008, além da Comissão constante do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Assuntos Sociais. (Ajudas técnicas na utilização de caixas eletrônicos por portadores de deficiência visual.)*

73

REQUERIMENTO Nº 368, DE 2008

Votação, em turno único, do Requerimento nº 368, de 2008, do Senador Wellington Salgado, *solicitando a tramitação conjunta dos Projetos de Lei do Senado nºs 257 e 315, de 2005, por regularem a mesma matéria (liberdade de manifestação do pensamento e de informação).*

74

REQUERIMENTO Nº 385, DE 2008

Votação, em turno único, do Requerimento nº 385, de 2008, do Senador Flexa Ribeiro, *solicitando que, sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 59, de 2003, além das Comissões constantes do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (Regionalização da programação de rádio e TV).*

75

REQUERIMENTO Nº 417, DE 2008

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 222, §2º, do Regimento Interno.)

Votação, em turno único, do Requerimento nº 417, de 2008, de iniciativa da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, *solicitando a criação de um Dia Mundial de Solidariedade Parlamentar pela vida da ex-Senadora Ingrid Betancourt.*

76

REQUERIMENTO Nº 418, DE 2008

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 222, §2º, do Regimento Interno.)

Votação, em turno único, do Requerimento nº 418, de 2008, de iniciativa da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, *solicitando a criação de um Dia Mundial de Solidariedade Parlamentar pela vida da ex-Senadora Ingrid Betancourt.*

77

REQUERIMENTO Nº 423, DE 2008

Votação, em turno único, do Requerimento nº 423, de 2008, do Senador Jarbas Vasconcelos, *solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 607, de 2007, além das Comissões constantes do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Constituição, Justiça e Cidadania. (Regulamentação do exercício da profissão de Analista de Sistemas e suas correlatas, criação do Conselho Federal e os Conselhos Regionais de Informática).*

78

REQUERIMENTO Nº 474, DE 2008

Votação, em turno único, do Requerimento nº 474, de 2008, da Senadora Ideli Salvatti, *solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 51, de 2008, além das Comissões constantes do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Serviços de Infra-Estrutura (Política Nacional de Abastecimento).*

79

REQUERIMENTO Nº 475, DE 2008

Votação, em turno único, do Requerimento nº 475, de 2008, da Senadora Ideli Salvatti, *solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 51, de 2008, além das Comissões constantes do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Agricultura e Reforma Agrária (Política Nacional de Abastecimento).*

80

REQUERIMENTO Nº 494, DE 2008

Votação, em turno único, do Requerimento nº 494, de 2008, do Senador Romero Jucá, *solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 142, de 2007, além das Comissões constantes do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Assuntos Econômicos (retribuição por serviços ambientais decorrentes de boas práticas rurais).*

81

REQUERIMENTO Nº 506, DE 2008

Votação, em turno único, do Requerimento nº 506, de 2008, do Senador Expedito Júnior, *solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 260, de 2007, além da Comissão constante do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle. (Política Nacional de Integração Lavoura-Pecuária.)*

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB-RN) – Sobre a mesa, pareceres que passo a ler.

São lidos os seguintes:

PARECER Nº 413, DE 2008

Da Mesa do Senado Federal, sobre o Requerimento nº 709, de 2007.

Relator: Senador **Efraim Morais**

I – Relatório

O Requerimento nº 709, de 2007, da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, requer, nos termos regimentais, a realização da Semana do Idoso, constante de uma Sessão Solene no plenário do Senado Federal, visitas de grupos e associações de idosos ao Distrito Federal com a apresentação de corais, um encontro no Auditório Petrônio Portela e uma recepção, onde serão servidos uma mesa de frios e refrigerantes.

A proposição é de iniciativa do nobre Senador Leomar Quintanilha e foi aprovada pela Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa em sessão do dia 14 de julho de 2007.

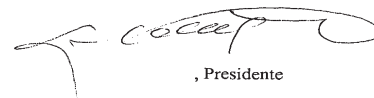
Segundo a programação inicialmente apresentada, a Semana do Idoso seria realizada no mês de setembro, porém somente no dia 19 de outubro esta proposição foi submetida à análise do presente Relator.

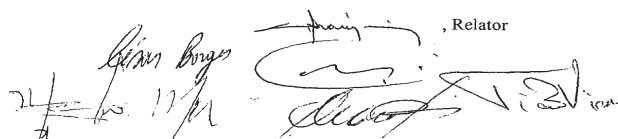
Nos termos do art. 238, do Regimento Interno do Senado Federal, a proposição não apresenta justificção.

II – Voto

Entendemos que a realização da Semana do Idoso será de grande valia para a aproximação do Senado Federal com a população idosa do nosso País, estando inclusive em sintonia com as atividades da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, especialmente com sua Subcomissão Permanente do Idoso, presidida pelo nobre Senador Leomar Quintanilha, e considerando a não observância de impedimentos regimentais à sua realização, emitimos nosso voto favorável ao Requerimento nº 709, de 2007, devendo apenas a definição de uma nova data por parte da comissão proponente.

Sala de Reuniões, em


, Presidente


, Relator

PARECER Nº 414, DE 2008

Da Mesa do Senado Federal, sobre o Requerimento nº 1.285, de 2007, relativo a envio de informações pelo Ministro de Estado da Saúde.

Relator: Senador **Magno Malta**

I – Relatório

O Senador Arthur Virgílio, com fundamento no art. 50, § 2º, da Constituição Federal, e no inciso I do art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal, encaminhou a esta Mesa o Requerimento nº 1.285, de 2007, no qual solicita informações do Ministro de Estado da Saúde sobre licitação para escolha de agência especializada na realização de eventos.

São solicitadas informações sobre:

- a) valor, duração e objeto do contrato;
- b) ação tomada pelo Ministério da Saúde no sentido de suspender a referida licitação, as razões que motivaram tal ação e os motivos de esta ação não ter obtido êxito.

É requerido, também, o envio de cópias dos seguintes documentos: edital e resultado da licitação.

II – Análise

A proposição encontra-se de acordo com os dispositivos constitucionais e regimentais que regem os pedidos de informações a autoridades do Poder Executivo, bem como com as normas de admissibilidade estabelecidas pelo Ato da Mesa nº 1, de 2001.

O requerimento também está consoante ao disposto no inciso X, do art. 49 da Constituição Federal, que estabelece como competência do Congresso Nacional fiscalizar os atos do Poder Executivo.

III – Voto

Em face do exposto, opinamos pela aprovação do Requerimento nº 1.285, de 2007:

Sala de Reuniões,

Presidente

Relator

Léias Borges

Vitoriano

PARECER Nº 415, DE 2008

Da Mesa do Senado Federal, sobre o Requerimento nº 1.448, de 2007, em que são solicitadas informações, nos termos do art. 50, § 2º da Constituição Federal, combinado com os arts. 215, I, a, 216 e 217 do Regimento Interno do Senado Federal, ao Ministro de Estado da Justiça, recorrendo, caso se faça necessário, ao Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana (CDDPH) e ao Ministério Público do Estado do Pará, em face do princípio da colaboração entre os Poderes, sobre a situação da menor detida em Abaetetuba, no Pará, em cela com 20 homens.

Relator: Senador **Magno Malta**

I – Relatório

Subscrito pelo Senador Romeu Tuma e outros insignes senadores, o Requerimento nº 1.448, de 2007, objetiva a solicitação de informações ao Ministro de Estado da Justiça.

O pedido dos Senadores se resume às indagações, adiante reproduzidas:

- 1) Era do conhecimento do Ministério Público do Estado do Pará a situação da menor detida em Abaetetuba, no Pará, em cela com 20 homens?
- 2) Quais foram as providências adotadas pelo Ministério Público para sanar o problema ao tomar conhecimento da situação?
- 3) A suposta falta criminal da menor, furto de aparelho de celular, justificaria sua prisão, de acordo com as leis penais vigentes?
- 4) Em caso positivo, a prisão deveria ocorrer em cela comum?
- 5) A família foi alertada sobre o encarceramento da menor, conforme exige as normas penais comuns, o Estatuto da Criança e do Adolescente e as normas de direito internacional de proteção aos direitos humanos?
- 6) Constatado o irregular exercício das normas penais vigentes para o caso, a indiferença quanto à menoridade da vítima e à especial condição de vulnerabilidade que é o fato de ser confinada com vários homens encarcerados, e a negligência do Poder Público em proteger a cidadã, o caso seria passível de representação junto à Comissão Interamericana de Direitos Humanos?
- 7) Os funcionários públicos envolvidos no encarceramento da menor foram identificados

e já tiveram processo administrativo-disciplinar e penal aberto contra si para apurar a extensão de suas respectivas faltas?

8) Foram mapeadas e identificadas as detentas que estão sob condição similar à da menor? Elas já foram separadas das celas masculinas?

9) O problema da falta de unidades carcerárias femininas no Estado do Pará foi identificado desde que ano?

10) Qual é o universo carcerário feminino no Estado do Pará?

11) Quantas unidades prisionais femininas existem no Estado do Pará? Quantas estão previstas para serem construídas?

12) Se apresentado o caso da menor presa em Abaetetuba ao sistema interamericano de proteção aos direitos da pessoa humana, o Brasil poderá ser internacionalmente responsabilizado por sua leniência?

13) Caso a Corte Interamericana de Direitos Humanos condene o Brasil, quais seriam as possíveis conseqüências?

Ressalta-se na justificação que as autoridades públicas envolvidas no caso da menor recolhida à cela com mais de vinte homens, no Estado do Pará, ainda não apresentaram respostas satisfatórias à sociedade.

A proposição veio a esta Mesa, com fulcro no art. 50, § 2º, da Constituição Federal, combinado com os arts. 215, I, a, 216 e 217 do Regimento Interno do Senado Federal (RISF).

II – Análise

Cabe à Mesa examinar se o pedido atende aos requisitos de admissibilidade previstos nas normas atinentes aos requerimentos de informações.

Os quesitos formulados, em grande parte, tratam de matéria alheia às atribuições do Ministério da Justiça e, por conseguinte, mais pertinentes ao âmbito de atuação do Ministério Público do Estado do Pará e de outros órgãos estaduais. Estão, portanto, em desacordo com o art. 50, § 2º, Constituição e com o art. 1º do Ato da Mesa nº 1, de 2001, que regulamenta o art. 216 do RISF. Tais dispositivos determinam que os pedidos escritos de informação devem ser encaminhados a Ministro de Estado ou quaisquer titulares de órgãos diretamente subordinados à Presidência da República.

Considerando que o requerimento de informações é instrumento específico, à disposição do Legislativo, para que este possa exercer seu dever de fiscalização sobre o Poder Executivo da União, é certo que o

Chefe do Ministério Público do Pará não poderia ser destinatário do pedido de informações contido neste requerimento, seja pelo fato de não se tratar de órgão do Executivo seja por não integrar a estrutura da Administração federal.

No entanto, a solução adotada no requerimento, no qual se recorre ao princípio da colaboração entre os poderes, não se mostra adequada. O Ministro da Justiça não poderá servir de intermediário para que as informações pretendidas sejam alcançadas, sobretudo porque sua recusa, ou o não-atendimento no prazo de trinta dias, bem como a prestação de informações falsas (art. 50, § 2º da Constituição), importarão em crime de responsabilidade.

Além disso, as perguntas do requerimento contêm pedido de consulta e interrogação de caráter especulativo, a exemplo dos itens 3, 4, 12 e 13. Com efeito, os quesitos, ao não tratarem de dados objetivos, novamente confrontam com o disposto no referido Ato da Mesa (art. 2º, 1).

Feitas essas considerações, embora a questão tratada no requerimento seja da mais alta relevância, a proposição não preenche os requisitos previstos nas normas constitucionais e regimentais, razão pela qual deve ser rejeitada.

III – Voto

Em face do exposto, opinamos pela rejeição do Requerimento nº 1.448, de 2007.

Sala de Reuniões,

Presidente

Relator

PARECER Nº 416, DE 2008

Da Mesa, sobre o Requerimento nº 11, de 2008

Relator: Senador Efraim Morais

I – Relatório

O ilustre Senador Álvaro Dias requereu, com base no art. 50, § 2º, da Constituição Federal, que o Sr. Ministro de Estado de Minas e Energia providenciasse junto à Agência Nacional de Energia Elétrica, no estrito prazo constitucional, estudos sobre os limites do setor elétrico de suprir a demanda por energia para os próximos anos.

II – Análise

O Requerimento foi submetido à Mesa durante a sua 3ª Reunião, realizada em 6 de maio de 2008. Na ocasião, após debates, o colegiado deliberou pela aprovação do Requerimento, desde que substituída a expressão “estudos sobre os limites do setor elétrico (...)” por “informações a respeito de limites do setor elétrico (...)”.

III – Voto





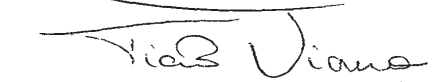
Pelo exposto, somos pela aprovação do Requerimento nº 11, de 2008, na seguinte forma:

Nos termos do disposto no § 2º do art. 50 da Constituição Federal, bem como nos dispositivos regimentais aplicáveis à espécie, requer seja o presente requerimento encaminhado ao Excelentíssimo Sr. Ministro de Estado de Minas e Energia, para que este providencie junto à Agência Nacional de Energia Elétrica, no estrito prazo constitucional, informações a respeito de limites do setor elétrico de suprir a demanda por energia para os próximos anos.

Sala de Reuniões,


, Presidente


, Relator

PARECER Nº 417, DE 2008

Da Mesa do Senado Federal, sobre o Requerimento nº 188, de 2008, que requer, com fundamento no art. 50, § 2º, da Constituição Federal, combinado com o art. 216, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, ouvida a Mesa, informações ao Ministro da Saúde, Sr. José Gomes Temporão, referentes ao Hospital Regional do Oeste do Pará.

Relator: Senador Gerson Camata

I – Relatório

Vem ao exame da Mesa do Senado Federal o Requerimento nº 188, de 2008, de autoria da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, que, conforme a sua ementa, solicita informações à Governadora do Estado do Pará, através do Ministério da Saúde.

As informações solicitadas referem-se à administração e ao funcionamento do Hospital Regional do Oeste do Pará.

II – Análise

O pedido não pode ser deferido por não se encontrar de acordo com os dispositivos constitucionais e regimentais que regem os requerimentos de informações.

Isso ocorre porque o Hospital Regional do Oeste do Pará é uma instituição que integra a estrutura administrativa do Estado do Pará, conforme é reconhecido tanto na ementa quanto na justificção do Requerimento sob exame. Em razão disso, não tem a União nenhuma participação direta em sua administração.

Efetivamente, o requerimento de informações é instrumento específico para que o Congresso Nacional exerça a fiscalização do Poder Executivo da União e, por essa razão, inclusive, prevê penas duras pelo seu não atendimento. Não pode ser utilizado para, como é feito no presente caso, solicitar informações a um Estado federado, que detém autonomia político-administrativa, conforme determina o art. 18 da Lei Maior.

Ou seja, a matéria constante do pedido – gestão de uma unidade administrativa da Secretaria de Estado de Saúde Pública do Pará – não é atinente à competência fiscalizadora desta Casa, mas, sim, da Assembléia Legislativa daquele Estado.

Vale ressaltar que isso não impede que os ilustres signatários do requerimento eventualmente oficiem diretamente a Senhora Governadora do Estado do Pará, a eminente ex-Senadora Ana Júlia Carepa, solicitando o auxílio daquela unidade da Federação no fornecimento das informações desejadas. Ainda que

se possa imaginar que o pedido será atendido, inclusive em nome da cortesia e respeito recíprocos que sempre imperaram entre o Senado Federal e aquele grande Estado, essa indagação, entretanto, não estará submetida aos rígidos cânones estabelecidos pela parte final do § 2º do art. 50 da Carta Magna.

III – Voto

Do exposto, manifestamo-nos pelo indeferimento do Requerimento nº 188, de 2008.

Sala da Mesa do Senado Federal,

, Presidente

, Relator

Lim Borg

PARECER Nº 418, DE 2008

Da Mesa do Senado Federal, sobre o Requerimento nº 219, de 2008, que solicita, nos termos do § 2º do art. 50 da Constituição Federal, combinado com o art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal, sejam prestadas informações pelo Ministro de Estado do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior.

Relator: Senador Gerson Camata

I – Relatório

Vem ao exame da Mesa do Senado Federal para apreciação, nos termos regimentais, o Requerimento nº 219, de 2008, de autoria da Senadora Kátia Abreu.

Busca-se com a iniciativa a prestação, pelo Senhor Ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, de informações atinentes às Resoluções nº 42, de 6 de dezembro de 2005, da Câmara de Comércio Exterior (CAMEX) e nº 42, de 19 de dezembro de 2006. Esses instrumentos alteraram o Imposto de Exportação aplicado sobre couros e peles curtidos de bovinos.

O Requerimento funda-se no prescrito pelo § 2º do art. 50 da Constituição Federal, combinado com o art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal. A proposta objetiva angariar informações sobre os elementos que embasaram a edição das mencionadas resoluções.

A autora do requerimento argumenta, em síntese, que: "(...) a edição da Resolução nº 42, de 2006, foi despida de qualquer justificação, não sendo possível verificar, portanto, qual o motivo formalmente apresentado pela Camex para elevar as alíquotas incidentes sobre os couros e peles curtidos ali mencionados". Lembra, ainda, que "o próprio legislador determina que os atos administrativos devam ser motivados, com indicação precisa dos fatos e dos fundamentos jurídicos, que neguem, limitem ou afetem direitos ou interesses. E mais, que a motivação deve ser explícita, clara e congruente (Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999, art. 50, incisos I e VIII, e § 1º)".

II – Análise

Por se tratar de proposta de requerimento que se destina à obtenção de informações de Ministro de Estado, o tema deve ser analisado à vista do que dispõe o Ato da Mesa nº 1, de 2001, que regulamenta a tramitação de requerimento dessa natureza.

Referido Ato prescreve, para hipóteses como a presente, que eventual pedido de informação deverá versar sobre assunto atinente à competência fiscalizadora do Senado Federal. Dispõe, também, que o requerimento deverá ser dirigido a Ministro de Estado, ainda que contenha pedido relativo a órgão ou entidade da administração pública sob sua supervisão. Prevê, por igual, que as informações solicitadas deverão ter relação estreita e direta com o assunto que se procura esclarecer.

O quadro normativo indicado aponta, ainda, que o requerimento não poderá conter pedido de providência, consulta, sugestão, conselho ou interrogação de caráter especulativo ou sobre propósito da autoridade a quem é dirigido.

Observamos que o requerimento em apreciação está inserido na competência constitucionalmente outorgada ao Congresso Nacional de fiscalização e controle – por qualquer de suas Casas – dos atos do Poder Executivo, incluídos os da administração indireta (art. 49, inciso X). Registramos, ainda, que ele não afronta dispositivo do Ato da Mesa mencionado, tampouco é exorbitante no que tange a obtenção de informação tópica.

Busca-se, em resumo, notícia sobre as razões que motivaram a adoção das resoluções indicadas. A nosso sentir, o pedido não destoia da necessária mo-

tivação que todo ato administrativo encerra. Ao contrário, ele prestigia esse princípio fundamental de nosso arcabouço jurídico administrativo.

III – Voto

Pelo exposto, somos pela aprovação do Requerimento nº 219, de 2008, para que seja encaminhado ao Senhor Ministro de Estado do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior o pedido de informações de que trata.

Sala de Reuniões,

, Presidente

, Relator

Lião Viana

PARECER Nº 419, DE 2008

Da Mesa do Senado Federal, sobre o Requerimento nº 220, de 2008, que requer informações sobre a quantidade de pedidos de titularização de propriedades rurais em tramitação nas superintendências regionais do Incra.

Relator: Senador **Tião Viana**

I – Relatório

Vem ao exame da Mesa do Senado Federal o Requerimento nº 220, de 2008, de autoria da Senadora Kátia Abreu, que requer, com base no art. 50, § 2º, da Constituição Federal, combinado com o art. 216, I, do Regimento Interno do Senado Federal, informações ao Ministro de Estado do Desenvolvimento Agrário.

O requerimento enseja o encaminhamento de informações sobre a quantidade de pedidos de titularização de propriedades rurais em tramitação nas superintendências regionais do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA).

II – Análise

O art. 50, § 2º, da Constituição Federal, confere à Mesa Diretora do Senado Federal a competência para encaminhar pedidos escritos de informação a Ministros de Estado. Dessa forma, a Mesa Diretora tem competência para apreciar a proposição em tela.

De acordo com o Ato da Mesa nº 1, de 2001, o tema do requerimento de informação deve ser atinente a assunto submetido à apreciação do Senado Federal ou à sua competência fiscalizadora. Além disso, o requerimento deve ser dirigido à autoridade ministerial competente, sendo vedados requerimentos que contenham interrogação de caráter especulativo ou sobre os propósitos da autoridade a quem é dirigido.

Verifica-se que o Requerimento nº 220, de 2008, trata de matéria relativa à competência fiscalizadora do Senado Federal e é dirigido à autoridade competente, no caso, o Ministro de Estado do Desenvolvimento Agrário. Atende, também, a todos os demais requisitos constitucionais e regimentais que regulamentam os pedidos de informações aos Ministros de Estado.

III – Voto

Do exposto, manifestamo-nos pela aprovação do Requerimento nº 220, de 2008.

Sala de Reuniões,

, Presidente

, Relator

Lião Viana

PARECER Nº 420, DE 2008

Da Mesa do Senado Federal, sobre o Requerimento nº 226, de 2008, que solicita, nos termos do § 2º do art. 50 da Constituição Federal, combinado com o art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal, sejam prestadas informações pelo Ministro de Estado das Relações Exteriores.

Relator: Senador Alvaro Dias

I – Relatório

Vem ao exame da Mesa do Senado Federal para apreciação, nos termos regimentais, o Requerimento nº 226, de 2008. Cuida-se de proposta originalmente apresentada pelo Senador Fernando Collor perante a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (Requerimento nº 47, de 2007 – CRE).

Busca-se com a iniciativa a prestação, pelo Senhor Ministro de Estado das Relações Exteriores, de informações atinentes aos tratados – bilaterais e multilaterais – cuja negociação esteja em curso.

O Requerimento funda-se no prescrito pelo § 2º do art. 50 da Constituição Federal, combinado com o art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal. A proposta objetiva angariar, de modo específico, as seguintes informações:

- (i) relação de atos bilaterais e multilaterais atualmente em negociação, inclusive ajustes complementares;
- (ii) esclarecimento sobre a iniciativa de negociação, se brasileira ou de outro Estado ou organização internacional interessada; e
- (iii) justificativa sobre o interesse brasileiro na negociação, bem como seu estágio atual.

Para tanto, o autor do requerimento argumenta, em síntese, que: “a Constituição determina claramente que os atos internacionais dependem da chancela do Congresso. No entanto, como essa chancela é dada **a posteriori e in totum**, depois de o ato ter sido firmado, o Congresso Nacional tem tido atuação precária nesse domínio. A rejeição do ato a ele submetido levaria a graves problemas de credibilidade dos agentes diplomáticos e afetaria a própria imagem externa do Brasil. Assim sendo, creio que seria prudente que a Comissão de Relações Exteriores passasse a acompanhar mais de perto a própria negociação dos acordos internacionais, inclusive cumprindo determinação constitucional que reza ser da competência exclusiva do Congresso Nacional fiscalizar e controlar, diretamente ou por qualquer de suas Casas, os atos do Poder Executivo (art. 49, X). Esse acompanhamento, sem ferir as atribuições do Executivo, visa a resguardar o interesse nacional e a legitimar o próprio processo negociador”.

II – Análise

Por se tratar de proposta de requerimento que se destina à obtenção de informações de Ministro de Estado, o tema deve ser analisado à vista do que dispõe o Ato da Mesa nº 1, de 2001, que regulamenta a tramitação de requerimento dessa natureza.

Referido ato prescreve, para hipóteses como a presente, que eventual pedido de informação deverá versar sobre assunto atinente à competência fiscalizadora do Senado Federal. Dispõe, também, que o requerimento deverá ser dirigido a Ministro de Estado, ainda que contenha pedido relativo a órgão ou entidade da administração pública sob sua supervisão. Prevê, por igual, que as informações solicitadas deverão ter relação estreita e direta com o assunto que se procura esclarecer.

O quadro normativo indicado aponta, ainda, que o requerimento não poderá conter pedido de providência, consulta, sugestão, conselho ou interrogação de caráter especulativo ou sobre propósito da autoridade a quem é dirigido.

Esse o quadro, observamos, de um lado, que, do modo como elaborado, o requerimento em apreciação está inserido na competência constitucionalmente outorgada ao Congresso Nacional de fiscalização e controle – por qualquer de suas Casas – dos atos do Poder Executivo, incluídos os da administração indireta (art. 49, inciso X); de outro, que ele não afronta dispositivo do Ato da Mesa mencionado, tampouco é exorbitante no que tange a obtenção de informação tópica. Busca-se, em resumo, informações genéricas sobre o estado da arte das negociações de tratados pelo Poder Executivo.

III – Voto

Pelo exposto, somos pela aprovação do Requerimento nº 226, de 2008, para que seja encaminhado ao Senhor Ministro de Estado das Relações Exteriores o pedido de informações de que trata.

Sala de Reuniões,

Presidentes
Relator

Alvaro Dias

Luiz Gonzaga

Antonio Carlos

V. B. Diano

PARECER Nº 421, DE 2008

Da Mesa do Senado Federal, sobre o Requerimento nº 278, de 2008, que objetiva obter do Ministro de Estado da Defesa informações sobre investimentos realizados, pela Infraero, nos aeroportos de Congonhas, Guarulhos e Salvador.

Relator: Senador Tião Viana

I – Relatório

De iniciativa do Senador Antonio Carlos Júnior, o Requerimento nº 278, de 2008, tem o propósito de obter do Senhor Ministro da Defesa informações sobre irregularidades nos aeroportos de Congonhas e Guarulhos, no Estado de São Paulo, e Salvador, no Estado da Bahia, observadas no Relatório Final Analítico da chamada CPI do Apagão Aéreo.

Para tanto, Sua Excelência pretende que a mencionada autoridade, à qual se vincula a Empresa Brasileira de Infra-Estrutura Aeroportuária (INFRAERO):

Informe se as obras civis de construção, reforma e ampliação dos citados aeródromos, em especial a construção de uma pista adicional em Congonhas, realizadas a partir de 2003, foram mantidas nos limites do orçamento inicial; e relacione os contratos, concluídos e em andamento, as empresas contratadas, bem como os valores dos ajustes originais e os dos eventuais aditamentos.

Apresentado no dia 18 de março, o Requerimento veio à Mesa para decisão.

II – Análise

A proposição em pauta opera no sentido de subsidiar a ação fiscalizadora do Senado Federal, sendo regida pelo disposto no art. 50, § 2º, da Constituição Federal, e nos arts. 215, I, a, e 216, I, do Regimento Interno, tendo a tramitação regulamentada pelo Ato da Mesa nº 1, de 2001, que estabelece os requisitos para a apresentação e aprovação de requerimento de informação.

A iniciativa satisfaz adequadamente todas as condições impostas pelo mencionado Ato, uma vez que é dirigida a Ministro de Estado; solicita informações que guardam relação estreita e direta com o assunto que procura esclarecer; não se refere a intenção ou propósito da autoridade a quem se destina; e não contém pedidos referentes a mais de um Ministério.

III – Voto

Ante o exposto, voto pela Aprovação do Requerimento nº 278, de 2008.

Sala das Reuniões,

Handwritten signatures of the President and Relator of the Commission. The President's signature is at the top right, and the Relator's signature is below it. There are several other signatures below, including one that appears to be 'Tião Viana'.

PARECER Nº 422, DE 2008

Da Mesa do Senado Federal, sobre o Requerimento nº 282, de 2008.

Relator: Senador Efraim Morais

I – Relatório

O Requerimento nº 282, de 2008, de autoria do Senador Álvaro Dias, nos termos do art. 50, § 2º, da Constituição Federal, e nos dispositivos regimentais, solicita ao Senhor Ministro de Estado da Educação, informações sobre folhas de pagamento das universidades federais relativas ao pessoal permanente, temporário e terceirizados no ano de 2007, o quantitativo de pessoal, o valor da folha de pagamento e o salário médio, e à relação de gastos com pesquisa científica e tecnológica no mesmo período.

A presente proposição tem por objetivo permitir o um melhor entendimento sobre o quadro atual da estrutura do ensino superior no Brasil, que encontra-se em um quadro preocupante, segundo o autor do Requerimento.

II – Voto

Considerando que o Requerimento nº 282, de 2008; insere-se na competência fiscalizadora do Con-

gresso Nacional, conforme dispõe o art. 49, X, da Constituição Federal, estando, de acordo com o Regimento Interno do Senado Federal e com o Ato da Mesa nº 1, de 2001, somos favoráveis à aprovação do Requerimento nº 282, de 2008, de autoria do Senador Álvaro Dias.

Sala de Reuniões,

, Presidente

, Relator

Alvaro Dias

W. F. Virgílio

Álvaro Dias

PARECER Nº 423, DE 2008

Da Mesa do Senado Federal, sobre o
Requerimento nº 283, de 2008.

Relator: Senador Efraim Morais

I – Relatório

O Requerimento nº 283, de 2008, de autoria do Senador Álvaro Dias, nos termos do art. 50, § 2º, da Constituição Federal, e nos dispositivos regimentais, solicita ao Senhor Ministro de Estado do Planejamento Orçamento e Gestão, informações sobre folhas de pagamento das universidades federais relativas ao pessoal permanente, temporário e terceirizados no ano de 2007, o quantitativo de pessoal, o valor da folha de pagamento e o salário médio, e a relação de gastos com pesquisa científica e tecnológica no mesmo período.

A presente proposição ter por objetivo permitir o um melhor entendimento sobre o quadro atual da estrutura do ensino superior no Brasil, que encontra-se em um quadro preocupante, segundo o autor do Requerimento.

II – Voto

Considerando que o Requerimento nº 283, de 2008, insere-se na competência fiscalizadora do Congresso Nacional, conforme dispõe o art. 49, X, da Constituição Federal, estando, de acordo com o Regimento Interno do Senado Federal e com o Ato da Mesa nº 1, de 2001, somos favoráveis à aprovação do Requerimento nº 283, de 2008, de autoria do Senador Alvaro Dias.

Sala de Reuniões,

, Presidente

, Relator

Alvaro Dias

W. F. Virgílio

Álvaro Dias

PARECER Nº 424, DE 2008

Da Mesa do Senado Federal, sobre o
Requerimento nº 313, de 2008.

Relator: Senador Efraim Morais

I – Relatório

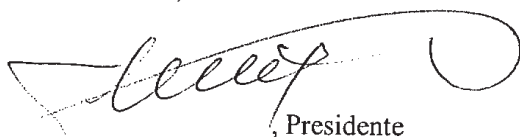
O Requerimento nº 313, de 2008, de autoria do Senador Arthur Virgílio, nos termos do art. 50, § 2º, da Constituição Federal c/c o art. 216, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, solicita ao Senhor Ministro de Estado das Minas e Energia que preste informações sobre “a possibilidade de construção, na região amazônica, das chamadas “usinas a fio d’água”.

O nobre parlamentar sustenta que pretende “esclarecer pontos favoráveis e contrários a essa solução técnica apresentada que, se por um lado, produziria poucos danos ambientais, por outro pode não contribuir da forma desejada para com a geração da energia demandada, principalmente em períodos de seca.”

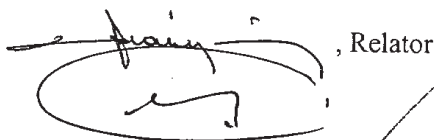
II – Voto

Considerando que o Requerimento nº 313, de 2008, insere-se na competência fiscalizadora do Congresso Nacional, conforme dispõe o art. 49, X, da Constituição Federal, estando, de acordo com o Regimento Interno do Senado Federal e com o Ato da Mesa nº 1, de 2001, somos favoráveis à aprovação do Requerimento nº 313, de 2008, de autoria do Senador Arthur Virgílio.

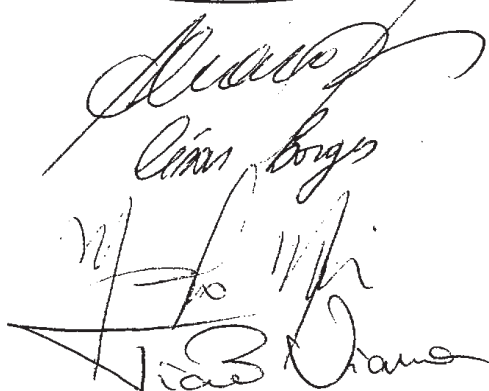
Sala de Reuniões,



, Presidente



, Relator



PARECER Nº 425, DE 2008

Da Mesa do Senado Federal sobre o Requerimento (SF) nº 330, de 2008, que solicita, de acordo com o art. 216, do Regimento Interno do Senado Federal, combinado com o que dispõe o art. 50, § 2º, da Constituição Federal, informações ao Ministro das Relações Exteriores acerca do significado da adesão formal do Brasil à Declaração Universal dos Direitos das Nações Indígenas.

Relator: Senador **Gerson Camata**

I – Relatório

Vem à Secretaria Geral da Mesa o Requerimento (SF) nº 330, que solicita, de acordo com o art. 216, do Regimento Interno do Senado Federal, combina-

do com o que dispõe o art. 50, § 2º, da Constituição Federal, informações ao Ministro das Relações Exteriores acerca do significado da adesão formal do Brasil à Declaração Universal dos Direitos das Nações Indígenas.

Como justificativa de sua iniciativa parlamentar, aduz o autor da proposta que

O jornal **Tribuna da Imprensa**, em recente edição, publica reportagem sobre a assinatura, pelo Brasil, da Declaração Universal dos Direitos das Nações Indígenas, o que também foi objeto de matérias em outros jornais internacionais, como o Daily Telegraph, de Londres, todas levantando o temor de riscos que correria a Região Amazônica de uma pretensa internacionalização. Por isso, estou requerendo ao Ministro das Relações Exteriores informações que possam esclarecer os fatos, até prova em contrário, graves, afetando o interesse estratégico do País.

II – Análise

Trata-se de proposta de Requerimento de grande importância, altamente relevante aos interesses nacionais, versada em três indagações a serem formuladas ao Ministro das Relações Exteriores, acerca do conteúdo e do significado de ato internacional que se tem convencionado designar “Declaração Universal dos Direitos das Nações Indígenas”. Quanto à primeira indagação, diz ela respeito a eventuais riscos que a adesão do Brasil ao documento poderia representar em relação a nossa soberania. A segunda indagação solicita do Chanceler informações a respeito de providências acautelatórias em relação a riscos de internacionalização da Amazônia. A derradeira indagação concerne a temores sobre o rumoroso tema e a repercussão que se lhe tem dado na imprensa.


Declarações são, em direito internacional público, fontes não codificadas de obrigação internacional e, como tal, merecedoras de todas as cautelas político jurídicas que se possam adotar, haja vista a potencial gravidade que o tema internacionalização da Amazônia pode significar para o Brasil e o pleno exercício de sua soberania.


Sem considerar a visão conspiratória e de gratuito alarmismo com que normalmente se enfrenta o tema dos interesses estrangeiros em relação à Amazônia brasileira, é dever do Congresso Nacional, como fiscal da condução da política externa, indagar e provocar o debate sobre o caudaloso tema, a bem de preservar os interesses nacionais mais elevados.


III – Voto


Em face do exposto, por considerarmos conveniente e oportuno o Requerimento sob exame, constitucional e regimental, e versado em boa técnica legislativa, opinamos pela sua aprovação.

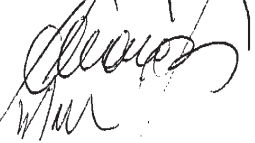
Sala de Reuniões,


 , Presidente


 , Relator

 Vias Viana

 Lima Borges

 Magno Malta

PARECER Nº426, DE 2008

Da Mesa do Senado Federal, sobre o Requerimento nº 348, de 2008, que requer, com fundamento no art. 50, 2º da Constituição Federal, sejam solicitadas ao Ministro de Estado da Defesa informações sobre matéria veiculada na Revista “Isto É”, de 26 de março de 2008, págs. 40 e 41, intitulada: “O Brasil na Academia da Repressão”, a escola de Infantaria Fort Benning, conhecida como “School of the Américas (SOA)”, possibilitando o intercâmbio entre militares americanos e colegas da América Latina na formação de repressores.

Relator: Senador Magno Malta

I – Relatório

Vem ao exame da Mesa o Requerimento nº 348, de 2008, de autoria do Senador Eduardo Suplicy, que solicita, de acordo com o disposto no art. 50, § 2º, da Constituição Federal, sejam solicitadas ao Ministro de Estado da Defesa informações sobre matéria veiculada na Revista “Isto É”, de 26 de março de 2008, págs. 40 e 41, intitulada: “O Brasil na Academia da Repressão”, a escola de Infantaria Fort Benning, conhecida como “School of the Américas (SOA)”, possibilitando o intercâmbio entre militares americanos e colegas da América Latina na formação de repressores.

II – Análise

O Requerimento tem por fundamento o § 2º do art. 50 da Constituição Federal, que faculta às Mesas

da Câmara dos Deputados e do Senado Federal o encaminhamento de pedidos escritos de informação a Ministros de Estado.

O pedido está fundado na competência exclusiva do Congresso Nacional para a fiscalização e o controle, diretamente, ou por qualquer de suas Casas, dos atos do Poder Executivo, incluídos os da administração indireta, nos termos do art. 49, X, da Constituição Federal. No plano regimental, está em consonância com o disposto no art. 216 do Regimento Interno que, por sua vez, em seu inciso I, somente admite a formulação de requerimentos de informação que tenham por finalidade o esclarecimento de qualquer assunto submetido à apreciação desta Casa ou atinente a sua competência fiscalizadora, não admitindo sua utilização para pedido de providências ou medidas administrativas.


O Requerimento também está de acordo com as disposições do Ato da Mesa nº 01, de 2001, especialmente com o § 1º do art. 1º, que estabelece a necessidade de que seja “dirigido a Ministro de Estado ou a titular de órgão diretamente subordinado à Presidência da República, ainda que contenha pedido relativo a órgão ou entidade da administração pública indireta sob sua supervisão”.

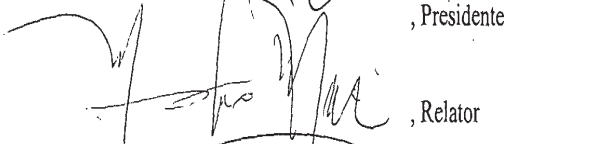
No que concerne ao mérito, é de extrema importância que esta Casa seja informada de como são treinados os militares brasileiros dentro de programas de cooperação. O Senado não pode estar alheio a questão tão importante de Defesa Nacional.

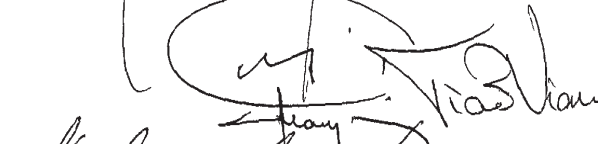
III – Voto


Ante o exposto e em face da constitucionalidade, juridicidade e regimentalidade do requerimento em exame, opinamos pela sua aprovação, a fim de que esta Mesa solicite ao Ministro da Defesa as informações requeridas.


Sala de Reuniões,


 , Presidente


 , Relator

 Vias Viana

 Lima Borges

 Magno Malta

PARECER Nº 427, DE 2008

Da Mesa do Senado Federal, ao Requerimento nº 365, de 2008, que requer, ao Ministro da Justiça, informações da Polícia Federal, acerca da dimensão do tráfico de mulheres do Amazonas para casas de prostituição em garimpos na região de fronteira.

Relator: Senador Tião Viana

I – Relatório

O presente Requerimento, de autoria do ilustre Senador Arthur Virgílio, requer ao Ministro de Estado da Justiça a informação supracitada, nos termos do art. 216, I, do Regimento Interno, combinado com o disposto no art. 50, § 2º, da Constituição Federal.

Na justificação, o nobre autor do Requerimento relata que o jornal Diário do Amazonas publicou matéria baseada em informações do Chefe da Divisão de Direitos Humanos da Polícia Federal, em Brasília, informando a existência do tráfico de mulheres naquela região.

A seguir, cita o inciso X do art. 49 da Constituição Federal, que concede ao Congresso Nacional a prerrogativa de fiscalizar e controlar os atos do Poder Executivo, incluídos os da administração indireta. O objetivo da presente solicitação, assim, é levar o Senado a ficar inteirado dos mecanismos de controle e repressão ao tráfico de mulheres do Amazonas para casas de prostituição em garimpos da região de fronteira.

II – Análise

O Requerimento atende plenamente as disposições constitucionais e regimentais que regem o assunto. O citado § 2º do art. 50 da Lei Maior autoriza às Mesas de ambas as Casas proceder ao encaminhamento de pedidos escritos de informação a Ministros de Estado, atribuição que se situa dentro da missão conferida ao Legislativo, de fiscalização dos atos do Poder Executivo.

Compatibiliza-se, ainda, com os incisos I e II do art. 216 do Regimento Interno, pois tem em vista obter esclarecimento de uma questão que diz respeito à competência fiscalizadora do Senado, e não contém pedido de providência, consulta, sugestão, conselho ou interrogação sobre propósito da autoridade a quem se dirija.

Trata-se, na verdade, de questionamento à autoridade competente sobre quais mecanismos de con-

trole estão sendo utilizados para reprimir tal prática, que fere a dignidade da pessoa humana e por essa razão justifica, plenamente, o pedido contido no Requerimento.

III – Voto

Ante o exposto, opinamos pela aprovação do Requerimento nº 365, de 2008, por constitucional e jurídico, conveniente e oportuno.

Sala de Reuniões,

The image shows several handwritten signatures in black ink. The most prominent ones are:

- A large signature at the top right, identified as the President.
- A signature below it, identified as the Reporter (Tião Viana).
- Other smaller signatures are visible below, including one that appears to be 'Viana' and another that is less legible.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho) – Os pareceres que acabam de ser lidos vão à publicação.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho) – A Presidência comunica ao Plenário que a Mesa do Senado Federal aprovou, em Reunião realizada em 6 de maio do corrente, os seguintes Requerimentos de Informações, nos termos de seus relatórios: nºs 1.285, de 2007; 219, 220, 226, 278, 282, 283, 313, 330, 348 e 365, de 2008.

Comunica, ainda, que a Mesa aprovou o Requerimento de Informações nº 11, de 2008, com nova redação.

Informa, também, que a Mesa rejeitou os seguintes Requerimentos de Informações, nos termos de seus relatórios: nºs 1448, de 2007, e 188, de 2008.

Comunica, por fim, que a Mesa aprovou o Requerimento nº 709, de 2007.

Serão cumpridas as decisões da Mesa.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB-RN) – Os pareceres que acabam de ser lidos vão à publicação.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Vamos, agora, anunciar os oradores com aquele revezamento: falará um Líder, depois falará um orador inscrito.

O Senador Arthur Virgílio está se inscrevendo em qual? (Pausa.)

Pela Liderança, não é? (Pausa.)

Pela Liderança.

Com a palavra o Senador José Agripino, Líder do DEM.

O SR. EDUARDO SUP LICY (Bloco/PT – SP) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Pela ordem, tem a palavra o Senador Eduardo Suplicy.

O SR. EDUARDO SUP LICY (Bloco/PT – SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, tendo o Senador Pedro Simon e outros Senadores se manifestado em solidariedade à Ministra Marina Silva, do Meio Ambiente – ainda não sabemos exatamente o que aconteceu –, quero aqui registrar a minha admiração, a minha solidariedade à Ministra Marina Silva, que sempre tem agido com o melhor propósito, com a maior seriedade e ganhou respaldo internacional por sua defesa do meio ambiente ainda na semana passada. Ouvei o pronunciamento dela na Conferência Nacional do Meio Ambiente, que foi tão bem aceito por todos os milhares que estavam ali presentes.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PR – ES) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Com a palavra, pela ordem, o Senador Magno Malta.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PR – ES. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu também quero, a exemplo do Senador Suplicy, referir-me à agora ex-Ministra e nossa colega Senadora, que voltará a esta Casa, Marina Silva, minha irmã de fé, por quem tenho carinho e respeito.

O respeito internacional ganho não foi a partir do momento em que assumiu o Ministério, mas ela assumiu o Ministério porque já tinha o respeito internacional e o respeito do País pela sua defesa ao meio ambiente.

Sr. Presidente, amanhã, a CPI da Pedofilia vai receber as Deputadas Federais da Frente Feminina, juntamente com Senadoras, porque é preciso que analisemos juntos algumas coisas em relação à quebra do sigilo do Orkut, que choca a todos nós. O desejo

dessa frente feminina é de que os projetos, quando saírem daqui e chegarem à Câmara, sejam relatados pela frente feminina, com celeridade naquela Casa, para que o Brasil receba esses instrumentos.

Comunico também ao Brasil e a V. Ex^a que estive na embaixada americana, Senador Arthur Virgílio, hoje pela manhã, e fiquei feliz, porque o pedófilo americano que se evadiu do Rio de Janeiro após abusar de uma criança, ele que é funcionário da emigração americana, que a cada dois meses vem ao Brasil trazer brasileiros presos e que, certamente, abusou de “n” crianças... Fiquei surpreso, porque os Estados Unidos têm uma lei específica para punir americanos que cometem atos de pedofilia em outros países. A lei é muito nova, mas concretamente dez foram pegos e condenados a 30 anos. Esse pedófilo americano que abusou de um menino de onze anos no Rio de Janeiro já foi afastado de suas funções; o inquirido dele caminha de forma acelerada e hoje recebi, na embaixada, uma boa notícia que dou ao Brasil: ele também será condenado a 30 anos de cadeia nos Estados Unidos, sem qualquer tipo de privilégio ao longo dos 30 anos, regime fechado, por ter abusado de uma criança no Brasil. Na verdade, ele foi pego com aquela, mas deve ter abusado de outras.

E, certamente, Sr. Presidente, colocando à disposição para ajudar a construir esses instrumentos todos para o Brasil.

A ex-Senadora Governadora Ana Júlia convida esta CPI para estar com ela na próxima quinta-feira, para ouvir os bispos ameaçados de morte na Ilha do Marajó, para que a CPI da Pedofilia – por conta dessa denúncia eles estão ameaçados – possa trabalhar as oitivas e a ida ao Pará.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB/RN) – Agradeço ao Senador Magno Malta. E concedo a palavra, como Líder do DEM, ao Senador José Agripino.

O SR. GIM ARGELLO (PTB-DF) – Sr. Presidente, só queria que V. Ex^a, por favor, consignasse o meu voto na votação dos embaixadores.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB/RN) – V. Ex^a será atendido, nos termos regimentais.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM) – Sr. Presidente, permite que eu fale, pela ordem, antes do Senador José Agripino?

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB/RN) – Depende do Senador José Agripino.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – É para fazer aqui uma observação, Sr. Presidente. Nós temos oito medidas provisórias que tratam de crédito extraordinário. Os mais diversos assuntos foram por elas abordados.

Nós temos uma posição muito clara, ou seja, se entendermos que há inconstitucionalidade, nós, da Oposição, votamos contra. E temos feito isso, inclusive, nos últimos momentos, procurando dar celeridade ao processo de votação da Casa, sem trazer à pauta a possibilidade obstrucionista. Temos procurado simplesmente marcar a nossa posição e disputar no voto, o que não deixa de ser uma contribuição que se dá para os trabalhos presididos por V. Ex^a

Mas veja, há algo que eu gostaria muito de transmitir a V. Ex^a e ao Líder Romero Jucá. É que esse é um pedido antigo que vem de outras presidências. Nós entendemos descabido que os pareceres não nos sejam passados pelo menos com 24 horas de antecedência, em qualquer matéria que vá à deliberação, para que nós não estejamos sempre premidos pela pressão do tipo “o Brasil vai acabar e, se não ajudarem, o Brasil se dissolve”, o que era republicano vira monárquico, enfim. Ou seja, entendo ser justa a reivindicação que fazemos.

V. Ex^a poderia, na verdade, quem sabe, já agora, opinar sobre isso?

Faço o mesmo apelo ao Líder do Governo. Entendo que é uma demonstração de respeito para conosco. Estamos tentando dar a nossa parcela de colaboração para que a Casa não empaque, mas é muito complicado ficarmos sempre... O Relator diz coisas novas para nós e depois um companheiro nos alerta que há um furo qualquer, que há algo prejudicial ao País. Pergunto por que não estabelecermos algo que signifique respeitabilidade; respeitar, por exemplo, o direito de o Plenário tomar conhecimento. Quem quiser ler que leia, quem não quiser ler que não leia, que se oriente por quem quiser. Mas dar o direito de as pessoas poderem ter uma participação qualitativa sobre os relatórios apresentados na Casa. Como está é algo incômodo que traz a nós um sentimento de desconforto, a nós da Oposição, Sr. Presidente.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB – RR) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – V. Ex^a será atendido, até porque estamos já fazendo rodízio dos Relatores.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB – RR) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Sem dúvida. Agradeço. Foi uma palavra que V. Ex^a cumpriu e eu lhe ofereço os parabéns por isso.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Faço um apelo aos Relatores, para que eles possam mandar, sem perda de tempo, esses pareceres, para que nós possamos enviá-los para todos.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB – RR. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu quero também, na mesma linha, concordar com a argumentação do Senador Arthur Virgílio. É importante, sempre que possível, ter, efetivamente, 24 horas antes o parecer. É bem verdade que alguns Relatores são designados na hora, portanto fica um pouco mais difícil. Mas, havendo entendimento, é possível fazer isso.

E eu quero registrar também, Sr. Presidente, inclusive para o Senador Arthur Virgílio, que essas sete medidas provisórias que trancam a pauta têm a mesma data de emissão. Portanto, será possível, Senador Arthur Virgílio, dentro de um entendimento, invertermos a pauta das medidas provisórias, tentando procurar... São da mesma data de emissão. Portanto, procurando votar na frente algumas medidas que a Oposição queira efetivamente priorizar. Então,...

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Sr. Presidente...

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB – RR) – ...dentro desse espírito de entendimento, na terça-feira nós votaríamos.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Amanhã, Senador.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB – RR) – Amanhã, nós votaríamos.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Amanhã nós temos uma reunião de Liderança.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB – RR) – Invertendo a pauta, votaríamos algumas medidas provisórias que não fossem polêmicas.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Veja, Sr. Presidente, aqui nós temos, por exemplo... Das MPs que vão da 410 a 414, a minha assessoria me indicou três nomes de Relatores, quatro nomes: Senador Flávio Arns, que é uma figura correta e aplicada, tenho certeza de que S. Ex^a se adapta a isso com a maior tranquilidade; pela Senadora Lúcia Vânia, posso tranquilamente falar, como sinto que posso falar, Senador José Agripino, pela Senadora Kátia Abreu; e acho que posso falar pelo Senador César Borges também, que tem um coração muito mais para cá do que para lá. Então, eu tenho a impressão de que metade da questão está resolvida. Falta agora nós sabermos quais são os outros Relatores e pedir a eles que em

24 horas se manifestem; que se manifestem para nós, Senadores do Plenário, com pelo menos 24 horas de antecedência. Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. MÁRIO COUTO (PSDB – PA) – Pela ordem, Presidente.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Pela ordem, Senador Mão Santa.

O SR. MÁRIO COUTO (PSDB – PA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Inscreva-me depois do Senador Mão Santa.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Pois, não, Senador Mário.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente Garibaldi Alves e Parlamentares, o Piauí se apresenta aqui entristecido com a saída da Ministra Marina Silva. Nós temos feito oposição, mas nós temos a grandeza de reconhecer que ela é uma extraordinária Ministra.

Nós mesmos, juntos, Senador Garibaldi, fomos a uma audiência com a Ministra, em defesa dos carcinicultores do Piauí e da Região Nordeste. E a Ministra foi muito atenciosa, muito correta. Ela passa aquela imagem de uma mulher, vamos dizer, de princípios de teologia. Ela nos atendeu naquela solicitação do problema da carcinicultura do Nordeste e do Piauí.

Mais ainda. O Piauí lamenta, porque nós tínhamos uma reserva ambiental, que era a Serra Vermelha, e aloprados venderam a Serra Vermelha para uma empresa do Rio de Janeiro, transformando-a em carvão. Então, estava perdendo o Piauí, que tem pouca floresta, pouca vegetação, com 40% de semi-árido, que tem uma área desertificada em Gilbués, pela busca e exploração do garimpo de diamante. Então, ela foi muito firme, contrariou os interesses do Governo do Estado, que estava em negociação, e impediu, salvaguardando aquela flora e fauna que enriquecem o Piauí. É lá perto da cidade de Caracol, perto de Guaribas, a Serra Vermelha.

E queria comunicar a grandeza desta Casa. O Senador Adelmir Santana tornou-se, segunda-feira, cidadão piauiense, pela Assembléia Legislativa. Eu já tinha ido a uma festa no Município de Uruçuí, onde ele era cidadão municipal. Foi um projeto do Deputado Paulo César, ex-Prefeito de Palmeirais e Deputado. Então, Adelmir Santana nasceu no limite do Piauí com o Maranhão. É um mito. Uns dizem que ele é piauiense e maranhense, mas os legisladores se anteciparam e agora nos enriquecem.

Nós vamos perder, então, o Sibá, o que lamentamos. Era um Senador mostrando a grandeza do Piauí – nós o tínhamos emprestado ao Acre –, mas

ganhamos agora o Adelmir Santana, que é hoje cidadão piauiense.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PR – ES) – Sr. Presidente, eu pediria para V. Ex^a registrar, em relação à votação passada, o meu voto “sim”. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – V. Ex^a será atendido nos termos regimentais.

Com a palavra o Senador Mário Couto.

Em seguida, ouviremos o Senador José Agripino.

O SR. MÁRIO COUTO (PSDB – PA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Senador Garibaldi, Presidente deste Poder, V. Ex^a, com certeza, deve estar notando que a Oposição nesta Casa está tentando, obviamente, dar condições para que este Plenário possa votar e para que o Senado possa mostrar à sociedade o seu trabalho. Mas veja que novamente sete medidas provisórias entram emperrando a pauta.

Como Líder da Minoria, quero externar os meus sentimentos – iguais aos sentimentos de V. Ex^a – de não concordar com esse tipo de medida que o Governo envia para cá. Isso quer dizer que o Presidente da República engessa o Senado Federal; que nós já estamos lutando há muito tempo contra isso; que V. Ex^a assumiu lutando contra isso; que V. Ex^a publicamente cobrou isso ao Presidente da República, em um evento; que o Presidente do Supremo, em seu pronunciamento, ao tomar posse, cobrou também ao Presidente da República, publicamente, porque sabe que editar medidas provisórias significa engessar esta Casa. Nós não podemos deixar que tomem o nosso direito de legislar, Sr. Presidente.

Por isso, quero dizer a V. Ex^a, mais uma vez, que a Oposição nesta Casa está sendo ética. V. Ex^a tem notado que nós não estamos mais obstruindo a pauta, exatamente porque V. Ex^a solicitou a colaboração de cada um de nós para que possa ser o legítimo Presidente desta Casa e mostrar à Nação brasileira que tem boa vontade de produzir. Mas não podemos mais suportar isso, Presidente.

Quero dizer-lhe que desejo colaborar com V. Ex^a, mas vou me negar, daqui para frente, a votar, nas reuniões de líderes, pelo acordo de se aceitar o que o Presidente da República determina a este Poder: o excesso de medidas provisórias.

Peço a V. Ex^a, ao votarmos mais essas sete medidas, que medite e encontre um caminho viável. Na hora em que a Oposição estende a mão a V. Ex^a no sentido de produzirmos, na hora em que a Oposição diz que não quer atrapalhar os trabalhos deste Senado obstruindo a pauta, na hora em que a Oposição mostra mais uma vez que quer ética neste Poder, deixo a reflexão a V. Ex^a.

Peço a V. Ex^a, mais uma vez, que converse com o Presidente da República, democraticamente, e mostre a ele que isso não é democracia, é antidemocracia.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Agradeço a V. Ex^a e concedo a palavra ao Senador José Agripino, Líder do DEM.

O SR. VALTER PEREIRA (PMDB – MS) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Senador Valter Pereira, há um orador caminhando para a tribuna.

O SR. VALTER PEREIRA (PMDB – MS) – Sr. Presidente, é só para me inscrever nessa lista de “pela ordem” que V. Ex^a tem.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Não existe lista de “pela ordem”.

Aliás, eu preferia que não existisse “pela ordem”, nem com lista nem sem lista. Mas eu peço a colaboração de V. Ex^a. Não há lista. A palavra tem de ser pedida no momento adequado. V. Ex^a faz subir o microfone e diz essa palavra maldita aqui: “Pela ordem”.

O SR. VALTER PEREIRA (PMDB – MS) – Eu concordo com V. Ex^a. Também acho que a palavra é maldita, no entanto ela está se incorporando ao direito consuetudinário pela tolerância que a Mesa tem tido com todos aqueles que pedem a palavra pela ordem.

Todavia, Sr. Presidente, eu gostaria depois de fazer um registro e peço a V. Ex^a que me inscreva no horário oportuno.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Com a palavra o Senador José Agripino.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (DEM – RN. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, parece que V. Ex^a, Sr. Presidente, esteve ontem no Rio de Janeiro, na solenidade do BNDES, no lançamento de um programa de fomento à política industrial. Parece que foi uma sessão concorrida, Senadora Rosalba, com a presença de Governadores, Senadores, Deputados, autoridades, para anunciar, só agora, um pacote de incentivos e renúncia fiscal, tributária, para o setor exportador brasileiro: em três anos, desoneração de impostos no valor de R\$21 bilhões.

Desejo, evidentemente, aplaudir. Tudo o que for diminuição de carga tributária, ainda que só para 25 segmentos da economia, merece, por parte do nosso Partido, aplauso.

Porém, eu gostaria de tecer alguns comentários sobre o alcance das medidas anunciadas ontem, com grande festa, com muita comemoração e como se fossem a salvação da lavoura, Senador Arthur Virgílio. Gostaria de apresentar aqui alguns números.

Na minha opinião, o *plus* que a economia brasileira vem experimentando recentemente decorre da base estabelecida lá atrás, pelo Plano Real, com Itamar, Fernando Henrique Ministro, depois Fernando Henrique Presidente: o equilíbrio da moeda, a contenção da inflação, a estruturação do País para o crescimento e o prosseguimento, no atual Governo, por mérito inicial do Ministro Palocci e, permanentemente, do Presidente Henrique Meirelles, de uma política monetária rígida que garante contenção da inflação, baseada em metas inflacionárias e no câmbio flutuante.

Muito bem. Essas são tarefas que exigem um controle e uma sintonia fina muito competente. E o que estamos assistindo e vimos denunciando aqui seguidas vezes é a apreciação do real, que está chegando a limites perigosos.

O que sustenta a economia brasileira? A base do equilíbrio fiscal e o *plus* decorrente do preço das *commodities*. O que está levando o Brasil para um patamar superior ao seu crescimento médio – não o crescimento comparado com os emergentes assemelhados a nós, como Rússia, Índia e China, nem o crescimento distanciado, pelo contrário, muito inferior ao dos nossos vizinhos Uruguai, Argentina, Venezuela, Colômbia, Peru –, o que está possibilitando que atinjamos os 5,4% é o preço das *commodities*, que são exportadas em grande medida para o exterior e produzem, ou vinham produzindo, um formidável superávit de balança comercial.

Ocorre, Senadora Rosalba, que a luz amarela começou a acender. E daí, da luz amarela, resultou a reunião de ontem; e só por conta da luz amarela resultou a reunião de ontem.

Com o dólar tendo caído para R\$1,65 – um dólar vale R\$1,65 –, o volume de importações do Brasil, que está importando muito mais do que importava – de um ano para o outro, as importações cresceram 40%; de 2007 para agora, cresceram 40%... E as exportações vêm em queda, em queda progressiva. As exportações vêm em queda progressiva. No mês de março, a queda em relação às exportações do mesmo mês de março do ano passado foi de menos 2,13%.

De janeiro a abril deste ano, as exportações cresceram 13,6%, no acumulado, contra 18,6% de janeiro a abril do ano passado, 2007. Ou seja, a velocidade de crescimento das exportações está caindo, muito embora, Senador Adelmir Santana, as exportações brasileiras estejam se sustentando e ainda estejam crescendo por conta do preço das *commodities*, que, graças a Deus, está subindo.

Enquanto o nosso volume de exportações está caindo, por conta do valor do dólar, o custo de produção interno é em real; o custo de exportação é em dó-

lar. Você apura menos real porque o dólar está muito valorizado. O que você antes produzia e vendia por US\$100 – com o dólar a R\$2,00 daria R\$200,00 –, agora, a R\$1,65, são R\$165,00; a margem de lucro é menor. O volume de exportações tende a cair, e é o que está acontecendo, as exportações brasileiras estão caindo. No ano passado, elas cresciam nesse trimestre a 18,6%; este ano, elas estão crescendo a 13,6%. E só estão crescendo, Senador Arthur Virgílio, por conta do preço da soja, da carne, dos laminados planos.

V. Ex^a sabe quanto neste ano subiu a *commodity* chamada soja? Cinquenta e seis por cento, em termos reais, Senador Mão Santa. Daí a ajuda, o empurrão para as exportações brasileiras. Senão, pelo valor do dólar, o produtor de soja do Vale do Gurguéia não estaria exportando porque não valeria a pena e iria ter prejuízo. Como subiu no mercado internacional o valor da soja em 56%, isso está ajudando. Agora, até quando a soja vai valer 56% mais do que valia no ano passado?

Veja o fio de navalha em que nós estamos. O valor do laminado aumentou 37% e ajudou nas exportações; o valor da carne aumentou 36%; tudo isso está ajudando a que as exportações tenham produzido o que produziram, mas muito menos do que produziam.

E o pior de tudo: Senador Gilberto Goellner, V. Ex^a, que é do Mato Grosso, que é da área, que é do setor, que conhece a produção de soja e de carne, sabe e vai compreender perfeitamente o que vou falar. Nós estamos com a luz amarela por uma razão muito simples: com a apreciação do dólar, a balança comercial do Brasil, que era o nosso grande sustentáculo, está produzindo, ao invés de superávits, cada vez menores os superávits e caminhando para os déficits. Agora, o que está ocorrendo mesmo para valer é a remessa de lucros e juros em volume nunca visto, porque aqueles que produzem lucros...

O Sr. Arthur Virgílio (PSDB – AM) – Senador José Agripino!

O SR. JOSÉ AGRIPINO (DEM – RN) – ..., transformando – já ouço V. Ex^a – os reais dos seus lucros em dólar produzem uma quantidade de dólar muito maior do que produziam por conta da valorização do real. Tome-lhe evasão de divisa! E isso influi no balanço de pagamentos, diminuindo as nossas reservas e a nossa necessidade de captar mais dólar e deprimindo a nossa economia.

Ouçó, com muito prazer, o Senador Arthur Virgílio, porque quero prosseguir no meu raciocínio e chegar a algumas conclusões que esta Casa precisa ouvir para avaliar se nós temos ou não temos razão com relação ao alerta que desejo fazer.

O Sr. Arthur Virgílio (PSDB – AM) – Senador José Agripino, V. Ex^a compõe um pronunciamento agudo na lógica do engenheiro que é e, ao mesmo tempo, sensível pelo viés do humanista que sempre se revelou. Nós temos os dados do Boletim Focus. A previsão para 2009 é de superávit na balança comercial já de apenas US\$18 bilhões, e o crescimento previsto hoje para 2009 já é de 4%. Para este ano eles mantêm ainda alguma coisa tipo 4,6% – já não se fala mais em 5%. Algumas idéias estão por aí. Eu discordo muito da formatação que estão dando ao tal fundo soberano. Não sei se vão obter esse recurso cortando investimentos ou se vão procurar majorar impostos, mas do nada o dinheiro não sairá. Das reservas já vemos que não é cabível. Fala-se em superávit primário, e eu julgo sempre salutar ter superávit primário elevado. Pergunto: de onde tirarão o dinheiro do superávit, se vai ser de corte rígido de despesas, gastos correntes, ou se vai ser de investimentos? Estou aí a aguardar. E prevejo que não está excluída a hipótese de majoração da taxa de juros na próxima reunião do Copom, não vejo que seja impossível, ao contrário. E se acontecer, não vejo que seja culpa do Presidente Henrique Meirelles, porque o Governo se porta mal fiscalmente e aí toda responsabilidade vai para as costas do Banco Central. Fica muito fácil transformar o Banco Central na “Geni” do episódio pelas mesmas pessoas que depois correm a elogiar o Presidente Meirelles pelo seu desempenho. Mas muito bem, Senador. Temos esses dados que V. Ex^a aí expôs. O Brasil é refém do preço das *commodities*. Ainda há – e sei que V. Ex^a ainda abordará o assunto e que o fará com enorme conhecimento de causa – quem fale em reestatizar a Vale do Rio Doce. Fico impressionado. A impressão que tenho, quando vejo esse tipo de discurso, é que as pessoas que o proferem são compreensivas, boazinhas, e querem que nós, que vivemos estressados, passemos a sorrir um pouco. É estranho. A Vale do Rio Doce era a melhor estatal brasileira. Muito bem. Foi vendida pelo preço que o mercado pagava por ela naquela altura. Outras empresas estatais falidas hoje viraram empresas privadas de primeiríssimo nível, como a Embraer. A estatal Vale do Rio Doce, sem dúvida a melhor, não teria fôlego para transformar-se no que se transformou: a segunda maior mineradora do mundo. Não teria fôlego. Não teria como prosseguir no avanço tecnológico, não teria como prosseguir nos investimentos em laboratórios. Não teria sequer a agilidade e a agressividade com que se lança hoje à conquista de mercados. Então, é impressionante como, às vezes, desdenham de quem dá ao Governo, precisamente, os melhores lauréis. É só olhar a participação que tem hoje a Vale do Rio Doce, para pegar o exemplo de uma empre-

sa. Poderia falar da Companhia Siderúrgica Nacional também. Hoje, podemos ver o peso que tem a Vale do Rio Doce na composição do nosso saldo da balança comercial ou na composição geral da nossa balança comercial, das nossas exportações, e vemos qual será essa participação quando minguar – e vai minguar – o saldo da balança comercial. Ou seja, é preciso, a meu ver, que, primeiro, se mantenha uma enorme atenção sobre a questão da inflação. Uma enorme atenção! A inflação ameaça sair de controle. Segundo, já que se vai cuidar e se tem de cuidar da questão da estabilidade, para que ela não se perenize, para que ela não se veja diante do espelho do retrocesso – já concluo –, é essencial que agora saibamos oferecer ao País – esse é um dever de quem está no poder – um governo eficaz do ponto de vista administrativo, um governo sóbrio do ponto de vista de gastos públicos. E não é o que estamos vendo. Então, está faltando lucidez regulatória, lucidez administrativa, está faltando compreensão em relação a esses agentes econômicos. Não quero tomar mais tempo do discurso de V. Ex^a, mas quero dizer que eu também gostaria muito de discutir, na Comissão de Assuntos Econômicos – estou propondo isso ao nosso prezado colega e companheiro Aloizio Mercadante –, a proposta de política industrial do Governo, porque vejo uma pequena pirotecnia e não estou sentindo que vá dar em resultados concretos quaisquer. Parabéns a V. Ex^a. Continuarei ouvindo o discurso de V. Ex^a com muita atenção, porque sei que ele vai ferir ponto essencial para a economia do País. Muito obrigado.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (DEM – RN) – Senador Arthur Virgílio, pegando no ponto em que V. Ex^a deixou, farei uma constatação para manifestar minha preocupação e apontar os remédios.

Veja V. Ex^a que a apreciação do dólar está produzindo déficits. O que antes era superávit, a bonança, a reserva em divisas que o Brasil conseguiu acumular – US\$200 bilhões – começa a se esvaír em função da apreciação. A remessa maciça de lucros – muitos dólares saindo –, a remessa de juros do capital que chega e que volta em dólar saindo, o déficit da balança comercial ou a diminuição do superávit da balança comercial, tudo isso produziu já, em março, um déficit de US\$4,7 bilhões no balanço de transações correntes – US\$4,7 bilhões. No primeiro trimestre, US\$10,7 bilhões, e prevê-se para o primeiro quadrimestre US\$13 bilhões de dinheiro que antes era a mais, agora, está faltando. Tudo por conta da apreciação do dólar. O dólar valendo muito do real.

O que o Governo faz? Chama os Governadores ao BNDES para, literalmente, curar a febre quebrando o termômetro. Como? Chama os Governadores, os

agentes econômicos, chamou o Presidente da CNI, que manifestou a sua preocupação e deu uma opinião que não é positiva para o Governo; desonerou alguns setores de exportação como se isso fosse resolver o problema da economia brasileira, da exportação, incluindo as *commodities*, cujo custo é o valor do dólar.

O que está acontecendo? O que aconteceu na última reunião do Copom? A taxa Selic cresceu 0,5%. O que decorre disso, Senador Arthur Virgílio? Os juros foram para 11,75%. O que acontece? O dinheiro internacional, que está sendo remunerado a 4%, vem na carreira para o Brasil. Vêm os dólares. Na hora em que entra uma enxurrada de dólares, porque a taxa de juros aqui subiu, claro que os reais vão ficar valendo mais em relação ao dólar. A cotação do dólar cai. Com a cotação do dólar caindo, a competitividade da produção brasileira, de soja, de tudo enfim que o Brasil exporta, diminui. E, com essa diminuição, diminui o volume de empregos gerados.

O que o Governo fez? Aumentou a taxa de juros e, com a taxa de juros elevada, você apreciou ainda mais a taxa do dólar, produzindo um prejuízo ainda maior para as exportações brasileiras.

Em vez de adotar as providências, Senadora Rosalba, que, na minha opinião, têm que ser adotadas, que são a feita das reformas estruturais para dar, essas sim, competitividade à produção brasileira – a reforma sindical, a reforma trabalhista, a reforma tributária –, mexe-se com uma desoneração fiscal para setores exportadores como que procurando atingir o micro sem mexer no macro. O macro você atinge melhorando a cotação do dólar. E o que está se fazendo é o contrário: com o aumento da taxa de juros, quanto mais o juro se eleva, mais dólar entra para ser aplicado no mercado financeiro brasileiro e mais a cotação do real se eleva. É muito dólar para pouco real. Valoriza o real, e o real bota para baixo o lucro das empresas que produzem soja, milho, algodão, ferro, minérios, que geram empregos e que gerariam divisas vendendo para o exterior. Quanto mais valorizado o real, menor a capacidade de exportação, menor o volume de geração de emprego e renda dentro do País.

O que o Governo deveria, sim, estar fazendo? Cuidando da taxa de juros. Baixou taxa de juros, você dá na veia uma injeção no sentido de equilibrar a variação cambial, a valorização cambial.

Você mexeu, sinalizou para as reformas estruturais – a sindical, a trabalhista, a tributária –, você dá ao mundo a informação de que o Brasil está ficando mais competitivo e dá às empresas o incentivo para que elas voltem a investir, porque a competitividade aqui vai se igualar à competitividade no padrão internacional.

Tudo isso eu trago como preocupações por conta do evento feito ontem no Rio de Janeiro. Enquanto se faz um evento no Rio de Janeiro para anunciar uma nova política industrial, quebrando o termômetro para curar a febre, o Governo que reuniu muitas autoridades ontem não reúne ninguém para resolver um problema que voltou a ocorrer com uma empresa que significa o símbolo maior do sucesso da privatização, a Companhia Vale do Rio Doce.

Senador Gilberto Goellner, a Vale do Rio Doce foi invadida na sexta-feira passada e a ferrovia foi de novo bloqueada mais uma vez hoje. E por conta de quê? Por conta de entendimentos não pragmatizados, não cumpridos entre o Governo do Estado do Pará e o Governo Federal. E junto a quem? Garimpeiros que têm uma demanda. Certamente, a demanda que tem um viés político não foi atendida, e a corda quebra nas costas da Companhia Vale do Rio Doce.

O que danado tem a Vale do Doce com as demandas prometidas e não resolvidas pelo Governo? Mas quebra nas costas dela! É como se fosse um cacoete para prejudicar um símbolo de sucesso do modelo de privatização. V. Ex^a sabe o quanto a Vale do Rio Doce exportou no ano passado? Doze e meio bilhões de dólares. Foi a maior exportadora do Brasil. Sabe quantos empregos a Vale do Rio Doce gera? Cento e vinte e quatro mil. Cento e vinte e quatro mil empregos! Foi invadida várias vezes por motivos de ordem política...

(Interrupção do som.)

O SR. JOSÉ AGRIPINO (DEM – RN) – Hoje, Sr. Presidente – já encerro –, mais uma vez, a estrada de ferro que transporta o minério de ferro de Carajás para o Maranhão, foi interrompida porque, no Pará, em Belém, o Governo do Estado e o Governo Federal não se entenderam. E, aí, você vai em cima da maior exportadora brasileira. E ninguém se reúne.

No Rio de Janeiro, para quebrar o termômetro para tentar curar a febre, faz-se uma bela festa. Em vez de você resolver a questão do câmbio pela via certa das reformas estruturais para dar competitividade à economia, baixando a taxa de juros e favorecendo o câmbio, você permite que a Vale do Rio Doce viva de forma permanentemente inquieta, preocupada com a possibilidade ou não de cumprir os seus contratos, de manter os seus empregos, de fazer as suas exportações.

Se V. Ex^a me permitir, ouço, com prazer, o Senador Gilberto Goellner.

O Sr. Gilberto Goellner (DEM – MT) – Senador José Agripino, eu quero me unir a V. Ex^a pela sua preocupação com o câmbio, com a dificuldade existente

nas exportações brasileiras. Quero dizer-lhe que o setor agrícola brasileiro, responsável também por contribuir para o superávit da balança comercial, está seriamente ameaçado. A agricultura – e vejo que outros setores estão ganhando auxílio para diminuir os seus custos – procura conseguir competitividade complementar para exportar. O Governo mostra falta de sensibilidade ao não anunciar urgentemente um pacote que vise à aceleração dessa agricultura, tornando adimplente os produtores. Eu vou citar como exemplo a MP n^o 372, relatada aqui, no Senado, pelo então Senador Jonas Pinheiro no dia 23 de maio – este ano, vai completar um ano de promulgação. Até hoje, não foi executada a renegociação do FRA – Fundo de Recebíveis do Agronegócio. O Banco do Brasil não conseguiu agilizar essas contratações. Hoje mesmo tivemos uma reunião de todos os setores envolvidos – Banco do Brasil, Fazenda, Agricultura e as empresas de insumos e entidades representativas de agricultores – e nada ficou resolvido. Esta Casa aguarda também uma medida provisória de renegociação das dívidas do setor, que são alarmantes. E isso vem comprometer a saúde da agricultura brasileira. Dificilmente, nos custos que se apresentam, os insumos, principalmente os fertilizantes que estão sendo usados e que receberam um aumento acima de 100% de um ano para cá, estão a inviabilizar a atividade agropecuária no País. Isso, somando-se à valorização do real, vai ocasionar um caos no Brasil de suprimento alimentar nos próximos anos. Obrigado.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (DEM – RN) – Senador Gilberto, V. Ex^a, que é do ramo, que é produtor rural, que é do Mato Grosso, que conhece o assunto e que sabe onde o sapato está apertando, presta um depoimento que, em muito, enriquece o meu pronunciamento e dá substância para que as autoridades que porventura estejam nos ouvindo acordem para a realidade que é traduzida, na minha opinião, por um sinal amarelo que está piscando. E é bom que sinalizemos aqui antes que seja tarde, como já fizemos em várias oportunidades, em diversos assuntos.

A economia brasileira, que vive momentos positivos, tem a positividade do *boom* – se é que estamos assistindo a um *boom* – no preço das *commodities*, nas matérias-primas, na produção agrícola, que estão perdendo competitividade pela cotação do dólar, com o dólar valendo cada vez mais. Não adianta desoneração fiscal para, de forma pontual, se tentar resolver um problema que é geral, é macro.

O dólar pode ser, sim, e a economia como um todo, beneficiado, no que diz respeito à cotação que beneficia a produção brasileira por meio de uma taxa de juros conveniente e civilizada. Taxa de juros alta

atrai capital externo. Quanto mais dólar, mais alto o real; quanto mais alta a taxa de juros, menor o volume de investimentos aqui dentro porque empresário nenhum quer tomar dinheiro emprestado a taxas de juros que não pode pagar.

Se você eleva a taxa de juros, você torna não-competitiva a economia pela vertente da valorização do dólar e impede as exportações. E você entra em um círculo vicioso. Ou você ataca de frente o problema ou não vão ser reuniões no Rio de Janeiro que vão resolver. A questão dos gastos correntes, a questão das reformas estruturais, e a questão fulcral da taxa de juros são fundamentais para que nós possamos apagar essa luz amarela e para que nós possamos viver momentos de tranqüilidade na economia.

Agora, faz-se reunião no Rio de Janeiro, reúnem-se Governadores e autoridades, mas acontece o que acabou de acontecer na Ferrovia Carajás – a interrupção pelos garimpeiros – e nenhuma providência é tomada? O recado que se passa para o estrangeiro e o recado que se passa para os investidores brasileiros é de que não há ordem neste País.

Antes que seja tarde, a minha palavra de alerta e de recomendação. A Companhia Vale do Rio Doce, um patrimônio nacional, tem sido vilipendiada e humilhada seguidas vezes. Aqui, em nome do meu Partido, peço providências em nome da volta à ordem neste País.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Agradeço ao Senador José Agripino.

Dentro do sistema de revezamento entre oradores e líderes, concedo a palavra ao Senador Mão Santa.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Senador Flexa Ribeiro, há um orador caminhando para a tribuna.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – É rápido.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Não vá atropelar o Senador Mão Santa.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente Garibaldi Alves, é só uma comunicação a todos os Municípios brasileiros com mais de vinte mil habitantes que não tenham feito a aprovação do seu plano diretor urbano até dezembro de 2006. O Presidente Lula sancionou, no dia 8 de maio, um projeto de nossa autoria que se tornou a Lei nº 11.673, de 8 de maio de 2008, que prorroga aquele prazo, que venceu em 2006, até 30 de junho de 2008.

Então, Presidente Garibaldi Alves, é importante que, pela TV Senado e Rádio Senado, os Municípios brasileiros tomem conhecimento de que, até 30 de ju-

nho, aqueles que ainda não o fizeram podem aprovar o plano diretor urbano na respectiva Câmara Municipal, ficando quites com a legislação, podendo receber as transferências voluntárias do Governo Federal e promover convênios.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Agradeço a V. Ex^a e concedo a palavra o Senador Mão Santa.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Senador Garibaldi, que preside esta sessão, Parlamentares, brasileiras e brasileiros aqui presentes e os que nos assistem pelo sistema de comunicação do Senado Federal.

Senador Garibaldi, vocês se lembram daquele grande homem, o Aloizio Alves, que dizia “meus meninos!”. Pois, meu meninos, vocês têm uma grande missão. A democracia deste País nunca esteve ruim, Henrique Alves. “O essencial é invisível aos olhos”. Quem vê bem vê com o coração.

Hoje, Eliseu Resende ali foi o melhor que se saiu com a Ministra. Ouça a voz rouca das ruas. Eu ouvi, foi o Eliseu Resende, naquele negócio da Ministra, se ela mentiu, se não mentiu etc. Ele foi franco e claro, mostrou, com a sua história de Minas, a sua história de trabalho, a sua história de Tiradentes, que aquilo tudo era balela e era mentira. As estradas estavam só no papel.

Henrique, hoje Pedro Simon traduzia isso aqui. Pedro Simon, em um pronunciamento longo.

Olha, o Presidente precisa ser colocado nos trilhos, e eu, que sou do PMDB, estou aqui para colocar Luiz Inácio nos trilhos.

O Pedro Simon denuncia que Sua Excelência o Presidente da República, numa tacada só, dá 96 mil hectares. Isso é contra a Constituição, a Constituição não permite. Ô Eliseu, ô Garibaldi, aí é que está o erro. A democracia, a maior construção da história da humanidade, tem seus defeitos, é difícil, é complexa. Churchill disse que é isso tudo, mas é o melhor modelo que nós temos. Mas isso foi feito. O homem, na sua inteligência, dividiu o poder, ele dividiu o poder. Acabou o absolutismo. O Luiz Inácio não tem essa noção exata.

O Pedro Simon é história. Pedro Simon, queiramos ou não, é o que mais se aproxima de Rui Barbosa. Ele já tem 32 anos de mandato. Rui Barbosa está ali, ele foi Senador por 32 anos. Pedro Simon, ao somar os anos que ele tem por direito, porque o povo lhe deu mais um mandato, vai se igualar a Rui Barbosa. Então, ele denunciava que o Presidente da Repúbli-

ca, numa assinatura, dá 96 mil hectares de terra. A Constituição diz.

Rui Barbosa está ali, Eliseu, como V. Ex^a está aí.

V. Ex^a foi o que se comportou melhor naquela audiência da Ministra com o Senado. Rui Barbosa está ali porque ele disse: "Só tem um caminho, só tem uma salvação: a lei e a Justiça."

O Presidente da República não quer obedecer à lei nem à Justiça. Voltamos ao absolutismo, ao "L'état c'est moi". Noventa e seis mil hectares não pode, Luiz Inácio.

Eu fui prefeito e governei Estado. A Constituição foi beijada por Ulysses em 5 de outubro de 1988! E, ao beijá-la, ele disse que desobedecer à Constituição, Luiz Inácio, é o mesmo que rasgar a bandeira.

Isso não dá certo. A Constituição diz que, acima de 2.500 hectares, tem de vir para o Congresso. Uma desembargadora vetou, o Luiz Inácio pressionou, ganhou liminar e está dando. Noventa e seis mil hectares! Aí disse que não é terra não, que é floresta.

Eu sou professor de Biologia, Luiz Inácio. Estudei ecologia. Como, Arthur Virgílio, se dissocia a floresta da terra? Noventa e seis mil hectares! Dá para botar vinte mil brasileiros e brasileiras sem terra.

Está aí Petrolina. Muitas e muitas famílias brasileiras com seis hectares. Antonio Carlos Magalhães, fazem fruticultura e vivem com dignidade e produzem. Seis hectares. Noventa e seis mil? Para quem? Ninguém sabe. O Senado tem que saber para quem é, por que, e o que está por traz disso. Não! Aí é que está o erro. Aí é que estamos nós abdicando. Está na Constituição. Eu fui Governador de Estado. Como quiseram! Só doamos até o que mandava a Constituição: 2.500 hectares. Mas 96 mil? Dão para 20 mil pessoas. E estão tornando useiros e vezeiros disso. São as medidas provisórias e, sobretudo, a falta do saber.

Lá onde começou, Eliseu, essa democracia, havia um homem que diziam que era o mais sábio da época. Ele disse: Só há um grande bem, o saber; só há um grande mal, a ignorância. Esse é o jogo da democracia. Lá era direto, o povo. Foi-se aperfeiçoando e é representativa. Passou pela França e o poder foi dividido em três. Um é o nosso, para fazer leis boas e justas. Não as fazemos. Quem as está fazendo é o Poder Executivo.

Eliseu, lá onde nasceu essa tripartição do poder, morreu outro dia o ex-Presidente Mitterrand. Luiz Inácio, Mitterrand perdeu várias vezes a presidência e acabou ganhando. Depois de governar a França – lá são 7 anos, e 7 para a reeleição –, no fim do seu governo, moribundo de câncer, escreveu uma mensagem aos governantes. E ele dá um conselho que

quero dar ao Luiz Inácio. Mitterrand, que representa a história de um povo que foi à rua e gritou liberdade, igualdade e fraternidade. Com esse grito caíram os reinos e Mitterrand disse, Presidente Antonio Carlos, aos governantes para fortalecer os contra-poderes. Esse é o conselho.

Então, o Luiz Inácio tem é que fortalecer este Poder e não desmoralizá-lo a cada instante, a cada gesto. Tem que fortalecer o Judiciário e jamais vamos permitir aquela cena no interior do Ceará, ô Mozarildo, em que ele disse entusiasmado em uma campanha eleitoral, distribuindo o PAC, propagandas de aloprados cacarejadores – atentai bem, Mozarildo! –: "Olha, esse juizinho não meta o bico aqui na política. Se ele quiser, ele deixe a toga e venha disputar para vereador e, talvez, vá perder". Esse juizinho era da Corte Suprema, foi Presidente do STF: Marco Aurélio, símbolo do Rei Salomão. Então, não é assim.

Mitterrand disse: "fortalecer os contra-poderes".

Têm que ser equípotentes. Acho e entendo, Mozarildo, que não somos nem Poder, nem o Luiz Inácio, nem nós do Legislativo, nem o Judiciário. Entendo que somos instrumentos da democracia. Poder é o povo que trabalha e paga a conta – é o povo –, mas paga muito.

Atentai bem! Neste País temos 76 impostos. O brasileiro e a brasileira hoje trabalham metade, cinco meses para o Governo e um mês para os bancos. Nunca se ganhou tanto como os banqueiros da atualidade.

Vocês, brasileiros e brasileiras, dos doze meses, seis é assim: cinco vão para o Governo, que não lhe devolve em segurança, em saúde e educação. Olha como é imposto! São 76 impostos. Mozarildo, quando você compra um perfume para sua esposa, você sabe quanto está pagando de imposto? Vocês sabem quanto é de imposto para ver as "adalgisinhas" de vocês, as mulherzinhas de vocês, cheirosas? Sabe quanto é? São 79,60%. Um perfume de R\$60,00, Antonio Carlos Magalhães, R\$47,76 são impostos. Quer dizer, podia ser R\$12,00, para os trabalhadores presentear suas esposas e elas ficarem cheirosas.

Essa infância hoje avançada, Antonio Carlos Júnior... Olha o Senhor do Bonfim baixando! Você deu dois minutos; cutuca cinco minutos...

(Interrupção do som.)

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Cutucar o cinco é mais fácil; quer ver? Experimenta aí.

Videogame: de R\$600,00, 73,40% são impostos. São R\$440,40 de tributos, se ele for R\$600,00.

Olha como seriam as coisas e como as coisas são caras. Não tem... O Bolsa-Família é uma enganação, porque ela é tirada aqui: no imposto mais alto

do mundo, na energia mais cara do mundo, no petróleo mais caro do mundo, no gás mais caro do mundo, de tal maneira que está todo mundo lascado; só está bem mesmo quem é aloprado, quem foi dos 25 mil nomeados, porque um DAS-6 é R\$10.448,00 por mês. Quarenta Ministros, quando os Estados Unidos da América têm treze, quatorze secretários. Só está bem para essa gente.

Uma moto... Como eles precisam ganhar a vida! A moto de R\$8.000,00, Antonio Carlos, sabe quanto é de imposto que você paga? Está pensando que o pobre comerciante que está trabalhando, que está lascado ali, endividado, sofrido, ameaçado, multado, trabalhando...? De R\$8.000,00 da moto, ele paga de imposto R\$5.272,00. E é o emplacamento mais caro do mundo. Inventaram um ICMS agora para emplacar. A pessoa física... Esses aloprados...

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Júnior. DEM – BA) – O tempo de V. Ex^a está esgotado, mas vou lhe dar mais dois minutos.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Mais dois? Eu agradeço.

Um vinho, que é bom. Ô José Agripino, vamos tomar um vinho ali de R\$40,00? O imposto vai ser de R\$21,48. Numa jóia, para dar para as namoradas, o imposto é de R\$51,60%; um CD, 47,20%. Num CD de R\$20,00, R\$9,44, a metade é de imposto; uma bicicleta de R\$180,00, R\$84,78 é o imposto. Olha, outro dia o Luiz, nosso Presidente, o querido Luiz Inácio disse uma frase dos homens revolucionários. Mas eu me lembro daquela que o Médici, quando chegou ao Nordeste, disse: “O Governo vai bem, mas o povo vai mal”. É o povo mais sacrificado com isso tudo.

E quero dizer que, além desses impostos, como vai a segurança lá na Bahia? Como vai a educação? Como vai a saúde? Então, essa é a reflexão. A nossa democracia está perigando, porque hipertrofia, hiperplasia, do Governo Executivo. Assim criaram-se Fidel, Chávez, Correia, Morales, o Bispo e o da Nicarágua. Estamos aqui para garantir...

(Interrupção de som.)

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Só um minuto para terminar. Somos, sem dúvida nenhuma, a última resistência da democracia neste País. Ela está periclitando. Isso eu vi. Quando assumi meu mandato, fui a uma missão na Venezuela... Conteí aos Senadores. Olha, Chávez desmoralizou a Justiça. O povo ia até o prédio. Ele os instigou. Juntou o Congresso, o diminuiu, e só ficaram chavistas. Temos de resistir e lembrar Eduardo Gomes, que disse: “O preço da liberdade democrática é a eterna vigilância”. Estamos vigilantes para manter a democracia do povo do Brasil.

Durante o discurso do Sr. Mão Santa, o Sr. Garibaldi Alves Filho, Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Antonio Carlos Júnior.

O SR. VIRGÍNIO DE CARVALHO (PSC – SE) – Sr. Presidente, peço a V. Ex^a que faça constar o meu voto em favor dos embaixadores. Não estava presente naquele momento. Gostaria que V. Ex^a fizesse constar em ata o meu voto “sim”.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Júnior. DEM – BA) – V. Ex^a será atendido na forma regimental.

Concedo a palavra ao Senador Alvaro Dias, pela Liderança do PSDB.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR. Pela Liderança do PSDB. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, infeliz do Governo que não tem uma oposição vigilante e responsável, fiscalizadora e capaz de denunciar.

Venho à tribuna hoje para colaborar com o Presidente Lula, para alertá-lo. Quantas vezes desta tribuna tantos de nós, da Oposição, focalizamos desvios de finalidade, má aplicação dos recursos públicos e, sobretudo, superfaturamento de obras públicas, com auditoria realizada pelo Tribunal de Contas de União, conferindo a veracidade das denúncias.

Hoje, Sr. Presidente, o nosso objetivo é a antecipação, para evitar que se cometa uma injustiça com os consumidores de energia no País. A Aneel – Agência Nacional de Energia Elétrica – programou, para o próximo dia 19 de maio, o leilão da hidrelétrica Jirau, o segundo empreendimento do Complexo do Rio Madeira. A denúncia, Sr. Presidente, é de que, se o Governo aceitar as regras desse leilão com indícios de direcionamento visíveis, estará impondo ao consumidor de energia no País um ônus irrecuperável. É por essa razão que estamos antecipando os fatos e pedindo ao Presidente da República que investigue para adotar as providências acauteladoras.

Apelamos também ao Presidente da Aneel, Dr. Jerson Kelman, para que suspenda o mencionado leilão, a fim de resguardar os direitos dos consumidores brasileiros, que serão prejudicados com o encarecimento do preço da energia elétrica.

São várias as irregularidades e ilegalidades que nos levam a apelar pela imediata suspensão do procedimento licitatório da usina de Jirau.

Informo, inclusive, aos Srs. Senadores que o Instituto de Proteção e Defesa dos Consumidores e Cidadãos do Brasil ingressará com uma ação, provavelmente no dia de amanhã, para, solicitando liminar, suspender o leilão programado para o dia 19.

São afrontadas garantias constitucionais expressas no art. 5º, inciso XXXII, e o princípio da ordem eco-

nômica, art. 170, dispositivos que tratam da proteção do consumidor brasileiro. Além dos referidos dispositivos constitucionais invocados, não são respeitadas normas cogentes de ordem pública e interesse social de defesa e proteção do consumidor da Lei nº 8.078, de 1990.

Destacamos que determinadas cláusulas do edital da Aneel submetido à consulta pública são nocivas ao interesse público.

A imposição ao vencedor da licitação de constituir-se em uma sociedade de propósito específico para receber a outorga da concessão impedirá, certamente, a oferta da menor tarifa ao consumidor final. A exigência desse requinte societário custará muito caro ao consumidor brasileiro. Para cada centavo maior na tarifa, os consumidores finais pagarão, ao longo da concessão, exatos R\$3.508.153,99. Portanto, não é pouca coisa. Nós não estamos falando de centavos. Nós estamos falando de milhões de reais de prejuízos. A cada centavo maior na tarifa, nós teremos esse prejuízo para os consumidores brasileiros; prejuízos superiores a R\$3,5 milhões a cada centavo de acréscimo no preço da energia.

Sabemos que o dever da União é o de oferecer energia ao Mercado Regulado segundo a tarifa mais baixa, obedecendo-se ao Princípio da Modicidade Tarifária previsto na Lei nº 10.484, de 2004.

Nesse contexto, o Princípio da Modicidade Tarifária é maculado em função da obrigatoriedade da formação de sociedade de propósito específico para receber a outorga da Usina Hidrelétrica de Jirau, o que afronta a proteção do consumidor, garantida constitucionalmente.

Ressalto ainda: segundo cálculos matemáticos, uma Sociedade de Propósito Específico (SPE) apresentaria uma Taxa Interna de Retorno (TIR) de cerca da metade daquela que um consórcio empresarial apresentaria, de 15,3% para 29,95%. Eis a diferença.

Impõe-se adequar o edital ao Princípio da Modicidade Tarifária e ao da ampla competitividade na licitação.

O que estamos pretendendo é ampliar a possibilidade de competição entre as empresas interessadas. Ou seja, democratizar, estabelecer competição mais competente para beneficiar o consumidor de energia no País.

Para atender a esses requisitos, faz-se necessária a inclusão de previsão para que o consórcio de empresas possa receber a outorga da concessão da usina hidrelétrica de Jirau, adotando-se estrutura jurídica mediante responsabilidade solidária entre as empresas consorciadas, tais como as adotadas nas usinas de Machadinho, de Salto Pilão e de Foz do Chapecó.

Vale ressaltar ainda que a consulta pública foi aberta em 1º de abril e se encerrou em 4 de abril de 2008. Os interessados tomaram conhecimento em uma terça-feira e deveriam formalizar o seu interesse na sexta-feira da mesma semana.

Portanto, Sr. Presidente, é incompreensível que se adotem providências em assunto de tanto interesse público dessa forma. É imperioso realizar uma nova chamada pública pelas empresas do Grupo Eletrobrás, mantendo-se a sua vigência por no mínimo 8 meses, considerando ser esse o tempo mínimo para que novos interessados possam estruturar os respectivos consórcios para orçar todos os serviços e materiais para obras civis e para contratar fornecedores de turbinas.

Concluo, Sr. Presidente: a supressão definitiva das condições da outorga da concessão, notadamente para se suprimir a obrigatoriedade da formação da sociedade de propósito específica – SPE – como condição para se receber a outorga da hidrelétrica de Jirau se impõe em respeito aos direitos do consumidor brasileiro.

Por fim, é mister destacar que a tarifa para o modelo SPE será necessariamente maior do que se o concessionário se apresentar como consórcio empresarial.

É mais que evidente a necessidade de imediata suspensão do procedimento licitatório. Cláusulas do Edital precisam ser suprimidas e tantos outros aspectos revistos. Em nome e em respeito aos direitos dos consumidores brasileiros, apelamos pela suspensão do Leilão da Hidrelétrica Jirau.

Sr. Presidente, este é um apelo que estamos fazendo com o intuito de colaborar com o Presidente da República. Seria mais fácil aguardar a licitação e denunciar depois. Esse seria o papel de uma Oposição que tem por objetivo apenas a destruição. O nosso objetivo é a construção, é a defesa do interesse público, é, sobretudo neste caso, a defesa do consumidor brasileiro.

Nós não podemos admitir que o Governo, para atender a interesses localizados, realize um leilão em detrimento do interesse do cidadão do País. Para beneficiar esta ou aquela grande empresa nacional, não podemos admitir, pelo menos no silêncio, que o Governo aceite as regras desse jogo.

Este apelo estamos formulando e, repito, o Instituto de Proteção e Defesa dos Consumidores e Cidadãos do Brasil vai apelar à Justiça para a suspensão desse leilão. Mas espero providências administrativas, que são mais ágeis, são imediatas, são urgentes.

Nós apelamos para o Presidente da Aneel e, mais do que a ele, ao Ministro de Minas e Energia, nosso colega Edison Lobão, e também ao Presidente da República.

É a contribuição que a Oposição quer oferecer ao Governo para evitar mais uma irregularidade.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Júnior. DEM – BA) – Concedo a palavra ao Senador Mozarildo Cavalcanti.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PTB – RR. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, hoje quero falar sobre o Partido Trabalhista Brasileiro e o trabalhismo no Brasil.

Decorridos 63 anos de sua fundação, o PTB mantém sua presença no cenário político nacional com 7 Senadores, 21 Deputados Federais e 51 Deputados Estaduais eleitos.

O trabalhismo brasileiro não é nem poderia ser um fenômeno isolado na história do século XX. O desenvolvimento do capitalismo manifesta-se em industrialização e urbanização crescentes e numa série de problemas sociais associados a esses dois processos. O crescimento da população trabalhadora, por sua vez, dá maior visibilidade aos problemas que a afligem, assim como ao caráter estrutural das suas causas. A organização política das classes trabalhadoras para o enfrentamento desses problemas não é fenômeno de âmbito nacional, mas mundial. Ocorreu em todos os países que iniciaram o caminho da indústria. Todos se defrontaram com esse conjunto de questões e as soluções políticas propostas circunscreveram-se a um número muito restrito de “famílias ideológicas”.

De um lado, houve a proposta comunista, baseada na eliminação pura e simples da propriedade privada, vista como fonte de exploração do trabalhador, e sua substituição por uma economia centralmente planejada. De outro lado, um conjunto de tendências que não recusava, *a priori*, o sistema capitalista, mas insistia em seu controle e domesticação.

Para esses movimentos, cabia ao Estado a tarefa de vigiar e regular o funcionamento do mercado, resguardando os interesses das classes trabalhadoras e da Nação como um todo. Nessa segunda família encontra-se, Sr. Presidente, o Partido Trabalhista Brasileiro.

No Brasil, ao contrário do que ocorreu em boa parte dos países europeus, o movimento político dos trabalhadores em prol da reforma e do controle do capitalismo não se originou de mudanças progressivas no interior de um movimento já definido pelo apelo à revolução. Essa foi a origem dos partidos socialistas europeus, mas não a do trabalhismo brasileiro. Aqui o trabalhismo desenvolveu-se a partir da primeira abertura que os trabalhadores experimentaram para a sua integração política e social: o legado de Getúlio Vargas,

cujas bases fundamentais foram lançadas ao longo dos quinze anos de seu primeiro governo.

É preciso lembrar, Sr. Presidente, que, nos primórdios da civilização, na Primeira República, a chamada questão social, ou seja, as reivindicações dos trabalhadores pela vigência mínima de seus direitos, era considerada simplesmente uma questão de polícia. Não havia espaço no Estado para seu acolhimento, mediação e resolução.

A partir de 1930, começa a surgir a série de medidas legais que marcam a conquista da cidadania por parte dos trabalhadores brasileiros. O salário mínimo é estabelecido, férias recebem sua regulamentação, a previdência começa a estruturar-se nos diferentes institutos e, cada vez mais, aspectos do mundo do trabalho recebem orientação legal. A Justiça do Trabalho é criada, com a participação de representantes das classes patronal e trabalhadora. Espalha-se no País uma rede de sindicatos criada pelo Ministério do Trabalho e por ele fiscalizada. Pouco a pouco a inclusão social e política atinge as camadas trabalhadoras, cujo número aumentava rapidamente em função do impulso industrializante por que a economia passava.

O fato é que, ao fim do Estado Novo, parte expressiva da classe operária brasileira experimentava avanços significativos em termos de reconhecimento dos direitos trabalhistas e esses avanços eram associados, com justiça, à liderança política de Getúlio Vargas. As emissões radiofônicas de responsabilidade do Ministério do Trabalho tiveram importante papel no despertar dessas primeiras manifestações de interesse e consciência política dos trabalhadores brasileiros.

As articulações políticas evoluíram em pouco tempo para a reunião de fundação, em 15 de maio de 1945. Portanto, Sr. Presidente, depois de amanhã o Partido Trabalhista Brasileiro completa anos. Lideranças formadas na militância sindical e no trabalho de propaganda e organização promovido pelo Ministério do Trabalho criam o Partido Trabalhista Brasileiro, em torno de um ideário que tem como centro a luta pela ampliação dos direitos dos trabalhadores e da liderança de Getúlio Vargas.

O novo Partido viu-se, de imediato, no centro da luta política. A questão principal, uma vez definida a transição para uma ordem democrática, localiza-se na forma como essa transição se daria.

No período Dutra, dois fatos marcam a vida do PTB. De um lado, o crescimento eleitoral verificado nas eleições de 1947. De outro, o recrudescimento de conflitos internos que culminaram na dissidência do Partido Trabalhista Nacional, o PTN. Desde o início, as idéias trabalhistas não conseguiram fazer-se representar por apenas uma organização partidária.

As eleições de 1950 marcam a volta do candidato do PTB, Getúlio Vargas, à Presidência da República. A campanha foi marcada por duas grandes temáticas: a questão nacional – e a relação com o capital estrangeiro – e a reforma social, ou seja, a continuidade do legado do primeiro governo de Vargas. Mais uma vez o Partido amplia sua representação no Legislativo federal.

O Governo Vargas, infelizmente, teve seu fim trágico em 1954, com o suicídio do nosso grande líder. O PTB liderou as grandes manifestações de massa que se seguiram à morte do Presidente. Nas eleições seguintes, apoiou o candidato vitorioso, Juscelino Kubitschek, e elegeu João Goulart como Vice-Presidente e manteve a trajetória ascendente do número de seus parlamentares.

No período ditatorial, boa parte das suas lideranças trabalhistas perdeu os direitos políticos e alguns marcharam para o exílio. Os trabalhistas militaram com os demais opositores, nas fileiras do MDB, na resistência à ditadura, pelo retorno à democracia.

Em 1978, o processo político apontava para a extinção do sistema bipartidário. Tem início a rearticulação do Partido Trabalhista, dividido entre as lideranças de Leonel Brizola e Ivete Vargas. Frente à impossibilidade de acordo, ambos os grupos requerem ao TSE o registro provisório do Partido. Em 80, o TSE concede o registro à comissão liderada por Ivete Vargas, e Brizola funda outro Partido, o PDT. Tal como no período anterior ao regime militar, o trabalhismo não conseguiu se manter reunido numa única sigla partidária.

A partir de então, entramos na história recente. O PTB procedeu de forma conseqüente com seu ideário e sua história.

Vimos que o trabalhismo brasileiro tem origem na formulação e na implantação da legislação trabalhista no primeiro Governo Vargas. Desde então, esse foi o eixo principal da doutrina do Partido. Tratava-se de prosseguir na consecução dessa obra por dois caminhos distintos. Em primeiro lugar, a luta pelo reconhecimento legal dos direitos adicionais do trabalhador, como salário-família, participação no lucro das empresas, direito de greve, entre outros. Em segundo lugar, a extensão desse conjunto de direitos a todas as categorias de trabalhadores de maneira a incluir, por exemplo, trabalhadores rurais e servidores públicos.

Essa ênfase na defesa dos trabalhadores corresponde a uma análise particular a respeito do que vem a ser o sistema capitalista de produção e as formas de sua operação. Conforme essa visão, privado de controles políticos, o sistema tende a uma situação de espoliação completa do trabalhador e à privação dos seus direitos. Na ausência de regras impostas pela mobilização política dos trabalhadores, a dinâmica

interna do capitalismo demanda a liberdade absoluta para os empresários e produz miséria, exploração e até retração dos direitos dos trabalhadores porventura já reconhecidos.

Segue-se desse eixo principal uma segunda diretriz que diferencia o trabalhismo de outras correntes políticas que buscam a representação da base trabalhadora: a tarefa política principal, necessária à garantia dos direitos do trabalhador, é o controle do sistema capitalista. Portanto, a importância do trabalhismo, e não da defesa pura e simples do trabalhador; do diálogo entre o trabalhador e o empregador; da defesa do trabalho, e de fazer com que o capital esteja a serviço do trabalho e do trabalhador.

O diagnóstico a respeito do capitalismo como um sistema que guarda em sua lógica o amesquinhação dos salários e dos direitos dos trabalhadores é comum a diversas correntes políticas. Partilham dessa análise comunistas, anarquistas, socialistas de várias espécies e até trabalhistas.

O trabalhismo distingue-se, no entanto, de todas as correntes ditas revolucionárias pelo fato de não apresentar como solução o extermínio do capitalismo, mas, sim, o seu controle. Os trabalhistas pensam que os efeitos sociais indesejáveis do funcionamento das leis de mercado podem ser corrigidos pela ação política expressa em lei. Assim, a concentração de renda, a subordinação ao capital internacional, o predomínio do capital especulativo sobre o produtivo, todos são processos passíveis de prevenção e redenção a partir do âmbito da política trabalhista.

Não se trata aqui de abandonar o potencial enorme que o capitalismo tem de gerar riquezas. Não se trata, tampouco, de romper por completo com as instituições da democracia representativa, como propunham os comunistas. Trata-se de, a exemplo da social-democracia européia, garantir, nos marcos da democracia e do mercado, a inclusão social, a distribuição de renda, a construção de uma sociedade em que todos trabalhem e as riquezas tenham uma distribuição equitativa.

A consideração dos meios a serem empregados para a consecução desses objetivos nos leva a discutir o papel do Estado na doutrina trabalhista.

Para o trabalhismo, conforme foi manifesto por seus teóricos mais relevantes, o Estado é o instrumento mais relevante para o controle do mercado. A idéia central é simples. O lucro é legítimo, no interior dos limites do razoável. A partir do momento em que exorbita esses limites, é justa a intervenção reguladora do Estado. O abrigo na lei dos direitos do trabalhador obedece a esse modelo, mas está longe de constituir o único exemplo de sua aplicação. Os trabalhistas de-

fenderam a intervenção direta do Estado na produção de bens fundamentais à economia, bens cuja entrega à exploração privada põem em risco os interesses populares. Assim foi com o petróleo, com outras fontes de energia, com o sistema financeiro, enfim.

Além da propriedade estatal em setores inteiros da produção, o trabalhismo propugnou, em diferentes períodos, o controle de preços e de juros, a limitação da remessa de lucros, a regulamentação dos direitos da propriedade intelectual de exigir pagamento sobre o uso das inovações.

No fundo, o propósito de toda intervenção estatal, na perspectiva trabalhista, é possibilitar a inclusão social e política de todos os grupos excluídos e marginalizados da sociedade. Nesse sentido, essa intervenção não pode ser qualificada como conservadora, mas tampouco como revolucionária: é uma intervenção reformista.

O reformismo manifesta-se como orientação consciente e manifesta do Partido desde suas origens. O PTB tem como uma de suas propostas apresentadas na eleição de 1945 a reforma da Constituição vigente de maneira a consolidar e ampliar as conquistas dos trabalhadores. As propostas de reforma que foram posteriormente formuladas e apresentadas para os diferentes setores convergiram para um conjunto de medidas que veio a denominar-se reformas de base e dividiu o campo político nacional no imediato pré-1964. As mais polêmicas, de conseqüências sociais mais profundas, foram a reforma agrária, a reforma da propriedade do solo urbano e a reforma da educação no País.

Num país de latifúndios, no qual 70% da população estava confinada ao campo, trabalhando e vivendo em condições de subordinação pessoal aos senhores da terra, o PTB propôs sempre a reforma agrária. Havia a clara percepção de uma importância em termos econômicos – afinal, era vista como a condição necessária da construção de um mercado interno poderoso – e políticos, uma vez que a influência política dos proprietários de terra, muito superior ao que seria proporcional ao seu poderio econômico, era o principal instrumento do conservadorismo.

Num país cujas capitais começavam a experimentar os graves problemas urbanos que se agravariam nas décadas seguintes, o PTB apresentou a bandeira da reforma urbana, que regulava o mercado imobiliário em benefício das camadas menos favorecidas da população.

Finalmente, reformas na educação foram apregoadas, com o objetivo de garantir, num país de analfabetos, um mínimo de educação indispensável ao exercício do trabalho e da cidadania para toda a população.

A ênfase na atuação do Estado como promotor de reformas no interior de suas fronteiras não deve levar à idéia de que o trabalhismo desconhecia a problemática das relações internacionais e sua influência determinante sobre as condições nacionais. O quinto eixo da doutrina trabalhista que debateremos expressa a posição do partido nesse campo: o nacionalismo.

Para o PTB, o campo das relações internacionais é marcado pelo conflito, declarado ou potencial.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Júnior. DEM – BA) – A sessão será prorrogada por mais 40 minutos.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PTB – RR) – O interesse de cada país prevalece, e o interesse primordial daqueles mais prósperos e poderosos é manter as condições que possibilitem a continuidade de seus ganhos nos países menores e mais pobres.

Nesse quadro, os trabalhadores devem estar atentos não apenas para as ameaças internas a seus direitos e interesses, mas também, às vezes, principalmente, para aquelas provenientes de outros países. O interesse nacional é continuidade do interesse dos trabalhadores, e o nacionalismo é a expressão legítima dessa continuidade e pode direcionar toda uma política de alianças com setores outros da sociedade brasileira igualmente comprometidos com a defesa dos interesses do País.

Desde a sua fundação, o PTB encampou bandeiras de caráter nacionalista. Da posição declarada contra “agiotagem internacional”, em 1945, até as campanhas contra o monopólio estatal do petróleo, as tentativas de regulamentar a remessa de lucros, a oposição a toda condução da economia subordinada ao FMI. Para o PTB, se o mercado em geral devia ser rigorosamente controlado pela lei, no interior desse mercado, o capital estrangeiro deveria ser objeto de controle ainda maior. O campo de sua atuação deveria ser claramente delimitado, a remessa de lucro restrita a montantes compatíveis com o interesse nacional, e as empresas já presentes em áreas consideradas estratégicas simplesmente nacionalizadas.

Examinando, assim, esses cinco eixos fundamentais da doutrina trabalhista, Sr. Presidente, resta examinar o quanto dessa doutrina permanece atual e quanto foi condenado pela História à obsolescência. Conforme adiantamos, a presença do PTB na vida política do presente deve-se, ao menos em parte, à atualidade de seus princípios e propostas, ou seja, à possibilidade de uma aplicação criativa desses princípios nas condições contemporâneas, e não a simples convivência do trânsito de políticos entre as diferentes siglas partidárias.

Para efeito de uma avaliação como a proposta, um acontecimento singular da história recente é central: o colapso do mundo comunista, que representou, na prática, a derrota da única alternativa posta no século XX à esquerda reformista, congregada, no Brasil, em torno do PTB.

A partir de então, ficou evidente que a busca na igualdade de condições de vida, a luta na defesa dos direitos dos trabalhadores, o incremento progressivo de sua renda, a melhoria de sua qualidade de vida só pode efetivar-se num contexto social, econômico e político que preserve as instituições democráticas e os mecanismos de mercado. Todo o debate que se processa no contexto europeu acerca do esgotamento súbito do comunismo e da morte lenta do modelo social-democrata tradicional converge para a necessidade da construção de um novo reformismo. Sob os nomes de “nova esquerda”, “terceira via”, “novo socialismo europeu”, o que se está a afirmar é uma constatação simples: dos dois caminhos em que a esquerda europeia se dividiu, um, o revolucionário, faliu, pertence ao passado; o segundo sobrevive, é a única possibilidade, mas exige reformulação.

Nesse contexto, o projeto reformista do PTB mantém atualidade potencial, Sr. Presidente. Nunca pretendeu destruir o mercado, mas contê-lo. A proposta de substituir o estado democrático de direito por uma ordem monopartidária jamais foi a sua. Por essas razões históricas, o PTB encontrou-se, a princípio, em situação confortável para debater, com os partidos congêneres de todos os países, os novos rumos da esquerda reformista. Essa situação foi, de certo modo, reconhecida pelos socialistas europeus que acolheram, na década de 1970, Brizola e os exilados petebistas na Internacional Socialista.

Dos eixos acima discutidos, todos permanecem atuais, com as correções de forma e conteúdo impostas pelo tempo. Os resultados catastróficos do chamado livre jogo das forças de mercado aparecem hoje com maior clareza que no século passado. A necessidade da intervenção do Estado, não mais como agente econômico, mas como regulador e fiscalizador das pessoas privadas continua presente. Direitos dos trabalhadores necessitam ainda mais de afirmação política constante; não subsistem por si mesmos com o apoio exclusivo das lutas do passado. Reformas políticas, sociais e econômicas que tenham por objeto a inclusão social continuam na ordem do dia. Mesmo o nacionalismo não perde atualidade no mundo globalizado em que vivemos. É certo que não mais pode assumir a forma da busca da autarquia econômica, do isolamento do fluxo de capital e da tecnologia que percorre o Planeta. Hoje, a soberania nacional depende não do fecha-

mento de fronteiras, mas de sua abertura controlada e consciente, de maneira a gerar resultados positivos e evitar as seqüelas da dependência, da destruição da economia local, do incremento da exclusão.

Essas são as razões, Sr. Presidente, de o programa do PTB manter viabilidade política 63 anos após a sua fundação. O conjunto de bandeiras e propostas construídas ao longo de sua história mantém o que podemos chamar de validade possível. Recuperar essa validade exige, contudo, um trabalho de reflexão, de renovação e de atualização constante, sob pena de queda na obsolescência política.

Sr. Presidente, eu agradeço a tolerância de V. Ex^a para com o tempo que me foi destinado. Considerando que teremos o aniversário do PTB neste mês de maio, e não estarei presente na data do aniversário, eu quis, como petebista, buscar o histórico do nosso Partido, que, repito, longe de ser um Partido que busque apenas brigar contra o capital, quer ser um Partido interlocutor entre o capital e o trabalhador; quer ser, acima de tudo, um Partido que domestique efetivamente o capital a favor do trabalhador.

Esse é o trabalhismo com que sonhou Getúlio Vargas e o trabalhismo com o qual todos nós pretendemos prosseguir. As outras formas de luta a favor do trabalhador levam a totalitarismos que terminam em desfavor do próprio trabalhador. E o PTB, acima de tudo, quer fazer essa defesa de maneira democrática, plural e em articulação com os outros partidos que tenham também esse compromisso.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Júnior. DEM – BA) – Concedo a palavra ao Senador Marcelo Crivella, Líder do PRB. Após, a Senadora Rosalba Ciarlini.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco/PRB – RJ. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, senhores telespectadores da TV Senado, senhores presentes neste Plenário, gostaria de, na pessoa do Senador Paulo Paim, saudar hoje Nabuco, Patrocínio, Princesa Isabel e tantos outros astros dessa constelação de abolicionistas que encerraram 350 anos das mais tristes páginas da história brasileira em que nossos irmãos, sujeitos a 16 horas diárias de trabalho, com alto índice de aborto e de suicídio, sofreram as agruras da escravidão.

Gostaria também de saudar aqui o nosso petebista que acaba de discursar, lembrando Getúlio, que, no dia 1º de maio de 1946, quando assinou o decreto do salário mínimo, que dava ao trabalhador brasileiro apenas o suficiente para não morrer de fome, não sabia que ali assinava a sua sentença de morte. Os interesses financeiros internacionais aliados ao capitalismo desalmado dos homens da fortuna iriam plotar

detalhadamente todas as angústias e agruras que fizeram com que aquela figura consular que dominou o cenário histórico do seu tempo com a renovação social do Brasil, Getúlio Vargas, viesse a sair das páginas da vida para entrar para a história.

Srs. Senadores, eu gostaria de, hoje, prestar também uma grande homenagem, muito merecida. E quero citar aqui o Sr. Carlos Franco, que está ali, bem de frente para mim, e é Presidente da Associação Nacional das Polícias Militares do Corpo de Bombeiros dos antigos Territórios e do Distrito Federal, que tem também no Mozarildo um grande lutador para que a lei se cumpra e que todos os benefícios que são concedidos para Brasília sejam também estendidos aos ex-Territórios, de forma que não fiquem de fora também nossos soldados aposentados e pensionistas do Rio de Janeiro.

Portanto, Sr. Presidente, gostaria de começar minhas palavras saudando V. Ex^a.

Exm^o Sr. Presidente, Exm^{as} Sr^{as} e Srs. Senadores, senhores telespectadores da TV Senado, ilustres servidoras, servidores e visitantes que nos honram com as suas presenças neste plenário, hoje ocupo a tribuna para prestar uma justa homenagem à gloriosa Polícia Militar do Distrito Federal. Ao ensejo, antecipo minha congratulação ao Corpo de Bombeiros do Distrito Federal, que no dia 02 de julho estará comemorando 158 anos da sua criação. Parabéns por sua história repleta de glórias e conquistas.

Entretanto, a minha homenagem é dirigida em especial à aniversariante do dia, a Polícia Militar do Distrito Federal, que hoje, dia 13 de maio, comemora 199 anos de sua criação e uma trajetória gloriosa que se confunde com a própria história do nosso País, pois a sua criação se deu logo após o desembarque da família real no Brasil, ocorrido em 07 de março de 1808.

Com efeito, já no ano seguinte a sua chegada, o Príncipe Regente D. João VI, no dia do seu aniversário, 13 de maio, decretou a criação da Divisão Militar da Guarda Real de Polícia, primeira denominação da atual Polícia Militar do Distrito Federal.

A corporação teve participação decisiva em momentos importantes da história brasileira, como, por exemplo, na Independência do País. No início de 1822, cerca de um ano após o retorno de D. João VI a Portugal, se iniciaram as articulações para promover a independência do Brasil. Coube então àqueles milicianos, ao lado da Princesa Dona Leopoldina e do Ministro José Bonifácio de Andrada e Silva, manter a ordem pública na cidade, o que fez de forma coesa e fiel ao então Príncipe D. Pedro, que se encontrava em viagem às terras do atual Estado de São Paulo.

Ao longo de sua trajetória centenária, passaram pelos seus quadros personagens notáveis, como o Major Luís Alves de Lima e Silva, que a comandou em 1832 e que viria a se tornar um dos grandes heróis brasileiros, imortalizado com o título de Duque de Caxias e consagrado como Patrono do Exército Brasileiro. Esse grande conterrâneo meu, com sua espada conciliadora, fundiu a unidade territorial, política e moral da nossa Pátria.

Homem que dominava como poucos o manejo da espada e dotado de excepcional capacidade de organização, Caxias deu ao então Corpo Permanente – como se denominava a corporação à época – uma feição policial-militar que, com o tempo, apenas se aprimoraria. Também a comandou, em 1859, o bravo soldado Antônio de Sampaio, Patrono da Infantaria do Exército Brasileiro.

Também não posso deixar que seja esquecida a participação decisiva daqueles policiais na Guerra do Paraguai, quando centenas de seus oficiais e praças foram designados para constituir o 31^o Corpo de Voluntários da Pátria, em virtude de o País não dispor de um contingente militar suficiente para combater os quase 80 mil soldados paraguaios. Aqueles policiais partiram conduzindo uma bandeira de seda, ofertada pela sociedade carioca e que de lá regressou crivada por balas, após se fazer presente e tremular em várias batalhas.

A visão das incontáveis vidas ceifadas e de um mar de sangue derramado nos campos de batalha deu força aos que voltaram.

Eram homens maltrapilhos e semimortos, mas que traziam na fisionomia cansada a altivez de quem contribuiu para grandeza da história da Polícia Militar do Distrito Federal e do Brasil.

Mas não somente de heróis reconhecidos é feita a sua história, pois muitos foram aqueles que tombaram anonimamente em defesa da instituição e da Pátria, inclusive em episódios de repercussão internacional.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs Senadores, eu precisaria de mais que o tempo de uma sessão inteira apenas para exemplificar os incontáveis feitos desses milicianos, mas a pauta dos nossos trabalhos não nos permite. Assim, embora pesaroso, me adianto no tempo para lembrar a transferência da capital da República e de sua força policial, tratada pela Lei n^o 3.752, de 14 de abril de 1960.

À época, como a antiga capital ainda não tinha condições de absorver todos os seus componentes, parte do seu contingente foi cedida ao Estado da Guanabara. Posteriormente, em 17 de julho de 1963, a Lei n^o 4.242 facultou aos que ficaram no Estado da

Guanabara a opção de permanecerem na condição de servidores militares federais.

Feita a opção e não tendo ainda a nova capital condição de recebê-los, os que lá ficaram acabaram por ter uma sorte diversa dos que vieram para Brasília, principalmente em seus minguados contracheques. Acabaram envelhecendo no esquecimento.

Eis que, após 42 anos de luta, aposentados e pensionistas tiveram corrigida, em parte, a discriminação cometida contra eles.

Digo “em parte”, pois, através da Lei nº 10.486, de 4 de julho de 2002, tiveram seus vencimentos equiparados aos de seus pares do Distrito Federal, o que representou uma grande vitória.

Entretanto, as posteriores concessões de vantagens aos integrantes dessas corporações no Distrito Federal não têm sido estendidas, injustamente, aos seus remanescentes do Estado do Rio de Janeiro, que acabaram se tornando um problema para os seus pares de Brasília.

Agora, a discriminação persistia pela concessão de gratificações em caráter privativo para os militares do Distrito Federal.

Desta maneira, foram criadas a Gratificação de Condição Especial de Função Militar (GCEF) e a Vantagem Pecuniária Especial (VPE), esta última reajustada através da MP nº 401, de 2007, intensamente debatida neste plenário, em 1º de abril passado, quando ficou acertado com a Liderança do Governo que tal distorção seria reparada por ocasião da concessão do reajuste para as Forças Armadas. Hoje completa 42 dias aquela votação histórica.

Na semana passada, a Medida Provisória nº 426, de 8 de maio, concedeu novo reajuste privativo para a Polícia Militar e o Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal, mediante mais uma alteração dos valores da Vantagem Pecuniária Especial (VPE).

Enquanto isso, a medida provisória que concederia aumento aos militares das Forças Armadas – e que acabaria com a discriminação contra os remanescentes da Polícia e dos Bombeiros Militares do ex-Distrito Federal e dos ex-Territórios do Amapá, de Rondônia e de Roraima –, chegou a ter os percentuais divulgados pela mídia, mais ainda não foi editada.

Sr^{as} e Srs. Senadores, eu gostaria de poder justificar por que os remanescentes do antigo Distrito Federal não têm o mesmo tratamento conferido aos demais membros dessas corporações, pois Brasília tem apenas 48 anos e ambas as instituições têm mais de um século de existência.

Eu gostaria de poder explicar ao Segundo-Sargento Nery Carneiro da Silva, nascido em 17 de setembro de 1906, que ingressou na Polícia Militar do

Distrito Federal em 1926, a razão pela qual, mesmo depois de o terem reconhecido como servidor militar federal, esqueceram-no novamente, negando que ele seja membro da Polícia Militar do Distrito Federal. O Sargento Nery foi para a inatividade em 1950, antes da mudança da capital. Então, como pedir-lhe paciência, argumentando que espere a edição de outra medida provisória que lhe garanta o direito negado?

Infelizmente, o Sargento Nery faleceu no mês passado, aos 101 anos de idade, na angústia de ter sido renegado por aqueles que deveriam admirá-lo e, também, por não ter a sua história considerada como parte da história da corporação a que serviu com dedicação sacerdotal.

Este certamente deve ser um momento de júbilo para os militares da Polícia e Bombeiros Militares do Distrito Federal, seja pela ocorrência do aniversário das instituições, seja pela concessão de mais um merecido reajuste salarial. Mas me assalta a dúvida de se também não lhes aflige o fato de que seus precursores estão alijados dessa comemoração. Logo eles, que tanto fizeram para engrandecer a história dessas corporações militares. Como não lhes dar o mesmo direito, se a história de ambos é a mesma?

Só existe uma maneira de corrigir essa injustiça: pelo cumprimento do que foi acordado aqui neste plenário. Para tanto, apelo ao Líder do Governo, o nobre Senador Romero Jucá, para que ultime as providências necessárias para que seja enviada ao Congresso Nacional uma medida provisória ou projeto de lei concedendo aos militares dos ex-territórios e aos remanescentes do antigo Distrito Federal as mesmas gratificações que foram concedidas às corporações militares do Distrito Federal. Isso faria cumprir o que está redigido pela Lei nº 10.486, de 2002, Lei de Remuneração dos Militares do Distrito Federal, que em seu artigo 65 estabelece:

Art. 65. As vantagens instituídas por esta Lei se estendem aos militares da ativa, inativos e pensionistas dos ex-Territórios Federais do Amapá, Rondônia e de Roraima, e aos militares inativos e pensionistas integrantes da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros Militar do antigo Distrito Federal.

O § 2º do mesmo artigo consagra:

§ 2º O mesmo procedimento aplicado aos militares do Distrito Federal será adotado para os remanescentes do antigo Distrito Federal.

Neste momento, mais uma vez, concito ao Senador Romero Jucá, que participou ativamente das negociações do dia 1º de abril, e aos demais Senadores do Estado do Rio de Janeiro, bem como aos

nobres Senadores do valente Estado do Amapá, de Rondônia e de Roraima, para que juntos façamos uma cruzada cívica ao Palácio do Planalto e ao Ministério do Planejamento para apelar, insistir, rogar, propor a reparação dessa injustiça, pois nem podemos nem devemos deixar que aqueles a quem representamos continuem esquecidos, jogando por terra toda a sua gloriosa trajetória.

Dessa maneira, vamos mostrar que o Senado Federal, mais uma vez, está ao lado daqueles que não conseguiram se fazer ouvir, a despeito do papel decisivo que tiveram na história do nosso Brasil.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, se assim agirmos, quem sabe, no próximo ano, quando a Polícia e o Corpo de Bombeiros Militares do Distrito Federal estarão comemorando seus aniversários de 200 e de 159 anos de existência, respectivamente, possamos ver unidos os hoje chamados “do antigo Distrito Federal” e “dos ex-territórios”, festejando, irmanados com os seus sucessores, o passado de glória de suas corporações. Só assim teremos dado uma contribuição adequada para corrigir uma injustiça que se arrasta por quase meio século.

Termino, Sr. Presidente, com a Oração do Policial Militar:

Senhor, vós sabeis quão árdua é a minha missão, quase sempre incompreendida pelos homens. É triste, Senhor, arriscar a minha vida e não ser reconhecido e, algumas vezes, criticado ou injustiçado. É triste, Senhor, despedir-me do lar e não ter a certeza se a ele vou retornar. Mas é consolador, Senhor, o sentimento do dever cumprido e a certeza de que minha figura anônima evitou um crime ou salvou uma vida. Dai-me, Senhor, a Vossa graça para que possa honrar a minha farda e renovar, diariamente, perante Vós, o juramento de defender a sociedade mesmo com o sacrifício da minha própria vida.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Antônio Carlos Júnior. DEM – BA) – A Presidência designa para Relatores revisores os seguintes Senhores Senadores:

– Ideli Salvati – ; **MPV 414/2008**

– Valter Pereira – **MPV 416/2008 (PLV 11/2008)**; e

– Raimundo Colombo – **MPV 417/2008 (PLV 12/2008)**.

O SR. PRESIDENTE (Antônio Carlos Júnior. DEM – BA) – Com a palavra a Senadora Rosalba Ciarlini; posteriormente, o Senador Gilberto Goellner.

A SRA. ROSALBA CIARLINE (DEM – RN. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, neste dia 13 de maio, o Congresso Nacional, em sessão especial solene, comemorou 120 anos da abolição da escravidão, da Lei Áurea.

Eu tive oportunidade de, nessa sessão, representando o meu Partido, o Democratas, levar a minha palavra.

Senador Paulo Paim, hoje, 120 anos depois, não temos mais de lutar. Eu dizia, quando do meu pronunciamento, a nossa luta não é mais para romper as correntes da escravidão, mas é por novas liberdades; liberdade que passa pelo caminho da educação prioritariamente, especialmente, que passa pela inclusão do conhecimento. É exatamente sobre uma etapa que considero importantíssima da educação que volto a esta tribuna.

Eu venho falar, Sr. Presidente, sobre a educação infantil, que não pode ser esquecida. Neste momento de reflexão, é necessário que possamos tirar as seguintes conclusões: é a educação infantil, a creche e a pré-escola, que atendem aos nossos pequeninhos, que preparam, que dão os primeiros passos na segurança, na garantia do caminho de libertação, que são os caminhos da educação e lhes garantem um grande futuro.

Na realidade, está cientificamente comprovado que o atendimento de crianças no período que vai da gestação ao sexto ano de vida é fundamental, Senador Mão Santa – o senhor que é médico –, para a formação da inteligência, da capacidade de aprendizagem e das habilidades que as acompanharão por toda a vida.

Diversos estudos demonstraram que a experiência de educação pré-escolar tem efeito significativo no rendimento escolar e acadêmico posterior, nas oportunidades de emprego e na maior produtividade profissional, o que pode contribuir, de maneira eficaz, para compensar as situações de desvantagem e reduzir as desigualdades socioeconômicas.

Srs. Senadores, Sr^{as} Senadoras, faço essas observações porque temos a nossa frente um grande desafio que é concreto e imediato: criar condições para que todas as crianças tenham assegurado o seu direito à creche e à pré-escola pelas próximas gerações.

Transformar em realidade a educação das nossas crianças não é apenas um projeto a longo prazo, mas é o nosso presente e o nosso futuro. Infelizmente, a educação infantil não constitui objeto de grande atenção no Plano de Desenvolvimento da Educação.

Nós, que fazemos a Comissão de Educação, sob a presidência do Senador Cristovam Buarque, tivemos, durante o ano passado, oportunidade de, em inúmeras

ras audiências, debater todas as etapas da educação, desde o ensino pré-escolar, a educação infantil, até o ensino superior e a graduação.

Eu fui a responsável pela relatoria de tudo o que era referente à educação infantil e creche, mas todos as relatorias foram colocados nas mãos do Ministro da Educação para que ele pudesse, com a nossa contribuição, com a contribuição da sociedade, contribuição de tantos que estiveram na Comissão trazendo as suas idéias, as suas sugestões e as suas análises, aprimorar o Plano de Desenvolvimento da Educação.

Infelizmente, a tibieza do Plano de Desenvolvimento da Educação em relação à educação infantil foi prontamente identificada, não somente ao longo das audiências da Comissão, mas, claro, nas propostas desse plano.

A meta de 400 projetos por ano entre novos estabelecimentos e a melhoria das condições de outros já existentes é irrisória como um pingo d'água no oceano.

Na realidade, já a inclusão da educação infantil no Fundeb representou, sem dúvida, um avanço. No entanto, é difícil admitir que os valores *per capita* por aluno das creches e pré-escolas sejam inferiores àqueles estabelecidos para o ensino fundamental e para o ensino médio, seja em tempo parcial ou integral.

Ora, as necessidades dos alunos da educação infantil, no que diz respeito à qualificação dos professores, às instalações e ao material didático-pedagógico, são semelhantes às dos demais estudantes. Talvez sejam até maiores, pela utilização de materiais pedagógicos variados e pela necessidade do emprego de mais um profissional no atendimento de cada classe de alunos. De qualquer forma, as ponderações fixadas para a educação infantil representaram um avanço, mas ainda estão muito aquém das necessidades das nossas crianças, dos pequenininhos, nos seus primeiros passos, em relação à oportunidade de creche e de pré-escola de qualidade.

Ao mesmo tempo, levantou-se a situação desfavorável de significativa parcela de Municípios para criar ou, eventualmente, expandir sua rede de educação infantil e, por conseguinte, receber os recursos correspondentes do Fundeb, uma vez que suas condições financeiras limitadas, dependentes de transferências intergovernamentais, tradicionalmente restringiram sua atuação nessa área.

Na realidade, Sr. Presidente, é necessário não somente termos creches e pré-escola, porque a mulher, hoje, não tem mais, como no passado, tempo disponível para permanecer com a sua criança. Por isso, é necessário que a criança seja bem recebida e bem atendida no espaço que vai lhe trazer os primeiros

conhecimentos e ajudá-la no crescimento, tanto social quanto psicológico, dando-lhes condições melhores para o desenvolvimento.

Cumpramos ressaltar que diversos estudos acadêmicos comprovam o que constatei quando Prefeita de Mossoró e me fez conferir atenção especial à educação infantil: a oportunidade de acesso a essa etapa escolar melhora o desempenho do estudante a partir do ensino fundamental. Todo esforço despendido pelos educadores, assim como os recursos aplicados pelo Estado para garantir a aprendizagem dos alunos do ensino fundamental, poderiam muito bem ser reduzidos e multiplicados mediante o ingresso antecipado no universo escolar, nas creches e nas pré-escolas. Nessas instituições, pode-se iniciar, de forma lúdica e mais prazerosa, o processo de alfabetização, bem como a aprendizagem de outros conteúdos, o que permite às crianças chegar à etapa educacional seguinte em um patamar mais avançado de preparo intelectual e de socialização.

Apesar dessas certezas, Sr. Presidente, a tabela apresentada a seguir, relativa à Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) de 2005, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), permite constatar que a taxa de freqüência à creche ou a escolas na faixa etária de 0 a 3 anos atinge apenas 13% das nossas crianças.

(Interrupção do som.)

A SRA. ROSALBA CIARLINE (DEM – RN) – Estou concluindo, Sr. Presidente, nas Regiões Norte, Centro-Oeste e Nordeste, os índices correspondentes atingiam apenas 5,8%, 10% e 11,7%, respectivamente.

Esses dados tornam-se mais preocupantes quando se compara o nível de rendimento mensal das famílias cujas crianças, com até 3 anos de idade, têm acesso a creches ou escolas. Apenas 8,6% das crianças de famílias com rendimento médio mensal *per capita* de até meio salário mínimo recebiam atendimento educacional, enquanto quase 36% das crianças de famílias em que esse rendimento era de mais de três salários mínimos freqüentavam escolas ou creches.

Isso revela a inoperância do Poder Público em promover justiça social, já que as famílias mais pobres não têm como pagar encargos educacionais em estabelecimentos privados.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, neste dia em que comemoramos a liberdade de uma raça, não podemos deixar de refletir o quanto é importante, nas ações governamentais, que o Governo priorize sempre a educação, começando pelos pequenininhos, passando por todas as suas etapas e que os recursos que

são do povo brasileiro, dos nossos impostos, do suor do nosso povo, sejam destinados para investimentos em educação, que não é gasto, mas que seja entendido que investir em educação é desenvolvimento, é futuro com a certeza de sucesso.

A propósito, cabe lembrar que, segundo Censo Escolar de 2006 – estou terminando; só mais dois minutos, Sr. Presidente, por favor –, quase 47% das 34,7 mil creches existentes no País eram mantidas pelo setor privado – ainda que parte delas voltadas ao atendimento gratuito de crianças de famílias de baixa renda – e cerca de 36% das matrículas nessa etapa da educação infantil ocorriam em estabelecimentos particulares.

Todos esses dados ilustram, parcialmente, o quanto o Brasil ainda precisa avançar para que nossas crianças com até seis anos de idade tenham o direito de freqüentar a escola e recebam serviços de qualidade.

Mas quero, Sr. Presidente, para finalizar, dizer que todas as ações, todos os projetos, todos os passos que pudermos dar em prol da educação, com certeza, serão sementes que, num futuro próximo, trarão a este País muitas flores, muitos frutos, muitos resultados de sucesso para a nossa Pátria.

E quero aproveitar, Senador Paim e Senador Expedito, para dizer o quanto é importante o projeto de lei aprovado na Câmara do Deputados e que deverá retornar a esta Casa, que faz justiça – e hoje é dia de liberdade – aos nossos professores, estipulando um salário base, não mínimo, mas base, de R\$950,00, o que ainda é pouco...

(Interrupção do som.)

A SRA. ROSALBA CIARLINE (DEM – RN) –..., mas que nos permitirá ter um parâmetro, com certeza uma unificação, uma igualdade salarial em todo o País. Valorizar a educação é também ao lado dos professores dar condições para que eles possam educar mais incentivados, mais estimulados e com mais amor cuidar das nossas crianças.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

Durante o discurso da Sra. Rosalba Ciarlini, o Sr. Antonio Carlos Júnior, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Mão Santa.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Cumprimos V. Ex^a pelo pronunciamento em defesa da necessidade de creche e do piso salarial dos professores, que é um pouco menos de R\$1.000,00.

E lamento informar que a Universidade Estadual do Piauí, governado pelo Partido dos Trabalhadores, está em greve. Lá, os professores universitários pe-

dem R\$1.703,00. Então, é fundamental, uma vez que o País está aí, pois conseguimos a liberdade, a igualdade, e todos seremos uma só Pátria, a Pátria família unificada... É como Rui Barbosa diz, Expedito Júnior: A Pátria não é ninguém. Somos todos nós. Todos nós só teremos igualdade pela educação.

Chamamos para usar da palavra o Senador Gilberto Goellner, do Democratas do Mato Grosso do Sul, digo, do Mato Grosso. Mato Grosso é pai e mãe do Mato Grosso do Sul.

O SR. GILBERTO GOELLNER (DEM – MT) – Isso.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – E V. Ex^a nos faz recordar aquela figura, pai do trabalhador, do homem do campo, o nosso Senador do Mato Grosso, que está no Céu.

O SR. GILBERTO GOELLNER (DEM – MT) – Jonas Pinheiro.

O SR. GILBERTO GOELLNER (DEM – MT. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, o Brasil foi surpreendido hoje com a demissão da Ministra Marina Silva. Realmente, de acordo com a manifestação do Senhor Presidente, Sua Excelência perdeu uma grande Ministra.

ONGs internacionais da grandeza da WWF, do *Greenpeace*, lamentaram a saída de Marina Silva. Mas fico inconformado quando o Diretor-Executivo do *Greenpeace* Brasil, Frank Guggenheim, declarou que Marina Silva era o anjo da guarda do meio ambiente; que sua demissão é a prova definitiva de que as questões ambientais são irrelevantes para este Governo. Realmente, ninguém concorda com isso. Não podemos concordar, porque este Governo, sim, é responsável e tenta ser responsável, no mérito, por todas as ações que visam a sustar o desmatamento da Amazônia e a dar sustentabilidade a todas as atividades econômicas que advêm da relação homem/ambiente.

O desmatamento: possivelmente os dados relatados à Sr^a Ministra, às vezes, não bateram de forma efetiva. E não batem. Os próprios dados do Inpe que foram levados a toda a imprensa mundial realmente não expressaram a verdade do desmatamento. Tanto o é que este Senado, por intermédio da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, efetivou e compôs um grupo de Senadores que hoje percorrem essas regiões.

Amanhã um grupo de seis ou sete Senadores irá ao meu Estado, Mato Grosso. Na quinta-feira, iremos visitar Alta Floresta e Sinop, dois Municípios pólos de desenvolvimento de Mato Grosso que vivem, sim, do manejo sustentável e da exploração madeireira. Na sexta-feira pela manhã, juntamente com Prefeitos,

Deputados Estaduais, lideranças e trabalhadores da agricultura, faremos uma grande audiência pública na Assembléia Legislativa do Estado de Mato Grosso.

Eu diria que a Ministra Marina Silva possivelmente era exigente e, às vezes, até demais. E muitas coisas do Governo não andaram.

Estão aí as licenças ambientais para estradas, hidrelétricas, que demoravam muito, praticamente não tinham um prazo. O próprio PAC depende muito hoje dessas licenças ambientais que, muitas vezes, não andavam e tinham exigências fora do comum. Tanto é que o próprio Governo, no ano passado, separou do Ministério do Meio Ambiente o Ibama, dando-lhe autonomia para ver se essas licenças ambientais andavam melhor.

O Sr. Expedito Júnior (Bloco/PR – RO) – Senador Gilberto.

O SR. GILBERTO GOELLNER (DEM – MT) – Pois não, Senador Expedito Júnior.

O Sr. Expedito Júnior (Bloco/PR – RO) – Quero apenas cumprimentar V. Ex^a e dar um testemunho como o que V. Ex^a traz na tarde de hoje. Na verdade, nós tivemos um avanço muito grande no Estado de Rondônia. A alegria tomou conta quando o Presidente da República decidiu que iria construir o Complexo do Madeira no nosso Estado, as usinas do Madeira e do Santo Antonio. Infelizmente, o cronograma dessa obra foi modificado duas ou três vezes por conta de uma demora injustificada do próprio Ibama em conceder a licença ambiental. Não quero atropelar, acho que nada deve ser feito de forma açodada. Mas precisou que a própria Ministra Dilma e o Presidente da República intercedessem junto ao Ibama, mudando inclusive a diretoria, a presidência do Ibama, para que pudesse sair a construção do Complexo do Madeira no Estado de Rondônia. E olhe que essa construção do Complexo do Madeira não resolverá, Senador Paim, o problema do nosso Estado. Vai resolver o problema de energia no Brasil. Nós vamos emprestar energia do Estado de Rondônia para resolver o problema do resto do Brasil. Infelizmente, nós tivemos sérias dificuldades para ver aprovada a licença ambiental dessas obras. Quero cumprimentar V. Ex^a pela coragem e pela maneira serena e, acima de tudo, reconhecendo o valor da Ministra para o País, para o Brasil e também, é lógico, para a nossa região amazônica. Mas ninguém é insubstituível. Depois de seis anos, de repente, talvez tenha chegado o momento de nós testarmos, experimentarmos alguém com pensamento diferente de aglutinar, de buscar um entendimento com todos aqueles que moram na região amazônica. Conheço a situação do Estado de V. Ex^a e, amanhã, nós da Comissão vamos poder estar *in loco* no Estado de Mato Grosso, assim

como estivemos em Rondônia e Pará. Em Rondônia, V. Ex^a constatou que esse índice de desmatamento, tanto o fornecido pelo Inpe quanto o confirmado pela Ministra, é absolutamente errado. E o próprio Inpe reconheceu que, realmente, os índices no Estado de Rondônia e na região amazônica como um todo estavam errados. Então, na verdade, quero cumprimentar V. Ex^a pela coragem de subir à tribuna e assumir um posicionamento que não é muito diferente do meu, não diverge muito do meu.

O SR. GILBERTO GOELLNER (DEM – MT) – Obrigado, Senador Expedito Júnior, do Estado de Rondônia.

Eu diria que, fora os licenciamentos ambientais que realmente atravancavam e, hoje, atrapalham ainda um pouco o pleno desenvolvimento das obras do PAC, também na área agrícola os transgênicos demoraram muito para sair do papel, e o Brasil está realmente perdendo 10 a 12 anos no setor de aprovação dos transgênicos. Eles demoram, mas vêm. Houve transtornos também devido à demora com que foram atendidos na CTNBio.

Agora busca-se avaliar os resultados e o motivo pelo qual a Ministra pediu a sua demissão. Um dos motivos se baseia na falta de aplicação de recursos financeiros disponibilizados entre 2004 e 2007: mais de 700 milhões disponibilizados para prevenção e controle do desmatamento. Segundo o Instituto de Estudos Socioeconômicos (Inesc), apenas no programa Amazônia Sustentável menos de 40% do orçado foi aplicado; no Zoneamento Ecológico-econômico, menos de 64% do orçado; nas áreas protegidas do Brasil, menos de 66% do orçado, e nas comunidades tradicionais, menos de 48% do orçado.

Mas eu diria que não é com recursos financeiros como os agora anunciados pelo programa Amazônia Sustentável, de R\$1 bilhão, que se vai resolver o problema de operações como o Arco de Fogo, que tem uma essência punitiva. Os Estados não são avisados, o produtor que está no local, que usa a terra, que usa o solo, que usa a floresta, não é chamado à sua responsabilidade de participar desses programas. Às vezes, inconscientemente, o pequeno produtor é levado a desmatar por falta de opção econômica e por falta da participação do Estado naquele ambiente de trabalho.

Sr. Presidente, possivelmente, houve erros em algumas dessas ações, como a operação Arco de Fogo. Porém, não no mérito, porque o mérito era realmente conter e sustar um possível desmatamento que estivesse sendo executado por produtores ou madeireiros. Já estamos constatando que isso não está acontecendo. Mas eu diria que nós temos, hoje, grandes exemplos

de participação que poderão mudar esse quadro de conservação da nossa floresta. Um deles que, ontem, relatei desta tribuna é o programa que se desenvolve no Município de Lucas do Rio Verde, no Estado de Mato Grosso, que se chama “Lucas do Rio Verde Legal”. Agora, com isso, foi idealizado o “MT Legal” – Mato Grosso Legal.

O que falta para executar esses programas? Colocar os Municípios como participantes diretos, de forma descentralizada, então, nesse trabalho de gestão, para que, após um levantamento de aerofotogrametria, haja recursos para fazer o georeferenciamento de todos os estabelecimentos agrícolas e também a regularização das áreas que estão em posse ou com documentação ilegal, para que realmente se dêem condições a quem esteja lá naquele local desempenhar o processo de estar ambientalmente correto. Então, envolvendo Municípios, vamos ter êxito.

Eu diria que esse R\$1 bilhão que hoje está sendo anunciado do Programa da Amazônia Sustentável resolve, sim, todos os problemas que poderão existir, desde que sejam alocados em projetos de cada Município. Fez-se um levantamento inicial no Estado de Mato Grosso e constatou-se que, com cerca de R\$300 mil apenas, consegue-se fazer um projeto em cada Município. São 141 Municípios. Com esse cálculo, vê-se que com pouco recurso se consegue fazer.

Qual é o segundo recurso necessário? É a recuperação das áreas degradadas junto aos rios e nascentes. Após levantados esses passivos, conclui-se que a restauração demanda recursos que poderão ser alocados pelas prefeituras na consecução desses serviços junto aos proprietários rurais. Estima-se em R\$2 mil por hectare o valor para a recuperação das nascentes que porventura estejam degradadas.

Então, o objetivo do programa MT Legal é, primeiramente, promover com os Municípios ações e medidas governamentais e de ONGs visando à restauração de passivos ambientais; em segundo lugar, a preservação dessas áreas que compõem as matas ciliares e nascentes; em terceiro lugar, a regularização fundiária dessas posses rurais; e, em quarto, a obediência de direitos e deveres trabalhistas relativos à atividade rural.

Juntamente com esse conselho gestor, do qual deverão participar, sim, o Consema, o Ministério Público Estadual, a Federação da Agricultura, a Federação dos Trabalhadores, os sindicatos rurais, principalmente as prefeituras, com o envolvimento direto da Secretaria de Meio Ambiente de cada prefeitura, eu diria que, com muito menos recursos, nós vamos ter o êxito necessário.

É como aquele dinheiro hoje que, quando é aplicado na saúde, caro médico e Senador Mão Santa, quando ele é descentralizado, e é feita a gestão pelo Município, melhora muito a saúde brasileira.

Então, é dentro dessa proposta que nós estamos trazendo a esta Casa, para que realmente, com o novo Ministro, avancem essas idéias e que recebamos, no Senado Federal, a Ministra Marina Silva e que ela continue, sim, como vai continuar, defendendo cada vez mais o meio ambiente do Brasil.

Obrigado.

O SR. EXPEDITO JÚNIOR (Bloco/PR – RO) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Após brilhante pronunciamento do Senador Gilberto Goellner em defesa do seu Estado, Mato Grosso e da Amazônia, concedemos a palavra pela ordem ao Senador Expedito Júnior, de Rondônia.

O SR. EXPEDITO JÚNIOR (Bloco/PR – RO. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu gostaria somente de fazer um registro e de trazer o meu contentamento, assim como o desejo de sucesso para o novo gerente do Programa Calha Norte. Trata-se do Brigadeiro Roberto Medeiros Dantas. V. Ex^a, com certeza, conhece o Programa Calha Norte e sabe da sua importância para o País.

Há uma preocupação desta Casa com o calendário eleitoral, pois, daqui a pouco, vamos ter as eleições municipais.

Há um problema sério no Calha Norte: trata-se dos técnicos. Então, eu aproveito para, mais uma vez, solicitar a atenção do Governo Federal para a falta de técnicos e agentes administrativos no Programa, principalmente de engenheiros.

Assim, Sr. Presidente, faça este registro em que demonstro o crescimento do Programa. Antigamente, eram apenas 47 Municípios atendidos pelo Programa Calha Norte; hoje, estamos com mais de 100 Municípios atendidos pelo Programa Calha Norte, mas o número de funcionários permaneceu o mesmo de quando eram 47 Municípios atendidos.

Aproveito, também, para sugerir que se busquem convênios com as universidades, na área de engenharia, para as vistorias que são tão necessárias às obras que se realizam naqueles Municípios. V. Ex^a tanto fala aqui que foi prefeitinho, mas, com orgulho, V. Ex^a deve ter sido um grande Prefeito que trabalhou pela sua cidade no seu Estado do Piauí.

Faço este apelo e agradeço o entendimento do Senador Cristovam Buarque, que permitiu que pudéssemos fazer um pedido pela ordem a V. Ex^a, Sr. Presidente.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Chamamos o Professor Cristovam Buarque, Senador pelo Distrito Federal, do PDT. V. Ex^a, neste dia, talvez simbolize a esperança que levamos aos negros, a quem se garantiu, há 120 anos no dia de hoje, a liberdade, a igualdade. Entendo que essa igualdade só pode partir se levamos educação a todos igualmente.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (PDT – DF. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Muito obrigado, Presidente Mão Santa.

Hoje, Senador Paulo Paim, o senhor foi o principal responsável, junto comigo, com o Senador Aloizio Mercadante e outros, por uma sessão muito bonita, Senador Expedito Júnior, sobre os 120 anos da Abolição da Escravatura no Brasil.

Foi uma sessão emocionante, pelos discursos, pela data, pelas recordações e pelos desafios. O Senador Mão Santa esteve presente, fez um belo discurso e nós aqui, quase que unanimemente, sem ninguém combinar, todos falamos que essa foi uma abolição incompleta; que consegui, sem dúvida alguma, um grande avanço ao dizer, com aquela simplicidade da Lei Áurea, que se abolia a escravidão em todo o País e revogavam-se todas as disposições em contrário a partir daquela data, 13 de maio de 1888.

Foi um grande avanço. As pessoas que antes eram vendidas passaram a ser livres; que antes eram condenadas ao trabalho passaram a escolher o trabalho; que antes eram acorrentadas quando preciso quebraram seus grilhões. Uma data que 120 anos depois a gente relembra e que eu pessoalmente acho que deveria ser até feriado nacional. Mas, mesmo assim, não podemos esquecer que é uma data em que se comemora um fato incompleto, como, aliás, tudo no Brasil.

A nossa independência – vamos falar com franqueza – até quando ela foi realmente completada? É uma independência limitada, amarrada.

A República. Que República é essa que tem uma bandeira em que está escrito Ordem e Progresso, mas há de 13 a 16 milhões de analfabetos incapazes de ler o que está escrito? Não é uma bandeira de todos. Se não é uma bandeira de todos, não é uma bandeira republicana. Que República é essa, se a sociedade é campeã mundial da desigualdade? A República é incompleta.

E o desenvolvimento brasileiro, que nos fez uma potência mundial – incompleto – que não distribui produto, porque não conseguiu conviver com a natureza, porque gerou violência? É um desenvolvimento incompleto.

E a democracia que recuperamos a partir de 1985? Uma democracia incompleta, porque as leis mudam a cada dia; porque a gente não sabe quais

regras vão prevalecer nas eleições deste ano ainda; porque a gente não sabe quais regras vão prevalecer nas eleições de 2010. Discute-se até se vamos ter ou não mais um mandato para o Presidente. Nos Estados Unidos, vai haver eleição, e ninguém está discutindo se vai haver mais um mandato para o Presidente Bush. Então, a nossa é uma democracia incompleta.

A abolição foi incompleta, e é preciso completá-la. E o senhor, antes mesmo que eu falasse, Senador Mão Santa, Presidente, já começou a levantar aquilo que eu quero falar. Como é que vamos completar a abolição?

Naquela época do grande debate sobre como fazer, se fazer e quando fazer a abolição já se discutia, sobretudo Joaquim Nabuco, que a abolição tinha que ser feita com três itens: a abolição em si, a educação para todos e a reforma agrária para garantir terra aos ex-escravos. Não fizemos a reforma agrária e nem garantimos escola para todos.

Hoje, passados 120 anos, embora eu ainda ache que é preciso certa distribuição de terra, o conceito de reforma agrária já não é mais o mesmo em um tempo de mecanização como nós vivemos. Já não é a mesma idéia de necessidade de terra para cada trabalhador rural. Uma grande parte do trabalhador rural de hoje é um assalariado. E um assalariado que precisa de formação técnica para poder manejar os equipamentos.

Já não se criam cavalo e boi apenas com um pequeno chicote. Hoje, para criar boi, é preciso saber ler bem. É preciso colocar no computador, Senador Paim, os dados do cavalo, como ele evolui. É preciso entender de inseminação artificial. Não basta fazer o parto, para o que era preciso apenas simples habilidade manual.

Não é mais tão fundamental como instrumento libertário para as grandes massas a reforma agrária em um País onde 80% da população é urbana e não está disposta a voltar para o campo. Hoje, o grande instrumento, o grande vetor, o grande motor para completar a abolição da escravidão é a educação.

Mas não é educação pura e simplesmente, como gestos pequenos. Não, uma revolução! Uma revolução que, por um lado, assegure todos na escola, por outro lado, assegure igual escola para todos e, por outro lado ainda, assegure a máxima qualidade nessa educação.

O Brasil é um País que, hoje, sofre o fato de as massas não terem conhecimento, e o conhecimento de todos não ter massa. Não temos uma massa crítica de conhecimento no País, e não a temos, Senador Gilberto, porque a nossa massa não tem conhecimento. Porque, se temos dois terços que não terminam o segundo grau, como é que vamos ter uma boa universi-

dade? Se dois terços não tiveram a chance de se preparar para usar o cérebro entrando na universidade? Já partimos, por baixo: apenas um terço dos cérebros brasileiros pode disputar a entrada numa universidade. Já jogamos fora dois terços dos nossos cérebros. É como se, para cada 100 poços de petróleo que encontrássemos, tapassem-se dois terços. Imagine, petróleo a gente vai buscar no fundo do mar; agora, cérebros a gente joga pela janela ao longo da história.

A primeira revolução é termos todos na escola até o final do segundo grau; a segunda, é a escola igual para todos; e a terceira, é escola no Brasil tão boa quanto as melhores do mundo. Essa é a revolução de que precisamos.

Até há um tempo, depois da idéia da reforma agrária, houve a idéia do socialismo: tirar o capital das mãos do capitalista e colocar nas mãos do trabalhador por meio do Estado. Não é mais hoje essa a proposta, até porque, pelas experiências nesse sentido, o capital não chegou aos trabalhadores; o capital ficou na burocracia, ficou na máquina do Estado, criou privilégios.

Hoje, ser de esquerda, ser socialista, defender realmente a igualdade é colocar os filhos dos trabalhadores na mesma escola dos filhos do patrão. Esse é o desafio. Isto completaria a abolição: que a escola dos filhos da senzala seja a mesma escola dos filhos da casa grande. Trazendo para o presente: que a escola dos filhos das favelas seja a mesma escola dos filhos dos condomínios. Esse é o desafio; isso é completar a abolição. Esse é o desafio para os Senadores de hoje, Senador Gilberto, porque, naquela época, o desafio era convencer a opinião pública de que se deveria abolir a escravidão. Para nós, isso é óbvio. Não era óbvio. A escravidão era uma coisa entranhada há quatrocentos anos dentro da imaginação brasileira. As pessoas viam o negro e viam um escravo, não viam uma pessoa, Senador Paim. Foi preciso mudar isso e fazer com que, ao ver um negro, vissem uma pessoa livre. É difícil fazer essa mudança e, falando francamente, muitos ainda não conseguiram ver dessa maneira os negros brasileiros. Imagine naquela época. Era difícil, mas conseguiu-se, e se conseguiu por causa de uma coisa chamada o movimento abolicionista no Brasil.

O movimento que agarrou pessoas de todos os partidos que existiam na época: dois fundamentais e mais um, conservadores, liberais e republicanos. E, transversalmente, criaram o “partido abolicionista”. Não era um partido, não tinha representação formal aqui dentro. As pessoas pertenciam a um ou outro partido, e se diziam, e praticavam o abolicionismo.

Hoje a gente precisa criar o educacionismo; hoje a gente precisa criar núcleos educacionistas, como os

núcleos abolicionistas que existiram até 100 anos atrás, quando foi feita a abolição incompleta.

Pois quero dizer aqui, Senador Mão Santa – e considerando que podemos ter um pouco mais de tempo e não apenas os 10 minutos que tivemos –, rapidamente, que hoje estão sendo criados núcleos educacionistas pelo Brasil. Nós já temos 50 núcleos instalados funcionando, ditos educacionistas, especialmente nos Estados de São Paulo, Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul. São grupos de pessoas que se dizem educacionistas, pessoas que acreditam hoje, como na época anterior se acreditava na abolição, que é possível, não de repente, mas um dia, a escola ser igual para todos no Brasil. Que uma criança, ao nascer, não importa se branca ou negra, não importa se rica ou pobre, não importa se rural ou urbana, ela vai ter a mesma chance de estudar numa escola com professores altamente bem remunerados, mas altamente qualificados e altamente bem dedicados, porque professor que ganha bem e não é bem preparado não melhora a educação. E que ganha bem, é bem preparado, mas não é bem dedicado, não dá aula, vive parado, não melhora a educação.

Escolas bonitas, bem equipadas, em horário integral, com ambiente ao redor de bibliotecas, de arte, isso é possível! Há um grupo de pessoas ditas educacionistas que começam, Senador Mão Santa, a fazer isso.

Temos feito a criação desses núcleos em passeatas em cidades chamando a atenção da população.

São cinquenta núcleos constituídos e foram 53 caminhadas por cidades. A última, no sábado passado, foi na cidade de Campinas, pelo centro da cidade. Não vou dizer que são muitas pessoas – tivemos passeatas de quinze –, mas cinco mil, dez mil assistiram-nos caminhando com a faixa dizendo que acreditamos em escola igual para todos, com a faixa dizendo que professor tem que ganhar bem, ser bem dedicado e bem qualificado, com a faixa dizendo que a escola do filho do trabalhador tem que ser a mesma escola do filho do patrão. Nessas caminhadas, nós nos surpreendemos com a receptividade que encontramos. Aqui e ali, obviamente, ninguém acredita que é possível outra vez um movimento suprapartidário, transpartidário, de pessoas das diversas siglas, como foi o movimento abolicionista. Estamos muito presos às siglas partidárias que são representadas aqui, mas, mais do que esses aqui e ali, que reagem, desconfiam, não aceitam e não acreditam que a educação é o caminho, mais do que isso, é uma grande maioria de pessoas que pouco a pouco despertam para a idéia de que é preciso completar a abolição e que completar a abolição hoje significa escola igual para todos.

É isso, Sr. Presidente, que quero dizer aqui hoje, lembrando os 120 anos – Professor Picler, que vejo aqui assistindo à nossa sessão e nos honrando com sua presença –, é isso que nós queremos hoje: lembrar os 120 anos de uma abolição. Grande passo, mas ainda não a caminhada completa; grande salto, mas ainda não o salto completo.

Quero dizer que há um grupo que começa a despertar para completar a abolição, não mais os abolicionistas de antes, mas os educacionistas de hoje e do futuro.

Quero dedicar esta fala a esses educacionistas, a esse grupo de pessoas que, ainda com a incompreensão de muitos, estão despertos, acreditando, como Joaquim Nabuco e outros acreditaram muitos anos atrás.

Vivam, hoje, 120 anos depois, os abolicionistas de antes e vivam, hoje, neste momento, os educacionistas brasileiros!

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Senador Cristovam, eu apenas queria lembrar a V. Ex^a que Napoleão Bonaparte, não o militar, mas o educador, o estadista, o que fez o Código Napoleônico, tem uma passagem muito importante para V. Ex^a e seu núcleo educacionista meditem.

Ele, Napoleão Bonaparte, o estadista, estava ao lado da sua professora. Ela notou que ele estava entristecido e, como tinha sido sua professora, disse: “Imperador, você não está o mesmo, está entristecido, acabrunhado”. Aí ele disse para a professora: “É, tenho me esforçado pela educação. Tenho investido muito em educação na França, no que acredito, mas ela está piorando cada vez mais”. Aí a professora se virou para Napoleão Bonaparte e disse: “Faça uma escola de mães”.

V. Ex^a falou da escola, dos educacionistas. Comentou, até negativamente, aquilo que foi o lema positivista.

Queriam colocar na bandeira a frase “Família, Pátria e Deus”, mas prevaleceu a filosofia do francês Auguste Comte: “Ordem e Progresso”. V. Ex^a já ousou – e ousar é bom – ao dizer que deveria ser escrito “Educação e Progresso.”

Quero lembrar a família, a mãe e a religião. Acho que isso tem de ser somado à caminhada de V. Ex^a. O próprio Rui Barbosa, cuja imagem está ali, em um dos momentos de maior inspiração, disse que “a pátria é a família amplificada”. V. Ex^a, Senador Cristovam, sem dúvida nenhuma, é, hoje, o maior ícone da educação. Como Rui disse: “A salvação é a lei e a justiça.” Creio que com V. Ex^a há salvação para a educação, que vai gerar a igualdade com que o Paim sonha.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (PDT – DF) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Como último orador inscrito – e está no livro de Deus que os últimos serão os primeiros –, concedo a palavra ao Senador Paulo Paim.

Quero fazer minhas as palavras do Professor Cristovam Buarque. Aquelas flores que foram jogadas, há cento e vinte anos, nos Senadores hoje deveriam ser jogadas em V. Ex^a, Senador Paulo Paim, que nos incentivou a trabalhar pela complementação da liberdade, que é a educação.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Senador Mão Santa, Senador Cristovam Buarque, volto a falar da importância do dia de hoje.

Nesta manhã, houve aqui uma sessão lembrando os 120 anos da abolição inconclusa. Lançamos aqui a campanha Preconceito, Discriminação Zero.

Isso porque sabemos, Sr. Presidente, que a principal mudança a ser feita é na forma de pensar, de ver as coisas, pessoas e situações. Acreditamos que essa campanha será fundamental na luta por todos aqueles que hoje estão à margem da sociedade. Queremos ainda que ela seja liderada pelo Senado e que ela tenha o acompanhamento do Executivo, do Legislativo, do Judiciário e de toda a sociedade organizada.

Como dissemos hoje pela manhã, desejamos que esta Casa, que tem mostrado seu compromisso no embate e no combate a todos os preconceitos, seja o centro, o eixo da grande campanha nacional contra a discriminação e o preconceito.

Sr. Presidente, nossa campanha é baseada na obra de Florestan Fernandes, que, ao lado de Roger Baptiste, teve papel fundamental na mudança da forma de tratar as questões raciais no nosso País.

No dia em que completamos os 120 anos de uma abolição, eu diria, não concluída, pois, na verdade, ela não se deu por completo, é tempo, de uma vez por todas, de desalojar o racismo que por séculos foi propagado neste País. É tempo de jogar pela janela os preconceitos e as atitudes discriminatórias.

Nosso objetivo é provocar conversas que possam se transformar, Senador Mão Santa, em alternativas de mudanças e fortalecimento das raízes, das origens do Brasil, das diferenças que formam nosso País.

Queremos o envolvimento de todos, entidades, centrais, confederações, federações, sindicatos, entidades de empregados, de empregadores, enfim, de toda a sociedade. Temos que realizar uma cruzada nacional pelo fim dos preconceitos e das discriminações.

Sr. Presidente, por que aguardei até esta hora para fazer essa leitura? Porque a campanha Precon-

ceito, Discriminação Zero tem um manifesto, que foi construído, eu diria, a dezenas de mãos. Quero, neste momento, ler o manifesto, que vai embalar, embasar e propagandear a campanha Preconceito, Discriminação Zero.

Quero contar as diferenças, quero cantar as diferenças, na certeza de que há muito por fazer.

Sempre que temos um desafio pela frente sentimos aquele friozinho no estômago. Contar, cantar as diferenças, regidos pelo reconhecimento político das diferenças, todos os dias, onde quer que estejamos, com quem estejamos...

É um projeto de vida!

Muito ainda há, Sr. Presidente, por fazer na vida. Muitas são as nossas aspirações para uma trajetória completa, repleta de felicidade. E isso só é possível combatendo todos os preconceitos e as discriminações.

Podemos citar, Sr. Presidente, algumas coisas como referências ou fatores de realização: saúde, satisfação material, espiritualidade e iluminação. Todavia, existem muitos outros itens que, juntos, abarcam a totalidade da busca do indivíduo pela felicidade.

Poderíamos ainda agregar a esses fatores ideais como paz, justiça social, reconhecimento político das diferenças. Enfim, são inúmeros fatores. Entretanto, viver a vida em todas as suas manifestações, entendendo que o milagre da vida é maior do que todas as limitações que a restringem no terreno das aparências, é um bem inestimável.

O Cantando as Diferenças, o contar as diferenças não é uma peça pronta. É um imenso desafio que queremos compartilhar com cada cidadão que se preocupa com o futuro e com uma sociedade sem nenhuma discriminação. Afinal, nossos filhos e netos estarão neste mundo e é nosso dever preparar um lugar melhor para viver.

O programa Cantando as Diferenças é um semear permanente de esperanças, no fortalecimento do espírito público. Isso, ao mesmo tempo em que reconhece, politicamente, a individualidade de cada ser humano reconhece também a importância da luta pelo meio ambiente. O espírito público é a capacidade de enxergar o entorno com todos os sentidos da vida.

Nesse horizonte, Sr. Presidente, os atores sociais serão capazes de entender que a essência humana está em compreender suas atitudes. É compromisso com a responsabilidade do seu agir. Uma sociedade não se faz apenas com a soma dos indivíduos. Ela se faz também a partir da capacidade de cada um se descobrir na identidade do seu grupo.

Um indivíduo ou uma sociedade com espírito público espelham a autenticidade no fortalecimento

do grupo. Alcançar o espírito público é estar sempre junto com o coletivo, com a comunidade.

Sabemos que ainda há muito por se fazer. Ainda precisamos, no âmbito do Legislativo, aprovar matérias de interesse do povo brasileiro tais como o Estatuto da Pessoa com Deficiência, o Estatuto da Igualdade Racial, o Estatuto dos Povos Indígenas, fortalecer a luta pelo meio ambiente.

Precisamos buscar a construção de uma Previdência universal, para que não tenhamos que, no futuro, brigar, a cada ano, por um ou dois pontos percentuais para esse ou aquele setor de aposentados e pensionistas. Assim, estaremos fortalecendo a democracia e garantindo às pessoas o exercício pleno da cidadania.

Outra matéria que merece atenção, Sr. Presidente, é o ensino técnico profissionalizante. Por isso, insistimos tanto, Sr. Presidente, com o Fundep, Proposta que apresentei de nº 24, ainda em 2005. Certamente, o ensino profissional e tecnológico brasileiro dará um salto de qualidade, de amplitude com a aprovação do Fundep. A escola profissional é vertente de novos conhecimentos, alicerçando a inovação tecnológica à pesquisa de capacitação para o trabalho, o combate ao desemprego, a inclusão social e a agregação familiar, contribuindo de forma significativa para o desenvolvimento do País.

Acredito que instrumentos como esses libertam o sujeito para a vida. Campanha "Preconceito, Discriminação Zero", o Brasil é valorizado pelas suas riquezas naturais e culturais; pelas suas origens, pela pluralidade, pela diversidade nas raízes étnicas presentes na música, na arte, na culinária e nas matrizes religiosas.

Mas é uma sociedade estratificada em que o acesso às oportunidades educacionais e às posições de prestígio no mercado de trabalho ainda são definidas pelo poder econômico, pela origem étnica e pelo gênero.

Exigimos mudanças de consciência e de atitude; mudanças essas urgentes. Por isso, estamos propondo uma campanha nacional denominada "Preconceito, Discriminação Zero".

Conforme o *Dicionário do Pensamento Social do Século XX*, preconceito é um julgamento prévio, rígido e negativo sobre um indivíduo ou um grupo. O conceito deriva do latim, que designa um julgamento ou decisão interior, um precedente ou um prejuízo. As conotações básicas são inclinação, parcialidade, predisposição e prenoção.

O sociólogo inglês Anthony Giddens, na obra *Sociologia*, de 2005, pág. 208, define como preconceito as atitudes e opiniões. Por sua vez, as discriminações se referem ao comportamento concreto em relação ao

grupo e ao indivíduo. Para esse pensador, “os preconceitos estão freqüentemente embasados em estereótipos, em caracterizações fixas e inflexíveis de grupo um de pessoas”.

No “I seminário Cantando as Diferenças”, realizado em 10 de agosto de 2007, a professora Heloísa Fernandes, filha do grande e já falecido sociólogo Florestan Fernandes, patrono da Sociologia no Brasil, afirmou que a pesquisa decisiva, para Florestan, referente à interpretação da sociedade brasileira foi sobre as relações raciais no Brasil, realizada entre 1949 e 1951, juntamente com o professor Roger Bastide. O projeto de pesquisa era da Unesco e pretendia comparar o racismo existente na sociedade norte-americana com a democracia racial brasileira.

A pesquisa de Bastide e Florestan concluiu que a tal “democracia racial” era um mito e que, desde a abolição da escravidão, as elites dominantes haviam largado os negros à sua própria sorte, mantendo-os numa situação da mais terrível exclusão.

Do mesmo modo como, hoje, os defensores das cotas para negros nas universidades públicas são chamados, por incrível que pareça, de racistas, também Florestan e Bastide foram acusados não de estarem denunciando o racismo, mas de estarem “introduzindo um programa de racismo no Brasil”!

No livro *O Negro no Mundo dos Brancos*, de 1972, Florestan vai ao cerne do funcionamento do mito quando afirma o seguinte:

As camadas dominantes e suas elites culturais estão tão acostumadas a considerar seu privilégio como “justo” e “necessário” que as formas mais duras de desigualdade e de crueldade são representadas como algo natural e até democrático. [Grande Florestan Fernandes!] Está nessa categoria o mito da democracia racial, tão entranhado na visão conservadora do mundo no Brasil.

Desde as pesquisas sobre as relações raciais no Brasil, Florestan Fernandes assume algumas teses para a sociedade brasileira que nunca mais abandonou, durante a sua vida, até a morte. Um desses pontos de vista diz que a sociedade funciona graças e por meio da exclusão da grande maioria do seu povo, tanto no mercado de trabalho, como no exercício pleno da cidadania.

Outra tese do grande Florestan é a que considera a elite dominante extremamente conservadora. Segundo essa visão, a elite brasileira resiste, com unhas e dentes, a qualquer mudança, porque entende que mudança de situação existente poderá afetar a sua posição de privilégio.

Ele afirma, em 1979: “A minoria privilegiada encara a si própria e a seus interesses como se a Nação real começasse e terminasse nela”. Uma elite para a qual seus interesses particulares estão acima dos interesses da Nação.

É dessa época uma outra tese, que Florestan Fernandes também não abandonara: a de que o “dilema social brasileiro”, como ele costumava dizer, está na resistência ultra-intensa da minoria dominante às mudanças sociais necessárias para resgatar a dívida que este País tem com os excluídos. Exclusão ainda mais cruel por sua capacidade de tornar invisíveis os próprios excluídos.

No livro *A Revolução Burguesa no Brasil*, Florestan procura mostrar que a extrema desigualdade e a injustiça na distribuição da terra, da renda e dos direitos sociais são mantidos graças à dominação autocrática dos poderosos, ou seja, graças aos seus poderes ilimitados e absolutos. Está convencido também de que a extrema desigualdade e a injustiça são o preço que pagamos ao nosso berço colonial e escravista, assim como a continuada e persistente “drenagem para fora de grande parte do excedente econômico nacional”.

Teses todas de enorme atualidade. Afinal, até hoje, em pleno século XXI, todos os projetos que propõem mudanças em nome da inclusão social e política encontram fortíssima rejeição: as cotas para negros, as cotas para os alunos de escolas públicas, a reforma agrária, a democracia participativa e a própria distribuição de renda.

Quanto aos defensores das políticas afirmativas de inclusão, hoje como ontem, são acusados de preconceituosos, de destruidores da qualidade do ensino universitário, de pretenderem entregar a terra ou o emprego a pessoas incompetentes e incapazes. Isso é o que eles dizem.

Não por acaso, essa interpretação sociológica da sociedade brasileira desemboca na criação do seu conceito de capitalismo selvagem. Para Florestan, especialmente após o livro *A Revolução Burguesa no Brasil*, em que o conceito é apresentado pela primeira vez, o capitalismo entre nós, um capitalismo dependente das economias capitalistas centrais e subdesenvolvido, é selvagem e só pode ser selvagem, o que significa que ele não é nem nunca será domesticável.

O capitalismo selvagem é e será crescentemente uma máquina de exploração, de opressão e discriminação, sem consertos nem saídas, porque, quanto mais o capitalismo se desenvolver dessa forma selvagem, tanto maior a exploração, a opressão, a discriminação, a exclusão, agravando a selvageria que é sua própria condição.

Isso tudo, Sr. Presidente, teses e falas do grande Florestan Fernandes. Por isso mesmo, para Florestan, o capitalismo selvagem só se mantém e se reproduz graças à dominação autocrática, “um poder que se impõe de cima para baixo, recorrendo a quaisquer meios para prevalecer e convertendo, por fim, o próprio Estado nacional e democrático em instrumento puro e simples de uma ditadura da classe preventiva”, seja ela uma ditadura de classe aberta ou dissimulada e paternalista, isso é, uma “democracia restrita” aos mais iguais.

Capitalismo selvagem e dominação autocrática são duas faces da mesma moeda. É assim, segundo ele, que a burguesia depende para poder acumular, expropriar, fortalecer seu egoísmo, seu despotismo de classe. O preço, Sr. Presidente, é o nascimento e a manutenção da sociedade civil incivilizada, mesmo porque as elites da classe dominante carecem de um projeto de Nação.

Sr. Presidente, Florestan Fernandes vai mais além na sua análise profunda. E mais além, Sr. Presidente, outro pensador fala da seguinte forma a Florestan Fernandes: “Doía nele, como dói até hoje, a desigualdade; doía nele, como dói até hoje, a discriminação contra os negros; doía nele, como dói até hoje, a apropriação privada dos bens coletivos como, por exemplo, a educação”.

Quem disse isso foi Fernando Henrique Cardoso, ex-Presidente da República, concordando com a análise do grande Florestan Fernandes. Então, ninguém diga aqui que estou lendo um texto revolucionário, socialista ou comunista. Estou lendo um texto inspirado na obra de Florestan Fernandes, que teve o aval do ex-Presidente da República Fernando Henrique Cardoso.

Florestan era habitado “por uma espécie de ira sagrada contra a injustiça”.

Portanto, é tempo de desalojar o racismo introyetado nas nossas consciências e jogar pela janela os preconceitos e as atitudes discriminatórias.

A campanha nacional que estamos propondo objetiva, Sr. Presidente, simplesmente provocar conversas que possam se transformar em alternativas de mudança e fortalecimento das raízes do Brasil.

Convidamos todos a fazerem parte dessa história.

Convidamos todos a cantar as diferenças e participar da campanha nacional “Preconceito, Discriminação Zero”, isso é coisa nossa.

Senador Suplicy, fiz aqui a leitura de um manifesto feito por alguns intelectuais, inspirado na obra de

Florestan Fernandes. E, para que ninguém se surpreendesse, no final, eu li a forma elogiosa como o ex-Presidente Fernando Henrique Cardoso se dirigiu ao grande Florestan Fernandes por esse texto.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – Senador Paulo Paim, eu gostaria de ter a cópia do manifesto que um número muito grande de intelectuais e de líderes de movimentos sociais encaminhou hoje ao Presidente Gilmar Mendes, do Supremo Tribunal Federal, com respeito à questão das quotas e também relacionado aos diversos projetos que são de iniciativa, muitos deles, de V. Ex^a. E quero, mais uma vez, cumprimentá-lo pela iniciativa que, juntamente com o Senador Cristovam Buarque e muitos outros, teve para hoje refletirmos sobre os duzentos anos da abolição da escravidão.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Cento e vinte. Duzentos anos da guerra dos botocudos, que eram os índios que sofreram também, porque quiseram os portugueses escravizá-los.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – Permita, Senador Mão Santa, explicar o porquê dessa pequena falha. Há dez minutos, recebi o Diretor do Jardim Botânico, Liszt Vieira, que me fez um convite para a inauguração do Museu Restaurado do Meio Ambiente, justamente no momento em que o Jardim Botânico do Rio de Janeiro completa 200 anos. Por isso eu estava com 200 anos na cabeça. Permita-me a falha, mas foram 120 anos, pois, em 13 de maio de 1888, foi assinada pela Princesa Isabel a Lei Áurea. É muito importante a reflexão que, desde logo cedo, Senador Paulo Paim, V. Ex^a vem colocando para todos nós, brasileiros, a respeito de como será possível o resgate dos direitos de cidadania para os afrodescendentes, aqueles que foram arrancados da África, separados de suas famílias, que viveram a viagem tão belamente, ainda que trágica, descrita em “Navio Negro” por Castro Alves, nesse poema tão belo. Aqui chegando, irmãos, pais, mães, primos e primas foram separados, indo cada um para algum lugar, viver e trabalhar não por uma remuneração, mas por alimentação e teto, o que fazia com que os escravos tivessem uma expectativa de vida média pouco superior a 30 anos de idade. Estima-se que mais de quatro milhões foram arrancados da África para vir para cá, trabalhar naquelas condições, como escravos, e, certamente, eles contribuíram para a acumulação de riqueza deste País. Então, Presidente Mão Santa, quando por vezes V. Ex^a me pergunta a respeito dos ensinamentos bíblicos, de como se prover uma renda até para quem eventu-

almente não esteja trabalhando, com muita amizade, digo-lhe que é preciso que todos nós reflitamos que há o direito inalienável de todo brasileiro e brasileira participar da riqueza da Nação, da riqueza dos recursos naturais, da riqueza acumulada por milhões de pessoas que, quando trabalharam efetivamente, nem remunerados foram devidamente.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Atentai bem e ouça o povo: “liberdade, igualdade e fraternidade”. Essa fraternidade traduz o espírito cristão do povo.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – Muito bem. Mas eu fiquei pensando até agora, Senador Paulo Paim, em algo que V. Ex^a emocionadamente falou, na manhã de hoje, em seu discurso. Fiquei pensando que caberia, sim, uma reflexão de uma pessoa que gosta muito de V. Ex^a: eu, como amigo. V. Ex^a, em certo momento, disse: “Olha, eu que gostava tanto, que gosto tanto das músicas, das canções de Caetano Veloso, agora, porque ele assinou o manifesto contra as quotas, não estou mais com vontade de ouvir as suas canções”. Fiquei pensando até agora para fazer-lhe a seguinte sugestão, Senador Paulo Paim: acho que seria bom – eu gostaria até de promover – que V. Ex^a dialogasse com ele. O cantor e compositor Caetano Veloso é um dos patrimônios do nosso País. Como sabe V. Ex^a, na Bahia, ele, que é amigo-irmão de Gilberto Gil, é amigo-irmão de muitos negros – citei Gilberto Gil porque logo me vieram à mente os dois, que tantas vezes cantaram juntos nos palcos e fizeram-nos vibrar com canções tão maravilhosas. Ele, por exemplo, em São Paulo, é uma pessoa querida pela composição poética tão linda que fez sobre a esquina da Avenida São João com a Ipiranga e tantas outras coisas. Ele é uma pessoa de quem seria bom ouvirmos os argumentos, inclusive para dizermos a ele que gostamos muito de suas canções e pedir-lhe para, juntos, refletirmos. Ainda hoje, V. Ex^a citou o livro que leu de Barack Obama. Procurei naquele livro algumas reflexões sobre as ações afirmativas. Nos trechos que pude encontrar – é claro que a experiência norte-americana...

(Interrupção do som.)

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – ... é um pouco diferente do estágio em que nós nos encontramos – e pelo que pude depreender, na sua campanha presentemente, o candidato, Senador Barack Obama, não está propriamente enfatizando a defesa de ações afirmativas no sentido de quotas; ele está, sim, falando muito conforme o que V. Ex^a citou dele: ele

quer uma nação sem diferenças, a nação dos norte-americanos...

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Senador, permita-me, só para ajudar o seu raciocínio...

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – Então, eu só queria transmitir-lhe esse pensamento...

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Quanto ao Caetano, não há problema.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – Quem sabe possamos aqui, na própria Comissão de Direitos Humanos...

(Interrupção do som.)

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – Estou concluindo, Sr. Presidente. É a sugestão que formulo a V. Ex^a. Eu gostaria até, quem sabe, com V. Ex^a, com o Senador Flávio Arns e outros membros da CDH, de pensar em promover um diálogo entre aqueles que assinaram o documento de hoje com aqueles que assinaram o outro documento. Façamos aquilo por que nós tanto lutamos neste País: a prática da democracia, das diferenças de idéias e tudo. Acho que os dois lados vão aprender, um com o outro. Pessoas como o Ali Kamel, que escreveu um livro de crítica à questão de quotas; o Caetano Veloso e outros. Podemos convidar, quem sabe, o Fábio Konder Comparato, o Hélio Santos, que falou tão bem na cerimônia do Ministro, e assim por diante.

(Interrupção do som.)

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – É a sugestão que eu formulo carinhosamente ao amigo Paulo Paim.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI. *Fazendo soar a campanha.*) – Suplicy, Cristo fez o Pai Nosso em um minuto. Veja se conclui, aí, em um minuto.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Senador Suplicy, três questões rapidamente. Primeiro, quanto ao Caetano Veloso, não há problema; acho que dá para dialogar com tranquilidade. Agora, o equívoco para mim é nós não entendermos que o próprio Barack Obama e o seu processo eleitoral é fruto das ações afirmativas. O grande equívoco de quem é contra as ações afirmativas é não entender que o Brasil está um século atrás da sociedade norte-americana. Se nós tivéssemos aqui adotado ações afirmativas, quem sabe hoje estaríamos discutindo com tranquilidade a possibilidade de um presidente negro.

Não podemos confundir os Estados Unidos de um século atrás, ou 60 anos atrás, e o Brasil de hoje. Não podemos confundir e negar a história de Martin Luther King.

(Interrupção do som.)

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Não podemos negar a história da Marcha para Washington, onde milhares e milhares de pessoas, depois daquele grande movimento, conseguiram convencer a Suprema Corte a aprovar as ações afirmativas; e, em seguida, o próprio Congresso Nacional americano votou por unanimidade as ações afirmativas.

Senador Suplicy, eu quero só fazer esse destaque. Barack Obama é fruto desse processo. Por isso é que chegamos lá. Eu também sonho, Senador Suplicy. Eu sonho com o dia em que este Brasil não precise mais discutir política de cotas. Eu sonho com esse dia.

Agora, é preciso reconhecer que é um fato real de exclusão total do povo negro, e nós não podemos concordar que um programa lindo como o Prouni, que o Presidente Lula encaminhou – e V. Ex^a é testemunha –, seja contestado no Supremo Tribunal Federal com a assinatura de pessoas que eu, até ontem, respeitava.

(Interrupção do som.)

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – É claro que não vou citar nomes. Em relação ao cantor, estarei totalmente aberto para dialogar. Não dá para confundir a caminhada de Barack Obama, nos Estados Unidos, com a realidade brasileira. Estamos falando de realidades totalmente diferentes, em um país que aplicou as ações afirmativas. E deu certo!

Por isso, enquanto hoje lemos um documento aqui neste plenário que afirma que, no Brasil, nem 3% de negros chegaram a cargos do Executivo, na área privada e pública, nos Estados Unidos, vemos um patamar que ultrapassa o número de negros da população daquele país chamados afrodescendentes. São realidades totalmente diferentes, e, para mim, é um equívoco comparar os Estados Unidos de um século atrás com o Brasil de hoje, já que nós, sem sombra de dúvida, estamos atrasados, e muito, em relação àquele País.

(Interrupção do som.)

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Sr. Presidente, sei que o Senador Flávio Arns está esperando pacientemente para fazer uso da palavra.

Quero terminar, pedindo que V. Ex^a inclua nos Anais da Casa o documento que recebi do Fórum de Mobilização pela aprovação da Estatuto da Igualdade Racial e pelas quotas (PL nº 73), com uma série de assinaturas; o documento que recebi hoje da Cobap em apoio ao reajuste dos aposentados e pensionistas do nosso País – são dois projetos que o Senado aprovou por unanimidade; e, ainda, Sr. Presidente, a Carta de Brasília.

Estive hoje à tarde num evento com cerca de quatro mil trabalhadores de todo o País: o Encontro Nacional do Fórum Sindical dos Trabalhadores. E aquele encontro, por unanimidade, apoiou a iniciativa desta Casa, com a aprovação dos dois projetos, tanto o dos aposentados como também o dos pensionistas.

Senador Suplicy, quero passar a palavra para o Senador Flávio Arns...

(Interrupção do som.)

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – ...mas sou obrigado a dizer a V. Ex^a, quanto à sua proposta de convidar as duas partes, que eu já realizei reuniões com as duas partes uma dezena de vezes.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP. *Fora do microfone.*) – Eu sei.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Inclusive aqui na Comissão de Direitos Humanos e na Câmara. Não adianta. São posições pré-concebidas. Eles têm posição contra ações afirmativas, e a ampla maioria, 99% do Movimento Negro e da sociedade organizada, é a favor das ações afirmativas.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – Eu sei, eu participei das reuniões.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Apenas quero demonstrar isso, para não dar a impressão de que só ouço um lado. Ouvi todas as partes. Sabe há quantos anos estamos discutindo aqui no Congresso o Estatuto da Igualdade Racial e a política de cotas? Há mais de dez anos. Ouvimos todos e, para alegria nossa e para tristeza de alguns, mais de 99% concordam com as ações afirmativas.

Era isso.

Obrigado, Sr. Presidente.

Senador Flávio Arns, muito obrigado. Desculpe-me V. Ex^a.

DOCUMENTOS A QUE SE REFERE O SR. SENADOR PAULO PAIM EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inseridos nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

FÓRUM DE MOBILIZAÇÃO PELA APROVAÇÃO DO ESTATUTO DA IGUALDADE RACIAL E DO PL COTAS – 73/99

O Brasil não pode mais conviver com **Discriminação e Desigualdade Racial**. Queremos aprovação imediata do **Estatuto da Igualdade Racial e do PL 73/99**, projetos que tramitam no Congresso Nacional e criam Ações Afirmativas dentre as quais, **as Cotas**. Queremos um **BRASIL SEM RACISMO, DISCRIMINAÇÃO E PRECONCEITO**.

NOME	RG	ASSINATURA
1. <i>Hélia Marchezan</i>	11191.556844	<i>Hélia</i>
2. <i>Tauguilia da Foppa</i>	2.129.942	<i>Tauguilia Foppa</i>
3. <i>Lucia Favarin</i>	459610	<i>Favarin</i>
4. <i>Élida P. Casagrande</i>	8026912	<i>Casagrande</i>
5. <i>Sálvia Rosson</i>	14119.1875.958	<i>Rosson</i>
6. <i>Patrícia do Abreu</i>	07038326-03 SSP/BA	<i>Abreu</i>
7. <i>Inocência Brand</i>	PPG 1981 970	<i>Brand</i>
8. <i>Sianne de Oliveira Rodrigues</i>	1071590 SSP/PA	<i>Rodrigues</i>
9. <i>Marlene dos Santos</i>	5732063-0 SSP/PE	<i>Santos</i>
10. <i>Terezinha Peretti</i>	362-441	<i>Peretti</i>
11. <i>Lúcia Lins</i>	1.105.776 SSP/PA	<i>Lins</i>
12. <i>Lúcia Custódia</i>	253.391-SSP-DC	<i>Custódia</i>
13. <i>Marcia Ribeiro do Amaral</i>	3058375345 SSP/RS	<i>Amaral</i>
14. <i>Sueli de Santana</i>	0653169248	<i>Santana</i>
15. <i>Osvalda do Espírito Santo</i>	316200-01	<i>Osvalda</i>
16. <i>EVERAJO C. MARTE JUNIOR</i>	03514196-40	<i>Marte</i>
17. <i>J. A. ...</i>
18. <i>FRANCISCA ...</i>	0794582	<i>Francisca</i>
19. <i>Geislita A. do Nascimento</i>	...	<i>Nascimento</i>
20. <i>Wilson ...</i>	02.532.235-11	<i>Wilson</i>
21. <i>Wilson Moraes de Franco</i>	0862059703	<i>Moraes</i>
22. <i>Regina Santana de Jesus</i>	...	<i>Jesus</i>
23. <i>Elaine ...</i>	05685086-70	<i>Elaine</i>
24. <i>Christiane dos Santos</i>	1012449872	<i>Santos</i>
25.		

"Mais grave que os crimes dos perversos, é o estarrecedor silêncio dos bondosos" (Martin L. King)

FÓRUM DE MOBILIZAÇÃO PELA APROVAÇÃO DO ESTATUTO DA IGUALDADE RACIAL E DO PL COTAS - 73/99

O Brasil não pode mais conviver com Discriminação e Desigualdade Racial. Queremos aprovação imediata do Estatuto da Igualdade Racial e do PL 73/99, projetos que tramitam no Congresso Nacional e criam Ações Afirmativas dentre as quais, as Cotas. Queremos um **BRASIL SEM RACISMO, DISCRIMINAÇÃO E PRECONCEITO**.

	NOME	RG	ASSINATURA
1.	Silvana Sampaio	0503184462	<i>Silvana</i>
2.	Everaldo Felipe de Oliveira	3 230.581 83	<i>Everaldo</i>
3.	JULIO ROBERTO WERI DE JESUS	0.713.519	<i>Julio Roberto de Jesus</i>
4.	Silvia Fernanda S. Santos	03829131-24	<i>Silvia</i>
5.	Francoise Alcega de Jesus	0 726 7738-40	<i>Francoise</i>
6.	Edineia dos Santos Reis	0298 758709	<i>Edineia</i>
7.	Barbara Brito de Souza		<i>Barbara</i>
8.	Cláudia Maria Borges dos Santos	06733 73258	<i>Cláudia Maria B. Santos</i>
9.	Carlos Antonio Oliveira Santos	0455 348-70	<i>Carlos</i>
10.	Messias Conceição do Nascimento	10036128-4	<i>Messias Conceição do Nascimento</i>
11.	Luiz Carlos de C. Cerqueira	8262995	<i>Luiz Carlos</i>
12.	Luiz Manoel S. Dias	2 172 158 07	<i>Luiz Manoel S. Dias</i>
13.	Maria de Fátima Cardoso do Soc	1462486	<i>Maria de Fátima</i>
14.	Sônia Pinto da Silva	47471003	<i>Sônia</i>
15.	Sebastião Marques Neto	1922741-35	<i>Sebastião</i>
16.	Jimenei Duarte Santos Gomes	2711177-61	<i>Jimenei</i>
17.	Wanete Evangelina S. Gomes	1995045	<i>Wanete</i>
18.	Analisa Simões de Oliveira	03174652-79	<i>Analisa</i>
19.	Carlos Alberto de Oliveira	17550543-9	<i>Carlos Alberto</i>
20.	Danna F. Pereira S.P.	1313794361	<i>Danna</i>
21.	Daniel B. Ramos	9556668-64	<i>Daniel</i>
22.	Mary Aparecida A. Macedo	022031823	<i>Mary</i>
23.			
24.			
25.			

"Mais grave que os crimes dos perversos, é o estarrecedor silêncio dos bondosos" (Martin L. King)

a) a reforma agrária, com uma política agrícola de fortes investimentos no setor, principalmente em tecnologia, onde se destaca a necessidade de fortalecimento da Embrapa e de suas pesquisas, e a indispensável implantação de uma política agrária de zoneamento que impeça a prática da monocultura, tão perversa ao desenvolvimento diversificado da agricultura brasileira.

b) a defesa do meio ambiente, com a adoção de reformas urbanas nos grandes centros metropolitanos e de políticas racionais de desenvolvimento econômico com a preservação de nossos mananciais hídricos, nossas reservas florestais, nossa biodiversidade, enfim, nossa qualidade de vida.

c) a instituição de uma Política Nacional Energética que priorize nossas fontes alternativas, como a bioenergia, a energia eólica, a energia solar, entre outras opções que, com a defesa do controle nacional sob nosso território e sem prejuízo da necessária auto-suficiência em petróleo, permitam ao país construir uma matriz energética de baixo custo econômico e de elevada capacidade de preservação ambiental por basear-se em fontes renováveis.

Brasília-DF, 13 de Maio de 2008

FÓRUM SINDICAL DOS TRABALHADORES - FST

Confederação Nacional dos Trabalhadores na Indústria - **CNTI**

Confederação Nacional dos Trabalhadores no Comércio - **CNTC**

Confederação Nacional dos Trabalhadores em Transportes Terrestres - **CNTTT**

Confederação Nacional das Profissões Liberais - **CNPL**

Conf. Nac. dos Trab. em Transp. Aquaviários e Aéreo, na Pesca e nos Portos - **CONTTMAF**

Confederação Nacional dos Empregados em Empresas de Crédito - **CONTEC**

Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura - **CONTAG**

Confederação Nacional dos Trabalhadores em Comunicação e Publicidade - **CONTCOP**

Confederação Nacional dos Trab. em Estabelecimentos de Ensino e Cultura - **CNTEEC**

Confederação Nacional dos Trabalhadores Metalúrgicos - **CNTM**

Confederação Nacional dos Trabalhadores em Turismo e Hospitalidade - **CONTRATUH**

Confederação Nacional dos Trabalhadores nas Industrias de Alimentação e Afins - **CNTA**

Confederação Nacional dos Trabalhadores na Saúde - **CNTS**

Confederação dos Servidores Públicos do Brasil - **CSPB**

Confederação Nacional dos Trabalhadores Vigilantes - **CNTV**

Confederação Brasileira dos Trabalhadores Policiais Cíveis - **COBRAPOL**

União Sindical Independente - **USI**

Coordenação Confederativa dos Trabalhadores - **CCT**

Nova Central Sindical dos Trabalhadores - **NCST**

Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil - **CTB**

Central Sindical dos Profissionais - **CSP**

União Geral dos Trabalhadores - **UGT**

Brasília, 07 de maio de 2008.

Aos Senhores Deputados Federais

Prezados senhores,

A Confederação Brasileira de Aposentados, Pensionistas e Idosos - Cobap, federações e associações de Base, comprometeram-se trabalhar em conjunto com o Legislativo, apontando o que de prioritário seria para o segmento dos aposentados e pensionistas. A Cobap e suas filiadas estão em vigília permanente para o fortalecimento das lutas em prol dos direitos dos aposentados e pensionistas dentro do Congresso Nacional, precisamos que os nossos Deputados assumam o propósito de legislar com justiça social, minimizando assim o sofrimento de quem muito fez e ainda faz para o crescimento do País, reiterando o pedido de apoio às proposições que tramitam na Câmara dos Deputados e em especial a aprovação do:

Projeto de Lei nº. 01/07 (PLC 42/07) que dispõe sobre o valor do salário mínimo a partir de 2007 e estabelece diretrizes para a sua política de valorização de 2008 a 2023.e concede o mesmo índice de reajuste aos benefícios das aposentadorias;

Projeto de Lei nº. 3.299/08 (PLS 296/2003) que extingue o fator previdenciário para que o salário de benefício (aposentadoria) volte a ser calculado de acordo com a média aritmética simples até o máximo dos últimos 36 (trinta e seis) salários de contribuição, apurados em período não superior a 48 (quarenta e oito) meses;

Projeto de Lei complementar nº. 311/2002, garante o valor real para quem recebem benefícios superiores ao salário Mínimo, de acordo com o INPC de maio de 1989 e a garantia permanente, a instituição do Conselho Nacional de Seguridade Social – CNSS com a participação da união, dos Estados, dos municípios e de representantes da Sociedade Civil, e o recálculo das pensões por morte concebidas pelo Regime Geral da Previdência Social, antes de 1995;

Projeto de Lei nº. 190 de 2007, que concede aos benefícios de pensão por morte mantida pela Previdência Social e iniciada antes de 28 de abril de 1995, estabelecendo o recálculo do valor do benefício previdenciário, devendo corresponder a 100% (cem por cento) do valor da aposentadoria que o segurado recebia.

E dando continuidade as nossas lutas, a Confederação convida todos a participarem, no dia 19 de maio, do Lançamento da Frente Parlamentar em Defesa do Aposentado e Pensionista, no auditório Nereu Ramos da Câmara dos Deputados, um grupo suprapartidário com um único objetivo: defender os direitos do segmento e garantir os já conquistados. Será uma grande manifestação dentro do Congresso Nacional, e a COBAP é parte integrante da FRENTE. Entendemos que é no Congresso Nacional que podemos mudar os rumos das injustiças para que se tenha uma aposentadoria decente, uma saúde pública melhor e mais dignidade para com os nossos Aposentados, Pensionistas e Idosos.


Benedito Marcílio

Presidente da Confederação Brasileira de
Aposentados e Pensionistas - COBAP.

ENCONTRO NACIONAL DO FÓRUM SINDICAL DOS TRABALHADORES

CNTI - CNTC - CNTTT - CNPL - CONTMAF - CONTEC - CONTAG - CONTCOP - CNTEEC
CNTM - CONTRATUH - CNTA - CNTS - CSPB - CNTV - COBRAPOL - USI - CCT - CTB - CSP - UGT

Em defesa da unicidade sindical, do emprego e dos direitos trabalhistas.

CARTA DE BRASÍLIA

Os trabalhadores de todo o Brasil, reunidos em seu Encontro Nacional, convocado pelo FST – Fórum Sindical dos Trabalhadores, no dia 13 de maio de 2008, em Brasília – DF, na sala de Convenções do Americhel Hall, analisaram a pretensão do governo federal de alterar a estrutura sindical, a necessidade da geração de emprego e renda e as implicações que a envolvem como terceirizações, cooperativas de trabalho e a necessária redução da jornada de trabalho, bem como Previdência Social e Fundos de Pensões, Convenções 151 e 158 da OIT, Reforma Agrária, Meio Ambiente e Matriz Energética, APROVARAM as seguintes resoluções:

1 – Estrutura Sindical

As pressões dos setores neoliberais e reacionários da sociedade brasileira contra a nossa estrutura sindical são antigas e profundas, tendo adquirido força com a continuidade do governo Lula.

Mas, a nossa vitória alcançada durante a Constituinte e consagrada na Constituição da República de 05/10/1988, que em seu artigo 8º assegura a unicidade, a contribuição sindical e o sindicato por categorias econômicas e profissionais é fundamental para o sindicalismo brasileiro, como instrumento importantíssimo nas lutas e conquistas dos trabalhadores do Brasil.

Por isso, o Encontro Nacional do FST propõe:

- a) retirada do Congresso Nacional, pelo governo Lula, da PEC número 369/2005, a qual, se aprovada, irá implodir a estrutura sindical vigente, com danosas conseqüências para os trabalhadores do campo, da cidade, do serviço público e suas entidades sindicais representativas de grau superior;
- b) reedição da Portaria número 186/2008, pelo Ministro do Trabalho e Emprego, com a efetiva exclusão dos aspectos capazes de permitir o pluralismo sindical nas federações e confederações das categorias profissionais ou econômicas;
- c) priorizar a campanha nacional de apoio ao projeto de Lei do Senado, número 248/2006, de autoria do Senador Paulo Paim (PT/RS), que regulamenta de forma categórica o desconto da Contribuição Negocial, por ocasião das celebrações de convenções, acordos coletivos ou decisões normativas da Justiça do Trabalho;
- d) desencadear campanha em nível nacional, pela aprovação, pelo Congresso Nacional, de projeto de lei que regulamente a organização dos trabalhadores em seus locais de trabalho;
- e) lutar, em nível nacional, pela aprovação no Congresso Nacional de projeto de lei que regulamente o direito de greve para os servidores públicos.

2 – Redução da Jornada de Trabalho e Geração de Emprego e Renda

A redução de 48 para 44 horas semanais, inscrita na Constituição da República, durante estes 20 anos se mostrou ainda insuficiente para garantir salário adequado e o necessário e justo

descanso semanal do trabalhador e possibilitar a efetiva geração de emprego e renda, tão necessários ao Brasil.

Desta forma, o Plenário do Encontro Nacional propõe:

- a) intensificação da luta nacional e urgente pela redução da jornada de trabalho para 40 horas semanais, mediante a aprovação da PEC – Proposta de Emenda à Constituição, pelo Congresso Nacional;
- b) desenvolver amplo leque de apoio às propostas de geração de emprego e renda, com o fortalecimento do Salário Mínimo, como importante fator de distribuição de renda e redução das desigualdades regionais;
- c) apoio de forma integral, pelo movimento sindical, de uma Reforma Tributária que reduza o impacto da elevada carga tributária nas empresas e sobre os salários;
- d) desenvolver campanha nacional, pela redução dos juros a um nível justo, que permita a realização de investimentos que gerem empregos formais e facilite o desenvolvimento e o crescimento econômico e social do Brasil (ou do País);
- e) Impedir que as cooperativas de trabalho nos moldes atuais e a terceirização de forma abusiva e indiscriminada agravam, ainda mais, o elevado índice de desemprego e miséria em nossa pátria, intensificando campanha nacional pela regulamentação imediata, pelo Congresso Nacional, das chamadas cooperativas de trabalho ou de mão de obra e a coibição da absurda e indiscriminada terceirização, especialmente nas atividades fins das empresas privadas e do setor público.

3 – Convenções 151 e 158 da OIT

Contra as demissões imotivadas e em defesa da organização dos servidores públicos.

Com o apoio de todo movimento sindical, o Governo Federal encaminhou ao Congresso Nacional as mensagens para a aprovação das Convenções 151 e 158 da Organização Internacional do Trabalho - OIT.

A Convenção 151 institui o direito do funcionalismo público às negociações coletivas, direito esse que já vem sendo conquistado na prática, mas que ainda não está previsto em nossa legislação. Com essa Convenção, aqueles que, contratados pelo Estado, em suas diversas esferas (municipal, estadual e federal), prestam serviços fundamentais e essenciais à população brasileira, mas que ainda sofrem descriminação inaceitável e odiosa.

Já a Convenção 158 coibe a demissão imotivada nas empresas privadas e só permite a dispensa em casos de incapacidade econômico-financeira ou mudanças tecnológicos e estruturais devidamente comprovadas, ou falta grave praticada pelo trabalhador regularmente comprovada.

Nesse sentido, propomos:

- a) imediata aprovação da Convenção 151 da OIT pelo Congresso Nacional, assegurando-se o direito dos servidores públicos à negociação coletiva e livre organização nos seus sindicatos.
- b) a imediata aprovação da Convenção 158 da OIT pelo Congresso Nacional, com a inclusão na legislação brasileira de que recaia sobre o empregador o ônus da prova da falta do trabalhador que justifique a sua demissão.

4 – Previdência Social, Fundos e Pensões

Pela extinção do Fator Previdenciário e pela recuperação das aposentadorias e pensões

O Fator Previdenciário e as defasagens nos reajustes aposentadorias e pensões do Regime Geral da Previdência Social continuam agravando a situação de milhões de brasileiros que construíram a riqueza nacional. O Fórum Nacional de Previdência Social (FNPS) não conseguiu chegar a um consenso, pois os empresários e o governo insistem em aumentar a idade mínima para aposentadoria, o que é inaceitável.

O Senado Federal há poucos dias, em decisão histórica, aprovou o fim do Fator Previdenciário e estendeu às aposentadorias e pensões os mesmos critérios de reajuste do mínimo (inflação + crescimento do PIB). O reajuste do mínimo foi aprovado na Câmara, mas emenda que beneficiava os aposentados com o mesmo critério foi rejeitada.

Os Fundos de Pensões constituem importantes instrumentos de complementações de aposentadorias e pensões da Previdência Social e também significativa poupança interna do país.

Entretanto, é necessária a fiscalização específica e rigorosa das suas atividades, a fim de serem evitados os escândalos publicados frequentemente pela imprensa e prejuízos aos aposentados e pensionistas.

Desta forma propomos:

a) a aprovação imediata pela Câmara dos Deputados do PLS 296/2003, que extingue o Fator Previdenciário, cujas regras, baseadas, principalmente, na expectativa de vida dos trabalhadores, retardam e dificultam a concessão das aposentadorias.

b) aprovação imediata pela Câmara dos Deputados do reajuste das aposentadorias e pensões pelos mesmos critérios do salário mínimo, sob pena daqueles que ganham acima do mínimo e até o teto do Regime Geral estarem, muito em breve, ganhando somente o piso nacional.

c) a retomada da atuação do FNPS, a fim de que seja construído um modelo que fortaleça a previdência pública e social e elimine os riscos de sua privatização.

5 – Reforma Agrária, Meio Ambiente e Matriz Energética

Em defesa da reforma agrária, do meio ambiente e das fontes energéticas alternativas.

O Brasil dispõe de condições geográficas, físicas, econômicas e culturais fantásticas para atingir seu desenvolvimento auto-sustentável, de forma soberana, e com a preservação do meio ambiente.

Dispomos de um território continental, temos água e matérias primas abundantes, detemos uma biodiversidade invejável e ainda dispomos de uma base econômica e industrial que, conjugados entre si, permitem a superação de todos os resquícios de subdesenvolvimento econômico, de desigualdade social e de atraso cultural, ou seja, estamos destinados, inclusive, pela história de luta de nosso povo e de nossos trabalhadores, a alcançar a condição de país de primeiro mundo, em todos os aspectos.

Mas, para isso, alguns desafios terão de ser enfrentados. Além de superar os aspectos da política econômica neoliberal (juros altos, impostos elevados, superávit primário, etc.), precisamos promover e concluir algumas reformas estruturais para o pleno desenvolvimento nacional.

Sendo assim, propomos:

a) a reforma agrária, com uma política agrícola de fortes investimentos no setor, principalmente em tecnologia, onde se destaca a necessidade de fortalecimento da Embrapa e de suas pesquisas, e a indispensável implantação de uma política agrária de zoneamento que impeça a prática da monocultura, tão perversa ao desenvolvimento diversificado da agricultura brasileira.

b) a defesa do meio ambiente, com a adoção de reformas urbanas nos grandes centros metropolitanos e de políticas racionais de desenvolvimento econômico com a preservação de nossos mananciais hídricos, nossas reservas florestais, nossa biodiversidade, enfim, nossa qualidade de vida.

c) a instituição de uma Política Nacional Energética que priorize nossas fontes alternativas, como a bioenergia, a energia eólica, a energia solar, entre outras opções que, com a defesa do controle nacional sob nosso território e sem prejuízo da necessária auto-suficiência em petróleo, permitam ao país construir uma matriz energética de baixo custo econômico e de elevada capacidade de preservação ambiental por basear-se em fontes renováveis.

Brasília-DF, 13 de Maio de 2008

FÓRUM SINDICAL DOS TRABALHADORES - FST

Confederação Nacional dos Trabalhadores na Indústria - **CNTI**

Confederação Nacional dos Trabalhadores no Comércio - **CNTC**

Confederação Nacional dos Trabalhadores em Transportes Terrestres - **CNTTT**

Confederação Nacional das Profissões Liberais - **CNPL**

Conf. Nac. dos Trab. em Transp. Aquaviários e Aéreo, na Pesca e nos Portos - **CONTTMAF**

Confederação Nacional dos Empregados em Empresas de Crédito - **CONTEC**

Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura - **CONTAG**

Confederação Nacional dos Trabalhadores em Comunicação e Publicidade - **CONTCOP**

Confederação Nacional dos Trab. em Estabelecimentos de Ensino e Cultura - **CNTEEC**

Confederação Nacional dos Trabalhadores Metalúrgicos - **CNTM**

Confederação Nacional dos Trabalhadores em Turismo e Hospitalidade - **CONTRATUH**

Confederação Nacional dos Trabalhadores nas Indústrias de Alimentação e Afins - **CNTA**

Confederação Nacional dos Trabalhadores na Saúde - **CNTS**

Confederação dos Servidores Públicos do Brasil - **CSPB**

Confederação Nacional dos Trabalhadores Vigilantes - **CNTV**

Confederação Brasileira dos Trabalhadores Policiais Cíveis - **COBRAPOL**

União Sindical Independente - **USI**

Coordenação Confederativa dos Trabalhadores - **CCT**

Nova Central Sindical dos Trabalhadores - **NCST**

Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil - **CTB**

Central Sindical dos Profissionais - **CSP**

União Geral dos Trabalhadores - **UGT**

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI)

– Por essas palavras é que chamo V. Ex^a de nosso Martin Luther King. O seu sonho está se tornando realidade. V. Ex^a foi muito feliz ao trazer os trabalhos do Florestan Fernandes, o nosso intelectual, endossados por Fernando Henrique Cardoso, outro intelectual e estadista.

Mas quero lembrar a V. Ex^a que isso tudo começou com uma intelectual. Harriet Stowe escreveu *A Cabana do Pai Tomás*. Essa inglesa foi quem despertou a sensibilidade.

Depois passamos, Paulo Paim, dos Estados Unidos, de Abraham Lincoln, que teve a coragem de dizer: “Este país não pode ser metade escravo e metade livre”. Está no Livro de Deus: “A casa dividida será facilmente derrubada”. Ganha essa guerra da divisão, da liberdade, lá, em 1865, foi um passo para a libertação dos escravos aqui.

Então, convido agora para usar da palavra o último orador inscrito, Senador Flávio Arns, a não ser que o Senador Paulo Duque, que representa toda a grandeza do Parlamento do Brasil, queira falar.

O SR. EDUARDO SUPLYCY (Bloco/PT – SP) – Permita-me apenas dizer da conclusão do nosso diálogo aqui. Quem sabe venhamos a convidar Caetano Veloso, Gilberto Gil e Ali Kamel. Quem sabe vamos pensar numa outra sugestão conjuntamente, mas para a continuidade desse diálogo, visando o sonho de Paulo Paim e Martin Luther King.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Martin Luther King.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco/PT – PR. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, quero, em primeiro lugar, saudar também os Senadores Eduardo Suplicy e Paulo Paim, que, além de amigos, são pessoas totalmente dedicadas à dignidade, ao respeito, à construção da cidadania.

Destaco o respeito que tenho pela figura do Senador Eduardo Suplicy, pela sua trajetória. É uma pessoa conhecida no Brasil inteiro pelo caráter, pela transparência, pelos posicionamentos. E o Senador Paulo Paim também é um batalhador, um lutador.

E como membro da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, da qual nós três somos membros, já apóio, de imediato também, a iniciativa sugerida pelo Senador Eduardo Suplicy.

Cumprimento V. Ex^a também pelo requerimento para a sessão solene do dia de hoje, uma sessão de repercussão, de reflexão sobre a Lei Áurea, sobre a abolição da escravatura no Brasil. Destaco também em relação a V. Ex^a o esforço para a sistematização – eu diria – do conjunto de leis a favor dos setores da população mais vulnerados, mais marginalizados, como

é o caso do Estatuto do Idoso, do Estatuto da Igualdade Racial, do Estatuto da Pessoa com Deficiência, que foi aprovado aqui no Senado Federal e está na Câmara dos Deputados, num debate necessário para o seu aprimoramento. Foram necessárias dezenas de reuniões aqui no Senado Federal para se chegar a um texto que convergisse em relação às idéias todas.

Sabemos que isso é importante porque valoriza os setores com mais dificuldades em nosso País.

Parabéns!

Eu gostaria também, Sr. Presidente, de ler um texto a respeito da Lei Áurea e da Abolição da Escravatura no Brasil, para contribuir com essa reflexão importante que se faz hoje aqui no Senado Federal e, que, certamente, está sendo também desenvolvida por muitos setores da nossa sociedade, pensando, principalmente, no conceito de escravidão.

O que é escravidão? Será que realmente se extinguiu a escravidão no Brasil? Nesse sentido, eu acho que temos que pensar muito. As crianças, os jovens, os adultos, principalmente aquelas pessoas que estão preocupadas com a construção de valores. Valores que orientam a caminhada pela vida, as atitudes pessoais de solidariedade, de fraternidade – como foi lembrado pelo Presidente –, o diálogo que o Senador Eduardo Suplicy acabou de colocar – e falta tanto diálogo –, a justiça, a construção da paz.

A promulgação da Lei Áurea e a Abolição da Escravatura no Brasil, acontecidas há 120 anos, são fatos históricos de relevante importância. Tal importância é proporcional à irracionalidade e violência que é a escravidão: submeter alguém à privação da sua liberdade, impedindo a sua auto-determinação. Isso é escravidão.

Além dessa violência que frustra o projeto de realização por que almeja e a que tem direito toda pessoa humana, a escravidão tem como objetivo a exploração do trabalho, caracterizando uma das condições mais desumanas, que reduzem o ser a escravo explorado.

A imagem mais representativa de tal crueldade é a da pessoa trabalhando acorrentada. Porém, mais fortes e profundas do que as correntes de aço são aquelas que acabam aprisionando o entendimento e a alma.

O processo da escravatura busca, primeiro, destruir o sentimento de auto-estima e de autovalorização para, em seguida, criar o falso sentimento da inexorável dependência do bem que lhe proporciona quem escraviza e explora.

Nesse processo tão desumano e aniquilador de todo o sentimento de compreensão e de justiça, manifesta-se o desejo incontrolável de possuir sempre mais, de acumular bens materiais, de absolutizar

o progresso, mesmo que às custas do sofrimento e da exploração dos outros. A perda do senso da dignidade de toda pessoa e da justiça conduz ao flagelo da escravidão.

Sabemos que o fato histórico que estamos realçando não aconteceu num lance isolado, nem esteve pronto de um dia para o outro. Como a história registra de modo abundante, não se pode pisar e destruir pessoas indefinidamente. Sempre, no interior da pessoa humana, apesar de todas as opressões e explorações, permanece acesa a chama da dignidade e a força do resgate da liberdade e da construção de uma vida humana com dignidade.

Por certo, no seio da própria sociedade, entre pessoas com lucidez e entre os próprios escravos, o germe da libertação permaneceu vivo e cresceu lentamente. Um dia essa força viria à tona e se tornaria incontrolável.

Algumas questões, todavia, surgem e nos interrogam diante do fato histórico da abolição da escravatura no Brasil. Estão todos os brasileiros realmente e definitivamente libertos? É universal e evidente o estado de auto-estima e de autovalorização do povo?

Há no seio do povo como questionamento a consciência de sua força, quando organizado, na conquista de todas as condições que propiciem uma vida com dignidade? As condições de trabalho de todo o povo são aquelas que conduzem à realização como pessoa, quando também retribuem o esforço com um salário justo?

Tudo isso nos deve levar a pensar o sentido profundo e verdadeiro da necessária libertação. Libertação de tudo o que nos diminui como pessoa e de tudo o que torna as relações interpessoais não um caminho de realização e de convivência fraterna e solidária, mas uma história de violência e de desamor.

Como a abolição da escravatura é ainda um processo em marcha, cabe a todos nós, brasileiros, em especial aqueles que têm responsabilidades de mandatos representativos, assumir, com coragem, atitudes que representem passos eficazes e seguros de libertação.

É uma reflexão que eu faço e que se aplica nesse conceito, nesse tipo de abordagem, aos dias de hoje, porque o que nós queremos realmente para o povo brasileiro é libertação; libertação como sinônimo de auto-estima, como sinônimo de dignidade, de respeito, de valorização. E os questionamentos que devemos todos nos fazer, particularmente, como foi dito, em relação a nós, aqui no Senado, Deputados, Vereadores, Prefeitos, Governadores: como que nós, que temos cargos representativos, estamos contribuindo com coragem e independência para a verdadeira libertação

do povo brasileiro e da humanidade? Incluo também a humanidade porque nós temos de ser construtores da paz não só no Brasil, mas no mundo.

Obrigado, Sr. Presidente. Aliás, desculpe-me. O Senador Paulo Paim gostaria de falar.

O Sr. Paulo Paim (Bloco/PT – RS) – Eu quero só cumprimentar V. Ex^a, Senador Flávio Arns. Eu acho que encerramos a sessão de hoje dos 120 anos da Abolição da Escravatura de forma brilhante com o seu pronunciamento; um pronunciamento qualificado, tranqüilo, que busca unidade de todo o povo brasileiro. Essa unidade, respaldada pela sua fala, em igualdade de oportunidades para todos: negros, índios, brancos, deficientes, idosos, mulheres e crianças. Essa é a concepção que passa o seu pronunciamento. Por isso, neste fim de noite, nesta data dos 120 anos da Abolição não-conclusa, o seu pronunciamento fecha, para mim, com muita alegria e felicidade, porque sei do seu compromisso com todos os seres humanos. Por isso, tenho alegria de dizer: eu gosto muito quando, de público, tenho que falar de V. Ex^a, quando digo que a maior alegria minha é dizer que sou seu amigo e que V. Ex^a é meu amigo. Muito obrigado, Senador Flávio Arns.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco/PT – PR) – Com certeza, Senador Paulo Paim. Eu me orgulho muito disso também.

Sr. Presidente, quero deixar como lido o presente pronunciamento, para constar dos Anais.

Obrigado

SEGUE, NA ÍNTEGRA, PRONUNCIAMENTO DO SR. SENADOR FLÁVIO ARNS.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco/PT – PR. Sem apunhamento taquigráfico.) – Sr Presidente, Sr^{as} e Srs Senadores, a promulgação da Lei Áurea e da Abolição da Escravatura no Brasil acontecida há 120 anos é um fato histórico de relevante importância.

Tal importância é proporcional à irracionalidade e violência que é a escravidão: submeter alguém à privação de sua liberdade, impedindo a sua auto-determinação.

Além desta violência que frustra o projeto de realização a que almeja e tem direito toda pessoa humana, a escravidão tem como objetivo a exploração do trabalho, caracterizando uma das condições mais desumanas que reduz o ser a escravo explorado.

A imagem mais representativa de tal crueldade é a da pessoa trabalhando acorrentada. Porém, mais fortes e profundas que as correntes de aço, são aquelas que acabam aprisionando o entendimento e a alma.

O processo da escravatura busca, primeiro, destruir o sentimento de auto-estima e de auto-valorização

para, em seguida, criar o falso sentimento da inexorável dependência do bem que lhe proporciona quem escraviza e explora.

Neste processo tão desumano e aniquilador de todo sentimento de compreensão e de justiça, manifesta-se o desejo incontrolável de possuir sempre mais, de acumular bens materiais, de absolutizar o progresso mesmo que às custas do sofrimento e da exploração dos outros. A perda do senso da dignidade de toda pessoa e da justiça conduz ao flagelo da escravidão.

Sabemos que o fato histórico que estamos realçando não aconteceu num lance isolado, nem esteve pronto de um dia para o outro. Como a história registra de modo abundante, não se pode pisar e destruir pessoas indefinidamente. Sempre, no interior da pessoa humana, apesar de todas as opressões e explorações, permanece acesa a chama da dignidade e a força do resgate da liberdade e da construção de uma vida humana com dignidade.

Por certo, no seio da própria sociedade, entre pessoas com lucidez e entre os próprios escravos, o germe da libertação permaneceu vivo e cresceu lentamente. Um dia, esta força viria à tona e se tornaria incontrolável.

Algumas questões, todavia, surgem e nos interrogam diante do fato histórico da abolição da escravatura no Brasil. Estão todos os brasileiros realmente e definitivamente libertos? É universal e evidente o estado de auto-estima e de auto-valorização? Há no seio do povo a consciência de sua força, quando organizado, na conquista de todas as condições que propiciem uma vida com dignidade? As condições de trabalho de todo o povo são aquelas que conduzem à realização como pessoa, quando também retribuem o esforço com um salário justo?

Tudo isso nos deve levar a pensar o sentido profundo e verdadeiro da necessária libertação. Libertação de tudo o que nos diminui como pessoa e de tudo o que torna as relações interpessoais não um caminho de realização e de convivência fraterna e solidária, mas uma história de violência e de desamor.

Como a abolição da escravatura é ainda um processo em marcha, cabe a todos nós brasileiros e, em especial, àqueles que têm responsabilidades de mandatos representativos assumir, com coragem, atitudes que representem passos eficazes e seguros de libertação.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Paulo Paim é, para nós, o nosso Martin Luther King. Agora, entendo que devíamos iniciar uma campanha para que o Senador Flávio Arns mereça o Prêmio No-

bel da Paz. Ninguém mais que ele se dedica ao desprotegido. Essas são as minhas palavras.

Agora, quis Deus que eu terminasse esta sessão para que façamos uma reflexão. Sei que Abraham Lincoln cumpriu a missão dele. John Fitzgerald Kennedy manteve um exército no sul dos Estados Unidos, para que um negro pudesse fazer o seu curso universitário. Todos: o Florestan Fernandes, V. Ex^a... Vocês dois representam – ô Flávio Arns – o melhor que há no Partido do Governo.

Eu entendo que tivemos escravidões desde o povo hebreu no Egito, quando Deus ungiu Moisés; como eu disse, há 200 anos, Dom João VI tentou escravizar os botocudos; os pretos, que foram libertados. Porém, a escravatura da vida moderna, sobre a qual temos de orientar este País, é a dívida.

São as dívidas que representam a escravidão no mundo moderno.

Abraham Lincoln, que teve a coragem de dizer “esse país não pode ficar a metade livre e a metade escrava” e que “a casa dividida será facilmente derrubada”; que teve a coragem de dizer “não baseia a tua prosperidade com dinheiro emprestado”, me inspirou a dizer que a escravatura que vejo é essa que está favorecendo os banqueiros, estimulando os empréstimos consignados, para comprar carros em 10 anos! É uma vida!

Então é esta a nossa reflexão: educarmos o nosso povo; a dívida é uma escravização moderna, que nós devemos evitar para o povo brasileiro. Abraham Lincoln, o mesmo que disse “não baseie tua prosperidade com dinheiro emprestado”. Essa é a nossa reflexão.

Quer ainda usar da palavra, Senador Paulo Duque? (Pausa.)

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Não há mais oradores inscritos.

A Presidência põe em votação os **Requerimentos nºs 574, 575 e 584, de 2008**, de autoria, respectivamente, dos Srs. Senadores Gilberto Goellner, Jayme Campos e Flexa Ribeiro, lidos anteriormente.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que os aprovam, queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovados.

Ficam concedidas as licenças solicitadas.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – O Sr. Senador Romero Jucá enviou discurso à Mesa para ser publicado na forma do disposto no art. 203 do Regimento Interno.

S. Ex^a será atendido.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB – RR. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr Presidente, Sr^{as} e Srs Senadores, a Constituição de 1988, que o saudoso Ulysses Guimarães batizou de Carta Cidadã, trouxe,

entre suas muitas novidades, a elevação de Roraima à condição de Estado.

Após décadas de Território Federal, a transformação em Estado trouxe profundas mudanças. Maiores poderes trazem maiores responsabilidades.

Uma dessas responsabilidades foi a criação de uma Justiça Estadual própria, instalada em 25 de abril de 1991. O Tribunal de Justiça (TJ) de Roraima completa, então, 17 anos de bons serviços prestados à população de meu Estado. São sete Desembargadores, vinte e oito Juízes e sete Comarcas em Boa Vista, Caracarái, São Luís do Anauá, Mucajaí, Rorainópolis, Alto Alegre e Pacaraima.

Ao longo de sua história, importantes desafios foram vencidos, tais quais a criação e a manutenção de programas como a Justiça Itinerante ou Justiça Móvel, Justiça no Trânsito e Núcleos de Atendimento e Conciliação dos Juizados Especiais.

O objetivo do Tribunal, que tem sido cumprido plenamente, é o de servir ao cidadão e, para tanto, foi necessária a criação de mecanismos que permitissem alcançar os locais mais isolados. A Justiça é um direito de todos os cidadãos do Estado, e o Tribunal de Justiça de Roraima tem envidado os esforços possíveis para completar a sua tarefa.

É importante observar que, se muito já foi feito, o Tribunal de Justiça está preocupado em se tornar cada vez mais eficiente, tanto para que a população em geral tenha cada vez mais acesso à Justiça, quanto para tornar, dentro das competências estabelecidas às justiças estaduais, o processo mais ligeiro e as decisões mais rápidas.

Em primeiro lugar, o Tribunal de Justiça busca informatizar todas as Comarcas e varas até o mês de novembro. O objetivo, segundo o presidente do TJ, Desembargador Robério Nunes dos Anjos, é acabar com os processos em papel. Creio que é a iniciativa mais ousada de todo o Brasil, que irá facilitar a vida de advogados, Procuradores, Promotores, Defensores Públicos, bem como tornar a tramitação processual mais ágil, o que, no final das contas, vai ao encontro do objetivo de tornar a Justiça cada vez mais acessível ao cidadão comum.

Além disso, está em andamento concurso público para o preenchimento das vagas para Juiz atualmente existentes. Todos sabemos que o Juiz é parte essencial do processo. Sem a sua presença, não se pode sequer imaginar a existência da Justiça.

No segundo semestre, está prevista a instalação da Comarca de Bonfim e da 6ª Vara Criminal em Boa Vista. Ademais, a Justiça Itinerante agora também atua em área indígena, na região de Surucucus, e, mais

adiante, atuará em outras áreas. Assim, a Justiça Móvel terá cobertura em todo o Estado.

É verdade que, no longo prazo, existe o sonho de que cada sede de Município conte com a presença da Justiça. No entanto, ainda é necessário preencher inúmeros requisitos para que o sonho se torne realidade.

O TJ também investe em capacitação, por intermédio da escola do Poder Judiciário, que tem qualificado Magistrados e servidores. Muitos cursos têm sido ministrados no próprio Estado, tendo sempre em mente dois objetivos: qualidade e custo compatível com a capacidade fiscal de Roraima.

O Poder Judiciário Estadual tem buscado, ainda, garantir um pagamento justo aos seus servidores e está em fase final de preparação do tão sonhado plano de cargos e salários, que será enviado à Assembléia Legislativa para exame e aprovação.

Enfim, o Tribunal de Justiça de Roraima, ao longo de seus dezessete anos de existência, tem lutado para superar as inúmeras dificuldades encontradas. Frise-se, no entanto, que apesar dos obstáculos enfrentados, tem obtido indiscutível sucesso. Tenho plena certeza de que, em um futuro muito próximo será capaz de garantir de forma ainda mais eficiente a prestação jurisdicional ao cidadão roraimense.

Era o que eu tinha a dizer.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Nada mais havendo a tratar, a Presidência vai encerrar os trabalhos desta sessão de 13 de maio, coordenada pela nossa Secretária Geral da Mesa, Cláudia Lyra e esses dois extraordinários assessores, o Dr. José Roberto e João Pedro, e aos funcionários da Casa, a quem agradeço, simbolizados pela maneira delicada de servir do nosso Zezinho, lembrando às Sr^{as} e aos Srs. Senadores que constará da próxima sessão deliberativa ordinária, a realizar-se amanhã, às 14 horas, a seguinte:

ORDEM DO DIA

1

PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO Nº 8, DE 2008
(Proveniente da Medida Provisória nº 410, de 2007)
(Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei de Conversão nº 8, de 2008, que acrescenta artigo à Lei nº 5.889, de 8 de junho de 1973, criando o contrato de trabalhador rural por pequeno prazo; estabelece normas tran-

sitórias sobre a aposentadoria do trabalhador rural; prorroga o prazo de contratação de financiamentos rurais de que trata o § 6º do art. 1º da Lei nº 11.524, de 24 de setembro de 2007; e altera as Leis nºs 8.171, de 17 de janeiro de 1991; 7.102, de 20 de junho de 1993; 9.017, de 30 de março de 1995, 8.212 e 8.213, ambas de 24 de julho de 1991 (proveniente da Medida Provisória nº 410, de 2007).

Relator revisor: Senador Flávio Arns
(Sobrestando a pauta a partir de: 22.03.2008)

Prazo final (prorrogado): 04.06.2008

2

PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO Nº 9, DE 2008

(Proveniente da Medida Provisória nº 411, de 2007)

(Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei de Conversão nº 9, de 2008, que dispõe sobre o Programa Nacional de Inclusão de Jovens – Projovem, instituído pela Lei nº 11.129, de 30 de junho de 2005; altera a Lei nº 10.836, de 9 de janeiro de 2004; revoga dispositivos das Leis nºs 9.608, de 18 de fevereiro de 1998; 10.748, de 22 de outubro de 2003; 10.940, de 27 de agosto de 2004; 11.129, de 30 de junho de 2005; e 11.180, de 23 de setembro de 2005; e dá outras providências (proveniente da Medida Provisória nº 411, de 2007).

Relatora revisora: Senadora Lúcia Vânia

(Sobrestando a pauta a partir de: 22.03.2008)

Prazo final (prorrogado): 04.06.2008

3

PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO Nº 10, DE 2008

(Proveniente da Medida Provisória nº 412, de 2007)

(Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei de Conversão nº 10, de 2008, que dispõe sobre a prorrogação do Regime Tributário para Incentivo à Modernização e à Ampliação da Estrutura Portuária – Reporto, instituído pela Lei nº 11.033, de 21 de dezembro de 2004; e altera as Leis nºs 11.033, de 21 de dezembro de 2004; e 9.433, de 8 de janeiro de 1997

(proveniente da Medida Provisória nº 412, de 2007).

Relatora revisora: Senadora Kátia Abreu

(Sobrestando a pauta a partir de: 22.03.2008)

Prazo final (prorrogado): 04.06.2008

4

PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO Nº 11, DE 2008

(Proveniente da Medida Provisória nº 416, de 2008)

(Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei de Conversão nº 11, de 2008, que altera a Lei nº 11.530, de 24 de outubro de 2007, que institui o Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania – Pronasoci (proveniente da Medida Provisória nº 416, de 2008).

Relator revisor: Senador Valter Pereira
(Sobrestando a pauta a partir de: 22.03.2008)

Prazo final (prorrogado): 04.06.2008

5

PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO Nº 12, DE 2008

(Proveniente da Medida Provisória nº 417, de 2008)

(Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei de Conversão nº 12, de 2008, que altera e acresce dispositivos à Lei nº 10.826, de 22 de dezembro de 2003, que dispõe sobre registro, posse e comercialização de armas de fogo e munição e sobre o Sistema Nacional de Armas – Sinarm e define crimes (proveniente da Medida Provisória nº 417, de 2008)

Relator revisor: Senador Raimundo Colombo

(Sobrestando a pauta a partir de: 22.03.2008)

Prazo final (prorrogado): 04.06.2008

6

PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO Nº 13, DE 2008

(Proveniente da Medida Provisória nº 415, de 2008)

(Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei de Conversão nº 13, de 2008, que

proíbe a venda de bebidas alcoólicas às margens de trecho rural de rodovia federal; modifica as Leis nºs 9.503, de 23 de setembro de 1997 – Código de Trânsito Brasileiro, para proibir que a pessoa que possua qualquer concentração de álcool no sangue conduza veículo automotor; e 9.294, de 15 de junho de 1996; e dá outras providências (proveniente da Medida Provisória nº 415, de 2008).

Relator revisor: Senador Francisco Dornelles

(Sobrestando a pauta a partir de: 22.03.2008)

Prazo final (prorrogado): 04.06.2008

7

PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO Nº 14, DE 2008

(Proveniente da Medida Provisória nº 413, de 2008)

(Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei de Conversão nº 13, de 2008, que *dispõe sobre medidas tributárias destinadas a estimular os investimentos e a modernização do setor de turismo, a reforçar o sistema de proteção tarifária brasileiro, a estabelecer a incidência de forma concentrada da Contribuição para o PIS/Pasep e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social – Cofins na produção e comercialização de álcool; altera as Leis nºs 10.865, de 30 de abril de 2004; 11.488, de 15 de junho de 2007; 9.718, de 27 de novembro de 1998; 11.196, de 21 de novembro de 2005; 10.637, de 30 de dezembro de 2002; 10.833, de 29 de dezembro de 2003; 7.689, de 15 de dezembro de 1988; 7.070, de 20 de dezembro de 1982; 9.250, de 26 de dezembro de 1995; 9.430, de 27 de dezembro de 1996; 9.249, de 26 de dezembro de 1995; 11.051, de 29 de dezembro de 2004; 9.393, de 19 de dezembro de 1996; 8.213, de 24 de julho de 1991; 7.856, de 24 de outubro de 1989; e a Medida Provisória nº 2.158-35, de 24 de agosto de 2001; e dá outras providências (proveniente da Medida Provisória nº 413, de 2008)*

Relator revisor: Senador César Borges

(Sobrestando a pauta a partir de: 22.03.2008)

Prazo final (prorrogado): 04.06.2008

8

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 414, DE 2008

(Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal)

Discussão, em turno único, da Medida Provisória nº 414, de 2008, que *constitui fonte de recursos adicional para ampliação de limites operacionais do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES.*

Relatora revisora: Senadora Ideli Salvatti

(Sobrestando a pauta a partir de: 22.03.2008)

Prazo final (prorrogado): 04.06.2008

9

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 27, DE 2008

(Em regime de urgência, nos termos do art. 64, § 1º da Constituição Federal)

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 353, parágrafo único, do Regimento Interno)

Projeto de Lei da Câmara nº 27, de 2008 (nº 2.105/2007, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que *institui o Regime de Tributação Unificada – RTU na importação, por via terrestre, de mercadorias procedentes do Paraguai; e altera as Leis nºs 10.637, de 30 de dezembro de 2002, e 10.833, de 29 de dezembro de 2003 (Projeto do Sacoleiro).*

(Sobrestando a pauta a partir de: 09.05.2008)

(Dependendo de pareceres da Representação Brasileira no Parlamento do Mercosul e das Comissões de Constituição, Justiça e Cidadania-CCJ, de Relações Exteriores e Defesa Nacional-CRE e de Assuntos Econômicos-CAE)

10

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 11, DE 2008

(Incluído em Ordem do Dia, nos termos do parágrafo único do art. 353 do Regimento Interno)

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 11, de 2008 (apresentado como conclusão do Parecer nº 84, de 2008, da Comissão de Assuntos Econômicos, Relator ad hoc: Senador Antonio Carlos Júnior, que *aprova a Programação Monetária para o quarto trimestre de 2007.*

11

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 48, DE 2003**
(*Votação nominal*)

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 48, de 2003, tendo como primeiro signatário o Senador Antonio Carlos Magalhães, que *dispõe sobre aplicação de recursos destinados à irrigação*.

Pareceres sob nºs 1.199, de 2003; e 15, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania: 1º pronunciamento: Relator: Senador João Alberto Souza, favorável, com a Emenda nº 1-CCJ, que apresenta; 2º pronunciamento: (sobre a Emenda nº 2, de Plenário), Relator ad hoc: Senador João Batista Motta, favorável, nos termos de subemenda que apresenta.

12

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 5, DE 2005**
(*Votação nominal*)

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 5, de 2005, tendo como primeiro signatário o Senador Cristovam Buarque, que *altera o art. 45 da Constituição para conceder ao brasileiro residente no exterior o direito de votar nas eleições*.

Parecer sob nº 1.037, de 2006, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Eduardo Azeredo, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CCJ (Substitutivo), que oferece.

13

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 38, DE 2004**
(*Votação nominal*)

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 38, de 2004, tendo como primeiro signatário o Senador Sérgio Cabral, que *altera os arts. 52, 55 e 66, da Constituição Federal, para estabelecer o voto aberto nos casos em que menciona, terminando com o voto secreto do parlamentar*.

Pareceres sob nºs 1.058, de 2006, e 1.185, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Antonio Carlos Valadares, – 1º pronunciamento: (sobre a Proposta) favorável, nos termos da Emenda nº 1-CCJ (Substitutivo), que oferece; – 2º pronunciamento: (sobre a Emenda nº 2, de Plenário), contrário.

14

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 50, DE 2006**
(*Votação nominal*)

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 50, de 2006, tendo como primeiro signatário o Senador Paulo Paim, que *inclui o art. 50A e altera os arts. 52, 55 e 66, da Constituição Federal, para estabelecer o voto aberto nos casos em que menciona, terminando com o voto secreto parlamentar*.

Pareceres sob nºs 816 e 1.186, de 2007 da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, – 1º pronunciamento: (sobre a Proposta) Relator: Senador Tasso Jereissati, favorável; 2º pronunciamento: (sobre a Emenda nº 1, de Plenário) Relator ad hoc: Senador Flexa Ribeiro, pela aprovação parcial, nos termos da Subemenda-CCJ (Substitutivo), que oferece.

15

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 86, DE 2007**
(*Votação nominal*)

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 86, de 2007, tendo como primeiro signatário o Senador Alvaro Dias, que *altera o § 2º do art. 55 da Constituição Federal (determina o voto aberto para a perda de mandato de Deputados e Senadores)*.

Pareceres sob nºs 817 e 1.187, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, – 1º pronunciamento: (sobre a Proposta), Relator: Senador Tasso Jereissati, favorável, com a Emenda nº 1-CCJ, de redação, que apresenta; – 2º pronunciamento: (sobre a Emenda nº 2-Plen), Relator ad hoc: Senador Flexa Ribeiro, favorável, com Subemenda, que apresenta.

16

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 57, DE 2005**
(*Votação nominal*)

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 57, de 2005, tendo como primeiro signatário o Senador Marco Maciel, que *dá nova redação ao § 4º do art. 66 da Constituição, para permitir que os vetos sejam apreciados separadamente no Senado Federal e na Câmara dos Deputados*.

Pareceres da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, sob nºs

– 779, de 2006, 1º pronunciamento (sobre a Proposta): Relator: Senador Ramez Tebet, favorável;

– 272, de 2007, 2º pronunciamento (sobre a Emenda nº 1-Plen): Relator: Senador Adelmir Santana, favorável, com a Emenda nº 2-CCJ, de redação; e

– 100, de 2008, 3º pronunciamento (em reexame, nos termos do Requerimento nº 128, de 2008), Relator Senador Adelmir Santana, ratificando seus pareceres anteriores, apresentando, ainda, as Emendas nºs 3 e 4-CCJ.

17

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 20, DE 1999

(Tramitando em conjunto com as Propostas de Emenda à Constituição nºs 18, de 1999; 3, de 2001; 26, de 2002; 90, de 2003; e 9, de 2004)

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 20, de 1999, tendo como primeiro signatário o Senador José Roberto Arruda, que *altera o art. 228 da Constituição Federal, reduzindo para dezesseis anos a idade para imputabilidade penal.*

Parecer sob nº 478, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Demóstenes Torres, favorável à Proposta de Emenda à Constituição nº 20, de 1999, com a Emenda nº 1-CCJ, que apresenta; e pela rejeição das demais matérias que tramitam em conjunto, com votos contrários dos Senadores Sibá Machado, Eduardo Suplicy, Eptácio Cafeteira, Antônio Carlos Valadares, Pedro Simon, Romero Jucá, e das Senadoras Serys Slhessarenko, Lúcia Vânia e, em separado, do Senador Aloizio Mercadante e da Senadora Patrícia Saboya.

18

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 18, DE 1999

(Tramitando em conjunto com as Propostas de Emenda à Constituição nºs 20, de 1999; 3, de 2001; 26, de 2002; 90, de 2003; e 9, de 2004)

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição

nº 18, de 1999, tendo como primeiro signatário o Senador Romero Jucá, que *altera a redação do art. 228 da Constituição Federal.*

19

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 3, DE 2001

(Tramitando em conjunto com as Propostas de Emenda à Constituição nºs 18 e 20, de 1999; 26, de 2002; 90, de 2003; e 9, de 2004)

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 3, de 2001, tendo como primeiro signatário o Senador José Roberto Arruda, que *altera o artigo 228 da Constituição Federal, reduzindo para dezesseis anos a idade para imputabilidade penal.*

20

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 26, DE 2002

(Tramitando em conjunto com as Propostas de Emenda à Constituição nºs 18 e 20, de 1999; 3, de 2001; 90, de 2003; e 9, de 2004)

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 26, de 2002, tendo como primeiro signatário o Senador Iris Rezende, que *altera o artigo 228 da Constituição Federal, para reduzir a idade prevista para a imputabilidade penal, nas condições que estabelece.*

21

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 90, DE 2003

(Tramitando em conjunto com as Propostas de Emenda à Constituição nºs 18 e 20, de 1999; 3, de 2001; 26, de 2002; e 9, de 2004)

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 90, de 2003, tendo como primeiro signatário o Senador Magno Malta, que *inclui parágrafo único no artigo 228, da Constituição Federal, para considerar penalmente imputáveis os maiores de treze anos que tenham praticado crimes definidos como hediondos.*

22

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 9, DE 2004**

(Tramitando em conjunto com as Propostas de Emenda à Constituição nºs 18 e 20, de 1999; 3, de 2001; 26, de 2002; e 90, de 2003)

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 9, de 2004, tendo como primeiro signatário o Senador Papaléo Paes, que *acrescenta parágrafo ao artigo 228 da Constituição Federal, para determinar a imputabilidade penal quando o menor apresentar idade psicológica igual ou superior a dezoito anos.*

23

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 96, DE 2003**

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 96, de 2003, tendo como primeira signatária a Senadora Ideli Salvatti, que *acrescenta novo parágrafo ao artigo 73 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, para estabelecer, a partir de 2005, a regressividade da Desvinculação das Receitas da União (DRU) no cálculo da aplicação de recursos na manutenção e desenvolvimento do ensino de que trata o artigo 212 da Constituição Federal.*

Parecer sob nº 349, de 2008, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Jefferson Peres, favorável, com as emendas nºs 1 e 2-CCJ, que apresenta.

24

**SUBSTITUTIVO DA CÂMARA AO
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 57, DE 2001**

Discussão, em turno único, do Substitutivo da Câmara ao Projeto de Lei do Senado nº 57, de 2001 (nº 5.270/2001, naquela Casa), que *altera o art. 36 do Decreto-Lei nº 221, de 28 de fevereiro de 1967, que dispõe sobre a proteção e estímulos à pesca e dá outras providências.*

Pareceres sob nºs 1.345 e 1.346, de 2007, das Comissões

– de Agricultura e Reforma Agrária, Relator: Senador João Durval, favorável, com as adequações redacionais propostas, e
– de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, Relator ad hoc: Senador Renato Casagrande, favorável.

25

**SUBSTITUTIVO AO
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 12, DE 2000**

Discussão, em turno suplementar, do Substitutivo ao Projeto de Lei da Câmara nº 12, de 2000 (nº 885/95, na Casa de origem), que *estabelece diretrizes gerais de programa nacional de habitação para mulheres com responsabilidade de sustento da família.*

Parecer sob nº 437, de 2007, da Comissão Diretora, Relator: Senador Gerson Camata, oferecendo a redação do vencido.

26

**SUBSTITUTIVO AO
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 6, DE 2003**

Discussão, em turno suplementar, do Substitutivo ao Projeto de Lei da Câmara nº 6, de 2003 (nº 2.820/2000, na Casa de origem), que *altera os arts. 47 e 56 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro de 1971. (Dispõe sobre a administração e o conselho fiscal das sociedades cooperativas).*

Parecer sob nº 95, de 2008, da Comissão Diretora, Relator: Senador Efraim Morais, oferecendo a redação do vencido.

27

**SUBSTITUTIVO AO
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 26, DE 2000**

Discussão, em turno suplementar, do Substitutivo ao Projeto de Lei do Senado nº 26, de 2000, que *altera a Lei nº 9.069, de 29 de junho de 1995, para tratar do comparecimento do Presidente do Banco Central do Brasil na Comissão de Assuntos Econômicos do Senado Federal e para extinguir a obrigatoriedade de apresentação da programação monetária trimestral e a vinculação legal entre emissão de moeda e reservas cambiais.*

Parecer sob nº 66-A, de 2008, da Comissão Diretora, Relator: Senador Flexa Ribeiro, oferecendo a redação do vencido.

28

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 22, DE 2003

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 22, de 2003 (nº 5.120/2001, na Casa de origem), que *dispõe sobre as atividades das Agências de Turismo*.

Pareceres nºs 1.049 e 1.050, de 2007, das Comissões

– de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Tasso Jereissati, favorável ao Projeto com as Emendas nºs 1 a 12-CCJ, que apresenta;

– de Desenvolvimento Regional e Turismo, Relator: Senador Antonio Carlos Valadares, favorável ao Projeto e às Emendas nºs 1 a 4, 6 a 8, 11 e 12-CCJ, à Emenda nº 9-CCJ, nos termos de Subemenda; pela prejudicialidade das Emendas nºs 5 e 10-CCJ; apresentando, ainda, as Emendas nºs 13 a 18-CDR.

29

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 28, DE 2003

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 28, de 2003 (nº 5.657/2001, na Casa de origem), que *acrescenta dispositivo à Lei n.º 8.906, de 4 de julho de 1994, que dispõe sobre o Estatuto da Advocacia e a Ordem dos Advogados do Brasil – OAB (prescrição em cinco anos da ação de prestação de contas do advogado para o seu cliente, ou de terceiros por conta dele)*.

Parecer favorável, sob nº 1.162, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Demóstenes Torres.

30

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 75, DE 2004

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 75, de 2004 (nº 1.071/2003, na Casa de origem), que *altera a Lei nº 10.334, de 19 de dezembro de 2001, que dispõe sobre a obrigatoriedade de fabricação e comercialização de lâmpadas incandescentes para uso em tensões de valor igual ou superior ao da tensão nominal da rede de distribuição, e dá outras providências*.

Parecer favorável sob nº 87, de 2007, da Comissão de Assuntos Econômicos, Relator: Senador Delcídio Amaral.

31

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 24, DE 2005

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 24, de 2005 (nº 4.465/2001, na Casa de origem), que *altera a Lei nº 5.917, de 10 de setembro de 1973 (inclui novo trecho na Relação Descritiva das rodovias no Sistema Rodoviário Nacional)*.

Parecer favorável, sob nº 1.534, de 2005, da Comissão de Serviços de Infra-Estrutura, Relator “ad hoc”: Senador Rodolpho Tourinho.

32

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 103, DE 2005

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 103, de 2005 (nº 45/99, na Casa de origem), que *veda a exigência de carta de fiança aos candidatos a empregos regidos pela Consolidação das Leis do Trabalho – CLT*.

Parecer sob nº 198, de 2006, da Comissão de Assuntos Sociais, Relator ad hoc: Senador Paulo Paim, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CAS (Substitutivo), que apresenta.

33

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 111, DE 2005

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 111, de 2005 (nº 3.796/2004, na Casa de origem), que *dispõe sobre a Política Nacional de Orientação, Combate e Controle dos Efeitos Danosos da Exposição ao Sol à Saúde e dá providências correlatas*.

Pareceres sob nºs 603 e 604, de 2007, das Comissões:

– de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Magno Malta, favorável, com as Emendas nºs 1 e 2-CCJ, de redação, que apresenta; e

– de Assuntos Sociais, Relator: Senador Papaléo Paes, favorável, nos termos da Emenda nº 3-CAS (Substitutivo), que oferece.

34

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 118, DE 2005

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 118, de 2005 (nº 1.153/2003, na Casa de origem), que *modifica o inciso II do caput do art. 44 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (dispõe sobre o aproveitamento de matérias cursadas em seminários de filosofia ou teologia)*.

Parecer sob nº 924, de 2006, da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, Relatora: Senadora Maria do Carmo Alves, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CE (Substitutivo), que oferece.

35

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 1, DE 2006

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 1, de 2006 (nº 1.696/2003, na Casa de origem), que *altera o § 2º do art. 12 da Lei nº 9.656, de 3 de junho de 1998, que dispõe sobre os planos e seguros privados de assistência à saúde (acrescenta o planejamento familiar nos casos de cobertura dos planos ou seguros privados de assistência à saúde)*.

Parecer favorável, sob nº 145, de 2007, da Comissão de Assuntos Sociais, Relatora: Senadora Serys Slhessarenko.

36

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 2, DE 2006

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 2, de 2006 (nº 1.984/2003, na Casa de origem), que *altera o inciso XIII do caput do art. 7º da Lei nº 9.610, de 19 de fevereiro de 1998 (inclui as normas técnicas como obras protegidas pela legislação dos direitos autorais)*.

Parecer favorável, sob nº 376, de 2006, da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, Relator: Senador Roberto Saturnino.

37

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 4, DE 2006

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 4, de 2006 (nº 4.730/2004, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que *dá nova redação*

aos arts. 830 e 895 da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 (dispõe sobre a autenticidade de peças oferecidas para prova no processo trabalhista e sobre o cabimento de recurso ordinário para instância superior).

Parecer favorável sob o nº 697, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator Senador Eduardo Suplicy .

38

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 11, DE 2006

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 11, de 2006 (nº 2.822/2003, na Casa de origem), que *acrescenta parágrafo único ao art. 1º da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para dispor sobre a boa-fé nas relações de trabalho*.

Parecer sob nº 542, de 2006, da Comissão de Assuntos Sociais, Relator: Senador Paulo Paim, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CAS (Substitutivo), que oferece.

39

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 27, DE 2006

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 27, de 2006 (nº 819/2003, na Casa de origem), que *denomina “Rodovia Ministro Alfredo Nasser” a rodovia BR-174, entre a cidade de Cáceres – MT e a fronteira com a Venezuela*.

Parecer sob o nº 1.175, de 2006, da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, Relator ad hoc: Senador Mão Santa, favorável, com a Emenda nº 1-CE, que oferece.

40

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 43, DE 2006

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 43, de 2006 (nº 4.505/2004, na Casa de origem), que *dispõe sobre o reconhecimento do dia 26 de outubro como Dia Nacional dos Trabalhadores Metroviários*.

Parecer favorável, sob nº 926, de 2006, da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, Relator: Senador Paulo Paim.

41

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 90, DE 2006

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 90, de 2006 (nº 6.248/2005, na Casa de origem), que *acrescenta o § 3º-C ao art. 30 da Lei n.º 6.015, de 31 de dezembro de 1973, que dispõe sobre os registros públicos e dá outras providências (determina que cartórios de registros públicos afixem, em locais de fácil leitura e acesso, quadros contendo os valores das custas e emolumentos)*.

Parecer favorável, sob nº 1.163, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator ad hoc: Senador Valter Pereira.

42

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 12, DE 2007

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 12, de 2007 (nº 1.791/1999, na Casa de origem), que *institui o Dia Nacional dos Surdos*.

Parecer favorável, sob nº 979, de 2007, da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, Relator "ad hoc": Senador Flávio Arns.

43

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 28, DE 2007

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 28, de 2007 (nº 3.986/2004, na Casa de origem), que *institui o Dia Nacional do Vaqueiro*.

Parecer favorável sob o nº 722, de 2007, da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, Relator "ad hoc": Senador Valter Pereira.

44

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 30, DE 2003

*(Tramitando em conjunto com o Projeto de Lei do Senado nº 306, de 2003)
(Incluído em Ordem do Dia nos termos do Recurso nº 6, de 2007)*

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 30, de 2003, de autoria do Senador Sérgio Cabral, que *acrescenta artigos à Lei nº 8.078/90 – Código do Consumidor, obrigando a comunicação prévia da inclusão do consumidor em cadastros, bancos de dados, fichas ou registros de inadimplentes, e*

obrigando os fornecedores de bens e serviços a fixar data e turno para a entrega de bens e prestação de serviços.

Parecer sob nº 288, de 2007, da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, Relator: Senador Gerson Camata, favorável ao Projeto com a Emenda nº 1-CMA, e subemenda que apresenta, e contrário ao Projeto de Lei do Senado nº 306, de 2003, que tramita em conjunto.

45

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 306, DE 2003

*(Tramitando em conjunto com o Projeto de Lei do Senado nº 30, de 2003)
(Incluído em Ordem do Dia nos termos do Recurso nº 6, de 2007)*

Projeto de Lei do Senado nº 306, de 2003, de autoria do Senador Valmir Amaral, que *acrescenta artigo à Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor), tipificando como crime a manutenção de informações negativas sobre consumidor em cadastros, banco de dados, fichas ou registros por período superior a cinco anos.*

46

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 169, DE 2005

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do Recurso nº 7, de 2007)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 169, de 2005, de autoria do Senador Paulo Paim, que *altera dispositivo da Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003, que dispõe sobre o Estatuto do Idoso e dá outras providências.*

Parecer sob nº 459, de 2007, da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, Relator ad hoc: Senador Flávio Arns, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CDH (Substitutivo), que oferece.

47

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 140, DE 2007-COMPLEMENTAR

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 140, de 2007-Complementar, de autoria do Senador Demóstenes

Torres, que altera o art. 1º da Lei Complementar nº 105, de 10 de janeiro de 2001, para especificar os dados financeiros não sigilosos, para fins de investigação de ilícito penal.

Pareceres sob nºs 281 e 706, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Jarbas Vasconcelos, 1º pronunciamento (sobre o Projeto): favorável, com a Emenda nº 1-CCJ, que apresenta; 2º pronunciamento (sobre a Emenda nº 2-Plen): favorável, nos termos de Subemenda que oferece.

48

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 277, DE 2007

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do Recurso nº 9, de 2007)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 277, de 2007, de autoria do Senador Flávio Arns, que acrescenta parágrafo único ao art. 4º da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 para definir condições de qualidade da oferta de educação escolar para crianças de cinco e seis anos de idade.

Parecer sob nº 874, de 2007, da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, Relator: Senador Wilson Matos, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CE (Substitutivo), que oferece.

49

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 53, DE 2008

(Tramita nos termos dos arts. 142 e 143 do Regimento Comum)

Discussão, em primeiro turno, do Projeto de Decreto Legislativo nº 53, de 2008, de iniciativa da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, que disciplina as relações jurídicas decorrentes da vigência da Medida Provisória nº 399, de 16 de outubro de 2007, que “abre crédito extraordinário, em favor da Presidência da República e dos Ministérios das Relações Exteriores, dos Transportes, do Meio Ambiente e da Integração Nacional, no valor de quatrocentos e cinquenta e seis milhões e seiscentos e vinte e cinco mil reais, para os

fins que especifica”, conforme o disposto no art. 11 da Resolução nº 1, de 2002-CN.

50

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 32, DE 2008

(Tramita nos termos dos arts. 142 e 143 do Regimento Comum)

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, do Projeto de Lei do Senado nº 32, de 2008, de iniciativa da Comissão Mista Especial sobre Mudanças Climáticas, que altera o art. 10 da Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981, que dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, para introduzir critérios relacionados com as mudanças climáticas globais no processo de licenciamento ambiental de empreendimentos com horizonte de operação superior a vinte e cinco anos.

51

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 33, DE 2008

(Tramita nos termos dos arts. 142 e 143 do Regimento Comum)

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, do Projeto de Lei do Senado nº 33, de 2008, de iniciativa da Comissão Mista Especial sobre Mudanças Climáticas, que dispõe sobre a Redução Certificada de Emissão (RCE) (unidade padrão de redução de emissão de gases de efeito estufa).

52

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 34, DE 2008

(Tramita nos termos dos arts. 142 e 143 do Regimento Comum)

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, do Projeto de Lei do Senado nº 34, de 2008, de iniciativa da Comissão Mista Especial sobre Mudanças Climáticas, que dispõe sobre a concessão de subvenção à implementação de Servidão Florestal, de Reserva Particular do Patrimônio Natural e de reserva legal, e sobre a possibilidade de recebimento da subvenção na forma de abatimento de dívidas de crédito rural.

53

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 35, DE 2008

(Tramita nos termos dos arts. 142 e 143 do Regimento Comum)

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, do Projeto de Lei do Senado nº 35, de 2008, de iniciativa da Comissão Mista Especial sobre Mudanças Climáticas, que altera dispositivo da Lei nº 9.427, de 26 de dezembro de 1996, para viabilizar o acesso, ao Sistema Elétrico Interligado Nacional, dos autoprodutores de energia elétrica.

54

PARECER Nº 106, DE 2008

Discussão, em turno único, do Parecer nº 106, de 2008, da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, Relator ad hoc: Senador Flávio Arns, *concluindo favoravelmente à Indicação nº 2, de 2007, da Senadora Serys Slhessarenko, que sugere à Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, por seu intermédio, à Subcomissão de Trabalho Escravo, para analisar todas as matérias que tratem do tema e que se encontram em tramitação na Casa.*

55

REQUERIMENTO Nº 1.302, DE 2004

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.302, de 2004, da Senadora Serys Slhessarenko, *solicitando a instituição, no âmbito do Senado Federal, da Semana de Ciência e Tecnologia, a ser celebrada anualmente no mês de outubro, com o objetivo de mobilizar a população brasileira para questões científicas.*

Pareceres favoráveis, sob nºs 448 a 451, de 2007, das Comissões de Educação, Cultura e Esporte, Relator: Senador Juvêncio da Fonseca; de Assuntos Sociais, Relator: Senador Cristovam Buarque; de Serviços de Infra-Estrutura, Relator ad hoc: Senador Eduardo Azeredo; e de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, Relator: Senador Valter Pereira.

56

REQUERIMENTO Nº 778, DE 2007

Votação, em turno único, do Requerimento nº 778, de 2007, de autoria da Senadora Kátia Abreu, *solicitando a remessa do Projeto de Lei do Senado nº 202, de 2005, à Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, uma vez que o prazo na Comissão de Assuntos Econômicos já se encontra esgotado. (Fixação e ajuste dos parâmetros, índices e indicadores de produtividade.)*

57

REQUERIMENTO Nº 882, DE 2007

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 222, § 2º, do Regimento Interno)

Votação, em turno único, do Requerimento nº 882, de 2007, do Senador Magno Malta, *solicitando a apresentação de voto de aplauso à Polícia Federal pela brilhante atuação na prisão do traficante internacional Juan Abadia, líder do cartel colombiano.*

Parecer favorável, sob nº 287, de 2008, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator ad hoc: Senador Geraldo Mesquita Júnior.

58

REQUERIMENTO Nº 914, DE 2007

Votação, em turno único, do Requerimento nº 914, de 2007, do Senador Mozarildo Cavalcanti, *solicitando a remessa do Projeto de Lei do Senado nº 312, de 2007, à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, uma vez que o prazo na Comissão de Assuntos Econômicos já se encontra esgotado. (Gestão de florestas públicas; institui o Serviço Florestal Brasileiro na estrutura do Ministério do Meio Ambiente.)*

59

REQUERIMENTO Nº 1.072, DE 2007

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 222, § 2º, do Regimento Interno)

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.072, de 2007, do Senador Arthur

Virgílio, *solicitando a apresentação de voto de aplauso ao economista Alan Greenspan pelo lançamento do livro "A era da turbulência: aventuras em um mundo novo"*.

Parecer favorável, sob nº 288, de 2008, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator ad hoc: Senador Eduardo Azeredo.

60

REQUERIMENTO Nº 1.176, DE 2007

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 222, § 2º, do Regimento Interno)

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.176, de 2007, do Senador Renato Casagrande, *solicitando a apresentação de voto de louvor ao ex-Vice-Presidente norte-americano Albert Gore Junior e ao IPCC/ Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas por compartilharem o Prêmio Nobel da Paz de 2007*.

Parecer favorável, sob nº 289, de 2008, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator: Senador Cristovam Buarque.

61

REQUERIMENTO Nº 1.242, DE 2007

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.242, de 2007, do Senador Arthur Virgílio, *solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 266, de 2007-Complementar, além da Comissão constante do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Constituição, Justiça e Cidadania. (Local do recolhimento do ISS nas operações de arrendamento mercantil)*

62

REQUERIMENTO Nº 1428, DE 2007

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 222, § 2º, do Regimento Interno)

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.428, de 2007, do Senador Pedro Simon, *solicitando a apresentação de voto de louvor e congratulações à Senhora Cristina Fernández Kirchner, por ocasião de sua posse como Presidenta da República da Argentina*.

Parecer sob nº 290, de 2008, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacio-

nal, Relator ad hoc: Senador Fernando Collor, favorável, com alterações que propõe.

63

REQUERIMENTO Nº 1.494, DE 2007

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.494, de 2007, do Senador Sérgio Zambiasi, *solicitando a tramitação conjunta do Projeto de Lei do Senado nº 86, de 2006, com o Projeto de Lei da Câmara nº 35, de 2000, que já se encontra apensado aos Projetos de Lei do Senado nºs 25, 165, 182, 242, 308 e 355, de 2003; 352, de 2004; 370, de 2005; 151 e 531, de 2007, por regularem a mesma matéria. (Propaganda de bebidas alcoólicas)*

64

REQUERIMENTO Nº 1.495, DE 2007

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.495, de 2007, do Senador Geraldo Mesquita Júnior, *solicitando a tramitação conjunta dos Projetos de Lei do Senado nºs 510, de 1999, e 505, de 2007, com o Projeto de Lei da Câmara nº 35, de 2000, que já se encontra apensado aos Projetos de Lei do Senado nºs 25, 165, 182, 242, 308 e 355, de 2003; 352, de 2004; 370, de 2005; 151 e 531, de 2007, por regularem a mesma matéria. (Propaganda de bebidas alcoólicas)*

65

REQUERIMENTO Nº 115, DE 2008

Votação, em turno único, do Requerimento nº 115, de 2008, do Senador Cícero Lucena e outros Senhores Senadores, *solicitando a criação de Comissão Temporária Externa, composta por cinco membros titulares e igual número de suplentes, para, no prazo de doze meses, acompanhar todos os atos, fatos relevantes, normas e procedimentos referentes às obras do Projeto de Integração do Rio São Francisco*.

66

REQUERIMENTO Nº 158, DE 2008

Votação, em turno único, do Requerimento nº 158, de 2008, do Senador Flexa Ribeiro, *solicitando que, sobre o Projeto de Lei da*

Câmara nº 29, de 2003, além das Comissões constantes do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Agricultura e Reforma Agrária. (Política Pesqueira Nacional)

67

REQUERIMENTO Nº 176, DE 2008

Votação, em turno único, do Requerimento nº 176, de 2008, do Senador Flexa Ribeiro solicitando a tramitação conjunta do Projeto de Lei do Senado nº 303, de 2005, com os Projetos de Lei do Senado nºs 370, de 1999; 145, de 2000; e o Projeto de Lei da Câmara nº 151, de 2001, que já se encontram apensados, por regularem a mesma matéria. (Impenhorabilidade dos bens de família)

68

REQUERIMENTO Nº 186, DE 2008

Votação, em turno único, do Requerimento nº 186, de 2008, do Senador Expedito Júnior, solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 210, de 2007, além das Comissões constantes do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle. (Isenção do Imposto de Importação e IPI incidentes sobre CD e DVD)

69

REQUERIMENTO Nº 199, DE 2008

Votação, em turno único, do Requerimento nº 199, de 2008, do Senador Romero Jucá, solicitando a tramitação conjunta dos Projetos de Lei do Senado nºs 7, de 2005 e 17, de 2006-Complementar, com os Projetos de Lei do Senado nºs 129 e 183, de 2003 e 291, de 2005, que já se encontram apensados, por regularem a mesma matéria. (Faculta adesão ao SIMPLES por pessoas jurídicas que especifica)

70

REQUERIMENTO Nº 210, DE 2008

Votação, em turno único, do Requerimento nº 210, de 2008, do Senador Aloizio Mercadante, solicitando que sobre o Projeto de Lei do Senado nº 277, de 2004, que tramita em conjunto com os Projetos de Lei do Senado nºs 187,

2002; 44, de 2004; e 113, de 2006; além das Comissões constantes do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Assuntos Econômicos. (Planos de Saúde)

71

REQUERIMENTO Nº 256, DE 2008

Votação, em turno único, do Requerimento nº 256, de 2008, do Senador Romero Jucá, solicitando a tramitação conjunta dos Projetos de Lei do Senado nºs 280, de 2004; 132, 191 e 467, de 2007, com o Projeto de Lei do Senado nº 167, de 2003, que já se encontra apensado aos de nºs 210, de 2003; 75 e 323, de 2004; e 87, de 2005, por versarem sobre a mesma matéria. (Isenção de IPI em automóveis, motocicletas etc.)

72

REQUERIMENTO Nº 352, DE 2008

Votação, em turno único, do Requerimento nº 352, de 2008, do Senador Flávio Arns, solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 46, de 2008, além da Comissão constante do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Educação, Cultura e Esporte. (Obrigatoriedade da neutralização das emissões de gases de efeito estufa decorrentes da realização da Copa do Mundo de Futebol no Brasil, em 2014.)

73

REQUERIMENTO Nº 358, DE 2008

Votação, em turno único, do Requerimento nº 358, de 2008, de autoria da Senadora Patrícia Saboya, solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 24, de 2008, além da Comissão constante do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Assuntos Sociais. (Ajudas técnicas na utilização de caixas eletrônicos por portadores de deficiência visual.)

74

REQUERIMENTO Nº 368, DE 2008

Votação, em turno único, do Requerimento nº 368, de 2008, do Senador Wellington Salgado, solicitando a tramitação conjunta dos

Projetos de Lei do Senado nºs 257 e 315, de 2005, por regularem a mesma matéria (liberdade de manifestação do pensamento e de informação).

75

REQUERIMENTO Nº 385, DE 2008

Votação, em turno único, do Requerimento nº 385, de 2008, do Senador Flexa Ribeiro, *solicitando que, sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 59, de 2003, além das Comissões constantes do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática. (Regionalização da programação de rádio e TV)*

76

REQUERIMENTO Nº 417, DE 2008

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 222, § 2º, do Regimento Interno)

Votação, em turno único, do Requerimento nº 417, de 2008, de iniciativa da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, *solicitando a criação de um Dia Mundial de Solidariedade Parlamentar pela vida da ex-Senadora Ingrid Betancourt.*

77

REQUERIMENTO Nº 418, DE 2008

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 222, § 2º, do Regimento Interno)

Votação, em turno único, do Requerimento nº 418, de 2008, de iniciativa da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, *solicitando a criação de um Dia Mundial de Solidariedade Parlamentar pela vida da ex-Senadora Ingrid Betancourt.*

78

REQUERIMENTO Nº 423, DE 2008

Votação, em turno único, do Requerimento nº 423, de 2008, do Senador Jarbas Vasconcelos, *solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 607, de 2007, além das Comissões constantes do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Constituição, Justiça e Cidadania. (Regulamentação do exercício da profissão de Analista de Sistemas e suas correlatas, criação do Conselho Federal e os Conselhos Regionais de Informática).*

79

REQUERIMENTO Nº 474, DE 2008

Votação, em turno único, do Requerimento nº 474, de 2008, da Senadora Ideli Salvatti, *solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 51, de 2008, além das Comissões constantes do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Serviços de Infra-Estrutura (Política Nacional de Abastecimento).*

80

REQUERIMENTO Nº 475, DE 2008

Votação, em turno único, do Requerimento nº 475, de 2008, da Senadora Ideli Salvatti, *solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 51, de 2008, além das Comissões constantes do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Agricultura e Reforma Agrária (Política Nacional de Abastecimento).*

81

REQUERIMENTO Nº 494, DE 2008

Votação, em turno único, do Requerimento nº 494, de 2008, do Senador Romero Jucá, *solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 142, de 2007, além das Comissões constantes do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Assuntos Econômicos (retribuição por serviços ambientais decorrentes de boas práticas rurais).*

82

REQUERIMENTO Nº 506, DE 2008

Votação, em turno único, do Requerimento nº 506, de 2008, do Senador Expedito Júnior, *solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 260, de 2007, além da Comissão constante do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle. (Política Nacional de Integração Lavoura-Pecuária).*

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Declaro encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 20 horas e 55 minutos.)

COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 53ª LEGISLATURA (por Unidade da Federação)

Bahia

Minoria-DEM - Antonio Carlos Júnior* (S)
Bloco-PR - César Borges*
PDT - João Durval**

Rio de Janeiro

Bloco-PRB - Marcelo Crivella*
Maioria-PMDB - Paulo Duque* (S)
Bloco-PP - Francisco Dornelles**

Maranhão

Maioria-PMDB - Lobão Filho* (S)
Maioria-PMDB - Roseana Sarney*
PTB - Epitácio Cafeteira**

Pará

Minoria-PSDB - Flexa Ribeiro* (S)
PSOL - José Nery* (S)
Minoria-PSDB - Mário Couto**

Pernambuco

Minoria-DEM - Marco Maciel*
Minoria-PSDB - Sérgio Guerra*
Maioria-PMDB - Jarbas Vasconcelos**

São Paulo

Bloco-PT - Aloizio Mercadante*
PTB - Romeu Tuma*
Bloco-PT - Eduardo Suplicy**

Minas Gerais

Minoria-PSDB - Eduardo Azeredo*
Maioria-PMDB - Wellington Salgado de Oliveira* (S)
Minoria-DEM - Eliseu Resende**

Goiás

Minoria-DEM - Demóstenes Torres*
Minoria-PSDB - Lúcia Vânia*
Minoria-PSDB - Marconi Perillo**

Mato Grosso

Minoria-DEM - Gilberto Goellner* (S)
Bloco-PT - Serys Slhessarenko*
Minoria-DEM - Jayme Campos**

Rio Grande do Sul

Bloco-PT - Paulo Paim*
PTB - Sérgio Zambiasi*
Maioria-PMDB - Pedro Simon**

Ceará

PDT - Patrícia Saboya*
Minoria-PSDB - Tasso Jereissati*
Bloco-PC DO B - Inácio Arruda**

Paraíba

Minoria-DEM - Efraim Morais*
Maioria-PMDB - José Maranhão*
PTB - Carlos Dunga** (S)

Espírito Santo

Maioria-PMDB - Gerson Camata*
Bloco-PR - Magno Malta*
Bloco-PSB - Renato Casagrande**

Piauí

Minoria-DEM - Heráclito Fortes*
Maioria-PMDB - Mão Santa*
PTB - João Vicente Claudino**

Rio Grande do Norte

Maioria-PMDB - Garibaldi Alves Filho*
Minoria-DEM - José Agripino*
Minoria-DEM - Rosalba Ciarlini**

Santa Catarina

Bloco-PT - Ideli Salvatti*
Maioria-PMDB - Neuto De Conto* (S)
Minoria-DEM - Raimundo Colombo**

Alagoas

Minoria-PSDB - João Tenório* (S)
Maioria-PMDB - Renan Calheiros*
PTB - Fernando Collor**

Sergipe

Maioria-PMDB - Almeida Lima*
Bloco-PSB - Antonio Carlos Valadares*
PSC - Virgínio de Carvalho** (S)

Amazonas

Minoria-PSDB - Arthur Virgílio*
PDT - Jefferson Peres*
Bloco-PT - João Pedro** (S)

Paraná

Bloco-PT - Flávio Arns*
PDT - Osmar Dias*
Minoria-PSDB - Alvaro Dias**

Acre

Maioria-PMDB - Geraldo Mesquita Júnior*
Bloco-PT - Sibá Machado* (S)
Bloco-PT - Tião Viana**

Mato Grosso do Sul

Bloco-PT - Delcídio Amaral*
Maioria-PMDB - Valter Pereira* (S)
Minoria-PSDB - Marisa Serrano**

Distrito Federal

Minoria-DEM - Adelmir Santana* (S)
PDT - Cristovam Buarque*
PTB - Gim Argello** (S)

Tocantins

Bloco-PR - João Ribeiro*
Maioria-PMDB - Leomar Quintanilha*
Minoria-DEM - Kátia Abreu**

Amapá

Maioria-PMDB - Geovani Borges* (S)
Minoria-PSDB - Papaléo Paes*
Maioria-PMDB - José Sarney**

Rondônia

Bloco-PT - Fátima Cleide*
Maioria-PMDB - Valdir Raupp*
Bloco-PR - Expedito Júnior**

Roraima

Bloco-PT - Augusto Botelho*
Maioria-PMDB - Romero Jucá*
PTB - Mozarildo Cavalcanti**

Mandatos

*: Período 2003/2011 **: Período 2007/2015

COMPOSIÇÃO COMISSÕES PARLAMENTARES DE INQUÉRITO

1) COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO - ONGS

Finalidade: Comissão Parlamentar de Inquérito composta de 11 Senadores titulares e 7 suplentes, destinada a apurar, no prazo de cento e oitenta dias, a liberação, pelo Governo Federal, de recursos públicos para organizações não governamentais - ONGs - e para organizações da sociedade civil de interesse público - OSCIPs, bem como a utilização, por essas entidades, desses recursos e de outros por elas recebidos do exterior, a partir do ano de 1999 até a data de 8 de novembro de 2007.

(Requerimento nº 201, de 2007, lido em 15.3.2007)
(Aditado pelo Requerimento nº 217, de 2007, lido em 20.03.2007)
(Aditado pelo Requerimento nº 1.324, de 2007, lido em 8.11.2007)
(Aditado pelo Requerimento nº 515, de 2008, lido em 30.04.2008)

Número de membros: 11 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE: Senador Raimundo Colombo (DEM-SC) ⁽⁷⁾

VICE-PRESIDENTE: Senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO) ⁽⁹⁾

RELATOR: Senador Inácio Arruda (PC DO B-CE) ⁽⁹⁾

Leitura: 15/03/2007
Designação: 05/06/2007
Instalação: 03/10/2007
Prazo final prorrogado: 22/11/2008

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB) ⁽¹⁾	
Heráclito Fortes (DEM-PI)	1. Demóstenes Torres (DEM-GO)
Raimundo Colombo (DEM-SC)	
Sérgio Guerra (PSDB-PE) ⁽¹²⁾	2. Alvaro Dias (PSDB-PR) ^(4,8)
Lúcia Vânia (PSDB-GO) ⁽⁵⁾	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽¹⁰⁾	
Fátima Cleide (PT-RO)	1. Eduardo Suplicy (PT-SP)
Inácio Arruda (PC DO B-CE) ^(2,6)	2. Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR)
Sibá Machado (PT-AC) ⁽³⁾	
Maioria (PMDB)	
Valdir Raupp (PMDB-RO)	1. Leomar Quintanilha (PMDB-TO)
Wellington Salgado de Oliveira (PMDB-MG)	2. Romero Jucá (PMDB-RR)
Valter Pereira (PMDB-MS)	
PDT	
Jefferson Peres (AM)	
PDT/PSOL ⁽¹¹⁾	
	1. Osmar Dias (PDT-PR)

Notas:

1. De acordo com o cálculo de proporcionalidade partidária, cabe ao Bloco Parlamentar da Minoria a indicação de três membros suplentes.
2. Senador Inácio Arruda, passa a substituir o Senador João Ribeiro, em 21.8.2007 (Of. 133/2007 - GLDBAG). Eleito como Relator, na Sessão do dia 10.10.2007.
3. Senador Sibá Machado, passou a substituir o Senador Vicente Claudino, em 21.8.2007 (Of. 133/2007 - GLDBAG).
4. Senador Sérgio Guerra foi designado, em 22/08/2007 (Ofício nº 171/07-GLPSDB).
5. Senadora Lúcia Vânia, em substituição à Senadora Marisa Serrano, foi designada em 22/08/2007 (Ofício nº 171/07-GLPSDB). Eleita para a Vice-Presidência, na Sessão Ordinária em 10.10.2007.
6. Indicação do Senador Inácio Arruda em substituição ao Senador Eduardo Suplicy, que se torna membro suplente, nos termos do Ofício nº 138/2007.
7. Senador Raimundo Colombo foi eleito em 3.10.2007.
8. O Senador Alvaro Dias foi indicado em substituição ao Senador Sérgio Guerra, na sessão deliberativa de 09.10.2007, conforme Ofício nº 185/2007-GLPSDB (DSF de 10.10.2007).
9. Em 10.10.2007, foram eleitos a Senadora Lúcia Vânia como Vice-Presidente e o Senador Inácio Arruda como Relator.
10. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
11. Vaga de suplente compartilhada entre o PDT e o PSOL.
12. Senador Sérgio Guerra passou a substituir o Senador Flexa Ribeiro, em 26/02/2008, na condição de membro titular (Of. 16/08-GLPSDB).

Secretário(a): Will de Moura Wanderley
Telefone(s): 3311-3514
Fax: 3311-1176

2) COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO - PEDOFILIA

Finalidade: Comissão Parlamentar de Inquérito, criada nos termos do Requerimento nº 200, de 2008, de autoria do Senador Magno Malta e outros Senhores Senadores, composta de sete titulares e cinco suplentes, nos termos do § 4º do art. 145 do Regimento Interno do Senado Federal, para, no prazo de cento e vinte dias, apurar a utilização da internet na prática de crimes de "pedofilia", bem como a relação desses crimes com o crime organizado.

(Requerimento nº 200, de 2008, lido em 4.3.2008)

Número de membros: 7 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Magno Malta (PR-ES)

VICE-PRESIDENTE: Senador Romeu Tuma (PTB-SP)

RELATOR: Senador Demóstenes Torres (DEM-GO)

Leitura: 04/03/2008

Designação: 24/03/2008

Instalação: 25/03/2008

Prazo final: 04/08/2008

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Demóstenes Torres (DEM-GO)	1. Virgínio de Carvalho (PSC-SE) (2)
Eduardo Azeredo (PSDB-MG)	2. Cícero Lucena (PSDB-PB) (1)
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP)	
Marcelo Crivella (PRB-RJ)	1. Paulo Paim (PT-RS)
Magno Malta (PR-ES)	
Maioria (PMDB)	
Almeida Lima (PMDB-SE)	1.
Geraldo Mesquita Júnior (PMDB-AC)	
PTB	
Romeu Tuma (SP)	1. Sérgio Zambiasi (RS)

Notas:

1. O Senador Cícero Lucena encontra-se licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 31.03.2008 a 31.07.2008
2. Em 01/04/2008, o Senador Virgínio de Carvalho é designado Suplente em vaga antes ocupada pela Senadora Maria do Carmo Alves, que se encontra licenciada no período de 20/03 a 18/07/2008 (Of. 30/08-GLDEM).

3) COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO - CARTÃO CORPORATIVO

Finalidade: Comissão Parlamentar de Inquérito composta de 11 Senadores titulares e 7 suplentes, com o objetivo de investigar, no prazo de 180 dias, todos os gastos efetuados com a utilização do Cartão de Crédito Corporativo do Governo Federal, desde a sua criação em 2001.

(Requerimento nº 387, de 2008, lido em 08.04.2008)

Número de membros: 11 titulares e 7 suplentes

Leitura: 08/04/2008

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
	1.
	2.
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP)	
	1.
	2.
Maioria (PMDB)	
	1.
	2.
PTB	
	1.
PDT	

**COMPOSIÇÃO
COMISSÕES TEMPORÁRIAS**

**1) COMISSÃO TEMPORÁRIA PARA REFORMA DO REGIMENTO INTERNO DO SENADO
FEDERAL**

Finalidade: Apresentar, no prazo de 90 (noventa) dias, Projeto de Resolução para reforma do Regimento Interno do Senado Federal.

(Requerimento nº 208, de 2008, aprovado em 5.3.2008)

Número de membros: 5 titulares

Leitura: 05/03/2008

TITULARES

Senador Gerson Camata (PMDB)

Senador César Borges (PR)

Senador Papaléo Paes (PSDB)

Senador Antonio Carlos Valadares (PSB)

2) COMISSÃO TEMPORÁRIA - RISCO AMBIENTAL EM MUNICÍPIOS RELACIONADOS PELO INPE

Finalidade: Destinada a verificar, no prazo de doze meses, o risco ambiental em que vivem Municípios relacionados pelo Instituto Nacional de Pesquisa - INPE em seu "Mapa do desmatamento". Em aditamento pelo Requerimento nº 495, de 2008, a Comissão passa a analisar 36 municípios em conformidade com o INPE em seu "Mapa de desmatamento".

(Requerimento nº 193, de 2008, aprovado em 25.3.2008)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Jayme Campos (DEM-MT)

VICE-PRESIDENTE: Senador João Pedro (PT-AM)

RELATOR: Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA)

Leitura: 25/03/2008

Instalação: 10/04/2008

Prazo final: 22/12/2008

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Senador Jayme Campos (DEM)	1. Senador Gilberto Goellner (DEM)
Senador Flexa Ribeiro (PSDB)	2. Senador Mário Couto (PSDB)
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP)	
Senador João Pedro (PT)	1. Senadora Serys Slhessarenko (PT)
Maioria (PMDB)	
Senador Valdir Raupp (PMDB)	1. Senador Leomar Quintanilha (PMDB)
PTB	
Senador Mozarildo Cavalcanti	1. Senador Romeu Tuma

COMPOSIÇÃO
COMISSÕES PERMANENTES E SUAS SUBCOMISSÕES

1) COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS - CAE

Número de membros: 27 titulares e 27 suplentes

PRESIDENTE: Senador Aloizio Mercadante (PT-SP)

VICE-PRESIDENTE: Senador Eliseu Resende (DEM-MG)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽³⁾	
Eduardo Suplicy (PT)	1. Flávio Arns (PT)
Francisco Dornelles (PP)	2. Paulo Paim (PT)
Delcídio Amaral (PT)	3. Ideli Salvatti (PT)
Aloizio Mercadante (PT)	4. Sibá Machado (PT)
Renato Casagrande (PSB)	5. Marcelo Crivella (PRB)
Expedito Júnior (PR)	6. Inácio Arruda (PC DO B)
Serys Slhessarenko (PT)	7. Patrícia Saboya (PDT) ⁽¹⁾
	8. Antonio Carlos Valadares (PSB)
	9. César Borges (PR)
Maioria (PMDB)	
Romero Jucá (PMDB)	1. Valter Pereira (PMDB)
Valdir Raupp (PMDB)	2. Roseana Sarney (PMDB)
Pedro Simon (PMDB)	3. Wellington Salgado de Oliveira (PMDB)
Mão Santa (PMDB)	4. Leomar Quintanilha (PMDB)
Geovani Borges (PMDB) ⁽⁶⁾	5. Lobão Filho (PMDB) ⁽⁷⁾
Neuto De Conto (PMDB)	6. Paulo Duque (PMDB)
Gerson Camata (PMDB)	7. Jarbas Vasconcelos (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Adelmir Santana (DEM)	1. Gilberto Goellner (DEM)
Heráclito Fortes (DEM)	2. Antonio Carlos Júnior (DEM)
Eliseu Resende (DEM)	3. Demóstenes Torres (DEM)
Jayme Campos (DEM)	4. Rosalba Ciarlini (DEM)
Kátia Abreu (DEM)	5. Marco Maciel (DEM)
Raimundo Colombo (DEM)	6. Romeu Tuma (PTB) ⁽²⁾
Cícero Lucena (PSDB) ⁽⁵⁾	7. Arthur Virgílio (PSDB)
Flexa Ribeiro (PSDB)	8. Eduardo Azeredo (PSDB)
Sérgio Guerra (PSDB)	9. Marconi Perillo (PSDB)
Tasso Jereissati (PSDB)	10. João Tenório (PSDB)
PTB ⁽⁴⁾	
João Vicente Claudino	1.
Gim Argello	2.
PDT	
Osmar Dias	1. Jefferson Peres

Notas:

1. Senadora Patrícia Saboya comunicou filiação partidária em 02.10.2007 (DSF 3.10.2007).
2. Senador Romeu Tuma comunicou, em 11.10.2007, filiação ao PTB (DSF 12.10.2007)
3. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
4. Nos termos da decisão do Presidente do Senado, publicada no DSF de 14.02.2008.
5. O Senador Cícero Lucena encontra-se licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 31.03.2008 a 31.07.2008
6. Em 17/04/2008, o Senador Geovani Borges é designado titular em vaga antes ocupada pelo Senador Gilvam Borges, que se encontra licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 17.04.2008 a 24.08.2008 (Of. 114/08-GLPMDB).
7. Em 07/05/2008, o Senador Lobão Filho é designado Suplente do PMDB na Comissão em virtude de o Senador Edison Lobão encontrar-se afastado do exercício do mandato desde 21/01/2008, para exercer o cargo de Ministro de Minas e Energia. (Of. 142/2008 - GLPMDB).

Secretário(a): Luiz Gonzaga Silva Filho
Reuniões: TERÇAS-FEIRAS - 10:00HS - Plenário nº 19 - ALA ALEXANDRE COSTA
Telefone(s): 3311-4605 e 33113516
Fax: 3311-4344
E-mail: scomcae@senado.gov.br

1.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE - ASSUNTOS MUNICIPAIS

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQE nº 7/2005, do Senador Luiz Otávio, com o objetivo de opinar sobre matérias de interesse do poder municipal local.

Número de membros: 9 titulares e 9 suplentes

PRESIDENTE: Senador Cícero Lucena (PSDB-PB)

VICE-PRESIDENTE: Senador Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) (3)	
Antonio Carlos Valadares (PSB)	1. Delcídio Amaral (PT)
Sibá Machado (PT)	2. Serys Silhessarenko (PT)
Expedito Júnior (PR)	3. João Vicente Claudino (PTB)
Maioria (PMDB)	
Valdir Raupp (PMDB)	1. Mão Santa (PMDB)
VAGO (4)	2. Renato Casagrande (PSB) (2)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Rosalba Ciarlini (DEM)	1. VAGO (5)
Raimundo Colombo (DEM)	
Sérgio Guerra (PSDB)	2. Flexa Ribeiro (PSDB)
	3. Eduardo Azeredo (PSDB)
PDT PMDB PSDB (1)	
Cícero Lucena (PSDB) (6)	1.

Notas:

1. Vaga compartilhada entre PMDB, PSDB e PDT.

2. Vaga do PMDB cedida ao PSB

3. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).

4. Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado em 12.12.2007 (art. 77, § 1º, RISF).

5. Em virtude do falecimento do Senador Jonas Pinheiro.

6. O Senador Cícero Lucena encontra-se licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 31.03.2008 a 31.07.2008.

Secretário(a): Luiz Gonzaga Silva Filho

Telefone(s): 3311-4605 e 33113516

Fax: 3311-4344

E-mail: scomcae@senado.gov.br

1.2) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA - PREVIDÊNCIA SOCIAL

Finalidade: Debater e examinar a situação da Previdência Social

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Luiz Gonzaga Silva Filho

Telefone(s): 3311-4605 e 33113516

Fax: 3311-4344

E-mail: scomcae@senado.gov.br

1.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA - REFORMA TRIBUTÁRIA

Finalidade: Avaliar a funcionalidade do Sistema Tributário Nacional na forma do inciso XV do art. 52 da Constituição Federal, assim como tratar de matérias referentes à Reforma Tributária

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE: Senador Tasso Jereissati (PSDB-CE)

VICE-PRESIDENTE: Senador Neuto De Conto (PMDB-SC)

RELATOR: Senador Francisco Dornelles (PP-RJ)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽³⁾	
Eduardo Suplicy (PT)	1. Renato Casagrande (PSB)
Francisco Dornelles (PP)	2. Ideli Salvatti (PT)
Majoria (PMDB)	
Mão Santa (PMDB)	1.
Neuto De Conto (PMDB)	2.
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Raimundo Colombo (DEM)	1. João Tenório (PSDB) ⁽²⁾
Osmar Dias (PDT) ⁽¹⁾	2. Cícero Lucena (PSDB) ^(2,4)
Tasso Jereissati (PSDB)	3. Flexa Ribeiro (PSDB)

Notas:

1. Vaga cedida ao PDT

2. Vaga cedida ao PSDB

3. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).

4. O Senador Cícero Lucena encontra-se licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 31.03.2008 a 31.07.2008.

Secretário(a): Luiz Gonzaga Silva Filho

Telefone(s): 3311-4605 e 33113516

Fax: 3311-4344

E-mail: scomcae@senado.gov.br

1.4) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA - REGULAMENTAÇÃO DOS MARCOS REGULATÓRIOS

Finalidade: Debater e estudar a regulamentação dos Marcos Regulatórios nos diversos setores de atividades que compreendem serviços concedidos pelo Governo, como telecomunicações, aviação civil, rodovias, saneamento, ferrovias, portos, mercado de gás natural, geração de energia elétrica, parcerias público-privadas, etc.

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE: Senador Delcídio Amaral (PT-MS)

VICE-PRESIDENTE: Senador Sérgio Guerra (PSDB-PE)

RELATOR: Senador Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽¹⁾	
Delcídio Amaral (PT)	1. Francisco Dornelles (PP)
Inácio Arruda (PC DO B)	2. Renato Casagrande (PSB)
Maioria (PMDB)	
Valdir Raupp (PMDB)	1. Romero Jucá (PMDB)
VAGO ⁽²⁾	2. Valter Pereira (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Kátia Abreu (DEM)	1. José Agripino (DEM)
Eliseu Resende (DEM)	2. Romeu Tuma (PTB)
Sérgio Guerra (PSDB)	3. Tasso Jereissati (PSDB)

Notas:

1. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).

2. Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado em 12.12.2007 (art. 77, § 1º, RISF).

Secretário(a): Luiz Gonzaga Silva Filho

Telefone(s): 3311-4605 e 33113516

Fax: 3311-4344

E-mail: scomcae@senado.gov.br

2) COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS - CAS
Número de membros: 21 titulares e 21 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Patrícia Saboya (PDT-CE)
VICE-PRESIDENTE: Senadora Rosalba Ciarlini (DEM-RN)

TITULARES	SUPLENTEs
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽³⁾	
Patrícia Saboya (PDT) ⁽¹⁾	1. Fátima Cleide (PT)
Flávio Arns (PT)	2. Serys Shlessarenko (PT)
Augusto Botelho (PT)	3. Expedito Júnior (PR)
Paulo Paim (PT)	4. VAGO ⁽⁵⁾
Marcelo Crivella (PRB)	5. Antonio Carlos Valadares (PSB)
Inácio Arruda (PC DO B)	6. Ideli Salvatti (PT)
José Nery (PSOL)	7. Magno Malta (PR)
Maioria (PMDB)	
Romero Jucá (PMDB)	1. Leomar Quintanilha (PMDB)
VAGO ⁽⁸⁾	2. Valter Pereira (PMDB)
VAGO ⁽⁴⁾	3. Pedro Simon (PMDB)
Valdir Raupp (PMDB)	4. Neuto De Conto (PMDB)
Wellington Salgado de Oliveira (PMDB)	5.
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Demóstenes Torres (DEM)	1. Adelmir Santana (DEM)
Jayme Campos (DEM)	2. Heráclito Fortes (DEM)
Kátia Abreu (DEM)	3. Raimundo Colombo (DEM)
Rosalba Ciarlini (DEM)	4. Romeu Tuma (PTB) ⁽²⁾
Eduardo Azeredo (PSDB)	5. Cícero Lucena (PSDB) ⁽⁹⁾
Lúcia Vânia (PSDB)	6. Sérgio Guerra (PSDB)
Papaléo Paes (PSDB)	7. Marisa Serrano (PSDB)
PTB ⁽⁷⁾	
VAGO ⁽⁶⁾	1.
PDT	
João Durval	1. Cristovam Buarque

Notas:

1. Senadora Patrícia Saboya comunicou filiação partidária em 02.10.2007 (DSF 3.10.2007).
2. Senador Romeu Tuma comunicou, em 11.10.2007, filiação ao PTB (DSF 12.10.2007)
3. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
4. Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado em 12.12.2007 (art. 77, § 1º, RISF).
5. Vago, em virtude do afastamento do Senador Euclides Mello, devido ao retorno do titular, Senador Fernando Collor.
6. Em 23/04/2008, o Senador Gim Argello deixa de integrar a Comissão (Of. 73/2008-GLPTB).
7. Nos termos da decisão do Presidente do Senado, publicada no DSF de 14.02.2008.
8. O Senador Geraldo Mesquita Júnior solicitou seu desligamento (Of. nº 008/08 GSGMJ e Of. GLPMDB nº 19/2008 - DSF 22.02.2008).
9. O Senador Cícero Lucena encontra-se licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 31.03.2008 a 31.07.2008.

Secretário(a): Gisele Ribeiro de Toledo Camargo
Reuniões: QUINTAS-FEIRAS - 11:30HS - Plenário n.º 09 - ALA ALEXANDRE COSTA
Telefone(s): 3311-3515
Fax: 3311-3652
E-mail: scomcas@senado.gov.br

2.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO TRABALHO E PREVIDÊNCIA

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Paulo Paim (PT-RS)

VICE-PRESIDENTE: Senador Marcelo Crivella (PRB-RJ)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽¹⁾	
Paulo Paim (PT)	1. Flávio Arns (PT)
Marcelo Crivella (PRB)	2.
Maioria (PMDB) e PDT	
VAGO ⁽²⁾	1.
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Jayme Campos (DEM)	1. Kátia Abreu (DEM)
Lúcia Vânia (PSDB)	2. Cícero Lucena (PSDB) ⁽³⁾

Notas:

1. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
2. O Senador Geraldo Mesquita Júnior solicitou seu desligamento (Of. nº 008/08 GSGMJ e Of. GLPMDB nº 19/2008 - DSF 22.02.2008).
3. O Senador Cícero Lucena encontra-se licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 31.03.2008 a 31.07.2008.

Secretário(a): Gisele Ribeiro de Toledo Camargo

Telefone(s): 3311-3515

Fax: 3311-3652

E-mail: scomcas@senado.gov.br

2.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ASSUNTOS SOCIAIS DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG)

VICE-PRESIDENTE: Senador Flávio Arns (PT-PR)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽¹⁾	
Flávio Arns (PT)	1. Fátima Cleide (PT)
Paulo Paim (PT)	2.
Maioria (PMDB) e PDT	
VAGO ⁽²⁾	1.
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Rosalba Ciarlini (DEM)	
Eduardo Azeredo (PSDB)	1. Papaléo Paes (PSDB)
	2. Marisa Serrano (PSDB)

Notas:

1. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
2. O Senador Geraldo Mesquita Júnior solicitou seu desligamento (Of. nº 008/08 GSGMJ e Of. GLPMDB nº 19/2008 - DSF 22.02.2008).

Secretário(a): Gisele Ribeiro de Toledo Camargo

Telefone(s): 3311-3515

Fax: 3311-3652

E-mail: scomcas@senado.gov.br

2.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE PROMOÇÃO, ACOMPANHAMENTO E DEFESA DA SAÚDE

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Papaléo Paes (PSDB-AP)

VICE-PRESIDENTE: Senador Augusto Botelho (PT-RR)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽¹⁾	
Augusto Botelho (PT)	1. Antonio Carlos Valadares (PSB)
Flávio Arns (PT)	2.
Majoria (PMDB) e PDT	
João Durval (PDT)	1. Adelmir Santana (DEM) ⁽²⁾
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Rosalba Ciarlini (DEM)	1. Kátia Abreu (DEM)
Papaléo Paes (PSDB)	2. Cícero Lucena (PSDB) ⁽³⁾

Notas:

1. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).

2. Vaga cedida pelo PDT ao DEM.

3. Vago, em virtude de o Senador Cícero Lucena encontrar-se licenciado no período de 31/03 a 31/07/2008.

Secretário(a): Gisele Ribeiro de Toledo Camargo

Telefone(s): 3311-3515

Fax: 3311-3652

E-mail: scomcas@senado.gov.br

3) COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA - CCJ

Número de membros: 23 titulares e 23 suplentes

PRESIDENTE: Senador Marco Maciel (DEM-PE) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Valter Pereira (PMDB-MS)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽³⁾	
Serys Shlessarenko (PT)	1. João Ribeiro (PR)
Sibá Machado (PT)	2. Inácio Arruda (PC DO B)
Eduardo Suplicy (PT)	3. César Borges (PR)
Aloizio Mercadante (PT)	4. Marcelo Crivella (PRB)
Ideli Salvatti (PT)	5. Magno Malta (PR)
Antonio Carlos Valadares (PSB)	6. José Nery (PSOL)
Maioria (PMDB)	
Jarbas Vasconcelos (PMDB)	1. Roseana Sarney (PMDB)
Pedro Simon (PMDB)	2. Wellington Salgado de Oliveira (PMDB)
Romero Jucá (PMDB)	3. Leomar Quintanilha (PMDB)
Almeida Lima (PMDB)	4. Valdir Raupp (PMDB)
Valter Pereira (PMDB)	5. José Maranhão (PMDB)
Geovani Borges (PMDB) ⁽⁶⁾	6. Neuto De Conto (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Adelmir Santana (DEM)	1. Eliseu Resende (DEM)
Marco Maciel (DEM)	2. Jayme Campos (DEM)
Demóstenes Torres (DEM)	3. José Agripino (DEM)
Kátia Abreu (DEM)	4. Alvaro Dias (PSDB) ⁽²⁾
Antonio Carlos Júnior (DEM)	5. Virgínio de Carvalho (PSC) ⁽⁵⁾
Arthur Virgílio (PSDB)	6. Flexa Ribeiro (PSDB)
Eduardo Azeredo (PSDB)	7. João Tenório (PSDB)
Lúcia Vânia (PSDB)	8. Marconi Perillo (PSDB)
Tasso Jereissati (PSDB)	9. Mário Couto (PSDB)
PTB ⁽⁴⁾	
Epitácio Cafeteira	1. Mozarildo Cavalcanti
PDT	
Jefferson Peres	1. Osmar Dias

Notas:

1. Eleito em 8.8.2007.

2. Vaga cedida pelo DEM ao PSDB.

3. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).

4. Nos termos da decisão do Presidente do Senado, publicada no DSF de 14.02.2008.

5. Em 01/04/2008, o Senador Virgínio de Carvalho é designado Suplente em vaga antes ocupada pela Senadora Maria do Carmo Alves, que se encontra licenciada, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 20.03.2008 a 18.07.2008 (Of. 30/08-GLDEM).

6. Em 17/04/2008, o Senador Geovani Borges é designado titular em vaga antes ocupada pelo Senador Gilvam Borges, que se encontra licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 17.04.2008 a 24.08.2008 (Of. 112/08-GLPMDB).

Secretário(a): Gildete Leite de Melo

Reuniões: QUARTAS-FEIRAS - 10:00HS - Plenário n.º 3 - ALA ALEXANDRE COSTA

Telefone(s): 3311-3972

Fax: 3311-4315

E-mail: scomccj@senado.gov.br

4) COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE - CE

Número de membros: 27 titulares e 27 suplentes

PRESIDENTE: Senador Cristovam Buarque (PDT-DF)

VICE-PRESIDENTE: Senador Gilvam Borges (PMDB-AP) ⁽¹⁰⁾

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽³⁾	
Flávio Arns (PT)	1. Patrícia Saboya (PDT) ⁽¹⁾
Augusto Botelho (PT)	2. João Pedro (PT)
Fátima Cleide (PT)	3. Sibá Machado (PT) ⁽⁹⁾
Paulo Paim (PT)	4. Antonio Carlos Valadares (PSB)
Ideli Salvatti (PT)	5. Francisco Dornelles (PP)
Inácio Arruda (PC DO B)	6. Marcelo Crivella (PRB)
Renato Casagrande (PSB)	7. João Vicente Claudino (PTB)
João Ribeiro (PR)	8. Magno Malta (PR)
Maioria (PMDB)	
Wellington Salgado de Oliveira (PMDB)	1. Romero Jucá (PMDB)
Geovani Borges (PMDB) ⁽¹¹⁾	2. Leomar Quintanilha (PMDB)
Mão Santa (PMDB)	3. Pedro Simon (PMDB)
Valdir Raupp (PMDB)	4. Valter Pereira (PMDB)
Paulo Duque (PMDB)	5. Jarbas Vasconcelos (PMDB)
Lobão Filho (PMDB) ^(5,12)	6.
Gerson Camata (PMDB)	7. Neuto De Conto (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
VAGO ⁽⁴⁾	1. Adelmir Santana (DEM)
Heráclito Fortes (DEM)	2. Demóstenes Torres (DEM)
Virgínio de Carvalho (PSC) ⁽⁷⁾	3. Gilberto Goellner (DEM)
Marco Maciel (DEM)	4. José Agripino (DEM)
Raimundo Colombo (DEM)	5. Kátia Abreu (DEM)
Rosalba Ciarlini (DEM)	6. Romeu Tuma (PTB) ⁽²⁾
Marconi Perillo (PSDB)	7. Cícero Lucena (PSDB) ⁽⁶⁾
Marisa Serrano (PSDB)	8. Eduardo Azeredo (PSDB)
Papaléo Paes (PSDB)	9. Sérgio Guerra (PSDB)
Flexa Ribeiro (PSDB)	10. Lúcia Vânia (PSDB)
PTB	
Sérgio Zambiasi ⁽⁸⁾	1.
	2.
PDT	
Cristovam Buarque	1. Jefferson Peres

Notas:

1. Senadora Patrícia Saboya comunicou filiação partidária em 02.10.2007 (DSF 3.10.2007).
2. Senador Romeu Tuma comunicou, em 11.10.2007, filiação ao PTB (DSF 12.10.2007).
3. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
4. O Senador Edison Lobão encontra-se afastado do exercício do mandato desde 21/01/2008, para exercer o cargo de Ministro de Minas e Energia.
5. O Senador Geraldo Mesquita Júnior solicitou seu desligamento (Of. n° 008/08 GSGMJ e Of. GLPMDB n° 19/2008 - DSF 22.02.2008).
6. O Senador Cícero Lucena encontra-se licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 31.03.2008 a 31.07.2008.
7. Em 01/04/2008, o Senador Virgínio de Carvalho é designado Titular em vaga antes ocupada pela Senadora Maria do Carmo Alves, que se encontra licenciada, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 20.03.2008 a 18.07.2008 (Of. 30/08-GLDEM).
8. Em 07/04/2008, a Presidência designa o Senador Sérgio Zambiasi como membro titular da Comissão (Of. n° 18, de 2008, da Liderança do PTB).
9. Em 15/04/2008, o Senador Sibá Machado é designado Suplente do Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Aloisio Mercadante (Of. 44/2008).
10. O Senador Gilvam Borges encontra-se licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 17.04.2008 a 24.08.2008.
11. Em 17/04/2008, o Senador Geovani Borges é designado Titular em vaga antes ocupada pelo Senador Gilvam Borges, que se encontra licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 17.04.2008 a 24.08.2008 (Of. 110/08-GLPMDB).
12. Em 07/05/2008, o Senador Lobão Filho é designado Titular do PMDB na Comissão (Of. 143/2008 - GLPMDB).

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares

Reuniões: TERÇAS-FEIRAS - 11:00HS - Plenário n° 15 - ALA ALEXANDRE COSTA

Telefone(s): 3311-3498

Fax: 3311-3121

E-mail: julioric@senado.gov.br

4.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CINEMA, TEATRO, MÚSICA E COMUNICAÇÃO SOCIAL

Número de membros: 12 titulares e 12 suplentes

PRESIDENTE: Senador Demóstenes Torres (DEM-GO)

VICE-PRESIDENTE: Senadora Marisa Serrano (PSDB-MS)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽²⁾	
Paulo Paim (PT)	1. Antonio Carlos Valadares (PSB)
Flávio Arns (PT)	2. Ideli Salvatti (PT)
Sérgio Zambiasi (PTB)	3. Magno Malta (PR)
Maioria (PMDB)	
VAGO ⁽³⁾	1. Marcelo Crivella (PRB)
Wellington Salgado de Oliveira (PMDB)	2. Valdir Raupp (PMDB)
Paulo Duque (PMDB)	3. Valter Pereira (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Demóstenes Torres (DEM)	1. VAGO ⁽¹⁾
Romeu Tuma (PTB)	2. Marco Maciel (DEM)
Rosalba Ciarlini (DEM)	3. Raimundo Colombo (DEM)
Marisa Serrano (PSDB)	4. Eduardo Azeredo (PSDB)
Marconi Perillo (PSDB)	5. Flexa Ribeiro (PSDB)
PDT	
Francisco Dornelles (PP)	1. Cristovam Buarque

Notas:

1. Vago, em virtude de a Senadora Maria do Carmo Alves encontrar-se licenciada, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 20.03.2008 a 18.07.2008, e ter sido substituída pelo Senador Virgínio de Carvalho, na Comissão de Educação, Cultura e Esporte (Of. 30/2008-GLDEM).

2. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme Of. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).

3. O Senador Geraldo Mesquita Júnior solicitou seu desligamento (Of. nº 008/08 GSGMJ e Of. GLPMDB nº 19/2008 - DSF 22.02.2008).

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares

Telefone(s): 3311-3498

Fax: 3311-3121

E-mail: julioric@senado.gov.br

5) COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE - CMA

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Leomar Quintanilha (PMDB-TO)

VICE-PRESIDENTE: Senadora Marisa Serrano (PSDB-MS)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽²⁾	
Renato Casagrande (PSB)	1. Flávio Arns (PT)
Sibá Machado (PT)	2. Augusto Botelho (PT)
Fátima Cleide (PT)	3. Serys Silhessarenko (PT)
César Borges (PR)	4. Inácio Arruda (PC DO B)
	5. Expedito Júnior (PR)
Maioria (PMDB)	
Leomar Quintanilha (PMDB)	1. Romero Jucá (PMDB)
Wellington Salgado de Oliveira (PMDB)	2. Geovani Borges (PMDB) ⁽⁶⁾
Valdir Raupp (PMDB)	3. Almeida Lima (PMDB)
Valter Pereira (PMDB)	4. Geraldo Mesquita Júnior (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Eliseu Resende (DEM)	1. Adelmir Santana (DEM)
Heráclito Fortes (DEM)	2. VAGO ⁽¹⁾
Gilberto Goellner (DEM)	3. VAGO ⁽³⁾
José Agripino (DEM)	4. Raimundo Colombo (DEM)
Mário Couto (PSDB) ⁽⁴⁾	5. Papaléo Paes (PSDB) ⁽⁵⁾
Marisa Serrano (PSDB)	6. Flexa Ribeiro (PSDB)
Marconi Perillo (PSDB)	7. Arthur Virgílio (PSDB)
PTB	
Gim Argello ⁽⁷⁾	1.
PDT	
Jefferson Peres	1.

Notas:

1. O Senador César Borges deixou o Partido Democratas (DEM) e se filiou ao Partido da República (PR), conforme comunicado de 1º/10/2007.
2. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
3. O Senador Edison Lobão encontra-se afastado do exercício do mandato desde 21/01/2008, para exercer o cargo de Ministro de Minas e Energia.
4. Em 02/04/2008, o Senador Mário Couto é designado Titular em vaga antes ocupada pelo Senador Cícero Lucena, que se encontra licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 31.03.2008 a 31.07.2008 (Of. 40/08-GLPSDB).
5. Em 15/04/2008, o Senador Papaléo Paes é designado Suplente do PSDB na Comissão, em substituição à Senadora Lúcia Vânia (Of. 50/2008 - GLPSDB).
6. Em 17/04/2008, o Senador Geovani Borges é designado Suplente em vaga antes ocupada pelo Senador Gilvam Borges, que se encontra licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 17.04.2008 a 24.08.2008 (Of. 121/08-GLPMDDB).
7. Em 22/04/2008, o Senador Gim Argello é designado Titular do PTB na Comissão (Of. 71/2008-GLPTB).

Secretário(a): José Francisco B. de Carvalho

Reuniões: TERÇAS-FEIRAS - 11:30HS - Plenário nº 6 - ALA NILO COELHO

Telefone(s): 3311-3935

Fax: 3311-1060

E-mail: jcarvalho@senado.gov.br.

5.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE - AQUECIMENTO GLOBAL

Finalidade: Estudar as mudanças climáticas em consequência do aquecimento global

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Renato Casagrande (PSB-ES)

VICE-PRESIDENTE: Senador Marconi Perillo (PSDB-GO)

RELATOR: VAGO

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽¹⁾	
Renato Casagrande (PSB)	1. Flávio Arns (PT)
Inácio Arruda (PC DO B)	2. Expedito Júnior (PR)
Maioria (PMDB)	
Valter Pereira (PMDB)	1. VAGO ⁽²⁾
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
	1. Adelmir Santana (DEM)
Marconi Perillo (PSDB)	2. Marisa Serrano (PSDB)
VAGO ⁽³⁾	

Notas:

1. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).

2. Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado em 12.12.2007 (art. 77, § 1º, RISF).

3. Vago, em virtude de o Senador Cícero Lucena encontrar-se licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 31.03.2008 a 31.07.2008, e ter sido substituído pelo Senador Mário Couto, na Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (Of. 40/2008-GLPSDB).

Secretário(a): José Francisco B. de Carvalho

Telefone(s): 3311-3935

Fax: 3311-1060

E-mail: jcarvalho@senado.gov.br.

**5.2) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA SOBRE O GERENCIAMENTO DE RESÍDUOS
SÓLIDOS**

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Cícero Lucena (PSDB-PB)

VICE-PRESIDENTE: Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽²⁾	
César Borges (PR)	1. Inácio Arruda (PC DO B)
Serys Silhessarenko (PT)	2. Augusto Botelho (PT)
Majoria (PMDB)	
Wellington Salgado de Oliveira (PMDB)	1. VAGO ⁽³⁾
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
VAGO ⁽¹⁾	1. Adelmir Santana (DEM)
VAGO ⁽⁴⁾	2. Flexa Ribeiro (PSDB)

Notas:

1. O Senador César Borges deixou o Partido Democratas (DEM) e se filiou ao Partido da República (PR), conforme comunicado de 1º/10/2007.
2. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
3. Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado em 12.12.2007 (art. 77, § 1º, RISF).
4. Vago, em virtude de o Senador Cícero Lucena encontrar-se licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 31.03.2008 a 31.07.2008, e ter sido substituído pelo Senador Mário Couto, na Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (Of. 40/2008-GLPSDB).

Secretário(a): José Francisco B. de Carvalho

Telefone(s): 3311-3935

Fax: 3311-1060

E-mail: jcarvalho@senado.gov.br.

5.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA - FÓRUM DAS ÁGUAS DAS AMÉRICAS E FÓRUM MUNDIAL DA ÁGUA

Finalidade: Participar e Acompanhar as atividades do Fórum das Águas das Américas, a realizar-se no Brasil, e do V Fórum Mundial da Água, que acontecerá em Istambul, Turquia, em março de 2009.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Sibá Machado (PT-AC)

VICE-PRESIDENTE: Senador Renato Casagrande (PSB-ES)

RELATOR: Senadora Marisa Serrano (PSDB-MS)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP)	
Sibá Machado (PT)	1. Fátima Cleide (PT)
Renato Casagrande (PSB)	2. César Borges (PR)
Maioria (PMDB)	
Leomar Quintanilha (PMDB)	1. Almeida Lima (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Marisa Serrano (PSDB)	1. Flexa Ribeiro (PSDB)
Gilberto Goellner (DEM)	2. Adelmir Santana (DEM)

Secretário(a): José Francisco B. de Carvalho

Telefone(s): 3311-3935

Fax: 3311-1060

E-mail: jcarvalho@senado.gov.br.

**5.4) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA PARA ACOMPANHAR A CRISE AMBIENTAL NA
AMAZÔNIA**

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA)

VICE-PRESIDENTE: Senador Sibá Machado (PT-AC)

RELATOR: Senador Expedito Júnior (PR-RO)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP)	
Renato Casagrande (PSB)	1. Expedito Júnior (PR)
Sibá Machado (PT)	2. Augusto Botelho (PT)
Maioria (PMDB)	
Leomar Quintanilha (PMDB)	1. VAGO ⁽²⁾
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Flexa Ribeiro (PSDB)	1. VAGO ⁽¹⁾
Gilberto Goellner (DEM)	2. Arthur Virgílio (PSDB)

Notas:

1. Vago, em virtude de o Senador Cícero Lucena encontrar-se licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 31.03.2008 a 31.07.2008, e ter sido substituído pelo Senador Mário Couto, na Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (Of. 40/2008-GLPSDB).

2. Vago, em virtude de o Senador Gilvam Borges encontrar-se licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 17.04.2008 a 24.08.2008, e ter sido substituído pelo Senador Geovani Borges, na Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (Of. 121/2008-GLPMDB).

Secretário(a): José Francisco B. de Carvalho

Telefone(s): 3311-3935

Fax: 3311-1060

E-mail: jcarvalho@senado.gov.br.

6) COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA - CDH

Número de membros: 19 titulares e 19 suplentes

PRESIDENTE: Senador Paulo Paim (PT-RS)**VICE-PRESIDENTE:** Senador Cícero Lucena (PSDB-PB)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽⁸⁾	
Flávio Arns (PT)	1. Serys Slhessarenko (PT)
Fátima Cleide (PT)	2. Eduardo Suplicy (PT)
Paulo Paim (PT)	3. Sibá Machado (PT)
Patrícia Saboya (PDT) ⁽⁵⁾	4. Ideli Salvatti (PT)
Inácio Arruda (PC DO B)	5. Marcelo Crivella (PRB)
José Nery (PSOL) ^(1,2)	
Maioria (PMDB)	
Leomar Quintanilha (PMDB)	1. Mão Santa (PMDB)
Geraldo Mesquita Júnior (PMDB)	2. Romero Jucá (PMDB)
Paulo Duque (PMDB)	3. Roseana Sarney (PMDB)
Wellington Salgado de Oliveira (PMDB)	4. Valter Pereira (PMDB)
Geovani Borges (PMDB) ⁽¹²⁾	5. Jarbas Vasconcelos (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
César Borges (PR) ⁽⁴⁾	1. VAGO
Eliseu Resende (DEM)	2. Heráclito Fortes (DEM)
Romeu Tuma (PTB) ⁽⁶⁾	3. Jayme Campos (DEM)
Gilberto Goellner (DEM)	4. Virgínio de Carvalho (PSC) ⁽¹¹⁾
Arthur Virgílio (PSDB)	5. Mário Couto (PSDB)
Cícero Lucena (PSDB) ⁽¹⁰⁾	6. Lúcia Vânia (PSDB)
Magno Malta (PR) ^(3,7)	7. Papaléo Paes (PSDB)
PTB ⁽⁹⁾	
	1. Sérgio Zambiasi
PDT	
Cristovam Buarque	1.

Notas:

1. Vaga cedida pelo Bloco de Apoio ao Governo ao PSOL.
2. Vaga cedida pelo Bloco de Apoio ao PSOL.
3. Em virtude do retorno do titular, Senador Alvaro Dias.
4. O Senador César Borges deixou o Partido Democratas (DEM) e se filiou ao Partido da República (PR), conforme comunicado de 1º/10/2007.
5. Senadora Patrícia Saboya comunicou filiação partidária em 02.10.2007 (DSF 3.10.2007).
6. Senador Romeu Tuma comunicou, em 11.10.2007, filiação ao PTB (DSF 15.10.2007)
7. Vaga cedida pelo PSDB ao PR.
8. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
9. Nos termos da decisão do Presidente do Senado, publicada no DSF de 14.02.2008.
10. O Senador Cícero Lucena encontra-se licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 31.03.2008 a 31.07.2008.
11. Em 01/04/2008, o Senador Virgínio de Carvalho é designado Suplente em vaga antes ocupada pela Senadora Maria do Carmo Alves, que se encontra licenciada, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 20.03.2008 a 18.07.2008 (Of. 30/08-GLDEM).
12. Em 17/04/2008, o Senador Geovani Borges é designado Titular em vaga antes ocupada pelo Senador Gilvam Borges, que se encontra licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 17.04.2008 a 24.08.2008 (Of. 111/08-GLPMDB).

Secretário(a): Altair Gonçalves Soares**Reuniões:** TERÇAS-FEIRAS - 12:00HS - Plenário nº 2 - ALA NILO COELHO**Telefone(s):** 3311-4251/2005**Fax:** 3311-4646**E-mail:** scomcdh@senado.gov.br

6.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO IDOSO

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE: Senador Leomar Quintanilha (PMDB-TO)

VICE-PRESIDENTE: Senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽²⁾	
Paulo Paim (PT)	1. Flávio Arns (PT)
Serys Shessarenko (PT)	2. Sibá Machado (PT)
Maioria (PMDB)	
Leomar Quintanilha (PMDB)	1. VAGO ⁽³⁾
Geraldo Mesquita Júnior (PMDB)	2.
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
VAGO ⁽¹⁾	1.
Heráclito Fortes (DEM)	2.
Lúcia Vânia (PSDB)	3. Papaléo Paes (PSDB)

Notas:

1. Vago, em virtude de a Senadora Maria do Carmo Alves encontrar-se licenciada, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 20.03.2008 a 18.07.2008, e ter sido substituída pelo Senador Virgínio de Carvalho, na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (Of. 30/2008-GLDEM).

2. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme Of. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).

3. Vago, em virtude de o Senador Gilvam Borges encontrar-se licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 17.04.2008 a 24.08.2008, e ter sido substituído pelo Senador Geovani Borges, na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (Of. 111/2008-GLPMDB).

Secretário(a): Altair Gonçalves Soares

Telefone(s): 3311-4251/2005

Fax: 3311-4646

E-mail: scomcdh@senado.gov.br

6.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA CRIANÇA, ADOLESCENTE E JUVENTUDE

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Altair Gonçalves Soares

Telefone(s): 3311-4251/2005

Fax: 3311-4646

E-mail: scomcdh@senado.gov.br

6.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DE COMBATE AO TRABALHO ESCRAVO

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador José Nery (PSOL-PA)

VICE-PRESIDENTE: Senador Inácio Arruda (PC DO B-CE)

Prazo final: 22/03/2009

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽³⁾	
Eduardo Suplicy (PT)	1. Flávio Arns (PT)
José Nery (PSOL) ⁽¹⁾	2. Patrícia Saboya (PDT)
Maioria (PMDB)	
Inácio Arruda (PC DO B)	1. Geraldo Mesquita Júnior (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
VAGO ⁽²⁾	1. VAGO ⁽⁴⁾
Lúcia Vânia (PSDB)	2. Cícero Lucena (PSDB) ⁽⁵⁾

Notas:

1. Vaga cedida pelo Bloco de Apoio ao PSOL.

2. Vago, em virtude de a Senadora Maria do Carmo Alves encontrar-se licenciada, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 20.03.2008 a 18.07.2008, e ter sido substituída pelo Senador Virgínio de Carvalho, na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (Of. 30/2008-GLDEM).

3. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).

4. O Senador Edison Lobão encontra-se afastado do exercício do mandato desde 21/01/2008, para exercer o cargo de Ministro de Minas e Energia.

5. O Senador Cícero Lucena encontra-se licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 31.03.2008 a 31.07.2008.

Secretário(a): Altair Gonçalves Soares

Telefone(s): 3311-4251/2005

Fax: 3311-4646

E-mail: scomcdh@senado.gov.br

6.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE EM DEFESA DA MULHER

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Ideli Salvatti (PT-SC)

VICE-PRESIDENTE: Senadora Serys Slhessarenko (PT-MT)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP)	
Ideli Salvatti (PT)	1. Fátima Cleide (PT)
Serys Slhessarenko (PT)	2. Patrícia Saboya (PDT) ⁽¹⁾
Maioria (PMDB)	
Roseana Sarney (PMDB)	1.
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
VAGO ⁽²⁾	1. Romeu Tuma (PTB)
Lúcia Vânia (PSDB)	2.

Notas:

1. A Senadora Patrícia Saboya integra a composição da Subcomissão em vaga cedida pelo Bloco de Apoio ao Governo.
2. Vago, em virtude de a Senadora Maria do Carmo Alves encontrar-se licenciada, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 20.03.2008 a 18.07.2008, e ter sido substituída pelo Senador Virgínio de Carvalho, na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (Of. 30/2008-GLDEM).

Secretário(a): Altair Gonçalves Soares

Telefone(s): 3311-4251/2005

Fax: 3311-4646

E-mail: scomcdh@senado.gov.br

7) COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL - CRE

Número de membros: 19 titulares e 19 suplentes

PRESIDENTE: Senador Heráclito Fortes (DEM-PI)

VICE-PRESIDENTE: Senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽³⁾	
Eduardo Suplicy (PT)	1. Inácio Arruda (PC DO B)
Marcelo Crivella (PRB)	2. Aloizio Mercadante (PT)
Antonio Carlos Valadares (PSB)	3. Augusto Botelho (PT)
Mozarildo Cavalcanti (PTB)	4. Serys Sihessarenko (PT)
João Ribeiro (PR)	5. Fátima Cleide (PT)
	6. Francisco Dornelles (PP)
Maioria (PMDB)	
Pedro Simon (PMDB)	1. Geraldo Mesquita Júnior (PMDB)
Mão Santa (PMDB)	2. Leomar Quintanilha (PMDB)
Almeida Lima (PMDB)	3. Wellington Salgado de Oliveira (PMDB)
Jarbas Vasconcelos (PMDB)	4. Geovani Borges (PMDB) ⁽⁹⁾
Paulo Duque (PMDB)	5. VAGO ⁽⁴⁾
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Heráclito Fortes (DEM)	1. José Nery (PSOL) ⁽⁵⁾
Marco Maciel (DEM)	2. César Borges (PR) ⁽¹⁾
Virgínio de Carvalho (PSC) ⁽⁶⁾	3. Kátia Abreu (DEM)
Romeu Tuma (PTB) ⁽²⁾	4. Rosalba Ciarlini (DEM)
Arthur Virgílio (PSDB)	5. Flexa Ribeiro (PSDB)
Eduardo Azeredo (PSDB)	6. Tasso Jereissati (PSDB) ⁽⁷⁾
João Tenório (PSDB)	7. Sérgio Guerra (PSDB)
PTB ⁽⁶⁾	
Fernando Collor	1.
PDT	
Cristovam Buarque	1. Jefferson Peres

Notas:

1. O Senador César Borges deixou o Partido Democratas (DEM) e se filiou ao Partido da República (PR), conforme comunicado de 1º/10/2007 (DSF 2.10.2007).
2. Senador Romeu Tuma comunicou, em 11.10.2007, filiação ao PTB (DSF 15.10.2007)
3. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
4. Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado em 12.12.2007 (art. 77, § 1º, RISF).
5. Vaga cedida temporariamente ao PSOL, conforme Ofício nº 10/2008-DEM (DSF 14.02.2008).
6. Nos termos da decisão do Presidente do Senado, publicada no DSF de 14.02.2008.
7. Em 24/03/2008, o Senador Tasso Jereissati é designado Suplente do PSDB na Comissão (Of. 29/08 - GLPSDB).
8. Em 01/04/2008, o Senador Virgínio de Carvalho é designado Titular em vaga antes ocupada pela Senadora Maria do Carmo Alves, que se encontra licenciada, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 20.03.2008 a 18.07.2008 (Of. 30/08-GLDEM).
9. Em 17/04/2008, o Senador Geovani Borges é designado Suplente em vaga antes ocupada pelo Senador Gilvam Borges, que se encontra licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 17.04.2008 a 24.08.2008 (Of. 122/08-GLPMDB).

Secretário(a): José Alexandre Girão M. da Silva

Reuniões: QUINTAS-FEIRAS - 10:00HS - Plenário nº 7 - ALA ALEXANDRE COSTA

Telefone(s): 3311-3496

Fax: 3311-3546

E-mail: scomcre@senado.gov.br

7.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE PROTEÇÃO DOS CIDADÃOS BRASILEIROS NO EXTERIOR

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): José Alexandre Girão M. da Silva

Telefone(s): 3311-3496

Fax: 3311-3546

E-mail: scomcre@senado.gov.br

7.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA AMAZÔNIA

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE: Senador Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR)

VICE-PRESIDENTE: Senador Augusto Botelho (PT-RR)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽¹⁾	
Augusto Botelho (PT)	1. João Ribeiro (PR)
Mozarildo Cavalcanti (PTB)	2. Fátima Cleide (PT)
Maioria (PMDB)	
Valdir Raupp (PMDB)	1. Leomar Quintanilha (PMDB)
Pedro Simon (PMDB)	2. VAGO ⁽²⁾
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Romeu Tuma (PTB)	1. Marco Maciel (DEM)
Flexa Ribeiro (PSDB)	2. Arthur Virgílio (PSDB)
PDT	
Jefferson Peres	1. Cristovam Buarque

Notas:

1. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).

2. Vago, em virtude de o Senador Gilvam Borges encontrar-se licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 17.04.2008 a 24.08.2008, e ter sido substituído pelo Senador Geovani Borges, na Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (Of. 122/2008-GLPMDB).

Secretário(a): José Alexandre Girão M. da Silva

Telefone(s): 3311-3496

Fax: 3311-3546

E-mail: scomcre@senado.gov.br

7.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ACOMPANHAMENTO DO REGIME INTERNACIONAL SOBRE MUDANÇAS CLIMÁTICAS

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE: VAGO ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador João Ribeiro (PR-TO)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽²⁾	
VAGO ⁽³⁾	1. Inácio Arruda (PC DO B)
João Ribeiro (PR)	2. Augusto Botelho (PT)
Maioria (PMDB)	
Mão Santa (PMDB)	1. Valdir Raupp (PMDB)
	2. Leomar Quintanilha (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Romeu Tuma (PTB)	1. Rosalba Ciarlini (DEM)
Eduardo Azeredo (PSDB)	2. Papaléo Paes (PSDB)
PDT	
Cristovam Buarque	1. Jefferson Peres

Notas:

1. Senador Fernando Collor, eleito em 01.03.2007, encontra-se licenciado do exercício do mandato a partir de 29.08.2007, pelo prazo de 121 dias (Requerimento nº 968, de 2007).
2. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
3. Vago, em virtude do afastamento do Senador Euclides Mello, devido ao retorno do titular, Senador Fernando Collor.

Secretário(a): José Alexandre Girão M. da Silva

Telefone(s): 3311-3496

Fax: 3311-3546

E-mail: scomcre@senado.gov.br

**7.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE PARA MODERNIZAÇÃO E REAPARELHAMENTO
DAS FORÇAS ARMADAS**

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Romeu Tuma (PTB-SP)

VICE-PRESIDENTE: Senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽²⁾	
VAGO ⁽¹⁾	1. Marcelo Crivella (PRB)
Maioria (PMDB)	
Paulo Duque (PMDB)	1. Pedro Simon (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Romeu Tuma (PTB)	1. Marco Maciel (DEM)
Eduardo Azeredo (PSDB)	2. Flexa Ribeiro (PSDB)
PDT	
Jefferson Peres	1.

Notas:

1. O Senador Fernando Collor foi substituído na Comissão de Relações Exteriores, conforme Ofício n.º 146/2007 - GLDBAG, lido em 05/09/2007, pelo Senador Euclydes Mello.

2. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).

Secretário(a): José Alexandre Girão M. da Silva

Telefone(s): 3311-3496

Fax: 3311-3546

E-mail: scomcre@senado.gov.br

8) COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRA-ESTRUTURA - CI

Número de membros: 23 titulares e 23 suplentes

PRESIDENTE: Senador Marconi Perillo (PSDB-GO)**VICE-PRESIDENTE:** Senador Delcídio Amaral (PT-MS)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) (2)	
Serys Silhessarenko (PT)	1. Flávio Arns (PT)
Delcídio Amaral (PT)	2. Fátima Cleide (PT)
Ideli Salvatti (PT)	3. Aloizio Mercadante (PT)
Francisco Dornelles (PP)	4. João Ribeiro (PR)
Inácio Arruda (PC DO B)	5. Augusto Botelho (PT)
Expedito Júnior (PR)	6. Renato Casagrande (PSB)
Maioria (PMDB)	
Romero Jucá (PMDB)	1. Lobão Filho (PMDB) (3,7)
Valdir Raupp (PMDB)	2. José Maranhão (PMDB)
Leomar Quintanilha (PMDB)	3. VAGO (6)
Geovani Borges (PMDB) (6)	4. Neuto De Conto (PMDB)
Valter Pereira (PMDB)	5. Geraldo Mesquita Júnior (PMDB)
Wellington Salgado de Oliveira (PMDB)	6. Pedro Simon (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Gilberto Goellner (DEM)	1. Demóstenes Torres (DEM)
Eliseu Resende (DEM)	2. Marco Maciel (DEM)
Jayme Campos (DEM)	3. Adelmir Santana (DEM)
Heráclito Fortes (DEM)	4. Rosalba Ciarlini (DEM)
Raimundo Colombo (DEM)	5. Romeu Tuma (PTB) (1)
João Tenório (PSDB)	6. Cícero Lucena (PSDB) (5)
Marconi Perillo (PSDB)	7. Eduardo Azeredo (PSDB)
Flexa Ribeiro (PSDB)	8. Mário Couto (PSDB)
Sérgio Guerra (PSDB)	9. Tasso Jereissati (PSDB)
PTB (4)	
Gim Argello	1. João Vicente Claudino
PDT	
João Durval	1.

Notas:

1. Senador Romeu Tuma comunicou, em 11.10.2007, filiação ao PTB (DSF 15.10.2007)
2. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme Of. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
3. Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado em 12.12.2007 (art. 77, § 1º, RISF).
4. Nos termos da decisão do Presidente do Senado, publicada no DSF de 14.02.2008.
5. O Senador Cícero Lucena encontra-se licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 31.03.2008 a 31.07.2008.
6. Em 23/04/2008, o Senador Geovani Borges é designado Titular do PMDB, na Comissão (Of. 125/08-GLPMDB).
7. Em 07/05/2008, o Senador Lobão Filho é designado Suplente do PMDB na Comissão (Of. 144/2008 - GLPMDB).

Secretário(a): Dulcília Ramos Calhao**Reuniões:** TERÇAS-FEIRAS - 14:00 HS - Plenário nº 13 - ALA ALEXANDRE COSTA**Telefone(s):** 3311-4607**Fax:** 3311-3286**E-mail:** scomci@senado.gov.br

9) COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO - CDR

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO)**VICE-PRESIDENTE:** VAGO

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) (5)	
Fátima Cleide (PT)	1. Sibá Machado (PT)
Patrícia Saboya (PDT) (4)	2. Expedito Júnior (PR)
João Pedro (PT)	3. Inácio Arruda (PC DO B)
João Vicente Claudino (PTB)	4. Antonio Carlos Valadares (PSB)
	5. José Nery (PSOL) (1,2)
Maioria (PMDB)	
José Maranhão (PMDB)	1. Leomar Quintanilha (PMDB)
Gim Argello (PTB) (3)	2. Wellington Salgado de Oliveira (PMDB)
VAGO (6)	3. Pedro Simon (PMDB)
Valter Pereira (PMDB)	4. Valdir Raupp (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Demóstenes Torres (DEM)	1. Gilberto Goellner (DEM)
Adelmir Santana (DEM)	2. Jayme Campos (DEM)
Marco Maciel (DEM)	3. Kátia Abreu (DEM)
Rosalba Ciarlini (DEM)	4. Virgínio de Carvalho (PSC) (9)
Lúcia Vânia (PSDB)	5. Tasso Jereissati (PSDB)
Marisa Serrano (PSDB)	6. Flexa Ribeiro (PSDB)
Cícero Lucena (PSDB) (8)	7. João Tenório (PSDB)
PTB (7)	
Mozarildo Cavalcanti	1.
PDT	
Jefferson Peres	1. Osmar Dias

Notas:

1. Vaga cedida pelo Bloco de Apoio ao Governo ao PSOL.
2. Vaga cedida pelo Bloco de Apoio ao PSOL.
3. Vaga cedida ao PTB, nos termos do Ofício nº 361/2007 - GLPMDB.
4. Senadora Patrícia Saboya comunicou filiação partidária em 02.10.2007 (DSF 3.10.2007).
5. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
6. Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado em 12.12.2007 (art. 77, § 1º, RISF).
7. Nos termos da decisão do Presidente do Senado, publicada no DSF de 14.02.2008.
8. O Senador Cícero Lucena encontra-se licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 31.03.2008 a 31.07.2008.
9. Em 01/04/2008, o Senador Virgínio de Carvalho é designado Suplente em vaga antes ocupada pela Senadora Maria do Carmo Alves, que se encontra licenciada, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 20.03.2008 a 18.07.2008 (Of. 30/08-GLDEM).

Secretário(a): Selma Míriam Perpétuo Martins**Reuniões:** QUARTAS-FEIRAS - 14:00HS -**Telefone(s):** 3311-4282**Fax:** 3311-1627**E-mail:** scomcdr@senado.gov.br

10) COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA - CRA

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Neuto De Conto (PMDB-SC)**VICE-PRESIDENTE:** Senador Expedito Júnior (PR-RO)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) (2)	
Delcídio Amaral (PT)	1. Paulo Paim (PT)
Antonio Carlos Valadares (PSB)	2. Sibá Machado (PT) (6)
Expedito Júnior (PR)	3. César Borges (PR)
João Pedro (PT)	4. Augusto Botelho (PT)
	5. José Nery (PSOL) (1)
Maioria (PMDB)	
VAGO (3)	1. Valdir Raupp (PMDB)
Leomar Quintanilha (PMDB)	2. Romero Jucá (PMDB)
Pedro Simon (PMDB)	3. Valter Pereira (PMDB)
Neuto De Conto (PMDB)	4. Mão Santa (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Heráclito Fortes (DEM)	1. VAGO (4)
Jayme Campos (DEM)	2. Eliseu Resende (DEM)
Gilberto Goellner (DEM)	3. Raimundo Colombo (DEM)
Kátia Abreu (DEM)	4. Rosalba Ciarlini (DEM)
Cícero Lucena (PSDB) (5)	5. Marconi Perillo (PSDB)
Flexa Ribeiro (PSDB)	6. João Tenório (PSDB)
Marisa Serrano (PSDB)	7. Sérgio Guerra (PSDB)
PTB (8)	
Carlos Dunga (7)	1.
PDT	
Osmar Dias	1. João Durval

Notas:

1. Vaga cedida pelo Bloco de Apoio ao Governo ao PSOL.
2. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
3. Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado em 12.12.2007 (art. 77, § 1º, RISF).
4. O Senador Edison Lobão encontra-se afastado do exercício do mandato desde 21/01/2008, para exercer o cargo de Ministro de Minas e Energia.
5. O Senador Cícero Lucena encontra-se licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 31.03.2008 a 31.07.2008.
6. Em 01/04/2008, o Senador Sibá Machado é designado Suplente do Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Aloizio Mercadante.
7. Em 02/04/2008, o Senador Carlos Dunga é designado titular do Partido Trabalhista Brasileiro na Comissão (Of. nº 050/2008/GLPTB).
8. Nos termos da decisão do Presidente do Senado, publicada no DSF de 14.02.2008.

Secretário(a): Marcello Varella**Reuniões:** QUINTAS-FEIRAS - 12:00HS -**Telefone(s):** 3311-3506**E-mail:** marcello@senado.gov.br

10.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DOS BIOCOMBUSTÍVEIS

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE: Senador João Tenório (PSDB-AL)

VICE-PRESIDENTE: Senador Sibá Machado (PT-AC)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽¹⁾	
Sibá Machado (PT)	1. Paulo Paim (PT)
Antonio Carlos Valadares (PSB)	2. Expedito Júnior (PR)
Maioria (PMDB)	
Valter Pereira (PMDB)	1. Valdir Raupp (PMDB)
Neuto De Conto (PMDB)	2. Mão Santa (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Gilberto Goellner (DEM)	1. Raimundo Colombo (DEM)
	2. Rosalba Ciarlini (DEM)
João Tenório (PSDB)	3. Cícero Lucena (PSDB) (2)
Marisa Serrano (PSDB)	

Notas:

1. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).

2. O Senador Cícero Lucena encontra-se licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 31.03.2008 a 31.07.2008.

Secretário(a): Marcello Varella

Telefone(s): 3311-3506

E-mail: marcello@senado.gov.br

**11) COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E
INFORMÁTICA - CCT**

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Wellington Salgado de Oliveira (PMDB-MG)

VICE-PRESIDENTE: Senador Marcelo Crivella (PRB-RJ)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽²⁾	
Marcelo Crivella (PRB)	1. Expedito Júnior (PR)
Augusto Botelho (PT)	2. Flávio Arns (PT)
Renato Casagrande (PSB)	3. João Ribeiro (PR)
Ideli Salvatti (PT)	4. Francisco Dornelles (PP)
	5. Fátima Cleide (PT)
Maioria (PMDB)	
Valdir Raupp (PMDB)	1. Romero Jucá (PMDB)
Wellington Salgado de Oliveira (PMDB)	2. Gerson Camata (PMDB)
Geovani Borges (PMDB) ⁽⁶⁾	3. Mão Santa (PMDB)
Valter Pereira (PMDB)	4. Leomar Quintanilha (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Demóstenes Torres (DEM)	1. Eliseu Resende (DEM)
Romeu Tuma (PTB) ⁽¹⁾	2. Heráclito Fortes (DEM)
Virgínio de Carvalho (PSC) ⁽⁵⁾	3. Marco Maciel (DEM)
Antonio Carlos Júnior (DEM)	4. Rosalba Ciarlini (DEM)
João Tenório (PSDB)	5. Flexa Ribeiro (PSDB)
Eduardo Azeredo (PSDB)	6. Marconi Perillo (PSDB)
Cícero Lucena (PSDB) ⁽⁴⁾	7. Papaléo Paes (PSDB)
PTB ⁽³⁾	
Sérgio Zambiasi	1.
PDT	
Cristovam Buarque	1.

Notas:

1. Senador Romeu Tuma comunicou, em 11.10.2007, filiação ao PTB (DSF 15.10.2007)
2. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
3. Nos termos da decisão do Presidente do Senado, publicada no DSF de 14.02.2008.
4. O Senador Cícero Lucena encontra-se licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 31.03.2008 a 31.07.2008.
5. Em 01/04/2008, o Senador Virgínio de Carvalho é designado Titular em vaga antes ocupada pela Senadora Maria do Carmo Alves, que se encontra licenciada, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 20.03.2008 a 18.07.2008 (Of. 30/08-GLDEM).
6. Em 17/04/2008, o Senador Geovani Borges é designado Titular em vaga antes ocupada pelo Senador Gilvam Borges, que se encontra licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 17.04.2008 a 24.08.2008 (Of. 113/08-GLPMDB).

Secretário(a): Égli Lucena Heusi Moreira
Reuniões: QUARTAS-FEIRAS - 08:45HS -
Telefone(s): 3311-1120
Fax: 3311-2025
E-mail: scomcct@senado.gov.br

11.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE SERVIÇOS DE INFORMÁTICA

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG)

VICE-PRESIDENTE: Senador Renato Casagrande (PSB-ES)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽¹⁾	
Flávio Arns (PT)	1. Sérgio Zambiasi (PTB)
Renato Casagrande (PSB)	2. Expedito Júnior (PR)
Maioria (PMDB)	
Valter Pereira (PMDB)	1. VAGO ⁽³⁾
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Demóstenes Torres (DEM)	1. Heráclito Fortes (DEM)
Eduardo Azeredo (PSDB)	2. Cícero Lucena (PSDB) ⁽²⁾

Notas:

1. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).

2. O Senador Cícero Lucena encontra-se licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 31.03.2008 a 31.07.2008.

3. Vago, em virtude de o Senador Gilvam Borges encontrar-se licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 17.04.2008 a 24.08.2008, e ter sido substituído pelo Senador Geovani Borges, na Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (Of. 113/2008-GLPMDB).

Secretário(a): Égli Lucena Heusi Moreira

Telefone(s): 3311-1120

Fax: 3311-2025

E-mail: scomcct@senado.gov.br

11.2) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA - PÓLOS TECNOLÓGICOS

Finalidade: Estudo, acompanhamento e apoio ao desenvolvimento dos Pólos Tecnológicos

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) (2)	
Marcelo Crivella (PRB)	1. Francisco Dornelles (PP)
Augusto Botelho (PT)	2. Fátima Cleide (PT)
Maioria (PMDB)	
Mão Santa (PMDB)	1. VAGO (3)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Romeu Tuma (PTB) (1)	1. Rosalba Ciarlini (DEM)
Cícero Lucena (PSDB) (4)	2. Eduardo Azeredo (PSDB)

Notas:

1. Senador Romeu Tuma comunicou, em 11.10.2007, filiação ao PTB (DSF 12.10.2007)
2. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
3. Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado em 12.12.2007 (art. 77, § 1º, RISF).
4. O Senador Cícero Lucena encontra-se licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 31.03.2008 a 31.07.2008.

Secretário(a): Égli Lucena Heusi Moreira

Telefone(s): 3311-1120

Fax: 3311-2025

E-mail: scomcct@senado.gov.br

COMPOSIÇÃO
CORREGEDORIA PARLAMENTAR
(Resolução nº 17, de 1993)

SENADORES	CARGO
Senador Romeu Tuma (PTB-SP) ⁽¹⁾	CORREGEDOR
VAGO	1º CORREGEDOR SUBSTITUTO
VAGO	2º CORREGEDOR SUBSTITUTO
VAGO	3º CORREGEDOR SUBSTITUTO

Atualização: 17/10/2007

Notas:

1. Eleito na Reunião Preparatória da 1ª Sessão Legislativa da 53ª Legislatura, realizada em 1º.2.2007, nos termos da Resolução nº 17, de 17.3.93. O Senador Romeu Tuma, comunicou, em 11.10.2007, filiação ao PTB (DSF 12.10.2007)

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Endereço:Senado Federal - Anexo II - Térreo
Telefone(s):3311-5255 **Fax:**3311-5260
E-mail:scop@senado.gov.br

COMPOSIÇÃO
PROCURADORIA PARLAMENTAR
(Resolução do Senado Federal nº 40/95)

SENADOR	BLOCO / PARTIDO
Demóstenes Torres (DEM/GO) ⁽¹⁾	Bloco Parlamentar da Minoria
João Tenório (PSDB/AL) ⁽¹⁾	Bloco Parlamentar da Minoria
Antonio Carlos Valadares (PSB/SE) ⁽²⁾	Bloco de Apoio ao Governo
	PMDB
Gim Argello (PTB/DF) ⁽¹⁾	PTB

Atualização: 17/04/2008

Notas:

1. Designados na Sessão do Senado Federal de 09.04.2008.
2. Designado na Sessão do Senado Federal de 17.04.2008.

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Endereço:Senado Federal - Anexo II - Térreo
Telefone(s):3311-5255 **Fax:**3311-5260
E-mail:scop@senado.gov.br

COMPOSIÇÃO CONSELHOS e ÓRGÃOS

1) CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

Número de membros: 15 titulares e 15 suplentes

PRESIDENTE: Senador Leomar Quintanilha (PMDB-TO) ⁽⁵⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Adelmir Santana (DEM-DF) ⁽³⁾

1ª Eleição Geral: 19/04/1995	4ª Eleição Geral: 13/03/2003
2ª Eleição Geral: 30/06/1999	5ª Eleição Geral: 23/11/2005
3ª Eleição Geral: 27/06/2001	6ª Eleição Geral: 06/03/2007

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP)	
Augusto Botelho (PT-RR)	1. VAGO
João Pedro (PT-AM) ⁽⁶⁾	2. Fátima Cleide (PT-RO) ⁽⁴⁾
Renato Casagrande (PSB-ES)	3. Ideli Salvatti (PT-SC) ⁽²⁾
João Vicente Claudino (PTB-PI) ⁽¹⁾	4.
Eduardo Suplicy (PT-SP)	5.
Maioria (PMDB)	
Wellington Salgado de Oliveira (PMDB-MG)	1. Valdir Raupp (PMDB-RO)
Almeida Lima (PMDB-SE) ⁽⁷⁾	2. Gerson Camata (PMDB-ES)
Gilvam Borges (PMDB-AP) ⁽⁸⁾	3. Romero Jucá (PMDB-RR)
Leomar Quintanilha (PMDB-TO)	4. José Maranhão (PMDB-PB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Demóstenes Torres (DEM-GO)	1. César Borges (PR-BA)
Heráclito Fortes (DEM-PI)	2. Maria do Carmo Alves (DEM-SE) ⁽¹⁰⁾
Adelmir Santana (DEM-DF)	
Marconi Perillo (PSDB-GO)	3. Arthur Virgílio (PSDB-AM)
Marisa Serrano (PSDB-MS)	4. Sérgio Guerra (PSDB-PE)
PDT	
Jefferson Peres (AM)	1.
Corregedor do Senado (Membro nato - art. 25 da Resolução nº 20/93)	
Romeu Tuma (PTB/SP) ⁽⁹⁾	

Atualização: 17/04/2008

Notas:

1. Eleito na Sessão de 29.5.2007 para a vaga anteriormente ocupada pela Senadora Serys Silhessarenko (PT/MT), que renunciou ao mandato de titular de acordo com o Ofício GSSS nº 346, lido nessa mesma Sessão, Senador Epitácio Cafeteira renunciou ao mandato de titular, conforme Ofício 106/2007-GSECAF, lido na sessão do Senado de 26.09.2007. Senador João Vicente Claudino foi eleito em 16.10.2007 (Ofício nº 158/2007 - GLDBAG) (DSF 18.10.2007).
2. Eleitos na Sessão de 29.5.2007
3. Eleito em 30.5.2007, na 1ª Reunião de 2007 do CEDP
4. Eleita na Sessão de 27.6.2007
5. Eleito em 27.06.2007, na 5ª Reunião de 2007 do CEDP
6. Eleito na Sessão de 16.08.2007.
7. Eleito na sessão de 27.06.2007, em vaga anteriormente ocupada pelo Senador Valter Pereira, que renunciou em 25.6.2007
8. Senador Gilvam Borges encontra-se licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, por 130 dias, a partir do dia 16.04.2008
9. Senador Romeu Tuma comunicou, em 11.10.2007, filiação ao PTB (DSF 15.10.2007)
10. Senadora Maria do Carmo Alves encontra-se licenciada, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 20.03.2008 a 18.07.2008

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)

Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s): 3311-5255 Fax: 3311-5260

E-mail: scop@senado.gov.br

2) CONSELHO DO DIPLOMA MULHER-CIDADÃ BERTHA LUTZ

Número de membros: 12 titulares

PRESIDENTE: Senadora Serys Slhessarenko (PT-MT) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Inácio Arruda (PC DO B-CE) ⁽¹⁾

1ª Designação: 03/12/2001

2ª Designação: 26/02/2003

3ª Designação: 03/04/2007

MEMBROS
PMDB
Roseana Sarney (MA)
DEM
Maria do Carmo Alves (SE) ⁽²⁾
PSDB
Lúcia Vânia (GO)
PT
Serys Slhessarenko (MT)
PTB
Sérgio Zambiasi (RS)
PR
PDT
Cristovam Buarque (DF)
PSB
Patrícia Saboya (PDT-CE)
PC DO B
Inácio Arruda (CE)
PRB
Marcelo Crivella (RJ)
PP
PSOL

Atualização: 25/03/2008

Notas:

1. Eleitos em 21.06.2007

2. A Senadora Maria do Carmo Alves encontra-se licenciada, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 20.03.2008 a 18.07.2008.

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)

Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s): 3311-5255 Fax: 3311-5260

E-mail: scop@senado.gov.br

ÍNDICE ONOMÁSTICO

	Pág.		Pág.
ALOIZIO MERCADANTE		ra Marília Sardenberg Zelner Gonçalves, Ministra de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Especial do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixadora do Brasil junto à República da Eslováquia.....	370
Comemoração dos 120 Anos da promulgação da Lei Áurea no Brasil e da Abolição da Escravatura..	307	Parecer nº 412, de 2008 (da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional), que submete à deliberação do Senado a escolha do Senhor Antonio Luis Espinola Salgado, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de embaixador do Brasil junto à República Islâmica do Irã.	372
ALVARO DIAS		ARTHUR VIRGÍLIO	
Voto de Pesar pelo falecimento do ex-Senador e jornalista Paulo Alberto Monteiro de Barros, conhecido como Artur da Távola.	215	Requerimento nº 571, de 2008, que requer Voto de Pesar pelo falecimento do Vereador Messias do Carmo Leite, e seu filho Leandro Vieira Leite, ocorrido no dia 7 de maio de 2008, na rodovia BR-174 (Manaus/Presidente Figueiredo).	14
Congratulações ao Senador Jarbas Vasconcelos por seu oportuno discurso referente ao Programa de Aceleração ao Crescimento - PAC. Aparte ao Senador Jarbas Vasconcelos.....	223	Requerimento nº 572, de 2008, que requer Voto de Aplauso à RÁDIO PANORAMA, da cidade de Itacoatira-AM, pelos seus 20 anos de fundação....	14
Considerações ao Senador Mário Couto por seu pronunciamento sobre a tentativa do Governo em intimidar a oposição com a ameaça de publicação de dossiês. Aparte ao Senador Mário Couto..	229	Observações sobre a questão do dossiê vazado da Casa Civil e solicitação do comparecimento da Ministra Dilma Rousseff à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania do Senado, para explicações sobre a elaboração e vazamento de dossiê sobre gastos do ex-Presidente Fernando Henrique Cardoso.	52
Parecer nº 420, de 2008, da Mesa do Senado Federal, sobre o Requerimento nº 226, de 2008, que solicita, nos termos do § 2º do art. 50 da Constituição Federal, combinado com o art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal, sejam prestadas informações pelo Ministro de Estado das Relações Exteriores.....	392	Voto de Pesar pelo falecimento do Vereador Messias do Carmo Leite e seu filho Leandro Vieira Leite.....	52
Apelo pela suspensão do procedimento licitatório da Usina Hidrelétrica de Jirau.....	407	Requerimento nº 576, de 2008, que requer Voto de Pesar pelo falecimento do engenheiro-agrônomo Vicente Haroldo de Figueiredo Moraes, cientista pioneiro em pesquisas sobre a seringueira da Amazônia.....	173
ANTONIO CARLOS JUNIOR			
Requerimento nº 593, de 2008, que requer a tramitação conjunta dos Projetos de Lei do Senado nº 72, de 2007 e nº 102, de 2007, complementares, por tratarem de assuntos correlatos.....	363		
ANTONIO CARLOS VALADARES			
Parecer nº 411, de 2008 (da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional), que submete à deliberação do Senado a escolha da Senho-			

	Pág.		Pág.
Requerimento nº 577, de 2008, que requer Voto de Aplauso, pelo transcurso do 35º aniversário de criação da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária – EMBRAPA e dos seus 33 anos de atuação na Amazônia, pela Embrapa Amazônia Ocidental.....	173	de excelência em conduta administrativa, modelo que acaba de ser copiado pelas gigantes Boeing e Airbus.....	360
Apoio ao Senador Mozarildo Cavalcanti por seu pronunciamento referente a atuação do Governo Lula. Aparte ao Senador Mozarildo Cavalcanti.	179	Requerimento nº 588, de 2008, que requer Voto de Aplauso ao jornalista Tarcísio Holanda e à TV Câmara, pelo lançamento do documentário em vídeo “Memórias de Tarcísio, Repórter”.....	361
Requerimento nº 580, de 2008, que requer Voto de Pesar pelo falecimento do Senador Arthur da Távola, (Paulo Alberto Monteiro de Barros) ocorrido no rio de Janeiro, no dia 9 de maio de 2008. .	210	Requerimento nº 589, de 2008, que requer Voto de Pesar pelo falecimento do empresário Antonio Carlos Rodrigues Lima, Presidente da Associação das Indústrias e Empresas de Serviços do pólo Industrial de Manaus (AFICAM).....	361
Voto de Pesar pelo falecimento do ex-Senador e jornalista Paulo Alberto Monteiro de Barros, conhecido como Artur da Távola.	211	Requerimento nº 590, de 2008, que requer Voto de Aplauso ao casal amazonense Cristian Aguilera e Carla Yael, pela adição de oito crianças já crescidas, registradas como filhos.....	362
Requerimento nº 581, de 2008, que requer a realização de Sessão Solene Especial destinada a homenagear a memória do intelectual e ex-senador Artur da Távola.....	215	Requerimento nº 591, de 2008, que solicita informações ao Senhor Ministro da Secretária-Geral da Presidência da República sobre os gastos com diárias do assessor especial da Presidência, senhor Marco Aurélio Garcia.....	362
Considerações ao discurso proferido pelo Senador Jarbas Vasconcelos referente aos investimentos feitos pelo Brasil. Aparte ao Senador Jarbas Vasconcelos.	225	Considerações sobre a demissão da Ministra Maria Silva e sua atuação no exercício de suas funções, bem como seu retorno ao Senado.....	368
Denúncia da restrição de participantes no leilão que se realizará nas Bolsas de Mercadorias do Brasil, de aproximadamente 80 mil toneladas de arroz do estoque regulador do Governo, que visa dar equilíbrio ao mercado interno de arroz, tendo em vista a sua elevação de preço.	227	Registro do encaminhamento de requerimentos à Mesa, no dia 13 de maio de 2008.....	370
Considerações sobre a matéria do jornal <i>A Crítica</i> , de Manaus, sobre a ausência governamental e o esquecimento das populações daquele Estado.....	231	Solicitação que os pareceres referentes às Medidas Provisórias em deliberação sejam repassados com pelo menos 24 horas de antecedência. .	399
Manifestação sobre as declarações do General Luiz Gonzaga Schroeder sobre a Declaração Universal dos Direitos dos Povos Indígenas.....	231	Manifestação de apoio ao Senador José Agripino por seu pronunciamento referente a fiscalização para o setor exportador brasileiro. Aparte ao Senador José Agripino	402
Comentários sobre o depoimento da Ministra Dilma Rousseff no Senado.	231		
Apoio ao Senador Paulo Paim por seu pronunciamento referente a homenagens feitas aos 120 anos da promulgação da Lei Área no Brasil. Aparte ao Senador Paulo Paim.	283	CÉSAR BORGES	
Requerimento nº 586, de 2008, que requer, de acordo com as tradições da Casa, homenagens pelo falecimento do ex-Senador Maranhense Bello Parga: Inserção em ata de um Voto de profundo Pesar; apresentação de condolências à família e ao Estado.....	360	Comemoração dos 120 Anos da promulgação da Lei Área no Brasil e da Abolição da Escravatura..	320
Requerimento nº 587, de 2008, que requer Voto de Aplauso à Embraer, vitoriosa empresa aeronáutica brasileira, fabricante de aeronaves de qualidade, que passou a oferecer ao mundo exemplos		CRISTOVAM BUARQUE	
		Projeto de Lei do Senado nº 185, de 2008, que acrescenta o parágrafo 6º no art. 26 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para obrigar a exibição de filmes e audiovisuais de produção nacional nas escolas da educação básica..	146
		Projeto de Lei do Senado nº 186, de 2008, que insere parágrafo 3º no art. 79 da lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para dispor sobre a avaliação na educação indígena.	146

	Pág.	III	Pág.
Requerimento nº 578, de 2008, que requer Voto de Pesar pelo falecimento da pesquisadora brasileira Edith Susana Elisabeth Fanta e pela grande contribuição que ofereceu às pesquisas antárticas, e apresentação de condolências à sua família.....	174		
Comemoração dos 120 Anos da promulgação da Lei Áurea no Brasil e da Abolição da Escravatura..	272		
Defesa de uma revolução na educação do País.	420		
EDUARDO AZEREDO			
Homenagem à siderurgia brasileira através da USIMINAS e, em especial, ao Engenheiro Rinaldo Campos Soares, que durante dezoito anos presidiu a referida empresa.....	355		
EDUARDO SUPPLY			
Comemoração dos 120 Anos da promulgação da Lei Áurea no Brasil e da Abolição da Escravatura..	309		
Requerimento nº 583, de 2008, que requer Voto de Pesar pelo falecimento, no dia 9 de maio de 2008, do jornalista, escritor, ex-deputado e ex-senador Arthur da Távola, aos 72 anos, de insuficiência cardíaca, bem como apresentação de condolências à sua esposa, Miriam Ripper, e aos filhos Leonardo, Eduardo e André	333		
Manifestação de solidariedade à Ministra Marina Silva, na oportunidade de seu pedido de demissão do Ministério do Meio Ambiente.....	398		
Considerações ao discurso proferido pelo Senador Paulo Paim com relação as teses de Florestan Fernandes, no lançamento da campanha “Preconceito, Discriminação Zero”. Aparte ao Senador Paulo Paim	425		
EFRAIM MORAIS			
Apelo aos Senadores do Governo para que venha ajudar a oposição a aprovar o nome do Embaixador João Batista Cruz, pela questão ecológica. ..	365		
Parecer nº 413, de 2008, da Mesa do Senado Federal, sobre o Requerimento nº 709, de 2007, da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, que requer a realização da semana do Idoso, constante de uma Sessão Solene no Plenário.....	386		
Parecer nº 416, de 2008, da Mesa, sobre o Requerimento nº 11, de 2008, que requer que o Sr. Ministro de Estado de Minas e Energia providenciasse junto à Agência Nacional de Energia Elétrica, no estrito prazo constitucional, estudos sobre		os limites do setor elétrico de suprir a demanda por energia para os próximos anos.....	389
		Parecer nº 422, de 2008, da Mesa do Senado Federal, sobre o Requerimento nº 282, de 2008, que solicita ao Senhor Ministro de Estado da Educação, informações sobre folhas de pagamento das universidades federais relativas ao pessoal permanente, temporário e terceirizados do ano de 2007.....	393
		Parecer nº 423, de 2008, da Mesa do Senado Federal, sobre o Requerimento nº 283, de 2008, que solicita ao Senhor Ministro de Estado do Planejamento Orçamento e Gestão, informações sobre folhas de pagamento das universidades federais relativas ao pessoal permanente, temporário e terceirizados no ano de 2007, o quantitativo de pessoal, o valor da folha de pagamento e o salário médio, e a relação de gastos com pesquisa científica e tecnológica no mesmo período.	394
		Parecer nº 424, de 2008, da Mesa do Senado Federal, sobre o Requerimento nº 313, de 2008, que solicita ao Senhor Ministro de Estado das Minas e Energia que preste informações sobre “a possibilidade de construção, na região amazônica, das chamadas “usinas a fio d’água”.....	394
EPITÁCIO CAFETEIRA			
		Apoio ao Senador Expedito Júnior por seu pronunciamento referente ao sucateamento das Forças Armadas. Aparte ao Senador Expedito Júnior.....	347
		Apoio à homenagem ao ex-Senador Bello Parga feita pela Senadora Roseana Sarney. Aparte à Senadora Roseana Sarney.....	359
EXPEDITO JÚNIOR			
		Projeto de Lei do Senado nº 189, de 2008, que altera o art. 7º da Lei nº 7.990, de 28 de dezembro de 1989, e a alínea e do inciso II do art. 49 da Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997, com vista a destinar recursos do Fundo Especial exclusivamente para a saúde.....	326
		Cobrança de edição de uma Medida Provisória com o fim de reajustar os soldos dos militares.	345
		Advertência sobre o sucateamento das Forças Armadas.....	345
		Considerações ao discurso proferido pelo Senador Gilberto Goellner a respeito da saída da Ministra do Meio Ambiente, Senadora Marina Silva. Aparte ao Senador Gilberto Goellner.	418
		Saudação ao novo gerente do Programa Cilha Norte, o senhor Brigadeiro Roberto Medeiros Dantas, e considerações a respeito.....	419

IV

	Pág.		Pág.
FLÁVIO ARNS			
Projeto de Lei do Senado nº 188, de 2008, que altera a Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000, para dispor sobre a adoção de legenda em filmes nacionais e em exposições de peças teatrais.	325	2008, que solicita, nos termos do § 2º do art. 50 da Constituição Federal, combinado com o art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal, sejam prestadas informações pelo Ministro de Estado do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior...	390
Considerações sobre o transcurso dos 120 anos da abolição da escravidão no Brasil.	436	Parecer nº 425, de 2008, da Mesa do Senado Federal sobre o Requerimento (SF) nº 330, de 2008, que solicita, de acordo com o art. 216, do Regimento Interno do Senado Federal, combinado com o que dispõe o art. 50, § 2º, da Constituição Federal, informações ao Ministro das Relações Exteriores acerca do significado da adesão formal do Brasil à Declaração Universal dos Direitos das Nações Indígenas.	395
FLEXA RIBEIRO			
Requerimento nº 584, de 2008, que requer, nos termos regimentais, licença dos trabalhos desta Casa no dia 15 de maio de 2008, quando Sua Excelência estará em viagem cumprindo missão da Subcomissão Temporária para Acompanhar a Crise Ambiental na Amazônia (CMACAA).....	334	GILBERTO GOELLNER	
Comunicação a todos os municípios com mais de vinte mil habitantes que vence em 30 de junho de 2008, a prorrogação anteriormente aprovada do prazo para a aprovação de seu plano diretor urbano.	405	Requerimento nº 574, de 2008, que tendo sido designado pelo Excelentíssimo Senador Jayme Campos, Presidente da Comissão Temporária Externa, criada pelo Requerimento nº 193 de 2008, para participar de diligências nos dias 14 a 16 de maio, no Estado de Mato Grosso, em visita aos Municípios de Alta Floresta e Sinop, para verificar in loco , o risco ambiental em que vivem os 36 municípios relacionados pelo Instituto Nacional de Pesquisa Espacial – INPE, em seu mapa do “desmatamento”. Requer a necessária autorização para o desempenho da referida missão.	172
GEOVANI BORGES			
Comentários sobre a grave situação dos brasileiros que tentam ingressar ilegalmente na Guiana Francesa.	137	Elogios ao Decreto que instituiu o Programa de Regularização Ambiental e Agrária nos Municípios do Estado de Mato Grosso, denominado Mato Grosso Legal.	248
Registro da designação de Sua Excelência como relator do Projeto de Lei do Senado 594, de 2007, de autoria do Senador Gilvam Borges, que aplica penas mais drásticas aos condutores de veículos que abusarem do álcool, das drogas e da velocidade.	340	Requerimento nº 592, de 2008, que requer, que tenha tramitação em conjunto as seguintes matérias: o Projeto de Lei da Câmara nº 39, de 2006; o Projeto de Lei da Câmara nº 3, de 2005, e o Projeto de Lei do Senado nº 209, de 2002, por versarem sobre o mesmo assunto.	363
GERALDO MESQUITA JÚNIOR			
Defesa de restrições à propaganda de bebidas alcoólicas nas emissoras de televisão e rádio.	216	Manifestação de apoio ao Senador José Agripino por seu pronunciamento referente a fiscalização para o setor exportador brasileiro. Aparte ao Senador José Agripino.	404
Justificativas pela ausência de Sua Excelência dos trabalhos da Casa, no dia 12 de maio de 2008.	216	Comentários a respeito da saída da Ministra do Meio Ambiente, Senadora Marina Silva.	417
Enaltecimento à revista <i>IstoÉ</i> pelo esforço de oferecer uma coletânea de gramática em fascículos.	216	HERÁCLITO FORTES	
GERSON CAMATA			
Parecer nº 417, de 2008, da Mesa do Senado Federal, sobre o Requerimento nº 188, de 2008, que requer informações ao Ministro da Saúde, Senhor José Gomes Temporão, referentes ao Hospital Regional do Oeste do Pará.	389	Reflexão sobre as denúncias feitas sobre o vazamento de informações dos gastos no Governo do Fernando Henrique Cardoso. Aparte ao Senador João Pedro.	15
Parecer nº 418, de 2008, da Mesa do Senado Federal, sobre o Requerimento nº 219, de			

	Pág.		Pág.
Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana (CDDPH) e ao Ministério Público do Estado do Pará, em face do princípio da colaboração entre os Poderes, sobre a situação da menor detida em Abaetetuba, no Pará, em cela com 20 homens.....	387	Críticas ao Programa de Aceleração ao Crescimento - PAC.	245
Parecer nº 426, de 2008, da Mesa do Senado Federal, sobre o Requerimento nº 348, de 2008, que requer, com fundamento no art. 50, 2º da Constituição Federal, sejam solicitadas ao Ministro de Estado da Defesa informações sobre matéria veiculada na Revista “Isto É”, de 26 de março de 2008, págs. 40 e 41, intitulada: “O Brasil na Academia da Repressão”, a escola de Infantaria Fort Benning, conhecida como “School of the Americas (SOA)”, possibilitando o intercâmbio entre militares americanos e colegas da América Latina na formação de repressores....	396	Comemoração dos 120 Anos da promulgação da Lei Áurea no Brasil e da Abolição da Escravatura..	313
Comentários sobre os trabalhos de Comissão Parlamentar de Inquérito - CPI da Pedofilia.	398	Considerações ao discurso proferido pelo Senador Pedro Simon, referente a concessão de terras públicas. Aparte ao Senador Pedro Simon..	346
Manifestação de solidariedade à Ministra Marina Silva, na oportunidade de seu pedido de demissão do Ministério do Meio Ambiente.....	398	Considerações ao discurso do senador Expedito Júnior com relação aos reajustes dos soldos dos militares. Aparte ao Senador Expedito Júnior.	346
		Considerações ao discurso proferido pelo Senador Pedro Simon, referente a concessão de terras públicas. Aparte ao Senador Pedro Simon..	352
		Manifestação de solidariedade à Ministra Marina Silva, na oportunidade de seu pedido de demissão do Ministério do Meio Ambiente.....	400
		Críticas à concessão de terras públicas pelo Governo Federal acima de 2.500 hectares, sem a anuência do Congresso Nacional, e à elevada carga tributária no País.....	405
MÃO SANTA		MARCELO CRIVELLA	
Avaliação do depoimento da Ministra Dilma Rousseff perante a Comissão de Serviços de Infra-Estrutura do Senado.....	21	Homenagem aos abolicionistas brasileiros que encerraram 350 anos das mais tristes páginas da história.	412
Comentários ao artigo do jornal O Estado de S.Paulo, intitulado “O engodo do PAC e da Ministra”.	21	Comemoração dos 199 anos de criação da Polícia Militar do Distrito Federal.	412
Cobranças ao Governo Federal pela conclusão das obras inacabadas no Piauí e no Brasil.....	21	MARCO MACIEL	
Críticas ao Governo Lula e sua posição sobre os índios no Brasil.	21	Pedido de revisão sobre a questão das medidas provisórias, inclusive abolindo-as do texto constitucional.....	175
Considerações ao discurso proferido pelo Senador Heráclito Fortes com relação ao dossiê dos gastos do Governo Fernando Henrique Cardoso. Aparte ao Senador Heráclito Fortes.	51	Homenagem à memória do ex-Senador Artur da Távola, falecido no dia 9 de maio de 2008, e faz leitura de publicação de autoria do jornalista Luiz Paulo Horta, do O Globo, a respeito do papel do ex-Senador Artur da Távola na difusão da chamada música erudita.	175
Homenagem ao veículo de comunicação do Senado Federal, e sua matéria sobre os 120 anos da Assinatura da Lei Áurea. Aparte ao Senador Paulo Paim.....	149	Requerimento nº 582, de 2008, que requer homenagens pelo falecimento do Ex-Senador Paulo Alberto Artur da Távola Moretzsohn Monteiro de Barros, ocorrido no dia 09 de maio, na cidade do Rio de Janeiro. Inserção em ata de Voto de profundo Pesar; apresentação de condolências: - ao Partido Social Democracia Brasileira; - ao Partido da Social Democracia Brasileira.....	215
Homenagem ao dia da enfermeira e congratulação ao Professor Márcio Mascarenhas, líder do Conselho Regional de Enfermagem da universidade do Centro de Ensino Unificado de Teresina – CEUT.	175	MÁRIO COUTO	
Apoio ao Senador Mozarildo Cavalcanti por seu pronunciamento referente a atuação do Governo Lula. Aparte ao Senador Mozarildo Cavalcanti.	182	Considerações ao discurso proferido pelo Senador Heráclito Fortes com relação ao dossiê dos	
Considerações ao Senador Mário Couto por seu pronunciamento a tentativa do Governo em intimidar a oposição com a ameaça de publicação de dossiês. Aparte ao Senador Mário Couto.....	229		

	Pág.		Pág.
gastos do Governo Fernando Henrique Cardoso. Aparte ao Senador Heráclito Fortes.	51	OSMAR DIAS	
Congratulações ao Senador Mozarildo Cavalcanti pelo seu pronunciamento sobre as questões que envolvem a reserva indígena, Raposa Serra do Sol, em Roraima. Aparte ao Senador Mozarildo Cavalcanti.	64	Divulgação da Política do Desenvolvimento Produtivo (PDP), lançado pelo Presidente Lula, e questionamentos sobre quatro pontos relativos ao referido plano.	342
Comentários sobre as manchetes dos jornais do dia 09 de maio de 2008, a respeito do vazamento do dossiê sobre gastos do Governo do ex-Presidente Fernando Henrique, pela Casa Civil.	134	PAPALÉO PAES	
Apoio ao Senador Mozarildo Cavalcanti por seu pronunciamento referente a atuação do Governo Lula. Aparte ao Senador Mozarildo Cavalcanti.	181	Críticas a incoerência do Governo Federal por assumir posições contraditórias às que defendia quando estava na oposição.	209
Apelo para agilização da votação na Câmara do projeto que concede aos benefícios da Previdência Social, reajuste idêntico ao do salário mínimo.	227	Referência aos pleitos dos ex-servidores dos ex-Territórios e do Distrito Federal.	347
Críticas a tentativa do Governo em intimidar a oposição com a ameaça de publicação de dossiês.	227	Defesa de acordo internacional entre o Brasil e a França para atendimento médico na Guiana aos habitantes do Município do Oiapoque/AP.	347
Congratulações ao Senador Mão Santa por seu pronunciamento sobre o Programa de Aceleração ao Crescimento - PAC. Aparte ao Senador Mão Santa.	248	Parecer nº 410, de 2008, (da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional), que encaminha ao Senado o nome do Senhor João Batista Cruz, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Especial do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil em Santa Lúcia.	365
Solicitação da transcrição da matéria “Juiz decreta fim da Ágora”, publicado pelo Correio Brasileiro, de 9 de maio de 2008.	363	PAULO PAIM	
Repúdio a que, mais uma vez, sete medidas provisórias empurram a pauta.	400	Discurso em defesa da ministra Dilma Rousseff, sobre o vazamento de informações dos gastos no Governo Fernando Henrique Cardoso. Aparte ao Senador João Pedro.	15
MOZARILDO CAVALCANTI		Considerações sobre os Ministros gaúchos Tarso Genro, da Justiça, e Dilma Rousseff, da Casa Civil, referidos em pronunciamentos, no Plenário do Senado.	138
Críticas ao posicionamento do Partido dos Trabalhadores – PT, sobre a demarcação das terras da reserva Raposa Serra do Sol, em Roraima.	20	Elogios à postura dos Deputados Pepe Vargas e Henrique Fontana, que defendem o setor vinícola brasileiro.	138
Críticas ao Governo Lula e sua gestão na Política Indigenista. Aparte ao Senador Mão Santa. .	22	Testemunho sobre atuação da bancada do Piauí em torno da incorporação do Banco do Estado do Piauí ao Banco do Brasil.	138
Homenagem ao Dia das Mães, felicitando todas as mães do Brasil.	60	Homenagem ao Dia das Mães.	138
Reflexão sobre as questões que envolvem a reserva indígena Raposa Serra do Sol, em Roraima.	60	Homenagem aos 20 anos do Conselho de Participação e Desenvolvimento da Comunidade Negra do Estado do Rio Grande do Sul (CODENE/RS).	138
Homenagem ao veículo de comunicação do Senado Federal, e sua matéria sobre os 120 anos da Assinatura da Lei Áurea. Aparte ao Senador Paulo Paim.	148	Registro da audiência ocorrida ontem no Gabinete do Ministro da Integração Nacional, com Senadores do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina, objetivando tratar da situação de emergência dos municípios atingidos pelo ciclone extratropical.	138
Citação de diversas matérias publicadas pela imprensa com críticas a posicionamentos adotados pelo Presidente Lula.	178	Homenagem ao trabalho que os veículos de comunicação do Senado Federal - TV, Rádio	
Comemoração dos 120 Anos da promulgação da Lei Áurea no Brasil e da Abolição da Escravatura. .	275		
Considerações a respeito do Partido Trabalhista Brasileiro - PTB.	409		

VIII

	Pág.		Pág.
e Jornal - estão realizando sobre os 120 anos da Assinatura da Lei Áurea.....	147	Registro de entrevista do Ministro Guido Mantega falando sobre o Fundo Soberano, que é um fundo com reservas estrangeiras em dólar, com o objetivo de apoiar empreendimentos brasileiros fora do País e estabelecer gestão adequada a reservas internacionais.....	366
Homenagem pelo transcurso, em 24 de abril, do Dia Internacional do Jovem Trabalhador.....	147		
Análise da situação dos jovens no Brasil e no mundo e a importância de investir-se cada vez mais em educação.....	147	ROMERO JUCÁ	
Requerimento nº 573, de 2008, que requer Voto de Aplauso aos veículos de comunicação do Senado Federal – TV, Rádio e Jornal – pelas belas matérias relacionadas aos 120 anos da assinatura da Lei Áurea.	172	Voto de Pesar pelo falecimento do ex-Senador Artur da Távola.....	231
Comemoração dos 120 Anos da promulgação da Lei Áurea no Brasil e da Abolição da Escravatura..	279	Apoio à convocação do ex-secretário de Controle Interno da Casa Civil, José Aparecido Nunes Pires, e de André Eduardo da Silva Fernandes, assessor de Alvaro Dias, para prestar depoimento à Comissão Parlamentar de Inquérito – CPI, dos Cartões Corporativos.....	231
Registro do lançamento da campanha “Preconceito, Discriminação Zero” e reflexão a respeito de teses de Florestan Fernandes.....	422	Apoio à argumentação do Senador Arthur Virgílio e registra que alguns relatores são designados na hora da deliberação da medida provisória, o que impossibilita a distribuição do parecer com antecedência.	399
Apoio ao Senador Flávio Arns por seu pronunciamento em consideração ao transcurso dos 120 anos da abolição da escravatura. Aparte ao Senador Flávio Arns.	437	Homenagem pelo transcurso dos 17 anos do Tribunal de Justiça de Roraima	438
PEDRO SIMON		ROSALBA CIARLINI	
Considerações sobre a privatização da Companhia Vale do Rio Doce.	26	Apoio ao Senador Geraldo Mesquita Júnior por seu pronunciamento referente à propaganda de bebidas alcoólicas nas emissoras de televisão e rádio. Aparte ao Senador Geraldo Mesquita Júnior..	217
Crítica ao Presidente Lula pela concessão de 90 mil hectares de terras da Amazônia a uma empresa multinacional.....	26	Indignação pela falta de providências do Governo Federal para os prejuízos causados pelas enchentes no Rio Grande do Norte e questionamento sobre a liberação de recursos ao Estado.	219
Requerimento nº 579, de 2008, que requer Voto de Pesar pelo falecimento do ex-Senador Arthur da Távola.....	210	Voto de Pesar pelo falecimento do ex-Senador Artur da Távola.....	219
Voto de Pesar pelo falecimento do ex-Senador e jornalista Paulo Alberto Monteiro de Barros, conhecido como Artur da Távola.	214	Elogios ao Jornal do Senado, pelo brilhante trabalho sobre a História da Abolição da Escravatura.....	219
Defesa da anuência do Congresso Nacional para concessão de terras públicas com área superior a dois mil e quinhentos hectares.....	349	Comemoração dos 120 Anos da promulgação da Lei Áurea no Brasil e da Abolição da Escravatura..	277
Registro da notícia sobre a saída da Ministra do Meio Ambiente, Marina Silva.	349	Reflexão sobre a importância da Educação Infantil.	415
RENATO CASAGRANDE		ROSEANA SARNEY	
Apoio ao Senador Paulo Paim por seu pronunciamento referente a homenagens feitas aos 120 anos da promulgação da Lei Áurea no Brasil. Aparte ao Senador Paulo Paim.	284	Voto de pesar pelo falecimento do ex-Senador Bello Parga.	359
Registro do pedido de demissão da Ministra Marina Silva, que estava desenvolvendo um trabalho com objetivo de promover a preservação, a conservação, a recuperação do meio ambiente....	366	Requerimento nº 585, de 2008, que requer, que seja inserido em ata Voto de Pesar pelo falecimento do ex-Senador Bello Parga e, nos termos	

	Pág.		IX Pág.
do art. 221, incisos I e/ou II, apresentação de con- dolências aos familiares.....	360		
SÉRGIO GUERRA			
Considerações ao discurso do Senador Jarbas Vasconcelos referente ao PAC. Aparte ao Senador Jarbas Vasconcelos.....	223	Parecer nº 419, de 2008, da Mesa do Se- nado Federal, sobre o Requerimento nº 220, de 2008, que requer informações sobre a quantidade de pedidos de titularização de propriedades rurais em tramitação nas superintendências regionais do Incra.....	391
SÉRGIO ZAMBIASI			
Projeto de Lei do Senado nº 187, de 2008, que insere o § 5º no art. da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para instituir a apli- cação de teste vocacional no ensino médio.	324	Parecer nº 421, de 2008, da Mesa do Sena- do Federal, sobre o Requerimento nº 278, de 2008, que objetiva obter do Ministro de Estado da Defesa, informações sobre investimentos realizados, pela Infraero, nos aeroportos de Congonhas, Guarulhos e Salvador.....	393
Apelo aos líderes para que seja incluído na Ordem do Dia o Projeto de Lei da Câmara nº 67, de 2005, que trata da afixação da alíquota da Cide incidente sobre a gasolina de aviação.....	365	Parecer nº 427, de 2008, da Mesa do Se- nado Federal, ao Requerimento nº 365, de 2008, que requer, ao Ministro da Justiça, informações da Polícia Federal, acerca da dimensão do tráfico de mulheres do Amazonas para casas de prostituição em garimpos na região de fronteira.....	397
TIÃO VIANA			
Considerações sobre a demissão da Minis- tra Maria Silva e sua atuação no exercício de suas funções, bem como seu retorno ao Senado.....	367	VALTER PEREIRA	
		Projeto de Decreto Legislativo nº 55, de 2008, que convoca plebiscito sobre a mudança do fuso horário do Estado do Mato Grosso do sul para igualá-lo ao de Brasília.	328